



## Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

### Calendário de Fim de Ano DOM/SC

Domingo	Segunda-Feira	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira	Sexta-feira	Sábado
20	21  Ed. n° 1895	22  Ed. n° 1896	23  Ed. n° 1897	24	25	26
27	28  Ed. n° 1898	29  Ed. n° 1899	30  Ed. n° 1900	31  Ed. n° 1901*		

As publicações do Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina terão alteração agora no fim do ano. Nos dias **24 e 25 de dezembro** e **1º de janeiro** não haverá edição.

Fique atento também aos prazos para cadastrar os conteúdos, o prazo limite para a edição de 31 de dezembro encerra às **23h do dia 30**.

Não deixe para a última hora, cadastre antecipadamente, com data de publicação futura. Nossa equipe está à disposição para ajudá-los!

Conforme Resolução 75, de 02 de Dezembro de 2014.



# Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 1899

Terça-feira - 29 de Dezembro de 2015

Florianópolis/SC

## Sumário

### Municípios

Água Doce.....	3	Governador Celso Ramos.....	146	Paulo Lopes.....	225
Alto Bela Vista.....	6	Grão Pará.....	148	Porto Belo.....	236
Anchieta.....	12	Guaraciaba.....	149	Presidente Castello Branco.....	240
Antônio Carlos.....	29	Guaramirim.....	151	Presidente Nereu.....	242
Balneário Rincão.....	32	Ibiam.....	153	Romelândia.....	247
Biguaçu.....	35	Ilhota.....	157	Santa Rosa do Sul.....	248
Blumenau.....	38	Imarui.....	159	Santiago do Sul.....	249
Braço do Trombudo.....	39	Imbituba.....	169	São Bento do Sul.....	254
Brusque.....	42	Iomerê.....	179	São João do Oeste.....	395
Caçador.....	44	Ipumirim.....	181	São João do Sul.....	396
Campos Novos.....	46	Itapiranga.....	183	São Joaquim.....	397
Canoinhas.....	47	Joaçaba.....	187	São José do Cedro.....	398
Capinzal.....	56	Lacerdópolis.....	195	São Lourenço do Oeste.....	399
Catanduvas.....	61	Laguna.....	196	Sul Brasil.....	401
Caxambu do Sul.....	66	Lebon Regis.....	198	Tigrinhos.....	402
Chapadão do Lageado.....	67	Lindóia do Sul.....	200	Timbó.....	404
Cocal do Sul.....	69	Luzerna.....	201	Timbó Grande.....	406
Concórdia.....	86	Maravilha.....	204	Três Barras.....	407
Cordilheira Alta.....	87	Marema.....	208	Tunápolis.....	431
Corupá.....	111	Meleiro.....	210	Turvo.....	450
Doutor Pedrinho.....	122	Modelo.....	211	Urussanga.....	451
Flor do Sertão.....	126	Mondaí.....	213	Vargem Bonita.....	452
Forquilha.....	127	Navegantes.....	217	Videira.....	453
Fraiburgo.....	129	Novo Horizonte.....	218	Vitor Meireles.....	457
Garopaba.....	132	Ouro.....	221	Xavantina.....	462
Gaspar.....	145	Passos Maia.....	223	Xaxim.....	463

### Consórcios

CIGA.....	464
CIS Nordeste.....	465
CIS/AMURC.....	495
CIS/AMUREL.....	496
CPIMMOC.....	496
CIASS.....	503

# Água Doce

## PREFEITURA

### PORTARIA 326

PORTARIA Nº 326/2015 de 28 de dezembro de 2015

“CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIO QUE MENCIONA. ”

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Conceder férias a funcionária MARILUCY SARE KUSMANN, inscrita sob CPF nº 023.802.499-70, funcionária efetiva no cargo de Assistente Administrativo, a partir de 28/12/2015 a 26/01/2016, período 13/14.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 28 de dezembro de 2015

Novelli Sganzerla

Camila Raquel Macagnan

Prefeito

Diretora do Dpto de Recursos Humanos

### PORTARIA 327

PORTARIA Nº 327/2015 de 28 de dezembro de 2015

“CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIO QUE MENCIONA. ”

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Conceder férias a funcionária VALDERLEA AP PRESTES PEREIRA, inscrita sob CPF nº 494.802.869-04, funcionária efetiva no cargo de Assistente Administrativo, a partir de 28/12/2015 a 20/01/2016, 9 dias referentes ao período 14/15 e 15 dias referente ao período 15/16, restando 15 dias deste último para usufruir em data posterior.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 28 de dezembro de 2015

Novelli Sganzerla

Camila Raquel Macagnan

Prefeito

Diretora do Dpto de Recursos Humanos

### PORTARIA 328

PORTARIA Nº 328/2015 de 28 de dezembro de 2015

“CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIO QUE MENCIONA. ”

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Conceder férias ao funcionário ANTONIO BARBOSA, inscrito sob CPF nº 430.342.689-04, funcionário no cargo de Diretor do Departamento de Controle Sanitário, a partir de 28/12/2015 a 26/01/2016, referente ao período 15/16.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 28 de dezembro de 2015

Novelli Sganzerla

Camila Raquel Macagnan

Prefeito

Diretora do Dpto de Recursos Humanos

### PORTARIA 329

PORTARIA Nº 329/2015 de 28 de dezembro de 2015

“PRORROGA CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DO CARGO DE ASSISTENTE ADMINISTRATIVO”

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Prorrogar o contrato por tempo determinado de Alan Adalberto Toigo, inscrito no CPF sob o nº 083.775.329-56, aprovado no Concurso Público 015/2014, conforme item 1.1.1 do referido Edital, no cargo de Assistente Administrativo, com carga horária de 40 horas semanais, para substituir assistente administrativo em licença para tratamento de saúde, no período de 01/01/2016 a 31/12/2016 podendo ser revista tal condição sendo revogada esta Portaria em caso de modificação da condição do substituído.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 28 de dezembro de 2015

Novelli Sganzerla

Prefeito

**PORTARIA 330**

PORTARIA Nº 330/2015 de 28 de dezembro de 2015

"DETERMINA ATUAÇÃO JUNTO A SECRETRIA DE SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL DE FUNCIONÁRIO QUE MENCIONA "

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Determinar que o funcionário DANIEL LINS, inscrito no CPF 009.774.339-94, efetivo no cargo de Motorista nomeado para atuar junto a Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, passe a atuar na Secretaria de Saúde e Promoção Social no período de 21/12/2015 a 31/01/2016 desenvolvendo as atividades inerentes ao cargo.

Artigo 2º Encerrado o prazo estabelecido o funcionário retornará as atividades na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 21/12/2015, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 28 de dezembro de 2015

Novelli Sganzerla  
Prefeito

**PORTARIA 331**

PORTARIA Nº 331/2015 de 28 de dezembro de 2015

"EXONERA SERVIDORES CONTRATADOS POR TEMPO DETERMINADOS NO CARGO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL 20 HORAS POR MOTIVO DE TÉRMINO NORMAL DE CONTRATO"

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Exonerar os servidores contratados por tempo determinado:

CLEUZA MARIA DE OLIVEIRA DRISSEN - CPF nº 636.902.849-53  
LUCIANE TURRA - CPF nº 032.454.329-84.

Aprovadas no Concurso Público 015/2014, no cargo de Professor de Educação Infantil, com carga horária de 20 horas semanais, na data de 18/12/2015, por motivo de término normal de contrato.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 18/12/2015, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 28 de dezembro de 2015  
Novelli Sganzerla  
Prefeito

Camila Raquel Macagnan  
Diretora do Dpto de RH

**PORTARIA 332**

PORTARIA Nº 332/2015 de 28 de dezembro de 2015

"EXONERA SERVIDORES CONTRATADOS POR TEMPO DETERMINADOS NO CARGO PROFESSOR DE 6ª A 9ª SÉRIE – 20 HORAS POR MOTIVO DE TÉRMINO NORMAL DE CONTRATO"

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Exonerar a servidora contratada por tempo determinado:

PATRICIA APARECIDA DE MATOS DA SILVA – CPF Nº 765.788.799-00.

Aprovada no Concurso Público 015/2014, no cargo de Professor 6ª a 9ª série, com carga horária de 20 horas semanais, na data de 18/12/2015, por motivo de término normal de contrato.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 18/12/2015, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 28 de dezembro de 2015  
Novelli Sganzerla  
Prefeito

Camila Raquel Macagnan  
Diretora do Dpto de RH

**PORTARIA 333**

PORTARIA Nº 333/2015 de 28 de dezembro de 2015

"EXONERA SERVIDORES CONTRATADOS POR TEMPO DETERMINADOS NO CARGO PROFESSOR DE 6ª A 9ª SÉRIE – 30 HORAS POR MOTIVO DE TÉRMINO NORMAL DE CONTRATO"

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Exonerar a servidora contratada por tempo determinado:

VANESSA CRISTINA PARENTI – CPF Nº 086.658.929-58.

Aprovada no Concurso Público 015/2014, no cargo de Professor 6ª a 9ª série, com carga horária de 30 horas semanais, na data de 18/12/2015, por motivo de término normal de contrato.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 18/12/2015, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 28 de dezembro de 2015  
Novelli Sganzerla  
Prefeito

Camila Raquel Macagnan  
Diretora do Dpto de RH



**PORTARIA 334**

PORTARIA Nº 334/2015 de 28 dezembro de 2015

"EXONERA SERVIDORES CONTRATADOS POR TEMPO DETERMINADOS NO CARGO PROFESSOR DE 1ª A 5ª SÉRIE 20 HORAS POR MOTIVO DE TÉRMINO NORMAL DE CONTRATO"

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Exonerar os servidores contratados por tempo determinado:

CARMELINA ALVES PAZ – CPF Nº 034.992.979-30

DAYANE DE MORAIS – CPF Nº 036.181.369-43

JULIANA PEREIRA DE SOUZA KATSCHOR – CPF Nº 031.961.689-48

MAGALI FERREIRA DA COSTA FERRETTI – CPF Nº 018.882.589-42

MAIRA RAMOS – CPF Nº 019.988.579-64

MARISETE KOCHEN – CPF Nº 035.341.109-43

Aprovadas no Concurso Público 015/2014, no cargo de Professor 1ª a 5ª série, com carga horária de 20 horas semanais, na data de 18/12/2015, por motivo de término normal de contrato.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 18/12/2015, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 28 de dezembro de 2015  
Novelli Sganzerla  
Prefeito

Camila Raquel Macagnan  
Diretora do Dpto de RH

**TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO Nº1/2014 FMS**

TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL

CONTRATO DE EXECUÇÃO DE OBRA Nº. 1/2014 DE 16/05/2014

O Município de Água Doce – SC, através do Fundo Municipal de Saúde, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº. 11.430.533/0001-20, com endereço na Praça João Macagnan, 322, cidade de Água Doce – SC, neste ato representado por seu Gestor Sr. Orlando Fávero, e de outro lado a empresa Lucas Pereira Construtora ME, estabelecida na Rua Bento José de Lima, nº 595, Canoinhas – SC CEP: 89460-000, CNPJ n. 18.987.770/0001-79, neste ato representado por Lucas Pereira, resolvem de comum acordo RESCINDIR DE PLENO DIREITO o Contrato de Execução de Obra nº. 1/2014 de 16/05/2014 para construção de uma Unidade Básica de Saúde – UBS no Assentamento Olaria, interior do município de Água Doce, em decorrência do Processo Licitatório nº 10/2014, Modalidade de Tomada de Preço nº 4/2014, firmado entre as partes, a partir da qual inexistirão obrigações recíprocas, salvo os direitos e obrigações geradas anteriormente a esta data. E, para que este passe a produzir seus jurídicos e legais efeitos, leva a chancela das partes, em duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o firmam.

Água Doce, SC, 04 de novembro de 2015

ORLANDO FÁVERO LUCAS PEREIRA

Gestor do FMS  
Contratante

Lucas Pereira Construtora ME  
Contratado

TESTEMUNHAS

CRISTIANO SAVARIS DA SILVA  
CPF: 005.614.419-95

GLÁUCIA REGINA VARASCHIN  
CPF: 006.597.239-21

Visto e Aprovado pela Assessoria Jurídica  
SCHEILA MARA CORSO GIORDANI  
OAB 27419

**TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO Nº64/2014**

TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL

CONTRATO DE EXECUÇÃO DE OBRA Nº. 64/2014 DE 09/12/2014

O Município de Água Doce – SC, , pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº. 82.939.398/0001-90, com endereço na Praça João Macagnan, 322, cidade de Água Doce – SC, neste ato representado por seu Prefeito Sr. Novelli Sganzerla, e de outro lado a empresa Lucas Pereira Construtora ME, estabelecida na Rua Bento José de Lima, nº 595, Canoinhas – SC CEP: 89460-000, CNPJ n. 18.987.770/0001-79, neste ato representado por Lucas Pereira, resolvem de comum acordo RESCINDIR DE PLENO DIREITO o Contrato de Execução de Obra nº. 64/2014 de 09/12/2014 para Construção de Escola com 6 Salas no Assentamento 9 de Novembro – Interior do Município de Água Doce - PROJETO ESPAÇO EDUCATIVO URBANO II do FNDE, em decorrência do Processo Licitatório nº 59/2014, Modalidade de Tomada de Preço nº 8/2014, firmado entre as partes, a partir da qual inexistirão obrigações recíprocas, salvo os direitos e obrigações geradas anteriormente a esta data. E, para que este passe a produzir seus jurídicos e legais efeitos, leva a chancela das partes, em duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o firmam.

Água Doce, SC, 04 de novembro de 2015  
NOVELLI SGANZERLA  
Prefeito Municipal

LUCAS PEREIRA  
Lucas Pereira Construtora ME  
Contratado

TESTEMUNHAS

CRISTIANO SAVARIS DA SILVA  
CPF: 005.614.419-95

GLÁUCIA REGINA VARASCHIN  
CPF: 006.597.239-21

Visto e Aprovado pela Assessoria Jurídica  
SCHEILA MARA CORSO GIORDANI  
OAB 27419

# Alto Bela Vista

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 2.097 DE 28 DEZEMBRO DE 2015

EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL DE CARGO POR ADMISSÃO DE CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista/SC no uso das atribuições conferidas por Lei;

#### DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada a Servidora Pública Municipal, Matrícula 688, AZUELK GONÇALVES, do cargo de PROFESSOR DE BASE DIVERSIFICADA – 20 HORAS, nível médio, cargo por Admissão de Caráter Temporário do quadro de Pessoal do Poder Executivo, a partir de 31 de dezembro de 2015.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto nº. 1950 de 18 de dezembro de 2014 e as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, 28 de dezembro de 2015.

CATIA TESSMANN REICHERT  
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

FATIMA LORETE CLEIN DA SILVA  
Responsável Pelas Publicações

### DECRETO Nº 2.098 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2015

EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL DE CARGO POR ADMISSÃO DE CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista/SC no uso das atribuições conferidas por Lei;

#### DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada a Servidora Pública Municipal, Matrícula 682, TLEILI TIEGS, do cargo de PROFESSOR DE BASE DIVERSIFICADA – 20 HORAS, nível médio, cargo por Admissão de Caráter Temporário do quadro de Pessoal do Poder Executivo, a partir de 31 de dezembro de 2015.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto nº. 1951 de 19 de dezembro de 2014 e as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, 28 de dezembro de 2015.

CATIA TESSMANN REICHERT  
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

FATIMA LORETE CLEIN DA SILVA  
Responsável Pelas Publicações

### DECRETO Nº 2.099 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2015

EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL DE CARGO POR ADMISSÃO DE CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista/SC no uso das atribuições conferidas por Lei;

#### DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada a Servidora Pública Municipal, Matrícula 722, KEITH IANE PROVIN ABEL, do cargo de PROFESSOR DE BASE DIVERSIFICADA – 20 HORAS, nível médio, cargo por Admissão de Caráter Temporário do quadro de Pessoal do Poder Executivo, a partir de 31 de dezembro de 2015.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto nº. 1990 de 04 de fevereiro de 2015 e as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, 28 de dezembro de 2015.

CATIA TESSMANN REICHERT  
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

FATIMA LORETE CLEIN DA SILVA  
Responsável Pelas Publicações

### DECRETO Nº 2.100 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2015

EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL DE CARGO POR ADMISSÃO DE CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista/SC no uso das atribuições conferidas por Lei;

#### DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada a Servidora Pública Municipal, Matrícula 721, FERNANDA NESELLO, do cargo de PROFESSOR DE BASE DIVERSIFICADA – 20 HORAS, nível médio, cargo por Admissão de Caráter Temporário do quadro de Pessoal do Poder Executivo, a partir de 31 de dezembro de 2015.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto nº. 1989 de 04 de fevereiro de 2015 e as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, 28 de dezembro de 2015.

CATIA TESSMANN REICHERT  
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

FATIMA LORETE CLEIN DA SILVA  
Responsável Pelas Publicações

**DECRETO Nº 2.101 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2015**

EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL DE CARGO POR ADMISSÃO DE CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista/SC no uso das atribuições conferidas por Lei;

**DECRETA:**

Art. 1º Fica exonerado o Servidor Público Municipal, Matrícula 720, LEONARDO LUIZ GOSSENHEIMER, do cargo de PROFESSOR DE BASE DIVERSIFICADA – 20 HORAS, nível médio, cargo por Admissão de Caráter Temporário do quadro de Pessoal do Poder Executivo, a partir de 31 de dezembro de 2015.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto nº. 1988 de 04 de fevereiro de 2015 e as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, 28 de dezembro de 2015.

CATIA TESSMANN REICHERT  
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

FATIMA LORETE CLEIN DA SILVA  
Responsável Pelas Publicações

**DECRETO Nº 2.102 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2015**

EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL DE CARGO POR ADMISSÃO DE CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista/SC no uso das atribuições conferidas por Lei;

**DECRETA:**

Art. 1º Fica exonerada a Servidora Pública Municipal, Matrícula 713, JULIANA TEIXEIRA, do cargo de PROFESSOR DE BASE DIVERSIFICADA – 20 HORAS, nível superior, cargo por Admissão de Caráter Temporário do quadro de Pessoal do Poder Executivo, a partir de 31 de dezembro de 2015.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto nº. 1981 de 04 de fevereiro de 2015 e as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, 28 de dezembro de 2015.

CATIA TESSMANN REICHERT  
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

FATIMA LORETE CLEIN DA SILVA  
Responsável Pelas Publicações

**DECRETO Nº 2.103 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2015**

EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL DE CARGO POR ADMISSÃO DE CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista/SC no uso das atribuições conferidas por Lei;

**DECRETA:**

Art. 1º Fica exonerada a Servidora Pública Municipal, Matrícula 715, DANIELI GOSSENHEIMER GONÇALVES, do cargo de PROFESSOR DE BASE DIVERSIFICADA – 20 HORAS, nível superior, cargo por Admissão de Caráter Temporário do quadro de Pessoal do Poder Executivo, a partir de 31 de dezembro de 2015.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto nº. 1983 de 04 de fevereiro de 2015 e as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, 28 de dezembro de 2015.

CATIA TESSMANN REICHERT  
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

FATIMA LORETE CLEIN DA SILVA  
Responsável Pelas Publicações

**DECRETO Nº 2.104 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2015**

EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL DE CARGO POR ADMISSÃO DE CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista/SC no uso das atribuições conferidas por Lei;

**DECRETA:**

Art. 1º Fica exonerada a Servidora Pública Municipal, Matrícula 716, DANIELA BENELLI, do cargo de PROFESSOR DE BASE DIVERSIFICADA – 20 HORAS, nível superior, cargo por Admissão de Caráter Temporário do quadro de Pessoal do Poder Executivo, a partir de 31 de dezembro de 2015.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto nº. 1984 de 04 de fevereiro de 2015 e as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, 28 de dezembro de 2015.

CATIA TESSMANN REICHERT  
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

FATIMA LORETE CLEIN DA SILVA  
Responsável Pelas Publicações

**DECRETO Nº 2.105 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2015**

EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL DE CARGO POR ADMISSÃO DE CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista/SC no uso das atribuições conferidas por Lei;

**DECRETA:**

Art. 1º Fica exonerada a Servidora Pública Municipal, Matrícula 717, KELLY REGALIN, do cargo de PROFESSOR DE BASE DIVERSIFICADA – 20 HORAS, nível superior, cargo por Admissão de Caráter Temporário do quadro de Pessoal do Poder Executivo, a partir de 31 de dezembro de 2015.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto nº. 1985 de 04 de fevereiro de 2015 e as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, 28 de dezembro de 2015.

CATIA TESSMANN REICHERT  
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

FATIMA LORETE CLEIN DA SILVA  
Responsável Pelas Publicações

**DECRETO Nº 2.106 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2015**

EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL DE CARGO POR ADMISSÃO DE CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista/SC no uso das atribuições conferidas por Lei;

**DECRETA:**

Art. 1º Fica exonerada a Servidora Pública Municipal, Matrícula 718, GELI LUCIA PESSI, do cargo de PROFESSOR DE BASE DIVERSIFICADA – 20 HORAS, nível superior, cargo por Admissão de Caráter Temporário do quadro de Pessoal do Poder Executivo, a partir de 31 de dezembro de 2015.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto nº. 1986 de 04 de fevereiro de 2015 e as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, 28 de dezembro de 2015.

CATIA TESSMANN REICHERT  
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

FATIMA LORETE CLEIN DA SILVA  
Responsável Pelas Publicações

**DECRETO Nº 2.107 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2015**

EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL DE CARGO POR ADMISSÃO DE CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista/SC no uso das atribuições conferidas por Lei;

**DECRETA:**

Art. 1º Fica exonerada a Servidora Pública Municipal, Matrícula 719, IVONI SCHNEIDER KAPLAN, do cargo de PROFESSOR DE BASE DIVERSIFICADA – 20 HORAS, nível superior, cargo por Admissão de Caráter Temporário do quadro de Pessoal do Poder Executivo, a partir de 31 de dezembro de 2015.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto nº. 1987 de 04 de fevereiro de 2015 e as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, 28 de dezembro de 2015.

CATIA TESSMANN REICHERT  
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

FATIMA LORETE CLEIN DA SILVA  
Responsável Pelas Publicações

**DECRETO Nº 2.108 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2015**

EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL DE CARGO POR ADMISSÃO DE CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista/SC no uso das atribuições conferidas por Lei;

**DECRETA:**

Art. 1º Fica exonerada a Servidora Pública Municipal, Matrícula 723, SINTIA SCHNEIDER SCHÖNELL, do cargo de PROFESSOR DE BASE DIVERSIFICADA – 20 HORAS, nível superior, cargo por Admissão de Caráter Temporário do quadro de Pessoal do Poder Executivo, a partir de 31 de dezembro de 2015.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto nº. 1991 de 04 de fevereiro de 2015 e as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, 28 de dezembro de 2015.

CATIA TESSMANN REICHERT  
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

FATIMA LORETE CLEIN DA SILVA  
Responsável Pelas Publicações

**DECRETO Nº 2.109 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2015**

EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL DE CARGO POR ADMISSÃO DE CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista/SC no uso das atribuições conferidas por Lei;

**DECRETA:**

Art. 1º Fica exonerada a Servidora Pública Municipal, Matrícula 756, IVONI SCHNEIDER KAPLAN, do cargo de PROFESSOR II - 10 HORAS, cargo por Admissão de Caráter Temporário do quadro de Pessoal do Poder Executivo, a partir de 31 de dezembro de 2015.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto nº. 2068 de 21 de setembro de 2015 e as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, 28 de dezembro de 2015.

CATIA TESSMANN REICHERT  
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

FATIMA LORETE CLEIN DA SILVA  
Responsável Pelas Publicações

**DECRETO Nº 2.110 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2015**

EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL DE CARGO POR ADMISSÃO DE CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista/SC no uso das atribuições conferidas por Lei;

**DECRETA:**

Art. 1º Fica exonerada a Servidora Pública Municipal, Matrícula 726, ELIANE MARISA HENN FISCHER, do cargo de PROFESSOR I - 20 HORAS, cargo por Admissão de Caráter Temporário do quadro de Pessoal do Poder Executivo, a partir de 31 de dezembro de 2015.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto nº. 1994 de 05 de fevereiro de 2015 e as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, 28 de dezembro de 2015.

CATIA TESSMANN REICHERT  
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

FATIMA LORETE CLEIN DA SILVA  
Responsável Pelas Publicações

**DECRETO Nº 2.111 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2015**

EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL DE CARGO POR ADMISSÃO DE CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista/SC no uso das atribuições conferidas por Lei;

**DECRETA:**

Art. 1º Fica exonerada a Servidora Pública Municipal, Matrícula 725, ADIRCE LUCAS DE MELLO, do cargo de PROFESSOR I - 20 HORAS, cargo por Admissão de Caráter Temporário do quadro de Pessoal do Poder Executivo, a partir de 31 de dezembro de 2015.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto nº. 1993 de 05 de fevereiro de 2015 e as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, 28 de dezembro de 2015.

CATIA TESSMANN REICHERT  
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

FATIMA LORETE CLEIN DA SILVA  
Responsável Pelas Publicações

**DECRETO Nº 2.112 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2015**

EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL DE CARGO POR ADMISSÃO DE CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista/SC no uso das atribuições conferidas por Lei;

**DECRETA:**

Art. 1º Fica exonerado o Servidor Público Municipal, Matrícula 731, EDUARDO KARLING, do cargo de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - 20 HORAS, cargo por Admissão de Caráter Temporário do quadro de Pessoal do Poder Executivo, a partir de 31 de dezembro de 2015.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto nº. 2022 de 04 de maio de 2015 e as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, 28 de dezembro de 2015.

CATIA TESSMANN REICHERT  
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

FATIMA LORETE CLEIN DA SILVA  
Responsável Pelas Publicações



**DECRETO Nº 2.113 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2015**

EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL DE CARGO POR ADMISSÃO DE CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista/SC no uso das atribuições conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada a Servidora Pública Municipal, Matrícula 709, ADRIANA DUARTE SIDRA, do cargo de AUXILIAR DE CRECHE, cargo por Admissão de Caráter Temporário do quadro de Pessoal do Poder Executivo, a partir de 31 de dezembro de 2015.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando os Decretos nº. 1977 de 04 de fevereiro de 2015 e Decreto 2073 de 19 de outubro de 2015 e as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, 28 de dezembro de 2015.

CATIA TESSMANN REICHERT  
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

FATIMA LORETE CLEIN DA SILVA  
Responsável Pelas Publicações

**DECRETO Nº 2.114 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2015**

EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL DE CARGO POR ADMISSÃO DE CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista/SC no uso das atribuições conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada a Servidora Pública Municipal, Matrícula 708, ALICE KOPPE, do cargo de AGENTE DE LIMPEZA E COPA, cargo por Admissão de Caráter Temporário do quadro de Pessoal do Poder Executivo, a partir de 31 de dezembro de 2015.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto nº. 1975 de 03 de fevereiro de 2015 e as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, 28 de dezembro de 2015.

CATIA TESSMANN REICHERT  
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

FATIMA LORETE CLEIN DA SILVA  
Responsável Pelas Publicações

**DECRETO Nº 2.115 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2015**

EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL DE CARGO POR ADMISSÃO DE CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista/SC no uso das atribuições conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada a Servidora Pública Municipal, Matrícula 689, TATIANE DOS SANTOS, do cargo de AGENTE DE LIMPEZA E COPA, cargo por Admissão de Caráter Temporário do quadro de Pessoal do Poder Executivo, a partir de 31 de dezembro de 2015.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto nº. 1933 de 21 de novembro de 2014 e as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, 28 de dezembro de 2015.

CATIA TESSMANN REICHERT  
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

FATIMA LORETE CLEIN DA SILVA  
Responsável Pelas Publicações

**DECRETO Nº 2.116 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2015**

PRORROGA PRAZO DE CONTRATAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EM CARATER TEMPORÁRIO.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e;

Considerando a portaria de licença maternidade nº 099 de 27 de julho de 2015;

DECRETA

Art. 1º Fica prorrogado, a partir da presente data, o prazo de contratação da Sra. ODETE DE FÁTIMA MELLA, no exercício do cargo de AGENTE DE LIMPEZA E COPA, lotada na Gerência de Educação e Esportes da Rede Pública Municipal de Ensino, com vencimento salarial previsto no Anexo III, da Lei Complementar nº 012, de 10 de janeiro de 2005 e suas alterações.

Art. 2º A Contratação ora realizada, dar-se-á até 22 de janeiro de 2016.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, em 28 de dezembro de 2015.

CATIA TESSMANN REICHERT  
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

FATIMA LORETE CLEIN DA SILVA  
Responsável pelas Publicações

**PORTARIA Nº 0158 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2015**

CONCEDER FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente na forma do art. 76 da Lei Complementar n.º 011, de 10 de janeiro de 2005;

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder 30 dias de férias ao Servidor Público Municipal, JOELSON ROBERTO WUADEN, matrícula 559, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, lotado na Gerência de Transportes.

Art. 2º Período aquisitivo de 19/09/2014 a 18/09/2015, período de gozo de 07 de dezembro de 2015 à 05 de janeiro de 2016.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, 23 de dezembro de 2015.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

FATIMA LORETE CLEIN DA SILVA

Responsável pelas publicações

# Anchieta

## PREFEITURA

### Decreto 188/2015

DECRETO Nº. 188/2015, de 27 de novembro de 2015

Altera a Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 3.000,00 (três mil reais) e contém outras providências. O Prefeito Municipal em Exercício de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei Orçamentária Municipal sob nº 2.133, de 11 de dezembro de 2014 e demais dispositivos constitucionais e legais,

DECRETA :

TÍTULO I

CAPÍTULO I

DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a LOA - Lei Orçamentária nº. 2.133, de 11 de dezembro de 2014, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 3.000,00 (três mil reais), distribuídos em conformidade com os prescritos neste ato.

CAPÍTULO II

DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 3.000,00 (três mil reais), destinado a reforçar as dotações orçamentárias abaixo especificadas e constantes do Orçamento Geral do Município, nas seguintes contas, a saber:

09 – SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA

01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0428.2.101 – Administração Geral dos Bens e Serviços da Atenção Básica

(73) 3.1.90.00.00.00.00.0275 -Aplicações Diretas .....

..... R\$ 3.000,00

Total .....R\$ 3.000,00

Art. 3º Para atendimento da abertura do Crédito constante neste ato fica autorizado à redução da dotação na importância de até R\$ 3.000,00 (três mil reais), em conformidade com as seguintes contas, a saber:

09 – SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA

01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0428.2.101 – Administração Geral dos Bens e Serviços da Atenção Básica

(13) 3.3.90.00.00.00.00.0275 -Aplicações Diretas .....

..... R\$ 3.000,00

Total .....R\$ 3.000,00

CAPÍTULO III

DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 4º Fica, igualmente, alterada a LDO - Lei de Diretrizes

Orçamentárias nº. 2.132, de 11 de dezembro de 2014, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores deste Ato, relativamente às suplementações e reduções introduzidas ao presente ato.

Art. 5º Este Decreto em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal em Exercício de Anchieta (SC), 27 de novembro de 2015.

PEDRO LUIZ PAVAN

Prefeito Municipal em Exercício

CERTIFICO que o presente ato foi registrado e publicado nesta mesma data e na forma da Lei. Anchieta – (SC), 27/11/2015.

Andreia Marafão

Secretário de Administração e Gestão

### Decreto 189/2015

DECRETO Nº. 189/2015, de 04 de dezembro de 2015.

DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DO LOTEAMENTO VENEZA, DE PROPRIEDADE DE JOANIVAL CAMARGO E GESON RIGONI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e pela Lei Complementar n. 026/2010, em seu art. 55 e seguintes;

Considerando o projeto do FUTURO LOTEAMENTO VENEZA, que será constituído por parte das chácaras nº 57 e 58, com área total de 17.502,81m<sup>2</sup>, sem benfeitorias, situadas na Rua Buenos Aires, perímetro urbano desta cidade, Comarca de Anchieta, Estado de Santa Catarina, matriculadas no registro de imóveis sob o nº 05.385, de propriedade de JOANIVAL CAMARGO e GERSON RIGONI, com o respectivo memorial descritivo e ART, aprovado pela área técnica do Município;

DECRETA

Art. 1º. Fica aprovado o LOTEAMENTO VENEZA, que será constituído por parte das chácaras nº 57 e 58, com área total de 17.502,81m<sup>2</sup>, sem benfeitorias, situadas na Rua Buenos Aires, perímetro urbano desta cidade, Comarca de Anchieta, Estado de Santa Catarina, matriculadas no registro de imóveis sob o nº 05.385, de propriedade de propriedade de JOANIVAL CAMARGO e GERSON RIGONI.

§1º As áreas do loteamento serão dispostas da seguinte forma:

I- ÁREAS CONFRONTANTES:

NOROESTE: Com a Rua Buenos Aires na ext. de 96,581m;  
NORDESTE: Com a Rua Buenos Aires na ext. de 146,229m;  
SUDOESTE: Com parte da chacara nº 59 de Eduardo Durigon e Cláudia Prevedello, Matrícula 1.306, na ext. de 161,086m;  
SUDESTE: Com parte da chacara nº 80, de BL Fibras LTDA EPP, Matrícula 01.248, na ext. de 137,304m.

## II - LOTEAMENTO

## QUADRA Nº 50

## 1 – LOTE URBANO Nº 01 COM ÁREA TOTAL DE 435,51m2

NOROESTE: Com a Rua Buenos Aires, na ext. de 15,165m;  
 NORDESTE: Com o lote urbano nº. 02, na ext. de 28,406m;  
 SUDOESTE: Com parte da chácara nº. 59 de Eduardo Durigon e Cláudia Prevedello, na ext. de 29,086m;  
 SUDESTE: Com parte do lote urbano nº. 07, na ext. de 15,15m.

## 2 – LOTE URBANO Nº 02 COM ÁREA TOTAL DE 392,70m2

NOROESTE: Com a Rua Buenos Aires, na ext. de 14,018m;  
 NORDESTE: Com o lote urbano nº 03, na ext. de 27,694m;  
 SUDOESTE: Com o lote urbano nº 01, na ext. de 28,406m;  
 SUDESTE: Com parte do lote urbano nº. 07, na ext. de 4,00m e com parte do lote urbano nº. 06, na ext. de 10,00m.

## 3 – LOTE URBANO Nº 03 COM ÁREA TOTAL DE 398,45m2

NOROESTE: Com a Rua Buenos Aires, na ext. de 14,747m;  
 NORDESTE: Com o lote urbano nº. 04, na ext. de 26,516m;  
 SUDOESTE: Com o lote urbano nº. 02, na ext. de 27,694m;  
 SUDESTE: Com parte do lote urbano nº 06, na ext. de 9,64m e com parte do lote urbano nº. 05, na ext. de 5,06m.

## 4 – LOTE URBANO Nº 04 COM ÁREA TOTAL DE 432,29m2

NOROESTE: Com a Rua Buenos Aires, na ext. de 17,409m;  
 NORDESTE: Com a Rua A, na ext. de 23,591m;  
 SUDOESTE: Com o lote urbano nº. 03, na ext. de 26,516m;  
 SUDESTE: Com parte do lote urbano nº 05, na ext. 17,15m.

## 5 – LOTE URBANO Nº 05 COM ÁREA TOTAL DE 433,09m2

NOROESTE: Com parte do lote urbano nº. 03, na ext. de 5,06m e com o lote urbano nº. 04, na ext. de 117,15m;  
 NORDESTE: Com a Rua A, na ext. de 19,50m;  
 SUDOESTE: Com o lote urbano nº. 06, na ext. de 19,50m;  
 SUDESTE: Com a Rua B, na ext. de 22,21m.

## 6 – LOTE URBANO Nº 06 COM ÁREA TOTAL DE 382,98m2

NOROESTE: Com parte do lote urbano nº 03, na ext. de 9,64m e com o lote urbano nº. 02, na ext. de 10,00m  
 NORDESTE: Com o lote urbano nº. 05, na ext. de 19,50m;  
 SUDOESTE: Com o lote urbano nº. 07, na ext. de 19,50m;  
 SUDESTE: Com a Rua B, na ext. de 19,64m.

## 7 – LOTE URBANO Nº 07 COM ÁREA TOTAL DE 373,42m2

NOROESTE: Com parte do lote urbano nº 02, na ext. de 4,00m e com o lote urbano nº. 01, na ext. de 15,15m;  
 NORDESTE: Com o lote urbano nº. 06, na ext. de 19,50m;  
 SUDOESTE: Com parte da chácara nº. 59 de Eduardo Durigon e Cláudia Prevedello, na ext. de 19,50m;  
 SUDESTE: Com a Rua B, na ext. de 19,15m.

## QUADRA Nº 51

## 8 - LOTE URBANO Nº 01 COM ÁREA TOTAL DE 650,78m2

NOROESTE: Com a Rua Buenos Aires, na ext. de 19,276m;  
 NORDESTE: Com a Rua Buenos Aires, na ext. de 19,276m;  
 SUDOESTE: Com a Rua A, na ext. de 38,103m;  
 SUDESTE: Com a Rua B, na ext. de 26,5887m.

## QUADRA Nº 52

## 9 – LOTE URBANO Nº 01 COM ÁREA TOTAL DE 432,61m2

NOROESTE: Com a Rua B, na ext. de 15,030m;  
 NORDESTE: Com a Rua Buenos Aires, na ext. de 24,404m;  
 SUDOESTE: Com o lote urbano nº05, na ext. de 23,410m;  
 SUDESTE: Com o lote urbano nº. 02, na ext. de 21,924m.

## 10 – LOTE URBANO Nº 02 COM ÁREA TOTAL DE 360,26m2

NOROESTE: Com o lote urbano nº 01, na ext. de 21,924m;  
 NORDESTE: Com a Rua Buenos Aires, na ext. de 15,565m;  
 SUDOESTE: Com parte do lote urbano nº 04, na ext. de 9,76m e com o lote urbano nº. 05, na ext. de 5,20m;  
 SUDESTE: Com uma área pública na ext. de 9,02m e com o lote urbano nº. 03, na ext. de 17,201m.

## 11 – LOTE URBANO Nº 03 COM ÁREA TOTAL DE 360,05m2

NOROESTE: Com parte do lote urbano nº 02, na ext. de 17,201m;  
 NORDESTE: Com a Rua Buenos Aires, na ext. de 18,929m;  
 SUDOESTE: Com uma área pública, na ext. de 18,192m;  
 SUDESTE: Com uma área verde, na ext. de 22,402m.

## 12– LOTE URBANO Nº 04 COM ÁREA TOTAL DE 360,22m2

NOROESTE: Com o lote urbano nº 05, na ext. de 24,137m;  
 NORDESTE: Com parte do lote urbano nº 03, na ext. de 9,36m e com uma área verde na ext. de 5,55m;  
 SUDOESTE: Com a Rua A, na ext. de 14,92m;  
 SUDESTE: Com uma área pública, na ext. de 24,150m;

## 13 – LOTE URBANO Nº 05 COM ÁREA TOTAL DE 360,45m2

NOROESTE: Com o lote urbano nº 06, na ext. de 15,10m e com parte do lote urbano nº 02, na ext. de 9,02m;  
 NORDESTE: Com parte do lote urbano nº. 02, na ext. de 9,76m e com parte do lote urbano nº 03, na ext. de 8,83m;  
 SUDOESTE: Com a Rua A, na ext. de 18,59m;  
 SUDESTE: Com o lote urbano nº 04, na ext. de 24,137m.

## 14 – LOTE URBANO Nº 06 COM ÁREA TOTAL DE 432,01m2

NOROESTE: Com a Rua B, na ext. de 15,10m;  
 NORDESTE: Com o lote urbano nº 01, na ext. de 23,41m e com parte do lote urbano nº. 02, na ext. de 5,20m;  
 SUDOESTE: Com a Rua A, na ext. de 28,61m;  
 SUDESTE: Com o lote urbano nº. 05, na ext. de 15,10m.

## QUADRA Nº 53

## 15 – LOTE URBANO Nº 01 COM ÁREA TOTAL DE 426,41m2

NOROESTE: Com a Rua B, na ext. de 12,45m;  
 NORDESTE: Com o lote urbano nº. 02, na ext. de 34,25m;  
 SUDOESTE: Com parte da chácara nº. 59 de Eduardo Durigon e Cláudia Prevedello, na ext. de 34,25m;  
 SUDESTE: Com o lote urbano nº. 10, na ext. de 12,45m.

## 16 – LOTE URBANO Nº 02 COM ÁREA TOTAL DE 422,98m2

NOROESTE: Com a Rua B, na ext. de 12,35m;  
 NORDESTE: Com o lote urbano nº 03, na ext. de 34,25m;  
 SUDOESTE: Com o lote urbano nº 01, na ext. de 34,25m;  
 SUDESTE: Com o lote urbano nº. 09, na ext. de 12,35m.

## 17 – LOTE URBANO Nº 03 COM ÁREA TOTAL DE 422,98m2

NOROESTE: Com a Rua B, na ext. de 12,35m;  
NORDESTE: Com o lote urbano nº 04, na ext. de 18,12m e com o lote urbano nº. 05, na ext. de 16,13m;  
SUDOESTE: Com o lote urbano nº 02, na ext. de 34,25m;  
SUDESTE: Com o lote urbano nº. 08, na ext. de 12,35m.

**18 – LOTE URBANO Nº 04 COM ÁREA TOTAL DE 432,16m2**

NOROESTE: Com a Rua B, na ext. de 23,85m;  
NORDESTE: Com a Rua A, na ext. de 18,12m;  
SUDOESTE: Com parte do lote urbano nº 03, na ext. de 18,12m;  
SUDESTE: Com o lote urbano nº. 05, na ext. de 23,85m.

**19 – LOTE URBANO Nº 05 COM ÁREA TOTAL DE 384,70m2**

NOROESTE: Com o lote urbano nº04, na ext. de 23,85m;  
NORDESTE: Com a Rua A, na ext. de 16,13m;  
SUDOESTE: Com parte do lote urbano nº 03, na ext. de 16,13m;  
SUDESTE: Com o lote urbano nº. 06, na ext. de 23,85m.

**20 – LOTE URBANO Nº 06 COM ÁREA TOTAL DE 384,70m2**

NOROESTE: Com o lote urbano nº 05, na ext. de 23,85m;  
NORDESTE: Com a Rua A, na ext. de 16,13m;  
SUDOESTE: Com parte do lote urbano nº 08, na ext. de 16,13m;  
SUDESTE: Com o lote urbano nº. 07, na ext. de 23,85m.

**21 – LOTE URBANO Nº 07 COM ÁREA TOTAL DE 432,16m2**

NOROESTE: Com o lote urbano nº 06, na ext. de 23,85m;  
NORDESTE: Com a Rua A, na ext. de 18,12m;  
SUDOESTE: Com parte do lote urbano nº 08, na ext. de 18,12m;  
SUDESTE: Com a Rua C, na ext. de 23,85m.

**22 – LOTE URBANO Nº 08 COM ÁREA TOTAL DE 422,98m2**

NOROESTE: Com o lote urbano nº 03, na ext. de 12,35m;  
NORDESTE: Com o lote urbano nº 06, na ext. de 16,13m e com o lote urbano nº. 07, na ext. de 18,12m;  
SUDOESTE: Com o lote urbano nº 09, na ext. de 34,25m;  
SUDESTE: Com a Rua C, na ext. de 12,35m.

**23 – LOTE URBANO Nº 09 COM ÁREA TOTAL DE 422,98m2**

NOROESTE: Com o lote urbano nº 02, na ext. de 12,35m;  
NORDESTE: Com o lote urbano nº 08, na ext. de 34,25m;  
SUDOESTE: Com o lote urbano nº 10, na ext. de 34,25m;  
SUDESTE: Com a Rua C, na ext. de 12,35m.

**24 – LOTE URBANO Nº 10 COM ÁREA TOTAL DE 426,41m2**

NOROESTE: Com o lote urbano nº 01, na ext. de 12,45m;  
NORDESTE: Com o lote urbano nº 09, na ext. de 34,25m;  
SUDOESTE: Com parte da chácara nº 59 de Eduardo Durigon e Cláudia Prevedello, na ext. de 34,25m;  
SUDESTE: Com a Rua C, na ext. de 12,45m.

**QUADRA Nº 54**

**25 – LOTE URBANO Nº 01 COM ÁREA TOTAL DE 360,71m2**

NOROESTE: Com a Rua C, na ext. de 18,05m;  
NORDESTE: Com o lote urbano nº 02, na ext. de 19,967m;  
SUDOESTE: Com parte da chácara nº 59 de Eduardo Durigon e Cláudia Prevedello, na ext. de 20,00m;  
SUDESTE: Com parte da chácara nº. 80, de BL Fibras LTDA EPP, na ext. de 18,05m.

**26 – LOTE URBANO Nº 02 COM ÁREA TOTAL DE 360,11m2**

NOROESTE: Com a Rua C, na ext. de 18,05m;  
NORDESTE: Com o lote urbano nº 03, na ext. de 19,934m;  
SUDOESTE: Com o lote urbano nº 01, na ext. de 19,967m;  
SUDESTE: Com parte da chácara nº. 80, de BL Fibras LTDA EPP, na ext. de 18,05m.

**27 – LOTE URBANO Nº 03 COM ÁREA TOTAL DE 360,52m2**

NOROESTE: Com a Rua C, na ext. de 18,10m;  
NORDESTE: Com o lote urbano nº 04, na ext. de 19,902m;  
SUDOESTE: Com o lote urbano nº 02, na ext. de 19,934m;  
SUDESTE: Com parte da chácara nº. 80, de BL Fibras LTDA EPP, na ext. de 18,10m.

**III - ÁREA VERDE COM ÁREA TOTAL DE 1.402,77m2**

NOROESTE; Com o lote urbano nº. 03, na ext. de 22,402m;  
NORDESTE; Com a Rua Buenos Aires, na ext. de 46,191m;  
SUDOESTE; Com parte do lote urbano nº 04, na ext. de 5,55m e com a área pública, na ext. de 38,817m;  
SUDESTE; Com parte da chácara nº. 80, de BL Fibras LTDA EPP, na ext. de 43,987m.

**IV – ÁREA PÚBLICA COM ÁREA TOTAL DE 1.225,94m2**

NOROESTE: Com a Rua C, na ext. de 21,80m e com o lote urbano nº. 04, da quadra nº. 52, na ext. de 24,15m.  
NORDESTE: Com uma área verde, na ext. de 38,817m;  
SUDOESTE: Com o lote urbano nº. 03, na ext. de 19,902m e com a Rua A, na ext. de 18,380m;  
SUDESTE: Com parte da chácara nº. 80, de BL Fibras LTDA EPP, na ext. de 39,117m.

Art. 2º. As despesas decorrentes para a execução do presente Decreto correrão por conta de dotações orçamentárias próprias do orçamento municipal, vigente em cada exercício financeiro.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Anchieta (SC), 04 de dezembro de 2015.

ARI PRESTES DE OLIVEIRA

Prefeito

CERTIFICO, que o presente Decreto foi publicado nesta data e na forma da Lei.  
Em 04 de dezembro de 2015.

Andréia Marafão

Secretária de Administração e Gestão

**Decreto 190/2015**

DECRETO Nº. 190/2015, de 04 de dezembro de 2015.

Altera a Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais) e contém outras providências. O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei Orçamentária Municipal sob nº 2.133, de 11 de dezembro de 2014 e demais dispositivos constitucionais e legais,

DECRETA:

TITULO I



## CAPÍTULO I DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a LOA - Lei Orçamentária nº. 2.133, de 11 de dezembro de 2014, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais), distribuídos em conformidade com os prescritos neste ato.

## CAPÍTULO II DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais), destinado a reforçar as dotações orçamentárias abaixo especificadas e constantes do Orçamento Geral do Município, nas seguintes contas, a saber:

09 – SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA

01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0428.2.101 – Administração Geral dos Bens e Serviços da Atenção Básica

(04) 3.1.90.00.00.00.00.0105 -Aplicações Diretas ..... R\$ 22.000,00

Total .....R\$ 22.000,00

Art. 3º Para o atendimento do Crédito aberto no artigo anterior deste ato fica utilizado o produto do provável Excesso de Arrecadação no exercício financeiro de 2015, no valor de até R\$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais), atinente a execução orçamentária do Orçamento Geral deste Ente Federado, concernente a fonte receitaria sob código 4.1.7.21.33.01– Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS – ESF, Recurso sob nº. 0105 (00.01.0105), Banco do Brasil S/A, Conta Corrente nº. 58.044-9, no valor de até 22.000,00 (vinte e dois mil reais), em conformidade com o disposto no art. 9º, da Lei Municipal nº Lei Orçamentária nº. 2.133, de 11 de dezembro de 2014, Lei Federal nº. 4.320/64 art. 43, inciso II do § 1º e § 3º, e demais dispositivos constitucionais e legais em vigência.

## CAPÍTULO III DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 4º Fica, igualmente, alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 2.132, de 11 de dezembro de 2014, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores deste Ato, relativamente às suplementações e reduções introduzidas ao presente ato.

Art. 5º Este Decreto em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),  
04 de dezembro de 2015.  
ARI PRESTES DE OLIVEIRA  
Prefeito municipal

CERTIFICO que o presente ato  
foi registrado e publicado nesta  
mesma data e na forma da Lei.  
Anchieta – (SC), 04/12/2015

Andreia Marafão  
Secretária de Administração e Gestão

## Decreto 191/2015

DECRETO Nº. 191/2015, de 08 de dezembro de 2015.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A DEFINIR REPRESENTANTES OFICIAIS (RAINHA E PRINCESAS) E AUTORIZA A ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL, DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E DA LEI ORÇAMENTÁRIA ATRAVÉS DA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NA IMPORTÂNCIA DE ATÉ R\$ 1.000,00 (UM MIL REIAS) PARA CUSTEAR DESPESAS E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº. 2.221, de 08 de dezembro de 2015 e demais dispositivos constitucionais e legais,

### DECRETA:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a definir como representantes oficiais do Município (2016/2017) a Rainha e Princesas a escolha promovida pela ADEC (Associação Desenvolvimento Esporte e Cultura Anchieta).

Art. 2º Fica o Poder Executivo autorizado a custear despesas de custeio da Rainha e Princesas em eventos e visitas onde representarão o Município de Anchieta/SC nos anos de 2016 e 2017.

## DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 3º Fica alterada a Lei Orçamentária Anual Lei nº. 2.133, de 11 de dezembro de 2014, Orçamento Geral do Município de Anchieta - (SC), no Órgão 13 – Secretaria De Desenvolvimento Local, Unidade 01 – Desenvolvimento Local, através da abertura de um Crédito Adicional

Especial, na importância de até R\$ 1.000,00 (um mil e reais), em conformidade com o prescrito neste Decreto, instituindo-se para tal na matéria orçamentária em execução o Projeto / Atividade 13.01.04.122.0021.2.078 – Administração Geral dos Bens e Serviços de Divulgação do Município, na Modalidade de despesas sob o código nº. 3.3.90.00 – Aplicações Diretas, tem como finalidade de custear despesas com divulgação do Município de responsabilidade deste Ente Federado.

#### DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 4º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado, a proceder por ato próprio, à abertura de um Crédito Adicional Especial no valor de até R\$ 1.000,00 (um mil e reais), com o objetivo de suplementar as seguintes dotações orçamentárias abaixo especificadas e constantes da mesma matéria em execução:

13 - DESENVOLVIMENTO LOCAL

01 – DESENVOLVIMENTO LOCAL

04.122.0021.2.078 – Administração Geral dos Bens e Serviços de Divulgação

do Município

( ..... ) 3.3.90.00.00.00.00.0131 – Aplicações Diretas ..... R\$ 1.000,00 Total ..... R\$ 1.000,00

Art. 5º Para a cobertura do crédito permitido neste Decreto fica, igualmente, autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a proceder à redução das seguintes dotações orçamentárias abaixo discriminadas e constantes da mesma matéria orçamentária:

13 - DESENVOLVIMENTO LOCAL

01 – DESENVOLVIMENTO LOCAL

18.542.0455.2.049 – Administração Geral dos Bens e Serviços de Esgoto

Preservação Ambiental

(115) 3.3.90.00.00.00.00.0131 – Aplicações Diretas R\$ 1.000,00 Total ..... R\$ 1.000,00

#### DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 6º Fica alterado o PPA - Plano Plurianual, Lei Municipal nº. 2.122, de 14 de novembro de 2014, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores deste Decreto, relativamente ao Crédito e redução introduzida neste texto legal.

#### DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 7º Fica, igualmente, alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 2.132, de 11 de dezembro de 2014, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores deste Decreto, relativamente ao Crédito e redução introduzida no presente Decreto.

Art. 8º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA,

Em 08 de dezembro de 2015.

ARI PRESTES DE OLIVEIRA

Prefeito

CERTIFICO, que o presente Decreto foi publicado nesta data e na forma da Lei.

Em 08 de dezembro de 2015.

Andréia Marafão

Secretária de Administração e Gestão

#### **Decreto 192/2015**

DECRETO Nº. 192/2015, de 08 de dezembro de 2015.

DESIGNA RESPONSÁVEL PELOS FUNDOS MUNICIPAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO MUNICÍPIO DE ANCHIETA, ESTADO DE SANTA CATARINA, E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Constituição Federal, Estadual e Lei Orgânica Municipal e demais disposições constitucionais e legais vigentes.

CONSIDERANDO o afastamento por motivos de saúde da servidora Rozane Maria Provin;

DECRETA:

Art. 1º Fica designado, até o final do mês de janeiro de 2016, como responsável e Gestor dos Fundos Municipais de Assistência Social e dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, em conformidade com o disposto neste Ato e demais disposições constitucionais e legais vigentes, conforme abaixo especificado, a saber:

UNIDADES GESTORAS GESTORES RESPONSÁVEIS

Fundo Municipal de Assistência Social Ari Prestes de Oliveira

Fundo Mun. dos Direitos da Criança e Adolescente Ari Prestes de Oliveira

Art. 2º Este Decreto terá efeito retroativo ao dia 22 de outubro do ano de 2015.

Art. 3º O titular pelas Unidades Gestoras deste Ente Federado, é responsável como ordenador primário e sujeito a tomada de contas na forma da legislação vigente e perante o Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 4º O Gestor integrante do Quadro de Pessoal deste Município, exercerá as atribuições ora lhes determinadas, sem quaisquer ônus ao Erário Público Municipal.

Art. 5º As despesas decorrentes da execução deste Ato, correrão à conta dos respectivos créditos orçamentários vigentes.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Anchieta, 08 de dezembro de 2015.

ARI PRESTES DE OLIVEIRA

Prefeito

CERTIFICO, que o presente Decreto foi publicado nesta data e na forma da Lei em 08 de dezembro de 2015.

Andréia Marafão

Secretária de Administração e Gestão

### Decreto 193/2015

DECRETO Nº. 193/2015, de 15 de dezembro de 2015.

	DECRETA PONTO FACULTATIVO EM TODAS AS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
--	--

O Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, em especial em seus arts. 84, I, IV, XVI e,

Considerando as festividades de natal e Final de Ano;

DECRETA:

Art. 1º Fica decretado ponto facultativo em todas as Repartições Públicas Municipais do Município de Anchieta, nos dias 24 e 31 de dezembro de 2015.

Parágrafo Único: O setor de licitações adotará calendário próprio.

Art. 2º Os serviços emergenciais na área de Saúde Pública serão atendidos no Hospital Municipal Anchietaense, pelos profissionais em regime de plantão.

Parágrafo único. Cabe a Diretora Administrativa do Hospital Municipal Anchietaense adotar as medidas para a organização do atendimento de plantão de que trata este artigo.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA,

Em 15 de dezembro de 2015.

ARI PRESTES DE OLIVEIRA

Prefeito

CERTIFICO, que o presente Decreto foi publicado nesta data e na forma da Lei.

Em 15 de dezembro de 2015.

Andréia Marafão

Secretária de Administração e Gestão

### Decreto 194/2015

DECRETO Nº. 194/2015, de 15 de dezembro de 2015.

	DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DA JUNTA MÉDICA OFICIAL DO MUNICÍPIO, REGULAMENTA A CONCESSÃO DE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
--	---

O Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, em especial em seus arts. 84, I, IV, XVI e,

Considerando a necessidade premente de nomeação da Junta Médica Oficial do Município de Anchieta, bem como a sua regulamentação;

Considerando ainda, a necessidade de regulamentação referente a concessão de licença para tratamento de saúde dos servidores públicos municipais;

DECRETA:

Art. 1º A nomeação de profissionais médicos para compor a junta médica oficial do Município de Anchieta/SC, será por Portaria.

Art. 2º A junta médica terá competência para atestar e emitir parecer em casos de pedido de invalidez para fins de aposentadoria ou readaptação, nos termos da lei, assim como para avaliar a necessidade de se conceder licença para tratamento de saúde quando superior a 03 (três) dias.

Art. 3º Os profissionais nomeados se reunirão sempre que houver necessidade, devendo ser comunicado do ato por meio do Secretário de Administração – Departamento de Recursos Humanos.

Art. 4º Todo e qualquer pedido de afastamento do serviço público por motivos de doença por prazo igual ou inferior a 03 (três) dias será submetido à inspeção médica por médico do serviço oficial do próprio Município.

§1º Na hipótese de ser apresentado atestado firmado por médico não pertencente ao serviço oficial do Município, o mesmo será ratificado por médico pertencente ao serviço oficial do Município.

§2º Considera-se médico do serviço oficial do Município, para fins deste Decreto, o profissional médico integrante dos quadros de servidores efetivos, comissionados ou contratados do Município.

Art. 5º O Secretário de Administração – Departamento de Recursos Humanos, ou sob a delegação deste, os Diretores e Coordenadores responsáveis pelos trabalhos das Secretarias, ficam autorizados a receber atestados médicos e odontológicos, para fins de justificativas de faltas ao serviço, de servidores, lotados na respectiva Secretaria, sem necessidade de exame por Junta Médica, desde que o afastamento seja de até 03 (três) dias.

§1º Não é aceito, em hipótese alguma, atestado com data retroativa, nem aquele que não preencha as condições descritas no artigo 6º, §1º, deste Decreto.

§2º Havendo apresentação de novo atestado, que venha a prolongar o afastamento do servidor ao trabalho de forma a ultrapassar o prazo de 03 (três) dias, o mesmo deverá ser submetido à Junta Médica Oficial do Município, que emitirá laudo pericial na forma da legislação.

§3º Na hipótese do parágrafo anterior, o servidor deverá proceder na forma do artigo 6º, fazendo constar a circunstância da existência de atestado anterior, juntando copiado mesmo.

§4º Caso o servidor apresente mais de um atestado dentro do prazo de 30 (trinta) dias e a soma destes ultrapassar o prazo de 03 (três) dias, deverá o mesmo ser submetido à Junta Médica Oficial do Município.

Art. 6º Os atestados médicos devem conter:

- O nome do servidor;
- A assinatura do profissional assistente, sobre o carimbo, constando nome completo e registro no Conselho Profissional ou subscrito em receituário personalizado;
- O tempo de afastamento concedido ao servidor;
- A data de emissão do atestado.

Art. 7º A Junta Médica Oficial do Município preencherá formulário composto de 3 (três) vias, devendo constar todas as informações a que o servidor fora submetido, acompanhado das seguintes documentações:

- Cópias dos exames que comprovem a patologia;
- Documentos pessoais do servidor ou de seu dependente.

Art. 8º O exame médico pericial deve ser pautado pelos ditames éticos da profissão, levando-se em conta que a relação perito/periciando não se estabelece nos mesmos termos da relação médico/paciente.

§1º É vedado ao médico, na função de perito, divulgar suas conclusões, observações ou recomendações fora do procedimento administrativo, devendo manter sigilo pericial, restringindo as suas observações e conclusões ao laudo pericial, exceto por solicitação da autoridade competente.

§2º É vedado ao médico, na função de perito, modificar procedimentos propedêuticos e/ou terapêuticos, salvo em situação de indiscutível perigo de vida ou perda de função fisiológica, devendo, neste caso, fundamentar e comunicar por escrito o fato ao médico assistente, devendo, ainda, declarar-se suspeito a partir deste momento.

Art. 9º. O médico na função de perito não deve aceitar qualquer tipo de constrangimento, coação, pressão, imposição ou restrição que possam influir no desempenho de sua atividade, que deve ser realizado com absoluta isenção, imparcialidade e autonomia, podendo recusa-se a prosseguir no exame e fazendo constar no laudo o motivo de sua decisão.

Art. 10. O médico na função de perito ou assistente técnico, tem o direito de examinar e copiar a documentação médica do periciando, necessária para o seu mister, obrigando-se a manter sigilo profissional absoluto com relação aos dados não relacionados com o objeto da perícia médico legal.

§1º Poderá o médico investidos nestas funções solicitar ao médico emitente do atestado as informações e os esclarecimentos necessários ao exercício de suas atividades.

§2º O Município deve garantir ao médico perito todas as condições para o bom desempenho de suas atividades, bem como o acesso aos documentos que se fizerem necessários, inclusive deles obter cópias, desde que com a anuência do periciando ou de seu representante legal.

Art. 11. Caso haja necessidade, poderá ser solicitado a presença de um médico especialista na área da patologia do servidor para que se possa ter um laudo mais preciso.

Art. 12. O assistente técnico tem o direito de estar presente e participar de todos os atos periciais.

§1º É dever do perito e dos assistentes técnicos conferenciar e discutirem o caso em exame, disponibilizando, um ao outro, todos os documentos sobre a matéria em discussão após o término dos procedimentos periciais e antes de protocolizarem os respectivos laudos ou pareceres.

Art. 13. A observância do disposto neste Decreto constitui dever do servidor, levando o seu descumprimento à aplicação das sanções disciplinares previstas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 14. Este Decreto entrará em vigor na data de publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA,  
Em 15 de dezembro de 2015.  
ARI PRESTES DE OLIVEIRA  
Prefeito

CERTIFICO, que o presente Decreto foi publicado nesta data e na forma da Lei.  
Em 15 de dezembro de 2015.

Andréia Marafão  
Secretária de Administração e Gestão

## Decreto 195/2015

DECRETO Nº. 195/2015, de 15 de dezembro de 2015

Autoriza a Alteração do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 11.846,23 (onze mil, oitocentos e quarenta e seis reais e vinte e três centavos) e contém outras providências. O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei Orçamentária Municipal sob nº 2.133, de 11 de dezembro de 2014 e demais dispositivos constitucionais e legais,

DECRETA :

### TÍTULO I CAPÍTULO I DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a LOA - Lei Orçamentária nº. 2.133, de 11 de dezembro de 2014, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 11.846,23 (onze mil, oitocentos e quarenta e seis reais e vinte e três centavos), distribuídos em conformidade com os prescritos neste ato.

### CAPÍTULO II DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 11.846,23 (onze mil, oitocentos e quarenta e seis reais e vinte e três centavos), destinado a reforçar as dotações orçamentárias abaixo especificadas e constantes do Orçamento Geral do Município, nas seguintes contas, a saber:

07 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA		
01 – PLANEJAMENTO E SERVIÇOS URBANOS		
15.451.0575.1.068 – Obras de Pavimentação/Revitalização de Passos,		
Ruas, Avenida, Praças, Parques e Jardins		
(183) 4.4.90.00.00.00.00.0078	-Aplicações	Diretas
.....	R\$ 11.846,23	
Total .....	R\$ 11.846,23	

Parágrafo Único. Fica instituído para fins de lançamento contábil e geração de informações para o Tribunal de Contas deste Estado, a fonte de recursos sob nº. 0078 (00.01.0078) Recurso SDR/FUNDO SOCIAL para iluminação e revitalização da avenida Anchieta, em conformidade com o disposto neste ato..

Art. 3º Para o atendimento do Crédito aberto neste ato fica utilizado o produto do Excesso de Arrecadação no exercício financeiro de 2015, no valor de até R\$ 11.846,23 (onze mil, oitocentos e quarenta e seis reais e vinte e três centavos), atinente a execução orçamentária do Orçamento Geral deste Ente Federado, concernente a fonte receitaria sob código 4.2.4.7.2.16.00 – Outras Transferências de Convênios Estado – Revitalização da Avenida, Recurso sob nº. 0078 (00.01.0078) Recurso SDR/FUNDO SOCIAL para iluminação e revitalização da avenida Anchieta, Banco do Brasil S/A, Conta Corrente nº. 12.616-0, em conformidade com o disposto no art. 9º,



da Lei Municipal nº Lei Orçamentária nº. 2.133, de 11 de dezembro de 2014, Lei Federal nº. 4.320/64 art. 43, inciso II do § 1º e § 3º, e demais dispositivos constitucionais e legais em vigência.

### CAPÍTULO III

#### DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 4º Fica, igualmente, alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 2.132, de 11 de dezembro de 2014, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores deste Ato, relativamente às suplementações e reduções introduzidas ao presente ato.

### CAPÍTULO IV

#### DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 5º Fica, igualmente, alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 2.132 de 11 de dezembro de 2014, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores desta Lei, relativamente ao Crédito e redução introduzidas na presente Lei.

Art. 6º Este Decreto em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),  
15 de dezembro de 2015.

ARI PRESTES DE OLIVEIRA  
Prefeito municipal

CERTIFICO que o presente ato  
foi registrado e publicado nesta  
mesma data e na forma da Lei.  
Anchieta – (SC), 15/12/2015.

Andreia Marafão  
Secretária de Administração e Gestão

### Decreto 196/2015

DECRETO Nº. 196/2015, de 17 de dezembro de 2015.

Autoriza a Alteração do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual através da abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 373.600,00 (trezentos e setenta e três mil e seiscentos reais) e contém outras providências.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº. 2.227, de 17 de dezembro de 2015 e demais dispositivos constitucionais e legais,

DECRETA:

TÍTULO I

CAPÍTULO I

#### DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a Lei Orçamentária Anual Lei nº. 2.133, de 11 de dezembro de 2014, Orçamento Geral do Município de Anchieta - (SC), através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 373.600,00 (trezentos e setenta e Três mil e seiscentos reais), objetivando suplementar dotações orçamentárias para o exercício em curso, no atendimento despesas com pessoal e encargos sociais dos Professores da Educação, pessoal da Saúde, Transporte Escolar terceirizado e para manutenção da Cultura deste Ente Federado de responsabilidade deste ente Federado.

### CAPÍTULO II

#### DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Em conformidade com o disposto no artigo anterior deste

Decreto, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder por ato próprio, à Abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 373.600,00 (trezentos e setenta e Três mil e seiscentos reais) no Orçamento Geral do Município (LOA), conforme abaixo especificado a saber:

#### PARTE PREFEITURA MUNICIPAL

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

02 - ENSINO FUNDAMENTAL

12.361.0188.2.014 - Administração Geral dos Bens e Serviços  
Do Ensino Fundamental

(36)	3.1.90.00.00.00.00.00.0334	-Aplicações	Diretas
..... R\$ 135.510,00			

12.361.0239.2.015 - Administração Geral dos Bens e Serviços  
Transporte Escolar – Ens. Fundamental

(42)	3.3.90.00.00.00.00.00.0120	-Aplicações	Diretas
..... R\$ 16.090,00			

(43)	3.3.90.00.00.00.00.00.0334	-Aplicações	Diretas
..... R\$ 60.000,00			

3 – ENSINO INFANTIL

12.365.0185.2.019 - Administração Geral dos Bens e Serviços  
Do Ensino Infantil

(50)	3.1.90.00.00.00.00.00.0334	-Aplicações	Diretas
..... R\$ 99.000,00			

07 - CULTURA

13.392.0247.2.123 - Administração Geral dos Bens e Serviços da  
Cultura,

Biblioteca e Festividades do Município

(121)	3.3.90.00.00.00.00.00.0131	-Aplicações	Diretas
..... R\$ 3.000,00			

#### PARTE FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA

09 – SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA

01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.428.2.101 - Administração Geral dos Bens e Serviços  
Da Atenção Básica

(08)	3.1.90.00.00.00.00.00.0335	-Aplicações	Diretas
..... R\$ 60.000,00			

1 - Sub – total	.....		
.....R\$ 60.000,00			

TOTAL GERAL	..... R\$ 373.600,00		
-------------	----------------------	--	--

Art. 3º Para a cobertura do crédito permitido neste Decreto, fica, igualmente, autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a proceder à redução das seguintes dotações orçamentárias abaixo discriminadas e constantes da mesma matéria orçamentária:

#### PARTE DA PREFEITURA MUNICIPAL

02 – PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

01 – GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

04.122.0021.2.003 – Publicação e Divulgação dos Atos Oficiais do  
Município

(01)	3.3.90.00.00.00.00.00.0131	– Aplicações Diretas	R\$ 2.500,00
------	----------------------------	----------------------	--------------

04.122.0021.2.004 – Administração Geral dos Bens e Serviços do  
Gabinete do Prefeito

(06)	4.4.90.00.00.00.00.00.0131	– Aplicações Diretas	R\$ 7.150,00
------	----------------------------	----------------------	--------------

03 – JUNTA DO SERVIÇO MILITAR

05.0153.0200.2.006 – Administração Geral dos Bens e Serviços do  
Junta Militar

(11)	3.3.90.00.00.00.00.00.0131	– Aplicações Diretas	R\$ 3.500,00
------	----------------------------	----------------------	--------------

02 – CONTROLE INTERNO



04.124.0032.2.005 – Administração Geral dos Bens e Serviços do Controle Interno  
(07) 3.3.90.00.00.00.00.00.0131 – Aplicações Diretas R\$ 10.050,00  
(09) 4.4.90.00.00.00.00.00.0131 – Aplicações Diretas R\$ 1.800,00

04 – SECRETARIA DA FAZENDA  
02 - CONTADORIA GERAL  
04.124.0032.2.012 – Administração Geral dos Bens e Serviços da Contadoria Geral  
(25) 3.1.90.00.00.00.00.00.0131 -Aplicações Diretas ..... R\$ 8.000,00  
(26) 3.3.90.00.00.00.00.00.0131 -Aplicações Diretas ..... R\$ 5.000,00

03 - ENCARGOS ESPECIAIS  
28.846.045.3.004 – Pagamento de Sentenças Judiciais e Precatórios Regime Especial E. C. 62/2009  
(127) 3.1.90.00.00.00.00.00.0131-Aplicações Diretas ..... R\$ 8.000,00

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE  
01 – ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL  
01 – 12.122.0021.2.013 - Administração Geral dos Bens e Serviços da Administração da Educação  
(30) 3.1.90.00.00.00.00.00.0334 -Aplicações Diretas ..... R\$ 9.000,00  
(31) 3.3.90.00.00.00.00.00.0334 -Aplicações Diretas ..... R\$ 5.000,00

03 – ENSINO INFANTIL  
12.365.0427.2.022 - Administração Geral dos Bens e Serviços Programa Merenda Escolar do Ensino Infantil  
(63) 3.3.90.00.00.00.00.00.0131 -Aplicações Diretas ..... R\$ 8.500,00

12.365.0190.2.020 - Administração Geral dos Bens e Serviços De Creche  
(55) 3.1.90.00.00.00.00.00.0334 -Aplicações Diretas .....R\$ 4.000,00  
(57) 3.3.90.00.00.00.00.00.0334 -Aplicações Diretas ..... R\$ 14.000,00  
(58) 4.4.90.00.00.00.00.00.0334 -Aplicações Diretas ..... R\$ 2.000,00

12.365.0247.2.023 - Administração Geral dos Bens e Serviços Do Programa Alimentação Escolar - Creche  
(66) 3.1.90.00.00.00.00.00.0131 -Aplicações Diretas ..... R\$ 13.000,00

04 – ENSINO MÉDIO  
12.362.0197.2017 - Administração Geral dos Bens e Serviços Do Ensino Médio  
(67) 3.3.50.00.00.00.00.00.0131 –Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos ..... R\$ 4.000,00  
(69) 3.3.90.00.00.00.00.00.0120 -Aplicações Diretas ..... R\$ 16.090,00

06 – SECRETARIA DE AGRICULTURA  
01 – AGRICULTURA  
20.122.0021.2031- Administração Geral dos Bens e Serviços da Agricultura  
(74)3.1.90.00.00.00.00.00.0131 -Aplicações Diretas ..... R\$ 7.000,00  
(76)4.4.90.00.00.00.00.00.0131 -Aplicações Diretas ..... R\$ 8.000,00

01 – AGRICULTURA  
20.602.0088.2052 - Administração Geral dos Bens e Serviços Da Produção Animal  
(79) 3.3.90.00.00.00.00.00.0131 -Aplicações Diretas ..... R\$ 7.000,00

07 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA  
01 – PLANEJAMENTO E SERVIÇOS URBANO  
15.122.0021.2.035- Administração Geral dos Bens e Serviços Planej e Serv. Urbanos  
(85)3.3.90.00.00.00.00.00.0131 -Aplicações Diretas ..... R\$ 36.000,00  
(87)4.4.90.00.00.00.00.00.0131 -Aplicações Diretas ..... R\$ 1.600,00

02 – OBRAS E SERVIÇOS RODOVIÁRIO  
15.452.0325.2036- Administração Geral dos Bens e Serviços Limpeza Publica  
(91)3.1.90.00.00.00.00.00.0131 -Aplicações Diretas ..... R\$ 5.000,00  
(92)3.3.90.00.00.00.00.00.0131 -Aplicações Diretas ..... R\$ 8.000,00

26.782.0021.2041- Administração Geral dos Bens e Serviços Rodoviários  
(91)3.1.90.00.00.00.00.00.0131 -Aplicações Diretas ..... R\$ 13.000,00  
(97)3.3.90.00.00.00.00.00.0131 -Aplicações Diretas ..... R\$ 40.000,00

13 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL  
01 - DESENVOLVIMENTO LOCAL  
04.122.0021.2.050 - Administração Geral dos Bens e Serviços do Desenvolvimento Local  
(114) 3.3.90.00.00.00.00.00.0131 -Aplicações Diretas ..... R\$ 6.010,00

18.542.0455.2.049 - Administração Geral dos Bens e Serviços Sistema De Esgoto, Preservação Ambiental  
115) 3.3.90.00.00.00.00.00.0131 -Aplicações Diretas ..... R\$ 2.400,00  
Sub – Total Prefeitura ..... R\$ 55.600,00

PARTE FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA PARA SAÚDE  
09 – SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA  
01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
10.122.0021.2100 - Administração Geral dos Bens e Serviços Da Unidade Administrativa da Secretária de Saúde  
(01) 3.1.90.00.00.00.00.00.0335 -Aplicações Diretas ..... R\$ 60.000,00  
Sub – total ..... R\$ 60.000,00

PARTE HOSPITAL MUNICIPAL ANCHIETENSE  
12 - HOSPITAL MUNICIPAL ANCHIETENSE  
02 – SETOR DE SERVIÇOS DO HOSPITAL MUNICIPAL  
10.122.0021.2.400 - Administração Geral dos Bens e Serviços Administração do Hospital Municipal  
(01) 3.1.90.00.00.00.00.00.0335 -Aplicações Diretas ..... R\$ 12.000,00  
(02) 3.3.90.00.00.00.00.00.0335 -Aplicações Diretas ..... R\$ 10.900,00  
(03) 4.4.90.00.00.00.00.00.0335 -Aplicações Diretas ..... R\$ 3.100,00

02 – SETOR DE SERVIÇOS DO HOSPITAL MUNICIPAL  
10.302.0428.2.401 - Administração Geral dos Bens e Serviços

Assistência Médico Sanitária  
(06) 3.3.90.00.00.00.00.0335 -Aplicações Diretas  
..... R\$ 30.000,00  
(08) 4.4.90.00.00.00.00.0335 -Aplicações Diretas  
..... R\$ 2.000,00  
Sub – total .....  
.....R\$ 59.500,00  
TOTAL GERAL ..... R\$ 373.600,00

### CAPÍTULO III DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 4º Fica alterado o PPA - Plano Plurianual, Lei Municipal nº. 2.122, de 14 de novembro de 2014, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores deste Decreto, relativamente ao Crédito e redução introduzidas neste texto legal.

### CAPÍTULO IV DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 5º Fica, igualmente, alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 2.132 de 11 de dezembro de 2014, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores deste Decreto, relativamente ao Crédito e reduções introduzidas no presente Decreto.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA,  
Em 17 de dezembro de 2015.  
ARI PRESTES DE OLIVEIRA  
Prefeito

CERTIFICO, que o presente Decreto foi publicado nesta data e na forma da Lei.  
Em 17 de dezembro de 2015.

Andréia Marafão  
Secretária de Administração e Gestão

### Decreto 197/2015

DECRETO Nº. 197/2015, de 17 de dezembro de 2015.

	DESIGNA PREGOEIROS E COMPÕE EQUIPE DE APOIO PARA ATUAREM EM LICITAÇÕES NA MODALIDADE DE PREGÃO NO ÂMBITO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA – SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
--	--

O Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

#### DECRETA:

Art. 1º Designa Comissão para atuarem como pregoeiros em licitações na modalidade de pregão, no âmbito da prefeitura Municipal de Anchieta – SC, os seguintes servidores:

I – MATEUS POLONIATO  
II – SANDRA BARBOSA DOS SANTOS SCHOLTZE

Parágrafo único. O Edital indicará em cada certame licitatório o Pregoeiro e seu substituto.

Art. 2º Ficam designados para atuarem como membros da Equipe de Apoio em licitações na modalidade de pregão, no âmbito da Prefeitura Municipal de Anchieta – SC, os seguintes servidores:

I – IDENES MARIA FIORENTIN SCHENA

II – MÔNICA SCHAEFFER  
III – NEORI HOPPE

Parágrafo único. O Edital indicará os membros da Equipe de Apoio para atuarem no certame, com um mínimo de três integrantes.

Art. 3º As funções de pregoeiro e Equipe de Apoio para atuarem em licitações na modalidade de pregão serão exercidas no horário de expediente da administração, não sendo remunerada.

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revoga-se o Decreto n.º 058/2015, de 30 de março de 2015, bem como as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA (SC),  
Em 17 de dezembro de 2015.  
ARI PRESTES DE OLIVEIRA  
Prefeito

CERTIFICO, que o presente Decreto foi publicado nesta data e na forma da Lei.  
Em 17 de dezembro de 2015.

Andréia Marafão-Secretária de Administração e Gestão

### Decreto 198/2015

DECRETO Nº. 198/2015, de 18 de dezembro de 2015.

DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DE DESMEMBRAMENTO D A CHÁCARA URBANA N.º 64, DE PROPRIEDADE DE IVO JOSÉ SCHOLTZE E EDEMILSON SCHOLTZE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e pela Lei Complementar n. 026/2010, em seu art. 55 e seguintes;

Considerando o projeto de desmembramento da chácara urbana n.º 64, com o respectivo memorial descritivo e ART, aprovado pela área técnica do Município e pelo Conselho de Desenvolvimento Municipal;

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica aprovado o desmembramento da chácara urbana n.º 64, com área de 25.000,00 m² (vinte e cinco mil metros quadrados), sem benfeitorias, de propriedade de IVO JOSÉ SCHOLTZE, CPF nº. 183.040.529-20 e EDEMILSON SCHOLTZE, CPF nº. 042.338.299-31, situado na Linha São Paulo Alto, perímetro urbano do Município de Anchieta, atual Rua Professor Valdir Roberto Scholtze, Estado de Santa Catarina, conforme MATRÍCULA nº. 1.281.

§1º Esta área será dividida em duas novas áreas, uma com 16.496,40 m² (dezesseis mil quatrocentos e noventa e seis com quarenta metros quadrados), ficando uma área remanescente de 8.503,60m² (oito mil quinhentos e três com sessenta metros quadrados).

§2º. A situação da chácara urbana n.º 64, tendo em vista o disposto no caput deste artigo, é consolidada da seguinte forma:

#### I – ANTES DO DESMEMBRAMENTO:

a) MATRÍCULA 1.281: Área total de 25.000,00 m² (vinte e cinco mil metros quadrados), sem benfeitorias, situado na Linha São Paulo Alto, atual perímetro urbano do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, de propriedade de Ivo José Scholtze e Edemilson Scholtze. O imóvel possui as seguintes confrontações, constantes na matrícula:

NORTE: Com o Loteamento Altos da Colina por linha seca com 187,11 metros, sendo 30,00 metros com o lote nº 09, 30,00 metros com o lote nº 10, 12,001 metros com a rua B, 30,00 metros com

o lote nº 09, 30,00 com o lote nº 10, 12,001 metros com a rua C, 19,943 metros com o lote nº 06 e 23,165 metros com parte da chácara nº 67;

LESTE: Com o Prolongamento da Rua Vereador Geraldo Garlet, atual Rua Professor Valdir Roberto Scholtze;

SUL: Com o Prolongamento da Rua Vereador Geraldo Garlet, atual Rua Professor Valdir Roberto Scholtze;

SUDESTE: Com o Prolongamento da Rua Vereador Geraldo Garlet, atual Rua Professor Valdir Roberto Scholtze;

OESTE: Com a Chácara nº 63 por linha seca com 203,3 metros.

## II – APÓS O DESMEMBRAMENTO:

### a) Área desmembrada

As áreas a serem desmembradas totalizam 16.496,40 m2 (dezesseis mil quatrocentos e noventa e seis com quarenta metros quadrados), num conjunto de 10 (dez) partes que serão denominadas de lotes urbanos e chácaras urbanas, conforme descritos abaixo:

LOTE URBANO Nº 01: Totaliza uma extensão de 453 m2 (quatrocentos e cinquenta e três metros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE: Com o Loteamento Altos da Colina, lote nº 09, por linha seca com 30,00 metros;

SUL: Com o lote 02 por linha seca com 28,10 metros;

OESTE: Com parte remanescente da chácara nº 64 por linha seca com 15,80 metros;

LESTE: Com o Prolongamento da Rua Vereador Geraldo Garlet, atual Rua Professor Valdir Roberto Scholtze, com 16,49 metros.

LOTE URBANO Nº 02: Totaliza uma extensão de 454,00 m2 (quatrocentos e cinquenta e quatro metros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE: Com o lote 01 por linha seca com 28,10 metros;

SUL: Com o lote 03 por linha seca com 29,45 metros;

OESTE: Com a chácara nº 64/A por linha seca com 15,80 metros;

LESTE: Com o Prolongamento da Rua Vereador Geraldo Garlet, atual Rua Professor Valdir Roberto Scholtze, com 15,84 metros.

LOTE URBANO Nº 03: Totaliza uma extensão de 616,00 m2 (seiscentos e dezesseis metros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE: Com o lote 02 por linha seca com 29,45 metros;

SUDESTE: Com o Prolongamento da Rua Vereador Geraldo Garlet, atual Rua Professor Valdir Roberto Scholtze, com 44,92 metros.

OESTE: Com a chácara Urbana nº 64/A por linha seca com 25,26 metros;

LOTE URBANO Nº 04: Totaliza uma extensão de 520,00 m2 (quinhentos e vinte metros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE: Com a chácara Urbana nº 64/A por linha seca com 36,61 metros;

SUL: Com o lote 05 por linha seca com 29,25 metros;

OESTE: Com a chácara Urbana nº 64/A por linha seca com 16,21 metros;

LESTE: Com o Prolongamento da Rua Vereador Geraldo Garlet, atual Rua Professor Valdir Roberto Scholtze, com 16,37 metros.

LOTE URBANO Nº 05: Totaliza uma extensão de 529,00 m2 (quinhentos e vinte e nove metros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE: Com o lote 04 por linha seca com 29,25 metros;

SUL: Com o lote 06 por linha seca com 25,00 metros;

OESTE: Com a chácara Urbana nº 64/A por linha seca com 20,36

metros;

LESTE: Com o Prolongamento da Rua Vereador Geraldo Garlet, atual Rua Professor Valdir Roberto Scholtze, com 18,54 metros.

LOTE URBANO Nº 06: Totaliza uma extensão de 505,40 m2 (quinhentos e cinco metros quadrados e quarenta centímetros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE: Com o lote 05 por linha seca com 25,00 metros;

SUL: Com o lote 07 por linha seca com 22,28 metros;

OESTE: Com a chácara Urbana nº 64/A por linha seca com 25,44 metros;

LESTE: Com o Prolongamento da Rua Vereador Geraldo Garlet, atual Rua Professor Valdir Roberto Scholtze, com 18,09 metros.

LOTE URBANO Nº 07: Totaliza uma extensão de 460,00 m2 (quatrocentos e sessenta metros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE: Com o lote 06 por linha seca com 22,28 metros;

SUL: Com o lote 08 por linha seca com 24,13 metros;

OESTE: Com a chácara Urbana nº 64/A por linha seca com 20,00 metros;

LESTE: Com o Prolongamento da Rua Vereador Geraldo Garlet, atual Rua Professor Valdir Roberto Scholtze, com 19,70 metros.

LOTE URBANO Nº 08: Totaliza uma extensão de 459,00 m2 (quatrocentos e cinquenta e nove metros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE: Com o lote 07 por linha seca com 24,13 metros;

SUL: Com a chácara Urbana nº 64/A por linha seca com 18,93 metros;

OESTE: Com a chácara Urbana nº 64/A por linha seca com 24,25 metros;

LESTE: Com o Prolongamento da Rua Vereador Geraldo Garlet, atual Rua Professor Valdir Roberto Scholtze, com 18,73 metros.

LOTE URBANO Nº 09: Totaliza uma extensão de 535,00 m2 (quinhentos e trinta e cinco metros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE: Com chácara urbana nº 64/B por linha seca com 8,62 metros;

NOROESTE: Com chácara urbana nº 64/B por linha seca com 22,39 metros;

SUL: Com o Prolongamento da Rua Vereador Geraldo Garlet, atual Rua Professor Valdir Roberto Scholtze, com 29,13 metros.

OESTE: Com a chácara nº 63 por linha seca com 17,32 metros;

LESTE: Com o lote 09 por linha seca com 18,47 metros.

CHÁCARA URBANA Nº 64/B: Totaliza uma extensão de 11.965,00 m2 (onze mil novecentos e sessenta e cinco metros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE: Com o Loteamento Altos da Colina por linha seca com 64,70 metros, sendo 9,591 metros com o lote nº 10, 12,001 metros com a rua C, 19,943 metros com o lote nº 06 e 23,165 metros com a chácara nº 67;

SUL: Com o lote 09 por linha seca com 31,01 metros; Com o Prolongamento da Rua Vereador Geraldo Garlet, atual Rua Professor Valdir Roberto Scholtze, com 41,25 metros.

OESTE: Com a chácara nº 63 por linha seca com 185,72 metros; Com o lote 09 por linha seca com 18,47 metros;

LESTE: Com chácara urbana nº 64/A por linha seca com 172,48 metros;

### b) Área Remanescente

A área Remanescente será denominada de CHÁCARA URBANA Nº64/A, totaliza uma extensão de 8.503,60 m<sup>2</sup> (oito mil quinhentos e três metros quadrados com sessenta centímetros quadrados) com as seguintes confrontações:

NORTE: Com o Loteamento Altos da Colina por linha seca com 92,41 metros, sendo, 30,00 metros com o lote nº 10, 12,001 metros com a rua B, 30,00 metros com o lote nº 09, 20,409 com o lote nº 10;

LESTE: Com o lote 01 por linha seca com 15,79 metros; Com o lote 02 por linha seca com 15,80 metros; Com o lote 03 por linha seca com 25,26 metros;

SUDESTE: Com o lote 04 por linha seca com 16,21 metros; Com o lote 05 por linha seca com 20,36 metros; Com o lote 06 por linha seca com 25,44 metros; Com o lote 07 por linha seca com 20,00 metros; Com o lote 08 por linha seca com 18,93 metros;

SUL: Com o Prolongamento da Rua Vereador Geraldo Garlet, atual Rua Professor Valdir Roberto Scholtze, com 62,60 metros.

SUDOESTE: Com o lote 04 por linha seca com 36,61 metros

NORDESTE: Com o lote 08 por linha seca com 25,00 metros

OESTE: Com a chácara urbana n 64/B por linha seca com 172,48 metros.

Art. 2º. As despesas decorrentes para a execução do presente Decreto correrão por conta de dotações orçamentárias próprias do orçamento municipal, vigente em cada exercício financeiro.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Anchieta (SC), 18 de dezembro de 2015.

ARI PRESTES DE OLIVEIRA

Prefeito

CERTIFICO que o presente Decreto foi publicado nesta data e na forma da Lei em 18 de dezembro de 2015.

Andréia Marafão

Secretária de Administração e Gestão

## Lei 2.221/2015

LEI Nº. 2.221/2015.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A DEFINIR REPRESENTANTES OFICIAIS (RAINHA E PRINCESAS) E AUTORIZA A ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL, DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E DA LEI ORÇAMENTÁRIA ATRAVÉS DA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NA IMPORTÂNCIA DE ATÉ R\$ 1.000,00 (UM MIL REIAS) PARA CUSTEAR DESPESAS E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a definir como representantes oficiais do Município (2016/2017) a Rainha e Princesas a escolha promovida pela ADEC (Associação Desenvolvimento Esporte e Cultura Anchieta).

Art. 2º Fica o Poder Executivo autorizado a custear despesas de custeio da Rainha e Princesas em eventos e visitas onde representarão o Município de Anchieta/SC nos anos de 2016 e 2017.

DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 3º Fica alterada a Lei Orçamentária Anual Lei nº. 2.133, de 11 de dezembro de 2014, Orçamento Geral do Município de Anchieta - (SC), no Órgão 13 – Secretaria De Desenvolvimento Local, Unidade 01 – Desenvolvimento Local, através da abertura de um Crédito Adicional Especial, na importância de até R\$ 1.000,00 (um mil e reais), em conformidade com o prescrito nesta Lei, instituindo-se para tal na matéria orçamentária em execução o Projeto / Atividade 13.01.04.122.0021.2.078 – Administração Geral dos Bens e Serviços de Divulgação do Município, na Modalidade de despesas sob o código nº. 3.3.90.00 – Aplicações Diretas, tem como finalidade de custear despesas com divulgação do Município de responsabilidade deste Ente Federado.

### DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 4º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado, a proceder por ato próprio, à abertura de um Crédito Adicional Especial no valor de até R\$ 1.000,00 (um mil e reais), com o objetivo de suplementar as seguintes dotações orçamentárias abaixo especificadas e constantes da mesma matéria em execução:

13 - DESENVOLVIMENTO LOCAL

01 – DESENVOLVIMENTO LOCAL

04.122.0021.2.078 – Administração Geral dos Bens e Serviços de Divulgação do Município

( ..... ) 3.3.90.00.00.00.00.00.0131 – Aplicações Diretas R\$ 1.000,00 Total ..... R\$ 1.000,00

Art. 5º Para a cobertura do crédito permitido nesta Lei fica, igualmente, autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a proceder à redução das seguintes dotações orçamentárias abaixo discriminadas e constantes da mesma matéria orçamentária:

13 - DESENVOLVIMENTO LOCAL

01 – DESENVOLVIMENTO LOCAL

18.542.0455.2.049 – Administração Geral dos Bens e Serviços de Esgoto

Preservação Ambiental

(115) 3.3.90.00.00.00.00.00.0131 – Aplicações Diretas R\$ 1.000,00 Total ..... R\$ 1.000,00

### DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 6º Fica alterado o PPA - Plano Plurianual, Lei Municipal nº. 2.122, de 14 de novembro de 2014, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores desta Lei, relativamente ao Crédito e redução introduzida neste texto legal.

### DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 7º Fica, igualmente, alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 2.132, de 11 de dezembro de 2014, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores desta Lei, relativamente ao Crédito e redução introduzida a presente Lei.

Art. 8º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANCHIETA (SC), em 08 de dezembro de 2015.

ARI PRESTES DE OLIVEIRA

Prefeito

CERTIFICO, que a presente Lei foi publicada nesta data e na forma da Lei. Em 08 de dezembro de 2015.

Andréia Marafão

Secretária de Administração e Gestão



**Lei 2.222/2015**

LEI Nº. 2.222/2015.

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE ANCHIETA, ESTADO DE SANTA CATARINA, PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2016, E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, Faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**TÍTULO I****CAPÍTULO I  
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 1º Em atendimento aos preceitos da Constituição Federal, Estadual, Municipal e demais disposições legais vigentes, fica estimada a Receita e fixa a Despesa do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, para o exercício financeiro de 2016, compreendendo:

I – Orçamento Fiscal referente aos Poderes Executivo, Legislativo, Fundos e Autarquia, pertencentes à Administração direta e indireta deste Ente Federado; e,

II – Orçamento da Seguridade Social abrange todas as Entidades e Órgãos a eles vinculados, da administração direta e indireta, bem como os Fundos e Autarquia instituídos pelo Município.

**TÍTULO II****DOS ORÇAMENTOS, FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL****CAPÍTULO I  
DA ESTIMATIVA DA RECEITA DA RECEITA TOTAL**

Art. 2º A Receita Orçamentária fica estimada em R\$ 18.775.000,00 (Dezoito milhões, setecentos e setenta e cinco mil reais) em observância ao disposto da lei instituidora do Plano Plurianual e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, elencadas em conformidade com os anexos integrantes desta lei.

Art. 3º As receitas decorrentes das arrecadações de tributos, contribuições, transferências constitucionais e legais além de outras receitas correntes e de capital, foram estimadas obedecidas às normas preconizadoras constantes das Portarias nºs. 42, 163, Portaria Conjunta nº 1 e demais dispositivos constitucionais e legais atinentes, segundo os anexos integrantes da matéria orçamentária.

**CAPÍTULO II  
DA EXECUÇÃO DA DESPESA****SEÇÃO I  
Da Despesa Total**

Art. 4º A Despesa Orçamentária no mesmo valor da Receita Orçamentária, fica fixada em R\$ 18.775.000,00 (Dezoito milhões, setecentos e setenta e cinco mil reais), desdobrada em observância ao disposto da lei instituidora do Plano Plurianual e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, em conformidade com o disposto nas Portarias nºs. 42, 163, Portaria Conjunta nº. 1 e demais dispositivos constitucionais e legais pertinentes, cujos anexos são partes integrantes desta matéria orçamentária.

**SEÇÃO II  
Da distribuição da Despesa por Órgão e Função**

Art. 5º A despesa fixada à conta dos recursos previstos nesta Lei, observada a programação constante do Detalhamento das Ações determinadas pelo Governo Municipal, apresenta, por Órgãos e

Fundos, o desdobramento em conformidade com os anexos desta Lei, mais especificadamente os constantes dos Anexos I a IX, além de outros que completam a presente matéria orçamentária à luz da norma constitucional e legal vigente.

Parágrafo Único. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder por ato próprio ao remanejamento, transpor ou transferir, total ou parcialmente, as categorias de programação constantes desta lei, mantidos os respectivos detalhamentos por esferas orçamentárias, grupos de despesa, modalidades de aplicação, a fim de ajustar a programação aprovada às competências e atribuições definidas para cada Órgão e Unidade do Orçamento Consolidado, tendo como limite definido o total do projeto ou atividade, à data expedição do respectivo ato.

**CAPÍTULO III  
Dos Créditos Adicionais**

Art. 6º As despesas serão realizadas de acordo com as discriminações constantes dos anexos da presente lei, segundo as funções, programas, subprogramas, categorias econômicas, Órgãos e Unidades Orçamentárias de acordo com cada unidade administrativa direta ou indireta deste Ente Federado.

Art. 7º Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a tomar as medidas necessárias a compatibilizarão das despesas com a realização da Receita, em conformidade com os preceitos constitucionais e legais vigentes.

Art. 8º A Reserva de Contingência fixada no Orçamento do Município, será movimentada por ato exclusivo do Executivo Municipal.

Art. 9º Fica o Executivo Municipal, a proceder por ato próprio, a abertura de Créditos Adicionais Suplementares, à conta dos recursos provenientes do excesso de arrecadação e/ou sua tendência, em conformidade com o que dispõe o inciso II, do § 1º. e 3º, do art. 43, da Lei Federal nº. 4.320, de 17 de Março de 1964 e suas alterações.

Art. 10. Fica igualmente autorizado ao Executivo Municipal, a proceder por ato próprio, à abertura de Créditos Adicionais Suplementares, nos limites excedentes das arrecadações e suas tendências constantes das receitas previstas e as realizadas, referentes aos convênios, acordos, contratos e outros firmados pela municipalidade, em conformidade com o disposto no art. 43, §1º inciso II e §3º, da Lei Federal nº. 4.320, de 17 de Março de 1964 e suas alterações.

Parágrafo Único. Aplica-se o mesmo entendimento deste artigo, às novas receitas arrecadadas não estimadas na matéria orçamentária.

Art. 11. Fica autorizado ao Executivo Municipal, a proceder por ato próprio, à transposição, remanejamento e/ou a transferência de recursos orçamentários através da abertura de Créditos Adicionais Suplementares de uma modalidade de despesa para outra, dentro da mesma categoria de programação das respectivas despesas, os recursos, projetos e atividades, nos limites das dotações orçamentárias fixadas nesta lei de cada atividade e/ou projetos, na forma do art. 7º, e do inciso III, do §1º, do art. 43, da Lei Federal nº. 4.320, de 17 de Março de 1964, art. 31 da LDO e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes, desde que obedecidas a fonte de financiamento.

Art. 12. Fica da mesma forma, o Executivo Municipal, autorizado a proceder à abertura de Créditos Adicionais Suplementares à conta dos recursos provenientes do superávit financeiro apurado em Balanço Patrimonial do exercício anterior, em conformidade com o disposto no Inciso I, §§ 1º. e 2º, do art. 43, da Lei federal nº 4.320/64 e demais vigentes.



Art. 13. Consideram-se como excesso de arrecadação para fins de abertura de Créditos Adicionais Suplementares por ato do Executivo, os rendimentos de aplicações financeiras providos de receitas de recursos ordinários e/ou vinculados, destinados ao suprimento de dotações orçamentárias julgadas insuficientes no decorrer do exercício financeiro, dentro das suas respectivas vinculações, em conformidade com o que dispõe o inciso II, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº. 4.320, de 17 de Março de 1964 e suas alterações.

Art. 14. O limite dos Créditos Adicionais Suplementares autorizados nesta lei corresponde em até cem por cento dos saldos constantes dos Projetos, Atividades, do Excesso Arrecadação e do Superávit Financeiro, em conformidade com o art. 43, seus parágrafos e incisos da Lei Federal nº. 4.320, de 17 de Março de 1964 e suas alterações, disponíveis na data da abertura do respectivo Crédito, podendo, ainda ser instituídos outros elementos de despesas necessários à efetiva execução orçamentária.

### TÍTULO III CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 15. Os documentos integrantes e apensados a presente Lei Orçamentária, os quais instituem e instruem a peça orçamentária, se constituem em documentos orçamentários hábeis e legítimos ao atendimento aos preceitos da Constituição Federal, Estaduais, Lei Orgânica Municipal, Lei Federal nº. 4.320/64 e suas alterações vigentes, bem como, à Lei Complementar nº. 101/2000 e demais dispositivos legais.

Art. 16. Esta Lei entrará em vigor no dia primeiro de janeiro do exercício financeiro de dois mil e dezesseis.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANCHIETA (SC), em 10 de dezembro de 2015.

ARI PRESTES DE OLIVEIRA  
Prefeito

CERTIFICO, que a presente Lei foi publicada nesta data e na forma da Lei.  
Em 10 de dezembro de 2015.

Andréia Marafão  
Secretária de Administração e Gestão

### **Lei 2.223/2015** LEI Nº. 2.223/2015.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, EM NOME DO MUNICÍPIO DE ANCHIETA (SC), A FIRMAR TERMO DE CONVÊNIO COM O ESTADO DE SANTA CATARINA, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA / CORPO DE BOMBEIROS MILITAR, ESTABELECE A SEGURANÇA CONTRA SINISTROS EM EDIFICAÇÕES E EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE BOMBEIROS NO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com o GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, através da SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA / CORPO DE BOMBEIROS MILITAR, estabelece a segurança contra sinistros em edificações e execução de serviços de bombeiros

no município, estabelecidos no art. 108, da Constituição Estadual, com a finalidade de prover recursos para investimentos em equipamentos e material permanente, bem como para a manutenção dos serviços de bombeiros, para as atividades de segurança contra sinistros, busca e salvamento de pessoas e bens, atendimento pré-hospitalar, exames de projetos e vistorias de segurança contra sinistros em edificações, ações de defesa civil, desenvolvidas pela Corporação, através do Corpo de Bombeiros Militar.

### TÍTULO I DAS TAXAS

#### CAPÍTULO I TAXA DE COMBATE E À PREVENÇÃO DE SINISTROS E SALVAMENTO

Art. 2º. A Taxa de Combate e Prevenção de Sinistros e Salvamento será arrecadada em conformidade com o "Anexo I" desta lei e terá como fato gerador, a ação efetiva ou potencial do serviço de combate e prevenção a incêndios ou outros sinistros.

Art. 3º. O Contribuinte da Taxa é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor, a qualquer título, de bem que mantenha com regularidade o controle, manutenção e vistorias, objetivando evitar sinistros em edificações e/ou acidentes.

Parágrafo Único: A Taxa de Segurança Contra Incêndio de que trata o artigo 2º, será lançada e arrecadada anualmente, anexa ao documento de arrecadação municipal relativo ao Imposto Predial e Territorial urbano IPTU, sendo diretamente depositada em conta especial denominada "Convênio Conta Vinculada".

Art.4º. São isentos da Taxa de Combate e Prevenção de Sinistros e Salvamento os imóveis seguintes:

- a) Imóveis de propriedade do Município, Estado e União;
- b) Imóveis de propriedade de entidade de qualquer culto;
- c) Imóveis de propriedade de entidade com caráter cultural, assistenciais e filantrópicas que sejam comprovadamente declaradas de Utilidade Pública pelo Município;
- d) Imóveis de propriedade de clubes sociais e desportivos que sejam comprovadamente declaradas de Utilidade Pública pelo Município.

Parágrafo Único. Ficam isentos os imóveis atingidos pelas alíneas "b", "c" e "d" deste artigo onde se encontram edificadas os templos ou sedes das respectivas entidades.

Art. 5º. Ficam igualmente instituídas as seguintes taxas:

- a) Atos do Corpo de Bombeiros Militar, taxa de prevenção contra sinistros – TPCS de acordo com a Lei nº 7.541, de 30 de dezembro de 1988, dispõe sobre as taxas estaduais e dá outras providências;

### TÍTULO II DA SEGURANÇA CAPÍTULO I SEGURANÇA CONTRA SINISTROS EM EDIFICAÇÕES

Art. 6º Fica estabelecido que as edificações, excluídas as residenciais unifamiliares, deverão ser dotadas de sistemas de segurança contra incêndios e pânico, conforme legislação estadual pertinente.

Parágrafo Único. A concessão de alvará de construção, de habite-se ou de funcionamento pelo Município fica condicionada ao cumprimento da Lei nº 16.157, de 7 de novembro de 2013, que dispõe sobre as normas e os requisitos mínimos para a prevenção e segurança contra incêndio e pânico e estabelece outras providências, e o Decreto nº 1957 DE 20/12/2013, que regulamenta a Lei nº 16.157, de 2013, que dispõe sobre as normas e os requisitos mínimos para a prevenção e segurança contra incêndio e pânico e

estabelece outras providências.

Art. 7º Fica criado o CONVÊNIO CONTA VINCULADA entre o Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina e o Município de Anchieta, para o reequipamento da estrutura de prestação de serviços de bombeiros do município, com a finalidade de prover recursos para investimento em equipamentos e materiais permanentes, equipamentos para atividades técnicas, periciais, serviço pré-hospitalar, busca e salvamento, proteção e combate a sinistros, construção e ampliação de instalações e despesas de custeio da Organização de Bombeiro Militar.

Art. 8º Os recursos financeiros do presente Convênio serão constituídos de:

- a) Receita proveniente da taxa de prevenção contra sinistros – TPCS, conforme Anexo I;
- b) Auxílios, subvenções ou doações municipais, estaduais, federais ou privadas, dotações orçamentárias e créditos adicionais que venham a ser autorizados pelo Legislativo Municipal ao Corpo de Bombeiros Militar sediado no Município;
- c) Recursos decorrentes de dívida ativa e da alienação de material, bens e equipamentos considerados inservíveis, adquiridos por conta do próprio Convênio Conta Vinculada;
- d) Recursos advindos da coparticipação dos municípios limítrofes ou da região, ajustadas em convênios que regulem a instalação, ampliação e prestação de serviços pelo Corpo de Bombeiros Militar;
- e) Juros bancários e rendas de capital, provenientes da imobilização ou ampliação do Convênio Conta Vinculada.
- f) O Município repassará ao Convênio Conta Vinculada a importância de 20 (vinte) UFRM por mês durante 48 (quarenta e oito) meses, a contar da data de ativação dos serviços de bombeiros no Município;

Art. 9º Na constituição do Convênio Conta Vinculada, observar-se-á o disposto nos artigos 71 a 74 da Lei Federal nº 4.320 de 17/03/64.

Art. 10 Os recursos constitutivos do Convênio Conta Vinculada, oriundos desta Lei, serão integralmente e obrigatoriamente depositados em conta bancária de Banco Oficial, denominada: "Convênio Conta Vinculada", a qual será movimentada, exclusivamente, pelo Gestor Municipal;

Art. 11 A conta bancária de que trata o Art. 11 desta Lei, somente serão admitidos movimentações mediante autorização assinada pelos seguintes membros: Prefeito Municipal e Secretário Municipal responsável.

Art. 12 Da aplicação dos recursos do Convênio Conta Vinculada será feita prestação de contas nos prazos e na forma da legislação.

Art. 13 A receita atribuída ao Convênio Conta Vinculada será destinada, exclusivamente, para investimentos e custeio da Organização de Bombeiro Militar.

Art. 14 Competirá ao Comandante da Organização de Bombeiro Militar, a elaboração e a execução dos planos de aplicação do Convênio Conta Vinculada, mediante diretrizes do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina.

Art. 15 É vedada a concessão de gratificações aos componentes do serviço administrativo por conta do Convênio Conta Vinculada.

#### DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 16 O Corpo de Bombeiros Militar, através da seção de atividades técnicas, executará vistorias periódicas nas edificações que trata o Art. 1º desta Lei, para verificar a segurança contra sinistros nas edificações.

Art. 17 Os alvarás de localização e/ou funcionamento, somente serão concedidos, pelo setor competente da Prefeitura Municipal

com comprovação de que a edificação está de acordo com as normas de segurança contra incêndio e pânico do Estado de Santa Catarina, mediante a apresentação do atestado de vistoria para funcionamento.

Art. 18 A infringência das normas de segurança contra incêndios e pânico e desta Lei, implicará, isolada ou cumulativamente, além das responsabilidades legais específicas, nas sanções administrativas, conforme a Lei nº 16.157, de 7 de novembro de 2013, que dispõe sobre as normas e os requisitos mínimos para a prevenção e segurança contra incêndio e pânico e estabelece outras providências, e o Decreto nº 1957 DE 20/12/2013, que regulamenta a Lei nº 16.157, de 2013, que dispõe sobre as normas e os requisitos mínimos para a prevenção e segurança contra incêndio e pânico e estabelece outras providências.

Art. 19 Os bens adquiridos serão destinados ao uso exclusivo da Organização de Bombeiro Militar e incorporados ao patrimônio do Município, podendo ser doados ou cedidos ao patrimônio do Corpo de Bombeiros Militar.

Art. 20 Para compor o efetivo de prontidão fica autorizado o Município a ceder 3 (três) servidores municipais efetivos para trabalhar em apoio as guarnições de serviços operacional para a Organização de Bombeiros Militar, conforme escala de serviços do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina, assumindo os encargos sociais, financeiros e trabalhistas decorrentes desta disposição;

Art. 21 O prazo do Convenio será de 10 (dez) anos podendo ser aditado ou rescindido, por mútuo acordo ou por não cumprimento das obrigações estabelecidas entre as partes avençantes.

Art. 22 O Chefe do Poder Executivo Municipal regulamentará esta Lei no prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 23 Fica revogada na íntegra as leis Municipais n.º. 1506-20/12/2006, 1862-08/07/2011, 1929-27/06/2012, 1961-25/04/2013 e 2.125-28/11/2014.

Art. 24 Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, respeitados quanto a sua aplicabilidade os princípios constitucionais da letra "c", do inciso III, do Art. 150, da Constituição Federal.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANCHIETA (SC), em 10 de dezembro de 2015.

ARI PRESTES DE OLIVEIRA  
Prefeito

CERTIFICO, que a presente Lei foi publicada nesta data e na forma da Lei.  
Em 10 de dezembro de 2015.

Andréia Marafão  
Secretária de Administração e Gestão

#### ANEXO I

#### TAXA DE COMBATE E PREVENÇÃO DE SINISTROS E SALVAMENTO

TIPO DE EDIFICAÇÃO/ESTABELECIMENTO:	VALOR EM R\$ PARA 01 (UMA) COTA ANUAL:
Terrenos baldios	40% da UFRM
Para Edificações	50% da UFRM

**Lei 2.224/2015**

LEI Nº. 2.224/2015.

RECONHECE E DENOMINA LOGRADOUROS (RUAS E SERVIDÕES ADMINISTRATIVAS) PÚBLICOS MUNICIPAIS, SOB A DENOMINAÇÃO QUE MENCIONA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina;

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. As Ruas "A", "B", "C" e "D", do Loteamento Altos da Colina, serão reconhecidas pelo Poder Executivo Municipal como logradouros públicos municipais e terão as seguintes denominações:

I – Rua "A": Rua Dirceo Pauletti;

II – Rua "B": Rua Antonio Scwirke;

III – Rua "C": Rua Domingos Locatelli;

IV – Rua "D": Rua Henrique Scholtze.

Art. 2º. As Ruas "A", "B" e "C", do Conjunto Habitacional Jurici Rampanelli, serão reconhecidas pelo Poder Executivo Municipal como logradouros públicos municipais e terão as seguintes denominações:

I – Rua "A": Rua Adelina de Azevedo;

II – Rua "B": Rua Vitorina Fabris;

III – Rua "C": Rua Luiza do Nascimento.

Art. 3º. A Antiga Estrada Geral – Anchieta/Campo-Erê, partindo do limite final do lote urbano nº 09 até a SC 161 – Anchieta/Romelândia será reconhecida pelo Poder Executivo Municipal como logradouro público municipal e será denominada de Rua Neri Paglioza.

Art. 4º. A Servidão Administrativa "do lote urbano nº 254", será reconhecida pelo Poder Executivo Municipal como logradouro público municipal e será denominada de Servidão Deoclides de Freitas.

Art. 5º. A Servidão Administrativa "do lote urbano nº 258", será reconhecida pelo Poder Executivo Municipal como logradouro público municipal e será denominada de Servidão Egon Henrique Suffredini.

Art. 6º. A Servidão Administrativa "partindo do lote urbano nº 263 até o lote urbano 266", será reconhecida pelo Poder Executivo Municipal como logradouro público municipal e será denominada de Servidão Dorvalino Vitorio Cavasini.

Art. 7º. A Servidão Administrativa "entre os lotes urbanos nºs 266 e 266", será reconhecida pelo Poder Executivo Municipal como logradouro público municipal e será denominado de Servidão David Somavilla.

Art. 8º. A Servidão Administrativa "partindo da SC 305 até novamente a SC 305 – no Bairro Cantú", será reconhecida pelo Poder Executivo Municipal como logradouro público municipal e será denominado de Servidão Reinaldo Signori.

Art. 9º. A Servidão Administrativa "partindo da SC 305 até o final da chácara de nº 44" será reconhecida pelo Poder Executivo Municipal como logradouro público municipal e será denominado de Servidão Vicente Freo Garlet.

Art. 10. A Servidão Administrativa "partindo da Servidão Reinaldo Stein até o final da chácara de nº 55" será reconhecida pelo Poder Executivo Municipal como logradouro público municipal e será denominada de Servidão Geremina Terezinha Milan.

Art. 11. A "Rua Projetada A" reconhecida pelo Poder Executivo Municipal como logradouro público municipal e será denominada de

Rua Osmar Cesca.

Art. 12. A Servidão Administrativa "partindo da Rua Rui Barbosa no lote urbano nº 18 até a chácara de nº 65", será reconhecida pelo Poder Executivo Municipal como logradouro público municipal e será denominada de Servidão Elso Olivo Vizzoto Lago.

Art. 13. A Servidão Administrativa "partindo da Rua Rui Barbosa no lote urbano nº 17 até a chácara de nº 65", será reconhecida pelo Poder Executivo Municipal como logradouro público municipal e será denominada de Servidão Valdecir de Brito.

Art. 14. A Antiga Estrada Geral – Linha São Paulo, partindo da Rua Rui Barbosa até a SC 161 – Anchieta/Romelândia será reconhecida pelo Poder Executivo Municipal como logradouro público municipal e será denominada de Rua Professor Valdir Roberto Scholtze.

Art. 15. A Servidão Administrativa, partindo da Rua Professor Valdir Roberto Scholtze, na chácara de nº 119 até a chácara de nº 120, será reconhecida pelo Poder Executivo Municipal como logradouro público municipal e será denominada de Servidão Jacob Osvaldo Rauber.

Art. 16. A Servidão Administrativa, partindo da Rua Professor Valdir Roberto Scholtze, entre as chácara de nº 70 e 71 até as chácara de nº 75 e 74, será reconhecida pelo Poder Executivo Municipal como logradouro público municipal e será denominada de Servidão Ângelo Didomênico.

Art. 17. A Servidão Administrativa, partindo da Rua Neri Paglioza, na altura da Residência do Senhor Ironi Miguel Guerini, será reconhecida pelo Poder Executivo Municipal como logradouro público municipal e será denominada de Servidão João Bucchi.

Art. 18. A Servidão Administrativa, partindo da Rua Neri Paglioza, tendo ponto de referência para início, à residência do Senhor Valdemar Roth, à esquerda da Rua Neri Paglioza, sentido SC 161, será reconhecida pelo Poder Executivo Municipal como logradouro público municipal e será denominada de Servidão Dorvalino Facco.

Art. 19. A Servidão Administrativa, partindo da Rua Neri Paglioza, em frente à Servidão Dorvalino Facco, à direita da Rua Neri Paglioza, sentido SC 161, será reconhecida pelo Poder Executivo Municipal como logradouro público municipal e será denominada de Servidão Ernesto Moscon.

Art. 20. A Servidão Administrativa, partindo da Rua Neri Paglioza, à direita da Rua Neri Paglioza, sentido Centro, aproximadamente 40 metros do entroncamento de acesso a SC 161, e será denominada de Servidão Antônio Laurindo Lazarotto.

Art. 21. A Antiga Rua Anchieta/Campo-Erê, partindo da SC 161, passando na frente do Colégio Municipal do Bairro Xavantes e novamente até a SC 161, será reconhecida pelo Poder Executivo Municipal como logradouro público municipal e será denominada de Servidão Cilda Mendes Piccoli.

Art. 22. A Servidão Administrativa, partindo da Estrada Geral Anchieta/Barra Bonita, partindo de frente da Residência do Senhor Casemiro Rossato, sentido ao Bairro Gramadinho, será reconhecida pelo Poder Executivo Municipal como logradouro público municipal e será denominada de Servidão Adolfo Iraci Hoppe.

Art. 23. A Servidão Administrativa, partindo da Estrada Geral Anchieta/Barra Bonita, na altura do Senhor Carlos Han Mapelli, será reconhecida pelo Poder Executivo Municipal como logradouro público municipal e será denominada de Servidão Professora Albina Buratti Arend.

Art. 24. A Servidão Administrativa, partindo da Servidão Adolfo

Iraci Hoppe, até Estrada Geral Anchieta/Barra Bonita, na altura do Residência Ivo Feldkircher, será reconhecida pelo Poder Executivo Municipal como logradouro público municipal e será denominada de Servidão Onor de Souza.

Art. 25. A Servidão Administrativa, em frente ao Cemitério Municipal, ao lado oposto, será reconhecida pelo Poder Executivo Municipal como logradouro público municipal e será denominada de Servidão Fotógrafa Maria Schultz.

Art. 26. A Servidão Administrativa, que dá acesso ao pátio da Secretaria de Infraestrutura até onde existia o barracão de reciclagem, será reconhecida pelo Poder Executivo Municipal como logradouro público municipal e será denominada de Servidão Herminia Piccoli Pompermayer.

Art. 27. A Servidão Administrativa, na Rua Minas Gerais em frente a residência do Odacir Lago, será reconhecida pelo Poder Executivo Municipal como logradouro público municipal e será denominada de Servidão Aldroir Tonetti.

Art. 28. A Servidão Administrativa, na Avenida Anchieta, entre O Comércio Pavanatto e a Sergiani Móveis, será reconhecida pelo Poder Executivo Municipal como logradouro público municipal e será denominada de Servidão Ortêncio Ribeiro;

Art. 29. A Servidão Administrativa, no final da Rua Minas Gerais que dá acesso a Propriedade do Senhor Miguel Faccioni, será reconhecida pelo Poder Executivo Municipal como logradouro público municipal e será denominada de Servidão Primo Humberto Faccioni;

Art. 30. A Servidão Administrativa, localizada na Rua Olinda, as margens esquerda da sanga Mandorin sentido Avenida Anchieta, será reconhecida pelo Poder Executivo Municipal como logradouro público municipal e será denominada de Servidão Patrão Sérgio Romalino Garlet.

Art. 31. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANCHIETA (SC), em 17 de dezembro de 2015.

ARI PRESTES DE OLIVEIRA  
Prefeito

CERTIFICO, que a presente Lei foi publicada nesta data e na forma da Lei.  
Em 17 de dezembro de 2015.

Andréia Marafão  
Secretária de Administração e Gestão

## **Lei 2.225/2015**

LEI Nº. 2.225/2015.

**AUTORIZA O PROLONGAMENTO DE RUAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art.1º- Fica autorizado o prolongamento da Rua "Dom José Gomes" até final da chácara nº 118.

Art.2º- Fica autorizado o prolongamento da Rua "Caçador" até final da chácara nº 22.

Parágrafo único – Os referidos Prolongamentos devem ser identificados nos mapas de localização do Plano Diretor e incluídos como logradouros públicos na base de dados dos serviços dos Correios e Companhias de Abastecimento de gás, luz, água e de coleta e tratamento do lixo.

Art.3º-Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º-Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANCHIETA (SC), em 17 de dezembro de 2015.

ARI PRESTES DE OLIVEIRA  
Prefeito

CERTIFICO, que a presente Lei foi publicada nesta data e na forma da Lei.  
Em 17 de dezembro de 2015.

Andréia Marafão  
Secretária de Administração e Gestão



# Antônio Carlos

## PREFEITURA

### DECRETO N 125/2015

DECRETO Nº 000125/15 de 28 de Dezembro de 2015

Alteração da Lei Orçamentária (remanejamento) no Orçamento programa de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001469/14 de 14 de Dezembro de 2014.

DE CRE TA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 28.505,69 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01.12.361.0004.2.005-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 3.200,10

04.01.13.392.0005.2.011-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 586,17

04.01.12.365.0004.2.006-3.1.91.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias 19.981,51

04.01.13.392.0005.2.011-3.1.91.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias 277,26

05 - SECRETARIA DE SAUDE E ASSISTENCIA SOCIAL

05.03 - FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

05.03.08.241.0008.2.015-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 165,48

05.03.08.241.0008.2.015-3.1.91.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias 61,52

06 - SECRETARIA TRANSP, OBRAS E SERV. PUBLICOS

06.01 - SECRETARIA TRANSP, OBRAS E SERV. PUBLICOS

06.01.15.452.0006.2.019-3.1.91.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias 571,78

08 - SECRETARIA DA IND., COM., TURISMO E ESPORTE

08.01 - SECRETARIA DA IND., COM., TURISMO E ESPORTE

08.01.27.812.0002.2.024-3.1.91.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias 27,89

10 - SECRETARIA DE PLANEJ. E DESENVOLVIMENTO

10.01 - SECRETARIA DE PLANEJ. E DESENVOLVIMENTO

10.01.04.121.0001.2.025-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 1.845,80

10.01.04.121.0001.2.025-3.1.91.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias 1.788,18

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01.12.365.0004.2.006-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 19.981,51

04.01.13.392.0005.2.011-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 863,43

04.01.12.361.0004.2.005-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 1.790,10

04.01.12.361.0004.2.005-4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 1.410,00

05 - SECRETARIA DE SAUDE E ASSISTENCIA SOCIAL

05.03 - FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

05.03.08.241.0008.2.015-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 227,00

06 - SECRETARIA TRANSP, OBRAS E SERV. PUBLICOS

06.01 - SECRETARIA TRANSP, OBRAS E SERV. PUBLICOS

06.01.15.452.0006.2.019-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 571,78

08 - SECRETARIA DA IND., COM., TURISMO E ESPORTE

08.01 - SECRETARIA DA IND., COM., TURISMO E ESPORTE

08.01.27.812.0002.2.024-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 27,89

10 - SECRETARIA DE PLANEJ. E DESENVOLVIMENTO

10.01 - SECRETARIA DE PLANEJ. E DESENVOLVIMENTO

10.01.04.121.0001.2.025-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 2.228,98

10.01.04.121.0001.2.025-4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 1.405,00

Art 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 28 de Dezembro de 2015

ANTÔNIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

### DECRETO N 126/2015

DECRETO Nº 000126/15 de 28 de Dezembro de 2015

Alteração da Lei Orçamentária (remanejamento) no Orçamento programa de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001469/14 de 14 de Dezembro de 2014.

DE CRE TA:

Art. 1º -Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 21.622,26 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01.12.361.0004.2.007-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 3.353,87

04.01.12.361.0004.2.005-3.1.91.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias 18.268,39

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo



anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

95 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

95.01 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

95.01.99.999.0011.0.995-9.9.99.00.00.00.00.00 - RESERVA DE CONTINGENCIA 21.622,26

Art 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 28 de Dezembro de 2015

ANTÔNIO PAULO REMOR  
Prefeito Municipal

### DECRETO N 127/2015

DECRETO Nº 000127/15 de 28 de Dezembro de 2015

Abre crédito adicional -suplementar -originário do orçamento geral no Orçamento programa de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001469/14 de 14 de Dezembro de 2014.

DE CRE TA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 20.703,65 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

03 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS

03.01 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS

03.01.04.122.0001.0.001-3.3.91.00.00.00.00.00 - Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos 11.967,83

04 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01.12.365.0004.2.006-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 3.415,77

07 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

07.01 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

07.01.20.606.0009.2.022-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 1.845,80

07.01.20.606.0009.2.022-3.1.91.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias 3.474,25

Art 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Excesso de arrecadação 20.703,65

Art 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 28 de Dezembro de 2015

ANTÔNIO PAULO REMOR  
Prefeito Municipal

### DECRETO N 128/2015

DECRETO Nº 000128/2015 de 28 de dezembro de 2015.

Abre crédito adicional - suplementar -originário do orçamento geral no Orçamento programa de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001469/14 de 14 de Dezembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 7.193,71 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

06 - SECRETARIA TRANSP., OBRAS E SERV. PUBLICOS

06.01 - SECRETARIA TRANSP., OBRAS E SERV. PUBLICOS

06.01.15.452.0006.2.019-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 7.193,71

Art 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Superávit financeiro 7.193,71

Art 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 28 de Dezembro de 2015.

ANTÔNIO PAULO REMOR  
Prefeito Municipal

### EXTRATO DE TERMO ADITIVO - PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 185/2014

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº. 185/2014; Origem: Processo Licitatório nº 109/2014 - Carta Convite nº 012/2014. Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos/SC. Contratada: M1 GEOTECNOLOGIA E CADASTRO IMOBILIÁRIO LTDA.; Objeto: O presente termo aditivo tem por objeto, prorrogar o prazo do presente contrato, que consiste na contratação de empresa para conversão, integração e georreferenciamento de ortofoto já existente, atualização de cadastro imobiliário, fornecimento de SIG e treinamento, conforme especificações constantes no Termo de Referência (Anexo I) do edital de carta convite nº 12/2014" de acordo com o Convite nº 12/2014 e Processo Licitatório nº 109/2014. Novo vencimento: Fica prorrogado por mais 90 (noventa) dias do contrato acima enumerado, cujo novo vencimento dar-se-á no dia 21 de março de 2016.

Antônio Carlos, 28 de dezembro de 2015.

Antônio Paulo Remor  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO - TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 048/2013****EXTRATO DE TERMO ADITIVO**

Terceiro Termo Aditivo ao Contrato nº. 048/2013; Origem: Processo Licitatório nº. 042/2013 – Dispensa de Licitação nº. 004/2013. Locatária: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos/SC. Locador: JOSÉ FRANCISCO SCHMITT; Objeto: o presente termo aditivo tem por objeto, aditar o prazo e repor o equilíbrio econômico Financeiro do presente contrato, que consiste na "locação de um imóvel situado na localidade de Santa Maria, de propriedade do locador, com 26.050,00 m², tendo o locatário pleno direito e gozo para realizar a recuperação ambiental daquela área, podendo utilizar a seu livre critério do material retirado do local (saibro/marcadame), estimado em 50.000 m³ (cinquenta mil metros cúbicos)". Prazo Aditado: 12 (doze) meses. Novo vencimento: 31 de dezembro de 2016. Valor do aditivo: Fica alterada a cláusula 2º do contrato acima enumerado, diante da aplicação do índice de correção prevista na mesma cláusula, aplicando-se a inflação do período pelo IGPM (10,68%), restando como novo valor do aluguel à importância mensal de R\$ 1.232,06 (um mil e duzentos e trinta e dois reais e seis centavos), totalizando assim, R\$ 14.784,72 (quatorze mil setecentos e oitenta e quatro reais e setenta e dois centavos).

Antônio Carlos, 28 de dezembro de 2015.

Antônio Paulo Remor  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DE TERMO DE ADITIVO - TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 021/2014****EXTRATO DE TERMO ADITIVO**

Terceiro Termo Aditivo ao Contrato nº. 021/2014; Origem: Processo Licitatório nº 008/2014 – Inexigibilidade nº 001/2014. Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos/SC. Contratada: SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTE URBANO DE PASSAGEIROS DA GRANDE FLORIANÓPOLIS.; Objeto: o presente termo aditivo tem por objeto, aditar o prazo do presente contrato, que consiste na aquisição de passes escolares para alunos do ensino médio, técnico e superior residentes no Município de Antônio Carlos/SC. Novo vencimento: Fica prorrogado por mais 12 (doze) meses o prazo do contrato acima enumerado, cujo novo vencimento dar-se-á no dia 31 de dezembro de 2016.

Antônio Carlos, 28 de dezembro de 2015.

Antônio Paulo Remor  
Prefeito Municipal

# Balneário Rincão

## SAMAE - BALNEÁRIO RINCÃO

### EXTRATO CONTRATO 053/2015

#### EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATADO; BANCO DO BRASIL S.A OBJETO: Contrato de prestação de serviços, convênio nº 03447 . ASSINATURA: 22/12/2015; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Olirio Jose Lino – Presidente e pela empresa o Sr. Daiedy Luiz Alixandre

### EXTRATO PORTARIAS 076 A 090/SAMAE/2015

#### PORTARIA Nº 076/SAMAE/2015

OLIRIO JOSÉ LINO, DIRETOR PRESIDENTE DO SAMAE NO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO; no uso de suas atribuições, que lhe confere a Lei Orgânica, com fundamento na Lei Complementar Municipal em vigor, nº 006/2014, pautados nos critérios já elencados estabelecidos pelo artigo 37, IX, da Constituição Federal.

#### RESOLVE:

Art.1º. Exonerar, a pedido do Contratante MARCIO MACIEL SIMAO, brasileiro, CPF nº 056.067.189-01, do cargo de GARI/COLETOR DE LIXO.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Balneário Rincão, 01 de dezembro de 2015

OLIRIO JOSÉ LINO

DIRETOR PRESIDENTE

Publicada e registrada nesta Autarquia 01 de dezembro de 2015.

ELENICE TEREZINHA SOUZA

DIRETORA ADM/FINANCEIRA

#### PORTARIA Nº 077/SAMAE/2015

OLIRIO JOSÉ LINO, DIRETOR PRESIDENTE DO SAMAE NO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO; no uso de suas atribuições, que lhe confere a Lei Orgânica, com fundamento na Lei Complementar Municipal em vigor, nº 006/2014, pautados nos critérios já elencados estabelecidos pelo artigo 37, IX, da Constituição Federal.

#### RESOLVE:

Art.1º. Exonerar, a pedido do Contratante JULIANO FIUZA DOS SANTOS , brasileiro, CPF nº 026.438.110-62, do cargo de GARI/COLETOR DE LIXO.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Balneário Rincão, 01 de dezembro de 2015

OLIRIO JOSÉ LINO

DIRETOR PRESIDENTE

Publicada e registrada nesta Autarquia 01 de dezembro de 2015.

ELENICE TEREZINHA SOUZA

DIRETORA ADM/FINANCEIRA

#### PORTARIA Nº 078/SAMAE/2015

OLIRIO JOSÉ LINO, DIRETOR PRESIDENTE DO SAMAE NO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO; no uso de suas atribuições, que lhe confere a Lei Orgânica, com fundamento na Lei Complementar Municipal em vigor, nº 006/2014, pautados nos critérios já elencados estabelecidos pelo artigo 37, IX, da Constituição Federal.

#### RESOLVE:

Art.1º. Exonerar, a pedido do Contratante LUIZ CARLOS BATISTELA , brasileiro, CPF nº 207.898.150-87, do cargo de MOTORISTA.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Balneário Rincão, 01 de dezembro de 2015

OLIRIO JOSÉ LINO

DIRETOR PRESIDENTE

Publicada e registrada nesta Autarquia 01 de dezembro de 2015.

ELENICE TEREZINHA SOUZA

DIRETORA ADM/FINANCEIRA

#### PORTARIA Nº 079/SAMAE/2015

OLIRIO JOSÉ LINO , DIRETOR PRESIDENTE DO SAMAE NO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO; no uso de suas atribuições, que lhe confere a Lei Orgânica, com fundamento na Lei Complementar Municipal em vigor, nº 06/2014, pautados nos critérios já elencados estabelecidos pelo artigo 37, IX, da Constituição Federal.

#### RESOLVE:

Art.1º Nomear, CLAUDEMIR DOS SANTOS, brasileiro, CPF nº 981.260.329-87, para atuar como MOTORISTA; 40 horas semanais, no SAMAE tendo em vista a importância na realização do serviço prestado pelo mesmo.

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Balneário Rincão, 01 de dezembro de 2015.

OLIRIO JOSÉ LINO

DIRETOR PRESIDENTE

Publicada e registrada nesta Autarquia em 01 de dezembro de 2015

ELENICE TEREZINHA SOUZA

DIRETORA ADM/FINANCEIRA

#### PORTARIA Nº080/SAMAE/2015

OLIRIO JOSÉ LINO , DIRETOR PRESIDENTE DO SAMAE NO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO; no uso de suas atribuições, que lhe confere a Lei Orgânica, com fundamento na Lei Complementar Municipal em vigor, nº 06/2014, pautados nos critérios já elencados estabelecidos pelo artigo 37, IX, da Constituição Federal.

#### RESOLVE:

Art.1º Nomear, DANITO GRASSI MEDEIROS , brasileiro, CPF nº 065.785.669-02, para atuar como Gari/Coletor de Lixo; 40 horas semanais, no SAMAE tendo em vista a importância na realização do serviço prestado pelo mesmo.

Art.2º A contratação tem caráter temporário com prazo determinado até 31 de março de 2016.

Art.3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Balneário Rincão, 01 de dezembro de 2015.

OLIRIO JOSÉ LINO

DIRETOR PRESIDENTE

Publicada e registrada nesta Autarquia em 01 de dezembro de 2015

ELENICE TEREZINHA SOUZA

DIRETORA ADM/FINANCEIRA

#### PORTARIA Nº. 081 DE 07 DE DEZEMBRO 2015.

DESIGNA HORÁRIO EXPEDIENTE DE COLETORES E MOTORISTAS DA COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

OLÍRIO JOSÉ LINO, Diretor Presidente do Samae de Balneário Rincão, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica, e de conformidade com a Lei nº 006/2014 de demais legislações posteriores, RESOLVE:

Art. 1º. Fixar horário de expediente dos coletores e motoristas da coleta de resíduos sólidos do município de Balneário Rincão nas seguintes escalas das 6h00min as 11h00min e das 12h0min as 15h00min e a segunda escala das 13h00min as 18h00min e das 19h00min as 22h00min cada qual em sua escala já fixada, de segunda a sábado.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Art.3º. Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Portaria nº 054/2015.

Publicada no Samae do Balneário Rincão em 07 de Dezembro de 2015.

OLÍRIO JOSÉ LINO  
Diretor Presidente

Registrada no Departamento de Administração do Samae de Balneário Rincão em 07 de Dezembro de 2015.

ELENICE TEREZINHA SOUZA  
Diretor Administrativo e Financeiro

PORTARIA Nº. 082 DE 15 DE DEZEMBRO 2015.

DESIGNA HORÁRIO EXPEDIENTE DE COLETORES E MOTORISTAS DA COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

OLÍRIO JOSÉ LINO, Diretor Presidente do Samae de Balneário Rincão, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica, e de conformidade com a Lei nº 006/2014 de demais legislações posteriores, RESOLVE:

Art. 1º. Fixar horário de expediente dos coletores e motoristas da coleta de resíduos sólidos do município de Balneário Rincão nas seguintes escalas das 6h00min as 11h00min e das 12h0min as 14h00min e a segunda escala das 14h00min as 17h00min e das 18h00min as 22h00min cada qual em sua escala já fixada, de segunda a sábado.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Art.3º. Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Portaria nº 081/2015.

Publicada no Samae do Balneário Rincão em 15 de Dezembro de 2015.

OLÍRIO JOSÉ LINO  
Diretor Presidente

Registrada no Departamento de Administração do Samae de Balneário Rincão em 15 de Dezembro de 2015.

ELENICE TEREZINHA SOUZA  
Diretor Administrativo e Financeiro

PORTARIA Nº 083/SAMAE/2015

OLIRIO JOSÉ LINO , DIRETOR PRESIDENTE DO SAMAE NO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO; no uso de suas atribuições, que lhe confere a Lei Orgânica, com fundamento na Lei Complementar Municipal em vigor, nº 06/2014, pautados nos critérios já elencados estabelecidos pelo artigo 37, IX, da Constituição Federal.

RESOLVE:

Art.1º Nomear CRISTIANO DA SILVA MEIRELES, brasileiro, CPF nº 011.428.290-06, para atuar como Gari/Coletor de Lixo; 40 horas semanais, no SAMAE tendo em vista a urgência na realização do serviço prestado pelo mesmo.

Art.2º A contratação tem caráter temporário com determinado até 31 de março de 2016.

Art.3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Balneário Rincão, 15 de dezembro de 2015.

OLIRIO JOSE LINO  
DIRETOR PRESIDENTE

Publicada e registrada nesta Autarquia em 15 de dezembro de 2015.

ELENICE TEREZINHA SOUZA  
DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO

PORTARIA Nº 084/SAMAE/2015

OLIRIO JOSÉ LINO , DIRETOR PRESIDENTE DO SAMAE NO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO; no uso de suas atribuições, que lhe confere a Lei Orgânica, com fundamento na Lei Complementar Municipal em vigor, nº 06/2014, pautados nos critérios já elencados estabelecidos pelo artigo 37, IX, da Constituição Federal.

RESOLVE:

Art.1º Nomear CLAUDINEI PEREIRA DOS SANTOS, brasileiro, CPF nº 036.151.459-09, para atuar como Gari/Coletor de Lixo; 40 horas semanais, no SAMAE tendo em vista a urgência na realização do serviço prestado pelo mesmo.

Art.2º A contratação tem caráter temporário com determinado até 31 de março de 2016.

Art.3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Balneário Rincão, 15 de dezembro de 2015.

OLIRIO JOSE LINO  
DIRETOR PRESIDENTE

Publicada e registrada nesta Autarquia em 15 de dezembro de 2015.

ELENICE TEREZINHA SOUZA  
DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO

PORTARIA Nº 085/SAMAE/2015

OLIRIO JOSÉ LINO , DIRETOR PRESIDENTE DO SAMAE NO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO; no uso de suas atribuições, que lhe confere a Lei Orgânica, com fundamento na Lei Complementar Municipal em vigor, nº 06/2014, pautados nos critérios já elencados estabelecidos pelo artigo 37, IX, da Constituição Federal.

RESOLVE:

Art.1º Nomear MAICON FRANCISCO , brasileiro, CPF nº 058.372.649-65, para atuar como Gari/Coletor de Lixo; 40 horas semanais, no SAMAE tendo em vista a urgência na realização do serviço prestado pelo mesmo.

Art.2º A contratação tem caráter temporário com determinado até 31 de março de 2016.

Art.3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Balneário Rincão, 16 de dezembro de 2015.

OLIRIO JOSE LINO  
DIRETOR PRESIDENTE

Publicada e registrada nesta Autarquia em 16 de dezembro de 2015.

ELENICE TEREZINHA SOUZA  
DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO

PORTARIA Nº 086/SAMAE/2015

OLIRIO JOSÉ LINO , DIRETOR PRESIDENTE DO SAMAE NO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO; no uso de suas atribuições, que lhe confere a Lei Orgânica, com fundamento na Lei Complementar



Municipal em vigor, nº 06/2014, pautados nos critérios já elencados estabelecidos pelo artigo 37, IX, da Constituição Federal.

**RESOLVE:**

Art.1º Nomear EDEVANIO FERNANDES , brasileiro, CPF nº 058.372.649-65, para atuar como Gari/Coletor de Lixo; 40 horas semanais, no SAMAE tendo em vista a urgência na realização do serviço prestado pelo mesmo.

Art.2º A contratação tem caráter temporário com determinado até 31 de março de 2016.

Art.3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Balneário Rincão, 16 de dezembro de 2015.

OLIRIO JOSE LINO

DIRETOR PRESIDENTE

Publicada e registrada nesta Autarquia em 16 de dezembro de 2015.

ELENICE TEREZINHA SOUZA

DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO

**PORTARIA Nº 087/SAMAE/2015**

OLIRIO JOSÉ LINO , DIRETOR PRESIDENTE DO SAMAE NO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO; no uso de suas atribuições, que lhe confere a Lei Orgânica, com fundamento na Lei Complementar Municipal em vigor, nº 06/2014, pautados nos critérios já elencados estabelecidos pelo artigo 37, IX, da Constituição Federal.

**RESOLVE:**

Art.1º Nomear EVERSON LUIZ BARANOSKI , brasileiro, CPF nº 067.254.599-35, para atuar como Gari/Coletor de Lixo; 40 horas semanais, no SAMAE tendo em vista a urgência na realização do serviço prestado pelo mesmo.

Art.2º A contratação tem caráter temporário com determinado até 31 de março de 2016.

Art.3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Balneário Rincão, 16 de dezembro de 2015.

OLIRIO JOSE LINO

DIRETOR PRESIDENTE

Publicada e registrada nesta Autarquia em 16 de dezembro de 2015.

ELENICE TEREZINHA SOUZA

DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO

**PORTARIA Nº 088/SAMAE/2015**

OLIRIO JOSÉ LINO , DIRETOR PRESIDENTE DO SAMAE NO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO; no uso de suas atribuições, que lhe confere a Lei Orgânica, com fundamento na Lei Complementar Municipal em vigor, nº 06/2014, pautados nos critérios já elencados estabelecidos pelo artigo 37, IX, da Constituição Federal.

**RESOLVE:**

Art.1º Nomear REGINALDO BERNARDINO SEBERINO , brasileiro, CPF nº 960.663.349-72, para atuar como Gari/Coletor de Lixo; 40 horas semanais, no SAMAE tendo em vista a urgência na realização do serviço prestado pelo mesmo.

Art.2º A contratação tem caráter temporário com determinado até 31 de março de 2016.

Art.3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Balneário Rincão, 16 de dezembro de 2015.

OLIRIO JOSE LINO

DIRETOR PRESIDENTE

Publicada e registrada nesta Autarquia em 16 de dezembro de 2015.

ELENICE TEREZINHA SOUZA

DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO

**PORTARIA Nº 089/SAMAE/2015**

OLIRIO JOSÉ LINO , DIRETOR PRESIDENTE DO SAMAE NO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO; no uso de suas atribuições, que lhe confere a Lei Orgânica, com fundamento na Lei Complementar Municipal em vigor, nº 06/2014, pautados nos critérios já elencados estabelecidos pelo artigo 37, IX, da Constituição Federal.

**RESOLVE:**

Art.1º Nomear GIOVANI FERNANDES ZEFERINO , brasileiro, CPF nº 027.096.329-42, para atuar como Gari/Coletor de Lixo; 40 horas semanais, no SAMAE tendo em vista a urgência na realização do serviço prestado pelo mesmo.

Art.2º A contratação tem caráter temporário com determinado até 31 de março de 2016.

Art.3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Balneário Rincão, 16 de dezembro de 2015.

OLIRIO JOSE LINO

DIRETOR PRESIDENTE

Publicada e registrada nesta Autarquia em 16 de dezembro de 2015.

ELENICE TEREZINHA SOUZA

DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO

**PORTARIA Nº 090/SAMAE/2015**

OLIRIO JOSÉ LINO , DIRETOR PRESIDENTE DO SAMAE NO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO; no uso de suas atribuições, que lhe confere a Lei Orgânica, com fundamento na Lei Complementar Municipal em vigor, nº 06/2014, pautados nos critérios já elencados estabelecidos pelo artigo 37, IX, da Constituição Federal.

**RESOLVE:**

Art.1º Nomear ANDERSON VIEIRA CAMILO , brasileiro, CPF nº 089.118.559-36, para atuar como Gari/Coletor de Lixo; 40 horas semanais, no SAMAE tendo em vista a urgência na realização do serviço prestado pelo mesmo.

Art.2º A contratação tem caráter temporário com determinado até 31 de março de 2016.

Art.3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Balneário Rincão, 16 de dezembro de 2015.

OLIRIO JOSE LINO

DIRETOR PRESIDENTE

Publicada e registrada nesta Autarquia em 16 de dezembro de 2015.

ELENICE TEREZINHA SOUZA

DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO



# Biguaçu

## PREFEITURA

### LEI Nº 3607/2015

LEI Nº 3607/2015 DE: 28 DE DEZEMBRO DE 2015.

Autoriza a abertura de crédito adicional suplementar na Lei Orçamentária Anual de 2015.

RAMON WOLLINGER, Prefeito Municipal de Biguaçu, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar em ações de Governo do Orçamento da Unidade Gestora Fundo Municipal de Saúde no montante de até R\$ 1.114.177,00 (Um milhão, cento e quatorze mil, cento e setenta e sete reais), utilizando como fonte de recursos a anulação de dotações de ações de Governo da própria Unidade Gestora Fundo Municipal de Saúde e da Unidade Gestora FAMABI, conforme abaixo especificado:

#### ANULAÇÕES:

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
1801	Fundo Municipal de Saúde	
1801.10.301.0004.2032	Manutenção do Hospital da Comarca de Biguaçu	52.500,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	52.500,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	52.500,00
0.1.02.000000	Recursos de Impostos p/ ASPS	52.500,00
1801.10.301.0004.2035	Ações de Saúde da Família – PAB/PSF	241.168,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	241.168,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	241.168,00
0.1.02.000000	Recursos de Impostos p/ ASPS	241.168,00
1801.10.302.0004.2042	Manutenção das Ações de Média e Alta Complexidade	8.930,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	8.930,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	8.930,00
0.1.02.000000	Recursos de Impostos p/ ASPS	8.930,00
1801.10.302.0004.2043	Atendimento Psico Social	18.111,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	18.111,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	18.111,00
0.1.02.000000	Recursos de Impostos p/ ASPS	18.111,00
1801.10.302.0004.2044	Manutenção da UPA	590.807,00
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	445.384,00
3.1.90.00	Aplicações Diretas	445.384,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	100.000,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	100.000,00
4.4.00.00	Investimentos	45.423,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas	45.423,00
0.1.02.000000	Recursos de Impostos p/ ASPS	590.807,00
1801.10.304.0004.2045	Ações de Vigilância Sanitária	63.560,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	63.560,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	63.560,00
0.1.02.000000	Recursos de Impostos p/ ASPS	63.560,00

1801.10.305.0004.2046	Ações de Vig. Epidemiológica e Ambiental de Saúde	108.101,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	103.101,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	103.101,00
4.4.00.00	Investimentos	5.000,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas	5.000,00
0.1.02.000000	Recursos de Impostos p/ ASPS	108.101,00
1701	Fundação Municipal do Meio Ambiente	
1701.18.541.0008.1038	Revitalização de Rios e Lagos	13.000,00
4.4.00.00	Investimentos	13.000,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas	13.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	13.000,00
1701.18.541.0008.2079	Estruturação e Man. Serviços de Reciclagem de Lixo	18.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	15.000,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	15.000,00
4.4.00.00	Investimentos	3.000,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas	3.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	18.000,00
	TOTAL	1.114.177,00

## SUPLEMENTAÇÕES:

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
1801	Fundo Municipal de Saúde	
1801.10.301.0004.2033	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	896.266,00
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	896.266,00
3.1.90.00	Aplicações Diretas	896.266,00
0.1.02.000000	Recursos de Impostos p/ ASPS	896.266,00
1801.10.301.0004.2036	Ações com Agentes Comunitários de Saúde – PAB/ACS	217.911,00
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	217.911,00
3.1.90.00	Aplicações Diretas	217.911,00
0.1.02.000000	Recursos de Impostos p/ ASPS	217.911,00
	TOTAL	1.114.177,00

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Biguaçu, 28 de dezembro de 2015.

Ramon Wollinger  
Prefeito Municipal

Lei nº 3607/2015, de 28/12/2015

Sancionada em 28/12/2015

Reg. e publ.n/data

Marivalde Inez Kons  
Escriturária

**LEI Nº 3608/2015**

LEI Nº 3608/2015 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2015.

ALTERA O INCISO II, DO ART. 2º, DA LEI N.º 3551/2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RAMON WOLLINGER, PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, FAZ SABER QUE A CÂMARA DE VEREADORES APROVOU E SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica alterado o inciso II, do art. 2º, da Lei n.º 3551/2015, passando a vigorar com a seguinte redação:

“II – 3,208% (três vírgula duzentos e oito por cento), a partir de 1º de março de 2016, incidente sobre os vencimentos do mês de abril de 2015.”

Art. 2º - Esta Lei entra vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Biguaçu, 28 de dezembro de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

Lei nº 3608/2015, de 28/12/2015

Sancionada em 28/12/2015

Reg. e publ.n/data

Marivalde Inez Kons

Escriturária

### LEI Nº 3609/2015

LEI Nº 3609/2015 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2015.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDO PARA OS PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RAMON WOLLINGER, PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, FAZ SABER QUE A CÂMARA DE VEREADORES APROVOU E SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica alterado o art. 1º, da Lei n.º 1527/2001, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder bolsas de estudo, mediante requerimento, aos professores da Rede Municipal de Ensino, pertencentes ao Quadro Efetivo, que atendam aos seguintes requisitos:”

Art. 2º - Revoga-se o parágrafo único do art. 1º, da Lei n.º 1527/2001.

Art. 3º - Esta Lei entra vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Biguaçu, 28 de dezembro de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

Lei nº 3609/2015, de 28/12/2015

Sancionada em 28/12/2015

Reg. e publ.n/data

Marivalde Inez Kons

Escriturária

### LEI Nº 3610/2015

LEI Nº 3610/2015 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2015.

Autoriza o Poder Executivo a contratar financiamento junto a União, por meio da Caixa Econômica Federal, na qualidade de Agente Financeiro, a oferecer garantias e dá outras providências correlatas.

RAMON WOLLINGER, Prefeito Municipal de Biguaçu-SC, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a contrair e garantir financiamento junto à União, através da Caixa Econômica Federal, até o valor de R\$ 2.000.000,00 (Dois milhões de reais), obedecidas as demais prescrições legais à contratação de operações da espécie.

Parágrafo Único. Os recursos resultantes da operação de crédito

autorizada neste artigo são provenientes do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), e serão obrigatoriamente aplicados na execução de projeto integrante do Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros (PNAFM).

Art. 2º Para garantia do principal e encargos do financiamento, fica o Poder Executivo autorizado a ceder ou transferir à União, em caráter irrevogável e irretratável, a título pró solvendo, os créditos provenientes das receitas a que se referem os artigos 156, 158 e 159, inciso I, alínea “b”, e § 3º, da Constituição Federal.

Parágrafo Único. O procedimento autorizado no “caput” deste artigo somente poderá ser adotado na hipótese de inadimplemento, no vencimento, das obrigações pactuadas pelo Poder Executivo, ficando a Caixa Econômica Federal autorizada a requerer, em nome da União, a transferência dos referidos recursos para quitação do débito.

Art. 3º Os recursos provenientes da operação de crédito serão consignados como receita no Orçamento do Município ou em Créditos Adicionais.

Art. 4º O orçamento do Município consignará, anualmente, os recursos necessários ao atendimento da contrapartida financeira do município no Projeto e das despesas relativas à amortização do principal, juros e demais encargos decorrentes da operação de crédito autorizada por esta Lei.

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 28 de dezembro de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

Lei nº 3610 /2015, de 28/12/2015

Sancionada em 28/12/2015

Reg. e publ.n/data

Marivalde Inez Kons

Escriturária

### LEI Nº 3611/2015

LEI Nº 3611/2015 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2015.

DENOMINA VIA PÚBLICA A SERVIDÃO EDEVALDO MODESTO SIMAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RAMON WOLLINGER, PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, FAZ SABER QUE A CÂMARA DE VEREADORES APROVOU E SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica denominada de Servidão Edevaldo Modesto Simas a via pública que inicia à 1ª a direita, partindo da Rua João Rosa, passando a Avenida Francisco Roberto da Silva em direção a Rua Lages, sentido nordeste, lat. 27º 30' 0.0874" S, long. 48º 38' 20.328" W e finaliza na entrada da residência da Senhora Júlia Claudino Viana Latronico, lat. 27º 29' 59.763" S, long. 48º 38' 19.388" W, Bairro Praia João Rosa, Biguaçu/SC.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Biguaçu, 28 de dezembro de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

Lei nº 3611 /2015, de 28/12/2015

Sancionada em 28/12/2015

Reg. e publ.n/data

Marivalde Inez Kons

Escriturária

# Blumenau

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 19.330/2015

PORTARIA Nº 19.330, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2015.

NOMEIA NELSON HAMILTON LEIRIA PARA O EXERCÍCIO DO CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR DE CONTENCIOSO JUDICIAL, NA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PROGEM.

NAPOLÉÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/1990, com fundamento no art. 9º, II, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007 e no art. 42, da Lei Complementar nº 870, de 01/01/2013 e alterações posteriores, resolve:

#### NOMEAR

NELSON HAMILTON LEIRIA, do cargo em comissão de Diretor de Contencioso Judicial, símbolo CC-2, na Procuradoria Geral do Município - PROGEM, a contar desta data.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 28 de dezembro de 2015.

NAPOLÉÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

## Braço do Trombudo

## PREFEITURA

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº30/2015 PMBT

Página: 1/3

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 30/2015

Número do Registro de Preços: 30/2015      Data do Registro: 29/09/2015      Válido até: 29/09/2016									
Objeto da Compra: Aquisição de Produtos Químicos para as Estações de Tratamento de Água - ETA's do Município de Braço do Trombudo.									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.		
1	Hipoclorito de sódio comercial (9216)	KG	KEMHYDRA COM. DE PROD. QUIMICOS E PETROQ. LTDA ME (9440)	MAZZAROLLC	0	1,4500	1		
			QUIMISA S/A (8726)	MULTICOLOR	0	1,4600	2		
2	Sulfato de alumínio (granulado-pó) para tratamento de água, isento de ferro. (9215)	KG	KEMHYDRA COM. DE PROD. QUIMICOS E PETROQ. LTDA ME (9440)	PROJESAN	0	1,9800	1		
			QUIMISA S/A (8726)	AVANEX	0	2,2200	2		
3	Ortopofosfato de Sódio Base Seca (16761)	KG	QUIMISA S/A (8726)	QUIMISA	0	24,6000	1		



ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 30/2015

Página: 2/3

Número do Registro de Preços: 30/2015		Data do Registro: 29/09/2015		Válido até: 29/09/2016			
Objeto da Compra: Aquisição de Produtos Químicos para as Estações de Tratamento de Água - ETAs do Município de Braco do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ADETEC TECNOLOGIA AMBIENTAL LTDA (9153)	ADEQUEST	0	24.9000	2

Página: 3/3

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 30/2015

Número do Registro de Preços: 30/2015		Data do Registro: 29/09/2015		Válido até: 29/09/2016			
Objeto da Compra: Aquisição de Produtos Químicos para as Estações de Tratamento de Água - ETA's do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 30/2015  
PROCESSO Nº 51/2015

- (8726) - QUIMISA S/A
- (9153) - ADETEC TECNOLOGIA AMBIENTAL LTDA
- (9440) - KEMHYDRA COM. DE PROD. QUÍMICOS E PETROQ. LTDA ME

Braço do Trombudo, 29 de Setembro de 2015.

# Brusque

## PREFEITURA

**DECRETO Nº. 7.733, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2015**

DECRETO Nº. 7.733, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2015.

"Estabelece Liberação Parcial de Dotação Orçamentária Bloqueada através de Ato Próprio, e dá Outras Providências"

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições legais, com disposto no art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000:

CONSIDERANDO o interesse público e a necessidade urgente da execução parcial de Ações de Governo previstas na Lei Orçamentária Anual vigente;

CONSIDERANDO principalmente, a necessidade de utilização de dotações orçamentárias anteriormente bloqueadas para fazer frente a demanda da população, optou-se na realização de desbloqueio de dotações constantes no Decreto nº 7.608 de 29/05/2015

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto estabelecida a liberação parcial das dotações orçamentárias bloqueadas através do Decreto nº 7.608 de 29/05/2015, no valor de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais), conforme a seguir discriminada:

Entidade: Fundação Municipal de Esportes – R\$ 50.000,00

Orgão/Unidade: 13.001

Proj./Ativid.	Descrição	Modalidade	Vinculo Rec.	Valor (R\$)
2025	Apoio ao Esporte Amador, Compet. Oficiais e Jasc	4.4.90.00	0.1.00.00	50.000,00

Entidade: Fundo Municipal de Assistência Social e habitação – R\$ 50.000,00

Orgão/Unidade: 30.001

Proj./Ativid.	Descrição	Modalidade	Vinculo Rec.	Valor (R\$)
2329	Proteção Social Básica	4.4.90.00	0.1.00.00	50.000,00

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 28/12/2015, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

Prefeitura Municipal de Brusque, 28 de dezembro de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDENCIO NETO  
Prefeito MunicipalSERGIO BERNARDO JUNIOR  
Procurador Geral do MunicípioCRISTIANO BITTENCOURT  
Secretário de Orçamento e GestãoROGÉRIO DOS SANTOS  
Chefe Gabinete do Prefeito**INSTRUÇÃO NORMATIVA 01/2015 - SEFAZ**

INSTRUÇÃO NORMATIVA 01/2015

Estabelece a estrutura dos arquivos a serem enviados à Secretaria Municipal da Fazenda de Brusque referente as obrigações acessórias das Instituições Financeiras previstas no Decreto 7695/2015.

o SECRETÁRIO DA FAZENDA DO MUNICÍPIO DE BRUSQUE, no uso das atribuições que lhe conferem o art. II-A da Lei nº 3.248 de 31 de Agosto de 2009 e arts. 89 e 91 da Lei Orgânica Municipal, e

Considerando o cumprimento do disposto no art. 6º do Decreto Municipal nº 7695/2015, resolve:

Art. 1º Dispor sobre a estrutura, o leiaute dos registros, legendas e erros de importação dos arquivos em formato "txt" que deverão ser entregues ao município de Brusque pelas instituições Financeiras e equiparadas domiciliadas no município.

Art. 2º O leiaute dos registros, legendas e erros de importação dos arquivos em formato "txt" que deverão ser entregues ao Fisco Municipal conforme modelo conceitual da ABRASF (Associação Brasileira das Secretarias de Finanças da capitais), versão 2.3, estarão disponíveis para download no Portal de Serviços da Prefeitura Municipal de Brusque no endereço eletrônico: <http://brusque.atende.net/HYPERLINK> "http://<http://brusque.atende.net/>", através do ícone "Bancos", no serviço "ISS - Instituições Financeiras".

Art. 3º A vigência da referida obrigação se dará:

I - Para os arquivos da DES, a partir da competência 01/2016;

II - Para os arquivos dos Demonstrativos Contábeis (Balancetes analíticos e o Demonstrativo do Rateio de Resultados internos) a partir do primeiro semestre de 2016;

III - Para o Demonstrativo de Informações Comuns aos Municípios a partir do exercício de 2014;

IV - Para o Demonstrativo das Partidas dos Lançamentos Contábeis a partir do exercício de 2014;

§ 1º. O arquivo previsto no inciso I deverá ser entregue até a data do vencimento da DES no dia 20 de Janeiro do respectivo ano e os arquivos previstos nos incisos II, III e IV até o dia 25 de Dezembro de 2016.

§2º. Em caso de dúvidas e/ou solicitação de alteração na data de entrega dos arquivos deverão, as instituições Financeiras, formalizar a SOLICITAÇÃO, através de requerimento a ser protocolado na Secretaria da Fazenda.

Brusque (SC), 18 de Novembro de 2015

ZENO HEINIG  
Secretário da Fazenda de Brusque

Praça das Bandeiras; 77 - Centro  
CEP 88350-051 - Fone: (47) 3251-1833

# Caçador

## PREFEITURA

**PORTARIA Nº 26.286**

PORTARIA Nº 26.286, de 18 de dezembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 284, de 19/12/2014, que dispõe sobre o modelo de gestão e estrutura organizacional da Administração Pública Municipal,

**RESOLVE:**

DESIGNAR a Servidora Pública Municipal, lotada na Secretaria Municipal da Administração, a seguir relacionada, para exercer Função Gratificada – FGR, constante no Anexo II do Quadro de Cargos e Provedimento em Comissão e das Funções Gratificadas, por desempenhar atividade de maior responsabilidade além das previstas no seu cargo efetivo, especificando código, nome, cargo, nomenclatura, porcentagem da função gratificada e início da designação/início dos efeitos, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	FGR	% - Função	Início designação/efeitos
14063	Eliane Fatima Estanislowski	Assistente Administrativo	3	30%	01/12/2015

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 18 de dezembro de 2015.

Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

**PORTARIA Nº 26.287**

PORTARIA Nº 26.287, de 18 de dezembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador mais o previsto no art. 29, § 6º da Lei Complementar 56/2004,

**RESOLVE:**

SUSPENDER o período de avaliação de Estágio Probatório da Servidora Pública Municipal ELIANE FATIMA ESTANISLOWSKI, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, Matrícula 14063, designado pela Portaria nº 26.198, de 20 de novembro de 2015, para exercer Função Gratificada – FGR3, na Secretaria Municipal da Administração, em razão de exercer função incompatível com a do cargo efetivo, tempo que deverá ser reposto para findar o Estágio Probatório.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 18 de dezembro de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

**PORTARIA Nº 26.290**

PORTARIA Nº 26.290, de 18 de dezembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 73, inciso IIII, alínea "b", da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais

**RESOLVE:**

CONCEDER à Servidora Pública Municipal, a seguir relacionada, lotada na Secretaria Municipal da Saúde, Licença para ausentar-se do serviço (nojo), pelo passamento de familiar, especificando código, nome da servidora, cargo, dias de afastamento e data do óbito, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Dias Afastamento	Data do Óbito
11058	Valquiria Granemann Souza Perazzoli	Assistente Administrativo	08	11/12/2015



Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 18 de dezembro de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

### **PORTARIA Nº 26.309**

PORTARIA Nº 26.309, de 28 de dezembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 71, inciso IV, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

DECLARAR A VACÂNCIA dos cargos de provimento efetivo, do Quadro de Servidores do Poder Executivo Municipal de Caçador, especificando código, nome do Servidor titular do cargo, nome do cargo, carga horária, Secretaria/Órgão de lotação, motivo e data da vacância, na forma que segue:

Código	Nome do Servidor	Cargo	Carga horária	Secretaria/Órgão	Motivo da vacância	Data da vacância
2127	Cizete Catellan	Especialista em Assuntos Educacionais	20hs	016	Aposentadoria	01/12/2015
1145	José Luiz Carvalho	Guarda Patrimonial Municipal	44hs	Dittesc	Aposentadoria	01/12/2015
396	Nilton Antonio Vieira	Pedreiro	44hs	003	Aposentadoria	01/12/2015

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 28 de dezembro de 2015.  
Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL

# Campos Novos

## CÂMARA MUNICIPAL

**DECRETO Nº 17/2015**

DECRETO Nº 17/2015

DECRETA PONTO FACULTATIVO NAS DEPENDÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CAMPOS NOVOS/SC.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, no uso de suas atribuições legais e com fundamentos no art. 65, I, do Regimento Interno, e art. 58 da LOM ....

DECRETA:

Art. 1º. Fica decretado "Ponto Facultativo" o dia 24/12/2015 (quinta-feira) nas dependências da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos (SC) devido as festividades Natalinas.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Campos Novos - SC, em 23 de dezembro de 2015.

Nelson Carafa

Presidente da Mesa

# Canoinhas

## PREFEITURA

### **PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DA TOMADA DE PREÇO Nº PMC 39/2015**

TOMADA DE PREÇO Nº 39/15

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 224/15

HOMOLOGAÇÃO: 28/12/15

CONTRATADO: VOLTASA LOCAÇÕES E TRANSPORTES LTDA CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRA RELATIVA A PAVIMENTAÇÃO EM LAJOTA SEXTAVADA E DRENAGEM PLUVIAL DA RUA ESMAEL CUNHA, TRECHO ENTRE AS RUAS JULIO BUDANT NETO E THEODORO HUMENHUCK, COM 187,53 METROS DE EXTENSÃO, E EXECUÇÃO DE OBRA RELATIVA A PAVIMENTAÇÃO EM LAJOTA

SEXTAVADA E DRENAGEM PLUVIAL DA RUA MIGUEL SCHIESSL SOBRINHO, TRECHO ENTRE AS RUAS JULIO BUDANT E THEODORO HUMENHUCK, COM 187,53 METROS DE EXTENSÃO, COM FORNECIMENTO DE TODO MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIA VALOR DA DESPESA: R\$ 338.631,81 (trezentos e trinta e oito mil seiscentos e trinta e um reais e oitenta e um centavos)

DATA: 28/12/15 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

### **PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO Nº FMAS 01/2015**

TOMADA DE PREÇO Nº 1/15

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 21/15

HOMOLOGAÇÃO: 28/12/15

CONTRATADO: FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DAMA CONTRATANTE: FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE CANOINHAS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA DESENVOLVIMENTO DE OFICINA DE INCLUSÃO PRODUTIVA E GERAÇÃO DE RENDA ATRAVÉS DE PROFISSIONAIS DE ARTESANATO, CULINÁRIA NATALINA, MANICURE E PEDICURE E NUTRIÇÃO, CONFORME DETERMINAÇÕES CONSTANTES NO PROJETO BÁSICO - ANEXO I DESTE EDITAL.

VALOR DA DESPESA: R\$ 29.950,00 (vinte e nove mil novecentos e cinquenta reais)

DATA: 28/12/15 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

### **PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO Nº FME 03/2015 (PRESENCIAL)**

PREGÃO PRESENCIAL Nº 3/15

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 6/15

HOMOLOGAÇÃO: 28/12/15

CONTRATADO: ASSOCIAÇÃO CULTURAL SOCIAL DESPORTIVA E EVENTOS SI

CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA REALIZAÇÃO DO PROJETO KARATÊ SOCIAL QUE TEM POR OBJETIVO O TREINAMENTO DE 120 CRIANÇAS E ADOLESCENTES DA REDE PÚBLICA DE ENSINO, COM IDADE ENTRE 08 E 18 ANOS, NA MODALIDADE DE ESPORTE KARATÊ. VALOR DA DESPESA: R\$ 32.832,00 (trinta e dois mil oitocentos e trinta e dois reais)

DATA: 28/12/15 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

### **PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO Nº PMC 147/2015 (PRESENCIAL)**

PREGÃO PRESENCIAL Nº 147/15

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 238/15

HOMOLOGAÇÃO: 28/12/15

CONTRATADO: OMEGA ENGENHARIA DE SOFTWARE LTDA CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA IMPRESSÃO DE CARNÊS, PARA PAGAMENTO DO IPTU 2016, MONTADOS, SERRILHADOS, LOMBADOS, COM CÓDIGO DE BARRAS PADRÃO FEBRABAN. VALOR DA DESPESA: R\$ 13.505,00 (treze mil quinhentos e cinco reais)

DATA: 28/12/15 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DA TOMADA DE PREÇO Nº FMAS 01/2015

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE CANOINHAS  
Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 21/2015		Processo Administrativo:		Total dos Itens Vencedores: 29.950,00				
Licitação.....:	1/2015 - TP							
Modalidade.....:	Tomada de Preço p/ Compras e Serviços							
Objeto.....:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA DESENVOLVIMENTO DE OFICINA DE INCLUSÃO PRODUTIVA E GERAÇÃO DE RENDA ATRAVÉS DE PROFISSIONAIS DE ARTESANATO, CULINÁRIA NATALINA, MANICURE E PEDICURE E NUTRIÇÃO, CONFORME DETERMINAÇÕES CONSTANTES NO PROJETO BÁSICO - ANEXO I DESTE EDITAL.							
Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação

Item.....: 1	- 311045280 - OFICINA DE INCLUSÃO PRODUTIVA E GERAÇÃO DE RENDA ATRAVÉS DE - Unidade: SER							
10652	FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DAMA		1,000	0,0000	29.950,00000	29.950,00	Venceu	1 *****

Canoinhas, Em .....	PAULO CESAR SAFANELLI - Presidente da Comissão
	CLEISON TARCISIO FUCK - MEMBRO TITULAR
	JOSÉ MARCOS CARVALHO - MEMBRO SUPLENTE
	JOSÉ CARLOS HERBEST - MEMBRO SUPLENTE
	CLÁUDIO HENRIQUE MATHIAS - MEMBRO SUPLENTE
	CIBELE NEUDORF BATISTA - SECRETÁRIO
	DOUGLAS ANTONIO CONCEIÇÃO - 28.754/SC
	TAYNÁ MACHADO - CRC/SC 037083/P-8

## PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DA TOMADA DE PREÇO Nº PMC 39/2015

## ESTADO DE SANTA CATARINA

## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 1/2

Total dos Itens Vencedores: 338.631,81

Processo Administrativo:

224/2015

Licitação.....: 39/2015 - TP

Modalidade.....: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia

Objeto.....: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRA RELATIVA A PAVIMENTAÇÃO EM LAJOTA SEXTAVADA E DRENAGEM PLUVIAL DA RUA ESMAEL CUNHA, TRECHO ENTRE AS RUAS JULIO BUDANT NETO E THEODORO HUMENHUCK, COM 187,53 METROS DE EXTENSÃO, E EXECUÇÃO DE OBRA RELATIVA A PAVIMENTAÇÃO EM LAJOTA SEXTAVADA E DRENAGEM PLUVIAL DA RUA MIGUEL SCHIESSL SOBRINHO, TRECHO ENTRE AS RUAS JULIO BUDANT E THEODORO HUMENHUCK, COM 187,53 METROS DE EXTENSÃO, COM FORNECIMENTO DE TODO MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSARIA

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
<b>Item.....: 1 - 311043729 - PAVIMENTAÇÃO EM LAJOTA SEXTAVADA RUA ESMAEL CUNHA - Unidade: UN</b>								
13004	VOLPESA LOCAÇÕES E TRANSPORTES LTDA		1,000	0,0000	162.167,5000	162.167,50	Venceu	1 *****
16608	CRISLAINE DE FATIMA CHAGAS ESTOKERO - ME		1,000	0,0000	168.029,1500	168.029,15	Perdeu	2
16059	FERNANDO SIMAO MARON EIRELI ME		1,000	0,0000	168.587,9800	168.587,98	Perdeu	3
16107	CONSTRUTORA E ARTEFATOS DE CONCRETO PLANALTIMA I		1,000	0,0000	172.044,4700	172.044,47	Perdeu	4
<b>Item.....: 2 - 311043730 - PAVIMENTAÇÃO EM LAJOTA SEXTAVADA RUA MIGUEL SCHIESSL SOBRIN - Unidade: UN</b>								
13004	VOLPESA LOCAÇÕES E TRANSPORTES LTDA		1,000	0,0000	176.464,3100	176.464,31	Venceu	1 *****
16608	CRISLAINE DE FATIMA CHAGAS ESTOKERO - ME		1,000	0,0000	182.165,6100	182.165,61	Perdeu	2
16059	FERNANDO SIMAO MARON EIRELI ME		1,000	0,0000	185.950,5900	185.950,59	Perdeu	3



ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 2/2

Processo / Ano:	224/2015	Processo Administrativo:	338.631,81					
Licitação.....:	39/2015 - TP							
Modalidade.....:	Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia							
Objeto.....:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRA RELATIVA A PAVIMENTAÇÃO EM LAJOTA SEXTAVADA E DRENAGEM PLUVIAL DA RUA ESMAEL CUNHA, TRECHO ENTRE AS RUAS JULIO BUDANT NETO E THEODORO HUMENHUCK, COM 187,53 METROS DE EXTENSÃO, E EXECUÇÃO DE OBRA RELATIVA A PAVIMENTAÇÃO EM LAJOTA SEXTAVADA E DRENAGEM PLUVIAL DA RUA MIGUEL SCHIESSL SOBRINHO, TRECHO ENTRE AS RUAS JULIO BUDANT E THEODORO HUMENHUCK, COM 187,53 METROS DE EXTENSÃO, COM FORNECIMENTO DE TODO MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSARIA							
Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação

Item.....: 2	- 311043730 - PAVIMENTAÇÃO EM LAJOTA SEXTAVADA RUA MIGUEL SCHIESSL SOBRIN - Unidade: UN							
16107	CONSTRUTORA E ARTEFATOS DE CONCRETO PLANAL TINA I		1,000	0,0000	189.757,9100	189.757,91	Perdeu	4

Canoinhas, Em .....	Canoinhas, Em .....
PAULO CESAR SAFANELLI - .....	Presidente da Comissão
CLEISON TARCISIO FUCK - .....	MEMBRO SUPLENTE
JOSÉ MARCOS CARVALHO - .....	MEMBRO SUPLENTE
JOSÉ CARLOS HERBEST - .....	MEMBRO SUPLENTE
CLÁUDIO HENRIQUE MATHIAS - .....	MEMBRO TITULAR
CIBELE NEUDORF BATISTA - .....	SECRETÁRIO
DOUGLAS ANTONIO CONCEIÇÃO - .....	28.754/SC
VANESSA LANGER - .....	CRC/SC 028524/O-0

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DA TOMADA DE PREÇO Nº PMC 40/2015

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 226/2015		Processo Administrativo:	Total dos Itens Vencedores: 18.898,00	
Licitação.....:	40/2015 - TP			
Modalidade.....:	Tomada de Preço p/ Compras e Serviços			
Objeto.....:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE CARGOS, NA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.			

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 1	- 16143	- PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS RELATIVOS A REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBL - Unidade: SER						
16657	NUBES TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA ME		1,000	0,0000	18.898,0000	18.898,00	Venceu	1 *****

Canoinhas, Em .....	PAULO CESAR SAFANELLI - Presidente da Comissão
	CIBELE NEUDORF BATISTA - SECRETÁRIO
	CLEISON TARCISIO FUCK - MEMBRO TITULAR
	KAROLINE APARECIDA CRESTANI - MEMBRO SUPLENTE
	ROSEMARY DE FÁTIMA CUBAS BLAKA - MEMBRO SUPLENTE
	CLÁUDIO HENRIQUE MATHIAS - MEMBRO SUPLENTE
	DOUGLAS ANTONIO CONCEIÇÃO - 28.754/SC
	VANESSA LANGER - CRC/SC 028524/O-0

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PREGÃO Nº FME 03/2015 (PRESENCIAL)

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 6/2015		Processo Administrativo:		Total dos Itens Vencedores: 32.832,00				
Licitação.....: 3/2015 - PR								
Modalidade....: PREGÃO PRESENCIAL								
Objeto.....: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA REALIZAÇÃO DO PROJETO KARATÊ SOCIAL QUE TEM POR OBJETIVO O TREINAMENTO DE 120 CRIANÇAS E ADOLESCENTES DA REDE PÚBLICA DE ENSINO, COM IDADE ENTRE 08 E 18 ANOS, NA MODALIDADE DE ESPORTE KARATÊ.								
Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação

Item.....: 1	- 311045584 - AULAS DE KARATÊ - Unidade: hrs							
208	ASSOCIAÇÃO CULTURAL SOCIAL DESPORTIVA E EVENTOS		17.280,000	0,0000	1,9000	32.832,00	Venceu	1 *****

Canoinhas, Em	...../...../.....
ROBERTA JOSIANE SCHAFASCHEK	- Pregoeiro(a)
PAULO CESAR SAFANELLI	- SUPLENTE/PREGOEIRO
CLAUDIO HENRIQUE MATHIAS	- EQUIPE DE APOIO
MARCIANO FERNANDES CORREA	- EQUIPE DE APOIO
DOUGLAS ANTONIO CONCEIÇÃO	- 28.754/SC
VANESSA LANGER	- CRC/SC 028524/O-0

## PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PREGÃO Nº FMS 27/2015 (PRESENCIAL)

## ESTADO DE SANTA CATARINA

## FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 1/2

Processo / Ano: 40/2015  
 Licitação.....: 27/2015 - PR  
 Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL  
 Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS DE PASSAGENS RODOVIÁRIAS INTERMUNICIPAIS CANOINHAS/JOINVILLE/JARAGUÁ DO SUL/FLORIANÓPOLIS/CANOINHAS, DESTINADAS A PESSOAS CARENTES DO MUNICÍPIO QUE NECESSITEM DE TRATAMENTO ESPECIALIZADO NOS MUNICÍPIOS DE JOINVILLE, JARAGUÁ DO SUL E FLORIANÓPOLIS PELO PERÍODO DE 01 (UM) ANO.

Processo Administrativo: 1 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Total dos Itens Vencedores: 879.440,00

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 1	- 42420	- PASSAGEM RODOVIÁRIA INTERMUNICIPAL CANOINHAS/JOINVILLE - Unidade: UN						
13430	REUNIDAS TURISMO S.A.		5.000,000	0,0000	45,2300	226.150,00	Venceu	1 *****
Item.....: 2	- 42423	- PASSAGEM RODOVIÁRIA INTERMUNICIPAL JOINVILLE/CANOINHAS - Unidade: UN						
13430	REUNIDAS TURISMO S.A.		5.000,000	0,0000	45,2300	226.150,00	Venceu	1 *****
Item.....: 3	- 42419	- PASSAGEM RODOVIÁRIA INTERMUNICIPAL CANOINHAS/JARAGUÁ DO SUL - Unidade: UN						
13430	REUNIDAS TURISMO S.A.		1.000,000	0,0000	45,2300	45.230,00	Venceu	1 *****
Item.....: 4	- 42422	- PASSAGEM RODOVIÁRIA INTERMUNICIPAL JARAGUÁ DO SUL/CANOINHAS - Unidade: UN						
13430	REUNIDAS TURISMO S.A.		1.000,000	0,0000	45,2300	45.230,00	Venceu	1 *****
Item.....: 5	- 42418	- PASSAGEM RODOVIÁRIA INTERMUNICIPAL CANOINHAS/FLORIANÓPOLIS - Unidade: UN						
13430	REUNIDAS TURISMO S.A.		2.000,000	0,0000	84,1700	168.340,00	Venceu	1 *****

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano:	40/2015	Processo Administrativo:	879.440,00
Licitação.....:	27/2015 - PR	1 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Modalidade.....:	PREGÃO PRESENCIAL		
Objeto.....:	REGISTRO DE PREÇOS DE PASSAGENS RODOVIÁRIAS INTERMUNICIPAIS CANOINHAS/JOINVILLE/JARAGUÁ DO SUL/FLORIANÓPOLIS/CANOINHAS, DESTINADAS A PESSOAS CARENTES DO MUNICÍPIO QUE NECESSITEM DE TRATAMENTO ESPECIALIZADO NOS MUNICÍPIOS DE JOINVILLE , JARAGUÁ DO SUL E FLORIANÓPOLIS PELO PERÍODO DE 01 (UM) ANO.		

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 6	- 42421	- PASSAGEM RODOVIÁRIA INTERMUNICIPAL FLORIANÓPOLIS/CANOINHAS - Unidade: UN						
13430	REUNIDAS TURISMO S.A.		2.000,000	0,0000	84,1700	168.340,00	Venceu	1 *****

	Canoinhas, Em	...../...../.....
	PAULO CESAR SAFANELLI -	Pregoeiro(a)
	ROBERTA JOSIANE SCHAFSCHECK -	SUPLENTE
	MARCIANO FERNANDES CORREA -	EQUIPE DE APOIO
	CLAUDIO HENRIQUE MATHIAS -	EQUIPE DE APOIO - SUPLENTE
	DOUGLAS ANTONIO CONCEIÇÃO -	28.754/SC
	JOSE CARLOS HERBST -	CRC/SC 031639/O-0



PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PREGÃO Nº PMC 147/2015 (PRESENCIAL)

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 238/2015  
Licitação.....: 147/2015 - PR  
Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL  
Objeto.....: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA IMPRESSÃO DE CARNÊS, PARA PAGAMENTO DO IPTU 2016, MONTADOS, SERRILHADOS, LOMBADOS, COM CÓDIGO DE BARRAS PADRÃO FEBRABAN.

Processo Administrativo:  
Total dos Itens Vencedores: 13.505,00

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 1	- 10785	- CARNÊ DE IPTU - Unidade: UN						
11920	OMEGA ENGENHARIA DE SOFTWARE LTDA		18.500,000	0,0000	0,7300	13.505,00	Venceu	1 *****

Canoinhas,	Em	...../...../.....
PAULO CESAR SAFANELLI - .....	Pregoeiro(a)	
ROBERTA JOSIANE SCHAFASCHEK - .....	SUPLENTE PREGOEIRO	
CLAUDIO HENRIQUE MATHIAS - .....	EQUIPE DE APOIO	
MARCIANO FERNANDES CORREA - .....	EQUIPE DE APOIO	
DOUGLAS ANTONIO CONCEIÇÃO - .....	28.754/SC	
VANESSA LANGER - .....	CRC/SC 028524/O-0	

# Capinzal

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 166/2015 SUPL PREFEITURA

DECRETO No 166, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2015.

Abre crédito adicional suplementar no valor de R\$ 351.000,00 (trezentos e cinquenta e um mil reais).

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, SC, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, inciso V, da Lei Orgânica do Município e pelo art. 15 da Lei Municipal no 3.157, de 15 de dezembro de 2014,

#### DECRETA:

Art. 1o Fica aberto no orçamento da Prefeitura Municipal de Capinzal, um crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 351.000,00 (trezentos e cinquenta e um mil reais), para reforço da dotação orçamentária, a seguir especificadas:

0501.12.361.0065.2032	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	FTE	DR	R\$	0,00
31900000-053	Aplicações Diretas	1001	00	R\$	336.000,00
33900000-057	Aplicações Diretas	1058	00	R\$	15.000,00
	Total			R\$	351.000,00

Art. 2o Para dar cobertura ao crédito aberto no artigo 1o deste Decreto é indicada como fonte de recursos, na forma do disposto no inciso III, do § 1o, do art. 43, da Lei Federal no 4.320, de 17 de março de 1964, a anulação parcial do saldo da dotação orçamentária vinculada ao orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Capinzal, no valor de R\$ 351.000,00 (trezentos e cinquenta e um mil reais), na forma do quadro a seguir.

0501.12.361.0065.2032	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	FTE	DR	R\$	0,00
31900000-054	Aplicações Diretas	1019	00	R\$	336.000,00
33900000-055	Aplicações Diretas	1001	00	R\$	15.000,00
	Total			R\$	351.000,00

Art. 3o Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, 22 de dezembro de 2015

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO

Secretário da Administração e Finanças Interino

### FMAS TERMO ADITIVO 002/2015 C03

ESTADO DE SANTA CATARINA	
FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	
-----	
Aditivo Nº ..... : TA 002/2015 C03 - Contrato Nº: 0003/2015 M	
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE CAPINZAL	
Contratada....: IRMAOS DAMBROS LTDA	
Valor ..... : 1.495,75 (um mil quatrocentos e noventa e cinco reais e setenta e cinco centavos)	
Vigência ..... : Início: 28/12/2015 Término: 12/01/2016	
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 1/2015	
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL Processo_Licitatório.....: 0001 / 2015	
Recursos ..... : Dotação:	
Objeto ..... : O objeto do presente Termo Aditivo é o aumento das quantidades em até 25%, de acordo com o artigo 65 do § 1º, da lei 8.666/93; acrescendo o valor do contrato original em R\$ 1.495,75 (um mil quatrocentos e noventa e cinco reais e setenta e cinco centavos). Conforme justificativa e parecer jurídico.	
Capinzal, 28 de Dezembro de 2015	

**FMS TERMO ADITIVO 001/2015 C14**

ESTADO DE SANTA CATARINA		
FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		
-----		
-----		
Aditivo Nº ..... : TA 001/2015 C14 - Contrato Nº: 0014/2015		
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL		
Contratada...: CLINICA DE ORTOPEDIA E ACUPUNTURA MEDICA KUTZKE LT		
Valor ..... : 86.400,00 (oitenta e seis mil e quatrocentos reais)		
Vigência ..... : Início: 28/12/2015 Término: 31/12/2016		
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 4/2015 Processo_Licitatório.....: 0008 / 2015		
Recursos ..... : Dotação:		
Objeto ..... : O Objeto do presente TERMO ADITIVO, é a prorrogação da vigência do contrato original, findando em 31/12/2016, conforme solicitação da secretaria responsável e parecer jurídico.		
Capinzal, 28 de Dezembro de 2015		

**FMS TERMO ADITIVO 001/2015 C18**

ESTADO DE SANTA CATARINA		
FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		
-----		
-----		
Aditivo Nº ..... : TA 001/2015 C18 - Contrato Nº: 0018/2015		
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL		
Contratada...: ENDOPEDII CLINICA PEDIATRICA SOCIEDADE SIMPLES		
Valor ..... : 165.999,96 (cento e sessenta e cinco mil novecentos e noventa e nove reais e noventa e seis centavos)		
Vigência ..... : Início: 28/12/2015 Término: 31/12/2016		
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 4/2015 Processo_Licitatório.....: 0008 / 2015		
Recursos ..... : Dotação:		
Objeto ..... : O Objeto do presente TERMO ADITIVO, é a prorrogação da vigência do contrato original, findando em 31/12/2016, conforme solicitação da secretaria responsável e parecer jurídico.		
Capinzal, 28 de Dezembro de 2015		

**FMS TERMO ADITIVO 001/2015 C21**

ESTADO DE SANTA CATARINA		
FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		
-----		
-----		
Aditivo Nº ..... : TA 001/2015 C21 - Contrato Nº: 0021/2015		
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL		
Contratada...: JMS TESTA CLINICA MEDICA E NEFROLOGIA SOCIEDADE SI		
Valor ..... : 112.800,00 (cento e doze mil oitocentos reais)		
Vigência ..... : Início: 28/12/2015 Término: 31/12/2016		
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 4/2015 Processo_Licitatório.....: 0008 / 2015		
Recursos ..... : Dotação:		
Objeto ..... : O Objeto do presente TERMO ADITIVO, é a prorrogação da vigência do contrato original, findando em 31/12/2016, conforme solicitação da secretaria responsável e parecer jurídico.		
Capinzal, 28 de Dezembro de 2015		

**PMC PROCESSO LICITATÓRIO 0002/2016 PREGÃO PRESENCIAL 0002/2016****AVISO DE LICITAÇÃO**

Processo Licitatório Nº 0002/2016

Pregão Presencial Nº 0002/2016

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para aquisição de materiais de higiene e limpeza para manutenção das Secretarias e Fundos, com Recursos Municipais, Estaduais e Federais.

ENTREGA DE ENVELOPES E ABERTURA: Os Envelopes de Propostas e Documentos deverão obrigatoriamente serem protocolados no Setor de Protocolo até as 08:00 horas, para abertura da Seção às 08:05 horas do dia 14/01/2016.

CREDENCIAMENTO: Os documentos de Credenciamento deverão vir fora dos envelopes, em cópias autenticadas, em mãos, a serem entregues na hora da abertura da seção.

Menor Preço Item

**INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL:**

No endereço do Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, RUA CARMELLO ZOCOLLI, 155.

No sítio: [www.capinzal.sc.gov.br](http://www.capinzal.sc.gov.br)

HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

TELEFONE Nº (0xx49) 3555-8739 e 3555-8716, FAX Nº (0xx49) 3555-8740.

Capinzal, 29 de dezembro de 2015.

ELISÂNGELA BAGNOLIN

Diretora de Compras e Licitações

**PMC TERMO ADITIVO 001/2015 C126**

ESTADO DE SANTA CATARINA		
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		
-----		
-----		
Aditivo Nº ..... : TA 001/2015 C126 - Contrato Nº: 0126/2014		
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
Contratada...: INFO DIGITALE - SOLUCOES TECNOLOGICAS PARA GESTAO		
Valor ..... : 1.476,00 (um mil quatrocentos e setenta e seis reais)		
Vigência ..... : Início: 28/12/2015 Término: 31/03/2016		
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 46/2014 Processo_Licitatório.....: 00063 / 2014		
Recursos ..... : Dotação:		
Objeto ..... : O Objeto do presente TERMO ADITIVO, é a prorrogação da vigência do contrato original, findando em 31/03/2016, conforme solicitação da secretaria responsável e parecer jurídico.		
Capinzal, 28 de Dezembro de 2015		

**PMC TERMO ADITIVO 001/2015 C82**

ESTADO DE SANTA CATARINA		
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		
-----		
<p>Aditivo Nº ..... : TA 001/2015 C82 - Contrato Nº: 0082/2015 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL Contratada....: LUCAS ROBERTO HELLER - ME Valor ..... : 13.238,55 (treze mil duzentos e trinta e oito reais e cinquenta e cinco centavos) Vigência ..... : Início: 28/12/2015 Término: 21/03/2016 Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 11/2015 Processo_Licitatório.....: 00011 / 2015 Recursos ..... : Dotação: Objeto ..... : O objeto do presente Termo Aditivo é o aumento das quantidades em até 25%, de acordo com o artigo 65, da lei 8.666/93; acrescendo o valor do contrato original em R\$ 13.238,55 (treze mil duzentos e trinta e oito reais e cinquenta e cinco centavos). Conforme justificativa e parecer jurídico.</p>		
Capinzal, 28 de Dezembro de 2015		

**PMC TERMO ADITIVO 001/2015 C87**

ESTADO DE SANTA CATARINA		
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		
-----		
<p>Aditivo Nº ..... : TA 001/2015 C87 - Contrato Nº: 0087/2015 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL Contratada....: LUCAS ROBERTO HELLER - ME Valor ..... : 10.079,60 (dez mil e setenta e nove reais e sessenta centavos) Vigência ..... : Início: 28/12/2015 Término: 23/03/2016 Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 11/2015 Processo_Licitatório.....: 00011 / 2015 Recursos ..... : Dotação: Objeto ..... : O objeto do presente Termo Aditivo é o aumento das quantidades em até 25%, de acordo com o artigo 65, da lei 8.666/93; acrescendo o valor do contrato original em R\$ 13.238,55 (treze mil duzentos e trinta e oito reais e cinquenta e cinco centavos). Conforme justificativa e parecer jurídico.</p>		
Capinzal, 28 de Dezembro de 2015		

**PMC TERMO ADITIVO 001/2015 C88**

ESTADO DE SANTA CATARINA		
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		
-----		

Aditivo Nº ..... : TA 001/2015 C88 - Contrato Nº: 0088/2015  
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL  
Contratada....: LUCAS ROBERTO HELLER - ME  
Valor ..... : 14.627,20 (quatorze mil seiscentos e vinte e sete reais e vinte centavos)  
Vigência ..... : Início: 28/12/2015 Término: 23/03/2016  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 11/2015 Processo\_Licitatório....: 00011 / 2015  
Recursos ..... : Dotação:  
Objeto ..... : O objeto do presente Termo Aditivo é o aumento das quantidades em até 25%, de acordo com o artigo 65, da lei 8.666/93; acrescendo o valor do contrato original em R\$ 14.627,20 (quatorze mil seiscentos e vinte e sete reais e vinte centavos). Conforme justificativa e parecer jurídico.

Capinzal, 28 de Dezembro de 2015

### PMC TERMO ADITIVO 002/2015 C79

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº ..... : TA 002/2015 C79 - Contrato Nº: 0079/2015  
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL  
Contratada....: LUCAS ROBERTO HELLER - ME  
Valor ..... : 6.088,27 (seis mil e oitenta e oito reais e vinte e sete centavos)  
Vigência ..... : Início: 28/12/2015 Término: 21/03/2016  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 11/2015 Processo\_Licitatório....: 00011 / 2015  
Recursos ..... : Dotação:  
Objeto ..... : O objeto do presente Termo Aditivo é o aumento das quantidades em até 25%, de acordo com o artigo 65, da lei 8.666/93; acrescendo o valor do contrato original em R\$ 6.088,27 (seis mil e oitenta e oito reais e vinte e sete centavos). Conforme justificativa e parecer jurídico em anexo.

Capinzal, 28 de Dezembro de 2015

### RESOLUÇÃO 027/2015 CIALAR

RESOLUÇÃO No 027, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2015

Abre crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 23,00 (vinte e três reais), no orçamento vigente.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL ABRIGO CASA LAR (CIALAR), no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17 do estatuto social e demais legislação pertinente, e;

Considerando a necessidade de ajustes nas dotações orçamentárias constantes do Orçamento vigente, indispensáveis ao bom desenvolvimento das ações relativas às atividades do CIALAR;

Considerando o disposto na Resolução CIALAR no 016, de 17 de dezembro de 2014, que dispõe sobre o orçamento do Consórcio Intermunicipal Abrigo Casa Lar (CIALAR) para o exercício de 2015.

RESOLVE:

Art. 1º Fica aberto no orçamento do Consórcio Intermunicipal Abrigo Casa Lar - CIALAR de Capinzal, um crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 23,00 (vinte e três reais), para reforço da dotação orçamentária, a seguir especificada:



0101.08.243.0001.2001	OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DO CIALAR	FTE	DR	R\$	0,00
31900000-002	Aplicações Diretas	1000	00	R\$	23,00
	Total	1000	00	R\$	23,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito aberto no art. 1º desta Resolução é indicada como fonte de recursos, na forma do disposto no inciso III, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 1964, a anulação parcial do saldo da dotação orçamentária vinculada ao orçamento vigente do Consórcio Intermunicipal Abrigo Casa Lar - CIALAR, no valor de R\$ 23,00 (vinte e três reais), na forma do quadro a seguir.

0101.08.243.0001.2001	OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DO CIALAR	FTE	DR	R\$	0,00
33900000-003	Aplicações Diretas	1000	00	R\$	23,00
	Total	1000	00	R\$	23,00

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, 28 de dezembro de 2015.

VITOS JOÃO FACIN

Presidente do Consórcio Intermunicipal Abrigo Casa Lar - CIALAR

## **SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE CAPINZAL**

### **PORTARIA Nº 84/2015/SIMAE-CAO**

PORTARIA Nº 84/2015/SIMAE-CAO, de 28 de Dezembro de 2015.

Designa servidores responsáveis pela realização de despesas sob o regime de adiantamento, na forma que especifica. O DIRETOR DO SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO, de Capinzal e Ouro/SC, no uso de suas atribuições legais,

#### **RESOLVE:**

DESIGNAR os servidores Edilson dos Santos Vilarino e Francieli Aparecida da Rosa, ocupantes de cargo efetivo da Autarquia, como responsáveis pela realização de despesas sob o regime de adiantamento, em especial para atender despesas miúdas de pronto pagamento, previsto no artigo 65 e seguintes da Lei Complementar nº 147, de 04 de abril de 2012, ficando os mesmos responsáveis pela movimentação financeira da Conta Corrente nº 53-0 Agência 1071-5 do SIMAE junto à Caixa Econômica Federal.

Esta Portaria entra em vigor a partir de 04 de janeiro de 2016, revogando-se as disposições da PORTARIA Nº SIMAE CAO/002/2013, de 24 de janeiro de 2013.

Registre-se e Publique-se.

SIDNEI PENZO

Diretor Geral

### **PORTARIA Nº 85/2015/SIMAE-CAO**

PORTARIA Nº 85/2015/SIMAE-CAO, de 28 de dezembro de 2015.

Designa comissão para aprovação de projetos, fiscalização e recebimento da obra do sistema de abastecimento de água e coleta de esgoto sanitário do Loteamento Dirceu Antônio Bazzo.

O Diretor Geral do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto, autarquia intermunicipal de Capinzal e Ouro/SC, no uso de suas atribuições de Lei,

#### **RESOLVE:**

Designar os servidores VALDIR MOROSINI, CRISTINA DA SILVA, DIONÍSIO ALZIR ROSSET e NATÁLIA ZIMERMANN BOARETO, para comporem a comissão de análise e aprovação de projetos, fiscalização e recebimento do sistema de abastecimento de água e coleta de esgoto sanitário do Loteamento Dirceu Antônio Bazzo, no município de Capinzal/SC.

Esta portaria entra em vigor a partir desta data.

Registre-se e Publique-se.

SIDNEI PENZO

Diretor Geral

# Catanduvás

## PREFEITURA

### EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FUNREBOM Nº 0002/2015

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FUNREBOM Nº 0002/2015

PREGÃO Nº 0032/2015 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0043/2015  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - Fundo de Reequipamento do Bombeiro – FUNREBOM  
CONTRATADA: MODESTO LEAL NUNES FILHO

Reportam-se ao Contrato firmado entre as partes em 17 de junho de 2015 para:

OBJETO: Prorrogar o prazo do contrato até o dia 31 de dezembro de 2016, com novo prazo iniciando em 1º de janeiro de 2016.

Catanduvás – SC, 11 de dezembro de 2015.

FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO BOMBEIRO – FUNREBOM  
Gisa Aparecida Giacomini

### EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMC Nº 0001/2015

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMC Nº 0001/2015

Termo de contratação de empresa especializada para prestação de serviços de INTERNET BANDA LARGA – FIBRA ÓTICA, QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE CATANDUVAS/SC E A EMPRESA ACESSOLINE TELECOMUNICAÇÕES LTDA EPP E O MUNICÍPIO DE CATANDUVAS/SC.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS  
CONTRATADA: ACESSOLINE TELECOMUNICAÇÕES LTDA EPP

Reportam-se ao Contrato firmado entre as partes em 01 de janeiro de 2015 para:

OBJETO: Prorrogar o prazo do contrato até o dia 31 de dezembro de 2016, com novo prazo iniciando em 1º de janeiro de 2016.

Catanduvás – SC, 01 de dezembro de 2015.

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC  
Gisa Aparecida Giacomini

### EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMC Nº 0007/2015

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMC Nº 0007/2015

PREGÃO Nº 0064/2014 (PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0092/2014).

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS  
CONTRATADA: ILIZANDRO PARIZOTO ME

Reportam-se ao Contrato firmado entre as partes em 14 de janeiro de 2015 para:

OBJETO: Prorrogar o prazo do contrato até o dia 31 de dezembro de 2016, com novo prazo iniciando em 1º de janeiro de 2016.

Catanduvás – SC, 01 de dezembro de 2015.

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC  
Gisa Aparecida Giacomini

### EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMC Nº 0051/2015

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMC Nº 0051/2015

INEXIGIBILIDADE Nº 0002/2015 - PROCESSO Nº 0040/2015

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE CATANDUVAS  
CONTRATADA: BETHA SISTEMAS LTDA

Reportam-se ao contrato firmado entre as partes na data de 15 de maio de 2015, alterando-o conforme segue:

OBJETO: Prorrogar o prazo do contrato até o dia 31 de dezembro de 2016, com novo prazo iniciando em 1º de janeiro de 2016.

Catanduvás – SC, 03 de dezembro de 2015.

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS – SC  
Gisa Aparecida Giacomini

### EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMC Nº 0082/2015

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMC Nº 0082/2015

PREGÃO Nº 0047/2015 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0062/2015  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS  
CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO DOS ARBITROS DO MEIO OESTE CATARINENSE

Reportam-se ao contrato firmado entre as partes na data de 15 de setembro de 2015, alterando-o conforme segue:

OBJETO: Prorrogar o prazo do contrato até o dia 30 de abril de 2016, com novo prazo iniciando em 1º de janeiro de 2016.

Catanduvás – SC, 04 de dezembro de 2015.

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS – SC  
Gisa Aparecida Giacomini

### EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMC Nº 0084/2015

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMC Nº 0084/2015

TOMADA DE PREÇO Nº 0004/2015 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0065/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS  
CONTRATADA: BALBINOT CONSTRUÇÕES EIRELI – EPP

REPORTAM-SE AO CONTRATO FIRMADO ENTRE AS PARTES NA DATA DE 03 DE NOVEMBRO DE 2015, ALTERANDO-O CONFORME SEGUE:

OBJETO: PRORROGAR O PRAZO DO CONTRATO ATÉ O DIA 31 DE

DEZEMBRO DE 2016, COM NOVO PRAZO INICIANDO EM 1º DE JANEIRO DE 2016.

CATANDUVAS – SC, 08 DE DEZEMBRO DE 2015.

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS – SC  
GISA APARECIDA GIACOMIN

**EXTRATO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO  
PMC Nº 0062/2013**

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMC Nº 0062/2013

Tomada de Preço nº 0004/2013 - Processo Licitatório nº 0036/2013  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS  
CONTRATADA: A.C.M.M. SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA LTDA EPP

Reportam-se ao Contrato firmado entre as partes em 10 de maio de 2013 para:

OBJETO: Prorrogar o prazo do contrato até o dia 31 de março de 2016, com novo prazo iniciando em 1º de janeiro de 2016.

Catanduvás – SC, 03 de dezembro de 2015.

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS – SC  
Gisa Aparecida Giacomini

**EXTRATO QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO  
Nº 140/2012**

QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 0140/2012

CONVITE N.º 0027/2012 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0104/2012  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS  
CONTRATADA: CONCÓRDIA MATERIAIS DE ESCRITÓRIO E INFORMÁTICA

Reportam-se ao Contrato firmado entre as partes em 20 de dezembro de 2012 para:

OBJETO: Prorrogar o prazo do contrato até o dia 31 de dezembro de 2016, com novo prazo iniciando em 1º de janeiro de 2016.

Catanduvás – SC, 10 de dezembro de 2015.

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS – SC  
Gisa Aparecida Giacomini

**EXTRATO QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO  
PMC Nº 0015/2013**

QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMC N.º 0015/2013

TOMADA DE PREÇOS Nº 0001/2013 - PROCESSO LICITATÓRIO N.º 0001/2013  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS  
CONTRATADA: T.O.S OBRAS E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA

Reportam-se ao Contrato firmado entre as partes em 01 de fevereiro de 2013 para:

OBJETO: Prorrogar o prazo do contrato até o dia 31 de dezembro de 2016, com novo prazo iniciando em 1º de janeiro de 2016.

Catanduvás – SC, 11 de dezembro de 2015.

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS – SC  
Gisa Aparecida Giacomini

**EXTRATO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO  
FUNREBOM Nº 0001/2014**

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FUNREBOM Nº 0001/2014

TERMO DE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE ACESSO A INTERNET BANDA LARGA – RÁDIO 5.8 GHZ, DE 1 MBPS DE VELOCIDADE DE CONEXÃO, PARA O CORRETO FUNCIONAMENTO E DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DO FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO BOMBEIRO – FUNREBOM

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO BOMBEIRO – FUNREBOM  
CONTRATADA: INOVA TELEINFORMATICA LTDA ME

Reportam-se ao Contrato firmado entre as partes em 17 de junho de 2014 para:

OBJETO: Prorrogar o prazo do contrato até o dia 31 de dezembro de 2016, com novo prazo iniciando em 1º de janeiro de 2016.

Catanduvás – SC, 11 de dezembro de 2015.

FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO BOMBEIRO – FUNREBOM  
Gisa Aparecida Giacomini

**EXTRATO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO  
FUNREBOM Nº 0001/2015**

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FUNREBOM Nº 0001/2015

TOMADA DE PREÇO Nº 0017/2014 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0091/2014  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO BOMBEIRO – FUNREBOM  
CONTRATADA: BETHA SISTEMAS LTDA

Reportam-se ao contrato firmado entre as partes na data de 12 de janeiro de 2015, alterando-o conforme segue:

OBJETO: Prorrogar o prazo do contrato até o dia 31 de dezembro de 2016, com novo prazo iniciando em 1º de janeiro de 2016.

Catanduvás – SC, 04 de dezembro de 2015.

FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO BOMBEIRO – FUNREBOM  
Gisa Aparecida Giacomini

**EXTRATO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO  
PMC Nº 0002/2015**

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMC Nº 0002/2015

PREÇO Nº 0017/2014 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0091/2014  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS  
CONTRATADA: BETHA SISTEMAS LTDA

Reportam-se ao contrato firmado entre as partes na data de 12 de janeiro de 2015, alterando-o conforme segue:

OBJETO: Prorrogar o prazo do contrato até o dia 31 de dezembro

de 2016, com novo prazo iniciando em 1º de janeiro de 2016.

Catanduvas – SC, 03 de dezembro de 2015.

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS – SC  
Gisa Aparecida Giacomini

**EXTRATO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO  
PMC Nº 0024/2014**

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMC Nº 0024/2014

PREGÃO Nº 0015/2014 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0016/2014  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS  
CONTRATADO: LEONARDO BERTONCELLO PAGLILIOSA ME

Reportam-se ao Contrato firmado entre as partes em 12 de março de 2014 para:

OBJETO: Prorrogar o prazo do contrato até o dia 31 de dezembro de 2016, com novo prazo iniciando em 1º de janeiro de 2016.

Catanduvas – SC, 09 de dezembro de 2015.

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS – SC  
Gisa Aparecida Giacomini

**EXTRATO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO  
PMC Nº 0025/2014**

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMC Nº 0025/2014

PREGÃO Nº 0015/2014 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0016/2014  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS  
CONTRATADO: SECCO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA

Reportam-se ao Contrato firmado entre as partes em 12 de março de 2014 para:

OBJETO: Prorrogar o prazo do contrato até o dia 31 de dezembro de 2016, com novo prazo iniciando em 1º de janeiro de 2016.

Catanduvas – SC, 09 de dezembro de 2015.

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS – SC  
Gisa Aparecida Giacomini

**EXTRATO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO  
PMC Nº 0042/2014**

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMC Nº 0042/2014

TOMADA DE PREÇO Nº 0001/2014 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0013/2014  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS  
CONTRATADA: POLICENO COMÉRCIO DE PEDRAS LTDA ME

Reportam-se ao Contrato firmado entre as partes em 02 de abril de 2014 para:

OBJETO: Prorrogar o prazo do contrato até o dia 31 de dezembro de 2016, com novo prazo iniciando em 1º de janeiro de 2016.

Catanduvas – SC, 08 de dezembro de 2015.

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS – SC  
Gisa Aparecida Giacomini

**EXTRATO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO  
PMC Nº 0077/2014**

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMC Nº 0077/2014

PREÇO Nº 0008/2014 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0055/2014  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS  
CONTRATADA: POLICENO COMÉRCIO DE PEDRAS LTDA ME

Reportam-se ao Contrato firmado entre as partes em 25 de junho de 2014 para:

OBJETO: Prorrogar o prazo do contrato até o dia 31 de dezembro de 2016, com novo prazo iniciando em 1º de janeiro de 2016.

Catanduvas – SC, 08 de dezembro de 2015.

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS – SC  
Gisa Aparecida Giacomini

**EXTRATO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO  
PMC Nº 0081/2014**

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMC Nº 0081/2014

PREGÃO Nº 0053/2014 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0068/2014  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS  
CONTRATADA: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

Reportam-se ao Contrato firmado entre as partes em 25 de julho de 2014 para:

OBJETO: Prorrogar o prazo do contrato até o dia 31 de dezembro de 2016, com novo prazo iniciando em 1º de janeiro de 2016.

Catanduvas – SC, 10 de dezembro de 2015.

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS – SC  
Gisa Aparecida Giacomini

**EXTRATO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO  
PMC Nº 0086/2014**

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMC Nº 0086/2014

TOMADA DE PREÇO Nº 0011/2014 (PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0071/2014).

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS  
CONTRATADA: BALBINOT CONSTRUÇÕES EIRELI – EPP

Reportam-se ao Contrato firmado entre as partes em 20 de agosto de 2014 para:

OBJETO: Prorrogar o prazo do contrato até o dia 31 de dezembro de 2016, com novo prazo iniciando em 1º de janeiro de 2016.

Catanduvas – SC, 09 de dezembro de 2015.

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS – SC  
Gisa Aparecida Giacomini

**EXTRATO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO  
PMC Nº 0087/2014**

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMC Nº 0087/2014

TOMADA DE PREÇO Nº 0012/2014 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0072/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

CONTRATADA: PRE-FABRICADOS SGANZERLA LTDA - ME

Reportam-se ao Contrato firmado entre as partes em 26 de agosto de 2014 para:

OBJETO: Prorrogar o prazo do contrato até o dia 31 de dezembro de 2016, com novo prazo iniciando em 1º de janeiro de 2016.

Catanduvas – SC, 08 de dezembro de 2015.

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS – SC

Gisa Aparecida Giacomini

**EXTRATO SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO  
PMC Nº 0121/2012**

SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMC Nº 0121/2012

PREÇOS Nº 0006/2012 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0075/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

CONTRATADO: PAULO ANTONIO BALBINOT – ME

Reportam-se ao contrato firmado entre as partes na data de 17 de julho de 2012, alterando-o conforme segue:

OBJETO: Prorrogar o prazo do contrato até o dia 31 de dezembro de 2016, com novo prazo iniciando em 1º de janeiro de 2016.

Catanduvas – SC, 07 de dezembro de 2015.

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS – SC

Gisa Aparecida Giacomini

**EXTRATO SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO  
PMC Nº 0138/2012**

SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMC Nº 0138/2012

PREGÃO Nº 0045/2012 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0094/2012

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

CONTRATADA: TELEFÔNICA BRASIL S.A

Reportam-se ao contrato firmado entre os signatários em 29 de novembro de 2012, para alterá-lo conforme segue:

OBJETO: Prorrogar o prazo do contrato até o dia 31 de julho de 2016, com novo prazo iniciando em 1º de janeiro de 2016.

Catanduvas – SC, 03 de dezembro de 2015.

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS – SC

Gisa Aparecida Giacomini

**EXTRATO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO  
PMC Nº 0079/2013**

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMC Nº 0079/2013

Pregão nº 0028/2013 Processo Licitatório nº 0042/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS (SC)

CONTRATADA: GENTE SEGURADORA S/A

Reportam-se ao Contrato firmado entre as partes em 29 de maio de 2013 para:

OBJETO: Prorrogar o prazo do contrato até o dia 31 de dezembro de 2016, com novo prazo iniciando em 1º de janeiro de 2016.

Catanduvas – SC, 09 de dezembro de 2015.

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS – SC

Gisa Aparecida Giacomini

**EXTRATO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO  
PMC Nº 0103/2013**

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMC Nº 0103/2013

Pregão nº 0043/2013 - Processo Licitatório nº 0076/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS (SC)

CONTRATADA: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

Reportam-se ao Contrato firmado entre as partes em 03 de setembro de 2013 para:

OBJETO: Prorrogar o prazo do contrato até o dia 31 de dezembro de 2016, com novo prazo iniciando em 1º de janeiro de 2016.

Catanduvas – SC, 10 de dezembro de 2015.

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS – SC

Gisa Aparecida Giacomini



**CÂMARA MUNICIPAL****EXTRATO DE CONTRATO N. 006/2005**

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CATANDUVAS

EXTRATO DE CONTRATO N. 006/2005

Contratante: Câmara Municipal de Vereadores de Catanduvas/SC, CNPJ: 73.240.236/0001-79; Contratado: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA, CNPJ: 09.427.503/0001-12; Objeto: Prestação de Serviços Continuados de Tecnologia da Informação e Comunicação, notadamente o Programa de Gestão das Câmaras de Vereadores. Valor Mensal: R\$ 260,00 (duzentos e sessenta reais), Valor Total Anual: R\$ 2.808,00. Prazo: 12 (doze) meses. Vigência: de 1º de Janeiro de 2016 até 31 de dezembro de 2016.

**TERMO ADITIVO Nº 001/2015 AO CONTRATO Nº 0003/2015, FIRMADO EM 02/03/2015.**

CÂMARA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO N. 001/2015

Termo Aditivo nº 001/2015 ao Contrato nº 0003/2015, firmado em 02/03/2015.

Contratante: Câmara Municipal de Vereadores de Catanduvas – SC, CNPJ nº 73.240.236/0001-79.

Contratada: Simone Aparecida Alves de Lima, CNPJ nº 17.578.399/0001-95

Termo Aditivado: Objeto: Prorrogação da vigência do Contrato firmado entre as partes em 02/03/2015, de 01/01/2016 a 31/01/2016 e reajuste de preço através do IGP-M (Índice Geral de Preços de Mercado) acumulado do ano, nos termos da Cláusula V (5.1) do Contrato.

Valor total do Contrato: R\$ R\$ 3.984,00 (três mil novecentos e oitenta e quatro reais).

Prazo: 12 (doze) meses.

Data do Aditivo: 28-12-2015.

MONALISA RUARO

Presidente da Câmara Municipal de Catanduvas

# Caxambu do Sul

## PREFEITURA

### EXTRATO DE CONTRATO 41/2015

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	41/2015
Contratante.:	MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL
Contratado.:	ALAN PINHEIRO DA SILVA DE MENESES 07211133970.
Objeto ..... :	CONCESSÃO DO DIREITO DE USO PELO PERÍODO COMPREENDIDO DE UM ANO, PODENDO SER PRORROGADO POR IGUAIS E SUCESSIVOS PERÍODOS ATÉ O MÁXIMO DE 60 MESES, DE UMA SALA COM ÁREA DE 17.70 M2, DESTINADA AO FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS DE COPA, COZINHA, MAIS A QUADRA ESPORTIVA DO GINÁSIO DE ESPORTES IRINEU BORHAUSEN.
Valor ..... :	R\$ 50,00 (cinquenta reais) mensais.
Vigência....:	Início : 28/12/2015 Término : 28/12/2016.
Processo....:	Concorrência nº 03/2015.
CAXAMBU DO SUL, 28 de dezembro de 2015.	
VILMAR FOPPA	
PREFEITO MUNICIPAL	

# Chapadão do Lageado

## PREFEITURA

### ERRATA DO EXTRATO DO CONTRATO Nº 9/2014 - PM

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

ERRATA DO EXTRATO DO CONTRATO Nº 9/2014

Comunicamos através deste, a quem interessar possa a errata do Extrato de Contrato nº 9/2014 - PM, que foi publicado no Diário Oficial dos Municípios, na edição nº 1897, página 472, no dia 23 de dezembro de 2015.

Onde lia-se:

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO nº 06/2014 - PM

Nº. do Contrato Administrativo: 6/2014.

Processo Licitatório nº 6/2014

Fundamento: art. 37, inciso XXI da Constituição Federal/88 c/c o art. 57, inciso II da Lei Federal n. 8.666/93 da Lei Federal n. 8.666/93 e suas alterações;

Contratante: Município de Chapadão do Lageado.

Contratado/Credenciado: EDILSON KRAUS

Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência contratual estabelecido na Cláusula Segunda do Contrato nº 06/2014, celebrado entre as partes em 03/01/2014.

Passa a ler-se:

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO nº 9/2014 - PM

Nº. do Contrato Administrativo: 9/2014.

Processo Licitatório nº 8/2014

Fundamento: art. 37, inciso XXI da Constituição Federal/88 c/c o art. 57, inciso II da Lei Federal n. 8.666/93 da Lei Federal n. 8.666/93 e suas alterações;

Contratante: Município de Chapadão do Lageado.

Contratado/Credenciado: ALOISIO SCHMIDT

Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência contratual estabelecido na Cláusula Segunda do Contrato nº 09/2014, celebrado entre as partes em 10/01/2014.

Chapadão do Lageado, 28 de dezembro de 2015.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

### EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 20/2015 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO nº 20/2015 - FMS

Nº. do Contrato: 20/2015 - FMS.

Processo Licitatório nº 73/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado.

Contratado/Credenciado: WILSON EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA

Fundamento Legal: art. 37, inciso XXI da Constituição Federal/88 c/c o art. 57, inciso I, da Lei Federal n. 8.666/93 e suas alterações.

Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência contratual estabelecido na Cláusula Quinta do Contrato nº 20/2015 - FMS, celebrado entre as partes em 28/08/2015.

Prazo de Prorrogação: O prazo do Contrato n. 20/2015 - FMS, em decorrência da dilação, se estenderá até 31/12/2016.

DATA DA ASSINATURA: 17 de dezembro de 2015.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

### EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 45/2015 - PM

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO nº 45/2015 - PM

Nº. do Contrato Administrativo: 45/2015.

Processo Licitatório nº 59/2015

Fundamento: art. 37, inciso XXI da Constituição Federal/88 c/c o art. 57, inciso I da Lei Federal n. 8.666/93 da Lei Federal n. 8.666/93 e suas alterações;

Contratante: Município de Chapadão do Lageado.

Contratado/Credenciado: JOSÉ CRISTÓVÃO BATISTA EPP

Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência contratual estabelecido na Cláusula Quinta do Contrato nº 45/2015, celebrado entre as partes em 03/06/2015.

Prazo de Prorrogação: O prazo do Contrato n. 45/2015, em decorrência da dilação, se estenderá até 31/12/2016.

DATA DA ASSINATURA: 28 de dezembro de 2015.

JOSE BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

### EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 16/2011 - PM

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO nº 16/2011 - PM

Nº. do Contrato Administrativo: 16/2011.

Processo Licitatório nº 8/2011

Fundamento: art. 37, inciso XXI da Constituição Federal/88 c/c o art. 57, inciso I da Lei Federal n. 8.666/93 da Lei Federal n. 8.666/93 e suas alterações;

Contratante: Município de Chapadão do Lageado.

Contratado/Credenciado: NILTON KLETTEMBERG

Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência contratual estabelecido na Cláusula Segunda do Contrato nº 016/2011, celebrado entre as partes em 27/01/2011.

Prazo de Prorrogação: O prazo do Contrato n. 016/2011, em decorrência da dilação, se estenderá até 26/01/2016.

DATA DA ASSINATURA: 28 de dezembro de 2015.

JOSE BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

**EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 27/2014 - FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO nº 27/2014 - FMS

Nº. do Contrato: 27/2014 - FMS.

Processo Licitatório nº 83/2014

Contratante: Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado.

Contratado/Credenciado: WILSON EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA

Fundamento Legal: art. 37, inciso XXI da Constituição Federal/88 c/c o art. 57, inciso I, da Lei Federal n. 8.666/93 e suas alterações.

Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência contratual estabelecido na Cláusula Quinta do Contrato nº 27/2014 - FMS, celebrado entre as partes em 05/11/2014.

Prazo de Prorrogação: O prazo do Contrato n. 27/2014 - FMS, em decorrência da dilação, se estenderá até 31/12/2016.

DATA DA ASSINATURA: 17 de dezembro de 2015.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

**EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 9/2014 - PM**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO nº 9/2014 - PM

Nº. do Contrato Administrativo: 9/2014.

Processo Licitatório nº 8/2014

Fundamento: art. 37, inciso XXI da Constituição Federal/88 c/c o art. 57, inciso II da Lei Federal n. 8.666/93 da Lei Federal n. 8.666/93 e suas alterações;

Contratante: Município de Chapadão do Lageado.

Contratado/Credenciado: ALOISIO SCHMIDT

Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência contratual estabelecido na Cláusula Segunda do Contrato nº 09/2014, celebrado entre as partes em 10/01/2014.

Prazo de Prorrogação: O prazo do Contrato n. 09/2014, em decorrência da dilação, se estenderá até 31/12/2016.

DATA DA ASSINATURA: 28 de dezembro de 2015.

JOSE BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

# Cocal do Sul

## PREFEITURA

### DECRETO SAF/N. 454/15

DECRETO SAF/Nº. 454/15, de 09 de dezembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

#### EXONERAR

Por termino de Contrato de Trabalho por prazo determinado ADRIANA LEOPOLDO SACCON, portadora do CPF nº. 024.281.179-55, Professor ACT, nomeada pelo Decreto SAF/N. 213/15, de 06 de março de 2015, a partir de 18 de dezembro de 2015.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 09 de dezembro de 2015.  
ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO  
Secretária interina de Adm., Planej., Fazenda e  
Finanças Públicas

### DECRETO SAF/N. 455/15

DECRETO SAF/Nº. 455/15, de 09 de dezembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

#### EXONERAR

Por término de Contrato de Trabalho por prazo determinado ADRIANA MARIA DE FÁVERI MATTEI, portadora do CPF nº. 708.401.809-34, Professor ACT, nomeada pelo Decreto SAF/N. 212/15, de 06 de março de 2015, a partir de 18 de dezembro de 2015.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 09 de dezembro de 2015.  
ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO  
Secretária interina de Adm., Planej., Fazenda e  
Finanças Públicas

### DECRETO SAF/N. 456/15

DECRETO SAF/Nº. 456/15, de 09 de dezembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

#### EXONERAR

Por termino de Contrato de Trabalho por prazo determinado ALISON DAL MOLIN DE LACERDA portador do CPF nº. 003.853.859-86, Professor ACT, nomeado pelo Decreto SAF/N. 141/15, de 18 de fevereiro de 2015, a partir de 18 de dezembro de 2015.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 09 de dezembro de 2015.  
ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO  
Secretária interina de Adm., Planej., Fazenda e  
Finanças Públicas

### DECRETO SAF/N. 457/15

DECRETO SAF/Nº. 457/15, de 09 de dezembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

#### EXONERAR

Por termino de Contrato de Trabalho por prazo determinado ANDRESA MARAGNO, portadora do CPF nº. 037.933.939-09, Professor ACT, nomeada pelo Decreto SAF/N. 116/15, de 10 de fevereiro de 2015, a partir de 18 de dezembro de 2015.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 09 de dezembro de 2015.  
ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO  
Secretária interina de Adm., Planej., Fazenda e  
Finanças Públicas

### DECRETO SAF/N. 458/15

DECRETO SAF/Nº. 458/15, de 09 de dezembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

#### EXONERAR

Por termino de Contrato de Trabalho por prazo determinado ANICE BÚRIGO CUSTÓDIO, portadora do CPF nº. 006.501.179-13, Professor ACT, nomeada pelo Decreto SAF/N. 357/15, de 12 de agosto de 2015, a partir de 18 de dezembro de 2015.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 09 de dezembro de 2015.  
ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO  
Secretária interina de Adm., Planej., Fazenda e  
Finanças Públicas

### DECRETO SAF/N. 459/15

DECRETO SAF/Nº. 459/15, de 09 de dezembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

#### EXONERAR

Por termino de Contrato de Trabalho por prazo determinado ANNE MEIRY DA SILVA portadora do CPF nº. 054.084.069-62, Professor ACT, nomeada pelo decreto SAF/N. 138/15, de 18 de fevereiro de 2015, a partir de 18 de dezembro de 2015.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 09 de dezembro de 2015.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO

Secretária interina de Adm., Planej., Fazenda e  
Finanças Públicas

#### **DECRETO SAF/N. 460/15**

DECRETO SAF/Nº. 460/15, de 09 de dezembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

EXONERAR

Por termino de Contrato de Trabalho por prazo determinado APA-RECIDA IGNACIO, portadora do CPF nº. 893.146.819-00, Professor ACT, nomeada pelo Decreto SAF/N. 132/15, de 12 de fevereiro de 2015, a partir de 18 de dezembro de 2015.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 09 de dezembro de 2015.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO

Secretária interina de Adm., Planej., Fazenda e  
Finanças Públicas

#### **DECRETO SAF/N. 461/15**

DECRETO SAF/Nº. 461/15, de 09 de dezembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

EXONERAR

Por termino de Contrato de Trabalho por prazo determinado BARBARA ZUCHINALLI, portadora do CPF nº. 069.066.739-63, Professor ACT, nomeada pelo Decreto SAF/N. 122/15, de 10 de fevereiro de 2015, a partir de 09 de dezembro de 2015.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 09 de dezembro de 2015.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO

Secretária interina de Adm., Planej., Fazenda e  
Finanças Públicas

#### **DECRETO SAF/N. 462/15**

DECRETO SAF/Nº. 462/15, de 09 de dezembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

EXONERAR

Por termino de Contrato de Trabalho por prazo determinado CACIA MARIA GAVA, portadora do CPF nº. 047.132.039-04, Professor ACT, nomeada pelo Decreto SAF/N. 114/14, de 13 de fevereiro de

2014, a partir de 18 de dezembro de 2015.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 09 de dezembro de 2015.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO

Secretária interina de Adm., Planej., Fazenda e  
Finanças Públicas

#### **DECRETO SAF/N. 463.15**

DECRETO SAF/Nº. 463/15, de 09 de dezembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

EXONERAR

Por termino de Contrato de Trabalho por prazo determinado CARLA BÚRIGO, portadora do CPF nº. 056.203.479-07, Professor ACT, nomeada pelo Decreto SAF/N. 287/15, de 22 de maio de 2015, a partir de 18 de dezembro de 2015.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 09 de dezembro de 2015.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO

Secretária interina de Adm., Planej., Fazenda e  
Finanças Públicas

#### **DECRETO SAF/N. 464/15**

DECRETO SAF/Nº. 464/15, de 09 de dezembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

EXONERAR

Por termino de Contrato de Trabalho por prazo determinado CARLA CORREA ROCHA SERAFIM, portadora do CPF nº. 065.468.829-06, Professor ACT nomeada pelo Decreto SAF/n. 227/15, de 12 de março de 2015, a partir de 18 de dezembro de 2015.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 09 de dezembro de 2015.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO

Secretária interina de Adm., Planej., Fazenda e  
Finanças Públicas

#### **DECRETO SAF/N. 465/15**

DECRETO SAF/Nº. 465/15, de 09 de dezembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

EXONERAR

Por termino de Contrato de Trabalho por prazo determinado CHARLENE CARDOSO, portadora do CPF nº. 007.208.479-07, Professor ACT, nomeada pelo Decreto SAF/N. 148/15, de 18 de fevereiro de 2015, a partir de 18 de dezembro de 2015.



Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 09 de dezembro de 2015.  
ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO  
Secretária interina de Adm., Planej., Fazenda e  
Finanças Públicas

**DECRETO SAF/N. 466/15**

DECRETO SAF/Nº. 466/15, de 09 de dezembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

**EXONERAR**

Por termino de Contrato de Trabalho por prazo determinado CLAUDIA MARA DE SOUZA OLIVEIRA portadora do CPF nº. 052.101.529-44, Professor ACT, nomeada pelo Decreto SAF/N. 137/15, de 18 de fevereiro de 2015, a partir de 18 de dezembro de 2015.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 09 de dezembro de 2015.  
ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO  
Secretária interina de Adm., Planej., Fazenda e  
Finanças Públicas

**DECRETO SAF/N. 467/15**

DECRETO SAF/Nº. 467/15, de 09 de dezembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

**EXONERAR**

Por termino de Contrato de Trabalho por prazo determinado CLEICEMAR FERNANDES ANTUNES JOSÉ, portadora do CPF nº. 035.821.559-51, Professor ACT, nomeada pelo Decreto SAF/N. 128/15, de 12 de fevereiro de 2015, a partir de 18 de dezembro de 2015.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 09 de dezembro de 2015.  
ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO  
Secretária interina de Adm., Planej., Fazenda e  
Finanças Públicas

**DECRETO SAF/N. 468/15**

DECRETO SAF/Nº. 468/15, de 09 de dezembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

**EXONERAR**

Por termino de Contrato de Trabalho por prazo determinado CRISTIANE MANGANELLI PINTO DA SOLER portadora do CPF nº. 044.853.489-46, Professor ACT, nomeada pelo Decreto SAF/N.

143/15, de 18 de fevereiro de 2015, a partir de 18 de dezembro de 2015.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 09 de dezembro de 2015.  
ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO  
Secretária interina de Adm., Planej., Fazenda e  
Finanças Públicas

**DECRETO SAF/N. 469/15**

DECRETO SAF/Nº. 469/15, de 09 de dezembro de 2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

**EXONERAR**

Por termino de Contrato de Trabalho por prazo determinado CRISTIANE PEREIRA DE CASTRO, portadora do CPF nº 015.443.019-60, Professor ACT, nomeada pelo Decreto SAF/N. 209/14, de 11 de março de 2014, a partir de 18 de dezembro de 2015.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 09 de dezembro de 2015.  
ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO  
Secretária interina de Adm., Planej., Fazenda e  
Finanças Públicas

**DECRETO SAF/N. 470/15**

DECRETO SAF/Nº. 470/15, de 09 de dezembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

**EXONERAR**

Por termino de Contrato de Trabalho por prazo determinado DAIANE SORATTO, portadora do CPF nº. 053.168.439-32, Professor ACT, nomeada pelo Decreto SAF/N. 127/15, de 09 de dezembro de 2015, a partir de 18 de dezembro de 2015.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 09 de dezembro de 2015.  
ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO  
Secretária interina de Adm., Planej., Fazenda e  
Finanças Públicas

**DECRETO SAF/N. 471/15**

DECRETO SAF/Nº. 471/15, de 09 de dezembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

**EXONERAR**

Por termino de Contrato de Trabalho por prazo determinado DANIELA DAL PONT VIER, portadora do CPF nº. 018.599.039-83, Professor ACT, nomeada pelo Decreto SAF/N. 123/15, de 10 de

fevereiro de 2015, a partir de 18 de dezembro de 2015.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 09 de dezembro de 2015.  
ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO  
Secretária interina de Adm., Planej., Fazenda e  
Finanças Públicas

#### **DECRETO SAF/N. 472/15**

DECRETO SAF/Nº. 472/15, de 09 de dezembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

#### **EXONERAR**

Por termino de Contrato de Trabalho por prazo determinado DIANA MORONA, portadora do CPF nº. 026.249.299-75, Professor ACT, nomeada pelo Decreto SAF/N. 145/15, de 18 de fevereiro de 2015, a partir de 18 de dezembro de 2015.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 09 de dezembro de 2015.  
ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO  
Secretária interina de Adm., Planej., Fazenda e  
Finanças Públicas

#### **DECRETO SAF/N. 473/15**

DECRETO SAF/Nº. 473/15, de 09 de dezembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

#### **EXONERAR**

Por termino de Contrato de Trabalho por prazo determinado DIEGO DA SILVEIRA FERNANDO, portador do CPF nº. 050.728.309-00 Professor ACT, nomeado pelo Decreto SAF/N. 151/15, de 18 de fevereiro de 2015, a partir de 18 de dezembro de 2015.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 09 de dezembro de 2015.  
ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO  
Secretária interina de Adm., Planej., Fazenda e  
Finanças Públicas

#### **DECRETO SAF/N. 474/15**

DECRETO SAF/Nº. 474/15, de 09 de dezembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

#### **EXONERAR**

Por termino de Contrato de Trabalho por prazo determinado DILVANIA CATEA FRETTE MACALLOSSI, portadora do CPF nº. 006.949.619-65, Professor ACT, nomeada pelo Decreto SAF/N. 114/15, de 10 de

fevereiro de 2015, a partir de 18 de dezembro de 2015.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 09 de dezembro de 2015.  
ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO  
Secretária interina de Adm., Planej., Fazenda e  
Finanças Públicas

#### **DECRETO SAF/N. 475/15**

DECRETO SAF/Nº. 475/15, de 09 de dezembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

#### **EXONERAR**

Por termino de Contrato de Trabalho por prazo determinado DJNE EIRE SILVEIRA FERNANDES portadora do CPF nº. 942.418.059-49, Professor ACT, nomeada pelo Decreto SAF/N. 120/15, de 10 de fevereiro de 2015, a partir de 18 de dezembro de 2015.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 09 de dezembro de 2015.  
ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO  
Secretária interina de Adm., Planej., Fazenda e  
Finanças Públicas

#### **DECRETO SAF/N. 476.15**

DECRETO SAF/Nº. 476/15, de 09 de dezembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

#### **EXONERAR**

Por termino de Contrato de Trabalho por prazo determinado ELAINE FLORÊNCIO SALVADOR, portadora do CPF nº. 895.458.189-72, Professor ACT, nomeada pelo Decreto SAF/N. 137/15, de 18 de fevereiro de 2015, a partir de 18 de dezembro de 2015.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 09 de dezembro de 2015.  
ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO  
Secretária interina de Adm., Planej., Fazenda e  
Finanças Públicas

#### **DECRETO SAF/N. 477/15**

DECRETO SAF/Nº. 477/15, de 09 de dezembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

#### **EXONERAR**

Por termino de Contrato de Trabalho por prazo determinado ELISIANE CAMILA NEZZI, portadora do CPF nº. 066.451.559-21, Professor ACT, nomeada pelo Decreto SAF/N. 133/15, de 12 de

fevereiro de 2015, a partir de 18 de dezembro de 2015..

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 09 de dezembro de 2015.  
ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO  
Secretária interina de Adm., Planej., Fazenda e  
Finanças Públicas

#### **DECRETO SAF/N. 478/15**

DECRETO SAF/Nº. 478/15, de 09 de dezembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

EXONERAR

Por termino de Contrato de Trabalho por prazo determinado ÉRICA CRUZ FERREIRA, portadora do CPF nº. 008.751.752-36, Professor ACT nomeada pelo Decreto SAF/N. 225/15, de 12 de março de 2015, a partir de 18 de dezembro de 2015.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 09 de dezembro de 2015.  
ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO  
Secretária interina de Adm., Planej., Fazenda e  
Finanças Públicas

#### **DECRETO SAF/N. 479/15**

DECRETO SAF/Nº. 479/15, de 09 de dezembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

EXONERAR

Por termino de Contrato de Trabalho por prazo determinado FABRÍCIO DEMÉTRIO, portador do CPF nº. 062.808.289-48, Professor ACT 30 horas, nomeado pelo Decreto SAF/N. 209/15, de 06 de março de 2015, a partir de 18 de dezembro de 2015.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 09 de dezembro de 2015.  
ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO  
Secretária interina de Adm., Planej., Fazenda e  
Finanças Públicas

#### **DECRETO SAF/N. 480/15**

DECRETO SAF/Nº. 480/15, de 09 de dezembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

EXONERAR

Por termino de Contrato de Trabalho por prazo determinado

GISELLE SILVEIRA FERNANDES GHIZZO portadora do CPF nº. 023.785.629-85, Professor ACT, nomeada pelo decreto SAF/N. 139/15, de 18 de fevereiro de 2015, a partir de 18 de dezembro de 2015.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 09 de dezembro de 2015.  
ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO  
Secretária interina de Adm., Planej., Fazenda e  
Finanças Públicas

#### **DECRETO SAF/N. 481/15**

DECRETO SAF/Nº. 481/15, de 09 de dezembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

EXONERAR

Por termino de Contrato de Trabalho por prazo determinado GRAZIELA SILVEIRA GOUDINHO, portadora do CPF nº. 033.307.559-54, Professor ACT, nomeada pelo Decreto SAF/N. 134/15, de 12 de fevereiro de 2015, a partir de 09 de dezembro de 2015.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 09 de dezembro de 2015.  
ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO  
Secretária interina de Adm., Planej., Fazenda e  
Finanças Públicas

#### **DECRETO SAF/N. 482/15**

DECRETO SAF/Nº. 482/15, de 09 de dezembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

EXONERAR

Por termino de Contrato de Trabalho por prazo determinado ISAURA CAROLINA RAMOS CAUDURO, portadora do CPF nº. 076.973.449-98, Professor ACT, nomeada pelo Decreto SAF/N. 175/15, de 20 de fevereiro de 2015, a partir de 18 de dezembro de 2015.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 09 de dezembro de 2015.  
ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO  
Secretária interina de Adm., Planej., Fazenda e  
Finanças Públicas

**DECRETO SAF/N. 483/15**

DECRETO SAF/Nº. 483/15, de 09 de dezembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

**EXONERAR**

Por termino de Contrato de Trabalho por prazo determinado JORDANA SARTOR, portadora do CPF nº. 084.917.549-62, Professor ACT, nomeada pelo Decerto SAF/N. 312/15, de 15 de junho de 2015, a partir de 18 de dezembro de 2015.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 09 de dezembro de 2015.  
ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO  
Secretária interina de Adm., Planej., Fazenda e  
Finanças Públicas

**DECRETO SAF/N. 484/15**

DECRETO SAF/Nº. 484/15, de 09 de dezembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

**EXONERAR**

Por termino de Contrato de Trabalho por prazo determinado JOSILANE FERREIRA NAGILDO, portadora do CPF nº. 040.021.119-03, Professor ACT, nomeada pelo decreto SAF/N. 171/15, de 20 de fevereiro de 2015, a partir de 18 de dezembro de 2015.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 09 de dezembro de 2015.  
ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO  
Secretária interina de Adm., Planej., Fazenda e  
Finanças Públicas

**DECRETO SAF/N. 485/15**

DECRETO SAF/Nº. 485/15, de 09 de dezembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

**EXONERAR**

Por termino de Contrato de Trabalho por prazo determinado JULIA CARDOSO TEIXEIRA, portadora do CPF nº. 088.569.879-70, Professor ACT, nomeada pelo Decerto SAF/N. 131/15, de 12 de fevereiro de 2015, a partir de 18 de dezembro de 2015.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 09 de dezembro de 2015.  
ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO  
Secretária interina de Adm., Planej., Fazenda e  
Finanças Públicas

**DECRETO SAF/N. 486/15**

DECRETO SAF/Nº. 486/15, de 09 de dezembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

**EXONERAR**

Por termino de Contrato de Trabalho por prazo determinado JULIANA CECHINEL ZANETTE, portadora do CPF nº. 040.890.759-20, Professor ACT, nomeada pelo Decreto SAF/N. 170/15, de 20 de fevereiro de 2015, a partir de 18 de dezembro de 2015.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 09 de dezembro de 2015.  
ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO  
Secretária interina de Adm., Planej., Fazenda e  
Finanças Públicas

**DECRETO SAF/N. 487/15**

DECRETO SAF/Nº. 487/15, de 09 de dezembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

**EXONERAR**

Por termino de Contrato de Trabalho por prazo determinado KARIANA DA SILVA GREGÓRIO, portadora do CPF nº. 038.152.169-90, Professor ACT, nomeada pelo decreto SAF/N. 163/15, de 20 de fevereiro de 2015, a partir de 18 de dezembro de 2015.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 09 de dezembro de 2015.  
ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO  
Secretária interina de Adm., Planej., Fazenda e  
Finanças Públicas

**DECRETO SAF/N. 488/15**

DECRETO SAF/Nº. 488/15, de 09 de dezembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

**EXONERAR**

Por termino de Contrato de Trabalho por prazo determinado KATIUSCIA MELQUIADES MACEDO, portadora do CPF nº. 059.464.646-47, Professor ACT nomeada pelo Decreto SAF/N. 207/15, de 06 de março de 2015, a partir de 18 de dezembro de 2015.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 09 de dezembro de 2015.  
ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO  
Secretária interina de Adm., Planej., Fazenda e  
Finanças Públicas

**DECRETO SAF/N. 489/15**

DECRETO SAF/Nº. 489/15, de 09 de dezembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

**EXONERAR**

Por termino de Contrato de Trabalho por prazo determinado KELLY CRISTINA MINOTTO BOM, portadora do CPF nº. 642.780.859-15 Professor ACT, nomeada pelo Decreto SAF/N. 150/15, de 18 de fevereiro de 2015, a partir de 18 de dezembro de 2015.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 09 de dezembro de 2015.  
ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO  
Secretária interina de Adm., Planej., Fazenda e  
Finanças Públicas

**DECRETO SAF/N. 490/15**

DECRETO SAF/Nº. 490/15, de 09 de dezembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

**EXONERAR**

Por termino de Contrato de Trabalho por prazo determinado LIDIANI DE PIERI, portadora do CPF nº. 078.613.659-64, Professor ACT, nomeada pelo Decreto SAF/N. 159/15, de 20 de fevereiro de 2015, a partir de 18 de dezembro de 2015.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 09 de dezembro de 2015.  
ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO  
Secretária interina de Adm., Planej., Fazenda e  
Finanças Públicas

**DECRETO SAF/N. 491/15**

DECRETO SAF/Nº. 491/15, de 09 de dezembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

**EXONERAR**

Por termino de Contrato de Trabalho por prazo determinado LILIAN DE OLIVEIRA, portadora do CPF nº. 037.413.789-76, Professor ACT, nomeada pelo Decreto SAF/N. 176/15, de 20 de fevereiro de 2015, a partir de 18 de dezembro de 2015.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 09 de dezembro de 2015.  
ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO  
Secretária interina de Adm., Planej., Fazenda e  
Finanças Públicas

**DECRETO SAF/N. 492/15**

DECRETO SAF/Nº. 492/15, de 09 de dezembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

**EXONERAR**

Por termino de Contrato de Trabalho por prazo determinado LIZ REGINA ZAPELINI DE BONA, portadora do CPF nº. 639.243.409-78, Professor ACT, nomeada pelo Decreto SAF/N. 129/15, de 12 de fevereiro de 2015, a partir de 18 de dezembro de 2015.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 09 de dezembro de 2015.  
ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO  
Secretária interina de Adm., Planej., Fazenda e  
Finanças Públicas

**DECRETO SAF/N. 493/15**

DECRETO SAF/Nº. 493/15, de 09 de dezembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

**EXONERAR**

Por termino de Contrato de Trabalho por prazo determinado LOECIR PEREIRA JUNG, portadora do CPF nº. 614.288.509-10, Professor ACT, nomeada pelo Decreto SAF/N. 168/15, de 20 de fevereiro de 2015, a partir de 18 de dezembro de 2015.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 09 de dezembro de 2015.  
ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO  
Secretária interina de Adm., Planej., Fazenda e  
Finanças Públicas

**DECRETO SAF/N. 494/15**

DECRETO SAF/Nº. 494/15, de 09 de dezembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

**EXONERAR**

Por termino de Contrato de Trabalho por prazo determinado LUCIANNA FRASSON MACHADO, portadora do CPF nº. 864.234.529-20, Professor ACT, nomeada pelo Decreto SAF/N. 211/15, de 06 de março de 2015, a partir de 18 de dezembro de 2015.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 09 de dezembro de 2015.  
ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO  
Secretária interina de Adm., Planej., Fazenda e  
Finanças Públicas



**DECRETO SAF/N. 495/15**

DECRETO SAF/Nº. 495/15, de 09 de dezembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

**EXONERAR**

Por término de Contrato de Trabalho por prazo determinado LUCINÉIA GREGÓRIO FURLANETO, portadora do CPF nº. 690.358.069-72, Professor ACT, nomeada pelo Decreto SAF/N. 172/15, de 20 de fevereiro de 2015, a partir de 18 de dezembro de 2015.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 09 de dezembro de 2015.  
ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO  
Secretária interina de Adm., Planej., Fazenda e  
Finanças Públicas

**DECRETO SAF/N. 496/15**

DECRETO SAF/Nº. 496/15, de 09 de dezembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

**EXONERAR**

Por término de Contrato de Trabalho por prazo determinado MAKEILA ALVES PIAZZA, portadora do CPF nº. 076.220.799-01, Professor ACT, nomeada pelo decreto SAF/N. 181/15, de 26 de fevereiro de 2015, a partir de 18 de dezembro de 2015.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 09 de dezembro de 2015.  
ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO  
Secretária interina de Adm., Planej., Fazenda e  
Finanças Públicas

**DECRETO SAF/N. 497/15**

DECRETO SAF/Nº. 497/15, de 09 de dezembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

**EXONERAR**

Por término de Contrato de Trabalho por prazo determinado MARCOS ALBERTO FREITAS, portador do CPF nº. 974.437.199-49, Professor ACT, nomeado pelo Decreto SAF/N. 188/15, de 27 de fevereiro de 2015, a partir de 18 de dezembro de 2015.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 09 de dezembro de 2015.  
ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO  
Secretária interina de Adm., Planej., Fazenda e  
Finanças Públicas

**DECRETO SAF/N. 498/15**

DECRETO SAF/Nº. 498/15, de 09 de dezembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

**EXONERAR**

Por término de Contrato de Trabalho por prazo determinado MARIA ALBERTINA GUIZZO, portadora do CPF nº. 889.203.649-15, Professor ACT, nomeada pelo Decreto SAF/N. 144/15, de 18 de fevereiro de 2015, a partir de 18 de dezembro de 2015.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 09 de dezembro de 2015.  
ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO  
Secretária interina de Adm., Planej., Fazenda e  
Finanças Públicas

**DECRETO SAF/N. 499/15**

DECRETO SAF/Nº. 499/15, de 09 de dezembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

**EXONERAR**

Por término de Contrato de Trabalho por prazo determinado MARIA DAS GRAÇAS CARDOSO JUSTINO DE MEDEIROS, portadora do CPF nº. 745.642.269-91, Professor ACT, nomeada pelo Decreto SAF/N. 118/15, de 10 de fevereiro de 2015, a partir de 18 de dezembro de 2015.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 09 de dezembro de 2015.  
ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO  
Secretária interina de Adm., Planej., Fazenda e  
Finanças Públicas

**DECRETO SAF/N. 500/15**

DECRETO SAF/Nº. 500/15, de 09 de dezembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

**EXONERAR**

Por término de Contrato de Trabalho por prazo determinado MARIA DE FÁTIMA PORTO LUIZ, portadora do CPF nº. 416.747.239-20, Professor ACT, nomeada pelo Decreto SAF/N. 111/15, de 20 de fevereiro de 2015, a partir de 18 de dezembro de 2015.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 09 de dezembro de 2015.  
ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO  
Secretária interina de Adm., Planej., Fazenda e  
Finanças Públicas



**DECRETO SAF/N. 501/15**

DECRETO SAF/Nº. 501/15, de 09 de dezembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

**EXONERAR**

Por termino de Contrato de Trabalho por prazo determinado MARIA DE FÁTIMA PORTO LUIZ, portadora do CPF nº. 416.747.239-20, Professor ACT, nomeada pelo Decreto SAF/N. 166/15, de 20 de fevereiro de 2015, a partir de 18 de dezembro de 2015.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 09 de dezembro de 2015.  
ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO  
Secretária interina de Adm., Planej., Fazenda e  
Finanças Públicas

**DECRETO SAF/N. 503/15**

DECRETO SAF/Nº. 503/15, de 09 de dezembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

**EXONERAR**

Por termino de Contrato de Trabalho por prazo determinado MICHELE CRISPIM BAUNN portadora do CPF nº. 018.797.039-47, Professor ACT, nomeada pelo Decreto SAF/N. 140/15, de 18 de fevereiro de 2015, a partir de 18 de dezembro de 2015.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 09 de dezembro de 2015.  
ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO  
Secretária interina de Adm., Planej., Fazenda e  
Finanças Públicas

**DECRETO SAF/N. 504/15**

DECRETO SAF/Nº. 504/15, de 09 de dezembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

**EXONERAR**

Por termino de Contrato de Trabalho por prazo determinado MORGANA DEZAN, portadora do CPF nº. 010.364.389-37, Professor ACT 20 horas, nomeada pelo Decreto SAF/N. 344/15, de 24 de julho de 2015, a partir de 18 de dezembro de 2015.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 09 de dezembro de 2015.  
ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO  
Secretária interina de Adm., Planej., Fazenda e  
Finanças Públicas

**DECRETO SAF/N. 505/15**

DECRETO SAF/Nº. 505/15, de 09 de dezembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

**EXONERAR**

Por termino de Contrato de Trabalho por prazo determinado PRISCILA INOCENTE, portadora do CPF nº. 066.451.589-47, Professor ACT, nomeada pelo Decreto SAF/N. 272/15, de 05 de maio de 2015, a partir de 18 de dezembro de 2015.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 09 de dezembro de 2015.  
ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO  
Secretária interina de Adm., Planej., Fazenda e  
Finanças Públicas

**DECRETO SAF/N. 506/15**

DECRETO SAF/Nº. 506/15, de 09 de dezembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

**EXONERAR**

Por termino de Contrato de Trabalho por prazo determinado PRISCILA MAFEI FILASTRO, portadora do CPF nº. 059.630.199-58, Professor ACT, nomeada pelo Decreto SAF/N. 158/15, de 20 de fevereiro de 2015, a partir de 18 de dezembro de 2015.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 09 de dezembro de 2015.  
ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO  
Secretaria interina de Adm., Planej., Fazenda e  
Finanças Públicas

**DECRETO SAF/N. 507/15**

DECRETO SAF/Nº. 507/15, de 09 de dezembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

**EXONERAR**

Por termino de Contrato de Trabalho por prazo determinado RODRIGO CARDOSO, portador do CPF nº. 039.962.589-50 Professor ACT, nomeado pelo Decreto SAF/N. 149/15, de 18 de fevereiro de 2016, a partir de 18 de dezembro de 2015.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 09 de dezembro de 2015.  
ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO  
Secretária interina de Adm., Planej., Fazenda e  
Finanças Públicas

**DECRETO SAF/N. 508/15**

DECRETO SAF/Nº. 508/15, de 09 de dezembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

**EXONERAR**

Por termino de Contrato de Trabalho por prazo determinado ROSA-NA ROSSO MAGILLI, portadora do CPF nº. 819.072.149-68, Professor ACT, nomeada pelo Decreto SAF/N. 112/15, de 10 de fevereiro de 2015, a partir de 18 de dezembro de 2015.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 09 de dezembro de 2015.  
ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO  
Secretária interina de Adm., Planej., Fazenda e  
Finanças Públicas

**DECRETO SAF/N. 510/15**

DECRETO SAF/Nº. 510/15, de 09 de dezembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

**EXONERAR**

Por termino de Contrato de Trabalho por prazo determinado ROSILENE CIPRIANO BARBOSA, portadora do CPF nº. 914.561.429-68, Professor ACT, nomeada pelo Decreto SAF/N. 126/15, de 12 de fevereiro de 2015, a partir de 18 de dezembro de 2015.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 09 de dezembro de 2015.  
ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO  
Secretaria interina de Adm., Planej., Fazenda e  
Finanças Públicas

**DECRETO SAF/N. 511/15**

DECRETO SAF/Nº. 511/15, de 09 de dezembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

**EXONERAR**

Por termino de Contrato de Trabalho por prazo determinado SANDRA FONTANELLA, portadora do CPF nº. 008.107.689-41, Professor ACT, nomeada pelo Decreto SAF/N. 230/15, de 17 de março de 2015, a partir de 18 de dezembro de 2015.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 09 de dezembro de 2015.  
ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO  
Secretária interina de Adm., Planej., Fazenda e  
Finanças Públicas

**DECRETO SAF/N. 512/15**

DECRETO SAF/Nº. 512/15, de 09 de dezembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

**EXONERAR**

Por termino de Contrato de Trabalho por prazo determinado SANDRO DA ROSA, portador do CPF nº. 599.851.789-04, Professor ACT, nomeado pelo Decreto SAF/N. 154/15, de 18 de fevereiro de 2015, a partir de 18 de dezembro de 2015.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 09 de dezembro de 2015.  
ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO  
Secretária interina de Adm., Planej., Fazenda e  
Finanças Públicas

**DECRETO SAF/N. 513/15**

DECRETO SAF/Nº. 513/15, de 09 de dezembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

**EXONERAR**

Por termino de Contrato de Trabalho por prazo determinado SIBELLE MARTINS portadora do CPF nº. 066.451.579-75, Professor ACT nomeada pelo Decreto SAF/N. 248/15, de 07 de abril de 2015, a partir de 18 de dezembro de 2015.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 09 de dezembro de 2015.  
ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO  
Secretária interina de Adm., Planej., Fazenda e  
Finanças Públicas

**DECRETO SAF/N. 514/15**

DECRETO SAF/Nº. 514/15, de 09 de dezembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

**EXONERAR**

Por termino de Contrato de Trabalho por prazo determinado SIMONE ALVES, portadora do CPF nº. 020.383.729-00 Professor ACT, 30 horas, nomeada pelo Decreto SAF/N. 153/15, de 18 de fevereiro de 2015, a partir de 18 de dezembro de 2015.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 09 de dezembro de 2015.  
ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO  
Secretária interina de Adm., Planej., Fazenda e  
Finanças Públicas

**DECRETO SAF/N. 515/15**

DECRETO SAF/Nº. 515/15, de 09 de dezembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

**EXONERAR**

Por termino de Contrato de Trabalho por prazo determinado SINARA SOMBRIO, portadora do CPF nº. 021.178.639-06, Professor ACT, nomeada pelo Decreto SAF/N. 152/15, de 18 de fevereiro de 2015, a partir de 18 de dezembro de 2015.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 09 de dezembro de 2015.  
ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO  
Secretária interina de Adm., Planej., Fazenda e  
Finanças Públicas

**DECRETO SAF/N. 516/15**

DECRETO SAF/Nº. 516/15, de 09 de dezembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

**EXONERAR**

Por termino de Contrato de Trabalho por prazo determinado SO-RAIA DOS SANTOS CORDOVA, portadora do CPF nº. 950.143.149-53, Professor ACT, nomeada pelo Decreto SAF/N. 516/15, de 09 de dezembro de 2015, a partir de 18 de dezembro de 2015.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 09 de dezembro de 2015.  
ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO  
Secretaria interina de Adm., Planej., Fazenda e  
Finanças Públicas

**DECRETO SAF/N. 517/15**

DECRETO SAF/Nº. 517/15, de 09 de dezembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

**EXONERAR**

Por termino de Contrato de Trabalho por prazo determinado SUELEN DOS SANTOS, portadora do CPF nº. 067.684.369-70, Professor ACT, nomeada pelo Decreto SAF/N. 165/15, de 20 de fevereiro de 2015, a partir de 18 de dezembro de 2015.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 09 de dezembro de 2015.  
ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO  
Secretária interina de Adm., Planej., Fazenda e  
Finanças Públicas

**DECRETO SAF/N. 518/15**

DECRETO SAF/Nº. 518/15, de 09 de dezembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

**EXONERAR**

Por termino de Contrato de Trabalho por prazo determinado SUELEN POLLA, portadora do CPF nº. 071.604.369-62, Professor ACT, nomeada pelo Decreto SAF/N. 117/15, de 10 de fevereiro de 2015, a partir de 18 de dezembro de 2015.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 09 de dezembro de 2015.  
ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO  
Secretária interina de Adm., Planej., Fazenda e  
Finanças Públicas

**DECRETO SAF/N. 519/15**

DECRETO SAF/Nº. 519/15, de 09 de dezembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

**EXONERAR**

Por termino de Contrato de Trabalho por prazo determinado TALITA CECHINEL ZANETTE, portadora do CPF nº. 047.701.409-75, Professor ACT, nomeada pelo Decreto SAF/N. 121/15, de 10 de fevereiro de 2015, a partir de 18 de dezembro de 2015.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 09 de dezembro de 2015.  
ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO  
Secretária interina de Adm., Planej., Fazenda e  
Finanças Públicas

**DECRETO SAF/N. 520/15**

DECRETO SAF/Nº. 520/15, de 09 de dezembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

**EXONERAR**

Por termino de Contrato de Trabalho por prazo determinado TAMI-RIS FRANCISCO portadora do CPF nº. 083.398.429-27, Professor ACT, nomeada pelo Decreto SAF/N. 119/15, de 10 de fevereiro de 2015, a partir de 18 de dezembro de 2015.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 09 de dezembro de 2015.  
ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO  
Secretária interina de Adm., Planej., Fazenda e  
Finanças Públicas

**DECRETO SAF/N. 521/15**

DECRETO SAF/Nº. 521/15, de 09 de dezembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

**EXONERAR**

Por termino de Contrato de Trabalho por prazo determinado TÂNIA MERI SCARPATTO RAMOS, portadora do CPF nº. 506.941.549-20, Professor ACT, nomeada pelo Decreto SAF/N. 115/15, de 10 de fevereiro de 2015, a partir de 18 de dezembro de 2015.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 09 de dezembro de 2015.  
ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO  
Secretaria interina de Adm., Planej., Fazenda e  
Finanças Públicas

**DECRETO SAF/N. 522/15**

DECRETO SAF/Nº. 522/15, de 09 de dezembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

**EXONERAR**

Por termino de Contrato de Trabalho por prazo determinado TATIANA SALGADO VIEIRA DE VICENTE, portadora do CPF nº. 084.182.997-70, Professor ACT, nomeada pelo Decreto SAF/N. 364/15, de 24 de agosto de 2015, a partir de 18 de dezembro de 2015.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 09 de dezembro de 2015.  
ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO  
Secretária interina de Adm., Planej., Fazenda e  
Finanças Públicas

**DECRETO SAF/N. 523/15**

DECRETO SAF/Nº. 523/15, de 09 de dezembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

**EXONERAR**

Por termino de Contrato de Trabalho por prazo determinado TATIANA SILVEIRA BEZ BIROLO, portadora do CPF nº. 042.160.079-96, Professor ACT, nomeada pelo Decreto SAF/N. 160/15, de 20 de fevereiro de 2015, a partir de 18 de dezembro de 2015.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 09 de dezembro de 2015.  
ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO  
Secretária interina de Adm., Planej., Fazenda e  
Finanças Públicas

**DECRETO SAF/N. 524/15**

DECRETO SAF/Nº. 524/15, de 09 de dezembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

**EXONERAR**

Por termino de Contrato de Trabalho por prazo determinado TATIANE TAVARES FLOR JUNG, portadora do CPF nº. 021.417.133-46, Professor ACT, nomeada pelo Decreto SAF/N. 183/15, de 26 de fevereiro de 2015, a partir de 18 de dezembro de 2015.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 09 de dezembro de 2015.  
ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO  
Secretária interina de Adm., Planej., Fazenda e  
Finanças Públicas

**DECRETO SAF/N. 525/15**

DECRETO SAF/Nº. 525/15, de 09 de dezembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

**EXONERAR**

Por termino de Contrato de Trabalho por prazo determinado VIVIANE DA SOLER, portador do CPF nº. 048.264.749-38, Professor ACT, nomeada pelo Decreto SAF/N. 333/15, de 13 de julho de 2015, a partir de 18 de dezembro de 2015.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 09 de dezembro de 2015.  
ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO  
Secretária interina de Adm., Planej., Fazenda e  
Finanças Públicas

**DECRETO SAF/N. 526/15**

DECRETO SAF/Nº. 526/15, de 09 de dezembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

**EXONERAR**

Por termino de Contrato de Trabalho por prazo determinado XANDRA JOSEFA CAETANO, portadora do CPF nº. 019.253.259-62, Professor ACT, nomeada pelo Decreto SAF/N. 167/15, de 20 de fevereiro de 2015, a partir de 18 de dezembro de 2015.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 09 de dezembro de 2015.  
ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO  
Secretária interina de Adm., Planej., Fazenda e  
Finanças Públicas

**DECRETO SAF/N. 527.15**

DECRETO SAF/Nº. 527/15, de 09 de dezembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

**EXONERAR**

Por termino de Contrato de Trabalho por prazo determinado ALEXANDRA POSSAMAI DELLA, portadora do CPF nº. 009.673.889-88, Professor ACT, nomeada pelo Decreto SAF/N. 296/15, de 01 de junho de 2015, a partir de 23 de dezembro de 2015.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 09 de dezembro de 2015.  
ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO  
Secretária interina de Adm., Planej., Fazenda e  
Finanças Públicas

**DECRETO SAF/N. 528/15**

DECRETO SAF/Nº. 528/15, de 09 de dezembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

**EXONERAR**

Por termino de Contrato de Trabalho por prazo determinado ALINE MARIA ACACIO, portadora do CPF nº. 052.253.529-10, Professor ACT, nomeada pelo Decreto SAF/N. 08/15, de 20 de janeiro de 2015, a partir de 23 de dezembro de 2015.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 09 de dezembro de 2015.  
ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO  
Secretária interina de Adm., Planej., Fazenda e  
Finanças Públicas

**DECRETO SAF/N. 529/15**

DECRETO SAF/Nº. 529/15, de 09 de dezembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

**EXONERAR**

Por termino de Contrato de Trabalho por prazo determinado ANA CRISTINA ALVES, portadora do CPF nº. 052.253.559-35, Professor ACT, nomeada pelo Decreto SAF/N. 09/15, de 20 de janeiro de 2015, a partir de 23 de dezembro de 2015.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 09 de dezembro de 2015.  
ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO  
Secretária interina de Adm., Planej., Fazenda e  
Finanças Públicas

**DECRETO SAF/N. 530/15**

DECRETO SAF/Nº. 530/15, de 09 de dezembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

**EXONERAR**

Por termino de Contrato de Trabalho por prazo determinado ANA MARISA PIVA AMÉRICO, portadora do CPF nº. 620.035.009-44, Professor ACT, nomeada pelo Decreto SAF/N. 10/15, de 20 de janeiro de 2015, a partir de 23 de dezembro de 2015.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 09 de dezembro de 2015.  
ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO  
Secretária interina de Adm., Planej., Fazenda e  
Finanças Públicas

**DECRETO SAF/N. 531/15**

DECRETO SAF/Nº. 531/15, de 09 de dezembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

**EXONERAR**

Por termino de Contrato de Trabalho por prazo determinado ANA PAULA LUIZ, portadora do CPF nº. 052.201.719-33, Professor ACT, nomeada pelo Decreto SAF/N. 174/15, de 20 de fevereiro de 2015, a partir de 23 de dezembro de 2015.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 09 de dezembro de 2015.  
ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO  
Secretária interina de Adm., Planej., Fazenda e  
Finanças Públicas

**DECRETO SAF/N. 532/15**

DECRETO SAF/Nº. 532/15, de 09 de dezembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

**EXONERAR**

Por termino de Contrato de Trabalho por prazo determinado ANDREA CRISTINE FIDELES GREGO, portadora do CPF nº. 909.951.639-87, Professor ACT, nomeada pelo Decreto SAF/N. 11/15, de 20 de janeiro de 2015, a partir de 23 de dezembro de 2015.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 09 de dezembro de 2015.  
ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO  
Secretário de Adm., Planej., Fazenda e  
Finanças Públicas



**DECRETO SAF/N. 533/15**

DECRETO SAF/Nº. 533/15, de 09 de dezembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

**EXONERAR**

Por termino de Contrato de Trabalho por prazo determinado ANDREA BEZ FONTANA MOLON GUAREZI, portadora do CPF nº. 017.439.669-46, Professor ACT, nomeada pelo Decreto SAF/N. 12/15, de 20 de janeiro de 2015, a partir de 23 de dezembro de 2015.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 09 de dezembro de 2015.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO  
Secretário de Adm., Planej., Fazenda e  
Finanças Públicas

**DECRETO SAF/N. 534/15**

DECRETO SAF/Nº. 534/15, de 09 de dezembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

**EXONERAR**

Por termino de Contrato de Trabalho por prazo determinado CAMILA MAXIMIANO, portadora do CPF nº. 066.451.569-01, Professor ACT, nomeada pelo Decreto SAF/N. 69/15, de 20 de janeiro de 2015, a partir de 23 de dezembro de 2015.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 09 de dezembro de 2015.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO  
Secretário de Adm., Planej., Fazenda e  
Finanças Públicas

**DECRETO SAF/N. 535.15**

DECRETO SAF/Nº. 535/15, de 09 de dezembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

**EXONERAR**

Por termino de Contrato de Trabalho por prazo determinado CARINA DE MEDEIROS PIZONI DE SOUZA, portadora do CPF nº. 064.743.859-36, Professor ACT, nomeada pelo Decreto SAF/N. 14/15, de 20 de janeiro de 2015, a partir de 23 de dezembro de 2015.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 09 de dezembro de 2015.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO  
Secretária interina de Adm., Planej., Fazenda e  
Finanças Públicas

**DECRETO SAF/N. 536/15**

DECRETO SAF/Nº. 536/15, de 09 de dezembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

**EXONERAR**

Por termino de Contrato de Trabalho por prazo determinado CHEILA DUSSIONI JUNG, portadora do CPF nº. 022.531.319-70, Professor ACT, nomeada pelo Decreto SAF/N. 169/15, de 20 de fevereiro de 2015, a partir de 23 de dezembro de 2015.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 09 de dezembro de 2015.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO  
Secretária interina de Adm., Planej., Fazenda e  
Finanças Públicas

**DECRETO SAF/N. 537/15**

DECRETO SAF/Nº. 537/15, de 09 de dezembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

**EXONERAR**

Por termino de Contrato de Trabalho por prazo determinado CINTIA SILVA DA SILVA, portadora do CPF nº. 778.309.620-49, Professor ACT, nomeada pelo Decreto SAF/N. 206/15, de 06 de março de 2015, a partir de 23 de dezembro de 2015.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 09 de dezembro de 2015.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO  
Secretário de Adm., Planej., Fazenda e  
Finanças Públicas

**DECRETO SAF/N. 538/15**

DECRETO SAF/Nº. 538/15, de 09 de dezembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

**EXONERAR**

Por termino de Contrato de Trabalho por prazo determinado CLEDIA REGINA POLETO, portadora do CPF nº. 032.929.259-59, Professor ACT, nomeada pelo Decreto SAF/N. 15/15, de 20 de janeiro de 2015, a partir de 23 de dezembro de 2015.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 09 de dezembro de 2015.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO  
Secretária interina de Adm., Planej., Fazenda e  
Finanças Públicas



**DECRETO SAF/N. 539/15**

DECRETO SAF/Nº. 539/15, de 09 de dezembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

**EXONERAR**

Por termino de Contrato de Trabalho por prazo determinado CLEONICE CARDOSO DA SILVA NUNES, portadora do CPF nº. 071.722.029-02, Professor ACT, nomeada pelo Decreto SAF/N. 16/15, de 20 de janeiro de 2015, a partir de 23 de dezembro de 2015.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 20 de janeiro de 2015.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO

Secretária interina de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

**DECRETO SAF/N. 540/15**

DECRETO SAF/Nº. 540/15, de 09 de dezembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

**EXONERAR**

Por termino de Contrato de Trabalho por prazo determinado CRISTIANE DE MEDEIROS PIZONI, portadora do CPF nº. 053.329.219-00, Professor ACT, nomeada pelo Decreto SAF/N. 17/15, de 20 de janeiro de 2015, a partir de 23 de dezembro de 2015.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 09 de dezembro de 2015.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO

Secretária intreina de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

**DECRETO SAF/N. 541/15**

DECRETO SAF/Nº. 541/15, de 09 de dezembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

**EXONERAR**

Por termino de Contrato de Trabalho por prazo determinado DAIANE TEIXEIRA JUSTINO LIMAS, portadora do CPF nº. 048.372.189-11, Professor ACT, nomeada pelo Decreto SAF/N. 18/15, de 20 de janeiro de 2015, a partir de 23 de dezembro de 2015.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 09 de dezembro de 2015.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO

Secretária interina de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

**DECRETO SAF/N. 542/15**

DECRETO SAF/Nº. 542/15, de 09 de dezembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

**EXONERAR**

Por termino de Contrato de Trabalho por prazo determinado EDIRLAINE BÚRIGO, portadora do CPF nº. 038.670.529-13, Professor ACT, nomeada pelo Decreto SAF/N. 94/15, de 02 de fevereiro de 2015, a partir de 23 de dezembro de 2015.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 09 de dezembro de 2015.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO

Secretária interina de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

**DECRETO SAF/N. 543/15**

DECRETO SAF/Nº. 543/15, de 09 de dezembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

**EXONERAR**

Por termino de Contrato de Trabalho por prazo determinado EDNA BÚRIGO, portadora do CPF nº. 819.074.359-72, Professor ACT, nomeada pelo Decreto SAF/N. 19/15, de 20 de janeiro de 2015, a partir de 23 de dezembro de 2015.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 09 de dezembro de 2015.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO

Secretária interina de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

**DECRETO SAF/N. 544/15**

DECRETO SAF/Nº. 544/15, de 09 de dezembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

**EXONERAR**

Por termino de Contrato de Trabalho por prazo determinado ELIANA LUIZA LUIZ FERNANDES, portadora do CPF nº. 631.274.589-91, Professor ACT, nomeada pelo Decreto SAF/N. 21/15, de 20 de janeiro de 2015, a partir de 23 de dezembro de 2015.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 09 de dezembro de 2015.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO

Secretária interina de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

**DECRETO SAF/N. 545/15**

DECRETO SAF/Nº. 545/15, de 09 de dezembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

**EXONERAR**

Por termino de Contrato de Trabalho por prazo determinado ELLEN RODRIGUES VERGÍLIO, portadora do CPF nº. 052.422.659-81, Professor ACT, nomeada pelo Decreto SAF/N. 297/15, de 01 de junho de 2015, a partir de 23 de dezembro de 2015.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 09 de dezembro de 2015.  
ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO  
Secretária interina de Adm., Planej., Fazenda e  
Finanças Públicas

**DECRETO SAF/N. 546/15**

DECRETO SAF/Nº. 546/15, de 09 de dezembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

**EXONERAR**

Por termino de Contrato de Trabalho por prazo determinado ESTELA DE OLIVEIRA DALLA VEDOVA, portadora do CPF nº. 053.610.839-09, Professor ACT, nomeada pelo Decreto SAF/N. 24/15, de 20 de janeiro de 2015, a partir de 23 de dezembro de 2015.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 09 de dezembro de 2015.  
ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO  
Secretária interina de Adm., Planej., Fazenda e  
Finanças Públicas

**DECRETO SAF/N. 547/15**

DECRETO SAF/Nº. 547/15, de 09 de dezembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

**EXONERAR**

Por termino de Contrato de Trabalho por prazo determinado FABIANI TARTARI, portadora do CPF nº. 951.056.549-00, Professor ACT, nomeada pelo Decreto SAF/N. 26/15, de 20 de janeiro de 2015, a partir de 23 de dezembro de 2015.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 09 de dezembro de 2015.  
ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO  
Secretária interina de Adm., Planej., Fazenda e  
Finanças Públicas

**DECRETO SAF/N. 548/15**

DECRETO SAF/Nº. 548/15, de 09 de dezembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

**EXONERAR**

Por termino de Contrato de Trabalho por prazo determinado GIOVANA POSSAMAI MAGNUS, portadora do CPF nº. 018.021.769-00, Professor ACT, nomeada pelo Decreto SAF/N. 27/15, de 20 de janeiro de 2015, a partir de 23 de dezembro de 2015.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 09 de dezembro de 2015.  
ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO  
Secretária interina de Adm., Planej., Fazenda e  
Finanças Públicas

**DECRETO SAF/N. 549/15**

DECRETO SAF/Nº. 549/15, de 09 de dezembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

**EXONERAR**

Por termino de Contrato de Trabalho por prazo determinado GISELE LEAL, portadora do CPF nº. 004.654.529-81, Professor ACT, nomeada pelo Decreto SAF/N. 28/15, de 20 de janeiro de 2015, a partir de 23 de dezembro de 2015.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 09 de dezembro de 2015.  
ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO  
Secretária interina de Adm., Planej., Fazenda e  
Finanças Públicas

**DECRETO SAF/N. 550/15**

DECRETO SAF/Nº. 550/15, de 09 de dezembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

**EXONERAR**

Por termino de Contrato de Trabalho por prazo determinado GISELLI DEMBOSKI FLORIANO, portadora do CPF nº. 037.186.599-99, Professor ACT, nomeada pelo Decreto SAF/N. 29/15, de 20 de janeiro de 2015, a partir de 23 de dezembro de 2015.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 09 de dezembro de 2015.  
ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO  
Secretária interino de Adm., Planej., Fazenda e  
Finanças Públicas

**DECRETO SAF/N. 551/15**

DECRETO SAF/Nº. 551/15, de 09 de dezembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

**EXONERAR**

Por termino de Contrato de Trabalho por prazo determinado GIZELIA TIZONI PACHECO BONOMI, portadora do CPF nº. 049.807.699-77, Professor ACT, nomeada pelo Decreto SAF/N. 30/15, de 20 de janeiro de 2015, a partir de 23 de dezembro de 2015.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 09 de dezembro de 2015.  
ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO  
Secretária interina de Adm., Planej., Fazenda e  
Finanças Públicas

**DECRETO SAF/N. 552.15**

DECRETO SAF/Nº. 552/15, de 09 de dezembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

**EXONERAR**

Por termino de Contrato de Trabalho por prazo determinado GUSTAVO AMANCIO BONETTI MENEGHEL, portador do CPF nº. 091.840.309-09, Professor ACT, nomeado pelo Decreto SAF/N. 130/15, de 12 de fevereiro de 2015, a partir de 23 de dezembro de 2015.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 09 de dezembro de 2015.  
ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO  
Secretária interina de Adm., Planej., Fazenda e  
Finanças Públicas

**DECRETO SAF/N. 553/15**

DECRETO SAF/Nº. 553/15, de 09 de dezembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

**EXONERAR**

Por termino de Contrato de Trabalho por prazo determinado ILIETE VIEIRA GOULARTE, portadora do CPF nº. 377.856.999-68, Professor ACT, nomeada pelo Decreto SAF/N. 31/15, de 20 de janeiro de 2015, a partir de 23 de dezembro de 2015.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 09 de dezembro de 2015.  
ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO  
Secretária interina de Adm., Planej., Fazenda e  
Finanças Públicas

**DECRETO SAF/N. 554/15**

DECRETO SAF/Nº. 554/15, de 09 de dezembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

**EXONERAR**

Por termino de Contrato de Trabalho por prazo determinado JOSIANE BLOEMER, portadora do CPF nº. 053.805.939-76, Professor ACT, nomeada pelo Decreto SAF/N. 32/15, de 20 de janeiro d 2015, a partir de 23 de dezembro de 2015.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 09 de dezembro de 2015.  
ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO  
Secretária interina de Adm., Planej., Fazenda e  
Finanças Públicas

**DECRETO SAN/N. 502/15**

DECRETO SAF/Nº. 502/15, de 09 de dezembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

**EXONERAR**

Por termino de Contrato de Trabalho por prazo determinado MARIZA FLORENCIO BÚRIGO, portadora do CPF nº. 722.309.679-91, Professor ACT, nomeado pelo Decreto SAF/N. 113/15, de 10 de fevereiro de 2015, a partir de 18 de dezembro de 2015.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 09 de dezembro de 2015.  
ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO  
Secretaria interina de Adm., Planej., Fazenda e  
Finanças Públicas

# Concórdia

## PREFEITURA

### EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 122/2015

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 122/2015

ESPÉCIE: Termo de Compromisso para realização de estágio, junto à SEMED, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA e o (a) estudante TAINA RUTH SCHMIDT inscrito (a) no CPF-MF sob nº 088.667.449-21, em regime de 30 horas semanais.

VALOR: O estagiário receberá, mensalmente, uma bolsa equivalente a 708,56 (setecentos e oito reais e cinquenta e seis centavos).

PRAZO: 15.10.2015 a 14.10.2017.

### EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 123/2015

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 123/2015

ESPÉCIE: Termo de Compromisso para realização de estágio, junto à SEDES, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA e o (a) estudante WILLIAN DA SILVA DE CASTRO inscrito (a) no CPF-MF sob nº 056.712.959-47, em regime de 30 horas semanais.

VALOR: O estagiário receberá, mensalmente, uma bolsa equivalente a 708,56 (setecentos e oito reais e cinquenta e seis centavos).

PRAZO: 03.11.2015 a 02.11.2017.

### EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 124/2015

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 124/2015

ESPÉCIE: Termo de Compromisso para realização de estágio, junto à SEMED, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA e o (a) estudante JESSICA MAIARA DE SOUSA ALVES inscrito (a) no CPF-MF sob nº 105.578.089-01, em regime de 30 horas semanais.

VALOR: O estagiário receberá, mensalmente, uma bolsa equivalente a 708,56 (setecentos e oito reais e cinquenta e seis centavos).

PRAZO: 09.11.2015 a 08.11.2017.

### EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 125/2015

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 125/2015

ESPÉCIE: Termo de Compromisso para realização de estágio, junto à SEDES, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA e o (a) estudante MATHEUS FILIPE KUTZKE inscrito (a) no CPF-MF sob nº 102.080.019-48, em regime de 30 horas semanais.

VALOR: O estagiário receberá, mensalmente, uma bolsa equivalente a 708,56 (setecentos e oito reais e cinquenta e seis centavos).

PRAZO: 09.12.2015 a 08.12.2017.

### EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 126/2015

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO Nº 126/2015

ESPÉCIE: Termo de Compromisso para realização de estágio, junto à SEMED, celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Secretária Municipal de Administração, senhora BEATRIZ FÁTIMA CORDEIRO DA SILVA ROSA e o (a) estudante CAMILA DENISE DE CASTRO FERASSO inscrito (a) no CPF-MF sob nº 020.304.089-99, em regime de 30 horas semanais.

VALOR: O estagiário receberá, mensalmente, uma bolsa equivalente a 708,56 (setecentos e oito reais e cinquenta e seis centavos).

PRAZO: 02.03.2015 a 01.03.2017.

### PORTARIA FMC Nº 17/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA

PORTARIA FMC Nº 17/2015, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2015.

O Diretor-Geral/Superintendente da Fundação Municipal de Cultura.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 2.288, de 20 de janeiro de 1989, c/c o disposto na Lei Complementar nº 216, de 12 de dezembro de 2001 e Decreto nº 1.021/2013, de 27 de dezembro de 2013, e considerando;

- a necessidade de adequar horário de atendimento ao público externo;
- a concordância da servidora;

RESOLVE:

Art. 1º Fixar a partir do dia 4 de Janeiro de 2016, horário especial de trabalho a servidora CLAUERICE MAURA ZOLET, ocupante do cargo de Técnico Artístico II, na forma abaixo:

I – Segunda a Sexta-Feira: Das 7h30 às 11h30 e das 13h30 às 17h30;

Art. 2º Fica revogada, a partir de 4 de Janeiro de 2016, a Portaria nº 08/2014, de 31 de janeiro de 2014.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Fundação Municipal de Cultura de Concórdia.

GILMAR LUIZ MONTICELLI

Diretor-Geral/Superintendente da Fundação Municipal de Cultura

# Cordilheira Alta

## PREFEITURA

### ATA EDITAL PROCESSO 111/2015 - MATERIAL ÁGUA

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA</b>	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 64/2015 - PR</b>
<b>CNPJ:</b> 95.990.198/0001-04 <b>R. Celso Tozzo,27</b> <b>C.E.P:</b> 89819-000 - Cordilheira Alta - SC	<b>Processo Administrativo:</b> 111/2015 <b>Processo de Licitação:</b> 111/2015 <b>Data do Processo:</b> 18/11/2015
	Folha: 1/6

#### OBJETO DA LICITAÇÃO:

REGISTRO DE PREÇO AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DA REDE DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICIPIO PARA O EXERCÍCIO DE 2016.

### ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr.

Ao(s) 15 de Dezembro de 2015, às 08:01 horas, na sede da(o) MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Decreto nº 210, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 111/2015, Licitação nº 64/2015 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

#### Parecer da Comissão:

Participante: 53 - SUPERMERCADO SACHET LTDA

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
6	ADAPTADOR SOLDAVEL 32X1P	un	400,00	krona	0,0000	0,71	284,00
11	ADAPTADOR FLANDE 32 POL	un	50,00	krona	0,0000	8,65	432,50
12	ADAPTADOR FLANDE 40 POL	un	50,00	krona	0,0000	10,29	514,50
27	ALVENARIT 1 LITRO	un	30,00	viderite	0,0000	5,19	155,70
29	ANEL DE VEDAÇÃO ESGOTO 200MM	un	100,00	krona	0,0000	3,99	399,00
31	ANEL DE VEDAÇÃO ESGOTO 150MM	un	100,00	krona	0,0000	1,33	133,00
32	ARCO PARA SERRA C/ REGULAGEM 12POL	rl	20,00	conex	0,0000	29,17	583,40
33	ARAME GALVANIZADO Nº 14	kg	50,00	gerdau	0,0000	16,85	842,50
35	APLICADOR DE SILICONE	un	5,00	conex	0,0000	26,73	133,65
36	APLICADOR DE SILICONE ANCORA	un	5,00	conex	0,0000	58,90	294,50
40	BUCHA DE REDUÇÃO PVC SOLDÁVEL 50MMX40MM	un	300,00	krona	0,0000	1,39	417,00
41	BUCHA DE REDUÇÃO PVC SOLDÁVEL 60MMX50MM	un	200,00	krona	0,0000	1,24	248,00
43	BROCA ACO RAPIDO 3MM	pç	20,00	conex	0,0000	3,20	64,00
44	BROCA ACO RAPIDO 4MM	pç	20,00	conex	0,0000	4,00	80,00
45	BROCA AÇO RAPIDO Nº5 MM	un	20,00	conex	0,0000	5,25	105,00
46	BROCA AÇO RAPIDO 8MM	pç	20,00	conex	0,0000	11,53	230,60
47	BROCA AÇO RAPIDO 10MM	pç	20,00	conex	0,0000	17,80	356,00
49	BROCA VIDIA 6	un	20,00	conex	0,0000	5,25	105,00
50	BROCA VIDIA 8	un	20,00	conex	0,0000	6,58	131,60
51	BROCA VIDIA 10	un	20,00	conex	0,0000	10,30	206,00
63	BUCHA REDUÇÃO SOLDAVEL 60X25MM LONGA	un	150,00	krona	0,0000	3,04	456,00
65	CABO PARALELO 2X1,5MM	m	1.000,00	corfio	0,0000	1,72	1.720,00
66	CABO PARALELO 2X2,5MM	m	2.000,00	corfio	0,0000	2,19	4.380,00
67	CABO PARALELO 2X4MM	m	1.000,00	corfio	0,0000	3,90	3.900,00
68	CABO RIGIDO BRANCO 10MM	m	1.200,00	corfio	0,0000	6,28	7.536,00
69	CABO TRIFASICO MULTI X IPE 4X10MM	m	600,00	corfio	0,0000	9,40	5.640,00
90	CABO PP 2X6MM	m	1.000,00	corfio	0,0000	12,90	12.900,00
92	CADEADO 35MM	un	10,00	3f	0,0000	17,20	172,00
93	CADEADO 25MM	un	15,00	3f	0,0000	12,60	189,00
96	CADEADO 40 MM	un	15,00	3f	0,0000	21,11	316,65
109	CHAVE GRIFO 36POL	un	5,00	conex	0,0000	211,65	1.058,25
127	FITA AUTO FUSAO 19x50M	rl	50,00	foxlux	0,0000	47,00	2.350,00
128	FITA AUTO FUSAO 19x10M	rl	50,00	foxlux	0,0000	27,33	1.366,50
131	FIO SOLIDO PRETO 10MM 750V	m	500,00	corfio	0,0000	5,63	2.815,00
132	FIO SOLIDO AZUL 10MM 750V	m	500,00	corfio	0,0000	5,63	2.815,00
133	FITA ALUMINIZADA 15cmx10 MTS	un	20,00	conex	0,0000	52,85	1.057,00
137	GRAMPO P/ FIXAR FIO C/ 30 UN	pt	100,00	telmar	0,0000	3,68	368,00
138	ISOLADOR DE PORCELANA OLHAL 3/8	un	60,00	germer	0,0000	6,45	387,00
141	JOELHO 45° SOLDAVEL 32 MM	un	200,00	krona	0,0000	1,49	298,00
155	JUNÇÃO 45° SIMPLES ESGOTO 100 X150MM	un	50,00	krona	0,0000	28,10	1.405,00
156	LIMA P/ ENXADA Nº08	un	10,00	nicolson	0,0000	15,59	155,90

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA**

CNPJ: 95.990.198/0001-04  
 R. Celso Tozzo, 27  
 C.E.P.: 89819-000 - Cordilheira Alta - SC

**PREGÃO PRESENCIAL**
**Nr.: 64/2015 - PR**

Processo Administrativo: 111/2015  
 Processo de Licitação: 111/2015  
 Data do Processo: 18/11/2015

Folha: 2/6

**Participante: 53 - SUPERMERCADO SACHET LTDA**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
179	LUVA DE BORRACHA TAMANHO G	pr	30,00	sanro	0,0000	6,55	196,50
180	LUVA DE BORRACHA TAMANHO M	pr	30,00	sanro	0,0000	6,55	196,50
184	MANGUEIRA P.A.D. 50" PN8	m	1.000,00	alves pipe	0,0000	12,00	12.000,00
185	MANGUEIRA P.A.D. 63" PN8	m	1.000,00	alves pipe	0,0000	16,98	16.980,00
186	MANGUEIRA P.A.D. 75" PN8	m	500,00	alves pipe	0,0000	26,00	13.000,00
187	MANGUEIRA P.A.D. 90" PN8	m	200,00	alves pipe	0,0000	37,00	7.400,00
195	MANGUEIRA P.A.D. 50" PN 10	m	500,00	alves pipe	0,0000	12,99	6.495,00
197	MANGUEIRA P.A.D. 75" PN 10	m	200,00	alves pipe	0,0000	32,35	6.470,00
198	MANGUEIRA P.A.D. 90" PN 10	m	200,00	alves pipe	0,0000	44,95	8.990,00
203	PA DE CORTE	un	20,00	pandolfo	0,0000	16,00	320,00
205	PINCEL P/ PINTURA 2 1/2	un	30,00	roma	0,0000	3,93	117,90
206	PINCEL P/ PINTURA 3"	un	30,00	roma	0,0000	6,14	184,20
208	REATOR ELETRICO BIVOLT 2 X40	un	100,00	rcg	0,0000	27,20	2.720,00
213	REDUÇÃO P.A.D 63/50	un	10,00	alves pipe	0,0000	50,13	501,30
222	REGISTRO ESFERA 20MM SOLDAVEL	un	500,00	krona	0,0000	4,04	2.020,00
223	REBITADOR MANUAL PROFISSIONAL C/ REBITE	un	5,00	conex	0,0000	42,85	214,25
226	ROLO DE LÃ 9 CM.	un	50,00	roma	0,0000	3,77	188,50
227	ROLO DE LÃ 15CM	un	50,00	roma	0,0000	4,84	242,00
229	SERRA PARA CANO N 22	un	150,00	conex	0,0000	5,75	862,50
230	SILICONE IMPERMEAVEL INCOLOR 280 GR	un	60,00	gol	0,0000	13,59	815,40
231	SOLVENTE 1 L	un	50,00	sodabel	0,0000	11,75	587,50
244	TRENA MASTER 10MTRSX25MM	un	10,00	conex	0,0000	38,50	385,00
245	TUBO SOLDAVEL 20 MM BARRA 6 MTS	un	1.000,00	tubozan	0,0000	10,25	10.250,00
246	TUBO SOLDAVEL 25 MM BARRA 6 MTS	un	2.000,00	tubozan	0,0000	13,30	26.600,00
247	TUBO SOLDAVEL 32MM BARRA 6 MTS	un	2.000,00	tubozan	0,0000	24,55	49.100,00
248	TUBO SOLDAVEL 40 MM BARRA 6 MTS	un	500,00	tubozan	0,0000	31,10	15.550,00
249	TUBO SOLDAVEL 50 MM BARRA 6 MTS	un	200,00	tubozan	0,0000	47,48	9.496,00
250	TUBO SOLDAVEL 60 MM BARRA 6 MTS	un	200,00	tubozan	0,0000	60,65	12.130,00
251	TUBO SOLDAVEL 75 MM BARRA 6 MTS	un	50,00	tubozan	0,0000	98,28	4.914,00
254	TORNEIRA BOIA 40 POL.	un	100,00	herc	0,0000	15,00	1.500,00
256	TUBO ESGOTO 50 MM BARRA 6 METROS	un	150,00	tubozan	0,0000	27,95	4.192,50
258	TUBO ESGOTO 100MM BARRA 6 METROS	un	400,00	tubozan	0,0000	43,92	17.568,00
262	VALVULA RETENÇÃO 50MM HORIZONTAL	un	20,00	emmeti	0,0000	158,80	3.176,00
264	VALVULA RETENÇÃO 75MM VERTICAL	un	5,00	river	0,0000	157,00	785,00
265	VALVULA RETENÇÃO LATÃO 2 P HORIZONTAL	un	10,00	river	0,0000	186,80	1.868,00
269	VALVULA VAZAO TOTAL 3/4	un	50,00	river	0,0000	24,43	1.221,50

**Total do Participante —> 296.238,80**
**Participante: 135 - SUPERMERCADO MATTANA LTDA ME**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	ABRAÇADEIRA SEM FIM 1/2"	un	100,00	ehc	0,0000	0,67	67,00
3	ABRAÇADEIRA SEM FIM 1"	un	100,00	ehc	0,0000	1,26	126,00
10	ADAPTADOR FLANDE 25 POL	un	50,00	plastilit	0,0000	4,94	247,00
13	ADAPTADOR FLANDE 50 POL	un	50,00	plastilit	0,0000	10,41	520,50
14	ADAPTADOR FLANDE 60 POL	un	60,00	plastilit	0,0000	15,74	944,40
26	ALICATE UNIV Nº8 CABO AMARELO	un	10,00	jpmarca	0,0000	27,45	274,50
28	ANEL DE VEDAÇÃO ESGOTO 100MM	un	100,00	plastilit	0,0000	0,67	67,00
30	ANEL DE VEDAÇÃO ESGOTO 75MM	un	50,00	plastili	0,0000	0,59	29,50
34	ARAME GALVANIZADO Nº 18	kg	50,00	belgo	0,0000	14,86	743,00
37	BUCHA DE REDUÇÃO PVC SOLDÁVEL 25MMX20MM	un	400,00	plastilit	0,0000	0,24	96,00
39	BUCHA DE REDUÇÃO PVC SOLDÁVEL 40MMX32MM	un	300,00	plastilit	0,0000	0,94	282,00
42	BROCA AÇO RAPIDO 2MM	un	20,00	disma	0,0000	3,09	61,80
48	BROCA VIDIA 4	un	20,00	disma	0,0000	4,38	87,60
52	BUCHA PLASTICA 05MM	un	1.000,00	plastilit	0,0000	0,07	70,00
53	BUCHA PLASTICA 06MM	un	1.000,00	plastilit	0,0000	0,09	90,00
54	BUCHA PLASTICA 08MM	un	1.000,00	plastilit	0,0000	0,13	130,00
55	BUCHA PLASTICA 10MM	un	1.000,00	plastilit	0,0000	0,16	160,00
56	BUCHA REDUÇÃO SOLDAVEL 25 X20MM LONGA	un	500,00	plastilit	0,0000	0,84	420,00
57	BUCHA REDUÇÃO SOLDAVEL 32X25MM LONGA	un	500,00	plastilit	0,0000	1,59	795,00



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA**

 CNPJ: 95.990.198/0001-04  
 R. Celso Tozzo, 27  
 C.E.P.: 89819-000 - Cordilheira Alta - SC

**PREGÃO PRESENCIAL**
**Nr.: 64/2015 - PR**

 Processo Administrativo: 111/2015  
 Processo de Licitação: 111/2015  
 Data do Processo: 18/11/2015

Folha: 3/6

**Participante: 135 - SUPERMERCADO MATTANA LTDA ME**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
58	BUCHA REDUÇÃO SOLDAVEL 40X20MM LONGA	un	500,00	plastilit	0,0000	1,27	635,00
59	BUCHA REDUÇÃO SOLDAVEL 40X25MM LONGA	un	300,00	plastilit	0,0000	1,59	477,00
61	BUCHA REDUÇÃO SOLDAVEL 50X25MM LONGA	un	200,00	plastilit	0,0000	1,24	248,00
76	CAP PVC SOLDAVEL 50MM	un	200,00	plastilit	0,0000	2,34	468,00
78	CURVA 45° SOLDAVEL 20	un	200,00	plastilit	0,0000	0,94	188,00
79	CURVA 45° SOLDAVEL 25	un	300,00	plastilit	0,0000	1,14	342,00
80	CURVA 45° SOLDAVEL 32	un	200,00	plastilit	0,0000	2,24	448,00
81	CURVA 45° SOLDAVEL 40	un	70,00	plastilit	0,0000	2,57	179,90
82	CURVA 45° SOLDAVEL 50	un	50,00	plastilit	0,0000	4,99	249,50
84	CHAVE DE FENDA 3/16X6	un	10,00	jomarca	0,0000	5,09	50,90
85	CHAVE DE FENDA 3/16 X 5	un	10,00	jomarca	0,0000	5,48	54,80
86	CABO P/ ENXADA MADEIRA	un	30,00	limonie	0,0000	10,25	307,50
87	CABO P/ FOICE MADEIRA	un	30,00	limonie	0,0000	10,20	306,00
88	CABO P/ PÁ MADEIRA	un	40,00	limonie	0,0000	10,25	410,00
91	CABO PP 2X2,5 MM	m	1.000,00	premium	0,0000	3,95	3.950,00
94	CADEADO Nº 30	un	15,00	stam	0,0000	14,87	223,05
95	CADEADO 20MM	un	15,00	stam	0,0000	10,13	151,95
97	CADEADO 45MM	un	15,00	stam	0,0000	23,10	346,50
99	CAIXA SIFONADA QUADRADA 100X100X50MM	un	10,00	bianplast	0,0000	4,99	49,90
100	CAIXA FERRAMENTA METAL 5 GAV. 20X20X51CM	un	3,00	vonder	0,0000	101,70	305,10
101	CAIXA SIFONADA SIMPLES 150X150X50MM	un	10,00	bianplast	0,0000	12,09	120,90
102	CAIXA SIFONADA SIMPLES 150X150X75MM	un	10,00	bianplast	0,0000	16,39	163,90
107	CAP ESGOTO 150MM	un	100,00	plastilit	0,0000	13,35	1.335,00
108	CAP ESGOTO 200MM	un	50,00	plastilit	0,0000	21,72	1.086,00
110	CHAVE GRIFO PARA TUBO 14"	un	5,00	importada	0,0000	48,10	240,50
111	CHAVE GRIFO PARA TUBO 18"	un	5,00	importada	0,0000	69,99	349,95
112	CAVADEIRA RETA COM CABO	un	20,00	pandolfo	0,0000	30,95	619,00
113	CHAVE BOIA ELÉTRICA 220 VOLTS	un	60,00	marginus	0,0000	44,70	2.682,00
114	CINTA ABRAÇADEIRA NYLON 150X2,5	un	20,00	ehc	0,0000	9,15	183,00
115	CINTA ABRAÇADEIRA NYLON 200X2,5	un	20,00	ehc	0,0000	10,67	213,40
117	CORRENTE ZINCADA 5MM	kg	20,00	sao rafael	0,0000	28,60	572,00
118	DISJUNTOR TRIFASICO 50 AMPERES	un	25,00	soprano	0,0000	85,00	2.125,00
119	DISJUNTOR MONOFASICO 40 AMPERES	un	30,00	soprano	0,0000	20,18	605,40
120	DISJUNTOR MONOFASICO 20 AMPERES	un	30,00	soprano	0,0000	15,43	462,90
121	DISJUNTOR MONOFASICO 30 AMPERES	un	30,00	soprano	0,0000	15,40	462,00
122	DISJUNTOR BIFASICO 50 AMPERES	un	30,00	soprano	0,0000	74,60	2.238,00
123	DISCO DE CORTE PARA FERRO	un	100,00	alcar	0,0000	4,22	422,00
124	ENGATE FLEXIVEL 40CM	un	40,00	plastilit	0,0000	1,49	59,60
125	ENXADA OVAL Nº 8	un	20,00	pandolfo	0,0000	20,53	410,60
126	FACÃO DE AÇO N 16	un	10,00	disma	0,0000	17,45	174,50
130	FIO BOIA 2 X 2,5MM	m	3.000,00	premium	0,0000	3,35	10.050,00
134	FITA VEDA ROSCA 12 X10	un	300,00	puma	0,0000	0,94	282,00
136	FURADEIRA ELÉTRICA 220 VOLTS	un	1,00	famastil	0,0000	819,00	819,00
142	JOELHO 45° SOLDAVEL 40MM	un	200,00	plastilit	0,0000	2,89	578,00
143	JOELHO 45° SOLDAVEL 50MM	un	200,00	plastilit	0,0000	2,76	552,00
146	JOELHO 90° SOLDAVEL 50MM	un	500,00	plastilit	0,0000	1,44	720,00
149	JOELHO 90° SOLDAVEL 25MM	un	1.500,00	plastilit	0,0000	0,24	360,00
150	JOELHO 90° SOLDAVEL 32MM	un	1.500,00	plastilit	0,0000	0,94	1.410,00
151	JOELHO 90° SOLDAVEL 40MM	un	500,00	plastilit	0,0000	1,89	945,00
152	JOELHO 90° SOLDAVEL 60MM	un	400,00	plastilit	0,0000	7,74	3.096,00
153	JUNÇÃO 45° SIMPLES ESGOTO 100 X100MM	un	50,00	plastilit	0,0000	9,06	453,00
154	JUNÇÃO 45° SIMPLES ESGOTO 100 X75MM	un	50,00	plastilit	0,0000	5,44	272,00
157	LUVA SOLDAVEL 25 3/4	un	400,00	plastilit	0,0000	0,64	256,00
164	LUVA DE CORRER 60MM	un	100,00	plastilit	0,0000	14,19	1.419,00
165	LUVA SOLDAVEL 20MM	un	1.500,00	plastilit	0,0000	0,24	360,00
166	LUVA SOLDAVEL 25MM	un	1.500,00	plastilit	0,0000	0,29	435,00
167	LUVA SOLDAVEL 32MM	un	1.500,00	plastilit	0,0000	0,89	1.335,00
168	LUVA SOLDAVEL 40MM	un	1.500,00	plastilit	0,0000	1,49	2.235,00
169	LUVA SOLDAVEL 50MM	un	1.000,00	plastilit	0,0000	1,59	1.590,00
170	LUVA SOLDAVEL 60MM	un	500,00	plastilit	0,0000	4,79	2.395,00
171	LUVA SOLDAVEL 75MM	un	500,00	plastilit	0,0000	5,44	2.720,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA**

CNPJ: 95.990.198/0001-04  
 R. Celso Tozzo, 27  
 C.E.P.: 89819-000 - Cordilheira Alta - SC

**PREGÃO PRESENCIAL**
**Nr.: 64/2015 - PR**

Processo Administrativo: 111/2015  
 Processo de Licitação: 111/2015  
 Data do Processo: 18/11/2015

Folha: 4/6

**Participante: 135 - SUPERMERCADO MATTANA LTDA ME**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
172	LUVA SOLDAVEL 85MM	un	50,00	plastilit	0,0000	12,39	619,50
189	MANGUEIRA PRETA 1/2" 2,0MM	m	2.000,00	siderplast	0,0000	1,81	3.620,00
190	MANGUEIRA PRETA 3/4" 2,0MM	m	2.000,00	siderplast	0,0000	2,09	4.180,00
200	MARTELO 27MM CABO DE MADEIRA	un	20,00	monfort	0,0000	26,86	537,20
201	NIPLE 1/2 ROSCAVEL	un	200,00	cicla	0,0000	0,29	58,00
202	NIPLE 3/4 ROSCAVEL	un	200,00	cicla	0,0000	0,34	68,00
204	PICARETA LARGA C/CABO	un	10,00	pandoldo	0,0000	48,88	488,80
207	REATOR ELETRICO BIVOLT 2 X20	un	100,00	rog	0,0000	21,30	2.130,00
218	REGISTRO ESFERA 50MM SOLDAVEL	un	150,00	plastilit	0,0000	12,99	1.948,50
219	REGISTRO ESFERA 40MM SOLDAVEL	un	250,00	plastilit	0,0000	11,99	2.997,50
220	REGISTRO ESFERA 32MM SOLDAVEL	un	250,00	plastilit	0,0000	8,59	2.147,50
221	REGISTRO ESFERA 25MM SOLDAVEL	un	500,00	plastilit	0,0000	5,14	2.570,00
224	ROLO DE ESPUMA 15CM	un	50,00	roma	0,0000	3,62	181,00
225	ROLO DE ESPUMA MEDIO 9 CM	un	50,00	roma	0,0000	2,44	122,00
228	SERROTE DE MAO Nº 22	un	5,00	pandolfo	0,0000	34,90	174,50
232	SODA CAUSTICA 1KG	un	500,00	rodoquimica	0,0000	14,20	7.100,00
233	SUPORTE FIXO PORCELANA	un	100,00	decorlux	0,0000	4,51	451,00
234	SUPORTE FIXO PRETO	un	100,00	decorlux	0,0000	3,40	340,00
235	SUPORTE PENDENTE PRETO	un	100,00	decorlux	0,0000	3,30	330,00
236	TE SOLDÁVEL 20MM.	un	500,00	plastilit	0,0000	0,34	170,00
237	TE SOLDÁVEL 25MM.	un	300,00	plastilit	0,0000	0,34	102,00
238	TE SOLDÁVEL 32MM.	un	200,00	plastilit	0,0000	1,54	308,00
239	TE SOLDÁVEL 40MM.	un	200,00	plastilit	0,0000	3,19	638,00
240	TE SOLDAVEL 50MM.	un	100,00	plastilit	0,0000	2,89	289,00
241	TE SOLDAVEL 60MM.	un	200,00	plastilit	0,0000	10,79	2.158,00
243	TRENA METRICA 10M	un	20,00	jomarca	0,0000	28,60	572,00
255	TORNEIRA BOIA 50 POL.	un	100,00	krona	0,0000	16,13	1.613,00
257	TUBO ESGOTO 75 MM BARRA 6 METROS	un	20,00	plastilit	0,0000	33,55	671,00
259	TUBO ESGOTO 200MM BARRA 6 METROS	un	100,00	plastilit	0,0000	204,43	20.443,00
260	VALVULA RETENÇÃO 32MM VERTICAL	un	30,00	plastilit	0,0000	38,05	1.141,50
261	VALVULA RETENÇÃO 40MM HORIZONTAL	un	30,00	plastilit	0,0000	72,50	2.175,00
263	VALVULA RETENÇÃO 63MM VERTICAL	un	5,00	plastilit	0,0000	86,12	430,60
266	VALVULA RETENÇÃO LATÃO 2 POL VERTICAL	un	20,00	cicla	0,0000	142,50	2.850,00
267	VALVULA VAZÃO TOTAL 1	un	50,00	cicla	0,0000	44,25	2.212,50
268	VALVULA VAZÃO TOTAL 1/2	un	50,00	cicla	0,0000	27,61	1.380,50
270	VASELINA LITRO	un	30,00	rodoquimica	0,0000	16,09	482,70

**Total do Participante —> 129.110,35**
**Participante: 1450 - HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO LTDA**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
116	ADESIVO PLASTICO PARA TUBO 850G	un	80,00	PISAFIX	0,0000	23,95	1.916,00
144	JOELHO 45° SOLDAVEL 60MM	un	200,00	TIGRE	0,0000	9,02	1.804,00
145	JOELHO 45° SOLDAVEL 75MM	un	200,00	TIGRE	0,0000	16,94	3.388,00
147	JOELHO 90° SOLDAVEL 75MM	un	100,00	TIGRE	0,0000	22,70	2.270,00
183	MANGUEIRA P.A.D. 32 " PN8	m	2.000,00	TIGRE	0,0000	3,53	7.060,00

**Total do Participante —> 16.438,00**
**Participante: 2412 - BRIDI & FABRO LTDA - ME**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
7	ADAPTADOR SOLDAVEL CURTO 40 1/4"	un	400,00	PLASTELIT	0,0000	1,74	696,00
8	ADAPTADOR SOLDAVEL CURTO 50 1/2"	un	300,00	PLASTELIT	0,0000	1,57	471,00
70	CAIXA D'AGUA DE FIBRA CAPACIDADE DE 10.000 M. LITROS ALTA RESISTÊNCIA	un	5,00	fibrabom	0,0000	3.478,00	17.390,00
71	CAIXA D'AGUA DE FIBRA CAPACIDADE DE 15.000 M. LITROS DE ÓTIMA QUALIDADE	un	5,00	fibrabom	0,0000	4.715,00	23.575,00
72	CAIXA D'AGUA DE FIBRA CAPACIDADE DE 20.000 M. LITROS DE ÓTIMA QUALIDADE	un	10,00	fibrabom	0,0000	6.228,00	62.280,00
188	MANGUEIRA P.A.D. 110" PN8	m	200,00	pol	0,0000	55,20	11.040,00
199	MANGUEIRA P.A.D. 110" PN 10	m	200,00	pol	0,0000	66,90	13.380,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA**

CNPJ: 95.990.198/0001-04  
 R. Celso Tozzo, 27  
 C.E.P.: 89819-000 - Cordilheira Alta - SC

**PREGÃO PRESENCIAL**
**Nr.: 64/2015 - PR**

Processo Administrativo: 111/2015  
 Processo de Licitação: 111/2015  
 Data do Processo: 18/11/2015

Folha: 5/6

**Participante: 2412 - BRIDI & FABRO LTDA - ME**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
212	REDUÇÃO P.A.D 50/40	un	10,00	pol	0,0000	35,64	356,40
214	REDUÇÃO P.A.D 75X63	un	10,00	pol	0,0000	99,95	999,50
215	REDUÇÃO P.A.D 90X75	un	10,00	pol	0,0000	130,90	1.309,00

**Total do Participante —> 131.496,90**
**Participante: 2414 - MARGEM COMERCIO DE MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
2	ABRACADEIRA SEM FIM 3/4"	un	100,00	INCA	0,0000	0,68	68,00
4	ADAPTADOR SOLDAVEL CURTO 20 1/2"	un	400,00	PLASTILIT	0,0000	0,20	80,00
5	ADAPTADOR SOLDAVEL CURTO 25 3/4"	un	400,00	PLASTILIT	0,0000	0,25	100,00
9	ADAPTADOR SOLDAVEL CURTO 60"	un	200,00	PLASTILIT	0,0000	2,68	536,00
15	ADAPTADOR FLANDE 75 POL	un	20,00	KRONA	0,0000	55,50	1.110,00
16	ADAPTADOR P.A.D. 20	un	10,00	IPAL	0,0000	1,00	10,00
17	ADAPTADOR P.A.D. 25	un	10,00	ARANGUL	0,0000	4,50	45,00
18	ADAPTADOR P.A.D 32	un	10,00	ARANGUL	0,0000	7,25	72,50
19	ADAPTADOR P.A.D 40	un	10,00	ARANGUL	0,0000	11,28	112,80
20	ADAPTADOR P.A.D 50	un	10,00	ARANGUL	0,0000	20,30	203,00
21	ADAPTADOR P.A.D 63	un	10,00	ARANGUL	0,0000	29,75	297,50
22	ADAPTADOR P.A.D. 75	un	10,00	ARANGUL	0,0000	41,35	413,50
23	ADAPTADOR P.A.D. 90	un	10,00	ARANGUL	0,0000	68,15	681,50
24	ADAPTADOR P.A.D. 110	un	10,00	ARANGUL	0,0000	101,25	1.012,50
25	ADESIVO PLASTICO PARA TUBO 175G	un	80,00	PULVITEC	0,0000	7,70	616,00
38	BUCHA DE REDUÇÃO PVC SOLDÁVEL 32MMX25MM	un	400,00	PLASTILIT	0,0000	0,35	140,00
60	BUCHA REDUÇÃO SOLDAVEL 50X20MM LONGA	un	200,00	PLASTILIT	0,0000	1,45	290,00
62	BUCHA REDUÇÃO SOLDAVEL 50X32MM LONGA	un	200,00	PLASTILIT	0,0000	1,00	200,00
64	BUCHA REDUÇÃO SOLDAVEL 60X50MM LONGA	un	150,00	PLASTILIT	0,0000	4,75	712,50
73	CAP PVC SOLDÁVEL 25MM	un	300,00	PLASTILIT	0,0000	0,45	135,00
74	CAP PVC SOLDÁVEL 32MM	un	300,00	PLASTILIT	0,0000	0,70	210,00
75	CAP PVC SOLDÁVEL 40MM	un	300,00	PLASTILIT	0,0000	1,25	375,00
77	CAP PVC SOLDÁVEL 60MM	un	200,00	PLASTILIT	0,0000	2,98	596,00
83	CURVA 45° SOLDÁVEL 60	un	30,00	PLASTILIT	0,0000	7,45	223,50
98	CAIXA DESCARGA	un	15,00	ALUMASA	0,0000	16,80	252,00
103	CAP ESGOTO 40MM	un	50,00	PLASTILIT	0,0000	0,65	32,50
104	CAP ESGOTO 50MM	un	50,00	PLASTILIT	0,0000	1,15	57,50
105	CAP ESGOTO 75MM	un	50,00	PLASTILIT	0,0000	2,07	103,50
106	CAP ESGOTO 100MM	un	200,00	PLASTILIT	0,0000	2,75	550,00
129	FITA ISOLANTE 19MM X 20M.	un	150,00	BRASFORT	0,0000	3,00	450,00
135	FITA VEDA ROSCA 18MM X 50M	un	100,00	MULTIFITA	0,0000	2,60	260,00
139	JOELHO 45° SOLDÁVEL 20MM	un	200,00	PLASTILIT	0,0000	0,35	70,00
140	JOELHO 45° SOL 25 MM	un	200,00	PLASTILIT	0,0000	0,50	100,00
148	JOELHO 90° SOLDÁVEL 20MM	un	1.500,00	PLASTILIT	0,0000	0,15	225,00
158	LUVA SOLDAVEL 25 1/2	un	400,00	PLASTILIT	0,0000	0,55	220,00
159	LUVA DE CORRER 20 MM	un	100,00	TIGRE	0,0000	1,35	135,00
160	LUVA DE CORRER 25MM	un	100,00	TIGRE	0,0000	2,15	215,00
161	LUVA DE CORRER 32MM	un	100,00	TIGRE	0,0000	2,98	298,00
162	LUVA DE CORRER 40MM	un	100,00	NICOL	0,0000	5,20	520,00
163	LUVA DE CORRER 50MM	un	100,00	TIGRE	0,0000	6,55	655,00
173	LUVA P.A.D 32MM	un	50,00	ARANGUL	0,0000	10,95	547,50
174	LUVA P.A.D 40MM	un	20,00	ARANGUL	0,0000	19,30	386,00
175	LUVA P.A.D 50MM	un	20,00	ARANGUL	0,0000	28,50	570,00
176	LUVA P.A.D 63MM	un	10,00	ARANGUL	0,0000	36,45	364,50
177	LUVA P.A.D 75MM	un	5,00	ARANGUL	0,0000	97,20	486,00
178	LUVA P.A.D 90MM	un	5,00	ARANGUL	0,0000	145,50	727,50
181	MANGUEIRA P.A.D. 20" PN8	m	1.000,00	AMANCO	0,0000	1,90	1.900,00
182	MANGUEIRA P.A.D. 25 PN8	m	1.000,00	MAJESTIC	0,0000	3,00	3.000,00
191	MANGUEIRA P.A.D. 20"PN 10	m	1.000,00	AMANCO	0,0000	1,90	1.900,00
192	MANGUEIRA P.A.D. 25" PN 10	m	1.000,00	MAJESTIC	0,0000	3,00	3.000,00
193	MANGUEIRA P.A.D. 40" PN 10	m	2.000,00	MAJESTIC	0,0000	7,15	14.300,00
194	MANGUEIRA P.A.D. 32" PN 10	m	500,00	MAJESTIC	0,0000	4,95	2.475,00

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA

CNPJ: 95.990.198/0001-04

R. Celso Tozzo,27

C.E.P.: 89819-000 - Cordilheira Alta - SC

PREGÃO PRESENCIAL

Nr.: 64/2015 - PR

Processo Administrativo: 111/2015

Processo de Licitação: 111/2015

Data do Processo: 18/11/2015

Folha: 6/6

Participante: 2414 - MARGEM COMERCIO DE MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
196	MANGUEIRA P.A.D. 63" PN 10	m	500,00	MAJESTIC	0,0000	17,00	8.500,00
209	REDUÇÃO P.A.D 25X20	un	30,00	ARANGUL	0,0000	10,50	315,00
210	REDUÇÃO P.A.D 32X25	un	30,00	ARANGUL	0,0000	15,80	474,00
211	REDUÇÃO P.A.D 40/32	un	20,00	ARANGUL	0,0000	20,50	410,00
216	REDUÇÃO P.A.D 110X90	un	10,00	ARANGUL	0,0000	178,00	1.780,00
217	REGISTRO ESFERA 60MM SOLDABEL	un	150,00	KRONA	0,0000	19,90	2.985,00
242	TE SOLDABEL 75MM.	un	100,00	TIGRE	0,0000	21,20	2.120,00
252	TORNEIRA PLASTICA 1/2	un	50,00	PAULINA	0,0000	1,25	62,50
253	TORNEIRA PLASTICA 3/4	un	50,00	PAULINA	0,0000	1,25	62,50
Total do Participante ----->							58.749,30
Total Geral ----->							632.033,35

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Cordilheira Alta, 15 de Dezembro de 2015

COMISSÃO:

- MICHELE ENDLER
- ..... - Pregoeiro(a)
- SONIA CRISTINA DELLA TORRES BRIANCINI
- ..... - SECRETARIA
- CACHTIUZE MAGNANTI
- ..... - MEMBRO
- KELLY CRISTINA RANZAN
- ..... - MEMBRO
- OSNI COLPANI
- ..... - MEMBRO
- IVANETE DE LOURDES PEDERSSETTI
- ..... - MEMBRO
- SOLANGE MARIA DERVANOSKI LANZARIN
- ..... - MEMBRO

**ATA EDITAL PROCESSO 112/2015 - MATERIAL ENFERMAGEM**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA</b>  CNPJ: 95.990.198/0001-04 R. Celso Tozzo, 27 C.E.P.: 89819-000 - Cordilheira Alta - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 65/2015 - PR</b>  Processo Administrativo: 112/2015 Processo de Licitação: 112/2015 Data do Processo: 23/11/2015
	Folha: 1/6

**OBJETO DA LICITAÇÃO:**

REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE ENFERMAGEM PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE SAÚDE PÚBLICA PARA O EXERCÍCIO DE 2016.

**ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr.**

Ao(s) 22 de Dezembro de 2015, às 09:05 horas, na sede da(o) MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Decreto nº 210, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 112/2015, Licitação nº 65/2015 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

**Parecer da Comissão:** Aberta a sessão pela pregoeira a mesma saudou os membros da equipe de apoio Sonia e Cachtiuze bem como os representantes das empresas presentes. Analisados os documentos de credenciamento constatou-se que todas as empresas atenderam os requisitos do edital. Os envelopes bem como os documentos de credenciamento foram rubricados por todos e logo após procedeu-se a abertura dos envelopes com as proposta de preços, sendo as mesmas rubricadas e analisadas por todos e logo após passou-se para a fase de lances que resultou nos preços registrados:

**Participante: 308 - PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
102	SORO FISIOLÓGICO 0,9% 500 ML SISTEMA FECHADO	un	2.400,00	BASA	0,0000	5,32	12.768,00
106	SORO GLICOSADO 250 ML - SISTEMA FECHADO	fr	1.000,00	BASA	0,0000	4,00	4.000,00
<b>Total do Participante —&gt;</b>							<b>16.768,00</b>

**Participante: 921 - DENTAL OESTE LTDA**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
8	AGULHA 25X 7 C/ 100 UNI	cx	200,00	Descarpack	0,0000	8,44	1.688,00
10	ALMOTOLIA BICO RETO, TRANSPARENTE 300ML	un	5,00	J. Prolab	0,0000	3,85	19,25
12	ALMOTOLIA BICO RETO, AMBAR 300ML	un	5,00	J. Prolab	0,0000	3,85	19,25
13	ALMOTOLIA BICO RETO, AMBAR 500ML	un	5,00	J. Prolab	0,0000	6,09	30,45
21	ATADURA DE CREPOM TIPO I MEDINDO 10CM DE LARGURA POR 1,80M EM REPOUSO DE COMPRIMENTO, COM DENSIDADE DE 13 FIOS/CM², COM PESO DE 21,8G POR UNIDADE, CONFECCIONADA EM TECIDO 100%ALGODÃO CRU OU MISTO, FIOS DE ALTA TORÇÃO, POSSUINDO BASTANTE ELASTICIDADE NO SENTIDO LONGITUDINAL, ENROLADAS SOBRE SI MESMAS, APARÊNCIA UNIFORME, BORDAS DEVIDAMENTE ACABADAS, ISENTA DE RASGOS, IMPUREZAS, FIAPOS E QUAISQUER OUTROS TIPOS DE DEFEITOS QUE POSSAM AFETAR SEU DESEMPENHO DURANTE O USO. EMBALADAS INDIVIDUALMENTE, O PRODUTO DEVERÁ ATENDER NA ÍNTEGRA AS ESPECIFICAÇÕES DA NBR14.056.	un	2.400,00	Neve	0,0000	0,73	1.752,00
27	CAMPÔ FENESTRADO DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, COM DIMENSÕES 23X25CM	un	500,00	Neve	0,0000	6,76	3.380,00
35	ENVELOPE P/ ESTERILIZAÇÃO 15X25CM C/ 100 UN	pt	50,00	Hospflex	0,0000	37,68	1.884,00
41	ESCALPE INTRAVENOSO TAM 25 G	un	600,00	Farmatex	0,0000	0,69	414,00
46	ESPÁTULA DE AYRES PACOTE COM 50 UNIDADES	pt	40,00	Theoto	0,0000	7,18	287,20
53	FITA ADESIVA P/ AUTOCLAVE 19MMX30M	rl	2.000,00	Hospflex	0,0000	4,79	9.580,00
56	FIXADOR CELULAR 100 ML EMBALAGEM PLÁSTICA APLICADOR SPRAY	un	120,00	Adlin	0,0000	9,05	1.086,00
58	GARROTE C/ FECHO EM PVC DE FÁCIL AJUSTE	un	10,00	Accumed	0,0000	13,28	132,80
63	KIT NEBULIZAÇÃO C/ MÁSCARA TAMANHO ADULTO, COPINHO E EXTENSOR C/ ACOPLAGEM EM ROSCA	un	10,00	Gtech	0,0000	15,36	153,60
65	LÂMINAS CIRÚRGICAS ESTERILIZADAS Nº 11 P/ BISTURI C/ 100 UN	cx	10,00	Advantive	0,0000	32,47	324,70
66	LÂMINAS CIRÚRGICAS ESTERILIZADAS NÚMERO 15 (BISTURI) CAIXA COM 100 LAMINAS	cx	10,00	Advantive	0,0000	28,49	284,90
69	LUVA DE LATEX P/ PROCEDIMENTO TAM PP C/ 100 UNI	cx	350,00	Supermax	0,0000	20,39	7.136,50

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA**

CNPJ: 95.990.198/0001-04  
 R. Celso Tozzo, 27  
 C.E.P.: 89819-000 - Cordilheira Alta - SC

**PREGÃO PRESENCIAL**
**Nr.: 65/2015 - PR**

Processo Administrativo: 112/2015  
 Processo de Licitação: 112/2015  
 Data do Processo: 23/11/2015

Folha: 2/6

**Participante: 921 - DENTAL OESTE LTDA**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
73	LUVAS CIRÚRGICAS TAM 6,5	pr	100,00	Supermax	0,0000	1,25	125,00
74	LUVAS CIRÚRGICAS TAM 7,0	pr	100,00	Descarpac	0,0000	1,23	123,00
75	LUVAS CIRÚRGICAS TAM 7,5	pr	100,00	Supermax	0,0000	1,23	123,00
76	LUVAS CIRURGICAS TAM 8,0	pr	30,00	Supermax	0,0000	1,25	37,50
84	PINÇA HARTMANN 14CM C/ SERRILHA - RETIRADA DE CORPO ESTRANHO	un	2,00	Golgran	0,0000	138,29	276,58
92	SACO BRANCO LEITOSO P/ DESCARTE DE MATERIAL CONTAMINADO 40 LITROS C/ 100 UNI	pt	30,00	Tackplast	0,0000	39,40	1.182,00
95	SERINGA DESCARTÁVEL DE 10 ML	un	6.000,00	Descarpac	0,0000	0,30	1.800,00
96	SERINGA DESCARTÁVEL DE 20 ML	un	500,00	Descarpac	0,0000	0,44	220,00
107	TERMOMETRO DE MERCÚRIO	un	20,00	Premium	0,0000	8,78	175,60
108	TERMÔMETRO CLÍNICO DIGITAL	un	20,00	Gtech	0,0000	17,26	345,20
112	TIRA REAGENTE P/ MEDIÇÃO DE GLICOSE COMPATÍVEL C/ APAR. G-TECH C/ 50 UN	cx	750,00	Gtech	0,0000	49,84	37.380,00

**Total do Participante —> 69.960,53**
**Participante: 1392 - PLASMEDIC COM. DE MAT. PARA USO MEDICO E LAB. LTDA**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
59	GAZE HIDRÓFILA NÃO ESTÉRIL 7,5X7,5CM, 15X30 ABERTA, DENSIDADE DE 9 FIOS POR CM², CONFECCIONADAS EM FIOS 100% ALGODÃO EM TECIDO TIPO TELA, C/ 8 CAMADAS E 5 DOBRAS, BRANQUEADAS, ALVEJADAS, PURIFICADAS E ISENTAS DE IMPUREZAS, SUBSTÂNCIAS GORDUROSAS, AMIDO, DEXTRINA, CORANTES CORRETIVOS E ALVEJANTES ÓPTICOS, pH DE 5,0 A 8,0. DOBRAS UNIFORMES E PARA DENTRO EM TODA A SUA EXTENSÃO P/ EVITAR O DESFIAMENTO. PACOTES C/ 500 UNI. DEVE ATENDER NA ÍNTEGRA AS ESPECIFICAÇÕES DA NBR 13.841.	pt	2.500,00	JM	0,0000	27,87	69.675,00

**Total do Participante —> 69.675,00**
**Participante: 1786 - ODONTOMEDI PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	ABAIXADOR DE LINGUA DE MADEIRA C/ 100 UNI	pt	150,00	THEOTO	0,0000	4,50	675,00
7	AGULHA 25X6 C/ 100 UNI	cx	200,00	LABOR IMPORT	0,0000	10,65	2.130,00
11	ALMOTOLIA BICO RETO, TRANSPARENTE 500ML	un	5,00	J. PROLAB	0,0000	5,18	25,90
24	CABO BISTURI EM AÇO INOXIDÁVEL Nº 3	un	5,00	GOLGRAN	0,0000	11,39	56,95
25	CAIXA COLETORA DE MATERIAL PERFUROCORTANTE 13 LITROS	un	1.000,00	EMBALAIRE	0,0000	7,10	7.100,00
36	ENVELOPE P/ ESTERILIZAÇÃO 15X30 C/ 100 UN	pt	50,00	ZERMATT	0,0000	43,73	2.186,50
42	ESCOVA CERVICAL NÃO ESTERILIZADA C/ 100 UNI	pt	40,00	ADLIN	0,0000	31,30	1.252,00
45	ESPARADRAPO IMPERMEÁVEL BRANCO 10CMX4,5M	un	600,00	MISSNER	0,0000	7,53	4.518,00
51	FIO DE SUTURA NYLON 4.0 CAIXA COM 24 UNIDADES COM AGULHA TRIANGULAR CORTANTE	cx	5,00	PROCARE	0,0000	49,85	249,25
52	FIO DE SUTURA NYLON 5.0 CAIXA COM 24 UNIDADES COM AGULHA TRIANGULAR CORTANTE	cx	5,00	PROCARE	0,0000	49,90	249,50
60	GAZE HIDRÓFILA TIPO QUEIJO NÃO ESTÉRIL MEDINDO 9,1CM DE LARGURA POR 91M DE COMPRIMENTO, COM DENSIDADE DE 13 FIOS POR CM², CONFECCIONADA COM FIOS 100% ALGODÃO EM TECIDO TIPO TELA, COMPOSTA POR 3 DOBRAS E 8 CAMADAS, UNIFORMEMENTE ENROLADAS SOBRE SI, ALTAMENTE ABSORVENTE, ALVEJADA E ISENTA DE IMPUREZAS, SUBSTÂNCIAS GORDUROSAS, AMIDO, CORANTES CORRETIVOS E ALVEJANTES ÓPTICOS. EMBALADAS INDIVIDUALMENTE EM SACO PLÁSTICO COM PESO MÍNIMO DE 1,7KG. O PRODUTO DEVERÁ ATENDER NA ÍNTEGRA AS ESPECIFICAÇÕES DA NBR 14.108.	rl	150,00	BIOTEXTIL	0,0000	75,75	11.362,50
68	LANCETAS 28G/0,4MM C/ 100 UNI	cx	500,00	PREMIUM	0,0000	25,08	12.540,00
72	LUVA DE LATEX P/ PROCEDIMENTO TAM G C/ 100 UN	cx	30,00	SUPERMAX	0,0000	22,47	674,10
77	PAPEL GRAU CIRURGICO P/ ESTERILIZAÇÃO 20CMX100M	rl	100,00	ESTERILCARE	0,0000	93,90	9.390,00
88	PORTA BISTURI EM AÇO OXIDÁVEL Nº 3	un	4,00	GOLGRAN	0,0000	8,76	35,04



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA**

CNPJ: 95.990.198/0001-04  
R. Celso Tozzo, 27  
C.E.P.: 89819-000 - Cordilheira Alta - SC

**PREGÃO PRESENCIAL**

**Nr.: 65/2015 - PR**

Processo Administrativo: 112/2015  
Processo de Licitação: 112/2015  
Data do Processo: 23/11/2015

Folha: 3/6

**Participante: 1786 - ODONTOMEDI PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
89	POVIDINE TÓPICO LITRO	un	30,00	VIC PHARMA	0,0000	22,00	660,00
91	SACO BRANCO LEITOSO PARA DESCARTE DE MATERIAL CONTAMINADO 100L, PACOTE COM 100UN.	pt	30,00	JUREMA	0,0000	94,50	2.835,00
98	SONDA FOLEY SILICONIZADA 2 VIAS Nº16	un	10,00	SOLIDOR	0,0000	4,10	41,00
99	SONDA FOLEY SILICONIZADA 2 VIAS Nº18	un	10,00	SOLIDOR	0,0000	4,10	41,00

**Total do Participante —>** 56.021,74

**Participante: 1894 - DAMEDI DAMBRÓS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
3	ÁCIDOS GRAXOS ESSENCIAIS, TRATAMENTO OLEOSO PARA CURATIVO, PARA USO EM PELE LESIONADA, RESTAURADOR DO EPITÉLIO, COMPOSTO DE ÓLEOS VEGETAIS POLIS SATURADOS, ÁCIDO LINOLÉICO, ÁCIDOS CÁPRICO, CAPRÍLICO, CAPRÓICO, LAÚRICO, LECITINA DE SOJA, VITAMINA A, VITAMINA E, PARA USO DE QUALQUER TIPO DE FERIDA LIMPA, CONTEÚDO 200 ML, EMBALAGEM UNITÁRIA, QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO, EMBALAGEM COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA, LOTE DE FABRICAÇÃO, PROCEDÊNCIA E REGISTRO NO MS CLASSIFICADO COMO PRODUTO PARA SAÚDE.	fr	600,00	KELDRIN	0,0000	13,89	8.334,00
28	CATETER NASAL TIPO ÓCULOS	un	60,00	MEDSONDA	0,0000	1,67	100,20
32	CAIXA COLETORA DE MATERIAIS PERFUROCORTANTE 7 LITROS.	un	400,00	DESCARBOX	0,0000	6,05	2.420,00
38	EQUIPO MACROGOTAS P/ NUTRIÇÃO ENTERAL C/ CONECTOR ESCALONADO ESPECÍFICO P/ ADMINISTRAÇÃO DE SOLUÇÕES ENTERAIS	un	150,00	BIOBASE	0,0000	2,42	363,00
48	ESPELHO VAGINAL DESCARTÁVEL TAMANHO M	un	1.000,00	ADLIN	0,0000	1,79	1.790,00
50	FIO DE SUTURA NYLON 3.0 CAIXA COM 24 UNIDADES COM AGULHA TRIANGULAR CORTANTE	cx	5,00	PROCARE	0,0000	49,95	249,75
57	FRASCO PARA NUTRIÇÃO ENTERAL LIVRE DE BISFENOL-A; TAMPÁ COM MEMBRANA PERFURÁVEL, ADAPTADA AOS EQUIPOS DE ALIMENTAÇÃO ENTERAL. FRASCO EM PE DE 300ML GRADUADO COM ESCALA DE 50 ML; COM DISPOSITIVO PARA FIXAÇÃO EM SUPORTE; ATÓXICO; VOLUME: 300ML.	un	200,00	BIOBASE	0,0000	1,84	368,00
62	HASTES FLEXÍVEIS C/ 75 UN	cx	100,00	HIGIE TOPP	0,0000	1,97	197,00
64	KIT MEDIDOR DE GLICOSE - MONITOR BASEADO EM PLATAFORMA AMPEROMÉTRICA (BIOSENSOR) PORTÁTIL, USO HOSPITALAR E DOMICILIAR, FAIXA DE MEDIÇÃO ENTRE 20 E 600 MG/DL, VOLUME DA AMOSTRA DE 1 MICROLITRO, RESULTADO DA ANÁLISE INFERIOR A 10 SEGUNDOS, MEMÓRIA DE 300 RESULTADOS COM DATA E HORA, PORTA SERIAL PARA CONECTIVIDADE E TRANSFERÊNCIA DE DADOS, SISTEMA DE CODIFICAÇÃO E/OU CALIBRAÇÃO ATRAVÉS DE CHIP DE FÁCIL MANUSEIO.	Kit	80,00	ON CALL PLUS	0,0000	77,75	6.220,00
70	LUVA DE LÁTEX P/ PROCEDIMENTO TAM P C/ 100 UN	cx	350,00	NUGARD	0,0000	22,49	7.871,50
78	PAPEL GRAU CIRÚRGICO P/ ESTERILIZAÇÃO 45CMX100M	rl	40,00	ESTERILCARE	0,0000	205,90	8.236,00
94	SERINGA DESCARTÁVEL DE 05 ML	un	12.000,00	SR	0,0000	0,19	2.280,00
104	SORO FISIOLÓGICO 0,9% 125 ML SISTEMA FECHADO	fr	1.000,00	BASA	0,0000	3,74	3.740,00
105	SORO FISIOLÓGICO 0,9% 250 ML SISTEMA ABERTO	fr	1.500,00	FARMAX	0,0000	2,06	3.090,00
109	TERMÔMETRO DIGITAL INTERNO E EXTERNO MÁXIMO E MÍNIMO COM ALARME. SENSOR COM PONTEIRA PLÁSTICA EM CABO DE 1,80CM. DISPLAY DE CRISTAL LÍQUIDO (LCD) DE TRÊS DÍGITOS.	un	4,00	INCOTERM	0,0000	82,90	331,60
115	TUBO CIRÚRGICO DE SILICONE 202 - 05,00 X 10,00 MM EMBALAGEM C/ 15 METROS	pt	10,00	KINNER	0,0000	139,00	1.390,00

**Total do Participante —>** 46.981,05

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA**

CNPJ: 95.990.198/0001-04  
 R. Celso Tozzo, 27  
 C.E.P.: 89819-000 - Cordilheira Alta - SC

**PREGÃO PRESENCIAL**
**Nr.: 65/2015 - PR**

Processo Administrativo: 112/2015  
 Processo de Licitação: 112/2015  
 Data do Processo: 23/11/2015

Folha: 4/6

**Participante: 2370 - SANTA LUCIA PRODUTOS PARA SAUDE**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
18	ALGODÃO HIDRÓFILO 500 G COMPOSTO EM MANTA FINA EM CAMADAS DE 1 A 15 CM DE ALVEJADAS EM MANTAS UNIFORMES 80% BRANCO ISENTAS DE IMPUREZAS COM 22 CM DE LARGURA.	rl	200,00	NEVE	0,0000	13,87	2.774,00
19	APARELHO DE BARBEAR, TIPO LÂMINA DESCARTÁVEL, MATERIAL LÂMINA AÇO, COM 02 LÂMINAS, MATERIAL CABO DE PLÁSTICO, ANATÔMICO, COM ESTRIAS DE BORRACHA, COM FITA LUBRIFICANTE.	un	250,00	BOZZANO	0,0000	4,97	1.242,50
20	ATADURA DE CREPOM TIPO I MEDINDO 20CM DE LARGURA POR 1,80M EM REPOUSO DE COMPRIMENTO, COM DENSIDADE DE 13 FIOS/CM², COM PESO DE 42,8G POR UNIDADE, CONFECCIONADA EM TECIDO 100%ALGODÃO CRU OU MISTO, FIOS DE ALTA TORÇÃO, POSSUINDO BASTANTE ELASTICIDADE NO SENTIDO LONGITUDINAL, ENROLADAS SOBRE SI MESMAS, APARÊNCIA UNIFORME, BORDAS DEVIDAMENTE ACABADAS, ISENTA DE RASGOS, IMPUREZAS, FIAPOS E QUAISQUER OUTROS TIPOS DE DEFEITOS QUE POSSAM AFETAR SEU DESEMPENHO DURANTE O USO. EMBALADAS INDIVIDUALMENTE, O PRODUTO DEVERÁ ATENDER NA INTEGRA AS ESPECIFICAÇÕES DA NBR14.056.	un	2.400,00	NEVE	0,0000	1,51	3.624,00
22	ATADURA DE CREPOM TIPO I MEDINDO 08 DE LARGURA POR 1,80M EM REPOUSO DE COMPRIMENTO, COM DENSIDADE DE 13 FIOS/CM², COM PESO DE 17,8G POR UNIDADE, CONFECCIONADA EM TECIDO 100%ALGODÃO CRU OU MISTO, FIOS DE ALTA TORÇÃO, POSSUINDO BASTANTE ELASTICIDADE NO SENTIDO LONGITUDINAL, ENROLADAS SOBRE SI MESMAS, APARÊNCIA UNIFORME, BORDAS DEVIDAMENTE ACABADAS, ISENTA DE RASGOS, IMPUREZAS, FIAPOS E QUAISQUER OUTROS TIPOS DE DEFEITOS QUE POSSAM AFETAR SEU DESEMPENHO DURANTE O USO. EMBALADAS INDIVIDUALMENTE, O PRODUTO DEVERÁ ATENDER NA INTEGRA AS ESPECIFICAÇÕES DA NBR14.056.	un	1.200,00	NEVE	0,0000	0,62	744,00
23	ATADURA DE CREPOM TIPO I MEDINDO 06 DE LARGURA POR 1,80M EM REPOUSO DE COMPRIMENTO, COM DENSIDADE DE 13 FIOS/CM², COM PESO DE 13,3G POR UNIDADE, CONFECCIONADA EM TECIDO 100%ALGODÃO CRU OU MISTO, FIOS DE ALTA TORÇÃO, POSSUINDO BASTANTE ELASTICIDADE NO SENTIDO LONGITUDINAL, ENROLADAS SOBRE SI MESMAS, APARÊNCIA UNIFORME, BORDAS DEVIDAMENTE ACABADAS, ISENTA DE RASGOS, IMPUREZAS, FIAPOS E QUAISQUER OUTROS TIPOS DE DEFEITOS QUE POSSAM AFETAR SEU DESEMPENHO DURANTE O USO. EMBALADAS INDIVIDUALMENTE, O PRODUTO DEVERÁ ATENDER NA INTEGRA AS ESPECIFICAÇÕES DA NBR14.056.	un	1.200,00	NEVE	0,0000	0,50	600,00
26	CAIXA DE ISOPOR 5 LITROS	un	50,00	KNAUF7LITRC	0,0000	20,00	1.000,00
30	CURATIVO TRANSPARENTE REDONDO COM 2,2 X 2,2 CM DIÂMETRO CAIXA COM 16 UNIDADES	cx	50,00	CREMER	0,0000	5,15	257,50
31	CURATIVO TRANSPARENTE ADESIVO 18MM X 50 MM C/ 40 UNIDADES	cx	300,00	CREMER	0,0000	7,50	2.250,00
33	ELETRODO DESCARTÁVEL PARA DESFIBRILADORA DEA CMOS DRAKE ADULTO	un	3,00	CMOS DRAKE	0,0000	398,00	1.194,00
34	ELETRODO DESCARTÁVEL P/ DESFIBRILADORA DEA CMOS DRAKE INFANTIL	un	2,00	CMOS DRAKE	0,0000	398,00	796,00
39	ESCALPE INTRAVENOSO TAM 21 G	un	5.000,00	LAMEDID	0,0000	0,64	3.200,00
40	ESCALPE INTRAVENOSO TAM 23 G	un	5.000,00	LAMEDID	0,0000	0,64	3.200,00
43	ESPARADRAPO IMPERMEÁVEL BRANCO 2,5CMX4,5M	un	200,00	NEVE	0,0000	3,40	680,00
44	ESPARADRAPO IMPERMEÁVEL BRANCO 5,0CMX4,5M	un	400,00	NEVE	0,0000	7,05	2.820,00
55	FITA MICROPORE HIPOALERGICA 5CMX10M	rl	2.000,00	POLARFIX	0,0000	5,90	11.800,00
67	LAMINAS P/ MICROSCOPIO FOSCA 26,0X76,0MM C/ 50 UNI	cx	20,00	ADLIN	0,0000	7,00	140,00
79	PAPEL LENÇOL DESCARTÁVEL PICOTADO EM ROLO CELULOSE VIRGEM 50X0,70M,	rl	30,00	NEVE	0,0000	12,75	382,50

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA</b>				<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 65/2015 - PR</b>	
<b>CNPJ: 95.990.198/0001-04</b> <b>R. Celso Tozzo, 27</b> <b>C.E.P.: 89819-000 - Cordilheira Alta - SC</b>				<b>Processo Administrativo:</b>	<b>112/2015</b>
				<b>Processo de Licitação:</b>	<b>112/2015</b>
				<b>Data do Processo:</b>	<b>23/11/2015</b>
					Folha: 5/6

**Participante: 2370 - SANTA LUCIA PRODUTOS PARA SAUDE**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
80	PAPEL PRINT TERMO SENSÍVEL UPP100 SEM BRILHO PARA IMPRESSÃO DOS EXAMES ULTRASSOM	un	25,00	UPP100 SONY	0,0000	100,00	2.500,00
81	PINÇA ANATÔMICA DE METAL RETA SEM DENTES	un	50,00	GOLGRAN	0,0000	20,94	1.047,00
82	PINÇA DE ADDISON 12 CM COM DENTES	un	10,00	GOLGRAN	0,0000	15,55	155,50
83	PINÇA DE ADDISON 12 CM SEM DENTES	un	10,00	GOLGRAN	0,0000	15,55	155,50
85	PINÇA HEMOSTÁTICA DE METAL RETA SEM DENTES	un	30,00	GOLGRAN	0,0000	30,90	927,00
86	PINÇA HEMOSTÁTICA RETA 14 CM	un	30,00	GOLGRAN	0,0000	30,90	927,00
87	PINÇA SHERON PARA COLPO	un	20,00	STARK	0,0000	69,83	1.396,60
110	TESOURA IRIS CURVA 12 CM	un	10,00	GOLGRAN	0,0000	19,90	199,00
111	TESOURA IRIS RETA 12CM	un	10,00	GOLGRAN	0,0000	19,90	199,00
116	UMIDIFICADOR DE OXIGÊNIO 250 ML	un	5,00	PROTEC	0,0000	24,00	120,00

**Total do Participante —> 44.331,10**

**Participante: 2422 - AMARILDO BASEGGIO & CIA LTDA - ME**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
2	ABOCATH Nº 22X0,9X25MM	un	30,00	SOLIDOR	0,0000	0,98	29,40
4	AGUA OXIGENADA 1000ML	fr	10,00	VIC P'HARMA	0,0000	5,60	56,00
5	AGULHA 13X4,5 C/ 100 UNI	cx	200,00	SOLIDOR	0,0000	8,50	1.700,00
6	AGULHA 20X5,5 C/ 100 UN.	cx	30,00	SOLIDOR	0,0000	9,40	282,00
9	AGULHA 40X12 C/ 100 UNI	cx	100,00	SOLIDOR	0,0000	9,40	940,00
14	ALMOTOLIA BICO CURVO, PINCETA, TRANSPARENTE 300ML	un	5,00	J.PROLAB	0,0000	4,40	22,00
15	ALMOTOLIA BICO CURVO, PINCETA, TRANSPARENTE 500ML	un	5,00	J.PROLAB	0,0000	4,99	24,95
16	ALCOOL ETÍLICO HIDRATADO 70% C/ 1000 ML	fr	400,00	TUPI	0,0000	4,41	1.764,00
17	ALCOOL GEL 500ML	un	24,00	TUPI	0,0000	4,47	107,28
29	COLETOR DE URINA COM MATERIAL LAMINADO PLÁSTICO DE PVC ATÓXICO, TERMO-SOLDADO EM FORMATO DE BOLSA, COM UMA FACE TRANSPARENTE E A OUTRA BRANCA LEITOSA, CAPACIDADE DE 2.000 ML, GRADUADA COM DUAS ESCALAS EM MILILITROS PARA MARCAÇÃO E MEDIÇÃO DE PEQUENOS E GRANDES VOLUMES DO FLUXO URINÁRIO, SISTEMA DE VÁLVULA ANTI-REFLUXO, ALÇA PLÁSTICA RESISTENTE, TIPO ÓCULOS, PARA SUSTENTAÇÃO E MANIPULAÇÃO DO COLETOR, TUBO EXTENSOR COM APROXIMADAMENTE 110 CM, DIÂMETRO INTERNO DE 7 MM, COM SISTEMA DE CORTA FLUXO, TENDO EM SUA EXTREMIDADE DISTAL, CONECTOR UNIVERSAL E TAMPA, COM PONTO AUTO-RETRÁTIL PARA COLETA RECENTE DE URINA, SISTEMA RÁPIDO DE DRENAGEM COM DIÂMETRO INTERNO DE 8 MM E CLAMP OCLUSOR DENTEAADO, COM RESISTÊNCIA PARA DIVERSAS ABERTURAS E FECHAMENTOS DO FLUXO. ESTERILIZADO A GÁS ÓXIDO DE ETILENO.	un	200,00	SOLIDOR	0,0000	5,49	1.098,00
37	EQUIPO MACROGOTAS PARA SOLUÇÕES PARENTERAIS	un	5.000,00	LABOR IMPORT	0,0000	1,58	7.900,00
47	ESPÉCULO VAGINAL DESCARTÁVEL TAMANHO P	un	1.000,00	KOLPLAST	0,0000	1,32	1.320,00
49	FIO DE SUTURA NYLON 2.0 CAIXA COM 24 UNIDADES COM AGULHA TRIANGULAR CORTANTE.	cx	5,00	PROCARE	0,0000	49,74	248,70
54	FITA MICROPORE HIPOALERGÊNICA 2,5CMX10M	rl	2.000,00	CIEX	0,0000	3,02	6.040,00
61	GEL CONDUTOR PARA AUSCULTA DE BCF 250 ML	fr	100,00	MULTIGEL	0,0000	4,18	418,00
71	LUVA DE LATEX P/ PROCEDIMENTO TAM M C/ 100 UN	cx	300,00	NUGARD	0,0000	22,48	6.744,00
90	PRESERVATIVO MASCULINO SEM LUBRIFICANTE CAIXA COM 144 UNIDADES	cx	2,00	MADEITEX	0,0000	72,00	144,00
93	SERINGA DESCARTÁVEL DE 03 ML	un	12.000,00	EMBRAMAC	0,0000	0,15	1.800,00
97	SONDA DE ALIVIO Nº 12	un	10.000,00	BIOSANI	0,0000	0,79	7.900,00
101	SORO FISIOLÓGICO 0,9% 1000 ML SISTEMA FECHADO	fr	500,00	BASA	0,0000	6,34	3.170,00
103	SORO FISIOLÓGICO 0,9% 250 ML SISTEMA FECHADO	fr	4.000,00	BASA	0,0000	3,53	14.120,00

**Total do Participante —> 55.828,33**

**Total Geral —> 359.565,75**

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA**

CNPJ: 95.990.198/0001-04  
R. Celso Tozzo, 27  
C.E.P.: 89819-000 - Cordilheira Alta - SC

**PREGÃO PRESENCIAL****Nr.: 65/2015 - PR**

Processo Administrativo: 112/2015  
Processo de Licitação: 112/2015  
Data do Processo: 23/11/2015

Folha: 6/6

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Cordilheira Alta, 22 de Dezembro de 2015

**COMISSÃO:**

MICHELE ENDLER - ..... - Pregoeiro(a)  
SONIA CRISTINA DELLA TORRES BRIANCINI - ..... - SECRETARIA  
CACHTIUZE MAGNANTI - ..... - MEMBRO  
KELLY CRISTINA RANZAN - ..... - MEMBRO  
OSNI COLPANI - ..... - MEMBRO  
IVANETE DE LOURDES PEDERSSETTI - ..... - MEMBRO  
SOLANGE MARIA DERVANOSKI LANZARIN - ..... - MEMBRO

**Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:**

ALTAIR GIORDANI - ..... - Representante  
FABIOMAR MARIA - ..... - Representante  
JARDEL VALENTIM DOS SANTOS - ..... - Representante  
EWERTON LUIZ WESLER - ..... - Representante  
DALCI DAMBROS - ..... - Representante  
LOVAINI LUCIA MOHR - ..... - Representante  
MARIA STELLA PICOLLI BASAGGIO - ..... - Representante

**ATA EDITAL PROCESSO 114/2015 - LANCHE SOCIAL**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA</b>	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 67/2015 - PR</b>
<b>CNPJ:</b> 95.990.198/0001-04 <b>R. Celso Tozzo, 27</b> <b>C.E.P.:</b> 89819-000 - Cordilheira Alta - SC	<b>Processo Administrativo:</b> 114/2015 <b>Processo de Licitação:</b> 114/2015 <b>Data do Processo:</b> 23/11/2015
	Folha: 1/3

**OBJETO DA LICITAÇÃO:**

AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS AOS GRUPOS DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA À FAMÍLIA, SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS, GRUPOS DE IDOSOS E CESTA BÁSICA PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA ASSISTÊNCIA SOCIAL PARA O EXERCÍCIO DE 2016.

**ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr.**

Ao(s) 10 de Dezembro de 2015, às 09:04 horas, na sede da(o) MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Decreto nº 210, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 114/2015, Licitação nº 67/2015 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

**Parecer da Comissão:****Participante: 53 - SUPERMERCADO SACHET LTDA**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	BOLACHA CASEIRA	kg	150,00	talita	0,0000	16,85	2.527,50
7	QUEIJO MUSSARELA	kg	200,00	bastezini	0,0000	23,80	4.760,00
9	GROSTOLI FOFINHO	kg	200,00	vik pão	0,0000	20,73	4.146,00
13	PÃO FATIADO	kg	150,00	vik pão	0,0000	11,65	1.747,50
26	MEL DE ABELHA 500G	un	20,00	sul mel	0,0000	14,83	296,60
27	PASTEL COM RECHEIO MISTO TAMANHO FESTA COM 100UN	BAND	200,00	vik pão	0,0000	86,05	17.210,00
32	BOLO SIMPLES COM COBERTURA	kg	180,00	vik pão	0,0000	19,54	3.517,20
33	PASTEL ASSADO COM RECHEIO DE CARNE MOIDA TAMANHO COMERCIAL	kg	100,00	vik pão	0,0000	18,80	1.880,00
40	MANGA	kg	200,00	real	0,0000	5,50	1.100,00
41	MELANCIA	kg	300,00	real	0,0000	1,39	417,00
43	CENOURA FRESCA	kg	30,00	real	0,0000	4,19	125,70
44	TOMATE LONGA VIDA	kg	40,00	real	0,0000	6,25	250,00
46	ALFACE	un	50,00	real	0,0000	2,76	138,00
48	CEBOLA KG	kg	30,00	real	0,0000	5,15	154,50
49	MAMÃO FORMOSA (KG)	kg	300,00	real	0,0000	4,39	1.317,00
51	MAÇA FUJI	kg	300,00	real	0,0000	6,05	1.815,00
58	OVOS DE GALINHA TIPO GRANDES, CASCA LISA, LIMPOS, NÃO TRINCADOS, FRESCOS	dz	4,00	avicola italia	0,0000	5,05	20,20
60	CUCA SIMPLES	kg	150,00	vik pão	0,0000	12,98	1.947,00
63	SORVETE SABORES SORTIDOS POTE DE 2 LITROS	un	150,00	cremoso	0,0000	18,50	2.775,00
<b>Total do Participante —&gt;</b>							<b>46.144,20</b>

**Participante: 135 - SUPERMERCADO MATTANA LTDA ME**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
4	APRESUNTADO	kg	100,00	LEBON	0,0000	13,35	1.335,00
6	PALITO SALGADO	kg	150,00	LA BELLA	0,0000	20,30	3.045,00
10	BEBIDA LACTEA 900ML SABORES DIVERSOS	pt	300,00	DANINHA	0,0000	2,59	777,00
14	SONHO COM RECHEIO DE DOCE DE LEITE	kg	200,00	LA BELLA	0,0000	21,67	4.334,00
21	BOLO RECHEADO SABORES DIVERSOS	kg	100,00	LA BELLA	0,0000	30,70	3.070,00
35	MASSA FOLHADA DOCE (CROISSANT)	kg	150,00	LA BELLA	0,0000	21,80	3.270,00
36	MASSA FOLHADA SALGADA (CROISSANT)	kg	150,00	LA BELLA	0,0000	21,75	3.262,50
37	SALSICHA SUINA	kg	100,00	NAT	0,0000	9,02	902,00
39	LARANJA	kg	300,00	COLONIAL	0,0000	3,29	987,00
42	MELÃO	kg	150,00	COLONIAL	0,0000	4,40	660,00
45	BANANA CATURRA.	kg	300,00	COLONIAL	0,0000	2,77	831,00
53	ABACAXI PÉROLA, GRAU MEDIO DE AMADURECIMENTO	kg	100,00	COLONIAL	0,0000	7,20	720,00
59	PÃO FRANCÊS	kg	120,00	LA BELLA	0,0000	11,55	1.386,00
61	ESFIRA SALGADA COM RECHEIO MISTO TAMANHO FESTA BANDEJA 100UN	BAND	200,00	LA BELLA	0,0000	86,00	17.200,00

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA</b>				<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 67/2015 - PR</b>			
<b>CNPJ: 95.990.198/0001-04</b> <b>R. Celso Tozzo,27</b> <b>C.E.P.: 89819-000 - Cordilheira Alta - SC</b>				<b>Processo Administrativo: 114/2015</b> <b>Processo de Licitação: 114/2015</b> <b>Data do Processo: 23/11/2015</b>			
							Folha: 2/3

**Participante: 135 - SUPERMERCADO MATTANA LTDA ME**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
62	CUCAS RECHEADAS DIVERSOS SABORES (KG)	kg	100,00	LA BELLA	0,0000	15,86	1.586,00
<b>Total do Participante —→</b>							<b>43.365,50</b>

**Participante: 1456 - SCS COMERCIO LTDA**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
18	CHOCOLATE TIPO BIS CAIXA COM 20UN DE 140GR	un	350,00	BIS LACTA	0,0000	4,92	1.722,00
20	BISCOITO SALGADO 740G	un	100,00	PRODASA	0,0000	8,75	875,00
30	BISCOITO DOCE SORTIDO 800GR	un	100,00	PRODASA	0,0000	7,93	793,00
31	BOMBOM EM PACOTES DE 1KG DE BOA QUALIDADE	un	100,00	AMOR CARIOCA	0,0000	33,50	3.350,00
<b>Total do Participante —→</b>							<b>6.740,00</b>

**Participante: 1536 - ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA - ME**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
3	AÇUCAR CRISTAL 5 KG	pt	100,00	DAJU	0,0000	15,00	1.500,00
11	AÇUCAR CRISTAL 5KG	un	50,00	DAJU	0,0000	14,94	747,00
19	BOMBONS SORTIDOS CAIXA C/ NO MINIMO 350GR DE BOA QUALIDADE	un	350,00	GAROTO	0,0000	9,90	3.465,00
<b>Total do Participante —→</b>							<b>5.712,00</b>

**Participante: 1826 - NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS ME**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
12	CAFE TORRADO E MOIDO TRADICIONAL 500G	un	100,00	CEREJA	0,0000	9,88	988,00
15	SUCO EM PÓ ADOÇADO 350GR SABORES DIVERSOS	un	300,00	LEO	0,0000	3,48	1.044,00
29	LEITE INTEGRAL 1 LITRO C/ 12 UN	cx	50,00	PIA	0,0000	38,27	1.913,50
38	FEIJÃO PRETO TIPO 2 PCT 1KG	kg	150,00	GRAOS DO SUL	0,0000	4,09	613,50
57	LEITE INTEGRAL EM CAIXA DE 1LT	un	100,00	PIA	0,0000	2,85	285,00
64	OLEO DE SOJA REFINADO (900ML)	un	310,00	COAMO	0,0000	4,68	1.450,80
<b>Total do Participante —→</b>							<b>6.294,80</b>

**Participante: 2309 - MERCADO KA & KA LTDA - ME**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
8	SAGU 500 GR	pt	10,00	PRATA	0,0000	4,57	45,70
16	MARGARINA COM SAL DE 500GR	un	80,00	SOYA	0,0000	3,70	296,00
17	DOCE DE FRUTAS SABORES VARIADOS DE 400GR	un	30,00	AUREA	0,0000	3,41	102,30
22	CANELA EM PÓ SEM AÇUCAR 30G	un	2,00	INCAS	0,0000	2,99	5,98
23	CHOCOLATE EM PÓ DE NO MINIMO 800GR	un	30,00	DE CASA	0,0000	11,84	355,20
24	FERMENTO EM PÓ DE NO MINIMO 100G	un	5,00	ROYAL	0,0000	2,46	12,30
25	MARGARINA SEM SAL 500G	un	10,00	DORIANA	0,0000	3,51	35,10
28	ACHOCOLATADO DE 500GR	un	100,00	APTI	0,0000	4,77	477,00
34	SALGADO COM RECHEIO DE QUEIJO(BOLINHA DE QUEIJO)	kg	200,00	SUPERPÃO	0,0000	17,50	3.500,00
50	CHÁ C/ 10 SACHES DE 10G SABORES DIVERSOS	cx	100,00	VEMAT	0,0000	2,95	295,00
52	GRANOLA COM AÇUCAR MASCAVO E CASTANHA	kg	50,00	BIOSOFT	0,0000	19,42	971,00
54	EXTRATO DE TOMATE 850G	un	50,00	DJUDA	0,0000	9,68	484,00
55	SAL REFINADO 1KG	un	100,00	FINOSAL	0,0000	1,42	142,00
56	SAL MOIDO IODADO	kg	50,00	FINOSAL	0,0000	1,44	72,00
<b>Total do Participante —→</b>							<b>6.793,58</b>

**Participante: 2394 - CLEBER TADEU BRIDI ME**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
2	FARINHA DE MILHO PCT. 5 KG	un	100,00	Casaredo	0,0000	10,87	1.087,00
5	FARINHA DE TRIGO 5 KG	pt	100,00	casaredo	0,0000	13,28	1.328,00



<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA</b>		<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 67/2015 - PR</b>	
CNPJ: 95.990.198/0001-04 R. Celso Tozzo,27 C.E.P.: 89819-000 - Cordilheira Alta - SC		Processo Administrativo: 114/2015 Processo de Licitação: 114/2015 Data do Processo: 23/11/2015	Folha: 3/3

Participante: 2394 - CLEBER TADEU BRIDI ME

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
47	ARROZ 5KG	un	100,00	Panelaço	0,0000	16,12	1.612,00
Total do Participante ----->							4.027,00
Total Geral ----->							119.077,08

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Cordilheira Alta, 10 de Dezembro de 2015

**COMISSÃO:**

- MICHELE ENDLER
- ..... - Pregoeiro(a)
- SONIA CRISTINA DELLA TORRES BRIANCINI
- ..... - SECRETARIA
- CACHTIUZE MAGNANTI
- ..... - MEMBRO
- KELLY CRISTINA RANZAN
- ..... - MEMBRO
- OSNI COLPANI
- ..... - MEMBRO
- IVANETE DE LOURDES PEDERSSETTI
- ..... - MEMBRO
- SOLANGE MARIA DERVANOSKI LANZARIN
- ..... - MEMBRO

**ATA EDITAL PROCESSO 116/2015 - MATERIAL EXPEDIENTE**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA</b>	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 69/2015 - PR</b>
<b>CNPJ:</b> 95.990.198/0001-04 <b>R. Celso Tizzo, 27</b> <b>C.E.P.:</b> 89819-000 - Cordilheira Alta - SC	<b>Processo Administrativo:</b> 116/2015 <b>Processo de Licitação:</b> 116/2015 <b>Data do Processo:</b> 24/11/2015
	Folha: 1/5

**OBJETO DA LICITAÇÃO:**

REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESCOLARES E MATERIAIS DE EXPEDIENTE PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PARA O EXERCÍCIO DE 2016.

**ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr.**

Ao(s) 10 de Dezembro de 2015, às 11:30 horas, na sede da(o) MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Decreto nº 210, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 116/2015, Licitação nº 69/2015 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

**Parecer da Comissão:** Aberta a sessão pela pregoeira, a mesma saudou os membros da equipe de apoio Cachiuze e Sonia, bem como os representantes das empresas proponentes. Logo após analisados e rubricados os documentos de credenciamento passou-se para a fase de abertura dos envelopes contendo as propostas de preço. Após rubricados todas as propostas passou-se para a fase de lances que resultou nos preços abaixo registrados. Para os itens 05 e 19 a entrega das cores será proporcional.

**Participante:** 135 - SUPERMERCADO MATTANA LTDA ME

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
58	BARBANTE EM ALGODÃO 400GNº4	un	10,00	pydd	0,0000	2,45	24,50
<b>Total do Participante —&gt;</b>							<b>24,50</b>

**Participante:** 368 - RB PAPELARIA E BAZAR LTDA ME

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
10	ESPIRAL P/ ENCADERNAÇÃO (P/ 20FL)	un	1.000,00	PLAS	0,0000	0,08	80,00
15	Papel dupla face cores sortidas ( amarelo, azul, laranja, preto, rosa, verde, vermelho, roxo, marrom)	un	5.600,00	VMP	0,0000	0,39	2.184,00
31	GIZ PASTEL OLEOSO CX C/ 24 CORES, PIGMENTOS DE ÓTIMA QUALIDADE, COM CORES VIVAS E INTENSAS, FÁCEIS DE ESFUMAR COM OS DEDOS, PERMITINDO À VOCÊ TRABALHOS INTERESSANTES.	cx	8,00	VISITEX	0,0000	17,00	136,00
39	CADERNO BROCHURA CAPA DURA ESTAMPADA COLORIDA 152MM X 224MM 48 FOLHAS	un	1.000,00	FORONI	0,0000	1,89	1.890,00
55	BORRACHA ESCOLAR Nº 20 BRANCA, NÃO AMARELADO, E COM CANTOS RETOS, NÃO ARREDONDADOS.	un	1.000,00	ZAPP	0,0000	0,30	300,00
59	CLIPS GALVANIZADO 4/0 CX COM 100UN	cx	50,00	NEW	0,0000	1,20	60,00
69	AGENDA TAMANHO APROXIMADO A4MIOLLO COM 100 FOLHAS IMPRESSÃO EM UMA COR SULFITE 75GR, CAPA PERSONALIZADA DURA COM ACABAMENTO EM WIRE PLASTIFICAÇÃO BRILHO.	un	100,00	RB PAPELARIA	0,0000	45,00	4.500,00
78	PERCEVEJOS TACHINHA	cx	80,00	JOCAR	0,0000	1,25	100,00
82	PAPEL PARDO KRAFT 1M X 200 M GR80G/M²	rl	6,00	CREPIL	0,0000	99,00	594,00
<b>Total do Participante —&gt;</b>							<b>9.844,00</b>

**Participante:** 1297 - PEGASUS ATACADISTA LTDA ME

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
2	PAPEL A-4 210X297MM 75 G/M² C/ 500 FLS	re	300,00	PAPERTECH	0,0000	12,35	3.705,00
7	PEÇAS EM EVA PEQUENAS (FLORES, ANIMAIS ESTRELAS)	pç	300,00	EVEARTE	0,0000	2,30	690,00
17	CANETAS HIDROCOR 12 CORES COM PONTA VAI E VEM	et	20,00	FABER CASTELL	0,0000	16,00	320,00
26	PAPEL A4 BRANCO 210MMX297MM 75G/M² Papel sulfite 75g alcalino 210x297 500 FL	re	300,00	PAPERTECH	0,0000	11,99	3.597,00
30	LÁPIS CERA C/ 15 UN CURTO E GROSSO C/ 0,3 KG	cx	700,00	KOALA	0,0000	1,50	1.050,00
33	PAPEL A4 60 KL BRANCO C/ 50	pt	100,00	PÉGASUS	0,0000	5,10	510,00
35	PAPEL CONTÁTIL TRANSP. 25MX45CMX450MM	un	6,00	POLIFIX	0,0000	36,50	219,00
37	LANTEJOUAS METALIZADAS 3 G (CORES DIVERSAS)	pt	100,00	LANTECOR	0,0000	0,60	60,00
40	CADERNO BROCHURA CAPA DURA ESTAMPA COLORIDA 152MMX224MM 96 FOLHAS	un	1.500,00	PANAMERICA	0,0000	2,55	3.825,00
41	REGUA ESCOLAR 30CM DE ACRILICO, MINIMO 3,5MM DE ESPESSURA RESISTENTE.	un	1.000,00	WALEU	0,0000	0,80	800,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA**

CNPJ: 95.990.198/0001-04  
 R. Celso Tozzo,27  
 C.E.P.: 89819-000 - Cordilheira Alta - SC

**PREGÃO PRESENCIAL**
**Nr.: 69/2015 - PR**

Processo Administrativo: 116/2015  
 Processo de Licitação: 116/2015  
 Data do Processo: 24/11/2015

Folha: 2/5

**Participante: 1297 - PEGASUS ATACADISTA LTDA ME**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
44	FITA MIMOSA 100MX7MM 100% POLIESTER CORES BRANCA, VERMELHA, AZUL, ROSA, VERDE	rl	75,00	MERITÁ	0,0000	9,00	675,00
49	CADERNO DE LINGUAGEM CAPA DURA 96FL 152MM X 224MM COM ESTAMPAS COLORIDAS E COM ESPIRAL.	un	2.000,00	PANAMERICA	0,0000	2,68	5.360,00
53	APONTADOR PEQUENO, FABRICAÇÃO NACIONAL, COM LAMINA DE AÇO INOX E CORPO EM ALUMINIO.	un	1.000,00	MAKE	0,0000	0,58	580,00
54	LÁPIS COR 12 CORES, GRANDE MADEIRA COM MINA DE NO MÍNIMO 3,3MM DE ESPESSURA, FABRICADO COM TÉCNICA SEKURAL, CONTENDO UM LÁPIS NA COR PRATA ALÉM DE CONTER NA EMBALAGEM 02 LÁPIS DE ESCRIVER.	cx	1.000,00	PÉGASUS PREMIUM	0,0000	9,00	9.000,00
56	CAPA P/ ENCADERNAÇÃO TRANSPARENTE, PP 0,30, A4 C/ 100UN	pt	15,00	POLIESPIRAL	0,0000	20,50	307,50
57	CONTRA CAPA P/ ENCADERNAÇÃO PRETA, PP 0,30, A4 C/100UN	pt	15,00	POLIESPIRAL	0,0000	15,30	229,50
62	PINCEL P/ QUADRO BRANCO AZUL, COM PONTA DE ACRILICO FABRICAÇÃO NACIONAL.	un	100,00	BRASINKS	0,0000	2,00	200,00
63	PINCEL P/ QUADRO BRANCO PRETO, COM PONTA DE ACRILICO FABRICAÇÃO NACIONAL.	un	100,00	BRASINKS	0,0000	2,00	200,00
64	PINCEL P/ QUADRO BRANCO VERMELHO, COM PONTA DE ACRILICO FABRICAÇÃO NACIONAL	un	100,00	BRASINKS	0,0000	2,00	200,00
65	PINCEL P/ QUADRO BRANCO VERDE, COM PONTA DE ACRILICO FABRICAÇÃO NACIONAL.	un	100,00	BRASINKS	0,0000	2,00	200,00
67	COLA GLITER 23G CX C/ 6 CORES	cx	20,00	PIRATININGA	0,0000	4,60	92,00
70	GRAMPEADOR PROFISSIONAL DE METAL PARA CAP 60 FOLHAS	un	4,00	MAKE	0,0000	35,00	140,00
73	FITA TRANSPARENTE 45MMX30M	un	100,00	TIGHT TAPE	0,0000	1,75	175,00
81	BALÕES DE LÁTEX Nº 7, RESISTENTES, CORES VIVAS, ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS EXIGIDAS DIÂMETRO DO BALÃO INFLADO(CM): 23,0, CIRCUNFERÊNCIA: (CM): 72,FLUTUAÇÃO GÁS (H): 8/10, VOLUME(L)*: 6,50 NAS SEGUINTE CORES PACOTE C/50UN(PRETO, AZUL, AZUL CLARO, VERMELHO, AMARELO, BRANCO, LARANJA, MARROM, VERDE, ROSA,VERDE CLARO	pt	110,00	JOY	0,0000	3,99	438,90
83	EVA ESTAMPADO BEM COLORIDO 50X60CM	un	100,00	MAKE	0,0000	3,30	330,00

**Total do Participante —>**
**32.903,90**
**Participante: 1520 - TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
5	PAPEL DUPLEX CORES SORTIDAS (AMARELO, AZUL, LARANJA, ROSA, VERDE, DOURADO, PRATA, VERMELHO)	un	2.200,00	RST	0,0000	0,50	1.100,00
11	FITA ADESIVA CREPE ESCURA 25MM	un	100,00	ADELBRAS	0,0000	3,74	374,00
18	TNT 50 METROS , 1.40 DE LARGURA E 40 CORES SORTIDA( BRANCO, AZUL CLARO, VERMELHO, PRETO, VERDE CLARO)	un	45,00	SUL BRASIL	0,0000	42,90	1.930,50
19	EVA 60X50CM NAS CORES DIVERSAS AMARELO, AZUL, PRETO, FELPUDO, VERDE, VERMELHO, LILÁS, BRANCO, LISTRADO,	un	780,00	EVAMAX	0,0000	1,08	842,40
29	ESPIRAL P/ ENCADERNAÇÃO 9MM P/ 50 FLS	un	1.000,00	OFFICE PLAST	0,0000	0,12	120,00
45	BOLA DE ISOPOR Nº 35 PACOTE COM 100	pt	10,00	PLACTERM	0,0000	12,80	128,00
46	BOLA DE ISOPOR Nº 25 PACOTE COM 100	pt	10,00	TERMOTECNI	0,0000	10,26	102,60
47	TESOURA COSTURA, EM AÇO INOX COM PONTA FINA 8,5 POLEGADAS CABO EMBORRACHADO PRETO	un	30,00	JOCAR	0,0000	3,90	117,00
66	BOLA DE ISOPOR Nº60 COM 30	pt	10,00	PLACTERM	0,0000	14,32	143,20
77	PISTOLA DE COLA QUENTE PROFISSIONAL PEQUENO 40W BIVOLT COM GATILHO QUE PERMITE FLUXO CONTÍNUO DE COLA,PARA GRANDES TRABALHOS.	un	120,00	JOCAR	0,0000	11,80	1.416,00
80	TINTA P/ PINCEL QUADRO BRANCO (VERMELHO, PRETO, AZUL, VERDE FRASCO 10ML	un	80,00	PIT STOP	0,0000	3,39	271,20

**Total do Participante —>**
**6.544,90**
**Participante: 2022 - JP EQUIPAMENTOS LTDA ME**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
14	Papel crepom cores sortidas ( amarelo, branco, laranja, verde bandeira, lilás, rosa pink, verde folha, vermelhor, marrom, azul)	un	880,00	VMP	0,0000	0,45	396,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA**

CNPJ: 95.990.198/0001-04  
 R. Celso Tozzo, 27  
 C.E.P.: 89819-000 - Cordilheira Alta - SC

**PREGÃO PRESENCIAL**
**Nr.: 69/2015 - PR**

Processo Administrativo: 116/2015  
 Processo de Licitação: 116/2015  
 Data do Processo: 24/11/2015

Folha: 3/5

**Participante: 2022 - JP EQUIPAMENTOS LTDA ME**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
21	TINTA GUACHE 250ML DENSIDADE MINIMA 80 - DIVERSAS CORES( AMARELA, AZUL, BRANCA, PRETA, VERMELHA, LARANJA, ROSA, MARROM)	un	800,00	Splash Acrílex	0,0000	2,46	1.968,00
25	COLA DIMENSIONAL BRILHANTE RELEVO 3D COLOR( CX SORTIDA C/12 CORES	un	80,00	Acrilex	0,0000	19,45	1.556,00
34	PAPEL PARANÁ FOLHA DE 100X80 CM	un	500,00	VMP	0,0000	2,20	1.100,00
43	COLA COLORIDA 35G CAIXA 06 CORES	cx	20,00	Splash Acrílex	0,0000	4,19	83,80
48	CADERNO DE LINGUAGEM CAPA DURA 48FL 152MM X 224MM COM ESTAMPAS COLORIDAS E COM ESPIRAL.	un	1.000,00	Panamericano	0,0000	2,05	2.050,00
50	CADERNO ESPIRAL CAPA DURA 200MM X 275MM 200 FOLHAS, COM ENVELOPE PARA GUARDAR FOLHAS	un	100,00	Credeal	0,0000	6,80	680,00
51	CADERNO DE DESENHO GRANDE CAPA DURA, ESTAMPA COLORIDA, ESPIRAL, COM 60 FOLHAS 275MMX200MM( ESPIRAL NO LADO 275MMP/ ABERTURA NA VERTICAL)	un	1.500,00	Credeal	0,0000	3,75	5.625,00
61	MASSA DE MODELAR POTE 150GR NÃO TOXICA NAS CORES VERDE, AZUL, AMARELA, VERMELHA, PRETA, ROSA, MARROM E BRANCA.	un	400,00	Acrilex	0,0000	2,35	940,00
75	FITA DUREX TRANSPARENTE 12MM X 40M	un	100,00	Adelbras	0,0000	0,63	63,00

**Total do Participante —> 14.461,80**
**Participante: 2173 - ANDREA C. SCHUCKES BOMM EIRELI - EPP**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
22	ESTOJO ESCOLAR INFANTIL DIVERSAS CORES COM ESTAMPAS INFANTIS RESISTENTE DE LONA, COM 01 ZIPER E UMA DIVISÓRIA. DIMENSÕES: 06 X 22 X 07	un	400,00	cia da capa	0,0000	4,49	1.796,00
23	ESTOJO ESCOLAR INFANTIL DIVERSAS CORES COM ESTAMPAS INFANTIS RESISTENTE DE LONA, COM 02 ZIPER E DUAS DIVISÓRIAS. DIMENSÕES: 22 X 8 X 7	un	300,00	cia da capa	0,0000	6,99	2.097,00

**Total do Participante —> 3.893,00**
**Participante: 2309 - MERCADO KA & KA LTDA - ME**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	ENVELOPE TAMANHO OFÍCIO	pç	400,00	FORONI	0,0000	0,12	48,00
3	CORRETIVO À BASE D'ÁGUA 18ML	un	84,00	RADEX	0,0000	0,69	57,96
4	CANETA ESFEROGRÁFICA AZUL C/ FURO A 9CM DA PONTA FABRICAÇÃO NACIONAL, 50 UN	cx	5,00	TRIS	0,0000	19,50	97,50
6	CLIPS COLORIDO C/100	cx	30,00	NEWS	0,0000	2,39	71,70
12	CANETA ESFEROGRÁFICA PRETA C/ FURO A 9CM DA PONTA FABRICAÇÃO NACIONAL, 50 UN	cx	5,00	TRIS	0,0000	19,50	97,50
13	Canetina 50x66cm cores sortidas ( amarela, azul, branca, rosa, verde,	un	3.000,00	ALOFORM	0,0000	0,25	750,00
16	GLITTER 100 G DIVERSAS CORES (DOURADO, PRATA, AZUL, VERMELHO, VERDE)	un	25,00	RADEX	0,0000	4,50	112,50
20	PINCEL ATOMICO GROSSO COM PONTA RETANGULAR COM NO MINIMO 8MM NA PARTE MAIS LARGA DA PONTA FABRICAÇÃO NACIONAL, CORES AZUL, PRETO, VERMELHO, VERDE.	un	340,00	RADEX	0,0000	1,50	510,00
24	CD REGRAVÁVEL 80 MIN/700 MB	un	100,00	MULTILASER	0,0000	0,95	95,00
27	DVD REGRAVÁVEL	un	100,00	MULTILASER	0,0000	1,20	120,00
28	REFIL BASTÃO SILICONE FINO C/ 72 UN	pt	28,00	RENDICOLA	0,0000	13,00	364,00
32	ALGODÃO CX PEQUENA (25G) 100% ALGODÃO	un	50,00	USEIT	0,0000	1,90	95,00
38	PALITO CHURRASCO 3,5X250MM EMBALAGEM COM 100UN	pt	50,00	PALITEX	0,0000	3,20	160,00
52	LÁPIS PRETO Nº2 GRADUAÇÃO 2=B, FABRICADO COM TÉCNICA SEKURAL QUE GARANTE MAIOR RESISTÊNCIA A QUEBRA, FABRICAÇÃO NACIONAL E PINTURA NA COR PRETO FOSCO, ALÉM DE CONTER SELO FSC, GARANTINDO MANEJO ADEQUADO DA NATUREZA.	un	3.600,00	ECO+	0,0000	0,25	900,00
68	COLA BRANCA ESCOLAR 90G A BASE DE AGUA, LAVAVEL E NÃO TOXICA	un	1.000,00	MAKE	0,0000	0,69	690,00
72	PALITO DE PICOLÉ PACOTE 100UN	cx	100,00	MARTINS	0,0000	1,10	110,00
74	FITA ADESIVA EM PAPEL KRAFT LISO 780, ESPECIFICAÇÕES MINIMAS 24MM X 50M	un	150,00	EMBALANDO	0,0000	4,50	675,00
76	PAPEL PARDO BRANCO KRAFT 1M X 200 M GR80G/M²	un	6,00	SAMPA	0,0000	64,00	384,00

**Total do Participante —> 5.338,16**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA</b>				<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 69/2015 - PR</b>	
<b>CNPJ: 95.990.198/0001-04</b> <b>R. Celso Tozzo, 27</b> <b>C.E.P.: 89819-000 - Cordilheira Alta - SC</b>				<b>Processo Administrativo:</b> 116/2015 <b>Processo de Licitação:</b> 116/2015 <b>Data do Processo:</b> 24/11/2015	
					Folha: 4/5

**Participante: 2394 - CLEBER TADEU BRIDI ME**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
36	NOVELO DE LÃ PEQUENO 40G (CORES: PRETA, VERMELHA, AMARELA, BRANCA, VERDE E AZUL )	un	180,00	circulo	0,0000	1,74	313,20
42	TESOURA ESCOLAR PEQUENA, 13CM, COM PONTA ARREDONDADA, FABRICAÇÃO NACIONAL, CABO ANATOMICO EMBORRACHADO COM BOLINHAS.	un	800,00	Acrilex	0,0000	3,24	2.592,00
60	CLIPS GALVANIZADO 2/0 CX COM 100UN	cx	20,00	new	0,0000	1,19	23,80
71	GRAMPO GALVANIZADO PARA GRAMPEADOR 24/8	cx	12,00	brw	0,0000	4,50	54,00
79	ELASTICO ROLIÇO BRANCO 2,8MMX10M SUPER RESISTENTE PARA COSTURA	un	50,00	são jose	0,0000	3,60	180,00

**Total do Participante** → 3.163,00

**Participante: 2415 - RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
8	ENVELOPE CORRESPONDENCIA (PEQUENO)	un	300,00	ipecol	0,0000	0,06	18,00
9	ENVELOPE (MÉDIO)	un	400,00	ipecol	0,0000	0,09	36,00

**Total do Participante** → 54,00

**Total Geral** → 76.227,26

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Cordilheira Alta, 10 de Dezembro de 2015

**COMISSÃO:**

MICHELE ENDLER - ..... - Pregoeiro(a)  
 SONIA CRISTINA DELLA TORRES BRIANCINI - ..... - SECRETARIA  
 CACHTIUZE MAGNANTI - ..... - MEMBRO  
 KELLY CRISTINA RANZAN - ..... - MEMBRO  
 OSNI COLPANI - ..... - MEMBRO  
 IVANETE DE LOURDES PEDERSSETTI - ..... - MEMBRO  
 SOLANGE MARIA DERVANOSKI LANZARIN - ..... - MEMBRO

**Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:**

..... - Representante  
 ROMILDO BIGOLIN - ..... - Representante  
 EVERTON LUIZ BUSS - ..... - Representante  
 ..... - Representante  
 ANDRÉ LUIZ LANSING SCHNORRENBURGUER - ..... - Representante  
 JACKSON NEIMAR PEDRASSANI - ..... - Representante  
 CARLOS ERNANI BOMM - ..... - Representante

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA****CNPJ:** 95.990.198/0001-04  
**R. Celso Tozzo,27**  
**C.E.P.:** 89819-000 - Cordilheira Alta - SC**PREGÃO PRESENCIAL****Nr.: 69/2015 - PR****Processo Administrativo:** 116/2015  
**Processo de Licitação:** 116/2015  
**Data do Processo:** 24/11/2015

Folha: 5/5

**Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:**

VOLMIR ANTONIO LANZARIN DE LIMA - ..... - Representante

AMARILDO PAIM HENRIQUE - ..... - Representante

- ..... - Representante



**ATA EDITAL PROCESSO 121/2015 - MERENDA**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA</b>	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 70/2015 - PR</b>
<b>CNPJ:</b> 95.990.198/0001-04 <b>R. Celso Tozzo, 27</b> <b>C.E.P.:</b> 89819-000 - Cordilheira Alta - SC	<b>Processo Administrativo:</b> 121/2015 <b>Processo de Licitação:</b> 121/2015 <b>Data do Processo:</b> 27/11/2015
	Folha: 1/3

**OBJETO DA LICITAÇÃO:**

AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA CONFECCÃO DA MERENDA ESCOLAR PARA OS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO PARA O PRIMEIRO SEMESTRE DE 2016.

**ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr.**

Ao(s) 11 de Dezembro de 2015, às 08:56 horas, na sede da(o) MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Decreto nº 210, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 121/2015, Licitação nº 70/2015 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

**Parecer da Comissão:** Aberta a sessão pela pregoeira, a mesma saudou Cachtiuze e Sonia, membros da equipe de apoio bem como os representantes das empresas presentes. Logo após analisados e rubricados os envelopes e os documentos de credenciamento, procedeu-se a abertura dos envelopes contendo as propostas de preços. Após as propostas serem rubricadas passou-se para a fase de lances que ao final resultou nos preços abaixo registrados.

**Participante: 53 - SUPERMERCADO SACHET LTDA**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	ABACAXI PÉROLA, GRAU MEDIO DE AMADURECIMENTO	kg	860,00	real	0,0000	7,35	6.321,00
6	ALHO	kg	30,00	real	0,0000	21,75	652,50
10	BANANA CATURRA (MÉDIA 50G)	kg	1.800,00	real	0,0000	2,95	5.310,00
17	CARNE BOVINA EM CUBOS DE 2ª QUALIDADE SEM FRAGMENTOS E OSSOS CORTADA EM CUBOS DE 50G - PACOTES DE 5KG	un	70,00	frig rosa	0,0000	79,80	5.586,00
19	CEBOLA	kg	260,00	real	0,0000	4,85	1.261,00
20	CENOURA FRESCA	kg	250,00	real	0,0000	3,92	980,00
22	CHUCHU	kg	170,00	real	0,0000	2,85	484,50
26	FARINHA DE MILHO KG	kg	200,00	libardoni	0,0000	2,08	416,00
32	MAÇÃ FUJI (50 G)	kg	1.200,00	real	0,0000	6,05	7.260,00
33	MAÇÃ GALA DE CONSISTENCIA FIRME S/ RUPTURAS (MENOR QUE 100GR	kg	60,00	real	0,0000	6,80	408,00
40	OVOS DE GALINHA TIPO GRANDES, CASCA LISA, LIMPOS, NÃO TRINCADOS, FRESCOS	dz	670,00	avicola italia	0,0000	5,65	3.785,50
43	REPOLHO BRANCO CRU ( PARA PESO DEVE SER LIMPO)	kg	200,00	real	0,0000	3,75	750,00
44	REPOLHO ROXO CRU (PARA PESO DEVE SER LIMPO)	kg	150,00	real	0,0000	5,55	982,50
46	SALSICHA	kg	350,00	peperi	0,0000	9,00	3.150,00

**Total do Participante** —> 37.347,00

**Participante: 135 - SUPERMERCADO MATTANA LTDA ME**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
5	ALFACE CRESPA	kg	250,00	colonial	0,0000	9,85	2.462,50
8	APRESUNTADO EMBALAGEM DE 2,5 KG	un	90,00	lebon	0,0000	31,65	2.848,50
11	BATATA BRANCA LAVADA	kg	500,00	colonial	0,0000	4,37	2.185,00
12	BEBIDA LACTEA 900ML SABORES DIVERSOS	pt	1.400,00	daninha	0,0000	2,80	3.920,00
15	BRÓCOLIS MAÇO (500G)	un	200,00	colonial	0,0000	5,35	1.070,00
18	CARNE DE GADO DE 2ª MOIDA, PCT 1 KG	kg	400,00	chuletao	0,0000	15,67	6.268,00
21	CHEIRO VERDE IN NATURA, COMPOSIÇÃO SALSA E CEBOLINHA, LIMPO E DEVIDAMENTE ACONDICIONADO (MAÇO)	un	200,00	colonial	0,0000	3,80	760,00
35	MAMÃO FORMOSA COM GRAU DE AMADURECIMENTO MÉDIO, SEM RUPTURAS	kg	1.400,00	colonial	0,0000	4,30	6.020,00
41	PÃO FRANCÊS	kg	1.800,00	la bella	0,0000	12,50	22.500,00
42	PEITO DE FRANCO COM OSSO, EMBALAGENS DE NO MAXIMO 2KG	kg	680,00	aurora	0,0000	10,80	7.344,00
47	TOMATE GRAU MEDIO DE AMADURECIMENTO SEM RUPTURAS	kg	700,00	colonial	0,0000	6,38	4.466,00

**Total do Participante** —> 59.844,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA**

CNPJ: 95.990.198/0001-04  
R. Celso Tozzo, 27  
C.E.P.: 89819-000 - Cordilheira Alta - SC

**PREGÃO PRESENCIAL  
Nr.: 70/2015 - PR**

Processo Administrativo: 121/2015  
Processo de Licitação: 121/2015  
Data do Processo: 27/11/2015

Folha: 2/3

**Participante: 1076 - AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
2	ACHOCOLATADO VITAMINADO EM PÓ (1kg)	kg	70,00	4683 GOODKAL	0,0000	9,47	662,90
4	AÇUCAR MASCADO 1 KG	kg	50,00	1179 DE CASA	0,0000	9,95	497,50
16	CAFE SOLUVÉL GRANULADO 200 GR	un	70,00	4539 OURO	0,0000	13,12	918,40
25	EXTRATO DE TOMATE EMBALAGEM TETRA PAK 340 G	un	150,00	4747 DAJUDA	0,0000	3,10	465,00
28	FEIJAO CARIOCA TIPO 2	kg	70,00	1274 BRINGUETTI	0,0000	5,65	395,50
31	LEITE INTEGRAL 1 LITRO EMBALAGEM TETRA PAK	un	3.900,00	2284 PIRACANJUBA	0,0000	3,64	14.196,00
36	MARGARINA CREMOSA VEGETAL PT 1 KG	kg	70,00	4445 COAMO	0,0000	6,40	448,00
38	MILHO VERDE EMBALAGEM TETRA PAK (200G)	un	350,00	PREDILECTA	0,0000	2,34	819,00
45	SAL REFINADO IODADO PCT 1 KG	un	80,00	GARCA	0,0000	1,50	120,00
48	VINAGRE TINTO DE VINHO (750ML)	un	150,00	1755 CHEMIM	0,0000	3,85	577,50

**Total do Participante** ———> 19.099,80

**Participante: 1536 - ABSOLUTO DISTRIBUIDORA LTDA - ME**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
3	ACUCAR CRISTAL 2 KG	pt	300,00	DAJU	0,0000	7,77	2.331,00
7	AMIDO DE MILHO 1 KG	kg	50,00	DAJU	0,0000	6,33	316,50
9	ARROZ PARBOILIZADO TIPO 1 (KG)	kg	400,00	FAZENDA	0,0000	3,39	1.356,00
13	BISCOITO SALGADO TIPO CREAM CRACKER (400G)	un	350,00	NINFA	0,0000	4,56	1.596,00
14	BISCOITO TIPO MARIA PACOTE (400G)	un	350,00	NINFA	0,0000	4,35	1.522,50
23	COLORAU PCT 500GR	un	80,00	DAJU	0,0000	3,40	272,00
24	ERVILHA EMBALAGEM TETRA PAK DRENADA 200GR	un	320,00	STELLA	0,0000	2,50	800,00
27	FARINHA DE TRIGO TIPO 1 PACOTE 5KG	un	90,00	MARX	0,0000	13,85	1.246,50
29	FERMENTO EM PÓ QUÍMICO 250GR	un	70,00	ROYAL	0,0000	6,20	434,00
30	FLOCOS DE MILHO AÇUCARADO (EMBALAGENS DE 2 KG)	un	300,00	GOLD FLAKES	0,0000	32,40	9.720,00
34	MACARRÃO COM OVOS SOPA DE LETRINHAS (500GR)	un	130,00	ISABELA	0,0000	3,89	505,70
37	MASSA COM OVOS TIPO SPAGHETTI 500 GR	pt	260,00	MARX	0,0000	3,22	837,20
39	OLEO DE SOJA REFINADO (900ML)	un	260,00	SOYA	0,0000	4,75	1.235,00

**Total do Participante** ———> 22.172,40

**Total Geral** ———> 138.463,20

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Cordilheira Alta, 11 de Dezembro de 2015

**COMISSÃO:**

MICHELE ENDLER - ..... - Pregoeiro(a)  
SONIA CRISTINA DELLA TORRES BRIANCINI - ..... - SECRETARIA  
CACHTIUZE MAGNANTI - ..... - MEMBRO  
KELLY CRISTINA RANZAN - ..... - MEMBRO  
OSNI COLPANI - ..... - MEMBRO  
IVANETE DE LOURDES PEDERSSETTI - ..... - MEMBRO  
SOLANGE MARIA DERVANOSKI LANZARIN - ..... - MEMBRO

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA****CNPJ:** 95.990.198/0001-04  
**R. Celso Tozzo,27**  
**C.E.P:** 89819-000 - Cordilheira Alta - SC**PREGÃO PRESENCIAL****Nr.: 70/2015 - PR****Processo Administrativo:** 121/2015  
**Processo de Licitação:** 121/2015  
**Data do Processo:** 27/11/2015

Folha: 3/3

**Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:**

IVAN ANTONIO SACHET - ..... - Representante

RODRIGO MATTANA - ..... - Representante

RAFAEL DE LARA - ..... - Representante

SONIA DA SILVA - ..... - Representante

**ATA EDITAL PROCESSO 122/2015 - COMBUSTÍVEL**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA</b>	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 71/2015 - PR</b>
<b>CNPJ:</b> 95.990.198/0001-04 <b>R. Celso Tozzo,</b> 27 <b>C.E.P.:</b> 89819-000 - Cordilheira Alta - SC	<b>Processo Administrativo:</b> 122/2015 <b>Processo de Licitação:</b> 122/2015 <b>Data do Processo:</b> 02/12/2015
	Folha: 1/1

**OBJETO DA LICITAÇÃO:**

AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL, GASOLINA COMUM, ÓLEO DIESEL, ÓLEO DIESEL S10 DESTINADOS AO ABASTECIMENTO DA FROTA DE VEÍCULOS E MÁQUINAS DESTE MUNICÍPIO PARA O EXERCÍCIO DE 2016.

**ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr.**

Ao(s) 16 de Dezembro de 2015, às 08:27 horas, na sede da(o) MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Decreto nº 210, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 122/2015, Licitação nº 71/2015 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

**Parecer da Comissão:** Aberta a sessão pela pregoeira, a mesma saudou Cachtiuze e Sonia, membros da equipe de apoio bem como o representante da empresa presente. Logo após foram rubricados os envelopes bem como os documentos de habilitação e logo após procedeu-se a abertura do envelope contendo a proposta de preços. A mesma foi rubricada e logo após a pregoeira questionou o representante da empresa NILO TOZZO E CIA LTDA da possibilidade de melhorar os preços ofertados na proposta escrita. O mesmo se manifestou dizendo que o preço ofertado não pode ser melhorado por ser o preço praticado no mercado.

**Participante:** 13 - NILO TOZZO & CIA LTDA

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	GASOLINA COMUM	I	50.000,00	IPIRANGA	0,0000	3,85	192.500,00
2	OLEO DIESEL	I	158.000,00	IPIRANGA	0,0000	3,13	494.540,00
3	OLEO DIESEL S10	LT	66.000,00	IPIRANGA	0,0000	3,25	214.500,00
<b>Total do Participante</b> —————>							901.540,00
<b>Total Geral</b> —————>							901.540,00

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Cordilheira Alta, 16 de Dezembro de 2015

**COMISSÃO:**

MICHELE ENDLER - ..... - Pregoeiro(a)  
SONIA CRISTINA DELLA TORRES BRIANCINI - ..... - SECRETARIA  
CACHTIUZE MAGNANTI - ..... - MEMBRO  
KELLY CRISTINA RANZAN - ..... - MEMBRO  
OSNI COLPANI - ..... - MEMBRO  
IVANETE DE LOURDES PEDERSSETTI - ..... - MEMBRO  
SOLANGE MARIA DERVANOSKI LANZARIN - ..... - MEMBRO

**Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:**

DIOGO NILO TOZZO - ..... - Representante

# Corupá

## PREFEITURA

### HOMOLOGAÇÕES DE INSCRIÇÕES EDITAL ACT N 07/2015.

Corupá, 28 de dezembro de 2015.

Homologação de Inscrições, Resultado e Classificação do Processo Seletivo do Edital 07/2015 de ACT's para cargos da administração municipal para homologação.

Segue abaixo, Homologação de Inscrição, Resultado e Classificação oficial do Processo Seletivo do Edital 07/2015 de ACT's (admitidos em caráter temporário).

O resultado refere-se aos cargos de Professor de Educação Infantil e Ensino Fundamental Séries Iniciais (1º ao 5º ano), de Séries Finais (6º ao 9º ano), nas disciplinas específicas, Professor Especial e demais cargos da administração municipal de Corupá para o ano de 2016.

A Homologação e Classificação serão publicadas nos órgãos oficiais e competentes da Prefeitura de Corupá.

LUIZ CARLOS TAMANINI  
Prefeito Municipal de Corupá

MAURI EDGAR PADILHA DE LIMA  
Assessor Jurídico  
OAB/SC 28.541

Corupá, 28 de dezembro de 2015.

Homologação de Inscrição, Resultado e Classificação do Processo Seletivo do Edital 07/2015.

Classificação de professores Act's 2016

Disciplinas Específicas de 6º ao 9º ano

Português

Classificação	Nº de Inscrição	Nome do candidato	Formação	Tempo de Serviço
01	139	Merilin Aline Raasch Steffens	Letras, com especialização	11 anos, 8 meses e 24 dias
02	194	Simoni Siqueira Gallo Gessner	Letras, com especialização	10 anos, 10 meses e 23 dias
03	250	Magaret Hass	Letras	2 anos, 7 meses e 2 dias
04	280	Ketlin Fabiane Ersching Hermann	Letras	2 anos, 3 meses e 15 dias
05	314	Jussuelen Patricio Ilibio	Pedagogia, com especialização	12 anos e 13 dias
06	08	Bruna Rabock	Cursando a 1ª fase de Letras	-----
07	295	Raquel Balduino da Rosa	Cursando a 1ª fase de Pedagogia	1 ano, 2 meses e 8 dias

Inglês

Classificação	Nº de Inscrição	Nome do candidato	Formação	Tempo de Serviço
01	139	Merilin Aline Raasch Steffens	Letras, com especialização	11 anos, 8 meses e 24 dias
02	194	Simoni Siqueira Gallo Gessner	Letras, com especialização	10 anos, 10 meses e 23 dias
03	280	Ketlin Fabiane Ersching Hermann	Letras	2 anos, 3 meses e 15 dias
04	62	Gerson Ruben Marques Pereira	Teologia e Espanhol	7 anos, 9 meses e 3 dias
05	397	Ana Cristina da Silva Rocha	Ciências Biológicas	5 anos, 11 meses e 17 dias
06	190	Fernanda Karina Pellin	Magistério e cursando a 6ª fase de Pedagogia	3 anos, 8 meses e 13 dias
07	08	Bruna Rabock	Cursando a 1ª fase de Letras	-----
08	295	Raquel Balduino da Rosa	Cursando a 1ª fase de Pedagogia	1 ano, 2 meses e 8 dias
09	371	Sabrina Aline Erdmann	Ensino Médio	-----

Matemática

Classificação	Nº de Inscrição	Nome do candidato	Formação	Tempo de Serviço
01	112	Aline Amaral da Luz	Matemática	1 ano, 6 meses e 29 dias
02	180	Alexandra Alice Jantsch Eichstadt	Matemática	-----
03	83	Felipe Rafaeli Rodrigues	Matemática	-----

04	123	Valdecir Langer	Cursando a 4ª fase de Matemática	-----
05	43	Gaby Morgana Schulze	Cursando a 1ª fase de Matemática	-----
06	307	Samuel Rodrigues da Costa	Ensino Médio	-----

## Ciências

Classificação	Nº de Inscrição	Nome do candidato	Formação	Tempo de Serviço
01	352	Adriana Paul	Ciências Biológicas, com especialização	4 anos, 4 meses e 1 dia
02	394	Camila Saatkamp Mathias	Ciências Biológicas, com especialização	-----
03	397	Ana Cristina da Silva Rocha	Ciências Biológicas	5 anos, 11 meses e 17 dias
04	387	Katia Regina Poerner	Ciências Biológicas	2 anos, 5 meses e 25 dias
05	211	Tatiane Aparecida Batista	Ciências Biológicas	11 meses
06	296	Jéssica Thais Alievi	Ciências Biológicas	2 meses e 26 dias
07	223	Valdenice Alves Gonçalves	Ciências Biológicas	-----
08	230	Juliana Patricio Ilibio	Pedagogia	2 anos e 18 dias

## História

Classificação	Nº de Inscrição	Nome do candidato	Formação	Tempo de Serviço
01	162	Vanucci Bernartd Deucher	História, com especialização	4 anos, 9 meses e 18 dias
02	192	Franciéle Martins de Abreu	História	4 anos, 8 meses e 29 dias
03	376	Taline Bobato Stadler Teixeira	História	3 anos, 4 meses e 8 dias
04	210	Fernanda Bester Schmitt	História	8 meses e 19 dias
05	01	Sandra Hüttl	História	7 meses e 24 dias
06	405	Jocian Alves Vieira	Cursando a 7ª fase de História	9 meses e 19 dias
07	404	Alexandre Henrique	Cursando a 4ª fase de História	-----
08	143	Sandra Mara Colaço Soares	Geografia	2 anos, 1 mês e 2 dias

## Geografia

Classificação	Nº de Inscrição	Nome do candidato	Formação	Tempo de Serviço
01	402	Edna de Souza Strassmann	Estudos Sociais, com especialização	4 meses e 25 dias
02	250	Magaret Hass	Geografia	2 anos, 7 meses e 2 dias
03	143	Sandra Mara Colaço Soares	Geografia	2 anos, 1 mês e 2 dias
04	263	Gladis Inês Ulsenheimer	Pedagogia, com especialização	1 ano e 11 meses e 23 dias
05	376	Taline Bobato Stadler Teixeira	História	3 anos, 4 meses e 8 dias
06	210	Fernanda Bester Schmitt	História	8 meses e 19 dias
07	01	Sandra Hüttl	História	7 meses e 24 dias
08	404	Alexandre Henrique	Cursando a 4ª fase de História	-----
09	307	Samuel Rodrigues da Costa	Ensino Médio	-----

## Ensino Religioso

Classificação	Nº de Inscrição	Nome do candidato	Formação	Tempo de Serviço
01	62	Gerson Ruben Marques Pereira	Teologia	7 anos, 9 meses e 3 dias
02	274	Karolina Zanghelini	Pedagogia, com especialização	12 anos, 11 meses e 25 dias
03	162	Vanucci Bernartd Deucher	História, com especialização	4 anos, 9 meses e 18 dias
04	285	Lindomar Silva de Jesus	Pedagogia, com especialização	3 anos, 10 meses e 22 dias
05	192	Franciéle Martins de Abreu	História	4 anos, 8 meses e 29 dias
06	308	Elma de Oliveira Silva da Costa	Pedagogia	1 ano, 10 meses e 26 dias
07	296	Jéssica Thais Alievi	Ciências Biológicas	2 meses e 26 dias
08	272	Fabiola Aparecida Jansen	Cursando a 6ª fase de Artes	4 anos, 3 meses e 17 dias
09	279	Ana Paula Sartori dos Santos	Cursando a 6ª fase de Pedagogia	1 ano, 6 meses e 29 dias
10	229	Adriana de Oliveira Ferreira	Cursando a 6ª fase de Artes	1 ano, 3 meses e 16 dias

## Artes

Classificação	Nº de Inscrição	Nome do candidato	Formação	Tempo de Serviço
01	305	Rafael Rodrigo Soares	Artes, com especialização	5 anos, 6 meses e 19 dias
02	270	Cristiane Lessmann de Araújo	Artes, com especialização	-----
03	318	Kamila Arza Bez	Artes e cursando especialização	9 anos, 6 meses e 26 dias
04	142	Viviane dos Santos	Artes Visuais	4 anos, 2 meses e 14 dias
05	166	Jaime Israel Barboza Amorim	Artes Visuais	3 anos e 27 dias



06	382	Rubia Dolla Gauziski	Artes Visuais	1 ano, 8 meses e 5 dias
07	254	Mara Regina Barbosa dos Santos Luiz	Artes Visuais	8 meses e 25 dias
08	272	Fabíola Aparecida Jansen	Cursando a 6ª fase de Artes	4 anos, 3 meses e 17 dias
09	229	Adriana de Oliveira Ferreira	Cursando a 6ª fase de Artes	1 ano, 3 meses e 16 dias
10	390	Adriane Tomelin Wöhl	Cursando a 4ª fase de Artes	5 meses e 28 dias
11	159	Rosana Ferreira	Pedagogia, com especialização	3 anos, 8 meses e 19 dias
12	103	Raquel Schulze	Educação Física	5 meses e 27 dias
13	255	Gabriella Tavares Silva Schiochet	Cursando a 8ª fase de Pedagogia	2 anos, 3 meses e 16 dias

## Educação Física

Classificação	Nº de Inscrição	Nome do candidato	Formação	Tempo de Serviço
01	151	Elvis Schiochet	Educação Física e Especialização com Cref	12 anos e 27 dias
02	324	Anibal Ruviano	Educação Física e Especialização com Cref	8 anos, 4 meses e 28 dias
03	379	Claudio Roger Rombaldi	Educação Física e Especialização com Cref	4 anos e 7 meses
04	396	Eduardo Gomes do Nascimento	Educação Física	5 anos, 10 meses e 9 dias
05	283	Ires Ferreira	Educação Física	4 anos, 7 meses e 9 dias
06	165	Paulo Roberto Iemos Schramm	Educação Física	1 ano, 9 meses e 8 dias
07	227	Denize da Cruz dos Santos	Educação Física	1 ano, 4 meses e 21 dias
08	276	Solange Taís Gebhardt	Educação Física	1 ano, 1 mês e 23 dias
09	368	Daniela Judachewsky	Educação Física	8 meses e 25 dias
10	103	Raquel Schulze	Educação Física	5 meses e 27 dias
11	335	Valderi de Oliveira de Cristo	Educação Física	-----
12	369	Rodrigo da Silva Cruz	Educação Física	-----
13	365	Jaqueline Luísa Bolduan	Educação Física	-----
14	189	Rosemeri Marquardt	Cursando a 7ª fase de Educação Física	-----
15	323	Jonathan Spézia Franzner	Cursando a 5ª fase de Educação Física	7 meses e 14 dias
16	137	Edla Alegri	Cursando a 4ª fase de Educação Física	-----
17	374	Fernando Hütll	Cursando a 2ª fase de Educação Física	-----

## Classificação de professores Act 's 2016

## Professores de Educação Infantil e Séries Iniciais do Ensino Fundamental e Educação Especial: 75

Classificação	Nº de Inscrição	Nome do candidato	Formação	Tempo de Serviço
01	328	Vanessa Aparecida Beleti de Lima	Pedagogia, com Mestrado	3 anos, 11 meses e 10 dias
02	179	Francisca Barbosa da Silva Ferreira	Pedagogia, com especialização	26 anos, 7 meses e 5 dias
03	342	Helenice Neri de Arantes	Pedagogia, com especialização	26 anos
04	164	Sirlene Vieira Muniz	Pedagogia, com especialização	18 anos, 9 meses e 17 dias
05	399	Miriam Taufenbach	Pedagogia, com especialização	14 anos, 9 meses e 28 dias
06	93	Marisa Cercal Petry	Pedagogia, com especialização	14 anos, 5 meses e 4 dias
07	247	Adilceneia Becker da Silva Ferrazza	Pedagogia, com especialização	13 anos, 11 meses e 15 dias
08	119	Maria Schork	Pedagogia, com especialização	13 anos, 5 meses e 23 dias
09	274	Karolina Zanghelini	Pedagogia, com especialização	12 anos, 11 meses e 25 dias
10	314	Jussuelen Patricio Ilibio	Pedagogia, com especialização	12 anos e 13 dias
11	356	Zenaide Idalencio	Pedagogia, com especialização	12 anos e 11 dias
12	129	Margareth Smetkowski Petters	Pedagogia, com especialização	8 anos, 7 meses e 28 dias
13	290	Catiana Adler	Pedagogia, com especialização	8 anos, 6 meses e 26 dias
14	198	Maria de Lourdes Geraldo Pereira	Pedagogia, com especialização	8 anos, 5 meses e 22 dias
15	320	Mara Lucia Creado de Aro Santos	Pedagogia, com especialização	7 anos, 3 meses e 2 dias
16	345	Lucia de Souza Fernandes	Pedagogia, com especialização	5 anos, 11 meses e 6 dias
17	184	Rosane das Graças Alves Theodoro	Pedagogia, com especialização	5 anos, 9 meses e 23 dias
18	357	Lucimar Pereira Oliveira de Aquino	Pedagogia, com especialização	5 anos, 7 meses e 16 dias
19	366	Juliana Judachewsky	Pedagogia, com especialização	5 anos, 6 meses e 20 dias
20	149	Eliane Denise Müller Barboza	Pedagogia, com especialização	5 anos, 5 meses e 9 dias
21	163	Nilena Jacklin dos Santos	Pedagogia, com especialização	5 anos e 4 meses

22	87	Ivonete Teresinha Andrukiu de Costa	Pedagogia, com especialização	5 anos, 3 meses e 29 dias
23	275	Rosania Kuhnen Heidemann	Pedagogia, com especialização	5 anos, 3 meses e 3 dias
24	264	Salete de Meira da Silva	Pedagogia, com especialização	5 anos, 2 meses e 25 dias
25	257	Silvia Aparecida Lesseux Kemper	Pedagogia, com especialização	5 anos, 2 meses e 25 dias
26	321	Adriana Alexandra Weissheimer Sta-chaera	Pedagogia, com especialização	4 anos, 7 meses e 13 dias
27	185	Pamela de Carvalho	Pedagogia, com especialização	4 anos e 17 dias
28	285	Lindomar Silva de Jesus	Pedagogia, com especialização	3 anos, 10 meses e 22 dias
29	159	Rosana Ferreira	Pedagogia, com especialização	3 anos, 8 meses e 19 dias
30	351	Ariela Miréia Silva Gonçalves	Pedagogia, com especialização	3 anos, 4 meses e 22 dias
31	201	Flávia Mariane Viesniewsky Hauffe	Pedagogia, com especialização	3 anos, 3 meses e 17 dias
32	82	Carmen Lucia Inocente Jeremias	Pedagogia, com especialização	3 anos, 1 mês e 6 dias
33	327	Dileusa Rosanjala Pezzatto	Pedagogia, com especialização	2 anos, 2 meses e 16 dias
34	263	Gladis Inês Ulsenheimer	Pedagogia, com especialização	1 ano e 11 meses e 23 dias
35	126	Edeltraudt Ropeke Gretter	Pedagogia, com especialização	1 ano e 7 meses
36	372	Rodrigo da Silva	Pedagogia, com especialização	1 ano, 4 meses e 16 dias
37	384	Susan Nara Vieira	Pedagogia e cursando especia- lização	4 anos, 3 meses e 19 dias
38	06	Luciene Viviane Bonkowski	Pedagogia e cursando especia- lização	3 anos, 1 mês e 17 dias
39	216	Teresinha Pereira Pacheco	Pedagogia	7 anos e 18 dias
40	233	Luciane Stuy	Pedagogia	6 anos, 10 meses e 27 dias
41	388	Renata Schaadt	Pedagogia	4 anos, 9 meses e 25 dias
42	248	Vera Aparecida Siqueira Teixeira	Pedagogia	4 anos, 9 meses e 16 dias
43	354	Joelma da Silveira Dmeterko	Pedagogia	4 anos, 9 meses e 2 dias
44	193	Morgana Patricia Gebhardt Ponath	Pedagogia	4 anos, 7 meses e 15 dias
45	49	Patricia Graczek Marquardt	Pedagogia	4 anos, 6 meses e 18 dias
46	338	Rita de Cássia Meister	Pedagogia	4 anos, 1 mês e 20 dias
47	88	Luciane Belitzke João	Pedagogia	3 anos, 8 meses e 9 dias
48	373	Lilian Kenoblau Arnold	Pedagogia	2 anos, 3 meses e 20 dias
49	215	Janete Aparecida Menel	Pedagogia	2 anos e 27 dias
50	230	Juliana Patricio Ilibio	Pedagogia	2 anos e 18 dias
51	308	Elma de Oliveira Silva da Costa	Pedagogia	1 ano, 10 meses e 26 dias
52	246	Fernanda Odorizzi	Pedagogia	1 ano, 7 meses e 26 dias
53	133	Laila Jaisza Monteiro	Pedagogia	1 ano, 1 mês e 18 dias
54	114	Franciele Fabiana de Mattos Lach	Pedagogia	1 ano, 1 mês e 12 dias
55	350	Jany Ramos Bittencourt Ribeiro	Pedagogia	9 meses e 25 dias
56	347	Geovana Svarcz Klabunde	Pedagogia	2 meses e 28 dias
57	292	Wanderleia Aparecida Minatti Toni	Pedagogia	-----
58	343	Tassia Kamila Lorenzi	Pedagogia	-----
59	363	Leridiane do Prado	Pedagogia	-----
60	109	Gisleine de Brito	Pedagogia	-----
61	212	Mariane Fernanda Mendes	Pedagogia	-----
62	298	Zenilda Mariano Ferreira	Magistério e cursando a 6ª fase de Pedagogia	4 anos, 9 meses e 6 dias
63	190	Fernanda Karina Pellin	Magistério e cursando a 6ª fase de Pedagogia	3 anos, 8 meses e 13 dias
64	133	Laila Jaisza Monteiro	Magistério e cursando a 6ª fase de Pedagogia	1 ano, 1 mês e 18 dias
65	402	Edna de Souza Strassamann	Magistério, Estudos Sociais, com especia- lização	4 meses e 25 dias
66	221	Débora Michelly Oliveira da Silva Bor- tolini	Magistério e cursando a 6ª fase de Pedagogia	-----
67	131	Kátia Moreira Schlichting	Magistério e cursando a 1ª fase de Pedagogia	-----
68	244	Fabiela Gomes	Magistério e cursando a 1ª fase de Pedagogia	-----
69	90	Clarice Hirt	Magistério	-----
70	361	Gislaine Mirléia Corrêa	Magistério	-----
71	234	Fabiane Stuy	Magistério	-----
72	231	Analú Coelho Antunes	Magistério	-----
73	183	Aline Rodrigues dos Santos	Magistério	-----
74	40	Joice Viebrantz	Magistério	-----

75	54	Mayara Cristina Diel	Magistério	-----
----	----	----------------------	------------	-------

## Professor Leigo: 35

Classificação	Nº de Inscrição	Nome do candidato	Formação	Tempo de Serviço
01	50	Ana Paula Floriani	Cursando a 8ª fase de Pedagogia	4 anos, 7 meses e 6 dias
02	255	Gabriella Tavares Silva Schiochet	Cursando a 8ª fase de Pedagogia	2 anos, 3 meses e 16 dias
03	117	Erika Gomes Alves dos Santos	Cursando a 8ª fase de Pedagogia	1 ano, 8 meses e 25 dias
04	108	Josilene Márcia Viebrantz	Cursando a 8ª fase de Pedagogia	1 ano, 6 meses e 29 dias
05	170	Jociele Aparecida Travassos da Silva Borges	Cursando a 8ª fase de Pedagogia	9 meses e 11 dias
06	154	Sandra da Silva Rathunde	Cursando a 6ª fase de Pedagogia	1 ano, 10 meses e 23 dias
07	279	Ana Paula Sartori dos Santos	Cursando a 6ª fase de Pedagogia	1 ano, 6 meses e 29 dias
08	219	Cleia Guilherme de Araujo Castagna	Cursando a 6ª fase de Pedagogia	1 ano, 6 meses e 5 dias
09	177	Darlene Ramos Correia Pereira	Cursando a 6ª fase de Pedagogia	29 dias
10	395	Evando Santos Cordeiro	Cursando a 6ª fase de Pedagogia	-----
11	346	Juliane Svarcz Storki	Cursando a 6ª fase de Pedagogia	-----
12	297	Anderson Alves dos Santos	Cursando a 6ª fase de Pedagogia	-----
13	15	Fernanda Michalack	Cursando a 5ª fase de Pedagogia	1 ano, 6 meses e 29 dias
14	79	Silvia Fabiane Detz Mittelstadd	Cursando a 4ª fase de Pedagogia	1 ano, 9 meses e 10 dias
15	20	Marina Kohls da Cunha	Cursando a 4ª fase de Pedagogia	1 ano, 6 meses e 29 dias
16	92	Raquel de Carvalho	Cursando a 4ª fase de Pedagogia	1 ano, 2 meses e 2 dias
17	262	Gabrielle Engelhardt	Cursando a 4ª fase de Pedagogia	8 meses e 18 dias
18	289	Adriana Dias Rodrigues	Cursando a 4ª fase de Pedagogia	2 meses e 21 dias
19	360	Aline Naira da Silva	Cursando a 4ª fase de Pedagogia	-----
20	287	Francieli Lorena Grein Pezzonia	Cursando a 4ª fase de Pedagogia	-----
21	252	Marilei Fragoso do Nascimento	Cursando a 4ª fase de Pedagogia	-----
22	22	Laurecina Belitzki	Cursando a 3ª fase de Pedagogia	8 meses e 27 dias
23	339	Jefferson Barros Soares	Cursando a 3ª fase de Pedagogia	4 meses e 19 dias
24	175	Libia Acenira Tavares	Cursando a 3ª fase de Pedagogia	2 meses e 14 dias
25	269	Lucineia Wosniach Silveira	Cursando a 3ª fase de Pedagogia	-----
26	406	Elaine Maria da Rocha	Cursando a 2ª fase de Pedagogia	-----
27	72	Adriana Carpes da Silva	Cursando a 2ª fase de Pedagogia	-----
28	295	Raquel Balduino da Rosa	Cursando a 1ª fase de Pedagogia	1 ano, 2 meses e 8 dias
29	112	Aline Amaral da Luz	Matemática	1 ano, 6 meses e 29 dias
30	368	Daniela Judachewsky	Educação Física	8 meses e 25 dias
31	323	Jonathan Spézia Franzner	Cursando a 5ª fase de Educação Física	7 meses e 14 dias
32	390	Adriane Tomelin Wöhl	Cursando a 4ª fase de Artes	5 meses e 28 dias

32	203	Ana Lucia David de Lima	Cursando a 4ª fase de Informática	2 anos, 7 meses e 5 dias
34	374	Fernando Hütll	Cursando a 2ª fase de Educação Física	-----
35	371	Sabrina Aline Erdmann	Ensino Médio	-----

## OUTROS CARGOS DA ADMINISTRAÇÃO

Auxiliar de Setor: 133

Classificação	Nº de Inscrição	Nome do candidato	Nota Redação
01	317	Jucelaine Luy	9,5
02	147	Clarice Maria da Silveira	8,5
03	273	Fabíola Aparecida Jansen	8,5
04	278	Ana Paula Sartori dos Santos	8,5
05	331	Leticia Aline Berlato	8,5
06	249	Magaret Hass	8,5
07	21	Laurecina Belitzki	8,0
08	176	Darlene Ramos Correia Pereira	8,0
09	99	Elaine Maria da Rocha	8,0
10	399	Luciane Aparecida Baier	8,0
11	78	Silvia Fabiane Detz Mittelstadd	8,0
12	169	Jociele Aparecida Travassos da Silva Borges	8,0
13	367	Daniela Judachewsky	8,0
14	19	Marina Kohls da Cunha	8,0
15	66	Geniffer Caroline Peggau	8,0
16	67	Karina Renata Pincegher	8,0
17	132	Luiza Cristina Burger	8,0
18	106	Vanessa Camila Olewski	8,0
19	261	Gabrielle Engelhardt	8,0
20	107	Josilene Márcia Viebrantz	7,7
21	228	Adriana de Oliveira Ferreira	7,5
22	100	Fabiane Michele dos Santos de Souza	7,5
23	44	Angela Maria Bortolotti Wargenowsky	7,5
24	153	Sandra da Silva Rathunde	7,5
25	55	Daniela Cristina Glatz	7,5
26	42	Gaby Morgana Schulze	7,5
27	167	Edilaine Maria da Rocha	7,5
28	315	Fátima Bianchini	7,5
29	91	Raquel de Carvalho	7,5
30	48	Fernanda Linzmeyer da Luz	7,5
31	358	Adriane Jankowski	7,5
32	359	Aline Naira da Silva	7,3
33	122	Eliane Pereira	7,0
34	168	Silvana Andreia Schwarz Müller	7,0
35	160	Miriam Früchtling	7,0
36	76	Erica Silva Mello	7,0
37	181	Alexandra Alice Jantsch Eichstadt	7,0
38	30	Josiane Mota	7,0
39	171	Adriana Honório de Moraes de Tofol	7,0
40	224	Valdenice Alves Gonçalves	7,0
41	14	Fernanda Michalack	7,0
42	381	Jordana Mafrá	7,0
43	113	Franciele Fabiana de Mattos Lach	7,0
44	393	Juana da Cruz Signoreli Marquardt	7,0
45	197	Camila Kusinski	7,0
46	18	Tatiane Venera Kusinsky	7,0
47	156	Giselle Lange	7,0
48	56	Camila Burger	7,0
49	304	Francine de Souza Klemms	7,0
50	96	Thamiris Aparecida Smicate Koinatiski	7,0
51	282	Laísa Alexi Tvardovski	7,0
52	281	Larissa Alexi Tvardovski	7,0
53	53	Mayara Cristina Diel	7,0

54	294	Raquel Balduino Rosa da Costa	6,5
55	130	Kátia Moreira Schlichting	6,5
56	60	Fernanda Aparecida Mania Souza	6,5
57	38	Jocinéia da Luz	6,5
58	157	Karina Denk	6,5
59	266	Flavia Freitas Dias Neves	6,5
60	334	Sandra do Prado Hessel Stoeberl	6,5
61	253	Josiane Aparecida Simões	6,5
62	51	Francieli Ferreira	6,5
63	202	Ana Lucia David de Lima	6,5
64	103	Raquel Schulze	6,5
65	128	Tatiane Leticia de Castro Klasener	6,5
66	271	Giovana Anders	6,5
67	07	Bruna Rabock	6,5
68	39	Joice Viebrantz	6,5
69	199	Luciana Silva dos Santos da Silva	6,3
70	355	Joelma da Silveira Dmeterko	6,3
71	390	Renata Schaad	6,3
72	98	Adriane Kuster Vetterlein	6,3
73	152	Leticia Lenita da Fonseca dos Santos	6,3
74	364	Leridiane do Prado	6,3
75	258	Ana Caroline Werus	6,3
76	316	Genny Caroline Fontana	6,3
77	341	Aline de Costa Souza Lima	6,0
78	392	Adriane Tomelin Wöhl	6,0
79	146	Edla Alegri	6,0
80	243	Fabiela Gomes	6,0
81	218	Cleia Guilherme de Araujo Castagna	6,0
82	260	Juliete Nitz	6,0
83	71	Adriana Carpes da Silva	6,0
84	376	Adrielly Meiry da Silva	6,0
85	28	Jéssica Mina Kamchen	6,0
86	23	Angelina Beseke dos Santos	6,0
87	213	Flávia Gabriela Kruczkiewicz	6,0
88	344	Gabriele Nunes da Silva	6,0
89	200	Nelsi Marquardt	5,7
90	402	Marisa Rusch	5,7
91	256	Jordana Elaine Silva	5,7
92	134	Laila Jaisza Monteiro	5,7
93	265	Rosiliane Mokwa	5,7
94	58	Larissa Schwirkowski	5,7
95	11	Adriana Klaumann	5,5
96	204	Rosemeire Metzger	5,5
97	188	Rosemeri Marquardt	5,5
98	251	Marilei Fragoso do Nascimento	5,5
99	174	Libia Acenira Tavares	5,3
100	116	Erika Gomes Alves dos Santos	5,3
101	127	Cerlei Nunesa de Oliveira Kelzer	5,0
102	226	Denize da Cruz dos Santos	5,0
103	41	Josiane Margaret Borges Novaka	5,0
104	207	Roseli Arrabar	5,0
105	125	Caroline Lopes	5,0
		Faltaram	
	288	Adriana Dias Rodrigues	Faltou
	387	Adriani Borges de Souza Santos	Faltou
	111	Aline Amaral da Luz	Faltou
	182	Aline Rodrigues dos Santos	Faltou
	379	Amarildo Tomaselli Júnior	Faltou
	85	Andréia Kiatkoski Lankewicz	Faltou
	17	Bruna Maiara Gumz	Faltou
	232	Analu Coelho Antunes	Faltou
	89	Clarice Hirt	Faltou
	178	Debora Navarro Serpa Gonçalves	Faltou

	220	Débora Michelly Oliveira da Silva Bortolini	Faltou
	105	Denise Greffin Fernandes	Faltou
	235	Fabiane Stuy	Faltou
	245	Fernanda Odorizzi	Faltou
	286	Francieli Lorena Grein Pezzonia	Faltou
	26	Gislaine Maria Leber	Faltou
	362	Gislaine Mirléia Corrêa	Faltou
	240	Ivonete Pacheco	Faltou
	322	Jonathan Spézia Franzner	Faltou
	188	Josimeri Marquardt	Faltou
	204	Josemeire Metzger	Faltou
	268	Lucineia Wosniach Silveira	Faltou
	120	Maria Schork	Faltou
	80	Nelci de Oliveira Padilha dos Santos	Faltou
	370	Sabrina Aline Erdmann	Faltou
	146	Tamara Araujo	Faltou
	65	Thaize Caroline Behling	Faltou
	293	Wanderleia Aparecida Minatti Toni	Faltou

Cargo: Instrutor de Música: 07

## Violino

Ordem Alfabética	Nº de Inscrição	Nome do candidato	Nota Prova Prática
01	173	Pablo Emanuel Ferreira	8,0

## Clarinete e Saxofone

Ordem Alfabética	Nº de Inscrição	Nome do candidato	Nota Prova Prática
01	214	Jakson Wajand	10,0

## Teclado e Gaita

Ordem Alfabética	Nº de Inscrição	Nome do candidato	Nota Prova Prática
01	319	Augusto Matheus Oliari	8,5
02	378	Taline Bobato Stadler Teixeira	Faltou

## Bateria

Ordem Alfabética	Nº de Inscrição	Nome do candidato	Nota Prova Prática
01	325	Dennis da Silva Fernandes	9,5

## Violão e Guitarra

Ordem Alfabética	Nº de Inscrição	Nome do candidato	Nota Prova Prática
01	326	Wagner Francisco Alfredo Corrêa	8,5

## Musicalização Infantil

Ordem Alfabética	Nº de Inscrição	Nome do candidato	Nota Prova Prática
01	348	Paulo Henrique de Sousa Costa Wolodozelik	9,0
02	326	Wagner Francisco Alfredo Corrêa	8,5

Cargo: Técnico em Enfermagem: 09

Classificação	Nº de Inscrição	Nome do candidato	Tempo de Serviço
01	186	Tania Regina Bankhardt Lenzi	11 anos, 11 meses e 2 dias
02	313	Roselene Elverita Stelter Poerner	10 anos e 5 dias
03	291	Elisandra Adriela Issler Rodrigues	6 anos, 9 meses e 8 dias
04	330	Eliane Beatezecki Spanhol	5 anos, 6 meses e 22 dias
05	353	Rosemari Stock de Lima	3 anos, 3 meses e 13 dias
06	393	Edna Aparecida Barbosa	2 anos, 10 meses e 5 dias
07	63	Gerson Ruben Marques Pereira	2 anos, 4 meses e 19 dias
08	336	Ayme Kamile Dias	1 ano e 3 meses
09	09	Julia Luisa Haberland Hafemann	8 meses e 28 dias

Fonoaudióloga: 20 horas

Classificação	Nº de Inscrição	Nome do candidato	Tempo de Serviço
---------------	-----------------	-------------------	------------------



01	95	Bruna de Mello dos Santos	2 anos e 6 meses
----	----	---------------------------	------------------

Cargo: Merendeira: 15

Classificação	Nº de Inscrição	Nome do candidato	Tempo de Serviço
01	10	Angela Maria da Silva	29 anos
02	311	Amanda Margareth Borges	14 anos, 7 meses e 29 dias
03	45	Edenir de Jesus Alves	8 anos, 1 mês e 17 dias
04	310	Silvana da Rosa	6 anos, 10 meses e 22 dias
05	25	Iraci da Fonseca	4 anos, 9 meses e 16 dias
06	400	Avanilda Moreira Zimmermann	3 anos, 6 meses e 13 dias
07	161	Cleia Aparecida dos Santos	2 anos, 3 meses e 19 dias
08	301	Wanderlúcia Pilet Santos Souza	2 anos e 3 dias
09	04	Leticia do Nascimento Rolim	2 anos e 10 dias
10	86	Rosemeri Pinheiro	1 ano, 9 meses e 19 dias
11	237	Lindacir Aparecida do Livramento Vicente	1 ano, 8 meses e 21 dias
12	284	Marli Wish Gasperi	1 ano, 7 meses e 11 dias
13	217	Silvana Pereira Pacheco	1 ano, 2 meses e 9 dias
14	121	Cristiane de Fátima Siqueira	1 ano, 1 mês e 27 dias
15	383	Dilce Fernandes dos Santos	1 ano e 5 meses
16	303	Alair de Carvalho Arbighaus	5 meses e 26 dias
17	225	Valdirene Langer Vosgerau	-----
18	403	Elisangela Strassmann Silva	-----
19	29	Elisabeth Kamchen	-----

Indeferido por falta de documentação

Nº de Inscrição	Nome do candidato
408	Adriana L. Ramalho
57	Maria Inês Alexi Funka

Cargo: Auxiliar de Serviços Gerais: 31

Classificação	Nº de Inscrição	Nome do candidato	Tempo de Serviço
01	140	Silvane Leitzke Daniel	18 anos e 4 meses
02	236	Erni do Carmo Alves da Cruz	17 anos e 8 meses
03	208	Arlete Adelaide Marquardt	14 anos, 3 meses e 14 dias
04	267	Bernadete da Silva	12 anos, 2 meses e 16 dias
05	299	Silda Terezinha Mariano	9 anos, 1 mês e 1 dia
06	259	Vera Lucia Simões	7 anos e 12 dias
07	80	Nelci de Oliveira Padilha dos Santos	6 anos, 2 meses e 23 dias
08	206	Icrair Pereira	6 anos, 2 meses e 6 dias
09	12	Grasiane Ferreira Nilsen	4 anos, 10 meses e 9 dias
10	75	Valéria Koch Butewicz	4 anos, 1 mês e 1 dia
11	77	Luciane Mozzer	3 anos, 8 meses e 28 dias
12	16	Vanessa Cristina Przewdiecki	3 anos, 5 meses e 8 dias
13	349	Adriane de Lima Carvalho Erdmann	3 anos, 2 meses e 12 dias
14	64	Natália de Souza Lima	3 anos, 1 mês e 13 dias
15	385	Gilmara Gonçalves	2 anos, 5 meses e 9 dias
16	34	Silvana de Borba	2 anos, 2 meses e 27 dias
17	94	Antônia Regina de Faria	2 anos e 2 dias
18	35	Shirlei Eliane Becker	1 ano, 8 meses e 23 dias
19	150	Francieli Cristina da Fonseca dos Santos	1 ano e 7 meses
20	46	Adriana Gessner Raimundo	1 ano, 3 meses e 13 dias
21	24	Ivanilda Tereseinha Pereira	1 ano, 1 mês e 17 dias
22	209	Elza Richert Rusch	10 meses e 20 dias
23	196	Josimare Alves Bueno	9 meses e 27 dias
24	242	Ketenen Camila Ramos Campos	6 meses e 19 dias
25	306	Aline Martins Bueno	4 meses e 20 dias
26	302	Andreia Xavier de Souza	3 meses e 13 dias
27	102	Marilene Silveiro	-----
28	135	Elisete dos Santos	-----
29	238	Carina Pereira Cardoso	-----
30	47	Patricia Mokwa	-----
31	195	Eliane Farias	-----

## Indeferido por falta de documentação

Nº de Inscrição	Nome do candidato
31	Nelci Fatima Ferraz
33	Thais Isadora Rosa Rocha
52	Carolina Olívia Soares
59	Adriana Cristina de Oliveira
101	Mariane Volinger de Souza Kühne
115	Raquel Neubauer

## Cargo: Motorista: 31

Classificação	Nº de Inscrição	Nome do candidato	Nota Prova Prática
01	74	Moacir Lipinski	10,0
02	32	Márcio Fidélis	10,0
03	205	Leandro Neumann	10,0
04	333	Valdecir Valdir Gunther	9,7
05	172	Gilmar Jungton	9,5
06	37	Lourenço Ferreira de Lima	9,5
07	329	Sidinei Adilson Spanhol	9,4
08	69	Orico Kubiak	9,2
09	61	Moisés Garcia de Melo	9,2
10	337	Bento Antonio da Cunha	8,8
11	144	Dirceu Engel	7,9
12	124	Ilson José Borges	7,6
13	155	Eder Antonio Grieger	7,4
14	81	José Silva de Melo	7,3
15	36	Celso Schimanski	7,2
16	68	Marlo Marquardt	7,1
17	309	Joelson Holler	7,0
18	5	Daniel Funka	6,9
19	408	João Paulo Rodrigues	6,7
20	191	Anderson de Araujo	6,5
21	382	Cleverton Felipe Sicora Ferreira	6,2
22	148	Renaldo Stammerjohann	5,8
		Faltaram	
	312	Adelson Gomes Ferreira	Faltou
	13	Aldo Tribes	Faltou
	158	Peterson Xavier Voigtlander	Faltou
	136	Jair Monteiro	Faltou
	141	Irineu Fagundes da Silva	Faltou

## Indeferido por falta de documentação

Nº de Inscrição	Nome do candidato
03	Edson Nunes Ferreira
73	Urani Cartmann
84	João Felipe dos Santos
118	Silvio Cesar da Silva

## Cargo: Trabalhador Braçal: 12

Classificação	Nº de Inscrição	Nome do candidato	Nota Prova Prática
01	32	Luciano Ademar Krause	9,5
02	70	Luciano Ferreira	9,0
03	02	Willian Cordeiro de Jesus da Luz	8,0
04	277	Marcos Santos da Costa	8,0
05	145	Ingomar Buttendorf	7,5
06	187	Roni Peterson dos Santos Rodrigues	7,5
07	151	Manjii Takii	7,0
08	300	Carlos Alberto da Silva	7,00
		Faltaram	
	239	Edenilson Sulino Nilsen	Faltou

	241	Eleandro Kenedi Sulino Nilsen	Faltou
	110	Byron August Vicente	Faltou
	02	Willian Cordeiro de Jesus da Luz	Faltou

Indeferido por falta de documentação

Nº de Inscrição	Nome do candidato
97	Pedro Luy

Não houve inscrição para os cargos:

Fonoaudiólogo: 35h  
Médico Clínico Geral

Observação:

Os candidatos com inscrição homologada e classificados serão chamados conforme a necessidade do Município e em conformidade com os preceitos da Lei Complementar Municipal 014/09.

LUIZ CARLOS TAMANINI  
Prefeito Municipal de Corupá

MAURI EDGAR PADILHA DE LIMA  
Assessor Jurídico  
OAB/SC 28.541

# Doutor Pedrinho

## PREFEITURA

### CONTRATO Nº 64/2015

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 64/2015

As partes, de um lado o MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, Estado de Santa Catarina, com endereço na Rua Brasília, nº 02, centro, na cidade de Doutor Pedrinho/SC, inscrito no CNPJ sob nº 79.373.775/0001-62, neste ato representado pelo Prefeito HARTWIG PERSUHN, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e de outro a Empresa NUBES TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA - ME., inscrita no CNPJ sob nº 18.398.197/0001-24, com sede na Rua Beija-flor, nº 1002, Sala 01, Bombas, na cidade de Bombinhas/SC, CEP. 88215-000, neste ato representada por sua procuradora, Sra. Grace Jennifer Trautmann Ratzmann, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, celebram o presente Contrato de Prestação de Serviços, com fundamento no art. 24, II, da Lei nº 8.666/93, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - O objeto do presente contrato é a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS PARA ELABORAÇÃO E APLICAÇÃO/CORREÇÃO DE PROVAS ESCRITAS E/OU PRÁTICAS PARA CONCURSO PÚBLICO DESTINADO A PROVER VAGAS DO QUADRO DE PESSOAL DO MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO/SC, incluindo fornecimento de programa de provas até a data de início do prazo das inscrições, bem como o assessoramento no julgamento de recursos relacionados aos serviços prestados.

1.2 - Ao assinar este Contrato, a CONTRATADA declara que tomou pleno conhecimento da natureza e condições locais onde serão executados os serviços objeto do presente Contrato. Não será considerada pelo CONTRATANTE qualquer reclamação ou reivindicação por parte da CONTRATADA fundamentada na falta de conhecimento dessas condições.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOCUMENTAÇÃO CONTRATUAL

2.1 - Fazem parte deste Contrato, independentemente da transcrição, os seguintes documentos, cujo teor, é de conhecimento das partes contratantes: Proposta da CONTRATADA, instrumentos legais do CONTRATANTE (Lei Complementar nº 50, de 16/10/2006; Leis Complementares nº 31 e 32, de 06/04/2004, Lei Complementar nº 57, de 30/05/2007, e Decreto nº 25, de 20/05/2010), Edital de Concurso Público a ser elaborado pelo CONTRATANTE, e demais normativas que lhe forem atinentes.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DO REGIME DE EXECUÇÃO

3.1 - O objeto do presente contrato será realizado pela CONTRATADA sob a Forma/Regime de execução direta.

3.2 - O CONTRATANTE discutirá com a CONTRATADA a formulação do calendário para as várias atividades e etapas pertinentes ao Concurso Público, de acordo com a regulamentação legal municipal, visando sua adequação ao número de vagas e de possíveis candidatos, bem como a operacionalização dos serviços, evitando-se descumprimento e atrasos.

#### CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1 - A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA, o preço proposto para prestação dos serviços previstos neste instrumento, que é de

R\$ 7.400,00 (sete mil e quatrocentos reais).

4.2 - O Pagamento será efetivado 30 (trinta) dias corridos após a completa execução dos serviços e homologação do Concurso.

4.3 - Fica expressamente estabelecido que os preços constantes na proposta da CONTRATADA, inclui todos os custos diretos e indiretos para a execução do objeto contratado, constituindo-se na única remuneração devida.

4.4 - O pagamento será efetivado na Tesouraria da Secretaria de Finanças da CONTRATANTE ou por Ordem Bancária na conta indicada.

#### CLAUSULA QUINTA - DO NÃO REAJUSTAMENTO

5.1 - O valor apresentado na proposta, caracterizando o preço unitário e global para a integral execução dos serviços, não terá reajuste.

#### CLAUSULA SEXTA - DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA

6.1 - A vigência deste contrato é até 31/12/2016, contados a partir 01/01/2016, podendo ser prorrogado, mediante termo Aditivo, de conformidade com o estabelecido na Lei nº 8666/93.

6.2 - O início dos serviços deve se dar em até 05 (cinco) dias a partir da assinatura deste instrumento.

6.3 - Na contagem dos prazos, excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o do vencimento.

6.4 - Os prazos serão em dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto de forma diferente. Os prazos se iniciam e vencem em dia de expediente normal.

6.5 - Todos os documentos transmitidos pela CONTRATADA ao CONTRATANTE deverá ser endereçado para os e-mails rh@doutorpedrinho.sc.gov.br e assessoria@doutorpedrinho.sc.gov.br, com cópia para kades.adv@tpa.com.br.

#### CLAUSULA SETIMA - DAS DESPESAS E FONTE DOS RECURSOS

7.1 - As despesas públicas decorrentes do presente contrato correrão por conta do Orçamento Programa Anual do CONTRATANTE, cuja(s) fonte(s) de recurso(s) tem a seguinte classificação:

Dotação Utilizada	
Código Dotação	Descrição
03	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
01	ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
2003	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
33903999	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA
100000	RECURSOS ORDINÁRIOS

#### CLAUSULA OITAVA - DA ACEITAÇÃO DOS SERVIÇOS E DO CONTROLE DE QUALIDADE

8.1 - O serviço prestado somente será considerado devidamente aceito após analisado e aprovado pela Comissão Especial de Concurso Público do CONTRATANTE.

8.2 - No caso de não aceitação do serviço ou defeito em sua

execução, a CONTRATADA devesse providenciar, sem ônus para o CONTRATANTE, a substituição ou refazimento dos mesmos no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, contados da notificação recebida.

#### CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

9.1 - Este contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

##### I - Unilateralmente pelo CONTRATANTE:

- a) Quando houver modificação de prazos e/ou das especificações para melhor adequação técnica do Concurso Público;
- b) quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos no Parágrafo 1º do Artigo 65 da Lei nº 8666/93.

##### II - Por acordo das partes:

- a) Quando necessária a modificação do regime de execução de serviço, bem como, do modo de sua prestação, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;
- b) Quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento sem a correspondente contraprestação ou execução do serviço.

#### CLAUSULA DÉCIMA - DAS MULTAS

10.1 - Pela inexecução total ou parcial do contrato caberá, conforme a gravidade da falta e após a prévia defesa, a aplicação das seguintes sanções:

I - Multa de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso no cronograma estabelecido pelo CONTRATANTE, calculado sobre o valor total do contrato, até o limite de 6% (seis por cento); Em caso de tolerância, após os primeiros 05 (cinco) dias de atraso e não rescindido o contrato, se este atraso for repetido, o CONTRATANTE poderá aplicar a multa em dobro;

##### II - Advertência por escrito;

10.2 - O atraso para efeito de cálculo da multa prevista no inciso I do item anterior será contado em dias corridos, a partir do vencimento do prazo estipulado até a data de entrega do objeto ou serviço.

10.3 - Nenhum pagamento será processado a CONTRATADA penalizada, sem que antes esta tenha pago ou lhe seja relevada a multa imposta.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DA RESCISÃO

11.1 - Caberá rescisão unilateral deste Contrato pelo CONTRATANTE, na forma da Lei e deste instrumento.

11.1.1 - O CONTRATANTE poderá unilateralmente, rescindir de pleno direito este Contrato, independente de notificação judicial ou extrajudicial, desde que ocorra qualquer um dos fatos adiante enunciados, bastando para isso comunicar à CONTRATADA sua intenção, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias:

- a) O não cumprimento pela CONTRATADA das cláusulas contratuais, especificações ou prazos;
- b) O cumprimento irregular pela CONTRATADA das cláusulas contratuais, especificações ou prazos;
- c) O desatendimento pela CONTRATADA das determinações regulares da Comissão Especial de Concurso Público designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
- d) razões de interesse público, expressos pelo CONTRATANTE.

11.1.2 - O CONTRATANTE terá o direito de rescindir de imediato o presente contrato, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, caso ocorra qualquer um dos fatos a seguir

enunciados:

- a) o atraso injustificado no início dos serviços;
- b) suspensão, pelas autoridades competentes, dos serviços da CONTRATADA, em decorrência de violação de disposições legais vigentes;
- c) a paralisação dos serviços sem justa causa e prévia comunicação ao CONTRATANTE;
- d) a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação com outrem, a sessão ou transferência, total ou parcial, bem como, a fusão, cisão ou incorporação, que afetem a boa execução deste;
- e) o cometimento reiterado de faltas na sua execução;
- f) a decretação de falência, o pedido de concordata ou a instauração de insolvência civil;
- g) a dissolução da sociedade ou o falecimento do proprietário, em se tratando de firma individual;
- h) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que, a juízo do CONTRATANTE, prejudique a execução do contrato;
- i) o protesto de títulos ou a emissão de cheques, sem suficiente provisão, que caracterizem a insolvência do CONTRATADO, suficiente para prejudicar a execução ou credibilidade dos serviços.

11.1.3 - No caso de o presente Contrato ser rescindido por culpa da CONTRATADA, serão observadas as seguintes condições:

- a) a CONTRATADA não terá direito de exigir indenização por qualquer prejuízo e será responsável pelos danos ocasionados, cabendo ao CONTRATANTE aplicar as sanções contratuais e legais pertinentes;
- b) a CONTRATADA terá o direito de ser reembolsada pelos serviços já prestados, desde que aprovado pelo CONTRATANTE, até a data da rescisão, deduzidos os prejuízos causados a este;
- c) em qualquer caso, o CONTRATANTE reserva-se ao direito de dar continuidade aos serviços através de outras empresas, ou da forma que julgar mais conveniente;
- d) caso a CONTRATANTE não use o direito de rescindir este Contrato, poderá, a seu exclusivo critério, reduzir ou suspender a execução dos serviços referente ao mesmo e sustar o pagamento das faturas pendentes, até que a CONTRATADA cumpra integralmente a condição contratual infringida.

11.2 - Poderá ocorrer a rescisão deste Contrato por acordo entre as partes ou por processo administrativo ou judicial.

11.2.1 - O presente Contrato também poderá ser rescindido quando ocorrer:

- a) a supressão, por parte do CONTRATANTE, de serviços, acarretando modificação substancial do valor inicial do Contrato;
- b) a suspensão de sua execução, por ordem escrita do CONTRATANTE, por prazo superior a 30 (trinta) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra;
- c) o atraso superior a 30 (trinta) dias dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE, decorrentes de serviços já prestados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra;
- d) a não liberação, por parte do CONTRATANTE, de local ou objeto para execução dos serviços, nos prazos contratuais.

11.2.2 - Nestes casos, o CONTRATANTE deverá pagar a CONTRATADA pelos serviços já prestados, de acordo com os termos deste Contrato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA NOVAÇÃO

12.1 - A não utilização por parte do CONTRATANTE, de quaisquer direitos a ele assegurados neste Contrato ou na Lei, em geral, ou a não aplicação de quaisquer sanções nelas previstas, não importa em novação quanto a seus termos, não devendo, portanto, ser interpretada como renúncia ou desistência de aplicação ou de ações futuras. Todos os recursos postos a disposição do CONTRATANTE, neste Contrato, serão considerados como cumulativos, e não alternativos, inclusive em relação a dispositivos legais.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO**

13.1 - Para as questões decorrentes deste Contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Timbó - SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente termo os representantes das partes contratantes, juntamente com as testemunhas abaixo.

Doutor Pedrinho - SC, 21 de dezembro de 2015.

HARTWIG PERSUHN – PREFEITO  
MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO/SC

GRACE JENNIFER TRAUTMANN RATZMANN  
NUBES TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA ME.

Testemunhas:

José Arildo de Castilho  
CPF: 448.545.289-15

Edir Ana Frainer Mazzi  
CPF: 472.463.759/53

**DECRETO Nº 58/2015**

DECRETO Nº 058, de 11 de dezembro de 2015.

Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 87.040,00.

HARTWIG PERSUHN, Prefeito Municipal de Doutor Pedrinho, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de abril de 1.990, e com fundamento na Lei nº 846, de 05 de dezembro de 2014;

DECRETA:

Art. 1º - O Chefe do Poder Executivo fica autorizado a proceder à anulação, no valor de até R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil), do saldo existente nas dotações dos seguintes Projetos/Atividade, Operações Especiais, Elementos e Unidades Orçamentárias do Orçamento-Programa 2015 da Administração Direta do Município de Doutor Pedrinho (Lei nº 846, de 05/12/2014).

04.001.15.452.0020.2006	SEC. MUNICIPAL DE OBRAS, ESTRADAS E SERVIÇOS URBANOS	
04.001.15.452.0020.2006	SEC. MUNICIPAL DE OBRAS, ESTRADAS E SERVIÇOS URBANOS	
04.001.15.452.0020.2006	MANUTENÇÃO DO SETOR RODOVIÁRIO MUNICIPAL	
300000	DESPESAS CORRENTES	
330000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000	APLICAÇÕES DIRETAS	
1000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	10.000,00
TOTAL		10.000,00
05.001.12.361.0050.2008	SEC. MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E PROMOÇÃO SOCIAL	
05.001.12.361.0050.2008	DIVISÃO EDUCAÇÃO	
05.001.12.361.0050.2008	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
300000	DESPESAS CORRENTES	
330000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000	APLICAÇÕES DIRETAS	
1010000	RECEITA DE IMPOSTO DA EDUCAÇÃO	15.000,00
TOTAL		15.000,00
06.001.10.301.0150.2024	SECRETARIA MUN. DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	
06.001.10.301.0150.2024	FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE	
06.001.10.301.0150.2024	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE	
300000	DESPESAS CORRENTES	
310000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
319000	APLICAÇÕES DIRETAS	
1020000	RECEITA E IMPOSTOS SAÚDE	50.000,00
TOTAL		50.000,00
TOTAL GERAL DA ANULAÇÃO		75.000,00

Art. 2º - O Prefeito Municipal fica autorizado à suplementação no valor de até R\$ 87.040,00 (oitenta e sete mil e quarenta reais), à conta da anulação prevista no artigo anterior e Excesso de Arrecadação, obedecendo às seguintes distribuições nas dotações Projetos/Atividade, Elementos e Unidades Orçamentárias do Orçamento-Programa 2015 da Administração Direta do Município de Doutor Pedrinho (Lei nº 846, de 05/12/2014):

04.001.15.452.0020.2006	SEC. MUNICIPAL DE OBRAS, ESTRADAS E SERVIÇOS URBANOS	
04.001.15.452.0020.2006	SEC. MUNICIPAL DE OBRAS, ESTRADAS E SERVIÇOS URBANOS	
04.001.15.452.0020.2006	MANUTENÇÃO DO SETOR RODOVIÁRIO MUNICIPAL	
300000	DESPESAS CORRENTES	
310000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
319000	APLICAÇÕES DIRETAS	
1000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	10.000,00



TOTAL		10.000,00
05.001.12.361.0050.2008	SEC. MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E PROMOÇÃO SOCIAL	
05.001.12.361.0050.2008	DIVISÃO EDUCAÇÃO	
05.001.12.361.0050.2008	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
300000	DESPESAS CORRENTES	
310000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
319000	APLICAÇÕES DIRETAS	
1010000	RECEITA DE IMPOSTO DA EDUCAÇÃO	15.000,00
TOTAL		15.000,00
06.001.10.301.0150.2024	SECRETARIA MUN. DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	
06.001.10.301.0150.2024	FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE	
06.001.10.301.0150.2024	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE	
300000	DESPESAS CORRENTES	
330000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000	APLICAÇÕES DIRETAS	
1020000	RECEITA E IMPOSTOS SAÚDE	50.000,00
300000	DESPESAS CORRENTES	
330000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000	APLICAÇÕES DIRETAS	
1670200	COFINANCIAMENTO	250,00
339300	CONSORCIOS	
1670300	FARMACIA DO ESTADO	600,00
300000	DESPESAS CORRENTES	
310000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
319000	APLICAÇÕES DIRETAS	
1380300	AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE - PACS	1.190,00
TOTAL		52.040,00
05.001.12.361.0050.2008	SEC. MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E PROMOÇÃO SOCIAL	
05.001.12.361.0050.2008	DIVISÃO EDUCAÇÃO	
05.001.12.361.0050.2008	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
300000	DESPESAS CORRENTES	
330000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000	APLICAÇÕES DIRETAS	
136000	SALÁRIO EDUCAÇÃO	8.000,00
TOTAL		8.000,00
04.001.15.452.0020.2007	SEC. MUNICIPAL DE OBRAS, ESTRADAS E SERVIÇOS URBANOS	
04.001.15.452.0020.2007	SEC. MUNICIPAL DE OBRAS, ESTRADAS E SERVIÇOS URBANOS	
04.001.15.452.0020.2007	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	
300000	DESPESAS CORRENTES	
330000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000	APLICAÇÕES DIRETAS	
108000	COSIP	2.000,00
TOTAL		2.000,00
TOTAL GERAL DA SUPLEMENTAÇÃO		87.040,00

Art.3º- Este Decreto será coberto com recursos originado do seguinte item:

Excesso de Arrecadação .....R\$ 12.040,00  
 Anulação de Dotação ..... R\$ 75.000,00  
 TOTAL ..... R\$ 87.040,00

Art.4º - O presente decreto entra em vigor na data da sua publicação.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 11 de dezembro de 2015; 27o ano de Fundação; 26o ano de Emancipação Política.

HARTWIG PERSUHN

Prefeito de Doutor Pedrinho/SC

Este Decreto foi publicado na forma regulamentar.

Doutor Pedrinho, SC, 11 de dezembro de 2015.

EDIR ANA FRAINER MAZZI

Técnica em Contabilidade.

# Flor do Sertão

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO Nº. 1941/2015

AVISO DE LICITAÇÃO – Pregão – Registro de Preços  
PROCESSO LICITATÓRIO nº. 1941/2015

MODALIDADE: Pregão – Registro de Preços nº. 28/2015

CRITÉRIOS DE JULGAMENTO: Menor preço – Unitário por item

OBJETO. A presente licitação tem por objeto a AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA REALIZAÇÃO DE RECUPERAÇÃO DE PNEUS DE VEÍCULOS E MAQUINAS DA ADMINISTRAÇÃO GERAL DO MUNICÍPIO.

A íntegra do edital estará à disposição dos interessados a partir do dia 04 de janeiro de 2016, em horário comercial, junto ao departamento de compras no Centro Administrativo Municipal sito a Avenida Flor do Sertão nº. 696, centro, Flor do Sertão – SC.

DATA: Os interessados poderão entregar a declaração de que cumprem com os requisitos de habilitação e os envelopes com os documentos e as propostas de preços na sala de licitações junto ao prédio da Prefeitura Municipal no endereço acima mencionado, até às 14:00 horas do dia 14 de janeiro de 2016. A abertura da sessão para a realização do certame será às 14:01 horas do mesmo dia. Não havendo expediente na data marcada para realização da sessão será a mesma adiada para o primeiro dia útil subsequente, mantidos o mesmo local e horário.

LEGISLAÇÃO: A presente licitação está legalmente vinculada à Lei Federal nº. 10.520 de 17 de julho de 2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores.

Flor do Sertão – SC, aos 28 dias do mês de dezembro de 2015.

NESTOR STORCH	DIOGO DE BEM
CPF: 552.299.809-15	CPF: 010.389.549-32
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO	PREGOEIRO OFICIAL

### AVISO DE LICITAÇÃO Nº. 1942/2015

AVISO DE LICITAÇÃO – Pregão Presencial  
PROCESSO LICITATÓRIO nº. 1942/2015

MODALIDADE: Pregão Presencial nº. 29/2015

CRITÉRIOS DE JULGAMENTO: Menor preço – Unitário por Item

OBJETO. A presente licitação tem por objeto a AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS DE PROTÉTICO, PARA CONFECCÃO DE PRÓTESES DENTÁRIAS PARA PROGRAMA DE SAÚDE BUCAL DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO.

A íntegra do edital estará à disposição dos interessados a partir do dia 04 de janeiro de 2016, em horário comercial, junto ao departamento de compras no Centro Administrativo Municipal sito a Avenida Flor do Sertão nº. 696, centro, Flor do Sertão – SC.

DATA: Os interessados poderão entregar a declaração de que cumprem com os requisitos de habilitação e os envelopes com os documentos e as propostas de preços na sala de licitações junto ao prédio da Prefeitura Municipal no endereço acima mencionado, até às 14:00 horas do dia 15 de janeiro de 2016. A abertura da sessão para a realização do certame será às 14:01 horas do mesmo dia. Não havendo expediente na data marcada para realização da sessão será a mesma adiada para o primeiro dia útil subsequente, mantidos o mesmo local e horário.

LEGISLAÇÃO: A presente licitação está legalmente vinculada à Lei Federal nº. 10.520 de 17 de julho de 2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores.

Flor do Sertão – SC, aos 28 dias do mês de dezembro de 2015.

NESTOR STORCH	DIOGO DE BEM
CPF: 552.299.809-15	CPF: 010.389.549-32
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO	PREGOEIRO OFICIAL

# Forquilha

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 200/PMF/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

#### AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 200/PMF/2015.

OBJETIVO: O presente edital tem por objetivo a contratação de empresa especializada para cobertura de seguro de veículo da Frota Oficial do Município de Forquilha/SC.

DATA DE ABERTURA: Dia 14 de janeiro de 2016 às 09:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 as 13:00 horas, ou por e-mail: editais@forquilha.sc.gov.br.

Forquilha, 29 de dezembro de 2015.

ÉRIKA DE LUCA TISCOSKI  
Pregoeira

#### EXTRATO DO TERMO ADITIVO FMS Nº 19/2015

EXTRATO DO TERMO ADITIVO FMS Nº 19/2015  
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMS Nº. 03/2014  
LOCATÁRIO – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA  
LOCADOR – LUCIA PATRICIO CONOLONETTI

DO OBJETO – Locação de imóvel situado na Rua Adirço Colonetti, 145, em frente a UBS Vila Franca, que será disponibilizado como residência ao médico cedido do "Programa mais médicos para o Brasil", Ministério da Saúde, conforme Lei Municipal nº. 1.944 de 24 de dezembro de 2013.

DO PRAZO – O presente termo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do contrato 03/FMS/2014 de 31/12/2015 para 31/12/2016.

DO FUNDAMENTO LEGAL – Art. 57 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA – 26 de novembro de 2015.

VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

#### EXTRATO DO TERMO ADITIVO FMS Nº 22/2015

EXTRATO DO TERMO ADITIVO FMS Nº 22/2015  
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMS Nº 109/2014  
CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA  
CONTRADADO – ROMANO COMÉRCIO ATAC. DE DER. DE PETRÓ-  
LEO LTDA.

DO OBJETO – Fornecimento de combustíveis para consumo da frota de veículos do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE de Forquilha, durante o exercício de 2015, de acordo com a proposta da contratada.

DO VALOR – O valor unitário do objeto do Contrato nº. 109/FMS/2014 sofrerá reajuste nas condições abaixo:

a) Óleo diesel: reajuste de 3,95% passando de R\$ 2,58 (dois reais e cinquenta e oito centavos) para o valor de R\$ 2,68 (dois reais e sessenta e oito centavos) por litro;

b) Óleo diesel S10: reajuste de 3,09% passando 2,71 (dois reais e setenta e um centavos) para o valor de R\$ 2,79 (dois reais e setenta e nove centavos) por litro;

Desta forma, perfaz-se o aumento do saldo contratual em R\$ 1.410,00 (um mil quatrocentos e dez reais) para o exercício de 2015.

DO FUNDAMENTO LEGAL – Art. 65 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA – 02 de dezembro de 2015.

VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

#### EXTRATO DO TERMO ADITIVO FMS Nº 23/2015

EXTRATO DO TERMO ADITIVO FMS Nº 23/2015  
TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMS Nº. 04/2014  
CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA  
CONTRADADO – BÚRIGO E ESTEVES KRUGER LTDA ME.

DO OBJETO – Contratação de empresas para instalação e manutenção de uma rede integrada por tecnologia de rádio frequência para integração das unidades de saúde ao paço municipal, por meio da Secretaria de Saúde do Município de Forquilha.

DO PRAZO – O presente termo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do contrato 04/FMS/2014 de 31/12/2015 para 29/02/2016.

DO FUNDAMENTO LEGAL – Art. 57 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA – 16 de dezembro de 2015.

VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

#### EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 115/2015

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 115/2015  
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº 240/2014  
CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA  
CONTRADADO – ROMANO COMÉRCIO ATACADISTA DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA

DO OBJETO – Fornecimento de combustíveis para consumo da frota de veículos do município de Forquilha, durante o exercício de 2015, de acordo com a proposta da contratada.

DO VALOR – O valor unitário do objeto do Contrato nº. 240/PMF/2014 sofrerá reajuste nas condições abaixo:

a) Óleo diesel: reajuste de 3,95% passando de R\$ 2,58 (dois reais e cinquenta e oito centavos) para o valor de R\$ 2,68 (dois reais e sessenta e oito centavos) por litro;

b) Óleo diesel S10: reajuste de 3,09% passando 2,71 (dois reais e setenta e um centavos) para o valor de R\$ 2,79 (dois reais e setenta e nove centavos) por litro;

Desta forma, perfaz-se o aumento do saldo contratual em R\$ 7.240,00 (sete mil duzentos e quarenta reais) para o exercício de 2016.

DO FUNDAMENTO LEGAL – Art. 65 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA – 02 de dezembro de 2015.

VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 133/2015**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 133/2015

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº 38/2014  
CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – BÚRIGO E ESTEVES KRUGER LTDA ME.

DO OBJETO – Contratação de empresas para instalação e manutenção de uma rede integrada por tecnologia de rádio frequência para manutenção das atividades do Município de Forquilha.

DO PRAZO – O presente termo tem por objeto a prorrogação da vigência do contrato PMF 38/2014 de 31/12/2015 para 29/02/2016.

DO FUNDAMENTO LEGAL – Art. 57 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA – 16 de dezembro de 2015.

VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal**RECIBO DE RECURSO ADMINISTRATIVO - TP Nº 169/PMF/2015**

Vistos, etc.

Recebo o Recurso Administrativo da Tomada de Preço Nº. 169/PMF/2015 interposto pela licitante SETEP CONSTRUÇÕES S.A. contra a decisão da Comissão de Licitação que habilitou a empresa COMPACTAR COMPACTAÇÃO DE SOLO E TERRAPLANAGEM.

Comunique-se os demais licitantes, nos termos do art. 109, §3º, da Lei nº. 8.666/93, que poderão impugná-lo no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, querendo, para que renunciem a este prazo. Retornem os autos à Comissão Permanente de Licitação para processamento devido.

Forquilha/SC, 28 de dezembro de 2015.

VALDECIR TISCOSKI

Presidente da Comissão de Licitação

# Fraiburgo

## PREFEITURA

### AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0146\_2015-PMF

Aviso de Pregão Presencial Nº 0146/2015 – PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

#### AVISO DE LICITAÇÃO

Objeto: Contratação de empresa do ramo para execução de sinalização viária horizontal e vertical, para a implantação de um trevo alemão nesta cidade de Fraiburgo. Julgamento: MENOR PREÇO POR LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até às 14:00 horas do dia 13.01.2016; Abertura: Às 14:00 horas do mesmo dia; Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3001/3039. Site: [www.fraiburgo.sc.gov.br](http://www.fraiburgo.sc.gov.br).

Fraiburgo(SC), 28 de dezembro de 2015.

Ivo Biazolo – Prefeito

### DECRETO Nº 285/2015

DECRETO Nº 285, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2015.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com a Lei Nº 2276, de 05 de Dezembro de 2014.

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento do Município de Fraiburgo, crédito adicional suplementar para o exercício de 2015, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

14.00 – Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo		
14.01 – SANEFRAI		
17.512.0027.2.055 – Manutenção do Saneamento Básico		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0900 (7)	R\$	20.000,00
TOTAL	R\$	20.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto correrão à conta da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

14.00 – Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo		
14.01 – SANEFRAI		
17.512.0027.2.055 – Manutenção do Saneamento Básico		
3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0900 (4)	R\$	20.000,00
TOTAL	R\$	20.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

FRAIBURGO, 28 DE DEZEMBRO DE 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**DECRETO Nº 286/2015**

DECRETO Nº 286, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2015.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com o Art. 16 da Lei Nº 2276, de 05 de Dezembro de 2014;

**DECRETA:**

Art.1º. Fica aberto no orçamento do Município de Fraiburgo crédito adicional suplementar para o exercício de 2015 no valor de R\$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais), nas seguintes dotações:

10.00 – Secretaria de Infraestrutura		
10.01 – Secretaria de Infraestrutura		
15.452.0017.2.042 – Manutenção da Iluminação Pública		
3.3.90.00 – Aplicações Diretas 0.1.0200 (123)	R\$	140.000,00
Total	R\$	140.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto correrão à conta do provável excesso de arrecadação a ser apurado até o final do exercício, nas rubricas abaixo relacionadas.

4172101020100 – Cota-Parte do FPM	R\$	140.000,00
TOTAL	R\$	140.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

FRAIBURGO, 28 DE DEZEMBRO DE 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento



## TC 28 - APAE



**ANEXO IV**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO**  
 ESTADO DE SANTA CATARINA  
**ANEXO TC 28**

**BALANCETE DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE RECURSOS ANTECIPADOS**

<b>UNIDADE CONCEDENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO</b>		
<b>CORDENADORA DA DESPESA: ALZERINA S. DIAS DE ANDRADE</b>		
<b>ENTIDADE BENEFICIADA: APAE FRAIBURGO</b>	<b>CNPJ: 75.447.995/0001-32</b>	
<b>ENDEREÇO: Av. René Frey, 1.025 - Centro</b>	<b>CEP: 89580-000</b>	
<b>RESPONSÁVEL: GIZELE BAHR BUHL</b>	<b>CPF: 665.145.179-00</b>	
<b>Nota de Empenho: 4725</b>	<b>Data: 04/08/2015</b>	<b>Valor Total: R\$ 70.000,00</b>
<b>Ordem de Pagamento: 10195</b>	<b>Data: 10/12/2015</b>	<b>Valor: 14.000,00</b>
<b>Projeto Atividade: 2015</b>		
<b>Item/Fonte:</b>		<b>Contribuições:</b>

**Histórico da finalidade:**

Auxílio financeiro para manutenção da Associação, pagamento de funcionários, tributos, bem como, materiais para a utilização em nossas atividades, a fim de suprir as suas finalidades estatutárias, conforme Convênio nº TACV15PMF0003, em 05 parcelas.

<b>DOCUMENTO</b>				
<b>NÚMERO</b>	<b>DATA</b>	<b>HISTÓRICO</b>	<b>RECEBIMENTO</b>	<b>PAGAMENTO</b>
10195	10/12/15	Depósito Prefeitura Ref. 11/2015	14.000,00	
000021	10/12/15	Hbinfo Provedor Ltda ME		149,00
3189	10/12/15	Videnet Informática e Sistemas Ltda		253,56
59662	14/12/15	Posto Macieira Ltda		2.959,40
36963	14/12/15	Com. Atacadista Varejista Progresso Ltda		1.753,70
121403	14/12/15	INSS ref. 11/2015		2.750,42
121404	14/12/15	DARF ref. 11/2015 código 0561		138,88
121405	14/12/15	DARF ref. 11/2015 código 8301		313,56
000040	14/12/15	BS Informática Ltda ME		131,00
000328	14/12/15	Viveiro Flora Viva Eireli ME		405,00
000036	15/12/15	Mecânica e Com. de Peças Eberle Ltda ME		411,00
000860	15/12/15	Ivete Regina Odorizzi ME		895,69
121502	15/12/15	INSS ref. 13/2015		1.603,51
9554/122	15/12/15	Salvio Sinevan de Souza ME NF9554/122		1.068,00
850914	16/12/15	13° Sal. Denivon Tomchak		880,36
850913	16/12/15	13° Sal. Marcia do Amaral		443,63
*	16/12/15	Contrapartida	156,71	
<b>TOTAL</b>	<b>GERAL</b>		<b>14.156,71</b>	<b>14.156,71</b>

Fraiburgo (SC), 17 de dezembro de 2015

\_\_\_\_\_  
**GIZELE BAHR BUHL**  
 Presidente da APAE

# Garopaba

## PREFEITURA

### 7º TERMO ADITIVO CONVENIO 002/2009

EXTRATO DO 7º TERMO ADITIVO AO CONVENIO 002/2009

CONVÊNIO: 002/2009

CONCEDENTE: Prefeitura Municipal de Garopaba

CNPJ: 82.836.057/0001-90

CONVENIENTE: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE.

CNPJ: 79.679.940/0001-09

OBJETO: Prorrogar o prazo deste convênio até 27/12/2015

VIGÊNCIA: 27/12/2015 a 31/12/2016

AMPARO LEGAL: Lei Municipal 824 de 19 de agosto de 2003.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 284/2015

DECRETO N.º 284, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 4.735,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.850 de 19/11/2014 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 4.735,00 (quatro mil, setecentos e trinta e cinco reais) no Orçamento vigente:

09.01 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	1.293,00
26782352.051 - Func. E Manutenção da Secretaria de Infraestrutura	1.293,00
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	1.293,00
17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	3.442,00
10301252.075 - Manutenção da Atenção Básica	3.442,00
3.3.90.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas	2.943,00
3.3.90.0.2.14.000060 - Aplicações Diretas	499,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 4.735,00 (quatro mil, setecentos e trinta e cinco reais), correrão por conta da anulação parcial das seguintes dotações do orçamento vigente:

09.01 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	1.293,00
26782352.051 - Func. E Manutenção da Secretaria de Infraestrutura	1.293,00
4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	1.293,00
17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	3.442,00
10301252.075 - Manutenção da Atenção Básica	3.442,00
3.1.90.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas	118,00
3.1.91.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas	1.559,00
3.1.90.0.2.14.000060 - Aplicações Diretas	499,00
3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	368,00
4.4.90.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas	898,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 28 de dezembro de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 29/12/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

CLEIDE DE AGUIAR PEREIRA RIVOIRE

Secretária de Administração Interina

### EDITAL DE LANÇAMENTO - IPTU 2016

EDITAL DE LANÇAMENTO DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO E TAXAS RELATIVAS AO EXERCÍCIO DE 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GAROPABA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e com fundamento no Código Tributário Municipal e suas alterações, torna público o lançamento do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) e Taxa de Coleta de Lixo, incidentes sobre a propriedade, o domínio útil ou a posse a qualquer título de bens imóveis localizados no Município, relativos ao exercício de 2016, conforme listagem dos lançamentos, e recolhimento da Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP, incidente sobre a propriedade imobiliária de imóvel urbano não-edificado, que não disponha de ligação regular de energia elétrica, conforme Lei Municipal n.º 1.828, de 04 de setembro de 2014.

#### 1. LANÇAMENTO

1.1. O contribuinte será notificado do lançamento do tributo no domicílio tributário, na sua pessoa, na de seu familiar, representante ou preposto, nos termos do artigo 112, §§ 1º e 2º, do Código Tributário Municipal.

1.2 A notificação de lançamento conterà( CTM, artigo 114):

- O endereço do imóvel tributado;
- O nome do sujeito passivo, e seu domicílio tributário;
- A denominação do tributo e o exercício a que se refere;
- O valor do tributo, sua alíquota e base de cálculo;
- O prazo de recolhimento;
- O comprovante, para o órgão fiscal, de recebimento pelo contribuinte.

1.2. Enquanto não extinto o direito da Fazenda Pública, poderão ser efetuados lançamentos omitidos ou viciados por irregularidades ou erro de fato, nos termos do artigo 115, caput, do CTM.

#### 2. PAGAMENTO

2.2. Os tributos a que se refere este Edital poderão ser pagos na Rede Bancária:

- integralmente até 15 de Fevereiro de 2016, com 15% (quinze cento) de desconto;
- em 10 (dez) parcelas mensais sucessivas, sem desconto, vencíveis a partir do mês de março do ano de 2016, sempre no dia 15 de cada mês, com parcela mínima de R\$ 29,88 (vinte e nove reais e oitenta e oito centavos).

**3. ATRASO NO PAGAMENTO**

3.1. O não pagamento dos tributos nas datas previstas neste Edital sujeitará o contribuinte aos seguintes acréscimos:

a) Multa e juros de mora, calculados com base na legislação vigente; b) Inscrição do saldo devedor em Dívida Ativa Municipal para cobrança judicial, no primeiro dia útil do próximo exercício.

**4. DISTRIBUIÇÃO DOS CARNÊS:**

4.1. Os carnês de IPTU serão encaminhados via correio, sendo que a cota única será enviada em 25/01/2016 e o carne para pagamento na forma parcelada será impresso após o vencimento da cota única em 15/02/2016 e também enviado via correio no dia 20/02/2016.

4.2. A impressão da cota única ou parcelas poderá ser feita via site da prefeitura no endereço [www.garopaba.sc.gov.br](http://www.garopaba.sc.gov.br), após o dia 10/01/2016.

4.3. A Prefeitura Municipal de Garopaba contará com equipe de atendimento presencial para entrega da cota única na forma dos itens antecedentes, entre os dias 18/01/2016 e 22/01/2016.

**5. CARNÊS NÃO RECEBIDOS:**

5.1. O contribuinte que não receber seu carne do IPTU até o dia 15/02/2016, em seu endereço, poderá procurá-lo no Setor Tributário da Prefeitura Municipal de Garopaba, localizada na Praça Gov. Ivo Silveira, 296 - Centro, Fone (48) 3254-8100, ou ainda, emití-lo na rede mundial de computadores (internet), por meio do site [www.garopaba.sc.gov.br](http://www.garopaba.sc.gov.br), no link IPTU 2016.

5.2. Na impossibilidade de se localizar pessoalmente o sujeito passivo, quer através de entrega pessoal da notificação, quer através de sua remessa por via postal com aviso de recebimento, considerar-se-á efetivado o lançamento ou suas alterações mediante o presente Edital publicado, nos termos do artigo 14 c/c artigo 111 e seguintes, ambos do Código Tributário Municipal.

**6. DISPOSIÇÕES FINAIS:**

6.1. A Prefeitura de Garopaba passou a utilizar um novo sistema para gestão do Cadastro Imobiliário (SISTEMA DE GEORREFERENCIAMENTO). Por meio deste sistema de gestão, todos os imóveis localizados dentro da Zona Urbana do Município de Garopaba estão cadastrados e sujeitos a tributação.

6.2. O Proprietário ou Possuidor de Imóvel localizado dentro das Zonas Urbana e Especial Urbana do Município e que não tiverem seus imóveis identificados no referido Sistema, deverão comparecer na Prefeitura de Garopaba, Setor de Cadastro Imobiliário e GEORREFERENCIAMENTO no período de 15/01/2016 a 15/02/2016 para identificação, sob pena de multa (artigo 19, do Código Tributário Municipal)

Garopaba, 28 de dezembro de 2015.  
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 64/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

**EXTRATO DE CONTRATO**

Contrato nº 64/2015. Processo nº 157/2015;  
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; CONTRATADO: MISTERIO PRODUÇÕES DE EVENTOS LTDA ME; CNPJ: 10.259.995/0001-63.

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação do serviço de locação de estruturas para o Réveillon 2015/2016 já

previsto no calendário anual do município de Garopaba.

Valor: O valor total deste contrato é de R\$ 23.300,00 (Vinte e três mil e trezentos reais).

Data da Assinatura: 28/12/2015.

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 01 AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo; Termo de Credenciamento nº 001/2015 Processo nº. 10/2015; Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE; Contratado: LABORATORIO CENTRAL GAROPABA LTDA; CNPJ: 83.829.277/001-87; Objeto: O presente aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de vigência do Credenciamento nº. 001/2015 por 12 meses, à partir de 01/01/2016; Data da Assinatura: 01/12/2015.

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 01 AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 006/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo; Termo de Credenciamento nº 006/2015 Processo nº. 132/2015; Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE; Contratado: INSTITUTO PRO SAÚDE POLICLINICA ESPECIALIZADA; CNPJ: 05.896.429/0001-22; Objeto: O presente aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de vigência do Credenciamento nº. 006/2015 por 12 meses, à partir de 01/01/2016; Data da Assinatura: 01/12/2015.

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 01 AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 10/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo; Termo de Credenciamento nº 004/2015 Processo nº. 113/2015; Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE; Contratado: PATRICIA STORTI MAGALHÃES ME; CNPJ: 22.647.038/0001-93; Objeto: O presente aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de vigência do Credenciamento nº. 004/2015 por 12 meses, à partir de 01/01/2016; Data da Assinatura: 09/12/2015.

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 02 AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 002/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO**

2º Termo Aditivo; Termo de Credenciamento nº 002/2014 Processo nº. 14/2014; Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE; Contratado: MUCCI & RIO ANALISES E DIAGNOSTICOS CLINICOS S/S; CNPJ: 07.150.735/0001-40; Objeto: O presente aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de vigência do Credenciamento nº. 002/2014 por 12 meses, à partir de 01/01/2016; Data da Assinatura: 07/12/2015.

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 02 AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 15/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAÚDE

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO**

2º Termo Aditivo; Termo de Credenciamento nº 15/2014 Processo nº. 180/2014; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; Contratado: VENILDE DE FATIMA DE SIQUEIRA KRAS; CNPJ: 18.757.256/0001-03; Objeto: O presente aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de vigência do Credenciamento nº. 15/2014 por 12 meses, à partir de 01/01/2016; Data da Assinatura: 01/12/2015.

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 03 AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAÚDE

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO**

3º Termo Aditivo; Termo de Credenciamento nº 001/2013 Processo nº. 15/2013; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; Contratado: IMPRESSO CATARINENSE LTDA ME; CNPJ: 15.413.244/0001-73; Objeto: O presente aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de vigência do Credenciamento nº. 001/2013 por 12 meses, à partir de 01/01/2016; Data da Assinatura: 01/12/2015.

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 03 AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 17/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO**

3º Termo Aditivo; Termo de Credenciamento nº 17/2013 Processo nº. 129/2013; Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE; Contratado: GIOVANA ZAUZA GONZALEZ DOS SANTOS ME; CNPJ: 14.775.306/0001-24; Objeto: O presente aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de vigência do Credenciamento nº. 17/2013 por 12 meses, à partir de 01/01/2016; Data da Assinatura: 21/12/2015.

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 03 AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 22/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAÚDE

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO**

3º Termo Aditivo; Termo de Credenciamento nº 22/2013 Processo nº. 193/2013; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; Contratado: ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITARIA GAROPABENSE DE COMUNICAÇÕES; CNPJ: 02.334.889/0001-79; Objeto: O presente aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de vigência do Credenciamento nº. 22/2013 por 12 meses, à partir de 01/01/2016; Data da Assinatura: 03/12/2015.

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 03 AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 24/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO**

3º Termo Aditivo; Termo de Credenciamento nº 24/2013 Processo nº. 207/2013; Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE; Contratado: RADIMAGEM CLÍNICA RADIOLOGIA LTDA; CNPJ: 02.915.842/0001-07; Objeto: O presente aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de vigência do Credenciamento nº. 24/2013 por 12 meses, à partir de 01/01/2016; Data da Assinatura: 01/12/2015.

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 04 AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO**

4º Termo Aditivo; Termo de Credenciamento nº 001/2012 Processo nº. 008/2012; Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE; Contratado: SAÚDE & ESTÉTICA FISIOTERAPIA LTDA; CNPJ: 12.361.725/0001-94; Objeto: O presente aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de vigência do Credenciamento nº. 001/2012 por 12 meses, à partir de 01/01/2016; Data da Assinatura: 10/12/2015.

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 04 AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 008/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO**

4º Termo Aditivo; Termo de Credenciamento nº 008/2012 Processo nº. 60/2012; Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE; Contratado: DMI – Diagnostico Medico por Imagem Ltda; CNPJ: 02.202.456/0001-60; Objeto: O presente aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de vigência do Credenciamento nº. 008/2012 por 12 meses, à partir de 01/01/2016; Data da Assinatura: 09/12/2015.

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 04 AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 009/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO**

4º Termo Aditivo; Termo de Credenciamento nº 009/2012 Processo nº. 61/2012; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; Contratado: FUNERARIA SÃO JOÃO LTDA ME; CNPJ: 79.871.901/0001-09; Objeto: O presente aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de vigência do Credenciamento nº. 009/2012 por 12 meses, à partir de 01/01/2016; Data da Assinatura: 15/12/2015.



**EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 04 AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 10/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

4º Termo Aditivo; Termo de Credenciamento nº 10/2012 Processo nº. 65/2012; Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE; Contratado: ESSENCIA DA SAÚDE CLÍNICA DE TERAPIAS ESPECIALIZADA LTDA. CNPJ: 11.911.384/0001-10; Objeto: O presente aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de vigência do Credenciamento nº. 10/2012 por 12 meses, à partir de 01/01/2016; Data da Assinatura: 01/12/2015.

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 04 AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 11/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA  
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

4º Termo Aditivo; Termo de Credenciamento nº 11/2012 Processo nº. 66/2012; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; Contratado: RADIO FREQUENCIA NEWS LTDA ME; CNPJ: 10.929.470/0001-98; Objeto: O presente aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de vigência do Credenciamento nº. 11/2012 por 12 meses, à partir de 01/01/2016; Data da Assinatura: 01/12/2015.

**EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONVENIO 008/2015**

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONVENIO 008/2015

CONVÊNIO: 008/2015  
CONCEDENTE: Prefeitura Municipal de Garopaba  
CNPJ: 82.836.057/0001-90  
CONVENIENTE: Associação Eco Garopaba.  
CNPJ: 17.605.201/0001-15  
OBJETO: Assegurar a manutenção das atividades desenvolvidas pela Entidade  
VALOR: R\$ 25.000,00  
VIGÊNCIA: 31/12/2015 a 31/07/2016;  
AMPARO LEGAL: Lei Municipal 1.954 de 28 de dezembro de 2015.  
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

**LEI COMPLEMENTAR Nº 1.953, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2015**

LEI COMPLEMENTAR Nº 1.953, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2015.  
ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 1.465, DE 29 DE OUTUBRO DE 2010, QUE "Dispõe sobre o Zoneamento do Uso e Ocupação do Solo do município de Garopaba, e dá outras providências".

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica alterado o ANEXO 5 da Lei Complementar Nº 1465 de 29 de outubro de 2010 QUE "Dispõe sobre o Zoneamento do Uso e Ocupação do Solo do município de Garopaba":

"Altera e acrescenta as Fichas Particularizadas relativas às Zonas e Setores descritos no Zoneamento Urbano municipal:

ZM1 – Acrescentar: Usos Permitidos: 3.c. Comércio e Serviço Setorial

Usos Permissíveis: ....

ZM2 – Acrescentar: Usos Permitidos: 3.c. Comércio e Serviço Setorial

Usos Permissíveis: ....

ZM3 – Acrescentar: Usos Permitidos: 3.c. Comércio e Serviço Setorial

Usos Permissíveis: Indústria Tipo 1, Indústria Tipo 2, Indústria Tipo 3 (Somente em áreas com testada para GRP010 (fora das áreas urbanizadas), e Nicolau Manoel de Abreu, Rua Vitalina Abreu de Souza.

ZM4 – Acrescentar: Usos Permitidos: ....

Usos Permissíveis: 3.c. Comércio e Serviço Setorial.

ZB1 – Acrescentar: Usos Permitidos: 3. Usos Comerciais e de Serviços, 3.a. Comércio e Serviço Vicinal – Comércio Vicinal 2

Usos Permissíveis: Indústria Tipo 1, 3.c. Comércio e Serviço Setorial.

ZEL1 – Acrescentar: Usos Permitidos: ....

Usos Permissíveis: 3.c. Comércio e Serviço Setorial

ZEL2 – Acrescentar: Usos Permitidos: ....

Usos Permissíveis: 3.b. Comércio e Serviço de Bairro, 3.a. Comércio e Serviço Vicinal.

ZERUR – Acrescentar: Usos Permitidos: .... Usos Permissíveis: Indústria Tipo 1, Indústria Tipo 2, Indústria Tipo 3.

SETOR 2 - Acrescentar: Usos Permitidos: 3.c. Comércio e Serviço Setorial

Usos Permissíveis: Indústria Tipo 1, Indústria Tipo 2, Indústria Tipo 3, (Exceto Avenida João Orestes de Araújo).

SETOR 3 - Acrescentar: Usos Permitidos: Indústria Tipo 1, 3.c. Comércio e Serviço Setorial

Usos Permissíveis: Indústria Tipo 2, Indústria Tipo 3

SETOR 5 - Acrescentar: Usos Permitidos: 3.c. Comércio e Serviço Setorial, 3.b. Comércio e Serviço de Bairro."

Art. 2º - O art. 18, § 2º da Lei Complementar Nº 1465 de 29 de outubro de 2010 QUE "Dispõe sobre o Zoneamento do Uso e Ocupação do Solo do município de Garopaba", passa a vigorar com a seguinte redação:

§2º "Os perímetros delimitados no mapa de Zoneamento, Anexo 4, referentes à loteamentos, são considerados exclusivamente residenciais, exceto a Avenida Batista Pacheco Pereira, a Rua Victor Carlos Nauck (entre as Ruas Sebastião Messias de Souza e Avenida Batista Pacheco Pereira) e a Rua José Antonio Lobo a partir da GRP 010, sentido oeste até o final do Loteamento Lobo, que passarão a ser residenciais e comerciais."

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 28 de dezembro de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 29/12/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

CLEIDE DE AGUIAR PEREIRA RIVOIRE

Secretária de Administração Interina

**LEI COMPLEMENTAR Nº 1.955, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2015**

LEI COMPLEMENTAR Nº 1.955, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2015.

DISPÕE SOBRE ALTERAÇÕES NA LEI COMPLEMENTAR Nº 471, DE 14 DE DEZEMBRO DE 1993, QUE "INSTITUI O CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO DE GAROPABA", E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, Estado de Santa Catarina, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º. Os artigos 17, § 1º, 18, VII, "c", IX, "b", X, 164, e 214-A, todos da Lei Complementar nº 471, de 14 de dezembro de 1993, que "institui o Código Tributário do Município de Garopaba", passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 17 - O imposto será pago de uma só vez ou parceladamente, na forma e prazos definidos em regulamento.

§ 1º - O contribuinte que optar pelo pagamento em cota única gozará do desconto de 15% (quinze por cento), até 15 de fevereiro.

[...]

Art. 18 Fica isento do imposto o bem imóvel:

VII – pertencente a aposentados, pensionistas, pescadores ou agricultores, proprietários ou possuidores a qualquer título de um único imóvel, de uso exclusivamente residencial, que:

[...]

c) A área edificada não ultrapasse a 130 m2 (cem e trinta metros quadrados);

[...]

IX – Pertencente a participantes do Programa de Financiamento Habitacional para Famílias de Baixa Renda, com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Social ou Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social, que:

[...]

b) A área edificada não ultrapasse a 130 m2 (cem e trinta metros quadrados);

[...]

X - localizado dentro da zona urbana, seja utilizado pelo proprietário em exploração extrativo-vegetal, agrícola, pecuária ou agro-industrial, comprovada por apresentação de certidão da EPAGRI – Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S. A., e da Secretaria de Agricultura e Pesca do Município.

[...]

Art. 167 - O Município não celebrará contrato, aceitará proposta de concorrência pública, concederá licença para construção ou reforma e habite-se nem aprovará planta de loteamento, desmembramento ou condomínio, ou ainda a concessão e renovação de licença de localização e funcionamento, sem que o interessado faça prova, por certidão negativa, da quitação de todos os tributos devidos à Fazenda Municipal.

§1º. Para feitos de concessão de licença para construção ou reforma e habite-se, e aprovação de planta de loteamento, condomínio ou desmembramento, será exigida certidão negativa relativamente ao bem imóvel objeto da construção ou reforma e habite-se, ou do empreendimento imobiliário.

§2º. Para efeitos de concessão de licença de localização e funcionamento ou sua renovação, a certidão de negativa de débitos municipais deve abranger os tributos relacionadas ao desenvolvimento da atividade.

§3º Os créditos tributários municipais com exigibilidade suspensa, na forma deste Código e da Norma Codificada Nacional, não serão considerados para efeitos da aplicação das restrições disciplinadas neste artigo.

Art. 214-A. Fica instituída, para toda legislação do Município, a Unidade Fiscal de Referência do Município de Garopaba (UFIR), fixada em R\$ 2,99 (dois reais e noventa e nove centavos) para o exercício de 2016.

[...]

Art. 2º. Esta Lei Complementar entra em vigor da data de sua pública.

Art. 3º. Revoga-se o artigo 10, §§1º e 2º, da Lei Complementar nº 471/1993.

Garopaba, 28 de dezembro de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 29/12/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.



CLEIDE DE AGUIAR PEREIRA RIVOIRE  
Secretária de Administração Interina

## LEI Nº 1.949, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2015

LEI Nº 1.949, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2015.

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI MUNICIPAL N.º 655, DE 24 DE AGOSTO DE 1999, QUE DISPÕE SOBRE a Estrutura dos Cargos e Funções, Salários e Vencimentos, Lotação, Habilitação, Atribuições, Função Gratificada da Prefeitura Municipal de Garopaba e dá outras providências.

PAULO SÉRGIO DE ARAUJO, Prefeito Municipal de Garopaba, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º O Quadro I, Efetivos, da Lei Municipal n.º 655, de 24 de agosto de 1999, fica acrescido dos seguintes cargos:

FUNÇÃO	SAL. EM R\$	N.º DE VAGAS
AGENTE DE DEFESA CIVIL	1.192,34	04
AGENTE MUNICIPAL DE TRÂNSITO	1.192,34	03
ANALISTA AMBIENTAL	1.788,57	01
ARQUIVISTA	1.788,57	01
BIBLIOTECARIO	1.788,57	01
FARMACEUTICO	1.788,57	01
PSICOPEDAGOGO	1.788,57	02
SUPERVISOR EM SEGURANÇA NO TRÂNSITO	1.788,57	01
TÉCNICO AMBIENTAL	1.192,34	01
TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO	1.192,34	01
TURISMÓLOGO	1.788,57	01

Art. 2º O Quadro III, Função e Habilitação, da Lei Municipal n.º 655, de 24 de agosto de 1999, fica acrescido dos seguintes cargos:

FUNÇÃO	HABILITAÇÃO
<b>AGENTE DE DEFESA CIVIL – 40 HORAS</b> Auxiliar a Guarnição de Serviço do 3º Pelotão de Bombeiro Militar no atendimento de ocorrências; Auxiliar nas atividades de manutenção das instalações físicas da Organização Bombeiro Militar; Auxiliar na limpeza e manutenção das viaturas Administrativas e Operacionais; Desenvolver atividades de Defesa Civil no Município de Garopaba; Participar, coordenar e supervisionar trabalhos relativos a vistorias, levantamento de informações, encaminhamento de vítima, acompanhamento dos serviços implantados em abrigos, fiscalização de voluntários em situações de acometimento ou em áreas atingidas por calamidade pública; Desempenhar outras atividades inerentes às missões de defesa civil no Município, bem como ficar à disposição no 3ºPBM/2ª/8ºBBM - Corpo de Bombeiro Militar de Santa Catarina no Município de Garopaba ou unidades conveniadas;	Portador do diploma de Ensino médio completo; Curso de Bombeiro Comunitário ministrado pelo Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina; Estar cadastrado como Bombeiro Comunitário ATIVO conforme Regulamento Geral do serviço Comunitário do CBMSC; Ser considerado apto no exame de saúde; Ser considerado apto no exame de avaliação física;
<b>AGENTE MUNICIPAL DE TRÂNSITO – 40 HORAS</b> Realizar tarefas inerentes à área de trânsito. Executar serviços de manutenção e segurança no trânsito; Executar atividades relativas à orientação e educação no trânsito; Executar a fiscalização do trânsito; Atuar e aplicar as penalidades legais relativas ao trânsito; Executar serviços de apoio administrativo; executar outras tarefas correlatas.	Portador do diploma de Ensino Médio; Curso de produtos perigosos; Perito em vistoria veicular; Conhecimento em sinalização de trânsito (Regulamentação e Advertência) e Carteira de Habilitação Tipo D.
<b>ANALISTA AMBIENTAL – 40 HORAS</b> Realizar planejamento ambiental, organizacional e estratégico afetos à execução das políticas nacionais de meio ambiente formuladas no âmbito da União, em especial as que se relacionem com as seguintes atividades: regulação, controle, fiscalização, licenciamento e auditoria ambiental; monitoramento ambiental; gestão, proteção e controle da qualidade ambiental; ordenamento dos recursos florestais e pesqueiros; conservação dos ecossistemas e das espécies neles inseridas, incluindo seu manejo e proteção; e estímulo e difusão de tecnologias, informação e educação ambientais.	Portador do diploma de Engenheiro Ambiental, com registro no Conselho Profissional.

**ARQUIVISTA – 40 HORAS**

Realizar o planejamento, organização e direção de serviços de Arquivo; Planejamento, orientação e acompanhamento do processo documental e informativo; Planejamento, orientação e direção das atividades de identificação das espécies documentais e participação no planejamento de novos documentos e controle de multicópias; Planejamento, organização e direção de serviços ou centro de documentação e informação constituídos de acervos arquivísticos e mistos; Planejamento, organização e direção de serviços de microfilmagem aplicada aos arquivos; Orientação do planejamento da automação aplicada aos arquivos; Orientação quanto à classificação, arranjo e descrição de documentos;

Orientação da avaliação e seleção de documentos, para fins de preservação; Promoção de medidas necessárias à conservação de documentos; Elaboração de pareceres e trabalhos de complexidade sobre assuntos arquivísticos; Assessoramento aos trabalhos de pesquisa científica ou técnico-administrativa; Desenvolvimento de estudos sobre documentos culturalmente importantes.

Curso superior de Arquivista, com registro no Conselho Profissional.

**BIBLIOTECARIO – 40 HORAS**

Cumprir e fazer cumprir o Regulamento de uso da biblioteca, assegurando organização e funcionamento; Atender a comunidade escolar, disponibilizando e controlando o empréstimo de livros, de acordo com Regulamento próprio; Auxiliar na implementação dos projetos de leitura previstos na proposta pedagógica curricular do estabelecimento de ensino; Auxiliar na organização do acervo de livros, revistas, gibis, vídeos, DVDs, entre outros; Encaminhar à direção sugestão de atualização do acervo, a partir das necessidades indicadas pelos usuários; Zelar pela preservação, conservação e restauro do acervo; Registrar o acervo bibliográfico e dar baixa, sempre que necessário; Receber, organizar e controlar o material de consumo e equipamentos da biblioteca; Manusear e operar adequadamente os equipamentos e materiais, zelando pela sua manutenção; Participar de eventos, cursos, reuniões, sempre que convocado, ou por iniciativa própria, desde que autorizado pela direção, visando ao aprimoramento profissional de sua função; Auxiliar na distribuição e recolhimento do livro didático; Participar da avaliação institucional, conforme orientações da SEED; Zelar pelo sigilo de informações pessoais de alunos, professores, funcionários e famílias; Manter e promover relacionamento cooperativo de trabalho com seus colegas, com alunos, com pais e com os demais segmentos da comunidade escolar; Exercer as demais atribuições decorrentes do Regimento Escolar e aquelas que concernem à especificidade de sua função.

Curso Superior de Bibliotecário e registro no Conselho Profissional.

**FARMACEUTICO – 40 HORAS**

Estabelecer e conduzir uma relação de cuidado centrada no paciente; Desenvolver, em colaboração com os demais membros da equipe de saúde, ações para a promoção, proteção e recuperação da saúde, e a prevenção de doenças e de outros problemas de saúde; Participar do planejamento e da avaliação da farmacoterapia, para que o paciente utilize de forma segura os medicamentos de que necessita, nas doses, frequência, horários, vias de administração e duração adequados, contribuindo para que o mesmo tenha condições de realizar o tratamento e alcançar os objetivos terapêuticos; Analisar a prescrição de medicamentos quanto aos aspectos legais e técnicos; Realizar intervenções farmacêuticas e emitir parecer farmacêutico a outros membros da equipe de saúde, com o propósito de auxiliar na seleção, adição, substituição, ajuste ou interrupção da farmacoterapia do paciente; Participar e promover discussões de casos clínicos de forma integrada com os demais membros da equipe de saúde; Prover a consulta farmacêutica em consultório farmacêutico ou em outro ambiente adequado, que garanta a privacidade do atendimento; Fazer a anamnese farmacêutica, bem como verificar sinais e sintomas, com o propósito de prover cuidado ao paciente; Acessar e conhecer as informações constantes no prontuário do paciente; Organizar, interpretar e, se necessário, resumir os dados do paciente, a fim de proceder à avaliação farmacêutica; Avaliar resultados de exames clínico-laboratoriais do paciente, como instrumento para individualização da farmacoterapia; Monitorar níveis terapêuticos de medicamentos, por meio de dados de farmacocinética clínica; Determinar parâmetros bioquímicos e fisiológicos do paciente, para fins de acompanhamento da farmacoterapia e rastreamento em saúde; Prevenir, identificar, avaliar e intervir nos incidentes relacionados aos medicamentos e a outros problemas relacionados à farmacoterapia; Identificar, avaliar e intervir nas interações medicamentosas indesejadas e clinicamente significantes; Elaborar o plano de cuidado farmacêutico do paciente; Pactuar com o paciente e, se necessário, com outros profissionais da saúde, as ações de seu plano de cuidado; Realizar e registrar as intervenções farmacêuticas junto ao paciente, família, cuidadores e sociedade; Avaliar, periodicamente, os resultados das intervenções farmacêuticas realizadas, construindo indicadores de qualidade dos serviços clínicos prestados; Realizar, no âmbito de sua competência profissional, administração de medicamentos ao paciente; Orientar e auxiliar pacientes, cuidadores e equipe de saúde quanto à administração de formas farmacêuticas, fazendo o registro destas ações, quando couber; Fazer a evolução farmacêutica e registrar no prontuário do paciente; Elaborar uma lista atualizada e conciliada de medicamentos em uso pelo paciente durante os processos de admissão, transferência e alta entre os serviços e níveis de atenção à saúde; Dar suporte ao paciente, aos cuidadores, à família e à comunidade com vistas ao processo de autocuidado, incluindo o manejo de problemas de saúde autolimitados; Prescrever, conforme legislação específica, no âmbito de sua competência profissional; Avaliar e acompanhar a adesão dos pacientes ao tratamento, e realizar ações para a sua promoção; Realizar ações de rastreamento em saúde, baseadas em evidências técnico-científicas e em consonância com as políticas de saúde vigentes; executar outras tarefas semelhantes.

Portador do diploma de farmacêutico, com registro no Conselho Profissional.

**PSICOPEDAGOGO – 40 HORAS**

Implementar, avaliar, coordenar e planejar o desenvolvimento de projetos pedagógicos/instrucionais nas modalidades de ensino presencial e/ou a distância, aplicando metodologias e técnicas para facilitar o processo de ensino e aprendizagem. Atender as crianças para avaliar a dificuldade de aprendizagem; Atuar em cursos acadêmicos e/ou corporativos em todos os níveis de ensino para atender as necessidades dos alunos, acompanhando e avaliando os processos educacionais. Viabilizar o trabalho coletivo, criando e organizando mecanismos de participação em programas e projetos educacionais, facilitando o processo comunicativo entre a comunidade escolar e as associações a ela vinculadas.

Curso superior na área de Psicologia com Pós Graduação em Psicopedagogia.

**SUPERVISOR EM SEGURANÇA NO TRANSITO – 40 HORAS**

Executar atividades qualificadas envolvendo supervisão, orientação e análise, interpretação e aplicação de conhecimento específicos no Setor de Trânsito. Solucionar problemas de gestão e segurança viária em engenharia de tráfego, municipalização do trânsito, operação e fiscalização da segurança do trânsito, consultoria de transportes e trânsito e educação no trânsito; exercer outras atividades correlatas com as especificadas.

Curso Superior, com especialização específica em Segurança no Trânsito; Curso em engenharia de Trânsito e regras de circulação legislação de trânsito; Direção Defensiva e prevenção de acidentes.

**TÉCNICO AMBIENTAL – 40 HORAS**

Coletar, armazenar e interpretar informações, dados e documentações ambientais, colaborar também na elaboração de laudos, relatórios e estudos ambientais. Auxiliar na elaboração, acompanhamento e execução de sistemas de gestão ambiental. Atuar na organização de programas de educação ambiental, de conservação e preservação de recursos naturais, de redução, reuso e reciclagem. Identificar as intervenções ambientais, analisar suas consequências e operacionalizar a execução de ações para preservação, conservação, otimização, minimização e remediação dos seus efeitos e outros que se fizerem necessários.

Ensino Médio com Curso Técnico em Meio Ambiente com registro no respectivo Conselho de Classe e conhecimentos e prática em informática.

**TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO – 40 HORAS**

Informar o empregador, através de parecer técnico, sobre os riscos exigentes nos ambientes de trabalho, bem como orientá-los sobre as medidas de eliminação e neutralização; informar os trabalhadores sobre os riscos da sua atividade, bem como as medidas de eliminação e neutralização; analisar os métodos e os processos de trabalho e identificar os fatores de risco de acidentes do trabalho, doenças profissionais e do trabalho e a presença de agentes ambientais agressivos ao trabalhador, propondo sua eliminação ou seu controle; executar os procedimentos de segurança e higiene do trabalho e avaliar os resultados alcançados, adequando-os estratégias utilizadas de maneira a integrar o processo Prevencionista em uma planificação, beneficiando o trabalhador; executar programas de prevenção de acidentes do trabalho, doenças profissionais e do trabalho nos ambientes de trabalho, com a participação dos trabalhadores, acompanhando e avaliando seus resultados, bem como sugerindo constante atualização dos mesmos estabelecendo procedimentos a serem seguidos; promover debates, encontros, campanhas, seminários, palestras, reuniões, treinamentos e utilizar outros recursos de ordem didática e pedagógica com o objetivo de divulgar as normas de segurança e higiene do trabalho, assuntos técnicos, visando evitar acidentes do trabalho, doenças profissionais e do trabalho; executar as normas de segurança referentes a projetos de construção, aplicação, reforma, arranjos físicos e de fluxos, com vistas à observância das medidas de segurança e higiene do trabalho, inclusive por terceiros; encaminhar aos setores e áreas competentes normas, regulamentos, documentação, dados estatísticos, resultados de análises e avaliações, materiais de apoio técnico, educacional e outros de divulgação para conhecimento e auto-desenvolvimento do trabalhador; indicar, solicitar e inspecionar equipamentos de proteção contra incêndio, recursos audiovisuais e didáticos e outros materiais considerados indispensáveis, de acordo com a legislação vigente, dentro das qualidades e especificações técnicas recomendadas, avaliando seu desempenho; cooperar com as atividades do meio ambiente, orientando quanto ao tratamento e destinação dos resíduos industriais, incentivando e conscientizando o trabalhador da sua importância para a vida; orientar as atividades desenvolvidas por empresas contratadas, quanto aos procedimentos de segurança e higiene do trabalho previstos na legislação ou constantes em contratos de prestação de serviço; executar as atividades ligadas à segurança e higiene do trabalho utilizando métodos e técnicas científicas, observando dispositivos legais e institucionais que objetivem a eliminação, controle ou redução permanente dos riscos de acidentes do trabalho e a melhoria das condições do ambiente, para preservar a integridade física e mental dos trabalhadores; levantar e estudar os dados estatísticos de acidentes do trabalho, doenças profissionais e do trabalho, calcular a frequência e a gravidade destes para ajustes das ações prevencionistas, normas regulamentos e outros dispositivos de ordem técnica, que permitam a proteção coletiva e individual; articular-se e colaborar com os setores responsáveis pelos recursos humanos, fornecendo-lhes resultados de levantamento técnicos de riscos das áreas e atividades para subsidiar a adoção de medidas de prevenção a nível de pessoal; informar os trabalhadores e o empregador sobre as atividades insalubre, perigosas e penosas existentes na empresa, seus riscos específicos, bem como as medidas e alternativas de eliminação ou neutralização dos mesmos; avaliar as condições ambientais de trabalho e emitir parecer técnico que subsidie o planejamento e a organização do trabalho de forma segura para o trabalhador; articular-se e colaborar com os órgãos e entidades ligados à prevenção de acidentes do trabalho, doenças profissionais e do trabalho; participar de seminários, treinamento, congressos e cursos visando o intercâmbio e o aperfeiçoamento profissional, e outros que se fizerem necessários.

Ensino Médio com Curso Técnico em Segurança do Trabalho com registro no respectivo Conselho de Classe e conhecimentos e prática em informática.

**TURISMÓLOGO – 40 HORAS**

Supervisionar, gerenciar, coordenar, planejar e executar projetos e serviços turísticos; no âmbito das instituições, empresas e órgãos, públicos e privados, que atendam ao setor turístico; realizar estudos aplicados para explicar fenômenos turísticos, bem como as suas origens, mudanças e evoluções; exercer funções diretivas, de planejamento e de pesquisa nos órgãos da administração pública relacionados à área turística; analisar o potencial turístico de uma localidade, região ou país, avaliando as necessidades do mercado, a ampliação das atividades turísticas e os fenômenos turísticos e as suas inter-relações, em colaboração com o Poder Público; colaborar no planejamento da conservação e do aproveitamento de logradouros públicos e de áreas naturais do patrimônio histórico, cultural, artístico e ambiental; coordenar, orientar e elaborar planos e projetos de marketing turístico; gerenciar hotéis e empresas de animação turística; prestar assessoria e consultoria a empresas hoteleiras e de animação turística na elaboração de planos, programas e projetos no setor turístico; organizar a assistência a turistas, programando para os clientes aspectos relativos a estadia, passeios, alimentação e transporte, entre outros; organizar eventos, a exemplo de congressos, feiras, exposições e festivais; lecionar em estabelecimentos de ensino técnico ou superior na área de Turismo; executar outras tarefas correlatas.

Portador do diploma de Curso Superior de Turismólogo, com registro, inclusive no Conselho Profissional.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta do orçamento fiscal vigente.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 28 de dezembro de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 29/12/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

CLEIDE DE AGUIAR PEREIRA RIVOIRE

Secretária de Administração Interina

**LEI Nº 1.950, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2015**

LEI Nº 1.950, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2015.

REVOGA A LEI Nº 1.831, DE 10 DE SETEMBRO DE 2014, QUE Autoriza o Poder Executivo a adquirir por desapropriação amigável ou judicial, o BEM IMÓVEL QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica revogada a Lei nº 1.831, de 10 de setembro de 2014, que autorizada à declaração de Utilidade Pública, para fins de desapropriação, por via amigável ou judicial, do bem imóvel de propriedade da empresa ZART MULLER ADMINISTRAÇÃO DE IMOVEIS LTDA inscrito no CNPJ nº 17.766.363/0001-35, sediado à Rua Enéas Faraco Guimarães, nº 621, casa 01, Centro, Município e Comarca de Garopaba.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 28 de dezembro de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 29/12/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

CLEIDE DE AGUIAR PEREIRA RIVOIRE

Secretária de Administração Interina

**LEI Nº 1.951, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2015**

LEI Nº 1.951, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2015.

DISPÕE SOBRE A REDUÇÃO DE MULTA E JUROS DE MORA INCIDENTES SOBRE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS VENCIDOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a reduzir no período de 04/01/2016 à 20/12/2016, em 90% (noventa por cento) para o pagamento à vista, e 70% (setenta por cento) para parcelamento em até 24 (vinte quatro) vezes, as multas e juros de mora, previstos no artigo 125 do Código Tributário Municipal, incidentes sobre os créditos tributários, inclusive os ajuizados, parcelados e vencidos até 31/12/2015, observados os seguintes critérios:

I) Débitos inscritos em dívida ativa cujos valores atualizados não excedem a R\$ 3.307,94 (três mil setecentos e sete reais e noventa e quatro centavos), poderão ser parcelados em até 10 (dez) vezes;  
II) Débitos inscritos em dívida ativa cujos valores atualizados excedam a R\$ 3.307,94 (três mil setecentos e sete reais e noventa e quatro centavos), poderão ser parcelados em até 24 (vinte quatro) vezes.

Parágrafo único. O valor das parcelas não poderá ser inferiores a R\$ 29,88 (vinte e nove reais e oitenta e oito centavos).

Art. 2º. Para beneficia-se desta Lei, o contribuinte deverá pagar às custas judiciais, por ventura existentes, se o crédito estiver ajuizado.

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor a partir de 04/01/2016.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 28 de dezembro de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 29/12/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

CLEIDE DE AGUIAR PEREIRA RIVOIRE

Secretária de Administração Interina

**LEI Nº 1.952, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2015**

LEI Nº 1.952, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2015.

DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL PARA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, Estado de Santa Catarina, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

**CAPÍTULO I****DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º. O Fundo Municipal de Direitos da Infância e da Adolescência, criado pela Lei nº 737, de 12 de dezembro de 2001, tem como finalidade precípua dar suporte financeiro ao desenvolvimento de programas e projetos destinados à proteção dos direitos da criança e do adolescente no Município de Garopaba.

Art. 2º. O Fundo Municipal da Infância e Adolescente ficará vinculado administrativamente e operacionalmente ao Conselho Municipal

dos Direitos da Criança e do Adolescente, a quem cabe aprovar as aplicações dos recursos dele oriundos.

Parágrafo único. O FMDCA não possui personalidade jurídica própria, salvo se já instalado com CNPJ próprio.

**Capítulo II****DA GESTÃO DO FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA**

Art. 3º. O Fundo Municipal da Infância e da Adolescência é contabilmente administrado pelo Poder Executivo Municipal, que, por decreto municipal, deverá nomear gestor, dentre servidores municipais efetivos.

§1º. O gestor deverá prestar contas da aplicação dos recursos do fundo ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, estando o fundo sujeito, ainda, ao controle interno e externo, nos termos da legislação vigente.

§2º. Fixados os critérios, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deliberará quanto a destinação dos recursos comunicando ao gestor, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da decisão, cabendo à administração adotar as providências para a liberação e controle dos recursos, no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis.

Art. 4º. Compete ao Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:

I – submeter ao Conselho o Plano de Ação e Aplicação do Fundo Municipal da Infância e Adolescência;

II – submeter ao Conselho demonstrações trimestrais de receita e despesa do Fundo;

Art. 5º. Caberá à Secretaria Municipal de Administração:

I – exercer o controle da execução orçamentária, financeira e contábil;

II – manter o controle necessário das receitas do Fundo;

III – manter o controle necessário à execução orçamentária do Fundo Municipal da Infância e Adolescência referente ao controle de créditos orçamentários, à conferência de empenho; à liquidação e ao pagamento das despesas do Fundo;

IV – manter o controle necessário aos contratos e convênios de execução de programas e projetos de proteção à criança e ao adolescente;

V – encaminhar à Contadoria Municipal, mensalmente, o balanço da Secretaria encarregada da movimentação do Fundo Municipal da Infância e Adolescência, contendo as demonstrações orçamentárias;

VI – assessorar o Conselho, fornecendo subsídios para a elaboração de programação que indique a situação econômico-financeira geral do Fundo Municipal da Infância e Adolescência.

Art. 6º. A aprovação da alocação dos recursos do Fundo Municipal da Infância e Adolescência será precedida de análise técnica efetivada por órgão especializado, no âmbito do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Parágrafo único. O órgão mencionado no caput será coordenado por membro efetivo do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 7º. Compete ainda ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente em relação ao Fundo Municipal da Infância e



da Adolescência, sem prejuízo das demais atribuições:

I - elaborar e deliberar sobre a política de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente no seu âmbito de ação;

II - promover a realização periódica de diagnósticos relativos à situação da infância e da adolescência bem como do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente no âmbito de sua competência;

III - elaborar planos de ação anuais ou plurianuais, contendo os programas a serem implementados no âmbito das políticas de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente, e as respectivas metas, considerando os resultados dos diagnósticos realizados e observando os prazos legais do ciclo orçamentário;

IV - elaborar anualmente o plano de aplicação dos recursos do Fundo, considerando as metas estabelecidas para o período, em conformidade com o plano de ação;

V - elaborar editais fixando os procedimentos e critérios para a aprovação de projetos a serem financiados com recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, em consonância com o estabelecido no plano de aplicação e obediência aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade;

VI - publicar os projetos selecionados com base nos editais a serem financiados pelo Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente;

VII - monitorar e avaliar a aplicação dos recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, por intermédio de balancetes trimestrais, relatório financeiro e o balanço anual do fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, sem prejuízo de outras formas, garantindo a devida publicação dessas informações, em sintonia com o disposto em legislação específica;

VIII - monitorar e fiscalizar os programas, projetos e ações financiadas com os recursos do Fundo, segundo critérios e meios definidos pelos próprios Conselhos, bem como solicitar aos responsáveis, a qualquer

tempo, as informações necessárias ao acompanhamento e à avaliação das atividades apoiadas pelo Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente;

IX - desenvolver atividades relacionadas à ampliação da captação de recursos para o Fundo; e

X - mobilizar a sociedade para participar no processo de elaboração e implementação da política de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente, bem como na fiscalização da aplicação dos recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Parágrafo único. Para o desempenho de suas atribuições, o Poder Executivo deverá garantir ao Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente o suficiente e necessário suporte organizacional, estrutura física, recursos humanos e financeiros.

### CAPÍTULO III DA CAPTAÇÃO DE RECURSOS

Art. 8º. O Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente será constituído:

I – pela dotação consignada anualmente no orçamento municipal e as verbas adicionais que a Lei vier estabelecer no decurso de cada exercício;

II – doação de pessoas físicas e jurídicas, conforme disposto no art. 260, da Lei nº. 8.069/90;

III – valores provenientes das multas previstas no artigo 214, da Lei nº. 8.069/90, e oriundas das infrações descritas nos artigos 228 e 258, do referido Estatuto, bem como eventualmente de condenações advindas de delitos enquadrados na Lei nº. 9.099/95;

IV – transferência de recursos financeiros oriundos dos Fundos Nacional e Estadual da Criança e do Adolescente;

V – doações, auxílios e contribuições, transferências de entidades nacionais, internacionais, governamentais e não governamentais;

VI – produtos de aplicações financeiras dos recursos disponíveis, respeitada a legislação em vigor;

VII – recursos advindos de convênios, acordos e contratos firmados no Município e instituições privadas e públicas, nacionais e internacionais, federais, estaduais e municipais;

VIII – outros recursos que porventura lhe forem destinados.

### CAPÍTULO IV DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Art. 9º. A despesa do Fundo Municipal da Infância e Adolescência se constituirá de:

I – financiamento total ou parcial de programas de atendimento de projetos de política especial, constantes do Plano de Ação e Aplicação;

II – aquisição de material permanente e de consumo de outros insumos necessários ao desenvolvimento de programas e projetos;

III – benfeitorias necessárias à implantação e implementação de programas e ações constantes do Plano de Ação e Aplicação;

IV – desenvolvimento e aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão, planejamento, administração e controle das ações do Plano de Ação e Aplicação;

V – desenvolvimento de programas de estudos, pesquisa, capacitação e aperfeiçoamento dos recursos humanos necessários à execução do Plano de Ação e Aplicação;

VI – atendimento de despesas diversas de caráter urgente e inadiável, necessárias à execução das ações de atendimento aos direitos da criança e do adolescente.

Art. 10. Os valores positivos dos recursos financeiros do Fundo Municipal da Infância e Adolescência, apurados em balanço no final de cada exercício, serão transferidos para o exercício seguinte a crédito do mesmo Fundo.

### CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art.11. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente disciplinará a aplicação desta Lei mediante resolução.

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 13. Revogadas as disposições em contrário, em especial, a Lei nº 737, de 12 de dezembro de 2001.

Garopaba, 28 de dezembro de 2015.  
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 29/12/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

CLEIDE DE AGUIAR PEREIRA RIVOIRE  
Secretária de Administração Interina

### **LEI Nº 1.954, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2015**

LEI Nº 1.954, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2015.

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 1.926, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2015, QUE DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE CONTRIBUIÇÃO A ASSOCIAÇÃO ECO GAROPABA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Altera o § 2º do Artigo 2º, da Lei Municipal n.º 1.926, de 03 de novembro de 2015, QUE DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE CONTRIBUIÇÃO A ASSOCIAÇÃO ECO GAROPABA, que passa a vigorar com a seguinte redação:

§ 2º "A vigência do convênio supracitado será até 31 de julho do ano de 2016".

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 28 de dezembro de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 29/12/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

CLEIDE DE AGUIAR PEREIRA RIVOIRE  
Secretária de Administração Interina

### **LISTA DOS INSCRITOS PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 014/2015 DEFERIDOS**

LISTA DOS INSCRITOS PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 014/2015  
DEFERIDOS

CARGO: Agente de Fiscalização

NOME CANDIDATO
CRISTINA OSVALDA CONSTANTE
LUIZ CARLOS BOHFANTE T. VELHO JÚNIOR
MARA SILVA
ELIAKIN CHAVES MACHADO
BRUNO RANGEL ZILZ
ENIA APARECIDA GRACIA BERNARDO
CIDINEI MANOEL CUSTÓDIO

Garopaba, 28 de dezembro de 2015.

Publicada a presente listagem no DOM/SC em 29/12/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

# Gaspar

## PREFEITURA

### **ERRATA AO DECRETO Nº 6656, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2015**

ERRATA AO DECRETO Nº 6656, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GASPAR, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, RETIFICA a publicação do Decreto nº 6.656, de 14 de dezembro de 2015, veiculada no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC, Edição nº 1893, de 17 de dezembro de 2015, nos seguintes termos:

Onde se lê:

Fica fixada a tarifa embarcada para o transporte coletivo no Município de Gaspar, na forma de pagamento em dinheiro no momento do acesso ao serviço pelo usuário, no valor de R\$ 3,50 (três reais e cinquenta centavos), a partir da 00h00min do dia 04 de janeiro de 2015.

Leia-se:

Fica fixada a tarifa embarcada para o transporte coletivo no Município de Gaspar, na forma de pagamento em dinheiro no momento do acesso ao serviço pelo usuário, no valor de R\$ 3,50 (três reais e cinquenta centavos), a partir da 00h00min do dia 04 de janeiro de 2016.

Gaspar, 28 de dezembro de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

# Governador Celso Ramos

## PREFEITURA

### PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 02/2015

Extrato do Primeiro Termo Aditivo referente ao contrato nº 002/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO REFERENTE AO CONTRATO Nº 002/2015.

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2015

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos.

CONTRATADO: CLEOMAR NERI

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto a PRORROGAÇÃO DO CONTRATO Nº 002/2015 PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, a contar da data de 02/01/2016 bem como aditar em 10,69% o valor do contrato, utilizando como base o índice de reajuste do IGP-M, alterando o valor mensal para R\$ 4.870,24 (quatro mil oitocentos e setenta reais e vinte e quatro centavos), totalizando o valor global de R\$ 58.442,88 (Cinquenta e oito mil quatrocentos e quarenta e dois reais e oitenta e oito centavos).

Governador Celso Ramos, 28 de Dezembro de 2015.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

### PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 49/2015

Extrato do Primeiro Termo Aditivo referente ao contrato nº 049/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO REFERENTE AO CONTRATO Nº 049/2015.

Tomada de Preço nº 003/2015

Processo nº 034/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.

CONTRATADO: NOVOTETO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA

OBJETO: O objeto do presente termo aditivo é prorrogar o contrato original por mais 90(noventa) dias a partir de 31/12/2015.

Governador Celso Ramos, 28 de dezembro de 2015.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

### PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 57/2015

Extrato do Primeiro Termo Aditivo referente ao contrato nº 057/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO REFERENTE AO CONTRATO Nº 057/2015.

TOMADA DE PREÇOS Nº 06/2015

PROCESSO Nº 71/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.

CONTRATADO: EMPREITEIRA PAVICON LTDA

OBJETO: prorrogar o contrato original por mais 90 (noventa) dias a partir de 31/12/2015, estando de acordo com o que preconiza o art. 57, parágrafo 1º da Lei 8.666/93, e se sujeita as mesmas condições de pagamento conforme o referido contrato, ficando desta forma a vigência contratual alterada até a data de 30/03/2016.

Governador Celso Ramos, 28 de Dezembro de 2015.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

### PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 58/2015

Extrato do Primeiro Termo Aditivo referente ao contrato nº 058/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO REFERENTE AO CONTRATO Nº 058/2015.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS

CONTRATADO: RED ENERGY COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA EPP

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto aditar o contrato original, em R\$ 32.745,00 (Trinta e dois mil setecentos e quarenta e cinco reais), enquadrando-se dentro do limite de 25% do valor do contrato, estando de acordo com o que preconiza o art. 65, parágrafo 1º da Lei 8.666/93, e se sujeita as mesmas condições de pagamento conforme o referido contrato.

Governador Celso Ramos 28 de dezembro de 2015.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

### QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 54/2013

Extrato do Quinto Termo Aditivo referente ao contrato nº 054/2013

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO REFERENTE AO CONTRATO Nº 054/2013.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

CONTRATADO: FERNANDO MARTINS – MECÂNICA ALHO LTDA – ME

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto prorrogar o contrato original por 12 (doze) meses a contar da data de 31/12/2015.

Governador Celso Ramos 22 de dezembro de 2015.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

### TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 25/2013

Extrato do Terceiro Termo Aditivo referente ao contrato nº 025/2013

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO REFERENTE AO CONTRATO Nº 25/2013.

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 09/2013

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos/Fundo Municipal de Saúde.

CONTRATADO: RESIDENCIAL BOM VIVER EIRELI ME (ANTIGA GERIATRIA SÃO MATHEUS EIRELI – ME)

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto a PRORROGAÇÃO DO CONTRATO Nº 025/2013 PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, a contar da data de 31/12/2015 bem como aditar em 10,28% o valor do contrato, utilizando como base o índice de reajuste do INPC, alterando o valor mensal para R\$ 2.972,11 (dois mil novecentos e setenta e dois reais e onze centavos), totalizando o valor global de R\$ 35.665,32 (Trinta e Cinco mil seiscentos e sessenta e cinco reais e trinta e dois centavos).

Governador Celso Ramos, 28 de Dezembro de 2015.  
JULIANO DUARTE CAMPOS  
Prefeito Municipal

**TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 67/2013**

Extrato do Terceiro Termo Aditivo referente ao contrato nº 067/2013  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO REFERENTE AO CONTRATO Nº 067/2013.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

CONTRATADO: Fábio César Martins – América Net Informática

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto a aditar e prorrogar o contrato original, em R\$ 8.211,78 (oito mil duzentos e onze reais e setenta e oito centavos) readequando as quantias inicialmente licitadas e prorrogar por 12 (doze) meses a contar da data de 31/12/2015.

Governador Celso Ramos 22 de dezembro de 2015.  
JULIANO DUARTE CAMPOS  
Prefeito Municipal

**TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 68/2013**

Extrato do Terceiro Termo Aditivo referente ao contrato nº 068/2013  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO REFERENTE AO CONTRATO Nº 068/2013.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

CONTRATADO: NEW HOUSE INFORMÁTICA LTDA

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto ADITAR E PRORROGAR O CONTRATO Nº 068/2013 em 10%, o valor total do contrato passará de R\$ 30.188,40 (R\$ 27.444,00 do valor contratual mais R\$ 2.744,40 do segundo termo aditivo) para R\$ 32.932,80 (Trinta e dois mil e novecentos e trinta e dois reais e oitenta centavos) e prorroga-lo por mais 12(doze) meses a contar da data de 31/12/2015.

Governador Celso Ramos 22 de dezembro de 2015.  
JULIANO DUARTE CAMPOS  
Prefeito Municipal

# Grão Pará

## PREFEITURA

### CONVÊNIO Nº 10/2015

CONVÊNIO N. 10/2015

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ E O CENTRO COMUNITÁRIO SÃO SEBASTIÃO.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, doravante denominada PMGP, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 82.558.149/0001-55, neste ato, representada pelo seu Prefeito Municipal, Senhor AMILTON ASCARI e o CENTRO COMUNITÁRIO SÃO SEBASTIÃO, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 78.829.223/0001-53, neste ato, representada pelo seu atual Presidente, Sr. ISTÉLIO KULKAMP SCHLICKMANN, inscrito no CNPF nº. 019.647.459-00, resolvem celebrar o presente Termo de Convênio.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E FINALIDADE

O presente convênio tem por objeto a Concessão de subvenção social Financeira para melhorias no salão de eventos do Centro Comunitário da localidade de Capivaras Alta no Município de Grão -Pará.

#### CLAUSULA SEGUNDA – DO VALOR E DA FONTE DE RECURSOS

O valor a ser transferido será de R\$ 5.000,00(cinco mil reais) durante a vigência do convênio, em uma única parcela.

A fonte de recursos a ser utilizada será a de recursos ordinários, código 0000.

Rubrica orçamentária: 05.01.2.012.3.3.50.00.00.00.00.0000 – Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (51)

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL

O presente Convênio tem seu fundamento legal na Lei Municipal n. 2.031, de 17 de dezembro de 2015.

#### CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA

I. Analisar as prestações de contas encaminhadas pelo CENTRO COMUNITÁRIO SÃO SEBASTIÃO, após o repasse do valor de trata na Cláusula II

#### CLAUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CENTRO COMUNITÁRIO SÃO SEBASTIÃO

Compete ao CENTRO COMUNITÁRIO SÃO SEBASTIÃO:

I- elaborar o Plano de Aplicação para os recursos oriundos deste Convênio;

II- aplicar devidamente os recursos recebidos e prestar contas, no prazo de no máximo 60 (sessenta) dias, após o recebimento.

#### CLAUSULA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO FÍSICA

O município acompanhará a realização do presente convênio através da prestação de contas.

#### CLAUSULA SÉTIMA – DA ATUALIZAÇÃO CADASTRAL

A entidade obriga-se a manter atualizados seus dados cadastrais durante a vigência do convênio.

#### CLAUSULA OITAVA – DA CONTINUIDADE

Caso a entidade não realize o objeto do convênio, ou paralise, o Centro Comunitário São Sebastião, deverá devolver integralmente o valor do repasse pela execução do objeto.

#### CLAUSULA NONA – DA MOVIMENTAÇÃO DOS RECURSOS

A Entidade obriga-se a movimentar os recursos em conta bancária específica, devendo movimentá-la através de:

- Ordem bancária ou transferência eletrônica;
- Movimentações por cheques nominais, cruzados, individualizados serão aceitos somente com justificativa da impossibilidade de

realizar a movimentação na forma eletrônica;

· Caso os recursos não forem utilizados por mais de 30 dias, devem ser aplicados em caderneta de poupança ou aplicação financeira de curto prazo;

· Os rendimentos devem ser aplicados no objeto ou devolvidos ao município.

#### CLAUSULA DÉCIMA – DA TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS A OUTRAS ENTIDADES

A entidade está proibida em repassar os recursos recebidos para outras entidades de direito público ou privado, como forma de terceirização do objeto do convênio.

#### CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A entidade se obriga em realizar a prestação de contas conforme a legislação em vigor.

#### CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA – FORMA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

A prestação de contas deve ocorrer no prazo máximo de até 60 dias após recebimento dos recursos.

Serão aceitos documentos fiscais originais, não rasurados, com identificação precisa do objeto contratado, em nome do Centro Comunitário São Sebastião.

Devem constar extrato de conta corrente com toda a movimentação.

Caso houver movimentação em conta poupança ou aplicação este também deve constar na prestação de contas.

#### CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA– DA RESCISÃO

Este Convênio poderá ser rescindido por mútuo acordo entre as partes, pelo não cumprimento de suas cláusulas ou por legislação superior que o torne impraticável.

#### CLAUSULA DÉCIMA QUARTA – DA VIGÊNCIA

O presente convênio terá vigência de 17 de dezembro de 2015 a 30 de março de 2016.

#### CLAUSULA DÉCIMA QUINTA – DA DEVOLUÇÃO DE RECURSOS

Os recursos não utilizados no objeto do convênio deverão ser devolvidos ao município. No caso de rendimentos de aplicação financeira, caso não aplicados no objeto do convênio, também devem ser devolvidos ao município.

#### CLAUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

As partes elegem o Foro da Comarca de Braço do Norte para dirimir as questões e litígios decorrentes deste Convênio, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Por estarem as partes, Prefeitura Municipal de Grão-Pará e CENTRO COMUNITÁRIO SÃO SEBASTIÃO, perfeitamente de acordo com as cláusulas e condições aqui pactuadas, firmam o presente Termo de Convênio em 02 (duas) vias, visando a um só efeito, na presença de duas testemunhas, que também a este subscrevem, para que se produzam os efeitos legais.

Grão-Pará/ SC, 17 de dezembro de 2015.

AMILTON ASCARI

Prefeito Municipal

ISTÉLIO KULKAMP SCHILICKMANN

Presidente do CENTRO COMUNITÁRIO SÃO SEBASTIÃO

T E S T E M U N H A S



# Guaraciaba

## CÂMARA MUNICIPAL

### PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 04\_2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE GUARACIABA  
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

#### PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 04/2015

A Câmara Municipal de Vereadores de Guaraciaba, Estado de Santa Catarina, com sede Rua Ademar de Barros, 85, na cidade de Guaraciaba, CNPJ nº 02.606.335/0001-83, neste ato representado pelo Presidente Sr. Claudiomiro Maldaner, brasileiro, casado, inscrito no CPF nº 605.349.669-34, residente e domiciliado na Rua Rui Barbosa, Centro, município de Guaraciaba, SC, doravante denominado CONTRATANTE e por outro lado a empresa Rádio Raio de Luz Ltda, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 76.812.627/0001-09, estabelecida na Rua 07 de Setembro, nº 01, centro, município de Guaraciaba-SC, neste ato representada pelo Sr. Fernando Hübner, inscrito no CPF sob nº 831.892.709-53, doravante denominado CONTRATADO, de acordo comum e com amparo legal nas Leis Federais nº 8.666/93 e nº 10.520/02 e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes e Processo Licitatório Nº 01/2015, resolvem contratar o objeto do presente pelas seguintes cláusulas que seguem:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Este contrato tem como origem o Pregão Presencial nº 01/2015, instaurado pela CONTRATANTE, objetivando a Publicação e divulgação de Atos e Fatos Oficiais do Poder Legislativo Municipal, de segunda à sexta-feira com inserção diária de até 90" (noventa segundos), às 11h50min, e aos sábados até 8min (oito minutos), à partir das 12h25min.

#### CLAÚSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS

Pelo fornecimento dos serviços ora contratados, a CONTRATANTE pagará a CONTRATADA, como abaixo discriminado:  
R\$ 1.250,00 (Hum mil, duzentos e cinquenta reais) mensais, à partir da data de renovação deste contrato até 31 de dezembro de 2016.

#### CLAUSULA TERCEIRA – DOS PRAZOS

1 – Na contagem dos prazos estabelecidos no Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

2 – Só se iniciam e vencem os prazos referidos no item anterior em dia de expediente na Câmara Municipal de Vereadores de Guaraciaba/SC.

3 – O prazo de vigência dos serviços licitados será a partir da assinatura do Aditivo do Contrato, até 31/12/2016, podendo ser prorrogado por até 48 meses a critério do contratante, sendo reajustado pelo INPC ou outro índice que vier a substituí-lo.

#### CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO

O pagamento dos serviços prestados advindo do presente processo licitatório, será efetuado ao respectivo credor, conforme a entrega, mensalmente, até o dia 10 do mês subsequente à prestação dos serviços, após a apresentação da fatura, desde de que esteja processada na forma da Lei.

#### CLAUSULA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Os recursos serão aqueles de origem própria.

#### CLÁUSULA SEXTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da execução dos serviços objeto do presente Edital, correrão à conta do Orçamento Municipal vigente, na seguinte classificação orçamentária:

Órgão: 01 – PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

Unidade: 1 – CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

Função: 01 - Legislativa

Subfunção: 031 – Ação Legislativa

Programa: 91 – Gestão Legislativa

Projeto/Atividade: 2.078 – Execu. e Manut. do Processo Legislativo Mun

Despesa: 2

Elemento: 33903988000000 – Serviços de Publicidade e Propaganda

Recurso: 0000 - Recursos próprios CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESPONSABILIDADE DO CONTRATANTE

Caberá a CONTRATANTE efetuar o pagamento pela aquisição do objeto do presente Contrato, de acordo com o estabelecido na Cláusula Segunda e Terceira.

#### CLÁUSULA OITAVA - DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

A CONTRATADA obriga-se a fornecer o objeto do presente Contrato de acordo com a proposta apresentada no procedimento licitatório na modalidade de Pregão Presencial nº01/2015, a qual, como todos os documentos da licitação e especificações da CONTRATANTE, passa a fazer parte integrante do presente Contrato, independentemente de transcrição.

PARAGRAFO ÚNICO – A CONTRATADA obriga-se a manter, durante a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação exigidas na licitação, devendo comunicar a CONTRATANTE, imediatamente, qualquer alterações que possa comprometer a manutenção do presente.

#### CLÁUSULA NONA – DOS PRAZOS E FORMA DE ENTREGA

O fornecimento dos serviços, objeto do Pregão Presencial nº 01/2015 de 23 de fevereiro de 2015, iniciar-se-á a partir da homologação do Processo Licitatório, conforme a necessidade da Contratante. Os saldos correspondentes às quantidades não utilizadas serão considerados extintos após essa data.

PARÁGRAFO ÚNICO: Os serviços licitados deverão ser prestados a licitante pelo valor aprovado no processo, sendo proibida a cobrança de qualquer outra despesa que venha interferir no valor licitado e aprovado.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – PENALIDADE

Pela inexecução total ou parcial do contrato, a CONTRATANTE poderá aplicar a CONTRATADA as seguintes penalidades:

a) Advertência;

b) Suspensão do direito de licitar com a Administração pelo prazo

de 02 (dois) anos; e,  
c) Declaração de inidoneidade.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO

O PRESENTE Contrato poderá ser rescindido caso ocorram quaisquer dos fatos elencados no Art. 78 e seguinte da Lei Federal 8.666/93 e alterações posteriores vigentes.

PARÁGRAFO ÚNICO: A Contratada reconhece os direitos da Contratante, em caso de rescisão administrativa, previstas no Art. 77 da Lei Federal 8.666/93 e alterações vigentes.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – ALTERAÇÃO

A alteração de qualquer das disposições estabelecidas neste Contrato somente se reputará válida se tomada expressamente em instrumento aditivo, que o presente aderirá, passando a dele fazer parte integrante.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente Contrato reger-se pelas disposições expressas na Lei Federal 8.666/93 de 21 de Junho de 1993 e demais alterações posteriores vigentes, e pelos preceitos de direito público, aplicando-lhe supletivamente os princípios da teoria geral dos Contratos e as disposições de direito privado.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – CONDIÇÕES GERAIS

Todos os encargos sociais e trabalhistas, bem como tributos de qualquer espécie, que venham a ser devidos em decorrência do presente correrá por conta da Contratada.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Federal 8.666 de 21 de Junho de 1993 e alterações posteriores vigentes, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais de direito.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, como competente para dirimir questões oriundas do presente Contrato.

E, por estarem assim justos e acordes, firmam o presente juntamente com duas testemunhas, em duas ( ou mais) vias de igual teor e forma, sem rasuras, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos.

Guaraciaba - SC, em 28 de dezembro de 2015.

CLAUDIOMIRO MALDANER  
PRESIDENTE  
CONTRATANTE

FERNANDO HUBNER  
REPRESENTANTE LEGAL  
CONTRATADO

# Guaramirim

## PREFEITURA

### DECRETO N. 601/2015

DECRETO Nº. 601/2015

Abre crédito suplementar no valor de R\$ 85.000,00 (oitenta e cinco mil reais).

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um crédito suplementar no valor de até R\$ 85.000,00 (oitenta e cinco mil reais) constante do orçamento Municipal, a saber:

8 - Secretaria de Infra-estrutura  
8.1 - Secretaria de Infra-estrutura  
0026.0782.0011.2091 - Manutencao e Abertura de Estradas, Canais, Corrego  
3339000000000000 - Aplicações Diretas  
01000000 - Recursos Ordinários .....R\$ 85.000,00

Art. 2º. Os recursos para abertura do presente crédito suplementar provém da anulação do item abaixo relacionado:

8 - Secretaria de Infra-estrutura  
8.1 - Secretaria de Infra-estrutura  
0026.0782.0011.2091 - Manutencao e Abertura de Estradas, Canais, Corrego  
3319000000000000 - Aplicações Diretas  
01000000 - Recursos Ordinários .....R\$ 50.000,00  
3449000000000000 - Aplicações Diretas  
01000000 - Recursos Ordinários .....R\$ 35.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 28 de dezembro de 2015.

Lauro Fröhlich

Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

Publicado no DOM/SC, edição nº. \_\_\_\_\_, em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2015.

## CÂMARA MUNICIPAL

### ERRATA DA LEI Nº 4287/2015

O Presidente da Câmara de Vereadores de Guaramirim, de acordo com a legislação vigente, torna público, para conhecimento dos interessados, Errata a Lei Nº 4287/2015 de 23/12/2015, para:

Onde se lê:

I – Classificação Institucional

01.0 – Câmara Municipal de Vereadores ..... 2.700.00,00

08.00 – Secretaria de Infra Estutura ..... 34.632.625,00

Leia-se:

I – Classificação Institucional

01.00– Câmara Municipal de Vereadores ..... 3.000.00,00

08.00 – Secretaria de Infra Estutura ..... 34.332.625,00

Onde se lê:

II – Classificação por Função

01 – Legislativa ..... 2.700.000,00

15 – Urbanismo ..... 19.938.000,00

Leia-se:

II – Classificação por Função

01 – Legisaltiva ..... 3.000.000,00

15 – Urbanismo ..... 19.638.000,00

Onde se lê:

III – Classificação por Subfunção

31 – Ação Legislativa ..... 2.700.000,00

241 – Assistência ao idoso ..... 372.250,00

243 – Assistência à criança e ao adolescente ..... 1.589.639,00

244 – Assistência Comunitária ..... 4.958.600,00

361 – Ensino Fundamental ..... 18.004.000,00

365 – Educação Infantil ..... 13.451.700,00

451 – Infra Estrutura Urbana ..... 12.839.000,00

Leia-se:

III – Classificação por Subfunção

31 – Ação Legislativa ..... 3.000.000,00

241 – Assistência ao idoso ..... 212.250,00

243 – Assistência à criança e ao adolescente ..... 2.008.100,00

244 – Assistência Comunitária ..... 4.700.139,00

361 – Ensino Fundamental ..... 18.054.000,00

365 – Educação Infantil ..... 13.401.700,00

451 – Infra Estrutura Urbana ..... 12.539.000,00

Onde se lê:

IV – Classificação por Programa

001 – Processo Legislativo ..... 2.700.000,00

011- Infra Estrutura ..... 21.256.125,00

Leia-se:

IV – Classificação por Programa

001 – Processo Legislativo ..... 3.000.000,00

011- Infra Estrutura ..... 20.956.125,00

Onde se lê:

V – Classificação Segundo a Natureza

Despesas Correntes ..... 105.691.520,00

3.1.00.00.00.00.00.00 – Pessoal e Enc. Sociais... 58.666.199,00

3.3.00.00.00.00.00.00 – Outras Desp.Correntes. 46.663.321,00

Despesas de Capital ..... 34.470.400,00

4.4.00.00.00.00.00.00 - Investimentos ..... 31.725.400,00

Leia-se:

V – Classificação Segundo a Natureza

Despesas Correntes ..... 106.298.520,00

3.1.00.00.00.00.00.00 – Pessoal e Enc. Sociais... 59.553.660,00

3.3.00.00.00.00.00.00 – Outras Desp.Correntes. 46.382.860,00

Despesas de Capital ..... 34.863.400,00

4.4.00.00.00.00.00.00 - Investimentos ..... 31.118.400,00

Guaramirim, SC 28 de dezembro de 2015

Evaldo João Junckes

Presidente

# Ibiam

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 2866/2015

DECRETO Nº 2866, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GILMAR FONTANA, Prefeito Municipal de Ibiam em Exercício, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e especialmente as conferidas pela Lei n. 0559/2014:

#### DECRETA:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Adicional Suplementar por conta do superávit financeiro no valor de R\$ 550,00 (Quinhentos e cinquenta reais), no orçamento de 2015 da Prefeitura Municipal de Ibiam, nas seguintes programações de despesas:

#### Suplementação:

Órgão: 02 – Chefia do Executivo

Unidade Orçamentária: 02.08 – Secr. Mun.Desenv.Comun.Cultura e Esporte

Função: 13 – Cultura

Subfunção: 392– Difusão Cultural

Programa: 1301 – Desenvolvimento Cultural

Atividade: 2032 – Man. Festividades e Atividades Culturais

Modalidade de Aplicação: 33900000 – Aplicações Diretas

Fonte: 1300 – Superávit Fin. Recursos Ordinários

Valor R\$ 550,00

Art. 2º Para satisfazer a cobertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, será utilizado o superávit financeiro consolidado apurado no exercício anterior do Município de Ibiam.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, EM 04 DE DEZEMBRO DE 2015.

GILMAR FONTANA

PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

Publicado e registrado:

### DECRETO Nº 2873/2015

DECRETO Nº 2873, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2015.

“ADOA LAUDO TÉCNICO QUE CARACTERIZA AS ATIVIDADES INSALUBRES E PERIGOSAS PARA FINS DE PAGAMENTO DO RESPECTIVO ADICIONAL AOS SERVIDORES MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

GILMAR FONTANA, Prefeito Municipal de Ibiam em Exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o inc. VII, do art. 88 da Lei Orgânica do Município, e

Considerando que são tidas como funções insalubres aquelas que, por sua natureza, condições ou métodos de trabalho, exponham os servidores ou empregados públicos, a agentes nocivos à saúde,

acima dos limites de tolerância, fixados em razão da natureza e da intensidade do agente e do tempo de exposição aos seus efeitos;

Considerando que a caracterização e a classificação da insalubridade e da periculosidade foram feita por meio de perícia a cargo de Médico do Trabalho, Doutor Hamilton Camargo Gamba registrado no Ministério do Trabalho, cujo Laudo indica normas sobre os critérios de caracterização da insalubridade, os limites de tolerância aos agentes agressivos, meios de proteção e tempo máximo de exposição do servidor a esses agentes;

Considerando o disposto no artigo 62 da Lei n. 255, de 07 de janeiro de 2004, alterado pela Lei n. 326, de 30 de agosto de 2006;

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica adotado o Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho, elaborado em 20 de janeiro de 2015, pelo Doutor Hamilton Camargo Gamba, para fins de pagamento do adicional de insalubridade ou de periculosidade aos servidores públicos municipais que realizam suas atividades nas condições definidas no referido Laudo.

Parágrafo único. O setor de recursos humanos elaborará os atos necessários à execução do disposto no caput deste artigo.

Art. 2º. Para fazer face às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, serão usados recursos do orçamento municipal.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente aquelas contidas no decreto nº 2722, de 27 de novembro de 2014.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 18 DE DEZEMBRO DE 2015.

GILMAR FONTANA

Prefeito Municipal em Exercício

Publicação e Registro:

### DECRETO Nº 2874/2015

DECRETO Nº 2874, 18 DE DEZEMBRO DE 2015.

“DIVULGA OS FERIADOS E PONTOS FACULTATIVOS PARA O EXERCÍCIO DE 2016”

GILMAR FONTANA, Prefeito Municipal de Ibiam em Exercício Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII do art. 88, da Lei Orgânica Municipal, bem como a Lei Municipal nº 001, de 27 de janeiro de 1997,

Considerando a necessidade da organização dos trabalhos no Setor de Licitações, Secretaria da Educação e Secretaria da Saúde,

#### DECRETA:

Art. 1º. O rol de feriados, nos termos da Legislação vigente, no curso do ano de 2016, fica assim constituído:

I - 1º de janeiro (sexta-feira), Confraternização Universal - feriado nacional;

II - 25 de março (sexta-feira), Paixão de Cristo - feriado municipal;  
 III - 21 de abril (quinta-feira), Tiradentes - feriado nacional;  
 IV - 1º de maio (domingo), Dia Mundial do Trabalho - feriado nacional;  
 V - 26 de maio (quinta-feira), Corpus Christi - feriado municipal;  
 VI - 20 de julho (quarta-feira), Aniversário do Município - feriado municipal;  
 VII - 7 de setembro (quarta-feira), Independência do Brasil - feriado nacional;  
 VIII - 11 de outubro (terça-feira), Padroeira do Município - Nossa Senhora Mãe do Salvador - feriado municipal;  
 IX - 12 de outubro (quarta-feira), Nossa Senhora Aparecida - feriado nacional;  
 X - 2 de novembro (quarta-feira), Finados - feriado nacional;  
 XI - 15 de novembro (terça-feira), Proclamação da República - feriado nacional; e  
 XII - 25 de dezembro (domingo), Natal - feriado nacional.

Art. 2º. Os pontos facultativos, durante o ano de 2016, nas Repartições Públicas Municipais, ressalvadas as necessidades essenciais, são constituídos pelos dias abaixo relacionados:

I - 08 de fevereiro (segunda-feira), Carnaval - ponto facultativo;  
 II - 09 de fevereiro (terça-feira), Carnaval - ponto facultativo;  
 III - 22 de abril (sexta-feira), Tiradentes - ponto facultativo;  
 IV - 27 de maio (sexta-feira), Corpus Christi - ponto facultativo;  
 V - 10 de outubro (segunda-feira), Padroeira do Município - Nossa Senhora Mãe do Salvador - ponto facultativo;  
 VI - 13 de outubro (quinta-feira), Dia do Professor - art. 180, da Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004 - feriado escolar;  
 VII - 28 de outubro (sexta-feira), Dia do Servidor Público - art. 184, da Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro 2004 - ponto facultativo; e  
 VIII - 14 de novembro (segunda-feira), Proclamação da República - ponto facultativo.

Art. 3º. Os pontos facultativos relacionados no art. 2º deste Decreto poderão sofrer supressões ou alterações, mediante Decreto, se assim o determinar a conveniência e a oportunidade para a Administração Municipal.

Art. 4º. Em razão da natureza e essencialidade do serviço, a Secretaria da Saúde funcionará sob regime de plantão.

Art. 5º. A Secretaria Municipal da Educação deverá obedecer ao disposto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, quanto ao calendário escolar.

Art. 6º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 18 DE DEZEMBRO DE 2015.

GILMAR FONTANA

Prefeito Municipal em Exercício

Publicação e Registro:

## DECRETO Nº 2877/2015

DECRETO Nº 2877, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2015

HOMOLOGA O RESULTADO CLASSIFICATÓRIO DAS PROVAS DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GILMAR FONTANA, Prefeito do Município de Ibiã em Exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado o resultado classificatório final dos candidatos que prestaram as provas relativas ao Processo Seletivo Simplificado Edital nº 005/2015, destinado a formação de cadastro reserva de cargos conforme segue:

CARGO: PROFESSOR II - ÁREA DE ATUAÇÃO: EDUCAÇÃO INFANTIL									
INSCR	NOME	OBJ. I	OBJ. II	OBJ. III	OBJ. IV	MÉDIA	TÍTULOS	NOTA FINAL	POSICÃO
1356	SIMONE DENIZE TREVISOL SLOGO DE OLIVEIRA	0,60	0,90	0,60	2,10	4,20	1,50	5,70	1º
1350	CARMEN REGINA DE OLIVEIRA	0,90	0,60	0,30	2,10	3,90	1,50	5,40	2º
1352	MARLI M S MATOS	0,60	0,90	0,30	2,10	3,90	1,50	5,40	3º
1348	MARIANGELA FONSECA	0,30	0,60	0,60	2,10	3,60	1,50	5,10	4º
1363	ANDREIA TERESINHA FERRARI LAMPERTI	0,30	0,60	0,90	1,80	3,60	1,50	5,10	5º
1366	MARIZA DALAZEN LAIDNES	0,60	0,60	0,30	2,10	3,60	1,40	5,00	6º
1371	TATIANA APARECIDA SLOGO BRAND GUINDANI	0,60	0,30	0,30	2,10	3,30	1,50	4,80	7º



1368	MARLY SALETE FRESCHI LUTHEMEIER	0,60	0,60	0,60	1,50	3,30	1,50	4,80	8º
1359	MAGDA REGINA POLO TITON	0,60	0,30	0,60	2,10	3,60	1,00	4,60	9º
1369	SIMARA APARECIDA TREVISOL SLOGO	0,90	-	0,30	1,80	3,00	1,50	4,50	10º
1351	SILMARA TESCK DE OLIVEIRA	0,60	0,30	0,30	1,80	3,00	1,50	4,50	11º
1379	ANDRÉIA POCERA ODORISI	0,60	1,20	0,30	2,10	4,20	0,15	4,35	12º
1355	ANDRÉIA BONASSI RAMPON	0,60	0,60	0,90	1,80	3,90	-	3,90	13º
1357	ERICA THOMÉ LAIDNES	0,30	0,30	0,30	1,80	2,70	1,00	3,70	14º
1381	KASSIO MANICA KERWAL	0,30	0,90	0,60	1,80	3,60	-	3,60	15º
1386	DELÉSIA ORZZATTO MICHELIZZI	0,30	-	0,30	1,50	2,10	1,50	3,60	16º
1370	EDICLEIA BARBOSA	0,90	0,30	0,30	1,80	3,30	-	3,30	17º
1377	JACKLINE DALMOLIN ODORIZZI	0,30	0,60		1,80	2,70	-	2,70	18º
1384	MARILETE DE CASTRO CARVALHO	0,30	0,60	0,30	1,20	2,40	0,05	2,45	19º
1364	ELEANA DAL CORTIVO FREITAS FELICETTI	-	0,30	0,30	0,90	1,50	0,50	2,00	20º

CARGO: PROFESSOR II - ÁREA DE ATUAÇÃO: 1º AO 5º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

1358	VERONI BORSOI MARTELLI	0,90	0,60	0,30	1,80	3,60	1,50	5,10	1º
1362	LORIZETE TEREZINHA LUTKEMEIER GONZATTO	0,60	0,60	0,30	0,60	2,10	1,50	3,60	2º

**LEGENDA:**

OBJ. I = Português;

OBJ. II = Matemática;

OBJ. III = Conhecimentos Gerais

OBJ. IV = Conhecimentos Específicos;

MÉDIA = Média prova objetiva;

TÍTULOS = Nota prova de títulos;

NOTA FINAL = Nota Final + Títulos;

POSIÇÃO = Posição de Classificação na prova escrita + títulos.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 28 DE DEZEMBRO DE 2015.

GILMAR FONTANA

Prefeito Municipal em Exercício

Publicação e Registro:

**PORTARIA Nº 265/2015**

PORTARIA Nº 265, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2015

“RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO COM SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

GILMAR FONTANA, Prefeito Municipal de Ibiã em Exercício, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere o inc. VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal, considerando o Contrato de Trabalho nº 025, de 15 de outubro de 2015;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Declarar rescindido, por decurso de prazo com termo final em 15.12.2015, o Contrato de Trabalho nº 025/2015, celebrado com ERICA THOMÉ LAIDNES.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 15 de dezembro de 2015.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 18 DE DEZEMBRO DE 2015.

GILMAR FONTANA

Prefeito Municipal em Exercício

Publicação e Registro:

**PORTARIA Nº 266/2015**

PORTARIA Nº 266, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2015

“RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO COM SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

GILMAR FONTANA, Prefeito Municipal de Ibiã em Exercício, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere o inc. VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal, considerando o Contrato de Trabalho nº 027, de 04 de novembro de 2015;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Declarar rescindido, por decurso de prazo com termo final em 15.12.2015, o Contrato de Trabalho nº 027/2015, celebrado com SILVIA CRISTIANE TESCKE COELLI.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 15 de dezembro de 2015.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 18 DE DEZEMBRO DE 2015.

GILMAR FONTANA

Prefeito Municipal em Exercício

Publicação e Registro:

**PORTARIA Nº 267/2015**

PORTARIA Nº 267, 21 DE DEZEMBRO DE 2015

“CONCEDE 30 (TRINTA) DIAS DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

GILMAR FONTANA, Prefeito Municipal de Ibiã em Exercício, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII, do art. 88 da Lei Orgânica Municipal, considerando a Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004, com nova redação dada pela Lei Municipal nº 385, de 22 de agosto de 2008 e o requerimento da servidora protocolado em 22 de setembro de 2015, **RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder a servidora JANETE APARECIDA FELICETTI, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo – Nível 5 – Referência E, 30 (trinta) dias de Licença Prêmio a que faz jus, referente ao período aquisitivo de 22.08.2008 a 03.10.2013.

§ 1º. O período aquisitivo da licença prêmio, mencionado no caput deste artigo, foi retardado em 43 (quarenta e três) dias, conforme determina o § 2º e o § 3º, do artigo 96-B, da Lei Municipal nº 385, de 22 de agosto de 2008.

§ 2º. A remuneração da servidora, durante o período da Licença mencionada no caput deste artigo, será de acordo com o § 2º, do art. 96-D, da Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004, com nova redação dada pela Lei Municipal nº 385, de 22 de agosto de 2008.

Art. 2º. A servidora usufruirá a Licença Prêmio no período de 21 de dezembro de 2015 a 19 de janeiro de 2016.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 21 DE DEZEMBRO DE 2015.

GILMAR FONTANA

Prefeito Municipal em Exercício

Publicação e Registro:

**PORTARIA Nº 268/2015**

PORTARIA Nº 268, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2015.

“NOMEIA SERVIDORES PARA REALIZAÇÃO DA ENTREGA DAS NOTIFICAÇÕES DE DÉBITO DO MUNICÍPIO DE IBIAM E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

Considerando, que grande parcela da população do município reside na zona rural.

Considerando, que o serviço de entrega de correspondência na zona rural não possui grande eficácia.

GILMAR FONTANA, Prefeito Municipal de Ibiã – SC, em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, especialmente as contidas no inciso VII do art. 88, da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Ficam nomeados os servidores Antônio Recalcatti e Rosely Ceron, CPF nº 765.175.519-72 e CPF nº 005.731.059-95, para realizarem a entrega das Notificações de Débito do município.

Parágrafo único. A entrega das Notificações de Débito realizadas pelos servidores nomeados ocorrerá exclusivamente na zona rural do município.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, EM 23 DE DEZEMBRO DE 2015.

GILMAR FONTANA

PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

# Ilhota

## PREFEITURA

### DECRETO 92 2015

DECRETO Nº 92 de 26 DE novembro DE 2015.

DISPÕE SOBRE RECONHECIMENTO DE DESPESAS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

DANIEL CHRISTIAN BOSI, Prefeito Municipal de ILHOTA/SC, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 72, IV, da Lei Orgânica do Município e conforme autorização prevista no inciso I do artigo 7º da Lei nº 4.320, de 17/03/64, e de conformidade das Leis Municipais nº 1783 e 1784, de 17 de dezembro de 2014; e com fundamento no artigo 37 da Lei Federal 4.320 de 17 de março de 1964; e no artigo 2º do Decreto Federal nº 62.115, de 12 de janeiro de 1968, decreta:

Art. 1º - Ficam reconhecidas as despesas constantes deste Decreto, no valor total de R\$ 569.468,94 (quinhentos e sessenta e nove mil e quatrocentos e sessenta e oito reais e noventa quatro centavos), realizadas e não processadas no exercício financeiro de 2014, no âmbito do Instituto de Previdência Municipal de Ilhota referente aposentados, pensionistas e auxílio doença.

Art. 2º - As despesas de que trata o artigo 1º deste Decreto correrão por conta do Superávit financeiro acumulado até o Exercício anterior.

Art. 3º - Orçamento Geral do Município de Ilhota, Estado de Santa Catarina, através da abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 569.468,94 (quinhentos e sessenta e nove mil, quatrocentos e sessenta e oito reais e noventa e quatro centavos), no Órgão 15 – Instituto de Previdência Municipal de Ilhota,

Unidade Orçamentária 15.01 - Instituto de Previdência Municipal de Ilhota, projeto atividade 2.071 – Manutenção e Funcionamento Instituto Previdência Municipal de Ilhota, modalidade 3.3.90, rubrica 3.3.90.92 – Outras Despesas de Exercício anteriores, em conformidade com o disposto neste ato, objetivando ao atendimento de despesas de caráter continuado, relativo ao pagamento de aposentados, pensionistas e auxílio doença.

Art. 4º - As despesas de que trata o Art. 3º deste decreto incluirão conforme segue:

09 – PREVIDENCIA SOCIAL

09271 – PREVIDENCA BASICA

092710031 – Instituto de Previdência Municipal de Ilhota

0927100312.071000 – Manutenção e Funcionamento do Ilhotaprev

3.3.90.92 – Aplicações Diretas – Fonte Recurso 03 – R\$ 569.468,94

Art. 5º - Registre-se e publique-se.

Ilhota, 26 de novembro de 2015.

DANIEL CHRISTIAN BOSI

Prefeito Municipal

### DECRETO 97 2015

DECRETO Nº 97, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2015.

DISPÕE SOBRE crédito adicional suplementar e anula/suplementa dotação orçamentária

Daniel Christian Bosi, Prefeito Municipal de Ilhota, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e na forma da Lei Municipal nº 1784/2014 de 17 de dezembro de 2014, DECRETA:

Art. 1º - Fica o Instituto de Previdência Municipal de Ilhota autorizado a anular a importância de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) da seguinte dotação do orçamento vigente abaixo discriminada:

Órgão 15 – Instituto de Previdência Municipal de Ilhota, Unidade Orçamentária 15.01 - Instituto de Previdência Municipal de Ilhota,

09 – Previdência social

09271 – Previdência Básica

092710031 – Instituto de Previdência Municipal de Ilhota

0927100312.071000 – Manutenção e Funcionamento do Ilhotaprev

3.1.90 – Aplicações diretas (243) – R\$ 5.000,00

09 – Previdência social

09271 – Previdência Básica

092710032 – Instituto de Previdência Municipal de Ilhota

0927100322.072000 – Manutenção e Funcionamento do Ilhotaprev Administração

3.1.90 – Aplicações diretas (246) – R\$ 10.000,00

Total: R\$ 15.000,00

Art. 2º - O resultado das anulações previstas no Art. 1º será utilizado para suplementação dos seguintes itens do orçamento vigente:

Órgão 15 – Instituto de Previdência Municipal de Ilhota, Unidade Orçamentária 15.01 - Instituto de Previdência Municipal de Ilhota,

09 – Previdência social

09271 – Previdência Básica

092710031 – Instituto de Previdência Municipal de Ilhota

0927100312.071000 – Manutenção e Funcionamento do Ilhotaprev

3.3.90 – Aplicações diretas (244) – R\$ 5.000,00

09 – Previdência social

09271 – Previdência Básica

092710032 – Instituto de Previdência Municipal de Ilhota

0927100322.072000 – Manutenção e Funcionamento do Ilhotaprev Administração

3.3.90 – Aplicações diretas (247) – R\$ 10.000,00

Total: R\$ 15.000,00

Art. 3º - Orçamento Geral do Município de Ilhota, Estado de Santa Catarina, através da abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 569.468,94 (quinhentos e sessenta e nove mil, quatrocentos e sessenta e oito reais e noventa e quatro centavos), no Órgão 15 – Instituto de Previdência Municipal de Ilhota, Unidade Orçamentária 15.01 - Instituto de Previdência Municipal de Ilhota, projeto atividade 2.071 – Manutenção e Funcionamento Instituto Previdência Municipal de Ilhota, modalidade 3.3.90, rubrica 3.3.90.92 – Outras Despesas de Exercício anteriores, em conformidade com o disposto neste ato, objetivando ao atendimento de despesas de caráter continuado, relativo ao pagamento de aposentados, pensionistas e auxílio doença.

Art. 4º - As despesas que trata o Art. 2º deste decreto incluirão conforme segue;

09 – PREVIDENCIA SOCIAL

09271 – PREVIDENCA BASICA

092710031 – Instituto de Previdência Municipal de Ilhota

0927100312.071000 – Manutenção e Funcionamento do Ilhotaprev

3.3.90.92 – Aplicações Diretas – Fonte Recurso 03 – R\$ 569.468,94

Art. 5º - As despesas de que trata o artigo 3º deste Decreto correrão por conta do Superávit financeiro acumulado ate o Exercício anterior.

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Ilhota, 22 de Dezembro de 2015.

DANIEL CHRISTIAN BOSI

Prefeito Municipal

## **PORTARIA Nº 712/2015**

PORTARIA Nº 712/2015

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

### **RESOLVE**

DESTITUIR, a Srª. MARIANA CORREA SCHUAMBACH, do cargo de COORDENADOR DE CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL, com 200 horas mês, a partir de 01 de dezembro de 2015.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.

Em 22 de dezembro de 2015.

TATIANA RICHART REICHERT

Secretária de Administração

# Imarui

## PREFEITURA

### PORTARIA GP Nº 639/2015 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2015

PORTARIA GP Nº 639/2015, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2015.  
Exoneração do Cargo de Professor de Língua Portuguesa.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve:

#### EXONERAR:

JOSEANE DOS PASSOS VIZOSO VARGAS do Cargo de Professor de Língua Portuguesa, com carga horária de 10h semanais, do Quadro Geral de Pessoal da Prefeitura, de acordo com a C.I nº 137/2015 da Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Desporto e Juventude.

Imaruí, 14 de Dezembro de 2015.  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 14/12/2015

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR  
Secretário de Planejamento e Gestão

### PORTARIA GP Nº 638/2015 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2015

PORTARIA GP Nº 638/2015, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2015.  
Exoneração do Cargo de Professor de Língua Portuguesa.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve:

#### EXONERAR:

JOSEANE DOS PASSOS VIZOSO VARGAS do Cargo de Professor de Língua Portuguesa, com carga horária de 10h semanais, do Quadro Geral de Pessoal da Prefeitura, de acordo com a C.I nº 137/2015 da Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Desporto e Juventude.

Imaruí, 14 de Dezembro de 2015.  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 14/12/2015

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR  
Secretário de Planejamento e Gestão

### PORTARIA GP Nº 640/2015 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2015

PORTARIA GP Nº 640/2015, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2015.  
Exoneração do Cargo de Assistente.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve:

#### EXONERAR:

JOSICLEIA OLIVEIRA MACHADO do Cargo de Assistente, do Quadro Geral de Pessoal da Prefeitura, de acordo com a C.I nº 137/2015 da Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Desporto e Juventude.

Imaruí, 14 de Dezembro de 2015.  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 14/12/2015

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR  
Secretário de Planejamento e Gestão

### PORTARIA GP Nº 660/2015 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2015

PORTARIA GP Nº 660/2015, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2015.  
Redução de Carga Horária de Professor.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei complementar nº 005, de 04 de abril de 2008, resolve:

#### REDUZIR:

A carga horária dos professores abaixo relacionados para 20 horas semanais, conforme solicitação da CI nº 143/2015 da Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Desporto e Juventude.

CRISTIANE DE CARVALGO DIAS  
CRISTIANE DOS SANTOS CARVALHO  
CRISTIANY SOUSA DE OLIVEIRA MARTINS  
GIOVANNA BARRETO DAMAS  
ILZA DOMICIANO NOGUEIRA  
JAQUELINE GARCIA HERMESMEYER  
KARINA DE SOUSA DA SILVA  
LOURIVAL DOS PASSOS  
MIRIANGARETE EDGAR ALVES  
JUCINEIA JOSÉ LUIZ LESSA  
DINIMAR DIAS CASTRO  
ELIEGE DAMAS  
LISIANE DA CUNHA BARRETO  
LUCIANE AMARO CARDOSO ALVES  
MARILEIA MATOS  
MARILEIA DA ROSA DE SOUZA  
MARISTELA FREITAS DA SILVA FRANCISCO  
ROSA JOÃO TEIXEIRA PACHECO  
ROSICLEIA TEIXEIRA  
SILVANA DA SILVA PAULO  
SUZIMARA PEREIRA  
VILMA DA SILVA  
WALERIA ARCENIO SEBASTIÃO

Imaruí, 18 de Dezembro de 2015.  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR  
Secretário de Planejamento e Gestão

**PORTARIA GP Nº 621/2015 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2015**

PORTARIA GP Nº 621/2015, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2015.  
Exoneração do Cargo de Professor de Educação Física.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve:

**EXONERAR:**

JULIANO DA ROSA PEREIRA do Cargo de Professor de Educação Física, com carga horaria de 10h semanais, do Quadro Geral de Pessoal da Prefeitura, de acordo com a C.I nº 137/2015 da Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Desporto e Juventude.

Imaruí, 14 de Dezembro de 2015.  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 14/12/2015

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR  
Secretário de Planejamento e Gestão

**PORTARIA GP Nº 619/2015 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2015**

PORTARIA GP Nº 619/2015, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2015.  
Exoneração do Cargo de Professor de Educação Física.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve:

**EXONERAR:**

JONAS NUNES GONZAGA do Cargo de Professor de Educação Física, com carga horaria de 40h semanais, do Quadro Geral de Pessoal da Prefeitura, de acordo com a C.I nº 137/2015 da Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Desporto e Juventude.

Imaruí, 14 de Dezembro de 2015.  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 14/12/2015

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR  
Secretário de Planejamento e Gestão

**PORTARIA GP Nº 620/2015 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2015**

PORTARIA GP Nº 620/2015, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2015.  
Exoneração do Cargo de Professor de Educação Física.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve:

**EXONERAR:**

JULIANO DA ROSA PEREIRA do Cargo de Professor de Educação Física, com carga horaria de 30h semanais, do Quadro Geral de Pessoal da Prefeitura, de acordo com a C.I nº 137/2015 da Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Desporto e Juventude.

Imaruí, 14 de Dezembro de 2015.  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 14/12/2015

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR  
Secretário de Planejamento e Gestão

**PORTARIA GP Nº 622/2015 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2015**

PORTARIA GP Nº 622/2015, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2015.  
Exoneração do Cargo de Professor de Matemática.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve:

**EXONERAR:**

LUANA CAROLINE DE SOUSA DOMINGOS do Cargo de Professor de Matemática, com carga horaria de 30h semanais, do Quadro Geral de Pessoal da Prefeitura, de acordo com a C.I nº 137/2015 da Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Desporto e Juventude.

Imaruí, 14 de Dezembro de 2015.  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 14/12/2015

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR  
Secretário de Planejamento e Gestão

**PORTARIA GP Nº 623/2015 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2015**

PORTARIA GP Nº 623/2015, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2015.  
Exoneração do Cargo de Professor de Língua Portuguesa.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve:

**EXONERAR:**

LUANA MARQUES MACHADO DE SOUZA do Cargo de Professor de Língua Portuguesa, com carga horaria de 40h semanais, do Quadro Geral de Pessoal da Prefeitura, de acordo com a C.I nº 137/2015 da Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Desporto e Juventude.

Imaruí, 14 de Dezembro de 2015.  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 14/12/2015

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR  
Secretário de Planejamento e Gestão



**PORTARIA GP Nº 624/2015 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2015**

PORTARIA GP Nº 624/2015, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2015.  
Exoneração do Cargo de Professor de Língua Portuguesa.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve:

**EXONERAR:**

LUIZ FELIPE DOS PASSOS do Cargo de Professor de Língua Portuguesa, com carga horária de 30h semanais, do Quadro Geral de Pessoal da Prefeitura, de acordo com a C.I nº 137/2015 da Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Desporto e Juventude.

Imaruí, 14 de Dezembro de 2015.  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 14/12/2015

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR  
Secretário de Planejamento e Gestão

**PORTARIA GP Nº 625/2015 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2015**

PORTARIA GP Nº 625/2015, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2015.  
Exoneração do Cargo de Professor de Educação Física.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve:

**EXONERAR:**

MARCELO SEBASTIÃO FERNANDES do Cargo de Professor de Educação Física, com carga horária de 40h semanais, do Quadro Geral de Pessoal da Prefeitura, de acordo com a C.I nº 137/2015 da Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Desporto e Juventude.

Imaruí, 14 de Dezembro de 2015.  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 14/12/2015

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR  
Secretário de Planejamento e Gestão

**PORTARIA GP Nº 626/2015 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2015**

PORTARIA GP Nº 626/2015, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2015.  
Exoneração do Cargo de Professor de Ciências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve:

**EXONERAR:**

MARCIA EUNICE SANTIAGO SALES CARDOSO do Cargo de Professor de Ciências, com carga horária de 20h semanais, do Quadro Geral de Pessoal da Prefeitura, de acordo com a C.I nº 137/2015 da

Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Desporto e Juventude.

Imaruí, 14 de Dezembro de 2015.  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 14/12/2015

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR  
Secretário de Planejamento e Gestão

**PORTARIA GP Nº 627/2015 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2015**

PORTARIA GP Nº 627/2015, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2015.  
Exoneração do Cargo de Professor de Artes.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve:

**EXONERAR:**

PATRICIA DAMAZIO DOMINGOS do Cargo de Professor de Artes, com carga horária de 40h semanais, do Quadro Geral de Pessoal da Prefeitura, de acordo com a C.I nº 137/2015 da Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Desporto e Juventude.

Imaruí, 14 de Dezembro de 2015.  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 14/12/2015

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR  
Secretário de Planejamento e Gestão

**PORTARIA GP Nº 628/2015 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2015**

PORTARIA GP Nº 628/2015, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2015.  
Exoneração do Cargo de Professor de Educação Física.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve:

**EXONERAR:**

PAULO CESAR PEREIRA do Cargo de Professor de Educação Física, com carga horária de 20h semanais, do Quadro Geral de Pessoal da Prefeitura, de acordo com a C.I nº 137/2015 da Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Desporto e Juventude.

Imaruí, 14 de Dezembro de 2015.  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 14/12/2015

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR  
Secretário de Planejamento e Gestão

**PORTARIA GP Nº 629/2015 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2015**

PORTARIA GP Nº 629/2015, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2015.  
Exoneração do Cargo de Professor de História.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve:

**EXONERAR:**

RAMON SILVA DE OLIVEIRA do Cargo de Professor de História, com carga horária de 30h semanais, do Quadro Geral de Pessoal da Prefeitura, de acordo com a C.I nº 137/2015 da Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Desporto e Juventude.

Imaruí, 14 de Dezembro de 2015.  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 14/12/2015

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR  
Secretário de Planejamento e Gestão

**PORTARIA GP Nº 630/2015 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2015**

PORTARIA GP Nº 630/2015, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2015.  
Exoneração do Cargo de Professor de Geografia.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve:

**EXONERAR:**

RAMONA DOS PASSOS DA SILVA do Cargo de Professor de Geografia, com carga horária de 40h semanais, do Quadro Geral de Pessoal da Prefeitura, de acordo com a C.I nº 137/2015 da Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Desporto e Juventude.

Imaruí, 14 de Dezembro de 2015.  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 14/12/2015

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR  
Secretário de Planejamento e Gestão

**PORTARIA GP Nº 631/2015 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2015**

PORTARIA GP Nº 631/2015, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2015.  
Exoneração do Cargo de Professor de Matemática.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve:

**EXONERAR:**

SABRINA PEREIRA FLAUZINO do Cargo de Professor de Matemática, com carga horária de 20h semanais, do Quadro Geral de Pessoal da Prefeitura, de acordo com a C.I nº 137/2015 da Secretaria

Municipal da Educação, Cultura, Desporto e Juventude.

Imaruí, 14 de Dezembro de 2015.  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 14/12/2015

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR  
Secretário de Planejamento e Gestão

**PORTARIA GP Nº 632/2015 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2015**

PORTARIA GP Nº 632/2015, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2015.  
Exoneração do Cargo de Professor de Inglês

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve:

**EXONERAR:**

SABRINA PEREIRA FLAUZINO do Cargo de Professor de Inglês, com carga horária de 20h semanais, do Quadro Geral de Pessoal da Prefeitura, de acordo com a C.I nº 137/2015 da Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Desporto e Juventude.

Imaruí, 14 de Dezembro de 2015.  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 14/12/2015

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR  
Secretário de Planejamento e Gestão

**PORTARIA GP Nº 634/2015 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2015**

PORTARIA GP Nº 634/2015, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2015.  
Exoneração do Cargo de Professor de Inglês.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve:

**EXONERAR:**

SEBASTIÃO JOSÉ VIANA do Cargo de Professor de Inglês, com carga horária de 20h semanais, do Quadro Geral de Pessoal da Prefeitura, de acordo com a C.I nº 137/2015 da Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Desporto e Juventude.

Imaruí, 14 de Dezembro de 2015.  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 14/12/2015

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR  
Secretário de Planejamento e Gestão

**PORTARIA GP Nº 636/2015 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2015**

PORTARIA GP Nº 636/2015, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2015.  
Exoneração do Cargo de Professor de Educação Física.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve:

**EXONERAR:**

VICTOR PEDRIMAR BARRETO do Cargo de Professor de Educação Física, com carga horária de 20h semanais, do Quadro Geral de Pessoal da Prefeitura, de acordo com a C.I nº 137/2015 da Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Desporto e Juventude.

Imaruí, 14 de Dezembro de 2015.  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 14/12/2015

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR  
Secretário de Planejamento e Gestão

**PORTARIA GP Nº 637/2015 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2015**

PORTARIA GP Nº 637/2015, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2015.  
Exoneração do Cargo de Professor de Artes.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve:

**EXONERAR:**

ISRAEL CORREA do Cargo de Professor de Artes, com carga horária de 10h semanais, do Quadro Geral de Pessoal da Prefeitura, de acordo com a C.I nº 137/2015 da Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Desporto e Juventude.

Imaruí, 14 de Dezembro de 2015.  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 14/12/2015

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR  
Secretário de Planejamento e Gestão

**PORTARIA GP Nº 641/2015 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2015**

PORTARIA GP Nº 641/2015, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2015.  
Redução de Carga Horária de Professor.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei complementar nº 005, de 04 de abril de 2008, resolve:

**REDUZIR:**

A carga horária dos professores abaixo relacionados para 20 horas semanais, conforme solicitação da CI nº 138/2015 da Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Desporto e Juventude.

ADRIANA CARVALHO PACHECO PEREIRA  
ALBERTINA JOSÉ DE OLIVEIRA  
ANA MARIA VIEIRA FERNANDES  
JUCELIA MARTINS FERNANDES  
MARIA APARECIDA ANTUNES ALBINO  
MARIA DE FATIMA THIESEN DE OLIVEIRA  
MARILDA GUILHERME DE OLIVEIRA  
MARLI DOS PASSOS  
MARIA NATALIA VIEIRA DA SILVA  
REGINA DOS SANTOS VIANA  
ROGERIO MATIAS JUSTINO  
ROSA MANOEL CARDOSO  
ROSILENE JOÃO FELIPE  
SIRLEY DE SOUSA CARDOSO DE SOUZA  
VALDETE MANOEL DA SILVA  
WILZA CARLA ALFREDO CARDOSO BRASIL  
SAIONARA MADERIOS LINO

Imaruí, 14 de Dezembro de 2015.  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR  
Secretário de Planejamento e Gestão

**PORTARIA GP Nº 642/2015 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015**

PORTARIA GP Nº 642/2015, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.  
Exoneração do Cargo de Conselheiro do Tutelar.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, á pedido resolve:

**EXONERAR:**

DIRCEU ANTUNES do Cargo de Conselheiro Tutelar, do Quadro Geral de Pessoal da Prefeitura.

Imaruí, 15 de Dezembro de 2015.  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 15/12/2015

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR  
Secretário de Planejamento e Gestão

**PORTARIA GP Nº 643/2015 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015**

PORTARIA GP Nº 643/2015, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.  
Exoneração do Cargo de Diretor Geral de Esporte.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve:

**EXONERAR:**

ISMAEL DE SOUSA VIEIRA do Cargo de Diretor Geral de Esporte, do Quadro Geral de Pessoal da Prefeitura.

Imaruí, 15 de Dezembro de 2015.  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 15/12/2015

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR  
Secretário de Planejamento e Gestão

### **PORTARIA GP Nº 644/2015 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2015**

PORTARIA GP Nº 644/2015, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2015.  
Exoneração do Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve:

#### **EXONERAR:**

CAROLINA PEDRO VIEIRA NUNES do Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais com carga horaria de 40h semanais, do Quadro Geral de Pessoal da Prefeitura, de acordo com a C.I nº 141/2015 da Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Desporto e Juventude.

Imaruí, 18 de Dezembro de 2015.  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 18/12/2015

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR  
Secretário de Planejamento e Gestão

### **PORTARIA GP Nº 645/2015 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2015**

PORTARIA GP Nº 645/2015, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2015.  
Exoneração do Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve:

#### **EXONERAR:**

CLAUDIA APARECIDA PEREIRA do Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horaria de 40h semanais, do Quadro Geral de Pessoal da Prefeitura, de acordo com a C.I nº 141/2015 da Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Desporto e Juventude.

Imaruí, 18 de Dezembro de 2015.  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 18/12/2015

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR  
Secretário de Planejamento e Gestão

### **PORTARIA GP Nº 649/2015 DE 18 DE DEZEMBRO 2015**

PORTARIA GP Nº 649/2015, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2015.  
Exoneração do Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve:

#### **EXONERAR:**

MARIA DAS DORES ANTONIO BITTENCOURT do Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horaria de 40h semanais, do Quadro Geral de Pessoal da Prefeitura, de acordo com a C.I nº 141/2015 da Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Desporto e Juventude.

Imaruí, 18 de Dezembro de 2015.  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 18/12/2015

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR  
Secretário de Planejamento e Gestão

### **PORTARIA GP Nº 650/2015 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2015**

PORTARIA GP Nº 650/2015, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2015.  
Exoneração do Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve:

#### **EXONERAR:**

LUCIMAR DE SOUZA MARIANO do Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horaria de 40h semanais, do Quadro Geral de Pessoal da Prefeitura, de acordo com a C.I nº 141/2015 da Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Desporto e Juventude.

Imaruí, 18 de Dezembro de 2015.  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 18/12/2015

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR  
Secretário de Planejamento e Gestão

### **PORTARIA GP Nº 651/2015 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2015**

PORTARIA GP Nº 651/2015, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2015.  
Exoneração do Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve:

#### **EXONERAR:**

PRISCILA DOS PASSOS RAFAEL do Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horaria de 40h semanais, do Quadro Geral de Pessoal da Prefeitura, de acordo com a C.I nº 141/2015 da Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Desporto e Juventude.

Imaruí, 18 de Dezembro de 2015.  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 18/12/2015

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR  
Secretário de Planejamento e Gestão



**PORTARIA GP Nº 652/2015 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2015**

PORTARIA GP Nº 652/2015, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2015.  
Exoneração do Cargo de Agente Educador.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve:

**EXONERAR**

ANA CAROLINE WESTRUP do Cargo de Agente Educador, com carga horaria de 40h semanais, do Quadro Geral de Pessoal da Prefeitura, de acordo com a C.I nº 141/2015 da Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Desporto e Juventude.

Imaruí, 18 de Dezembro de 2015.  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 18/12/2015

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR  
Secretário de Planejamento e Gestão

**PORTARIA GP Nº 653/2015 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2015**

PORTARIA GP Nº 653/2015, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2015.  
Exoneração do Cargo de Agente Educador.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve:

**EXONERAR**

BIANCA DE ESPINDOLA do Cargo de Agente Educador, com carga horaria de 40h semanais, do Quadro Geral de Pessoal da Prefeitura, de acordo com a C.I nº 141/2015 da Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Desporto e Juventude.

Imaruí, 18 de Dezembro de 2015.  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 18/12/2015

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR  
Secretário de Planejamento e Gestão

**PORTARIA GP Nº 654/2015 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2015**

PORTARIA GP Nº 654/2015, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2015.  
Exoneração do Cargo de Agente Educador.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve:

**EXONERAR**

HELENA RAMOS FLORENTINO do Cargo de Agente Educador, com carga horaria de 40h semanais, do Quadro Geral de Pessoal da Prefeitura, de acordo com a C.I nº 141/2015 da Secretaria Municipal

da Educação, Cultura, Desporto e Juventude.

Imaruí, 18 de Dezembro de 2015.  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 18/12/2015

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR  
Secretário de Planejamento e Gestão

**PORTARIA GP Nº 655/2015 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2015**

PORTARIA GP Nº 655/2015, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2015.  
Exoneração do Cargo de Agente Educador.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve:

**EXONERAR**

JÉSSICA LINO CAVALHEIRO do Cargo de Agente Educador, com carga horaria de 40h semanais, do Quadro Geral de Pessoal da Prefeitura, de acordo com a C.I nº 141/2015 da Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Desporto e Juventude.

Imaruí, 18 de Dezembro de 2015.  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 18/12/2015

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR  
Secretário de Planejamento e Gestão

**PORTARIA GP Nº 656/2015 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2015**

PORTARIA GP Nº 656/2015, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2015.  
Exoneração do Cargo de Agente Educador.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve:

**EXONERAR**

MARIELLY VITORINO VIEIRA do Cargo de Agente Educador, com carga horaria de 40h semanais, do Quadro Geral de Pessoal da Prefeitura, de acordo com a C.I nº 141/2015 da Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Desporto e Juventude.

Imaruí, 18 de Dezembro de 2015.  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 18/12/2015

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR  
Secretário de Planejamento e Gestão

**PORTARIA GP Nº 657/2015 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2015**

PORTARIA GP Nº 657/2015, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2015.  
Exoneração do Cargo de Agente Educador.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve:

**EXONERAR**

RICARDO VARGAS FERMIANO do Cargo de Agente Educador, com carga horaria de 40h semanais, do Quadro Geral de Pessoal da Prefeitura, de acordo com a C.I nº 141/2015 da Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Desporto e Juventude.

Imaruí, 18 de Dezembro de 2015.  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 18/12/2015

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR  
Secretário de Planejamento e Gestão

**PORTARIA GP Nº 658/2015 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2015**

PORTARIA GP Nº 658/2015, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2015.  
Exoneração do Cargo de Professor de Anos Iniciais.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve:

**EXONERAR:**

JESSICA GONÇALVES DA ROSA do Cargo de Professor de Anos Iniciais, com carga horaria de 40h semanais, do Quadro Geral de Pessoal da Prefeitura, de acordo com a C.I nº 141/2015 da Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Desporto e Juventude.

Imaruí, 18 de Dezembro de 2015.  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 18/12/2015

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR  
Secretário de Planejamento e Gestão

**PORTARIA GP Nº 659/2015 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2015**

PORTARIA GP Nº 659/2015, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2015.  
Exoneração do Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve:

**EXONERAR:**

DELAIR FAUSTINA CARDOSO do Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horaria de 40h semanais, do Quadro Geral de Pessoal da Prefeitura, de acordo com a C.I nº 142/2015 da Secretaria

Municipal da Educação, Cultura, Desporto e Juventude, a partir do dia 30 de dezembro de 2015.

Imaruí, 18 de Dezembro de 2015.  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 18/12/2015

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR  
Secretário de Planejamento e Gestão

**PORTARIA GP Nº 661/2015 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2015**

PORTARIA GP Nº 661/2015, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2015.  
Exoneração do Cargo de Motorista.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve:

**EXONERAR**

ANDENILSON PEREIRA do Cargo de Motorista, com carga horaria de 40h semanais, do Quadro Geral de Pessoal da Prefeitura, de acordo com a C.I nº 142/2015 da Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Desporto e Juventude.

Imaruí, 18 de Dezembro de 2015.  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 18/12/2015

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR  
Secretário de Planejamento e Gestão

**PORTARIA GP Nº 663/2015 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2015**

PORTARIA GP Nº 663/2015, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2015.  
Exoneração do Cargo de Motorista.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve:

**EXONERAR**

DOUGLAS VIEIRA DA SILVA do Cargo de Motorista, com carga horaria de 40h semanais, do Quadro Geral de Pessoal da Prefeitura, de acordo com a C.I nº 142/2015 da Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Desporto e Juventude.

Imaruí, 18 de Dezembro de 2015.  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 18/12/2015

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR  
Secretário de Planejamento e Gestão



**PORTARIA GP Nº 664/2015 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2015**

PORTARIA GP Nº 664/2015, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2015.  
Exoneração do Cargo de Motorista.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve:

**EXONERAR**

MARCOS MENDES VIANA do Cargo de Motorista, com carga horaria de 40h semanais, do Quadro Geral de Pessoal da Prefeitura, de acordo com a C.I nº 142/2015 da Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Desporto e Juventude.

Imaruí, 18 de Dezembro de 2015.  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 18/12/2015

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR  
Secretário de Planejamento e Gestão

**PORTARIA GP Nº 665/2015 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2015**

PORTARIA GP Nº 665/2015, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2015.  
Exoneração do Cargo de Motorista.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve:

**EXONERAR**

RICARDO ABREU INACIO do Cargo de Motorista, com carga horaria de 40h semanais, do Quadro Geral de Pessoal da Prefeitura, de acordo com a C.I nº 142/2015 da Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Desporto e Juventude.

Imaruí, 18 de Dezembro de 2015.  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 18/12/2015

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR  
Secretário de Planejamento e Gestão

**PORTARIA GP Nº 666/2015 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2015**

PORTARIA GP Nº 666/2015, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2015.  
Exoneração do Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve:

**EXONERAR:**

BERENICE APARECIDA PEDRO DE OLIVEIRA do Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horaria de 40h semanais, do Quadro Geral de Pessoal da Prefeitura, de acordo com a C.I nº 141/2015 da Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Desporto e Juventude.

Imaruí, 18 de Dezembro de 2015.  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 18/12/2015

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR  
Secretário de Planejamento e Gestão

**PORTARIA GP Nº 633/2015 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2015**

PORTARIA GP Nº 633/2015, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2015.  
Exoneração do Cargo de Professor de Artes

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve:

**EXONERAR:**

SUZIANE POLUCENO VIANA do Cargo de Professor de Artes, com carga horaria de 40h semanais, do Quadro Geral de Pessoal da Prefeitura, de acordo com a C.I nº 137/2015 da Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Desporto e Juventude.

Imaruí, 14 de Dezembro de 2015.  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 14/12/2015

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR  
Secretário de Planejamento e Gestão

**PORTARIA GP Nº 635/2015 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2015**

PORTARIA GP Nº 635/2015, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2015.  
Exoneração do Cargo de Professor de Educação Física.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve:

**EXONERAR:**

VICTOR PEDRIMAR BARRETO do Cargo de Professor de Educação Física, com carga horaria de 20h semanais, do Quadro Geral de Pessoal da Prefeitura, de acordo com a C.I nº 137/2015 da Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Desporto e Juventude.

Imaruí, 14 de Dezembro de 2015.  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 14/12/2015

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR  
Secretário de Planejamento e Gestão

**PORTARIA GP Nº646/2015 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2015**

PORTARIA GP Nº 646/2015, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2015.  
Exoneração do Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve:

**EXONERAR:**

DILCÉIA DELFINO ZANELA do Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horaria de 40h semanais, do Quadro Geral de Pessoal da Prefeitura, de acordo com a C.I nº 141/2015 da Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Desporto e Juventude.

Imaruí, 18 de Dezembro de 2015.  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 18/12/2015

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR  
Secretário de Planejamento e Gestão

**PORTARIA GP Nº647/2015 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2015**

PORTARIA GP Nº 647/2015, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2015.  
Exoneração do Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve:

**EXONERAR:**

JÉSSICA DOS SANTOS CASTRO do Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horaria de 40h semanais, do Quadro Geral de Pessoal da Prefeitura, de acordo com a C.I nº 141/2015 da Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Desporto e Juventude.

Imaruí, 18 de Dezembro de 2015.  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 18/12/2015

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR  
Secretário de Planejamento e Gestão

**PORTARIA GP Nº648/2015 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2015**

PORTARIA GP Nº 648/2015, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2015.  
Exoneração do Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve:

**EXONERAR:**

KELLY MARA MARCILIO DE OLIVEIRA do Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horaria de 40h semanais, do Quadro Geral de Pessoal da Prefeitura, de acordo com a C.I nº 141/2015 da Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Desporto e Juventude.

Imaruí, 18 de Dezembro de 2015.  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 18/12/2015

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR  
Secretário de Planejamento e Gestão

**PORTARIA GP Nº662/2015 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2015**

PORTARIA GP Nº 662/2015, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2015.  
Exoneração do Cargo de Motorista.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMARUÍ, SR. MANOEL VIANA DE SOUSA, usando de suas atribuições, e de acordo com a Lei Orgânica do Município de Imaruí e posteriores alterações, resolve:

**EXONERAR**

DELZI MACHADO ALVES do Cargo de Motorista, com carga horaria de 40h semanais, do Quadro Geral de Pessoal da Prefeitura, de acordo com a C.I nº 142/2015 da Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Desporto e Juventude.

Imaruí, 18 de Dezembro de 2015.  
MANOEL VIANA DE SOUSA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios/ DOM em 18/12/2015

WANDER LUIZ DA ROCHA FLOR  
Secretário de Planejamento e Gestão

# Imbituba

## PREFEITURA

### DECRETO PMI Nº 241, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2015.

DECRETO PMI Nº 241, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2015.

Dispõe sobre alteração da LDO 2015 e abertura de Crédito Adicional Especial para o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente de Imbituba e dá outras providências

O PREFEITO DE IMBITUBA no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.671 de 23 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a proceder à inclusão da modalidade abaixo discriminada na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2015, Lei 4.450, de 02 de outubro de 2014.

ORGÃO	17	FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE DE IMBITUBA
UNIDADE	17.01	Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente de Imbituba
PROGRAMA	15	Proteção a Criança e Adolescente
AÇÃO	2.052	Manutenção do FMDCA
MODALIDADE		3.3.50.00.00.00.00.00.01.0000

Art. 2º Fica aberto Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), no orçamento (LOA) 2015, conforme Lei nº 4.485, de 03 de dezembro de 2014, para novo item orçamentário, como segue:

FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE DE IMBITUBA			
Manutenção do FMDCA			
08.243.0015-2.052			
3.3.50.00.00.00.00.00.01.0000	Transf. a Instit. Priv. sem Fins Lucr.		30.000,00
Total			30.000,00

Art. 3º O Crédito Adicional Especial aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE DE IMBITUBA			
Manutenção do FMDCA			
08.243.0015-2.052			
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000	Aplicações Diretas		30.000,00
Total			30.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 28 de dezembro de 2015.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Cadir GarbelotoCargnin

Chefe de Gabinete

### DECRETO PMI Nº 242, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2015.

DECRETO PMI Nº 242, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2015.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Especial para o Fundo Municipal de Assistência Social de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.672 de 23 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), para reforço da dotação orçamentária, como segue:

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE IMBITUBA			
Manutenção do Fundo de Assistência Social			
08.244.0013-2.078			
3.3.30.00.00.00.00.00.01.0000 (0034)	Transferência a Estados e ao Distrito Federal		5.000,00
Total			5.000,00

Art. 2º O Crédito Adicional Suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes da anulação parcial da dotação orçamentária, conforme segue:

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE IMBITUBA		
Família Acolhedora		
08.243.0013-2.109		
3.3.40.00.00.00.00.00.01.0000 (0008)	Transferência a Municípios	5.000,00
Total		5.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 28 de dezembro de 2015.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Cadir GarbelotoCargnin

Chefe de Gabinete

## DECRETO PMI Nº 243, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2015.

DECRETO PMI Nº 243, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2015.

Define o valor da Unidade Fiscal Municipal – UFM, em atendimento ao disposto no Artigo 408 da Lei Complementar nº 3.019 de 28 de dezembro 2006 alterada pela Lei Complementar nº 3.598 de 10 de dezembro de 2009, que trata sobre a atualização monetária dos créditos fiscais de qualquer natureza, inclusive, dos valores da Planta de Valores Genéricos constantes na Lei Complementar nº 3.018 de 28 de dezembro de 2006 alterada pela Lei Complementar nº 4.318 de 20 de dezembro de 2013; ou outras que venham a substituí-las.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Complementar nº 3.019, de 28 de dezembro de 2006,

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido o valor da Unidade Fiscal Municipal – UFM em R\$ 2,95 (dois reais e noventa e cinco centavos).

Parágrafo único. O valor fixado no “caput” decorre da atualização em 10,9674%, correspondente ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, acumulado no período de dezembro/2014 à novembro/2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 28 de dezembro de 2015.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin

Chefe de Gabinete

## DECRETO PMI Nº 245, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2015.

DECRETO PMI Nº 245, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2015.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para a Câmara Municipal de Vereadores de Imbituba dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.485, de 03 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais), para reforço da seguinte dotação orçamentária:

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES		
Manutenção e Modernização Administrativa da Câmara		
01.031.0001-2.001		
3.1.90.00.00.00.00.0.1.0000 (0001)	Aplicações Diretas	3.000,00
Total		3.000,00

Art. 2º O crédito adicional suplementar aberto no artigo anterior será coberto pela anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES		
Manutenção e Modernização Administrativa da Câmara		
01.031.0001-2.001		
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000 (0002)	Aplicações Diretas	3.000,00
Total		3.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 28 de dezembro de 2015.  
Jaison Cardoso de Souza  
Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin  
Chefe de Gabinete

## **EDITAL Nº 001/2015 EDITAL DE LANÇAMENTO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO – IPTU RELATIVO AO EXERCÍCIO DE 2016**

EDITAL Nº 001/2015

EDITAL DE LANÇAMENTO

IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO – IPTU

RELATIVO AO EXERCÍCIO DE 2016

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso das atribuições legais e com fundamento no § 6º do art. 262, da Lei Complementar nº 3.019 de 28 de dezembro de 2006, torna público o lançamento do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU do exercício de 2016, incidente sobre a propriedade predial e territorial urbana que tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel por natureza ou por acessão física, como definido na lei civil, localizado na zona urbana do Município, segundo as disposições seguintes:

### **I – Data do lançamento:**

O lançamento do IPTU do exercício de 2016 considera-se ocorrido no dia 01 de janeiro de 2016 (§ 3º do art. 246 da LC 3.019 de 28 de Dezembro de 2006).

### **II – Notificação de Lançamento:**

Conforme disposto no Artigo 262 da Lei Complementar nº 3.019/2006, 28 de dezembro de 2006, a notificação de lançamento será entregue juntamente com o documento físico de arrecadação do imposto e conterá todos os elementos necessários à identificação do imóvel, do sujeito passivo e dos critérios utilizados para a determinação da base de cálculo e das alíquotas aplicáveis. O mesmo documento poderá ser requerido a qualquer tempo em formato diferenciado denominado como “Características do Imóvel – BCI” através dos endereços eletrônicos: cadastro@imbituba.sc.gov.br, fiscalizacao@imbituba.sc.gov.br, itbi@imbituba.sc.gov.br, ou ainda, tributos@imbituba.sc.gov.br desde que contenha a informação da inscrição imobiliária ou do número do cadastro do imóvel junto a Gerência de Cadastro Fiscal e CPF ou CNPJ do requerente e possuidor ou proprietário do imóvel.

### **III – Prazo; distribuição dos documentos de arrecadação; condições de pagamento:**

Fica estipulado em duas fases:

#### **1. Primeira Fase:**

Os documentos de arrecadação municipal – Carnês de IPTU – relativos ao exercício de 2016, estarão disponíveis a partir do dia 1º de janeiro de 2016 ou da data da publicação deste Edital nos seguintes locais:

1.1 Em qualquer lugar acessando pela rede mundial de computadores - internet, o sítio da Prefeitura Municipal: [www.imbituba.sc.gov.br](http://www.imbituba.sc.gov.br) no link “Guia de IPTU / Coleta de Lixo”, bastando informar CPF e/ou CNPJ do contribuinte.

1.2 Nas Superintendências de Infraestrutura Regionais:

- a) Norte, localizada na Marginal da BR 101, s/nº - Alto Arroio;
- b) Oeste, localizada na Rua João Paulo, s/nº - Nova Brasília; e
- c) Sul, localizada na Rua João Leopoldino Souza, s/nº - Roça Grande.

1.3 Na Unidade Gestora do Serviço Público Funerário de Imbituba,

localizada na Rua Santana, nº 937 – Vila Nova.

1.4 Diretamente na Superintendência da Fazenda Municipal, em qualquer um de sua gerência, coordenadorias, departamentos de unidade gestora, localizados no Paço Municipal Prefeito Nelson Souza, sito à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro; e

1.5 Ainda poderão requerê-lo em tempo hábil pelos endereços eletrônicos citados acima no item II (Notificação de Lançamento).

Pagamento:

a) o pagamento do imposto poderá ser efetuado em qualquer agência da rede bancária, internet banking (para aqueles que possuem acesso através de suas respectivas contas), casas lotéricas ou postos conveniados.

b) nesta fase, o IPTU de 2016, por opção do contribuinte, poderá ser pago integralmente até o dia 10/02/2016, com desconto de 20% (vinte por cento) sobre o total do lançamento do imposto. Esta opção restringe-se as guias que forem retiradas pela internet ou nos locais citados anteriormente constantes no item 2.

c) nesta fase, o agente arrecadador não está autorizado a receber a guia de recolhimento do imposto após o vencimento nele especificado. Na inobservância deste item, a diferença apurada será cobrada posteriormente devidamente atualizada monetariamente.

### **2. Segunda Fase:**

Os contribuintes que não efetuaram o pagamento do imposto nas condições estabelecidas na Primeira Fase, terão seus carnês impressos entregues no domicílio tributário ou no endereço de correspondência constante no banco de dados do sistema tributário da prefeitura, sendo que, nesta fase, o desconto previsto para pagamento em cota única é de 10% de desconto sobre o total do lançamento do imposto.

Nos locais que não são atendidos por qualquer serviço de entrega, os objetos ficarão disponíveis nas Agências Comunitárias dos Correios, Sede das Superintendências, ou ainda qualquer outro local que venha a ser definido pelo Governo Municipal que será divulgado na mídia local: internet, jornais e rádios.

Os carnês que, por qualquer razão, não forem entregues no domicílio tributário ou de correspondência do contribuinte até a data especificada, ficarão disponíveis ao contribuinte na Agência Central dos Correios e posteriormente no Paço Municipal Prefeito Nelson Souza, sito à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, no horário das 07h (sete horas) às 13h15 (treze horas e quinze minutos).

Em caso de não os encontrar, o contribuinte poderá requerer a 2ª via do documento de arrecadação, no mesmo endereço mencionado, junto a Superintendência da Fazenda Municipal ou obtê-lo diretamente através do sítio da Prefeitura Municipal no seguinte endereço: [www.imbituba.sc.gov.br](http://www.imbituba.sc.gov.br) no link “Guia de IPTU / Coleta de Lixo”.

Restando inexistente qualquer uma das fases que visam a tentativa de entregar o documento de arrecadação, o contribuinte pode resguardar seu direito, solicitando em tempo hábil, o documento correspondente pelos endereços eletrônicos já citados anteriormente.

Pagamento

a) o pagamento do imposto será efetuado em qualquer agência da rede bancária, internet banking (para aqueles que possuem acesso através de suas respectivas contas), casas lotéricas ou postos conveniados.

b) o IPTU de 2016 poderá ser pago:



1. Integralmente até o dia 11/04/2016, com desconto de 10% (dez por cento) sobre o total do lançamento do imposto; nesta condição, o agente arrecadador não está autorizado a receber a guia de recolhimento do imposto após a data nele especificado. Na inobservância deste item, a diferença apurada será cobrada posteriormente devidamente atualizada monetariamente.

2. ou em até 05 (cinco) parcelas mensais e sucessivas, sendo:

- a primeira parcela com vencimento para o dia 11/04/2016;
- a segunda parcela com vencimento para o dia 10/05/2016;
- a terceira parcela com vencimento para o dia 10/06/2016;
- a quarta parcela com vencimento para o dia 11/07/2016; e
- a quinta e última parcela com vencimento para o dia 10/08/2016.

#### IV – Atraso de pagamento

O não pagamento do imposto até a data fixada neste Edital, na condição parcelada, sujeita o contribuinte aos seguintes acréscimos sobre o valor do tributo atualizado:

##### a) Multa:

1) nos primeiros sessenta dias de atraso: o percentual cumulativo de 0,33 % (zero vírgula trinta e três por cento) ao dia, até o limite de 20 % (vinte por cento);

2) após sessenta dias de atraso: o percentual fixo de 20 % (vinte por cento).

(Artigo 405 – Lei Complementar nº 3.019 de 28 de dezembro de 2006)

##### b) Juros de mora 1 % ao mês.

(Artigo 410 – Lei Complementar nº 3.019 de 28 de dezembro de 2006)

#### V – Prazo para interposição de reclamação:

a) O contribuinte tem o direito de reclamar do lançamento do imposto conforme disposto nos artigos 158 e 159 da Lei Complementar nº 3.019 de 28/12/2006 e deverá ser dirigida ao Secretário Municipal da Fazenda, em processo regular devidamente protocolizado no Protocolo da Prefeitura localizado no Paço Municipal Prefeito Nelson Souza, sito à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro. O prazo para reclamação expirará em 10 de maio de 2016.

#### VI – Situações Adversas ou Eventuais:

a) Nos casos de revisão no lançamento do imposto formalizado através de processo administrativo devidamente deferido, recadastramento e/ou cadastramento de imóveis, será procedido o cálculo do imposto relativo ao ano fiscal e seu vencimento será previsto para trinta dias contados da data da manutenção do cadastro após a finalização do processo que será realizado pela Gerência de Cadastro Fiscal.

b) A manutenção cadastral em locais já tributados em área maior, ressaltados os casos objetos de demandas judiciais, só poderá ser realizada mediante situação fiscal da área maior totalmente desembaraçada e livre de obrigações tributárias.

Imbituba, 28 de dezembro de 2015.

Jaison Cardoso de Souza  
Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Ivam Vitório

Secretário Municipal da Fazenda

## EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE SUSPENSÃO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 83/2015 (PMI)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

O Município de Imbituba, por meio de seu Pregoeiro Oficial, COMUNICA a todos os interessados que fica suspenso por tempo indeterminado, o Edital do Pregão Presencial nº. 83/2015, Processo Licitatório nº 141/2015, para revisão do Edital.

Imbituba, 29 de Dezembro de 2015.

Dilson Petrassem Junior

Pregoeiro Oficial

## EXTRATO: PMI SEAGP 2014/40 A 02

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEAGP 2014/40 A 02

Contratada SÃO LUCAS SAUDE CENTRO MULTIPROFISSIONAL LTDA

CNPJ 10.597.903/00001-55

Objeto: PRORROGAÇÃO ACRÉSCIMO DE 25%(VINTE E CINCO POR CENTO) SOBRE O VALOR DO CONTRATO ORIGINAL.

Valor: R\$ 14.486,85 Prazo 31/12/2015

Fundamento: Processo nº. 33/2014 Dispensa 27/2014

Imbituba, 18 de dezembro de 2015.

Nicolau Corsino Bento

Secretário municipal de

Administração e Gestão Pública

Contratante

São Lucas Saude Centro

Multiprofissional Ltda

Representante legal

Contratada

## LEI Nº 4.679, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2015.

LEI Nº 4.679, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2015.

Institui obrigações acessórias para contribuintes do ISSQN e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

### CAPÍTULO I

DA DECLARAÇÃO ELETRÔNICA DE SERVIÇOS PRESTADOS POR INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS – DES-IF

Art. 1º A Declaração Eletrônica de Serviços Prestados por Instituições Financeiras – DES-IF é o processo exclusivamente online feito mensalmente através do sistema disponibilizado pelo município, para Instituições Financeiras regulamentadas pelo Banco Central do Brasil.

Art. 2º A DES-IF deverá ser transmitida com base em leiaute disponível no “Manual de Integração da DES-IF” que tem por finalidade descrever as especificações e critérios técnicos necessários para geração do arquivo disponibilizado pela Prefeitura utilizado na importação de declarações de serviços prestados, a discriminação e detalhamento das informações que devem ser transmitidas e a periodicidade de transmissão.

Art. 3º No processo de importação pelo sistema disponibilizado e processamento das declarações transmitidas, o arquivo será submetido à validação de sua estrutura (schema) e, havendo



inconsistência, ele não será aceito pelo sistema.

Parágrafo único. Tratamentos para a validação com sucesso e para a não-validação por inconsistência ou falhas seguirão as rotinas constantes do "Manual de Integração da DES-IF".

Art. 4º A DES-IF deverá ser transmitida até o dia 15 (quinze) do mês subsequente ao da ocorrência do fato gerador da obrigação tributária.

Art. 5º A inoocorrência do fato gerador não desobriga os contribuintes ou responsáveis de prestar informações mensais, devendo estes indicar esta circunstância.

Art. 6º O reconhecimento de imunidade, isenção ou qualquer benefício tributário ou regime diferenciado para pagamento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, não afasta a obrigatoriedade do fornecimento das informações previstas nesta Lei.

Art. 7º As informações declaradas poderão ser objeto de retificação desde que efetuada antes do início de qualquer procedimento fiscal, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas na legislação tributária.

## CAPÍTULO II

### DO CUPOM FISCAL DE SERVIÇOS - CFS

Art. 8º Fica determinada a utilização do Cupom Fiscal de Serviços – CFS, em substituição à NF-e – Nota Fiscal Eletrônica de Serviços, aos contribuintes que prestem serviços enquadrados nos seguintes subitens da lista de serviços a que se refere o §5º do artigo 267 da Lei Municipal nº 3.019 de 28 de dezembro de 2006, quando destinados à pessoa física, a partir de 01/01/2016.

ITEM	DESCRIÇÃO
3.03	Quadras esportivas, estádios, ginásios, casas de espetáculos, parques de diversões, canchas e congêneres, para realização de eventos ou negócios de qualquer natureza.
4.07	Serviços farmacêuticos (farmácias de manipulação).
6.01	Barbearia, cabeleireiros, manicuros, pedicuros e congêneres.
6.02	Esteticistas, tratamento de pele, depilação e congêneres.
9.01	Motéis.
11.01	Estacionamentos de veículos terrestres.
12.01	Espetáculos teatrais.
12.02	Exibições cinematográficas.
12.03	Espetáculos circenses.
12.05	Parques de diversões, centros de lazer, pesque-pagues e congêneres.
12.06	Boates, taxi-dancing e congêneres.
12.07	Shows, ballet, danças, desfiles, bailes, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.
12.09	Bilhares, boliches e diversões eletrônicas ou não.
12.12	Execução de música.
12.14	Fornecimento de música para ambientes fechados ou não, mediante transmissão por qualquer processo.
12.15	Desfiles de blocos carnavalescos ou folclóricos, trios elétricos e congêneres.
13.04	Reprografia, microfilmagem e digitalização.
14.05	Pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, polimento, plastificação e congêneres, de objetos quaisquer.
21.01	Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.

§ 1º Fica facultada, mediante requerimento, a utilização do Cupom Fiscal de Serviços – CFS, em substituição à NFS-e, aos contribuintes que prestem serviços enquadrados em outros subitens não elencados neste artigo, quando destinados à pessoa física.

§ 2º Os prestadores de serviços que optarem pelo uso do CFS iniciarão sua emissão no dia seguinte ao do deferimento da autorização

ou, querendo, em data previamente agendada, em conformidade com o disposto nesta Lei e no "Manual do Cupom Fiscal de Serviços - CFS".

Art. 9º Considera-se Cupom Fiscal de Serviços para efeito desse regulamento o documento emitido e armazenado localmente no equipamento emissor de cupom fiscal em formato de arquivo definido pela Prefeitura, com o objetivo de registrar as operações relativas à prestação de serviço, em substituição à NFS-e.

§ 1º O arquivo a que se refere o caput desse artigo deverá ser transmitido para a Prefeitura diariamente através do serviço (web-service) disponibilizado pela Prefeitura.

§ 2º O estabelecimento usuário do CFS que utilize sistema próprio para a emissão de documentos fiscais e não-fiscais, poderá manter o uso destes documentos, desde que respeitadas as especificações técnicas constantes do "Manual do Cupom Fiscal de Serviços – CFS", disponível a partir do próprio sistema, sem prejuízo ao disposto no artigo 30 da Lei 3.795 de 09 de dezembro de 2010 e artigo 2º da Lei 3.997 de 23 de novembro de 2011.

§ 3º O estabelecimento usuário do CFS que utilize sistema próprio para a emissão deste documento deverá manter o arquivo XML, assinado digitalmente, com os dados dos cupons fiscais de serviço emitidos pelo período de 5 (cinco) anos.

§ 4º O uso de certificado digital é obrigatório para assinatura digital do arquivo XML e transmissão do CFS.

§ 5º Os prestadores de serviços enquadrados no artigo 8º desta lei iniciarão sua emissão no dia seguinte ao do deferimento da autorização ou, querendo, em data previamente agendada, desde que anterior à data constante no caput do artigo 8º, em conformidade com o disposto nesta Lei e no "Manual do Cupom Fiscal de Serviços - CFS".

Art. 10. O número do CFS será gerado pelo sistema, em ordem crescente sequencial, sendo específico para cada terminal emissor do estabelecimento do prestador de serviços.

§1º Cada terminal emissor do estabelecimento do prestador de serviços ficará sujeito à prévia homologação técnica, na forma descrita no "Manual do Cupom Fiscal de Serviços - CFS".

§2º O cancelamento e a transmissão do CFS deverá ocorrer dentro do prazo de 24 (vinte e quatro) horas após sua emissão.

§3º No ato do cancelamento do CFS deverá ser informado o motivo, data e hora do cancelamento.

Art. 11. Os contribuintes a que se refere o artigo 8º desta Lei deverão manter em seus estabelecimentos, em local visível ao público, placa indicativa de sua situação como emissor de CFS, com observação a respeito da obrigatoriedade de emissão de nota fiscal.

§ 1º A placa indicativa a que se refere o caput deste artigo não poderá ter dimensões inferiores a 20cm (vinte centímetros) por 25 cm (vinte e cinco centímetros), com fonte mínima tamanho 48 (quarenta e oito), com os dizeres "Este estabelecimento é obrigado a emitir Cupom Fiscal de Serviços", e fonte mínima tamanho 36 (trinta e seis), com os dizeres "O Cupom Fiscal de Serviços será emitido para toda pessoa física. Peça o seu. Para Pessoa Jurídica é necessária a emissão da Nota Fiscal de Serviços (Decreto municipal nº NNN/NN)".

§ 2º A placa indicativa será em fundo branco com letras na cor preta, podendo ser confeccionada em outras configurações, desde que não haja prejuízo na informação constante e desde que previamente autorizadas pelo órgão fazendário.

Art. 12. O descumprimento das obrigações acessórias de que trata esta Lei acarretará na imposição das seguintes penalidades:

I – Multa de 5.000 UFM's (cinco mil Unidades Fiscais do Município) para as obrigações relativas à Declaração Eletrônica de Serviços Prestados por Instituições Financeiras – DES-IF a que se refere o Capítulo I;

II – Multas previstas no artigo 316 da Lei 3.019/2006, para as obrigações relativas ao Cupom Fiscal de Serviços – CFS a que se

refere o capítulo II.

III – Multa de 200 UFM's (duzentas Unidades Fiscais do Município), pelo descumprimento do previsto no art. 11 desta Lei.

Art. 13. Fica autorizada a adoção do sistema de comunicação eletrônica, conforme disposto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e suas alterações, e pelas normas expedidas pelo Comitê Gestor do Simples Nacional, destinado, dentre outras finalidades a:

I - identificar o sujeito passivo de quaisquer tipos de atos administrativos, incluídos os relativos ao indeferimento de opção, à exclusão do regime e a ações fiscais;

II - encaminhar notificações e intimações; e

III - expedir avisos em geral.

Art. 14. Fica revogado o artigo 11 da Lei 4.448, de 12 de setembro de 2014.

Art. 15. Esta Lei entra em vigor em 1º de abril de 2016.

Imbituba, 28 de dezembro de 2015.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin

Chefe de Gabinete

## **PORTARIA PMI/SEAGP Nº 051, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2015.**

PORTARIA PMI/SEAGP Nº 051, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2015.

Dispõe sobre autorização temporária de uso de área pública e das outras providências.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 22 e o art. 26 § 5º, da Lei Orgânica do Município e,  
Considerando a competência estabelecida pelo Art. 2º, II, do Decreto PMI nº 222 de 1º de Outubro de 2014;  
Considerando as informações no Processo nº 24280/2015,

### **RESOLVE:**

Art. 1º Fica autorizada a utilização temporária de bem público municipal, referente à área pública situada na Avenida Beira Mar, Lot. Janaina, Araçatuba, Imbituba a Senhor José Carlos de Oliveira, inscrito CPF nº 828.206.199-91, residente na Travessa João de Araújo nº S/N, Nova Brasília, Imbituba/SC para serviços de ambulante de alimentação, caldo de cana, milho verde, sucos e similares; no horário das 09:00h às 18:00h.

§ 1º Fica vedada a cessão a terceiros, a qualquer título, da área pública ora autorizada.

§ 2º É vedada a destinação da área pública para finalidade diversa da estabelecida nesta Portaria.

§ 3º Não poderá a autorizatária usar o bem de que trata Portaria para propaganda, notadamente de cunho político ou religioso.

§ 4º A autorizatária deverá obter todas as licenças necessárias ao pleno desenvolvimento da atividade econômica, conforme exigir a legislação em vigor.

Art. 2º A presente autorização é outorgada para o período de 31 de Março de 2016, a título precário e de caráter gratuito e intransferível.

Parágrafo único: A responsabilidade por danos a terceiros e ao

patrimônio público é exclusiva da Autorizatária.

Art. 3º O Autorizador poderá revogar a autorização objeto desta Portaria, independentemente de qualquer ato ou notificação judicial ou extrajudicial, por desvio de finalidade ou descumprimento das condições ora estabelecidas ou, ainda, quando o interesse público o exigir.

§1º No caso de revogação da autorização, a Autorizatária deverá restituir o bem público imediatamente após a edição do respectivo ato revogatório, obrigando-se, enquanto o mesmo estiver sob sua guarda, a zelar pelo seu bom estado de conservação.

§2º A revogação desta autorização não importa em direito da Autorizatária a indenização de qualquer natureza, inclusive por benfeitorias introduzidas no bem.

Art. 4º A autorização de que trata esta portaria fica vinculada a assinatura do Termo de Autorização de Uso de Bem Público pelo autorizatário e autoridades competentes.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 28 de Dezembro de 2015.

NICOLAU CORSSINO BENTO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registra-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

ELIETE MATIAS MEDEIROS

Diretoria do Departamento de Documentação e Patrimônio

**DECRETO PMI Nº 244, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2015.**

ANEXO I - DECRETO Nº 244/2015, DE 28/12/2015 - LEI Nº 4.670/2015, DE 23/12/2015 QUADRO DE SUPLEMENTAÇÕES DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS - EXERCÍCIO DE 2015						
ÓRGÃO/UNIDADE	DESCRIÇÃO ÓRGÃO	DESPESA	DOTAÇÃO	DESCRIÇÃO	VALOR	
04.01	SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA - SEFAZ	15	04.123.0004-2.004.3.1.90.00.00.00.00.0.1.0000	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA FAZENDA	150.000,00	
03.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA - SEAGP	7	04.122.0003-2.003.3.1.90.00.00.00.00.0.1.0000	APOIO ADMINISTRATIVO DA SEAGP	170.000,00	
05.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEDUC	32	12.361.0009-2.006.3.1.90.00.00.00.00.0.1.0001	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	615.000,00	
05.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEDUC	60	12.365.0009-2.008.3.1.90.00.00.00.00.0.1.0001	MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL - CRECHES	580.000,00	
29.01	PROCURADORIA GERAL - PGM	132	02.062.0005-2.039.3.1.90.00.00.00.00.0.1.0000	MANUTENÇÃO DA PROCURADORIA GERAL	140.000,00	
15.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IMBITUBA	13	10.301.0014-2.121.3.1.90.00.00.00.00.0.1.0002	MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO BÁSICA	1.390.800,00	
19.01	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE IMBITUBA	19	08.244.0013-2.078.3.1.90.00.00.00.00.0.1.0000	MANUTENÇÃO DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	240.000,00	
<b>TOTAL</b>					<b>3.285.800,00</b>	

**DECRETO PMI Nº 244, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2015.**

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba, Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Imbituba, Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros de Imbituba, Fundo Municipal de Turismo, Fundo Municipal de Assistência Social, Fundo Municipal de Saúde de Imbituba, Fundo Municipal de Trânsito, Fundo Municipal de Meio Ambiente, Fundo Municipal de Prevenção ao Abuso de Drogas, Fundo Municipal de Habitação de Imbituba e Fundo Municipal da Procuradoria Geral e dá outras providências.

O **PREFEITO DE IMBITUBA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.670, de 28 de dezembro de 2015,

**DECRETA:**

**Art. 1º** Fica aberto **Crédito Adicional Suplementar** no valor de R\$ 3.285.800,00 (três milhões, duzentos e oitenta e cinco mil e oitocentos reais), para reforço das dotações orçamentárias conforme Anexo I, parte integrante deste Decreto.

**Art. 2º** O **Crédito Adicional Suplementar** aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes da anulação parcial e/ou total das dotações orçamentárias conforme Anexo II, parte integrante deste Decreto.

**Art. 3º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 28 de dezembro de 2015.

**Jaison Cardoso de Souza**  
Prefeito

Registre-se e Publique-se.  
Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

**Cadir Garbeloto Cargnin**  
Chefe de Gabinete

**Prefeitura de Imbituba**  
Rua Ernani Cotrin, 601 • 88780-000  
Imbituba • Santa Catarina • Brasil

Fone/Fax: +55 (48) 3355.8100  
imbituba@imbituba.sc.gov.br  
[www.imbituba.sc.gov.br](http://www.imbituba.sc.gov.br)

**IMBITUBA**  
Um Mar de Oportunidades



ANEXO II - DECRETO Nº 244/2015, DE 28/12/2015 - LEI Nº 4.670/2015, DE 23/12/2015 QUADRO DE ANULAÇÕES DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS - EXERCÍCIO DE 2015					
ÓRGÃO/UNIDADE	DESCRIÇÃO ÓRGÃO	DESPA	DOTAÇÃO	DESCRIÇÃO	VALOR
35.01	CONTROLDORIA GERAL DO MUNICÍPIO - CGM	137	04.124.0003-2.040.4.4.90.00.00.00.00.0.1.0000	MANUTENÇÃO DA CONTROLADORIA GERAL E PLANEJAMENTO	2.000,00
35.01	CONTROLDORIA GERAL DO MUNICÍPIO - CGM	135	04.124.0003-2.040.3.1.90.00.00.00.00.0.1.0000	MANUTENÇÃO DA CONTROLADORIA GERAL E PLANEJAMENTO	40.000,00
02.01	GABINETE DO PREFEITO - GAB	1	04.122.0002-2.002.3.1.90.00.00.00.00.0.1.0000	MANUTENÇÃO DA SEC. DE GOVERNO	29.000,00
02.01	GABINETE DO PREFEITO - GAB	2	04.122.0002-2.002.3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000	MANUTENÇÃO DA SEC. DE GOVERNO	340.000,00
02.01	GABINETE DO PREFEITO - GAB	3	04.122.0002-2.002.4.4.90.00.00.00.00.0.1.0000	MANUTENÇÃO DA SEC. DE GOVERNO	1.800,00
04.01	SEC. MUN. DA FAZENDA - SEFAZ	19	04.123.0004-2.004.3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000	MANUTENÇÃO DA SEC. DA FAZENDA	40.000,00
04.01	SEC. MUN. DA FAZENDA - SEFAZ	21	04.123.0004-2.004.4.4.90.00.00.00.00.0.1.0000	MANUTENÇÃO DA SEC. DA FAZENDA	7.900,00
03.01	SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA - SEAGP	9	04.122.0003-2.003.3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000	APOIO ADMINISTRATIVO DA SEAGP	130.000,00
03.01	SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA - SEAGP	12	04.122.0003-2.003.4.4.90.00.00.00.00.0.1.0000	APOIO ADMINISTRATIVO DA SEAGP	2.000,00
08.01	SEC. MUN. DE AGRICULTURA, PISCICULTURA E INFRAESTRUTURA - SEAPI	79	06.182.0007-2.125.3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000	MANUTENÇÃO DA DEFESA CIVIL	10.000,00
08.01	SEC. MUN. DE AGRICULTURA, PISCICULTURA E INFRAESTRUTURA - SEAPI	80	06.182.0007-2.125.4.4.90.00.00.00.00.0.1.0000	MANUTENÇÃO DA DEFESA CIVIL	10.000,00
08.01	SEC. MUN. DE AGRICULTURA, PISCICULTURA E INFRAESTRUTURA - SEAPI	81	15.451.0007-1.010.4.4.90.00.00.00.00.0.1.0000	PAVIMENTAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS	450.000,00
08.01	SEC. MUN. DE AGRICULTURA, PISCICULTURA E INFRAESTRUTURA - SEAPI	87	15.451.0007-2.017.3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000	MANUTENÇÃO DA SEINFRA	300.000,00
08.01	SEC. MUN. DE AGRICULTURA, PISCICULTURA E INFRAESTRUTURA - SEAPI	88	15.451.0007-2.017.3.3.91.00.00.00.00.0.1.0000	MANUTENÇÃO DA SEINFRA	47.000,00
08.01	SEC. MUN. DE AGRICULTURA, PISCICULTURA E INFRAESTRUTURA - SEAPI	86	15.451.0007-2.017.3.1.90.00.00.00.00.0.1.0000	MANUTENÇÃO DA SEINFRA	100.000,00
08.01	SEC. MUN. DE AGRICULTURA, PISCICULTURA E INFRAESTRUTURA - SEAPI	90	15.451.0007-2.018.3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000	MANUTENÇÃO DAS ESTRADAS	50.000,00
08.01	SEC. MUN. DE AGRICULTURA, PISCICULTURA E INFRAESTRUTURA - SEAPI	92	15.452.0007-2.016.3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000	LIMPEZA PÚBLICA	300.000,00
08.01	SEC. MUN. DE AGRICULTURA, PISCICULTURA E INFRAESTRUTURA - SEAPI	93	23.695.0007-1.014.3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000	SINALIZAÇÃO PARA O TRÂNSITO TURÍSTICO	13.000,00
08.01	SEC. MUN. DE AGRICULTURA, PISCICULTURA E INFRAESTRUTURA - SEAPI	94	23.695.0007-1.014.4.4.90.00.00.00.00.0.1.0000	SINALIZAÇÃO PARA O TRÂNSITO TURÍSTICO	11.500,00
08.01	SEC. MUN. DE AGRICULTURA, PISCICULTURA E INFRAESTRUTURA - SEAPI	199	20.608.0006-1.100.4.4.90.00.00.00.00.0.1.0000	IMPLANTAÇÃO SISTEMA INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL	4.600,00
08.01	SEC. MUN. DE AGRICULTURA, PISCICULTURA E INFRAESTRUTURA - SEAPI	204	20.606.0006-2.160.3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000	PARCERIA COM OUTRAS ENTIDADES	3.600,00
08.01	SEC. MUN. DE AGRICULTURA, PISCICULTURA E INFRAESTRUTURA - SEAPI	205	20.608.0006-2.162.3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000	CORREÇÃO DE SOLO PARA AGRICULTURA	3.000,00
08.01	SEC. MUN. DE AGRICULTURA, PISCICULTURA E INFRAESTRUTURA - SEAPI	206	20.608.0006-2.161.3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000	HORTO FLORESTAL	10.700,00
08.01	SEC. MUN. DE AGRICULTURA, PISCICULTURA E INFRAESTRUTURA - SEAPI	233	15.451.0007-2.018.4.4.90.00.00.00.00.0.1.0000	MANUTENÇÃO DAS ESTRADAS	50.000,00
39.01	SEC. MUN. DE DESENV. ECONÔMICO E SUSTENTÁVEL - SEDES	158	04.122.0007-2.132.3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000	MANUTENÇÃO DA SEDES	20.000,00
39.01	SEC. MUN. DE DESENV. ECONÔMICO E SUSTENTÁVEL - SEDES	161	22.661.0007-1.045.4.4.90.00.00.00.00.0.1.0000	CONDOMÍNIO INDUSTRIAL	50.000,00
39.01	SEC. MUN. DE DESENV. ECONÔMICO E SUSTENTÁVEL - SEDES	244	04.122.0007-1.046.4.4.90.00.00.00.00.0.1.0000	AQUISIÇÃO DE VEÍCULO	86.000,00
39.01	SEC. MUN. DE DESENV. ECONÔMICO E SUSTENTÁVEL - SEDES	157	04.122.0007-2.132.3.1.90.00.00.00.00.0.1.0000	MANUTENÇÃO DA SEDES	55.000,00
25.01	SEC. MUN. DE DESENV. URBANO, SANEAMENTO, HABITAÇÃO - SEDURB	125	15.451.0007-2.029.3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000	FISCALIZAÇÃO URBANA	5.000,00
25.01	SEC. MUN. DE DESENV. URBANO, SANEAMENTO, HABITAÇÃO - SEDURB	126	15.451.0007-2.030.3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000	MODERNIZAÇÃO DE GESTÃO URBANA	3.600,00
25.01	SEC. MUN. DE DESENV. URBANO, SANEAMENTO, HABITAÇÃO - SEDURB	128	15.451.0007-2.031.3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000	MANUTENÇÃO DA SEDURB	60.000,00
25.01	SEC. MUN. DE DESENV. URBANO, SANEAMENTO, HABITAÇÃO - SEDURB	129	15.451.0007-2.031.4.4.90.00.00.00.00.0.1.0000	MANUTENÇÃO DA SEDURB	42.000,00
25.01	SEC. MUN. DE DESENV. URBANO, SANEAMENTO, HABITAÇÃO - SEDURB	127	15.451.0007-2.031.3.1.90.00.00.00.00.0.1.0000	MANUTENÇÃO DA SEDURB	105.000,00
25.01	SEC. MUN. DE DESENV. URBANO, SANEAMENTO, HABITAÇÃO - SEDURB	130	15.452.0007-2.028.3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000	CADASTRAMENTO IMOBILIÁRIO GEO-REFERENCIADO	17.000,00
05.01	SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO - SEDUC	51	12.364.0009-2.037.3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000	APOIO AO ENSINO SUPERIOR	20.000,00
05.01	SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO - SEDUC	23	12.306.0009-2.005.3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000	SAÚDE NO PRATO - ALUNO SAUDÁVEL - FUNDAMENTAL	97.000,00
05.01	SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO - SEDUC	42	12.361.0009-2.009.3.3.90.00.00.00.00.0.1.0001	MANUTENÇÃO DO S.O.M.E.	57.000,00
24.01	SEC. MUN. DE TURISMO, ESPORTE E CULTURA - SETEC	115	23.122.0008-2.026.3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000	MANUTENÇÃO DA SEDTUR	62.500,00
24.01	SEC. MUN. DE TURISMO, ESPORTE E CULTURA - SETEC	114	23.122.0008-2.026.3.1.90.00.00.00.00.0.1.0000	MANUTENÇÃO DA SEDTUR	60.000,00
24.01	SEC. MUN. DE TURISMO, ESPORTE E CULTURA - SETEC	120	23.695.0008-1.019.4.4.90.00.00.00.00.0.1.0000	CONSTRUÇÃO DE PORTOS/PORTAIS TURÍSTICOS	25.000,00
17.01	FUNDO MUN. DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - FMDCA	1	08.243.0015-2.052.3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000	MANUTENÇÃO DO FMDCA	18.000,00
17.01	FUNDO MUN. DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - FMDCA	3	08.243.0015-2.126.3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000	CONSTRUINDO O FUTURO	43.000,00
17.01	FUNDO MUN. DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - FMDCA	5	08.243.0015-2.126.4.4.90.00.00.00.00.0.1.0000	CONSTRUINDO O FUTURO	22.000,00
27.01	FUNDO MUN. DE REQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS - FUNREBOM	5	06.182.0012-2.086.4.4.90.00.00.00.00.0.1.0000	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNREBOM	85.000,00
28.01	FUNDO MUN. DE TURISMO - FUNDETUR	1	23.695.0008-2.051.3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000	MANUTENÇÃO DO FUNDETUR	11.000,00
32.01	FUNDO MUN. DE MEIO AMBIENTE DE IMBITUBA	1	18.541.0018.2.036.3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000	CALENDÁRIO ATIVIDADES	5.000,00
32.01	FUNDO MUN. DE MEIO AMBIENTE DE IMBITUBA	2	18.542.0018.2.032.3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000	CONSCIÊNCIA VERDE	5.700,00
32.01	FUNDO MUN. DE MEIO AMBIENTE DE IMBITUBA	3	18.542.0018.2.049.3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000	MANUTENÇÃO DO FUNDO DE MEIO AMBIENTE	11.000,00
34.01	FUNDO MUN. DE HABITAÇÃO DE IMBITUBA	1	16.482.0020-2.043.3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000	VIVER BEM	27.000,00

ANEXO II - LEI Nº _____ / 2015						
QUADRO DE ANULAÇÕES DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS - EXERCÍCIO DE 2015						
ÓRGÃO/UNIDADE	DESCRIÇÃO ÓRGÃO	DESPESA	DOTAÇÃO	DESCRIÇÃO	VALOR	
33.01	FUNDO MUN. DE PREVENÇÃO AO ABUSO DE DROGAS - FUNPRED	1	08.243.0019.2.048.3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000	MANUTENÇÃO DO FUNPRED	5.700,00	
33.01	FUNDO MUN. DE PREVENÇÃO AO ABUSO DE DROGAS - FUNPRED	2	08.243.0019.2.048.4.4.90.00.00.00.00.0.1.0000	MANUTENÇÃO DO FUNPRED	1.200,00	
42.01	FUNDO MUN. DA PROCURADORIA GERAL - FMPG	2	02.062.0005.2.150.3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000	MANUTENÇÃO DO FUNDO DA PROCURADORIA	100.000,00	
31.01	FUNDO MUN. DE TRÂNSITO	3	06.181.0017.2.044.4.4.90.00.00.00.00.0.1.0000	MANUTENÇÃO DO FUNDO DE TRÂNSITO	10.000,00	
31.01	FUNDO MUN. DE TRÂNSITO	6	06.181.0017.2.046.3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000	CONVENIO POLICIA CIVIL	80.000,00	
31.01	FUNDO MUN. DE TRÂNSITO	7	06.181.0017.2.046.4.4.90.00.00.00.00.0.1.0000	CONVENIO POLICIA CIVIL	10.000,00	
31.01	FUNDO MUN. DE TRÂNSITO	8	06.181.0007.2.047.3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000	CONVENIO RADIO PATRULHA	50.000,00	
31.01	FUNDO MUN. DE TRÂNSITO	10	06.181.0007.2.124.4.4.90.00.00.00.00.0.1.0000	CONVENIO GESTÃO COMPARTILHADA	10.000,00	
31.01	FUNDO MUN. DE TRÂNSITO	11	06.181.0017.2.044.4.4.90.00.00.00.00.0.3.0000	MANUTENÇÃO DO FUNDO DE TRÂNSITO	20.000,00	
31.01	FUNDO MUN. DE TRÂNSITO	13	06.181.0007.2.047.3.3.90.00.00.00.00.0.3.0000	CONVENIO RADIO PATRULHA	20.000,00	
31.01	FUNDO MUN. DE TRÂNSITO	15	06.181.0017.2.044.3.3.90.00.00.00.00.0.3.0000	MANUTENÇÃO DO FUNDO DE TRÂNSITO	30.000,00	
TOTAL					3.285.800,00	



# Iomerê

## PREFEITURA

### LEI 825/2015

LEI N. 825, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2015.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a contribuir financeiramente com a Associação dos Moradores de Linha Paulina, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Iomerê:

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder auxílio financeiro à Associação dos Moradores da Linha Paulina, CNPJ 02.770.508/0001-02, com sede na localidade de Linha Paulina, neste Município, no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais).  
Parágrafo Único. A contribuição financeira é para o aparelhamento da associação, que se constitui em importante sociedade sem fins lucrativos, que presta relevantes serviços para o desenvolvimento da comunidade da Linha Paulina e, para o município como um todo.

Art. 2. A prestação de contas referente ao repasse deverá ser realizada no prazo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento dos recursos, e deverá constar além do previsto na Lei nº. 4.320/64, os seguintes documentos:

- I – balancete da prestação de contas devidamente preenchido, datado e assinado pelo responsável;
- II – documentos comprobatórios das despesas realizadas (notas fiscais) corretamente preenchidas e sem rasuras, com data de emissão compreendendo da data do recebimento do recurso até a data limite para a prestação de contas;
- III – extrato bancário da conta especial, onde conste o depósito do recurso recebido e toda a sua movimentação;
- IV – declaração do responsável em cada documento de despesas, certificando que o material foi recebido ou o serviço prestado;
- V – declaração passada pelo ordenador da despesa que os recursos foram rigorosamente aplicados aos fins concedidos.

Art. 3. As despesas decorrentes da presente Lei correrão a conta da dotação própria do orçamento vigente.

Art. 4. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.  
Iomerê, 23 de dezembro de 2015.  
LUCIANO PAGANINI  
Prefeito Municipal

Publicada a Presente Lei nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO  
Secretário de Administração e Finanças

### LEI 826/2015

LEI N. 826, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2015.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a implantar o Programa Porteira Adentro, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Iomerê:

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1. Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a implantar o Programa Porteira Adentro, que se constituirá em um programa destinado a fomentar e incentivar as atividades desenvolvidas pelos produtores rurais do Município, a geração de empregos e, especialmente, a manutenção do homem no campo, tendo como objetivos primordiais o incremento e desenvolvimento das atividades agropecuárias ou agroindustriais, através de ações direcionadas a proporcionar direta ou indiretamente o aumento da produtividade, o escoamento da produção e a melhoria da qualidade de vida, auxiliando na execução de obras de infraestrutura nas propriedades rurais localizadas no Município de Iomerê.

Art. 2. O auxílio de que trata o artigo primeiro corresponde a:

- I – realização de serviços de terraplanagem e destocas;
- II – abertura, conservação, drenagem, patrolamento, revestimento e cascalhamento de estradas de acesso e dentro das propriedades rurais;
- III – abertura e manutenção de vias de acesso a unidades produtoras de aves, suínos, leite, bovinos, caprinos, ovinos, peixes, e outros sistemas de integração com empresas com atividades no município;
- IV – construção e reforma de silos trincheira, tanques e açudes para criação de peixes e captação de água;
- V – realização de serviços de drenagem, sem fornecimento de materiais;
- VI – fornecimento e transporte de cascalho, material pétreo e similares;
- VII – transporte de calcário, para uso em programas de correção do solo;
- VIII – realização de aterros, serviços de limpeza, abertura de valas e serviços com fins ambientais, tanto no meio rural como urbano;
- IX – serviços de retirada e transporte de dejetos de suínos das propriedades produtoras;
- X – serviços de retirada e transporte de cama de aviário das propriedades produtoras;
- XI – outros serviços que atendam os objetivos do programa.

Parágrafo Primeiro. Os serviços serão executados com máquinas e equipamentos de propriedade do município de Iomerê, bem como de propriedade de terceiros, devidamente contratados, atendidas as disposições legais, especialmente a Lei n. 8666/93.

Parágrafo Segundo. Mediante convenio ou ajuste, os serviços de que trata o Programa Porteira Adentro, poderá ser realizados com máquinas e equipamentos de órgãos governamentais, como CI-DASC, EPAGRI, DEINFRA, Agências de Desenvolvimento Regional, e empresas executoras de obras como rodovias e/ou outros empreendimentos que virem a se estabelecer no município de Iomerê.

Art. 3. Fica autorizado o subsídio de até 70%(setenta por cento) do valor do custo da hora-máquina, quilômetro rodado ou do fornecimento de materiais, conforme o caso, praticados no mercado local. Parágrafo Primeiro. É vedada a oferta do subsídio em dinheiro ou qualquer outra forma, que não aqueles serviços descritos no artigo 2. desta Lei.

Parágrafo Segundo. Os valores pagos pelos beneficiários com os subsídios, serão arrecadados aos cofres públicos mediante documento de arrecadação municipal, após execução dos serviços.

Parágrafo terceiro. Os serviços serão executados mediante pedido realizado junto à Secretaria de Agricultura, Urbanismo e Meio Ambiente, com antecedência mínima de 30(trinta) dias e, obedecerão a ordem de registros, sempre que possível, podendo haver quebra na sequência, em casos de situações urgentes, ou verificada a impossibilidade de execução por conta das condições climáticas e outras comunicadas pelos interessados.

Parágrafo Quarto. O Poder Executivo, através da Secretaria de Agricultura, Urbanismo e Meio Ambiente, quando do estabelecimento de regras para o cadastramento dos interessados em participar do programa, procurará priorizar o atendimento as propriedades cuja infraestrutura seja inexistente e/ou existente de forma precária, ou requeira urgência na prestação dos serviços, em razão das atividades a serem instaladas, buscando com isto atender ao fim social a que esta lei se destina e na busca de incremento da produção do município de Iomerê, devendo para tanto, ser estabelecidos critérios objetivos e impessoais, em consonância com os princípios constitucionais que regem a Administração Pública.

Art. 4. Para se beneficiar do programa, o interessado deverá preencher os seguintes requisitos:

I – possuir inscrição municipal como agricultor e/ou produtor rural;

II – ser proprietário e/ou possuidor a qualquer título do imóvel onde serão executados os serviços ou fornecidos materiais;

III – exercer atividades relacionados ao agronegócio;

IV – necessitar de melhorias em sua propriedade, na área de aterros e/ou saneamento;

V – em caso de serviços na área urbana, ser proprietário ou possuidor do imóvel, e provar a necessidade dos serviços.

VI – estar em dia com o pagamento de impostos e taxas municipais.

Parágrafo Único. Os valores dos serviços serão fixados por Decreto do Chefe do Poder Executivo.

Art. 5. Casos omissos não previstos nesta Lei, serão discutidos junto ao Conselho de Desenvolvimento Municipal, podendo o município atendê-los desde que possível operacionalmente, após deliberação do Conselho.

Art. 6. Todos os serviços serão executados em estrita observância da legislação ambiental, cabendo ao interessado a responsabilidade integral quanto à elaboração de projetos e encaminhamento aos órgãos ambientais para obtenção de licenças, quando assim for o caso, devendo, no momento do registro do pedido, apresentar as respectivas licenças ou, ao menos, o protocolo, ficando a licença adstrita ao início dos trabalhos.

Art. 7. Caberá à Secretaria de agricultura, Urbanismo e Meio Ambiente a coordenação e execução do programa.

Art. 8. As despesas decorrentes da presente Lei, correrão à conta de dotação própria do orçamento vigente no exercício financeiro em que ocorrerem.

Art. 9. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

Iomerê, 23 de dezembro de 2015.

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

Publicada a Presente Lei nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO

Secretário de Administração e Finanças

## LEI 827/2015

LEI N. 827, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2015.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a receber bem imóvel em doação e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Iomerê:

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1. Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a receber em doação bem imóvel a seguir especificado, de propriedade do Estado de Santa Catarina: um terreno urbano, com área de 10.000,m2(dez mil metros quadrados), com benfeitorias não averbadas, objeto da matrícula n. 16.966, do registro de imóveis da Comarca de Videira, SC, localizada na comunidade de Bom Sucesso, Iomerê, SC, onde encontra-se edificada a Escola de Educação Básica Laércio Caldeira de Andrade.

Art. 2. As despesas decorrentes dos atos necessários à transferência da propriedade correrão à conta exclusiva do Município doador.

Art. 3. As despesas decorrentes da presente Lei correrão à conta de dotação própria do orçamento vigente no exercício financeiro em que ocorrerem.

Art. 4. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

Iomerê, 23 de dezembro de 2015.

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

Publicada a Presente Lei nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO

Secretário de Administração e Finanças

# Ipumirim

## PREFEITURA

### DECRETO N. 2.196 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2.015

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECAÇÃO NO VALOR DE R\$ 57.924,20.

O Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos dos incisos II e III do artigo 34 da Lei 1.748 de 15 de outubro de 2.014 que dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária de 2.015 – LDO e dá outras providências e combinado com o inciso II do § 1º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64 e incisos I e III do § 4º do artigo do artigo 4º da Lei Municipal nº 1.751 de 12 de dezembro de 2.014, que estima a receita e fixa a despesa do Município de Ipumirim para o exercício de 2.015 – LOA,

#### DECRETA

Art. 1º Ficam abertos os seguintes créditos suplementares:

- I - Código reduzido 84, Projeto/Atividade 15.451.0032.2.096 - Proteção Social Especial de Alta Complexidade, elemento 31710000000000 - Transf. a Consórcios Públicos, fonte de recursos 0.1.0000 - Recursos Ordinários, Órgão 11 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO, Unidade 1 - Departamento de Assistência Social e Habitação, no valor de R\$ 15.500,00.
- II - Código reduzido 41, Projeto/Atividade 12.361.0012.2.037 - Gestão das Ações do Ensino Fundamental, elemento 31900000000000 - Aplicacoes Diretas, fonte de recursos 0.1.0019 - Recursos Transferências Fundef 40%, Órgão 6 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, Unidade 1 - Departamento Municipal de Ensino, no valor de R\$ 24.653,48.
- III - Código reduzido 55, Projeto/Atividade 12.365.0012.2.041 - Gestão das Ações do Ensino Infantil, elemento 31900000000000 - Aplicacoes Diretas, fonte de recursos 0.1.0019 - Recursos Transferências Fundef 40%, Órgão 6 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, Unidade 1 - Departamento Municipal de Ensino, no valor de R\$ 1.546,72.
- IV - Código reduzido 11, Projeto/Atividade 10.301.0005.2.026 - Gestão das Ações dos Agentes Comunitários de Saúde - ACS, elemento 31900000000000 - Aplicacoes Diretas, fonte de recursos 0.1.0064 - SUS Atenção Básica, Órgão 9 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, Unidade 1 - Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 16.224,00.

TOTAL GERAL .....R\$ 57.924,20

Art. 2º Os créditos suplementares constantes do artigo anterior serão abertos por conta das seguintes fontes de recursos:

- I - Pelo Excesso de Arrecadação verificado até o presente mês ou sua tendência verificada para o exercício, nos termos do Art. 43, § 1º, II da Lei 4.320/64, na Fonte de Recursos 0.1.0000 - Recursos Ordinários, utilizando-se no presente ato o montante de R\$ 15.500,00.
- II - Pelo Excesso de Arrecadação verificado até o presente mês ou sua tendência verificada para o exercício, nos termos do Art. 43, § 1º, II da Lei 4.320/64, na Fonte de Recursos 0.1.0019 - Recursos Transferências Fundef 40%, utilizando-se no presente ato o montante de R\$ 26.200,20.
- III - Pelo Excesso de Arrecadação verificado até o presente mês ou sua tendência verificada para o exercício, nos termos do Art. 43, § 1º, II da Lei 4.320/64, na Fonte de Recursos 0.1.0064 - SUS Atenção Básica, utilizando-se no presente ato o montante de R\$

16.224,00.

TOTAL GERAL .....R\$ 57.924,20

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor em 18 de dezembro de 2.015.

Ipumirim-SC, 18 de dezembro de 2.015

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

### DECRETO N. 2.197 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2.015

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DA TRANSPOSIÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DENTRO DA MESMA CATEGORIA DE PROGRAMAÇÃO NO VALOR DE R\$ 56.000,00.

O Prefeito de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos inciso I do artigo 34 da Lei 1.748 de 15 de outubro de 2.014 que dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária de 2.015 – LDO e dá outras providências e combinado com o inciso III do § 1º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64 e § 5º do artigo 4º da Lei Municipal nº 1.751 de 12 de dezembro de 2.014, que estima a receita e fixa a despesa do Município de Ipumirim para o exercício de 2.015 – LOA,

#### DECRETA

Art. 1º Ficam abertos os seguintes créditos suplementares:

- I - Código reduzido 41, Projeto/Atividade 12.361.0012.2.037 - Gestão das Ações do Ensino Fundamental, elemento 31900000000000 - Aplicacoes Diretas, fonte de recursos 0.1.0019 - Recursos Transferências Fundef 40%, Órgão 6 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, Unidade 1 - Departamento Municipal de Ensino, no valor de R\$ 40.000,00.
- II - Código reduzido 4, Projeto/Atividade 10.301.0005.2.024 - Gestão das Políticas e Ações de Saúde Básica, elemento 33900000000000 - Aplicacoes Diretas, fonte de recursos 0.1.0002 - Recursos ASPS 15%, Órgão 9 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, Unidade 1 - Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 16.000,00.

TOTAL GERAL .....R\$ 56.000,00

Art. 2º Os créditos suplementares constantes no artigo anterior serão abertos por conta da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

- I - Código reduzido 40, Projeto/Atividade 12.361.0012.2.037 - Gestão das Ações do Ensino Fundamental, elemento 31900000000000 - Aplicacoes Diretas, fonte de recursos 0.1.0018 - Recursos Transferências Fundef 60%, Órgão 6 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, Unidade 1 - Departamento Municipal de Ensino, no valor de R\$ 40.000,00.
- II - Código reduzido 2, Projeto/Atividade 10.301.0005.2.024 - Gestão das Políticas e Ações de Saúde Básica, elemento 31900000000000 - Aplicacoes Diretas, fonte de recursos 0.1.0002 - Recursos ASPS 15%, Órgão 9 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, Unidade 1 - Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 16.000,00.

TOTAL GERAL ..... R\$ 56.000,00

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor em 18 de dezembro de 2.015.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Ipumirim-SC, 18 de dezembro de 2.015  
Valdir Zanella  
Prefeito de Ipumirim

### **DECRETO N. 2.198 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2.015**

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR NO VALOR DE R\$ 132.449,30

O Prefeito de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos inciso II do artigo 34 da Lei 1.748 de 15 de outubro de 2.014 que dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária de 2.015 – LDO e dá outras providências e combinado com o inciso I do § 1º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64 e inciso II do § 4º do artigo 4º da Lei Municipal nº 1.751 de 12 de dezembro de 2.014, que estima a receita e fixa a despesa do Município de Ipumirim para o exercício de 2.015 – LOA,

#### **DECRETA**

Art. 1º Ficam abertos os seguintes créditos suplementares:

I - Código reduzido 146, Projeto/Atividade 04.124.0018.2.005 - Gestão das Ações do Controle Interno, elemento 3190000000000000 - Aplicacoes Diretas, fonte de recursos 0.3.0000 - Exerc. Ant. - Recursos Ordinários, Órgão 2 - GABINETE DO PREFEITO E VICE PREFEITO MUNICIPAL, Unidade 1 - Gabinete do Prefeito e Vice -Prefeito, no valor de R\$ 5.414,90.

II - Código reduzido 147, Projeto/Atividade 04.122.0003.2.003 - Gestão das Ações do Departamento de Administração, elemento 3190000000000000 - Aplicacoes Diretas, fonte de recursos 0.3.0000 - Exerc. Ant. - Recursos Ordinários, Órgão 3 - SECRETARIA MUN. ADMINISTRAÇÃO, PLAN. E FINANÇAS, Unidade 1 - Departamento Municipal de Administração, no valor de R\$ 62.337,83.

III - Código reduzido 123, Projeto/Atividade 04.122.0003.2.003 - Gestão das Ações do Departamento de Administração, elemento 3390000000000000 - Aplicacoes Diretas, fonte de recursos 0.3.0000 - Exerc. Ant. - Recursos Ordinários, Órgão 3 - SECRETARIA MUN. ADMINISTRAÇÃO, PLAN. E FINANÇAS, Unidade 1 - Departamento Municipal de Administração, no valor de R\$ 28.800,00.

IV - Código reduzido 148, Projeto/Atividade 28.846.0000.0.002 - Gestão dos Gastos de Pessoal Inativos e Pensionistas - Administrativo, elemento 3190000000000000 - Aplicacoes Diretas, fonte de recursos 0.3.0000 - Exerc. Ant. - Recursos Ordinários, Órgão 3 - SECRETARIA MUN. ADMINISTRAÇÃO, PLAN. E FINANÇAS, Unidade 1 - Departamento Municipal de Administração, no valor de R\$ 32.896,57.

V - Código reduzido 145, Projeto/Atividade 15.452.0027.2.063 - Gestão das Políticas e Ações de Desenvolvimento Urbano, elemento 3390000000000000 - Aplicacoes Diretas, fonte de recursos 0.3.0020 - Exerc. Ant. Multas de Trânsito, Órgão 14 - SECRETARIA MUN. DE URBANISMO, IND. COMÉRCIO E SERV, Unidade 1 - Departamento de urbanismo, Ind. Comércio e Serviço, no valor de R\$ 3.000,00.

TOTAL GERAL .....R\$ 132.449,30

Art. 2º Os créditos suplementares constantes no artigo anterior serão abertos por conta da seguinte fonte de recursos:

I - Pelo Superávit Financeiro verificado no balanço do exercício anterior, nos termos do Art. 43, § 1º, I da Lei 4.320/64, na Fonte de Recursos 0.3.0020 – Exer. Ant. Recursos Multas de Trânsito, utilizando-se no presente ato o montante de R\$ 3.000,00

II - Pelo Superávit Financeiro verificado no balanço do exercício anterior, nos termos do Art. 43, § 1º, I da Lei 4.320/64, na Fonte de Recursos 0.3.0000 - Exerc. Ant. - Recursos Ordinários, utilizando-se no presente ato o montante de R\$ 129.449,30

TOTAL GERAL ..... R\$ 132.449,30

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor em 18 de dezembro de 2.015.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Ipumirim-SC, 18 de dezembro de 2.015  
Valdir Zanella  
Prefeito de Ipumirim

### **PORTARIA Nº. 511/2015 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2.015.**

CONCEDE LICENÇA PREMIO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EFETIVO A PEDIDO.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo o artigo 125 da Lei complementar 001/2002, de 26 de setembro de 2002, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município, da administração direta e indireta,

#### **CONCEDE**

A CELSO ALVES DE MELLO, matrícula 18, Licença Prêmio de 30 dias, relativa ao período aquisitivo de 2005 a 2010 e gozo de 04/01/2016 a 02/02/2016.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 04 de Janeiro de 2016.

Ipumirim - SC, 28 de Dezembro de 2.015.  
VALDIR ZANELLA  
Prefeito



# Itapiranga

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 243, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015

DECRETO Nº 243, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.

Abre crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município de Itapiranga - SC, por conta da previsão do "Excesso de Arrecadação" e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 2.939 de 25 de novembro de 2014;

Decreta:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no orçamento vigente de 2015 do Município de Itapiranga- SC, por conta da Previsão de "Excesso de Arrecadação" na seguinte fonte de Recurso 120 – Recursos de Impostos para Educação, no valor de R\$ 25.000,00 (vinte cinco mil reais):

06.01 – Secretaria Municipal Educação, Cultura e Desporto – Ensino Fundamental  
12.361.0066.2029- Manutenção e Desenv. das Atv. da Educação Ensino Fundamental  
31.90.00.00.00.00.00.0120 – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 25.000,00

Art. 2º Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga – SC, 15 de dezembro de 2015.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Artemio Antonio Scalon

Secretaria Municipal de Administração.

### DECRETO Nº 244, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015

DECRETO Nº 244, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2015.

Abre crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município de Itapiranga - SC, por conta da previsão do "Excesso de Arrecadação" e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 2.939 de 25 de novembro de 2014;

Decreta:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no orçamento vigente de 2015 do Município de Itapiranga- SC, por conta da Previsão de "Excesso de Arrecadação" na seguinte fonte de Recurso 120 – Recursos de Impostos para Educação, no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais):

06.01 – Secretaria Municipal Educação, Cultura e Desporto – Ensino Fundamental  
12.361.0066.2029- Manutenção e Desenv. das Atv. da Educação Ensino Fundamental  
31.90.00.00.00.00.00.0120 – Aplicações Diretas ..... R\$ 15.000,00

Art. 2º Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga – SC, 16 de dezembro de 2015.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Artemio Antonio Scalon

Secretaria Municipal de Administração.

### DECRETO Nº 245 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2015

DECRETO Nº 245 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2015.

Abre crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do da Câmara Municipal de Vereadores de Itapiranga - SC, exercício de 2015 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 2.939 de 25 de novembro de 2014;

Decreta:

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito adicional suplementar no orçamento da Câmara Municipal de Vereadores de Itapiranga-SC na seguinte dotação orçamentaria:

01.01 – Câmara Municipal de Vereadores  
01.031.0001.2001 – Manutenção das Atividades Legislativas  
31.90.00.00.00.00.00.00020 – Aplicações Diretas ..... R\$ 50.050,00

Art. 2º Servirá de suporte para a suplementação, objeto do artigo 1º, a anulação parcial da seguinte dotação:

01.01 – Câmara Municipal de Vereadores  
01.031.0001.2001 – Manutenção das Atividades Legislativas  
33.90.00.00.00.00.00.00020 – Aplicações Diretas ..... R\$ 50.050,00

Art. 2º Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga – SC, 17 de dezembro de 2015.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Artemio Antonio Scalon

Secretario Municipal de Administração.

**DECRETO Nº 246 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2015**

DECRETO Nº 246 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2015.

Abre crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município de Itapiranga - SC, por conta da previsão do "Excesso de Arrecadação" e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 2.939 de 25 de novembro de 2014;

Decreta:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no orçamento vigente de 2015 do Município de Itapiranga- SC, por conta da Previsão de "Excesso de Arrecadação" na seguinte fonte de Recurso 110 –Convênio Salário Educação, no valor de R\$ 29.800,00 (vinte nove mil e oitocentos reais):

06.01 – Secretaria Municipal Educação, Cultura e Desporto – Educação Fundamental  
12.361.0066.2029 –Manut. e Desenv. das Ativ. da Educação do Ensino Fundamental  
33.90.00.00.00.00.00.00110 – Aplicações Diretas ..... R\$ 29.800,00

Art. 2º Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga – SC, 21 de dezembro de 2015.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Artemio Antonio Scalon

Secretario Municipal de Administração.

**DECRETO Nº 247, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2015**

DECRETO Nº 247, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2015.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente do Município de Itapiranga – SC, exercício 2015 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas e de conformidade com a Lei Municipal nº 3.010, de 22 de dezembro de 2015;

Decreta:

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito adicional suplementar no Orçamento da Prefeitura Municipal de Itapiranga SC, nas seguintes dotações orçamentárias, exercício de 2015:

03.01 – Secret. Munic. da Administração, Obras Serv. Urbanos  
04.181.0014.2007 – Convênio de Trânsito  
33.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas ..... R\$ 10.000,00

Art. 2º Servirá de suporte para a suplementação, objeto do artigo 1º, a anulação parcial e ou total das seguintes dotações:

03.01 – Secret. Munic. da Administração, Obras Serv. Urbanos  
04.122.0010.1034 – Aquisição de Veículos e Equip. e Material Permanente  
44.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas ..... R\$ 10.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga – SC., 22 de dezembro de 2015.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Artemio Antonio Scalon

Secretaria Municipal de Administração.

**RELATÓRIO DE GESTÃO DO FUNDO LOCAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL – FLHIS**RELATÓRIO DE GESTÃO DO FUNDO LOCAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL – FLHIS  
2014

Itapiranga/SC, Dezembro 2015.

**1. Comentário/Apresentação**

O município de Itapiranga situa-se no extremo Oeste Catarinense, o qual possui 15.430 habitantes, conforme IBGE 2010, desses, 7.868 são homens e 7.562 mulheres, 7.635 residem na zona urbana e 7.795 residem na zona rural. Situa-se entre os Rios Uruguai e Peperi-Guaçu, fazendo divisa com a República Argentina. Ao sul do Município, encontra-se o Rio Uruguai, sendo que os municípios vizinhos são: Caiçara, Barra da Guarita, Derrubadas, Pinheirinho do Vale, todos do Estado do Rio Grande do Sul. Ao leste, o Município faz divisa com o Município de Mondai. Ao nordeste, com o Município de São João do Oeste e Tunápolis, e ao oeste, encontra-se o Rio Peperi-Guaçu que faz divisa com a República Argentina. Itapiranga fica distante de São Miguel do Oeste, 70 km, Chapecó, 180 km e da Capital do Estado, 800 km.

A economia do Município está baseada na produção agropecuária. Na agricultura a produção está diretamente ligada a fatores climáticos. Pode-se considerar que, em média, a renda mensal familiar está próxima a um salário mínimo, considerando-se que a colheita acontece uma vez por ano.

A estrutura fundiária, formada por minifúndios, na sua totalidade, constitui-se num diferencial das demais regiões do país, pois a população rural ainda é superior à população urbana, e a agricultura de minifúndios não é destinada apenas à subsistência das famílias, mas sim, a agricultura familiar envolve o trabalho de todos os membros da família independentemente de idade, tanto na atividade agrícola como na pecuária leiteira e avicultura, que atualmente é relevante, devido à industrialização de embutidos e empanados através da JBS Aves e JBS Suínos, indústria de médio porte instalada neste município.

No âmbito do Município existem constituídos vários Conselhos, os quais pode-se citar: Conselho Municipal de Saúde, Conselho Municipal de Criança e do Adolescente, Conselho Municipal de Transito, Conselho Municipal de Trabalho e Emprego, Conselho Municipal de Educação, Conselho Municipal de Desenvolvimento, Conselho Municipal de Agricultura, Conselho Municipal de Meio Ambiente, Conselho Municipal de Assistência Social, Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social, Conselho Municipal de Merenda Escolar, Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Itapiranga e Conselho Municipal do Idoso, todos com atuante participação nas deliberações. Pode-se destacar também que o município possui um Conselho Tutelar, composto por 5 membros, conforme prevê a legislação.

Em 1998, a Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social implantaram o Programa de Agentes Comunitários de Saúde – PACS/PSF. Atualmente conta-se com um quadro de Agentes Comunitários de Saúde que possuem como meta, essencialmente, o acompanhamento sistemático e preventivo das famílias do município, realizando reuniões periódicas com gestantes, hipertensos e diabéticos. Igualmente, os Agentes Comunitários possuem a incumbência de despertar nas pessoas a necessidade da saúde preventiva e alternativa.

Na área da educação, há 04 creches municipais, localizadas na



cidade. Existem 10 escolas municipais, localizadas nas comunidades de: Linha Soledade, Linha Popi, Linha Santo Antônio, Linha Sede Capela, Linha Aparecida e Linha Presidente Becker, e, localizadas na cidade: Bela Vista, Esperança, FUNEI e EMEI São Vicente. Também existem outras 06 escolas estaduais, localizadas na cidade: Porto Novo e São Vicente, e, nas comunidades de: Linha Santo Antônio, Linha Conceição, Linha Sede Capela e Linha Popi. A Prefeitura disponibiliza o transporte escolar à rede municipal e estadual de ensino, totalizando 2.000 estudantes.

Em Itapiranga cultiva-se as tradições germânicas, culminando com a realização anual da Oktoberfest, a mais antiga festa alemã do país. Da mesma forma, são realizados encontros de grupos folclóricos infantis e adultos, além de encontros entre corais e outros grupos. Também é realizada a Semana Farroupilha, no mês de setembro, onde são cultivadas as tradições gaúchas, visto que os imigrantes de origem vieram do Rio Grande do Sul, principalmente da região de Santa Cruz do Sul e São Leopoldo.

Na área de Assistência Social em 2010 foi criada e implantada a Secretaria Municipal de Assistência Social. Durante a implantação e aprimoramento dos programas e serviços, sentiu-se a necessidade de implantar o CRAS - Centro de Referência em Assistência Social, que ocorreu em outubro de 2010, com equipe de profissionais efetivos.

O município também conta com diversas atividades, com, Clubes de Mães; Grupos da Terceira Idade; Associação de Agricultores; Clubes de Futebol; salões comunitários. Existe ainda, no âmbito do município a Igreja Católica, Igreja da Assembleia de Deus, Igreja Protestante, Igreja Quadrangular, Igreja Luterana entre outras religiões e crenças.

O município está dotado com cinco estações de tratamento de água mantidos pela Prefeitura Municipal. Todo o tratamento tem acompanhamento técnico, para que a qualidade de água fornecida a população seja a melhor possível. Podemos afirmar que na sede municipal as ligações de água atingem 100% das famílias na zona urbana e também na zona rural, o que foi conquistado com muito custo e empenho até o final do ano de 2012. As estações de tratamento de água foram recolocadas e aumentado o volume de tratamento ficando 05 estações localizadas na Linha Sede Capela, Linha Conceição, Linha São Sebastião, Linha Glória e na Cidade. Ficando assim todo o município coberto com atendimento, captação, tratamento e rede de distribuição de água tratada para a população. O sistema de coleta seletiva de lixo é realizado por empresa terceirizada, a qual dispõe de caminhão para tal finalidade. Diariamente este trabalho é realizado em ambos os turnos, diurnos e noturnos, coletando em média a quantidade de 10.000 Kg de lixo/dia, cujo destino do lixo reciclável é a Central de Estação de Triagem, e o lixo orgânico para aterro sanitário, ambos recolhidos e encaminhados para a cidade de Iporã do Oeste/SC.

A rede de esgoto atende as famílias da zona urbana. Este benefício atinge a população do centro da cidade e de todos os bairros. Destaca-se que nos Bairro Jardim Bela Vista, Bairro das Flores e Bairro Universitário a rede de esgoto não atinge o bairro em sua totalidade, porém cabe ressaltar que, a rede de esgoto hoje atinge no município uma totalidade de 85%. O Município de Itapiranga conseguiu aprovação na FUNASA o projeto de Estação de Tratamento do Esgoto, que está em fase de execução, com termino previsto para meados de 2016, sendo este projeto contemplado pelo PAC II do Governo Federal. Na área rural, o destino de dejetos predominante é o tratamento individual pelo sistema fossa séptica/sumidouro. Quanto à rede de energia elétrica, 99% das residências urbanas, e propriedades da zona rural são beneficiadas.

A preocupação na preservação do meio ambiente é uma constante, a qual pode ser percebida pelos atos concretos exposto acima, com relação às águas servidas a população e canalização de redes de esgoto, bem como, através de outras ações, como, Secretaria de Agricultura na distribuição de mudas de árvores nativas e exóticas, incentivo ao reflorestamento, orientação quanto ao manejo correto do solo, orientações para evitar e diminuir a erosão e a poluição dos rios e dos riachos, conscientização a favor da vida, das águas,

do ar e do meio ambiente em que se vive, juntamente as audiências públicas na elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico, que foi aprovado pelo poder legislativo, bem como reavaliado conforme a necessidade.

O município possui uma rede rodoviária de 760 km de estradas, mais de 300 km de acesso secundário, em boas condições de trafegabilidade. Na sede do município as ruas em sua grande maioria são asfaltadas e algumas com calçamento.

Conforme levantamento realizado pela Secretaria Municipal de Assistência Social, a situação habitacional de Itapiranga atualmente atinge um déficit de aproximadamente 240 famílias. Destaca-se que 50 famílias já possuem terreno e precisariam de financiamento para a construção da casa.

A realidade social do município de Itapiranga não se distingue muito da realidade existente no país. As diferenças sociais são geradas em função da raça e da cultura que, na maioria das vezes, determinam as condições socioeconômicas da população. Baseando-se nesta realidade social, no município de Itapiranga percebe-se um contingente de famílias vulneráveis.

## 2. Justificativa da Intervenção Social

O presente relatório destina-se à prestação de contas referente à inclusão social de famílias com menor poder aquisitivo à melhores condições e acesso à habitação digna.

Portanto, estes projetos/programas de atendimento propicia grande melhoria na qualidade de vida da população beneficiária, contribuindo para diminuição de problemas sociais, e auxiliando na redução do déficit habitacional do município.

## 3. Conceitos

### 3.1 Geral

Promover o acesso à moradia, com vistas à melhoria de habitabilidade e preservação ambiental para uma melhor qualidade de vida dos munícipes, vinculando também processos de desenvolvimento social e acesso as políticas públicas, além da criação de legislações específicas e prestações de contas através dos relatórios de gestão.

### 3.2 Específicos:

- Intensificar a parceria com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais na construção de casas através do Programa Minha Casa, Minha Vida;
- Construção de banheiros na área urbana e rural;
- Incentivo para criações de novos loteamentos;
- Regularização de áreas irregulares e áreas da União;
- Manter todos os demais programas habitacionais e de infraestrutura.

## 4. Descrição dos Objetivos Alcançados

Durante o ano de 2014, metas e objetivos traçadas foram alcançadas. Pode-se destacar que, no decorrer do ano surgem novos casos, os quais sempre são avaliados pelo Conselho Municipal de Habitação, e que, as ações realizadas muitas vezes são alteradas devido as prioridades e necessidades que as mesmas requerem. Pode-se destacar algumas ações realizadas:

- Foram construídos banheiros e pequenas reformas de casas em parceria com os mutuários;
- Plantação de árvores no Loteamento Morada Feliz;
- Prestado serviços de orientação e auxílio a população especialmente a de baixa renda a ter acesso a Programas Habitacionais Municipais, Estaduais e Federais;
- Parceria com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais: com Acompanhamento e realização pela Assistente Social da municipalidade o Trabalho Técnico Social com muitas famílias contempladas com Habitação Rural, através dos programas do Governo Federal.
- Continuidade do Projeto de Regularização Fundiária de área de terra pertencentes à União.

Serviços Públicos e Infraestrutura Social

- Fornecimento de pedra brita prevista pela lei Municipal Nº 1.111/85;

- Prestação de serviços com máquina para implantação de praças esportivas.
- Pavimentação de ruas com pedras irregulares ou asfalto. O Município criou programas de incentivo para implantação e melhorias dos passeios público, Lei Nº 2.036/2001, Lei Nº 2.687/2011 e Decreto Nº 138/2009;
- A manutenção da Iluminação Pública é um processo constante. O Município assumiu este serviço com a contratação por processo licitatório de empresa para fazer a manutenção. Inúmeros projetos novos de Iluminação Pública foram elaborados por profissionais da área e após aprovados pela Celesc, ocorreu a licitação e implantação dos mesmos;
- Os loteamentos novos são interligados na rede de esgoto existente ou instalação coletivo próprio. No perímetro urbano as residências que não podem ser ligados a rede coletora de esgoto já existente, deve seguir a regra da instalação de fossa, filtro e sumidouro individuais. Na zona rural o município não exerce fiscalização sobre construção de residências. Casas financiadas por programas do governo federal para a zona rural seguem critérios estabelecidos nestes programas;
- O setor de urbanismo atende inúmeros problemas pontuais de drenagem pluvial, com a colocação de tubos dos diversos diâmetros em novas redes ou em substituição as redes antigas;
- Todas as comunidades do interior são contempladas com roteiro mensal para coleta de materiais recicláveis. Além de campanhas específicas para atender os itens da logística reversa conforme prevê a legislação;
- O Município de Itapiranga firmou parceria com o Instituto Federal de Santa Catarina - IFSC; Instituto Catarinense de Educação – ICEU; Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI, com implantação definitiva de Núcleo em Itapiranga, para oferecer cursos profissionalizantes e de qualificação profissional. Lei Nº 2.697/2011, Lei Nº 2.711/2011.

No que se refere ao Aspecto Institucional:

- Toda estrutura pública municipal está constantemente sendo adequada conforme as necessidades;
- A todos os servidores é constantemente oportunizada a qualificação profissional, conforme necessidade e interesse;
- Acompanhamento constante pela equipe de tributos e fiscalização os novos projetos que são executados. Os valor venal dos imóveis está estabelecido em lei (Código Tributário) e é corrigido anualmente pelo IGPM;
- O Município possui equipe técnica distribuída em diferentes setores que orientam e aplicam a legislação em vigor.

#### 5. Metas para ano 2015

- Continuar e intensificar a parceria com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e outras empresas e entidades interessadas na construção e reformas de casas na zona rural e urbana;
- Viabilizar em parceria com empresas construtoras um novo Projeto de Loteamento para disponibilizar terrenos a baixo custo, para população com menor renda e dificuldades de acesso a financiamentos para habitação;
- Continuar programa de reformas e auxílios de materiais e com mão de obra;
- Dar continuidade ao Projeto de Regularização Fundiária da área da União;
- Construir e reformar passeios públicos;
- Fazer pavimentação com pedra irregular e asfáltica;
- Conclusão na construção da Estação de Tratamento do Esgoto;
- Fazer a manutenção das ruas, praças e prédios públicos.

#### 6. Indicadores ou Parâmetros de Gestão

O acompanhamento dos programas habitacionais está sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Assistência Social, porém ressalta-se que todas as demandas emergentes serão levadas a conhecimento do Conselho Municipal de Habitação de Interesse

Social, bem como o Conselho deverá emitir parecer deliberando sobre a mesma, pois desta forma pode-se desenvolver um trabalho com eficiência e eficácia, conforme a necessidade dos usuários e seguindo o que prevê a legislação, como o intuito sempre de melhorar a qualidade de vida do munícipe.

#### 7. Análise dos Resultados Alcançados

No que tange aos resultados obtidos no ano de 2014, estes, mesmo que não alcançados em sua totalidade, podem ser considerados positivos, sendo que muito se conquistou na área habitacional, no que se refere às Leis, Planos e Projetos, bem como, ressalta-se que sempre respeitou-se as particularidades e demandas apresentadas pelas famílias atendidas.

A parceria com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais auxiliou muito na conquista de casas e reformas no meio rural, deixando uma grande marca de satisfação.

#### 8. Avaliação do Conselho Gestor FLHIS

Na avaliação do Conselho Municipal de Habitação, os resultados alcançados foram significativos, uma vez que tem auxiliado a população para melhorar a sua qualidade de vida. Foram realizadas pelos técnicos, visitas, entrevistas, acompanhamento, enfim, o necessário para que estes trabalhos fossem executados da melhor maneira possível, e assim tendo um grau de aprovação considerável em todos os programas, projetos, ações e serviços na área de habitação.

#### 9. Medidas adotadas ou a serem adotadas para aprimorar os mecanismos de gestão

Dentre os instrumentais adotados para realização dos trabalhos, todos foram tidos como importantes no processo de construção de novas e reformas de moradias e instalação dos equipamentos públicos. Porém, fica como sugestão a busca de recursos a Fundo Perdido e de Emendas Parlamentares para acesso da população de baixa renda ou sem renda, bem como, de colocar em prática o Plano Local de Habitação de Interesse Social para assim diminuir o déficit habitacional de Itapiranga/SC.

Itapiranga/SC, Dezembro 2015.

MILTON SIMON

PREFEITO MUNICIPAL

JANETE SOETHE BRIXNER

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

### RESOLUÇÃO Nº 001/ 2015 CMHIS

CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL  
ITAPIRANGA – SC  
RESOLUÇÃO Nº 001/ 2015 CMHIS

O CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL, no uso de atribuições que lhe conferem a Lei Municipal nº 14/2007.

- Considerando as deliberações da reunião ordinária deste Conselho, do dia 28 de dezembro de 2015.

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar por unanimidade o Relatório de Gestão do FLHIS – 2014, onde consta os objetivos e metas que foram alcançadas na habitação em nosso município.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta resolução entrará em vigor na presente data.

Itapiranga/SC, 28 de Dezembro de 2015.

Ângelo Altair Venzo da Encarnação

Presidente do Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social

# Joaçaba

## PLASS

### PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 03/2015/PLASS TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 01/2015/PLASS

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 03/2015

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2015

#### 1 – DO OBJETO

Contratação da empresa BETHA SISTEMAS LTDA, para a locação de software do sistema de Compras, com acessos simultâneos, em ambiente Windows, utilizando banco de dados relacional, para o Plano de Saúde e Assistência Social dos Servidores Públicos do Município de Joaçaba, durante 06 meses, contados a partir de 01/01/2016, com vigência até 30/06/2016.

#### 2 – DA JUSTIFICATIVA

A presente dispensa de licitação para a contratação do objeto acima citado justifica-se em razão da empresa já possuir software exclusivo e que atende às necessidades desta Autarquia. Ressalta-se que a mesma já presta assistência técnica, o que viabiliza a consolidação dos dados. Conforme orçamentos juntados ao processo, o valor contratado é menor que o proposto por outras empresas.

#### 3 – DA PRESTADORA DOS SERVIÇOS

BETHA SISTEMAS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 00.456.865/0001-67, localizada na Rua João Pessoa, 134, Criciúma (SC).

#### 4 – DO VALOR CONTRATADO

##### a) Pelo licenciamento do(s) aplicativos(s):

ITEM	QTDE	UN	APLICATIVOS	USUÁRIOS	VALOR MENSAL R\$	VALOR TOTAL R\$
1.	06	Mês	Compras e Licitações	01	182,00	1.092,00

##### b) Pela prestação de serviços de suporte técnico:

ITEM	QTDE	UN	SERVIÇOS	PARCELAS	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
1.	32	Hora	Assistência Técnica, após implantação dos aplicativos, quando solicitado.	1	70,50	2.256,00
2.	1.200	KM	Deslocamento nos serviços de suporte, quando exigida a presença do técnico in loco	1	0,71	852,00
3.	4	Diária	Estada e alimentação nos serviços de suporte, quando exigida a presença do técnico in loco	1	135,00	540,00
VALOR TOTAL			R\$ 3.648,00			

#### 5 – DO FUNDAMENTO LEGAL

Atendimento aos pressupostos da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações introduzidas pela Lei 8.883/94, em especial o disposto no Art. 24, inciso II.

#### 6 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas provenientes do processo acima citado serão custeadas pela seguinte dotação orçamentária, referente ao exercício de 2016:

2.007 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DO PLASS 11.331.0024.2.007.3.3.90.39.11.00.00.00.0.1.201

Joaçaba (SC), em 28 de dezembro de 2015.

Julio César Bissani

Diretor Executivo - PLASS

**RESOLUÇÃO Nº 05/2015/PLASS**

PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC) – PLASS

Av. XV de Novembro, 378 – Centro

89600-000 - Joaçaba – SC

Fone/Fax: 49 – 3527 8804

E-mail – plassjba@gmail.com

**RESOLUÇÃO N.º 05/2015**

“REAJUSTA OS VALORES DE REFERÊNCIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

A Presidente do Conselho de Administração do PLASS, no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei, e de acordo com a deliberação ocorrida na reunião ordinária do dia 17 de dezembro de 2015, conforme Ata nº 329/2015,

**RESOLVE:**

Art. 1º Adotar os seguintes VALORES DE REFERÊNCIA PARA PROCEDIMENTOS HOSPITALARES/MEDICAMENTOS/TAXAS E OPMEs a serem praticados pelo PLASS a partir de 01 de janeiro de 2016.

PROCEDIMENTOS	VALOR
<b>DIÁRIA</b>	
Diária - Quarto com Banheiro	176,00
Diária – Quarto com banheiro, fracionada na saída do paciente.	44,87
Diária de U.T.I. – Unidade de Terapia Intensiva.	440,00
Diária Acompanhante – Pernoite com café da manhã	42,39
Diária acompanhante completa	75,31
Hospital Dia	74,36
Berço Aquecido – por dia	18,49
Plantão 12 horas – UTI	127,55
<b>SALA DE CIRURGIA OU PARTO</b>	
Porte 0 - Uso	36,66
Porte 1 - Uso	65,00
Porte 2 - Uso	101,08
Porte 3 - Uso	175,02
Porte 4 - Uso	240,03
Porte 5 - Uso	281,72
Porte 6 - Uso	308,59
Porte 7 - Uso	359,77
Porte 8 - Uso	548,08
Porte 9 - Uso	626,36
Porte 10 - Uso	704,63
Porte 11 - Uso	861,24
<b>SALA DE OBSERVAÇÃO</b>	
Ambulatório/Pronto-Socorro até 6 horas	26,65
Sala de Gesso	26,65
<b>SALA DE RECUPERAÇÃO PÓS ANESTESIA CENTRO CIRÚRGICO</b>	
Local - Uso	4,66
Sedação - Uso	9,06
Bloqueio de Plexos - Uso	13,83
Peridural e/ou Raquiana - Uso	18,33
Geral - Uso	23,00
<b>TAXAS DIVERSAS</b>	
Curativo pequeno – unidade	9,84
Curativo médio – unidade	17,83
Curativo grande – unidade	22,50
Curativo especial – unidade	28,34
Nebulização	7,08
Taxa de monitor por dia – UTI	34,83
Taxa de monitor por Uso – centro cirúrgico	29,66
Taxa de bisturi	14,81
<b>OXIGÊNIO</b>	
UTI, Centro Cirúrgico, Quarto e Ambulatório litros/minuto, conforme consumo.	0,0290
Ozoto (gás anestésico), cód. 04.00.006 litro/minuto, conforme consumo.	0,1740
Intensificador de imagens – nas cirurgias	103,43
<b>TAXA DE COMERCIALIZAÇÃO PARA OPME</b>	
Taxa de OPME	12%

**DIÁRIAS**

Estão incluídos no preço da diária:

- Aposentos;
- Os registros hospitalares;
- Dieta normal progressiva (líquida, branda e normal) de acordo com o cardápio.

Não estão incluídos no preço da diária

- Refeições de acompanhantes e pedidos extras;
- Sangue, medicamentos, materiais descartáveis e outros;
- Uso de salas especiais cirúrgicas, obstétricas;
- Honorários médicos;
- Exames complementares de diagnósticos e terapêuticos;
- Ligações telefônicas;
- Outros serviços extras.

1. A diária vence às 12:00 horas do dia seguinte ao internamento.

2. No caso de transferência do paciente para UTI ou CTI, os familiares que optarem pelo uso continuado da unidade normal de internação deverão fazê-lo formalmente, responsabilizando-se pelo pagamento, o qual será efetuado em separado.

**MEDICAMENTOS/MATERIAIS**

- Os medicamentos utilizados serão cobrados conforme Brasíndice.
- Os materiais descartáveis, conforme preço Brasíndice.
- Órteses, Próteses e Materiais Especiais, com prévia autorização do PLASS, conforme orçamento prévio realizado e autorizado pelo PLASS.
- Os Hospitais terão como referência a Taxa de Comercialização de Órteses, Próteses e Materiais Especiais – OPME.

**HONORÁRIOS MÉDICOS**

Os honorários médicos serão pagos diretamente aos médicos conveniados e/ou ao hospital, de acordo com a tabela utilizada pelo PLASS.

**PRAZO**

As contas serão entregues mensalmente, até o dia 18, com os valores expressos em reais.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir 01 de janeiro 2016.

Joaçaba - SC, 17 de dezembro de 2015.

JULIANA DARTORA BESBATI

Presidente

---

**SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA**

---

**ATA DE REGISTRO DE PREÇO JHL 0013/2015 - SIMAE**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 0013/2015

Aos vinte e oito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quinze, no Setor de Materiais, Transporte e Patrimônio, localizado na Sede Administrativa do SIMAE, município de Joaçaba, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial – Registro de Preços nº 0054/2015, na ata de julgamento de preços, homologada em 28/12/2015, RESOLVE registrar os preços das empresas, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por elas alcançadas, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir.

**1. DO OBJETO**

1.1 A presente Ata tem por objeto o registro de combustíveis para a frota e equipamentos do SIMAE, conforme Anexo I do Edital Pregão Presencial nº 0054/2015.

1.2 As licitantes registradas para os combustíveis cotados são as seguintes:

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Preço Unitário	Empresa
1	30.000,00	LT	GASOLINA COMUM	R\$ 3,25	POSTO DA VILA LTDA - EPP
2	30.000,00	LT	ÓLEO DIESEL	R\$ 2,78	POSTO VILA RICA LTDA
3	20.000,00	LT	BIODIESEL EVOLUX FÓRMULA S-10	R\$ 2,83	POSTO DE COMBUSTÍVEIS BORDIGNON LTDA



1.3 Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

1.3.1 Os preços registrados que sofrerem recomposição, não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

1.3.2 O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

1.4 Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o SIMAE solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 1.3.1.

## 2. DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital do Pregão Presencial nº 0054/2015 e seus anexos;
- b) Proposta das Licitantes.

## 3. VIGÊNCIA

3.1 A presente Ata vigorará pelo período de 12 (doze) meses, após a homologação da Autoridade Competente, nos termos do art. 15, § 3º, inciso III, da Lei nº 8.666/93.

## 4. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1 A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações que deles poderão advir facultando-se a realização de licitação específica para o objeto pretendido, sendo assegurada à beneficiária do registro a preferência na contratação em igualdade de condições, nos termos do art. 15, § 4º, da Lei nº 8.666/93.

4.2 Constam da minuta da Ata de Registro de Preços as condições e a forma de pagamento, as sanções para o caso de inadimplemento e as demais obrigações das partes, integrando o Edital da Licitação.

4.3 O SIMAE monitorará periodicamente os preços dos itens desta licitação, avaliará o mercado constantemente e poderá rever os preços registrados a qualquer tempo, em decorrência da redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos dos bens registrados.

4.3.1 O SIMAE convocará o fornecedor para negociar o preço registrado e adequá-lo ao preço de mercado, sempre que verificar que o preço registrado está acima do preço de mercado. Caso seja frustrada a negociação para redução do preço, o fornecedor será liberado do compromisso assumido.

4.3.2 No caso de desequilíbrio econômico-financeiro (preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado, e mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta do fornecedor e aquele vigente no mercado à época do registro - equação econômico-financeira), sendo frustrada a negociação entre as partes, o fornecedor poderá ser liberado do compromisso assumido.

4.3.3 Havendo negociação entre as partes, o aumento para recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da licitação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pelo fornecedor (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

4.3.4 As alterações de preços oriundos da revisão dos mesmos, no caso de desequilíbrio econômico-financeiro, serão publicadas na imprensa oficial, sem prejuízo do cumprimento da obrigação contida no art. 15, § 2º, da Lei nº 8.666/93 (publicação trimestral dos preços registrados).

4.4 A contratação com os fornecedores registrados, após a indicação pelo órgão gerenciador do registro de preços, será formalizada por instrumento contratual, autorização de compra ou nota de empenho de despesa, observando-se o disposto no art. 62, da Lei nº 8.666/93.

4.4.1 O fornecedor registrado poderá ser convocado para assinar Contrato (se esse for o caso), devendo o fornecedor firmá-lo em até 3 (três) dias úteis, contados do recebimento da notificação (via e-mail ou correio).

## 5. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

5.1 O abastecimento será contínuo e fracionado de acordo com as necessidades do SIMAE, em havendo falta de estoque o proprietário do posto deverá providenciar o abastecimento em outro posto às suas expensas, repassando ao SIMAE os preços acertados na Licitação.

5.2 O combustível será retirado nas bombas do posto de combustível pelos veículos ou equipamentos de propriedade do SIMAE.

5.3 A Contratada se obrigará a realizar o abastecimento com os combustíveis em quantidades solicitadas através de Ordem de Abastecimento que será emitida com numeração de controle, em duas vias, onde constará a placa do veículo, quilometragem do veículo, nome do motorista e quantidade a ser abastecida.

5.4 Os veículos da frota do SIMAE se encaminharão até o posto contratado com a devida Ordem de Abastecimento em mãos, devendo o frentista efetuar o abastecimento de acordo com a quantidade estabelecida na mesma.

5.4.1 No ato da entrega do combustível deverá ser emitida nota fiscal ou cupom fiscal, correspondente à quantidade abastecida, contendo a placa do veículo, quilometragem que ocorreu o abastecimento, quantidade abastecida, dados do SIMAE completos, bem como dados da empresa fornecedora.

5.4.2 A primeira via da nota fiscal/cupom fiscal deverá ser entregue ao motorista juntamente com uma via da Ordem de Abastecimento.

5.4.3 Em havendo falta de estoque o proprietário do posto deverá providenciar o abastecimento em outro posto às suas expensas, repassando ao SIMAE os preços acertados na Licitação.

5.5 O SIMAE reserva-se, a qualquer momento, o direito de proceder a verificação da qualidade do combustível fornecido, podendo proceder a devolução do mesmo a qualquer tempo em função de não conformidades encontradas.

5.6 O aceite dos produtos não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos produtos, ou por desacordo com as especificações estabelecidas no Edital da Licitação, verificadas posteriormente.

5.7 Os objetos que forem recusados (tanto no recebimento provisório, ou antes, do recebimento definitivo) deverão ser substituídos no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contados da data de notificação apresentada à fornecedora, sem qualquer ônus para o SIMAE.

5.8 Se a substituição dos produtos recusados, por qualquer problema, não for realizada no prazo estipulado, a fornecedora estará sujeita às sanções previstas no Edital da Licitação, nesta Ata de Registro de Preços e na Lei.



5.9 Caso os produtos sejam recusados ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

## 6. DAS CONDIÇÕES CONTRATUAIS

6.1 A inexecução total ou parcial das obrigações assumidas pela empresa enseja a aplicação das penalidades previstas nesta Ata de Registro de Preços.

6.2 A empresa registrada será responsável por eventuais danos havidos nos produtos/serviços, provenientes de negligência, imperícia e/ou imprudência praticados por seus empregados, obrigando-se a substituí-los, ou a indenizar a Administração do prejuízo causado.

6.3 Ficam resguardados os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa, na forma estabelecida no art. 77, da Lei nº 8.666/93.

6.4 A empresa registrada deverá manter, até o cumprimento final de sua obrigação, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar imediatamente ao Contratante qualquer alteração que possa comprometer o objeto contratado.

## 7. RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DAS FORNECEDORAS

7.1 A empresa registrada responde por todos os danos e prejuízos que, na execução da presente Ata de Registro de Preços, venha, direta ou indiretamente, a provocar ou causar para o SIMAE ou a terceiros, independentemente da fiscalização exercida pelo SIMAE.

7.2 As contribuições sociais e os danos contra terceiros são de responsabilidade da fornecedora.

7.3 A empresa registrada é responsável também pela qualidade dos materiais fornecidos, cabendo-lhe verificar o atendimento das especificações, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de que terceiros quaisquer tenham comprometido os mesmos.

7.4 A empresa registrada autoriza o SIMAE a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial, assegurada a prévia defesa.

7.5 Constituem obrigações das empresas fornecedoras:

a) manter, durante a vigência da Ata, todas as exigências contidas no Edital de Licitação;

b) Corrigir, reparar, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os combustíveis em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, ou, ainda, que estiverem em desacordo com as especificações exigidas.

7.6 Observado qualquer tipo de não-atendimento das especificações dos combustíveis, exigidos no Edital, a fornecedora deverá substituí-los no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, para os combustíveis, sem qualquer ônus para o SIMAE.

7.6.1 A não substituição dos combustíveis no prazo estipulado, poderá acarretar a suspensão dos pagamentos, bem como na aplicação das sanções previstas no Edital, nesta Ata e na Lei.

## 8. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DA FORNECEDORA

8.1 O SIMAE poderá cancelar o Registro de Preços das fornecedoras nos casos a seguir especificados:

a) quando descumprir as exigências do edital ou da respectiva ata;

b) quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

c) quando não aceitar baixar o preço registrado, na hipótese de esse se tornar superior àqueles praticados no mercado;

d) quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, os materiais decorrentes da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;

e) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;

f) perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;

g) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

8.2 Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, a Administração fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos demais fornecedores a nova ordem de registro.

8.2.1 Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução desta Ata.

## 9. DA FORMA DE PAGAMENTO

9.1 O pagamento será:

9.1.1 Efetivado quinzenalmente de acordo com o combustível abastecido mediante apresentação das notas/cupons fiscais que deverão ser emitidas em nome do SIMAE- Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto, CNPJ 84.591.890/0001-43, da qual deverá constar a placa do veículo e quilometragem, acompanhado de cópia da ordem de abastecimento emitida pelo SIMAE de Joaçaba – SC.

9.2 É OBRIGATÓRIO A EMISSÃO DE NOTA FISCAL ELETRÔNICA (NF-e), em substituição às notas impressas 1 e 1 A.

9.3 Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

9.4 Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

9.5 No caso de eventuais atrasos de pagamento das faturas, por culpa do SIMAE, o valor será atualizado monetariamente nos termos do art. 117 da Constituição Estadual de Santa Catarina, acrescido de multa de 2% (dois por cento) e juros de mora de 6% (seis por cento) ao ano, pro rata die.

9.6 O pagamento será efetuado diretamente através de depósito bancário em Banco indicado pela proponente vencedora, devendo, portanto, ser mencionados na proposta o banco, a agência e o número da conta corrente onde o mesmo deverá ser creditado.

9.7 Fica expressamente estabelecido que os preços constantes na proposta da Contratada incluem todos os custos diretos e indiretos requeridos para entrega do material no SIMAE, sito na Rua Tiradentes, nº 123, Centro, Joaçaba – SC, Sede Administrativa do SIMAE, constituindo-se na única remuneração devida.

## 10. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

10.1 A despesa resultante do Processo Licitatório nº 0075/2015 ocorrerá à conta de DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS do exercício de 2016, consignadas no:

PROJETO/ATIVIDADE: 14.01

FUNÇÃO/PROGRAMA: 2.061/ 2.062

ELEMENTO: 3.3.90.30.01.00.00.00

#### 11. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DA FORNECEDORA

11.1 O SIMAE poderá cancelar o Registro de Preços das fornecedoras nos casos a seguir especificados:

- a) quando descumprir as exigências do edital ou da respectiva ata;
- b) quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;
- c) quando não aceitar baixar o preço registrado, na hipótese de esse se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, os materiais decorrentes da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;
- e) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;
- f) perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- g) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

11.2 Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, a Administração fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos demais fornecedores a nova ordem de registro.

#### 12. DAS SANÇÕES

12.1 As sanções e penalidades que poderão ser aplicadas à Contratada são as previstas na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, na Lei Municipal nº 4.832, de 22 de setembro de 2003, no Pregão Presencial e nesta Ata de Registro de Preços.

12.2 Penalidades que poderão ser cominadas às licitantes:

I – Multa, que será deduzida dos respectivos créditos, ou cobrados administrativamente ou judicialmente, correspondente a:

- a) 0,2% (zero vírgula dois por cento) por dia útil de atraso injustificado na entrega dos combustíveis, sobre o valor total do Contrato/Ata de Registro de Preços, até o limite de 20%;
- b) 5% (cinco por cento) no caso da Contratada não realizar a entrega do material ou pedir a rescisão da Ata de Registro de Preços, calculada sobre o total ou a parte inadimplente.

II – Suspensão, de acordo com o art. 7º, da Lei Federal nº 10.520, de 17.07.2002: a Contratada, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, na hipótese de:

- a) recusar-se a retirar ou a receber a Autorização de Fornecimento ou Empenho, quando enviado por e-mail dentro do prazo de validade da proposta;
- b) deixar de apresentar os documentos discriminados no Edital, tendo declarado que cumpria os requisitos de habilitação;
- c) apresentar documentação falsa para participar no certame, conforme registrado em ata, ou demonstrado em procedimento administrativo, mesmo que posterior ao encerramento do certame;
- d) retardar a execução do certame por conduta reprovável da licitante, registrada em ata;
- e) não manter a proposta após a adjudicação;
- f) desistir de lance verbal realizado na fase de competição;
- g) comportar-se de modo inidôneo durante a realização do certame, registrado em ata;
- h) cometer fraude fiscal demonstrada durante ou após a realização do certame;
- i) fraudar a execução do Contrato/Ata de Registro de Preços;
- j) descumprir as obrigações decorrentes do Contrato/Ata de Registro de Preços.

12.3 Na aplicação das penalidades previstas no Edital da Licitação, o SIMAE considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da Contratada, graduando-as e podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as justificativas da Contratada, nos termos do que dispõe o art. 87, caput, da Lei nº 8.666/93.

12.4 As penalidades aplicadas serão registradas no cadastro da Contratada.

#### 13. DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 Elegem as partes contratantes o Foro desta cidade, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

13.2 E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em 04 (QUATRO) vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba/SC, 28 de dezembro de 2015.

Aluir Flemming

POSTO DA VILA LTDA - EPP

Diretor Presidente do SIMAE

Oswaldo Dagostini Junior/ Sócio Administrador

POSTO DE COMBUSTÍVEIS

BORDIGNON LTDA

Doacir Bordignon/ Sócio Administrador

POSTO VILA RICA LTDA

Mauro Antonio Dall'Orsoletta

Sócio Gerente

Testemunhas:

Graciela Pratto Bordin da Rosa  
Gerente SMTP

André Francisco Fiorin  
Diretor Técnico

**HOMOLOGAÇÃO PR 0054/2015 - SIMAE**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO</b>  CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 54/2015 - PR</b>  Processo Administrativo: 75/2015 Processo de Licitação: 75/2015 Data do Processo: 23/11/2015
	Folha: 1/2

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) Diretor Presidente, Aluir Flemming, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a ) Processo Nr.: 75/2015  
b ) Licitação Nr.: 54/2015-PR  
c ) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
d ) Data Homologação: 28/12/2015  
e ) Data da Adjudicação: Sequência: 0  
f ) Objeto da Licitação AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS PARA ABASTECER A FROTA DO SIMAE NO EXERCÍCIO DE 2016.

g ) Fornecedores e Itens Vencedores:

	Unid.	Qtidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	---------	------------	----------------	---------------

**POSTO DA VILA LTDA (6911)**

1	GASOLINA COMUM - Marca: MAXSUL	LT	30.000,00	0,0000	3,25	97.500,00
<b>Total do Fornecedor:</b>						<b>97.500,00</b>

**POSTO DE COMBUSTÍVEIS BORDIGNON LTDA (8094)**

3	BIODIESEL EVOLUX FÓRMULA S-10 - Marca: PETROBRAS	LT	20.000,00	0,0000	2,83	56.600,00
<b>Total do Fornecedor:</b>						<b>56.600,00</b>

**POSTO VILA RICA LTDA (6052)**

2	ÓLEO DIESEL - Marca: IDASA	LT	30.000,00	0,0000	2,78	83.400,00
<b>Total do Fornecedor:</b>						<b>83.400,00</b>
<b>Total Geral:</b>						<b>237.500,00</b>

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (37), 2.062.3.3.90.00.00.00.00.00 (38)

-----  
Aluir Flemming - Diretor Presidente

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO**CNPJ: 84.591.890/0001-43  
Rua Tiradentes, 123  
C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC**PREGÃO PRESENCIAL****Nr.: 54/2015 - PR**Processo Administrativo: 75/2015  
Processo de Licitação: 75/2015  
Data do Processo: 23/11/2015

Folha: 2/2

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**-----  
Aluir Flemming - Diretor Presidente

# Lacerdópolis

## PREFEITURA

### CONTRATO 52-2015

ESTADO DE SANTA CATARINA			
MUNICIPIO DE LACERDOPOLIS			
EXTRATO CONTRATUAL			
Contrato Nº...: 52/2015			
Contratante...: MUNICIPIO DE LACERDOPOLIS			
Contratada...: SONHO MEU COMERCIO DE INSTRUMENTOS MUSICAIS LTDA M			
Valor ..... : 4.315,60 (quatro mil trezentos e quinze reais e sessenta centavos)			
Vigência ..... : Início: 23/12/2015 Término: 31/12/2015			
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 17/2015			
Recursos ..... : Dotação: 2.035.3.3.90.00.00.00.00 (148) Saldo: 13.100,00			
Objeto ..... : Aquisição de instrumentos musicais e vestimentas para a Fanfarra Municipal			
Lacerdópolis, 23 de Dezembro de 2015			

### CONTRATO 53-2015

ESTADO DE SANTA CATARINA				
MUNICIPIO DE LACERDOPOLIS				
EXTRATO CONTRATUAL				
Contrato Nº...: 53/2015				
Contratante...: MUNICIPIO DE LACERDOPOLIS				
Contratada...: MANY MALHARIA E CONFECÇÕES LTDA-ME				
Valor ..... : 4.766,40 (quatro mil setecentos e sessenta e seis reais e quarenta centavos)				
Vigência ..... : Início: 23/12/2015 Término: 31/12/2015				
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 17/2015				
Recursos ..... : Dotação: 2.035.3.3.90.00.00.00.00.00 (148) Saldo: 13.100,00				
Objeto ..... : Aquisição de instrumentos musicais e vestimentas para a Fanfarra Municipal				
Lacerdópolis, 23 de Dezembro de 2015				

# Laguna

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 4.559/15

DECRETO Nº 4.559 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2015.

"DISPÕE SOBRE A TRANSPOSIÇÃO DE VALORES DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE LAGUNA".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Everaldo dos Santos, no uso das suas atribuições legais e de conformidade com o art. 5º da Lei Municipal nº 1.781 de 22/12/2014.

#### DECRETA:

Art. 1º Ficam ajustados nos anexos do Plano Plurianual 2014/2017, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e, transpostos os valores de dotação orçamentária no orçamento vigente do Município de Laguna, no valor de R\$ 152.000,00 (cento e cinquenta e dois mil reais), na seguinte dotação:

Órgão: 09 – Poder Executivo

Unidade: 02 - Gabinete do Prefeito e Dependências

Proj/Atividade: 2.001 – Funcionamento e Manutenção do Gabinete

Elemento da Despesa:

12 – 3.1.90.13.00.00.00.00.01.0000 - Obrigações Patronais ..... R\$ 40.000,00

15 – 3.1.90.94.00.00.00.00.01.0000 - Indenizações e Restituições Trabalhistas ..... R\$ 42.000,00

22 – 3.3.90.39.00.00.00.00.01.0000 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica ..... R\$ 70.000,00

Art. 2º Para atender a transposição de que trata o artigo 1º deste Decreto, ficam utilizados recursos de igual valor da seguinte dotação:

Órgão: 09 – Poder Executivo

Unidade: 02 - Gabinete do Prefeito e Dependências

Proj/Atividade: 2.001 – Funcionamento e Manutenção do Gabinete

Elemento da Despesa:

13 – 3.1.90.16.00.00.00.00.01.0000 - Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil ..... R\$ 119.000,00

24 – 3.3.90.92.00.00.00.00.01.0000 - Despesas de Exercícios Anteriores ..... R\$ 33.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 4.560/15

DECRETO Nº 4.560 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2015.

"DISPÕE SOBRE A TRANSPOSIÇÃO DE VALORES DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO VIGENTE DA FUNDAÇÃO LAGUNENSE DO MEIO AMBIENTE".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Everaldo dos Santos, no uso das suas atribuições legais e de conformidade com o art. 5º da Lei Municipal nº 1.781 de 22/12/2014.

#### DECRETA:

Art. 1º Ficam ajustados nos anexos do Plano Plurianual 2014/2017, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e, transpostos os valores de dotação orçamentária no orçamento vigente da Fundação Lagunense do Meio Ambiente, no valor de R\$ 110.000,00 (cento e dez mil

reais), na seguinte dotação:

Órgão: 23 – Fundação Lagunense do Meio Ambiente

Unidade: 01 - Fundação Lagunense do Meio Ambiente

Proj/Atividade: 4.100 – Manter e Preservar o Meio Ambiente

Elemento da Despesa:

1 – 3.1.90.11.00.00.00.00.01.0000 - Vencimentos e Vantagens

Fixas – Pessoal Civil ..... R\$ 100.000,00

2 – 3.1.90.13.00.00.00.00.01.0000 - Obrigações Patronais ..... R\$ 10.000,00

Art. 2º Para atender a transposição de que trata o artigo 1º deste Decreto, ficam utilizados recursos de igual valor da seguinte dotação:

Órgão: 23 – Fundação Lagunense do Meio Ambiente

Unidade: 01 - Fundação Lagunense do Meio Ambiente

Proj/Atividade: 4.100 – Manter e Preservar o Meio Ambiente

Elemento da Despesa:

3 – 3.1.90.16.00.00.00.00.01.0000 - Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil ..... R\$ 90.000,00

9 – 3.3.90.39.00.00.00.00.01.0000 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica ..... R\$ 6.000,00

11 – 4.4.90.52.00.00.00.00.01.0000 - Equipamentos e Material Permanente ..... R\$ 14.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 4.561/15

DECRETO Nº 4.561 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2015.

"DISPÕE SOBRE A TRANSPOSIÇÃO DE VALORES DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE LAGUNA".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Everaldo dos Santos, no uso das suas atribuições legais e de conformidade com o art. 5º da Lei Municipal nº 1.781 de 22/12/2014.

#### DECRETA:

Art. 1º Ficam ajustados nos anexos do Plano Plurianual 2014/2017, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e, transpostos os valores de dotação orçamentária no orçamento vigente do Município de Laguna, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), na seguinte dotação:

Órgão: 09 – Poder Executivo

Unidade: 16 - Secretaria de Administração e Serviços Públicos

Proj/Atividade: 2.016 – Manutenção dos Serviços Inerentes à Secretaria de Administração

Elemento da Despesa: 368 – 3.1.90.11.00.00.00.00.01.0000 - Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil ..... R\$ 100.000,00

Art. 2º Para atender a transposição de que trata o artigo 1º deste Decreto, ficam utilizados recursos de igual valor da seguinte dotação:

Órgão: 09 – Poder Executivo

Unidade: 16 - Secretaria de Administração e Serviços Públicos

Proj/Atividade: 2.016 – Manutenção dos Serviços Inerentes à



Secretaria de Administração

Elemento da Despesa:

374 – 3.1.90.94.00.00.00.00.01.0000 - Indenizações e Restituições Trabalhistas ..... R\$ 40.000,00

380 – 3.3.90.39.00.00.00.00.01.0000 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica ..... R\$ 60.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

EVERALDO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

## LEI COMPLEMENTAR Nº 331 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2015.

LEI COMPLEMENTAR Nº 331 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2015.

DÁ NOVA REDAÇÃO AO ART. 340 DA L.C. 105/2003 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Everaldo dos Santos, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona, a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O art. 340 da Lei Complementar nº 105/2003, passa a vigorar com a seguinte redação;

"Art. 340 O valor da Taxa de Coleta de Resíduos Sólidos é aquele previsto na tabela de cálculo.

§ 1º A Municipalidade poderá fazer a coleta de resíduos sólidos industriais e comerciais, cobrando para tanto taxa específica para cada caso.

§ 2º O valor da Taxa de Coleta de Resíduos Sólidos para imóvel residencial ou de terreno baldio será o mesmo, independentemente do tamanho, considerando-se no cálculo do tributo o custo total dos serviços de coleta e destinação do lixo no exercício anterior.

§ 3º O valor da Taxa de Coleta de Resíduos Sólidos para imóvel industrial e comercial, será cobrado considerando na base de cálculo do tributo o custo total dos serviços de coleta e destinação do lixo no exercício anterior, bem como o tamanho da área construída do estabelecimento.

§ 4º Para o ano de 2016, a tabela deverá ser considerada com desconto de 25% (vinte e cinco por cento), para as coletas comerciais, respeitando-se os princípios da anterioridade anual e nonagesimal.

Art. 2º Para fins do disposto no art. 340 da Lei Complementar nº 105/2003, considerando a alteração dada pela presente Lei Complementar, a tabela de cálculo é aquela prevista no anexo único desta Lei Complementar.

Parágrafo único. A tabela de cálculo de que dispõe este artigo, poderá ser reajustada pelo Poder Executivo mediante Decreto.

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, em especial o parágrafo único do art. 339 da Lei Complementar nº 103/2005.

## ANEXO ÚNICO

### TABELA DE CÁLCULO DA TAXA DE COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS

COLETA RESIDENCIAL E TERRENO BALDIO		VALOR ANUAL
	2 X POR SEMANA	R\$ 168,00
	3X POR SEMANA	R\$ 252,00
COLETA COMERCIAL (GERAL)	PORTE DO ESTABELECIMENTO	VALOR ANUAL
	Pequeno – até 200m2 de área construída (salão + depósito)	R\$ 400,00

	Médio – de 201m2 até 400m2 de área construída (salão + depósito)	R\$ 800,00
	Grande – a partir de 401m2 de área construída (salão + depósito)	R\$ 1.000,00
COLETA INDUSTRIAL E COMERCIAL DO TIPO: (MERCADOS EM GERAL)	PORTE DO ESTABELECIMENTO	VALOR ANUAL
	Mini – até 200m2 de área construída (salão + depósito)	R\$ 1.000,00
	Pequeno – de 201m2 até 500m2 de área construída (salão + depósito)	R\$ 2.500,00
	Médio – de 501m2 até 1.000m2 de área construída (salão + depósito)	R\$ 5.000,00
	Grande – de 1.001m2 até 2.000m2 de área construída (salão + depósito)	R\$ 10.000,00
	Hiper-a partir de 2.001m2 de área construída (salão + depósito)	R\$ 20.000,00
COLETA COMERCIAL DO TIPO: (HOTÉIS, MOTÉIS, Pousadas, CAMPING E ALBERGUE)	PORTE DO ESTABELECIMENTO	VALOR ANUAL
	Pequeno – até 1.000m2 de área construída (salão + quartos + depósito)	R\$ 600,00
	Médio – de 1.001m2 até 2.000m2 de área construída (salão + quartos + depósito)	R\$ 1.200,00
	Grande – a partir de 2.001m2 de área construída (salão + quartos + depósito)	R\$ 2.400,00
COLETA COMERCIAL DO TIPO: (RESTAURANTES, BARES E LANCHONETES)	PORTE DO ESTABELECIMENTO	VALOR ANUAL
	Mini – até 150m2 de área construída (salão + depósito)	R\$ 600,00
	Pequeno – de 151m2 até 300m2 de área construída (salão + depósito)	R\$ 1.200,00
	Médio – de 301m2 até 500m2 de área construída (salão + depósito)	R\$ 2.000,00
	Grande – a partir de 501m2 de área construída (salão + depósito)	R\$ 4.000,00

# Lebon Régis

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 724/2015

PORTARIA Nº 724 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2015  
CONCEDE FÉRIAS COLETIVAS A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

#### RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a(o) funcionário(a) ANDRIELI GONSALVES, Servidor(a) Público(a) Municipal, FÉRIAS COLETIVAS, no período de 21/12/2015 á 19/01/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 21 de dezembro de 2015.

CENERI FERLIN

Prefeito Municipal em Exercício

Publicada em 21 de dezembro de 2015 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI  
Secretária de Adm. E Finanças

### PORTARIA Nº 725/2015

PORTARIA Nº 725 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2015  
CONCEDE FÉRIAS COLETIVAS A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

#### RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a(o) funcionário(a) CHAIANE DA SILVA LOURENA, Servidor(a) Público(a) Municipal, FÉRIAS COLETIVAS, no período de 21/12/2015 á 19/01/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 21 de dezembro de 2015.

CENERI FERLIN

Prefeito Municipal em Exercício

Publicada em 21 de dezembro de 2015 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI  
Secretária de Adm. E Finanças

### PORTARIA Nº 726/2015

PORTARIA Nº 726 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2015  
CONCEDE FÉRIAS COLETIVAS A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

#### RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a(o) funcionário(a) CRISTIANE ANTUNES SCUSSIATO, Servidor(a) Público(a) Municipal, FÉRIAS COLETIVAS, no período de 21/12/2015 á 19/01/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 21 de dezembro de 2015.

CENERI FERLIN

Prefeito Municipal em Exercício

Publicada em 21 de dezembro de 2015 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI  
Secretária de Adm. E Finanças

### PORTARIA Nº 727/2015

PORTARIA Nº 727 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2015  
CONCEDE FÉRIAS COLETIVAS A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

#### RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a(o) funcionário(a) JOSIANE FERREIRA, Servidor(a) Público(a) Municipal, FÉRIAS COLETIVAS, no período de 21/12/2015 á 19/01/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 21 de dezembro de 2015.

CENERI FERLIN

Prefeito Municipal em Exercício

Publicada em 21 de dezembro de 2015 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI  
Secretária de Adm. E Finanças

**PORTARIA Nº 728/2015**

PORTARIA Nº 728 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2015

CONCEDE FÉRIAS COLETIVAS A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

## RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a(o) funcionário(a) JULIANA ROYER HEIDMANN, Servidor(a) Público(a) Municipal, FÉRIAS COLETIVAS, no período de 21/12/2015 á 19/01/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 21 de dezembro de 2015.

CENERI FERLIN

Prefeito Municipal em Exercício

Publicada em 21 de dezembro de 2015 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. E Finanças

**PORTARIA Nº 729/2015**

PORTARIA Nº 729 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2015

CONCEDE FÉRIAS COLETIVAS A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

## RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a(o) funcionário(a) SERLI CASTRO DOS SANTOS, Servidor(a) Público(a) Municipal, FÉRIAS COLETIVAS, no período de 21/12/2015 á 19/01/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 21 de dezembro de 2015.

CENERI FERLIN

Prefeito Municipal em Exercício

Publicada em 21 de dezembro de 2015 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. E Finanças

**PORTARIA Nº 730/2015**

PORTARIA Nº 730 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2015

CONCEDE FÉRIAS COLETIVAS A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

## RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a(o) funcionário(a) THAIS FERREIRA DE SOUZA GARCIA, Servidor(a) Público(a) Municipal, FÉRIAS COLETIVAS, no período de 21/12/2015 á 19/01/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 21 de dezembro de 2015.

CENERI FERLIN

Prefeito Municipal em Exercício

Publicada em 21 de dezembro de 2015 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. E Finanças

# Lindóia do Sul

## PREFEITURA

### **EXTRATO PREGÃO 08/2015 FMS LICITAÇÃO DESERTA**

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL

Estado de Santa Catarina

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2015

RONALDO PISCINI– Secretário Municipal de Saúde e Ação Social de Lindóia do Sul, SC, torna público que a Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2015, na forma da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, objetivando a contratação de empresa para o possível fornecimento de refeições para servidores públicos municipais quando do deslocamento dos mesmos nas cidades de Concórdia e Chapecó, foi DECLARADA DESERTA, no dia 28 de dezembro de 2015 as 08:30 horas, pois nenhuma empresa protocolou envelope em tempo hábil. Demais informações pelo telefone (0xx49) 3446.11.77.

Lindóia do Sul - SC, 28 de dezembro de 2015.

RONALDO PISCINI

Secretário Municipal de Saúde e Ação Social

# Luzerna

## PREFEITURA

### CONTRATO FMS Nº 067.15

CONTRATO FMS Nº 067/2015

PROCESSO LICITATÓRIO FMS Nº 108/2015

INEXIGIBILIDADE FMS Nº 010/2015

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ASSISTENCIAIS DE SAÚDE CELEBRADO ENTRE O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E INSTITUIÇÃO HOSPITALAR

CONTRATO de Serviços Hospitalares em Pronto Atendimento com Plantão e Sobreaviso de Especialidades Médicas, que entre si celebram o Município de Luzerna/SC, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, e o HOSPITAL UNIVERSITÁRIO SANTA TEREZINHA - HUST mantido pela FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA – FUNOESC.

O MUNICÍPIO DE LUZERNA neste ato representado por seu Prefeito, Sr. MOISÉS DIERSMANN, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA – FMS, representado neste ato por seu Gestor Sr. WALMOR SILVESTRE DRESCH NETO STROHER, com sede Av. 16 de Fevereiro, 151, em Luzerna(SC), inscrito no CNPJ/MF nº 10.574.092/0001-77, doravante denominado CONTRATANTE, e o HOSPITAL UNIVERSITÁRIO SANTA TEREZINHA - HUST, mantido pela FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA – FUNOESC, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 84.59236910009-88 estabelecido na Travessa Domingos Floriani Bonato, nº 37, centro, no Município de Joaçaba, SC, neste ato representado pelo Dr. Adgar Zeferino Bittencourt Diretor Geral do HUST, inscrito no CPF sob o nº 003.141.299-87, residente e domiciliado à Rua Carlos Zimmer, 14, apto. 301 - Joaçaba - SC, doravante denominado CONTRATADO, celebram entre si o presente TERMO DE CONTRATO, mediante cláusulas e condições que aceitam, ratificam e outorgam na forma abaixo estabelecida tudo de acordo com Capítulo III da Lei 8.666/93 e alterações e o Processo de Licitação nº 108/2015/FMS - Termo de Inexigibilidade de Licitação nº 010/2015/FMS homologado no dia 22 de dezembro de 2015.

#### 1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO VALOR

1.1. É objeto do presente instrumento a disponibilização e a prestação pelo CONTRATADO, de serviços hospitalares 24 (vinte e quatro) horas ininterruptas todos os dias da semana, para manter serviços de Pronto Atendimento de Especialidades Médicas.

§ 1º O pronto Atendimento de Especialidades Médicas será disponibilizado por meio de escala de sobreaviso nas seguintes especialidades: Clínica médica, Clínica Cirúrgica, Obstetrícia, Pediatria, Neurocirurgia e Traumatologia;

§ 2º Especialidades Médicas do HUST que não possuem escala de sobreaviso serão disponibilizadas conforme a demanda.

1.2 Atendimento ambulatorial e realização de exames quando necessários para diagnóstico conclusivo no momento do atendimento;

1.3 Realização de exames especiais para os Meios de Diagnóstico (Tomografia, Ultrassonografia, Endoscopia, Colonoscopia, Raios X, Ressonância) – 24 horas.

1.4. Em pagamento ao objeto da contratação, a CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO o valor global de R\$ 109.084,08 (cento e nove mil, oitenta e quatro reais e oito centavos), a ser pago em doze (12) parcelas iguais e sucessivas de R\$ 9.090,34 (nove mil e noventa reais e trinta e quatro centavos).

#### 2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA FORMA DE EXECUÇÃO

2.1. Quando da chegada dos pacientes à Unidade Hospitalar, os

mesmos serão submetidos a uma pré consulta realizada por equipe habilitada, a qual fará a classificação de risco.

2.2. Os Serviços Hospitalares em Pronto Atendimento com Plantão e Sobreaviso de Especialidades Médicas deverá contar com equipe de saúde (enfermeiro, técnico de enfermagem, etc.) necessária ao paciente enquanto o mesmo estiver em atendimento;

2.3. Os pacientes encaminhados para os Serviços Hospitalares em Pronto Atendimento com Plantão e Sobreaviso de Especialidades Médicas devem obedecer às rotinas já existentes (médico para médico de plantão), exceto quando as unidades de saúde não estiverem em funcionamento;

2.4. O serviço dos especialistas (sobreaviso) somente será acionado pelo médico do plantão escalado pela unidade hospitalar.

2.5. Só terão direito a continuidade dos atendimentos os pacientes atendidos inicialmente pelo plantão. Fica condicionada a continuidade (retorno), conforme agendamento;

2.6. O CONTRATADO não poderá cobrar do paciente, ou seu acompanhante, qualquer complementação ao valor fixado para o serviço prestado.

2.7. Os pacientes que optarem por outro profissional que não seja da escala do plantão à distância (sobreaviso) arcarão, além dos custos da consulta com o médico solicitado, com o ônus do pagamento da internação;

2.8. Fica assegurado a CONTRATANTE, o direito de proceder a avaliação do andamento dos trabalhos objeto deste contrato, bem como solicitar relatórios e demais documentos pertinentes aos mesmos.

2.9. Os serviços objeto deste contrato poderão sofrer acréscimos ou supressões mediante composição entre as partes, observada a limitação legal.

#### 3. CLÁUSULA TERCEIRA - DAS RESPONSABILIDADES

3.1. Responsabilidades do Contratado:

3.1.1. Fornecer os serviços objeto deste contrato e obedecendo rigorosamente o disposto na cláusula segunda — da forma de execução — deste instrumento;

3.1.2. Prestar Serviços Hospitalares em Pronto Atendimento com Plantão e Sobreaviso de Especialidades Médicas 24 (vinte e quatro) horas ininterruptas todos os dias da semana a população do Município da CONTRATANTE.

3.1.2.1. O atendimento ao paciente pelo Pronto Atendimento em Urgência e Emergência com Plantão e Sobreaviso de Especialidades Médicas deverá ocorrer de acordo com o protocolo de classificação de risco;

3.1.3. Obedecer ao objeto e as disposições legais contratuais, prestando-os dentro dos padrões de qualidade, continuidade e regularidade;

3.1.4. Manter sempre atualizados o prontuário e o arquivo médico dos pacientes;

3.1.5. Garantir a confidencialidade dos dados e informações do paciente;

3.1.6. Respeitar a decisão do responsável legal pelo paciente ao consentir ou recusar a prestação de serviço de saúde, salvo nos casos de iminente perigo de vida ou obrigação legal;

3.1.7. Não utilizar e não permitir que terceiros utilizem o paciente para fins de experimentação;

3.1.8. Permitir as visitas ao paciente internado, bem como; assegurar o direito de ser assistido religiosa e espiritualmente por ministro de culto religioso, respeitadas as rotinas do serviço e o regulamento do hospital;

3.1.9. Aplicar os recursos recebidos para o fim específico, conforme o objeto deste contrato,



3.1.10. Facilitar a CONTRATANTE o acompanhamento e a fiscalização permanente dos serviços e prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelos servidores designados para tal fim, de acordo com a Lei nº 8.080/90;

3.1.11. Comunicar a CONTRATANTE, imediatamente, a ocorrência da falta ou interrupção dos serviços, independente do motivo.

3.1.12. Responsabilizar-se por despesas de responsabilidade técnica, materiais necessários aos exames/consultas;

3.1.13. Apresentar, sempre que solicitado, relatórios de atividades que demonstrem, quantitativa e qualitativamente, o atendimento ao objeto.

3.1.14. Manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação.

3.1.15. Responsabilizar-se pelo pagamento de salários do pessoal porventura empregado, encargos trabalhistas, previdenciários e fiscais, enquanto persistir o contrato;

3.2. Responsabilidades do Contratante:

3.2.1. Efetuar, por intermédio do Fundo Municipal de Saúde, o pagamento ao CONTRATADO, de acordo com a cláusula quarta deste instrumento.

3.2.2. Fiscalizar a execução do objeto, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;

3.2.3. Observar durante a execução do objeto que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela proponente, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;

#### 4. CLÁUSULA QUARTA - DA FORMA DE PAGAMENTO

4.1. A remuneração a que fará jus o CONTRATADO, em decorrência da disponibilização e dos serviços que efetivamente venha a prestar, corresponderá ao valor discriminado no subitem 1.2 deste instrumento;

4.2. O Fundo Municipal de Saúde efetuará os pagamentos através de Documento Eletrônico (DOC) direto na conta do CONTRATADO, até o 5º (quinto) dia do mês subsequente ao da prestação dos serviços.

4.3. A Nota Fiscal deverá ser emitida para o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA, Av. 16 de Fevereiro, 151, em Luzerna(SC), inscrito no CNPJ/MF nº 10.574.092/0001-77 e ter a mesma razão social e CNPJ/MF dos documentos apresentados por ocasião da habilitação, contendo ainda o número do empenho global e do Processo de Licitação.

4.3.1. Anexar a Nota Fiscal o relatórios de atividades que demonstrem, quantitativa e qualitativamente, o atendimento ao objeto.

#### 5. CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTE E REVISÃO

5.1. O valor poderá ser revisado quando houver alteração, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo CONTRATADO.

5.2. Os valores poderão ser reajustados anualmente pela variação do INPC, nos termos do art. 3º da Lei Federal nº 10.192/2001, ou em comum acordo entre as partes.

#### 6. CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA

6.1. A duração deste termo de contrato fica adstrita à vigência dos créditos orçamentários alocados para a contratação compreendendo o período de janeiro a dezembro de 2014, podendo ser prorrogado, mediante aditivo, até o limite de 60 (sessenta) meses, nos termos do inciso II do art. 57 da Lei Federal nº 8.666/93.

6.2. O presente instrumento pode ser rescindido imotivadamente pelas partes, a qualquer tempo, desde que a parte contrária seja notificada com prazo de 90 (noventa) dias de antecedência, ficando isenta de qualquer ônus.

#### 7. CLÁUSULA SÉTIMA - DAS SANÇÕES

7.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato o Município

poderá, garantida a defesa prévia, além da rescisão, aplicar ao CONTRATADO as seguintes sanções previstas no art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93:

a) Advertência;

b) Multa na forma prevista no subitem 7.2;

c) Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a Administração Pública, pelo prazo não superior a dois anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

7.2. Poderá ser aplicada multa indenizatória de 10% sobre o valor de uma prestação mensal, quando o CONTRATADO:

a) Prestar informações inexatas ou causar embaraços à fiscalização e/ou controle dos serviços;

b) Transferir ou ceder suas obrigações, no todo ou em parte, a terceiros;

c) Executar os serviços em desacordo com as normas técnicas ou especificações, independente da obrigação de fazer as correções necessárias as suas expensas;

d) Cometer qualquer infração às normas legais federais, estaduais e municipais;

e) Não executar, sem justa causa, a totalidade ou parte do objeto contratado;

#### 8. CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

8.1. O não cumprimento das CLÁUSULAS deste contrato, por qualquer uma das partes acarretará a rescisão deste, sujeitando a parte que injustamente tiver dado causa, a indenização por perdas e danos, nos termos da legislação vigente.

8.1.1. Aplica-se, também, quanta a rescisão o disposto nos artigos 77 a 80 da Lei 8.666/93 e suas alterações.

#### 9. CLÁUSULA NONA - DO FUNDAMENTO LEGAL

9.1. Atendimento aos pressupostos de Lei Federal 8.666/93, em especial o disposto no art. 25, inciso I.

#### 10. CLÁUSULA DÉCIMA - DOS RECURSOS FINANCEIROS

10.1. Os recursos financeiros para encargos decorrentes do presente contrato correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentaria: 1301. 10.301.0016.2017 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

3.3.90.00.00.00 - Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes

#### 11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. É vedado ao CONTRATADO delegar ou transferir a terceiros, no todo ou em parte, os serviços previstos neste instrumento;

11.2. Os casos omissos serão discutidos e analisados pelas Partes, sob os aspectos da legislação pertinente, visando sempre a supremacia do interesse público.

#### 12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

12.1. É eleito, para fins legais e questões derivadas deste ajuste, o Foro da Comarca de Joaçaba/SC, com renúncia expressa a qualquer auto.

12.2. Do que, para produzir seus efeitos jurídicos e legais, lavrou-se o presente contrato, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, que depois de lido às partes foi por elas ratificado e assinado.

Luzerna/SC, 22 de dezembro de 2015.

WALMOR SILVESTRE DRESCH NETO STROHER

GESTOR DO FMS

CONTRATANTE

ADGAR ZEFERINO BITTENCOURT

Diretor Geral do Hospital Universitário Santa Terezinha

CONTRATADA



## TESTEMUNHAS:

1. -----  
Ass.  
Nome:  
CPF:

2. -----  
Ass.  
Nome:  
CPF:

**DECRETO 2165**

DECRETO Nº 2165 de 28 de dezembro de 2015.

“EDITA O CALENDÁRIO DOS FERIADOS E PONTOS FACULTATIVOS PARA O ANO DE 2016 PARA AS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS DE LUZERNA(SC)”

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei,

## DECRETA:

Art.1º- Fica editado o CALENDÁRIO DE FERIADOS E PONTOS FACULTATIVOS DE 2016, para as repartições públicas municipais de Luzerna(SC):

- I. 01 de janeiro, sexta-feira, Confraternização Universal (Feriado Nacional);  
II. 08 e 09 de fevereiro, segunda e terça-feira de Carnaval (Ponto Facultativo);  
III. 10 de fevereiro, quarta-feira de cinzas (ponto facultativo período da manhã);  
IV. 25 de março, sexta-feira, Paixão de Cristo (Feriado Nacional);  
V. 27 de março, domingo, Páscoa (Feriado Nacional);  
VI. 21 de abril, quinta-feira, Tiradentes (Feriado Nacional);  
VII. 01 de maio, domingo, Dia do Trabalhador (Feriado Nacional);  
VIII. 26 de maio, quinta-feira, Corpus Christi (Ponto Facultativo);  
IX. 26 de agosto, sexta-feira, comemoração da emancipação Político-Administrativa que seria dia 25 de agosto;  
X. 07 de setembro, quarta-feira, Independência do Brasil (Feriado Nacional);  
XI. 12 de outubro, quarta-feira, Nossa Senhora Aparecida (Feriado Nacional);  
XII. 28 de outubro, sexta-feira, Dia do Funcionário Público (Ponto Facultativo);  
XIII. 02 de novembro, quarta-feira, Finados (Feriado Nacional);  
XIV. 15 de novembro, terça-feira, Proclamação da República (Feriado Nacional);  
XV. 24 de dezembro, sábado, véspera de Natal (Ponto Facultativo);  
XVI. 25 de dezembro, domingo, Natal (Feriado Nacional);  
XVII. 31 de dezembro, sábado, Véspera de Ano Novo (Ponto Facultativo).

Art.2º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 28 dezembro de 2015.  
MOISÉS DIERSMANN  
Prefeito de Luzerna

**EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO - PL 103/2015 - LE 002/2015 - LEILÃO BENS MÓVEIS - PML**

MUNICÍPIO DE LUZERNA

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

Processo Licitatório 103/2015- PML

Leilão 002/2015 - PML

O Prefeito Municipal, MOISES DIERSMANN, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 103/2015, nos seguintes termos:

- Modalidade: Leilão

- Objeto: LEILÃO PÚBLICO para a alienação dos bens móveis descritos no instrumento convocatório, no estado em que se encontram e pela melhor oferta.

- Proponente(s) Vencedora(s):

\* ORILDO GIARDINI;

\* CLAUDIO KREMER;

\* NORBERTO ANTONIO PASCOTTO;

\* MOACIR ANTONIO PETERS;

\* ANGELO JOCELI GARLINI;

\* ALEXANDRE DALLA COSTA.

- Valor total: R\$ 70.601,75

Luzerna (SC), 23 de dezembro de 2015.

MOISES DIERSMANN

Prefeito Municipal

**EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO - PL 105/2015 - PP 070/2015 - MERENDA ESCOLAR - PML**

MUNICÍPIO DE LUZERNA

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

Processo Licitatório 105/2015 - PML

Pregão nº 070/2015 - PML

O Prefeito Municipal, MOISES DIERSMANN, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 105/2015, nos seguintes termos:

- Modalidade: Pregão Presencial para Registro de Preço.

- Objeto: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços para aquisição, de forma parcelada, de gêneros alimentícios destinados aos alunos do ensino fundamental e da educação infantil da rede municipal de ensino, referente ao Programa Nacional de Alimentação Escolar, para o ano letivo de 2016.

- Proponente(s) Vencedora(s):

\* LUISA SALETE ZAGO CORSO ME;

\* F. R. GIUSTI COMERCIAL LTDA - ME;

\* COM. DE VERDURAS E FRUTAS COLUSSO LTDA - ME;

\* GUILHERME BRAGHIROLI ME;

\* AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA;

\* TRANSLIANA DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA;

\* CAPINZAL CENTER LTDA - ME;

\* NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME;

\* TEPEL COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA - ME;

Valor total: R\$613.319,33

Luzerna (SC), 29 de dezembro de 2015.

MOISES DIERSMANN

Prefeito Municipal

# Maravilha

## PREFEITURA

### Decreto nº 314/2015

DECRETO Nº 314, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2015

Prorroga contratação temporária por excepcional interesse público, e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,

A solicitação da Secretaria Municipal de Assistência Social;

A previsão expressa no art. 37, inciso IX, da Constituição Federal, e Lei Municipal nº 3.694 de 07 de Outubro de 2013, que autoriza a contratação por tempo determinado para atender a necessidade de excepcional interesse público;

Que está sendo preparado Processo Seletivo para contratação do referido cargo,

DECRETA:

Art. 1º Prorroga o contrato por tempo determinado, até 21 de março de 2015, da Servidora Municipal, AMANDA MICHELE GRANDO, brasileira, inscrita no CPF sob o nº 093.006.899-83, em caráter de excepcional interesse público para exercer a função de Auxiliar de Serviços Gerais, Lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, com carga horária de 40 horas semanais.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 21 de dezembro de 2015.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

### Decreto nº 315/2015

DECRETO Nº 315, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2015

Prorroga contratação temporária por excepcional interesse público, e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal, e conforme Lei Municipal nº 3.694, de 7 de outubro de 2013 e Lei Complementar Municipal nº 77, de 29 de setembro de 2015,

CONSIDERANDO,

Que a demanda de acolhimento de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade pessoal e social de nos últimos meses supera a oferta de vagas disponíveis nas famílias acolhedoras do Município;

A dificuldade de capacitação para novas famílias acolhedoras, bem como a deficiência na oferta de referidos trabalhos;

Que é encargo do Município o atendimento às crianças e adolescentes em estado de vulnerabilidade pessoal e social, com a urgência que suas singularidades requerem;

O Termo de Ajuste de Conduta assinado em 5 de agosto de 2013.

A urgência no reordenamento dos serviços de acolhimento do município com vistas a viabilizar a implantação imediata de acolhimento institucional, com estrutura física própria e equipe técnica adequada;

A previsão expressa no art. 37, inciso IX, da Constituição Federal, e Lei Municipal nº 3.694 de 07 de Outubro de 2013, que autoriza a contratação por tempo determinado para atender a necessidade de excepcional interesse público.

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto prorrogado o contrato por tempo determinado até 4 de janeiro de 2016, de CLAUDIA FABIANE NEIS, para desempenhar a função de Coordenador de Abrigo, do acolhimento institucional, no atendimento de crianças e adolescentes em estado de vulnerabilidade pessoal e social.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 21 de dezembro de 2015.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

### Decreto nº 316/2015

DECRETO Nº 316, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2015

Prorroga contratação temporária por excepcional interesse público, e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal, e conforme Lei Municipal nº 3.694, de 7 de outubro de 2013 e Lei Complementar Municipal nº 77, de 29 de setembro de 2015,

CONSIDERANDO,

Que a demanda de acolhimento de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade pessoal e social de nos últimos meses supera a oferta de vagas disponíveis nas famílias acolhedoras do Município;

A dificuldade de capacitação para novas famílias acolhedoras, bem como a deficiência na oferta de referidos trabalhos;

Que é encargo do Município o atendimento às crianças e

adolescentes em estado de vulnerabilidade pessoal e social, com a urgência que suas singularidades requerem;

O Termo de Ajuste de Conduta assinado em 5 de agosto de 2013.

A urgência no reordenamento dos serviços de acolhimento do município com vistas a viabilizar a implantação imediata de acolhimento institucional, com estrutura física própria e equipe técnica adequada;

A previsão expressa no art. 37, inciso IX, da Constituição Federal, e Lei Municipal nº 3.694 de 07 de Outubro de 2013, que autoriza a contratação por tempo determinado para atender a necessidade de excepcional interesse público;

Que está sendo preparado Processo Seletivo para contratação do referido cargo,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto prorrogado o contrato por tempo determinado até 21 de março de 2016, de ELENICE MARIA MORIN REQUIA, para desempenhar a função de Monitora Social, do acolhimento institucional, no atendimento de crianças e adolescentes em estado de vulnerabilidade pessoal e social.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 21 de dezembro de 2015.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

### **Decreto nº 317/2015**

DECRETO Nº 317, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2015

Prorroga contratação temporária por excepcional interesse público, e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal, e conforme Lei Municipal nº 3.694, de 7 de outubro de 2013 e Lei Complementar Municipal nº 77, de 29 de setembro de 2015,

CONSIDERANDO,

Que a demanda de acolhimento de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade pessoal e social de nos últimos meses supera a oferta de vagas disponíveis nas famílias acolhedoras do Município;

A dificuldade de capacitação para novas famílias acolhedoras, bem como a deficiência na oferta de referidos trabalhos;

Que é encargo do Município o atendimento às crianças e adolescentes em estado de vulnerabilidade pessoal e social, com a urgência que suas singularidades requerem;

O Termo de Ajuste de Conduta assinado em 5 de agosto de 2013.

A urgência no reordenamento dos serviços de acolhimento do município com vistas a viabilizar a implantação imediata de acolhimento institucional, com estrutura física própria e equipe técnica

adequada;

A previsão expressa no art. 37, inciso IX, da Constituição Federal, e Lei Municipal nº 3.694 de 07 de Outubro de 2013, que autoriza a contratação por tempo determinado para atender a necessidade de excepcional interesse público;

Que está sendo preparado Processo Seletivo para contratação do referido cargo,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto prorrogado o contrato por tempo determinado até 21 de março de 2016, de JOCELI STURM, para desempenhar a função de Monitora Social, do acolhimento institucional, no atendimento de crianças e adolescentes em estado de vulnerabilidade pessoal e social.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 21 de dezembro de 2015.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

### **Decreto nº 318/2015**

DECRETO Nº 318, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2015

Prorroga contratação temporária por excepcional interesse público, e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal, e conforme Lei Municipal nº 3.694, de 7 de outubro de 2013 e Lei Complementar Municipal nº 77, de 29 de setembro de 2015,

CONSIDERANDO,

Que a demanda de acolhimento de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade pessoal e social de nos últimos meses supera a oferta de vagas disponíveis nas famílias acolhedoras do Município;

A dificuldade de capacitação para novas famílias acolhedoras, bem como a deficiência na oferta de referidos trabalhos;

Que é encargo do Município o atendimento às crianças e adolescentes em estado de vulnerabilidade pessoal e social, com a urgência que suas singularidades requerem;

O Termo de Ajuste de Conduta assinado em 5 de agosto de 2013.

A urgência no reordenamento dos serviços de acolhimento do município com vistas a viabilizar a implantação imediata de acolhimento institucional, com estrutura física própria e equipe técnica adequada;

A previsão expressa no art. 37, inciso IX, da Constituição Federal, e Lei Municipal nº 3.694 de 07 de Outubro de 2013, que autoriza a contratação por tempo determinado para atender a necessidade de excepcional interesse público;

Que está sendo preparado Processo Seletivo para contratação do

referido cargo,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica pelo presente Decreto prorrogado o contrato por tempo determinado até 21 de março de 2016, de PATRÍCIA PAULA IORIS, para desempenhar a função de Monitora Social, do acolhimento institucional, no atendimento de crianças e adolescentes em estado de vulnerabilidade pessoal e social.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 21 de dezembro de 2015.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

**Decreto nº 319/2015**

DECRETO Nº 319, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2015

Prorroga contratação temporária por excepcional interesse público, e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal, e conforme Lei Municipal nº 3.694, de 7 de outubro de 2013 e Lei Complementar Municipal nº 77, de 29 de setembro de 2015,

**CONSIDERANDO,**

Que a demanda de acolhimento de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade pessoal e social de nos últimos meses supera a oferta de vagas disponíveis nas famílias acolhedoras do Município;

A dificuldade de capacitação para novas famílias acolhedoras, bem como a deficiência na oferta de referidos trabalhos;

Que é encargo do Município o atendimento às crianças e adolescentes em estado de vulnerabilidade pessoal e social, com a urgência que suas singularidades requerem;

O Termo de Ajuste de Conduta assinado em 5 de agosto de 2013.

A urgência no reordenamento dos serviços de acolhimento do município com vistas a viabilizar a implantação imediata de acolhimento institucional, com estrutura física própria e equipe técnica adequada;

A previsão expressa no art. 37, inciso IX, da Constituição Federal, e Lei Municipal nº 3.694 de 07 de Outubro de 2013, que autoriza a contratação por tempo determinado para atender a necessidade de excepcional interesse público;

Que está sendo preparado Processo Seletivo para contratação do referido cargo,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica pelo presente Decreto prorrogado o contrato por tempo determinado até 21 de março de 2016, de TANIA MARA BOFF, para desempenhar a função de Monitora Social, do acolhimento institucional, no atendimento de crianças e adolescentes em estado de vulnerabilidade pessoal e social.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 21 de dezembro de 2015.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

**Decreto nº 320/2015**

DECRETO Nº 320, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2015

Prorroga contratação temporária por excepcional interesse público, e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

**CONSIDERANDO,**

A solicitação da Secretaria Municipal de Assistência Social;

A previsão expressa no art. 37, inciso IX, da Constituição Federal, e Lei Municipal nº 3.694 de 07 de Outubro de 2013, que autoriza a contratação por tempo determinado para atender a necessidade de excepcional interesse público;

Que está sendo preparado Processo Seletivo para contratação do referido cargo,

**DECRETA:**

Art. 1º Prorroga o contrato por tempo determinado, até 21 de março de 2015, da Servidora Municipal, ROSANI AIRES DA SILVA, brasileira, inscrita no CPF sob o nº 981.944.619-87, em caráter de excepcional interesse público para exercer a função de Auxiliar de Serviços Gerais, Lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, com carga horária de 40 horas semanais.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 21 de dezembro de 2015.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

**Decreto nº 323/2015**

DECRETO Nº 323, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2015

Prorroga contratação temporária por excepcional interesse público, e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

**CONSIDERANDO,**

O Processo Administrativo Disciplinar nº 001/2015, instaurado pela Portaria nº 1.369, de 28 de outubro de 2015;

A Portaria nº 1.718, de 28 de dezembro de 2015, que prorroga a suspensão da servidora Gabriela Thais Hamerschmidt;

A solicitação da Secretaria Municipal de Saúde,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto prorrogado o contrato por tempo determinado até 27 de janeiro de 2016 da servidora RICHELLY SOARES, brasileira, inscrita no CPF sob o nº 005.910.470-80, em caráter de excepcional interesse público para exercer a função de Enfermeira, Lotada na Secretaria Municipal de Saúde, com carga horária de 40 horas semanais.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 28 de novembro de 2015.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

## CÂMARA MUNICIPAL

### **AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 012/2015 - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 006/2015**

Estado de Santa Catarina

Câmara Municipal de Vereadores de Maravilha

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 012/2015

MODALIDADE: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 006/2015

A Câmara Municipal de Vereadores de Maravilha/SC TORNA PÚBLICO que realizou, com base na Lei e 8.666/93, Licitação na Modalidade DISPENSA LICITATÓRIA, no dia 28 de dezembro de 2015, na Câmara Municipal de Vereadores, para Locação de Sistema de informática, de acordo com o detalhamento descrito no processo de dispensa e seus anexos. A íntegra do Edital de dispensa poderá ser obtida junto à Câmara Municipal de Vereadores de Maravilha, com sede à Rua 15 de novembro, nº 817 – Centro, e no site da entidade, [www.cmm.sc.gov.br](http://www.cmm.sc.gov.br), ou pelo link:

<http://cmm.sc.gov.br/licitacoes/index/index/codMapaItem/40450>

Demais informações fone (49) 3664 0727.

Maravilha/SC, 28 de dezembro de 2015.

ODAIR JOSÉ BATISTELLO

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores.

### **EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO DA DISPENSA LICITATÓRIA Nº 6/2015 - PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 12/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE MARAVILHA

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E RESULTADO DE LICITAÇÃO

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 12/2015

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 6/2015

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Maravilha/SC RATIFICA todos os atos praticados pela Comissão Processante de Licitação da Câmara Municipal de Vereadores, nos autos da licitação na modalidade DISPENSA LICITATÓRIA Nº 06/2015, HOMOLOGA o procedimento licitatório e torna público o seu resultado:

Procedimento Licitatório Nº 12/2015

TIPO: Dispensa (fulcro no Art. 24, II, primeira parte da Lei 8.666/93).

OBJETO: Locação de Sistema de informática, conforme especifica detalhadamente os termos da Dispensa licitatória em voga.

ADJUDICADO: INFODIGITALL - Soluções Tecnológicas para a Gestão Documental LTDA - ME - CNPJ sob o n.º 86.731.494/0001-08.

Maravilha/SC, 28 dias de dezembro de 2015.

Odair José Batistello

Presidente.



# Marema

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 265/2015

Portaria nº265/2015

De 21/12/2015

DISPENSA POR TERMINO DE CONTRATO A SERVIDORA PUBLICA MAGALI TERRIBILLE EM FUNÇÃO TEMPORÁRIA DE PROFESSORA ACT E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTELL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 64, VI da Lei Orgânica Municipal, c/c artigo 203 da Lei Municipal 307/95 de 10/08/1995. E CONSIDERANDO a necessidade temporária de excepcional interesse publico; CONSIDERANDO o término do ano letivo escolar. CONSIDERANDO Portaria 044/2015.

#### D E C I D E

Art. 1º - Dispensar por termino de contrato MAGALI TERRIBILLE em função temporária de Professora ACT, junto ao Núcleo Escolar Municipal II, com regime de trabalho de 20 horas semanais.

Art. 2ª - A presente Portaria entrara em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário. Em especial Portaria 044/2015 de 10/03/2015.

Gabinete do Prefeito em 21 de dezembro de 2015.

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIAESKI

Recursos Humanos

### PORTARIA Nº 266/2015

Portaria nº266/2015

De 21/12/2015

DISPENSA POR TERMINO DE CONTRATO A SERVIDORA PUBLICA TEREZINHA CHITOLINA SIVIERO EM FUNÇÃO TEMPORÁRIA DE PROFESSORA ACT - INGLES E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTELL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 64, VI da Lei Orgânica Municipal, c/c artigo 203 da Lei Municipal 307/95 de 10/08/1995. E CONSIDERANDO a necessidade temporária de excepcional interesse publico; CONSIDERANDO o término do ano letivo escolar.

#### D E C I D E

Art. 1º - Dispensar por termino de contrato TEREZINHA CHITOLINA SIVIERO em função temporária de Professora ACT, junto ao Núcleo Escolar Municipal II, com regime de trabalho de 20 horas semanais.

Art. 2ª - A presente Portaria entrara em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 21 de dezembro de 2015.

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIAESKI

Recursos Humanos

### PORTARIA Nº 267/2015

Portaria nº267/2015

De 21/12/2015

PRORROGA PRAZO DE ADMISSÃO DE TATIANE SINISKI EM CARACTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, PARA A FUNÇÃO TEMPORÁRIA DE PROFESSORA ACT E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTELL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 64, VI da Lei Orgânica Municipal, c/c artigo 203 da Lei Municipal 307/95 de 10/08/1995. CONSIDERANDO a necessidade temporária de excepcional interesse publico; CONSIDERANDO o processo seletivo simplificado e a observância da ordem de classificação, conforme dispõe O Edital de Homologação do resultado final do teste Seletivo nº041/2015.

#### D E C I D E

Art. 1º - Prorrogar prazo de admissão de TATIANE SINISKI para o exercício da função temporária de Professora ACT, para suprir a necessidade de reforço escolar de alunos junto ao núcleo escolar II com regime de trabalho de 20 horas semanais, para o período de 09/03/2015 a 20/12/2016.

Parágrafo Único – Poderá ocorrer dispensa antes do término do Contrato, desde que ocorra caso de interesse público.

Art. 2ª - A presente Portaria entrara em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 21 de dezembro de 2015.

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIAESKI

Recursos Humanos

### PORTARIA Nº 268/2015

Portaria nº268/2015

De 21/12/2015

DISPENSA POR TERMINO DE CONTRATO A SERVIDORA PUBLICA DELIRES ZANCANARO EM FUNÇÃO TEMPORÁRIA DE PROFESSORA ACT E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTELL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 64, VI da Lei Orgânica Municipal, c/c artigo 203 da Lei Municipal 307/95 de 10/08/1995. E CONSIDERANDO a necessidade temporária de excepcional interesse publico; CONSIDERANDO o término do ano letivo escolar. CONSIDERANDO Portaria 128/2015 de 15/09/2015.



**D E C I D E**

Art. 1º - Dispensar por termino de contrato DELIRES ZANCANARO em função temporária de Professora ACT, junto ao Núcleo Escolar Municipal II, com regime de trabalho de 20 horas semanais.

Art. 2ª - A presente Portaria entrara em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário. Em especial Portaria 128/2015 de 15/09/2015.

Gabinete do Prefeito em 21 de dezembro de 2015.

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIAESKI

Recursos Humanos

# Meleiro

## PREFEITURA

### EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL Nº 023-2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MELEIRO  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL N.º 023/2015

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MELEIRO torna público para conhecimento dos interessados que no dia 18/01/2016, às 08:30 horas estará realizando a reunião de recebimento das propostas do PREGÃO PRESENCIAL N.º 023/2015, objetivando a CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICO DE PRONTO ATENDIMENTO EMERGENCIAL E URGENCIAL 24 HORAS POR DIA, INCLUINDO DISPONIBILIZAÇÃO DE LOCAL FÍSICO ADEQUADO, VISANDO O ATENDIMENTO A POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MELEIRO, conforme especificações no anexo I do edital. A integra do Edital e maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Meleiro, sito a Rua Sete de Setembro, nº 371 – Centro, Meleiro/SC, no horário das 7:30 às 11:30 horas e das 13:00 as 17:00 horas, de Segunda a Sexta-Feira ou pelo fone (048) 3537-8400 por meio de solicitação via e-mail [licitação@meleiro.sc.gov.br](mailto:licitação@meleiro.sc.gov.br) ou retirada na Prefeitura Municipal.

Meleiro/SC, 28 de dezembro de 2015.  
JONNEI ZANETTE  
Prefeito Municipal

### EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL Nº 068-2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL N.º 068/2015

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO torna público para conhecimento dos interessados que no dia 14/01/2016, às 08:30 horas estará realizando a reunião de recebimento das propostas do PREGÃO PRESENCIAL N.º 068/2015, objetivando a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIGIENE PARA A REDE MUNICIPAL DE ENSINO INFANTIL E FUNDAMENTAL, COM ENTREGAS FUTURAS E DE FORMA PARCELADA PARA O EXERCÍCIO DE 2016. A integra do Edital e maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Meleiro, sito a Rua Sete de Setembro, nº 371 – Centro, Meleiro/SC, no horário das 7:30 às 11:30 horas e das 13:00 as 17:00 horas, de Segunda a Sexta-Feira ou pelo fone (048) 3537-8400 por meio de solicitação via e-mail [licitação@meleiro.sc.gov.br](mailto:licitação@meleiro.sc.gov.br) ou retirada na Prefeitura Municipal.

Meleiro/SC, 28 de dezembro de 2015.  
JONNEI ZANETTE  
Prefeito Municipal

### EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL Nº 069-2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL N.º 069/2015

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO torna público para conhecimento dos interessados que no dia 15/01/2016, às 08:30 horas estará realizando a reunião de recebimento das propostas de PREGÃO PRESENCIAL N.º 069/2015, objetivando a AQUISIÇÃO

DE MATERIAL ESCOLAR PARA A REDE MUNICIPAL DE ENSINO INFANTIL E FUNDAMENTAL, COM ENTREGAS FUTURAS E DE FORMA PARCELADA PARA O EXERCÍCIO DE 2016. A integra do Edital e maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Meleiro, sito a Rua Sete de Setembro, nº 371 – Centro, Meleiro/SC, no horário das 7:30 às 11:30 horas e das 13:00 as 17:00 horas, de Segunda a Sexta-Feira ou pelo fone (048) 3537-8400. O edital poderá ser retirado por meio de solicitação via e-mail [licitação@meleiro.sc.gov.br](mailto:licitação@meleiro.sc.gov.br) ou retirado na Prefeitura Municipal.

Meleiro/SC, 28 de dezembro de 2015.  
JONNEI ZANETTE  
Prefeito Municipal

### LEI Nº 1708-2015

LEI Nº 1708/2015.

DISPÕE SOBRE A INSTALAÇÃO DE DIVISÓRIAS NOS CAIXAS DAS AGÊNCIAS BANCÁRIAS ESTABELECIDAS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE MELEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MELEIRO faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. As agências bancárias e demais instituições financeiras situadas no Município de Meleiro, ficam obrigadas a instalarem divisórias entre os caixas e o espaço reservado para clientes que aguardam atendimento, proporcionando privacidade às operações financeiras.

§ 1º. Esta Lei se aplica para demais instituições e locais onde haja o serviço de saque em espécie.

§ 2º. As divisórias a que se refere este artigo, deverão ter altura mínima de dois metros e ser confeccionadas em material que impeça a visibilidade.

Art. 2º. As agências bancárias e demais instituições financeiras que tenham atendimento com caixa, deverão, juntamente com a instalação dos anteparos divisores, manter em funcionamento painel eletrônico (visual e sonoro), que indicará qual caixa está disponível ao atendimento do próximo cliente da fila.

Art. 3º. As instituições bancárias e demais instituições financeiras deverão adaptar suas agências no prazo de 90 (noventa) dias a partir da publicação desta Lei.

Art. 4º. As despesas decorrentes da execução desta Lei, correrão por conta das respectivas agências bancárias e instituições financeiras estabelecidas no Município.

Art. 5º. O descumprimento desta Lei acarretará em multa diária equivalente a 100 (cem) UFM (unidade fiscal do Município).

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Meleiro, 28 de dezembro de 2015.  
JONNEI ZANETTE  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA  
Secret. De Adm. Finanças

# Modelo

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO Nº682/2015

Extrato de Licitação

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MODELO

Processo Licitatório n. 682/2015 – Modalidade Pregão Presencial n. 046/2015

O Senhor Prefeito de Modelo, SC, RICARDO LUIS MALDANER, torna público para conhecimento dos interessados, que estará realizando Pregão Presencial n. 046/2015, do seguinte objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO E REPAROS DO TELhado DO SALÃO COMUNITARIO ANEXO AO CAMPO MUNICIPAL COM SEDE À LINHA PITINGA, MUNICÍPIO DE MODELO- SC. O processo é regido pela Lei n. 8.666/93, Lei 10.520/05, e em especial o contido no Edital. Os envelopes contendo a documentação deverão ser entregues até as 08:30 horas do dia 13/01/2016, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Modelo, SC. Informações e edital na íntegra podem ser retirados no Departamento de Compras e Licitações do Município de Modelo, sito à Rua do Comércio 1304, Centro, Modelo/SC, das 07:30 às 11:30, e das 13:30 às 17:30 ou através do site [www.modelo.sc.gov.br](http://www.modelo.sc.gov.br)

Modelo (SC), 28 de Dezembro de 2015.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 0287/2015

Decreto nº 287/2015 de 22/12/15

Dispõe sobre homologação do processo licitatório nº 652/2015, adjudica o objeto da licitação ao proponente vencedor e dá outras providências.

RICARDO LUIS MALDANER, prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais vigente, em especial com os preceitos legais preconizados na Lei Federal nº. 8.666/93, atualizada pela Lei nº. 8.883/94.

Decreta:

ART. 1º.- Fica homologado o resultado do julgamento proferido pela comissão de licitação, no processo Licitatório n.º. 652/2015, Modalidade Pregão, na sua exata ordem de classificação.

ART. 2º.- Fica adjudicado o objeto AQUISIÇÃO DE CAMINHÃO BASCULANTE TRUCADO, NOVO, ANO E MODELO DE FABRICAÇÃO MÍNIMO DE 2015, TRAÇADO 6X4, MOTOR COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 280CV, CARGA ÚTIL DE NO MÍNIMO 23 TONELADAS. DE CONFORMIDADE COM CONTRATO DE REPASSE Nº1022966-09/2015/ MAPA/CAIXA, EDITAL E ANEXOS, adjudicado a favor da empresa:

Empresa	Valor Total Homologado
SPERANDIO S/A COM.VEICULOS	298.000,00

ART. 3º.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 4º.- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete Do Prefeito Municipal De Modelo, SC, Terça-Feira, 22 de dezembro de 2015.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra:

ADILSON CESAR BRAUN

Depto. De Compras e Licitações

### EXTRATO DE CONTRATO ADM. Nº 038-2015

Extrato de Contrato Adm. nº 038-2015

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MODELO

CONTRATO DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL nº 038/2015

EXPROPRIADOS: MARKILO BORMANN E MÁRCIO BORMANN

VALOR: R\$ 17,35 (DEZESSETE REAIS E TRINTA E CINCO CENTAVOS).

O Prefeito de Modelo, SC, Ricardo Luis Maldaner, torna público para conhecimento dos interessados que formalizou contrato administrativo de desapropriação amigável com Markilo Bormann e Márcio Bormann, objetivando a desapropriação de Parte do Lote Rural nº 18-A, da Seção Jundiá, com área de 1.734,74 m² (um mil setecentos e trinta e quatro metros e setenta e quatro centímetros quadrados) sem benfeitorias, situado na Linha Cesco, neste Município e Comarca de Modelo. Matrícula nº 3.565, no Registro de Imóveis da Comarca de Modelo – SC. Desapropriação destinada à regularização de via pública a fim de incluí-la no sistema viário do Município, ou seja, a Rodovia “ML PREFEITO CARMELITO HENRIQUE MALDANER”, nos termos do Inciso I, artigo 5º, do Decreto Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941 e da Lei Municipal nº 2.217/2015.

Modelo (SC), 28 de dezembro de 2015.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

### EXTRATO DE CONTRATO ADM. Nº 043-2015

Extrato de Contrato Adm. nº 043-2015

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MODELO

CONTRATO DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL nº 043/2015

EXPROPRIADOS: CLAUDEMIR SCHEIBE

VALOR: R\$ 33,27 (TRINTA E TRÊS REAIS E VINTE E SETE CENTAVOS).

O Prefeito de Modelo, SC, Ricardo Luis Maldaner, torna público para conhecimento dos interessados que formalizou contrato administrativo de desapropriação amigável com Claudemir Scheibe, objetivando a desapropriação de Parte do Lote Rural nº 21-B, da Seção Jundiá, com área de 3.326,77 m² (três mil trezentos e vinte e seis metros e setenta e sete centímetros quadrados) sem benfeitorias, situado na Linha Cesco, neste Município e Comarca de Modelo. Matrícula nº 2.992, no Registro de Imóveis da Comarca de Modelo – SC. Desapropriação destinada à regularização de via pública a fim de incluí-la no sistema viário do Município, ou seja, a Rodovia “ML PREFEITO CARMELITO HENRIQUE MALDANER”, nos termos do Inciso I, artigo 5º, do Decreto Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941 e da Lei Municipal nº 2.217/2015.

Modelo (SC), 28 de dezembro de 2015.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

**EXTRATO DE CONTRATO ADM. Nº 047-2015**

Extrato de Contrato Adm. nº 047-2015

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MODELO  
CONTRATO DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL nº 047/2015  
EXPROPRIADOS: ANTÔNIO RAUBER E NELSI DEBASTIANI RAUBER  
VALOR: R\$ 34,14 (TRINTA E QUATRO REAIS E QUATORZE CENTAVOS).

O Prefeito de Modelo, SC, Ricardo Luis Maldaner, torna público para conhecimento dos interessados que formalizou contrato administrativo de desapropriação amigável com Antônio Rauber e Nelsi Debastiani Rauber, objetivando a desapropriação de Parte Noroeste do Lote Rural nº 153, da Seção Herval, com área de 3.414,49 m² (três mil quatrocentos e quatorze metros e quarenta e nove centímetros quadrados) sem benfeitorias, situado na Linha Salete, neste Município e Comarca de Modelo. Matrícula nº 3.589, no Registro de Imóveis da Comarca de Modelo – SC. Desapropriação destinada à regularização de via pública a fim de incluí-la no sistema viário do Município, ou seja, a Rodovia “ML PREFEITO CARMELITO HENRIQUE MALDANER”, nos termos do Inciso I, artigo 5º, do Decreto Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941 e da Lei Municipal nº 2.217/2015.

Modelo (SC), 28 de dezembro de 2015.  
RICARDO LUIS MALDANER  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DE CONTRATO ADM. Nº 049/2015**

Extrato de Contrato Adm. nº 049/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MODELO  
CONTRATO DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL nº 049/2015  
EXPROPRIADOS: LAURI GELLER E CECÍLIA RAMBO GELLER  
VALOR: R\$ 39,33 (TRINTA E NOVE REAIS E TRINTA E TRÊS CENTAVOS)

O Prefeito de Modelo, SC, Ricardo Luis Maldaner, torna público para conhecimento dos interessados que formalizou contrato administrativo de desapropriação amigável com Lauri Geller e Cecília Rambo Geller, objetivando a desapropriação de Parte do Lote Rural nº 155, da Seção Herval, com área de 3.933,34 m² (três mil novecentos e trinta e três metros e trinta e quatro centímetros quadrados) sem benfeitorias, situado na Linha Salete, neste Município e Comarca de Modelo. Matrícula nº 1.213 no Registro de Imóveis da Comarca de Modelo – SC. Desapropriação destinada à regularização de via pública a fim de incluí-la no sistema viário do Município, ou seja, a Rodovia “ML PREFEITO CARMELITO HENRIQUE MALDANER”, nos termos do Inciso I, artigo 5º, do Decreto Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941 e da Lei Municipal nº 2.217/2015.

Modelo (SC), 28 de dezembro de 2015.  
RICARDO LUIS MALDANER  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DE CONTRATO ADM. Nº 050/2015**

Extrato de Contrato Adm. nº 050/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MODELO  
CONTRATO DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL nº 050/2015  
EXPROPRIADOS: LAURI GELLER E CECÍLIA RAMBO GELLER  
VALOR: R\$ 3,38 (TRÊS REAIS E TRINTA E OITO CENTAVOS)

O Prefeito de Modelo, SC, Ricardo Luis Maldaner, torna público para conhecimento dos interessados que formalizou contrato administrativo de desapropriação amigável com Lauri Geller e Cecília Rambo Geller, objetivando a desapropriação de Parte do Lote Rural nº 156, da Seção Herval, com área de 337,84 m² (trezentos e trinta e sete metros e oitenta e quatro centímetros quadrados) sem benfeitorias, situado na Linha Salete, neste Município e Comarca de Modelo. Matrícula nº 149 no Registro de Imóveis da Comarca de Modelo – SC. Desapropriação destinada a regularização de via pública a fim de incluí-la no sistema viário do município, ou seja, a Rodovia “ML PREFEITO CARMELITO HENRIQUE MALDANER”, nos termos do Inciso I, artigo 5º, do Decreto Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941 e da Lei Municipal nº 2.217/2015.

Modelo (SC), 28 de dezembro de 2015.  
RICARDO LUIS MALDANER  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DE CONTRATO ADM. Nº 051-2015**

Extrato de Contrato Adm. nº 051-2015

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MODELO  
CONTRATO DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL nº 051/2015  
EXPROPRIADOS: ESPORTE CLUBE TUIUTI  
VALOR: R\$ 7,03 (SETE REAIS E TRÊS CENTAVOS).

O Prefeito de Modelo, SC, Ricardo Luis Maldaner, torna público para conhecimento dos interessados que formalizou contrato administrativo de desapropriação amigável com Esporte Clube Tuiuti, representado pelo seu presidente Mauri Antônio Hanauer, objetivando a desapropriação de Parte do Lote Rural nº 156, da Seção Herval, com área de 702,64 m² (setecentos e dois metros e sessenta e quatro centímetros quadrados) sem benfeitorias, situado na Linha Salete, neste Município e Comarca de Modelo. Matrícula nº 8.148, no Registro de Imóveis da Comarca de Pinhalzinho – SC.. Desapropriação destinada à regularização de via pública a fim de incluí-la no sistema viário do Município, ou seja, a Rodovia “ML PREFEITO CARMELITO HENRIQUE MALDANER”, nos termos do Inciso I, artigo 5º, do Decreto Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941 e da Lei Municipal nº 2.217/2015.

Modelo (SC), 28 de dezembro de 2015.  
RICARDO LUIS MALDANER  
Prefeito Municipal

# Mondaí

## PREFEITURA

**EXTRATO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 011/2011**

EXTRATO 10º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 011/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MONDAÍ

CONTRATADA: EL CONTABILIDADE LTDA - ME

OBJETO: prorrogação da vigência do mesmo até o dia 31 de janeiro de 2016, nos termos do art. 57, Inciso II da Lei 8666/93.

ORIGEM: Tomada de Preços nº 010/2010.

VALOR: R\$ 6.939,80 (Seis mil novecentos e trinta e nove reais e oitenta centavos).

VIGÊNCIA: A vigência do presente aditivo é a partir de 01 de janeiro de 2016 a 31 de janeiro de 2016.

Mondaí – SC, 02 de dezembro de 2015.

LENOIR DA ROCHA

Prefeito Municipal

**EXTRATO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 011/2015**

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 011/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MONDAÍ

CONTRATADA: KLAGENBERG &amp; KLAGENBERG LTDA - ME

OBJETO: prorrogação da vigência do mesmo até o dia 31 de março de 2016, nos termos do art. 57, Inciso II da Lei 8666/93.

ORIGEM: Convite 001/2015.

VALOR: R\$ 14.850,00 (Catorze mil oitocentos e cinquenta reais).

VIGÊNCIA: A vigência do presente contrato é a partir de 01 de janeiro de 2016 a 31 de março de 2016.

Mondaí – SC, 27 de novembro de 2015.

LENOIR DA ROCHA

Prefeito Municipal

**EXTRATO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 012/2015**

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 012/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MONDAÍ

CONTRATADA: TOPGEO TOPOGRAFIA E GEODESIA LTDA - ME

OBJETO: prorrogação da vigência do mesmo até o dia 31 de dezembro de 2016, nos termos do art. 57, Inciso II da Lei 8666/93.

ORIGEM: Convite 002/2015.

VALOR: R\$ 31.260,00 (Trinta e um mil duzentos e sessenta reais).

VIGÊNCIA: A vigência do presente contrato é a partir de 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

Mondaí – SC, 27 de novembro de 2015.

LENOIR DA ROCHA

Prefeito Municipal

**EXTRATO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 013/2015**

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 013/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MONDAÍ

CONTRATADA: L.S. SERVIÇOS DE VIGILANCIA LTDA

OBJETO: prorrogação da vigência do mesmo até o dia 31 de dezembro de 2016, nos termos do art. 57, Inciso II da Lei 8666/93.

ORIGEM: Pregão Presencial nº 006/2015.

VALOR: R\$ 27.000,00 (Vinte e sete mil reais).

VIGÊNCIA: A vigência do presente aditivo é a partir de 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

Mondaí – SC, 04 de dezembro de 2015.

LENOIR DA ROCHA

Prefeito Municipal

**EXTRATO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 014/2015**

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 014/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MONDAÍ

CONTRATADA: RUANNI PROJETOS E CONSULTORIA LTDA

OBJETO: prorrogação da vigência do mesmo até o dia 30 de setembro de 2016, nos termos do art. 57, Inciso II da Lei 8666/93.

ORIGEM: Convite 003/2015.

VALOR: R\$ 34.651,89 (Trinta e quatro mil seiscentos e cinquenta e um reais e oitenta e nove centavos).

VIGÊNCIA: A vigência do presente contrato é a partir de 01 de janeiro de 2016 a 30 de setembro de 2016.

Mondaí – SC, 15 de dezembro de 2015.

LENOIR DA ROCHA

Prefeito Municipal

**EXTRATO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 015/2015**

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 015/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MONDAÍ

CONTRATADA: SCHUH &amp; FILHO LTDA

OBJETO: restabelecimento do equilíbrio econômico financeiro do item nº 03 – Óleo 85W 140 API GL4- Balde de 20 litros, num percentual de 11,76% (onze vírgula setenta e seis por cento) e do item nº 02 - Óleo ATF Tipo A – Sufixo A Fluido - Balde de 20 litros, num percentual de 5,76% (cinco vírgula setenta e seis por cento).

ORIGEM: Convite nº 004/2015.

VIGÊNCIA: A vigência do presente aditivo é a partir de 002 de dezembro de 2015 a 31 de dezembro de 2015.

Mondaí – SC, 02 de dezembro de 2015.

LENOIR DA ROCHA

Prefeito Municipal

**EXTRATO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 018/2015**

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 018/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MONDAÍ

CONTRATADA: GUILHERME RAFAEL RIETH

OBJETO: prorrogação da vigência do mesmo até o dia 31 de dezembro de 2016, nos termos do art. 57, Inciso II da Lei 8666/93.

ORIGEM: Convite 005/2015.

VALOR: R\$ 20.592,00 (Vinte mil quinhentos e noventa e dois reais).

VIGÊNCIA: A vigência do presente aditivo é a partir de 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

Mondaí – SC, 09 de dezembro de 2015.

LENOIR DA ROCHA

Prefeito Municipal



**EXTRATO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 027/2015**

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 027/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MONDAÍ

CONTRATADA: ÉTICA ASSESSORIA E CONSULTORIA EM SEGURANÇA DO TRABALHO LTDA - ME

OBJETO: prorrogação da vigência do mesmo até o dia 31 de dezembro de 2016, nos termos do art. 57, Inciso II da Lei 8666/93.

ORIGEM: Tomada de Preços 001/2015.

VALOR: R\$ 11.040,00 (Onze mil e quarenta reais).

VIGÊNCIA: A vigência do presente aditivo é a partir de 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

Mondaí – SC, 08 de dezembro de 2015.

LENOIR DA ROCHA

Prefeito Municipal

**EXTRATO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 031/2014**

EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 031/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MONDAÍ

CONTRATADA: TRANSPORTES CATRES LTDA

OBJETO: prorrogação da vigência do mesmo até o dia 31 de dezembro de 2016, nos termos do art. 57, Inciso II da Lei 8666/93.

ORIGEM: Pregão Presencial nº 009/2014.

VALOR: R\$ 24.048,00 (Vinte e quatro mil e quarenta e oito centavos).

VIGÊNCIA: A vigência do presente aditivo é a partir de 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

Mondaí – SC, 09 de dezembro de 2015.

LENOIR DA ROCHA

Prefeito Municipal

**EXTRATO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 032/2014**

EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 032/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MONDAÍ

CONTRATADA: TRANSPORTES PAVOENSE LTDA

OBJETO: prorrogação da vigência do mesmo até o dia 31 de dezembro de 2016, nos termos do art. 57, Inciso II da Lei 8666/93.

ORIGEM: Pregão Presencial nº 009/2014.

VALOR: R\$ 48.564,00 (Quarenta e oito mil quinhentos e sessenta e quatro reais).

VIGÊNCIA: A vigência do presente aditivo é a partir de 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

Mondaí – SC, 09 de dezembro de 2015.

LENOIR DA ROCHA

Prefeito Municipal

**EXTRATO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 033/2011**

EXTRATO 10º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 033/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MONDAÍ

CONTRATADA: BENTO MARTINS DE MENEZES BISNETO

OBJETO: prorrogação da vigência do mesmo até o dia 15 de março de 2016, nos termos do art. 57, Inciso II da Lei 8666/93.

ORIGEM: Tomada de Preços 002/2010.

VALOR: R\$ 9.295,70 (Nove mil duzentos e noventa e cinco reais e setenta centavos).

VIGÊNCIA: A vigência do presente contrato é a partir de 01 de janeiro de 2016 a 15 de março de 2016.

Mondaí – SC, 11 de dezembro de 2015.

LENOIR DA ROCHA

Prefeito Municipal

**EXTRATO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 035/2014**

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 035/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MONDAÍ

CONTRATADA: MARLENE GEMMER FLORES - ME

OBJETO: prorrogação da vigência do mesmo até o dia 31 de dezembro de 2016, nos termos do art. 57, Inciso II da Lei 8666/93.

ORIGEM: Edital de Pregão Presencial nº 010/2014.

VIGÊNCIA: A vigência do presente contrato é a partir de 01 de janeiro de 2016 até o dia 31 de dezembro de 2016.

Mondaí – SC, 08 de dezembro de 2015.

LENOIR DA ROCHA

Prefeito Municipal

**EXTRATO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 049/2014**

EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 049/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MONDAÍ

CONTRATADA: TOS OBRAS E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA

OBJETO: prorrogação da vigência do mesmo até o dia 31 de dezembro de 2016, nos termos do art. 57, Inciso II da Lei 8666/93.

ORIGEM: Tomada de Preços 002/2014.

VALOR: R\$ 278.561,28 (Duzentos e setenta e oito mil quinhentos e sessenta e um reais e vinte e oito centavos).

VIGÊNCIA: A vigência do presente aditivo é a partir de 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

Mondaí – SC, 04 de dezembro de 2015.

LENOIR DA ROCHA

Prefeito Municipal

**EXTRATO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 051/2015**

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 051/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MONDAÍ

CONTRATADA: PLOTTASUL GRAFICAÇÕES E PLOTAGENS LTDA - ME

OBJETO: prorrogação da vigência do mesmo até o dia 31 de dezembro de 2016, nos termos do art. 57, Inciso II da Lei 8666/93.

ORIGEM: Edital de Pregão Presencial nº 046/2015.

VIGÊNCIA: A vigência do presente contrato é a partir de 01 de janeiro de 2016 até o dia 31 de dezembro de 2016.

Mondaí – SC, 01 de dezembro de 2015.

LENOIR DA ROCHA

Prefeito Municipal

**EXTRATO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 052/2015**

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 052/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MONDAÍ

CONTRATADA: BETHA SISTEMAS LTDA

OBJETO: prorrogação da vigência do mesmo até o dia 31 de dezembro de 2016, nos termos do art. 57, Inciso II da Lei 8666/93.

ORIGEM: Pregão Presencial nº 049/2015.

VALOR: R\$ 133.116,00 (Cento e trinta e três mil cento e dezesseis reais).

VIGÊNCIA: A vigência do presente aditivo é a partir de 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

Mondaí – SC, 05 de dezembro de 2015.

LENOIR DA ROCHA

Prefeito Municipal



**EXTRATO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 053/2015**

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 053/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MONDAÍ

CONTRATADA: FAEE SUPRIMENTOS E LOCAÇÃO DE SISTEMAS LTDA

OBJETO: prorrogação da vigência do mesmo até o dia 31 de dezembro de 2016, nos termos do art. 57, Inciso II da Lei 8666/93.

ORIGEM: Pregão Presencial 048/2015.

VALOR: R\$ 6.000,00 (Seis mil reais).

VIGÊNCIA: A vigência do presente aditivo é a partir de 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

Mondaí – SC, 09 de dezembro de 2015.

LENOIR DA ROCHA

Prefeito Municipal

**EXTRATO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 054/2012**

EXTRATO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 054/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MONDAÍ

CONTRATADA: CLÍNICA MÉDICA SAÚDE LTDA

OBJETO: prorrogação da vigência do mesmo até o dia 31 de dezembro de 2016, nos termos do art. 57, Inciso II da Lei 8666/93.

ORIGEM: Tomada de Preços 003/2012.

VALOR: R\$ 24.000,00 (Vinte e quatro mil reais).

VIGÊNCIA: A vigência do presente aditivo é a partir de 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

Mondaí – SC, 19 de dezembro de 2015.

LENOIR DA ROCHA

Prefeito Municipal

**EXTRATO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 054/2015**

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 054/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MONDAÍ

CONTRATADA: JV ITECH INFORMÁTICA TECNOLOGIA E IMPRESSÃO LTDA - ME

OBJETO: prorrogação da vigência do mesmo até o dia 31 de dezembro de 2016, nos termos do art. 57, Inciso II da Lei 8666/93.

ORIGEM: Pregão Presencial 048/2015.

VALOR: R\$ 3.166,00 (Tres mil cento e sessenta e seis reais).

VIGÊNCIA: A vigência do presente contrato é a partir de 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

Mondaí – SC, 04 de dezembro de 2015.

LENOIR DA ROCHA

Prefeito Municipal

**EXTRATO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 056/2015**

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 056/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MONDAÍ

CONTRATADA: INTELLIBR SISTEMAS LTDA - ME

OBJETO: prorrogação da vigência do mesmo até o dia 31 de dezembro de 2016, nos termos do art. 57, Inciso II da Lei 8666/93.

ORIGEM: Pregão Presencial nº 048/2015.

VALOR: R\$ 2.700,00 (Dois mil e setecentos reais).

VIGÊNCIA: A vigência do presente aditivo é a partir de 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

Mondaí – SC, 28 de novembro de 2015.

LENOIR DA ROCHA

Prefeito Municipal

**EXTRATO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 061/2014**

EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 061/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MONDAÍ

CONTRATADA: WANDSCHEER &amp; WILHELMS ADVOGADOS ASSOCIADOS

OBJETO: Prorrogação do Contrato nº 061/2014 até o dia 31 de dezembro de 2015.

ORIGEM: Tomada de Preços nº 005/2014.

VALOR: R\$ 84.533,52 (Oitenta e quatro mil quinhentos e trinta e três reais e cinquenta e dois centavos).

VIGÊNCIA: A vigência do presente contrato é a partir de 01 de janeiro de 2016 até o dia 31 de dezembro de 2016.

Mondaí – SC, 04 de dezembro de 2015.

LENOIR DA ROCHA

Prefeito Municipal

**EXTRATO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 061/2014**

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 061/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MONDAÍ

CONTRATADA: WANDSCHEER &amp; WILHELMS ADVOGADOS ASSOCIADOS

OBJETO: Restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro com base no IGP-M acumulado dos últimos 12 (doze) meses (abril/2014 a março/2015), num percentual de 3,14%.

ORIGEM: Tomada de Preços nº 005/2014.

VALOR: R\$ 214,46 (Duzentos e catorze reais e quarenta e seis centavos).

VIGÊNCIA: A vigência do presente contrato é a partir de 01 de dezembro de 2015 até o dia 31 de dezembro de 2015.

Mondaí – SC, 01 de dezembro de 2015.

LENOIR DA ROCHA

Prefeito Municipal

**EXTRATO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 062/2015**

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 062/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MONDAÍ

CONTRATADA: LUCINEIA DE FRANÇA - EIRELI

OBJETO: prorrogação da vigência do mesmo até o dia 29 de fevereiro de 2016, nos termos do art. 57, Inciso II da Lei 8666/93 e ampliação em 25% o fornecimento de nitrogênio objeto do Contrato acima mencionado conforme art. 65, Inciso II, § primeiro da Lei 8666/93.

ORIGEM: Pregão Presencial nº 054/2015.

VALOR: R\$ 3.517,50 (Tres mil quinhentos e dezessete reais e cinquenta centavos).

VIGÊNCIA: A vigência do presente contrato é a partir de 10 de dezembro de 2015 até o dia 29 de fevereiro de 2016.

Mondaí – SC, 10 de dezembro de 2015.

LENOIR DA ROCHA

Prefeito Municipal

**EXTRATO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 067/2015**

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 067/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MONDAÍ

CONTRATADA: TECHIO E FACIN CONSULTORIA, ASSESSORIA E DESENVOLVIMENTO EM GESTÃO PÚBLICA LTDA - ME

OBJETO: prorrogação da vigência do mesmo até o dia 31 de dezembro de 2016, nos termos do art. 57, Inciso II da Lei 8666/93.

ORIGEM: PREGÃO PRESENCIAL 058/2015.

VALOR: R\$ 48.000,00 (Quarenta e oito mil reais).

VIGÊNCIA: A vigência do presente contrato é a partir de 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

Mondaí – SC, 08 de dezembro de 2015.

LENOIR DA ROCHA

Prefeito Municipal

**EXTRATO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 083/2015**

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 083/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MONDAÍ

CONTRATADA: ALTERNATIVE CONCURSOS EIRELI - ME

OBJETO: prorrogação da vigência do mesmo até o dia 31 de dezembro de 2016, nos termos do art. 57, Inciso II da Lei 8666/93.

ORIGEM: Edital de Convite nº 009/2015.

VIGÊNCIA: A vigência do presente contrato é a partir de 01 de janeiro de 2016 até o dia 31 de dezembro de 2016.

Mondaí – SC, 23 de dezembro de 2015.

LENOIR DA ROCHA

Prefeito Municipal

**EXTRATO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 093/2014**

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 093/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MONDAÍ

CONTRATADA: RÁDIO PORTO FELIZ LTDA

OBJETO: prorrogação da vigência do mesmo até o dia 31 de dezembro de 2016, nos termos do art. 57, Inciso II da Lei 8666/93.

ORIGEM: Pregão Presencial nº 066/2014.

VALOR: R\$ 49.602,48 (Quarenta e nove mil seiscentos e dois reais e quarenta e oito centavos).

VIGÊNCIA: A vigência do presente aditivo é a partir de 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

Mondaí – SC, 24 de novembro de 2015.

LENOIR DA ROCHA

Prefeito Municipal

**EXTRATO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 099/2013**

EXTRATO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 099/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MONDAÍ

CONTRATADA: TRANSPORTES CATRES LTDA

OBJETO: prorrogação da vigência do mesmo até o dia 31 de dezembro de 2016, nos termos do art. 57, Inciso II da Lei 8666/93.

ORIGEM: Pregão Presencial nº 046/2013.

VALOR: R\$ 53.920,00 (Cinquenta e três mil novecentos e vinte reais).

VIGÊNCIA: A vigência do presente aditivo é a partir de 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

Mondaí – SC, 09 de dezembro de 2015.

LENOIR DA ROCHA

Prefeito Municipal

**EXTRATO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 100/2014**

EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 100/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MONDAÍ

CONTRATADA: SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE MONDAÍ

OBJETO: prorrogação da vigência do mesmo até o dia 31 de dezembro de 2016, nos termos do art. 57, Inciso II da Lei 8666/93.

ORIGEM: Tomada de Preços 013/2014.

VALOR: R\$ 29.644,56 (Vinte e nove mil seiscentos e quarenta e quatro reais e cinquenta e seis centavos).

VIGÊNCIA: A vigência do presente aditivo é a partir de 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

Mondaí – SC, 28 de novembro de 2015.

LENOIR DA ROCHA

Prefeito Municipal

**EXTRATO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 102/2015**

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 102/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MONDAÍ

CONTRATADA: IMPERIAL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E TRANSPORTE LTDA

OBJETO: prorrogação da vigência do mesmo até o dia 31 de dezembro de 2016, nos termos do art. 57, Inciso II da Lei 8666/93.

ORIGEM: Edital de Tomada de Preços nº 009/2015.

VIGÊNCIA: A vigência do presente contrato é a partir de 01 de janeiro de 2016 até o dia 31 de dezembro de 2016.

Mondaí – SC, 21 de dezembro de 2015.

LENOIR DA ROCHA

Prefeito Municipal

**EXTRATO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 103/2015**

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 103/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MONDAÍ

CONTRATADA: CARLOS DA SILVA - MEI

OBJETO: prorrogação da vigência do mesmo até o dia 31 de dezembro de 2016, nos termos do art. 57, Inciso II da Lei 8666/93.

ORIGEM: Edital de Tomada de Preços nº 009/2015.

VIGÊNCIA: A vigência do presente contrato é a partir de 01 de janeiro de 2016 até o dia 31 de dezembro de 2016.

Mondaí – SC, 21 de dezembro de 2015.

LENOIR DA ROCHA

Prefeito Municipal

# Navegantes

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 554 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2015

DECRETO Nº 554 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2015

DISPÕE SOBRE CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 12, I; art. 60, III e IV e art. 75, I, a, c da Lei Orgânica do Município.

#### DECRETA:

Art. 1º - Os Órgãos e unidades orçamentárias do Poder Executivo, constante no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, deverão cancelar até 31 de dezembro de 2015 os Restos a Pagar Inscritos em 2009, assim como em exercícios anteriores, processados, que não tiverem sido efetivamente pagos até aquela data. Conforme segue:

#### Fundação Municipal de Cultura

Empenho	Credor	Valor
164/2008	Mariana Peres Costa Bailow	R\$ 4.611,88

#### Fundação Municipal de Vigilância

Empenho	Credor	Valor
74/2007	Eliseu Kopp & Cia Ltda	R\$ 3.562,50

#### Fundação Hospitalar de Navegantes

Empenho	Credor	Valor
708/2009	Dimaci/SC Material Cirúrgico Ltda	R\$ 3.619,74
795/2008	Time Tec Controle de Ponto/Acesso Ltda	R\$ 220,50
1208/2008	Cirúrgica Litoral – Produtos Hosp. Vet. Haus Ltda	R\$ 2.748,00

#### Fundo Municipal de Saúde

Empenho	Credor	Valor
1843/2009	Pró- Jardim Com. Loes e Serv. De Jardinagem	R\$ 5,00
73/2008	Sinergia Sistema de Ensino Ltda	R\$ 1.120,00
538/2008	Sinergia Sistema de Ensino Ltda	R\$ 630,00
995/2008	Sinergia Sistema de Ensino Ltda	R\$ 70,00
1164/2008	Sinergia Sistema de Ensino Ltda	R\$ 70,00
1506/2008	Sinergia Sistema de Ensino Ltda	R\$ 70,00
2046/2008	Mecânica Bublitz Ltda Me	R\$ 2.382,02
2110/2007	Norma Espindola	R\$ 2.000,00

#### Prefeitura Municipal

Empenho	Credor	Valor
1086/2008	Manoel Celso da Costa	R\$ 588,00
1411/2008	Sebastião Paulo de Souza	R\$ 145,00
2385/2008	Milton Bortolato	R\$ 266,66
2808/2008	Adriana Aparecida da Cunha	R\$ 266,66
2811/2008	Saete Dionysio Correa	R\$ 300,00
2815/2008	Quitério Nabor Peixoto	R\$ 266,66
3342/2008	Auto Posto Martendal – Valdemiro Arten-dal	R\$ 2.632,00
3646/2008	Comércio e Indústria Breithaupt S/A	R\$ 1.590,00
3955/2008	João Eduardo Leal	R\$ 300,00
4185/2008	Maria Auxiliadora Sagas Reiser	R\$ 149,60
4254/2008	Adilton Felicidade Costa	R\$ 2.000,00

4371/2008	Comércio e Indústria Breithaupt S/A	R\$ 5.583,92
4461/2008	Valmassey Trator Peças Ltda	R\$ 1.31,58
5003/2008	Cerealista Estrela Dalva Ltda	R\$ 1.831,80
5426/2008	Sinergia Sistema de Ensino Ltda	R\$ 1.790,00
5663/2008	Haidenilza Neves da Silva	R\$ 266,66
5803/2008	Cerealista Estrela Dalva Ltda	R\$ 1.831,72
5899/2008	Cerealista Estrela Dalva Ltda	R\$ 1.831,72
5973/2008	Logos Consultoria e Projetos Ltda	R\$ 6.569,50
6090/2008	Industria e Comercio de Pedras Justino Ltda	R\$ 1.400,00
6122/2008	Cerealista Estrela Dalva Ltda	R\$ 1.831,72
6225/2008	Mediga – Mec. Diesel e Gasolina Ltda ME	R\$ 3.836,78
6302/2008	Comercial Só Lonas e Toldos Ltda	R\$ 2.660,00
6303/2008	Cerealista Estrela Dalva Ltda	R\$ 1.832,13
6484/2008	Cerealista Estrela Dalva Ltda	R\$ 1.832,19
6663/2008	Cerealista Estrela Dalva Ltda	R\$ 1.832,24
7081/2008	Cerealista Estrela Dalva Ltda	R\$ 1.833,25
7158/2008	Cerealista Estrela Dalva Ltda	R\$ 1.833,25
7200/2008	Paulo Sergio Pera	R\$ 366,66
7201/2008	Paulo Sergio Pera	R\$ 455,89
7241/2008	Milton Eugenio Muller	R\$ 1.473,33
7242/2008	Milton Eugenio Muller	R\$ 1.559,28
8160/2008	Tecnoal Comercio Distribuidora Ltda EPP	R\$ 87,45
8721/2008	Avilart Comercio e Serviços Ltda	R\$ 52,40
247/2009	Oficina do Alemão De: José Carlos Bryk	R\$ 537,00
1187/2009	Funerária São Cristóvão Ltda ME	R\$ 1.425,00
1188/2009	Funerária São Cristóvão Ltda ME	R\$ 237,50
1197/2009	Funerária São Cristóvão Ltda ME	R\$ 1.140,00
1198/2009	Funerária São Cristóvão Ltda ME	R\$ 1.520,00
3549/2009	Valdemiro Correa	R\$ 757,89
5513/2009	João Estandislaus Custodio	R\$ 92,00
5726/2009	Jean Carlos Pereira Nunes - ME	R\$ 2.962,20
5926/2009	Cademak Ltda – Ind. e Com. de Móveis P/ Escritório	R\$ 1.785,00
6231/2009	Funerária São Cristóvão Ltda ME	R\$ 237,50

Art. 2º - O pagamento que vier a ser reclamado em decorrência dos cancelamentos efetuados na forma desde Decreto poderá ser atendido à conta de dotação constante da Lei Orçamentária Anual ou de créditos adicionais abertos para esta finalidade no exercício em que decorre o reconhecimento da dívida.

Art. 3º - Este Decreto em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Prefeitura de Navegantes - SC, 23 de Dezembro de 2015.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 23 de Dezembro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

# Novo Horizonte

## PREFEITURA

### TERMO ADITIVO FMDCA 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUN. DE INFANC. E ADOLESC NOVO HORIZONTE  
EXTRATO TERMO ADITIVO

Termo Aditivo Nº ..... : 001 ao Contrato Administrativo FMDCA Nº: 001/2015

Contratante...: FUNDO MUN. DE INFANC. E ADOLESC NOVO HORIZONTE

Contratada...: RAFAEL SILVESTRE DE VARGAS - ME

Valor ..... : 67.770,00 (sessenta e sete mil setecentos e setenta reais)

Vigência ..... : Início: 28/12/2015 Término: 31/12/2016

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 1/2015

Recursos ..... : Dotação: 2.032.3.3.90.00.00.00.00 (1) Saldo: 94.200,00

Objeto ..... : O objeto do presente Termo Aditivo consiste na alteração da CLÁUSULA SÉTIMA - PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO para PRESTAÇÃO DE SERVIÇO TÉCNICO ESPECIALIZADO VISANDO ATENDER O PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL "DESPERTAR NOVOS TALENTOS" PARA OS MUNICÍPIOS DE NOVOHORIZONTE/SC, terá vigência de 01/01/2016 até 31/12/2016.

Termo Aditivo Nº ..... : 001 ao Contrato Administrativo FMDCA Nº: 002/2015

Contratante...: FUNDO MUN. DE INFANC. E ADOLESC NOVO HORIZONTE

Contratada...: JOELSON G.PEREIRA

Valor ..... : 11.000,00 (onze mil reais)

Vigência ..... : Início: 28/12/2015 Término: 31/12/2016

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 1/2015

Recursos ..... : Dotação: 2.032.3.3.90.00.00.00.00 (1) Saldo: 94.200,00

Objeto ..... : O objeto do presente Termo Aditivo consiste na alteração da CLÁUSULA SÉTIMA - PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO para PRESTAÇÃO DE SERVIÇO TÉCNICO ESPECIALIZADO VISANDO ATENDER O PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL "DESPERTAR NOVOS TALENTOS" PARA OS MUNICÍPIOS DE NOVO HORIZONTE/SC, terá vigência de 01/01/2016 até 31/12/2016.

Novo Horizonte/SC, em 28 de Dezembro de 2015 – Dirceu Mezomo – Gestor FMDCA

### TERMO ADITIVO FMS 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE  
EXTRATO TERMO ADITIVO

Termo Aditivo Nº ..... : 002 ao Contrato Administrativo FMS Nº: 004/2014

Contratante...: FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE

Contratada...: BARP ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA - ME

Valor ..... : 12.000,00 (doze mil reais)

Vigência ..... : Início: 28/12/2015 Término: 31/12/2016

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 1/2014

Recursos ..... : Dotação: 2.031.3.3.90.00.00.00.00 (11) Saldo: 623.041,10

Objeto ..... : O objeto do presente Termo Aditivo consiste na

alteração da CLÁUSULA SÉTIMA - PRAZO para CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA EM GESTÃO DE SAÚDE COM PROFISSIONAL TÉCNICO, PARA ATUAR JUNTO A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC, terá vigência de 01/01/2016 até 31/12/2016.

Novo Horizonte/SC, em 28 de Dezembro de 2015 – Dirceu Mezomo – Gestor FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE  
EXTRATO TERMO ADITIVO

Termo Aditivo Nº ..... : 004 ao Contrato Administrativo FMS Nº: 006/2014

Contratante...: FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE

Contratada...: FUNDAÇÃO HOSPITALAR SÃO LOURENÇO

Valor ..... : 40.364,40 (quarenta mil trezentos e sessenta e quatro reais e quarenta centavos)

Vigência ..... : Início: 28/12/2015 Término: 29/02/2016

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 4/2014

Recursos ..... : Dotação: 2.031.3.3.90.00.00.00.00 (11) Saldo: 623.041,10

Objeto ..... : O objeto do presente Termo Aditivo consiste na alteração da CLÁUSULA SEXTA - PRAZO, para contratação de hospital para a prestação de serviços de Plantão e Emergência médica para atendimento dos Municípios de Novo Horizonte, no âmbito das especialidades da Instituição contratada, incluindo os serviços de Plantão em Obstetrícia, por meio do seu corpo clínico e em suas dependências e instalações, com vistas a complementar a rede de atendimento hospitalar SUS, 01/01/2016 até 29/02/2016.

Novo Horizonte/SC, em 28 de Dezembro de 2015 – Dirceu Mezomo – Gestor FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE  
EXTRATO TERMO ADITIVO

Termo Aditivo Nº ..... : 002 ao Contrato Administrativo FMS Nº: 007/2014

Contratante...: FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE

Contratada...: NOVA SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO MULTIMÍDIA LTDA - ME

Valor ..... : 14.400,00 (quatorze mil quatrocentos reais)

Vigência ..... : Início: 28/12/2015 Término: 31/12/2016

Licitação ..... : Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 2/2014

Recursos ..... : Dotação: 2.031.3.3.90.00.00.00.00 (11) Saldo: 623.041,10

Objeto ..... : O objeto do presente Termo Aditivo consiste na alteração da CLÁUSULA SÉTIMA - PRAZO para CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ACESSO À REDE MUNDIAL DE COMPUTADORES, COM VELOCIDADE MÍNIMA DE 4 Mbps (Full), COM FORNECIMENTO DE 08 (OITO) ENDEREÇOS DE IP PARA ATENDER A DEMANDA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVO HORIZONTE, terá vigência de 01/01/2016 até 31/12/2016.

Novo Horizonte/SC, em 28 de Dezembro de 2015 – Dirceu Mezomo – Gestor FMS



**TERMO ADITIVO IPAM 2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

IPAM-INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUN. NOVO HORIZONTE

EXTRATO TERMO ADITIVO

Termo Aditivo Nº ..... : 001 ao Contrato Administrativo IPAM Nº: 001/2015

Contratante.: IPAM-INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUN. NOVO HORIZONTE

Contratada...: CLINICA MEDICA FIELE LTDA

Valor ..... : 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais)

Vigência ..... : Início: 28/12/2015 Término: 31/12/2016

Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 1/2015

Recursos ..... : Dotação: 2.008.3.3.90.00.00.00.00 (2) Saldo: 36.300,00

Objeto ..... : O objeto do presente Termo Aditivo consiste na alteração da CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO para Prestação de Serviços Médicos para realização de Perícia Médica, visando à emissão de avaliação da incapacidade laborativa, em face de situações previstas em lei, para servidores municipais vinculados ao Instituto para fins dos benefícios previstos na Lei Municipal Nº 405/2009 -vigência de 01/01/2016 até 31/12/2016.

Novo Horizonte/SC, em 28 de Dezembro de 2015 – Leandro Martins d'Ávila – Presidente/Diretor do IPAM

**TERMO ADITIVO PM 2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

EXTRATO TERMO ADITIVO

Termo Aditivo Nº ..... : 001 ao Contrato Administrativo Nº: 030/2015

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

Contratada...: EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUARIA E EXTENSAO RURAL

Valor ..... : 21.760,00 (vinte e um mil setecentos e sessenta reais)

Vigência ..... : Início: 28/12/2015 Término: 31/12/2016

Licitação ..... : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 1/2015

Recursos ..... : Dotação: 2.028.3.3.90.00.00.00.00 (109) Saldo: 605.000,00

Objeto ..... : Fica prorrogado o presente contrato de prestação de serviços de ATER até 31 DE DEZEMBRO DE 2016.

Novo Horizonte/SC, em 28 de Dezembro de 2.015 – Eli Mariott – Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

EXTRATO TERMO ADITIVO

Termo Aditivo Nº ..... : 003 Ao Contrato Administrativo Nº: 013/2013

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

Contratada...: T.O.S. OBRAS E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA

Valor ..... : 79.585,32 (setenta e nove mil quinhentos e oitenta e cinco reais e trinta e dois centavos)

Vigência ..... : Início: 28/12/2015 Término: 31/12/2016

Licitação ..... : Tomada de Preço p/ Compras e Serviços Nº.: 1/2013

Recursos ..... : Dotação: 2.028.3.3.90.00.00.00.00 (109) Saldo: 605.000,00

Objeto ..... : O objeto do presente Termo Aditivo consiste na alteração da CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO, do Contrato para a prestação de serviço de coleta, transporte e destinação final de lixo domiciliar, comercial e de lixo proveniente dos serviços de saúde, no perímetro urbano de Novo Horizonte, terá vigência de 01/01/2016 até 31/12/2016.

Novo Horizonte/SC, em 28 de Dezembro de 2.015 – Eli Mariott – Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

EXTRATO TERMO ADITIVO

Termo Aditivo Nº ..... : 005 ao Contrato Administrativo Nº: 026/2013

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

Contratada...: D.G. LAZARIN - EPP/HELP INFORMATICA

Valor ..... : 12.500,00 (doze mil quinhentos reais)

Vigência ..... : Início: 28/12/2015 Término: 31/12/2016

Licitação ..... : Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 7/2013

Recursos ..... : Dotação: 2.003.3.3.90.00.00.00.00 (12), 2.010.3.3.90.00.00.00.00 (31)

Objeto ..... : O objeto do presente Termo Aditivo consiste na alteração da CLÁUSULA OITAVA - PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO para a prestação de serviços de impressão, c/ fornecimento de Impressoras c/ tecnologia de impressão a laser e manutenção relativa aos mesmos, 01/01/2016 até 31/12/2016.

Novo Horizonte/SC, em 28 de Dezembro de 2.015 – Eli Mariott – Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

EXTRATO TERMO ADITIVO

Termo Aditivo Nº ..... : 001 ao Contrato Administrativo Nº: 044/2015

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

Contratada...: OLANI FATIMA ROVARIS & ADVOGADOS ASSOCIADOS

Valor ..... : 24.000,00 (vinte e quatro mil reais)

Vigência ..... : Início: 28/12/2015 Término: 31/05/2016

Licitação ..... : Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 5/2015

Recursos ..... : Dotação: 2.003.3.1.90.00.00.00.00 (7) Saldo: 544.500,00

Objeto ..... : O objeto do presente Termo Aditivo consiste na alteração da CLÁUSULA SÉTIMA-PRAZO para prestação de serviços de assessoria jurídica na sede do Município de Novo Horizonte, em outras Comarcas, Tribunal de Justiça e Superiores bem como tribunal de contas do Estado de Santa Catarina, terá vigência de 01/01/2016 até 31/05/2016.

Novo Horizonte/SC, em 28 de Dezembro de 2.015 – Eli Mariott – Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

EXTRATO TERMO ADITIVO

Termo Aditivo Nº ..... : 017 ao Contrato Administrativo Nº: 061/2013

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

Contratada...: C.A.S. TRANSPORTES LTDA ME

Valor ..... : 677.255,71 (seiscentos e setenta e sete mil duzentos e

cinquenta e cinco reais e setenta e um centavos)

Vigência ..... : Início: 28/12/2015 Término: 31/12/2016

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 13/2013

Recursos ..... : 40.01-039-12.361.0005-2.012.3.3.90.00-110-Man. Transporte Escolar Ensino Fundamental - 40.01-040-12.361.0005-2.012.3.3.90.00-116-Man. Transporte Escolar Ensino Fundamental - 40.01-041-12.361.0005-2.012.3.3.90.00-130-Man. Transporte Escolar Ensino Fundamental - 40.01-042-12.361.0005-2.012.3.3.90.00-134-Man. Transporte Escolar Ensino Fundamental - 40.01-045-12.362.0006-2.015.3.3.90.00-109-Manutenção Ensino Médio - 40.01-046-12.362.0006-2.015.3.3.90.00-134-Manutenção Ensino Médio - 40.01-047-12.364.0007-2.016.3.3.90.00-109-Manutenção Ensino Superior

- 40.01-052-12.367.0008-2.017.3.3.90.00-109-Manutenção APAE  
Objeto ..... : O objeto do presente Termo Aditivo consiste na alteração da CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA para serviços de Transporte Escolar para alunos do Município de Novo Horizonte, terá vigência de 01/01/2016 até 31/12/2016.

Novo Horizonte/SC, em 28 de Dezembro de 2.015 – Eli Mariott –  
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE  
EXTRATO TERMO ADITIVO

Termo Aditivo Nº ..... : 001 ao Contrato Administrativo Nº: 009/2015  
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE  
Contratada...: NOVA SERVICOS DE COMUNICACAO MULTIMIDIA LTDA - ME

Valor ..... : 127.200,00 (cento e vinte e sete mil e duzentos reais)

Vigência ..... : Início: 28/12/2015 Término: 31/12/2016

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 39/2014

Recursos ..... : Dotação: 2.003.3.3.90.00.00.00.00 (12) Saldo: 223.850,00

Objeto ..... : O objeto do presente Termo Aditivo consiste na alteração da CLÁUSULA SÉTIMA - VIGÊNCIA DO CONTRATO - para prestação de serviços de acesso à rede mundial de computadores, visando atender ao Programa "Cidade Digital" do município de Novo Horizonte - SC, 01/01/2016 até 31/12/2016.

Novo Horizonte/SC, em 28 de Dezembro de 2.015 – Eli Mariott –  
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE  
EXTRATO TERMO ADITIVO

Termo Aditivo Nº ..... : 002 ao Contrato Administrativo Nº: 002/2015  
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE  
Contratada...: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRÁFOS - ECT

Valor ..... : 4.000,00 (quatro mil reais)

Vigência ..... : Início: 28/12/2015 Término: 31/12/2016

Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 7/2015

Recursos ..... : Dotação: 2.003.3.3.90.00.00.00.00 (12) Saldo: 223.850,00

Objeto ..... : O presente Termo Aditivo tem por objeto a prestação, pela ECT, de serviços e venda de produtos a prorrogação da vigência do Contrato original por mais 12 meses, ou seja de 01/01 a 31/12/2016.

Novo Horizonte/SC, em 28 de Dezembro de 2.015 – Eli Mariott –  
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE  
EXTRATO TERMO ADITIVO

Termo Aditivo Nº ..... : 002 ao Contrato Administrativo Nº: 008/2014  
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE  
Contratada...: D.G. LAZARIN - EPP/HELP INFORMATICA

Valor ..... : 20.229,00 (vinte mil duzentos e vinte e nove reais)

Vigência ..... : Início: 28/12/2015 Término: 31/12/2016

Licitação ..... : Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 29/2013

Recursos ..... : Dotação: 2.003.3.3.90.00.00.00.00 (12), 2.011.3.3.90.00.00.00.00 (36)

Objeto ..... : O objeto do presente Termo Aditivo consiste na alteração da CLÁUSULA OITAVA: PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO para PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE MANUTENÇÃO

PREVENTIVA E CORRETIVA EM EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS E CARTUCHOS E SERVIÇOS DE RECARGA DE TONER E CARTUCHOS, PARA OS DEPARTAMENTOS DA PREFEITURA MUNICIPAL E ESCOLAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE-SC, terá vigência de 01/01/2016 até 31/12/2016.

Novo Horizonte/SC, em 28 de Dezembro de 2.015 – Eli Mariott –  
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE  
EXTRATO TERMO ADITIVO

Termo Aditivo Nº ..... : 002 ao Contrato Administrativo Nº: 060/2014  
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE  
Contratada...: NOVA SERVICOS DE COMUNICACAO MULTIMIDIA LTDA - ME

Valor ..... : 24.000,00 (vinte e quatro mil reais)

Vigência ..... : Início: 28/12/2015 Término: 31/12/2016

Licitação ..... : Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 12/2014

Recursos ..... : Dotação: 2.003.3.3.90.00.00.00.00 (12) Saldo: 223.850,00

Objeto ..... : O objeto do presente Termo Aditivo consiste na alteração da CLÁUSULA SÉTIMA - PRAZO para PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONEXÃO DE ACESSO À REDE MUNDIAL DE COMPUTADORES, COM VELOCIDADE MÍNIMA DE 6 Mbps (Full), ATRAVÉS DE RÁDIO DIGITAL DE NO MÍNIMO 5,8ghz E RÁDIO BACKUP, COM FORNECIMENTO DE NO MÍNIMO 05 (CINCO) ENDEREÇOS DE IP PARA ATENDER A DEMANDA DO CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE/SC, terá vigência de 01/01/2016 até 31/12/2016.

Novo Horizonte/SC, em 28 de Dezembro de 2.015 – Eli Mariott –  
Prefeito Municipal



# Ouro

## PREFEITURA

### LEI 2.429

LEI Nº 2.429, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2015

Autoriza firmar convênio para repasse financeiro com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Capinzal.

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio para repasse financeiro com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Capinzal - APAE, inscrita no CNPJ sob o nº 83.826.370/0001-00, sediada na Rua Agenor Trancoso nº 378, no Município de Capinzal, destinado à manutenção das atividades desenvolvidas pela Entidade.

Art. 2º O Município de Ouro repassará à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Capinzal - APAE a importância de 48.000,00 (quarenta e oito mil reais) em 12 (doze) parcelas, no período de janeiro a dezembro de 2016.

Art. 3º Fica vinculado ao repasse financeiro à apresentação das certidões negativas as quais a entidade possui vinculação.

Art. 4º A entidade deverá prestar contas ao Município, obedecendo aos critérios que serão estabelecidos no Termo de Convênio a ser firmado.

Art. 5º As despesas decorrentes da execução da presente Lei, serão lançadas em programação orçamentária específica, prevista no Orçamento para o Exercício de 2016.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo os seus efeitos legais a partir de dia 1º de janeiro de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ouro - SC,  
23 de Dezembro de 2015.

Vitor João Faccin  
Prefeito de Ouro

Rafael Bof  
Sec. Mun. De Administração e Finanças.

### LEI 2.430

LEI Nº 2.430, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2015

Autoriza firmar convênio para repasse financeiro com a Associação dos Acadêmicos de Ouro.

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio para repasse financeiro com a Associação dos Acadêmicos de Ouro - AACO, inscrita no CNPJ sob nº 78.507.977/0001-97, sediado na Rua Governador Jorge Lacera, neste Município, destinado ao custeio do transporte dos acadêmicos até a Universidade do Oeste de Santa Catarina, nas cidades de Joaçaba, Capinzal e Campos Novos.

Art. 2º O Município de Ouro repassará à Associação dos Acadêmicos de Ouro a importância de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) em 10 (dez) parcelas, no período de fevereiro a novembro de 2016.

Art. 3º Fica vinculado ao repasse financeiro à apresentação das certidões negativas as quais a entidade possui vinculação.

Art. 4º A entidade deverá prestar contas ao Município, obedecendo

aos critérios que serão estabelecidos no Termo de Convênio a ser firmado.

Art. 5º As despesas decorrentes da execução da presente Lei, serão lançadas em programação orçamentária específica, prevista no Orçamento para o Exercício de 2016.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo os seus efeitos legais a partir de dia 1º de janeiro de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ouro - SC,  
23 de Dezembro de 2015.

Vitor João Faccin  
Prefeito de Ouro

Rafael Bof  
Sec. Mun. De Administração e Finanças.

### LEI 2.431

LEI Nº 2.431, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2015

Autoriza firmar convênio para repasse financeiro com a Associação de Desenvolvimento Agrícola Araucária.

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio para repasse financeiro com a Associação de Desenvolvimento Agrícola Araucária, inscrito no CNPJ sob nº 11.284.644/0001-75, sediado na comunidade de Linha Pinheiro Baixo, neste Município, destinado ao custeio de despesas com combustível, lubrificantes, pneus e manutenção de equipamentos agrícolas do grupo de agricultores associados a entidade.

Art. 2º O Município de Ouro repassará à Associação de Desenvolvimento Agrícola Araucária a importância de R\$ 26.500,00 (vinte e seis mil e quinhentos reais) em 10 (dez) parcelas, no período de fevereiro a novembro de 2016.

Art. 3º Fica vinculado ao repasse financeiro à apresentação das certidões negativas as quais a entidade possui vinculação.

Art. 4º A entidade deverá prestar contas ao Município, obedecendo aos critérios que serão estabelecidos no Termo de Convênio a ser firmado.

Art. 5º As despesas decorrentes da execução da presente Lei, serão lançadas em programação orçamentária específica, prevista no Orçamento para o Exercício de 2016.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo os seus efeitos legais a partir de dia 1º de janeiro de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ouro - SC,  
23 de Dezembro de 2015.

Vitor João Faccin  
Prefeito de Ouro

Rafael Bof  
Sec. Mun. De Administração e Finanças.

**LEI 2.432**

LEI Nº 2.432, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2015

Autoriza firmar convênio para repasse financeiro com a Associação dos Agricultores do Distrito de Santa Lúcia.

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio para repasse financeiro com a Associação dos Agricultores do Distrito de Santa Lúcia, inscrito no CNPJ sob nº 20.491.240/0001-43, sediado no Distrito de Santa Lúcia, neste Município, destinado ao custeio de despesas com combustível, lubrificantes, pneus e manutenção de equipamentos agrícolas do grupo de agricultores associados a entidade.

Art. 2º O Município de Ouro repassará à Associação dos Agricultores do Distrito de Santa Lúcia a importância de R\$ 26.500,00 (vinte e seis mil e quinhentos reais) em 10 (dez) parcelas, no período de fevereiro a novembro de 2016.

Art. 3º Fica vinculado ao repasse financeiro à apresentação das certidões negativas as quais a entidade possui vinculação.

Art. 4º A entidade deverá prestar contas ao Município, obedecendo aos critérios que serão estabelecidos no Termo de Convênio a ser firmado.

Art. 5º As despesas decorrentes da execução da presente Lei, serão lançadas em programação orçamentária específica, prevista no Orçamento para o Exercício de 2016.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo os seus efeitos legais a partir de dia 1º de janeiro de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ouro - SC,  
23 de Dezembro de 2015.

Vitor João Faccin  
Prefeito de Ouro

Rafael Bof  
Sec. Mun. De Administração e Finanças.

**LEI 2.433**

LEI Nº 2.433, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2015

Atualiza o valor venal dos imóveis para lançamento do Imposto Predial e Territorial Urbano e dá outras providências.

Art. 1º Fica atualizado em 10,10% (dez inteiros e dez centésimos por cento) o valor venal dos imóveis urbanos e suburbanos, constantes do Cadastro Imobiliário do Município, destinado à apuração do montante para lançamento do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU para o exercício financeiro de 2016.

Art. 2º O Valor de Referência - VR, instituído pela Lei nº 428, de 1º de dezembro de 1980, fica fixado em R\$ 484,47 (quatrocentos e oitenta e quatro reais e quarenta e sete centavos).

Art. 3º Fica concedido desconto de 5,00% (cinco por cento) para o pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU em cota única, no prazo estabelecido.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo os seus efeitos legais a partir de 1º de janeiro de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ouro - SC,  
23 de Dezembro de 2015.

Vitor João Faccin  
Prefeito de Ouro

Rafael Bof  
Sec. Mun. De Administração e Finanças.

# Passos Maia

## PREFEITURA

**CONTRATO N. 116/2015**

EXTRATO CONTRATO n. 00116/2015

PROCESSO LICITATORIO n. 0034/2015

PREGÃO PRESENCIAL n. 0022/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Contratante: MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA/SC

Contratada: ROSANE B. LUZA BUENO - ME

Objeto: Contratação de empresa especializada para realizar o conserto parcial da Motoniveladora Caterpillar 120H, série 5FM00563, incluindo mão-de-obra e fornecimento de peças, conforme especificações constantes no anexo I do Edital.

Valor: Para os itens que a CONTRATADA sagrou-se vencedora no processo licitatório acima identificado, a CONTRATANTE pagará a quantia de R\$ 34.668,95 (trinta e quatro mil seiscentos e sessenta e oito reais e noventa e cinco centavos).

Vigência: O presente contrato vigorará a partir de sua assinatura e terá validade até dia 31/12/2015.

Passos Maia, SC, 28 de dezembro de 2015.

Ivandre Bocalon

Prefeito Municipal

**TERMO ADITIVO 006/2015 AO CONTRATO 0017/2013**

TERMO ADITIVO 0006/2015 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO n. 0017/2013

PROCESSO ADMINISTRATIVO n. 0005/2013

PREGÃO PRESENCIAL n. 0005/2013

O MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede junto a Prefeitura Municipal de Passos Maia - SC, à Avenida Padre João Botero, 485, centro, inscrita no CNPJ sob o n. 95.993.085/0001-62, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. IVANDRE BOCALON, brasileiro, casado, RG sob o n. 1.510.345, CPF sob o n. 625.625.769-34, residente e domiciliado no Município de Passos Maia - Estado de Santa Catarina, denominada para este instrumento particular simplesmente de CONTRATANTE, e, de outro lado à empresa RCST LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n. 13.471.910/0001-02, sediada na Rua Paralela BR 282 km 464, s/n, Baía Alta, Município de Ponte Serrada - Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Rodrigo Castilho da Silva, inscrito no CPF sob o n. 938.154.259-72, a seguir denominada simplesmente CONTRATADA, resolvem aditar o contrato originário, o que se fazem nos seguintes termos:

**CLAUSULA PRIMEIRA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

O presente termo aditivo tem sua fundamentação legal prevista no inciso II, do art. 57, da Lei 8.666/93, bem como na minuta do contrato que compõem o Edital de Licitação e ainda no respectivo contrato, e também no Prejulgado n. 1758 do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DA JUSTICATIVA**

Considerando que os parâmetros jurídicos acima referidos permitem a prorrogação do prazo de vigência do contrato, aliado ao fato de que o objeto licitado refere-se a serviços a serem executados de forma contínua;

Considerando que os serviços licitados são afetos à área da educação, razão por que não podem ser interrompidos.

Considerando que a realização de novo certame licitatório, além de implicar em despesas e desperdício de tempo em relação aos servidores públicos, também pode prejudicar a qualidade na prestação dos serviços, já que a contratada está adaptada ao ambiente de trabalho, inclusive no que pertine aos funcionários municipais, que não apresentam qualquer tipo de reclamação;

Considerando que serão mantidos os parâmetros financeiros estabelecidos inicialmente, a ilustrar que em virtude da realização de nova licitação o custo financeiro da Administração poderia aumentar;

Conclui-se que a prorrogação do prazo de vigência do contrato atende aos princípios do interesse público e da legalidade.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO NOVO PRAZO DE VIGÊNCIA E DEMAIS CONDIÇÕES GERAIS**

Fica prorrogado o prazo de vigência deste contrato, pelo período de mais 12 (doze) meses, sendo assim, vigorará até 31 de dezembro de 2016.

Ficam ratificadas e inalteradas as demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato original, às quais se aplicam ao presente Termo Aditivo.

E, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, assinam o presente, na presença de duas testemunhas, sendo posteriormente publicado e arquivado, nos termos de Lei.

Passos Maia - SC, 28 de dezembro de 2015.

IVANDRE BOCALON

MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA

CONTRATANTE

RODRIGO CASTILHO DA SILVA

RCST LTDA ME

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

EDSON SALVADEGO  
CPF n. 067.004.859-32DOUGLAS AIGNER  
CPF n. 009.844.399-27**TERMO ADITIVO N. 001/2015 AO CONVÊNIO N. 001/2013**

TERMO DE APOSTILAMENTO N. 001/2015

TERMO DE CONVÊNIO N. 001/2013

MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Avenida Padre João Bottero, n. 485, centro, inscrita no CNPJ sob o n. 95.993.085/0001-62, representado pelo Prefeito Municipal, Senhor IVANDRE BOCALON, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade registrada sob o n. 11R/510345, expedida pela Secretaria de Estado da Segurança Pública do Estado de Santa Catarina, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas da Receita Federal sob o n. 625.625.769-34, residente e domiciliado no Município de Passos Maia - Estado de

Santa Catarina, denominada para este instrumento simplesmente de CONVENIENTE, e, de outro lado a INSTITUIÇÃO HOSPITALAR SANTA LUZIA – DEONILDO JOSÉ BAGGIO, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n. 80.088.263/0001-33, sediada na Avenida XV de Novembro, centro, Cidade e Comarca de Ponte Serrada – Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo senhor DEONILDO JOSÉ BAGGIO, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF sob o n. 647.473.799-91, doravante denominada CONVENIADA, resolvem, de comum acordo, modificar o Termo de Convênio n. 001/2014, pelas cláusulas e condições seguintes:

#### CLAUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente Termo de Apostilamento encontra amparo jurídico na cláusula quarta do convênio n. 001/2013, a qual permite a prorrogação do prazo de vigência do convênio, conforme interesse público.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA JUSTIFICATIVA

Considerando que os parâmetros jurídicos acima referidos permitem a prorrogação do prazo de vigência do convênio n. 001/2013.

Considerando que os serviços prestados são afetos à área da saúde, sendo imprescindível a manutenção dos mesmos, por serem de interesse público.

Conclui-se que a prorrogação do prazo para conclusão da obra objeto do contrato acima identificado atende aos princípios do interesse público e da legalidade.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DO NOVO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONVÊNIO

Fica prorrogado o prazo de vigência do convênio n. 001/2013, o qual vigorará até 31.12.2016, podendo ser novamente prorrogado por igual período, caso haja interesse público.

Ficam ratificadas e inalteradas as demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato original, às quais se aplicam ao presente Termo de Apostilamento.

E, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, assinam o presente, na presença de duas testemunhas.

Passos Maia – SC, 23 de dezembro de 2015.

IVANDRE BOCALON  
PREFEITO MUNICIPAL  
CONVENIENTE

INSTITUIÇÃO HOSPITALAR SANTA LUZIA  
DEONILDO JOSÉ BAGGIO  
CONVENIADA

Testemunhas:

EDSON SALVADEGO  
CPF n. 067.004.859-32

DOUGLAS AIGNER  
CPF n. 009.844.399-27

# Paulo Lopes

## PREFEITURA

**PORTARIA Nº 382/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES  
PORTARIA Nº 382/2015

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

CONCEDER PROGRESSÃO HORIZONTAL, de F para G, ao servidor Público Municipal efetivo e estável, brasileiro, Ademir Joao Machado, portador do CPF nº552.321.169-91, matrícula nº 39, nomeado pela portaria nº 054/1992, a disposição na Secretaria Municipal de Obras.

Município de Paulo Lopes – SC, em 17 de Dezembro 2015.  
Evandro João dos Santos  
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 383/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES  
PORTARIA Nº 383/2015

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

CONCEDER PROGRESSÃO HORIZONTAL, de B para C, ao servidor Público Municipal efetivo e estável, brasileiro, Domingos Maximo Pereira, portador do CPF nº 003.694.909-40, matrícula nº 10417, nomeado pela portaria nº 167/2009, a disposição na Secretaria Municipal de Obras.

Município de Paulo Lopes – SC, em 17 de Dezembro 2015.  
Evandro João dos Santos  
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 384/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES  
PORTARIA Nº 384/2015

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

CONCEDER PROGRESSÃO HORIZONTAL, de C para D, ao servidor Público Municipal efetivo e estável, brasileiro, Nivan de Jesus, portador do CPF nº 733.269.929-04, matrícula nº 1002, nomeado pela portaria nº 015/2006, a disposição na Secretaria Municipal de Obras.

Município de Paulo Lopes – SC, em 17 de Dezembro 2015.  
Evandro João dos Santos  
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 385/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES  
PORTARIA Nº 385/2015

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal De Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

DISPENSAR POR TÉRMINO DE CONTRATO o Servidor Público Municipal, brasileiro, Marcio Vilela de Oliveira, portador do CPF nº 057.991.178-08, matrícula 11074, ocupante do Cargo de Professor, contratado pela portaria nº 059/2015, a disposição da Secretaria Municipal de Educação, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS

Município de Paulo Lopes – SC, em 18 de dezembro de 2015.  
Evandro João dos Santos  
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009.

Almery Alcides Vieira  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 386/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES  
PORTARIA Nº 385/2015

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal De Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

DISPENSAR POR TÉRMINO DE CONTRATO a Servidora Pública Municipal, brasileira, Aline Rosa da Silva Santos, portador do CPF nº 066.921.669-00, matrícula 11075, ocupante do Cargo de Professora, contratada pela portaria nº 060/2015, a disposição da Secretaria Municipal de Educação, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS

Município de Paulo Lopes – SC, em 18 de dezembro de 2015.  
Evandro João dos Santos  
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009.

Almery Alcides Vieira  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 387/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES  
PORTARIA Nº 387/2015

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal De Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

DISPENSAR POR TÉRMINO DE CONTRATO a Servidora Pública Municipal, brasileira, Pablini Kiuni dos Santos Fernandes, portadora do CPF nº 058.374.099-55, matrícula 11076, ocupante do Cargo de Professora, contratada pela portaria nº 061/2015, a disposição da Secretaria Municipal de Educação, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS

Município de Paulo Lopes – SC, em 18 de dezembro de 2015.  
Evandro João dos Santos  
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009.

Almery Alcides Vieira  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 388/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES  
PORTARIA Nº 388/2015

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal De Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

DISPENSAR POR TÉRMINO DE CONTRATO a Servidora Pública Municipal, brasileira, Marjorie Azevedo Vasques, portadora do CPF nº 971.403.840-53, matrícula 11077, ocupante do Cargo de Professora, contratada pela portaria nº 062/2015, a disposição da Secretaria Municipal de Educação, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS

Município de Paulo Lopes – SC, em 18 de dezembro de 2015.  
Evandro João dos Santos  
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009.

Almery Alcides Vieira  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 389/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES  
PORTARIA Nº 390/2015

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal De Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

DISPENSAR POR TÉRMINO DE CONTRATO a Servidora Pública Municipal, brasileira, Simoni de Souza Crescencio, portadora do CPF nº 049.874.765-41, matrícula 11079, ocupante do Cargo de Professora, contratada pela portaria nº 064/2015, a disposição da Secretaria Municipal de Educação, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS

Município de Paulo Lopes – SC, em 18 de dezembro de 2015.  
Evandro João dos Santos  
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009.

Almery Alcides Vieira  
Secretário Municipal de Administração



**PORTARIA Nº 390/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES  
PORTARIA Nº 390/2015

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal De Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

DISPENSAR POR TÉRMINO DE CONTRATO a Servidora Pública Municipal, brasileira, Simoni de Souza Crescencio, portadora do CPF nº 049.874.765-41, matrícula 11079, ocupante do Cargo de Professora, contratada pela portaria nº 064/2015, a disposição da Secretaria Municipal de Educação, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS

Município de Paulo Lopes – SC, em 18 de dezembro de 2015.  
Evandro João dos Santos  
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009.

Almery Alcides Vieira  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 391/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES  
PORTARIA Nº 391/2015

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal De Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

DISPENSAR POR TÉRMINO DE CONTRATO a Servidora Pública Municipal, brasileira, Marli Borges Carboni, portadora do CPF nº 520.632.839-15, matrícula 11080, ocupante do Cargo de Professora, contratada pela portaria nº 065/2015, a disposição da Secretaria Municipal de Educação, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS

Município de Paulo Lopes – SC, em 18 de dezembro de 2015.  
Evandro João dos Santos  
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009.

Almery Alcides Vieira  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 392/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES  
PORTARIA Nº 392/2015

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal De Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

DISPENSAR POR TÉRMINO DE CONTRATO a Servidora Pública Municipal, brasileira, Kelli Rodrigues Cabral, portadora do CPF nº 046.657.029-50, matrícula 11081, ocupante do Cargo de

Professora, contratada pela portaria nº 066/2015, a disposição da Secretaria Municipal de Educação, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS

Município de Paulo Lopes – SC, em 18 de dezembro de 2015.  
Evandro João dos Santos  
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009.

Almery Alcides Vieira  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 393/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES  
PORTARIA Nº 393/2015

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal De Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

DISPENSAR POR TÉRMINO DE CONTRATO a Servidora Pública Municipal, brasileira, Alessandra Ana Fernandes de Souza, portadora do CPF nº 046.657.029-50, matrícula 11083, ocupante do Cargo de Professora, contratada pela portaria nº 068/2015, a disposição da Secretaria Municipal de Educação, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS

Município de Paulo Lopes – SC, em 18 de dezembro de 2015.  
Evandro João dos Santos  
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009.

Almery Alcides Vieira  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 394/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES  
PORTARIA Nº 394/2015

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal De Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

DISPENSAR POR TÉRMINO DE CONTRATO a Servidora Pública Municipal, brasileira, Edineia Dilma Borges Rodrigues, portadora do CPF nº 927.572.519-53, matrícula 11084, ocupante do Cargo de Professora, contratada pela portaria nº 069/2015, a disposição da Secretaria Municipal de Educação, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS

Município de Paulo Lopes – SC, em 18 de dezembro de 2015.  
Evandro João dos Santos  
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009.

Almery Alcides Vieira  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 395/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES  
PORTARIA Nº 395/2015

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal De Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

DISPENSAR POR TÉRMINO DE CONTRATO o Servidor Público Municipal, brasileiro, Adler Hinkel Luckner de Souza, portador do CPF nº 061.336.859-21, matrícula 11085, ocupante do Cargo de Professor, contratado pela portaria nº 070/2015, a disposição da Secretaria Municipal de Educação, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS

Município de Paulo Lopes – SC, em 18 de dezembro de 2015.  
Evandro João dos Santos  
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009.

Almery Alcides Vieira  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 396/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES  
PORTARIA Nº 396/2015

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal De Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

DISPENSAR POR TÉRMINO DE CONTRATO a Servidora Pública Municipal, brasileira, Claudia Cardamone, portadora do CPF nº 111.615.108-18, matrícula 11086, ocupante do Cargo de Professora, contratada pela portaria nº 071/2015, a disposição da Secretaria Municipal de Educação, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS

Município de Paulo Lopes – SC, em 18 de dezembro de 2015.  
Evandro João dos Santos  
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009.

Almery Alcides Vieira  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 397/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES  
PORTARIA Nº 397/2015

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal De Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

DISPENSAR POR TÉRMINO DE CONTRATO a Servidora Pública Municipal, brasileira, Cidineia Ana Jovino de Souza, portadora do CPF nº 812.159.329-87, matrícula 11087, ocupante do Cargo de Professora, contratada pela portaria nº 072/2015, a disposição da Secretaria Municipal de Educação, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS

Município de Paulo Lopes – SC, em 18 de dezembro de 2015.  
Evandro João dos Santos  
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009.

Almery Alcides Vieira  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 398/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES  
PORTARIA Nº 398/2015

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal De Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

DISPENSAR POR TÉRMINO DE CONTRATO a Servidora Pública Municipal, brasileira, Aliny Maria Ramos, portadora do CPF nº 073.403.589-60, matrícula 11089, ocupante do Cargo de Professora, contratada pela portaria nº 074/2015, a disposição da Secretaria Municipal de Educação, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS

Município de Paulo Lopes – SC, em 18 de dezembro de 2015.  
Evandro João dos Santos  
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009.

Almery Alcides Vieira  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 399/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES  
PORTARIA Nº 399/2015

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal De Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

DISPENSAR POR TÉRMINO DE CONTRATO a Servidora Pública Municipal, brasileira, Joana Maria Santos Martins, portadora do CPF nº 066.917.999-09, matrícula 11090, ocupante do Cargo de

Professora, contratada pela portaria nº 075/2015, a disposição da Secretaria Municipal de Educação, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS

Município de Paulo Lopes – SC, em 18 de dezembro de 2015.  
Evandro João dos Santos  
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009.

Almery Alcides Vieira  
Secretário Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 400/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES  
PORTARIA Nº 400/2015

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal De Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

DISPENSAR POR TÉRMINO DE CONTRATO a Servidora Pública Municipal, brasileira, Karina Andreia Tavares, portadora do CPF nº 072.880.719-01, matrícula 11092, ocupante do Cargo de Professora, contratada pela portaria nº 077/2015, a disposição da Secretaria Municipal de Educação, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Município de Paulo Lopes – SC, em 18 de dezembro de 2015.  
Evandro João dos Santos  
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009.

Almery Alcides Vieira  
Secretário Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 401/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES  
PORTARIA Nº 401/2015

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal De Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

DISPENSAR POR TÉRMINO DE CONTRATO a Servidora Pública Municipal, brasileira, Phamella Teixeira Machado, portadora do CPF nº 084.773.559-16, matrícula 11093, ocupante do Cargo de Professora, contratada pela portaria nº 078/2015, a disposição da Secretaria Municipal de Educação, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Município de Paulo Lopes – SC, em 18 de dezembro de 2015.  
Evandro João dos Santos  
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009.

Almery Alcides Vieira  
Secretário Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 402/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES  
PORTARIA Nº 402/2015

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal De Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

DISPENSAR POR TÉRMINO DE CONTRATO a Servidora Pública Municipal, brasileira, Mara Silva, portadora do CPF nº 059.363.169-20, matrícula 11094, ocupante do Cargo de Professora, contratada pela portaria nº 079/2015, a disposição da Secretaria Municipal de Educação, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Município de Paulo Lopes – SC, em 18 de dezembro de 2015.  
Evandro João dos Santos  
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009.

Almery Alcides Vieira  
Secretário Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 403/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES  
PORTARIA Nº 403/2015

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal De Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

DISPENSAR POR TÉRMINO DE CONTRATO a Servidora Pública Municipal, brasileira, Andreia Gadini Maia, portadora do CPF nº 052.515.659-33, matrícula 11163, ocupante do Cargo de Professora, contratada pela portaria nº 363/2015, a disposição da Secretaria Municipal de Educação, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Município de Paulo Lopes – SC, em 18 de dezembro de 2015.  
Evandro João dos Santos  
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009.

Almery Alcides Vieira  
Secretário Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 404/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES  
PORTARIA Nº 404/2015

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal De Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

DISPENSAR POR TÉRMINO DE CONTRATO a Servidora Pública Municipal, brasileira, Juliana Aparecida da Rosa Soares, portadora do CPF nº 057.471.979-24, matrícula 11096, ocupante do Cargo de

Professora, contratada pela portaria nº 081/2015, a disposição da Secretaria Municipal de Educação, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Município de Paulo Lopes – SC, em 18 de dezembro de 2015.  
Evandro João dos Santos  
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009.

Almery Alcides Vieira  
Secretário Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 405/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES  
PORTARIA Nº 405/2015

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal De Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

DISPENSAR POR TÉRMINO DE CONTRATO a Servidora Pública Municipal, brasileira, Leticia Viana Cardoso, portadora do CPF nº 072.718.629-94, matrícula 11099, ocupante do Cargo de Professora, contratada pela portaria nº 084/2015, a disposição da Secretaria Municipal de Educação, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Município de Paulo Lopes – SC, em 18 de dezembro de 2015.  
Evandro João dos Santos  
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009.

Almery Alcides Vieira  
Secretário Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 406/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES  
PORTARIA Nº 406/2015

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal De Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

DISPENSAR POR TÉRMINO DE CONTRATO a Servidora Pública Municipal, brasileira, Cristiane Cardoso de Abreu, portadora do CPF nº 078.090.649-75, matrícula 11100, ocupante do Cargo de Professora, contratada pela portaria nº 085/2015, a disposição da Secretaria Municipal de Educação, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Município de Paulo Lopes – SC, em 18 de dezembro de 2015.  
Evandro João dos Santos  
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009.

Almery Alcides Vieira  
Secretário Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 407/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES  
PORTARIA Nº 407/2015

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal De Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

DISPENSAR POR TÉRMINO DE CONTRATO a Servidora Pública Municipal, brasileira, Gislaine Gremelmaier, portadora do CPF nº 747.828190-72, matrícula 11101, ocupante do Cargo de Professora, contratada pela portaria nº 086/2015, a disposição da Secretaria Municipal de Educação, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Município de Paulo Lopes – SC, em 18 de dezembro de 2015.  
Evandro João dos Santos  
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009.

Almery Alcides Vieira  
Secretário Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 408/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES  
PORTARIA Nº 408/2015

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal De Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

DISPENSAR POR TÉRMINO DE CONTRATO a Servidora Pública Municipal, brasileira, Janete dos Anjos Medeiros Lourenço, portadora do CPF nº 613.396.609-20, matrícula 11104, ocupante do Cargo de Professora, contratada pela portaria nº 094/2015, a disposição da Secretaria Municipal de Educação, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Município de Paulo Lopes – SC, em 18 de dezembro de 2015.  
Evandro João dos Santos  
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009.

Almery Alcides Vieira  
Secretário Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 409/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES  
PORTARIA Nº 409/2015

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal De Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

DISPENSAR POR TÉRMINO DE CONTRATO a Servidora Pública Municipal, brasileira, Denize Aparecida da Rosa Nascimento, portadora do CPF nº 025.467489-55, matrícula 11105, ocupante do Cargo



de Professora, contratada pela portaria nº 095/2015, a disposição da Secretaria Municipal de Educação, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Município de Paulo Lopes – SC, em 18 de dezembro de 2015.  
Evandro João dos Santos  
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009.

Almery Alcides Vieira  
Secretário Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 410/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES  
PORTARIA Nº 410/2015

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal De Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

DISPENSAR POR TÉRMINO DE CONTRATO a Servidora Pública Municipal, brasileira, Luiza Santos Virgilio, portadora do CPF nº 071.627.549-02, matrícula 11106, ocupante do Cargo de Professora, contratada pela portaria nº 096/2015, a disposição da Secretaria Municipal de Educação, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Município de Paulo Lopes – SC, em 18 de dezembro de 2015.  
Evandro João dos Santos  
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009.

Almery Alcides Vieira  
Secretário Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 411/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES  
PORTARIA Nº 411/2015

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal De Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

DISPENSAR POR TÉRMINO DE CONTRATO a Servidora Pública Municipal, brasileira, Ana Regina Moreira, portadora do CPF nº 417.205.989-91, matrícula 11107, ocupante do Cargo de Professora, contratada pela portaria nº 097/2015, a disposição da Secretaria Municipal de Educação, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Município de Paulo Lopes – SC, em 18 de dezembro de 2015.  
Evandro João dos Santos  
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009.

Almery Alcides Vieira  
Secretário Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 412/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES  
PORTARIA Nº 412/2015

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal De Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

DISPENSAR POR TÉRMINO DE CONTRATO a Servidora Pública Municipal, brasileira, Deise Alexandre Cabral, portadora do CPF nº 017.991.119-89, matrícula 11108, ocupante do Cargo de Professora, contratada pela portaria nº 098/2015, a disposição da Secretaria Municipal de Educação, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Município de Paulo Lopes – SC, em 18 de dezembro de 2015.  
Evandro João dos Santos  
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009.

Almery Alcides Vieira  
Secretário Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 413/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES  
PORTARIA Nº 413/2015

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal De Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

DISPENSAR POR TÉRMINO DE CONTRATO a Servidora Pública Municipal, brasileira, Marilene Dagmar Pires, portadora do CPF nº 009.253.259-45, matrícula 11110, ocupante do Cargo de Professora, contratada pela portaria nº 100/2015, a disposição da Secretaria Municipal de Educação, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Município de Paulo Lopes – SC, em 18 de dezembro de 2015.  
Evandro João dos Santos  
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009.

Almery Alcides Vieira  
Secretário Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 414/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES  
PORTARIA Nº 414/2015

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal De Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

DISPENSAR POR TÉRMINO DE CONTRATO a Servidora Pública Municipal, brasileira, Tania Ramos da Silva, portadora do CPF nº 017.711.319-77, matrícula 11111, ocupante do Cargo de Professora,

contratada pela portaria nº 101/2015, a disposição da Secretaria Municipal de Educação, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Município de Paulo Lopes – SC, em 18 de dezembro de 2015.  
Evandro João dos Santos  
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009.

Almery Alcides Vieira  
Secretário Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 415/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES  
PORTARIA Nº 415/2015

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal De Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

DISPENSAR POR TÉRMINO DE CONTRATO a Servidora Pública Municipal, brasileira, Ana Paula Ramos, portadora do CPF nº 069.495.529-98, matrícula 11112, ocupante do Cargo de Professora, contratada pela portaria nº 102/2015, a disposição da Secretaria Municipal de Educação, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Município de Paulo Lopes – SC, em 18 de dezembro de 2015.  
Evandro João dos Santos  
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009.

Almery Alcides Vieira  
Secretário Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 416/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES  
PORTARIA Nº 416/2015

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal De Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

DISPENSAR POR TÉRMINO DE CONTRATO a Servidora Pública Municipal, brasileira, Eva Maria Bernardo, portadora do CPF nº 509.576.439-34, matrícula 11116, ocupante do Cargo de Professora, contratada pela portaria nº 108/2015, a disposição da Secretaria Municipal de Educação, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Município de Paulo Lopes – SC, em 18 de dezembro de 2015.  
Evandro João dos Santos  
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009.

Almery Alcides Vieira  
Secretário Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 417/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES  
PORTARIA Nº 417/2015

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal De Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

DISPENSAR POR TÉRMINO DE CONTRATO a Servidora Pública Municipal, brasileira, Maria Aparecida Leite Faria, portadora do CPF nº 020.181.689-08, matrícula 11119, ocupante do Cargo de Professora, contratada pela portaria nº 120/2015, a disposição da Secretaria Municipal de Educação, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Município de Paulo Lopes – SC, em 18 de dezembro de 2015.  
Evandro João dos Santos  
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009.

Almery Alcides Vieira  
Secretário Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 418/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES  
PORTARIA Nº 418/2015

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal De Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

DISPENSAR POR TÉRMINO DE CONTRATO a Servidora Pública Municipal, brasileira, Vera Regina Rodrigues Nunis, portadora do CPF nº 501.909.549-49, matrícula 11120, ocupante do Cargo de Professora, contratada pela portaria nº 121/2015, a disposição da Secretaria Municipal de Educação, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Município de Paulo Lopes – SC, em 18 de dezembro de 2015.  
Evandro João dos Santos  
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009.

Almery Alcides Vieira  
Secretário Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 419/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES  
PORTARIA Nº 419/2015

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal De Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

DISPENSAR POR TÉRMINO DE CONTRATO a Servidora Pública Municipal, brasileira, Vanessa Custodia Inacio, portadora do CPF nº 080.620.659-44, matrícula 11125, ocupante do Cargo de



Professora, contratada pela portaria nº 139/2015, a disposição da Secretaria Municipal de Educação, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Município de Paulo Lopes – SC, em 18 de dezembro de 2015.  
Evandro João dos Santos  
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condiciona sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009.

Almery Alcides Vieira  
Secretário Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 420/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES  
PORTARIA Nº 420/2015

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal De Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

DISPENSAR POR TÉRMINO DE CONTRATO a Servidora Pública Municipal, brasileira, Rosilene Botega Fernandes, portadora do CPF nº 664.896.799-49, matrícula 11132, ocupante do Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, contratada pela portaria nº 173/2015, a disposição da Secretaria Municipal de Assistência Social, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Município de Paulo Lopes – SC, em 18 de dezembro de 2015.  
Evandro João dos Santos  
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condiciona sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009.

Almery Alcides Vieira  
Secretário Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 421/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES  
PORTARIA Nº 421/2015

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal De Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

DISPENSAR POR TÉRMINO DE CONTRATO a Servidora Pública Municipal, brasileira, Jaqueline dos Passos Silva, portadora do CPF nº 070.010.349-08, matrícula 11135, ocupante do Cargo de Professora, contratada pela portaria nº 190/2015, a disposição da Secretaria Municipal de Educação, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Município de Paulo Lopes – SC, em 18 de dezembro de 2015.  
Evandro João dos Santos  
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condiciona sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009.

Almery Alcides Vieira  
Secretário Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 422/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES  
PORTARIA Nº 422/2015

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal De Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

DISPENSAR POR TÉRMINO DE CONTRATO a Servidora Pública Municipal, brasileira, Karyne Angelo de Brida da Silva, portadora do CPF nº 018.053.549-81, matrícula 11138, ocupante do Cargo de Professora, para o Serviço de Convivência, Fortalecimento e Vínculo, contratada pela portaria nº 207/2015, a disposição da Secretaria Municipal de Assistência Social, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Município de Paulo Lopes – SC, em 18 de dezembro de 2015.  
Evandro João dos Santos  
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condiciona sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009.

Almery Alcides Vieira  
Secretário Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 423/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES  
PORTARIA Nº 423/2015

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal De Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

DISPENSAR POR TÉRMINO DE CONTRATO o Servidor Público Municipal, brasileiro, Daniel Silveira Liberato, portador do CPF nº 070.052.339-13, matrícula 11146, ocupante do Cargo de Professor, contratado pela portaria nº 277/2015, a disposição da Secretaria Municipal de Educação, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Município de Paulo Lopes – SC, em 18 de dezembro de 2015.  
Evandro João dos Santos  
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condiciona sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009.

Almery Alcides Vieira  
Secretário Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 424/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES  
PORTARIA Nº 425/2015

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal De Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

DISPENSAR POR TÉRMINO DE CONTRATO a Servidora Pública Municipal, brasileira, Indiana Becker Machado, portadora do CPF nº

063.538.819-75, matrícula 11148, ocupante do Cargo de Professora, contratada pela portaria nº 281/2015, a disposição da Secretaria Municipal de Educação, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Município de Paulo Lopes – SC, em 18 de dezembro de 2015.  
Evandro João dos Santos  
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009.

Almery Alcides Vieira  
Secretário Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 425/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES  
PORTARIA Nº 425/2015

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal De Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

DISPENSAR POR TÉRMINO DE CONTRATO a Servidora Pública Municipal, brasileira, Indiana Becker Machado, portadora do CPF nº 063.538.819-75, matrícula 11148, ocupante do Cargo de Professora, contratada pela portaria nº 281/2015, a disposição da Secretaria Municipal de Educação, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Município de Paulo Lopes – SC, em 18 de dezembro de 2015.  
Evandro João dos Santos  
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009.

Almery Alcides Vieira  
Secretário Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 426/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES  
PORTARIA Nº 426/2015

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal De Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

DISPENSAR POR TÉRMINO DE CONTRATO a Servidora Pública Municipal, brasileira, Andreza Martinho, portadora do CPF nº 063.538.819-75, matrícula 11150, ocupante do Cargo de Professora, contratada pela portaria nº 303/2015, a disposição da Secretaria Municipal de Educação, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Município de Paulo Lopes – SC, em 18 de dezembro de 2015.  
Evandro João dos Santos  
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009.

Almery Alcides Vieira  
Secretário Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 427/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES  
PORTARIA Nº 427/2015

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal De Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

DISPENSAR POR TÉRMINO DE CONTRATO a Servidora Pública Municipal, brasileira, Carine Pereira Borges, portadora do CPF nº 028.885.389-03, matrícula 11152, ocupante do Cargo de Professora, contratada pela portaria nº 305/2015, a disposição da Secretaria Municipal de Educação, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Município de Paulo Lopes – SC, em 18 de dezembro de 2015.  
Evandro João dos Santos  
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009.

Almery Alcides Vieira  
Secretário Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 428/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES  
PORTARIA Nº 428/2015

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal De Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

DISPENSAR POR TÉRMINO DE CONTRATO a Servidora Pública Municipal, brasileira, Isolete Tenfen, portadora do CPF nº 767.889.389-20, matrícula 11158, ocupante do Cargo de Professora, para o Serviço de Convivência, Fortalecimento e Vínculo contratada pela portaria nº 337/2015, a disposição da Secretaria Municipal de Educação, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Município de Paulo Lopes – SC, em 18 de dezembro de 2015.  
Evandro João dos Santos  
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009.

Almery Alcides Vieira  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 429/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES  
PORTARIA Nº 429/2015

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal De Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

DISPENSAR POR TÉRMINO DE CONTRATO a Servidora Pública Municipal, brasileira, Laiza Rodrigues Izaguirres, portadora do CPF nº 075.748.269-43, matrícula 11134, ocupante do Cargo de Professora, contratada pela portaria nº 189/2015, a disposição da Secretaria Municipal de Educação, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Município de Paulo Lopes – SC, em 18 de dezembro de 2015.  
Evandro João dos Santos  
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009.

Almery Alcides Vieira  
Secretário Municipal de Administração

# Porto Belo

## PREFEITURA

### **LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 068, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2015.**

LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 068, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2015.

“INSTITUI SUBSÍDIO FINANCEIRO PARA O TRANSPORTE COLETIVO DO MUNICÍPIO DE PORTO BELO”

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente lei:

Art. 1º. – Fica instituído subsídio financeiro no valor global de R\$ 100.317,50 (cem mil trezentos e dezessete reais e cinquenta centavos) pelo período de um ano para o transporte coletivo de Porto Belo, a fim de suportar o déficit com a linha de transporte coletivo dos Bairros Sertão do Valongo e Sertão de Santa Luzia, ante o reduzido número de passageiros ao ano.

Art. 2º - O subsídio de que trata o caput do artigo 1º, será dividido em doze parcelas que serão custeadas da seguinte forma:

I – Meses de dezembro, janeiro e fevereiro no valor mensal de R\$ 11.974,28 (onze mil novecentos e setenta e quatro reais e vinte e oito centavos);

II – Meses de março, abril, maio, junho, julho, agosto, setembro, outubro e novembro no valor mensal de R\$ 7.154,28 (sete mil cento e cinquenta e quatro reais e vinte e oito centavos).

Parágrafo Único. Para a empresa concessionária, fazer jus ao subsídio previsto no artigo 1º da Lei Complementar, a mesma deverá disponibilizar no mínimo 02 horários por dia, compreendendo Sertão do Valongo X Centro e 02 horários por dia compreendendo Centro X Sertão do Valongo de Segunda à Sexta feira, sendo que os dois horários sejam distribuídos entre os períodos matutino e vespertino e a empresa concessionária deverá, inclusive, atender a linha do Bairro Araçá disponibilizando 04 horários por dia até o Bairro Perequê.

Art. 3º. – Para receber o subsídio a empresa de transporte coletivo de Porto Belo deverá comprovar a existência do déficit através de balancetes publicados nos veículos de comunicação.

Art. 4º. – O subsídio previsto nesta Lei Complementar não será repassado para as tarifas.

Art. 5º. – Todo e qualquer benefício, inclusive tributário, que vier a ser concedido ao serviço de transporte coletivo urbano, por qualquer dos Poderes da Federação, será automaticamente aplicado, proporcionalmente, na redução do custo do subsídio instituído por esta Lei Complementar.

Parágrafo único. Havendo deflação em qualquer dos meses que se seguirem à aplicação deste subsídio, aplicar-se-á, igualmente, o previsto no caput deste artigo.

Art. 6º. – O subsídio mensal será repassado até o dia dez do mês subsequente.

Parágrafo único. A concessionária prestará contas do recebimento e distribuição dos valores à Secretaria Municipal de Administração até o dia trinta do mês que a Prefeitura repassar a verba, sob pena do bloqueio automático do repasse das subseqüentes.

Art. 7º. – As despesas decorrentes da presente lei correrão por

conta da dotação orçamentária vigente.

Art. 8º. – Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos ao mês de agosto do corrente.

Porto Belo - SC, aos 23 dias do mês de dezembro de 2015.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

Prefeito de Porto Belo

### **LEI MUNICIPAL Nº 2.346, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2015.**

LEI MUNICIPAL Nº 2.346, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2015.

DENOMINA A RUA QUE ESPECIFICA.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica denominada "RUA EDUARDO ALVES MIRANDA", a Avenida com Código de Logradouro nº 4019, que tem seu início na Av. Governador Celso Ramos, no Bairro Perequê, neste Município.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo - SC, aos 23 dias do mês de dezembro de 2015.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

Prefeito de Porto Belo

### **LEI MUNICIPAL Nº 2.347, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2015.**

LEI MUNICIPAL Nº 2.347, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2015.

AUTORIZA A ISENÇÃO DE TAXAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a isentar o recolhimento das taxas de municipais necessárias funcionamento da Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Porto Belo, - pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº22946887/0001-48.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias vigentes.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo - SC, aos 23 dias do mês de dezembro de 2015.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

Prefeito de Porto Belo



**LEI MUNICIPAL Nº 2.348, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2015.**

LEI MUNICIPAL Nº 2.348, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2015.

Prorroga o prazo para adesão ao Programa de Recuperação Fiscal do Município de Porto Belo - REFIS, previsto no art. 2º, da Lei Municipal nº 2.315, de 10 de setembro de 2015. - CONVERSÃO DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº. 07/2015

IVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica prorrogado o prazo para adesão ao Programa de Recuperação Fiscal do Município de Porto Belo - REFIS, previsto no art. 2º, da Lei Municipal nº 2.315, de 10 de setembro de 2015, que poderá fazê-lo até 30 de dezembro de 2015, através da assinatura do Termo de Opção ao REFIS.

Art. 2º A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo - SC, aos 23 dias do mês de dezembro de 2015.

IVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

Prefeito de Porto Belo

**LEI MUNICIPAL Nº 2.349, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2015.**

LEI MUNICIPAL Nº 2.349, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2015.

Prorroga, excepcionalmente para o exercício de 2015, o prazo para o pagamento com desconto da Taxa de Licença para o Exercício de Atividades Temporárias ou Eventuais – TLET, prevista no art. 23 da Lei Municipal nº 2.146/2014. - CONVERSÃO DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº. 08/2015

IVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica, excepcionalmente para o exercício de 2015, prorrogado o prazo para o pagamento com desconto da Taxa de Licença para o Exercício de Atividades Temporárias ou Eventuais – TLET, prevista no art. 23 da Lei Municipal nº 2.146/2014, para o dia 10 de dezembro de 2015.

Art. 2º A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo - SC, aos 23 dias do mês de dezembro de 2015.

IVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

Prefeito de Porto Belo

**LEI MUNICIPAL Nº 2.350, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2015.**

LEI MUNICIPAL Nº 2.350, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2015.

"RECONHECE DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL DO BEM ESTAR ANIMAL DE PORTO BELO – ANJOS DE PATAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS". Autor: Vereador Antônio Brito Junior.

IVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º - Reconhece de Utilidade Pública, a ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL DO BEM ESTAR ANIMAL DE PORTO BELO – ANJOS DE PATAS, Pessoa Jurídica de Direito Privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ 21.321.332/0001-48, com sede na Rua Miguel Antônio Etur, nº 95 – Bairro Pereque, Município de Porto Belo, Registrado no Cartório de Registro de Títulos e Documentos e Pessoa Jurídica da Comarca de Porto Belo – Livro 1A – Registro 165 – Fl. 165.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo - SC, aos 23 dias do mês de dezembro de 2015.

IVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

Prefeito de Porto Belo

**LEI MUNICIPAL Nº 2.351, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2015.**

LEI MUNICIPAL Nº 2.351, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2015.

"Institui o Projeto "Escola Amiga dos Animais" no Município de Porto Belo e dá outras providências". Autor: Vereador Estevão B. Guerreiro – Maninho.

IVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º - Fica instituído o Projeto "Escola Amiga dos Animais" destinado à rede pública escolar municipal com objetivo de ampliar a educação ambiental voltada para o bem-estar de animais, sejam eles domésticos, de rua ou silvestres fortalecendo os conceitos da:

I - adoção consciente, e

II - guarda responsável.

Art. 2º O Projeto ora instituído, será capitaneado pelo Poder Público, através da Secretaria de Educação, FAMAP e Secretaria de Agricultura (veterinária), e terá como ações:

I - atividades extraclasse relacionadas com o Projeto, e

II – cuidados a animais comunitários na escola.

III – orientações quanto ao cuidado e bons tratos.

Art. 3º O Projeto poderá contar com a participação de órgãos públicos, empresas privadas e Organizações Não Governamentais para que apoiem atividades extraclasse, assim como a manutenção dos animais comunitários.

Art. 4º As Escolas Municipais poderão aderir ao Projeto "Escola Amiga dos Animais", assim como escolas da rede privada.

Art. 5º Esta Lei poderá ser regulamentada para garantir a sua execução.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Porto Belo - SC, aos 23 dias do mês de dezembro de 2015.

IVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

Prefeito de Porto Belo

**LEI MUNICIPAL Nº 2.352, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2015.**

LEI MUNICIPAL Nº 2.352, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2015.

"Institui a Semana Municipal de apoio aos portadores de Alzheimer e Parkinson no âmbito do Município de Porto Belo e dá outras providências". Autor: Vereador Estevão B. Guerreiro – Maninho.

IVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º - Fica instituída a "Semana Municipal de Apoio aos Portadores de Alzheimer e Parkinson" no Município de Porto Belo, a ser realizado anualmente, na terceira semana de Setembro.

Parágrafo Único. A semana de que trata o caput deste artigo terá por finalidade esclarecer a população quanto a importância de apoio aos portadores das doenças de Alzheimer e Parkinson, bem como as problemáticas que acometem seus portadores e a divulgação dos sintomas a fim de que cada vez mais se tenha um diagnóstico precoce das doenças.

Art. 2º - A "Semana Municipal de apoio aos Portadores de Alzheimer e Parkinson" prevê a realização de atividades conducentes a:

I – promover a integração das pessoas portadoras das doenças em todos os níveis sociais;

II – esclarecer a comunidade em geral quanto às causas das

respectivas doenças; tratamentos adequados;  
III – sintomas e necessidades de apoio familiar e comunitário aos portadores;  
IV – realizar seminários, encontros e atividades afins, com vista à troca de experiências e informações entre familiares, responsáveis e demais envolvidos com pessoas portadoras das doenças do Alzheimer e Parkinson;  
V – promover campanhas educativas visando a conscientização quanto as problemáticas das pessoas portadoras das doenças.  
Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto Belo - SC, aos 23 dias do mês de dezembro de 2015.  
EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO  
Prefeito de Porto Belo

### **LEI MUNICIPAL Nº 2.353, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2015.**

LEI MUNICIPAL Nº 2.353, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2015.  
Declara, como patrimônio cultural de natureza imaterial da cidade de Porto Belo, a Festa da Tainha. Autor: Vereador Estevão B. Guerreiro – Maninho.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º - Fica declarado, como patrimônio cultural de natureza imaterial da Cidade de Porto Belo, a Festa da Tainha, celebrada todos os anos no primeiro final de semana de julho.

Parágrafo Único – A finalidade da Festa, além da alta gastronomia com a valorização da Tainha, prato típico da região, divulgação da cidade no cenário turístico nacional, é também em prol dos alunos do Caesp/Apae Porto Belo e Bombinhas.

Art. 2º - A Festa da Tainha, a Apae Porto Belo/Bombinhas, bem como seus parceiros ficarão reconhecidos nos livros registro da Fundação Municipal de Cultura e Turismo.

Art. 3º – Fica o Município de Porto Belo autorizado para todo tipo de auxílio para o acontecimento do evento, podendo ainda contar com a parceria de empresas do setor privado e entidades da sociedade civil.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo - SC, aos 23 dias do mês de dezembro de 2015.  
EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO  
Prefeito de Porto Belo

### **LEI MUNICIPAL Nº 2.354, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2015.**

LEI MUNICIPAL Nº 2.354, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2015.  
"Declara o Artesão como patrimônio cultural de natureza imaterial da Cidade de Porto Belo". Autor: Vereador Estevão B. Guerreiro – Maninho.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º - Fica Declarado, como patrimônio cultural de natureza imaterial da Cidade de Porto Belo, o Artesão, que tem seu dia comemorado em 19 de março todos os anos.

Art. 2º - Entende-se por "Artesão" o profissional que domina todos os recursos existentes para a produção manual de objetos que lhe proporcionam a sobrevivência econômica. Detendo Educação técnica ou não, ele possui o dom de, com a ajuda de instrumentos e matéria-prima apropriados, criar o que se conhece com artesanato.

Art. 3º - O Artesão, através de entidades organizadas ou informalmente, bem como seus parceiros ficarão reconhecidos nos livros registro da Fundação Municipal da Cultura e Turismo.

Art. 4º - Fica o Município de Porto Belo autorizado para todo tipo de auxílio para o fortalecimento do setor no âmbito turístico, cultural e econômico, bem como o acontecimento de eventos, podendo ainda contar com a parceria de empresas do setor privado e entidades da sociedade civil.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto Belo - SC, aos 23 dias do mês de dezembro de 2015.  
EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO  
Prefeito de Porto Belo

### **LEI MUNICIPAL Nº 2.355, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2015.**

LEI MUNICIPAL Nº 2.355, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2015.  
"Institui o Dia do Hoteleiro no Município de Porto Belo e dá outras providências". Autor: Vereador Estevão B. Guerreiro – Maninho.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º - Fica instituído, no município de Porto Belo, o Dia do Hoteleiro, a ser comemorado, anualmente, no dia 9 de novembro.

Parágrafo único - Esta data fica incluída no Calendário de Eventos Oficiais do município de Porto Belo.

Art. 2º – O Poder Público, através da Fundação Municipal de Turismo, promoverá uma série de ações trazendo as principais realizações, expectativas, desafios sobre o tema.

Art. 3 – O objetivo do projeto é fortalecer ainda mais o setor hoteleiro, unindo o Poder Público, Sociedade Civil e Setor Privado, consolidando políticas públicas para um melhor desenvolvimento do meio econômico municipal.

Art. 4 – Fica o Poder Público autorizado a firmar convênios e parcerias com o setor hoteleiro, para a fim de promover o desenvolvimento do mesmo.

Art. 5 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Porto Belo - SC, aos 23 dias do mês de dezembro de 2015.  
EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO  
Prefeito de Porto Belo

### **LEI MUNICIPAL Nº 2.356, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2015.**

LEI MUNICIPAL Nº 2.356, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2015.  
"Dispõe sobre a obrigatoriedade de reservatórios e captadores de água da chuva nos postos de combustíveis e estabelecimentos que operem com lavagem de veículos e dá outras providências ". Autor: Vereador Estevão B. Guerreiro – Maninho.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art.1º - Fica obrigatório a instalação de reservatório e captadores de água da chuva, nos postos de combustíveis e demais estabelecimentos que operem com o sistema de lavagem de veículos.

Art. 2º – Os postos de combustíveis e as empresas de lavagem deverão instalar sistemas de reaproveitamento de água das lavagens de veículos.

Art. 3º - Os pontos e os estabelecimentos de lavagem em funcionamento terão o prazo de 18 (dezoito) meses para adaptar-se à



presente lei, sob pena de não renovação do alvará de funcionamento.

Art. 4º - Novos empreendimentos dessa natureza somente obterão o alvará de funcionamento mediante a comprovada instalação de reservatórios e captadores de água da chuva.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor em 90 (noventa) dias da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto Belo - SC, aos 23 dias do mês de dezembro de 2015.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

Prefeito de Porto Belo

### **LEI MUNICIPAL Nº 2.357, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2015.**

LEI MUNICIPAL Nº 2.357, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2015.

"Cria o "PROMAR - Programa Municipal de Segurança Marítima" no Município de Porto Belo e dá outras providências". Autor: Vereador Estevão B. Guerreiro – Maninho.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º - Fica instituído o "PROMAR - Programa Municipal de Segurança Marítima" tendo por objetivo estabelecer ações de segurança no âmbito marítimo, no que se refere a prestação de serviços de embarcações, atividades de cunho desportivo e náutico, no uso de suas responsabilidades e compromisso com a sociedade no que se refere à qualidade de vida e segurança humana.

Art. 2º - O Programa de que trata a presente lei será executado em escolas municipais ou demais espaços públicos e, ainda, nos projetos esportivos existentes no Município de Porto Belo.

Art. 3º - Para efeitos desta lei consideram-se ações de orientação e prevenção de Segurança Marítima:

I - Divulgar por intermédio de palestras, campanhas e outros meios, práticas adequadas referentes ao ambiente aquático visando diminuir acidentes;

II - conscientizar a população acerca de riscos e perigos nos ambientes aquáticos, desmistificando assim mitos acerca dos mesmos;

III - formar cidadãos multiplicadores, que possam difundir o uso de práticas seguras nos ambientes aquáticos.

Art. 4º - As ações do "PROMAR", observadas as disponibilidades orçamentárias e financeiras, poderão ser implementadas pela Fundação Municipal de Esportes, Fundação Municipal Turismo e Fundação e Fundação Municipal de Meio Ambiente, em parceria com a Guarda Municipal, que poderá utilizar-se de seu Poder de Polícia para fiscalização e autuação e/ou outros órgãos da Administração Pública, Capitania dos Portos (Marinha), com entidades desportivas, associações e empresas ligadas às atividades marítimas.

Parágrafo único - Para à consecução dos objetivos deste artigo, o Município de Porto Belo poderá firmar convênios que se façam necessários para a implementação das ações do "PROMAR".

Art. 5º - As despesas com a execução desta lei ficarão por conta de dotações financeiras próprias, consignadas no orçamento vigente e suplementadas, se necessário, devendo as previsões futuras destinarem recursos específicos para seu fiel cumprimento.

Art. 6º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Porto Belo - SC, aos 23 dias do mês de dezembro de 2015.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

Prefeito de Porto Belo

### **LEI MUNICIPAL Nº 2.358, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2015.**

LEI MUNICIPAL Nº 2.358, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2015.

ALTERA A LEI MUNICIPAL 1705/2009 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica alterado o Art. 13, Caput e Inciso I da Lei Municipal nº 1705/2009, que passa a ter a seguinte redação:

Art. 13 A JARI vinculada ao Departamento de Trânsito do Município de Porto Belo será composta por 04(quatro) membros titulares e 04(quatro) membros suplentes, conforme descrito abaixo:

I - dois representantes titulares e dois representantes suplentes do órgão executivo municipal de trânsito;

Art. 2º Acrescenta o § 2º no Art. 13 da Lei Municipal nº 1705/2009, transformando o Parágrafo Único em § 1º:

§1º. Os membros participantes das reuniões receberão através da "conta - mãe" o pagamento do jeton na ordem de 40,73 UFM/PB por reunião;

§2º. Dentre os membros representantes do Órgão Municipal de Trânsito, será indicado um Secretário, que auxiliará os trabalhos da JARI.

Art.3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo - SC, aos 23 dias do mês de dezembro de 2015.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

Prefeito de Porto Belo

# Presidente Castello Branco

## PREFEITURA

### EXTRATO DE ADITIVO DO CONVÊNIO 06-2015- HSF

EXTRATO DE ADITIVO DO CONVÊNIO  
Nr. 06/2014

CONVENIENTE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CONVENIADO:	BENEFICENCIA CAMILIANA DO SUL – Hospital São Francisco
OBJETO:	O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do Contrato nº 06/2014, conforme a sua Cláusula Segunda, para 31 de dezembro de 2016, para dar continuidade do sistema de cooperação técnico-financeira entre o MUNICÍPIO/FMS e o HOSPITAL, objetivando a manutenção de atendimento médico de urgência e emergência aos habitantes do MUNICÍPIO/FMS, em regime de sobreaviso, no Pronto Socorro do HOSPITAL,
VIGÊNCIA:	22/12/2015 a 31/12/2016.

Ademir Domingos Miotto  
Municipal de Saúde e Bem Estar Social,

### EXTRATO DE PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO 29-2014 HSF

EXTRATO DE PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO  
Nr. 29/2015

CONVENIENTE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CONVENIADO:	BENEFICENCIA CAMILIANA DO SUL – Hospital São Francisco
OBJETO:	O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do Contrato nº 29/2015, conforme a sua Cláusula Sétima, para 31 de dezembro de 2016, para dar continuidade à prestação de serviços de Exames Laboratoriais de Análises Clínicas, com coleta do material para realização dos exames a ser prestado em espaço próprio (sala) do laboratório a um raio de no máximo 1.000 metros de distância da Unidade de Saúde do Município de Presidente Castello Branco/SC.
VIGÊNCIA:	22/12/2015 a 31/12/2016.

Ademir Domingos Miotto  
Municipal de Saúde e Bem Estar Social,

### EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N 01-2015

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO  
CONTRATO Nº 02/2015

CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL (CIGA),
OBJETO:	Este Termo Aditivo tem por objeto prorrogar a vigência do Contrato nº 01/2015, embasado nos termos do art. 65, II, "d", da Lei nº 8.666/93, firmado em 21 de dezembro de 2015, prorrogando sua vigência até o dia 31 de dezembro de 2016.
DATA:	21/12/2015 a 31/12/2016

Claudio Sartori  
Prefeito Municipal

### EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO N 102-2013

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO  
CONTRATO Nº 102/2013

CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	BETHA SISTEMAS LTDA
OBJETO:	Este Termo Aditivo tem por objeto prorrogar a vigência do Contrato nº 102/2013, embasado nos termos do art. 65, II, "d", da Lei nº 8.666/93, firmado em 21 de dezembro de 2015, prorrogando sua vigência até o dia 31 de dezembro de 2016.
DATA:	21/12/2015 a 31/12/2016

Claudio Sartori  
Prefeito Municipal

### EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 62-2011

EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO AO  
CONTRATO Nº 62/2011

CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	RI SOLUÇÕES EM PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL LTDA
OBJETO:	Este Termo Aditivo tem por objeto prorrogar a vigência do Contrato nº 62/2011, embasado nos termos do art. 65, II, "d", da Lei nº 8.666/93, firmado em 21 de dezembro de 2015, prorrogando sua vigência até o dia 31 de dezembro de 2016.
DATA:	21/12/2015 a 31/12/2016

Claudio Sartori  
Prefeito Municipal

### EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 77-2013 - MOISES

EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO AO  
CONTRATO Nº 77/2013

CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	GROTO E CERVELIN LTDA ME
OBJETO:	Este Termo Aditivo tem por objeto prorrogar a vigência do Contrato nº 77/2013, embasado nos termos do art. 65, II, "d", da Lei nº 8.666/93, firmado em 21 de dezembro de 2015, prorrogando sua vigência até o dia 31 de dezembro de 2016.
DATA:	17/12/2015 a 31/12/2016

Claudio Sartori  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 48-2014**

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO  
CONTRATO Nº 48/2014

CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	DULIAN FRANÇA ME
OBJETO:	Este Termo Aditivo tem por objeto prorrogar a vigência do Contrato nº 48/2014, embasado nos termos do art. 65, II, "d", da Lei nº 8.666/93, firmado em 21 de dezembro de 2015, prorrogando sua vigência até o dia 31 de dezembro de 2016.
DATA:	21/12/2015 a 31/12/2016

Claudio Sartori  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 96-2014**

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO  
CONTRATO Nº 96/2014

CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	JANDIR MARIO DALLEGRAVE ME
OBJETO:	Este Termo Aditivo tem por objeto prorrogar a vigência do Contrato nº 96/2014, embasado nos termos do art. 65, II, "d", da Lei nº 8.666/93, firmado em 21 de dezembro de 2015, prorrogando sua vigência até o dia 31 de dezembro de 2016
DATA:	21/12/2015 a 31/12/2016

Claudio Sartori  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N 113-2014**

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO  
CONTRATO Nº 113/2014

CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	CONCI E ADVOGADOS ASSOCIADOS
OBJETO:	Este Termo Aditivo tem por objeto prorrogar a vigência do Contrato nº 113/2014, embasado nos termos do art. 65, II, "d", da Lei nº 8.666/93, firmado em 21 de dezembro de 2015, prorrogando sua vigência até o dia 31 de dezembro de 2016.
DATA:	21/12/2015 a 31/12/2016

Claudio Sartori  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 102-2013**

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO  
CONTRATO Nº 102/2013

CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	BETHA SISTEMAS LTDA
OBJETO:	Este Termo Aditivo tem por objeto prorrogar a vigência do Contrato nº 102/2013, embasado nos termos do art. 65, II, "d", da Lei nº 8.666/93, firmado em 21 de dezembro de 2015, prorrogando sua vigência até o dia 31 de dezembro de 2016.
DATA:	21/12/2015 a 31/12/2016

Claudio Sartori  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 23-2013**

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO  
CONTRATO Nº 23/2013

CONTRATAN-TE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	VILMAR PICINATTO ME
OBJETO:	Este Termo Aditivo tem por objeto prorrogar a vigência do Contrato nº 23/2013, embasado nos termos do art. 65, II, "d", da Lei nº 8.666/93, firmado em 21 de dezembro de 2015, prorrogando sua vigência até o dia 31 de dezembro de 2016
DATA:	21/12/2015 a 31/12/2016

Claudio Sartori  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N 102-2013**

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO  
CONTRATO Nº 102/2013

CONTRATAN-TE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	CONCI E ADVOGADOS ASSOCIADOS
OBJETO:	Este Termo Aditivo tem por objeto prorrogar a vigência do Contrato nº 113/2014, embasado nos termos do art. 65, II, "d", da Lei nº 8.666/93, firmado em 21 de dezembro de 2015, prorrogando sua vigência até o dia 31 de dezembro de 2016
DATA:	21/12/2015 a 31/12/2016

Claudio Sartori  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N 153-2013**

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO  
CONTRATO Nº 153/2013

CONTRATAN-TE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	G. BARBIERI ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA EPP
OBJETO:	Este Termo Aditivo tem por objeto prorrogar a vigência do Contrato nº 153/2013, embasado nos termos do art. 65, II, "d", da Lei nº 8.666/93, firmado em 21 de dezembro de 2015, prorrogando sua vigência até o dia 31 de dezembro de 2016
DATA:	21/12/2015 a 31/12/2016

Claudio Sartori  
Prefeito Municipal

# Presidente Nereu

## PREFEITURA

### LEI 1484/2015 (REDAÇÃO CORRETA)

LEI N.º 1484/2015, de 21 DE DEZEMBRO DE 2015.

AUTORIZA A ALIENAÇÃO DE BENS PATRIMONIAIS COMO ESPECIFICA

ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI, Prefeito de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte

#### LEI

Art. 1.º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a alienar os bens patrimoniais identificados abaixo, conforme valores mínimos para alienação definidos pela Comissão Permanente de Avaliação de Bens Patrimoniais e homologados através do Decreto Municipal 74/2015 de 25 de setembro do corrente, sendo:

Plaqueta	Descrição	Valor Mínimo para Alienação
1326	VEICULO PAS/MICROONIBUS/FIAT/DUCATO COMB JAÉDI /BRANCO ANO:2004/2005 PLACAS MDA-2443	8.000,00
1330	VEICULO PAS/ÔNIBUS M.BENZ 46P/184CV, BRANCO ANO:1991/92 PLACAS BWS-1093.	9.000,00
1331	VEICULO PAS/ÔNIBUS M.BENZ 40P/130CV, BRANCO ANO:1987/88 PLACAS BXI-0625	7.000,00
1337	VEÍCULO CAMINHÃO CHEVROLET 13000, CAÇAMBA/ BASCULANTE ANO/1985 PLACAS LZS-1891	7.000,00
1354	TRATOR FORD NEW HOLLAND/TRAÇADO TL-75 de cor azul ANO/2007	20.000,00
4045	CAÇAMBA /BASCULANTE 12M³ TRUCAR, MODELO STD, SÉRIE Nº133, ANO/ FABRICAÇÃO 06/2010, CHASSI: SC0H110210100133	8.000,00
4046	LEVANTE HIDRÁULICO PARA TRATOR PNEU -ANO/2011	7.000,00

Art. 2.º - As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta de dotações orçamentárias vigentes.

Art. 3.º - Esta Lei entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 21 de dezembro de 2015.

ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI

PREFEITO MUNICIPAL

**DECRETO 134/2015**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU - SC

CNPJ 83.102.699/0001-28

Praça Leão Dehon, 50 – Centro – CEP 89184-000 - PRESIDENTE NEREU - SC

Fone: 0\*\* 47 3362-1108 – Fax: 0\*\* 47 3362-1108

- e-mail: prefeitura@presidentenereu.sc.gov.br

Numero Lei: 1452

Ano lei : 2014

Data Lei: 03/12/2014

DECRETO Nº 134, de 17 de dezembro de 2015

Dispõe sobre a abertura de Crédito Suplementar

O PREFEITO MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU, SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica, e de acordo com a Lei Municipal 1452, de 03 de dezembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º É aberto, ao orçamento do exercício de 2015, em favor das Unidades Orçamentárias a seguir relacionadas, créditos adicionais Suplementar no valor de R\$ 1.370,00 ( hum mil e trezentos e setenta reais ), observadas as seguintes classificações funcionais programáticas.

Unidade Orçamentária	Dotação	Valor
DEPTO DE EDUCACAO	05.001.0012.0361.1501.2019.33900000000000.01190000	1.100,00
DEPTO DE EDUCACAO	05.001.0012.0365.1501.2020.33900000000000.01190000	270,00

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, das seguintes dotações orçamentárias. Anulação de Dotação : R\$1.370,00 ( hum mil e trezentos e setenta reais )

Unidade Orçamentária	Dotação	Valor
DEPTO DE EDUCACAO	05.001.0012.0361.1501.2019.31900000000000.01190000	1.100,00
DEPTO DE EDUCACAO	05.001.0012.0365.1501.2020.31900000000000.01190000	270,00

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PRESIDENTE NEREU - SANTA CATARINA, 17 de dezembro de 2015

\_\_\_\_\_  
ANTONIO F. COMANDOLI  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
ALINE L. TILLMANN  
Contadora

**DECRETO 135/2015**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU - SC

CNPJ 83.102.699/0001-28

Praça Leão Dehon, 50 – Centro – CEP 89184-000 - PRESIDENTE NEREU - SC

Fone: 0\*\* 47 3362-1108 – Fax: 0\*\* 47 3362-1108

- e-mail: prefeitura@presidentenereu.sc.gov.br

Numero Lei: 1452

Ano lei : 2014

Data Lei: 03/12/2014

DECRETO Nº 135, de 17 de dezembro de 2015

Dispõe sobre a abertura de Crédito Suplementar

O PREFEITO MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU, SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica, e de acordo com a Lei Municipal 1452, de 03 de dezembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º É aberto, ao orçamento do exercício de 2015, em favor das Unidades Orçamentárias a seguir relacionadas, créditos adicionais Suplementar no valor de R\$ 11.100,00 ( onze mil e cem reais ), observadas as seguintes classificações funcionais programáticas.

Unidade Orçamentária	Dotação	Valor
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10.001.0010.0301.1601.2022.33900000000000.01380500	1.100,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10.001.0010.0301.1601.2022.33900000000000.01670200	10.000,00

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, das seguintes dotações orçamentárias. Anulação de Dotação : R\$11.100,00 ( onze mil e cem reais )

Unidade Orçamentária	Dotação	Valor
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10.001.0010.0301.1601.2022.31900000000000.01380500	1.100,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10.001.0010.0301.1601.2022.31900000000000.01670200	10.000,00

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PRESIDENTE NEREU - SANTA CATARINA, 17 de dezembro de 2015

\_\_\_\_\_  
ANTONIO F. COMANDOLI  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
ALINE L. TILLMANN  
Contadora



**DECRETO 136/2015**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU - SC

CNPJ 83.102.699/0001-28

Praça Leão Dehon, 50 – Centro – CEP 89184-000 - PRESIDENTE NEREU - SC

Fone: 0\*\* 47 3362-1108 – Fax: 0\*\* 47 3362-1108

- e-mail: prefeitura@presidentenereu.sc.gov.br

Numero Lei: 1452

Ano lei : 2014

Data Lei: 03/12/2014

DECRETO Nº 136, de 17 de dezembro de 2015

Dispõe sobre a abertura de Crédito Suplementar

O PREFEITO MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU, SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica, e de acordo com a Lei Municipal 1452, de 03 de dezembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º É aberto, ao orçamento do exercício de 2015, em favor das Unidades Orçamentárias a seguir relacionadas, créditos adicionais Suplementar no valor de R\$ 2.650,00 ( dois mil e seiscentos e cinquenta reais

), observadas as seguintes classificações funcionais programáticas.

Unidade Orçamentária	Dotação	Valor
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10.001.0010.0301.1601.2022.33900000000000.01380900	1.000,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10.001.0010.0301.1601.2022.33900000000000.01670100	1.650,00

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, das seguintes dotações orçamentárias. Excesso de Arrecadação : R\$2.650,00 ( dois mil e seiscentos e cinquenta reais )

Unidade Orçamentária	Dotação	Valor
Excesso de Arrecadação	00.000.0000.0000.0000.0000.00000000000000.01380900	1.000,00
Excesso de Arrecadação	00.000.0000.0000.0000.0000.00000000000000.01670100	1.650,00

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PRESIDENTE NEREU - SANTA CATARINA, 17 de dezembro de 2015

\_\_\_\_\_  
ANTONIO F. COMANDOLI  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
ALINE L. TILLMANN  
Contadora

**DECRETO 137/2015**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU - SC

CNPJ 83.102.699/0001-28

Praça Leão Dehon, 50 – Centro – CEP 89184-000 - PRESIDENTE NEREU - SC

Fone: 0\*\* 47 3362-1108 – Fax: 0\*\* 47 3362-1108

- e-mail: prefeitura@presidentenereu.sc.gov.br

Numero Lei: 1452

Ano lei : 2014

Data Lei: 03/12/2014

DECRETO Nº 137, de 17 de dezembro de 2015

Dispõe sobre a abertura de Crédito Suplementar

O PREFEITO MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU, SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica, e de acordo com a Lei Municipal 1452, de 03 de dezembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º É aberto, ao orçamento do exercício de 2015, em favor das Unidades Orçamentárias a seguir relacionadas, créditos adicionais Suplementar no valor de R\$ 5.000,00 ( cinco mil reais ), observadas as seguintes classificações funcionais programáticas.

Unidade Orçamentária	Dotação	Valor
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10.001.0010.0301.1601.2022.33930000000000.01670200	5.000,00

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, das seguintes dotações orçamentárias. Anulação de Dotação : R\$5.000,00 ( cinco mil reais )

Unidade Orçamentária	Dotação	Valor
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10.001.0010.0301.1601.2022.31900000000000.01670200	5.000,00

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PRESIDENTE NEREU - SANTA CATARINA, 17 de dezembro de 2015

\_\_\_\_\_  
ANTONIO F. COMANDOLI  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
ALINE L. TILLMANN  
Contadora

# Romelândia

## PREFEITURA

### DECRETO 3660/2015

DECRETO N. 3.660/2015	AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	VALDOCI SAUL, Prefeito Municipal de Romelândia, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais dispostas na Lei Orgânica Municipal e demais vigentes:

Art. 1º - Fica pelo presente Decreto autorizado a abertura de crédito adicional suplementar na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, na importância de R\$: 33.250,00 (Trinta e três mil, duzentos e cinquenta reais), conforme discriminação a seguir:

06.01 – Departamento de Educação	
12.361.0016.2.025000 – Manutenção das Atividades do Transporte Escolar	
(79) 3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas	33.250,00
Fonte: 0136 - Recursos Próprios	
TOTAL	33.250,00

Art. 2º - Os recursos para cobertura do crédito adicional disposto no artigos anterior, são provenientes do Provável Excesso de Arrecadação da Fonte de Recursos 136 – Salário Educação.

Art. 3º - Fica pelo presente Decreto autorizado a abertura de crédito adicional suplementar no Fundo Municipal de Saúde, na importância de R\$: 1.000,00 (Mil reais), conforme discriminação a seguir:

04.01 – Fundo Municipal de Saúde	
10.301.0007.2.010000 – Manutenção das Atividades do Programa Saúde da Família	
( 40 ) 3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas	1.000,00
Fonte: 0167 - Transferências do SUS / Estado	
TOTAL	1.000,00

Art. 4º - Os recursos para cobertura do crédito adicional disposto no artigo anterior, são provenientes do Provável Excesso de Arrecadação da Fonte de Recursos 167 – Transferências do SUS / Estado, mais especificamente recursos provenientes do Cofinanciamento ESF.

Art. 5º - Fica pelo presente Decreto autorizado a abertura de crédito adicional suplementar na Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Urbanismo, na importância de R\$: 7.500,00 (Sete mil e quinhentos reais), conforme discriminação a seguir:

08.02 – Departamento de Urbanismo	
15.452.0028.2.041000 – Manutenção das Atividades de Iluminação Pública	
(126 ) 3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas	7.000,00
Fonte: 0108 - Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Publica	
TOTAL	7.000,00

Art. 6º - Os recursos para cobertura do crédito adicional disposto na tabela artigo anterior, são provenientes do Provável Excesso de Arrecadação da Fonte de Recursos 108 – Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Publica,

08.01 – Departamento de Infra Estrutura, Obras e Transportes	
15.452.0028.2.038000 – Manutenção das Atividades de Abertura e Conservação de Estradas Vicinais	
(941) 3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas	500,00
Fonte: 0164 – Transferências de Convênios – Estado / Outros	
TOTAL	500,00

Art. 7º - Os recursos para cobertura do crédito adicional disposto na tabela artigo anterior, são provenientes do Provável Excesso de Arrecadação da Fonte de Recursos 164 – Transferências de Convênios – Estado / Outros.

Art.8 º - As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do Orçamento Municipal.

Art. 9 º - Este Decreto obedece ao disposto na Lei Municipal nº. 2.127/2014 de 12 de Dezembro de 2014.

Art. 10 – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 11 – Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Romelândia. (SC), 29 de dezembro de 2015.

VALDOCI SAUL

Prefeito Municipal de Romelândia

# Santa Rosa do Sul

## PREFEITURA

### **EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 103/2015 PR**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL-SC

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 103/2015 – PR Nº 103/2015

Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul – SC, torna público que se encontra aberto o processo de licitação para Contratação de Empresa para fornecimento de materiais elétricos para a manutenção da iluminação e repartições públicas municipais, exercício de 2016. Com credenciamento e entrega dos envelopes-habilitação e proposta até às 13h:30min. do dia 12 de janeiro de 2016, com abertura dos envelopes 15 minutos depois. Cópia do edital e seus anexos serão obtidos junto ao departamento de Compras e Licitações da Prefeitura, sito a Rua Ferminio Pedro Raupp, Nº 400, Centro, Santa Rosa do Sul, fone: (0xx48) 3534-1113

E-mail [licitacao@santarosadosul.sc.gov.br](mailto:licitacao@santarosadosul.sc.gov.br)

Santa Rosa do Sul/SC, 28 de dezembro de 2015.

Nelson Cardoso de Oliveira

Prefeito Municipal

# Santiago do Sul

## PREFEITURA

### EDITAL DE INSCRIÇÕES DEFERIDAS E INDEFERIDAS CONCURSO PÚBLICO 002/2015



ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DESANTIAGO DO SUL

### CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 002/2015

Nos termos do Edital nº 002/2015, O ICAP – Instituto de Consultoria em Administração pública e a comissão de acompanhamento do concurso tornam público o DEFERIMENTO E INDEFERIMENTOS DAS INSCRIÇÕES, conforme abaixo:

#### INSCRIÇÕES DEFERIDAS

Nº INSCRIÇÃO	CANDIDATO	CPF	CARGO
1	PATRICIA FERNANDA LUCKMANN PASINATO	08994553959	PSICÓLOGO
2	MARCIANE PAULA ZILIO	04950019961	PSICÓLOGO
3	VANESSA C. MACCARI PEREIRA	08909252910	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (ÁREA I)
4	MIRIA GUIDINI	08389315963	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (ÁREA I)
6	RENATA LAIS SOLIVO	07431299974	PSICÓLOGO
7	ENIELGA TERESINHA ZANIOL	04031973926	PSICÓLOGO
8	PAMELA PANSERA	08278567921	PSICÓLOGO
9	JULIANA REGINA DE LIMA	07211151951	AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO
12	PAULA ROBERTA PALOMBIT	06637048984	PSICÓLOGO
13	IVONETE GONÇALVES	05122588996	ENFERMEIRO
14	JAQUELYNE DALPONT	04551973939	ENFERMEIRO
16	ELIANE ZAMARCHI	07981065909	PSICÓLOGO
18	MAYARA ADILENE MELEGARI	07362028970	RECEPCIONISTA
20	MICHELI BORDIGNON	06643837936	ENFERMEIRO
24	AMONI ROSSET	05965093918	PSICÓLOGO
26	VANESSA CRISTINA NUNES	05939476902	ENFERMEIRO
27	RÔMULO AUGUSTO PAMPLONA SCHRAMM	00814405967	MÉDICO
28	GIANFRANCESCO MENEGHINI	07123012917	PSICÓLOGO
32	ANDRÉIA POLETTI DOS SANTOS	02460883978	RECEPCIONISTA
33	JULIANA DE QUADROS	31787867838	PSICÓLOGO
36	DAIANE GEREMIA SOMAVILLA	07428478960	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (ÁREA I)



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DESANTIAGO DO SUL**

39	SANDRA BOTTEGA	06786506917	RECEPCIONISTA
40	DIANA GEREMIA	08174454985	PSICÓLOGO
42	DANIELE OTONI	06686219908	ASSISTENTE SOCIAL
43	MONICLEIA DE CESARO GUEDES	07405612946	TÉCNICO EM ENFERMAGEM
44	ELIANI COMACHIO SARETTO	90725433949	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (ÁREA II)
45	FRANCIANE DE ABREU	03398961916	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (ÁREA I)
48	FABIANE CUNICO	03181793930	ENFERMEIRO
49	PABLINE FIORELI CAMILLO	06870324905	RECEPCIONISTA
51	UERIKA MASSAMBANI SCUDELLER	08377118947	PSICÓLOGO
53	ANA AUGUSTA GANDINI	04507528950	PSICÓLOGO
54	BRUNA CAMILA CAPELARO	10125624921	RECEPCIONISTA
55	ANELISE PAZ E PAZ	94658960044	PSICÓLOGO
56	TENILE CARLA DE LIMA	06742766980	ASSISTENTE SOCIAL
57	PAULA DOS SANTOS CASAGRANDE	06072564941	RECEPCIONISTA
58	MAIÉLICA ALVES PINTO STACZAK	07755222950	PSICÓLOGO
60	MATEUS DAL ZOTTO	00740074083	PSICÓLOGO
61	IDIAMARA CENI	00869357980	ASSISTENTE SOCIAL
62	JUCELIA DE LIMA PACAZZA	02126647943	TÉCNICO EM ENFERMAGEM
63	PATRICIA MARA CHIODELLI	05317119944	RECEPCIONISTA
66	ELIETE VIDMAR	06006042924	ASSISTENTE SOCIAL
67	LEIDIANE APARECIDA DOS SANTOS PINHEIRO	10182289931	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (ÁREA I)
68	VIVIANE LOURDES GLUZEZAK	08909283980	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (ÁREA I)
69	MAXUELL FRANCISCO MARIANI	08953256917	RECEPCIONISTA
71	MARION ALINE FACCONI	89322215968	ASSISTENTE SOCIAL
72	ÉDINA ZÁTTERA	09635733909	TÉCNICO EM ENFERMAGEM
73	FABIANE BRANCALIONE	06924024971	ASSISTENTE SOCIAL
74	CATIANE DE CESARO BOTTEGA	08909037946	RECEPCIONISTA
75	ANA PAULA DELAI PACASSA	05963161940	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (ÁREA I)
77	JACSON CARLOS GUEDES	05392990908	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (ÁREA II)





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DESANTIAGO DO SUL**

79	THAIS TEREZINHA CARARO GENTILINI	08810428978	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (ÁREA II)
80	CAROLINE PIANA GRIGOL	07739381926	PSICÓLOGO
81	DAIANE GUEDES	06997238920	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (ÁREA II)
82	KATIA RAMOS DE AMARAL	05431153994	ASSISTENTE SOCIAL
83	CHRISTIANO ROBERTO ROCHA	06653067920	PSICÓLOGO
84	LAERCIO ANTONIO PICOLI	06296833954	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (ÁREA I)
85	MONICA DE MIRANDA	07205160995	RECEPCIONISTA
86	ELENILCE DA ROSA COMIN	00703981943	ASSISTENTE SOCIAL
87	CAMILA PEREIRA DOS SANTOS	04507519969	RECEPCIONISTA
88	ROSANI CAPELLARO GENTILINI	03301004911	AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO
89	TATIANE VERONÊSE	09944371963	RECEPCIONISTA
91	DANIELI DROSNY	09751393981	TÉCNICO EM ENFERMAGEM
92	ANALICE MATTIELLO	07476351967	RECEPCIONISTA
93	DOUGLAS HENRIQUE CASTANHA	06515143982	PSICÓLOGO
94	ROSA MARIA RAMALHO	05491212938	PSICÓLOGO
95	CHAIANE ZANATA	08477402930	PSICÓLOGO
96	FLÁVIA PAULA WERNER	06941660902	PSICÓLOGO
98	LUCIANA KUHL	05362619977	RECEPCIONISTA
99	GABRIELA PEREIRA DOS SANTOS	09127471969	TÉCNICO EM ENFERMAGEM
100	FRANCIELI FERNANDA TREMEA	01041556985	PSICÓLOGO
101	CAMILA GOULART PORTELA	03136204077	ASSISTENTE SOCIAL
104	ILVETE UGOLINI	01014775973	AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO
105	ANA PAULA ZAT	05969699969	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (ÁREA II)
106	CRISTIANDREI SILVA GONCALVES	01834603919	PSICÓLOGO
108	KAREN CRISTINA JUNG RECH	05393519974	ENFERMEIRO
109	LUCIVANE PAZ	05442936901	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (ÁREA I)

**Total de Candidatos: 76**



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DESANTIAGO DO SUL**

**INSCRIÇÕES INDEFERIDAS**

Nº DE INSCRIÇÃO	CARGO	SITUAÇÃO
5	PSICÓLOGO	INDEFERIDO – NÃO CUMPRIMENTO DO ITEM 2, SUBITEM 2.4.2" DO EDITAL
10	ASSISTENTE SOCIAL	INDEFERIDO – NÃO CUMPRIMENTO DO ITEM 2, SUBITEM 2.4.2" DO EDITAL
11	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	INDEFERIDO – NÃO CUMPRIMENTO DO ITEM 2, SUBITEM 2.4.2" DO EDITAL
15	ASSISTENTE SOCIAL	INDEFERIDO – NÃO CUMPRIMENTO DO ITEM 2, SUBITEM 2.4.2" DO EDITAL
17	PSICÓLOGO	INDEFERIDO – NÃO CUMPRIMENTO DO ITEM 2, SUBITEM 2.4.2" DO EDITAL
19	ENFERMEIRO	INDEFERIDO – NÃO CUMPRIMENTO DO ITEM 2, SUBITEM 2.4.2" DO EDITAL
21	ENFERMEIRO	INDEFERIDO – NÃO CUMPRIMENTO DO ITEM 2, SUBITEM 2.4.2" DO EDITAL
22	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	INDEFERIDO – NÃO CUMPRIMENTO DO ITEM 2, SUBITEM 2.4.2" DO EDITAL
23	PSICÓLOGO	INDEFERIDO – NÃO CUMPRIMENTO DO ITEM 2, SUBITEM 2.4.2" DO EDITAL
25	ENFERMEIRO	INDEFERIDO – NÃO CUMPRIMENTO DO ITEM 2, SUBITEM 2.4.2" DO EDITAL
29	RECEPCIONISTA	INDEFERIDO – NÃO CUMPRIMENTO DO ITEM 2, SUBITEM 2.4.2" DO EDITAL
30	PSICÓLOGO	INDEFERIDO – NÃO CUMPRIMENTO DO ITEM 2, SUBITEM 2.4.2" DO EDITAL
31	PSICÓLOGO	INDEFERIDO – NÃO CUMPRIMENTO DO ITEM 2, SUBITEM 2.4.2" DO EDITAL
34	PSICÓLOGO	INDEFERIDO – NÃO CUMPRIMENTO DO ITEM 2, SUBITEM 2.4.2" DO EDITAL
35	ENFERMEIRO	INDEFERIDO – NÃO CUMPRIMENTO DO ITEM 2, SUBITEM 2.4.2" DO EDITAL
37	ENFERMEIRO	INDEFERIDO – NÃO CUMPRIMENTO DO ITEM 2, SUBITEM 2.4.2" DO EDITAL
38	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	INDEFERIDO – NÃO CUMPRIMENTO DO ITEM 2,



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DESANTIAGO DO SUL**

		SUBITEM 2.4.2" DO EDITAL
41	PSICÓLOGO	INDEFERIDO – NÃO CUMPRIMENTO DO ITEM 2, SUBITEM 2.4.2" DO EDITAL
46	PSICÓLOGO	INDEFERIDO – NÃO CUMPRIMENTO DO ITEM 2, SUBITEM 2.4.2" DO EDITAL
47	RECEPCIONISTA	INDEFERIDO – NÃO CUMPRIMENTO DO ITEM 2, SUBITEM 2.4.2" DO EDITAL
50	RECEPCIONISTA	INDEFERIDO – NÃO CUMPRIMENTO DO ITEM 2, SUBITEM 2.4.2" DO EDITAL
52	PSICÓLOGO	INDEFERIDO – NÃO CUMPRIMENTO DO ITEM 2, SUBITEM 2.4.2" DO EDITAL
59	PSICÓLOGO	INDEFERIDO – NÃO CUMPRIMENTO DO ITEM 2, SUBITEM 2.4.2" DO EDITAL
64	ASSISTENTE SOCIAL	INDEFERIDO – NÃO CUMPRIMENTO DO ITEM 2, SUBITEM 2.4.2" DO EDITAL
65	ENFERMEIRO	INDEFERIDO – NÃO CUMPRIMENTO DO ITEM 2, SUBITEM 2.4.2" DO EDITAL
70	ENFERMEIRO	INDEFERIDO – NÃO CUMPRIMENTO DO ITEM 2, SUBITEM 2.4.2" DO EDITAL
76	ASSISTENTE SOCIAL	INDEFERIDO – NÃO CUMPRIMENTO DO ITEM 2, SUBITEM 2.4.2" DO EDITAL
78	PSICÓLOGO	INDEFERIDO – NÃO CUMPRIMENTO DO ITEM 2, SUBITEM 2.4.2" DO EDITAL
97	PSICÓLOGO	INDEFERIDO – NÃO CUMPRIMENTO DO ITEM 2, SUBITEM 2.4.2" DO EDITAL
102	AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO	INDEFERIDO – NÃO CUMPRIMENTO DO ITEM 2, SUBITEM 2.4.2" DO EDITAL
103	ASSISTENTE SOCIAL	INDEFERIDO – NÃO CUMPRIMENTO DO ITEM 2, SUBITEM 2.4.2" DO EDITAL
107	RECEPCIONISTA	INDEFERIDO – NÃO CUMPRIMENTO DO ITEM 2, SUBITEM 2.4.2" DO EDITAL
110	MÉDICO	INDEFERIDO – NÃO CUMPRIMENTO DO ITEM 2, SUBITEM 2.4.2" DO EDITAL

**Total de Candidatos: 33.**

Santiago do Sul, 23 de dezembro de 2015.

# São Bento do Sul

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO Nº 117/2015 FMS

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 117/2015 - FMS

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Presidente do Fundo Municipal de Saúde, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 14:00 horas do dia 12 de janeiro de 2016, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENVIO DE SMS (SERVIÇO DE MENSAGENS CURTAS), TRANSMISSÃO E RECEPÇÃO DE MENSAGENS DE TEXTO PARA CELULARES, PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, CONFORME ANEXO.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 17h00min.

São Bento do Sul, 22 de dezembro de 2015.

DEODATO RAUL HRUSCHKA

Presidente do Fundo Municipal de Saúde

EDEMILSON BENEDITO DE ASSIS

Pregoeiro

### DECRETO Nº 1198/2015

DECRETO Nº 1198, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VINGENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,  
Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo;  
Considerando, o art. 4º, da Lei Municipal 3.459/2014 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 164.360,00 (cento e sessenta e quatro mil, trezentos e sessenta reais) no orçamento vigente da Prefeitura Municipal e suplementará as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 02 – GABINETE DO PREFEITO

Unidade: 01 – Gabinete do Prefeito

Atividade: 2.002 – Gestão do Gabinete do Prefeito

(282) 3.1.90.11.00.00.00 100 - Vencimentos e Vantag Fixas – PC R\$ 360,00

Órgão: 03 – PROCURADORIA

Unidade: 01 – Assessoria Jurídica

Atividade: 2.006 – Gestão da Assessoria Jurídica

(208) 3.3.90.39.00.00.00 100 – Outros Serv de Terceiros – Pes Jur R\$ 4.000,00

Órgão: 05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Unidade: 01 – Administração Geral

Atividade: 2.008 – Gestão da Secretaria Municipal de Administração

- SECAD

(219) 3.3.90.30.00.00.00 100 – Material de Consumo R\$ 2.700,00

(223) 3.3.90.39.00.00.00 100 – Outros Serv de Terceiros – Pes Jur ..... R\$ 10.400,00

Órgão: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

Unidade: 01 – Administração Financeira

Atividade: 2.007 – Gestão da Secretaria Municipal de Finanças - SEFIN

(252) 3.1.90.11.00.00.00 100 - Vencimentos e Vantag Fixas – PC R\$ 12.600,00

Órgão: 07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade: 01 – Secretaria de Educação

Atividade: 2.023 – Coordenação, Manutenção e Ampliação do Ens. Fundamen.

(507) 3.1.90.13.00.00.00 001 – Obrigações Patronais R\$ 20.000,00

Órgão: 08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO

Unidade: 01 – Planejamento, Pesquisa e Desenvolvimento Urbano

Atividade: 2.014 – Gestão da Secretaria de Planejamento e Urbanismo

(74) 3.1.90.11.00.00.00 100 - Vencimentos e Vantag Fixas – PC R\$ 1.400,00

Unidade: 02 – DETRUSBS

Atividade: 2.015 – Convênio SSP/Trânsito - Prefeitura

(98) 3.3.90.36.00.00.00 156 – Outros Serv Terceiros – Pessoa Física R\$ 16.500,00

Órgão: 09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Unidade: 01 – Obras e Serviços Urbanos

Atividade: 2.029 – Gestão da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos - SEMOB

(343) 3.1.90.11.00.00.00 100 - Vencimentos e Vantag Fixas – PC R\$ 5.400,00

Órgão: 10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Unidade: 01 – Assistência Social

Atividade: 2.037 – Gestão Administrativa da SEMAS

(118) 3.1.90.11.00.00.00 100 - Vencimentos e Vantag Fixas – PC R\$ 33.600,00

(119) 3.1.90.13.00.00.00 100 – Obrigações Patronais R\$ 9.000,00

(121) 3.1.91.13.00.00.00 100 – Obrigações Patronais – Op Intra-Orç...R\$ 33.300,00

Unidade: 02 – Fundo de Assistência Social

Atividade: 2.081 – Gestão dos Serv. de Proteção Social Básica - PBF

(160) 3.1.90.11.00.00.00 152 - Vencimentos e Vantag Fixas – PC R\$ 14.000,00

Órgão: 13 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

Unidade: 01 – Agricultura

Atividade: 2.017 – Gestão do Departamento de Agricultura - DE-AGRI

(431) 3.1.90.11.00.00.00 100 - Vencimentos e Vantag Fixas – PC R\$ 700,00

Unidade: 02 – Meio Ambiente

Atividade: 4.003 – Departamento de Meio Ambiente - DEMAM

(448) 3.1.90.11.00.00.00 100 - Vencimentos e Vantag Fixas – PC  
R\$ 400,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional aberto, será utilizado recurso proveniente da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 02 – GABINETE DO PREFEITO

Unidade: 01 – Gabinete do Prefeito

Atividade: 2.002 – Gestão do Gabinete do Prefeito

(295) 3.3.90.46.00.00.00 100 – Auxílio Alimentação R\$ 360,00

Órgão: 03 – PROCURADORIA

Unidade: 01 – Assessoria Jurídica

Atividade: 2.006 – Gestão da Assessoria Jurídica

(210) 3.3.90.91.00.00.00 100 – Sentenças Judiciais R\$ 4.000,00

Órgão: 05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Unidade: 01 – Administração Geral

Atividade: 2.008 – Gestão da Secretaria Municipal de Administração - SECAD

(217) 3.3.90.14.00.00.00 100 – Diárias - Civil R\$ 2.700,00

(222) 3.3.90.37.00.00.00 100 – Locação de Mão-de-obra  
..... R\$ 10.400,00

Órgão: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

Unidade: 01 – Administração Financeira

Atividade: 2.007 – Gestão da Secretaria Municipal de Finanças - SEFIN

(262) 3.3.90.37.00.00.00 100 – Locação de Mão-de-obra  
..... R\$ 1.600,00

(264) 3.3.90.46.00.00.00.100 – Auxílio Alimentação  
..... R\$ 11.000,00

Órgão: 07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade: 01 – Secretaria de Educação

Atividade: 2.023 – Coordenação, Manutenção e Ampliação do Ens. Fundamen.

(520) 3.3.90.46.00.00.00 001 – Auxílio Alimentação R\$ 20.000,00

Órgão: 08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO

Unidade: 01 – Planejamento, Pesquisa e Desenvolvimento Urbano

Atividade: 2.014 – Gestão da Secretaria de Planejamento e Urbanismo

(86) 3.3.90.46.00.00.00 100 – Auxílio Alimentação R\$ 1.400,00

Unidade: 02 – DETRUSBS

Atividade: 2.015 – Convênio SSP/Trânsito - Prefeitura

(93) 3.1.91.13.00.00.00 156 – Obrigações Patron - Op. Intra-orçam....R\$ 16.500,00

Órgão: 09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Unidade: 01 – Obras e Serviços Urbanos

Atividade: 2.029 – Gestão da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos - SEMOB

(353) 3.3.90.46.00.00.00 100 – Auxílio Alimentação R\$ 5.400,00

Órgão: 10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Unidade: 01 – Assistência Social

Atividade: 2.037 – Gestão Administrativa da SEMAS

(120) 3.1.90.16.00.00.00 100 – Outras Desp Variáveis – Pess Civil  
R\$ 31.850,00

(129) 3.3.90.37.00.00.00 100 – Locação de Mão-de-obra  
..... R\$ 1.750,00

(131) 3.3.90.46.00.00.00 100 – Auxílio Alimentação R\$ 42.300,00

Unidade: 02 – Fundo de Assistência Social

Atividade: 2.081 – Gestão dos Serv. de Proteção Social Básica - PBF

(163) 3.3.90.30.00.00.00 152 – Material de Consumo R\$ 14.000,00

Órgão: 13 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

Unidade: 01 – Agricultura

Atividade: 2.017 – Gestão do Departamento de Agricultura - DE-AGRI

(442) 3.3.90.46.00.00.00 100 – Auxílio Alimentação R\$ 700,00

Unidade: 02 – Meio Ambiente

Atividade: 4.003 – Departamento de Meio Ambiente - DEMAM

(460) 3.3.90.46.00.00.00 100 – Auxílio Alimentação R\$ 400,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 22 de dezembro de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

### **DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 123/2015 FMS**

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 123/2015 - FMS

Objeto: Aquisição de medicamento "Trastuzumabe Herceptin" de ordem judicial para paciente, conforme Mandado de Citação - Antecipação de Tutela Autos nº 0303872-05.2015.8.24.0058 para o Fundo Municipal de Saúde.

Contratado: Singular Drogaria e Medicamentos Especiais Ltda

Valor Total: R\$ 21.170,00

São Bento do Sul, 23 de dezembro de 2015.

Edemilson Benedito de Assis – Diretor de Suprimentos e Patrimônio  
Deodato Raul Hruschka – Presidente do Fundo Municipal de Saúde

### **EXTRATO DE CONTRATO Nº 300/2015**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 300/2015

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Locação de Imóvel para Aluguel de Espaço Físico para Abrigar o Berçário Municipal Magia do Bebê, que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a BONORUM ADMINISTRAÇÃO DE BENS E PARTICIPAÇÕES LTDA.

DO OBJETO: Um terreno urbano, localizado na Zona Comercial 1 (ZC-1), na Rua Wenzel Kahlofer, nº 71, Centro de São Bento do Sul - SC, de formato irregular, cercado, com área total de 908,89 m², edificado com um prédio composto de uma casa residencial e 02 salas comerciais, em alvenaria, pertencentes ao Condomínio Hans Egon Kechele Filho, com área total de 321,89 m², em bom estado de conservação, com pavimento térreo e subsolo, esquadrias metálicas, piso cerâmico e tacos com os BWC, forro de madeira, laje de entrepiso e uma garagem como anexo, registrado sob o nº RG 3 matrículas nº 27.178 as fls. 124/126 do livro nº 02, matrícula nº 28.177 as fls. 124/126 do livro 02 e matrícula nº 28.176 as fls. 124/126 do livro 02 do 1º Ofício do Registro de Imóveis e Hipotecas desta Comarca para abrigar o Berçário Municipal Magia do Bebê, conforme Dispensa de Licitação nº 234/2015.

DO VALOR: R\$ 54.000,00 – Valor Total.

DA VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, a contar de 01/11/2015.

São Bento do Sul, 10 de novembro de 2015.

ASS: ALCIONE TERESINHA HINKE, pela Secretaria de Educação do Município.

BONORUM ADMINISTRADORA DE BENS E PARTICIPAÇÕES LTDA, como Locadora.



**EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 046/2015 FMS**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 046/2015

DA ESPÉCIE: Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Oxigênio e Locação de Cilindros de nº 105/2013, firmado entre o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e a Empresa WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA, em 15 de julho de 2013, conforme Edital de Pregão Presencial nº 38/2013.

Considerando o objeto do Contrato nº 105/2013, que contrato consiste na locação de cilindros e compra de oxigênio para Unidades Sanitárias de Saúde e locação de equipamentos para apoio respiratório domiciliar;

Considerando que por se tratar de serviços contínuos e os equipamentos já estão instalados nas residências dos pacientes atendidos, faz-se necessário prorrogar a vigência conforme Cláusula Quarta – da Vigência do referido Contrato, com base no Art. 57, inciso II da lei nº 8.666/93 nos seguintes termos:

Fica prorrogada a vigência do Contrato por 12 (doze) meses, a contar de 01 de agosto de 2015 e com término em 31 de julho de 2016.

Permanece o valor total do Contrato em R\$ 80.140,00 (oitenta mil, cento e quarenta reais), referente ao período prorrogado para pagamento de acordo com o Contrato original.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo firmado em 15 de julho de 2013, Termo Aditivo nº 040/2014 de 16 de junho de 2014 e Termo Aditivo nº 047/2014 de 28 de julho de 2014, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 30 de julho de 2015.

Ass: DEODATO RAUL HRUSCHKA, pelo Fundo.

WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA, como Contratada.

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 064/2015 FMS**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 064/2015

DA ESPÉCIE: Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Empreitada de nº 045/2015, firmado entre o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e a Empresa P R K ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA, em 27 de julho de 2015, conforme Edital de Tomada de Preços nº 62/2015.

Considerando o objeto do Contrato nº 045/2015, que consiste no fornecimento de material, mão de obra e demais obrigações necessárias para reforma do pavimento superior da Secretaria de Saúde (Antigo Fórum), localizado na Rua Capitão Ernesto Nunes, nº 51, Centro, Município de São Bento do Sul, conforme memorial descritivo e projetos em anexo a Tomada de Preços 62/2015;

Considerando o entupimento das calhas de drenagem da cobertura da edificação, que associado ao intenso e contínuo período de chuvas durante período de execução das obras resultou em infiltração significativa, inviabilizando a execução de piso e pintura, assim havendo necessidade do reparo pontual acarretando em atraso na execução dos serviços, faz-se necessário prorrogar os prazos de execução e vigência do referido Contrato, com base no Art. 57, parágrafo 1º, inciso II da Lei nº 8.666/93, nos seguintes termos:

Fica prorrogado o prazo de execução do Contrato por 03 (três) meses, a contar de 06 de novembro de 2015 e com término em 05 de fevereiro de 2016.

Fica prorrogada a vigência do Contrato por 03 (três) meses, a contar de 27 de novembro de 2015 e com término em 26 de fevereiro de 2016.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 27 de julho de 2015 e Termo Aditivo nº 050/2015 de 28 de agosto de 2015, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 27 de outubro de 2015.

Ass: DEODATO RAUL HRUSCHKA, pelo Fundo.

CARLOS ARAKAKI, como Engenheiro Civil.

P R K ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA, como Contratada.

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 217/2015**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 217/2015

DA ESPÉCIE: Sexto Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de nº 136/2014, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa BRASIL VEÍCULOS COMPANHIA DE SEGUROS, em 06 de maio de 2014, conforme Edital de Pregão Presencial nº 119/2014 de 11 de abril de 2014.

Considerando o objeto do Contrato de nº 136/2014 que consiste na contratação de empresa seguradora para a realização de Seguro Total e Contra Terceiros dos veículos das diversas secretarias da Prefeitura, conforme relação dos veículos segurados (anexa) que fica fazendo parte integrante deste Contrato, como se aqui estivesse integral e expressamente transcrito;

Considerando a aquisição de dois veículos novos, sendo Fiat Strada Working CD, placas QHT 0213 – Renavam 1053605339 – Chassi: 9BD57834UG7978670, pertencente a Secretaria de Agricultura, e CHEVROLET SPIN 1.8, placas QHT 1633 – Renavam 1050797989 – Chassi 9BGJC75E0GB114355, pertencente a Secretaria de Assistência Social, faz-se necessário incluir o Seguro Total dos Veículos, aditivando o referido contrato com base na Cláusula Sétima – Das Alterações e Art. 65, parágrafo 1º da Lei nº 8.666/93, nos seguintes termos:

Fica incluso no Contrato o valor total de R\$ 1.030,82 (hum mil, trinta reais e oitenta e dois centavos), para pagamento em parcela única, referente a seguro total dos veículos, sendo o valor de R\$ 494,79 (quatrocentos e noventa e quatro reais e setenta e nove centavos) para o veículo Fiat Strada Working CD, placas QHT 0213 e o valor de R\$ 536,03 (quinhentos e trinta e seis reais e três centavos) para o veículo CHEVROLET SPIN 1.8, placas QHT 1633. As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 06 de maio de 2014, Termo Aditivo nº 197/2014 de 06 de junho de 2014, Termo Aditivo nº 334/2014 de 12 de novembro de 2014, Termo Aditivo nº 031/2015 de 29 de janeiro de 2015, Termo Aditivo nº 116/2015 de 09 de abril de 2015 e Termo Aditivo nº 132/2015 de 05 de maio de 2015, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 28 de julho de 2015.

Ass: ALCIONEI FRANÇA DA SILVA, pela Secretaria de Administração do Município.

BRASIL VEÍCULOS COMPANHIA DE SEGUROS, como Contratada.

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 220/2015**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 220/2015

DA ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Aquisição de Uniformes de nº 182/2015, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa JOTAGÊ CREATIVE INDÚSTRIA DE CONFECÇÕES LTDA - ME, em 12 de junho de 2015, conforme Edital de Pregão Presencial nº 110/2015.

Considerando o objeto do Contrato nº 182/2015, que consiste na aquisição de uniformes para a Banda Marcial da EBM Dalmir Pedro Cubas, conforme Processo nº SPP ER252560143 - Convênio nº 2014TR0002398 da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Mafra/SC, constante dos seguintes itens: 5, 6 e 7.

Considerando o vencimento do referido contrato na data de 09 de agosto de 2015, e que até o momento não ocorreram os repasses referentes ao Convênio nº 2014TR0002398 da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Mafra/SC, sendo que os uniformes serão entregues quando da liberação dos recursos, faz-se necessário prorrogar o referido Contrato com base no Art. 57, parágrafo 1º, inciso II, nos seguintes termos:

Fica prorrogada a vigência do Contrato por 60 (sessenta) dias, a contar de 10 de agosto de 2015 e com término em 08 de outubro de 2015.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato Primitivo, firmado em 12 de junho de 2015, permanecem inalteradas.



São Bento do Sul, 06 de agosto de 2015.

Ass: ALCIONE TERESINHA HINKE, pela Secretaria de Educação do Município.

JOTAGÊ CREATIVE INDÚSTRIA DE CONFECÇÕES LTDA - ME, como Contratada.

### EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 240/2015

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 240/2015

DA ESPÉCIE: Sétimo Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de nº 136/2014, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa BRASIL VEÍCULOS COMPANHIA DE SEGUROS, em 06 de maio de 2014, conforme Edital de Pregão Presencial nº 119/2014 de 11 de abril de 2014.

Considerando o objeto do Contrato de nº 136/2014 que consiste na contratação de empresa seguradora para a realização de Seguro Total e Contra Terceiros dos veículos das diversas secretarias da Prefeitura, conforme relação dos veículos segurados (anexa) que fica fazendo parte integrante deste Contrato, como se aqui estivesse integral e expressamente transcrito;

Considerando a doação feita pela Receita Federal, do veículo VW Kombi, placa MIY 4348 renavam 379198134, chassi 9BWMF07X-7CP014983, se faz necessária a inclusão do mesmo no contrato de seguro, sendo seguro total, 100% FIPE conforme proposta em anexo, aditivando o referido contrato com base na Cláusula Sétima – Das Alterações e Art. 65, parágrafo 1º da Lei nº 8.666/93, nos seguintes termos:

Fica incluso no Contrato o valor total de R\$ 494,79 (quatrocentos e noventa e quatro reais e setenta e nove centavos), para pagamento em parcela única, referente a seguro total do veículo.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 06 de maio de 2014, Termo Aditivo nº 197/2014 de 06 de junho de 2014, Termo Aditivo nº 334/2014 de 12 de novembro de 2014, Termo Aditivo nº 031/2015 de 29 de janeiro de 2015, Termo Aditivo nº 116/2015 de 09 de abril de 2015, Termo Aditivo nº 132/2015 de 05 de maio de 2015 e Termo Aditivo nº 217/2015 de 28 de julho de 2015, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 31 de agosto de 2015.

Ass: ALCIONEI FRANÇA DA SILVA, pela Secretaria de Administração do Município.

BRASIL VEÍCULOS COMPANHIA DE SEGUROS, como Contratada.

### EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 271/2015

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 271/2015

DA ESPÉCIE: Oitavo Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de nº 136/2014, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa BRASIL VEÍCULOS COMPANHIA DE SEGUROS, em 06 de maio de 2014, conforme Edital de Pregão Presencial nº 119/2014 de 11 de abril de 2014.

Considerando o objeto do Contrato de nº 136/2014 que consiste na contratação de empresa seguradora para a realização de Seguro Total e Contra Terceiros dos veículos das diversas secretarias da Prefeitura, conforme relação dos veículos segurados (anexa) que fica fazendo parte integrante deste Contrato, como se aqui estivesse integral e expressamente transcrito;

Considerando a doação feita pela Receita Federal, dos veículos GM Classic Life Placa AGE 8811, RENAVAL 123847702, CHASSI 9BGSA19109B239646 e GM Celta Life Placa ARO 6234, RENAVAL 156736160, CHASSI 9BGRZ4810AG151143, se faz necessária a inclusão dos mesmos no contrato de seguro, sendo seguro total, 100% FIPE conforme proposta em anexo, aditivando o referido contrato com base na Cláusula Sétima – Das Alterações e Art. 65, parágrafo 1º da Lei nº 8.666/93, nos seguintes termos:

Fica incluso no Contrato o valor total de R\$ 1.090,70 (hum mil,

noventa reais e setenta centavos), para pagamento em parcela única, referente a seguro total dos veículos.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 06 de maio de 2014, Termo Aditivo nº 197/2014 de 06 de junho de 2014, Termo Aditivo nº 334/2014 de 12 de novembro de 2014, Termo Aditivo nº 031/2015 de 29 de janeiro de 2015, Termo Aditivo nº 116/2015 de 09 de abril de 2015, Termo Aditivo nº 132/2015 de 05 de maio de 2015, Termo Aditivo nº 217/2015 de 28 de julho de 2015 e Termo Aditivo nº 240/2015 de 31 de agosto de 2015, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 29 de setembro de 2015.

Ass: ALCIONEI FRANÇA DA SILVA, pela Secretaria de Administração do Município.

BRASIL VEÍCULOS COMPANHIA DE SEGUROS, como Contratada.

### EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 278/2015

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 278/2015

DA ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar de nº 114/2015, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a COOPERATIVA DOS FRUTICULTORES DO PLANALTO NORTE CATARINENSE - COOPERPOMARES, em 08 de abril de 2015, conforme Chamada Pública nº 62/2015.

Considerando o objeto do Contrato de nº 114/2015, a aquisição de Gêneros Alimentícios Da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural para atender os alunos matriculados nas Unidades Educacionais da Rede de São Bento do Sul pelo período de Abril a Dezembro de 2015, descritos nos itens enumerados em anexo a Chamada Pública nº 62/2015, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição, constante do item 8 – 34.076,140 Kg. Maçã: firme, isenta de danos mecânicos e partes estragadas, tamanho médio.

Considerando que não será consumida a totalidade da quantidade inicialmente contratada até o término do Contrato 114/2015 em 31 de dezembro de 2015, faz-se necessário suprimir o valor do Contrato conforme art. 65, parágrafo 1º, da Lei nº 8.666/93;

Fica suprimido do Contrato o valor total de R\$ 31.705,00 (trinta e um mil, setecentos e cinco reais), referente ao item abaixo:

Item	Produto	Quantidade (KG)	Valor Unitário	Valor Total
8	Maça	8.500	R\$ 3,73	R\$ 31.705,00

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 08 de abril de 2015, permanecem inalteradas.

Nada mais havendo, assinam as partes em 02 (duas) vias de igual forma e idêntico teor, na presença das testemunhas.

São Bento do Sul, 05 de outubro de 2015.

Ass: ALCIONE TERESINHA HINKE, pela Secretaria de Educação do Município.

COOPERATIVA DOS FRUTICULTORES DO PLANALTO NORTE CATARINENSE - COOPERPOMARES, como Contratada.

### EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 283/2015

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 283/2015

DA ESPÉCIE: Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Aquisição de Uniformes de nº 182/2015, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa JOTAGÊ CREATIVE INDÚSTRIA DE CONFECÇÕES LTDA - ME, em 12 de junho de 2015, conforme Edital de Pregão Presencial nº 110/2015.

Considerando o objeto do Contrato nº 182/2015, que consiste na aquisição de uniformes para a Banda Marcial da EBM Dalmir Pedro Cubas, conforme Processo nº SPP ER252560143 - Convênio nº 2014TR0002398 da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Mafra/SC, constante dos seguintes itens: 5, 6 e 7.

Considerando o vencimento do referido contrato na data de 08 de outubro de 2015, e que até o momento não ocorreram os repasses referentes ao Convênio nº 2014TR0002398 da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Mafra/SC, sendo que os uniformes serão entregues quando da liberação dos recursos, faz-se necessário prorrogar o referido Contrato com base no Art. 57, parágrafo 1º, inciso II, nos seguintes termos:

Fica prorrogada a vigência do Contrato por 60 (sessenta) dias, a contar de 09 de outubro de 2015 e com término em 07 de dezembro de 2015.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato Primitivo firmado em 12 de junho de 2015 e Termo Aditivo nº 220/2015 de 06 de agosto de 2015, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 08 de outubro de 2015.

Ass: ALCIONE TERESINHA HINKE, pela Secretaria de Educação do Município.

JOTAGÊ CREATIVE INDÚSTRIA DE CONFECÇÕES LTDA - ME, como Contratada.

### **EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 317/2015**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 317/2015

DA ESPÉCIE: Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Empreitada de nº 098/2015, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa IMPACTO ENGENHARIA LTDA, em 17 de março de 2015, conforme Edital de Tomada de Preços nº 43/2015.

Considerando o objeto do Contrato nº 098/2015, que constitui no fornecimento de material, mão de obra e demais obrigações necessárias para construção de acesso de pedestres no Loteamento Zulauf, no trecho entre as Ruas Engelberto Stüber e a Rua Profª Irene Peyerl no Bairro Lençol, conforme memorial descritivo, projetos e Convênio nº 2014TR0002400, Processo ER 252599147, anexo ao Edital de Tomada de Preços nº 43/2015.

Considerando o Ofício nº 10/2015 enviado pela Contratada em anexo a este Termo Aditivo, onde a mesma solicita prorrogação de prazo de execução da obra em virtude das condições climáticas desfavoráveis dos últimos meses, com fortes chuvas e tempo instável, o que ocasionou atraso na conclusão da obra, faz-se necessário prorrogar o prazo de execução do referido Contrato com base no Art. 57, parágrafo 1º, inciso II nos seguintes termos:

Fica prorrogado o prazo de execução do Contrato por 16 (dezesesseis) dias, a contar de 01 de dezembro de 2015 e com término em 16 de dezembro de 2015.

Mantém-se a vigência com término em 16 de dezembro de 2015.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato Primitivo, firmado em 17 de março de 2015, Termo Aditivo nº 178/2015 de 10 de junho de 2015, Termo Aditivo nº 219/2015 de 31 de julho de 2015 e Termo Aditivo nº 272/2015 de 30 de setembro de 2015, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 30 de novembro de 2015.

Ass: CÁSSIO LUIZ ZSCHOERPER, pela Secretaria de Planejamento e Urbanismo do Município.

GERSON EVERS MENDES, como Engenheiro Civil.

IMPACTO ENGENHARIA LTDA, como Contratada.

### **EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 325/2015**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 325/2015

DA ESPÉCIE: Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Aquisição de Instrumentos Musicais de nº 181/2015, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa STAGE MUSIC COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA, em 12 de junho de 2015, conforme Edital de Pregão Presencial nº 110/2015.

Considerando o objeto do Contrato de nº 181/2015 que consiste na aquisição de instrumentos musicais para a Banda Marcial da EBM Dalmir Pedro Cubas, conforme Processo nº SPP ER252560143 - Convênio nº 2014TR0002398 da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Mafra/SC, constante dos seguintes itens: 1, 2, 3 e 4;

Considerando o vencimento do referido contrato na data de 07 de dezembro de 2015, e que até o momento não ocorreram os repasses referentes ao Convênio nº 2014TR0002398 da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Mafra/SC, sendo que os instrumentos musicais serão entregues quando da liberação dos recursos, faz-se necessário prorrogar o referido Contrato com base no Art. 57, parágrafo 1º, inciso II, nos seguintes termos:

Fica prorrogada a vigência do Contrato por 60 (sessenta) dias, a contar de 08 de dezembro de 2015 e com término em 05 de fevereiro de 2016.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 12 de junho de 2015, Termo Aditivo nº 189/2015 de 22 de junho de 2015, Termo Aditivo nº 221/2015 de 06 de agosto de 2015 e Termo Aditivo nº 282/2015 de 08 de outubro de 2015 permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 07 de dezembro de 2015.

Ass: ALCIONE TERESINHA HINKE, pela Secretaria de Educação do Município.

STAGE MUSIC COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA, como Contratada.

### **EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 326/2015**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 326/2015

DA ESPÉCIE: Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Aquisição de Uniformes de nº 182/2015, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa JOTAGÊ CREATIVE INDÚSTRIA DE CONFECÇÕES LTDA - ME, em 12 de junho de 2015, conforme Edital de Pregão Presencial nº 110/2015.

Considerando o objeto do Contrato nº 182/2015, que consiste na aquisição de uniformes para a Banda Marcial da EBM Dalmir Pedro Cubas, conforme Processo nº SPP ER252560143 - Convênio nº 2014TR0002398 da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Mafra/SC, constante dos seguintes itens: 5, 6 e 7.

Considerando o vencimento do referido contrato na data de 07 de dezembro de 2015, e que até o momento não ocorreram os repasses referentes ao Convênio nº 2014TR0002398 da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Mafra/SC, sendo que os uniformes serão entregues quando da liberação dos recursos, faz-se necessário prorrogar o referido Contrato com base no Art. 57, parágrafo 1º, inciso II, nos seguintes termos:

Fica prorrogada a vigência do Contrato por 60 (sessenta) dias, a contar de 08 de dezembro de 2015 e com término em 05 de fevereiro de 2016.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato Primitivo firmado em 12 de junho de 2015, Termo Aditivo nº 220/2015 de 06 de agosto de 2015 e Termo Aditivo nº 283/2015 de 08 de outubro de 2015, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 07 de dezembro de 2015.

Ass: ALCIONE TERESINHA HINKE, pela Secretaria de Educação do Município.

JOTAGÊ CREATIVE INDÚSTRIA DE CONFECÇÕES LTDA - ME, como Contratada.

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 327/2015**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 327/2015

DA ESPÉCIE: Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Aquisição de Uniformes de nº 183/2015, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa BROCCATO COMÉRCIO DE UNIFORMES LTDA – EPP, em 12 de junho de 2015, conforme Edital de Pregão Presencial nº 110/2015.

Considerando o objeto do Contrato nº 182/2015, que consiste na aquisição de uniformes para a Banda Marcial da EBM Dalmir Pedro Cubas, conforme Processo nº SPP ER252560143 - Convênio nº 2014TR0002398 da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Mafra/SC, constante dos seguintes itens: 8 e 9.

Considerando o vencimento do referido contrato na data de 07 de dezembro de 2015, e que até o momento não ocorreram os repasses referentes ao Convênio nº 2014TR0002398 da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Mafra/SC, sendo que os uniformes serão entregues quando da liberação dos recursos, faz-se necessário prorrogar o referido Contrato com base no Art. 57, parágrafo 1º, inciso II, nos seguintes termos:

Fica prorrogada a vigência do Contrato por 60 (sessenta) dias, a contar de 08 de dezembro de 2015 e com término em 05 de fevereiro de 2016.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato Primitivo, firmado em 12 de junho de 2015, Termo Aditivo nº 222/2015 de 06 de agosto de 2015 e Termo Aditivo nº 284/2015 de 08 de outubro de 2015, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 07 de dezembro de 2015.

Ass: ALCIONE TERESINHA HINKE, pela Secretaria de Educação do Município.

BROCCATO COMÉRCIO DE UNIFORMES LTDA – EPP, como Contratada.

**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 271/2015**

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 271/2015

OBJETO: INEXIGIBILIDADE PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA FUNERARIA PARA SERVIÇO DE AUXILIO FUNERAL PARA FAMILIAS CARENTES REFERENCIADAS PELO CRAS DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 322, Nº 077 E DECRETO Nº 151 REFERENTE AOS BENEFÍCIOS EVENTUAIS.PARA O PERÍODO DE ATÉ 19 DE MAIO DE 2016.

CONTRATADO: FSB SERVIÇOS POSTUMOS LTDA - ME

VALOR: R\$ 5.516,00

SÃO BENTO DO SUL, 21 de dezembro de 2015.

EDEMILSON BENEDITO DE ASSIS – DIRETOR DE SUPRIMENTOS E PATRIMÔNIO

RITA MARIA DUMS– SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 272/2015**

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 272/2015

OBJETO: INEXIGIBILIDADE PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA FUNERARIA PARA SERVIÇO DE AUXILIO FUNERAL PARA FAMILIAS CARENTES REFERENCIADAS PELO CRAS DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 322, Nº 077 E DECRETO Nº 151 REFERENTE AOS BENEFÍCIOS EVENTUAIS.PARA O PERÍODO DE ATÉ 19 DE MAIO DE 2016.

CONTRATADO: SERVIÇO FUNERÁRIO BOM JESUS LTDA - ME

VALOR: R\$ 8.274,00

SÃO BENTO DO SUL, 21 de dezembro de 2015.

EDEMILSON BENEDITO DE ASSIS – DIRETOR DE SUPRIMENTOS E PATRIMÔNIO

RITA MARIA DUMS– SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 273/2015**

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 273/2015

OBJETO: INEXIGIBILIDADE PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA FUNERARIA PARA SERVIÇO DE AUXILIO FUNERAL PARA FAMILIAS CARENTES REFERENCIADAS PELO CRAS DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 322, Nº 077 E DECRETO Nº 151 REFERENTE AOS BENEFÍCIOS EVENTUAIS.PARA O PERÍODO DE ATÉ 19 DE MAIO DE 2016.

CONTRATADO: PLANALTO SERRANO PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA-ME

VALOR: R\$ 8.274,00

SÃO BENTO DO SUL, 21 de dezembro de 2015.

EDEMILSON BENEDITO DE ASSIS – DIRETOR DE SUPRIMENTOS E PATRIMÔNIO

RITA MARIA DUMS– SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

**JUSTIFICATIVA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 123/2015 FMS**

JUSTIFICATIVA

O presente instrumento de justificativa se presta a cumprir o contido no art. 26 da Lei 8.666/93 como antecedente necessário à contratação com dispensa de licitação.

I – Objeto: Aquisição de medicamento "Trastuzumabe Herceptin 440mg" de ordem judicial para paciente, conforme Mandado de Citação - Antecipação de Tutela Autos nº 0303872-05.2015.8.24.0058 para o Fundo Municipal de Saúde.

II – Contratado: Singular Drogaria e Medicamentos Especiais Ltda.

III - Caracterização da Situação que Justifica a Dispensa: A dispensa de licitação para o fornecimento dos medicamentos se funda no art. 24, IV, da Lei 8.666/93, e se justifica no caráter de urgência para aquisição dos medicamentos, por se tratar de medicamento essencial para a manutenção da saúde do paciente, sob pena de agravamento de doença ou morte. Cabe ao ente público assegurar a todos, conforme está expressamente descrito no art. 196 da Constituição Federal: "A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação." (...) O paciente demonstrou nos autos nº 0303872-05.2015.8.24.0058 a necessidade e urgência na aquisição do medicamento. Não restando alternativa, a não ser procurar a via judicial para ter garantido a aquisição dos medicamentos. Em virtude da urgência e a manutenção da saúde dos pacientes, justificados pelos motivos supra ditos, se faz necessário a dispensa fundada no art. 24, IV, da Lei 8.666/93: "nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos". Necessário também evidenciar que a quantidade adquirida é somente a determinada pelas ordens judiciais.

IV - Razão da Escolha do Fornecedor: A empresa contratada é a que apresentou menor proposta de preços (R\$ 21.170,00) do medicamento a ser adquirido dentre as empresas solicitadas para realização de cotação de preços.

V - Justificativa do Preço: Os preços contratados são os praticados no mercado, para os referidos medicamentos.

Assim, ratifico a presente justificativa e determino a publicação na imprensa oficial para os fins do art. 26 da Lei 8.666/93.



DEODATO RAUL HRUSCHKA  
Presidente do Fundo Municipal de Saúde

## **JUSTIFICATIVA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 271/2015**

### **JUSTIFICATIVA**

O presente instrumento de justificativa se presta a cumprir o contido no art. 25 da Lei 8.666/93 como antecedente necessário à contratação com inexigibilidade de licitação.

I – Objeto: INEXIGIBILIDADE PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA FUNERARIA PARA SERVIÇO DE AUXILIO FUNERAL PARA FAMILIAS CARENTES REFERENCIADAS PELO CRAS DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 322, Nº 077 E DECRETO Nº 151 REFERENTE AOS BENEFÍCIOS EVENTUAIS, PARA O PERÍODO DE ATÉ 19 DE MAIO DE 2016.

II – Contratado: FSB SERVIÇOS POSTUMOS LTDA - ME.

III - Caracterização da Situação que Justifica a Inexigibilidade: A Inexigibilidade para a contratação do referido serviço funerário se funda no CAPUT do art 25 da Lei 8.666/93, e se justifica pelos seguintes motivos: Concessão de benefício eventual destinado aos cidadãos e as famílias com impossibilidade de arcar por conta própria com o enfrentamento de contingências sociais, mediante parecer de Assistente Social, conforme Decreto nº 77, de 11/03/2013, art. 8º, § 5º que diz: "o Valor do Auxílio Funeral será de 35% do salário mínimo vigente para óbito de criança e 70% para óbito de adulto. O município tem credenciado para a execução dos serviços funerários as seguintes empresas: Funerárias: Funerária São Bento Ltda, Planalto Serrano Serviços Ltda e Serviço Funerário Bom Jesus Ltda, por este motivo a Administração Publica esta contratando através de processo licitatório os serviços das três empresas. Em relação à quantidade e valores dos serviços definidos para cada fornecedor, que são diferentes, foram baseados no histórico deste serviço em 2014, uma vez que as famílias que definem qual empresa que realizará o serviço funeral de seu ente querido. Após dirigem-se aos CRAS solicitar o auxílio funeral, que é concedido de acordo com o que preconiza o Decreto nº77, de 11/03/2013, conforme CAPUT do artigo 24, da Lei 8.666/93.

IV - Razão da Escolha do Fornecedor: A Empresa FSB SERVIÇOS POSTUMOS LTDA - ME é uma das três permissionárias de Serviço Funerário da Cidade.

V - Justificativa do Preço: O preço contratado para o serviço de R\$ 5.516,00 (cinco mil quinhentos e dezesseis reais) é o praticado no mercado.

RITA MARIA DUMS  
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL

Art. 26. As dispensas previstas nos §§ 2º e 4º do art. 17 e no inciso III e seguintes do art. 24, as situações de inexigibilidade referidas no art. 25, necessariamente justificadas, e o retardamento previsto no final do parágrafo único do art. 8º desta Lei deverão ser comunicados, dentro de 3 (três) dias, à autoridade superior, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de 5 (cinco) dias, como condição para a eficácia dos atos.

Parágrafo único. O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste artigo, será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:

I - caracterização da situação emergencial ou calamitosa que justifique a dispensa, quando for o caso;

II - razão da escolha do fornecedor ou executante;

III - justificativa do preço.

IV - documento de aprovação dos projetos de pesquisa aos quais os bens serão alocados.

## **JUSTIFICATIVA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 272/2015**

### **JUSTIFICATIVA**

O presente instrumento de justificativa se presta a cumprir o contido no art. 25 da Lei 8.666/93 como antecedente necessário à contratação com inexigibilidade de licitação.

I – Objeto: INEXIGIBILIDADE PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA FUNERARIA PARA SERVIÇO DE AUXILIO FUNERAL PARA FAMILIAS CARENTES REFERENCIADAS PELO CRAS DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 322, Nº 077 E DECRETO Nº 151 REFERENTE AOS BENEFÍCIOS EVENTUAIS, PARA O PERÍODO DE ATÉ 19 DE MAIO DE 2016.

II – Contratado: SERVIÇO FUNERÁRIO BOM JESUS LTDA.

III - Caracterização da Situação que Justifica a Inexigibilidade: A Inexigibilidade para a contratação do referido serviço funerário se funda no CAPUT do art 25 da Lei 8.666/93, e se justifica pelos seguintes motivos: Concessão de benefício eventual destinado aos cidadãos e as famílias com impossibilidade de arcar por conta própria com o enfrentamento de contingências sociais, mediante parecer de Assistente Social, conforme Decreto nº 77, de 11/03/2013, art. 8º, § 5º que diz: "o Valor do Auxílio Funeral será de 35% do salário mínimo vigente para óbito de criança e 70% para óbito de adulto. O município tem credenciado para a execução dos serviços funerários as seguintes empresas: Funerárias: Funerária São Bento Ltda, Planalto Serrano Serviços Ltda e Serviço Funerário Bom Jesus Ltda, por este motivo a Administração Publica esta contratando através de processo licitatório os serviços das três empresas. Em relação à quantidade e valores dos serviços definidos para cada fornecedor, que são diferentes, foram baseados no histórico deste serviço em 2014, uma vez que as famílias que definem qual empresa que realizará o serviço funeral de seu ente querido. Após dirigem-se aos CRAS solicitar o auxílio funeral, que é concedido de acordo com o que preconiza o Decreto nº77, de 11/03/2013, conforme CAPUT do artigo 24, da Lei 8.666/93.

IV - Razão da Escolha do Fornecedor: A Empresa SERVIÇO FUNERÁRIO BOM JESUS LTDA é uma das três permissionárias de Serviço Funerário da Cidade.

V - Justificativa do Preço: O preço contratado para o serviço de R\$ 8.274,00 (oito mil duzentos e setenta e quatro reais) é o praticado no mercado.

RITA MARIA DUMS  
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL

Art. 26. As dispensas previstas nos §§ 2º e 4º do art. 17 e no inciso III e seguintes do art. 24, as situações de inexigibilidade referidas no art. 25, necessariamente justificadas, e o retardamento previsto no final do parágrafo único do art. 8º desta Lei deverão ser comunicados, dentro de 3 (três) dias, à autoridade superior, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de 5 (cinco) dias, como condição para a eficácia dos atos.

Parágrafo único. O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste artigo, será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:

I - caracterização da situação emergencial ou calamitosa que justifique a dispensa, quando for o caso;

II - razão da escolha do fornecedor ou executante;

III - justificativa do preço.

IV - documento de aprovação dos projetos de pesquisa aos quais os bens serão alocados.

**JUSTIFICATIVA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 273/2015****JUSTIFICATIVA**

O presente instrumento de justificativa se presta a cumprir o contido no art. 25 da Lei 8.666/93 como antecedente necessário à contratação com inexigibilidade de licitação.

I – Objeto: INEXIGIBILIDADE PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA FUNERARIA PARA SERVIÇO DE AUXILIO FUNERAL PARA FAMILIAS CARENTES REFERENCIADAS PELO CRAS DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 322, Nº 077 E DECRETO Nº 151 REFERENTE AOS BENEFÍCIOS EVENTUAIS, PARA O PERÍODO DE ATÉ 19 DE MAIO DE 2016.

II – Contratado: PLANALTO SERRANO PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA.

III - Caracterização da Situação que Justifica a Inexigibilidade: A Inexigibilidade para a contratação do referido serviço funerário se funda no CAPUT do art 25 da Lei 8.666/93, e se justifica pelos seguintes motivos: Concessão de benefício eventual destinado aos cidadãos e as famílias com impossibilidade de arcar por conta própria com o enfrentamento de contingências sociais, mediante parecer de Assistente Social, conforme Decreto nº 77, de 11/03/2013, art. 8º, § 5º que diz: "o Valor do Auxilio Funeral será de 35% do salário mínimo vigente para óbito de criança e 70% para óbito de adulto. O município tem credenciado para a execução dos serviços funerários as seguintes empresas: Funerárias: Funerária São Bento Ltda, Planalto Serrano Serviços Ltda e Serviço Funerário Bom Jesus Ltda, por este motivo a Administração Pública esta contratando através de processo licitatório os serviços das três empresas. Em relação à quantidade e valores dos serviços definidos para cada fornecedor, que são diferentes, foram baseados no histórico deste serviço em 2014, uma vez que as famílias que definem qual empresa que realizará o serviço funeral de seu ente querido. Após dirigem-se aos CRAS solicitar o auxilio funeral, que é concedido de acordo com o que preconiza o Decreto nº 77, de 11/03/2013, conforme CAPUT do artigo 24, da Lei 8.666/93.

IV - Razão da Escolha do Fornecedor: A Empresa PLANALTO SERRANO PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA é uma das três permissionárias de Serviço Funerário da Cidade.

V - Justificativa do Preço: O preço contratado para o serviço de R\$ 8.274,00 (oito mil duzentos e setenta e quatro reais) é o praticado no mercado.

RITA MARIA DUMS

SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL

Art. 26. As dispensas previstas nos §§ 2º e 4º do art. 17 e no inciso III e seguintes do art. 24, as situações de inexigibilidade referidas no art. 25, necessariamente justificadas, e o retardamento previsto no final do parágrafo único do art. 8º desta Lei deverão ser comunicados, dentro de 3 (três) dias, à autoridade superior, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de 5 (cinco) dias, como condição para a eficácia dos atos.

Parágrafo único. O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste artigo, será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:

I - caracterização da situação emergencial ou calamitosa que justifique a dispensa, quando for o caso;

II - razão da escolha do fornecedor ou executante;

III - justificativa do preço.

IV - documento de aprovação dos projetos de pesquisa aos quais os bens serão alocados.

**LISTAGEM PORTARIAS Nº 12/2015**

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, resolve baixar as seguintes Portarias:

Portaria nº 10691, de 28 de dezembro de 2015. Declara Vago Cargo, a partir de 26 de dezembro de 2015, com fulcro no Art. 47, inciso V, da Lei Municipal nº 228/2001, o cargo de Professor Anos Iniciais, ocupado pela servidora Maria Aparecida Rosa dos Santos.

Portaria nº 10692, de 28 de dezembro de 2015. Admite Servidor Temporário, a partir de 06 de outubro de 2015. José Hoffmann Martins. Professor Anos Finais – Educação Física, com 10 horas semanais, na EBM Anelize Beckauser Mallon. SEMED.

Portaria nº 10693, de 28 de dezembro de 2015. Admite Servidor Temporário, a partir de 06 de outubro de 2015. José Hoffmann Martins. Professor Anos Finais – Educação Física, com 20 horas semanais, na EBM Anelize Beckauser Mallon. SEMED.

Portaria nº 10694, de 28 de dezembro de 2015. Admite Servidor Temporário, a partir de 05 de outubro de 2015. Isolete Machado Pscheidt, Professor Anos Iniciais, com 20 horas semanais, na EBM Professor Newton Mendes. SEMED.

Portaria nº 10695, de 28 de dezembro de 2015. Admite Servidor Temporário, a partir de 05 de outubro de 2015. Zuleica Silveira Anton, Atendente Educativo, com 30 horas semanais, no CEIM Castelo Encantado. SEMED.

Portaria nº 10696, de 28 de dezembro de 2015. Admite Servidor Temporário, a partir de 05 de outubro de 2015. Liriane Levandoski, Professor Educação Infantil, com 40 horas semanais, no CEIM Castelo Encantado. SEMED.

Portaria nº 10697, de 28 de dezembro de 2015. Admite Servidor Temporário, a partir de 05 de outubro de 2015. Narden Habib, Professor Anos Iniciais, com 40 horas semanais, na EBM Professor Carlos Doetsch. SEMED.

Portaria nº 10698, de 28 de dezembro de 2015. Admite Servidor Temporário, a partir de 06 de outubro de 2015. Marilene Eckel, Atendente Educativo, com 30 horas semanais, no CEIM Castelo Encantado. SEMED.

Portaria nº 10699, de 28 de dezembro de 2015. Exonera Coordenador de Setor de Iluminação Pública, a partir de 31 de dezembro de 2015. Patrick Lemos. SEMOB.

São Bento do Sul, 29 de dezembro de 2015.

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA Nº 10690/2015**

PORTARIA Nº 10690, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2015

Concede Aposentadoria

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 47/2005 e art. 66, da Lei Municipal nº 1718, de 24 de novembro de 2006, RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, provisoriamente, a partir de 26 de dezembro de 2015, aposentadoria voluntária integral por idade e tempo de contribuição à MARIA APARECIDA ROSA DOS SANTOS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Anos Iniciais, Grupo Ocupacional Ensino Fundamental, Nível II, Classe F, matrícula nº 13080, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico.

Parágrafo único. O reajuste do benefício dar-se-á na mesma proporção e na mesma data sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

Art. 2º - A consolidação deste ato, com a validação das características apresentadas no processo administrativo nº 8056/2015, deferido pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, depende de homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 26 de dezembro de 2015.

São Bento do Sul, 28 de dezembro de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_

PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_

PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_

ASSINATURA:



**LEI Nº 3628/2015**

LEI Nº 3628/2015 1

**LEI Nº 3628, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2015.**

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO  
MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, PARA  
O EXERCÍCIO DE 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu promulgo a seguinte  
Lei:

**“Do Orçamento do Município”**

**Art. 1º.** O Orçamento Geral do Município de São Bento do Sul, para o exercício de 2016, estima a Receita R\$ 320.380.151,05 (trezentos e vinte milhões, trezentos e oitenta mil, cento e cinquenta e um reais e cinco centavos), sendo R\$ 261.020.914,05 (duzentos e sessenta e um milhões, vinte mil, novecentos e quatorze reais e cinco centavos) do Orçamento Fiscal e R\$ 59.359.237,00 (cinquenta e nove milhões, trezentos e cinquenta e nove mil e duzentos e trinta e sete reais) do Orçamento da Seguridade Social.

**Dos Orçamentos das Unidades Gestoras, da Prefeitura e Câmara Municipal**

**Art. 2º.** O Orçamento Geral do Município de São Bento do Sul, para o exercício de 2016, estima a Receita em R\$ 320.380.151,05 (trezentos e vinte milhões, trezentos e oitenta mil, cento e cinquenta e um reais e cinco centavos) e fixa a Despesa para a Câmara Municipal em R\$ 3.400.000,00 (três milhões e quatrocentos mil reais), para a Prefeitura Municipal em R\$ 205.144.626,05 (Duzentos e cinco milhões, cento e quarenta e quatro mil, seiscentos e vinte e seis reais e cinco centavos), para as Unidades Gestoras em R\$ 111.835.525,00 (cento e onze milhões, oitocentos e trinta e cinco mil, quinhentos e vinte e cinco reais).

§ 1º - A Receita do Poder Executivo será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos com o seguinte desdobramento.

<b>4. RECEITA</b>	<b>VALOR (R\$)</b>
<b>4.1 Receitas Correntes</b>	<b>282.908.234,00</b>
4.1.1 Receita Tributária	36.935.520,00
4.1.2 Receita de Contribuições	10.620.895,00
4.1.3 Receita Patrimonial	38.178.344,00
4.1.6 Receita de Serviços	18.893.806,00

LEI N° 3628/2015 2

4.1.7 Transferências Correntes	168.671.191,00
4.1.9 Outras Receitas Correntes	9.608.478,00
<b>4.2 Receitas de Capital</b>	<b>36.966.737,05</b>
4.2.1 Operações de Crédito	12.279.000,00
4.2.2 Alienação de Bens	1.168.811,00
4.2.3 Amortização de Empréstimos	616.000,00
4.2.4 Transferências de Capital	22.558.926,05
4.2.5 Outras Receitas de Capital	344.000,00
<b>4.7 Receitas Correntes Intra-orçamentárias</b>	<b>15.512.895,00</b>
<b>9. Deduções da Receita</b>	<b>-15.007.715,00</b>
<b>TOTAL GERAL DA RECEITA</b>	<b>320.380.151,05</b>

§ 2º - A Despesa será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte maneira.

#### I – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

<b>3. DESPESA</b>	<b>VALOR (R\$)</b>
<b>3.3 Despesas Correntes</b>	<b>224.023.434,00</b>
3.3.1 Pessoal e Encargos Sociais	143.650.158,00
3.3.2 Juros e Encargos da Dívida	943.400,00
3.3.3 Outras Despesas Correntes	79.429.876,00
<b>3.4 Despesas de Capital</b>	<b>55.451.270,05</b>
3.4.4 Investimentos	49.842.109,05
3.4.5 Inversões Financeiras	203.700,00
3.4.6 Amortização da Dívida	5.405.461,00
<b>3.9 Reserva de Contingência</b>	<b>40.905.447,00</b>
<b>TOTAL GERAL DA DESPESA</b>	<b>320.380.151,05</b>

#### II – CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

<b>ÓRGÃO/UNIDADE GESTORA</b>	<b>VALOR (R\$)</b>
01.00 – Câmara de Vereadores	3.400.000,00
02.00 – Gabinete do Prefeito	5.265.820,00
03.00 – Procuradoria	2.486.590,00
05.00 – Secretaria de Administração	9.825.094,00
06.00 – Secretaria de Finanças	9.027.471,00
07.00 – Secretaria de Educação	67.732.268,00

08.00 – Secretaria de Planejamento e Urbanismo	21.806.927,00
09.00 – Secretaria de Obras e Serviços Urbanos	13.821.700,00
10.00 – Secretaria de Assistência Social	6.939.962,00
11.00 – Secretaria de Desenvolvimento Econômico	4.692.452,00
13.00 – Secretaria de Agricultura	2.385.492,00
15.00 – Fundação Municipal de Desportos	5.085.000,00
16.00 – Empresa Municipal de Habitação	6.439.800,00
18.00 – Fundação Cultural de São Bento do Sul	4.617.600,00
19.00 – IPRESBS	62.762.237,00
23.00 – Serviço Aut. Mun. de Água e Esgoto - SAMAE	35.036.253,05
17.00 – Fundo Municipal de Saúde	59.055.485,00
<b>TOTAL</b>	<b>320.380.151,05</b>

**Art. 3º.** Os recursos da Reserva de Contingência são destinados ao atendimento dos passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, conforme abaixo:

§ 1º - A utilização dos recursos de Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observando o limite para cada evento de riscos fiscais especificados neste artigo.

§ 2º - Para efeito desta lei entende-se como “Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos”, as despesas diretamente relacionadas ao funcionamento e manutenção dos serviços de competência de cada uma das unidades gestoras não orçados ou orçados a menor.

§ 3º - Não se efetivando até o dia 10 de dezembro de 2016 os riscos fiscais relacionados a passivos contingentes e intempéries previstos neste artigo, os recursos a eles reservados poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para atender “Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos”, conforme definido no § 2º deste artigo, desde que o Orçamento para 2016 tenha reservado recursos para os mesmos riscos fiscais.

**Art. 4º.** Fica o Executivo Municipal autorizado a remanejar dotações de um elemento de despesa para outro, dentro de cada fonte de recursos, projeto, atividade ou operações especiais.

**Art. 5º.** O Executivo está autorizado, nos termos do Artigo 7º da Lei Federal nº 4.320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 50% da Receita Estimada para o orçamento de cada uma das unidades gestoras, utilizando como fontes de recursos:

I – o excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício;

II – a anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas;

III – superávit financeiro do exercício anterior.

Parágrafo único: Excluem-se deste limite, os créditos adicionais suplementares, decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no exercício.

**Art. 6º.** As despesas por conta de dotações vinculadas a convênios, operações de crédito e outras receitas de realização extraordinária só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurado o seu ingresso no fluxo de caixa.

**Art. 7º.** Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da Receita, ou o seu excesso, poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal como fonte de recursos para a abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações especiais.

**Art. 8º.** As receitas de realização extraordinária, oriundas de convênios, operações de crédito e outras, não serão consideradas para efeito de apuração do excesso de arrecadação para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais.

**Art. 9º.** Durante o exercício de 2016 o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta lei.

**Art. 10.** Comprovado o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação.

**Art. 11.** Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com os governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta.

**Art. 12.** A presente Lei vigorará durante o exercício de 2016, a partir de 1º de janeiro.

São Bento do Sul, 28 de dezembro de 2015.

**FERNANDO TURECK**  
Prefeito Municipal

## SÃO BENTO DO SUL

## LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016

Demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas (Anexo 1 da Lei nº 4.320/64)

Receitas	Valor	Despesas	Valor	
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>282.908.234,00</b>	<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>224.023.434,00</b>	
RECEITA TRIBUTÁRIA	36.935.520,00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	143.650.158,00	
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	10.620.895,00	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	943.400,00	
RECEITA PATRIMONIAL	38.178.344,00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	79.429.876,00	
RECEITA DE SERVIÇOS	18.893.806,00			
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	168.671.191,00			
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	9.608.478,00			
<b>RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>15.512.895,00</b>			
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	15.199.092,00			
RECEITA DE SERVIÇOS	214.403,00			
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	99.400,00			
<b>DEDUÇÕES DA RECEITA</b>	<b>- 15.007.715,00</b>			
DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	- 15.007.715,00			
		Superavit	59.389.980,00	
<b>TOTAL</b>	<b>283.413.414,00</b>	<b>TOTAL</b>	<b>283.413.414,00</b>	
Superavit do orçamento corrente	59.389.980,00			
<b>RECEITA DE CAPITAL</b>	<b>36.966.737,05</b>	<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>55.451.270,05</b>	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	12.279.000,00	INVESTIMENTOS	49.842.109,05	
ALIENAÇÃO DE BENS	1.168.811,00	INVERSOES FINANCEIRAS	203.700,00	
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	616.000,00	AMORTIZAÇÃO DA DIVIDA	5.405.461,00	
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	22.558.926,05			
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	344.000,00			
Deficit	18.484.533,00			
Total	55.451.270,05	Total	55.451.270,05	
RECEITAS CORRENTES	282.908.234,00	76,0015% DESPESAS CORRENTES	224.023.434,00	60,18%
RECEITAS DE CAPITAL	36.966.737,05	9,93% DESPESAS DE CAPITAL	55.451.270,05	14,90%
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENÁRIAS	15.512.895,00	4,17% RESERVA DE CONTINGENCIA	40.905.447,00	10,99%
DEDUÇÕES DA RECEITA	- 15.007.715,00	-4,03% TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	51.860.400,00	13,93%
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	51.860.400,00	13,93%		
Total	372.240.551,05	100,00% Total	372.240.551,05	100,00%

"DOE ÓRGÃOS, DOE SANGUE, SALVE VIDAS".

## LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
01	Legislativa	3.400.000,00		3.400.000,00
01.031	Ação Legislativa	3.400.000,00		3.400.000,00
01.031.0001	Processo Legislativo	3.400.000,00		3.400.000,00
03	Essencial à Justiça	2.486.590,00		2.486.590,00
03.092	Representação Judicial e Extrajudicial	2.486.590,00		2.486.590,00
03.092.0003	Procuradoria Jurídica	2.486.590,00		2.486.590,00
04	Administração	14.029.584,00	76.000,00	14.105.584,00
04.122	Administração Geral	10.634.574,00		10.634.574,00
04.122.0002	Gestão Administrativa do Gabinete	2.879.080,00		2.879.080,00
04.122.0004	Administração Geral	7.755.494,00		7.755.494,00
04.123	Administração Financeira	2.409.230,00		2.409.230,00
04.123.0005	Gerindo Recursos com Responsabilidade	2.409.230,00		2.409.230,00
04.125	Normalização e Fiscalização	17.900,00		17.900,00
04.125.0002	Gestão Administrativa do Gabinete	17.900,00		17.900,00
04.126	Tecnologia de Informatização	7.500,00		7.500,00
04.126.0004	Administração Geral	7.500,00		7.500,00
04.128	Formação de Recursos Humanos	3.000,00		3.000,00
04.128.0004	Administração Geral	3.000,00		3.000,00
04.129	Administração de Receitas	269.380,00		269.380,00
04.129.0005	Gerindo Recursos com Responsabilidade	269.380,00		269.380,00
04.131	Comunicação Social	688.000,00		688.000,00
04.131.0002	Gestão Administrativa do Gabinete	684.500,00		684.500,00
04.131.0004	Administração Geral	23.500,00		23.500,00
04.302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial		76.000,00	76.000,00
04.302.0002	Gestão Administrativa do Gabinete		76.000,00	76.000,00
06	Segurança Pública	1.318.290,00		1.469.250,00
06.181	Policamento	517.400,00		668.360,00
06.181.0002	Gestão Administrativa do Gabinete	202.450,00	150.960,00	202.450,00
06.181.0006	Planejamento com Eficiência	137.850,00	150.960,00	288.810,00
06.181.0008	Construindo um Município de Qualidade	177.100,00		177.100,00
06.182	Defesa Civil	800.890,00		800.890,00
06.182.0002	Gestão Administrativa do Gabinete	800.890,00		800.890,00
08	Assistência Social	6.374.677,00	565.285,00	6.939.962,00
08.122	Administração Geral	4.183.000,00		4.183.000,00
08.122.0016	Assistência Social	4.183.000,00		4.183.000,00
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente	1.113.700,00	68.010,00	1.181.710,00
08.243.0016	Assistência Social	1.113.700,00	68.010,00	1.181.710,00
08.244	Assistência Comunitária	1.077.977,00	497.275,00	1.575.252,00
08.244.0016	Assistência Social	1.077.977,00	497.275,00	1.575.252,00
09	Previdência Social	3.403.000,00	18.753.790,00	22.156.790,00
09.122	Administração Geral		1.364.790,00	1.364.790,00
09.122.0014	Regime Próprio de Previdência		1.364.790,00	1.364.790,00
09.272	Previdência do Regime Estatutário	3.403.000,00	17.389.000,00	20.792.000,00
09.272.0014	Regime Próprio de Previdência	3.403.000,00	17.389.000,00	20.792.000,00
10	Saúde	35.090.000,00	23.965.485,00	59.055.485,00
10.301	Atenção Básica	32.346.000,00	7.526.482,00	39.872.482,00
10.301.0010	Inovando na Saúde	32.346.000,00	7.526.482,00	39.872.482,00
10.302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	2.744.000,00	15.874.228,00	18.618.228,00
10.302.0010	Inovando na Saúde	2.744.000,00	15.874.228,00	18.618.228,00
10.304	Vigilância Sanitária		49.000,00	49.000,00
10.304.0010	Inovando na Saúde		49.000,00	49.000,00
10.305	Vigilância Epidemiológica		515.775,00	515.775,00
10.305.0010	Inovando na Saúde		515.775,00	515.775,00
12	Educação	20.190.548,00	47.541.720,00	67.732.268,00
12.396	Alimentação e Nutrição	2.459.000,00		2.459.000,00
12.396.0015	Educação: Ética, Aprendizagem e Responsabilidade	2.459.000,00		2.459.000,00
12.361	Ensino Fundamental	10.153.196,00	27.556.682,00	37.709.878,00
12.361.0015	Educação: Ética, Aprendizagem e Responsabilidade	10.153.196,00	27.556.682,00	37.709.878,00
12.362	Ensino Médio	10.000,00	598.300,00	608.300,00
12.362.0015	Educação: Ética, Aprendizagem e Responsabilidade	10.000,00	598.300,00	608.300,00
12.364	Ensino Superior	120.000,00		120.000,00
12.364.0015	Educação: Ética, Aprendizagem e Responsabilidade	120.000,00		120.000,00
12.365	Educação Infantil	7.448.352,00	19.386.738,00	26.835.090,00
12.365.0015	Educação: Ética, Aprendizagem e Responsabilidade	7.448.352,00	19.386.738,00	26.835.090,00
13	Cultura	4.541.600,00	76.000,00	4.617.600,00
13.391	Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	2.700.000,00	75.000,00	2.775.000,00
13.391.0012	Manutenção e Desenvolvimento da Fundação Cultural	2.700.000,00	75.000,00	2.775.000,00
13.392	Difusão Cultural	1.841.600,00	1.000,00	1.842.600,00
13.392.0012	Manutenção e Desenvolvimento da Fundação Cultural	1.841.600,00	1.000,00	1.842.600,00
14	Direitos da Cidadania	76.730,00		76.730,00
14.422	Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	76.730,00		76.730,00
14.422.0007	Desenvolvimento Econômico, Inovação e Revitalização	76.730,00		76.730,00
15	Urbanismo	21.203.438,00	14.753.397,00	35.956.835,00
15.122	Administração Geral	3.351.661,00		3.351.661,00
15.122.0006	Planejamento com Eficiência	3.351.661,00		3.351.661,00
15.451	Infra-Estrutura Urbana	5.001.310,00	14.735.306,00	19.736.616,00
15.451.0006	Planejamento com Eficiência	3.810.000,00	14.356.456,00	18.166.456,00
15.451.0008	Construindo um Município de Qualidade	1.191.310,00	378.850,00	1.570.160,00
15.452	Serviços Urbanos	12.850.467,00	16.091,00	12.866.558,00
15.452.0013	Universalização dos Serviços de Água e Esgoto	4.073.437,00	6.111,00	4.079.548,00
15.452.0008	Construindo um Município de Qualidade	8.777.030,00	11.980,00	8.789.010,00



"DOE ÓRGÃOS, DOE SANGUE, SALVE VIDAS".

## LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
15	Urbanismo	21.203.438,00	14.753.397,00	35.956.835,00
15.452	Serviços Urbanos	12.850.467,00	18.091,00	12.868.558,00
15.452.0008	Construindo um Município de Qualidade	8.777.030,00	11.980,00	8.789.010,00
16	Habitação	5.556.800,00	883.000,00	6.439.800,00
16.122	Administração Geral	1.391.800,00		1.391.800,00
16.122.0009	Habitação com Qualidade	1.391.800,00		1.391.800,00
16.482	Habitação Urbana	4.165.000,00	883.000,00	5.048.000,00
16.482.0009	Habitação com Qualidade	4.165.000,00	883.000,00	5.048.000,00
17	Saneamento	30.845.750,05	110.955,00	30.956.705,05
17.122	Administração Geral	4.336.300,00		4.336.300,00
17.122.0013	Universalização dos Serviços de Água e Esgoto	4.336.300,00		4.336.300,00
17.512	Saneamento Básico Urbano	26.509.450,05	110.955,00	26.620.405,05
17.512.0013	Universalização dos Serviços de Água e Esgoto	26.509.450,05	110.955,00	26.620.405,05
18	Gestão Ambiental	590.444,00		590.444,00
18.541	Preservação e Conservação Ambiental	590.444,00		590.444,00
18.541.0017	Modernizando a Agricultura e Meio Ambiente	590.444,00		590.444,00
20	Agricultura	1.795.048,00		1.795.048,00
20.544	Recursos Hídricos	103.370,00		103.370,00
20.544.0017	Modernizando a Agricultura e Meio Ambiente	103.370,00		103.370,00
20.608	Extensão Rural	1.691.678,00		1.691.678,00
20.608.0017	Modernizando a Agricultura e Meio Ambiente	1.691.678,00		1.691.678,00
22	Indústria	1.733.877,00	2.000.000,00	3.733.877,00
22.661	Promoção Industrial	1.733.877,00	2.000.000,00	3.733.877,00
22.661.0007	Desenvolvimento Econômico, Inovação e Revitalização	1.733.877,00	2.000.000,00	3.733.877,00
23	Comércio e Serviços	881.845,00		881.845,00
23.695	Turismo	881.845,00		881.845,00
23.695.0007	Desenvolvimento Econômico, Inovação e Revitalização	881.845,00		881.845,00
25	Energia		3.285.430,00	3.285.430,00
25.452	Serviços Urbanos		3.285.430,00	3.285.430,00
25.452.0008	Construindo um Município de Qualidade		3.285.430,00	3.285.430,00
27	Desporto e Lazer	5.085.000,00		5.085.000,00
27.122	Administração Geral	1.927.000,00		1.927.000,00
27.122.0011	Esporte e Cidadania	1.927.000,00		1.927.000,00
27.811	Desporto e Rendimento	1.460.000,00		1.460.000,00
27.811.0011	Esporte e Cidadania	1.460.000,00		1.460.000,00
27.812	Desporto Comunitário	1.698.000,00		1.698.000,00
27.812.0011	Esporte e Cidadania	1.698.000,00		1.698.000,00
28	Encargos Especiais	8.709.461,00		8.709.461,00
28.843	Serviço da Dívida Interna	6.348.861,00		6.348.861,00
28.843.0005	Gerindo Recursos com Responsabilidade	6.348.861,00		6.348.861,00
28.845	Outras Transferências	625.000,00		625.000,00
28.845.0002	Gestão Administrativa do Gabinete	625.000,00		625.000,00
28.846	Outros Encargos Especiais	1.735.600,00		1.735.600,00
28.846.0004	Administração Geral	1.735.600,00		1.735.600,00
99	Reserva de Contingência			40.905.447,00
99.997	Reserva Legal			40.605.447,00
99.997.0014	Regime Próprio de Previdência			40.605.447,00
99.999	Reserva de Contingência			300.000,00
99.999.0004	Administração Geral			300.000,00
Total:		167.612.682,05	152.767.469,00	320.380.151,05

"DOE ÓRGÃOS, DOE SANGUE, SALVE VIDAS".

### LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	51.132.400,00	728.000,00	51.860.400,00
	TRANSF. FINANC. AO IPRESBS – INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE SÃO BENTO DO SUL	3.343.000,00		3.343.000,00
	TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA – BOMBEIROS		70.000,00	70.000,00
	TRANSF. FINANC. AO IPRESBS – INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE SÃO BENTO DO SUL	60.000,00		60.000,00
	TRANSF. FINANC. PARA PAGAMENTO DÍVIDA PÚBLICA – SANEAMENTO	0,00		0,00
	TRANSF. FINANC. A EMHAB – EMPRESA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO	1.906.800,00		1.906.800,00
	TRANSF. FINANC. AO FMD – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS	3.274.000,00		3.274.000,00
	TRANSF. FINANC. A FC – FUNDAÇÃO CULTURAL	1.898.600,00		1.898.600,00
	TRANSF. FINANC. A CMSBS – CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL	3.400.000,00		3.400.000,00
	TRANSF. FINANC. CONVÊNIOS A EMHAB – EMPRESA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO	2.500.000,00		2.500.000,00
	TRANSF. FINANC. AO FMS – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	34.750.000,00		34.750.000,00
	TRANSF. DE CONVÊNIOS AO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		658.000,00	658.000,00
	<b>Total:</b>	<b>51.132.400,00</b>	<b>728.000,00</b>	<b>51.860.400,00</b>
	<b>Total geral:</b>	<b>167.612.682,05</b>	<b>152.767.469,00</b>	<b>372.240.551,05</b>

"DOE ÓRGÃOS, DOE SANGUE, SALVE VIDAS".

## LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016

Quadro Demonstrativo das Dotações por Órgãos de Governo e da Administração - QDD

### Entidade: 1 – PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL

Órgão e Unidade	Despesas Correntes	Despesas de Capital	Total
Gabinete do prefeito	4.513.880,00	751.940,00	5.265.820,00
Gabinete do prefeito	4.176.480,00	10.000,00	4.186.480,00
Bombeiros	200.100,00	561.490,00	761.590,00
Polícia Militar	22.500,00	179.950,00	202.450,00
Manutenção da Defesa Civil	114.800,00	500,00	115.300,00
Procuradoria	2.482.790,00	3.800,00	2.486.590,00
Assessoria Jurídica	2.482.790,00	3.800,00	2.486.590,00
Secretaria Municipal de Administração	9.430.094,00	95.000,00	9.825.094,00
Administração Geral	7.694.494,00	95.000,00	7.789.494,00
Encargos Especiais			2.035.600,00
Secretaria Municipal de Finanças	3.616.010,00	5.411.461,00	9.027.471,00
Administração Financeira	2.672.610,00	6.000,00	2.678.610,00
Serviços da Dívida Pública	943.400,00	5.405.461,00	6.348.861,00
Secretaria Municipal de Educação	66.583.048,00	1.149.220,00	67.732.268,00
Secretaria de Educação	25.265.178,00	1.149.220,00	26.414.398,00
FUNDEB	41.317.870,00	0,00	41.317.870,00
Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo	5.283.911,00	16.523.016,00	21.806.927,00
Planejamento, Pesquisa e Desenvolvimento Urbano	3.367.161,00	16.111.266,00	19.478.427,00
DETRANSBS	1.825.870,00	213.820,00	2.039.690,00
SSP TRÂNSITO- POLÍCIA MILITAR	41.400,00	96.450,00	137.850,00
SSP TRÂNSITO- POLÍCIA CIVIL	49.480,00	101.480,00	150.960,00
Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos	13.343.070,00	478.630,00	13.821.700,00
Obras e Serviços Urbanos	13.343.070,00	478.630,00	13.821.700,00
Secretaria Municipal de Assistência Social	6.460.762,00	479.200,00	6.939.962,00
Assistência Social	5.185.100,00	157.700,00	5.342.800,00
Fundo de Assistência Social	1.208.152,00	321.000,00	1.529.152,00
Fundo da Infância e Adolescência	67.510,00	500,00	68.010,00
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico	2.242.232,00	2.450.220,00	4.692.452,00
Secretaria de Desenvolvimento Econômico	1.309.557,00	2.105.490,00	3.415.047,00
Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico- CODESBS	318.330,00	500,00	318.830,00
Turismo	575.965,00	302.500,00	878.465,00
Fundo Municipal de Turismo	3.380,00	0,00	3.380,00
Fundo Municipal de Defesa do Consumidor	35.000,00	41.730,00	76.730,00
Secretaria Municipal de Agricultura	2.374.562,00	10.930,00	2.385.492,00
Agricultura	1.655.458,00	3.000,00	1.658.458,00
Meio Ambiente	686.884,00	6.930,00	693.814,00
Fundo M. Desenvolvimento Agrário e Abastecimento	32.220,00	1.000,00	33.220,00
Total por entidade:			195.714.176,00
Total por entidade:			195.714.176,00

Órgão e Especificação da Transferência	Total
Secretaria Municipal de Finanças	51.730.400,00
TRANSF. DE CONVÊNIOS AO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	658.000,00
TRANSF. FINANC. A EMHAB- EMPRESA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO	1.906.800,00
TRANSF. FINANC. A CMSBS- CAMARA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL	3.400.000,00
TRANSF. FINANC. A FC - FUNDAÇÃO CULTURAL	1.898.600,00
TRANSF. FINANC. AO FMD - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS	3.274.000,00
TRANSF. FINANC. AO FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	34.750.000,00
TRANSF. FINANC. AO IPRESBS INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE SÃO BENTO	3.343.000,00
TRANSF. FINANC. CONVÊNIOS A EMHAB - EMPRESA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO	2.500.000,00
Total por entidade:	116.330.359,00
Total por entidade:	27.353.417,00
Total por entidade:	195.714.176,00

"DOE ÓRGÃOS, DOE SANGUE, SALVE VIDAS".

**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016**

Quadro Demonstrativo das Dotações por Órgãos de Governo e da Administração - QDD

**Entidade: 4 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

Órgão e Unidade	Despesas Correntes	Despesas de Capital	Total
Fundo Municipal de Saúde	57.220.535,00	1.834.950,00	59.055.485,00
Fundo Municipal de Saúde	57.220.535,00	1.834.950,00	59.055.485,00
Órgão e Especificação da Transferência			Total
Fundo Municipal de Saúde			70.000,00
TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA – BOMBEIROS			70.000,00
<b>Total por entidade:</b>	<b>57.220.535,00</b>	<b>1.834.950,00</b>	<b>59.125.485,00</b>

"DOE ÓRGÃOS, DOE SANGUE, SALVE VIDAS".

**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016**

Quadro Demonstrativo das Dotações por Órgãos de Governo e da Administração - QDD

**Entidade: 9 – IPRESBS – INST. PREV. SERV. PUB. SÃO BENTO DO SUL**

Órgão e Unidade	Despesas Correntes	Despesas de Capital	Total
IPRESBS	21.976.790,00	180.000,00	62.762.237,00
IPRESBS	21.976.790,00	180.000,00	62.762.237,00
<b>Total por entidade:</b>	<b>21.976.790,00</b>	<b>180.000,00</b>	<b>62.762.237,00</b>

"DOE ÓRGÃOS, DOE SANGUE, SALVE VIDAS".

**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016**

Quadro Demonstrativo das Dotações por Órgãos de Governo e da Administração - QDD

**Entidade: 10 - EMHAB - EMPRESA MUN. DE HABITAÇÃO**

Órgão e Unidade	Despesas Correntes	Despesas de Capital	Total
Empresa Municipal de Habitação	1.538.950,00	4.900.850,00	6.439.800,00
Empresa Municipal de Habitação	1.408.950,00	3.017.850,00	4.426.800,00
Fundo Rotativo Habitacional	130.000,00	1.883.000,00	2.013.000,00
<b>Total por entidade:</b>	<b>1.538.950,00</b>	<b>4.900.850,00</b>	<b>6.439.800,00</b>



"DOE ÓRGÃOS, DOE SANGUE, SALVE VIDAS".

**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016**

Quadro Demonstrativo das Dotações por Órgãos de Governo e da Administração - QDD

**Entidade: 12 - SERVIÇO AUT. MUN. DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE**

Órgão e Unidade	Despesas Correntes	Despesas de Capital	Total
Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto	18.244.200,00	16.792.053,05	35.036.253,05
Serviços Administrativos	4.273.900,00	62.400,00	4.336.300,00
Abastecimento de Água	6.976.200,00	1.468.600,00	8.444.800,00
Sistema de Esgoto Sanitário	2.558.900,00	14.967.005,05	17.525.905,05
Saneamento Geral	476.000,00	173.700,00	649.700,00
Sistemas de Resíduos Sólidos	3.959.200,00	120.348,00	4.079.548,00
Órgão e Especificação da Transferência			Total
Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto			60.000,00
TRANSF. FINANC. AO IPRESBS - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE SÃO BENTO DO SUL			60.000,00
TRANSF. FINANC. PARA PAGAMENTO DÍVIDA PÚBLICA - SANEAMENTO			0,00
<b>Total por entidade:</b>	<b>18.244.200,00</b>	<b>16.792.053,05</b>	<b>35.096.253,05</b>

"DOE ÓRGÃOS, DOE SANGUE, SALVE VIDAS".

**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016**

Quadro Demonstrativo das Dotações por Órgãos de Governo e da Administração - QDD

**Entidade: 13 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS**

Órgão e Unidade	Despesas Correntes	Despesas de Capital	Total
Fundação Municipal de Desportos	3.430.000,00	1.655.000,00	5.085.000,00
Fundação Municipal de Desportos	3.430.000,00	1.655.000,00	5.085.000,00
<b>Total por entidade:</b>	<b>3.430.000,00</b>	<b>1.655.000,00</b>	<b>5.085.000,00</b>

"DOE ÓRGÃOS, DOE SANGUE, SALVE VIDAS".

**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016**

Quadro Demonstrativo das Dotações por Órgãos de Governo e da Administração - QDD

**Entidade: 14 - FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO BENTO DO SUL**

Órgão e Unidade	Despesas Correntes	Despesas de Capital	Total
Fundação Cultural de São Bento do Sul	2.297.600,00	2.320.000,00	4.617.600,00
Fundação Cultural de São Bento do Sul	2.097.100,00	2.320.000,00	4.417.100,00
Fundo Municipal de Incentivo à Cultura	200.500,00	0,00	200.500,00
<b>Total por entidade:</b>	<b>2.297.600,00</b>	<b>2.320.000,00</b>	<b>4.617.600,00</b>

"DOE ÓRGÃOS, DOE SANGUE, SALVE VIDAS".

**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016**

Quadro Demonstrativo das Dotações por Órgãos de Governo e da Administração - QDD

**Entidade: 15 - CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL**

Órgão e Unidade	Despesas Correntes	Despesas de Capital	Total
Câmara Municipal de Vereadores	2.985.000,00	415.000,00	3.400.000,00
Câmara de Vereadores	2.985.000,00	415.000,00	3.400.000,00
<b>Total por entidade:</b>	<b>2.985.000,00</b>	<b>415.000,00</b>	<b>3.400.000,00</b>
<b>Total Geral:</b>	<b>224.023.434,00</b>	<b>55.451.270,05</b>	<b>372.240.551,05</b>

"DOE ÓRGÃOS, DOE SANGUE, SALVE VIDAS".

## LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016

Programa Anual de Trabalho do Governo em Termos de Realizações de Obras e Prestação de Serviços

Especificação	Serviços	Obras	Total
Gabinete do prefeito	1.018.330,00	235.250,00	1.253.580,00
Gabinete do prefeito	869.730,00	0,00	869.730,00
Departamento de Comunicação Social – DECS	661.500,00	0,00	661.500,00
Departamento de Controle Interno – DECIN	15.900,00	0,00	15.900,00
Gestão do Gabinete do Prefeito	192.330,00	0,00	192.330,00
Bombeiros	98.100,00	125.250,00	223.350,00
Gestão do Atendimento Pré-Hospitalar – BOMBEIROS	18.500,00	0,00	18.500,00
Manutenção e Conservação da OBM	79.600,00	125.250,00	204.850,00
Polícia Militar	7.000,00	110.000,00	117.000,00
Serviços Especiais – Polícia Militar	7.000,00	110.000,00	117.000,00
Manutenção da Defesa Civil	43.500,00	0,00	43.500,00
Departamento de Defesa Civil	43.500,00	0,00	43.500,00
Procuradoria	121.390,00	0,00	121.390,00
Assessoria Jurídica	121.390,00	0,00	121.390,00
Gestão da Assessoria Jurídica	121.390,00	0,00	121.390,00
Secretaria Municipal de Administração	2.968.004,00	85.000,00	3.053.004,00
Administração Geral	1.312.404,00	85.000,00	1.397.404,00
Gestão da Secretaria Municipal de Administração – SECAD	630.804,00	0,00	630.804,00
Gestão do Departamento de Recursos Humanos – DEREH	1.000,00	0,00	1.000,00
Gestão do Departamento de Tecnologia da Informação – DETIN	1.000,00	0,00	1.000,00
Gestão dos Serviços Públicos	656.100,00	85.000,00	741.100,00
Publicações Oficiais e Divulgações do Município	23.500,00	0,00	23.500,00
Encargos Especiais	1.665.600,00	0,00	1.665.600,00
Contribuição ao PASEP	1.665.600,00	0,00	1.665.600,00
Secretaria Municipal de Finanças	478.580,00	0,00	478.580,00
Administração Financeira	478.580,00	0,00	478.580,00
Departamento de Receitas – DERECE	262.380,00	0,00	262.380,00
Gestão da Secretaria Municipal de Finanças – SEFIN	216.200,00	0,00	216.200,00
Secretaria Municipal de Educação	8.297.930,00	481.670,00	8.779.600,00
Secretaria de Educação	8.297.930,00	481.670,00	8.779.600,00
Alimentação Escolar	10.000,00	0,00	10.000,00
Convênio com Empresas	0,00	245.190,00	245.190,00
Coordenação, manutenção e ampliação da Educação Infantil	3.171.300,00	110.000,00	3.281.300,00
Coordenação, manutenção e ampliação do Ensino Fundamental	4.215.440,00	10.000,00	4.225.440,00
Recurso do FNDE	50.000,00	116.480,00	166.480,00
Transporte Escolar – Ensino Fundamental	238.890,00	0,00	238.890,00
Transporte Escolar – Educação Infantil	4.000,00	0,00	4.000,00
Transporte Escolar – Ensino Médio	608.300,00	0,00	608.300,00
Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo	2.040.010,00	16.157.366,00	18.197.376,00
Planejamento, Pesquisa e Desenvolvimento Urbano	274.690,00	16.103.266,00	16.377.956,00
Departamento de Projetos – DEPRO	6.000,00	0,00	6.000,00
Gestão da Secretaria de Planejamento e Urbanismo	263.690,00	0,00	263.690,00
Infraestrutura em vias públicas – Operação Tapete Preto	5.000,00	16.103.266,00	16.108.266,00
DETRANSPS	1.728.970,00	54.100,00	1.783.070,00
Convênio SSP/Transito – PREFEITURA	1.728.970,00	54.100,00	1.783.070,00
SSP TRÂNSITO – POLÍCIA MILITAR	17.400,00	0,00	17.400,00
Convênio SSP/Transito – POLÍCIA MILITAR	17.400,00	0,00	17.400,00
SSP TRÂNSITO – POLÍCIA CIVIL	18.950,00	0,00	18.950,00
Convênio SSP/Transito – polícia civil	18.950,00	0,00	18.950,00
Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos	3.847.700,00	139.060,00	3.986.760,00
Obras e Serviços Urbanos	3.847.700,00	139.060,00	3.986.760,00
Extensão de Rede e Melhorias na Rede de Iluminação Pública	2.814.540,00	135.060,00	2.949.600,00
Gestão da Secretaria Municipal de Obras e /serviços Urbanos – SEMOB	833.550,00	2.000,00	835.550,00
Manutenção e Melhorias em Vias Urbanas e Rurais	91.110,00	2.000,00	93.110,00
Manutenção e Melhorias na Frota da SEMOB	62.800,00	0,00	62.800,00
Rádio Patrulha	45.700,00	0,00	45.700,00
Secretaria Municipal de Assistência Social	1.813.137,00	349.200,00	2.162.337,00
Assistência Social	1.294.600,00	134.200,00	1.428.800,00
Ações Voltadas à Criança e ao Adolescente	17.000,00	0,00	17.000,00
Gestão Administrativa da SEMAS	398.000,00	0,00	398.000,00
Gestão do Serviço de Acolhimento Institucional da Criança e do Adolescente	844.000,00	134.200,00	978.200,00
Gestão dos Conselhos Municipais de Assistência Social	8.000,00	0,00	8.000,00
Trabalho Técnico Social – Loteamento Alpestre	27.600,00	0,00	27.600,00
Fundo de Assistência Social	505.027,00	215.000,00	720.027,00
FNAS – Gestão – ACESSUAS	28.000,00	0,00	28.000,00
FNAS – Gestão – IGD do SUAS	8.000,00	0,00	8.000,00
Gestão dos Serv.de Proteção Social Básica – Bolsa Família	70.000,00	0,00	70.000,00
Gestão dos Serv. De Proteção Social Básica – PDF – Estado	43.000,00	205.000,00	248.000,00
Gestão dos Serv. De Proteção Social Especial de Média Complexidade	46.000,00	0,00	46.000,00
Gestão dos Serviços de Proteção Básica – União	89.277,00	0,00	89.277,00
Gestão dos Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade	61.000,00	5.000,00	66.000,00
Gestão dos Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade	53.000,00	5.000,00	58.000,00
Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV – União	106.750,00	0,00	106.750,00
Fundo da Infância e Adolescência	13.510,00	0,00	13.510,00
Gestão do Fundo da Infância e Adolescência – FIA	13.510,00	0,00	13.510,00
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico	477.560,00	2.400.090,00	2.877.650,00
Secretaria de Desenvolvimento Econômico	187.350,00	2.100.090,00	2.287.440,00
Departamento de Indústria e Comércio – DEICO	43.660,00	2.043.260,00	2.086.920,00
Gestão da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico	143.690,00	56.830,00	200.520,00
Fundo Municipal de Des. Econômico – CODESBS	102.510,00	0,00	102.510,00
Gestão do Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico	102.510,00	0,00	102.510,00
Turismo	155.320,00	300.000,00	455.320,00
Departamento de Turismo – DETUR	155.320,00	300.000,00	455.320,00
Fundo Municipal de Turismo	1.380,00	0,00	1.380,00
Fundo Municipal de Turismo	1.380,00	0,00	1.380,00
Fundo Municipal de Defesa do Consumidor	31.000,00	0,00	31.000,00
Departamento de Proteção ao Consumidor – PROCON	31.000,00	0,00	31.000,00
Secretaria Municipal de Agricultura	281.866,00	1.000,00	282.866,00
Agricultura	210.943,00	0,00	210.943,00
Departamento de Pecuária – DEPEC	11.143,00	0,00	11.143,00

"DOE ÓRGÃOS, DOE SANGUE, SALVE VIDAS".

## LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016

Programa Anual de Trabalho do Governo em Termos de Realizações de Obras e Prestação de Serviços

Gestão do Departamento de Agricultura – DEAGRI	199.800,00	0,00	199.800,00
Meio Ambiente	69.923,00	1.000,00	70.923,00
Departamento de Meio Ambiente – DEMAM	69.923,00	1.000,00	70.923,00
Fundo M. Desenvolvimento Agrário e Abastecimento	1.000,00	0,00	1.000,00
Gestão do Fundo Municipal de Desenvolvimento Agrário	1.000,00	0,00	1.000,00
Fundo Municipal de Saúde	27.703.378,00	1.009.500,00	28.712.878,00
Fundo Municipal de Saúde	27.703.378,00	1.009.500,00	28.712.878,00
Ações Voltadas à Atenção Básica	7.903.000,00	0,00	7.903.000,00
Ações Voltadas à Manutenção do CAPS	75.000,00	0,00	75.000,00
Ações Voltadas à Média e Alta Complexidade	16.551.000,00	0,00	16.551.000,00
Ações Voltadas à Vigilância Epidemiológica	160.000,00	60.000,00	220.000,00
Ações Voltadas à Vigilância Sanitária	21.000,00	0,00	21.000,00
Ações Voltadas ao Atendimento Odontológico	80.350,00	0,00	80.350,00
Ações Voltadas ao Programa Nacional de HIV/AIDS e outras DST	44.000,00	0,00	44.000,00
Ampliação da Rede física da Saúde – Média e Alta Complexidade	0,00	211.000,00	211.000,00
Ampliação da rede Física da Saúde	0,00	618.500,00	618.500,00
Atenção Farmacêutica	2.680.500,00	0,00	2.680.500,00
Estratégia da Saúde da Família	175.000,00	120.000,00	295.000,00
Operação e Manutenção do SAMU	13.528,00	0,00	13.528,00
IPRESBS	341.000,00	50.000,00	391.000,00
IPRESBS	341.000,00	50.000,00	391.000,00
Administração e Funcionamento do IPRESBS	321.000,00	50.000,00	371.000,00
Manutenção e Funcionamento do IPRESBS	20.000,00	0,00	20.000,00
Empresa Municipal de Habitação	310.200,00	4.666.000,00	4.976.200,00
Empresa Municipal de Habitação	230.200,00	3.000.000,00	3.230.200,00
Manutenção da Estrutura Administrativa da EMHAB	225.200,00	0,00	225.200,00
Programa FNHIS	5.000,00	3.000.000,00	3.005.000,00
Fundo Rotativo Habitacional	80.000,00	1.666.000,00	1.746.000,00
Investimento em Programas Habitacionais	20.000,00	1.666.000,00	1.686.000,00
Regularização Fundiária Habitacional	60.000,00	0,00	60.000,00
Serviço autônomo Municipal de Água e Esgoto	9.652.100,00	15.668.905,05	25.321.005,05
Serviços Administrativos	1.563.200,00	0,00	1.563.200,00
Contribuição ao PASEP	210.000,00	0,00	210.000,00
Manutenção e Melhoria dos Serviços Administrativos	1.353.200,00	0,00	1.353.200,00
Abastecimento de Água	2.978.000,00	795.100,00	3.773.100,00
Ampliação, Reforma e Reaparelhamento do Sistema de Abastecimento de Água	0,00	350.000,00	350.000,00
Construção de Novos Reservatórios para Água Tratada	0,00	330.000,00	330.000,00
Manutenção e Melhoria dos Serviços de Abastecimento de Água	2.978.000,00	115.100,00	3.093.100,00
Sistema de Esgoto Sanitário	962.700,00	14.699.805,05	15.662.505,05
Construção de Unidade de Coleta, Elevação e Tratamento de Esgoto	0,00	14.633.505,05	14.633.505,05
Manutenção e Melhoria dos Serviços de Esgotamento Sanitário	962.700,00	66.300,00	1.029.000,00
Saneamento Geral	316.000,00	94.000,00	410.000,00
Organização e Modernização dos Serviços da Autarquia	316.000,00	94.000,00	410.000,00
Sistema de Resíduos Sólidos	3.832.200,00	80.000,00	3.912.200,00
Coleta e Transbordo dos Resíduos Sólidos	3.832.200,00	80.000,00	3.912.200,00
Fundação Municipal de Desporto	834.000,00	1.653.000,00	2.487.000,00
Fundação Municipal de Desportos	834.000,00	1.653.000,00	2.487.000,00
Construção, Reforma e Ampliação de Espaços Físicos para Práticas Esportivas	0,00	1.653.000,00	1.653.000,00
Deporto Comunitário	42.000,00	0,00	42.000,00
Deporto de Iniciação e Rendimento	155.000,00	0,00	155.000,00
Manutenção das Atividades da Fundação Municipal de Desportos	637.000,00	0,00	637.000,00
Fundação Cultural de São Bento do Sul	725.500,00	2.189.000,00	2.914.500,00
Fundação Cultural de São Bento do Sul	710.000,00	2.189.000,00	2.899.000,00
Investindo na Cultura	243.000,00	2.189.000,00	2.432.000,00
Manutenção da Fundação Cultural e suas Atividades	390.000,00	0,00	390.000,00
Preservação da Memória e do Patrimônio Histórico, Artístico, Material e Imaterial	77.000,00	0,00	77.000,00
Fundo Municipal de Incentivo à Cultura	15.500,00	0,00	15.500,00
Manutenção do Fundo Municipal da Cultura	15.500,00	0,00	15.500,00
Câmara Municipal de Vereadores	425.500,00	250.000,00	675.500,00
Câmara de Vereadores	425.500,00	250.000,00	675.500,00
Manutenção da Câmara de Vereadores	425.500,00	250.000,00	675.500,00
<b>Total Entidade:</b>	<b>61.336.185,00</b>	<b>45.235.041,05</b>	<b>106.571.226,05</b>



## LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016

Sumário Geral da Receita por Fontes e Despesa por Funções de Governo

**Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL**

Receitas	Valor	Despesas	Valor
4 - RECEITAS		03 - Essencial à Justiça	2.486.590,00
41 - RECEITAS CORRENTES		04 - Administração	14.105.584,00
42 - RECEITAS DE CAPITAL		06 - Segurança Pública	1.469.250,00
47 - RECEITAS CORRENTES INTRA- ORÇAMENTO		08 - Assistência Social	6.939.962,00
		12 - Educação	67.732.268,00
9 - DEDUÇÕES DA RECEITA		14 - Direitos da Cidadania	76.730,00
91 - DEDUÇÕES DA RECEITA		15 - Urbanismo	31.877.287,00
		18 - Gestão Ambiental	590.444,00
		20 - Agricultura	1.795.048,00
		22 - Indústria	3.733.877,00
		23 - Comércio e Serviços	881.845,00
		25 - Energia	3.285.430,00
		28 - Encargos Especiais	8.709.461,00
		99 - Reserva de Contingência	300.000,00
<b>Subtotal:</b>	<b>207.944.626,05</b>	<b>Subtotal:</b>	<b>143.983.776,00</b>
Transferências Financeiras Recebidas	70.000,00	Transferências Financeiras Concedidas	51.730.400,00
<b>Total :</b>	<b>208.014.626,05</b>	<b>Total :</b>	<b>195.714.176,00</b>

**Entidade: 4 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

Receitas	Valor	Despesas	Valor
4 - RECEITAS		10 - Saúde	59.055.485,00
41 - RECEITAS CORRENTES			
42 - RECEITAS DE CAPITAL			
<b>Subtotal:</b>	<b>23.717.485,00</b>	<b>Subtotal:</b>	<b>59.055.485,00</b>
Transferências Financeiras Recebidas	35.408.000,00	Transferências Financeiras Concedidas	70.000,00
<b>Total :</b>	<b>59.125.485,00</b>	<b>Total :</b>	<b>59.125.485,00</b>

**Entidade: 9 - IPRESBS - INST. PREV. SERV. PUB. SÃO BENTO DO SUL**

Receitas	Valor	Despesas	Valor
4 - RECEITAS		09 - Previdência Social	22.156.790,00
41 - RECEITAS CORRENTES		99 - Reserva de Contingência	40.605.447,00
47 - RECEITAS CORRENTES INTRA- ORÇAMENTO			
Transferências Financeiras Recebidas		Transferências Financeiras Concedidas	
<b>Subtotal:</b>	<b>59.359.237,00</b>	<b>Subtotal:</b>	<b>62.762.237,00</b>
<b>Total :</b>	<b>62.762.237,00</b>	<b>Total :</b>	<b>62.762.237,00</b>

**Entidade: 10 - EMHAB - EMPRESA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO**

Receitas	Valor	Despesas	Valor
4 - RECEITAS		16 - Habitação	6.439.800,00
41 - RECEITAS CORRENTES			
42 - RECEITAS DE CAPITAL			
Transferências Financeiras Recebidas		Transferências Financeiras Concedidas	
<b>Subtotal:</b>	<b>2.033.000,00</b>	<b>Subtotal:</b>	<b>6.439.800,00</b>
<b>Total :</b>	<b>6.439.800,00</b>	<b>Total :</b>	<b>6.439.800,00</b>

**Entidade: 12 - SERVIÇO AUTO. MUN. DE AGUA E ESGOTO - SAMAE**

Receitas	Valor	Despesas	Valor
4 - RECEITAS		15 - Urbanismo	4.079.548,00
41 - RECEITAS CORRENTES		17 - Saneamento	30.956.705,00
42 - RECEITAS DE CAPITAL			
47 - RECEITAS CORRENTES INTRA- ORÇAMENTO			
Transferências Financeiras Recebidas		Transferências Financeiras Concedidas	
<b>Subtotal:</b>	<b>22.795.803,00</b>	<b>Subtotal:</b>	<b>35.036.253,05</b>
<b>Total :</b>	<b>22.795.803,00</b>	<b>Total :</b>	<b>35.096.253,05</b>

**Entidade: 13 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS**

Receitas	Valor	Despesas	Valor
4 - RECEITAS			
41 - RECEITAS CORRENTES		27 - Desporto e Lazer	5.085.000,00
		1.811.000,00	
		1.811.000,00	
Transferências Financeiras Recebidas			
	<b>Subtotal:</b>	<b>1.811.000,00</b>	<b>Subtotal:</b>
	<b>Total :</b>	<b>3.274.000,00</b>	<b>Transferências Financeiras Concedidas</b>
		<b>5.085.000,00</b>	<b>Total :</b>
			<b>5.085.000,00</b>

**Entidade: 14 - FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO BENTO DO SUL**

Receitas	Valor	Despesas	Valor
4 - RECEITAS			
41 - RECEITAS CORRENTES		13 - Cultura	4.617.600,00
42 - RECEITAS DE CAPITAL		1.578.000,00	
		1.141.000,00	
Transferências Financeiras Recebidas			
	<b>Subtotal:</b>	<b>2.719.000,00</b>	<b>Subtotal:</b>
	<b>Total :</b>	<b>1.898.600,00</b>	<b>Transferências Financeiras Concedidas</b>
		<b>4.617.600,00</b>	<b>Total :</b>
			<b>4.617.600,00</b>

**Entidade: 15 - CAMARA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL**

Receitas	Valor	Despesas	Valor
		01 - Legislativa	3.400.000,00
Transferências Financeiras Recebidas			
	<b>Subtotal:</b>	<b>0,00</b>	<b>Subtotal:</b>
	<b>Total :</b>	<b>3.400.000,00</b>	<b>Transferências Financeiras Concedidas</b>
		<b>3.400.000,00</b>	<b>Total :</b>
			<b>3.400.000,00</b>

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016

Pág. 01/09

Demonstrativo da Receita e Plano de Aplicação dos Fundos Especiais

Receita	Valor	Aplicação dos Recursos	Valor
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL</b>			
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00 - Receitas Correntes	189.395.465,00	<b>Programa: 0002 - Gestão Administrativa do Gabinete</b>	<b>5.265.820,00</b>
4.2.0.0.0.00.00.00.00.00 - Receitas de Capital	33.511.726,05	PROJETO/ATIVIDADE	
4.7.0.0.0.00.00.00.00.00 - Receitas Correntes IN	45.150,00	0049 Auxílios Financeiros para Associações de Moradores	R\$ 625.000,00
9.1.0.0.0.00.00.00.00.00 - Deduções da Receita	-15.007.715,00	2002 Gestão do Gabinete do Prefeito	R\$ 2.879.080,00
		2003 Departamento de Defesa Civil	R\$ 115.300,00
		2004 Manutenção e Conservação da OBM	R\$ 685.590,00
		2005 Serviços Especiais	R\$ 202.450,00
		2011 Departamento de Controle Interno - DECIN	R\$ 17.900,00
		4002 Departamento de Comunicação Social - DECS	R\$ 664.500,00
		4004 Gestão do Atendimento Pré-Hospitar - BOMBELI	R\$ 76.000,00
		<b>PROGRAMA: 0003 - Procuradoria Jurídica</b>	<b>R\$ 2.486.590,00</b>
		PROJETO/ATIVIDADE	
		2006 Gestão da Assessoria Jurídica	R\$ 2.486.590,00
		<b>PROGRAMA: 0004 - Administração Geral</b>	<b>R\$ 9.825.094,00</b>
		PROJETO/ATIVIDADE	
		0050 Contribuição ao PASEP	R\$ 1.655.600,00
		0086 Pagamento Pensionistas	R\$ 80.000,00
		2008 Gestão da Secretaria Municipal de Administração	R\$ 7.003.394,00
		2009 Gestão do Departamento de Recursos Humanos	R\$ 3.000,00
		2012 Gestão do Departamento de Tecnologia da Informática	R\$ 7.500,00
		2048 Publicações Oficiais e Divulgações do Município	R\$ 23.500,00
		2051 Gestão dos Serviços Públicos	R\$ 752.100,00
		2999 Reserva de Contingência	R\$ 300.000,00
		<b>PROGRAMA 0005 - Gerindo Recursos com Responsabilidade</b>	<b>R\$ 9.027.471,00</b>
		PROJETO/ATIVIDADE	
		0047 Amortização e Juros da Dívida Pública	R\$ 6.348.861,00
		2007 Gestão da Secretaria Municipal de Finanças - SEI	R\$ 2.409.230,00
		4007 Departamento de Receitas - DERECS	R\$ 269.380,00
		<b>PROGRAMA 0006 - Planejando com Eficiência</b>	<b>R\$ 21.806.927,00</b>
		PROJETO/ATIVIDADE	
		1040 Infraestrutura em vias públicas - Operação Tapete Preto	R\$ 16.113.266,00
		2014 Gestão da Secretaria de Planejamento e Urbanismo	R\$ 3.351.661,00
		2015 Convênio SSP/Trânsito - PREFEITURA	R\$ 2.039.690,00
		2035 Convênio SSP/Trânsito - POLÍCIA MILITAR	R\$ 137.850,00
		2036 Convênio SSP/Trânsito - POLÍCIA CIVIL	R\$ 150.960,00
		2042 Departamento de Projetos - DEPRO	R\$ 13.500,00
		<b>PROGRAMA 0007 - Desenvolvimento Econômico, Inovação</b>	<b>R\$ 4.692.452,00</b>
		PROJETO/ATIVIDADE	
		2016 Gestão da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico	R\$ 1.325.127,00
		2019 Departamento de Turismo - DETUR	R\$ 878.465,00
		2020 Fundo Municipal de Turismo	R\$ 3.380,00
		2070 Departamento de Indústria e Comércio - DEICO	R\$ 2.089.920,00
		2078 Gestão do Fundo Municipal de Desenvolvimento	R\$ 318.830,00
		2087 Departamento de Proteção ao Consumidor - PROCON	R\$ 76.730,00
		<b>PROGRAMA 0008 - Construindo um Município de Qualidade</b>	<b>R\$ 13.821.700,00</b>
		PROJETO/ATIVIDADE	
		2013 Manutenção e Melhorias na frota da SEMOB	R\$ 1.239.780,00
		2029 Gestão da Secretaria Municipal de Obras e Serviços	R\$ 7.549.230,00
		2030 Manutenção e Melhorias na Rede de Iluminação	R\$ 1.570.160,00
		2031 Extensão de Rede de Melhorias na Rede de Iluminação	R\$ 3.285.430,00
		2034 Rádio Patrulha	R\$ 177.100,00
		<b>PROGRAMA 0015 - Educação: Ética, Aprendizagem e</b>	<b>R\$ 67.732.268,00</b>
		PROJETO/ATIVIDADE	
		2000 Alimentação Escolar	R\$ 2.459.000,00
		2022 Coordenação, manutenção, e ampliação da Educação Básica	R\$ 9.047.852,00
		2023 Coordenação, Manutenção e Ampliação do Ensino Fundamental	R\$ 12.749.686,00
		2024 Transporte Escolar - Ensino Fundamental	R\$ 238.890,00

Pág. 02/09

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016

Demonstrativo da Receita e Plano de Aplicação dos Fundos Especiais

Receita	Valor	Aplicação dos Recursos	Valor
		<b>PROGRAMA 0015 - Educação: Ética, Aprendizagem e PROJETO/ATIVIDADE</b>	<b>R\$ 67.732.268,00</b>
		2027 Convênios com Empresas	R\$ 545.190,00
		4023 Coordenação, manutenção ampliação da Educação Infantil	R\$ 16.596.568,00
		4024 Transporte Escolar - Educação Infantil	R\$ 4.000,00
		4026 Coordenação, manutenção e ampliação do Ensino Médio	R\$ 24.721.302,00
		4027 Recurso do FNDE	R\$ 641.480,00
		6025 Subvenções ao Ensino Superior	R\$ 120.000,00
		8024 Transporte Escolar - Ensino Médio	R\$ 608.300,00
		<b>PROGRAMA 0016 - Assistência Social PROJETO/ATIVIDADE</b>	<b>R\$ 6.939.962,00</b>
		0090 Auxílios Financeiros à Diversas Entidades - FIA	R\$ 50.000,00
		1030 Trabalho Técnico Social - Loteamento Alpestre	R\$ 27.600,00
		1041 Horta Comunitária	R\$ 4.500,00
		2037 Gestão Administrativa do SEMAS	R\$ 4.183.000,00
		2039 Ações Voltas à Criança e ao Adolescente	R\$ 129.000,00
		2044 Gestão do Fundo da Infância e Adolescência - FIA	R\$ 18.010,00
		2071 FNAS - Gestão - IGD do SUAS	R\$ 22.000,00
		2072 FNAS - Gestão - ACESSUAS	R\$ 38.000,00
		2079 Gestão dos Serviços de Proteção Social Especial	R\$ 114.000,00
		2080 Gestão dos Serviços de Proteção Social Especial	R\$ 270.000,00
		2081 Gestão dos Serviços de Proteção Social Básica - PBS	R\$ 280.000,00
		2082 Gestão do Serviço de Acolhimento Institucional	R\$ 984.700,00
		2091 Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo	R\$ 133.750,00
		2092 Gestão dos Conselhos Municipais de Assistência Social	R\$ 14.000,00
		4079 Gestão dos Serviços de Proteção Social Especial	R\$ 178.000,00
		4080 Gestão dos Serviços de Proteção Social Básica - União	R\$ 326.277,00
		4081 Gestão dos Serviços de Proteção Social Básica - Bolsa Família	R\$ 148.733,00
		6041 Gestão do FNAS - Port. Deficiência	R\$ 18.392,00
		<b>PROGRAMA 0017 - Modernizando a Agricultura e Meio Ambiente PROJETO/ATIVIDADE</b>	<b>R\$ 2.385.492,00</b>
		2017 Programa do Departamento de Agricultura - DEAGR	R\$ 1.631.980,00
		2018 Departamento de Pecuária - DEPEC	R\$ 26.478,00
		4003 Departamento de Meio Ambiente - DEMAM	R\$ 590.444,00
		4008 Consórcio Quiriri - Contrato de Rateio	R\$ 103.370,00
		4017 Gestão do Fundo Municipal de Desenvolvimento	R\$ 33.220,00
<b>SUBTOTAL</b>	<b>207.944.626,05</b>	<b>SUBTOTAL</b>	<b>R\$ 143.983.776,00</b>
Transferências Financeiras Recebidas	70.000,00	Transferência Financeiras Concedidas	R\$ 51.730.400,00
<b>TOTAL</b>	<b>208.014.626,05</b>	<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 195.714.176,00</b>

Pág. 03/09

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016  
Demonstrativo da Receita e Plano de Aplicação dos Fundos Especiais

Receita	Valor	Aplicação dos Recursos	Valor
Entidade: 4 - Fundo Municipal de Saúde			
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00 - Receitas Correntes	23.317.485,00	<b>PROGRAMA 0010 - Inovando na Saúde</b>	<b>59.055.485,00</b>
4.2.0.0.0.00.00.00.00.00 - Receitas de Capital	400.000,00	PROJETO/ATIVIDADE	
		1024 Ampliação da Rede Física da Saúde	R\$ 868.500,00
		1025 Ampliação da Rede Física da Saúde - Média e Alta Complexidade	R\$ 211.000,00
		2054 Ações Voltadas à Atenção Básica	R\$ 28.711.000,00
		2101 Estratégia da Saúde da Família	R\$ 7.390.982,00
		2102 Gestão do SUS	R\$ 10.500,00
		2201 Ações Voltadas à Média e Alta Complexidade	R\$ 17.317.000,00
		2202 Operações e Manutenções do SAMU	R\$ 387.028,00
		2203 Ações Voltadas ao Atendimento Odontológico	R\$ 474.200,00
		2301 Ações Voltadas à Vigilância Sanitária	R\$ 49.000,00
		2302 Ações Voltadas à Vigilância Epidemiológica	R\$ 425.000,00
		2303 Ações Voltadas ao Programa Nacional HIV	R\$ 90.775,00
		2401 Atenção Farmacêutica	R\$ 2.680.500,00
		2501 Ações Voltadas à manutenção do CAPS	R\$ 440.000,00
<b>SUBTOTAL</b>	<b>23.717.485,00</b>	<b>SUBTOTAL</b>	<b>R\$ 59.055.485,00</b>
Transferências Financeiras Recebidas	35.408.000,00	Transferência Financeiras Concedidas	R\$ 70.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>59.125.485,00</b>	<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 59.125.485,00</b>



Pag. 04/09

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016  
Demonstrativo da Receita e Plano de Aplicação dos Fundos Especiais

Receita	Valor	Aplicação dos Recursos	Valor
Entidade: 9 - IPRESBS - INST. PREV. SERV. PUB. SÃO BENTO DO SUL			
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00 - Receitas Correntes	44.105.895,00	<b>PROGRAMA 0014 - Regime Próprio de Previdência</b>	<b>R\$ 62.762.237,00</b>
4.7.0.0.0.00.00.00.00.00 - Receitas Correntes IN	15.253.342,00	PROJETO/ATIVIDADE	
		2062 Manutenção e Funcionamento do IPRESBS	R\$ 20.792.000,00
		2068 Superavit Financeiro do RPPS	R\$ 40.605.447,00
		4062 Administração e Funcionamento do IPRESBS	R\$ 1.364.790,00
<b>SUBTOTAL</b>	<b>59.359.237,00</b>	<b>SUBTOTAL</b>	<b>R\$ 62.762.237,00</b>
Transferências Financeiras Recebidas	3.403.000,00	Transferência Financeiras Concedidas	R\$ 0,00
<b>TOTAL</b>	<b>62.762.237,00</b>	<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 62.762.237,00</b>

Pág. 05/09

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016  
Demonstrativo da Receita e Plano de Aplicação dos Fundos Especiais

Entidade: 10 - EMHAB - Empresa Municipal de Habitação	Receita	Valor	Aplicação dos Recursos	Valor
4.1.0.0.00.00.00.00.00 - Receitas Correntes		193.000,00	<b>PROGRAMA 0009 - Habitação com Qualidade</b>	<b>R\$ 6.439.800,00</b>
4.2.0.0.00.00.00.00.00 - Receitas de Capital		1.840.000,00	PROJETO/ATIVIDADE	
			1017 Investindo em Programas Habitacionais	R\$ 1.896.000,00
			1018 Programa FNHIS	R\$ 3.005.000,00
			1050 Convênios - Trabalho Técnico Social	R\$ 30.000,00
			2055 Manutenção da Estrutura Administrativa da EMHAB	R\$ 1.391.800,00
			2056 Regularização Fundiária Habitacional	R\$ 117.000,00
	<b>SUBTOTAL</b>	<b>2.033.000,00</b>	<b>SUBTOTAL</b>	<b>R\$ 6.439.800,00</b>
Transferências Financeiras Recebidas		4.406.800,00	Transferência Financeiras Concedidas	R\$ 0,00
<b>TOTAL</b>	<b>TOTAL</b>	<b>6.439.800,00</b>	<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 6.439.800,00</b>

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016  
Demonstrativo da Receita e Plano de Aplicação dos Fundos Especiais

Receita		Valor	Aplicação dos Recursos	Valor
Entidade 12 - SERVIÇO AUT. MUN; DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE				
4.1.0.0.0.00.00.00.00 - Receitas Correntes	22.507.389,00	PROGRAMA 0013: Universalização dos Serviços de Água	R\$	35.036.253,05
4.2.0.0.0.00.00.00.00 - Receitas de Capital	74.001,00	PROJETO/ATIVIDADE		
4.7.0.0.0.00.00.00.00 - Receitas Correntes IN	214.403,00	1001 Construção de Novos Reservatórios para Água	R\$	330.000,00
		1002 Ampliação, Reforma e Reaparelhamento do Sistema	R\$	575.000,00
		1003 Construção de Unidade de Coleta, Elevação	R\$	14.674.705,05
		1004 Organização e Modernização Dos Serviços	R\$	105.800,00
		2063 Manutenção e Melhoria dos Serviços Administrativos	R\$	4.126.300,00
		2064 Manutenção e Melhoria dos Serviços de Abastecimento	R\$	7.539.800,00
		2065 Manutenção e Melhoria dos Serviços de Esgotamento	R\$	2.851.200,00
		2066 Organização e Modernização dos Serviços	R\$	543.900,00
		2067 Contribuição ao PASEP	R\$	210.000,00
		2069 Coleta e Transbordo dos Resíduos Sólidos	R\$	4.079.548,00
SUBTOTAL	22.795.803,00		SUBTOTAL	R\$ 35.036.253,05
Transferências Financeiras Recebidas	0,00		Transferência Financeiras Concedidas	R\$ 60.000,00
TOTAL	22.795.803,00		TOTAL	R\$ 35.096.253,05

Pág. 07/09

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016  
Demonstrativo da Receita e Plano de Aplicação dos Fundos Especiais

Entidade: 13 - Fundação Municipal de Deportes 4.1.0.0.00.00.00.00.00 - Receitas Correntes	Receita	Valor	Aplicação dos Recursos	Valor
		1.811.000,00	PROGRAMA: 0011 - Esportes e Cidadania	R\$ 5.085.000,00
			PROJETO ATIVIDADE	
			1029 Construção, Reforma e Ampliação de Espaços Físicos	R\$ 1.656.000,00
			2057 manutenção das Atividades da Fundação Municipal	R\$ 1.927.000,00
			2058 Desportos de Iniciação e Rendimento	R\$ 1.460.000,00
			2059 Desporto Comunitário	R\$ 42.000,00
	<b>SUBTOTAL</b>	<b>1.811.000,00</b>	<b>SUBTOTAL</b>	<b>R\$ 5.085.000,00</b>
	Transferências Financeiras Recebidas	3.274.000,00	Transferência Financeiras Concedidas	R\$ 0,00
	<b>TOTAL</b>	<b>5.085.000,00</b>	<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 5.085.000,00</b>

Pág. 08/09

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016  
Demonstrativo da Receita e Plano de Aplicação dos Fundos Especiais

Receita	Valor	Aplicação dos Recursos	Valor
<b>Entidade 14 - Fundação Cultural de São Bento do Sul</b>			
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00 - Receitas Correntes	1.578.000,00	<b>PROGRAMA 0012 - Manutenção e Desenvolvimento da Cultura</b>	<b>4.617.600,00</b>
4.2.0.0.0.00.00.00.00.00 - Receitas de Capital	1.141.000,00	PROJETO ATIVIDADE	
		1031 Investindo na Cultura	R\$ 2.677.000,00
		2060 Manutenção da Fundação Cultural e duas Atividades	R\$ 1.642.100,00
		2061 Preservação da Memória e do Patrimônio Histórico	R\$ 98.000,00
		2076 Manutenção do Fundo Municipal da Cultura	R\$ 200.500,00
<b>SUBTOTAL</b>	<b>2.719.000,00</b>	<b>SUBTOTAL</b>	<b>R\$ 4.617.600,00</b>
Transferências Financeiras Recebidas	1.898.600,00	Transferência Financeiras Concedidas	R\$ 0,00
<b>TOTAL</b>	<b>4.617.600,00</b>	<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 4.617.600,00</b>

Pág. 09/09

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016  
Demonstrativo da Receita e Plano de Aplicação dos Fundos Especiais

Entidade 15 - Câmara Municipal de São Bento do Sul	Receita	Valor	Aplicação dos Recursos	Valor
<b>PROGRAMA 0001 - Processo Legislativo</b>				
<b>PROJETO/ATIVIDADE</b>				
2001 Manutenção da Câmara de Vereadores				R\$ 3.400.000,00
				R\$ 3.400.000,00
			<b>SUBTOTAL</b>	<b>R\$ 3.400.000,00</b>
Transferências Financeiras Recebidas		0,00	Transferência Financeiras Concedidas	R\$ 0,00
		3.400.000,00		
<b>TOTAL</b>		<b>3.400.000,00</b>	<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 3.400.000,00</b>



## LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016

Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL				
Fonte recurso: 00.01.0000 - Recursos Ordinários				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS			
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES			65.183.430,00
4.1.1.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTÁRIA		16.414.500,00	
4.1.1.1.0.00.00.00.00.00	IMPOSTOS		15.790.000,00	
4.1.1.1.2.00.00.00.00.00	Impostos sobre o Patrimônio e a Renda	9.190.000,00		
4.1.1.1.2.02.00.00.00.00	Imposto s/Propriedade Predial e Territ. Urbana	6.000.000,00		
4.1.1.1.2.02.01.00.00.00	Imp. s/Prop. Predial e Territ. Urbana - Rec. Livre	6.000.000,00		
4.1.1.1.2.04.00.00.00.00	Imposto s/ Renda e Proventos de Qualquer Natureza	2.190.000,00		
4.1.1.1.2.04.10.00.00.00	Pessoas Físicas	130.000,00		
4.1.1.1.2.04.10.01.00.00	Pessoas Físicas - Livre	130.000,00		
4.1.1.1.2.04.21.00.00.00	Pessoa Jurídica - Líquida de Incentivos	60.000,00		
4.1.1.1.2.04.21.01.00.00	I.R.P.J - Líquida de Incentivos Fiscais - Livre	60.000,00		
4.1.1.1.2.04.31.00.00.00	IRRF s/os Rendimentos do Trabalho	2.000.000,00		
4.1.1.1.2.04.31.01.00.00	IRRF s/os Rendimentos do Trabalho - Livre	2.000.000,00		
4.1.1.1.2.08.00.00.00.00	ITBI e de Direitos Reais sobre Imóveis	1.000.000,00		
4.1.1.1.2.08.01.00.00.00	ITBI e de Direitos Reais sobre Imóveis - Livre	1.000.000,00		
4.1.1.1.3.00.00.00.00.00	Impostos sobre a Produção e a Circulação	6.600.000,00		
4.1.1.1.3.05.00.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	6.600.000,00		
4.1.1.1.3.05.01.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	6.600.000,00		
4.1.1.1.3.05.01.01.00.00	Imp. s/Serv. Qualquer Natureza - Livre	6.600.000,00		
4.1.1.2.0.00.00.00.00.00	TAXAS		620.300,00	
4.1.1.2.1.00.00.00.00.00	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	498.500,00		
4.1.1.2.1.25.00.00.00.00	Tx de Funcionamento Estab Comer/Indús/P.Serviços	240.000,00		
4.1.1.2.1.26.00.00.00.00	Taxa de Publicidade Comercial	1.000,00		
4.1.1.2.1.29.00.00.00.00	Taxa de Licença para Execução de Obras	178.000,00		
4.1.1.2.1.32.00.00.00.00	Taxa de Aprovação do Projeto de Construção Civil	77.500,00		
4.1.1.2.1.35.00.00.00.00	Taxa de Alinhamento e Nivelamento	1.000,00		
4.1.1.2.1.99.00.00.00.00	Outras Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	1.000,00		
4.1.1.2.1.99.01.00.00.00	Outras Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	1.000,00		
4.1.1.2.2.00.00.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços	121.800,00		
4.1.1.2.2.28.00.00.00.00	Taxa de Cemitérios	120.000,00		
4.1.1.2.2.99.00.00.00.00	Outras Taxas pela Prestação de Serviços	1.800,00		
4.1.1.2.2.99.01.00.00.00	Outras Taxas pela Prestação de Serviços	1.800,00		
4.1.1.3.0.00.00.00.00.00	CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA		4.200,00	
4.1.1.3.0.04.00.00.00.00	Contrib p/Pavimentação e Obras Complementares	4.200,00		
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL		572.000,00	
4.1.3.1.0.00.00.00.00.00	RECEITAS IMOBILIÁRIAS		140.000,00	
4.1.3.1.1.00.00.00.00.00	ALUGUÉIS	140.000,00		
4.1.3.1.1.01.00.00.00.00	Aluguéis de Imóveis Urbanos	140.000,00		
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS		382.000,00	
4.1.3.2.1.00.00.00.00.00	Juros de Títulos de Renda	2.000,00		
4.1.3.2.1.01.00.00.00.00	Juros de Títulos de Renda Tit. Div. Agrária	2.000,00		
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	380.000,00		
4.1.3.2.5.02.00.00.00.00	Remun. De Outros Dep. Banc. Rec. NÃO VINCULADOS	380.000,00		
4.1.3.2.5.02.99.00.00.00	Remun. De Outros Dep. Banc. Rec. NÃO VINCULADOS	380.000,00		
4.1.3.3.0.00.00.00.00.00	RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES		50.000,00	
4.1.3.3.9.00.00.00.00.00	Outras Receitas de Concessões e Permissões	50.000,00		
4.1.3.3.9.00.01.00.00.00	Outras Receitas de Concessões e Permissões - Estacionamento	50.000,00		
4.1.6.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS		437.500,00	
4.1.6.0.0.03.00.00.00.00	Serviços de Transporte	65.000,00		
4.1.6.0.0.03.06.00.00.00	Receita de Terminais Rodoviários	65.000,00		
4.1.6.0.0.13.00.00.00.00	Serviços Administrativos	259.000,00		
4.1.6.0.0.13.01.00.00.00	Serviços de Inscrição em Concursos Públicos	100.000,00		
4.1.6.0.0.13.05.00.00.00	Serviços de Vistoria de Veículos	100.000,00		
4.1.6.0.0.13.99.00.00.00	Outros Serviços Administrativos	59.000,00		
4.1.6.0.0.14.00.00.00.00	Serviços de Inspeção e Fiscalização	76.000,00		
4.1.6.0.0.99.00.00.00.00	Outros Serviços	37.500,00		
4.1.6.0.0.99.07.00.00.00	Outras Receitas	1.000,00		
4.1.6.0.0.99.08.00.00.00	Guarda Volume	1.000,00		
4.1.6.0.0.99.09.00.00.00	Preço Público	35.500,00		
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		44.873.691,00	
4.1.7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS		44.873.691,00	
4.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União	15.743.591,00		
4.1.7.2.1.01.00.00.00.00	Participação na Receita da União	15.438.961,00		
4.1.7.2.1.01.02.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	15.419.961,00		
4.1.7.2.1.01.02.01.00.00	Cota-Parte do FPM - Livre	15.419.961,00		
4.1.7.2.1.01.05.00.00.00	Cota-Parte do Imp. s/a Propr. Territorial Rural	19.000,00		
4.1.7.2.1.01.05.01.00.00	Cota-parte do ITR - Livre	19.000,00		
4.1.7.2.1.36.00.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96	117.000,00		
4.1.7.2.1.36.01.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96	117.000,00		
4.1.7.2.1.99.00.00.00.00	Outras Transferências da União	187.630,00		
4.1.7.2.1.99.01.00.00.00	Outras Transferências da União - CEX	187.630,00		
4.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	29.130.100,00		

4.1.7.2.2.01.00.00.00.00	Participação na Receita dos Estados	29.130.100,00	
4.1.7.2.2.01.01.00.00.00	Cota-Parte do ICMS	24.100.000,00	
4.1.7.2.2.01.01.01.00.00	Cota-Parte do ICMS - Livre	24.100.000,00	
4.1.7.2.2.01.02.00.00.00	Cota-Parte do IPVA	4.600.000,00	
4.1.7.2.2.01.02.01.00.00	Cota-Parte do IPVA - Livre	4.600.000,00	
4.1.7.2.2.01.04.00.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	430.100,00	
4.1.7.2.2.01.04.01.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação - Livre	430.100,00	
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES		2.885.739,00
4.1.9.1.0.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora		964.900,00
4.1.9.1.1.00.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora dos Tributos	65.940,00	
4.1.9.1.1.38.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU	30.620,00	
4.1.9.1.1.38.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU - Livre	30.620,00	
4.1.9.1.1.39.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ITBI	1.320,00	
4.1.9.1.1.39.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ITBI - Livre	1.320,00	
4.1.9.1.1.40.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS	32.000,00	
4.1.9.1.1.40.01.00.00.00	Multas/Juros de Moras s/ o ISS - Livre	32.000,00	
4.1.9.1.1.98.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora das Contrib de Melhoria	1.000,00	
4.1.9.1.1.98.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora das Contrib de Melhoria- Livre	1.000,00	
4.1.9.1.1.99.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outros Tributos	1.000,00	
4.1.9.1.1.99.01.00.00.00	Multas e Juros de Morda de Outros Tributos	1.000,00	
4.1.9.1.1.99.01.01.00.00	Multas e Juros de Morda de Outros Tributos- Livre	1.000,00	
4.1.9.1.3.00.00.00.00.00	Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa dos Tributos	636.840,00	
4.1.9.1.3.11.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU	500.000,00	
4.1.9.1.3.11.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU- Livre	500.000,00	
4.1.9.1.3.13.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS	41.200,00	
4.1.9.1.3.13.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS- Livre	41.200,00	
4.1.9.1.3.98.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Contrib Melhoria	6.190,00	
4.1.9.1.3.98.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Contrib Melhoria- Livre	6.190,00	
4.1.9.1.3.99.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. Outros Tributos	89.450,00	
4.1.9.1.3.99.01.00.00.00	Multas/Juros Mora Div. Ativ. Outros Trib. - Livre	89.450,00	
4.1.9.1.5.00.00.00.00.00	Multas/Juros da Mora Div. Ativ. Outras Rec.	38.850,00	
4.1.9.1.5.09.00.00.00.00	MJM Receita Dív Ativa Serv de Inspeç Fiscalização	1.000,00	
4.1.9.1.5.99.00.00.00.00	Multas/Juros da Mora Div. Ativ. Outras Rec.	37.850,00	
4.1.9.1.5.99.01.00.00.00	Outras M/J Mora Div Ativ de Outras Rec - Principal	37.850,00	
4.1.9.1.8.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outras Receitas	25.200,00	
4.1.9.1.8.99.00.00.00.00	Outras Multas e Juros de Mora	25.200,00	
4.1.9.1.9.00.00.00.00.00	Multas de Outras Origens	198.070,00	
4.1.9.1.9.26.00.00.00.00	Multas Previstas na Legisl Defesa Direitos Difusos	188.440,00	
4.1.9.1.9.26.02.00.00.00	M Previstas Legislação Defesa Dir Difusos	188.440,00	
4.1.9.1.9.26.02.01.00.00	M Previstas Legisl Defesa Dir Difusos Outros	188.440,00	
4.1.9.1.9.32.00.00.00.00	Multas Aplicadas no Âmbito de Processo Judicial	1.000,00	
4.1.9.1.9.32.20.00.00.00	Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais	1.000,00	
4.1.9.1.9.32.20.00.00.01	Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais - Conselho Tutelar	1.000,00	
4.1.9.1.9.35.00.00.00.00	Multas por Danos ao Meio Ambiente	1.000,00	
4.1.9.1.9.35.20.00.00.00	Multas Judiciais por Danos ao Meio Ambiente	1.000,00	
4.1.9.1.9.50.00.00.00.00	Multas por Auto de Infração	6.630,00	
4.1.9.1.9.60.00.00.00.00	Multa por infração à Legislação de Licitação	1.000,00	
4.1.9.1.9.60.00.00.01.00	Multa por infração à Legislação de Licitação	1.000,00	
4.1.9.2.0.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		65.440,00
4.1.9.2.1.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES	1.000,00	
4.1.9.2.1.06.00.00.00.00	Indenizações p/Danos Causados ao Patrimônio Publico	1.000,00	
4.1.9.2.1.06.00.01.00.00	Indenizações p/Danos Causados ao Patrimônio Publico	1.000,00	
4.1.9.2.2.00.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES	64.440,00	
4.1.9.2.2.07.00.00.00.00	Recuperação de Despesas de Exercícios Anteriores	53.290,00	
4.1.9.2.2.07.02.00.00.00	Recuperação de Desp. Exercícios Anteriores - Prefeitura	53.290,00	
4.1.9.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituicoes	11.150,00	
4.1.9.2.2.99.00.01.00.00	Outras Restit. em folha	11.150,00	
4.1.9.2.2.99.00.01.06.00	Outras Rest. Folha - Prefeitura	2.000,00	
4.1.9.2.2.99.00.01.99.00	Outras Restituições	9.150,00	
4.1.9.3.0.00.00.00.00.00	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA		1.854.849,00
4.1.9.3.1.00.00.00.00.00	Receita da Dívida Ativa Tributária	1.750.919,00	
4.1.9.3.1.11.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU	1.295.259,00	
4.1.9.3.1.11.01.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU - Livre	1.295.259,00	
4.1.9.3.1.13.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS	291.350,00	
4.1.9.3.1.13.01.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS - Livre	291.350,00	
4.1.9.3.1.98.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. das Contrib de Melhoria	9.170,00	
4.1.9.3.1.98.01.00.00.00	Rec. Div. Ativ. das Contrib de Melhoria	9.170,00	
4.1.9.3.1.99.00.00.00.00	Receita da Dívida Ativa de Outros Tributos	155.140,00	
4.1.9.3.1.99.01.00.00.00	Receita da Dívida Ativa de Outros Tributos	155.140,00	
4.1.9.3.1.99.01.01.00.00	Receita da Dívida Ativa de Outros Tributos	155.140,00	
4.1.9.3.2.00.00.00.00.00	Receita da Dívida Ativa não tributária	103.930,00	
4.1.9.3.2.25.00.00.00.00	Receita Dívida Ativa Serv de Inspeç Fiscalização	130,00	
4.1.9.3.2.99.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Não Tributária de Outras Rec.	103.800,00	
4.1.9.3.2.99.01.00.00.00	Rec Div Ativ Não-Tribut de Outras Recit - Princ	103.800,00	
4.1.9.9.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS		550,00
4.1.9.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	550,00	
4.1.9.9.0.99.00.00.01.00	Outras Receitas	550,00	
4.1.9.9.0.99.00.00.01.01	Outras Receitas - Prefeitura	550,00	
Total das receitas:			65.183.430,00
Total por fonte de recurso:			65.183.430,00

Fonte recurso: 00.01.0001 - Receitas e Transferências Impostos - Educação

## RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS

4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS			
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES			32.619.263,00
4.1.1.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTÁRIA	8.435.000,00		
4.1.1.1.0.00.00.00.00.00	IMPOSTOS	8.435.000,00		
4.1.1.1.2.00.00.00.00.00	Impostos sobre o Patrimônio e a Renda	4.865.000,00		
4.1.1.1.2.02.00.00.00.00	Imposto s/Propriedade Predial e Territ. Urbana	3.200.000,00		
4.1.1.1.2.02.02.00.00.00	Imp. s/Prop. Predial e Territ. Urbana - 25% Educa	3.200.000,00		
4.1.1.1.2.04.00.00.00.00	Imposto s/ Renda e Proventos de Qualquer Natureza	1.005.000,00		
4.1.1.1.2.04.10.00.00.00	Pessoas Físicas	68.000,00		
4.1.1.1.2.04.10.02.00.00	Pessoas Físicas - 25% Educação	68.000,00		
4.1.1.1.2.04.21.00.00.00	Pessoa Jurídica - Líquida de Incentivos	27.000,00		
4.1.1.1.2.04.21.02.00.00	I.R.P.J - Líquida de Incentivos Fiscais - 25% Educ	27.000,00		
4.1.1.1.2.04.31.00.00.00	IRRF s/os Rendimentos do Trabalho	910.000,00		
4.1.1.1.2.04.31.02.00.00	IRRF s/os Rendimentos do Trabalho - 25% Educação	910.000,00		
4.1.1.1.2.08.00.00.00.00	ITBI e de Direitos Reais sobre Imóveis	660.000,00		
4.1.1.1.2.08.02.00.00.00	ITBI e de Direitos Reais sobre Imóveis - 25% Educa	660.000,00		
4.1.1.1.3.00.00.00.00.00	Impostos sobre a Produção e a Circulação	3.570.000,00		
4.1.1.1.3.05.00.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	3.570.000,00		
4.1.1.1.3.05.01.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	3.570.000,00		
4.1.1.1.3.05.01.02.00.00	Imp. s/Serv. Qualquer Natureza - 25% Educação	3.570.000,00		
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL		102.880,00	
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS		102.880,00	
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	102.880,00		
4.1.3.2.5.01.00.00.00.00	Remun. Depos. De Recursos Vinculados	102.880,00		
4.1.3.2.5.01.05.00.00.00	Remun. Depós. Banc. Rec. Vinc. - Educação	102.880,00		
4.1.3.2.5.01.05.01.00.00	Remun. Depós. Banc. Rec. Vinc. - Educação	102.880,00		
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		22.186.563,00	
4.1.7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS		22.186.563,00	
4.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União	6.768.800,00		
4.1.7.2.1.01.00.00.00.00	Participação na Receita da União	6.708.800,00		
4.1.7.2.1.01.02.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	6.700.000,00		
4.1.7.2.1.01.02.02.00.00	Cota-Parte do FPM - 25% Educação	6.700.000,00		
4.1.7.2.1.01.05.00.00.00	Cota-Parte do Imp. s/a Prop. Territorial Rural	8.800,00		
4.1.7.2.1.01.05.02.00.00	Cota-parte do ITR - 25% Educação	8.800,00		
4.1.7.2.1.36.00.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96	60.000,00		
4.1.7.2.1.36.02.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96 - Edu	60.000,00		
4.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	15.417.763,00		
4.1.7.2.2.01.00.00.00.00	Participação na Receita dos Estados	15.417.763,00		
4.1.7.2.2.01.01.00.00.00	Cota-Parte do ICMS	12.982.553,00		
4.1.7.2.2.01.01.02.00.00	Cota-Parte do ICMS - 25% Educação	12.982.553,00		
4.1.7.2.2.01.02.00.00.00	Cota-Parte do IPVA	2.200.000,00		
4.1.7.2.2.01.02.02.00.00	Cota-Parte do IPVA - 25% Educação	2.200.000,00		
4.1.7.2.2.01.04.00.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	235.210,00		
4.1.7.2.2.01.04.02.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação - 25% Educação	235.210,00		
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES		1.894.820,00	
4.1.9.1.0.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora		250.260,00	
4.1.9.1.1.00.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora dos Tributos	31.360,00		
4.1.9.1.1.38.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU	14.720,00		
4.1.9.1.1.38.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU - 25% Educação	14.720,00		
4.1.9.1.1.39.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ITBI	640,00		
4.1.9.1.1.39.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ITBI - Educação	640,00		
4.1.9.1.1.40.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS	16.000,00		
4.1.9.1.1.40.02.00.00.00	Multas/Juros de Moras s/ o ISS - 25% Educação	16.000,00		
4.1.9.1.3.00.00.00.00.00	Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa dos Tributos	218.900,00		
4.1.9.1.3.11.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU	200.000,00		
4.1.9.1.3.11.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU - 25% Educ	200.000,00		
4.1.9.1.3.13.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS	18.900,00		
4.1.9.1.3.13.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS - 25% Educa	18.900,00		
4.1.9.2.0.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		9.610,00	
4.1.9.2.2.00.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES	9.610,00		
4.1.9.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituições	9.610,00		
4.1.9.2.2.99.00.01.00.00	Outras Restit. em folha	1.450,00		
4.1.9.2.2.99.00.01.05.00	Outras Rest. Folha - MDE	1.450,00		
4.1.9.2.2.99.00.02.00.00	Outras Restituições - MDE	8.160,00		
4.1.9.2.2.99.00.02.01.00	Outras Restituições - MDE	8.160,00		
4.1.9.3.0.00.00.00.00.00	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA		1.634.950,00	
4.1.9.3.1.00.00.00.00.00	Receita da Dívida Ativa Tributária	1.634.950,00		
4.1.9.3.1.11.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU	1.489.950,00		
4.1.9.3.1.11.02.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU - 25% Educação	1.489.950,00		
4.1.9.3.1.13.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS	145.000,00		
4.1.9.3.1.13.02.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS - 25% Educação	145.000,00		
9.0.0.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA			
9.1.0.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA			15.007.715,00
9.1.7.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-	15.007.715,00	
9.1.7.2.0.00.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências	-	15.007.715,00	
9.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-	5.159.681,00	
9.1.7.2.1.01.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-	5.121.293,00	

9.1.7.2.1.01.02.00.00.00	Dedução Cota-Parte do FPM Formação FUNDEB	-	5.115.193,00	
9.1.7.2.1.01.02.02.00.00	Dedução Receita do FPM - FUNDEB	-	5.115.193,00	
9.1.7.2.1.01.05.00.00.00	Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - ITR	-	6.100,00	
9.1.7.2.1.01.05.02.00.00	Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - ITR	-	6.100,00	
9.1.7.2.1.36.00.00.00.00	Ded Rec p/ Form do FUNDEB - ICMS Deson - LC 87/96	-	38.388,00	
9.1.7.2.1.36.02.00.00.00	Ded Rec p/ Form do FUNDEB - ICMS Deson - LC 87/96	-	38.388,00	
9.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferência dos Estados	-	9.848.034,00	
9.1.7.2.2.01.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferência dos Estados	-	9.848.034,00	
9.1.7.2.2.01.01.00.00.00	Dedução do ICMS para Formação do FUNDEB	-	8.128.030,00	
9.1.7.2.2.01.01.02.00.00	Dedução do ICMS para Formação do FUNDEB - ICMS	-	8.128.030,00	
9.1.7.2.2.01.02.00.00.00	Dedução da Receita para Formação do FUNDEB - IPVA	-	1.572.800,00	
9.1.7.2.2.01.02.02.00.00	Dedução da Receita para Formação do FUNDEB - IPVA	-	1.572.800,00	
9.1.7.2.2.01.04.00.00.00	Ded Cota Parte IPI - Exp p/ Formação FUNDEB	-	147.204,00	
9.1.7.2.2.01.04.02.00.00	Ded Cota Parte IPI - Exp p/ Formação FUNDEB - IPI E	-	147.204,00	
Total das receitas:				17.611.548,00
Total por fonte de recurso:				17.611.548,00

Fonte recurso: 00.01.0002 - Receitas e Transferências de Impostos Saúde

#### RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS

4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS			
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES			34.750.000,00
4.1.1.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTÁRIA		7.559.000,00	
4.1.1.1.0.00.00.00.00.00	IMPOSTOS		7.559.000,00	
4.1.1.1.2.00.00.00.00.00	Impostos sobre o Patrimônio e a Renda	4.359.000,00		
4.1.1.1.2.02.00.00.00.00	Imposto s/Propriedade Predial e Territ. Urbana	3.000.000,00		
4.1.1.1.2.02.03.00.00.00	Imp. s/Propr. Predial e Territ. Urbana - Saúde	3.000.000,00		
4.1.1.1.2.04.00.00.00.00	Imposto s/ Renda e Proventos de Qualquer Natureza	819.000,00		
4.1.1.1.2.04.10.00.00.00	Pessoas Físicas	55.000,00		
4.1.1.1.2.04.10.03.00.00	Pessoas Físicas - Saúde	55.000,00		
4.1.1.1.2.04.21.00.00.00	Pessoa Jurídica - Líquida de Incentivos	24.000,00		
4.1.1.1.2.04.21.03.00.00	I.R.P.J - Líquida de Incentivos Fiscais - Saúde	24.000,00		
4.1.1.1.2.04.31.00.00.00	IRRF s/os Rendimentos do Trabalho	740.000,00		
4.1.1.1.2.04.31.03.00.00	IRRF s/os Rendimentos do Trabalho - Saúde	740.000,00		
4.1.1.1.2.08.00.00.00.00	ITBI e de Direitos Reais sobre Imóveis	540.000,00		
4.1.1.1.2.08.03.00.00.00	ITBI e de Direitos Reais sobre Imóveis - Saúde	540.000,00		
4.1.1.1.3.00.00.00.00.00	Impostos sobre a Produção e a Circulação	3.200.000,00		
4.1.1.1.3.05.00.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	3.200.000,00		
4.1.1.1.3.05.01.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	3.200.000,00		
4.1.1.1.3.05.01.03.00.00	Imp. s/Serv. Qualquer Natureza - Saúde	3.200.000,00		
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		25.670.700,00	
4.1.7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS		25.670.700,00	
4.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União	8.459.800,00		
4.1.7.2.1.01.00.00.00.00	Participação na Receita da União	8.408.300,00		
4.1.7.2.1.01.02.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	8.400.000,00		
4.1.7.2.1.01.02.03.00.00	Cota-Parte do FPM - Saúde	8.400.000,00		
4.1.7.2.1.01.05.00.00.00	Cota-Parte do Imp. s/a Propr. Territorial Rural	8.300,00		
4.1.7.2.1.01.05.03.00.00	Cota-parte do ITR - Saúde	8.300,00		
4.1.7.2.1.36.00.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96	51.500,00		
4.1.7.2.1.36.03.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96 - Saú	51.500,00		
4.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	17.210.900,00		
4.1.7.2.2.01.00.00.00.00	Participação na Receita dos Estados	17.210.900,00		
4.1.7.2.2.01.01.00.00.00	Cota-Parte do ICMS	14.400.000,00		
4.1.7.2.2.01.01.03.00.00	Cota-Parte do ICMS - Saúde	14.400.000,00		
4.1.7.2.2.01.02.00.00.00	Cota-Parte do IPVA	2.600.000,00		
4.1.7.2.2.01.02.03.00.00	Cota-Parte do IPVA - Saúde	2.600.000,00		
4.1.7.2.2.01.04.00.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	210.900,00		
4.1.7.2.2.01.04.03.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação - Saúde	210.900,00		
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES		1.520.300,00	
4.1.9.1.0.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora		145.980,00	
4.1.9.1.1.00.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora dos Tributos	28.140,00		
4.1.9.1.1.38.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU	13.550,00		
4.1.9.1.1.38.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU - Saúde	13.550,00		
4.1.9.1.1.39.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ITBI	590,00		
4.1.9.1.1.39.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ITBI - Saúde	590,00		
4.1.9.1.1.40.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS	14.000,00		
4.1.9.1.1.40.03.00.00.00	Multas/Juros de Moras s/ o ISS - Saúde	14.000,00		
4.1.9.1.3.00.00.00.00.00	Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa dos Tributos	117.840,00		
4.1.9.1.3.11.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU	100.000,00		
4.1.9.1.3.11.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ IPTU - Saúde	100.000,00		
4.1.9.1.3.13.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS	17.840,00		
4.1.9.1.3.13.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora Div. Ativ. s/ ISS - Saúde	17.840,00		
4.1.9.3.0.00.00.00.00.00	RECEITA DA DIVIDA ATIVA		1.374.320,00	
4.1.9.3.1.00.00.00.00.00	Receita da Dívida Ativa Tributária	1.374.320,00		
4.1.9.3.1.11.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU	1.332.870,00		
4.1.9.3.1.11.03.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU - Saúde	1.332.870,00		
4.1.9.3.1.13.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS	41.450,00		
4.1.9.3.1.13.03.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS - Saúde	41.450,00		
Total das receitas:				34.750.000,00
Total por fonte de recurso:				34.750.000,00

Fonte recurso: 00.01.0016 - Contribuição de Intervenção de Domínio Econômico - CIDE

## RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS

4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS		
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES		11.980,00
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL		
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	100,00	
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	100,00	
4.1.3.2.5.01.00.00.00.00	Remun. Depos. De Recursos Vinculados	100,00	
4.1.3.2.5.01.09.00.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - CIDE	100,00	
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		11.880,00
4.1.7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS		11.880,00
4.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União	11.880,00	
4.1.7.2.1.01.00.00.00.00	Participação na Receita da União	11.880,00	
4.1.7.2.1.01.13.00.00.00	Cota-Parte da Contrib. De Intervenção no Dom. Econ	11.880,00	
Total das receitas:			11.980,00
Total por fonte de recurso:			11.980,00

Fonte recurso: 00.01.0017 - Contribuição para Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP

## RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS

4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS		
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES		3.240.280,00
4.1.2.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	3.200.000,00	
4.1.2.3.0.00.00.00.00.00	CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	3.200.000,00	
4.1.2.3.0.00.00.00.00.01	Custeio p/ o Serv. de Ilum. Pública - COSIP	3.200.000,00	
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL		38.280,00
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS		38.280,00
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	38.280,00	
4.1.3.2.5.01.00.00.00.00	Remun. Depos. de Recursos Vinculados	38.280,00	
4.1.3.2.5.01.99.00.00.00	Remuneração de Dep. Banc. Recursos	38.280,00	
4.1.3.2.5.01.99.01.00.00	Remun. de Recursos da COSIP	38.280,00	
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES		2.000,00
4.1.9.2.0.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		2.000,00
4.1.9.2.2.00.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES	2.000,00	
4.1.9.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituições	2.000,00	
4.1.9.2.2.99.00.01.00.00	Outras Restit. em folha	2.000,00	
4.1.9.2.2.99.00.01.04.00	Outras Rest. Folha - Iluminação Pública	2.000,00	
4.7.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		45.150,00
4.7.2.3.0.00.00.00.00.00	RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	45.150,00	
4.7.2.3.0.00.00.00.00.00	Transferências dos Municípios	45.150,00	
4.7.2.3.0.00.00.00.00.01	Custeio p/Serv. Iluminação Pública	45.150,00	
Total das receitas:			3.285.430,00
Total por fonte de recurso:			3.285.430,00

Fonte recurso: 00.01.0018 - Transferências do FUNDEB - (Aplic. Na Remun. Dos Prof. Magis. Da EB em Efetivo Exerçi

## RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS

4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS		
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES		30.439.750,00
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	213.780,00	
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	213.780,00	
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	213.780,00	
4.1.3.2.5.01.00.00.00.00	Remun. Depos. De Recursos Vinculados	213.780,00	
4.1.3.2.5.01.02.00.00.00	Remun. FUNDEB	213.780,00	
4.1.3.2.5.01.02.01.00.00	FUNDEB 60%	213.780,00	
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		30.212.300,00
4.1.7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS		30.212.300,00
4.1.7.2.4.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	30.212.300,00	
4.1.7.2.4.01.00.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	30.212.300,00	
4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	30.212.300,00	
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES		13.670,00
4.1.9.2.0.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		13.670,00
4.1.9.2.2.00.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES	13.670,00	
4.1.9.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituições	13.670,00	
4.1.9.2.2.99.00.01.00.00	Outras Restit. em folha	13.670,00	
4.1.9.2.2.99.00.01.01.00	Outras Rest. Folha - FUNDEB 60 %	13.670,00	
Total das receitas:			30.439.750,00
Total por fonte de recurso:			30.439.750,00

Fonte recurso: 00.01.0019 - Transferências do FUNDEB (Aplicação em Outras Despesas da Educação Básica)

## RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS

4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS		
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES		10.878.120,00
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	10.872.700,00	
4.1.7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	10.872.700,00	
4.1.7.2.4.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	10.872.700,00	
4.1.7.2.4.01.00.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	10.872.700,00	
4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	10.872.700,00	
4.1.7.2.4.01.02.01.00.00	Transf. Recursos do FUNDEB - 40%	10.872.700,00	
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES		5.420,00
4.1.9.2.0.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		5.420,00
4.1.9.2.2.00.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES	5.420,00	

4.1.9.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituições	5.420,00		
4.1.9.2.2.99.00.01.00.00	Outras Restit. em folha	5.420,00		
4.1.9.2.2.99.00.01.02.00	Outras Rest. Folha - FUNDEB 40 %	5.420,00		
Total das receitas:			10.878.120,00	
Total por fonte de recurso:			10.878.120,00	
Fonte recurso: 00.01.0022 - Transferências de Convênios - Educação				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS			
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES			200.040,00
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL		9.520,00	
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS		9.520,00	
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	9.520,00		
4.1.3.2.5.01.00.00.00.00	Remun. Depos. De Recursos Vinculados	9.520,00		
4.1.3.2.5.01.99.00.00.00	Remuneração de Dep. Banc. Recursos	9.520,00		
4.1.3.2.5.01.99.08.00.00	Remun. de Outros Dep. Banc. - CONVÊNIOS	9.520,00		
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		190.520,00	
4.1.7.6.0.00.00.00.00.00	Transf. de Conv.		190.520,00	
4.1.7.6.4.00.00.00.00.00	Transferência de Convênios Instituições Privadas	190.520,00		
4.1.7.6.4.99.00.00.00.00	Transf. De Outros Convênios de Inst. Privadas	190.520,00		
4.2.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL			345.150,00
4.2.4.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		345.150,00	
4.2.4.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS		345.150,00	
4.2.4.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União	300.000,00		
4.2.4.2.1.00.00.02.00.00	Transferência União para Educação	300.000,00		
4.2.4.2.2.00.00.00.00.00	Transferência dos Estados	45.150,00		
4.2.4.2.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	45.150,00		
4.2.4.2.2.99.00.00.01.00	Transferência de Convênios do Estado - Educação	45.150,00		
Total das receitas:			545.190,00	
Total por fonte de recurso:			545.190,00	
Fonte recurso: 00.01.0024 - Transferências de Convênios -Outros não relacionados a Educação/Saúde/Assistência S				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS			
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES			220.000,00
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL		100.000,00	
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS		100.000,00	
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	100.000,00		
4.1.3.2.5.01.00.00.00.00	Remun. Depos. De Recursos Vinculados	100.000,00		
4.1.3.2.5.01.99.00.00.00	Remuneração de Dep. Banc. Recursos	100.000,00		
4.1.3.2.5.01.99.12.00.00	Remun. de Outros Dep. Banc de Rec. Vinc. Convenios	100.000,00		
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		120.000,00	
4.1.7.6.0.00.00.00.00.00	Transf. de Conv.		120.000,00	
4.1.7.6.1.00.00.00.00.00	Transf. De Conv. Da União e de suas Entidades	120.000,00		
4.1.7.6.1.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênios da União	120.000,00		
4.1.7.6.1.99.00.01.00.00	Outras Transf. de Convênios da União	120.000,00		
4.2.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL			15.505.450,05
4.2.4.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		15.505.450,05	
4.2.4.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS		15.300.450,05	
4.2.4.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União	15.300.450,05		
4.2.4.2.1.00.00.01.00.00	Transferência União - Prefeitura	15.300.450,05		
4.2.4.7.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS		205.000,00	
4.2.4.7.1.00.00.00.00.00	Transf. Convênios da União e de suas Entidades	200.000,00		
4.2.4.7.1.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênios da União	200.000,00		
4.2.4.7.1.99.00.01.00.00	Convênio Ministério do Turismo	200.000,00		
4.2.4.7.2.00.00.00.00.00	Transf. Conv. dos Estados, Distr. Fed. E suas Etid.	5.000,00		
4.2.4.7.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênios dos Estados	5.000,00		
4.2.4.7.2.99.00.00.01.00	Outras Transf. De Convênios dos Estados	5.000,00		
Total das receitas:			15.725.450,05	
Total por fonte de recurso:			15.725.450,05	
Fonte recurso: 00.01.0025 - Transferências de Convênios - Estado/Outros (não relacionados à educação/saúde/assis				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS			
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES			5.000,00
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		5.000,00	
4.1.7.6.0.00.00.00.00.00	Transf. de Conv.		5.000,00	
4.1.7.6.2.00.00.00.00.00	Transf. Conv. Estados Distr. Fed. e suas Entid.	5.000,00		
4.1.7.6.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênio dos Estados	5.000,00		
4.1.7.6.2.99.99.00.00.00	Outras Conv. Estados	5.000,00		
4.2.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL			4.217.926,00
4.2.4.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		4.217.926,00	
4.2.4.7.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS		4.217.926,00	
4.2.4.7.2.00.00.00.00.00	Transf. Conv. dos Estados, Distr. Fed. E suas Etid.	4.217.926,00		
4.2.4.7.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênios dos Estados	4.217.926,00		
4.2.4.7.2.99.00.01.00.00	Outras Transf. Conv. dos Estados	4.217.926,00		
Total das receitas:			4.222.926,00	
Total por fonte de recurso:			4.222.926,00	
Fonte recurso: 00.01.0031 - Transferências de Convênios - União/Assistência Social				



## RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS

4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS		
4.2.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL		200.000,00
4.2.4.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	200.000,00	
4.2.4.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	200.000,00	
4.2.4.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União	200.000,00	
4.2.4.2.1.00.00.04.00.00	Transf. União para Assistência Social	200.000,00	
	Total das receitas:		200.000,00
	Total por fonte de recurso:		200.000,00

Fonte recurso: 00.01.0045 - Outras Transferências Decorrentes de Compensação Financeira pela Exploração de Rec

## RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS

4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS		
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES		581.280,00
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	8.960,00	
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	8.960,00	
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	8.960,00	
4.1.3.2.5.01.00.00.00.00	Remun. Depos. De Recursos Vinculados	8.960,00	
4.1.3.2.5.01.99.00.00.00	Remuneração de Dep. Banc. Recursos	8.960,00	
4.1.3.2.5.01.99.13.00.00	Remun. de Outros Dep. Banc de Rec. Vinc. Fundo Es	8.960,00	
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	572.320,00	
4.1.7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	572.320,00	
4.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União	572.320,00	
4.1.7.2.1.22.00.00.00.00	Transf. da Compen. Finan. Pela Exploração Rec. Nat	572.320,00	
4.1.7.2.1.22.20.00.00.00	Cota-Parte da Compen. Finan. De Recursos Minerais	137.000,00	
4.1.7.2.1.22.70.00.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	435.320,00	
	Total das receitas:		581.280,00
	Total por fonte de recurso:		581.280,00

Fonte recurso: 00.01.0048 - Programa de Atenção à Criança - PAC

## RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS

4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS		
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES		120.000,00
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	120.000,00	
4.1.7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	120.000,00	
4.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União	120.000,00	
4.1.7.2.1.34.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund. Nac. As. Social - FNAS	120.000,00	
4.1.7.2.1.34.01.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund. Nac. As. Social - FNAS	120.000,00	
4.1.7.2.1.34.01.18.00.00	PAC 1 Criança e Adolescência	120.000,00	
	Total das receitas:		120.000,00
	Total por fonte de recurso:		120.000,00

Fonte recurso: 00.01.0049 - Programa Pessoa Portadora de Deficiência Física - PPD

## RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS

4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS		
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES		14.792,00
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	100,00	
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	100,00	
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	100,00	
4.1.3.2.5.01.00.00.00.00	Remun. Depos. De Recursos Vinculados	100,00	
4.1.3.2.5.01.99.00.00.00	Remuneração de Dep. Banc. Recursos	100,00	
4.1.3.2.5.01.99.16.00.00	Remun. de Outros Dep. Banc de Rec. Vinc. Port. Defic	100,00	
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	14.692,00	
4.1.7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	14.692,00	
4.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União	14.692,00	
4.1.7.2.1.34.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund. Nac. As.Social - FNAS	14.692,00	
4.1.7.2.1.34.01.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund. Nac. As.Social - FNAS	14.692,00	
4.1.7.2.1.34.01.03.00.00	FNAS - Pessoa Portadora de Defic. Física - PPD	14.692,00	
	Total das receitas:		14.792,00
	Total por fonte de recurso:		14.792,00

Fonte recurso: 00.01.0050 - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI

## RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS

4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS		
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES		13.750,00
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	13.750,00	
4.1.7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	13.750,00	
4.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União	13.750,00	
4.1.7.2.1.34.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund. Nac. As.Social - FNAS	13.750,00	
4.1.7.2.1.34.01.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund. Nac. As.Social - FNAS	13.750,00	
4.1.7.2.1.34.01.04.00.00	FNAS - Erradicação do Trabalho Infantil - PETI	13.750,00	
	Total das receitas:		13.750,00
	Total por fonte de recurso:		13.750,00

Fonte recurso: 00.01.0052 - Outras Transferências de Recursos para o Fundo de Assistência Social

## RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS

4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS		
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES		1.011.277,00
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	50.890,00	
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	50.890,00	

4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	50.890,00	
4.1.3.2.5.01.00.00.00.00	Remun. Depos. De Recursos Vinculados	50.890,00	
4.1.3.2.5.01.99.00.00.00	Remuneração de Dep. Banc. Recursos	50.890,00	
4.1.3.2.5.01.99.04.00.00	Remun. Outros Dep. Banc. - FNAS	50.890,00	
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		960.387,00
4.1.7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS		960.387,00
4.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União	644.592,00	
4.1.7.2.1.34.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund. Nac. As.Social - FNAS	644.592,00	
4.1.7.2.1.34.01.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund. Nac. As.Social - FNAS	644.592,00	
4.1.7.2.1.34.01.06.00.00	FNAS - GESTÃO - IGD DO SUAS	21.672,00	
4.1.7.2.1.34.01.08.00.00	FNAS - Piso Básico Fixo - PBF/CRAS	288.000,00	
4.1.7.2.1.34.01.10.00.00	FNAS - Piso Fixo Média Complexidade - PPMC/CREAS	176.400,00	
4.1.7.2.1.34.01.15.00.00	FNAS - BPC Questionários	520,00	
4.1.7.2.1.34.01.16.00.00	FNAS - Gestão - ACESSUAS	38.000,00	
4.1.7.2.1.34.01.17.00.00	FNAS - Serv. Convívio de Fortalecimento de Vínculo	120.000,00	
4.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	315.795,00	
4.1.7.2.2.34.00.00.00.00	FNAS - Benefícios Eventuais - Estado	14.518,00	
4.1.7.2.2.34.01.00.00.00	FNAS - Benefícios Eventuais	14.518,00	
4.1.7.2.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	301.277,00	
4.1.7.2.2.99.02.00.00.00	Outras Transf. Estado - FNAS	301.277,00	
4.1.7.2.2.99.02.01.00.00	Outras Transf. Estado - FNAS Média Complexidade	114.048,00	
4.1.7.2.2.99.02.02.00.00	Outras Transf. Estado - FNAS Alta Complexidade	109.008,00	
4.1.7.2.2.99.02.03.00.00	Outras Transf. Estado - FEAS BÁSICO CORRENTE	78.221,00	
Total das receitas:			1.011.277,00
Total por fonte de recurso:			1.011.277,00

Fonte recurso: 00.01.0054 - Convenio de Trânsito - Militar

## RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS

4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS		
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES		137.850,00
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	13.740,00	
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	13.740,00	
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	13.740,00	
4.1.3.2.5.01.00.00.00.00	Remun. Depos. De Recursos Vinculados	13.740,00	
4.1.3.2.5.01.99.00.00.00	Remuneração de Dep. Banc. Recursos	13.740,00	
4.1.3.2.5.01.99.02.00.00	Remuneração de Dep. Banc. Convênios SSP/Trânsito	13.740,00	
4.1.3.2.5.01.99.02.02.00	Remun. Dep. Banc. Conv. SSP/Trânsito - PM	13.740,00	
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES		124.110,00
4.1.9.1.0.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora		124.110,00
4.1.9.1.9.00.00.00.00.00	Multas de Outras Origens	124.110,00	
4.1.9.1.9.15.00.00.00.00	Multas Previstas na Legislação de Trânsito	124.110,00	
4.1.9.1.9.15.01.00.00.00	Convênio SSP/Trânsito	4.910,00	
4.1.9.1.9.15.01.02.00.00	Convênio SSP/Trânsito - PM	4.910,00	
4.1.9.1.9.15.02.00.00.00	Convênio SSP/Trânsito	119.200,00	
4.1.9.1.9.15.02.02.00.00	Convênio SSP/Trânsito - PM	119.200,00	
Total das receitas:			137.850,00
Total por fonte de recurso:			137.850,00

Fonte recurso: 00.01.0055 - Convênio de Trânsito Polícia Civil

## RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS

4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS		
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES		150.960,00
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	10.050,00	
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	10.050,00	
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	10.050,00	
4.1.3.2.5.01.00.00.00.00	Remun. Depos. De Recursos Vinculados	10.050,00	
4.1.3.2.5.01.99.00.00.00	Remuneração de Dep. Banc. Recursos	10.050,00	
4.1.3.2.5.01.99.02.00.00	Remuneração de Dep. Banc. Convênios SSP/Trânsito	10.050,00	
4.1.3.2.5.01.99.02.03.00	Remun. Dep. Banc. Conv. SSP/Trânsito - PC	10.050,00	
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES		140.910,00
4.1.9.1.0.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora		140.910,00
4.1.9.1.9.00.00.00.00.00	Multas de Outras Origens	140.910,00	
4.1.9.1.9.15.00.00.00.00	Multas Previstas na Legislação de Trânsito	140.910,00	
4.1.9.1.9.15.01.00.00.00	Convênio SSP/Trânsito	4.910,00	
4.1.9.1.9.15.01.03.00.00	Convênio SSP/Trânsito - PC	4.910,00	
4.1.9.1.9.15.02.00.00.00	Convênio SSP/Trânsito	136.000,00	
4.1.9.1.9.15.02.03.00.00	Convênio SSP/Trânsito - PC	136.000,00	
Total das receitas:			150.960,00
Total por fonte de recurso:			150.960,00

Fonte recurso: 00.01.0056 - Convênio Trânsito - Prefeitura

## RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS

4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS		
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES		1.853.690,00
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	17.800,00	
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	17.800,00	
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	17.800,00	
4.1.3.2.5.01.00.00.00.00	Remun. Depos. De Recursos Vinculados	17.800,00	
4.1.3.2.5.01.99.00.00.00	Remuneração de Dep. Banc. Recursos	17.800,00	
4.1.3.2.5.01.99.02.00.00	Remuneração de Dep. Banc. Convênios SSP/Trânsito	17.800,00	

4.1.3.2.5.01.99.02.01.00	Remun. Dep. Banc. Conv. SSP/Trânsito - Prefeitura	17.800,00	
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES		1.835.890,00
4.1.9.1.0.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora		1.835.540,00
4.1.9.1.9.00.00.00.00.00	Multas de Outras Origens	1.835.540,00	
4.1.9.1.9.15.00.00.00.00	Multas Previstas na Legislação de Trânsito	1.835.540,00	
4.1.9.1.9.15.01.00.00.00	Convênio SSP/Trânsito	868.620,00	
4.1.9.1.9.15.01.01.00.00	Convênio SSP/Trânsito - Prefeitura Municipal	868.620,00	
4.1.9.1.9.15.02.00.00.00	Convênio SSP/Trânsito	966.920,00	
4.1.9.1.9.15.02.01.00.00	Convênio SSP/Trânsito - Prefeitura Municipal	966.920,00	
4.1.9.2.0.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		350,00
4.1.9.2.2.00.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES	350,00	
4.1.9.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituições	350,00	
4.1.9.2.2.99.00.01.00.00	Outras Restit. em folha	350,00	
4.1.9.2.2.99.00.01.03.00	Outras Rest. Folha - Trânsito	350,00	
Total das receitas:			1.853.690,00
Total por fonte de recurso:			1.853.690,00

Fonte recurso: 00.01.0058 - Salário Educação

## RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS

4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS		
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES		4.207.490,00
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL		76.080,00
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS		76.080,00
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	76.080,00	
4.1.3.2.5.01.00.00.00.00	Remun. Depos. De Recursos Vinculados	76.080,00	
4.1.3.2.5.01.05.00.00.00	Remun. Depós. Banc. Rec. Vinc. - Educação	76.080,00	
4.1.3.2.5.01.05.02.00.00	Remun. Depós. Banc. Rec. Vinc. - FNDE Sal. Educaçã	76.080,00	
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		4.131.410,00
4.1.7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS		4.131.410,00
4.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União	4.131.410,00	
4.1.7.2.1.35.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund. Nac. Des. Educação - FNDE	4.131.410,00	
4.1.7.2.1.35.01.00.00.00	Transferências do Salário-Educação	4.131.410,00	
Total das receitas:			4.207.490,00
Total por fonte de recurso:			4.207.490,00

Fonte recurso: 00.01.0060 - Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE

## RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS

4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS		
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES		1.244.000,00
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL		6.880,00
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS		6.880,00
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	6.880,00	
4.1.3.2.5.01.00.00.00.00	Remun. Depos. De Recursos Vinculados	6.880,00	
4.1.3.2.5.01.05.00.00.00	Remun. Depós. Banc. Rec. Vinc. - Educação	6.880,00	
4.1.3.2.5.01.05.03.00.00	Remun. Depós. Banc. Rec. Vinc. - FNDE - PNAE	6.880,00	
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		1.237.120,00
4.1.7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS		1.237.120,00
4.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União	1.237.120,00	
4.1.7.2.1.35.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund. Nac. Des. Educação - FNDE	1.237.120,00	
4.1.7.2.1.35.03.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNAE	1.237.120,00	
4.1.7.2.1.35.03.01.00.00	Transf. Diretas do FNDE ref. ao PNAE - Fundamental	557.780,00	
4.1.7.2.1.35.03.02.00.00	Transf. Diretas do FNDE ref. ao PNAE - Pré-Escola	260.100,00	
4.1.7.2.1.35.03.03.00.00	Transf. Diretas do FNDE ref. ao PNAE - AEE	9.600,00	
4.1.7.2.1.35.03.04.00.00	Transf. Diretas do FNDE ref. ao PNAE - E.J.A.	17.040,00	
4.1.7.2.1.35.03.05.00.00	Transf. Diretas do FNDE ref. ao PNAE - Creche	392.600,00	
Total das receitas:			1.244.000,00
Total por fonte de recurso:			1.244.000,00

Fonte recurso: 00.01.0061 - Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE

## RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS

4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS		
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES		829.690,00
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL		17.730,00
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS		17.730,00
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	17.730,00	
4.1.3.2.5.01.00.00.00.00	Remun. Depos. De Recursos Vinculados	17.730,00	
4.1.3.2.5.01.05.00.00.00	Remun. Depós. Banc. Rec. Vinc. - Educação	17.380,00	
4.1.3.2.5.01.05.05.00.00	Remun. Depós. Banc. Rec. Vinc. - TRANSP ESCOLAR	17.380,00	
4.1.3.2.5.01.99.00.00.00	Remuneração de Dep. Banc. Recursos	350,00	
4.1.3.2.5.01.99.10.00.00	Remun. de Outros Dep. Banc. TRANSP ESCOLAR	350,00	
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		811.960,00
4.1.7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS		811.960,00
4.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União	70.760,00	
4.1.7.2.1.35.00.00.00.00	Transf. De Recursos do Fund. Nac. Des. Educação - FNDE	70.760,00	
4.1.7.2.1.35.04.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNATE	70.760,00	
4.1.7.2.1.35.04.01.00.00	Transf. Diretas do FNDE - PNATE - Ens. Fundamental	48.000,00	
4.1.7.2.1.35.04.03.00.00	Transf. Diretas do FNDE - PNATE - Infantil	1.800,00	
4.1.7.2.1.35.04.06.00.00	Transf. Diretas do FNDE - PNATE - Médio	20.960,00	
4.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	741.200,00	
4.1.7.2.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	741.200,00	

4.1.7.2.2.99.01.00.00.00	Outras Transf. dos Estados - Transp. Escolar	741.200,00		
		Total das receitas:		829.690,00
		Total por fonte de recurso:		829.690,00
Fonte recurso: 00.01.0062 - Outros Recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS			
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES			549.080,00
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	50.360,00		
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	50.360,00		
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	50.360,00		
4.1.3.2.5.01.00.00.00.00	Remun. Depos. De Recursos Vinculados	50.360,00		
4.1.3.2.5.01.05.00.00.00	Remun. Depós. Banc. Rec. Vinc. - Educação	45.570,00		
4.1.3.2.5.01.05.04.00.00	Remun. de Outros Dep. Banc. Rec. Vinc. CONV FNDE	45.570,00		
4.1.3.2.5.01.99.00.00.00	Remuneração de Dep. Banc. Recursos	4.790,00		
4.1.3.2.5.01.99.15.00.00	Remun. de Outros Dep. Banc. Rec. Vinc. CONV FND	4.790,00		
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		498.720,00	
4.1.7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS		498.720,00	
4.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União	498.720,00		
4.1.7.2.1.35.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund. Nac. Des. Educação - FNDE	498.720,00		
4.1.7.2.1.35.99.00.00.00	Outras Transferências Diretas do FNDE	498.720,00		
4.1.7.2.1.35.99.02.00.00	Outras Transferências Diretas do FNDE	498.720,00		
4.2.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL			92.400,00
4.2.4.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		92.400,00	
4.2.4.7.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS		92.400,00	
4.2.4.7.1.00.00.00.00.00	Transf. Convênios da União e de suas Entidades	92.400,00		
4.2.4.7.1.02.00.00.00.00	Transf. Convênios da União Detin. Programa Educaç	92.400,00		
4.2.4.7.1.02.20.00.00.00	Outros Conv. União Area Educação	92.400,00		
		Total das receitas:		641.480,00
		Total por fonte de recurso:		641.480,00
Fonte recurso: 00.01.0063 - Bolsa Família				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS			
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES			148.733,00
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL		6.720,00	
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS		6.720,00	
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	6.720,00		
4.1.3.2.5.01.00.00.00.00	Remun. Depos. De Recursos Vinculados	6.720,00		
4.1.3.2.5.01.99.00.00.00	Remuneração de Dep. Banc. Recursos	6.720,00		
4.1.3.2.5.01.99.14.00.00	Remun. Outros Dep. Banc. Rec. Vinc. Bolsa Família	6.720,00		
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		142.013,00	
4.1.7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS		142.013,00	
4.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União	142.013,00		
4.1.7.2.1.34.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund. Nac. As. Social - FNAS	142.013,00		
4.1.7.2.1.34.01.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund. Nac. As. Social - FNAS	142.013,00		
4.1.7.2.1.34.01.07.00.00	FNAS - Bolsa Família	142.013,00		
		Total das receitas:		148.733,00
		Total por fonte de recurso:		148.733,00
Fonte recurso: 00.01.0077 - FIA Imposto de Renda				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS			
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES			68.010,00
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL		10.530,00	
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS		10.530,00	
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	10.530,00		
4.1.3.2.5.01.00.00.00.00	Remun. Depos. De Recursos Vinculados	10.530,00		
4.1.3.2.5.01.99.00.00.00	Remuneração de Dep. Banc. Recursos	10.530,00		
4.1.3.2.5.01.99.07.00.00	Remun. de Outros Dep. Banc. FIA	10.530,00		
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		57.480,00	
4.1.7.3.0.00.00.00.00.00	Transferências de Instituições Privadas		54.630,00	
4.1.7.3.0.00.00.00.00.01	Transferências de Instituições Privadas	54.630,00		
4.1.7.5.0.00.00.00.00.00	Trasf. de Pessoas		2.850,00	
4.1.7.5.0.00.00.00.00.01	Transferência de Pessoas	2.850,00		
		Total das receitas:		68.010,00
		Total por fonte de recurso:		68.010,00
Fonte recurso: 00.01.0083 - Operações de Créditos Internas - Outros Programas				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS			
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES			4.530,00
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL		4.530,00	
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS		4.530,00	
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	4.530,00		
4.1.3.2.5.01.00.00.00.00	Remun. Depos. De Recursos Vinculados	4.530,00		
4.1.3.2.5.01.99.00.00.00	Remuneração de Dep. Banc. Recursos	4.530,00		
4.1.3.2.5.01.99.17.00.00	Remun. Outros Dep. Banc. Rec. Vinc. Operação Credi	4.530,00		
4.2.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL			12.279.000,00
4.2.1.0.0.00.00.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO		12.279.000,00	

4.2.1.1.0.00.00.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	12.279.000,00	12.279.000,00
4.2.1.1.9.00.00.00.00.00	Outras Operações de Crédito Internas		
		12.279.000,00	
	Total das receitas:		12.283.530,00
	Total por fonte de recurso:		12.283.530,00
Fonte recurso: 00.01.0089 - Alienação de Bens destinados a Outros Programas			
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS			
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS		
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES		15.050,00
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL		15.050,00
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS		15.050,00
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	15.050,00	
4.1.3.2.5.01.00.00.00.00	Remun. Depos. De Recursos Vinculados	15.050,00	
4.1.3.2.5.01.99.00.00.00	Remuneração de Dep. Banc. Recursos	15.050,00	
4.1.3.2.5.01.99.11.00.00	Remun. de Outros Dep. Banc. LEILÃO	15.050,00	
4.2.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL		213.800,00
4.2.2.0.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS		213.800,00
4.2.2.1.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS		213.800,00
4.2.2.1.9.00.00.00.00.00	Alienação de Outros Bens Móveis	213.800,00	
	Total das receitas:		228.850,00
	Total por fonte de recurso:		228.850,00
Fonte recurso: 00.01.0105 - Funrebom - Bombeiros			
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS			
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS		
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES		685.590,00
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL		25.590,00
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS		25.590,00
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	25.590,00	
4.1.3.2.5.01.00.00.00.00	Remun. Depos. De Recursos Vinculados	25.590,00	
4.1.3.2.5.01.99.00.00.00	Remuneração de Dep. Banc. Recursos	25.590,00	
4.1.3.2.5.01.99.03.00.00	Remun. Dep. Banc. Contribuições Facultativas	25.090,00	
4.1.3.2.5.01.99.03.02.00	Remun. Depos. Banc. Contrib. Facultat. - BOMBEIROS	25.090,00	
4.1.3.2.5.01.99.18.00.00	Remun. Outros Dep. Banc. Rec. Vinc. Bombeiros	500,00	
4.1.6.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS		660.000,00
4.1.6.0.0.13.00.00.00.00	Serviços Administrativos	660.000,00	
4.1.6.0.0.13.03.00.00.00	Serviços Especiais PM/Bombeiro	660.000,00	
4.1.6.0.0.13.03.02.00.00	Serviços Especiais Facultativos Bombeiros	660.000,00	
	Total das receitas:		685.590,00
	Total por fonte de recurso:		685.590,00
Fonte recurso: 00.01.0106 - Serviços Especiais Facultativos Polícia Militar			
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS			
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS		
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES		202.450,00
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL		1.540,00
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS		1.540,00
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	1.540,00	
4.1.3.2.5.01.00.00.00.00	Remun. Depos. De Recursos Vinculados	1.540,00	
4.1.3.2.5.01.99.00.00.00	Remuneração de Dep. Banc. Recursos	1.540,00	
4.1.3.2.5.01.99.03.00.00	Remun. Dep. Banc. Contribuições Facultativas	1.540,00	
4.1.3.2.5.01.99.03.01.00	Remun. Depos. Banc. Contrib. Facultat. - PM	1.540,00	
4.1.6.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS		105.300,00
4.1.6.0.0.13.00.00.00.00	Serviços Administrativos	105.300,00	
4.1.6.0.0.13.03.00.00.00	Serviços Especiais PM/Bombeiro	105.300,00	
4.1.6.0.0.13.03.02.00.00	Serviços Especiais Facultativos Polícia Militar	105.300,00	
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES		95.610,00
4.1.9.1.0.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora		1.000,00
4.1.9.1.9.00.00.00.00.00	Multas de Outras Origens	1.000,00	
4.1.9.1.9.32.00.00.00.00	Multas Aplicadas no Âmbito de Processo Judicial	1.000,00	
4.1.9.1.9.32.20.00.00.00	Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais	1.000,00	
4.1.9.1.9.32.20.00.00.02	Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais - Policia Militar	1.000,00	
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS		94.610,00
4.1.9.0.99.00.00.00.00.00	Outras Receitas	94.610,00	
4.1.9.0.99.00.00.01.00	Outras Receitas	94.610,00	
4.1.9.0.99.00.00.01.02	Outras Receitas - Contribuições Facultativas Policia Militar	94.610,00	
	Total das receitas:		202.450,00
	Total por fonte de recurso:		202.450,00
Fonte recurso: 00.01.0110 - Fundo Municipal de Turismo			
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS			
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS		
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES		3.380,00
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL		3.380,00
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS		3.380,00
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	3.380,00	
4.1.3.2.5.01.00.00.00.00	Remun. Depos. De Recursos Vinculados	3.380,00	
4.1.3.2.5.01.99.00.00.00	Remuneração de Dep. Banc. Recursos	3.380,00	
4.1.3.2.5.01.99.09.00.00	Remun. de Outros Dep. Banc. de Rec. Vinc. FUNDETUR	3.380,00	

Total das receitas: 3.380,00  
Total por fonte de recurso: 3.380,00

Fonte recurso: 00.02.0000 - Recursos de Outras Fontes - Exercício Corrente

#### TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS

4.0.0.0.0.00.00.00.00.000000	TRANSFERENCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA-INTRA OFSS		
4.5.0.0.0.00.00.00.00.000000	TRANSFERENCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA-INTRA OFSS		-
4.5.1.0.0.00.00.00.00.000000	TRANSFERENCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA-INTRA OFSS	-	
4.5.1.1.0.00.00.00.00.000000	TRANSFERENCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA-INTRA OFSS	-	
4.5.1.1.2.00.00.00.00.000000	TRANSFERENCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA-INTRA OFS	-	
4.5.1.1.2.00.00.01.00.000000	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	-	
4.5.1.1.2.00.00.01.00.000002	TRANSF. FINANC. PARA PAGAMENTO DÍVIDA PÚBLICA - SANEAMENTO	-	
Total das transferências:			-
Total por fonte de recurso:			-

Fonte recurso: 00.02.0023 - Transferências de Convênios - Saúde - Estado

#### RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS

4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS		
4.2.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL		658.000,00
4.2.4.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	658.000,00	
4.2.4.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	658.000,00	
4.2.4.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União	658.000,00	
4.2.4.2.1.00.00.03.00.00	Transferência União para Saúde	658.000,00	
Total das receitas:			658.000,00
Total por fonte de recurso:			658.000,00

Fonte recurso: 00.02.0065 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial

#### RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS

4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS		
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES		6.000,00
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	6.000,00	
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	6.000,00	
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	6.000,00	
4.1.3.2.5.01.00.00.00.00	Remun. Depos. De Recursos Vinculados	6.000,00	
4.1.3.2.5.01.03.00.00.00	Receita de Remuneração de depósitos Bancarios de Recursos Vinculados - Fui	6.000,00	
4.1.3.2.5.01.03.02.00.00	Receita de Remuneração de depósitos Bancarios de Recursos Vinculados - SU	6.000,00	
Total das receitas:			6.000,00

#### TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS

4.0.0.0.0.00.00.00.00.000000	TRANSFERENCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA-INTRA OFSS		
4.5.0.0.0.00.00.00.00.000000	TRANSFERENCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA-INTRA OFSS		70.000,00
4.5.1.0.0.00.00.00.00.000000	TRANSFERENCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA-INTRA OFSS	70.000,00	
4.5.1.1.0.00.00.00.00.000000	TRANSFERENCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA-INTRA OFSS	70.000,00	
4.5.1.1.2.00.00.00.00.000000	TRANSFERENCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA-INTRA OFS	70.000,00	
4.5.1.1.2.00.00.01.00.000000	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	70.000,00	
4.5.1.1.2.00.00.01.00.000002	TRANSFERENCIA FINANCEIRA - BOMBEIROS	70.000,00	
Total das transferências:			70.000,00
Total por fonte de recurso:			76.000,00
Total por entidade:			208.014.626,05

Entidade: 4 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Fonte recurso: 00.01.0002 - Receitas e Transferências de Impostos Saúde

#### RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS

4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS		
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES		35.000,00
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	15.000,00	
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	15.000,00	
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	15.000,00	
4.1.3.2.5.01.00.00.00.00	Receita de Remun. Dep. Ban. Recursos Vinculados	15.000,00	
4.1.3.2.5.01.06.00.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. Saúde	15.000,00	
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	20.000,00	
4.1.9.2.0.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	20.000,00	
4.1.9.2.2.00.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES	20.000,00	
4.1.9.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituicoes	20.000,00	
4.1.9.2.2.99.02.00.00.00	Restituições Folha de Pagamento	10.000,00	
4.1.9.2.2.99.03.00.00.00	Restituições de Despesas de Exercícios Anteriores	10.000,00	
Total das receitas:			35.000,00

#### TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS

4.0.0.0.0.00.00.00.00.000000	TRANSFERENCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA-INTRA OFSS		
4.5.0.0.0.00.00.00.00.000000	TRANSFERENCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA-INTRA OFSS		34.750.000,00
4.5.1.0.0.00.00.00.00.000000	TRANSFERENCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA-INTRA OFSS	34.750.000,00	
4.5.1.1.0.00.00.00.00.000000	TRANSFERENCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA-INTRA OFSS	34.750.000,00	
4.5.1.1.2.00.00.00.00.000000	TRANSFERENCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA-INTRA OFS	34.750.000,00	
4.5.1.1.2.00.00.01.00.000000	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	34.750.000,00	
4.5.1.1.2.00.00.01.00.000002	TRANSF. FINANC. AO FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	34.750.000,00	
Total das transferências:			34.750.000,00
Total por fonte de recurso:			34.785.000,00

Fonte recurso: 00.02.0000 - Recursos de Outras Fontes - Exercício Corrente

#### RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS

4.0.0.0.0.00.00.00.00.00 RECEITAS



4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES		305.000,00
4.1.1.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTÁRIA	300.000,00	
4.1.1.2.0.00.00.00.00.00	TAXAS	300.000,00	
4.1.1.2.1.00.00.00.00.00	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	300.000,00	
4.1.1.2.1.17.00.00.00.00	Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	300.000,00	
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	5.000,00	
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	5.000,00	
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	5.000,00	
4.1.3.2.5.01.00.00.00.00	Receita de Remun. Dep. Ban. Recursos Vinculados	5.000,00	
4.1.3.2.5.01.08.00.00.00	Remuneração de outros dep. banc. não vinculados	5.000,00	
Total das receitas:			305.000,00
Total por fonte de recurso:			305.000,00

Fonte recurso: 00.02.0023 - Transferências de Convênios - Saúde - Estado

#### TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS

4.0.0.0.0.00.00.00.00.000000	TRANSFERENCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA-INTRA OFSS		
4.5.0.0.0.00.00.00.00.000000	TRANSFERENCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA-INTRA OFSS		658.000,00
4.5.1.0.0.00.00.00.00.000000	TRANSFERENCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA-INTRA OFSS	658.000,00	
4.5.1.1.0.00.00.00.00.000000	TRANSFERENCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA-INTRA OFSS	658.000,00	
4.5.1.1.2.00.00.00.00.000000	TRANSFERENCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA-INTRA OFS	658.000,00	
4.5.1.1.2.00.00.01.00.000000	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	658.000,00	
4.5.1.1.2.00.00.01.00.000002	TRANSF. DE CONVÊNIOS AO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	658.000,00	
Total das transferências:			658.000,00
Total por fonte de recurso:			658.000,00

Fonte recurso: 00.02.0057 - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência e Emergência - SAMU

#### RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS

4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS		
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES		263.028,00
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	263.028,00	
4.1.7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	263.028,00	
4.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União	263.028,00	
4.1.7.2.1.33.00.00.00.00	Transf. De Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	263.028,00	
4.1.7.2.1.33.12.00.00.00	Teto Financeiro	263.028,00	
4.1.7.2.1.33.12.10.00.00	Teto Financeiro	263.028,00	
4.1.7.2.1.33.12.10.20.00	Samu	263.028,00	
Total das receitas:			263.028,00
Total por fonte de recurso:			263.028,00

Fonte recurso: 00.02.0064 - Atenção Básica

#### RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS

4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS		
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES		5.818.482,00
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	72.500,00	
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	72.500,00	
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	72.500,00	
4.1.3.2.5.01.00.00.00.00	Receita de Remun. Dep. Ban. Recursos Vinculados	72.500,00	
4.1.3.2.5.01.03.00.00.00	Receita de Remun. Dep. Banc. Recursos Vinc. - FMS	72.500,00	
4.1.3.2.5.01.03.01.00.00	Remun. de Outros Depósitos Vinculados - SUS PAB	42.000,00	
4.1.3.2.5.01.03.13.00.00	Remun. de Outros Dep. banc. vinc. PMAQ	20.000,00	
4.1.3.2.5.01.03.14.00.00	Rem Dep Ban Rec Vinc ESF INCENTIVO	10.000,00	
4.1.3.2.5.01.99.00.00.00	Remun. de Outros Dep. Banc. Vinculados	500,00	
4.1.3.2.5.01.99.11.00.00	Remun de Outros Dep. Banc. Rec. Vinculados - Atenção Básica	500,00	
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	5.745.982,00	
4.1.7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	5.745.982,00	
4.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União	5.456.982,00	
4.1.7.2.1.33.00.00.00.00	Transf. De Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	5.456.982,00	
4.1.7.2.1.33.11.00.00.00	Atenção Básica	5.456.982,00	
4.1.7.2.1.33.11.10.00.00	Piso de Atenção Básica Fixo (PAB Fixo)	2.000.000,00	
4.1.7.2.1.33.11.10.60.00	Piso de Atenção Básica Fixo (PAB Fixo)	2.000.000,00	
4.1.7.2.1.33.11.30.00.00	Piso de Atenção Básica Variável (PAB Variável)	2.456.982,00	
4.1.7.2.1.33.11.30.10.00	Saúde da Família	855.600,00	
4.1.7.2.1.33.11.30.11.00	Saúde Bucal	270.000,00	
4.1.7.2.1.33.11.30.12.00	Atgtes Comunitários de Saúde	1.331.382,00	
4.1.7.2.1.33.11.39.00.00	Outros Programas Fundo a Fundo PMAQ	1.000.000,00	
4.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	289.000,00	
4.1.7.2.2.33.00.00.00.00	Transf. De Recursos do Estado p/ Programas Saúde	289.000,00	
4.1.7.2.2.33.02.00.00.00	PSF	289.000,00	
4.2.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL		200.000,00
4.2.4.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	200.000,00	
4.2.4.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	200.000,00	
4.2.4.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União	100.000,00	
4.2.4.2.1.01.00.00.00.00	Transf. De Recursos do Sist. Único de Saúde - SUS	100.000,00	
4.2.4.2.1.01.01.00.00.00	Transf. Rec. do Sistema Único de Saúde - SUS	100.000,00	
4.2.4.2.2.00.00.00.00.00	Transferência dos Estados	100.000,00	
4.2.4.2.2.01.00.00.00.00	Transferências de Recursos p/ SUS	100.000,00	
4.2.4.2.2.01.02.00.00.00	Transf. do Estado para Programas na Saúde	100.000,00	
Total das receitas:			6.018.482,00
Total por fonte de recurso:			6.018.482,00

Fonte recurso: 00.02.0065 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial

## RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS

4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS		
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES		15.412.200,00
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	81.000,00	
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	81.000,00	
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	81.000,00	
4.1.3.2.5.01.00.00.00.00	Receita de Remun. Dep. Ban. Recursos Vinculados	81.000,00	
4.1.3.2.5.01.03.00.00.00	Receita de Remun. Dep. Banc. Recursos Vinc. - FMS	80.000,00	
4.1.3.2.5.01.03.02.00.00	Remun. de Outros Dep. Banc. Vinculados	40.000,00	
4.1.3.2.5.01.03.03.00.00	Remun. de Outros Dep. Banc. Vinculados - CEO	20.000,00	
4.1.3.2.5.01.03.12.00.00	Remun. de Outros Dep. Banc. Vinculados - CAPS	20.000,00	
4.1.3.2.5.01.99.00.00.00	Remun. de Outros Dep. Banc. Vinculados	1.000,00	
4.1.3.2.5.01.99.05.00.00	Remun. de Outros Dep. Banc. Vinc. Média e Alta Complexidade	1.000,00	
4.1.3.2.5.01.99.05.10.00	Remun. de Outros Dep. Banc. Vinc. Média e Alta Complexidade	1.000,00	
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	15.331.200,00	
4.1.7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	15.331.200,00	
4.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União	13.430.000,00	
4.1.7.2.1.33.00.00.00.00	Transf. De Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	13.430.000,00	
4.1.7.2.1.33.12.00.00.00	Teto Financeiro	13.430.000,00	
4.1.7.2.1.33.12.10.00.00	Teto Financeiro	10.605.000,00	
4.1.7.2.1.33.12.10.17.00	Teto Financeiro	10.500.000,00	
4.1.7.2.1.33.12.10.59.00	CEO - Centro de Espec. Odontológicas	105.000,00	
4.1.7.2.1.33.12.14.00.00	CAPS	420.000,00	
4.1.7.2.1.33.12.20.00.00	Terapia Renal Substitutiva	2.400.000,00	
4.1.7.2.1.33.12.20.57.00	Terapia Renal Substitutiva	2.400.000,00	
4.1.7.2.1.33.12.99.00.00	Outros Programas Fundo a Fundo - FAEC	5.000,00	
4.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	1.901.200,00	
4.1.7.2.2.33.00.00.00.00	Transf. De Recursos do Estado p/ Programas Saúde	1.901.200,00	
4.1.7.2.2.33.04.00.00.00	CEO - Estado	79.200,00	
4.1.7.2.2.33.05.00.00.00	Oxigenioterapia	102.000,00	
4.1.7.2.2.33.07.00.00.00	Redes de Urgência e Emergência	1.200.000,00	
4.1.7.2.2.33.08.00.00.00	Média e Alta Complexidade	500.000,00	
4.1.7.2.2.33.11.00.00.00	Incentivo para Captação de Órgãos	20.000,00	
4.2.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL		200.000,00
4.2.4.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	200.000,00	
4.2.4.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	200.000,00	
4.2.4.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União	200.000,00	
4.2.4.2.1.01.00.00.00.00	Transf. De Recursos do Sist. Único de Saúde - SUS	200.000,00	
4.2.4.2.1.01.99.00.00.00	Bloco de Investimento - Média e Alta Complexidade	200.000,00	
Total das receitas:			15.612.200,00
Total por fonte de recurso:			15.612.200,00

Fonte recurso: 00.02.0066 - Vigilância em Saúde

## RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS

4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS		
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES		564.775,00
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	39.000,00	
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	39.000,00	
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	39.000,00	
4.1.3.2.5.01.00.00.00.00	Receita de Remun. Dep. Ban. Recursos Vinculados	39.000,00	
4.1.3.2.5.01.03.00.00.00	Receita de Remun. Dep. Banc. Recursos Vinc. - FMS	39.000,00	
4.1.3.2.5.01.03.04.00.00	Remuneração de Outros Dep. Bancários Vinculados	25.000,00	
4.1.3.2.5.01.03.05.00.00	Remun. de Outros Dep. Banc. Vinc. - Vigilância Sanitária	4.000,00	
4.1.3.2.5.01.03.06.00.00	Receita de Remun. Dep. Banc. Recursos Vinc. - FMS	10.000,00	
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	525.775,00	
4.1.7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	525.775,00	
4.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União	525.775,00	
4.1.7.2.1.33.00.00.00.00	Transf. De Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	525.775,00	
4.1.7.2.1.33.13.00.00.00	Vigilância Epidemiológica e Ambiental em Saúde	525.775,00	
4.1.7.2.1.33.13.10.00.00	Vigilância Epidemiológica e Ambiental	480.775,00	
4.1.7.2.1.33.13.10.16.00	Vigilância Epidemiológica e Ambiental em Saúde	400.000,00	
4.1.7.2.1.33.13.10.18.00	Vigilância Epidem. E Ambiental em Saúde - DST/HIV	80.775,00	
4.1.7.2.1.33.13.20.00.00	Vigilância Sanitária	45.000,00	
4.1.7.2.1.33.13.20.15.00	Vigilância Sanitária	45.000,00	
Total das receitas:			564.775,00
Total por fonte de recurso:			564.775,00

Fonte recurso: 00.02.0067 - Assistência Farmacêutica Básica

## RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS

4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS		
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES		908.500,00
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	3.500,00	
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	3.500,00	
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	3.500,00	
4.1.3.2.5.01.00.00.00.00	Receita de Remun. Dep. Ban. Recursos Vinculados	3.500,00	
4.1.3.2.5.01.03.00.00.00	Receita de Remun. Dep. Banc. Recursos Vinc. - FMS	3.500,00	
4.1.3.2.5.01.03.07.00.00	Rem. Dep. Banc. Rec. Vinc. SUS Com. Ba. Farm.	3.500,00	
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	905.000,00	
4.1.7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	905.000,00	

4.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União	500.000,00	
4.1.7.2.1.33.00.00.00.00	Transf. De Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	500.000,00	
4.1.7.2.1.33.14.00.00.00	Componente Básico de Assistência Farmacêutica	500.000,00	
4.1.7.2.1.33.14.10.00.00	Componente Básico de Assistência Farmacêutica	500.000,00	
4.1.7.2.1.33.14.10.63.00	Componente Básico de Assistência Farmacêutica	500.000,00	
4.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	405.000,00	
4.1.7.2.2.33.00.00.00.00	Transf. De Recursos do Estado p/ Programas Saúde	405.000,00	
4.1.7.2.2.33.01.00.00.00	Atenção Farmacêutica - Estado	405.000,00	
		Total das receitas:	908.500,00
		Total por fonte de recurso:	908.500,00

Fonte recurso: 00.02.0070 - Gestão do SUS

## RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS

4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS		
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES		10.500,00
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL		
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	500,00	500,00
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	500,00	
4.1.3.2.5.01.00.00.00.00	Receita de Remun. Dep. Ban. Recursos Vinculados	500,00	
4.1.3.2.5.01.03.00.00.00	Receita de Remun. Dep. Banc. Recursos Vinc. - FMS	500,00	
4.1.3.2.5.01.03.09.00.00	Rem. de Outros Dep. Banc. Vinc. Gestão	500,00	
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		10.000,00
4.1.7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS		10.000,00
4.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União	10.000,00	
4.1.7.2.1.33.00.00.00.00	Transf. De Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	10.000,00	
4.1.7.2.1.33.15.00.00.00	Qualificação da Gestão do SUS	10.000,00	
4.1.7.2.1.33.15.10.00.00	Qualificação da Gestão do SUS	10.000,00	
		Total das receitas:	10.500,00
		Total por fonte de recurso:	10.500,00
		Total por entidade:	59.125.485,00

Entidade: 9 - IPRESBS - INST. PREV. SERV. PUB. SÃO BENTO DO SUL

Fonte recurso: 00.01.0000 - Recursos Ordinários

## TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS

4.0.0.0.0.00.00.00.00.000000	TRANSFERENCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA-INTRA OFSS		
4.5.0.0.0.00.00.00.00.000000	TRANSFERENCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA-INTRA OFSS		3.343.000,00
4.5.1.0.0.00.00.00.00.000000	TRANSFERENCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA-INTRA OFSS	3.343.000,00	
4.5.1.1.0.00.00.00.00.000000	TRANSFERENCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA-INTRA OFSS	3.343.000,00	
4.5.1.1.2.00.00.00.00.000000	TRANSFERENCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA-INTRA OFS	3.343.000,00	
4.5.1.1.2.00.00.01.00.000000	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	3.343.000,00	
4.5.1.1.2.00.00.01.00.000001	PREFEITURA MUNICIPAL FAPES	3.343.000,00	
		Total das transferências:	3.343.000,00
		Total por fonte de recurso:	3.343.000,00

Fonte recurso: 00.02.0000 - Recursos de Outras Fontes - Exercício Corrente

## TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS

4.0.0.0.0.00.00.00.00.000000	TRANSFERENCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA-INTRA OFSS		
4.5.0.0.0.00.00.00.00.000000	TRANSFERENCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA-INTRA OFSS		60.000,00
4.5.1.0.0.00.00.00.00.000000	TRANSFERENCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA-INTRA OFSS	60.000,00	
4.5.1.1.0.00.00.00.00.000000	TRANSFERENCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA-INTRA OFSS	60.000,00	
4.5.1.1.2.00.00.00.00.000000	TRANSFERENCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA-INTRA OFS	60.000,00	
4.5.1.1.2.00.00.01.00.000000	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	60.000,00	
4.5.1.1.2.00.00.01.00.000002	SAMAE - FAPES	60.000,00	
		Total das transferências:	60.000,00
		Total por fonte de recurso:	60.000,00

Fonte recurso: 00.02.0003 - Contribuição para o Fundo Previdenciário do RPPS

## RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS

4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS		
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES		44.105.895,00
4.1.2.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	7.420.895,00	
4.1.2.1.0.00.00.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	7.420.895,00	
4.1.2.1.0.29.00.00.00.00	Contrib. Previd. Do Regime Próprio	7.420.895,00	
4.1.2.1.0.29.07.00.00.00	Contrib. de Servidor Ativo para o RPPS	7.387.295,00	
4.1.2.1.0.29.07.01.00.00	Contribuição Serv. Ativo Civil - Prefeitura	4.923.154,00	
4.1.2.1.0.29.07.02.00.00	Contrib. Serv. Ativo Civil - SAMAE	366.117,00	
4.1.2.1.0.29.07.03.00.00	Contrib. Serv. Ativo Civil - Câmara	38.864,00	
4.1.2.1.0.29.07.04.00.00	Contrib. Serv. Ativo Civil - Fundo de Saúde	1.857.470,00	
4.1.2.1.0.29.07.05.00.00	Contrib. Serv. Ativo Civil - EMHAB	42.643,00	
4.1.2.1.0.29.07.06.00.00	Contrib. Serv. Ativo Civil - Fund. Cultural	114.355,00	
4.1.2.1.0.29.07.07.00.00	Contrib. Serv. Ativo Civil - Fund. Desportos	24.854,00	
4.1.2.1.0.29.07.08.00.00	Contrib. Serv. Ativo Civil - IPRESBS	19.838,00	
4.1.2.1.0.29.09.00.00.00	Contribuições de Servidor Inativo para o RPPS	17.000,00	
4.1.2.1.0.29.11.00.00.00	Contribuições de Pensionista par ao RPPS	16.600,00	
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL		35.930.000,00
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS		35.930.000,00
4.1.3.2.8.00.00.00.00.00	Remuneração dos Investimentos do RPPS	35.930.000,00	
4.1.3.2.8.10.00.00.00.00	Remuneração dos Investimentos do RPPS Renda Fixa	35.000.000,00	
4.1.3.2.8.20.00.00.00.00	Remuneração dos Investimentos do RPPS Renda Variáv	930.000,00	
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES		755.000,00

4.1.9.2.0.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		755.000,00	
4.1.9.2.2.00.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES	755.000,00		
4.1.9.2.2.10.00.00.00.00	Compensações Financeiras entre o Reg Geral e RPPS	752.000,00		
4.1.9.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituicoes	3.000,00		
4.1.9.2.2.99.01.00.00.00	Outras Restituições	3.000,00		
4.7.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS			11.344.792,00
4.7.2.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES		11.245.392,00	
4.7.2.1.0.00.00.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		11.245.392,00	
4.7.2.1.0.29.00.00.00.00	Contrib. Previd. Do Regime Próprio - Intra-Orçam.	11.245.392,00		
4.7.2.1.0.29.01.00.00.00	Contrib. Patronal Serv. Ativo - Intra-Orçamentária	11.047.362,00		
4.7.2.1.0.29.01.01.00.00	Contrib. Patronal Serv. Ativo - Prefeitura	7.362.353,00		
4.7.2.1.0.29.01.02.00.00	Contrib. Patronal Serv. Ativo - SAMAE	547.512,00		
4.7.2.1.0.29.01.03.00.00	Contrib. Patronal Serv. Ativo - Câmara	58.119,00		
4.7.2.1.0.29.01.04.00.00	Contrib. Patronal Serv. Ativo - Fundo de Saúde	2.777.762,00		
4.7.2.1.0.29.01.05.00.00	Contrib. Patronal Serv. Ativo - EMHAB	63.770,00		
4.7.2.1.0.29.01.06.00.00	Contrib. Patronal Serv. Ativo - Fund. Cultural	171.012,00		
4.7.2.1.0.29.01.07.00.00	Contrib. Patronal Serv. Ativo - Fund. Desportos	37.167,00		
4.7.2.1.0.29.01.08.00.00	Contrib. Patronal Serv. Ativo - IPRESBS	29.667,00		
4.7.2.1.0.29.15.00.00.00	Contr Previd em Regime de Parcelamento de Débitos	198.030,00		
4.7.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES		99.400,00	
4.7.9.1.0.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora		99.400,00	
4.7.9.1.2.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora das Contribuições	99.400,00		
4.7.9.1.2.29.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora	99.400,00		
4.7.9.1.2.29.01.00.00.00	Multas e Juros de Mora	99.400,00		
4.7.9.1.2.29.01.15.00.00	Multas e Juros de Mora parcelamento débitos	99.400,00		
Total das receitas:				55.450.687,00
Total por fonte de recurso:				55.450.687,00

Fonte recurso: 00.02.0075 - Aporte ao RPPS - Alíquota Suplementar

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS			
4.7.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS			3.908.550,00
4.7.2.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES		3.908.550,00	
4.7.2.1.0.00.00.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		3.908.550,00	
4.7.2.1.0.29.00.00.00.00	Contrib. Previd. Do Regime Próprio - Intra-Orçam.	3.908.550,00		
4.7.2.1.0.29.13.00.00.00	Contrib. Previd. Para Amortização do Déficit Atuarial	3.908.550,00		
4.7.2.1.0.29.13.01.00.00	Contrib. Previd. p/Cobertura Déficit - PREFEITURA	2.604.796,00		
4.7.2.1.0.29.13.02.00.00	Contrib. p/Cobertura Déficit - SAMAE	193.709,00		
4.7.2.1.0.29.13.03.00.00	Contrib. p/Cobertura Déficit - Câmara	20.562,00		
4.7.2.1.0.29.13.04.00.00	Contrib. p/Cobertura Déficit - SAÚDE	982.771,00		
4.7.2.1.0.29.13.05.00.00	Contrib. p/Cobertura Déficit - EMHAB	22.562,00		
4.7.2.1.0.29.13.06.00.00	Contrib. p/Cobertura Déficit - Fund. Cultural	60.504,00		
4.7.2.1.0.29.13.07.00.00	Contrib. p/Cobertura Déficit - FMD	13.150,00		
4.7.2.1.0.29.13.08.00.00	Contrib. p/Cobertura Déficit - IPRESBS	10.496,00		
Total das receitas:				3.908.550,00
Total por fonte de recurso:				3.908.550,00
Total por entidade				62.762.237,00

Entidade: 10 - EMHAB - EMPRESA MUN. DE HABITACAO

Fonte recurso: 00.01.0000 - Recursos Ordinários

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS			
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES			20.000,00
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL		15.000,00	
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS		15.000,00	
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	15.000,00		
4.1.3.2.5.00.00.02.00.00	Remun. Outros Dep. Banc. Recursos não Vinculados	15.000,00		
4.1.3.2.5.00.00.02.01.00	Rem. Dep. Banc. Recursos Não Vinculados	15.000,00		
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES		5.000,00	
4.1.9.2.0.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		5.000,00	
4.1.9.2.2.00.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES	5.000,00		
4.1.9.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituicoes	5.000,00		
4.1.9.2.2.99.00.01.00.00	Outras Restituições	5.000,00		
4.1.9.2.2.99.00.01.00.99	Outras Restituições	5.000,00		
Total das receitas:				20.000,00

#### TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS

4.0.0.0.0.00.00.00.00.000000	TRANSFERENCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA-INTRA OFSS			
4.5.0.0.0.00.00.00.00.000000	TRANSFERENCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA-INTRA OFSS			1.906.800,00
4.5.1.0.0.00.00.00.00.000000	TRANSFERENCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA-INTRA OFSS		1.906.800,00	
4.5.1.1.0.00.00.00.00.000000	TRANSFERENCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA-INTRA OFSS		1.906.800,00	
4.5.1.1.2.00.00.00.00.000000	TRANSFERENCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA-INTRA OFS	1.906.800,00		
4.5.1.1.2.00.00.01.00.000000	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	1.906.800,00		
4.5.1.1.2.00.00.01.00.000001	TRANSF. FINAC. A EMHAB - EMPRESA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO	1.906.800,00		
Total das transferências:				1.906.800,00
Total por fonte de recurso:				1.926.800,00

Fonte recurso: 00.01.0024 - Transferências de Convênios - Outros não relacionados a Educação/Saúde/Assistência S

TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS				
4.0.0.0.0.00.00.00.00.000000	TRANSFERENCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA-INTRA OFSS			
4.5.0.0.0.00.00.00.00.000000	TRANSFERENCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA-INTRA OFSS			2.500.000,00

4.5.1.0.0.00.00.00.00.000000	TRANSFERENCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA-INTRA OFSS	2.500.000,00	
4.5.1.1.0.00.00.00.00.000000	TRANSFERENCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA-INTRA OFSS	2.500.000,00	
4.5.1.1.2.00.00.00.00.000000	TRANSFERENCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA-INTRA OFS	2.500.000,00	
4.5.1.1.2.00.00.01.00.000000	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	2.500.000,00	
4.5.1.1.2.00.00.01.00.000002	TRANSF. FINAC. CONVENIOS A EMHAB - EMPRESA DE HABITAÇÃO	2.500.000,00	
Total das transferências:			2.500.000,00
Total por fonte de recurso:			2.500.000,00
Fonte recurso: 00.02.0000 - Recursos de Outras Fonte Exercício Corrente			
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS			
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS		
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES		170.000,00
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	100.000,00	
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	100.000,00	
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	100.000,00	
4.1.3.2.5.00.00.02.00.00	Remun. Outros Dep. Banc. Recursos não Vinculados	100.000,00	
4.1.3.2.5.00.00.02.02.00	Rem. Outros Dep. Banc. Rec. Não Vinculados	100.000,00	
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES		70.000,00
4.1.9.1.0.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora		70.000,00
4.1.9.1.8.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outras Receitas	70.000,00	
4.1.9.1.8.99.00.00.00.00	Outras Multas e Juros de Mora	70.000,00	
4.1.9.1.8.99.00.00.00.99	Outras Multas e Juros de Mora	70.000,00	
4.2.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL		960.000,00
4.2.3.0.0.00.00.00.00.00	AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	616.000,00	
4.2.3.0.0.99.00.00.00.00	AMORTIZAÇÃO EMPRESTIMOS DIVERSOS	616.000,00	
4.2.3.0.0.99.00.01.00.00	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS POR GRUPOS	616.000,00	
4.2.3.0.0.99.00.01.00.01	Emprest. Financ. Grupo 1	33.000,00	
4.2.3.0.0.99.00.01.00.03	Emprest. Financ. Grupo 3	12.000,00	
4.2.3.0.0.99.00.01.00.04	Amort. Empest. Grupo 4 - COHAB	71.000,00	
4.2.3.0.0.99.00.01.00.05	Emprest. Finac. Grupo 5	103.000,00	
4.2.3.0.0.99.00.01.00.06	Emprest. Financ. Grupo 6	36.000,00	
4.2.3.0.0.99.00.01.00.07	Emprest. Financ. Grupo 7	39.000,00	
4.2.3.0.0.99.00.01.00.08	Emprest. Financ. Grupo 8	3.000,00	
4.2.3.0.0.99.00.01.00.10	Emprest. Financ. Grupo 9	33.000,00	
4.2.3.0.0.99.00.01.00.11	Emprest. Financ. Grupo 10	3.000,00	
4.2.3.0.0.99.00.01.00.12	Emprest. Financ. Grupo 11	28.000,00	
4.2.3.0.0.99.00.01.00.13	Emprest. Financ. Grupo 12	14.000,00	
4.2.3.0.0.99.00.01.00.14	Emprest. Financ. Grupo 13	13.000,00	
4.2.3.0.0.99.00.01.00.15	Emprest. Financ. Grupo 14	37.000,00	
4.2.3.0.0.99.00.01.00.16	Emprest. Financ. Grupo 15	30.000,00	
4.2.3.0.0.99.00.01.00.17	Emprest. Financ. Grupo 16	2.000,00	
4.2.3.0.0.99.00.01.00.18	Emprest. Financ. Grupo 17	9.000,00	
4.2.3.0.0.99.00.01.00.19	Emprest. Financ. Grupo 18	12.000,00	
4.2.3.0.0.99.00.01.00.20	Emprest. Financ. Grupo 19	60.000,00	
4.2.3.0.0.99.00.01.00.21	Emprest. Financ. Grupo 20	2.000,00	
4.2.3.0.0.99.00.01.00.22	Emprest. Financ. Grupo 21	3.000,00	
4.2.3.0.0.99.00.01.00.23	Emprest. Financ. Grupo 22	3.000,00	
4.2.3.0.0.99.00.01.00.24	Emprest. Financ. Grupo 23	20.000,00	
4.2.3.0.0.99.00.01.00.25	Emprest. Financ. Grupo 24	50.000,00	
4.2.5.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL		344.000,00
4.2.5.5.0.00.00.00.00.00	RECEITA DIV. ATIVA AMORT. EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS		344.000,00
4.2.5.5.0.00.00.01.00.00	AMORT. EMPREST. DIV. ATIVA CURTO PRAZO POR GRUPOS	137.000,00	
4.2.5.5.0.00.00.01.00.01	Amort. Empest. Dívida Ativa Grupo 01	2.000,00	
4.2.5.5.0.00.00.01.00.03	Amort. Empest. Dívida Ativa Grupo 3	2.000,00	
4.2.5.5.0.00.00.01.00.04	Amort. Empest. Grupo 04 COHAB	20.000,00	
4.2.5.5.0.00.00.01.00.05	Amort. Empest. Dívida Ativa Grupo 05	2.000,00	
4.2.5.5.0.00.00.01.00.06	Amort. Empest. Dívida Ativa Grupo 06	10.000,00	
4.2.5.5.0.00.00.01.00.07	Amort. Empest. Dívida Ativa Grupo 07	8.000,00	
4.2.5.5.0.00.00.01.00.08	Amort. Empest. Dívida Ativa Grupo 08	1.000,00	
4.2.5.5.0.00.00.01.00.10	Amort. Empest. Dívida Ativa Grupo 10	10.000,00	
4.2.5.5.0.00.00.01.00.11	Amort. Empest. Dívida Ativa Grupo 11	1.000,00	
4.2.5.5.0.00.00.01.00.12	Amort. Empest. Dívida Ativa Grupo 12	5.000,00	
4.2.5.5.0.00.00.01.00.13	Amort. Empest. Dívida Ativa Grupo 13	32.000,00	
4.2.5.5.0.00.00.01.00.14	Amort. Empest. Dívida Ativa Grupo 14	2.000,00	
4.2.5.5.0.00.00.01.00.15	Amort. Empest. Dívida Ativa Grupo 15	5.000,00	
4.2.5.5.0.00.00.01.00.16	Amort. Empest. Dívida Ativa Grupo 16	8.000,00	
4.2.5.5.0.00.00.01.00.17	Amort. Empest. Dívida Ativa Grupo 17	1.000,00	
4.2.5.5.0.00.00.01.00.18	Amort. Empest. Dívida Ativa Grupo 18	2.000,00	
4.2.5.5.0.00.00.01.00.19	Amort. Empest. Dívida Ativa Grupo 19	1.000,00	
4.2.5.5.0.00.00.01.00.20	Amort. Empest. Dívida Ativa Grupo 20	1.000,00	
4.2.5.5.0.00.00.01.00.21	Amort. Empest. Dívida Ativa Grupo 21	2.000,00	
4.2.5.5.0.00.00.01.00.22	Amort. Empest. Dívida Ativa Grupo 22	20.000,00	
4.2.5.5.0.00.00.01.00.23	Amort. Empest. Dívida Ativa Grupo 23	1.000,00	
4.2.5.5.0.00.00.01.00.24	Amort. Empest. Dívida Ativa Grupo 24	1.000,00	
4.2.5.5.0.00.00.02.00.00	AMORT. EMPREST. DIV. ATIVA LONGO PRAZO POR GRUPOS	207.000,00	
4.2.5.5.0.00.00.02.00.01	Amort. Empest. Div. Ativa Grupo 01	28.000,00	
4.2.5.5.0.00.00.02.00.03	Amort. Empest. Dívida Ativa Grupo 3	1.000,00	
4.2.5.5.0.00.00.02.00.04	Amort. Empest. Dívida Ativa Grupo 4	45.000,00	
4.2.5.5.0.00.00.02.00.05	Amort. Empest. Dívida Ativa Grupo 5	55.000,00	
4.2.5.5.0.00.00.02.00.06	Amort. Empest. Dívida Ativa Grupo 6	8.000,00	

4.2.5.5.0.00.00.02.00.07	Amort. Emprest. Divida Ativa Grupo 07	13.000,00	
4.2.5.5.0.00.00.02.00.08	Amort. Emprest. Divida Ativa Grupo 8	1.000,00	
4.2.5.5.0.00.00.02.00.10	Amort. Emprest. Divida Ativa Grupo 10	10.000,00	
4.2.5.5.0.00.00.02.00.11	Amort. Emprest. Divida Ativa Grupo 11	1.000,00	
4.2.5.5.0.00.00.02.00.12	Amort. Emprest. Divida Ativa Grupo 12	1.000,00	
4.2.5.5.0.00.00.02.00.13	Amort. Emprest. Divida Ativa Grupo 13	8.000,00	
4.2.5.5.0.00.00.02.00.14	Amort. Emprest. Divida Ativa Grupo 14	1.000,00	
4.2.5.5.0.00.00.02.00.15	Amort. Emprest. Divida Ativa Grupo 15	4.000,00	
4.2.5.5.0.00.00.02.00.16	Amort. Emprest. Divida Ativa Grupo 16	9.000,00	
4.2.5.5.0.00.00.02.00.17	Amort. Emprest. Divida Ativa Grupo 17	700,00	
4.2.5.5.0.00.00.02.00.18	Amort. Emprest. Divida Ativa Grupo 18	1.000,00	
4.2.5.5.0.00.00.02.00.19	Amort. Emprest. Divida Ativa Grupo 19	4.300,00	
4.2.5.5.0.00.00.02.00.20	Amort. Emprest. Divida Ativa Grupo 20	6.000,00	
4.2.5.5.0.00.00.02.00.21	Amort. Emprest. Divida Ativa Grupo 21	1.500,00	
4.2.5.5.0.00.00.02.00.22	Amort. Emprest. Divida Ativa Grupo 22	5.000,00	
4.2.5.5.0.00.00.02.00.23	Amort. Emprest. Divida Ativa Grupo 23	1.500,00	
4.2.5.5.0.00.00.02.00.24	Amort. Emprest. Divida Ativa Grupo 24	2.000,00	
Total das receitas:			1.130.000,00
Total por fonte de recurso:			1.130.000,00

Fonte recurso: 00.02.0089 - Alienação de Bens

## RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS

4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS		
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES		3.000,00
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	3.000,00	
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	3.000,00	
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	3.000,00	
4.1.3.2.5.00.00.01.00.00	Remun. Outros Dep. Banc. Rec. Vinculados	3.000,00	
4.1.3.2.5.00.00.01.00.99	Remun. Outros Dep. Banc. Rec. Vinculados	3.000,00	
4.2.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL		880.000,00
4.2.2.0.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS	880.000,00	
4.2.2.2.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	880.000,00	
4.2.2.2.5.00.00.00.00.00	Alienação de Imóveis Urbanos	880.000,00	
4.2.2.2.5.00.00.01.00.00	Alienação de Imóveis Urbanos	880.000,00	
Total das receitas:			883.000,00
Total por fonte de recurso:			883.000,00
Total por entidade:			6.439.800,00

Entidade: 12 - SERVIÇO AUT. MUN. DE AGUA E ESGOTO-SAMAE

Fonte recurso: 00.01.0083 - Opreações de Créditos Internas - Outros Programas

## RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS

4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS		
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES		43.055,00
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	43.055,00	
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	43.055,00	
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	43.055,00	
4.1.3.2.5.01.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos de Recursos Vinculados	43.055,00	
4.1.3.2.5.01.99.00.00.00	Remun. De Outros Depós. Banc. De Rec. Vinculados	43.055,00	
4.1.3.2.5.01.99.20.00.00	Remuneração Depósitos Recursos Oper. Crédito-Saneamento	43.055,00	
Total das receitas:			43.055,00
Total por fonte de recurso:			43.055,00

Fonte recurso: 00.02.0000 - Recursos de Outras Fontes - Exercício Corrente

## RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS

4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS		
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES		22.464.334,00
4.1.1.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTÁRIA	4.227.020,00	
4.1.1.2.0.00.00.00.00.00	TAXAS	4.227.020,00	
4.1.1.2.2.00.00.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços	4.227.020,00	
4.1.1.2.2.90.00.00.00.00	Taxa de Limpeza Pública	4.227.020,00	
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	480.799,00	
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	480.799,00	
4.1.3.2.2.00.00.00.00.00	Dividendos	218,00	
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	480.581,00	
4.1.3.2.5.02.00.00.00.00	Remuneração de Depós. Banc. de Recursos Não Vinculados	480.581,00	
4.1.3.2.5.02.99.00.00.00	Remun. De Outros Dep. Banc. de Recursos ã Vinculados	480.581,00	
4.1.6.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS	17.527.506,00	
4.1.6.0.0.41.00.00.00.00	Serv. De Captação/Adução/Trat/Res e Dist. de Água	15.067.703,00	
4.1.6.0.0.41.01.00.00.00	Tarifa de Água Residencial	11.395.732,00	
4.1.6.0.0.41.02.00.00.00	Tarifa de Água Comercial	2.053.124,00	
4.1.6.0.0.41.03.00.00.00	Tarifa de Água Industrial	1.229.084,00	
4.1.6.0.0.41.04.00.00.00	Tarifa Água Poderes Públicos	200.757,00	
4.1.6.0.0.41.05.00.00.00	Ligações de Água	189.006,00	
4.1.6.0.0.42.00.00.00.00	Serv. De Coleta/Transp/Trat/Destin Final do Esgoto	2.167.683,00	
4.1.6.0.0.42.01.00.00.00	Tarifa de Coleta de Estogo Residencial	1.652.985,00	
4.1.6.0.0.42.02.00.00.00	Tarifa de Coleta de Esgoto Comercial	168.296,00	
4.1.6.0.0.42.03.00.00.00	Tarifa de Coleta de Esgoto Industrial	322.204,00	
4.1.6.0.0.42.04.00.00.00	Tarifa de Coleta de Esgoto Poderes Públicos	9.156,00	
4.1.6.0.0.42.05.00.00.00	Ligações de Esgoto	15.042,00	
4.1.6.0.0.48.00.00.00.00	Serviços de Religamento de Água	160.339,00	



4.1.6.0.0.99.00.00.00.00	Outros Serviços	131.781,00		
4.1.6.0.0.99.01.00.00.00	Desligamento de Água/Esgoto	7.957,00		
4.1.6.0.0.99.02.00.00.00	Taxa de Expediente	65.618,00		
4.1.6.0.0.99.03.00.00.00	Aferição de Hidrômetro	327,00		
4.1.6.0.0.99.04.00.00.00	Conservação	15.042,00		
4.1.6.0.0.99.05.00.00.00	Atualização do Padrão de Ligação	327,00		
4.1.6.0.0.99.06.00.00.00	Análises de Água	3.379,00		
4.1.6.0.0.99.07.00.00.00	Outras Receitas	39.131,00		
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES		229.009,00	
4.1.9.1.0.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora		152.055,00	
4.1.9.1.8.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outras Receitas	152.055,00		
4.1.9.1.8.99.00.00.00.00	Outras Multas e Juros de Mora	152.055,00		
4.1.9.2.0.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		50.685,00	
4.1.9.2.1.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES	3.270,00		
4.1.9.2.1.99.00.00.00.00	Outras Indenizações	3.270,00		
4.1.9.2.2.00.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES	47.415,00		
4.1.9.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituições	47.415,00		
4.1.9.2.2.99.01.00.00.00	Outras Restituições	47.415,00		
4.1.9.3.0.00.00.00.00.00	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA		24.743,00	
4.1.9.3.2.00.00.00.00.00	Receita da Dívida Ativa não tributária	24.743,00		
4.1.9.3.2.99.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Não Tributária de Outras Rec.	24.743,00		
4.1.9.3.2.99.01.00.00.00	Rec Div Ativ Não-Tribut de Outras Recit - Princ	24.743,00		
4.1.9.9.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS		1.526,00	
4.1.9.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	1.526,00		
4.1.9.9.0.99.11.00.00.00	Outras Receitas - SAMAE	1.526,00		
4.7.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS			214.403,00
4.7.6.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS		214.403,00	
4.7.6.0.0.41.00.00.00.00	Serv. De Captação/Adução/Trat/Res e Dist. de Água	196.200,00		
4.7.6.0.0.41.04.00.00.00	Tarifa de Água Poderes Públicos	196.200,00		
4.7.6.0.0.42.00.00.00.00	Serv. De Coleta/Transp/Trat/Destin Final do Esgoto	18.203,00		
4.7.6.0.0.42.04.00.00.00	Tarifa de Coleta de Esgoto Poderes Públicos	18.203,00		
Total das receitas:			22.678.737,00	
Total por fonte de recurso:			22.678.737,00	

Fonte recurso: 00.02.0089 - Alienação de Bens

## RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS

4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS			
4.2.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL			74.011,00
4.2.2.0.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS		74.011,00	
4.2.2.1.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS		74.011,00	
4.2.2.1.5.00.00.00.00.00	Alienação de Veículos	64.419,00		
4.2.2.1.5.00.00.00.00.23	Alienação de Veículos Diversos	64.419,00		
4.2.2.1.6.00.00.00.00.00	Alienação de Móveis e Utensílios	6.976,00		
4.2.2.1.6.00.00.00.00.23	Alienação de Móveis e Utensílios Diversos	6.976,00		
4.2.2.1.7.00.00.00.00.00	Alienação de Equipamentos	2.616,00		
4.2.2.1.7.00.00.00.00.23	Alienação de Equipamentos de Informática	2.616,00		
Total das receitas:			74.011,00	
Total por fonte de recurso:			74.011,00	
Total por entidade			22.795.803,00	

Entidade: 13 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS

Fonte recurso: 00.01.0000 - Recursos Ordinários

## TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS

4.0.0.0.0.00.00.00.00.000000	TRANSFERENCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA-INTRA OFSS			
4.5.0.0.0.00.00.00.00.000000	TRANSFERENCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA-INTRA OFSS			3.274.000,00
4.5.1.0.0.00.00.00.00.000000	TRANSFERENCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA-INTRA OFSS		3.274.000,00	
4.5.1.1.0.00.00.00.00.000000	TRANSFERENCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA-INTRA OFSS		3.274.000,00	
4.5.1.1.2.00.00.00.00.000000	TRANSFERENCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA-INTRA OFS	3.274.000,00		
4.5.1.1.2.00.00.01.00.000000	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	3.274.000,00		
4.5.1.1.2.00.00.01.00.000001	TRANSF. FINANC. A FMD - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS	3.274.000,00		
Total das transferências:			3.274.000,00	
Total por fonte de recurso:			3.274.000,00	

Fonte recurso: 00.02.0000 - Recursos de Outras Fontes - Exercício Corrente

## RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS

4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS			
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES			160.000,00
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL		8.500,00	
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS		1.000,00	
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	1.000,00		
4.1.3.2.5.02.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos de Recursos não Vinculados	1.000,00		
4.1.3.2.5.02.99.00.00.00	Remuneração de Depósitos de Recursos não Vinculados	1.000,00		
4.1.3.3.0.00.00.00.00.00	RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES		7.500,00	
4.1.3.3.3.00.00.00.00.00	Rec. Concessões e Permissões - Dir Uso Bens Públic	7.500,00		
4.1.3.3.3.01.00.00.00.00	Rec de Concessão de Direito Real Uso Área Pública	7.500,00		
4.1.3.3.3.01.01.00.00.00	Rec. de Concessão de Direito Real Uso Área Pública	7.500,00		
4.1.6.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS		148.500,00	
4.1.6.0.0.19.00.00.00.00	Serviços Recreativo e Culturais	148.500,00		
4.1.6.0.0.19.00.01.00.00	Serviços Recreativo e Culturais	148.500,00		
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES		3.000,00	

4.1.9.2.0.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		2.000,00	
4.1.9.2.0.00.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES	2.000,00		
4.1.9.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituições	2.000,00		
4.1.9.2.2.99.00.01.00.00	Outras Restituições	2.000,00		
4.1.9.9.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS		1.000,00	
4.1.9.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	1.000,00		
4.1.9.9.0.99.00.12.00.00	Outras Receitas - Diversas - Prefeitura	1.000,00		
Total das receitas:				160.000,00
Total por fonte de recurso:				160.000,00

Fonte recurso: 00.02.0024 - Transferência de Convênios - Outros não Relacionados a Educação/saúde/Assistência S

#### RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS

4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS			
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES			1.651.000,00
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL		1.000,00	
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS		1.000,00	
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	1.000,00		
4.1.3.2.5.01.00.00.00.00	Receita de Remun. de Outros Dep. Banc. de Recursos Vinculados	1.000,00		
4.1.3.2.5.01.99.00.00.00	Receita de Remun. de Outros Dep. Banc. de Recursos Vinculados	1.000,00		
4.1.3.2.5.01.99.98.00.00	Receita de Remun. de Outros Dep. Banc. de Recursos Vinculados	1.000,00		
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		1.650.000,00	
4.1.7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS		1.650.000,00	
4.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União	1.650.000,00		
4.1.7.2.1.99.00.00.00.00	Outras Transferências da União	1.650.000,00		
4.1.7.2.1.99.00.01.00.00	Outras Transferências da União	1.650.000,00		
Total das receitas:				1.651.000,00
Total por fonte de recurso:				1.651.000,00
Total por entidade				5.085.000,00

Entidade: 14 - FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO BENTO DO SUL

Fonte recurso: 00.01.0000 - Recursos Ordinários

#### RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS

4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS			
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES			1.000,00
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL		1.000,00	
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS		1.000,00	
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	1.000,00		
4.1.3.2.5.02.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos de Recursos não Vinculados	1.000,00		
4.1.3.2.5.02.99.00.00.00	Remuneração de Outros Depósitos de Recursos não vinculados	1.000,00		
4.1.3.2.5.02.99.01.00.00	Remun. de Outros Dep. de Recursos não vinculados 1	1.000,00		
Total das receitas:				1.000,00

#### TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS

4.0.0.0.0.00.00.00.00.000000	TRANSFERENCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA-INTRA OFSS			
4.5.0.0.0.00.00.00.00.000000	TRANSFERENCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA-INTRA OFSS			1.898.600,00
4.5.1.0.0.00.00.00.00.000000	TRANSFERENCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA-INTRA OFSS		1.898.600,00	
4.5.1.1.0.00.00.00.00.000000	TRANSFERENCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA-INTRA OFSS		1.898.600,00	
4.5.1.1.2.00.00.00.00.000000	TRANSFERENCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA-INTRA OFS	1.898.600,00		
4.5.1.1.2.00.00.01.00.000000	TRANSF. FINANC. A FC - FUNDAÇÃO CULTURAL	1.898.600,00		
4.5.1.1.2.00.00.01.00.000001	TRANSF. FINANC. A FC - FUNDAÇÃO CULTURAL	1.898.600,00		
Total das transferências:				1.898.600,00
Total por fonte de recurso:				1.899.600,00

Fonte recurso: 00.02.0000 - Recursos de Outras Fontes - Exercício Corrente

#### RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS

4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS			
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES			40.000,00
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL		17.000,00	
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS		1.000,00	
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	1.000,00		
4.1.3.2.5.02.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos de Recursos não Vinculados	1.000,00		
4.1.3.2.5.02.99.00.00.00	Remuneração de Outros Depósitos de Recursos não vinculados	1.000,00		
4.1.3.2.5.02.99.02.00.00	Remun. de Outros Depósitos de Rec. não vinculados 2	1.000,00		
4.1.3.3.0.00.00.00.00.00	RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES		16.000,00	
4.1.3.3.3.00.00.00.00.00	Rec. Concessões e Permissões - Dir Uso Bens Públic	16.000,00		
4.1.3.3.3.01.00.00.00.00	Rec de Concessão de Direito Real Uso Área Pública	9.000,00		
4.1.3.3.3.02.00.00.00.00	Rec de Outorga de Dir Uso/Explor de Criação Proteg	7.000,00		
4.1.3.3.3.02.00.01.00.00	Receita de Outorga Direto de Uso/Exploração de Criação Protegida - Instituiç	7.000,00		
4.1.6.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS		15.000,00	
4.1.6.0.0.19.00.00.00.00	Serviços Recreativo e Culturais	15.000,00		
4.1.6.0.0.19.00.01.00.00	Serviços Recreativo e Culturais	15.000,00		
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES		8.000,00	
4.1.9.1.0.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora		1.000,00	
4.1.9.1.2.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora das Contribuições	1.000,00		
4.1.9.1.2.99.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora de Outras Contribuições	1.000,00		
4.1.9.1.2.99.01.00.00.00	M/J de Mora de Outras Contrib - Principal	1.000,00		
4.1.9.2.0.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		7.000,00	
4.1.9.2.2.00.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES	7.000,00		
4.1.9.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituições	7.000,00		
4.1.9.2.2.99.01.00.00.00	Outras Restituições	5.000,00		
4.1.9.2.2.99.02.00.00.00	Outras Restituições	2.000,00		

Total das receitas: 40.000,00  
Total por fonte de recurso: 40.000,00

Fonte recurso: 00.02.0024 - Transferência de Convênios - Outros não Relacionados a Educação/saúde/Assistência S

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS

4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS		
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES		1.462.000,00
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.462.000,00	
4.1.7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	1.227.000,00	
4.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União	1.227.000,00	
4.1.7.2.1.99.00.00.00.00	Outras Transferências da União	1.227.000,00	
4.1.7.2.1.99.00.01.00.00	Outras Transferências da União	1.227.000,00	
4.1.7.3.0.00.00.00.00.00	Transferências de Instituições Privadas		170.000,00
4.1.7.3.0.00.00.01.00.00	Transferências de Instituições Privadas	170.000,00	
4.1.7.3.0.00.00.01.01.00	Transferências de Instituições Privadas	170.000,00	
4.1.7.7.0.00.00.00.00.00	Transferências para o Combate à Fome		65.000,00
4.1.7.7.2.00.00.00.00.00	Provenientes de Pessoas Jurídicas	65.000,00	
4.2.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL		1.140.000,00
4.2.4.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.140.000,00	
4.2.4.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	50.000,00	
4.2.4.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	50.000,00	
4.2.4.2.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	50.000,00	
4.2.4.2.2.99.00.01.00.00	Outras Transferências dos Estados	50.000,00	
4.2.4.3.0.00.00.00.00.00	Transf. de Instituições Privadas		190.000,00
4.2.4.3.0.00.00.01.00.00	Transf. de Instituições Privadas	190.000,00	
4.2.4.3.0.00.00.01.01.00	Transferências de Instituições Privadas	190.000,00	
4.2.4.7.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS		900.000,00
4.2.4.7.1.00.00.00.00.00	Transf. Convênios da União e de suas Entidades	900.000,00	
4.2.4.7.1.99.00.00.00.00	Outras Transferências de Convênios da União	900.000,00	
4.2.4.7.1.99.00.01.00.00	Outras Transferências de Convênios da União	900.000,00	
	Total das receitas:		2.602.000,00
	Total por fonte de recurso:		2.602.000,00

Fonte recurso: 00.02.0025 - Transferências de Convênios - Estado/Outros (não relacionados à educação/saúde assis

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS

4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS		
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES		75.000,00
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	75.000,00	
4.1.7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	75.000,00	
4.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	75.000,00	
4.1.7.2.2.99.00.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	75.000,00	
4.1.7.2.2.99.00.99.00.00	Outras Transferências dos Estados - Outros	75.000,00	
	Total das receitas:		75.000,00
	Total por fonte de recurso:		75.000,00

Fonte recurso: 00.02.0089 - Alienação de Bens

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS

4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS		
4.2.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL		1.000,00
4.2.2.0.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS	1.000,00	
4.2.2.1.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	1.000,00	
4.2.2.1.9.00.00.00.00.00	Alienação de Outros Bens Móveis	1.000,00	
4.2.2.1.9.00.01.00.00.00	Alienação de Outros Bens Móveis	1.000,00	
	Total das receitas:		1.000,00
	Total por fonte de recurso:		1.000,00
	Total por entidade:		4.617.600,00

Entidade: 15 - CAMARA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL

Fonte recurso: 00.01.0000 - Recursos Ordinários

TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS

4.0.0.0.0.00.00.00.00.000000	TRANSFERENCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA-INTRA OFSS		
4.5.0.0.0.00.00.00.00.000000	TRANSFERENCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA-INTRA OFSS		3.400.000,00
4.5.1.0.0.00.00.00.00.000000	TRANSFERENCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA-INTRA OFSS	3.400.000,00	
4.5.1.1.0.00.00.00.00.000000	TRANSFERENCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA-INTRA OFSS	3.400.000,00	
4.5.1.1.2.00.00.00.00.000000	TRANSFERENCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA-INTRA OFSS	3.400.000,00	
4.5.1.1.2.00.00.01.00.000000	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRA RECEBIDAS	3.400.000,00	
4.5.1.1.2.00.00.01.00.000001	TRANSF. FINANCEIRA A CMSBS - CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL	3.400.000,00	
	Total das transferências:		3.400.000,00
	Total por fonte de recurso:		3.400.000,00
	Total por entidade:		3.400.000,00
	Total geral:		372.240.551,05

Lei Orçamentaria Anual 2016

página 1/15

Natureza da Despesa por Categoria Econômica (Anexo 2 da Lei nº 4320/64)

Código	Especificação	Elemento	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
Entidade: 1 - PREFEITURA DE SÃO BENTO DO SUL				
Fonte de Recurso: 00.01.0000 Recursos Ordinários				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			43.324.889,00
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		28.367.488,00	
3.1.71.00.00.00.00.00	Transf. A Consórcios Públicos		32.694,00	
3.1.71.70.00.00.00.00	Rateio pela Participação em Consórcio Público	32.694,00		
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		25.437.285,00	
3.1.90.01.00.00.00.00	Aposentadorias e Reformas	20.000,00		
3.1.90.03.00.00.00.00	Pensões	60.000,00		
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoa Civil	22.813.480,00		
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais	1.386.215,00		
3.1.90.16.00.00.00.00	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	1.153.590,00		
3.1.90.94.00.00.00.00	Indenizações Restituições Trabalhistas	4.000,00		
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias		2.897.509,00	
3.1.91.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais - Op.Intra-Orçamentárias	2.897.509,00		
3.2.00.00.00.00.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA		443.400,00	
3.2.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		344.000,00	
3.2.90.21.00.00.00.00	Juros sobre a Dívida por Contrato	212.000,00		
3.2.90.22.00.00.00.00	Outros Encargos sobre a Dívida por Contrato	132.000,00		
3.2.91.00.00.00.00.00	Juros sobre a Dívida por Contrato		99.400,00	
3.2.91.21.00.00.00.00	Juros sobre a Dívida por Contrato	99.400,00		
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		14.514.001,00	
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lu		1.118.920,00	
3.3.50.41.00.00.00.00	Contribuições	1.005.320,00		
3.3.50.43.00.00.00.00	Subvenções Sociais	113.600,00		
3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos		65.746,00	
3.3.71.70.00.00.00.00	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	65.746,00		
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		13.209.405,00	
3.3.90.08.00.00.00.00	Outros Benefícios Assistenciais	52.000,00		
3.3.90.14.00.00.00.00	Diárias - Civil	56.960,00		
3.3.90.18.00.00.00.00	Auxílio Financeiro a Estudantes	38.930,00		
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	3.513.345,00		
3.3.90.31.00.00.00.00	Premiações Culturais;Artist.Cientif.Despor.e Out	6.200,00		
3.3.90.32.00.00.00.00	Material de Distribuição Gratuita	169.500,00		
3.3.90.33.00.00.00.00	Passagens e Despesas com Locomocao	18.800,00		
3.3.90.35.00.00.00.00	Serviços de Consultoria	78.000,00		
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa física	242.000,00		
3.3.90.37.00.00.00.00	Locação de Mao-de-obra	201.674,00		
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	3.970.078,00		
3.3.90.46.00.00.00.00	Auxílio-Alimentação	1.316.242,00		
3.3.90.47.00.00.00.00	Obrigações tributarias e Contributivas	1.675.246,00		
3.3.90.48.00.00.00.00	Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas	150.000,00		
3.3.90.91.00.00.00.00	Sentenças Judiciais	1.640.000,00		
3.3.90.92.00.00.00.00	Despesas de Exercícios Anteriores	1.000,00		
3.3.90.93.00.00.00.00	Indenizações e Restituições	79.430,00		
3.3.91.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op. Entre Órgãos		78.250,00	
3.3.91.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	59.690,00		
3.3.91.47.00.00.00.00	Obrigações Tributarias e Contributivas	18.560,00		
3.3.93.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op. Entre Órgãos		41.680,00	
3.3.93.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	41.680,00		
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			5.736.141,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		1.828.180,00	
4.4.50.00.00.00.00.00	Transf. A instituições Privadas s/ fins lucrativos		5.000,00	
4.4.50.42.00.00.00.00	Auxílios	5.000,00		
4.4.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consorcios Públicos		4.930,00	
4.4.71.70.00.00.00.00	Rateio pela Participação em Consorcio Público	4.930,00		
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		1.818.250,00	
4.4.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	1.000,00		
4.4.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de terceiros - Pessoa Jurídica	1.000,00		
4.4.90.51.00.00.00.00	Obras e instalações	1.550.100,00		
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	220.150,00		
4.4.90.61.00.00.00.00	Aquisições de Imóveis	46.000,00		
4.5.00.00.00.00.00.00	INVERSOES FINANCEIRAS		2.500,00	
4.5.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		2.500,00	
4.5.90.61.00.00.00.00	Aquisições de Imóveis	2.500,00		
4.6.00.00.00.00.00.00	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA		3.905.461,00	
4.6.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		3.707.431,00	
4.6.90.71.00.00.00.00	Principal da Dívida Contratual Resgatado	3.707.431,00		
4.6.91.00.00.00.00.00	Aplic. Direta entre Órgãos		198.030,00	
4.6.91.71.00.00.00.00	Principal da Dívida Contratual Resgatado	198.030,00		
9.0.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTIGÊNCIA			300.000,00
9.9.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTIGÊNCIA		300.000,00	
9.9.99.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTIGÊNCIA		300.000,00	
9.9.99.99.00.00.00.00	Reserva de contingencia	300.000,00		
			Total das Despesas	49.361.030,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS				
3.0.0.0.0.00.00.00.00.00.000000	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - INTRA OFSS			13.822.400,00
3.5.0.0.0.00.00.00.00.000000	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - INTRA OFSS		13.822.400,00	
3.5.1.0.0.00.00.00.00.000000	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - INTRA OFSS		13.822.400,00	
3.5.1.1.0.00.00.00.00.000000	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - INTRA OFSS	13.822.400,00		
3.5.1.1.2.00.00.00.00.000000	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - INTRA OFSS	13.822.400,00		
3.5.1.1.2.00.00.01.00.000000	Transferência financeira concedida para execução orçamentária	13.822.400,00		
3.5.1.1.2.00.00.01.00.000001	TRANS. FINANC. AO FMD - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DESPORTE	3.274.000,00		
3.5.1.1.2.00.00.01.00.000002	TRANS. FINANC. AO FC - FUNDAÇÃO CULTURAL	1.898.600,00		

Lei Orçamentaria Anual 2016

página 2/15

Natureza da Despesa por Categoria Econômica (Anexo 2 da Lei nº 4320/64)

Código	Especificação	Elemento	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
Entidade: 1 - PREFEITURA DE SÃO BENTO DO SUL				
Fonte de Recurso: 00.01.0000 Recursos Ordinários				
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS				
3.5.1.1.2.00.00.01.00.000004	TRANS. FINANC. A EMHAB - EMPRESA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO	1.906.800,00		
3.5.1.1.2.00.00.01.00.000006	TRANS. FINANC. AO IPRESBS - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE SÃO BENTO DO SUL	3.343.000,00		
3.5.1.1.2.00.00.01.00.000007	TRANS. FINANC. A CMSBS - CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL	3.400.000,00		
			total das despesas	13.822.000,00
			total da fonte recurso	63.183.430,00
Fonte recurso: 00.01.0001 Receita e Transferências Impostos - Educação				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			17.581.548,00
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		13.389.288,00	
3.1.90.00.00.00.00.00	aplicações diretas		7.121.288,00	
3.1.90.11.00.00.00.00	vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	6.396.248,00		
3.1.90.13.00.00.00.00	obrigações patronais	543.040,00		
3.1.90.16.00.00.00.00	outras despesas variáveis - pessoal civil	181.000,00		
3.1.90.94.00.00.00.00	indenizações restituições trabalhistas	1.000,00		
3.1.91.00.00.00.00.00	aplicações diretas - oper.intra-orçamentárias		6.268.000,00	
3.1.91.13.00.00.00.00	obrigações patronais - op.intra-orçamentárias	6.268.000,00		
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		4.192.260,00	
3.3.90.00.00.00.00.00	aplicações diretas		3.632.260,00	
3.3.90.14.00.00.00.00	diárias - civil	20.000,00		
3.3.90.18.00.00.00.00	auxílio financeiro a estudantes	20.800,00		
3.3.90.30.00.00.00.00	material de consumo	28.160,00		
3.3.90.31.00.00.00.00	premiações culturais, artist.cientif.despor. E out	1.000,00		
3.3.90.32.00.00.00.00	material de distribuição gratuita	31.500,00		
3.3.90.33.00.00.00.00	passagens e despesas com locomoção	10.000,00		
3.3.90.36.00.00.00.00	outros serviços de terceiros - pessoa física	115.000,00		
3.3.90.37.00.00.00.00	locação de mão-de-obra	70.000,00		
3.3.90.39.00.00.00.00	outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	627.800,00		
3.3.90.46.00.00.00.00	auxílio-alimentação	2.703.000,00		
3.3.90.47.00.00.00.00	obrigações tributárias e contributivas	5.000,00		
3.3.91.00.00.00.00.00	aplicação direta decorrente de op. Entre órgãos		560.000,00	
3.3.91.39.00.00.00.00	outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	550.000,00		
3.3.91.47.00.00.00.00	obrigações tributárias e contributivas	10.000,00		
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			30.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		30.000,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	aplicações diretas		30.000,00	
4.4.90.51.00.00.00.00	obras e instalações	20.000,00		
4.4.90.52.00.00.00.00	equipamentos e material permanente	10.000,00		
			total das despesas	17.611.548,00
			total da fonte recurso	17.611.548,00
Fonte recurso 00.01.0002 receitas e transferências de impostos saúde				
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS				
3.0.0.0.0.00.00.00.00.000000	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - INTRA OFSS			34.750.000,00
3.5.0.0.0.00.00.00.00.000000	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - INTRA OFSS		34.750.000,00	
3.5.1.0.0.00.00.00.00.000000	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - INTRA OFSS		34.750.000,00	
3.5.1.1.0.00.00.00.00.000000	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - INTRA OFSS	34.750.000,00		
3.5.1.1.2.00.00.00.00.000000	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - INTRA OFSS	34.750.000,00		
3.5.1.1.2.00.00.01.00.000000	Transferencias financeiras concedida para execução orçamentária	34.750.000,00		
3.5.1.1.2.00.00.01.00.000005	TRANSF.FINANC.AO FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	34.750.000,00		
			total das transferencias	34.750.000,00
			total da fonte recurso	34.750.000,00
Fonte recurso 00.01.0016 contribuição de intervenção de domínio econômico - cide				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			11.980,00
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		11.980,00	
3.3.90.00.00.00.00.00	aplicações diretas		11.980,00	
3.3.90.30.00.00.00.00	material de consumo	11.980,00		
			total das despesas	11.980,00
			total da fonte recurso	11.980,00
Fonte recurso 00.01.0017 contribuição para custeio dos serviços de iluminação pública - cosip				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			3.145.370,00
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		162.830,00	
3.1.90.00.00.00.00.00	aplicações diretas		156.230,00	
3.1.90.11.00.00.00.00	vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	134.000,00		
3.1.90.13.00.00.00.00	obrigações patronais	21.400,00		
3.1.90.16.00.00.00.00	outras despesas variáveis - pessoal civil	830,00		
3.1.91.00.00.00.00.00	aplicações diretas - oper.intra-orçamentárias		6.600,00	
3.1.91.13.00.00.00.00	obrigações patronais - op.intra-orçamentárias	6.600,00		
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		2.982.540,00	
3.3.90.00.00.00.00.00	aplicações diretas		2.982.540,00	
3.3.90.30.00.00.00.00	material de consumo	168.000,00		
3.3.90.36.00.00.00.00	outros serviços de terceiros - pessoa física	40.500,00		
3.3.90.39.00.00.00.00	outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	2.764.840,00		
3.3.90.46.00.00.00.00	auxílio-alimentação	6.500,00		
3.3.90.37.00.00.00.00	obrigações tributárias e contributivas	2.700,00		
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			140.060,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		140.060,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	aplicações diretas		140.060,00	
4.4.90.51.00.00.00.00	obras e instalações	135.060,00		

Lei Orçamentaria Anual 2016

página 3/15

Natureza da Despesa por Categoria Econômica (Anexo 2 da Lei nº 4320/64)

Código	Especificação	Elemento	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
Entidade: 1 - PREFEITURA DE SÃO BENTO DO SUL				
Fonte de Recurso: 00.01.0017 contribuição para custeio dos serviços de iluminação pública - cosip				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.4.90.52.00.00.00.00	equipamentos e material permanente	5.000,00		
			total das despesas	3.285.430,00
			total da fonte recurso	3.285.430,00
Fonte recurso 00.01.0018 transferências do fundeb - (aplic. Na remun. Dos prof. Magis. Da Eb em efetivo exercício)				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			30.439.750,00
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		30.439.750,00	
3.1.90.00.00.00.00.00	aplicações diretas		30.439.750,00	
3.1.90.11.00.00.00.00	vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	28.518.040,00		
3.1.90.13.00.00.00.00	obrigações patronais	1.893.410,00		
3.1.90.16.00.00.00.00	outras despesas variáveis - pessoal civil	28.300,00		
			total das despesas	30.439.750,00
			total da fonte recurso	30.439.750,00
fonte recurso 00.01.0019 transferencias do fundeb (aplicações em outras despesas da educação básica)				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			10.878.120,00
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		10.878.120,00	
3.1.90.00.00.00.00.00	aplicações diretas		10.878.120,00	
3.1.90.11.00.00.00.00	vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	9.426.590,00		
3.1.90.13.00.00.00.00	obrigações patronais	1.313.800,00		
3.1.90.16.00.00.00.00	outras despesas variáveis - pessoal civil	137.730,00		
			total das despesas	10.878.120,00
			total da fonte recurso	10.878.120,00
Fonte recurso 00.01.0022 transferencia de convenios - educação				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			20.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		20.000,00	
3.3.90.00.00.00.00.00	aplicações diretas		20.000,00	
3.3.90.30.00.00.00.00	material de consumo	20.000,00		
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			525.190,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		525.190,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	aplicações diretas		525.190,00	
4.4.90.51.00.00.00.00	obras e instalações	245.190,00		
4.4.90.52.00.00.00.00	equipamentos e material permanente	280.000,00		
			total das despesas	545.190,00
			total da fonte recurso	545.190,00
fonte recurso 00.01.0024 transferências de convenios - outros não relacionados a educação/saude/assistencia social				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			925.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		925.000,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	aplicações diretas		925.000,00	
4.4.90.51.00.00.00.00	obras e instalações	925.000,00		
			total das despesas	925.000,00
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS				
3.0.0.0.0.00.00.00.00.000000	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - INTRA OFSS			2.500.000,00
3.5.0.0.0.00.00.00.00.000000	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - INTRA OFSS		2.500.000,00	
3.5.1.0.0.00.00.00.00.000000	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - INTRA OFSS		2.500.000,00	
3.5.1.1.0.00.00.00.00.000000	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - INTRA OFSS	2.500.000,00		
3.5.1.1.2.00.00.00.00.000000	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - INTRA OFSS	2.500.000,00		
3.5.1.1.2.00.00.01.00.000000	transferencia financeira concedida para execução orçamentária	2.500.000,00		
3.5.1.1.2.00.00.01.00.000009	TRANSF.FINANC. CONVENIOS A EMHAB - EMPRESA DE HABITAÇÃO MUNICIPAL	2.500.000,00		
			total das despesas	2.500.000,00
			total da fonte recurso	3.425.000,00
fonte recurso 00.01.0025 transferencias de convenios - estado/outros (não relacionados à educação/saude/assistencia social)				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			150.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		150.000,00	
3.3.90.00.00.00.00.00	aplicações diretas		150.000,00	
3.3.90.30.00.00.00.00	material de consumo	150.000,00		
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			4.072.926,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		4.072.926,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	aplicações diretas		4.072.926,00	
4.4.90.51.00.00.00.00	obras e instalações	3.922.926,00		
4.4.90.52.00.00.00.00	equipamentos e material permanente	150.000,00		
			total das despesas	4.222.926,00
			total da fonte recurso	4.222.926,00
fonte recurso 00.01.0031 transferência de convenios - união/assistencia social				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			200.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		200.000,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	aplicações diretas		200.000,00	
4.4.90.51.00.00.00.00	obras e instalações	200.000,00		
			total das despesas	200.000,00
			total da fonte recurso	200.000,00



Lei Orçamentaria Anual 2016

página 4/15

Natureza da Despesa por Categoria Econômica (Anexo 2 da Lei nº 4320/64)

Código	Especificação	Elemento	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
Entidade: 1 - PREFEITURA DE SÃO BENTO DO SUL				
fonte recurso 00.01.0045 outras transferências decorrentes de compensação financeira pela exploração de recurso				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			581.280,00
3.3.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		581.280,00	
3.3.90.00.00.00.00	aplicações diretas		581.280,00	
3.3.90.30.00.00.00	material de consumo	575.680,00		
3.3.90.47.00.00.00	obrigações tributárias e contributivas	5.600,00		
			total das despesas	581.280,00
			total da fonte recurso	581.280,00
fonte recurso 00.01.0048 programa de atenção à criança - PAC				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			120.000,00
3.3.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		120.000,00	
3.3.90.00.00.00.00	aplicações diretas		120.000,00	
3.3.90.30.00.00.00	material de consumo	27.000,00		
3.3.90.32.00.00.00	material de distribuição gratuita	35.000,00		
3.3.90.36.00.00.00	outros serviços de terceiros - pessoa física	20.000,00		
3.3.90.39.00.00.00	outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	35.000,00		
3.3.90.47.00.00.00	obrigações tributárias e contributivas	3.000,00		
			total das despesas	120.000,00
			total da fonte recurso	120.000,00
fonte recurso 00.01.0049 programa pessoa portadora de deficiência física - ppd				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			14.792,00
3.3.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		14.792,00	
3.3.50.00.00.00.00	transferências a instituições privadas sem fins lu		14.792,00	
3.3.50.43.00.00.00	subverções sociais	14.792,00		
			total das despesas	14.792,00
			total da fonte recurso	14.792,00
fonte recurso 00.01.0050 programa de erradicação do trabalho infantil				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			13.750,00
3.3.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		13.750,00	
3.3.90.00.00.00.00	aplicações diretas		13.750,00	
3.3.90.39.00.00.00	outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	13.750,00		
			total das despesas	13.750,00
			total da fonte recurso	13.750,00
fonte recurso 00.01.0052 outras transferências de recursos para o fundo de assistência social				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			922.277,00
3.1.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		278.000,00	
3.1.90.00.00.00.00	aplicações diretas		278.000,00	
3.1.90.11.00.00.00	vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	240.000,00		
3.1.90.13.00.00.00	obrigações patronais	38.000,00		
3.3.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		644.277,00	
3.3.90.00.00.00.00	aplicações diretas		644.277,00	
3.3.90.14.00.00.00	diárias - civil	6.000,00		
3.3.90.30.00.00.00	material de consumo	165.000,00		
3.3.90.32.00.00.00	material de distribuição gratuita	109.500,00		
3.3.90.33.00.00.00	passagens e despesas com locomoção	6.000,00		
3.3.90.36.00.00.00	outros serviços de terceiros - pessoa física	79.500,00		
3.3.90.39.00.00.00	outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	120.277,00		
3.3.90.47.00.00.00	obrigações tributárias e contributivas	18.000,00		
3.3.90.48.00.00.00	outros auxílios financeiros a pessoas físicas	140.000,00		
4.0.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			89.000,00
4.4.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		89.000,00	
4.4.90.00.00.00.00	aplicações diretas		89.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	obras e instalações	15.000,00		
4.4.00.52.00.00.00	equipamentos e material permanente	74.000,00		
			total das despesas	1.011.277,00
			total da fonte recurso	1.011.277,00
fonte recurso 00.01.0054 convenio de trânsito - militar				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			41.400,00
3.3.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		41.400,00	
3.3.90.00.00.00.00	aplicações diretas		41.400,00	
3.3.90.30.00.00.00	material de consumo	24.000,00		
3.3.90.36.00.00.00	outros serviços de terceiros - pessoa física	500,00		
3.3.90.39.00.00.00	outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	13.900,00		
3.3.90.47.00.00.00	obrigações tributárias e contributivas	3.000,00		
4.0.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			96.450,00
4.4.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		96.450,00	
4.4.90.00.00.00.00	aplicações diretas		96.450,00	
4.4.90.52.00.00.00	equipamentos e material permanente	96.450,00		
			total das despesas	137.850,00
			total da fonte recurso	137.850,00
fonte recurso 00.01.0055 convenio de transito - policia civil				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			49.480,00

Lei Orçamentaria Anual 2016

página 5/15

Natureza da Despesa por Categoria Econômica (Anexo 2 da Lei nº 4320/64)

Código	Especificação	Elemento	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
Entidade: 1 - PREFEITURA DE SÃO BENTO DO SUL				
fonte recurso 00.01.0055 convênio de transito - policia civil				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		49.480,00	
3.3.90.00.00.00.00.00	aplicações diretas		49.480,00	
3.3.90.30.00.00.00.00	material de consumo	30.530,00		
3.3.90.36.00.00.00.00	outros serviços de terceiros - pessoa física	2.000,00		
3.3.90.39.00.00.00.00	outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	14.950,00		
3.3.90.47.00.00.00.00	obrigações tributárias e contributivas	2.000,00		
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			101.480,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		101.480,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	aplicações diretas		101.480,00	
4.4.90.52.00.00.00.00	equipamentos e material permanente	101.480,00		
			total das despesas	150.960,00
			total da fonte recurso	150.960,00
fonte recurso 00.01.0056 convênio transito - prefeitura				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			1.789.870,00
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		1.789.870,00	
3.3.90.00.00.00.00.00	aplicações diretas		1.785.390,00	
3.3.90.14.00.00.00.00	diárias - civil	2.000,00		
3.3.90.30.00.00.00.00	material de consumo	94.900,00		
3.3.90.31.00.00.00.00	premiações culturais, artist,cientif.despor. E out	1.000,00		
3.3.90.33.00.00.00.00	passagens e despesas com locomoção	1.000,00		
3.3.90.36.00.00.00.00	outros serviços de terceiros - pessoa física	112.950,00		
3.3.90.39.00.00.00.00	outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	1.568.910,00		
3.3.90.47.00.00.00.00	obrigações tributárias e contributivas	4.630,00		
3.3.91.00.00.00.00.00	aplicações diretas decorrentes de op. Entre órgãos		4.480,00	
3.3.91.39.00.00.00.00	outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	1.000,00		
3.3.91.47.00.00.00.00	obrigações tributárias e contributivas	3.480,00		
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			63.820,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		63.820,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	aplicações diretas		63.820,00	
4.4.90.30.00.00.00.00	material de consumo	1.000,00		
4.4.90.39.00.00.00.00	outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	1.000,00		
4.4.90.51.00.00.00.00	obras e instalações	54.100,00		
4.4.90.52.00.00.00.00	equipamentos e material permanente	7.720,00		
			total das despesas	1.853.690,00
			total da fonte recurso	1.853.690,00
fonte recurso 00.01.0058 salário educação				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			3.984.940,00
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		3.984.940,00	
3.3.90.00.00.00.00.00	aplicações diretas		3.984.940,00	
3.3.90.30.00.00.00.00	material de consumo	700.000,00		
3.3.90.32.00.00.00.00	material de distribuição gratuita	1.500.000,00		
3.3.90.36.00.00.00.00	outros serviços de terceiros - pessoa física	500,00		
3.3.90.39.00.00.00.00	outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	1.784.440,00		
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			222.550,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		222.550,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	aplicações diretas		222.550,00	
4.4.90.51.00.00.00.00	obras e instalações	100.000,00		
4.4.90.52.00.00.00.00	equipamentos e material permanente	122.550,00		
			total das despesas	4.207.490,00
			total da fonte recurso	4.207.490,00
fonte recurso 00.01.0060 programa nacional de alimentação escolar - pnae				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			1.244.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		1.244.000,00	
3.3.90.00.00.00.00.00	aplicações diretas		1.244.000,00	
3.3.90.30.00.00.00.00	material de consumo	1.244.000,00		
			total das despesas	1.244.000,00
			total da fonte recurso	1.244.000,00
fonte recurso 00.01.0061 programa nacional de apoio ao transporte escolar - pnate				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			829.690,00
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		829.690,00	
3.3.90.00.00.00.00.00	aplicações diretas		829.690,00	
3.3.90.32.00.00.00.00	material de distribuição gratuita	726.690,00		
3.3.90.39.00.00.00.00	outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	103.000,00		
			total das despesas	829.690,00
			total da fonte recurso	829.690,00
fonte recurso 00.01.0062 outros recursos do fundo nacional de desenvolvimento da educação - fnde				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			275.000,00
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		125.000,00	
3.1.90.00.00.00.00.00	aplicações diretas		100.000,00	
3.1.90.11.00.00.00.00	vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	100.000,00		
3.1.91.00.00.00.00.00	aplicações diretas - op.intra-orçamentárias		25.000,00	
3.1.91.13.00.00.00.00	obrigações patronais - op.intra-orçamentárias	25.000,00		

Lei Orçamentaria Anual 2016

página 6/15

Natureza da Despesa por Categoria Econômica (Anexo 2 da Lei nº 4320/64)

Código	Especificação	Elemento	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
Entidade: 1 - PREFEITURA DE SÃO BENTO DO SUL				
fonte recurso 00.01.0062 outros recursos do fundo nacional de desenvolvimento da educação - fnde				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		150.000,00	
3.3.90.00.00.00.00.00	aplicações diretas		150.000,00	
3.3.90.30.00.00.00.00	material de consumo	100.000,00		
3.3.90.39.00.00.00.00	outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	50.000,00		
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			366.480,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		366.480,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	aplicações diretas		366.480,00	
4.4.90.51.00.00.00.00	obras e instalações	116.480,00		
4.4.90.52.00.00.00.00	equipamentos e material permanente	250.000,00		
			total das despesas	641.480,00
			total da fonte recurso	641.480,00
fonte recurso 00.01.0063 bolsa família				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			118.733,00
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		118.733,00	
3.3.90.00.00.00.00.00	aplicações diretas		118.733,00	
3.3.90.14.00.00.00.00	diárias - civil	5.000,00		
3.3.90.30.00.00.00.00	material de consumo	43.733,00		
3.3.90.32.00.00.00.00	material de distribuição gratuita	25.000,00		
3.3.90.36.00.00.00.00	outros serviços de terceiros - pessoa física	5.000,00		
3.3.90.39.00.00.00.00	outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	37.000,00		
3.3.90.47.00.00.00.00	obrigações tributárias e contributivas	3.000,00		
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			30.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		30.000,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	aplicações diretas		30.000,00	
4.4.90.52.00.00.00.00	equipamentos e material permanente	30.000,00		
			total das despesas	148.733,00
			total da fonte recurso	148.733,00
fonte recurso 00.01.0077 fia imposto de renda				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			67.510,00
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		67.510,00	
3.3.50.00.00.00.00.00	transferências a instituições privadas sem fins li		50.000,00	
3.3.50.41.00.00.00.00	contribuições	50.000,00		
3.3.90.00.00.00.00.00	aplicações diretas		17.510,00	
3.3.90.14.00.00.00.00	diárias - civil	2.000,00		
3.3.90.30.00.00.00.00	material de consumo	2.000,00		
3.3.90.32.00.00.00.00	material de distribuição gratuita	2.500,00		
3.3.90.36.00.00.00.00	outros serviços de terceiros - pessoa física	2.500,00		
3.3.90.39.00.00.00.00	outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	8.010,00		
3.3.90.47.00.00.00.00	obrigações tributárias e contributivas	500,00		
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			500,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		500,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	aplicações diretas		500,00	
4.4.90.52.00.00.00.00	equipamentos e material permanente	500,00		
			total das despesas	68.010,00
			total da fonte recurso	68.010,00
fonte recurso 00.01.0083 operação de crédito internas - outros programas				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			12.283.530,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		12.283.530,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	aplicações diretas		12.283.530,00	
4.4.90.51.00.00.00.00	obras e instalações	12.283.530,00		
			total das despesas	12.283.530,00
			total da fonte recurso	12.283.530,00
fonte recurso 00.01.0089 alienação de bens destinados a outros programas				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			228.850,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		228.850,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	aplicações diretas		228.850,00	
4.4.90.52.00.00.00.00	equipamentos e material permanente	228.850,00		
			total das despesas	228.850,00
			total da fonte recurso	228.850,00
fonte recurso 00.01.0105 funrebom - bombeiros				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			159.600,00
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		159.600,00	
3.3.90.00.00.00.00.00	aplicações diretas		159.600,00	
3.3.90.30.00.00.00.00	material de consumo	80.000,00		
3.3.90.32.00.00.00.00	material de distribuição gratuita	1.000,00		
3.3.90.33.00.00.00.00	passagens e despesas com locomoção	500,00		
3.3.90.36.00.00.00.00	outros serviços de terceiros - pessoa física	500,00		
3.3.90.39.00.00.00.00	outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	77.000,00		
3.3.90.47.00.00.00.00	obrigações tributárias e contributivas	600,00		
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			525.990,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		525.990,00	

Lei Orçamentaria Anual 2016

página 7/15

Natureza da Despesa por Categoria Econômica (Anexo 2 da Lei nº 4320/64)

Código	Especificação	Elemento	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
Entidade: 1 - PREFEITURA DE SÃO BENTO DO SUL				
fonte recurso 00.01.0105 funrebom - bombeiros				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.4.90.00.00.00.00.00	aplicações diretas		525.990,00	
4.4.90.51.00.00.00.00	obras e instalações	125.250,00		
4.4.90.52.00.00.00.00	equipamentos e material permanente	400.740,00		
			total das despesas	685.590,00
			total da fonte recurso	685.590,00
fonte recurso 00.01.0106 serviços especiais facultativos policia militar				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			22.500,00
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		22.500,00	
3.3.90.00.00.00.00.00	aplicações diretas		22.500,00	
3.3.90.30.00.00.00.00	material de consumo	15.500,00		
3.3.90.36.00.00.00.00	outros serviços de terceiros - pessoa física	2.000,00		
3.3.90.39.00.00.00.00	outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	5.000,00		
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			179.950,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		179.950,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	aplicações diretas		179.950,00	
4.4.90.51.00.00.00.00	obras e instalações	110.000,00		
4.4.90.52.00.00.00.00	equipamentos e material permanente	69.950,00		
			total das despesas	202.450,00
			total da fonte recurso	202.450,00
fonte recurso 00.01.0110 fundo municipal de turismo				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			3.380,00
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		3.380,00	
3.3.50.00.00.00.00.00	transferencias a instituições privadas sem fins lu		1.000,00	
3.3.50.41.00.00.00.00	contribuições	1.000,00		
3.3.90.00.00.00.00.00	aplicações diretas		2.380,00	
3.3.90.30.00.00.00.00	material de consumo	1.000,00		
3.3.90.39.00.00.00.00	outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	1.380,00		
			total das despesas	3.380,00
			total da fonte recurso	3.380,00
fonte recurso 00.02.0000 recurso de outras fontes - exercício corrente				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			500.000,00
3.2.00.00.00.00.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA		500.000,00	
3.2.90.00.00.00.00.00	aplicações diretas		500.000,00	
3.2.90.21.00.00.00.00	juros sobre a divida por contrato	500.000,00		
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			1.500.000,00
4.6.00.00.00.00.00.00	AMORTIZAÇÃO DA DIVIDA		1.500.000,00	
4.6.90.00.00.00.00.00	aplicações diretas		1.500.000,00	
4.6.90.71.00.00.00.00	principal da divida contratual resgatado	1.500.000,00		
			total das despesas	2.000.000,00
			total da fonte recurso	2.000.000,00
fonte recurso 00.02.0023 transferências de convênios - saúde - estado				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.0.0.0.00.00.00.00.000000	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - INTRA OFSS			658.000,00
3.5.0.0.0.00.00.00.00.000000	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - INTRA OFSS		658.000,00	
3.5.1.0.0.00.00.00.00.000000	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - INTRA OFSS		658.000,00	
3.5.1.1.0.00.00.00.00.000000	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - INTRA OFSS	658.000,00		
3.5.1.1.2.00.00.00.00.000000	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - INTRA OFSS	658.000,00		
3.5.1.1.2.00.00.01.00.000000	transferencia financeira concedida para execução orçamentária	658.000,00		
3.5.1.1.2.00.00.01.00.000010	TRANSFERÊNCIA DE CONVENIOS AO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	658.000,00		
			total das despesas	658.000,00
			total da fonte recurso	658.000,00
fonte recurso 00.02.0065 atenção de média e alta complexidade ambulatorial				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			40.500,00
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		40.500,00	
3.3.90.00.00.00.00.00	aplicações diretas		40.500,00	
3.3.90.30.00.00.00.00	material de consumo	22.000,00		
3.3.90.36.00.00.00.00	outros serviços de terceiros - pessoa física	500,00		
3.3.90.39.00.00.00.00	outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	17.500,00		
3.3.90.47.00.00.00.00	obrigações tributarias e contributivas	500,00		
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			35.500,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		35.500,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	aplicações diretas		35.500,00	
4.4.90.52.00.00.00.00	equipamentos e material permanente	35.500,00		
			total das despesas	76.000,00
			total da fonte recurso	76.000,00
			total da entidade	195.714.176,00
Entidade 4 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				
fonte recurso 00.01.0002 receitas e transferências de imposto saúde				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			34.745.000,00
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		23.409.000,00	
3.1.90.00.00.00.00.00	aplicações diretas		19.800.000,00	

Lei Orçamentaria Anual 2016

página 8/15

Natureza da Despesa por Categoria Econômica (Anexo 2 da Lei nº 4320/64)

Código	Especificação	Elemento	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
Entidade 4 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				
fonte recurso 00.01.0002 receitas e transferências de imposto saúde				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.1.90.04.00.00.00	contratação por tempo determinado	125.000,00		
3.1.90.11.00.00.00	vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	18.060.000,00		
3.1.90.13.00.00.00	obrigações patronais	1.065.000,00		
3.1.90.16.00.00.00	outras despesas variáveis - pessoal civil	550.000,00		
3.1.91.00.00.00.00	aplicações diretas - oper.intra-orçamentárias		3.609.000,00	
3.1.91.13.00.00.00	obrigações patronais - oper.intra-orçamentárias	3.609.000,00		
3.3.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		11.336.000,00	
3.3.50.00.00.00.00	transferências a instituições privadas sem fins lu		720.000,00	
3.3.50.41.00.00.00	contribuições	720.000,00		
3.3.71.00.00.00.00	transferências a consórcios públicos		480.000,00	
3.3.71.70.00.00.00	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSORCIO PÚBLICO	480.000,00		
3.3.90.00.00.00.00	aplicações diretas		10.126.000,00	
3.3.90.14.00.00.00	diárias - civil	160.000,00		
3.3.90.18.00.00.00	auxílio financeiro a estudantes	40.000,00		
3.3.90.30.00.00.00	material de consumo	200.000,00		
3.3.90.32.00.00.00	material de distribuição gratuita	1.040.000,00		
3.3.90.33.00.00.00	passagens e despesas com locomoção	800.000,00		
3.3.90.36.00.00.00	outros serviços de terceiros - pessoa física	50.000,00		
3.3.90.37.00.00.00	locação de mão-de-obra	80.000,00		
3.3.90.39.00.00.00	outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	6.516.000,00		
3.3.90.46.00.00.00	auxílio-alimentação	1.230.000,00		
3.3.90.47.00.00.00	obrigações tributárias e contributivas	6.000,00		
3.3.90.92.00.00.00	despesas de exercícios anteriores	4.000,00		
3.3.91.00.00.00.00	aplicação direta decorrente de op.entre órgãos		10.000,00	
3.3.91.39.00.00.00	outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	10.000,00		
4.0.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			40.000,00
4.4.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		40.000,00	
4.4.90.00.00.00.00	aplicações diretas		40.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	obras e instalações	20.000,00		
4.4.90.52.00.00.00	equipamentos e material permanente	20.000,00		
			total das despesas	34.785.000,00
			total da fonte recurso	34.785.000,00
fonte recurso 00.02.0000 recursos de outras fontes - exercício corrente				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			281.000,00
3.3.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		281.000,00	
3.3.90.00.00.00.00	aplicações diretas		281.000,00	
3.3.90.30.00.00.00	material de consumo	160.000,00		
3.3.90.39.00.00.00	outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	121.000,00		
4.0.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			24.000,00
4.4.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		24.000,00	
4.4.90.00.00.00.00	aplicações diretas		24.000,00	
4.4.90.52.00.00.00	equipamentos e materiais permanentes	24.000,00		
			total das despesas	305.000,00
			total da fonte recurso	305.000,00
fonte recurso 00.02.0023 transferencia de convênios - Saúde - Estado				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.0.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			658.000,00
4.4.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		658.000,00	
4.4.90.00.00.00.00	aplicações diretas		658.000,00	
4.4.90.51.00.00.00	obras e instalações	408.000,00		
4.4.90.52.00.00.00	equipamentos e materiais permanentes	250.000,00		
			total das despesas	658.000,00
			total da fonte recurso	658.000,00
fonte recurso 00.02.0057 serviço de atendimento móvel de urgência e emergência - SAMU				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			258.528,00
3.1.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		233.000,00	
3.1.90.00.00.00.00	aplicações diretas		233.000,00	
3.1.90.11.00.00.00	vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	233.000,00		
3.3.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		25.528,00	
3.3.90.00.00.00.00	aplicações diretas		25.528,00	
3.3.90.14.00.00.00	diárias - civil	5.000,00		
3.3.90.30.00.00.00	material de consumo	7.000,00		
3.3.90.36.00.00.00	outros serviços de terceiros - pessoa física	6.000,00		
3.3.90.39.00.00.00	outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	7.528,00		
4.0.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			4.500,00
4.4.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		4.500,00	
4.4.90.00.00.00.00	aplicações diretas		4.500,00	
4.4.90.52.00.00.00	equipamentos e material permanente	4.500,00		
			total das despesas	263.028,00
			total da fonte recurso	263.028,00
fonte recurso 00.02.0064 atenção básica				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			5.348.382,00
3.1.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		2.806.382,00	
3.1.90.00.00.00.00	aplicações diretas		2.806.382,00	
3.1.90.04.00.00.00	contratação por tempo determinado	1.331.382,00		

Lei Orçamentaria Anual 2016

página 9/15

Natureza da Despesa por Categoria Econômica (Anexo 2 da Lei nº 4320/64)

Código	Especificação	Elemento	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
Entidade 4 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				
fonte recurso 00.02.0000 recursos de outras fontes - exercício corrente				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.1.90.11.00.00.00.00	vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	1.475.000,00		
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		2.542.000,00	
3.3.90.00.00.00.00.00	aplicações diretas		2.542.000,00	
3.3.90.14.00.00.00.00	diárias - civil	15.000,00		
3.3.90.30.00.00.00.00	material de consumo	1.060.000,00		
3.3.90.32.00.00.00.00	material de distribuição gratuita	792.000,00		
3.3.90.35.00.00.00.00	serviços de consultoria	15.000,00		
3.3.90.39.00.00.00.00	outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	660.000,00		
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			670.100,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		670.100,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	aplicações diretas		670.100,00	
4.4.90.51.00.00.00.00	obras e instalações	320.500,00		
4.4.90.52.00.00.00.00	equipamentos e material permanente	349.600,00		
			total das despesas	6.018.482,00
			total da fonte recurso	6.018.482,00
fonte recurso 00.02.0065 atenção de média e alta complexidade ambulatorial				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			15.292.350,00
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		385.000,00	
3.1.90.00.00.00.00.00	aplicações diretas		385.000,00	
3.1.90.11.00.00.00.00	vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	270.000,00		
3.1.90.13.00.00.00.00	obrigações patronais	25.000,00		
3.1.90.16.00.00.00.00	outras despesas variáveis - pessoal civil	70.000,00		
3.1.91.00.00.00.00.00	aplicações diretas - oper.intra-orçamentárias		20.000,00	
3.1.91.13.00.00.00.00	obrigações patronais - op.intra-orçamentárias	20.000,00		
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		14.907.350,00	
3.3.90.00.00.00.00.00	aplicações diretas		14.907.350,00	
3.3.90.14.00.00.00.00	diárias - civil	10.000,00		
3.3.90.30.00.00.00.00	material de consumo	165.000,00		
3.3.90.32.00.00.00.00	material de distribuição gratuita	5.000,00		
3.3.90.33.00.00.00.00	passagens e despesas com locomoção	5.000,00		
3.3.90.36.00.00.00.00	outros serviços de terceiros - pessoa física	80.000,00		
3.3.90.39.00.00.00.00	outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	14.642.350,00		
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			249.850,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		249.850,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	aplicações diretas		249.850,00	
4.4.90.51.00.00.00.00	obras e instalações	201.000,00		
4.4.90.52.00.00.00.00	equipamentos e material permanente	48.850,00		
			total das despesas	15.542.200,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS				
3.0.0.0.0.00.00.00.00.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - INTRA OFSS			70.000,00
3.5.0.0.0.00.00.00.00.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - INTRA OFSS		70.000,00	
3.5.1.0.0.00.00.00.00.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - INTRA OFSS		70.000,00	
3.5.1.1.0.00.00.00.00.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - INTRA OFSS	70.000,00		
3.5.1.1.2.00.00.00.00.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - INTRA OFSS	70.000,00		
3.5.1.1.2.00.00.01.00.00.00.00.00	TRANSF. FINANCEIRA - BOMBEIROS	70.000,00		
3.5.1.1.2.00.00.01.00.00.00.00.00	TRANSF. FINANCEIRA - BOMBEIROS	70.000,00		
			total das despesas	70.000,00
			total da fonte recurso	15.612.200,00
fonte recurso 00.02.0066 vigilância em saúde				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			381.775,00
3.1.00.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		8.000,00	
3.1.90.00.00.00.00.00.00	aplicações diretas		8.000,00	
3.1.90.16.00.00.00.00.00	outras despesas variáveis - pessoal civil	8.000,00		
3.3.00.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		373.775,00	
3.3.90.00.00.00.00.00.00	aplicações diretas		365.775,00	
3.3.90.14.00.00.00.00.00	diárias - civil	25.000,00		
3.3.90.30.00.00.00.00.00	material de consumo	123.775,00		
3.3.90.32.00.00.00.00.00	material de distribuição gratuita	60.000,00		
3.3.90.33.00.00.00.00.00	passagens e despesas com locomoção	10.000,00		
3.3.90.36.00.00.00.00.00	outros serviços de terceiros - pessoa física	14.000,00		
3.3.90.39.00.00.00.00.00	outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	130.000,00		
3.3.90.47.00.00.00.00.00	obrigações tributárias e contributivas	3.000,00		
3.3.91.00.00.00.00.00.00	aplicação direta decorrente de op.entre órgãos		8.000,00	
3.3.91.39.00.00.00.00.00	outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	8.000,00		
4.0.00.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			183.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		183.000,00	
4.4.90.00.00.00.00.00.00	aplicações diretas		183.000,00	
4.4.90.51.00.00.00.00.00	obras e instalações	60.000,00		
4.4.90.52.00.00.00.00.00	equipamentos e material permanente	123.000,00		
			total das despesas	564.775,00
			total da fonte recurso	564.775,00
fonte recurso 00.02.0067 assistência farmacêutica básica				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			908.500,00
3.3.00.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		908.500,00	
3.3.90.00.00.00.00.00.00	aplicações diretas		908.500,00	



Lei Orçamentaria Anual 2016

página 10/15

Natureza da Despesa por Categoria Econômica (Anexo 2 da Lei nº 4320/64)

Código	Especificação	Elemento	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
Entidade 4 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				
fonte recurso 00.02.0067 assistência farmacêutica básica				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.3.90.32.00.00.00.00	material de distribuição gratuita	908.500,00		
			total das despesas	908.500,00
			total da fonte recurso	908.500,00
fonte recurso 00.02.0070 gestão do SUS				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			5.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS APLICAÇÕES CORRENTES		5.000,00	
3.3.90.00.00.00.00.00	aplicações diretas		5.000,00	
3.3.90.14.00.00.00.00	diárias - civil	5.000,00		
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			5.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		5.000,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	aplicações diretas		5.000,00	
4.4.90.52.00.00.00.00	equipamentos e material permanente	5.000,00		
			total das despesas	10.500,00
			total da fonte recurso	10.500,00
			total da entidade	59.125.485,00
Entidade 9 - IPRESBS - INST. PREV. SERV. PUB. SÃO BENTO DO SUL				
fonte recurso 00.01.0000 recursos ordinários				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			3.343.000,00
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		3.343.000,00	
3.1.90.00.00.00.00.00	aplicações diretas		3.343.000,00	
3.1.90.01.00.00.00.00	aposentadorias e reformas	2.316.000,00		
3.1.90.03.00.00.00.00	pensões	1.026.000,00		
3.1.90.05.00.00.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	1.000,00		
			total das despesas	3.343.000,00
			total da fonte recurso	3.343.000,00
fonte recurso 00.02.0000 recursos de outras fontes - exercício corrente				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			60.000,00
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		60.000,00	
3.1.90.00.00.00.00.00	aplicações diretas		60.000,00	
3.1.90.01.00.00.00.00	aposentadorias e reformas	40.000,00		
3.1.90.03.00.00.00.00	pensões	20.000,00		
			total das despesas	60.000,00
			total da fonte recurso	60.000,00
fonte recurso 00.02.0003 contribuição para o fundo previdenciário do RPPS				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			18.573.790,00
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		17.679.000,00	
3.1.20.00.00.00.00.00	transferências da união		10.000,00	
3.1.20.98.00.00.00.00	compensações ao RGPS	10.000,00		
3.1.90.00.00.00.00.00	aplicações diretas		17.619.000,00	
3.1.90.01.00.00.00.00	aposentadorias e reformas	12.239.000,00		
3.1.90.03.00.00.00.00	pensões	2.370.000,00		
3.1.90.05.00.00.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	2.250.000,00		
3.1.90.11.00.00.00.00	vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	700.000,00		
3.1.90.13.00.00.00.00	obrigações patronais	55.000,00		
3.1.90.16.00.00.00.00	outras despesas variáveis - pessoal civil	5.000,00		
3.1.91.00.00.00.00.00	aplicações diretas - oper.intra-orçamentarias		50.000,00	
3.1.91.13.00.00.00.00	obrigações patronais - op.intra-orçamentárias	50.000,00		
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		894.790,00	
3.3.50.00.00.00.00.00	transferências a instituições privadas sem fins lu		1.090,00	
3.3.50.41.00.00.00.00	contribuições	1.090,00		
3.3.90.00.00.00.00.00	aplicações diretas		890.700,00	
3.3.90.14.00.00.00.00	diárias - civil	20.000,00		
3.3.90.30.00.00.00.00	material de consumo	32.700,00		
3.3.90.33.00.00.00.00	passagens e despesas com locomoção	10.000,00		
3.3.90.35.00.00.00.00	serviços de consultoria	45.000,00		
3.3.90.36.00.00.00.00	outros serviços de terceiros - pessoa física	40.000,00		
3.3.90.37.00.00.00.00	locação de mão-de-obra	40.000,00		
3.3.90.39.00.00.00.00	outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	150.000,00		
3.3.90.46.00.00.00.00	auxílio-alimentação	30.000,00		
3.3.90.47.00.00.00.00	obrigações tributárias e contributivas	11.000,00		
3.3.90.91.00.00.00.00	sentenças judiciais	500.000,00		
3.3.90.93.00.00.00.00	indenizações e restituições	12.000,00		
3.3.91.00.00.00.00.00	aplicação direta decorrente de op.entre órgãos		3.000,00	
3.3.91.39.00.00.00.00	outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	2.000,00		
3.3.91.47.00.00.00.00	obrigações tributárias e contributivas	1.000,00		
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			180.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		180.000,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	aplicações diretas		180.000,00	
4.4.90.51.00.00.00.00	obras e instalações	50.000,00		
4.4.90.52.00.00.00.00	equipamentos e material permanente	130.000,00		
9.0.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTIGENCIA			36.696.897,00
9.9.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTIGENCIA		36.696.897,00	
9.9.99.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTIGENCIA		36.696.897,00	

Lei Orçamentaria Anual 2016

página 11/15

Natureza da Despesa por Categoria Econômica (Anexo 2 da Lei nº 4320/64)

Código	Especificação	Elemento	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
Entidade 9 - IPRESBS - INST. PREV. SERV. PUB. SÃO BENTO DO SUL				
fonte recurso 00.02.0003 contribuição para o fundo previdenciário do RPPS				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
9.9.99.99.00.00.00.00	reserva de contingencia	36.696.897,00		
			total das despesas	55.450.687,00
			total da fonte recurso	55.450.687,00
fonte recurso 00.02.0075 aporte ao RPPS - alíquota suplementar				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
9.0.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTIGENCIA			3.908.550,00
9.9.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTIGENCIA		3.908.550,00	
9.9.99.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTIGENCIA		3.908.550,00	
9.9.99.99.00.00.00.00	reserva de contingencia	3.908.550,00		
			total das despesas	3.908.550,00
			total da fonte recurso	3.908.550,00
			total da entidade	62.762.237,00
Entidade 10 - EMHAB - EMPRESA MUN. DE HABITAÇÃO				
fonte recurso 00.01.0000 recursos ordinários				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			1.408.950,00
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		1.118.300,00	
3.1.90.00.00.00.00.00	aplicações diretas		1.038.380,00	
3.1.90.11.00.00.00.00	vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	934.200,00		
3.1.90.13.00.00.00.00	obrigações patronais	95.040,00		
3.1.90.16.00.00.00.00	outras despesas variáveis - pessoal civil	8.640,00		
3.1.90.94.00.00.00.00	indenizações restituições trabalhistas	500,00		
3.1.91.00.00.00.00.00	aplicações diretas - oper.intra-orçamentarias		79.920,00	
3.1.91.13.00.00.00.00	obrigações patronais - op.intra-orçamentárias	79.920,00		
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		290.650,00	
3.3.90.00.00.00.00.00	aplicações diretas		286.950,00	
3.3.90.14.00.00.00.00	diárias - civil	3.150,00		
3.3.90.30.00.00.00.00	material de consumo	54.150,00		
3.3.90.32.00.00.00.00	material de distribuição gratuita	100.000,00		
3.3.90.33.00.00.00.00	passagens e despesas com locomoção	1.000,00		
3.3.90.36.00.00.00.00	outros serviços de terceiros - pessoa física	10.500,00		
3.3.90.37.00.00.00.00	locação de mão-de-obra	5.000,00		
3.3.90.39.00.00.00.00	outros serviços de terceiros - pessoa juridica	74.300,00		
3.3.90.46.00.00.00.00	auxilio-alimentação	32.550,00		
3.3.90.47.00.00.00.00	obrigações tributarias e contributivas	3.150,00		
3.3.90.91.00.00.00.00	sentenças judiciais	3.150,00		
3.3.91.00.00.00.00.00	aplicação direta decorrente de op.entre órgãos		3.700,00	
3.3.91.39.00.00.00.00	outros serviços de terceiros - pessoa juridica	3.150,00		
3.3.91.47.00.00.00.00	obrigações tributarias e contributivas	550,00		
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			517.850,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		517.850,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	aplicações diretas		517.850,00	
4.4.90.51.00.00.00.00	obras e instalações	500.000,00		
4.4.90.52.00.00.00.00	equipamentos e material permanente	17.850,00		
			total das despesas	1.926.800,00
			total da fonte recurso	1.926.800,00
fonte recurso 00.01.0024 transferencias de convênios - outros não relacionados a educação/saúde/assistencia social				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			2.500.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		2.500.000,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	aplicações diretas		2.500.000,00	
4.4.90.51.00.00.00.00	obras e instalações	2.500.000,00		
			total das despesas	2.500.000,00
			total da fonte recurso	2.500.000,00
fonte recurso 00.02.0000 recursos de outras fontes - exercicio corrente				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			130.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		130.000,00	
3.3.90.00.00.00.00.00	aplicações diretas		130.000,00	
3.3.90.30.00.00.00.00	material de consumo	50.000,00		
3.3.90.39.00.00.00.00	outros serviços de terceiros - pessoa juridica	40.000,00		
3.3.90.47.00.00.00.00	obrigações tributativas e contributivas	10.000,00		
3.3.90.93.00.00.00.00	indenizações e restituições	30.000,00		
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			1.000.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		850.000,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	aplicações diretas		850.000,00	
4.4.90.30.00.00.00.00	material de consumo	5.000,00		
4.4.90.39.00.00.00.00	outros serviços de terceiros - pessoa juridica	51.000,00		
4.4.90.47.00.00.00.00	obrigações tributárias e contributivas	10.000,00		
4.4.90.51.00.00.00.00	obras e instalações	483.000,00		
4.4.90.61.00.00.00.00	aquisição de imóveis	300.000,00		
4.4.90.93.00.00.00.00	indenizações e restituições	1.000,00		
4.5.00.00.00.00.00.00	INVERSÕES FINANCEIRAS		150.000,00	
4.5.90.00.00.00.00.00	aplicações diretas		150.000,00	
4.5.90.66.00.00.00.00	concessão de empréstimos e financiamentos	150.000,00		
			total das despesas	1.130.000,00
			total da fonte recurso	1.130.000,00

Lei Orçamentaria Anual 2016

página 12/15

Natureza da Despesa por Categoria Econômica (Anexo 2 da Lei nº 4320/64)

Código	Especificação	Elemento	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
Entidade 10 - EMHAB - EMPRESA MUN. DE HABITAÇÃO				
fonte recurso 00.02.0089 alienação de bens				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			883.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		883.000,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	aplicações diretas		883.000,00	
4.4.90.51.00.00.00.00	obras e instalações	517.000,00		
4.4.90.61.00.00.00.00	aquisição de imóveis	366.000,00		
			total das despesas	883.000,00
			total da fonte recurso	883.000,00
			total da entidade	6.439.800,00
Entidade 12 - SERVIÇO AUT. MUN. DE AGUA E ESGOTO-SAMAE				
fonte recurso 00.01.0024 transferencias de convenios - outros não relacionados a educação/saúde/assistencia social				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			12.300.450,05
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		12.300.450,05	
4.4.90.00.00.00.00.00	aplicações diretas		12.300.450,05	
4.4.90.51.00.00.00.00	obras e instalações	12.300.450,05		
			total das despesas	12.300.450,05
			total da fonte recurso	12.300.450,05
fonte recurso 00.01.083 operações de créditos internas - outros programas				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			43.055,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		43.055,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	aplicações diretas		43.055,00	
4.4.90.30.00.00.00.00	material de consumo	5.000,00		
4.4.90.39.00.00.00.00	outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	5.000,00		
4.4.90.51.00.00.00.00	obras e instalações	33.055,00		
			total das despesas	43.055,00
			total da fonte recurso	43.055,00
fonte recurso 00.02.0000 recursos de outras fontes - exercicio corrente				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			18.244.200,00
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		6.231.900,00	
3.1.90.00.00.00.00.00	aplicações diretas		5.348.200,00	
3.1.90.04.00.00.00.00	contratação por tempo determinado	155.000,00		
3.1.90.11.00.00.00.00	vencimento e vantagens fixas - pessoal civil	4.494.900,00		
3.1.90.13.00.00.00.00	obrigações patronais	70.700,00		
3.1.90.16.00.00.00.00	outras despesas variáveis - pessoal civil	566.600,00		
3.1.90.94.00.00.00.00	indenizações restituições trabalhistas	61.000,00		
3.1.91.00.00.00.00.00	aplicações diretas - oper.intra-orçamentarias		883.700,00	
3.1.91.13.00.00.00.00	obrigações patronais - op.intra-orçamentarias	883.700,00		
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		12.012.300,00	
3.3.50.00.00.00.00.00	transferencias a instituições privadas sem fins lu		34.100,00	
3.3.50.41.00.00.00.00	contribuições	34.100,00		
3.3.70.00.00.00.00.00	transf. A instituições multigovernment. Nacionais		53.200,00	
3.3.70.41.00.00.00.00	contribuições	53.200,00		
3.3.90.00.00.00.00.00	aplicações diretas		11.785.700,00	
3.3.90.03.00.00.00.00	pensões	33.000,00		
3.3.90.14.00.00.00.00	diárias - civil	47.600,00		
3.3.90.18.00.00.00.00	auxilio financeiro a estudantes	16.800,00		
3.3.90.30.00.00.00.00	material de consumo	1.885.500,00		
3.3.90.31.00.00.00.00	premiações culturais, artist, cientif, depor. E out	17.900,00		
3.3.90.32.00.00.00.00	material de distribuição gratuita	15.000,00		
3.3.90.33.00.00.00.00	passagens e despesas com locomoção	28.100,00		
3.3.90.35.00.00.00.00	serviços de consultoria	177.700,00		
3.3.90.36.00.00.00.00	outros serviços de terceiros - pessoa física	20.000,00		
3.3.90.37.00.00.00.00	locação de mão-de-obra	1.051.600,00		
3.3.90.39.00.00.00.00	outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	7.472.000,00		
3.3.90.46.00.00.00.00	auxilio-alimentação	390.100,00		
3.3.90.47.00.00.00.00	obrigações tributarias e contributivas	292.000,00		
3.3.90.91.00.00.00.00	sentenças judiciais	290.000,00		
3.3.90.93.00.00.00.00	indenizações e restituições	48.400,00		
3.3.91.00.00.00.00.00	aplicação direta decorrente de op. Entre órgãos		39.300,00	
3.3.91.47.00.00.00.00	obrigações tributarias e contributivas	39.300,00		
3.3.93.00.00.00.00.00	aplicação direta decorrente de op. Entre órgãos		100.000,00	
3.3.93.47.00.00.00.00	obrigações tributarias e contributivas	100.000,00		
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			4.374.537,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		4.343.337,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	aplicações diretas		4.343.337,00	
4.4.90.30.00.00.00.00	material de consumo	549.100,00		
4.4.90.51.00.00.00.00	obras e instalações	3.305.400,00		
4.4.90.52.00.00.00.00	equipamentos e material permanente	458.837,00		
4.4.90.61.00.00.00.00	aquisição de imóveis	30.000,00		
4.5.00.00.00.00.00.00	INVERSOES FINANCEIRAS		31.200,00	
4.5.90.00.00.00.00.00	aplicações diretas		31.200,00	
4.5.90.61.00.00.00.00	aquisição de imóveis	31.200,00		
			total das despesas	22.618.737,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS				
3.0.0.0.0.00.00.00.00.000000	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - INTRA OFSS			60.000,00
3.5.0.0.0.00.00.00.00.000000	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - INTRA OFSS		60.000,00	
3.5.1.0.0.00.00.00.00.000000	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - INTRA OFSS		60.000,00	
3.5.1.1.0.00.00.00.00.000000	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - INTRA OFSS	60.000,00		

Lei Orçamentaria Anual 2016

página 13/15

Natureza da Despesa por Categoria Econômica (Anexo 2 da Lei nº 4320/64)

Código	Especificação	Elemento	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
Entidade 12 - SERVIÇO AUT. MUN. DE AGUA E ESGOTO-SAMAE				
fonte recurso 00.02.0000 recursos de outras fontes - exercício corrente				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.5.1.1.2.00.00.00.00.000000	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - INTRA OFSS	60.000,00		
3.5.1.1.2.00.00.01.00.000000	TRANSFERENCIA FINANCEIRA CONCEDIDA PARA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA	60.000,00		
3.5.1.1.2.00.00.01.00.000001	TRANSF. FINANC. AO IPRESBS	60.000,00		
3.5.1.1.2.00.00.01.00.000002	TRANSF. FINANC. PARA PAGAMENTO DÍVIDA PÚBLICA - SANEAMENTO	0,00		
			total das despesas	60.000,00
			total da fonte recurso	22.678.737,00
fonte recurso 00.02.0089 alienação de bens				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			74.011,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		74.011,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	aplicações diretas		74.011,00	
4.4.90.52.00.00.00.00	equipamentos e materiais permanente	74.011,00		
			total das despesas	74.011,00
			total da fonte recurso	74.011,00
			total da entidade	35.096.253,05
Entidade 13 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS				
fonte recurso 00.01.0000 recursos ordinários				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			3.270.000,00
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		1.168.000,00	
3.1.90.00.00.00.00.00	aplicações diretas		1.113.000,00	
3.1.90.11.00.00.00.00	vencimento e vantagens fixas - pessoal civil	925.000,00		
3.1.90.13.00.00.00.00	obrigações patronais	155.000,00		
3.1.90.16.00.00.00.00	outras despesas variáveis - pessoal civil	32.000,00		
3.1.90.94.00.00.00.00	indenizações restituições trabalhistas	1.000,00		
3.1.91.00.00.00.00.00	aplicações diretas - oper.intra-orçamentarias		55.000,00	
3.1.91.13.00.00.00.00	obrigações patronais - op.intra-orçamentarias	55.000,00		
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		2.102.000,00	
3.3.50.00.00.00.00.00	transferencias a instituições privadas sem fins lu		305.000,00	
3.3.50.41.00.00.00.00	contribuições	305.000,00		
3.3.90.00.00.00.00.00	aplicações diretas		1.782.000,00	
3.3.90.14.00.00.00.00	diárias - civil	15.000,00		
3.3.90.18.00.00.00.00	auxilio financeiro a estudantes	13.000,00		
3.3.90.30.00.00.00.00	material de consumo	170.000,00		
3.3.90.31.00.00.00.00	premiações culturais, artist, cientif, depor. E out	40.000,00		
3.3.90.32.00.00.00.00	material de distribuição gratuita	115.000,00		
3.3.90.33.00.00.00.00	passagens e despesas com locomoção	1.000,00		
3.3.90.36.00.00.00.00	outros serviços de terceiros - pessoa física	37.000,00		
3.3.90.37.00.00.00.00	locação de mão-de-obra	1.000,00		
3.3.90.39.00.00.00.00	outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	401.000,00		
3.3.90.46.00.00.00.00	auxilio-alimentação	29.000,00		
3.3.90.47.00.00.00.00	obrigações tributarias e contributivas	35.000,00		
3.3.90.48.00.00.00.00	outros auxilios financeiros a pessoas físicas	920.000,00		
3.3.90.91.00.00.00.00	sentenças judiciais	5.000,00		
3.3.91.00.00.00.00.00	aplicação direta decorrente de op.entre órgãos		15.000,00	
3.3.91.39.00.00.00.00	outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	15.000,00		
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			4.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		4.000,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	aplicações diretas		4.000,00	
4.4.90.51.00.00.00.00	obras e instalações	2.000,00		
4.4.90.52.00.00.00.00	equipamentos e material permanente	2.000,00		
			total das despesas	3.274.000,00
			total da fonte recurso	3.274.000,00
fonte recurso 00.02.0000 recursos de outras fontes - exercício corrente				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			160.000,00
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		160.000,00	
3.1.90.00.00.00.00.00	aplicações diretas		160.000,00	
3.1.90.39.00.00.00.00	outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	160.000,00		
			total das despesas	160.000,00
			total da fonte recurso	160.000,00
fonte recurso 00.02.0024 tranferencia de convenios - outros não relacionados a educação/saude/assistencia social				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			1.651.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		1.651.000,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	aplicações diretas		1.651.000,00	
4.4.90.51.00.00.00.00	obras e instalações	1.651.000,00		
			total das despesas	1.651.000,00
			total da fonte recurso	1.651.000,00
			total da entidade	5.085.000,00
Entidade 14 FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO BENTO DO SUL				
fonte recurso 00.01.0000 recursos ordinários				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			1.889.600,00
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		1.181.100,00	
3.1.90.00.00.00.00.00	aplicações diretas		1.041.500,00	
3.1.90.11.00.00.00.00	vencimento e vantagens fixas - pessoal civil	981.000,00		
3.1.90.13.00.00.00.00	obrigações patronais	53.200,00		
3.1.90.16.00.00.00.00	outras despesas variáveis - pessoal civil	6.800,00		

Lei Orçamentaria Anual 2016

página 14/15

Natureza da Despesa por Categoria Econômica (Anexo 2 da Lei nº 4320/64)

Código	Especificação	Elemento	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
Entidade 14 FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO BENTO DO SUL				
fonte recurso 00.01.0000 recursos ordinários				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.1.90.94.00.00.00.00	indenizações restituições trabalhistas	500,00		
3.1.91.00.00.00.00.00	aplicações diretas - oper.intra-orçamentarias		139.600,00	
3.1.91.13.00.00.00.00	obrigações patronais - op.intra-orçamentarias	139.600,00		
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		708.500,00	
3.3.50.00.00.00.00.00	transferencias a instituições privadas sem fins lu		180.000,00	
3.3.50.41.00.00.00.00	contribuições	180.000,00		
3.3.90.00.00.00.00.00	aplicações diretas		525.500,00	
3.3.90.14.00.00.00.00	diárias - civil	3.000,00		
3.3.90.30.00.00.00.00	material de consumo	46.000,00		
3.3.90.31.00.00.00.00	premiações culturais, artist, cientif, depor. E out	7.000,00		
3.3.90.33.00.00.00.00	passagens e despesas com locomoção	1.000,00		
3.3.90.36.00.00.00.00	outros serviços de terceiros - pessoa física	49.000,00		
3.3.90.37.00.00.00.00	locação de mão-de-obra	30.000,00		
3.3.90.39.00.00.00.00	outros serviços de terceiros - pessoa juridica	293.000,00		
3.3.90.46.00.00.00.00	auxilio-alimentação	86.000,00		
3.3.90.47.00.00.00.00	obrigações tributarias e contributivas	10.500,00		
3.3.91.00.00.00.00.00	aplicação direta decorrente de op.entre órgãos		3.000,00	
3.3.91.39.00.00.00.00	outros serviços de terceiros - pessoa juridica	2.000,00		
3.3.91.47.00.00.00.00	obrigações tributarias e contributivas	1.000,00		
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			10.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		10.000,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	aplicações diretas		10.000,00	
4.4.90.52.00.00.00.00	equipamentos e material permanente	10.000,00		
			total das despesas	1.899.600,00
			total da fonte recurso	1.899.600,00
fonte recurso 00.02.0000 recursos de outras fontes - exercicio corrente				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			40.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		40.000,00	
3.3.90.00.00.00.00.00	aplicações diretas		40.000,00	
3.3.90.30.00.00.00.00	material de consumo	37.000,00		
3.3.90.39.00.00.00.00	outros serviços de terceiros - pessoa juridica	3.000,00		
			total das despesas	40.000,00
			total da fonte recurso	40.000,00
fonte recurso 00.02.0024 transferencia de convenios - outros não relacionados a educação/saúde/assistencia social				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			293.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		293.000,00	
3.3.90.00.00.00.00.00	aplicações diretas		293.000,00	
3.3.90.30.00.00.00.00	material de consumo	50.000,00		
3.3.90.31.00.00.00.00	premiações culturais, artist, cientif, depor. E out	20.000,00		
3.3.90.36.00.00.00.00	outros serviços de terceiros - pessoa física	100.000,00		
3.3.90.39.00.00.00.00	outros serviços de terceiros - pessoa juridica	118.000,00		
3.3.90.47.00.00.00.00	obrigações tributarias e contributivas	5.000,00		
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			2.309.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		2.289.000,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	aplicações diretas		2.289.000,00	
4.4.90.51.00.00.00.00	obras e instalações	2.189.000,00		
4.4.90.52.00.00.00.00	equipamentos e material permanente	100.000,00		
4.5.00.00.00.00.00.00	INVERSOES FINANCEIRAS		20.000,00	
4.5.90.00.00.00.00.00	aplicações diretas		20.000,00	
4.5.90.61.00.00.00.00	aquisição de imóveis	20.000,00		
			total das despesas	2.602.000,00
			total da fonte recurso	2.602.000,00
fonte recurso 00.02.0025 transferencias de convenios - estado/outros (não relacionados à educação/saude/assistencia social)				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			75.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		75.000,00	
3.3.90.00.00.00.00.00	aplicações diretas		75.000,00	
3.3.90.30.00.00.00.00	material de consumo	75.000,00		
			total das despesas	75.000,00
			total da fonte recurso	75.000,00
fonte recurso 00.02.0089 alienação de bens				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			1.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		1.000,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	aplicações diretas		1.000,00	
4.4.90.52.00.00.00.00	equipamentos e material permanente	1.000,00		
			total das despesas	1.000,00
			total da fonte recurso	1.000,00
			total da fonte recurso	4.617.600,00
Entidade 15 - CAMARA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL				
fonte recurso 00.01.0000 recursos ordinários				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			2.985.000,00
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		2.387.000,00	
3.1.90.00.00.00.00.00	aplicações diretas		2.311.500,00	
3.1.90.11.00.00.00.00	vencimento e vantagens fixas - pessoal civil	2.000.000,00		

Lei Orçamentaria Anual 2016

página 15/15

Natureza da Despesa por Categoria Econômica (Anexo 2 da Lei nº 4320/64)

Código	Especificação	Elemento	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
Entidade 15 - CAMARA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL				
fonte recurso 00.01.0000 recursos ordinários				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.1.90.13.00.00.00.00	obrigações patronais	310.000,00		
3.1.90.16.00.00.00.00	outras despesas variáveis - pessoal civil	1.500,00		
3.1.91.00.00.00.00.00	aplicações diretas - oper.intra-orçamentarias		75.500,00	
3.1.91.13.00.00.00.00	obrigações patronais - op.intra-orçamentarias	75.500,00		
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		598.000,00	
3.3.90.00.00.00.00.00	aplicações diretas		597.500,00	
3.3.90.14.00.00.00.00	diárias - civil	12.000,00		
3.3.90.18.00.00.00.00	auxílio financeiro a estudantes	500,00		
3.3.90.30.00.00.00.00	material de consumo	160.000,00		
3.3.90.33.00.00.00.00	passagens e despesas com locomoção	1.500,00		
3.3.90.36.00.00.00.00	outros serviços de terceiros - pessoa física	1.000,00		
3.3.90.37.00.00.00.00	locação de mão-de-obra	62.000,00		
3.3.90.39.00.00.00.00	outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	343.000,00		
3.3.90.46.00.00.00.00	auxílio-alimentação	17.000,00		
3.3.90.47.00.00.00.00	obrigações tributárias e contributivas	500,00		
3.3.91.00.00.00.00.00	aplicação direta decorrente de op.entre órgãos		500,00	
3.3.91.39.00.00.00.00	outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	500,00		
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			415.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		415.000,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	aplicações diretas		415.000,00	
4.4.90.51.00.00.00.00	obras e instalações	250.000,00		
4.4.90.52.00.00.00.00	equipamentos e material permanente	165.000,00		
			total das despesas	3.400.000,00
			total da fonte recurso	3.400.000,00
			total da entidade	3.400.000,00
			total geral	372.240.551,05



"DOE ÓRGÃOS, DOE SANGUE, SALVE VIDAS".

## LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016

Funções e Subfunções de Governo (Anexo 5 da Lei nº 4.320/64)

Funções	Subfunções
1 Legislativa	31 Ação Legislativa
3 Essencial à Justiça	92 Representação Judicial e Extrajudicial
4 Administração	122 Administração Geral
	123 Administração Financeira
	125 Normatização e Fiscalização
	126 Tecnologia da Informatização
	128 Formação de Recursos Humanos
	129 Administração de Receitas
	131 Comunicação Social
	302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial
6 Segurança Pública	181 Policiamento
	182 Defesa Civil
8 Assistência Social	122 Administração Geral
	243 Assistência à Criança e ao Adolescente
	244 Assistência Comunitária
9 Previdência Social	122 Administração Geral
	272 Previdência do Regime Estatutário
10 Saúde	301 Atenção Básica
	302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial
	304 Vigilância Sanitária
	305 Vigilância Epidemiológica
12 Educação	306 Alimentação e Nutrição
	361 Ensino Fundamental
	362 Ensino Médio
	364 Ensino Superior
	365 Educação Infantil
13 Cultura	391 Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico
	392 Difusão Cultural
14 Direitos da Cidadania	422 Direitos Individuais, Coletivos e Difusos
15 Urbanismo	122 Administração Geral
	451 Infra-Estrutura Urbana
	452 Serviços Urbanos
16 Habitação	122 Administração Geral
	482 Habitação Urbana
17 Saneamento	122 Administração Geral
	512 Saneamento Básico Urbano
18 Gestão Ambiental	541 Preservação e Conservação Ambiental
20 Agricultura	544 Recursos Hídricos
	606 Extensão Rural
22 Indústria	661 Promoção Industrial
23 Comércio e Serviços	695 Turismo
25 Energia	452 Serviços Urbanos
27 Desporto e Lazer	122 Administração Geral
	811 Desporto de Rendimento
	812 Desporto Comunitário
28 Encargos Especiais	843 Serviço da Dívida Interna
	845 Outras Transferências
	846 Outros Encargos Especiais
99 Reserva de Contingência	997 Reserva Legal
	999 Reserva de Contingência

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016		Pg. 01/15	
Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)			
Código	Especificação	Projetos	Total
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL</b>		<b>16145366</b>	
<b>Órgão: 02.00 Gabinete do Prefeito</b>		<b>0</b>	
<b>Unidade: 02.01 Gabinete do Prefeito</b>		<b>0</b>	
04	Administração		
04.122	Administração Geral		
04.122.0002	Gestão Administrativa do Gabinete		
04.1222.0002.2.002	Gestão do Gabinete do Prefeito		
04.125	Normatização e Fiscalização		
04.125.0002	Gestão Administrativa do Gabinete		
04.125.0002.2.011	Departamento de Controle Interno - DECIN		
04.131	Comunicação Social		
04.131.0002	Gestão Administrativa do Gabinete		
04.131.0002.4.002	Departamento de Comunicação Social - DECS		
28	Encargos Especiais		
28.845	Outras Transferências		
28.845.0002	Gestão Administrativa do Gabinete		
28.845.0002.0.049	Auxílios Financeiros para Associações de Moradores e outras Entidades.		
<b>Unidade: 02.02 Bombeiros</b>		<b>0,00</b>	
04	Administração		
04.302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial		
04.302.0002	Gestão Administrativa do Gabinete		
04.302.0002.4.004	Gestão do Atendimento Pré-Hospitalar - BOMBEIROS		
06	Segurança Pública		
06.182	Defesa Civil		
06.182.0002	Gestão Administrativa do Gabinete		
06.182.0002.2.004	Manutenção e Conservação da OBM		
<b>Unidade: 02.03 Polícia Militar</b>		<b>0,00</b>	
06	Segurança Pública		
06.181	Policimento		
06.181.0002	Gestão Administrativa do Gabinete		
06.181.0002.2.005	Serviços Especiais - Polícia Militar		

Pg. 02/15

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016		Projeto	Atividades	Operações Especiais	Total	Pg. 03/15
Código	Especificação					
Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)						
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL</b>						
<b>Órgão 05.00 Secretaria Municipal de Administração</b>						
Unidade: 05.02 Encargos Especiais						
28	Encargos Especiais					
28.846	Outros Encargos Especiais			R\$ 1.735.600,00	R\$ 1.735.600,00	
28.846.0004	Administração Geral			R\$ 1.735.600,00	R\$ 1.735.600,00	
28.846.0004.0.050	Contribuição ao PASEP			R\$ 1.735.600,00	R\$ 1.735.600,00	
28.846.0004.0.086	Pagamentos Pensionistas			R\$ 1.655.600,00	R\$ 1.655.600,00	
99	Reserva de Contingência			R\$ 80.000,00	R\$ 80.000,00	
99.999	Reserva de Contingência			R\$ 300.000,00	R\$ 300.000,00	
99.999.0004	Administração Geral			R\$ 300.000,00	R\$ 300.000,00	
99.999.0004.2.999	Reserva de Contingência			R\$ 300.000,00	R\$ 300.000,00	
Órgão: 06.00 Secretaria Municipal de Finanças						
Unidade 06.01 Administração Financeira						
04	Administração					
04.123	Administração Financeira			R\$ 2.678.610,00	R\$ 2.678.610,00	
04.123.0005	Gerindo Recursos com Responsabilidade			R\$ 2.409.230,00	R\$ 2.409.230,00	
04.123.0005.2.007	Gestão da Secretaria Municipal de Finanças - SEFIN			R\$ 2.409.230,00	R\$ 2.409.230,00	
04.129	Administração de Receitas			R\$ 2.409.230,00	R\$ 2.409.230,00	
04.129.0005	Gerindo Recursos com Responsabilidade			R\$ 269.380,00	R\$ 269.380,00	
04.129.0005.4.007	Departamento de Receitas - DERECA			R\$ 269.380,00	R\$ 269.380,00	
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS						
TRANS. FINANC. AO IPRESBS - INSTITUTO DE PREVIDENCIA DE SÃO BENTO DO SUL				R\$ 51.730.400,00	R\$ 51.730.400,00	
TRANS. FINANC. A EMHAB - E. RESA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO				R\$ 3.343.000,00	R\$ 3.343.000,00	
TRANS. FINANC. AO FMD - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS				R\$ 1.906.800,00	R\$ 1.906.800,00	
TRANS. FINANC. A FC - FUNDAÇÃO CULTURAL				R\$ 3.274.000,00	R\$ 3.274.000,00	
TRANS. FINANC. A CMBSBS - CAMARA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL				R\$ 1.898.600,00	R\$ 1.898.600,00	
TRANS. FINANC. CONVENIOS A EMHAB - EMPRESA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO				R\$ 3.400.000,00	R\$ 3.400.000,00	
TRANS. FINANC. AO FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				R\$ 2.500.000,00	R\$ 2.500.000,00	
TRANS. DE CONVENIOS AO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				R\$ 34.750.000,00	R\$ 34.750.000,00	
				R\$ 658.000,00	R\$ 658.000,00	

12	Educação	
12.306	Alimentação e Nutrição	
12.306.0015	Educação: Ética, Aprendizagem e Responsabilidade	
12.306.0015.2.000	Alimentação Escolar	
12.361	Ensino Fundamental	
12.361.0015	Educação: Ética, Aprendizagem e Responsabilidade	
12.361.0015.2.023	Coordenação, Manutenção e Ampliação do Ensino Fundamental	
12.361.0015.2.024	Transporte Escolar - Ensino Fundamental	
12.362	Ensino Médio	
12.362.0015	Educação: Ética, Aprendizagem e Responsabilidade	
12.362.0015.8.024	Transporte Escolar - Ensino Médio	
12.364	Ensino Superior	
12.364.0015	Educação: Ética, Aprendizagem e Responsabilidade	
12.364.0015.6.025	Subvenções ao Ensino Superior	
12.365	Educação Infantil	
12.365.0015	Educação: Ética, Aprendizagem e Responsabilidade	
12.365.0015.2.022	Coordenação, Manutenção e Ampliação da Educação Infantil	
12.365.0015.2.027	Convênios com Empresas	
12.365.0015.4.024	Transporte Escolar - Educação Infantil	
12.365.0015.4.0027	Recursos do FNDE	

Pg. 05/15

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016		Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)		Pg. 05/15	
Código	Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL	Projeto	Atividades	Operações Especiais	Total
Órgão 07.00	Secretaria Municipal de Educação				
Unidade 07.02	FUNDEB				
12		Educação			
12.361		Ensino Fundamental	R\$ 41.317.870,00	R\$ 41.317.870,00	R\$ 41.317.870,00
12.361.0015		Educação: Ética, Aprendizagem e Responsabilidade	R\$ 24.721.302,00	R\$ 24.721.302,00	R\$ 24.721.302,00
12.361.0015.4.026		Coordenação, Manutenção e Ampliação do Ensino Fundamental - FUNDEB	R\$ 24.721.302,00	R\$ 24.721.302,00	R\$ 24.721.302,00
12.365		Educação Infantil	R\$ 16.596.568,00	R\$ 16.596.568,00	R\$ 16.596.568,00
12.365.0015		Educação: Ética, Aprendizagem e Responsabilidade	R\$ 16.596.568,00	R\$ 16.596.568,00	R\$ 16.596.568,00
12.365.0015.4.023		Coordenação, Manutenção e Ampliação da Educação Infantil - FUNDEB	R\$ 16.596.568,00	R\$ 16.596.568,00	R\$ 16.596.568,00
Órgão 08.00	Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo				
Unidade 08.01	Planejamento, Pesquisa e Desenvolvimento Urbano				
15		Urbanismo			
15.122		Administração Geral	R\$ 3.365.161,00	R\$ 3.365.161,00	R\$ 3.365.161,00
15.122.0006		Planejando com Eficiência	R\$ 3.351.661,00	R\$ 3.351.661,00	R\$ 3.351.661,00
15.122.0006.2.014		Gestão da Secretaria da Planejamento e Urbanismo	R\$ 3.351.661,00	R\$ 3.351.661,00	R\$ 3.351.661,00
15.451		Infra-Estrutura Urbana	R\$ 13.500,00	R\$ 13.500,00	R\$ 13.500,00
15.451.0006		Planejando com Eficiência	R\$ 13.500,00	R\$ 13.500,00	R\$ 13.500,00
15.451.0006.1.040		Infraestrutura em vias públicas - Operações Tapete Preto	R\$ 16.113.266,00	R\$ 16.113.266,00	R\$ 16.113.266,00
15.451.0006.2.042		Departamento de Projetos - DEPRO	R\$ 13.500,00	R\$ 13.500,00	R\$ 13.500,00
Unidade 08.02	DETRANSBS				
15		Urbanismo			
15.451		Infra-Estrutura Urbana	R\$ 2.039.690,00	R\$ 2.039.690,00	R\$ 2.039.690,00
15.451.0006		Planejamento com Eficiência	R\$ 2.039.690,00	R\$ 2.039.690,00	R\$ 2.039.690,00
15.451.0006.2.015		Convênio SSP/Transito - PREFEITURA	R\$ 2.039.690,00	R\$ 2.039.690,00	R\$ 2.039.690,00
Unidade 08.03	SSP TRANSITO - POLÍCIA MILITAR				
06		Segurança Pública			
06.181		Policimento	R\$ 137.850,00	R\$ 137.850,00	R\$ 137.850,00
06.181.0006		Planejamento com Eficiência	R\$ 137.850,00	R\$ 137.850,00	R\$ 137.850,00
06.181.0006.2.035		Convênio SSP/Transito - POLÍCIA MILITAR	R\$ 137.850,00	R\$ 137.850,00	R\$ 137.850,00



		Pg. 06/15	
Projeto	Atividades	Operações Especiais	Total
16145366	R\$ 119.078.949,00	R\$ 8.759.461,00	R\$ 195.714.176,00
16113266,00	R\$ 5.693.661,00	0,00	R\$ 21.806.927,00
0,00	R\$ 150.960,00	0,00	R\$ 150.960,00
06	Segurança Pública	R\$ 150.960,00	R\$ 150.960,00
06.181	Policimento	R\$ 150.960,00	R\$ 150.960,00
06.181.0006	Planejamento Com Eficiência	R\$ 150.960,00	R\$ 150.960,00
06.181.0006.2.036	Convênio Ssp - Trânsito - Polícia Civil	R\$ 150.960,00	R\$ 150.960,00
<b>Órgão 09.00 Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos</b>			
<b>Unidade 09.01</b>			
06	Segurança Pública	R\$ 177.100,00	R\$ 177.100,00
06.181	Policimento	R\$ 177.100,00	R\$ 177.100,00
06.181.0008	Construindo um Município de Qualidade	R\$ 177.100,00	R\$ 177.100,00
06.181.0008.2.034	Radio Patrulha	R\$ 177.100,00	R\$ 177.100,00
15	Urbanismo	R\$ 10.359.170,00	R\$ 10.359.170,00
15.451	Infra-Estrutura Urbana	R\$ 1.570.160,00	R\$ 1.570.160,00
15.451.0008	Construindo um Município de Qualidade	R\$ 1.570.160,00	R\$ 1.570.160,00
15.451.0008.2.030	Manutenção e Melhorias em Vias Urbanas e Rurais	R\$ 1.570.160,00	R\$ 1.570.160,00
15.452	Serviços Urbanos	R\$ 8.789.010,00	R\$ 8.789.010,00
15.452.0008	Construindo um Município de Qualidade	R\$ 8.789.010,00	R\$ 8.789.010,00
15.152.0008.2.013	Manutenção e Melhoriasna Frota da SEMOB	R\$ 1.239.780,00	R\$ 1.239.780,00
15.452.0008.2.029	Gestão da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos - SEMOB	R\$ 7.549.230,00	R\$ 7.549.230,00
25	Energia	R\$ 3.285.430,00	R\$ 3.285.430,00
25.452	Serviços Urbanos	R\$ 3.285.430,00	R\$ 3.285.430,00
25.254.0008	Construindo um Município de Qualidade	R\$ 3.285.430,00	R\$ 3.285.430,00
25.452.0008.2.031	Extensão da Rede e Melhorias na Rede de Iluminação Pública	R\$ 3.285.430,00	R\$ 3.285.430,00
<b>Órgão 10.00 Secretaria Municipal de Assistência Social</b>			
<b>Unidade 10.01 Assistência Social</b>			
08	Assistencia Social	R\$ 50.000,00	R\$ 6.939.962,00
08.122	Administração Geraç	0,00	R\$ 5.342.800,00
08.122.0016	Assistencia Social	R\$ 5.310.700,00	R\$ 4.183.000,00
08.122.0016.2.0037	Gestão Administrativa da SEMAS	R\$ 4.183.000,00	R\$ 4.183.000,00

Pg. 07/15

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016						
Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)						
Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total	
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL</b>						
<b>Órgão 10.00 Secretaria Municipal de Assistência Social</b>						
<b>Unidade 10.01 Assistência Social</b>						
08	Assistência Social	32.100,00	R\$ 5.310.700,00	R\$ 8.759.461,00	R\$ 195.714.176,00	
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente		R\$ 1.113.700,00		R\$ 1.113.700,00	
08.243.0016	Assistência Social		R\$ 1.113.700,00		R\$ 1.113.700,00	
08.243.0016.2.039	Ações Voltadas à Criança e ao Adolescente		R\$ 129.000,00		R\$ 129.000,00	
08.243.0016.2.082	Gestão de Serviço de Acolhimento Institucional da Criança e Adolescente		R\$ 984.700,00		R\$ 984.700,00	
08.244	Assistência Comunitária	32.100,00	R\$ 14.000,00		R\$ 46.100,00	
08.244.016	Assistência Social	32.100,00	R\$ 14.000,00		R\$ 46.100,00	
08.244.0016.1.030	Trabalho Técnico Social - Loteamento Alpestre	27.600,00			R\$ 27.600,00	
08.244.0016.1.041	Horta Comunitária	4.500,00			R\$ 4.500,00	
08.244.0016.2.092	Gestão dos Conselhos Municipais de Assistência Social		R\$ 14.000,00		R\$ 14.000,00	
<b>Unidade 10.02 Fundo de Assistência Social</b>						
08	Assistência Social		R\$ 1.529.152,00		R\$ 1.529.152,00	
08.244	Assistência Comunitária		R\$ 1.529.152,00		R\$ 1.529.152,00	
08.244.0016	Assistência Social		R\$ 1.529.152,00		R\$ 1.529.152,00	
08.244.0016.2.071	FNAS - Gestão - IGD DO SUAS		R\$ 22.000,00		R\$ 22.000,00	
08.244.0016.2.072	FNAS - Gestão - ACESSUAS		R\$ 38.000,00		R\$ 38.000,00	
08.244.0016.2.079	Gestão dos Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade		R\$ 114.000,00		R\$ 114.000,00	
08.244.0016.2.080	Gestão dos Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade		R\$ 270.000,00		R\$ 270.000,00	
08.244.0016.2.081	Gestão dos Serviços de Proteção Social Básica - PBF - Estado		R\$ 280.000,00		R\$ 280.000,00	
08.244.0016.2.091	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV - União		R\$ 133.750,00		R\$ 133.750,00	
08.244.0016.4.079	Gestão dos Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade		R\$ 178.000,00		R\$ 178.000,00	
08.244.0016.4.080	Gestão dos Serviços de Proteção Básica - União		R\$ 326.277,00		R\$ 326.277,00	
08.244.0016.4.081	Gestão dos Serviços de Proteção Social Básica - Bolsa Família		R\$ 148.733,00		R\$ 148.733,00	
08.244.0016.6.041	Gestão do FNAS - Port. Deficiência		R\$ 18.392,00		R\$ 18.392,00	
<b>Unidade 10.02 Fundo da Infância e Adolescência</b>						
08	Assistência Social		R\$ 18.010,00	50.000,00	R\$ 68.010,00	
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente		R\$ 18.010,00	R\$ 50.000,00	R\$ 68.010,00	
08.243.0016	Assistência Social		R\$ 18.010,00	R\$ 50.000,00	R\$ 68.010,00	
08.243.0016.0.090	Auxílios Financeiros à Diversas Entidades - FIA			R\$ 50.000,00	50.000,00	
08.243.0016.2.044	Gestão do Fundo da Infância e Adolescência - FIA		R\$ 18.010,00		18.010,00	

Pg. 08/15					
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016					
Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)					
Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL</b>		<b>R\$ 16.145.366,00</b>	<b>R\$ 119.078.949,00</b>	<b>R\$ 8.759.461,00</b>	<b>R\$ 195.714.176,00</b>
<b>Órgão 10.00 Secretaria Municipal de Assistência Social</b>		<b>32.100,00</b>	<b>R\$ 6.857.862,00</b>	<b>R\$ 50.000,00</b>	<b>R\$ 6.939.962,00</b>
<b>Unidade 10.03 Fundo da Infância e ao Adolescente</b>		<b>0,00</b>	<b>R\$ 18.010,00</b>	<b>50.000,00</b>	<b>R\$ 68.000,00</b>
08	Assistência Social		R\$ 18.010,00	R\$ 50.000,00	R\$ 68.010,00
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente		R\$ 18.010,00	R\$ 50.000,00	R\$ 68.010,00
08.243.0016	Assistência Social		R\$ 18.010,00	R\$ 50.000,00	R\$ 68.010,00
08.243.0016.2.044	Gestão do Fundo da Infância e Adolescência - FIA		R\$ 18.010,00		R\$ 18.010,00
<b>Órgão 11.00 Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico</b>		<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 4.692.452,00</b>	<b>0,00</b>	<b>R\$ 4.692.452,00</b>
<b>Unidade 11.01 Secretaria de Desenvolvimento Econômico</b>		<b>0,00</b>	<b>R\$ 3.415.047,00</b>	<b>0,00</b>	<b>R\$ 3.415.047,00</b>
22	Indústria		R\$ 3.415.047,00		R\$ 3.415.047,00
22.661	Promoção Industrial		R\$ 3.415.047,00		R\$ 3.415.047,00
22.661.0007	Desenvolvimento Econômico, Inovação e Revitalização		R\$ 3.415.047,00		R\$ 3.415.047,00
22.661.0007.2.016	Gestão da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico		R\$ 1.325.127,00		R\$ 1.325.127,00
22.661.0007.2.070	Departamento de Indústria e Comércio - DEICO		R\$ 2.089.920,00		R\$ 2.089.920,00
<b>Unidade 11.02 Fundo Municipal de Des. Econômico - CODESBS</b>		<b>0,00</b>	<b>R\$ 318.830,00</b>	<b>0,00</b>	<b>R\$ 318.830,00</b>
22	Indústria		R\$ 318.830,00		R\$ 318.830,00
22.661	Promoção Industrial		R\$ 318.830,00		R\$ 318.830,00
22.661.0007	Desenvolvimento Econômico, Inovação e Revitalização		R\$ 318.830,00		R\$ 318.830,00
22.661.0007.2.078	Gestão do Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico		R\$ 318.830,00		R\$ 318.830,00
<b>Unidade 11.03 Turismo</b>		<b>0,00</b>	<b>R\$ 878.465,00</b>	<b>0,00</b>	<b>R\$ 878.465,00</b>
23	Comércio e Serviços		R\$ 878.465,00		R\$ 878.465,00
23.695	Turismo		R\$ 878.465,00		R\$ 878.465,00
23.695.0007	Desenvolvimento Econômico, Inovação e Revitalização		R\$ 878.465,00		R\$ 878.465,00
23.695.0007.2.019	Departamento de Turismo - DETUR		R\$ 878.465,00		R\$ 878.465,00
<b>Unidade 11.04 Fundo Municipal de Turismo</b>		<b>0,00</b>	<b>R\$ 3.380,00</b>	<b>0,00</b>	<b>R\$ 3.380,00</b>
23	Comércio e Serviços		R\$ 3.380,00		R\$ 3.380,00
23.695	Turismo		R\$ 3.380,00		R\$ 3.380,00
23.695.0007	Desenvolvimento Econômico, Inovação e Revitalização		R\$ 3.380,00		R\$ 3.380,00
23.695.0007.2.020	Fundo Municipal de Turismo		R\$ 3.380,00		R\$ 3.380,00

Pg. 09/15			
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016			
Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)			
Código	Especificação	Projetos	Atividades
<b>Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL</b>			
<b>Órgão 11.00 Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico</b>			
<b>Unidade 11.04 Fundo Municipal de Turismo</b>			
23	Comércio e Serviços	16.145.366,00	R\$ 119.078.949,00
23.695	Turismo	R\$ 0,00	R\$ 4.692.452,00
23.695.0007	Desenvolvimento Econômico, Inovação e Revitalização	R\$ 0,00	R\$ 3.380,00
23.695.0007.2.020	Fundo Municipal de Turismo	R\$ 0,00	R\$ 3.380,00
<b>Unidade 11.05 Fundo Municipal de Defesa do Consumidor</b>			
14	Direitos da Cidadania	0,00	R\$ 76.730,00
14.422	Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	R\$ 76.730,00	R\$ 76.730,00
14.422.0007	Desenvolvimento Econômico, Inovação e Revitalização	R\$ 76.730,00	R\$ 76.730,00
14.422.0007.2.087	Departamento de Proteção ao Consumidor - PROCON	R\$ 76.730,00	R\$ 76.730,00
<b>Órgão 13.00 Secretaria Municipal de Agricultura</b>			
<b>Unidade 13.01 Agricultura</b>			
20	Agricultura	R\$ 0,00	R\$ 2.385.492,00
20.606	Extensão Rural	0,00	R\$ 1.658.458,00
20.606.0017	Modernizando a Agricultura e Meio Ambiente	R\$ 1.658.458,00	R\$ 1.658.458,00
20.606.0017.2.017	Gestão do Departamento de Agricultura - DEAGRI	R\$ 1.631.980,00	R\$ 1.631.980,00
20.606.0017.2.018	Departamento de Pecuária - DEPEC	R\$ 26.478,00	R\$ 26.478,00
<b>Unidade 13.02 Meio Ambiente</b>			
18	Gestão Ambiental	0,00	R\$ 693.814,00
18.541	Preservação e Conservação Ambiental	R\$ 590.444,00	R\$ 590.444,00
18.541.0017	Modernizando a Agricultura e Meio Ambiente	R\$ 590.444,00	R\$ 590.444,00
18.541.0014.4.003	Departamento de Meio Ambiente - DEMAMA	R\$ 590.444,00	R\$ 590.444,00
20	Agricultura	R\$ 103.370,00	R\$ 103.370,00
20.544	Recursos Hídricos	R\$ 103.370,00	R\$ 103.370,00
20.544.0017	Modernizando a Agricultura e Meio Ambiente	R\$ 103.370,00	R\$ 103.370,00
20.544.0017.4.008	Consórcio Quiriri - Contrato de Rateio	R\$ 103.370,00	R\$ 103.370,00
<b>Total</b>		<b>8.759.461,00</b>	<b>R\$ 195.714.176,00</b>
<b>Operações Especiais</b>		<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 4.692.452,00</b>
<b>Projetos</b>		<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 3.380,00</b>
<b>Atividades</b>		<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 3.380,00</b>
<b>Operações Especiais</b>		<b>R\$ 0,00</b>	<b>R\$ 3.380,00</b>
<b>Total</b>		<b>0,00</b>	<b>R\$ 3.380,00</b>

Pg. 10/15

Pg. 11/15



Pg. 12/15

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016  
Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
<b>Entidade: 10 - EMHAB - EMPRESA MUN. DE HABITAÇÃO</b>		<b>493100</b>	<b>R\$ 1.508.800,00</b>	<b>0,00</b>	<b>R\$ 6.439.800,00</b>
<b>Órgão: 16.00 Empresa Municipal de Habitação</b>		<b>4.931.000,00</b>	<b>R\$ 1.508.800,00</b>	<b>0,00</b>	<b>R\$ 6.439.800,00</b>
<b>Unidade: 16.02 Fundo Rotativo Habitacional</b>		<b>1.896.000,00</b>	<b>R\$ 117.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>R\$ 2.013.000,00</b>
16	Habitação	1.896.000,00	R\$ 117.000,00		R\$ 2.013.000,00
16.842	Habitação Urbana	1.896.000,00	R\$ 117.000,00		R\$ 2.013.000,00
16.482.0009	Habitação com Qualidade	1.896.000,00	R\$ 117.000,00		R\$ 2.013.000,00
16.482.0009.1.017	Investindo em Programas Habitacionais	1.896.000,00			R\$ 1.896.000,00
16.482.0009.1.056	Regularização   Fundiária Habitacional		R\$ 117.000,00		R\$ 117.000,00
<b>Entidade: 12 - SERVIÇO AUT. MUN. DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE</b>		<b>15685505,05</b>	<b>R\$ 19.350.748,00</b>	<b>0,00</b>	<b>R\$ 35.096.253,05</b>
<b>Órgão: 23.00 Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto</b>		<b>15.685.505,05</b>	<b>R\$ 19.350.748,00</b>	<b>0,00</b>	<b>R\$ 35.096.253,05</b>
<b>Unidade: 23.01 Serviços Administrativos</b>		<b>0,00</b>	<b>R\$ 4.336.300,00</b>	<b>0,00</b>	<b>R\$ 4.336.300,00</b>
17	Saneamento		R\$ 4.336.300,00		R\$ 4.336.300,00
17.122	Administração Geral		R\$ 4.336.300,00		R\$ 4.336.300,00
17.122.0013	Universalização dos Serviços de Água e Esgoto		R\$ 4.336.300,00		R\$ 4.336.300,00
17.122.0013.2.063	Manutenção e Melhorias dos Serviços Administrativos		R\$ 4.126.300,00		R\$ 4.126.300,00
17.122.0013.2.067	Contribuição ao PASEP		R\$ 210.000,00		R\$ 210.000,00
<b>Unidade: 23.02 Abastecimento de Água</b>		<b>905.000,00</b>	<b>R\$ 7.539.800,00</b>	<b>0,00</b>	<b>R\$ 8.444.800,00</b>
17	Saneamento	905.000,00	R\$ 7.539.800,00		R\$ 8.444.800,00
17.512	Saneamento Básico Urbano	905.000,00	R\$ 7.539.800,00		R\$ 8.444.800,00
17.512.0013	Universalização dos Serviços de Água e Esgoto	905.000,00	R\$ 7.539.800,00		R\$ 8.444.800,00
17.512.0013.1.001	Construção de Novos Reservatórios para Água Tratada	330.000,00			R\$ 330.000,00
17.512.0013.1.002	Ampliação, Reforma e Reaparelhamento do Sistema de Abastecimento	575.000,00			R\$ 575.000,00
17.512.0013.2.064	Manutenção e Melhorias dos Serviços de Abastecimento de Água		R\$ 7.539.800,00		R\$ 7.539.800,00
<b>TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS</b>					
<b>TRANS. FINANC. AO IPRESBS - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE SÃO BENTO DO SUL</b>					
<b>TRANSF. FINANC. PARA PAGAMENTO DÍVIDA PÚBLICA - SANEAMENTO</b>					
					R\$ 60.000,00
					R\$ 60.000,00
					R\$ 0,00

Pg. 13/15

Pg. 14/15

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016				Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)			
Código	Entidade:	Órgão:	Unidade:	Especificação	Projetos	Atividades	Total
<b>Entidade: 13 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS</b>							
<b>Órgão: 15.00 Fundação Municipal de Desportos</b>							
<b>Unidade: 15.01 Fundação Municipal de Desportos</b>							
27				Desporto e Lazer		R\$ 3.429.000,00	R\$ 3.429.000,00
27.812				Desporto Comunitário		R\$ 42.000,00	R\$ 42.000,00
27.812.0011				Esporte e Cidadania		R\$ 42.000,00	R\$ 42.000,00
27.812.0011.1.029				Construção, Reforma e Ampliação de Espaços Físicos para Práticas Esportivas			
27.812.0011.2.059				Desporto Comunitário		R\$ 42.000,00	R\$ 42.000,00
							5.085.000,00
							1.698.000,00
							1.698.000,00
							1.656.000,00
							R\$ 42.000,00
<b>Entidade: 14 - Fundação Cultural de São Bento do Sul</b>							
<b>Órgão: 18.00 Fundação Cultural de São Bento do Sul</b>							
<b>Unidade: 18.01 Fundação Cultural de São Bento do Sul</b>							
13				Cultura		R\$ 1.940.600,00	R\$ 1.940.600,00
13.391				Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico		R\$ 98.000,00	R\$ 98.000,00
13.391.0012				Manutenção e Desenvolvimento da Fundação Cultural		R\$ 98.000,00	R\$ 98.000,00
13.361.0012.1.031				Investindo na Cultura			
13.391.0012.2.061				Pre. da Memória e do Patrimônio Histórico, Artístico, Material e Imaterial			
13.392				Difusão Cultural		R\$ 98.000,00	R\$ 98.000,00
13.392.0012				Manutenção e Desenvolvimento da Fundação Cultural		R\$ 1.642.100,00	R\$ 1.642.100,00
13.392.0012.2.060				Manutenção da Fundação Cultural e suas Atividades		R\$ 1.642.100,00	R\$ 1.642.100,00
							R\$ 4.417.100,00
							R\$ 2.775.000,00
							R\$ 2.775.000,00
							R\$ 2.677.000,00
							R\$ 98.000,00
							R\$ 1.642.100,00
							R\$ 1.642.100,00
							R\$ 1.642.100,00
							R\$ 200.500,00
<b>Unidade: 18.02 Fundo Municipal de Incentivo a Cultura</b>							
13				Cultura		R\$ 200.500,00	R\$ 200.500,00
13.392				Divisão Cultural		R\$ 200.500,00	R\$ 200.500,00
13.392.0012				Manutenção e Desenvolvimento da Fundação Cultural		R\$ 200.500,00	R\$ 200.500,00
13.392.0012.2.076				Manutenção do Fundo Municipal da Cultura		R\$ 200.500,00	R\$ 200.500,00
							R\$ 3.400.000,00
							R\$ 3.400.000,00
							R\$ 3.400.000,00
<b>Entidade: 15 - Câmara Municipal de São Bento do Sul</b>							
<b>Órgão: 01.00 Câmara Municipal de São Bento do Sul</b>							
<b>Unidade: Câmara de Vereadores</b>							
01				Legislativa		R\$ 3.400.000,00	R\$ 3.400.000,00
01.031				Ação Legislativa		R\$ 3.400.000,00	R\$ 3.400.000,00
01.031.0001				Processo Legislativo		R\$ 3.400.000,00	R\$ 3.400.000,00
01.031.0001.2.001				Manutenção da Câmara de Vereadores		R\$ 3.400.000,00	R\$ 3.400.000,00

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016				Pg. 15/15	
Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)					
Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
Entidade: 15 - Câmara Municipal de São Bento do Sul		0	R\$ 3.400.000,00	0,00	R\$ 3.400.000,00
Órgão: 01.00 Câmara Municipal de São Bento do Sul		0,00	R\$ 3.400.000,00	0,00	R\$ 3.400.000,00
Unidade: Câmara de Vereadores		0,00	R\$ 3.400.000,00	0,00	R\$ 3.400.000,00
01	Legislativa		R\$ 3.400.000,00		R\$ 3.400.000,00
01.031	Ação Legislativa		R\$ 3.400.000,00		R\$ 3.400.000,00
01.031.0001	Processo Legislativo		R\$ 3.400.000,00		R\$ 3.400.000,00
01.031.0001.2.001	Manutenção da Câmara de Vereadores		R\$ 3.400.000,00		R\$ 3.400.000,00
				Total Geral:	R\$ 372.240.551,05

"DOE ÓRGÃOS, DOE SANGUE, SALVE VIDAS".

**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016**  
**Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)**

Entidade: 1 – PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL

Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
02.00 – Gabinete do Prefeito		0,00	0,00	0,00	3.637.480,00	0,00	1.003.340,00
03.00 – Procuradoria		0,00	0,00	2.486.590,00	0,00	0,00	0,00
05.00 – Secretaria Municipal de Administração		0,00	0,00	0,00	7.789.494,00	0,00	0,00
06.00 – Secretaria Municipal de Finanças		0,00	0,00	0,00	2.678.610,00	0,00	0,00
07.00 – Secretaria Municipal de Educação		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
08.00 – Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	288.810,00
09.00 – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	177.100,00
10.00 – Secretaria Municipal de Assistência Social		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.00 – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.00 – Secretaria Municipal de Agricultura		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2.486.590,00</b>	<b>14.105.584,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.469.250,00</b>

"DOE ÓRGÃOS, DOE SANGUE, SALVE VIDAS".

## LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016

### Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 1 – PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL

Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
02.00 – Gabinete do Prefeito		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03.00 – Procuradoria		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
05.00 – Secretaria Municipal de Administração		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06.00 – Secretaria Municipal de Finanças		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
07.00 – Secretaria Municipal de Educação		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	67.732.268,00
08.00 – Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
09.00 – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.00 – Secretaria Municipal de Assistência Social		0,00	6.939.962,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.00 – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.00 – Secretaria Municipal de Agricultura		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total		0,00	6.939.962,00	0,00	0,00	0,00	67.732.268,00



"DOE ÓRGÃOS, DOE SANGUE, SALVE VIDAS".

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 1 – PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL

Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento	Gestão Ambiental
02.00 – Gabinete do Prefeito		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03.00 – Procuradoria		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
05.00 – Secretaria Municipal de Administração		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06.00 – Secretaria Municipal de Finanças		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
07.00 – Secretaria Municipal de Educação		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
08.00 – Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo		0,00	0,00	21.518.117,00	0,00	0,00	0,00
09.00 – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos		0,00	0,00	10.359.170,00	0,00	0,00	0,00
10.00 – Secretaria Municipal de Assistência Social		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.00 – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico		0,00	76.730,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.00 – Secretaria Municipal de Agricultura		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	590.444,00
Total		0,00	76.730,00	31.877.287,00	0,00	0,00	590.444,00

"DOE ÓRGÃOS, DOE SANGUE, SALVE VIDAS".

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 1 – PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL

Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
02.00 – Gabinete do Prefeito		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03.00 – Procuradoria		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
05.00 – Secretaria Municipal de Administração		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06.00 – Secretaria Municipal de Finanças		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
07.00 – Secretaria Municipal de Educação		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
08.00 – Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
09.00 – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.00 – Secretaria Municipal de Assistência Social		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.00 – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico		0,00	0,00	0,00	3.733.877,00	881.845,00	0,00
13.00 – Secretaria Municipal de Agricultura		0,00	1.795.048,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total		0,00	1.795.048,00	0,00	3.733.877,00	881.845,00	0,00

"DOE ÓRGÃOS, DOE SANGUE, SALVE VIDAS".

**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016**  
**Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)**

Entidade: 1 – PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL

Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Reserva de Contingência	TOTAL
02.00 – Gabinete do Prefeito		0,00	0,00	0,00	625.000,00	0,00	5.265.820,00
03.00 – Procuradoria		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.486.590,00
05.00 – Secretaria Municipal de Administração		0,00	0,00	0,00	1.735.600,00	300.000,00	9.825.094,00
06.00 – Secretaria Municipal de Finanças		0,00	0,00	0,00	6.348.861,00	0,00	9.027.471,00
07.00 – Secretaria Municipal de Educação		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	67.732.268,00
08.00 – Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21.806.927,00
09.00 – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos		3.285.430,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.821.700,00
10.00 – Secretaria Municipal de Assistência Social		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.939.962,00
11.00 – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.692.452,00
13.00 – Secretaria Municipal de Agricultura		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.385.492,00
<b>Total</b>		<b>3.285.430,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>8.709.461,00</b>	<b>300.000,00</b>	<b>143.983.776,00</b>

"DOE ÓRGÃOS, DOE SANGUE, SALVE VIDAS".

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 4 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
17.00 – Fundo Municipal de Saúde		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

"DOE ÓRGÃOS, DOE SANGUE, SALVE VIDAS".

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 4 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
17.00 – Fundo Municipal de Saúde		0,00	0,00	0,00	59.055.485,00	0,00	0,00
<b>Total:</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>59.055.485,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

"DOE ÓRGÃOS, DOE SANGUE, SALVE VIDAS".

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 4 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento	Gestão Ambiental
17.00 – Fundo Municipal de Saúde		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total:</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>



"DOE ÓRGÃOS, DOE SANGUE, SALVE VIDAS".

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 4 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
17.00 – Fundo Municipal de Saúde		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

"DOE ÓRGÃOS, DOE SANGUE, SALVE VIDAS".

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 4 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Órgão	Funções	Energia	Transporte	Deporto e Lazer	Encargos Especiais	Reserva de Contingência	TOTAL
17.00 – Fundo Municipal de Saúde		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	59.055.485,00
<b>Total:</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>59.055.485,00</b>

"DOE ÓRGÃOS, DOE SANGUE, SALVE VIDAS".

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 9 – IPRESBS – INST. PREV. SERV. PUB. SÃO BENTO DO SUL

Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
19.00 – IPRESBS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>Total:</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

"DOE ÓRGÃOS, DOE SANGUE, SALVE VIDAS".

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 9 – IPRESBS – INST. PREV. SERV. PUB. SÃO BENTO DO SUL

Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
19.00 – IPRESBS		0,00	0,00	22.156.790,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	22.156.790,00	0,00	0,00	0,00

"DOE ÓRGÃOS, DOE SANGUE, SALVE VIDAS".

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 9 – IPRESBS – INST. PREV. SERV. PUB. SÃO BENTO DO SUL

Órgão	Funções	Cultural	Diretos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento	Gestão Ambiental
19.00 – IPRESBS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>Total:</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

"DOE ÓRGÃOS, DOE SANGUE, SALVE VIDAS".

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 9 – IPRESBS – INST. PREV. SERV. PUB. SÃO BENTO DO SUL

Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
19.00 – IPRESBS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>Total:</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>



"DOE ÓRGÃOS, DOE SANGUE, SALVE VIDAS".

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 9 – IPRESBS – INST. PREV. SERV. PUB. SÃO BENTO DO SUL

Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Reserva de Contingência	TOTAL
19.00 – IPRESBS		0,00	0,00	0,00	0,00	40.605.447,00	62.762.237,00
	<b>Total:</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>40.605.447,00</b>	<b>62.762.237,00</b>

"DOE ÓRGÃOS, DOE SANGUE, SALVE VIDAS".

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 10 – EMHAB – EMPRESA MUN. DE HABITAÇÃO

Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
16.00 – Empresa Municipal de Habitação		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

"DOE ÓRGÃOS, DOE SANGUE, SALVE VIDAS".

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 10 – EMHAB – EMPRESA MUN. DE HABITAÇÃO

Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
16.00 – Empresa Municipal de Habitação		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

"DOE ÓRGÃOS, DOE SANGUE, SALVE VIDAS".

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 10 – EMHAB – EMPRESA MUN. DE HABITAÇÃO

Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento	Gestão Ambiental
16.00 – Empresa Municipal de Habitação		0,00	0,00	0,00	6.439.800,00	0,00	0,00
	<b>Total:</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>6.439.800,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

"DOE ÓRGÃOS, DOE SANGUE, SALVE VIDAS".

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 10 – EMHAB – EMPRESA MUN. DE HABITAÇÃO

Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
16.00 – Empresa Municipal de Habitação		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>Total:</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

"DOE ÓRGÃOS, DOE SANGUE, SALVE VIDAS".

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 10 – EMHAB – EMPRESA MUN. DE HABITAÇÃO

Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Reserva de Contingência	TOTAL
16.00 – Empresa Municipal de Habitação		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.439.800,00
	<b>Total:</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>6.439.800,00</b>

"DOE ÓRGÃOS, DOE SANGUE, SALVE VIDAS".

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 12 – SERVIÇO AUT. MUN. DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE

Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
23.00 – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total:</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>



"DOE ÓRGÃOS, DOE SANGUE, SALVE VIDAS".

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 12 – SERVIÇO AUT. MUN. DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE

Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência social	Saúde	Trabalho	Educação
23.00 – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>Total:</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

"DOE ÓRGÃOS, DOE SANGUE, SALVE VIDAS".

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 12 – SERVIÇO AUT. MUN. DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE

Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento	Gestão Ambiental
23.00 – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto		0,00	0,00	4.079.548,00	0,00	30.956.705,05	0,00
Total:		0,00	0,00	4.079.548,00	0,00	30.956.705,05	0,00

"DOE ÓRGÃOS, DOE SANGUE, SALVE VIDAS".

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 12 – SERVIÇO AUT. MUN. DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE

Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
23.00 – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

"DOE ÓRGÃOS, DOE SANGUE, SALVE VIDAS".

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 12 – SERVIÇO AUT. MUN. DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE

Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Reserva de Contingência	TOTAL
23.00 – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	35.036.253,05
	<b>Total:</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>35.036.253,05</b>

"DOE ÓRGÃOS, DOE SANGUE, SALVE VIDAS".

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 13 – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS

Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
15.00 – Fundação Municipal de Desporto		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

"DOE ÓRGÃOS, DOE SANGUE, SALVE VIDAS".

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 13 – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS

Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
15.00 – Fundação Municipal de Desporto		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total:</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

"DOE ÓRGÃOS, DOE SANGUE, SALVE VIDAS".

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 13 – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS

Órgão	Funções	Cultural	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento	Gestão Ambiental
15.00 – Fundação Municipal de Desporto		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>Total:</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>



"DOE ÓRGÃOS, DOE SANGUE, SALVE VIDAS".

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 13 – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS

Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
15.00 – Fundação Municipal de Desporto		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total:</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

"DOE ÓRGÃOS, DOE SANGUE, SALVE VIDAS".

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 13 – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS

Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Reserva de Contingência	TOTAL
15.00 – Fundação Municipal de Desporto		0,00	0,00	5.085.000,00	0,00	0,00	5.085.000,00
<b>Total:</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>5.085.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>5.085.000,00</b>

"DOE ÓRGÃOS, DOE SANGUE, SALVE VIDAS".

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 14 – FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO BENTO DO SUL

Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
18.00 – Fundação Cultural de São Bento do Sul		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total:</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

"DOE ÓRGÃOS, DOE SANGUE, SALVE VIDAS".

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 14 – FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO BENTO DO SUL

Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
18.00 – Fundação Cultural de São Bento do Sul		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total:</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

"DOE ÓRGÃOS, DOE SANGUE, SALVE VIDAS".

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 14 – FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO BENTO DO SUL

Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento	Gestão Ambiental
18.00 – Fundação Cultural de São Bento do Sul		4.617.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		4.617.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

"DOE ÓRGÃOS, DOE SANGUE, SALVE VIDAS".

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 14 – FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO BENTO DO SUL

Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
18.00 – Fundação Cultural de São Bento do Sul		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

"DOE ÓRGÃOS, DOE SANGUE, SALVE VIDAS".

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 14 – FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO BENTO DO SUL

Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Reserva de Contingência	TOTAL
18.00 – Fundação Cultural de São Bento do Sul		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.617.600,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.617.600,00



"DOE ÓRGÃOS, DOE SANGUE, SALVE VIDAS".

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 15 – CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL

Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
01.00 – Câmara Municipal de Vereadores		3.400.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>Total:</b>	<b>3.400.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

"DOE ÓRGÃOS, DOE SANGUE, SALVE VIDAS".

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 15 – CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL

Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
01.00 – Câmara Municipal de Vereadores		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

"DOE ÓRGÃOS, DOE SANGUE, SALVE VIDAS".

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 15 – CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL

Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento	Gestão Ambiental
01.00 – Câmara Municipal de Vereadores		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>Total:</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

"DOE ÓRGÃOS, DOE SANGUE, SALVE VIDAS".

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 15 – CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL

Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
01.00 – Câmara Municipal de Vereadores		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total:</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

"DOE ÓRGÃOS, DOE SANGUE, SALVE VIDAS".

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 15 – CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL

Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Reserva de Contingência	Total
01.00 – Câmara Municipal de Vereadores		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.400.000,00
Total:		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.400.000,00
Total geral:							320.380.151,05

"DOE ÓRGÃOS, DOE SANGUE, SALVE VIDAS".

## LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016

Programa de Trabalho de Governo – Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
01	Legislativa		3.400.000,00		3.400.000,00
01.031	Ação Legislativa		3.400.000,00		3.400.000,00
01.031.0001	Processo Legislativo		3.400.000,00		3.400.000,00
03	Essencial à Justiça		2.486.590,00		2.486.590,00
03.092	Representação Judicial e Extrajudicial		2.486.590,00		2.486.590,00
03.092.0003	Procuradoria Jurídica		2.486.590,00		2.486.590,00
04	Administração		14.105.584,00		14.105.584,00
04.122	Administração Geral		10.634.574,00		10.634.574,00
04.122.0002	Gestão Administrativa do Gabinete		2.879.080,00		2.879.080,00
04.122.0004	Administração Geral		7.755.494,00		7.755.494,00
04.123	Administração Financeira		2.409.230,00		2.409.230,00
04.123.0005	Gerindo Recursos com Responsabilidade		2.409.230,00		2.409.230,00
04.125	Normalização e Fiscalização		17.900,00		17.900,00
04.125.0002	Gestão Administrativa do Gabinete		17.900,00		17.900,00
04.126	Tecnologia de Informatização		7.500,00		7.500,00
04.126.0004	Administração Geral		7.500,00		7.500,00
04.128	Formação de Recursos Humanos		3.000,00		3.000,00
04.128.0004	Administração Geral		3.000,00		3.000,00
04.129	Administração de Recolhas		269.380,00		269.380,00
04.129.0005	Gerindo Recursos com Responsabilidade		269.380,00		269.380,00
04.131	Comunicação Social		688.000,00		688.000,00
04.131.0002	Gestão Administrativa do Gabinete		684.500,00		684.500,00
04.131.0004	Administração Geral		23.500,00		23.500,00
04.302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial		76.000,00		76.000,00
04.302.0002	Gestão Administrativa do Gabinete		76.000,00		76.000,00
06	Segurança Pública		1.469.250,00		1.469.250,00
06.181	Policimento		668.360,00		668.360,00
06.181.0002	Gestão Administrativa do Gabinete		202.450,00		202.450,00
06.181.0006	Planejamento com Eficiência		288.810,00		288.810,00
06.181.0008	Construindo um Município de Qualidade		177.100,00		177.100,00
06.182	Defesa Civil		800.890,00		800.890,00
06.182.0002	Gestão Administrativa do Gabinete		800.890,00		800.890,00
08	Assistência Social	32.100,00	6.857.862,00	50.000,00	6.939.962,00
08.122	Administração Geral		4.183.000,00		4.183.000,00
08.122.0016	Assistência Social		4.183.000,00		4.183.000,00
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente		1.131.710,00	50.000,00	1.181.710,00
08.243.0016	Assistência Social		1.131.710,00	50.000,00	1.181.710,00
08.244	Assistência Comunitária	32.100,00	1.543.152,00		1.575.252,00
08.244.0016	Assistência Social	32.100,00	1.543.152,00		1.575.252,00
09	Previdência Social		22.156.790,00		22.156.790,00
09.122	Administração Geral		1.364.790,00		1.364.790,00
09.122.0014	Regime Próprio de Previdência		1.364.790,00		1.364.790,00
09.272	Previdência do Regime Estatutário		20.792.000,00		20.792.000,00
09.272.0014	Regime Próprio de Previdência		20.792.000,00		20.792.000,00
10	Saúde	1.079.500,00	57.975.985,00		59.055.485,00
10.301	Atenção Básica	1.079.500,00	38.792.982,00		39.872.482,00
10.301.0010	Inovando na Saúde	1.079.500,00	38.792.982,00		39.872.482,00
10.302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial		18.618.228,00		18.618.228,00
10.302.0010	Inovando na Saúde		18.618.228,00		18.618.228,00
10.304	Vigilância Sanitária		49.000,00		49.000,00
10.304.0010	Inovando na Saúde		49.000,00		49.000,00
10.305	Vigilância Epidemiológica		515.775,00		515.775,00
10.305.0010	Inovando na Saúde		515.775,00		515.775,00
12	Educação		67.732.268,00		67.732.268,00
12.396	Alimentação e Nutrição		2.459.000,00		2.459.000,00
12.306.0015	Educação: Ética, Aprendizagem e Responsabilidade		2.459.000,00		2.459.000,00
12.361	Ensino Fundamental		37.709.878,00		37.709.878,00
12.361.0015	Educação: Ética, Aprendizagem e Responsabilidade		37.709.878,00		37.709.878,00
12.362	Ensino Médio		608.300,00		608.300,00
12.362.0015	Educação: Ética, Aprendizagem e Responsabilidade		608.300,00		608.300,00
12.364	Ensino Superior		120.000,00		120.000,00
12.364.0015	Educação: Ética, Aprendizagem e Responsabilidade		120.000,00		120.000,00
12.365	Educação Infantil		26.835.090,00		26.835.090,00
12.365.0015	Educação: Ética, Aprendizagem e Responsabilidade		26.835.090,00		26.835.090,00
13	Cultura	2.677.000,00	1.940.600,00		4.617.600,00
13.391	Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	2.677.000,00	98.000,00		2.775.000,00
13.391.0012	Manutenção e Desenvolvimento da Fundação Cultural	2.677.000,00	98.000,00		2.775.000,00
13.392	Difusão Cultural		1.842.600,00		1.842.600,00
13.392.0012	Manutenção e Desenvolvimento da Fundação Cultural		1.842.600,00		1.842.600,00
14	Direitos da Cidadania		76.730,00		76.730,00
14.422	Direitos Individuais, Coletivos e Difusos		76.730,00		76.730,00
14.422.0007	Desenvolvimento Econômico, Inovação e Revitalização		76.730,00		76.730,00
15	Urbanismo	16.113.266,00	19.843.569,00		35.956.835,00
15.122	Administração Geral		3.351.661,00		3.351.661,00
15.122.0006	Planejamento com Eficiência		3.351.661,00		3.351.661,00

"DOE ÓRGÃOS, DOE SANGUE, SALVE VIDAS".

## LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016

Programa de Trabalho de Governo – Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
15	Urbanismo	16.113.266,00	19.843.569,00		35.956.835,00
15.451	Infra-Estrutura Urbana	16.113.266,00	3.623.350,00		19.736.616,00
15.451.0006	Planejamento com Eficiência	16.113.266,00	2.053.190,00		18.166.456,00
15.451.0006	Construindo um Município de Qualidade		1.570.160,00		1.570.160,00
15.452	Serviços Urbanos		12.868.558,00		12.868.558,00
15.452.0013	Universalização dos Serviços de Água e Esgoto		4.079.548,00		4.079.548,00
15.452.0008	Construindo um Município de Qualidade		8.789.010,00		8.789.010,00
16	Habitação	4.931.000,00	1.508.800,00		6.439.800,00
16.122	Administração Geral		1.391.800,00		1.391.800,00
16.122.0009	Habitação com Qualidade		1.391.800,00		1.391.800,00
16.482	Habitação Urbana	4.931.000,00	117.000,00		5.048.000,00
16.482.0009	Habitação com Qualidade	4.931.000,00	117.000,00		5.048.000,00
17	Saneamento	15.685.505,05	15.271.200,00		30.956.705,05
17.122	Administração Geral		4.336.300,00		4.336.300,00
17.122.0013	Universalização dos Serviços de Água e Esgoto		4.336.300,00		4.336.300,00
17.512	Saneamento Básico Urbano	15.685.505,05	10.934.900,00		26.620.405,05
17.512.0013	Universalização dos Serviços de Água e Esgoto	15.685.505,05	10.934.900,00		26.620.405,05
18	Gestão Ambiental		590.444,00		590.444,00
18.541	Preservação e Conservação Ambiental		590.444,00		590.444,00
18.541.0017	Modernizando a Agricultura e Meio Ambiente		590.444,00		590.444,00
20	Agricultura		1.795.048,00		1.795.048,00
20.544	Recursos Hídricos		103.370,00		103.370,00
20.544.0017	Modernizando a Agricultura e Meio Ambiente		103.370,00		103.370,00
20.606	Extensão Rural		1.691.678,00		1.691.678,00
20.606.0017	Modernizando a Agricultura e Meio Ambiente		1.691.678,00		1.691.678,00
22	Indústria		3.733.877,00		3.733.877,00
22.661	Promoção Industrial		3.733.877,00		3.733.877,00
22.661.0007	Desenvolvimento Econômico, Inovação e Revitalização		3.733.877,00		3.733.877,00
23	Comércio e Serviços		881.845,00		881.845,00
23.695	Turismo		881.845,00		881.845,00
23.695.0007	Desenvolvimento Econômico, Inovação e Revitalização		881.845,00		881.845,00
25	Energia		3.285.430,00		3.285.430,00
25.452	Serviços Urbanos		3.285.430,00		3.285.430,00
25.452.0008	Construindo um Município de Qualidade		3.285.430,00		3.285.430,00
27	Desporto e Lazer	1.656.000,00	3.429.000,00		5.085.000,00
27.122	Administração Geral		1.927.000,00		1.927.000,00
27.122.0011	Esporte e Cidadania		1.927.000,00		1.927.000,00
27.811	Desporto e Rendimento		1.460.000,00		1.460.000,00
27.811.0011	Esporte e Cidadania		1.460.000,00		1.460.000,00
27.812	Desporto Comunitário	1.656.000,00	42.000,00		1.698.000,00
27.812.0011	Esporte e Cidadania	1.656.000,00	42.000,00		1.698.000,00
28	Encargos Especiais			8.709.461,00	8.709.461,00
28.843	Serviço da Dívida Interna			6.348.861,00	6.348.861,00
28.843.0005	Gerindo Recursos com Responsabilidade			6.348.861,00	6.348.861,00
28.845	Outras Transferências			625.000,00	625.000,00
28.845.0002	Gestão Administrativa do Gabinete			625.000,00	625.000,00
28.846	Outros Encargos Especiais			1.735.600,00	1.735.600,00
28.846.0004	Administração Geral			1.735.600,00	1.735.600,00
99	Reserva de Contingência		40.605.447,00		40.605.447,00
99.997	Reserva Legal		40.605.447,00		40.605.447,00
99.997.0014	Regime Próprio de Previdência		40.605.447,00		40.605.447,00
99.999	Reserva de Contingência		300.000,00		300.000,00
99.999.0004	Administração Geral		300.000,00		300.000,00
<b>Total:</b>		<b>42.174.371,05</b>	<b>269.446.319,00</b>	<b>8.759.461,00</b>	<b>320.380.151,05</b>



"DOE ÓRGÃOS, DOE SANGUE, SALVE VIDAS".

### LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016

Programa de Trabalho de Governo – Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS				
	TRANSF. FINANC. AO IPRESBS – INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE SÃO BENTO DO SUL				3.343.000,00
	TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA – BOMBEIROS				70.000,00
	TRANSF. FINANC. AO IPRESBS – INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE SÃO BENTO DO SUL				60.000,00
	TRANSF. FINANC. PARA PAGAMENTO DÍVIDA PÚBLICA – SANEAMENTO				0,00
	TRANSF. FINANC. A EMHAB – EMPRESA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO				1.906.800,00
	TRANSF. FINANC. AO FMD – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS				3.274.000,00
	TRANSF. FINANC. A FC – FUNDAÇÃO CULTURAL				1.898.600,00
	TRANSF. FINANC. A CMSBS – CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL				3.400.000,00
	TRANSF. FINANC. CONVÊNIOS A EMHAB – EMPRESA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO				2.500.000,00
	TRANSF. FINANC. AO FMS – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				34.750.000,00
	TRANSF. DE CONVÊNIOS AO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				658.000,00
	Total:	0,00	0,00	0,00	51.860.400,00
	Total Geral:	42.174.371,05	269.446.319,00	8.759.461,00	372.240.551,05

"DOE ÓRGÃOS, DOE SANGUE, SALVE VIDAS".

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016  
Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art.22,II da Lei nº 4.320/64)  
Seleção: Informar valores manualmente

Código	Especificação	Arrecadado		Estimado		LOA
		2012	2013	2014	2015	2016
Entidade: 1- PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL						
4.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0	RECEITAS	143.546.032,32	139.162.838,06	172.046.772,93	185.823.012,00	207.944.626,05
4.1.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0	RECEITAS CORRENTES	124.330.432,02	135.508.288,97	165.298.529,44	185.354.902,00	174.387.750,00
4.1.1.0.0.0.0.0.0.0.0.0	RECEITA TRIBUTÁRIA	27.119.529,69	27.725.355,95	29.514.507,38	26.589.000,00	32.408.500,00
4.1.2.0.0.0.0.0.0.0.0.0	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	2.485.035,57	2.370.129,16	2.690.952,18	2.690.000,00	3.200.000,00
4.1.3.0.0.0.0.0.0.0.0.0	RECEITA PATRIMONIAL	869.817,27	1.599.423,79	4.469.573,59	4.446.535,00	1.362.490,00
4.1.4.0.0.0.0.0.0.0.0.0	RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.5.0.0.0.0.0.0.0.0.0	RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.6.0.0.0.0.0.0.0.0.0	RECEITA DE SERVIÇOS	944.594,51	838.502,51	962.881,92	956.000,00	1.202.800,00
4.1.7.0.0.0.0.0.0.0.0.0	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	88.853.280,35	98.347.964,08	123.549.600,41	113.223.872,00	127.695.491,00
4.1.9.0.0.0.0.0.0.0.0.0	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	4.058.174,63	4.624.913,48	4.111.013,96	7.449.495,00	8.518.469,00
4.2.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0	RECEITA DE CAPITAL	19.2015.600,30	3.656.549,09	6.707.546,54	30.264.610,00	33.511.726,00
4.2.1.0.0.0.0.0.0.0.0.0	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	14.603.265,40	2.150.792,62	2.649.160,38	17.000.000,00	12.279.000,00
4.2.2.0.0.0.0.0.0.0.0.0	ALIENAÇÃO DE BENS	552.250,00	0,00	197.650,00	200.000,00	213.800,00
4.2.3.0.0.0.0.0.0.0.0.0	AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.2.4.0.0.0.0.0.0.0.0.0	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	4.060.084,90	1.505.756,47	3.860.736,16	13.064.610,00	21.018.926,05
4.2.5.0.0.0.0.0.0.0.0.0	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.7.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0	RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00	40.696,95	203.500,00	45.150,00
4.7.1.0.0.0.0.0.0.0.0.0	RECEITA TRIBUTÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.7.2.0.0.0.0.0.0.0.0.0	RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	40.696,95	203.500,00	45.150,00
4.7.3.0.0.0.0.0.0.0.0.0	RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.7.5.0.0.0.0.0.0.0.0.0	RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.7.6.0.0.0.0.0.0.0.0.0	RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.7.9.0.0.0.0.0.0.0.0.0	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0	DEDUÇÕES DA RECEITA	-13.505.140,52	-14.213.513,03	-15.682.434,01	0,00	0,00
9.1.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0	DEDUÇÕES DA RECEITA	-13.505.140,52	-14.213.513,03	-15.682.437,01	0,00	0,00
9.1.1.0.0.0.0.0.0.0.0.0	DEDUÇÕES DA RECEITA TRIBUTÁRIA	-123.343,29	-47.959,49	-48.134,27	0,00	0,00
9.1.6.0.0.0.0.0.0.0.0.0	Dedução Rec. Serviços	-624,06	-2.034,98	-8.189,17	0,00	0,00
9.1.7.0.0.0.0.0.0.0.0.0	DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-13.379.444,78	-14.160.401,98	-15.620.218,72	0,00	0,00
9.1.9.0.0.0.0.0.0.0.0.0	DEDUÇÕES DA RECEITA	1.728,39	3.116,58	-5.894,85	0,00	0,00
Total por entidade		130.040.891,80	124.949.325,03	156.364.335,92	185.823.012,00	207.944.626,05
Entidade: 4- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE						
4.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0	RECEITAS	20.213.977,18	19.573.867,93	20.225.036,73	22.250.975,00	23.717.485,00
4.1.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0	RECEITAS CORRENTES	19.487.593,45	18.371.844,63	19.985.863,51	20.950.975,00	23.317.485,00
4.1.1.0.0.0.0.0.0.0.0.0	RECEITA TRIBUTÁRIA	252.344,64	253.546,59	288.027,81	300.000,00	300.000,00
4.1.2.0.0.0.0.0.0.0.0.0	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.3.0.0.0.0.0.0.0.0.0	RECEITA PATRIMONIAL	110.199,71	136.294,73	199.555,14	171.500,00	216.500,00
4.1.4.0.0.0.0.0.0.0.0.0	RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.5.0.0.0.0.0.0.0.0.0	RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.6.0.0.0.0.0.0.0.0.0	RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.0.0.0.0.0.0.0.0.0	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	19.103.219,03	17.914.691,26	19.473.675,90	20.443.475,00	22.780.985,00
4.1.9.0.0.0.0.0.0.0.0.0	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	21.830,07	67.312,05	24.604,66	38.000,00	20.000,00
4.2.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0	RECEITA DE CAPITAL	726.383,73	1.202.023,30	239.173,22	1.300.000,00	400.000,00
4.2.1.0.0.0.0.0.0.0.0.0	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.2.2.0.0.0.0.0.0.0.0.0	ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.2.3.0.0.0.0.0.0.0.0.0	AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.2.4.0.0.0.0.0.0.0.0.0	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	726.383,73	1.202.023,30	239.173,22	1.300.000,00	400.000,00
4.2.5.0.0.0.0.0.0.0.0.0	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.7.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0	RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.7.1.0.0.0.0.0.0.0.0.0	RECEITA TRIBUTÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.7.2.0.0.0.0.0.0.0.0.0	RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.7.3.0.0.0.0.0.0.0.0.0	RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.7.5.0.0.0.0.0.0.0.0.0	RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.7.6.0.0.0.0.0.0.0.0.0	RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.7.9.0.0.0.0.0.0.0.0.0	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0	DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9.1.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0	DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9.1.1.0.0.0.0.0.0.0.0.0	DEDUÇÕES DA RECEITA TRIBUTÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9.1.7.0.0.0.0.0.0.0.0.0	DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total por entidade:		20.213.977,18	19.573.867,93	20.225.036,73	22.250.975,00	23.717.485,00
Entidade: 9- IPRESBS - INST. PREV. SER. PUB. SÃO BENTO DO SUL						
4.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0	RECEITAS	45.963.728,05	27.034.247,42	48.000.359,85	51.272.680,00	59.359.237,00
4.1.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0	RECEITAS CORRENTES	37.332.627,16	17.167.734,92	35.499.805,53	39.016.970,00	44.105.895,00
4.1.1.0.0.0.0.0.0.0.0.0	RECEITA TRIBUTÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.2.0.0.0.0.0.0.0.0.0	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	4.976.188,16	5.532.926,25	5.934.197,22	7.934.197,22	7.420.895,00
4.1.3.0.0.0.0.0.0.0.0.0	RECEITA PATRIMONIAL	31.968.634,10	9.799.649,25	28.513.172,54	31.546.600,00	35.930.000,00
4.1.4.0.0.0.0.0.0.0.0.0	RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.5.0.0.0.0.0.0.0.0.0	RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.6.0.0.0.0.0.0.0.0.0	RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.0.0.0.0.0.0.0.0.0	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.9.0.0.0.0.0.0.0.0.0	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	387.804,90	1.835.159,42	1.052.435,77	611.000,00	755.000,00
4.2.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0	RECEITA DE CAPITAL	45.000,00	45.000,00	45.000,00	45.000,00	0,00
4.2.1.0.0.0.0.0.0.0.0.0	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.2.2.0.0.0.0.0.0.0.0.0	ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.2.3.0.0.0.0.0.0.0.0.0	AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	45.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.2.4.0.0.0.0.0.0.0.0.0	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.2.5.0.0.0.0.0.0.0.0.0	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	45.000,00	45.000,00	0,00	0,00
4.7.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0	RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	8.586.100,89	9.821.512,50	12.456.554,32	12.255.710,00	15.253.342,00
4.7.1.0.0.0.0.0.0.0.0.0	RECEITA TRIBUTÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.7.2.0.0.0.0.0.0.0.0.0	RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	8.535.546,08	9.778.580,39	12.142.999,14	12.220.710,00	15.153.942,00
4.7.3.0.0.0.0.0.0.0.0.0	RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.7.5.0.0.0.0.0.0.0.0.0	RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.7.6.0.0.0.0.0.0.0.0.0	RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.7.9.0.0.0.0.0.0.0.0.0	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	50.554,81	42.932,11	313.555,18	35.000,00	99.400,00
9.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0	DEDUÇÕES DA RECEITA	-622.834,44	-4.539.487,98	-3.264.839,91	0,00	0,00
9.1.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0	DEDUÇÕES DA RECEITA	-622.834,44	-4.539.487,98	-3.264.839,91	0,00	0,00
9.1.1.0.0.0.0.0.0.0.0.0	DEDUÇÕES DA RECEITA TRIBUTÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9.1.7.0.0.0.0.0.0.0.0.0	DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-622.834,44	-4.539.487,98	-3.264.839,91	0,00	0,00
Total por entidade:		45.340.893,61	22.494.759,94	44.736.519,94	51.272.680,00	59.359.237,00

"DOE ÓRGÃOS, DOE SANGUE, SALVE VIDAS".

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016  
Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art.22,II da Lei nº 4.320/64)  
Seleção: Informar valores manualmente

Código	Especificação	Arrecadado			Estimado	LOA
		2012	2013	2014	2015	2016
<b>Entidade: 10 – EMHAB – EMPRESA MUN. DE HABITACAO</b>						
4.0.0.0.00.00.00.00	RECEITAS	280.137,72	555.480,85	574.922,68	1.927.000,00	2.033.000,00
4.1.0.0.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	248.438,11	479.642,25	520.694,29	147.000,00	193.000,00
4.1.1.0.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.2.0.00.00.00.00	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.3.0.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	33.940,86	52.640,97	97.721,35	76.000,00	118.000,00
4.1.4.0.00.00.00.00	RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.5.0.00.00.00.00	RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.6.0.00.00.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.0.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.9.0.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	215.497,25	427.001,28	422.972,94	71.000,00	75.000,00
4.2.0.0.00.00.00.00	RECEITA DE CAPITAL	30.699,61	75.838,60	54.228,39	1.780.000,00	1.840.000,00
4.2.1.0.00.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.2.2.0.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	615.000,00	880.000,00
4.2.3.0.00.00.00.00	AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	30.699,61	75.838,60	54.228,39	565.000,00	616.000,00
4.2.4.0.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.2.5.0.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	600.000,00	344.000,00
4.7.0.0.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.7.1.0.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.7.2.0.00.00.00.00	RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.7.3.0.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.7.5.0.00.00.00.00	RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.7.6.0.00.00.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.7.9.0.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9.0.0.0.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9.1.0.0.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9.1.1.0.00.00.00.00	DEDUÇOS DA RECEITA TRIBUTÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9.1.7.0.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total por entidade		280.137,72	555.480,85	574.922,68	1.927.000,00	2.033.000,00
<b>Entidade: 12- SERVIÇO AUT. MUN. DE AGUA E ESGOTO-SAMAE</b>						
4.0.0.0.00.00.00.00	RECEITAS	12.172.053,36	11.010.264,46	11.279.254,18	20.913.580,00	22.795.803,00
4.1.0.0.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	12.003.318,61	10.917.443,70	11.175.070,12	20.648.980,00	22.507.389,00
4.1.1.0.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTÁRIA	0,00	0,00	0,00	3.878.000,00	4.227.020,00
4.1.2.0.00.00.00.00	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.3.0.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	246.659,41	161.620,14	358.649,09	480.600,00	523.854,00
4.1.4.0.00.00.00.00	RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.5.0.00.00.00.00	RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.6.0.00.00.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS	11.600.187,37	10.642.282,56	10.706.219,21	16.080.280,00	17.527.506,00
4.1.7.0.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.9.0.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	156.471,83	113.541,02	110.201,82	210.100,00	229.009,00
4.2.0.0.00.00.00.00	RECEITA DE CAPITAL	57.300,00	0,00	0,00	67.900,00	74.011,00
4.2.1.0.00.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.2.2.0.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS	57.300,00	0,00	0,00	67.900,00	74.011,00
4.2.3.0.00.00.00.00	AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.2.4.0.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.2.5.0.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.7.0.0.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	111.434,75	92.820,76	104.184,06	196.700,00	214.403,00
4.7.1.0.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.7.2.0.00.00.00.00	RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.7.3.0.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.7.5.0.00.00.00.00	RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.7.6.0.00.00.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS	111.434,75	92.820,76	104.184,06	196.700,00	214.403,00
4.7.9.0.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9.0.0.0.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9.1.0.0.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9.1.1.0.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA TRIBUTÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9.1.7.0.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total por entidade:		12.172.053,36	11.010.264,46	11.279.254,18	20.913.580,00	22.795.803,00
<b>Entidade: 13 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS</b>						
4.0.0.0.00.00.00.00	RECEITAS	190.765,74	96.839,16	80.974,95	1.787.000,00	1.811.000,00
4.1.0.0.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	190.765,74	96.839,16	80.974,95	1.787.000,00	1.811.000,00
4.1.1.0.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.2.0.00.00.00.00	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.3.0.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	81.868,74	16.273,06	4.383,15	9.000,00	9.500,00
4.1.4.0.00.00.00.00	RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.5.0.00.00.00.00	RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.6.0.00.00.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS	101.172,75	79.482,00	76.504,66	125.000,00	148.500,00
4.1.7.0.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	1.650.000,00	1.650.000,00
4.1.9.0.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	7.724,25	1084,10	87,14	3.000,00	3.000,00
4.2.0.0.00.00.00.00	RECEITA DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.2.1.0.00.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.2.2.0.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.2.3.0.00.00.00.00	AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.2.4.0.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.2.5.0.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.7.0.0.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.7.1.0.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.7.2.0.00.00.00.00	RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.7.3.0.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.7.5.0.00.00.00.00	RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.7.6.0.00.00.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.7.9.0.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9.0.0.0.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9.1.0.0.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9.1.1.0.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA TRIBUTÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9.1.7.0.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total por entidade		190.765,74	96.839,16	80.974,95	1.787.000,00	1.811.000,00

"DOE ÓRGÃOS, DOE SANGUE, SALVE VIDAS".

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016  
Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art.22,II da Lei nº 4.320/64)  
Seleção: Informar valores manualmente

Código	Especificação	Arrecadado			Estimado	LOA
		2012	2013	2014	2015	2016
<b>Entidade: 14 FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO BENTO DO SUL</b>						
4.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS	119.436,92	38.754,68	227.924,09	2.233.000,00	2.719.000,00
4.1.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	119.436,92	38.754,68	227.924,09	1.259.000,00	1.578.000,00
4.1.1.0.00.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.3.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	12.865,11	18.864,01	26.576,93	18.000,00	18.000,00
4.1.4.0.00.00.00.00.00	RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.5.0.00.00.00.00.00	RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.6.0.00.00.00.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS	11.329,22	9.446,20	9.612,00	14.000,00	15.000,00
4.1.7.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	75.199,74	0,00	178.904,52	1.220.000,00	1.537.000,00
4.1.9.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	20.042,65	10.444,47	12.830,64	7.000,00	8.000,00
4.2.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	974.000,00	1.141.000,00
4.2.1.0.00.00.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.2.2.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	1.000,00	1.000,00
4.2.3.0.00.00.00.00.00	AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.2.4.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	973.000,00	1.140.000,00
4.2.5.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.7.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.7.1.0.00.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.7.2.0.00.00.00.00.00	RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.7.3.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.7.5.0.00.00.00.00.00	RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.7.6.0.00.00.00.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.7.9.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9.0.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9.1.0.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9.1.1.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA TRIBUTÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9.1.7.0.00.00.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total por entidade:		119.436,92	38.754,68	227.924,09	2.233.000,00	2.719.000,00
Total geral:		208.358.156,33	178.719.291,55	233.488.968,49	286.207.247,00	320.380.151,05

Estado de Santa Catarina  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016**

Demonstrativo da Evolução da Despesa (conforme art. 22, III, da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Realização da despesa por: Empenho

Página: 1/4  
 Data: 06/10/2015

Código	Especificação	Realizado			Fixado	LOA
		2012	2013	2014		
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL						
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	86.447.549,08	91.625.714,87	101.122.406,06	105.271.587,00	118.190.359,00
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	57.208.086,45	60.382.037,52	66.996.124,08	74.261.762,00	83.640.476,00
3.2.00.00.00.00.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	2.064.917,44	2.415.034,50	1.957.248,99	1.418.000,00	943.400,00
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	27.174.545,19	28.828.642,85	32.169.032,99	29.591.825,00	31.206.483,00
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	18.043.736,50	11.675.490,73	17.266.910,75	37.204.510,00	26.538.607,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	14.388.141,08	5.827.637,06	10.977.701,59	31.255.510,00	21.130.646,00
4.5.00.00.00.00.00.00	INVERSOES FINANCEIRAS	400.000,00	0,00	0,00	3.000,00	2.500,00
4.6.00.00.00.00.00.00	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	3.255.595,42	5.847.853,67	6.289.209,16	5.946.000,00	5.405.461,00
7.0.00.00.00.00.00.00	RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
7.7.00.00.00.00.00.00	RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9.0.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	0,00	0,00	0,00	300.000,00	300.000,00
9.9.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	0,00	0,00	0,00	300.000,00	300.000,00
Total por entidade:		104.491.285,58	103.301.205,60	118.389.316,81	142.776.097,00	142.628.966,00
Entidade: 2 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE						
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	40.483.448,78	42.890.712,57	46.912.671,77	49.964.850,00	57.220.535,00
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	22.127.352,42	20.799.350,69	21.636.559,20	23.634.175,00	26.841.382,00
3.2.00.00.00.00.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	18.356.096,36	22.091.361,88	25.276.112,57	26.330.675,00	30.379.153,00
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	904.338,46	1.728.273,21	726.958,12	2.022.300,00	1.834.950,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	904.338,46	1.728.273,21	726.958,12	2.022.300,00	1.834.950,00
4.5.00.00.00.00.00.00	INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.6.00.00.00.00.00.00	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
7.0.00.00.00.00.00.00	RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
7.7.00.00.00.00.00.00	RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9.0.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9.9.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total por entidade:		41.387.787,24	44.618.985,78	47.639.629,89	51.987.150,00	59.055.485,00
Entidade: 9 - IPRESBS - INST. PREV. SERV. PUB. SÃO BENTO DO SUL						
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	10.922.774,62	11.872.881,67	13.826.462,81	17.201.000,00	21.976.790,00
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	8.890.128,46	10.343.745,51	13.582.367,75	16.337.000,00	21.082.000,00
3.2.00.00.00.00.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.032.646,16	1.529.136,16	244.095,06	864.000,00	894.790,00
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	216.206,18	19.864,35	7.671,82	180.000,00	180.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	216.206,18	19.864,35	7.671,82	180.000,00	180.000,00
4.5.00.00.00.00.00.00	INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado de Santa Catarina  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016**

Demonstrativo da Evolução da Despesa (conforme art. 22, III, da Lei nº 4.320/64)  
 Seleção: Realização da despesa por: Empenho

Página: 2/4  
 Data: 06/10/2015

Código	Especificação	Realizado			Fixado	LOA
		2012	2013	2014		
Entidade: 9 - IPRESBS - INST. PREV. SERV. PUB. SÃO BENTO DO SUL						
4.6.00.00.00.00.00.00	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
7.0.00.00.00.00.00.00	RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	36.853.680,00	40.605.447,00
7.7.00.00.00.00.00.00	RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	36.853.680,00	40.605.447,00
9.0.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9.9.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total por entidade:		11.138.980,80	11.892.746,02	13.834.134,63	54.234.680,00	62.762.237,00
Entidade: 10 - EMHAB - EMPRESA MUN. DE HABITACAO						
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	1.003.990,25	1.179.573,84	1.220.669,16	1.586.500,00	1.538.950,00
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	725.179,75	783.062,28	910.455,63	1.036.000,00	1.118.300,00
3.2.00.00.00.00.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	278.810,50	396.511,56	310.213,53	550.500,00	420.650,00
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	393.759,92	81.922,87	267.935,12	5.029.000,00	4.900.850,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	364.726,10	81.922,87	191.095,96	4.879.000,00	4.750.850,00
4.5.00.00.00.00.00.00	INVERSOES FINANCEIRAS	29.033,82	0,00	76.839,16	150.000,00	150.000,00
4.6.00.00.00.00.00.00	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
7.0.00.00.00.00.00.00	RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
7.7.00.00.00.00.00.00	RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9.0.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9.9.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total por entidade:		1.397.750,17	1.261.496,71	1.488.604,28	6.615.500,00	6.439.800,00
Entidade: 12 - SERVIÇO AUT. MUN. DE AGUA E ESGOTO-SAMAE						
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	8.999.092,08	9.750.995,24	11.010.968,83	16.157.950,00	18.244.200,00
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.948.292,15	4.045.266,01	4.634.635,09	5.392.400,00	6.231.900,00
3.2.00.00.00.00.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.050.799,93	5.705.729,23	6.376.333,74	10.765.550,00	12.012.300,00
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	11.650.548,88	1.392.754,20	3.049.364,60	2.698.630,00	18.146.863,05
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	11.650.548,88	1.392.754,20	3.049.364,60	2.669.230,00	18.115.663,05
4.5.00.00.00.00.00.00	INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	28.000,00	0,00	29.400,00	31.200,00
4.6.00.00.00.00.00.00	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
7.0.00.00.00.00.00.00	RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
7.7.00.00.00.00.00.00	RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9.0.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9.9.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total por entidade:		20.649.640,96	11.143.749,44	14.060.333,43	18.856.580,00	36.391.063,05

Página: 3/4  
Data: 06/10/2015

Estado de Santa Catarina  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016**  
Demonstrativo da Evolução da Despesa (conforme art. 22, III, da Lei nº 4.320/64)  
Seleção: Realização da despesa por: Empenho

Código	Especificação	Realizado			Fixado	LOA	
		2012	2013	2014		2015	2016
Entidade: 13 - FUNDACAO MUNICIPAL DE DESPORTOS							
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	2.750.146,02	2.758.176,98	799.027,05	3.576.140,00	3.430.000,00	
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	728.710,63	793.878,04	799.027,05	948.000,00	1.168.000,00	
3.2.00.00.00.00.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.021.435,39	1.964.298,94	0,00	2.628.140,00	2.262.000,00	
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	71.664,49	14.613,96	0,00	1.007.000,00	1.655.000,00	
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	71.664,49	14.613,96	0,00	1.007.000,00	1.655.000,00	
4.5.00.00.00.00.00.00	INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
4.6.00.00.00.00.00.00	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
7.0.00.00.00.00.00.00	RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
7.7.00.00.00.00.00.00	RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
9.0.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
9.9.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Total por entidade:		2.821.810,51	2.772.790,94	799.027,05	4.583.140,00	5.085.000,00	
Entidade: 14 - FUNDACAO CULTURAL DE SÃO BENTO DO SUL							
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	2.212.488,36	1.709.572,55	2.039.111,73	2.518.100,00	2.297.600,00	
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.164.104,84	1.271.485,46	1.391.695,38	1.568.600,00	1.181.100,00	
3.2.00.00.00.00.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.048.383,52	438.087,09	647.416,35	949.500,00	1.116.500,00	
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	467.157,59	13.658,50	35.498,80	1.836.000,00	2.320.000,00	
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	467.157,59	13.658,50	35.498,80	1.816.000,00	2.300.000,00	
4.5.00.00.00.00.00.00	INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	20.000,00	20.000,00	
4.6.00.00.00.00.00.00	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
7.0.00.00.00.00.00.00	RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
7.7.00.00.00.00.00.00	RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
9.0.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
9.9.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Total por entidade:		2.679.645,95	1.723.231,05	2.074.610,53	4.354.100,00	4.617.600,00	
Entidade: 15 - CAMARA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL							
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	1.926.679,39	2.345.072,41	2.564.034,71	2.686.500,00	2.985.000,00	
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.643.989,47	1.791.327,43	1.951.350,04	2.404.500,00	2.387.000,00	
3.2.00.00.00.00.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	282.689,92	553.744,98	612.684,67	282.000,00	598.000,00	
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	2.249,50	36.729,00	29.075,00	113.500,00	415.000,00	
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	2.249,50	36.729,00	29.075,00	113.500,00	415.000,00	
4.5.00.00.00.00.00.00	INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	



Página: 4/4  
Data: 06/10/2015

Estado de Santa Catarina  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2016**  
Demonstrativo da Evolução da Despesa (conforme art. 22, III, da Lei nº 4.320/64)  
Seleção: Realização da despesa por: Empenho

Código	Especificação	Realizado			Fixado		LOA	
		2012	2013	2014	2015	2016		
Entidade: 15 - CAMARA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL								
4.6.00.00.00.00.00	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
7.0.00.00.00.00.00	RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
7.7.00.00.00.00.00	RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
9.0.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
9.9.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Total por entidade:		1.928.928,89	2.381.801,41	2.593.109,71	2.800.000,00	3.400.000,00		
Total geral:		186.495.830,10	179.096.006,95	200.878.766,33	286.207.247,00	320.380.151,05		

# São João do Oeste

## PREFEITURA

### DECRETO 113 - FIXA UFRM PARA O ANO DE 2016

DECRETO Nº 113/15, DE 28/12/2015.

FIXA O VALOR DA UNIDADE FISCAL DE REFERÊNCIA DO MUNICÍPIO PARA O EXERCÍCIO DE 2016.

SÉRGIO LUÍS THEISEN, Prefeito Municipal de São João do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em atendimento ao § 1º do art. 107 da Lei Complementar Municipal nº 011/2005 e considerando que a variação acumulada do Índice Geral de Preços ao Consumidor IGP-M no período de dezembro de 2014 a novembro de 2015 é de 10,68%.

#### DECRETA:

Art.1º. Fica fixado em R\$ 371,28 (trezentos e setenta reais e vinte e oito centavos) o valor da Unidade Fiscal de Referência Municipal – UFRM, para o período de 1º de janeiro a 31 de dezembro do exercício de 2016.

Art.2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São João do Oeste, 28 de dezembro de 2015.

SÉRGIO LUÍS THEISEN
Prefeito Municipal

### EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 148/2015

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 148/2015

PARTES: Município de São João do Oeste e Auto Posto DDM- Ltda

ORIGEM: Pregão Presencial nº 83/2015

OBJETO: "Aquisição de óleos e graxas para manutenção dos veículos das diversas Secretarias do Município de São João do Oeste".

VALOR TOTAL: R\$ 1.475,00

VIGÊNCIA: 01.01.2016 até 31.12.2015

São João do Oeste – 23 de Dezembro de 2015

Sérgio Luís Theisen – Prefeito Municipal.

### EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 148/2015

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 148/2015

PARTES: Município de São João do Oeste e Agropecuária Bressler- Ltda- Me

ORIGEM: Pregão Presencial nº 83/2015

OBJETO: "Aquisição de óleos e graxas para manutenção dos veículos das diversas Secretarias do Município de São João do Oeste".

VALOR TOTAL: R\$ 18.656,00

VIGÊNCIA: 01.01.2016 até 31.12.2016

São João do Oeste – 23 de Dezembro de 2015

Sérgio Luís Theisen – Prefeito Municipal.

### EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 148/2015

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 148/2015

PARTES: Município de São João do Oeste e Auto Posto Confiança Ltda- Me

ORIGEM: Pregão Presencial nº 83/2015

OBJETO: "Aquisição de óleos e graxas para manutenção dos veículos das diversas Secretarias do Município de São João do Oeste".

VALOR TOTAL: R\$ 11.463,68

VIGÊNCIA: 01.01.2016 até 31.12.2016

São João do Oeste – 23 de Dezembro de 2015

Sérgio Luís Theisen – Prefeito Municipal.

# São João do Sul

## PREFEITURA

**EXTRATO DE CONTRATO N° 143/2015**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO N° 143/2015

TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 089/2015

OBJETO: Fica prorrogada a vigência do Contrato até 02/03/2016CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul.

CONTRATADA: FABSUL PAVIMENTAÇÕES LTDA EPP

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 052/2015 – Tomada de Preços nº 007/2015 de 07/07/2015, de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

São João do Sul, 28 de Dezembro de 2015.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

# São Joaquim

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 509/2015

PORTARIANº 509/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

#### RESOLVE:

Art. 1º - De acordo com Requerimentos Protocolados e em conformidade com a Lei Complementar Nº 4.183/2013, de 20/12/2013, artigo 19; Ficam REMOVIDAS as seguintes Professoras: - GLAUCIA APARECIDA BRILINGER RODRIGUES ALMEIDA nomeada na E.B.M. Octávio Antunes de Souza, localidade de Bentinho através do Decreto Nº 080/2015, de 02/03/2015 para desempenhar suas funções na E.B.M. João Inácio de Melo, Localidade de Santa Isabel, a partir desta data. - MARIA EMILIA SOUZA PESSOA SANTOS nomeada na E.B.M. Octávio Antunes de Souza, localidade de Bentinho através do Decreto Nº 080/2015, de 02/03/2015 para desempenhar suas funções na E.B.M. José Saturnino de Souza e Oliveira, Localidade de Pericó, a partir desta data. - RAQUEL MENDES COLHO nomeada na E.B.M. Octávio Antunes de Souza, localidade de Bentinho através do Decreto Nº 053/2013, de 04/02/2013 para desempenhar suas funções na E.B.M. Jarbas Amarante Ferreira, Localidade de Boava, a partir desta data. - SILVANA FLORÊNCIO E SILVA nomeada na E.E.B.M. Jurema Hugem Palma, Bairro Santa Paulina através do Decreto Nº 050/2013, de 04/02/2013 para desempenhar suas funções na E.B.M. Domingos Pereira Portela, Bairro Jardim Bandeira, a partir desta data. - ADRIANA ANDRADE FAUSTO nomeada na E.B.M. Jarbas Amarante Ferreira, localidade de Boava através do Decreto Nº 029/2000, de 14/02/2000 para desempenhar suas funções na E.E.B.M. Jurema Hugem Palma, Bairro Santa Paulina, a partir desta data. - LUCIANA ZANDONADI DA ROSA nomeada na E.B.M. José Saturnino de Souza e Oliveira, localidade de Pericó através do Decreto Nº 035/2015, de 02/02/2015 para desempenhar suas funções na E.B.M. Jarbas Amarante Ferreira, localidade de Boava, a partir desta data.

Parágrafo Único – As Professoras mencionadas no artigo 1º desta Portaria continuarão com carga horária de 20 horas semanais.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 18 de Dezembro de 2015.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
Prefeito Municipal.

### PORTARIA Nº510/2015

PORTARIANº 510/2015

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

#### RESOLVE:

Art. 1º - De acordo com Requerimentos Protocolados e em conformidade com a Lei Complementar Nº 4.183/2013, de 20/12/2013, artigo 19; Ficam REMOVIDAS as seguintes Professoras: - ANASTÁCIA FATIMA NUNES nomeada no C.E.I. São Francisco Xavier, localidade de Boqueirão através do Decreto Nº 073/2013, de 14/02/2013 para desempenhar suas funções no C.E.I. Joaquim Pereira, Localidade de Boava, a partir desta data. - TÂNIA MARIA SEIFERT CARDOSO

nomeada no C.E.I. Filomena Martorano Rodrigues Vieira, Bairro Jardim Bandeira através do Decreto Nº 059/2014, de 26/02/2014 para desempenhar suas funções no C.E.I. Jardim Minuano, Bairro Jardim Minuano, a partir desta data. - MARILENE DE FATIMA GOULART PALHANO Nomeada no C.E.I. Joaquim Pereira, localidade de Boava através do Decreto Nº 073/2013, de 14/02/2013 para desempenhar suas funções no C.E.I. Joaquim Pereira, Localidade de Boava, a partir desta data. - MARILU FERNANDES GOULART Nomeada no C.E.I. Madre Paulina, Bairro Santa Paulina através do Decreto Nº 018/2002, de 04/02/2002 para desempenhar suas funções no C.E.I. Direitos Humanos, Bairro Centro, a partir desta data.

Parágrafo Único – As Professoras mencionadas no artigo 1º desta Portaria continuarão com carga horária de 30 horas semanais.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 18 de Dezembro de 2015.  
HUMBERTO LUIZ BRIGHENTI  
Prefeito Municipal.

### PP 01/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Nº 01/2016

Pregão Presencial 01/2016

Objeto: Contratação de empresa especializada para realizar coleta, transbordo, transporte e destinação de resíduos sólidos domiciliares e comerciais compactáveis que deverão ser coletados em todo o perímetro urbano e zona rural em localidades do interior do Município de São Joaquim, e para coleta, transporte e destinação de resíduos de saúde a serem coletados nas unidades sanitárias e ambulatórios de responsabilidade do Município que geram resíduos patológicos, medicamentos, reagentes e outros derivados dos serviços de saúde.

Tipo: Menor Preço Global  
Abertura: 11/11/2016 14:00 horas  
Valor estimado: R\$ 1.391.625,24

O Processo será regido pela Lei nº 8.666/93, em especial pelo contido no edital. Interessados poderão obter a cópia do edital, no Dep. de Compras no prédio da Prefeitura, horário de expediente ou ainda solicitar pelo e-mail pmsj\_licitacao@hotmail.com ou ainda pelos sites <http://www.saojoaquim.sc.gov.br> inf. (49)3233-0411.

São Joaquim, 28 de dezembro de 2015  
Humberto Luiz Brighenti  
Prefeito Municipal

# São José do Cedro

## PREFEITURA

### EXTRATO CONVÊNIO Nº 023/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SAO JOSE DO CEDRO

EXTRATO DE CONVÊNIO

Convênio Nº 23.2015

Concedente: MUNICÍPIO DE SAO JOSE DO CEDRO.

Conveniente: ASSOCIAÇÃO MÃES JUNTAS VENCEREMOS

Valor do repasse: R\$\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais) em parcela única;

Vigência: 23/12/2015 a 22 /06/2016.

Objeto: auxiliar no pagamento das despesas relativas à realização de melhorias na estrutura física da sede social., conforme Lei nº 4.463, de 16 de dezembro de 2015.

### EXTRATO CONVÊNIO Nº 024/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SAO JOSE DO CEDRO

EXTRATO DE CONVÊNIO

Convênio Nº 24.2015

Concedente: MUNICÍPIO DE SAO JOSE DO CEDRO.

Conveniente: CLUBE DE MÃES TRÊS MARIAS

Valor do repasse: R\$\$106.000,00 (cento e seis mil reais) em parcela única;

Vigência: 28/12/2015 a 27/06/2016.

Objeto: auxiliar no pagamento das despesas relativas à realização de melhorias na estrutura física da sede social., conforme Lei nº4.464, de 16 de dezembro de 2015.

# São Lourenço do Oeste

## PREFEITURA

### **AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 174/2015, DISPENSA DE LICITAÇÃO P/ COMPRAS E SERV. Nº 006**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC  
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO: Nº 174/2015  
DISPENSA DE LICITAÇÃO: Nº 006/2015  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC, CNPJ: 83.021.873/0001-08  
CONTRATADA: CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL–CIGA CNPJ:09.427.503/0001-12  
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO.  
VALOR TOTAL: R\$ 16.200,00 (dezesesseis mil e duzentos reais)  
DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: As despesas decorrentes da execução do contrato, relativo à presente dispensa, serão custeadas através de recursos próprios do Município, por conta do orçamento do exercício financeiro de 2016.  
PERÍODO DE VIGÊNCIA: Da assinatura do contrato até 31/12/2016.  
FUNDAMENTO LEGAL: art. 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal n.º 11.107/05; art. 18 do Decreto Federal n.º 6.017/07; art. 24, inciso XIII, primeira parte, e inciso XVI, segunda parte, da Lei Federal n.º 8.666/93; e na Lei Municipal n.º 1762, de 18/08/2008.

São Lourenço do Oeste - SC, 28 de dezembro de 2015.  
GERALDINO CARDOSO  
Prefeito Municipal

### **DECRETO Nº 5.302, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2015.**

DECRETO Nº 5.302, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2015.  
Abre crédito adicional suplementar - por excesso de arrecadação, no orçamento programa de 2015, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e autorização contida na Lei Municipal nº 2.191, de 18 de dezembro 2014 e na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, art. 43, § 1º, inciso II,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional - excesso de arrecadação, adicionando-se pelo crédito orçamentário o valor de até R\$ 48.230,00 (quarenta e oito mil, duzentos e trinta reais), na seguinte dotação orçamentária:

13.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS  
13.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS  
13.01.10.302.4506.2.021.3.3.90.00.00.00.00.01.0002 30 Aplicação Direta R\$ 48.230,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação, de que trata o artigo anterior, decorrerá a utilização do excesso de arrecadação, em conformidade com o que estabelece a Lei Municipal nº 2.191, de 18 de dezembro 2014 e o art. 43, § 1º, inciso II da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 28 de dezembro de 2015.  
GERALDINO CARDOSO  
Prefeito Municipal

### **DECRETO Nº 5.303, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2015.**

DECRETO Nº 5.303, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2015.  
Abre crédito adicional suplementar - por excesso de arrecadação, no orçamento programa de 2015, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e autorização contida na Lei Municipal nº 2.191, de 18 de dezembro 2014 e na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, art. 43, § 1º, inciso II,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional - excesso de arrecadação, adicionando-se pelo crédito orçamentário o valor de até R\$ 32.000,00 (trinta e dois mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

13.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS  
13.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS  
13.01.10.301.4506.2.047.3.3.90.00.00.00.00.01.0002 11 Aplicação Direta R\$ 32.000,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação, de que trata o artigo anterior, decorrerá a utilização do excesso de arrecadação, em conformidade com o que estabelece a Lei Municipal nº 2.191, de 18 de dezembro 2014 e o art. 43, § 1º, inciso II da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 28 de dezembro de 2015.  
GERALDINO CARDOSO  
Prefeito Municipal

### **EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO 016, DE 18/06/2015.**

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO 016, DE 18/06/2015.

Concedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Conveniente: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE, CNPJ nº 80.622.376/0001-77.

Objeto: Prorrogação do prazo de vigência previsto na cláusula sexta do Convênio originário, tendo em vista requerimento confeccionado pela Conveniente e decisão favorável do Concedente, possibilitando a ampliação do prazo de execução e, consequentemente, da prestação de contas dos recursos recebidos pela Conveniente, em razão de que ainda não foi efetuado o repasse da última parcela do auxílio financeiro, referente a este mês de dezembro de 2015, não havendo tempo hábil para o emprego destes recursos na finalidade a qual se destinam ainda neste exercício financeiro, até mesmo em virtude do encerramento do ano letivo, restringindo os gastos com a manutenção das atividades da entidade neste período.  
Vigência: Prorrogada de 31/12/2015 até 30/03/2016.

Data da assinatura: 28/12/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso, Prefeito Municipal - pelo Concedente - Zilde Mônica Suzin Echer, Presidente - pela Convenente.

**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO 019, DE 29/07/2015.**

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO 019, DE 29/07/2015.

Concedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Convenente: REDE FEMININA DE COMBATE AO CÂNCER DE SÃO LOURENÇO D'OESTE/SC, CNPJ sob o nº 06.536.696/0001-51.

Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do Convênio originário, tendo em vista requerimento confeccionado pela Convenente e decisão favorável do Concedente, possibilitando a ampliação do prazo de execução e, conseqüentemente, da prestação de contas dos recursos recebidos pela Convenente, em razão de que o pagamento da primeira parcela do auxílio financeiro ocorreu apenas no mês de agosto deste ano, portanto, posteriormente à realização de diversos gastos, que foram saldados com outras verbas de que dispunha a entidade, não havendo tempo hábil para o emprego a totalidade destes recursos na finalidade a qual se destinaram ainda neste exercício financeiro.

Data da assinatura: 28/12/2015.

Vigência: Prorrogada de 31/12/2015 a 31/03/2016.

Signatários: Geraldino Cardoso, Prefeito Municipal - pelo Concedente, Noeli Bandeira Visoli, Presidente - pela Convenente.



# Sul Brasil

## PREFEITURA

### DECRETO 270/2015

DECRETO Nº 0270/2015 DE 28/12/2015

“DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL DE ESPECIE SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal do Município de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto na Lei nº 1004/2014 de 11 de novembro de 2014.

Artigo 1º – Fica aberto no Órgão e Unidade Orçamentária, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais), destinados a suplementar a seguintes Atividades do Orçamento Municipal do vigente.

DE:

05.0002.008.0244.0009.2.033- Atendimento ao Programa PAIF/IGD

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.3.90.00(104)	0.1.65.001652	Outras Despesas Correntes- Aplicações Diretas (1652)	R\$ 500,00

PARA:

05.0002.008.0244.0009.2.033- Atendimento ao Programa PAIF/IGD

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
4.4.90.00(232)	0.1.65.001652	Investimentos- Aplicações Diretas (1652)	R\$ 500,00

Artigo 2º – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação esta vinculado a Lei 1.027 de 06 de abril de 2015 que institui o DOM - Diário Oficial dos Municípios.

Artigo 3º – Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil – SC, aos 28 de dezembro de 2015

EDER IVAN MARMITT

Prefeito Municipal

Gabinete do Prefeito Municipal Registrado e Publicado na Data Supra.

PAULO CESAR HUBNER

CRC/SC 024848/O-0

# Tigrinhos

## PREFEITURA

### PORTARIA 237/2015

PORTARIA Nº. 237/2015.

EXONERA A SERVIDORA MUNICIPAL SRA. ANGELICA ROANI WOLFF, OCUPANTE DO CARGO DE COORDENAR GERAL DO PETI, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, digníssimo Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de acordo com o inciso VI do artigo 68 da lei Orgânica Municipal;

#### RESOLVE:

Art. 1º - Exonera a Servidora Pública Sra. ANGELICA ROANI WOLFF, do cargo de COORDENADOR GERAL DO PETI, cadastrada sob a matrícula nº. 387/03, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir de 30/12/2015.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 29 DE DEZEMBRO DE 2015.  
RUDIMAR FRANCISCO GUTH  
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em vinte e nove de dezembro de dois mil e quinze.

Maicon Bruxel

Secretário Municipal de Administração e fazenda.

### PORTARIA 238/2015

PORTARIA Nº. 238/2015.

EXONERA O SERVIDOR MUNICIPAL SR. ANTONIO MARCOS GRUNWALDT, OCUPANTE DO CARGO COMISSIONADO DE DIRETOR GERAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, digníssimo Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de acordo com o inciso VI do artigo 68 da lei Orgânica Municipal;

#### RESOLVE:

Art. 1º - Exonera o Servidor Público Sr. ANTONIO MARCOS GRUNWALDT, do cargo comissionado de DIRETOR GERAL, cadastrado sob a matrícula nº. 482/01, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, a partir de 30/12/2015.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 29 DE DEZEMBRO DE 2015.  
RUDIMAR FRANCISCO GUTH  
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em vinte e nove de dezembro de dois mil e quinze.

Maicon Bruxel

Secretário Municipal de Administração e fazenda.

### PORTARIA 239/2015

PORTARIA Nº. 239/2015.

EXONERA A SERVIDORA MUNICIPAL SRA. CRISTIANI GISLAINE MÜLLER, OCUPANTE DO CARGO DE ASSISTENTE SOCIAL DO CRAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, digníssimo Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de acordo com o inciso VI do artigo 68 da lei Orgânica Municipal;

#### RESOLVE:

Art. 1º - Exonera a Servidora Pública Sra. CRISTIANI GISLAINE MÜLLER, do cargo de ASSISTENTE SOCIAL do CRAS, cadastrada sob a matrícula nº. 477/01, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir de 30/12/2015.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 29 DE DEZEMBRO DE 2015.  
RUDIMAR FRANCISCO GUTH  
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em vinte e nove de dezembro de dois mil e quinze.

Maicon Bruxel

Secretário Municipal de Administração e fazenda.

### PORTARIA 240/2015

PORTARIA Nº. 240/2015.

EXONERA A SERVIDORA MUNICIPAL SRA. DIANILÉIA FABRIS, OCUPANTE DO CARGO DE PSICÓLOGO DO CREAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, digníssimo Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de acordo com o inciso VI do artigo 68 da lei Orgânica Municipal;

#### RESOLVE:

Art. 1º - Exonera a Servidora Pública Sra. DIANILÉIA FABRIS, do cargo de PSICÓLOGA do CREAS, cadastrada sob a matrícula nº. 479/01, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, a partir de 30/12/2015.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 29 DE DEZEMBRO DE 2015.  
RUDIMAR FRANCISCO GUTH  
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em vinte e nove de dezembro de dois mil e quinze.

Maicon Bruxel

Secretário Municipal de Administração e fazenda.

**PORTARIA 241/2015**

PORTARIA Nº. 241/2015.

EXONERA A PEDIDO (PROGRAMA DEMISSÃO VOLUNTÁRIA) A SERVIDORA MUNICIPAL SRA. IZOLDI AVANI ZILKE, OCUPANTE DO CARGO EFETIVO DE AUXILIAR DE ENFERMAGEM E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH, digníssimo Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de acordo com o inciso VI do artigo 68 da lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 784/2014,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Exonera A PEDIDO da Servidora Pública, a Sra. IZOLDI AVANI ZILKE, do cargo efetivo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, cadastrada sob matrícula nº. 28/01, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, que aderiu ao Programa de Demissão Voluntária no Município de Tigrinhos/SC, conforme Lei Municipal nº. 784/2014, a partir de 30 de Dezembro de 2015, conforme requerimento da mesma e seu deferimento pelo Chefe do Poder Executivo.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 29 DE DEZEMBRO DE 2015.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria em vinte e nove de dezembro de dois mil e quinze.

Maicon Bruxel  
Secretário Municipal de Administração e fazenda.

---

**CÂMARA MUNICIPAL**

---

**ELEIÇÃO MESA DIRETORA EXERCICIO 2016**

RESOLUÇÃO Nº. 003/2015

DISPÕE SOBRE A ELEIÇÃO DA MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE TIGRINHOS - SC.

GILBERTO CYBULSKI, Presidente da Câmara de Vereadores, do Município de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 23, Inciso I, Alínea "D", do Regimento Interno da Câmara Municipal de Vereadores:

Art. 1º - Fica eleita a Mesa Diretora da Câmara Municipal de Vereadores de Tigrinhos – SC, para a quarta Sessão Legislativa da quinta Legislatura, constituída pelos seguintes membros:

Presidenta: Salete Teresinha Sausen (PSD)  
Vice - presidente: Antonio Manfrin (PSDB)  
Secretário: Fernando Martim (PSDB)  
2º secretário: Gilberto Cybulski (PSD)

Art. 2º - Para fazer face às despesas decorrentes desta Resolução serão usados recursos do orçamento Municipal.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor a partir da data da publicação, ficam revogadas as disposições em contrário.

Tigrinhos, aos 21 dias do mês de dezembro de 2015.

Gilberto Cybulski  
Presidente

# Timbó

## PREFEITURA

### CONVOCAÇÃO ASSINATURA CONTRATO - PREGÃO PRESENCIAL N.º 121 2015 PMT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DE CONTRATO

PREGÃO PRESENCIAL N.º. 121/2015 – PMT

A Central de Licitações convoca, através do presente, a licitante SEGVILLE VIGILÂNCIA PATRIMONIAL EIRELI - EPP, CNPJ n.º 14.576.552/0001-57 a comparecer para assinatura dos contratos administrativos, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC – Central de Licitações;

DATA: até 03 (três) dias consecutivos à convocação.

HORÁRIO: entre as 07hs e as 13hs.

Timbó, 28 de dezembro de 2015

ROSE MERY DALCANALE

Central de Licitações

### EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 2014.186 - FMS

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º. 2014/186

CONTRATANTE: Município de Timbó através do Fundo Municipal de Saúde

CONTRATADO: GTA Gestão Ambiental Ltda

OBJETO: Prorrogação do prazo até 31/12/2016 e reajuste.

Data da assinatura: 01/12/2015

ALFREDO JOÃO BERRI

Secretário de Saúde

### RETIFICAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 12 2015 SAMAE

MUNICÍPIO DE TIMBÓ - CENTRAL DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 12/2015 - SAMAE

AVISO DE RETIFICAÇÃO

O Município de Timbó/SC, através do SAMAE, leva ao conhecimento dos interessados que o Edital de Pregão Presencial n.º 12/2015 SAMAE, que objetiva a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de coleta e análise de água da saída do tratamento (E.T.A), sistema de distribuição, captação superficial, de acordo com a portaria n.º 2.914 do Ministério da Saúde de 12/12/2011, e CONAMA n.º 357/05, sofreu alterações na descrição que se refere à qualificação técnica do item 7.3.4 letra "d" (documentos para habilitação), e no item 3.2.4 do Termo de referência, do Anexo I, conforme segue:

Onde se lê:

"7.3.4 - Qualificação Técnica:

d) A licitante vencedora deverá apresentar certificado de acreditação

do INMETRO ou a certificação da FATMA, nos termos previstos pelo artigo 21 da Portaria MS 2914/2011.

E,

3.2.4 A licitante vencedora deverá apresentar certificado de acreditação do INMETRO ou a certificação da FATMA, nos termos previstos pelo artigo 21 da Portaria MS 2914/2011. (Anexo I, Termo de Referência)."

Leia-se:

"7.3.4 - Qualificação Técnica:

d) A licitante vencedora deverá apresentar certificado de acreditação do INMETRO e a certificação da FATMA, nos termos previstos pelo artigo 21 da Portaria MS 2914/2011.

E,

3.2.4 A licitante vencedora deverá apresentar certificado de acreditação do INMETRO e a certificação da FATMA, nos termos previstos pelo artigo 21 da Portaria MS 2914/2011. (Anexo I, Termo de Referência)."

Permanecem inalteradas as demais condições.

Timbó/SC, 28 de dezembro de 2015

WALDIR GIRARDI

Diretor Presidente SAMAE

### SEGUNDA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 05 2015 FMS - SERVIÇOS DE EMISSÃO DE LAUDOS DE RAIOS X

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL N.º. 05/2015 FMS

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó através do Fundo Municipal de Saúde

OBJETO: Registro de preços destinado à contratação de empresa para prestação de serviços de emissão de laudos de raios x, através de imagem disponibilizada pelo sistema de telemedicina ou similar, e/ou imagem impressa em película, para atendimento de toda a demanda do Fundo Municipal de Saúde – FMS, (Repetição do Pregão Presencial – Registro de Preços n.º 04/2015 FMS – com alterações).

EMPRESA FORNECEDORA: Assemed Especialistas Médicos Associados.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 88.000,00 (oitenta e oito mil reais).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 24/06/2016

Timbó, 25/06/2015

ALFREDO JOÃO BERRI

Secretário de Saúde

**TERCEIRA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE  
REGISTRO DE PREÇO N.º 19.2015 PMT - AVALIAÇÃO  
DE IMÓVEIS**

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL N.º. 19/2015 PMT

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó através da Secretaria da Fazenda e Administração.

OBJETO: Registro de preços para contratação de serviços de avaliações de imóveis urbanos da Cidade de Timbó, para fins diversos, atendendo as necessidades da Administração Direta e Indireta.

EMPRESA FORNECEDORA: Mapa Imobiliária Ltda Epp.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 16/03/2016

Timbó, 17/03/2015

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária da Fazenda e Administração

# Timbó Grande

## PREFEITURA

### DECRETO 40/2015

DECRETO Nº 40/2015, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2015.

“DISPÕE SOBRE O CRONOGRAMA DE AÇÕES PARA IMPLEMENTAÇÃO DE PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PADRONIZADOS E CONSOLIDADOS COM O PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

O Prefeito Municipal de Timbó Grande, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 103, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art.- 1º - Em atendimento as Portarias da Secretária do Tesouro Nacional – STN nº 753, de 21 de dezembro de 2012, e a de nº 548, de 24 de setembro de 2015, os Procedimentos contábeis serão adotados, no que couber, a partir dos seguintes prazos:

ITEM	CRONOGRAMA DE AÇÕES DATA DE INICIO
1- Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos, tributários ou não, por competência, e a dívida ativa, incluindo os respectivos ajustes para perdas.	
1.1 - Registro dos créditos tributários ou não, pelo regime de competências, inclusive dívida ativa.	Dezembro de 2015
1.2 - Aplicação de metodologia para ajustes de perdas de créditos de impostos e contribuições, inclusive dívida ativa.	Dezembro de 2015
2- Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência.	
2.1 - Registro das obrigações e provisões por competência.	Dezembro de 2016
2.2 - Divulgação de cada classe de provisão.	Dezembro de 2016
3- Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis, imóveis e intangíveis.	
3.1 - Registro e evidenciação dos bens móveis, imóveis e intangíveis segundo orientações da MCASP.	Dezembro de 2015
4- Registro de fenômenos econômicos, resultantes ou independentes da execução orçamentária, tais como depreciação, amortização, exaustão.	
4.1 - Definição de tabela de taxa de depreciação/amortização/exaustão, e vida útil dos bens móveis.	Dezembro de 2015
4.2 - Definição dos critérios para reavaliação dos bens e da respectiva redução ao valor recuperável para os ativos.	Dezembro de 2015
4.3 - Registro contábil de fenômenos econômicos, resultantes ou independentes da execução orçamentária, tais como depreciação, amortização e exaustão.	Dezembro de 2015
5 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos ativos de infraestrutura.	
5.1 - Definição da tabela de taxa de depreciação dos ativos de infraestrutura.	Dezembro de 2021
5.2 - Definição dos critérios para reavaliação e redução ao valor recuperável dos ativos de infraestrutura.	Dezembro de 2021
5.3 - Implantação de sistema de controle dos ativos de infraestrutura.	Dezembro de 2021
5.4 - Registro contábil dos ativos de infraestrutura.	Dezembro de 2021
6 - Implementação de Sistema de Custos	
6.1 - Identificação dos programas, serviços, entre outros, que terão os custos levantados.	Dezembro de 2021
6.2 - Levantamento de variáveis físicas, financeiras e econômicas para estabelecimento de custos.	Dezembro de 2021
6.3 - Implementação do sistema de custos.	Dezembro de 2021
7 - Aplicação de Plano de contas, detalhado no nível exigido para a consolidação das contas nacionais	
7.1 - Sistema informatizado de registro da contabilidade de acordo com o PCASP.	Dezembro de 2015
7.2 - Detalhamento do PCASP para atender as necessidades do ente.	Dezembro de 2015
8- Demais Aspectos patrimoniais previstos no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público	
8.1 - Registros de participações em empresas e em consórcios públicos ou publico-privado por meio de custos ou equivalência patrimonial.	Dezembro de 2021
8.2 - Implementação de controle de estoque/almojarifado.	Dezembro de 2021

Art. 2º - Fica automaticamente prorrogado os prazos estabelecidos no art. 1º em virtude de não estarem adequados em tempo hábil os sistemas de captura de informações dos órgãos de controle.

Art. 3º - Os procedimentos Contábeis referidos neste decreto serão adotados, com base no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público da Secretaria do Tesouro Nacional e orientações do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e orientações do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, em especial o decreto nº 11.321 de 24 de outubro de 2014.

Timbó Grande, 07 de dezembro de 2015.

ALMIR FERNANDES  
PREFEITO MUNICIPAL

Este Decreto foi registrado na Secretaria de Administração e Finanças e publicado no átrio – mural de publicações desta Prefeitura Municipal, na mesma data supra.

Francielly Scarmucin Caldas  
Secretário de Administração e Finanças



# Três Barras

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 4.549 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2015.

DECRETO Nº 4.549 DE 12 DE NOVEMBRO DE 2015.

APROVA PLANTA DE DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DO IMÓVEL DE PROPRIEDADE DE ELIZEU PECHIBILSKI E ANDRÉA STACIAK PECHIBILSKI, SITUADO NO BAIRRO KM 02, TRÊS BARRAS – SC.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 65, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal,

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica aprovada a planta de desmembramento de área do imóvel de propriedade de Elizeu Pechibilski e Andréa Staciak Pechibilski, localizado na Rua Félix da Costa Gomes, bairro Km 02, em Três Barras – SC, devidamente registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca sob nº 11.781 – livro de registro geral nº 02. Área total do imóvel 513,75 m<sup>2</sup> (quinhentos e treze metros e setenta e cinco centímetros quadrados), subdividido em 02 (dois) lotes, que apresentam as seguintes medidas e confrontações:

I – Lote 71-A com 253,80 m<sup>2</sup>, com a seguinte descrição: Para quem da Rua Félix da Costa Gomes, se encontra: à Frente, com a Rua Félix da Costa Gomes na extensão de 16,00 metros; aos Fundos, com o Lote nº 71-B na extensão de 15,03 metros; ao Lado Direito, com o Lote nº 70 na extensão de 20,10 metros; e, ao Lado Esquerdo, com o Lote nº 72 na extensão de 13,70 metros.

II – Lote 71-B com 259,95 m<sup>2</sup>, com a seguinte descrição: Para quem da Rua Atanázio João Braz, se encontra: à Frente, com a Rua Atanázio João Braz na extensão de 15,00 metros; aos Fundos, com o Lote nº 71-A na extensão de 15,03 metros; ao Lado Direito, com o Lote nº 72 na extensão de 17,30 metros; e, ao Lado Esquerdo, com o Lote nº 69 na extensão de 17,40 metros.

Art. 2º. O presente desmembramento de área em seus lotes utilizará o sistema viário, rede de água e energia elétrica já existentes.

Art. 3º. De acordo com a legislação vigente o prazo de validade deste Decreto é de 180 (cento e oitenta) dias a contar da presente data para registro junto ao Cartório de Imóveis da Comarca.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 12 de novembro de 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal Três Barras

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura, na data supra.

William Gerson Nayzer

Diretor

### DECRETO Nº 4.557 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.

DECRETO Nº 4.557 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.

APROVA PLANTA DE DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DO IMÓVEL DE PROPRIEDADE DE DÉCIO ROBERTO ROEDER E SILMARA REGINA TEODOROVITZ ROEDER, SITUADO NO DISTRITO DE SÃO CRISTÓVÃO, TRÊS BARRAS – SC.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 65, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal,

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica aprovada a planta de desmembramento de área do imóvel de propriedade de Décio Roberto Roeder e Silmara Regina Teodorovitz Roeder, localizado na Avenida Abrahão Mussi, Distrito de São Cristóvão, em Três Barras – SC, devidamente registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca sob nº 38.866 – livro de registro geral nº 02. Área total do imóvel 1.594,72 m<sup>2</sup> (hum mil, quinhentos e noventa e quatro metros e setenta e dois centímetros quadrados), subdividido em 05 (cinco) lotes, que apresentam as seguintes medidas e confrontações:

I – Lote 01-A com 318,95 m<sup>2</sup>, com a seguinte descrição: Para quem da Avenida Abrahão Mussi, se encontra: à Frente, com a Avenida Abrahão Mussi na extensão de 17,50 metros; aos Fundos, com o Lote nº 01-C na extensão de 17,50 metros; ao Lado Direito, com o Lote nº 01-B na extensão de 20,00 metros; e, ao Lado Esquerdo, com a Rua Cidade de Valinhos na extensão de 20,00 metros.

II – Lote 01-B com 318,95 m<sup>2</sup>, com a seguinte descrição: Para quem da Avenida Abrahão Mussi, se encontra: à Frente, com a Avenida Abrahão Mussi na extensão de 17,50 metros; aos Fundos, com o Lote nº 01-C na extensão de 17,50 metros; ao Lado Direito, com o Lote nº 02, pertencente a Pedro Pereira, na extensão de 20,00 metros; e, ao Lado Esquerdo, com o Lote nº 01-A na extensão de 20,00 metros.

III – Lote 01-C com 318,94 m<sup>2</sup>, com a seguinte descrição: Para quem da Rua Cidade de Valinhos, se encontra: à Frente, com a Rua Cidade de Valinhos na extensão de 10,00 metros; aos Fundos, com o Lote nº 02, pertencente a Pedro Pereira, na extensão de 10,00 metros; ao Lado Direito, com o Lote nº 01-A na extensão de 17,50 metros e com o Lote nº 01-B na extensão de 17,50 metros, totalizando 35,00 metros; e, ao Lado Esquerdo, com o Lote nº 01-D na extensão de 35,00 metros.

IV – Lote 01-D com 318,94 m<sup>2</sup>, com a seguinte descrição: Para quem da Rua Cidade de Valinhos, se encontra: à Frente, com a Rua Cidade de Valinhos na extensão de 10,00 metros; aos Fundos, com o Lote nº 02, pertencente a Pedro Pereira, na extensão de 10,00 metros; ao Lado Direito, com o Lote nº 01-C na extensão de 35,00 metros; e, ao Lado Esquerdo, com o Lote nº 01-E na extensão de 35,00 metros.

V – Lote 01-E com 318,94 m<sup>2</sup>, com a seguinte descrição: Para quem da Rua Cidade de Valinhos, se encontra: à Frente, com a Rua Cidade de Valinhos na extensão de 10,00 metros; aos Fundos, com o Lote nº 02, pertencente a Pedro Pereira, na extensão de 10,00 metros; ao Lado Direito, com o Lote nº 01-D na extensão de 35,00 metros; e, ao Lado Esquerdo, com o Lote nº 04-10, pertencente a Ezequiel José Szczygiel, na extensão de 35,00 metros.



Art. 2º. O presente desmembramento de área em seus lotes utilizará o sistema viário, rede de água e energia elétrica já existentes.

Art. 3º. De acordo com a legislação vigente o prazo de validade deste Decreto é de 180 (cento e oitenta) dias a contar da presente data para registro junto ao Cartório de Imóveis da Comarca.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 15 de dezembro de 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal Três Barras

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura, na data supra.

William Gerson Nayzer

Diretor

### **DECRETO Nº 4.562 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2015.**

DECRETO Nº 4.562 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2015.

APROVA PLANTA DE REMEMBRAMENTO E DESMEMBRAMENTO DE ÁREAS DE TERRAS DE PROPRIEDADE DE ROSA SCHETZ RIBEIRO, SITUADO NO BAIRRO JOÃO PAULO II, TRÊS BARRAS – SC.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 65, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aprovada a planta de remembramento e desmembramento de área dos imóveis de propriedade de Rosa Schetz Ribeiro, localizados na Rua Boleslau Polanski, bairro João Paulo II, em Três Barras – SC, devidamente registrados no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca sob nº 25.012 e 25.013 – livro de registro geral nº 02. Área total dos imóveis 1000,00 m<sup>2</sup> (hum mil metros quadrados), subdivididos em 02 (dois) lotes, que apresentam as seguintes medidas e confrontações:

I – Lote 1-A com 565,40 m<sup>2</sup>, com a seguinte descrição: Para quem da Rua Boleslau Polanski, se encontra: à Frente, com a Rua Boleslau Polanski na extensão de 18,25 metros; aos Fundos, com o Lote nº 2-A, pertencente a Valdemiro de Jesus, na extensão de 16,25 metros, e com o Lote nº 2-B, pertencente a Valtemir de Jesus Ribeiro, na extensão de 2,25 metros; ao Lado Direito, com o Lote nº 1-B na extensão de 30,77 metros; e, ao Lado Esquerdo, com um lote pertencente a Airton José Duarte, na extensão de 30,77 metros.

II – Lote 1-B com 434,60 m<sup>2</sup>, com a seguinte descrição: Para quem da Rua Boleslau Polanski, se encontra: à Frente, com a Rua Boleslau Polanski na extensão de 14,25 metros; aos Fundos, com o Lote nº 2-B, pertencente a Valtemir de Jesus Ribeiro, na extensão de 14,00 metros; ao Lado Direito, com um lote pertencente a Manoel Damas, na extensão de 30,77 metros; e, ao Lado Esquerdo, com o Lote nº 1-A na extensão de 30,77 metros.

Art. 2º. O presente desmembramento de área em seus lotes utilizará o sistema viário, rede de água e energia elétrica já existentes.

Art. 3º. De acordo com a legislação vigente o prazo de validade deste Decreto é de 180 (cento e oitenta) dias a contar da presente data para registro junto ao Cartório de Imóveis da Comarca.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 18 de dezembro de 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal Três Barras

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura, na data supra.

William Gerson Nayzer

Diretor

### **PORTARIA Nº 526 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.**

PORTARIA Nº 526 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras – SC, usando da competência que lhe confere o artigo 65, incisos VII da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO, o disposto no art. 10 da Lei Complementar Municipal nº 139/2009;

CONSIDERANDO, o parecer jurídico reconhecendo o direito postulado, exarado junto ao Requerimento nº 696/2015.

RESOLVE :

Art. 1º. Reconhecer o direito à progressão funcional por aperfeiçoamento à servidora VALDOLINA DE JESUS SCHIMIDT FERREIRA DA SILVA, matrícula 84417-2, ocupante do cargo de assistente social, que, em função da conclusão de curso de pós-graduação, terá o avanço de 03 (três) níveis, na forma estabelecida na Tabela do Anexo IV da Lei Complementar nº 139/2003, com efeitos a contar de 01 de outubro de 2015.

Art. 2º. Proceda o Setor Pessoal as alterações necessárias.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras – SC, 15 de dezembro de 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal de Três Barras

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura, na data supra.

William Gerson Nayzer

Diretor

### **PORTARIA Nº 527 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.**

PORTARIA Nº 527 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras – SC, usando da competência que lhe confere o artigo 65, incisos VII da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO, o disposto no art. 10 da Lei Complementar Municipal nº 139/2009;

CONSIDERANDO, o parecer jurídico reconhecendo o direito postulado, exarado junto ao Requerimento nº 916/2015.

RESOLVE :

Art. 1º. Reconhecer o direito à progressão funcional por aperfeiçoamento à servidora VALDOLINA DE JESUS SCHIMIDT FERREIRA DA SILVA, matrícula 84417-2, ocupante do cargo de assistente social, que, em função da conclusão de curso de pós-graduação, terá o avanço de 03 (três) níveis, na forma estabelecida na Tabela do Anexo IV da Lei Complementar nº 139/2003, com efeitos a contar

de 01 de dezembro de 2015.

Art. 2º. Proceda o Setor Pessoal as alterações necessárias.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras – SC, 15 de dezembro de 2015.  
ELOI JOSÉ QUEGE  
Prefeito Municipal de Três Barras

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura, na data supra.

William Gerson Nayzer  
Diretor

**PORTARIA Nº 528 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.**  
PORTARIA Nº 528 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras – SC, usando da competência que lhe confere o artigo 65, incisos VII da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO, o teor do Requerimento nº 150/2015-SECE;

CONSIDERANDO, o que preconiza o § 1º do artigo 80 da Lei Complementar nº 138/2009.  
RESOLVE :

Art. 1º. Interromper, a requerimento, a licença para tratar de interesses particulares concedida através da Portaria nº 131/2015 à servidora SELMA REGINA DOS SANTOS DAL COMUNI AUGUSTO, matrícula 274.7-5, ocupante do cargo de professor, determinando o retorno da mesma ao exercício normal de suas funções, a contar de 03 de fevereiro de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras – SC, 15 de dezembro de 2015.  
ELOI JOSÉ QUEGE  
Prefeito Municipal de Três Barras

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura, na data supra.

William Gerson Nayzer  
Diretor

**PORTARIA Nº 529 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.**  
PORTARIA Nº 529 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras – SC, usando da competência que lhe confere o artigo 65, incisos VII da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO, a necessidade de adequar o quadro do magistério público municipal no período das férias escolares e de grande número de professores, conforme noticiado pela Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, através da CI nº 250/2015;

CONSIDERANDO, a necessidade de manutenção dos serviços junto às Unidades Educacionais.

RESOLVE :

Art. 1º. Alterar temporariamente a carga horária dos seguintes servidores:

I – ELIETE TEREZINHA PFLEGER LISCOSKI, matrícula 152650-0, ocupante do cargo de professor, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, a contar de 18.01.2016;  
II – SIMONE BRANCO EL KOUBA, matrícula 100137-2, ocupante do cargo de professor, de 40 (quarenta) para 30 (trinta) horas semanais, a contar de 01.02.2016;  
III – SUELI MARIA DOS SANTOS, matrícula 91898-6, ocupante do cargo de professor, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, a contar de 18.01.2016.

Art. 2º. A alteração de carga horária terá validade apenas para o ano letivo de 2016, cessando em caso de preenchimento da vaga a que estiver vinculado o servidor.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras – SC, 15 de dezembro de 2015.  
ELOI JOSÉ QUEGE  
Prefeito Municipal de Três Barras

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura, na data supra.

William Gerson Nayzer  
Diretor

**PORTARIA Nº 530 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.**  
PORTARIA Nº 530 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras – SC, usando da competência que lhe confere o artigo 65, incisos VII da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO, o teor do requerimento autuado sob o nº 964/2015;

CONSIDERANDO, o que preconiza os arts. 73, inciso VI, e art. 80, ambos da Lei Complementar nº 138/2009.  
RESOLVE :

Art. 1º. Conceder licença para o trato de assuntos particulares à servidora MICHELEN TATIANI VARGAS MARASCHIN, matrícula 125199.0, ocupante do cargo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO, pelo prazo de 02 (dois) anos, com efeitos a contar de 4 de janeiro de 2016.

Art. 2º. A licença de que trata o artigo anterior, poderá ser interrompida, a qualquer tempo, a pedido do servidor ou no interesse do serviço.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras – SC, 15 de dezembro de 2015.  
ELOI JOSÉ QUEGE  
Prefeito Municipal de Três Barras

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura, na data supra.

William Gerson Nayzer  
Diretor

**PORTARIA Nº. 547 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.**

PORTARIA Nº. 547 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.

ELOI JOSE QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

DISPENSAR, [por término de contrato], a servidora, DAIANA RIS-SARDI DA SILVEIRA, do quadro de funcionários temporários desta prefeitura, contratada através do Processo Seletivo de caráter temporário 005/2014, cargo de PROFESSOR, carga horária 100:00 horas mês, cumprindo-as nas dependências do CMEI Tia Maria. Lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes deste município. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 15 de dezembro de 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) na data de 23 de Dezembro e republicada em 29 de Dezembro de 2015 por incorreção.

WILLIAM GERSON NAYZER  
Diretor

**PORTARIA Nº. 604 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.**

PORTARIA Nº. 604 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.

ELOI JOSE QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

DISPENSAR, [por término de contrato], a servidora, KARINA CASAS, do quadro de funcionários temporários desta prefeitura, contratada através do Processo Seletivo de caráter temporário 005/2014, cargo de PROFESSOR, carga horária 200:00 horas mês, cumprindo-as nas dependências da Escola João Pacheco de Miranda Lima - CAIC. Lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes deste município. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 15 de dezembro de 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE  
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER  
Diretor

**PORTARIA Nº. 605 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.**

PORTARIA Nº. 605 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.

ELOI JOSE QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

DISPENSAR, [por término de contrato], a servidora, KARINA PEREIRA GONÇALVES KONDRAS, do quadro de funcionários temporários desta prefeitura, contratada através do Processo Seletivo de caráter temporário 005/2014, cargo de PROFESSOR, carga horária 100:00 horas mês, cumprindo-as nas dependências do CMEI Zilda Pacheco. Lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 15 de dezembro de 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE  
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER  
Diretor

**PORTARIA Nº. 606 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.**

PORTARIA Nº. 606 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.

ELOI JOSE QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

DISPENSAR, [por término de contrato], a servidora, KARINA SUDOSKI PROTSKA, do quadro de funcionários temporários desta prefeitura, contratada através do Processo Seletivo de caráter temporário 005/2014, cargo de PROFESSOR, carga horária 100:00 horas mês, cumprindo-as nas dependências do CMEI Clea Trela Casa. Lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 15 de dezembro de 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE  
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER  
Diretor

**PORTARIA Nº. 607 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.**

PORTARIA Nº. 607 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.

ELOI JOSE QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

DISPENSAR, [por término de contrato], a servidora, KATIA IANA RIBEIRO MARTINS, do quadro de funcionários temporários desta prefeitura, contratada através do Processo Seletivo de caráter temporário 005/2014, cargo de PROFESSOR, carga horária 150:00 horas mês, cumprindo-as nas dependências da Escola Cyriaco Felício de Souza. Lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 15 de dezembro de 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor

**PORTARIA Nº. 608 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.**

PORTARIA Nº. 608 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.

ELOI JOSE QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

DISPENSAR, [por término de contrato], a servidora, KELIN DE PAULA FARIAS, do quadro de funcionários temporários desta prefeitura, contratada através do Processo Seletivo de caráter temporário 005/2014, cargo de PROFESSOR, carga horária 100:00 horas mês, cumprindo-as nas dependências da Escola João Pedro de Oliveira. Lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 15 de dezembro de 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor

**PORTARIA Nº. 609 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.**

PORTARIA Nº. 609 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.

ELOI JOSE QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

DISPENSAR, [por término de contrato], a servidora, KELLY DA

SILVA LIMA DA SILVA, do quadro de funcionários temporários desta prefeitura, contratada através do Processo Seletivo de caráter temporário 005/2014, cargo de PROFESSOR, carga horária 100:00 horas mês, cumprindo-as nas dependências do CMEI Zilda Pacheco. Lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 15 de dezembro de 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor

**PORTARIA Nº. 610 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.**

PORTARIA Nº. 610 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.

ELOI JOSE QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

DISPENSAR, [por término de contrato], a servidora, LARISSA NOVITZKI, do quadro de funcionários temporários desta prefeitura, contratada através do Processo Seletivo de caráter temporário 005/2014, cargo de PROFESSOR, carga horária 200:00 horas mês, cumprindo-as nas dependências do CMEI Vera Lucia Karvat Dumas. Lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 15 de dezembro de 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor

**PORTARIA Nº. 611 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.**

PORTARIA Nº. 611 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.

ELOI JOSE QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

DISPENSAR, [por término de contrato], a servidora, LAURA MELNECHENKO IENDRAS, do quadro de funcionários temporários desta prefeitura, contratada através do Processo Seletivo de caráter temporário 005/2014, cargo de PROFESSOR, carga horária 200:00 horas mês, cumprindo-as nas dependências da Escola B. M. Guita Federmann. Lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.



Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 15 de dezembro de 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE  
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER  
Diretor

**PORTARIA Nº. 612 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.**

PORTARIA Nº. 612 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.

ELOI JOSE QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

DISPENSAR, [por término de contrato], a servidora, LEIA FRANCIELE LESCHINIOSKI, do quadro de funcionários temporários desta prefeitura, contratada através do Processo Seletivo de caráter temporário 005/2014, cargo de PROFESSOR, carga horária 100:00 horas mês, cumprindo-as nas dependências do CMEI Vera Lucia Karvat Dumas. Lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 15 de dezembro de 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE  
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER  
Diretor

**PORTARIA Nº. 613 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.**

PORTARIA Nº. 613 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.

ELOI JOSE QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

DISPENSAR, [por término de contrato], a servidora, LORENA MOREIRA MAYER, do quadro de funcionários temporários desta prefeitura, contratada através do Processo Seletivo de caráter temporário 005/2014, cargo de PROFESSOR, carga horária 100:00 horas mês, cumprindo-as nas dependências do CMEI Vera Lucia Karvat Dumas. Lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 15 de dezembro de 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE  
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER  
Diretor

**PORTARIA Nº. 614 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.**

PORTARIA Nº. 614 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.

ELOI JOSE QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

DISPENSAR, [por término de contrato], a servidora, LUCIANA GUIMARAES GOMES DE LIMA, do quadro de funcionários temporários desta prefeitura, contratada através do Processo Seletivo de caráter temporário 005/2014, cargo de PROFESSOR, carga horária 100:00 horas mês, cumprindo-as nas dependências do CMEI Clea Trela Casa Dumas. Lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 15 de dezembro de 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE  
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER  
Diretor

**PORTARIA Nº. 615 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.**

PORTARIA Nº. 615 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.

ELOI JOSE QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

DISPENSAR, [por término de contrato], a servidora, LUCIANE CHRISOSTOMO SELEME, do quadro de funcionários temporários desta prefeitura, contratada através do Processo Seletivo de caráter temporário 005/2014, cargo de PROFESSOR, carga horária 50:00 horas mês, cumprindo-as nas dependências da APAE. Lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 15 de dezembro de 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE  
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER  
Diretor

**PORTARIA Nº. 616 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.**

PORTARIA Nº. 616 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.

ELOI JOSE QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

DISPENSAR, [por término de contrato], a servidora, LUCIMARA APARECIDA FIGUEIREDO DE SOUZA, do quadro de funcionários temporários desta prefeitura, contratada através do Processo Seletivo de caráter temporário 005/2014, cargo de PROFESSOR, carga horária 100:00 horas mês, cumprindo-as nas dependências da Escola João Pacheco de Miranda Lima – Extensão II. Lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 15 de dezembro de 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor

**PORTARIA Nº. 617 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.**

PORTARIA Nº. 617 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.

ELOI JOSE QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

DISPENSAR, [por término de contrato], a servidora, LUCINEIA BONETTES, do quadro de funcionários temporários desta prefeitura, contratada através do Processo Seletivo de caráter temporário 005/2014, cargo de PROFESSOR, carga horária 100:00 horas mês, cumprindo-as nas dependências do CMEI Vera Lucia Karvat Dumas. Lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 15 de dezembro de 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor

**PORTARIA Nº. 618 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.**

PORTARIA Nº. 618 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.

ELOI JOSE QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

DISPENSAR, [por término de contrato], a servidora, MAIARA

DAIANE ROSA, do quadro de funcionários temporários desta prefeitura, contratada através do Processo Seletivo de caráter temporário 005/2014, cargo de PROFESSOR, carga horária 100:00 horas mês, cumprindo-as nas dependências do CMEI Odilon Pazda. Lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes deste município. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 15 de dezembro de 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor

**PORTARIA Nº. 619 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.**

PORTARIA Nº. 619 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.

ELOI JOSE QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

DISPENSAR, [por término de contrato], a servidora, MAIARA OSTROSKI, do quadro de funcionários temporários desta prefeitura, contratada através do Processo Seletivo de caráter temporário 005/2014, cargo de PROFESSOR, carga horária 100:00 horas mês, cumprindo-as nas dependências do CMEI Vera Lucia Karvat Dumas. Lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 15 de dezembro de 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor

**PORTARIA Nº. 620 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.**

PORTARIA Nº. 620 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.

ELOI JOSE QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

DISPENSAR, [por término de contrato], a servidora, MANUELLE ANITA PIRES HEIDEN, do quadro de funcionários temporários desta prefeitura, contratada através do Processo Seletivo de caráter temporário 005/2014, cargo de PROFESSOR, carga horária 100:00 horas mês, cumprindo-as nas dependências do CMEI Tia Maria. Lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 15 de dezembro de 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor

#### **PORTARIA Nº. 621 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.**

PORTARIA Nº. 621 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.

ELOI JOSE QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

DISPENSAR, [por término de contrato], a servidora, MARA IVANETE ADUR, do quadro de funcionários temporários desta prefeitura, contratada através do Processo Seletivo de caráter temporário 005/2014, cargo de PROFESSOR, carga horária 100:00 horas mês, cumprindo-as nas dependências da Escola João Pedro de Oliveira. Lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 15 de dezembro de 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor

#### **PORTARIA Nº. 622 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.**

PORTARIA Nº. 622 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.

ELOI JOSE QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

DISPENSAR, [por término de contrato], a servidora, MARCIA ANDREA BECKER, do quadro de funcionários temporários desta prefeitura, contratada através do Processo Seletivo de caráter temporário 005/2014, cargo de PROFESSOR, carga horária 200:00 horas mês, cumprindo-as nas dependências do SCFV. Lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 15 de dezembro de 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor

#### **PORTARIA Nº. 623 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.**

PORTARIA Nº. 623 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.

ELOI JOSE QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

DISPENSAR, [por término de contrato], o servidor, MARCIO PEDRO PEREIRA, do quadro de funcionários temporários desta prefeitura, contratado através do Processo Seletivo de caráter temporário 005/2014, cargo de PROFESSOR, carga horária 200:00 horas mês, cumprindo-as nas dependências da Escola João Pacheco de Miranda Lima – Extensão II. Lotado na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 15 de dezembro de 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor

#### **PORTARIA Nº. 624 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.**

PORTARIA Nº. 624 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.

ELOI JOSE QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

DISPENSAR, [por término de contrato], o servidor, MARCOS ANDRE LISBOA ARRUDA, do quadro de funcionários temporários desta prefeitura, contratado através do Processo Seletivo de caráter temporário 005/2014, cargo de PROFESSOR, carga horária 200:00 horas mês, cumprindo-as nas dependências da Ação Social. Lotado na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 15 de dezembro de 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor

#### **PORTARIA Nº. 625 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.**

PORTARIA Nº. 625 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.

ELOI JOSE QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

DISPENSAR, [por término de contrato], a servidora, MARGARETE FERREIRA DOS SANTOS, do quadro de funcionários temporários



desta prefeitura, contratada através do Processo Seletivo de caráter temporário 005/2014, cargo de PROFESSOR, carga horária 100:00 horas mês, cumprindo-as nas dependências do CMEI Meu Cantinho. Lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 15 de dezembro de 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE  
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER  
Diretor

#### **PORTARIA Nº. 626 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.**

PORTARIA Nº. 626 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.

ELOI JOSE QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

DISPENSAR, [por término de contrato], a servidora, MARIA APARECIDA KON, do quadro de funcionários temporários desta prefeitura, contratada através do Processo Seletivo de caráter temporário 005/2014, cargo de PROFESSOR, carga horária 100:00 horas mês, cumprindo-as nas dependências do CMEI São Sebastião Francisco Rocha. Lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 15 de dezembro de 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE  
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER  
Diretor

#### **PORTARIA Nº. 627 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.**

PORTARIA Nº. 627 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.

ELOI JOSE QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

DISPENSAR, [por término de contrato], a servidora, MARIA APARECIDA RODRIGUES LOIK do quadro de funcionários temporários desta prefeitura, contratada através do Processo Seletivo de caráter temporário 005/2014, cargo de PROFESSOR, carga horária 100:00 horas mês, cumprindo-as nas dependências do CMEI Clea Trela Casa. Lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 15 de dezembro de 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE  
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER  
Diretor

#### **PORTARIA Nº. 628 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.**

PORTARIA Nº. 628 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.

ELOI JOSE QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

DISPENSAR, [por término de contrato], a servidora, MARIA CRISTIANE DOS SANTOS HOINASKY do quadro de funcionários temporários desta prefeitura, contratada através do Processo Seletivo de caráter temporário 005/2014, cargo de PROFESSOR, carga horária 100:00 horas mês, cumprindo-as nas dependências da Escola B. M. Guita Federmann. Lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 15 de dezembro de 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE  
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER  
Diretor

#### **PORTARIA Nº. 629 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.**

PORTARIA Nº. 629 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.

ELOI JOSE QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

DISPENSAR, [por término de contrato], a servidora, MARIA DE LOURDES NUNES ZAPORA do quadro de funcionários temporários desta prefeitura, contratada através do Processo Seletivo de caráter temporário 005/2014, cargo de PROFESSOR, carga horária 100:00 horas mês, cumprindo-as nas dependências da Ação Social - CAPS. Lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 15 de dezembro de 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE  
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER  
Diretor

**PORTARIA Nº. 630 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.**

PORTARIA Nº. 630 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.

ELOI JOSE QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

DISPENSAR, [por término de contrato], a servidora, MARIA JOANA KRULL WORELL, do quadro de funcionários temporários desta prefeitura, contratada através do Processo Seletivo de caráter temporário 005/2014, cargo de PROFESSOR, carga horária 100:00 horas mês, cumprindo-as nas dependências da Escola B. M. Guita Federmann. Lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 15 de dezembro de 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE  
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER  
Diretor

**PORTARIA Nº. 631 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.**

PORTARIA Nº. 631 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.

ELOI JOSE QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

DISPENSAR, [por término de contrato], a servidora, MARIA JOSE PADILHA, do quadro de funcionários temporários desta prefeitura, contratada através do Processo Seletivo de caráter temporário 005/2014, cargo de PROFESSOR, carga horária 100:00 horas mês, cumprindo-as nas dependências do CMEI Clea Trela Casa. Lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 15 de dezembro de 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE  
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER  
Diretor

**PORTARIA Nº. 632 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015**

PORTARIA Nº. 632 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.

ELOI JOSE QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

DISPENSAR, [por término de contrato], a servidora, MARIA LUCIA MENDES, do quadro de funcionários temporários desta prefeitura, contratada através do Processo Seletivo de caráter temporário 005/2014, cargo de PROFESSOR, carga horária 200:00 horas mês, cumprindo-as nas dependências do SCFV. Lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 15 de dezembro de 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE  
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER  
Diretor

**PORTARIA Nº. 633 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.**

PORTARIA Nº. 633 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.

ELOI JOSE QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

DISPENSAR, [por término de contrato], a servidora, MARIANA HENRIQUE, do quadro de funcionários temporários desta prefeitura, contratada através do Processo Seletivo de caráter temporário 005/2014, cargo de PROFESSOR, carga horária 100:00 horas mês, cumprindo-as nas dependências do CMEI Vera Lucia Karvat Dumas. Lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 15 de dezembro de 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE  
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER  
Diretor

**PORTARIA Nº. 634 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.**

PORTARIA Nº. 634 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.

ELOI JOSE QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

DISPENSAR, [por término de contrato], a servidora, MARIANI APARECIDA DE MATIAS, do quadro de funcionários temporários desta

prefeitura, contratada através do Processo Seletivo de caráter temporário 005/2014, cargo de PROFESSOR, carga horária 200:00 horas mês, cumprindo-as nas dependências da Escola Francisco Rocha. Lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 15 de dezembro de 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE  
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER  
Diretor

#### **PORTARIA Nº. 635 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.**

PORTARIA Nº. 635 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.

ELOI JOSE QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

DISPENSAR, [por término de contrato], a servidora, MARILEI ALVES, do quadro de funcionários temporários desta prefeitura, contratada através do Processo Seletivo de caráter temporário 005/2014, cargo de PROFESSOR, carga horária 200:00 horas mês, cumprindo-as nas dependências do CMEI Tia Joaquina. Lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 15 de dezembro de 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE  
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER  
Diretor

#### **PORTARIA Nº. 636 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.**

PORTARIA Nº. 636 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.

ELOI JOSE QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

DISPENSAR, [por término de contrato], a servidora, MARINA APARECIDA SCHPANSKI, do quadro de funcionários temporários desta prefeitura, contratada através do Processo Seletivo de caráter temporário 005/2014, cargo de PROFESSOR, carga horária 150:00 horas mês, cumprindo-as nas dependências do CMEI Vera Lucia Karvat Dumas. Lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 15 de dezembro de 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE  
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER  
Diretor

#### **PORTARIA Nº. 637 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.**

PORTARIA Nº. 637 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.

ELOI JOSE QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

DISPENSAR, [por término de contrato], o servidor, MARIO TESKA JUNIOR, do quadro de funcionários temporários desta prefeitura, contratado através do Processo Seletivo de caráter temporário 005/2014, cargo de PROFESSOR, carga horária 50:00 horas mês, cumprindo-as nas dependências da Escola João Pacheco de Miranda Lima - CAIC. Lotado na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 15 de dezembro de 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE  
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER  
Diretor

#### **PORTARIA Nº. 639 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.**

PORTARIA Nº. 639 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.

ELOI JOSE QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

DISPENSAR, [por término de contrato], a servidora, MARIZETE CORDEIRO BIANEK, do quadro de funcionários temporários desta prefeitura, contratado através do Processo Seletivo de caráter temporário 005/2014, cargo de PROFESSOR, carga horária 100:00 horas mês, cumprindo-as nas dependências do CMEI Tia Maria. Lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 15 de dezembro de 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE  
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER  
Diretor

**PORTARIA Nº. 640 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.**

PORTARIA Nº. 640 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.

ELOI JOSE QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

DISPENSAR, [por término de contrato], a servidora, MARLI APARECIDA DOS SANTOS, do quadro de funcionários temporários desta prefeitura, contratado através do Processo Seletivo de caráter temporário 005/2014, cargo de PROFESSOR, carga horária 200:00 horas mês, cumprindo-as nas dependências da Escola João Pacheco de Miranda Lima – Extensão II. Lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 15 de dezembro de 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor

**PORTARIA Nº. 642 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.**

PORTARIA Nº. 642 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.

ELOI JOSE QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

DISPENSAR, [por término de contrato], a servidora, MARLY VEIGA, do quadro de funcionários temporários desta prefeitura, contratada através do Processo Seletivo de caráter temporário 005/2014, cargo de PROFESSOR, carga horária 200:00 horas mês, cumprindo-as nas dependências da Ação Social. Lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 15 de dezembro de 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor

**PORTARIA Nº. 642 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.**

PORTARIA Nº. 642 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.

ELOI JOSE QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

DISPENSAR, [por término de contrato], a servidora, MARLY VEIGA, do quadro de funcionários temporários desta prefeitura, contratada

através do Processo Seletivo de caráter temporário 005/2014, cargo de PROFESSOR, carga horária 200:00 horas mês, cumprindo-as nas dependências da Ação Social. Lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 15 de dezembro de 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor

**PORTARIA Nº. 643 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.**

PORTARIA Nº. 643 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.

ELOI JOSE QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

DISPENSAR, [por término de contrato], a servidora, MICHELE ADRIANA HENRIQUE, do quadro de funcionários temporários desta prefeitura, contratada através do Processo Seletivo de caráter temporário 005/2014, cargo de PROFESSOR, carga horária 150:00 horas mês, cumprindo-as nas dependências da Escola João Pacheco de Miranda Lima - CAIC. Lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 15 de dezembro de 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor

**PORTARIA Nº. 644 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.**

PORTARIA Nº. 644 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.

ELOI JOSE QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

DISPENSAR, [por término de contrato], a servidora, MICHELE CRISTINA WOSIACK, do quadro de funcionários temporários desta prefeitura, contratada através do Processo Seletivo de caráter temporário 005/2014, cargo de PROFESSOR, carga horária 100:00 horas mês, cumprindo-as nas dependências da Escola João Pacheco de Miranda Lima – Extensão I. Lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.



Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 15 de dezembro de 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor

#### **PORTARIA Nº. 645 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.**

PORTARIA Nº. 645 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.

ELOI JOSE QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

DISPENSAR, [por término de contrato], a servidora, MICHELE DE MATOS, do quadro de funcionários temporários desta prefeitura, contratada através do Processo Seletivo de caráter temporário 005/2014, cargo de PROFESSOR, carga horária 100:00 horas mês, cumprindo-as nas dependências do CMEI Tia Maria. Lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 15 de dezembro de 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor

#### **PORTARIA Nº. 646 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.**

PORTARIA Nº. 646 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.

ELOI JOSE QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

DISPENSAR, [por término de contrato], a servidora, MIRELA GOGOLA, do quadro de funcionários temporários desta prefeitura, contratada através do Processo Seletivo de caráter temporário 005/2014, cargo de PROFESSOR, carga horária 100:00 horas mês, cumprindo-as nas dependências do CMEI Odilon Pazda. Lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 15 de dezembro de 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor

#### **PORTARIA Nº. 647 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.**

PORTARIA Nº. 647 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.

ELOI JOSE QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

DISPENSAR, [por término de contrato], a servidora, MONIZE TAMARA MASSANEIRO, do quadro de funcionários temporários desta prefeitura, contratada através do Processo Seletivo de caráter temporário 005/2014, cargo de PROFESSOR, carga horária 100:00 horas mês, cumprindo-as nas dependências do CMEI Odilon Pazda. Lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 15 de dezembro de 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor

#### **PORTARIA Nº. 648 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.**

PORTARIA Nº. 648 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.

ELOI JOSE QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

DISPENSAR, [por término de contrato], a servidora, NATALIA DE JESUS RIBEIRO, do quadro de funcionários temporários desta prefeitura, contratada através do Processo Seletivo de caráter temporário 005/2014, cargo de PROFESSOR, carga horária 100:00 horas mês, cumprindo-as nas dependências do CMEI Tia Maria. Lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 15 de dezembro de 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor

#### **PORTARIA Nº. 649 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.**

PORTARIA Nº. 649 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.

ELOI JOSE QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

DISPENSAR, [por término de contrato], a servidora, NEUSELI BEYERSDORFF OLSEN, do quadro de funcionários temporários

desta prefeitura, contratada através do Processo Seletivo de caráter temporário 005/2014, cargo de PROFESSOR, carga horária 100:00 horas mês, cumprindo-as nas dependências da Escola Francisco Rocha. Lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 15 de dezembro de 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE  
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER  
Diretor

#### **PORTARIA Nº. 650 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015**

PORTARIA Nº. 650 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.

ELOI JOSE QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

DISPENSAR, [por término de contrato], a servidora, NISSIA CECILIA NUNES, do quadro de funcionários temporários desta prefeitura, contratada através do Processo Seletivo de caráter temporário 005/2014, cargo de PROFESSOR, carga horária 200:00 horas mês, cumprindo-as nas dependências da Escola João Pacheco de Miranda Lima - CAIC. Lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 15 de dezembro de 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE  
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER  
Diretor

#### **PORTARIA Nº. 651 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.**

PORTARIA Nº. 651 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.

ELOI JOSE QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

DISPENSAR, [por término de contrato], a servidora, NOELI DE FATIMA SCHUPEL, do quadro de funcionários temporários desta prefeitura, contratada através do Processo Seletivo de caráter temporário 005/2014, cargo de PROFESSOR, carga horária 100:00 horas mês, cumprindo-as nas dependências do CMEI Vera Lucia Karvat Dumas. Lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 15 de dezembro de 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE  
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER  
Diretor

#### **PORTARIA Nº. 652 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.**

PORTARIA Nº. 652 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.

ELOI JOSE QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

DISPENSAR, [por término de contrato], a servidora, NOELIA TINFE FOLLADOR, do quadro de funcionários temporários desta prefeitura, contratada através do Processo Seletivo de caráter temporário 005/2014, cargo de PROFESSOR, carga horária 100:00 horas mês, cumprindo-as nas dependências do CMEI Zilda Pacheco. Lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 15 de dezembro de 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE  
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER  
Diretor

#### **PORTARIA Nº. 653 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.**

PORTARIA Nº. 653 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.

ELOI JOSE QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

DISPENSAR, [por término de contrato], o servidor, OTAVIO HOINASKY FILHO, do quadro de funcionários temporários desta prefeitura, contratado através do Processo Seletivo de caráter temporário 005/2014, cargo de PROFESSOR, carga horária 100:00 horas mês, cumprindo-as nas dependências da Escola Francisco Rocha. Lotado na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 15 de dezembro de 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE  
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER  
Diretor

**PORTARIA Nº. 654 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.**

PORTARIA Nº. 654 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.

ELOI JOSE QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

DISPENSAR, [por término de contrato], a servidora, PAMELA KEROLINE MATHIAS, do quadro de funcionários temporários desta prefeitura, contratada através do Processo Seletivo de caráter temporário 005/2014, cargo de PROFESSOR, carga horária 100:00 horas mês, cumprindo-as nas dependências da Escola B. M. Guita Federmann. Lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 15 de dezembro de 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor

**PORTARIA Nº. 660 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.**

PORTARIA Nº. 660 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.

ELOI JOSE QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

DISPENSAR, [por término de contrato], a servidora, REGINA MARIN, do quadro de funcionários temporários desta prefeitura, contratada através do Processo Seletivo de caráter temporário 005/2014, cargo de PROFESSOR, carga horária 200:00 horas mês, cumprindo-as nas dependências do CMEI Zilda Pacheco, Lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 15 de dezembro de 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor

**PORTARIA Nº. 661 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.**

PORTARIA Nº. 661 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.

ELOI JOSE QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

DISPENSAR, [por término de contrato], a servidora, RENY TE-REZINHA NIZER, do quadro de funcionários temporários desta

prefeitura, contratada através do Processo Seletivo de caráter temporário 005/2014, cargo de PROFESSOR, carga horária 100:00 horas mês, cumprindo-as nas dependências do CMEI Tia Maria Cohab, Lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 15 de dezembro de 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor

**PORTARIA Nº. 662 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.**

PORTARIA Nº. 662 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.

ELOI JOSE QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

DISPENSAR, [por término de contrato], o servidor, RODRIGO CORREA, do quadro de funcionários temporários desta prefeitura, contratado através do Processo Seletivo de caráter temporário 005/2014, cargo de PROFESSOR, carga horária 200:00 horas mês, cumprindo-as nas dependências da Escola B. M. Guita Federmann. Lotado na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 15 de dezembro de 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor

**PORTARIA Nº. 663 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.**

PORTARIA Nº. 663 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.

ELOI JOSE QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

DISPENSAR, [por término de contrato], a servidora, ROMELIA GONÇALVES ARANTES, do quadro de funcionários temporários desta prefeitura, contratada através do Processo Seletivo de caráter temporário 005/2014, cargo de PROFESSOR, carga horária 200:00 horas mês, cumprindo-as nas dependências da Escola Joao Pacheco de Miranda Lima, Lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.



Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 15 de dezembro de 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor

**PORTARIA Nº. 664 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.**

PORTARIA Nº. 664 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.

ELOI JOSE QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

DISPENSAR, [por término de contrato], a servidora, ROMILDA LIMA, do quadro de funcionários temporários desta prefeitura, contratada através do Processo Seletivo de caráter temporário 005/2014, cargo de PROFESSOR, carga horária 100:00 horas mês, cumprindo-as nas dependências do CMEI Tia Joaquina, Lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 15 de dezembro de 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor

**PORTARIA Nº. 665 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.**

PORTARIA Nº. 665 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.

ELOI JOSE QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

DISPENSAR, [por término de contrato], a servidora, ROSANE SAMPAIO SCHIESSL, do quadro de funcionários temporários desta prefeitura, contratada através do Processo Seletivo de caráter temporário 005/2014, cargo de PROFESSOR, carga horária 100:00 horas mês, cumprindo-as nas dependências do CMEI Professor Sebastião, Lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 15 de dezembro de 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor

**PORTARIA Nº. 666 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.**

PORTARIA Nº. 666 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.

ELOI JOSE QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

DISPENSAR, [por término de contrato], a servidora, ROSELI ULTHES, do quadro de funcionários temporários desta prefeitura, contratada através do Processo Seletivo de caráter temporário 005/2014, cargo de PROFESSOR, carga horária 100:00 horas mês, cumprindo-as nas dependências da Escola Joao Pacheco de Miranda Lima, Lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 15 de dezembro de 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor

**PORTARIA Nº. 667 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.**

PORTARIA Nº. 667 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.

ELOI JOSE QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

DISPENSAR, [por término de contrato], a servidora, ROSEMERI SUBTIL SASSO ANTUNES, do quadro de funcionários temporários desta prefeitura, contratada através do Processo Seletivo de caráter temporário 005/2014, cargo de PROFESSOR, carga horária 200:00 horas mês, cumprindo-as nas dependências da Escola Joao Pacheco de Miranda Lima, Lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 15 de dezembro de 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor

**PORTARIA Nº. 668 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.**

PORTARIA Nº. 668 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.

ELOI JOSE QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

DISPENSAR, [por término de contrato], a servidora, ROSIMERE DE

FATIMA BORGES HURMUS, do quadro de funcionários temporários desta prefeitura, contratada através do Processo Seletivo de caráter temporário 005/2014, cargo de PROFESSOR, carga horária 200:00 horas mês, cumprindo-as nas dependências do CAPS, Lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes deste município. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 15 de dezembro de 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE  
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER  
Diretor

#### **PORTARIA Nº. 669 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.**

PORTARIA Nº. 669 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.

ELOI JOSE QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

DISPENSAR, [por término de contrato], a servidora, ROZELI TEREZINHA CORNELSEN DE OLIVEIRA, do quadro de funcionários temporários desta prefeitura, contratada através do Processo Seletivo de caráter temporário 005/2014, cargo de PROFESSOR, carga horária 200:00 horas mês, cumprindo-as nas dependências do Escola Joao Pedro de Oliveira, Lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 15 de dezembro de 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE  
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER  
Diretor

#### **PORTARIA Nº. 670 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.**

PORTARIA Nº. 670 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.

ELOI JOSE QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

DISPENSAR, [por término de contrato], a servidora, SAMIA WATCHEL SELEME, do quadro de funcionários temporários desta prefeitura, contratada através do Processo Seletivo de caráter temporário 005/2014, cargo de PROFESSOR, carga horária 50:00 horas mês, cumprindo-as nas dependências da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, Lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 15 de dezembro de 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE  
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER  
Diretor

#### **PORTARIA Nº. 671 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.**

PORTARIA Nº. 671 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.

ELOI JOSE QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

DISPENSAR, [por término de contrato], a servidora, SANDRA HELENA PEREIRA MACHADO, do quadro de funcionários temporários desta prefeitura, contratada através do Processo Seletivo de caráter temporário 005/2014, cargo de PROFESSOR, carga horária 200:00 horas mês, cumprindo-as nas dependências da Escola Francisco Rocha, Lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 15 de dezembro de 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE  
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER  
Diretor

#### **PORTARIA Nº. 672 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.**

PORTARIA Nº. 672 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.

ELOI JOSE QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

DISPENSAR, [por término de contrato], a servidora, SILVANA APARECIDA RISKE, do quadro de funcionários temporários desta prefeitura, contratada através do Processo Seletivo de caráter temporário 005/2014, cargo de PROFESSOR, carga horária 150:00 horas mês, cumprindo-as nas dependências da Escola Joao Pacheco de Miranda Lima, Lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 15 de dezembro de 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE  
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER  
Diretor

**PORTARIA Nº. 673 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.**

PORTARIA Nº. 673 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.

ELOI JOSE QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

DISPENSAR, [por término de contrato], o servidor, SILVANO SILVERIO DA SILVA, do quadro de funcionários temporários desta prefeitura, contratado através do Processo Seletivo de caráter temporário 005/2014, cargo de PROFESSOR, carga horária 200:00 horas mês, cumprindo-as nas dependências da Secretaria da Ação Social, Lotado na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 15 de dezembro de 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE  
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER  
Diretor

**PORTARIA Nº. 674 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.**

PORTARIA Nº. 674 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.

ELOI JOSE QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

DISPENSAR, [por término de contrato], a servidora, SILVIA ROSANE SCHATZMANN, do quadro de funcionários temporários desta prefeitura, contratada através do Processo Seletivo de caráter temporário 005/2014, cargo de PROFESSOR, carga horária 200:00 horas mês, cumprindo-as nas dependências do CMEI Odilon Pazda, Lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 15 de dezembro de 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE  
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER  
Diretor

**PORTARIA Nº. 675 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.**

PORTARIA Nº. 675 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.

ELOI JOSE QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

DISPENSAR, [por término de contrato], a servidora, SILVIELE APARECIDA DOS SANTOS, do quadro de funcionários temporários desta prefeitura, contratada através do Processo Seletivo de caráter temporário 005/2014, cargo de PROFESSOR, carga horária 100:00 horas mês, cumprindo-as nas dependências do CMEI Vera Lucia Karvat Dumas, Lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 15 de dezembro de 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE  
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER  
Diretor

**PORTARIA Nº. 676 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.**

PORTARIA Nº. 676 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.

ELOI JOSE QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

DISPENSAR, [por término de contrato], a servidora, SIMONE APARECIDA MAY GIRALDI, do quadro de funcionários temporários desta prefeitura, contratada através do Processo Seletivo de caráter temporário 005/2014, cargo de PROFESSOR, carga horária 200:00 horas mês, cumprindo-as nas dependências do CMEI Odilon Pazda, Lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 15 de dezembro de 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE  
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER  
Diretor

**PORTARIA Nº. 677 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.**

PORTARIA Nº. 677 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.

ELOI JOSE QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

DISPENSAR, [por término de contrato], a servidora, SIMONE MAZUREKI SOARES DE LIMA, do quadro de funcionários temporários

desta prefeitura, contratada através do Processo Seletivo de caráter temporário 005/2014, cargo de PROFESSOR, carga horária 100:00 horas mês, cumprindo-as nas dependências do CMEI Odilon Pazda, Lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 15 de dezembro de 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE  
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER  
Diretor

#### **PORTARIA Nº. 678 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.**

PORTARIA Nº. 678 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.

ELOI JOSE QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

DISPENSAR, [por término de contrato], a servidora, SOELI STACHUK, do quadro de funcionários temporários desta prefeitura, contratada através do Processo Seletivo de caráter temporário 005/2014, cargo de PROFESSOR, carga horária 200:00 horas mês, cumprindo-as nas dependências do SCFV, Ação Social, Lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 15 de dezembro de 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE  
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER  
Diretor

#### **PORTARIA Nº. 679 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.**

PORTARIA Nº. 679 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.

ELOI JOSE QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

DISPENSAR, [por término de contrato], a servidora, SUELI ARACEMIO MADEIRA, do quadro de funcionários temporários desta prefeitura, contratada através do Processo Seletivo de caráter temporário 005/2014, cargo de PROFESSOR, carga horária 200:00 horas mês, cumprindo-as nas dependências da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, Lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 15 de dezembro de 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE  
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER  
Diretor

#### **PORTARIA Nº. 680 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.**

PORTARIA Nº. 680 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.

ELOI JOSE QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

DISPENSAR, [por término de contrato], a servidora, SUELIN MARIA DE AUGUSTINHO, do quadro de funcionários temporários desta prefeitura, contratada através do Processo Seletivo de caráter temporário 005/2014, cargo de PROFESSOR, carga horária 200:00 horas mês, cumprindo-as nas dependências da Escola Basica Guita Federmann, Lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 15 de dezembro de 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE  
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER  
Diretor

#### **PORTARIA Nº. 681 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.**

PORTARIA Nº. 681 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.

ELOI JOSE QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

DISPENSAR, [por término de contrato], a servidora, TAINÉ PECHARKA MUSSI, do quadro de funcionários temporários desta prefeitura, contratada através do Processo Seletivo de caráter temporário 005/2014, cargo de PROFESSOR, carga horária 200:00 horas mês, cumprindo-as nas dependências do SCFV, Ação Social, Lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 15 de dezembro de 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE  
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER  
Diretor



**PORTARIA Nº. 682 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.**

PORTARIA Nº. 682 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.

ELOI JOSE QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

DISPENSAR, [por término de contrato], a servidora, TAISA MELINE BUDANT, do quadro de funcionários temporários desta prefeitura, contratada através do Processo Seletivo de caráter temporário 005/2014, cargo de PROFESSOR, carga horária 200:00 horas mês, cumprindo-as nas dependências da Escola Joao Pacheco de Miranda Lima, Lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 15 de dezembro de 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor

**PORTARIA Nº. 683 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.**

PORTARIA Nº. 683 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.

ELOI JOSE QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

DISPENSAR, [por término de contrato], a servidora, TALITA THAISE ARTNER, do quadro de funcionários temporários desta prefeitura, contratada através do Processo Seletivo de caráter temporário 005/2014, cargo de PROFESSOR, carga horária 100:00 horas mês, cumprindo-as nas dependências do CMEI Clea Trela Casa, Lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 15 de dezembro de 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor

**PORTARIA Nº. 684 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.**

PORTARIA Nº. 684 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.

ELOI JOSE QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

DISPENSAR, [por término de contrato], a servidora, TAMIRES LUANA BROZOSKI, do quadro de funcionários temporários desta prefeitura, contratada através do Processo Seletivo de caráter temporário 005/2014, cargo de PROFESSOR, carga horária 100:00 horas

mês, cumprindo-as nas dependências do CMEI Zilda Pacheco, Lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes deste município. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 15 de dezembro de 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor

**PORTARIA Nº. 685 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.**

PORTARIA Nº. 685 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.

ELOI JOSE QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

DISPENSAR, [por término de contrato], a servidora, TANIA GARCIA DA SILVA TORRES, do quadro de funcionários temporários desta prefeitura, contratada através do Processo Seletivo de caráter temporário 005/2014, cargo de PROFESSOR, carga horária 200:00 horas mês, cumprindo-as nas dependências da Escola Joao Pacheco de Miranda Lima, Lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 15 de dezembro de 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor

**PORTARIA Nº. 686 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.**

PORTARIA Nº. 686 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.

ELOI JOSE QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

DISPENSAR, [por término de contrato], a servidora, TATIANE JONKO, do quadro de funcionários temporários desta prefeitura, contratada através do Processo Seletivo de caráter temporário 005/2014, cargo de PROFESSOR, carga horária 100:00 horas mês, cumprindo-as nas dependências do CMEI Clea Trela Casa. Lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 15 de dezembro de 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER  
Diretor

**PORTARIA Nº. 687 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.**

PORTARIA Nº. 687 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.

ELOI JOSE QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

DISPENSAR, [por término de contrato], a servidora, THAISE CRISTINE DOS SANTOS, do quadro de funcionários temporários desta prefeitura, contratada através do Processo Seletivo de caráter temporário 005/2014, cargo de PROFESSOR, carga horária 100:00 horas mês, cumprindo-as nas dependências da Escola João Pacheco de Miranda Lima – Extensão II. Lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 15 de dezembro de 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE  
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER  
Diretor

**PORTARIA Nº. 688 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.**

PORTARIA Nº. 688 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.

ELOI JOSE QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

DISPENSAR, [por término de contrato], a servidora, VALCI KONKEL DE PAULA, do quadro de funcionários temporários desta prefeitura, contratada através do Processo Seletivo de caráter temporário 005/2014, cargo de PROFESSOR, carga horária 100:00 horas mês, cumprindo-as nas dependências do CMEI Vera Lucia Karvat Dumas. Lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 15 de dezembro de 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE  
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER  
Diretor

**PORTARIA Nº. 689 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.**

PORTARIA Nº. 689 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.

ELOI JOSE QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

DISPENSAR, [por término de contrato], a servidora, VALERIA BIANEK DAS CHAGAS, do quadro de funcionários temporários desta prefeitura, contratada através do Processo Seletivo de caráter temporário 005/2014, cargo de PROFESSOR, carga horária 200:00 horas mês, cumprindo-as nas dependências do CMEI Tia Joaquina. Lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 15 de dezembro de 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE  
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER  
Diretor

**PORTARIA Nº. 690 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.**

PORTARIA Nº. 690 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.

ELOI JOSE QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

DISPENSAR, [por término de contrato], a servidora, VANESSA WAGNER DE OLIVEIRA, do quadro de funcionários temporários desta prefeitura, contratada através do Processo Seletivo de caráter temporário 005/2014, cargo de PROFESSOR, carga horária 100:00 horas mês, cumprindo-as nas dependências da Escola João Pacheco de Miranda Lima – Extensão II. Lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 15 de dezembro de 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE  
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER  
Diretor

**PORTARIA Nº. 691 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.**

PORTARIA Nº. 691 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.

ELOI JOSE QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

DISPENSAR, [por término de contrato], a servidora, VANIA CASTILHO, do quadro de funcionários temporários desta prefeitura,

contratada através do Processo Seletivo de caráter temporário 005/2014, cargo de PROFESSOR, carga horária 100:00 horas mês, cumprindo-as nas dependências da Escola João Pacheco de Miranda Lima – Extensão II. Lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 15 de dezembro de 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE  
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER  
Diretor

#### **PORTARIA Nº. 692 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.**

PORTARIA Nº. 692 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.

ELOI JOSE QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

DISPENSAR, [por término de contrato], a servidora, VANIA WAGNER TARTARI, do quadro de funcionários temporários desta prefeitura, contratada através do Processo Seletivo de caráter temporário 005/2014, cargo de PROFESSOR, carga horária 200:00 horas mês, cumprindo-as nas dependências da Escola João Pacheco de Miranda Lima – CAIC. Lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 15 de dezembro de 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE  
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER  
Diretor

#### **PORTARIA Nº. 693 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.**

PORTARIA Nº. 693 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.

ELOI JOSE QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

DISPENSAR, [por término de contrato], a servidora, VERA LUCIA DA SILVA MASSANEIRO, do quadro de funcionários temporários desta prefeitura, contratada através do Processo Seletivo de caráter temporário 005/2014, cargo de PROFESSOR, carga horária 100:00 horas mês, cumprindo-as nas dependências do CMEI Tia Maria. Lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 15 de dezembro de 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE  
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER  
Diretor

#### **PORTARIA Nº. 694 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.**

PORTARIA Nº. 694 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.

ELOI JOSE QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

DISPENSAR, [por término de contrato], a servidora, VERIDIANI APARECIDA COSTA, do quadro de funcionários temporários desta prefeitura, contratada através do Processo Seletivo de caráter temporário 005/2014, cargo de PROFESSOR, carga horária 100:00 horas mês, cumprindo-as nas dependências da Escola Francisco Rocha. Lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 15 de dezembro de 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE  
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER  
Diretor

#### **PORTARIA Nº. 695 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.**

PORTARIA Nº. 695 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.

ELOI JOSE QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

DISPENSAR, [por término de contrato], a servidora, VIRLENE DE JESUS DOS SANTOS DE OLIVEIRA, do quadro de funcionários temporários desta prefeitura, contratada através do Processo Seletivo de caráter temporário 005/2014, cargo de PROFESSOR, carga horária 100:00 horas mês, cumprindo-as nas dependências do CMEI Zilda Pacheco. Lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 15 de dezembro de 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE  
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.



WILLIAM GERSON NAYZER  
Diretor

**PORTARIA Nº. 696 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.**

PORTARIA Nº. 696 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.

ELOI JOSE QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

DISPENSAR, [por término de contrato], a servidora, VIVIANE RENATA PADILHA SOARES FRAGOSO, do quadro de funcionários temporários desta prefeitura, contratada através do Processo Seletivo de caráter temporário 005/2014, cargo de PROFESSOR, carga horária 100:00 horas mês, cumprindo-as nas dependências da Escola João Pacheco de Miranda Lima - CAIC. Lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 15 de dezembro de 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE  
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER  
Diretor

**PORTARIA Nº. 697 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.**

PORTARIA Nº. 697 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.

ELOI JOSE QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

DISPENSAR, [por término de contrato], o servidor, WILLIAM CORDEIRO DE SOUZA, do quadro de funcionários temporários desta prefeitura, contratado através do Processo Seletivo de caráter temporário 005/2014, cargo de PROFESSOR, carga horária 150:00 horas mês, cumprindo-as nas dependências do CMEI Odilon Pazda. Lotado na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 15 de dezembro de 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE  
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER  
Diretor

**PORTARIA Nº. 698 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.**

PORTARIA Nº. 698 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.

ELOI JOSE QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

DISPENSAR, [por término de contrato], a servidora, ZELINDA MAZOROVICZ DOMINGOS PINTO, do quadro de funcionários temporários desta prefeitura, contratada através do Processo Seletivo de caráter temporário 005/2014, cargo de PROFESSOR, carga horária 100:00 horas mês, cumprindo-as nas dependências do CMEI Zilda Pacheco. Lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 15 de dezembro de 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE  
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER  
Diretor

**PORTARIA Nº. 699 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2015.**

PORTARIA Nº. 699 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2015.

ELOI JOSE QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

DISPENSAR, [por término de contrato], a servidora, ADRIANE DA SILVEIRA GAM, do quadro de funcionários temporários desta prefeitura, contratada através do Processo Seletivo de caráter temporário 005/2014, cargo de MONITOR, carga horária 220:00 horas mês, cumprindo-as nas dependências da Ação Social. Lotada na Secretaria de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 18 de dezembro de 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE  
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER  
Diretor

**PORTARIA Nº. 700 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2015.**

PORTARIA Nº. 700 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2015.

ELOI JOSE QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

DISPENSAR, [por término de contrato], a servidora, ANDRIEZI JAWORSKI, do quadro de funcionários temporários desta prefeitura, contratada através do Processo Seletivo de caráter temporário 005/2014, cargo de MONITOR, carga horária 220:00 horas mês, cumprindo-as nas dependências da Ação Social. Lotada na Secretaria de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 18 de dezembro de 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE  
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER  
Diretor

# Tunápolis

## PREFEITURA

### ATA 3ª SESSÃO DEZEMBRO/2015

ATA DA 3ª SESSÃO ORDINÁRIA DO MÊS DE DEZEMBRO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE TUNÁPOLIS REALIZADA EM 21 DE DEZEMBRO 2015.

Aos vinte e um dias do mês de Dezembro de dois mil e quinze, com início excepcionalmente às 18: horas, conforme Resolução nº020/2015, na sala das Sessões da Câmara Municipal de Vereadores de Tunápolis, situada a Rua da Matriz nº53, Centro, realizou-se a terceira Sessão Ordinária do mês de Dezembro de 2015. Sob a Presidência do Vereador Gilberto Lunkes, Digníssimo Presidente da Mesa Diretora, foi deliberada a seguinte Ordem do dia: O Presidente solicitou a 1ª Secretária da Mesa Vereadora Cleni para verificar a presença dos Edis e se todos assinaram o livro de presenças. A Secretária por sua vez confirmou a presença e assinatura de todos. O Presidente então declarou aberta a Sessão saudando os colegas Vereadores e demais presentes. Dando sequência colocou em discussão a Ata da Sessão Ordinária do dia 14 de Dezembro de 2015, para a qual não houve manifestações, e, posta em votação recebeu aprovação unânime. Seguindo, o Presidente convidou novamente a 1ª Secretária para fazer a Leitura do expediente do dia, que constou de: Ofício Assinado pelo Prefeito Municipal Enói Scherer relatando dificuldades enfrentadas pela administração em relação ao Vice-Prefeito. Ofício nº0310/2015 do executivo encaminhando anexo os Projetos de Lei nº 035, 036 e 037/2015 e os Projetos de Lei Complementar nº05 e 06/2015. Projeto de Emenda Modificativa nº02/2015 que altera o teor dos artigos 1º e 2º do Projeto de Lei nº 034/2015. Redação Final do Decreto Legislativo nº 07/2015 que aprova as contas do Executivo referente ao exercício financeiro de 2014. Portaria nº 09/2015 do Legislativo que concede progressão vertical para a Servidora (Contadora) Thaís Renata Welter. Projeto de Emenda Aditiva nº03/2015 que altera o teor do artigo 2º do Projeto de Lei nº 035/2015. Indicação nº 032/2015 assinada por todos os Vereadores, onde sugerem ao Executivo que o resultado das sobras financeiras do Legislativo do período de 2016, a ser devolvido para o Executivo, seja repassado a Associação Hospitalar de Tunápolis. Resolução nº021/2015 que compõe a Comissão de Recesso para o período de 23 de Dezembro do corrente ano até o dia 02 de Fevereiro de 2016. Ofício das Comissões em conjunto informando apto para deliberação em Plenário o Projeto de Lei nº034/2015 e o Projeto de Resolução nº 019/2015. Convite do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente para a posse dos novos conselheiros no dia 10 de Janeiro de 2016. Feita a leitura do expediente, o Presidente prosseguiu solicitando aos demais pares se acatam o pedido de regime de urgência solicitado pelo Executivo aos Projetos de Lei nº 035, 036, 037/2015 e ao Projeto de Lei Complementar nº05/2015 respectivamente. Todos foram acatados por unanimidade. Assim sendo convocou as Comissões em conjunto a se reunirem

93

extraordinariamente para análise e emissão do Parecer sobre os referidos projetos, bem como sobre as Emendas nº 02 e 03/2015 que foram apresentadas, e para tanto suspendeu temporariamente a Sessão Ordinária. Finda a reunião das Comissões e retomados os trabalhos da Sessão Ordinária, o Presidente convidou a 1ª Secretária a efetuar a leitura do Parecer das Comissões. A Secretária efetuou a leitura do mesmo, sendo que o Parecer foi favorável aos Projetos, encaminhando-os para deliberação em Plenário. Dando sequência, o Presidente colocou em segunda discussão o Projeto de Lei nº033/2015 que autoriza a efetuar a baixa das Prestações de Contas das entidades que especifica e contém outras providências. Não houve manifestações e posto em segunda votação o

Projeto obteve aprovação unânime. Seguindo o Presidente colocou em primeira e única discussão o Projeto de Resolução nº 019/2015 que concede um abono salarial aos Servidores do Legislativo municipal de Tunápolis, na folha de pagamento do mês de Dezembro de 2015 e dá outras providências. Não houve manifestações e em votação o Projeto foi aprovado por unanimidade. O Presidente seguiu colocando em única discussão o Projeto de Emenda Modificativa nº02/2015 que altera o teor dos artigos 1º e 2º do Projeto de Lei nº 034/2015. Houve a manifestação favorável dos Vereadores Elói Wink, Cleni Wiggers, Mauro Bamberg e Flávio Wendling, e a manifestação contrária dos Vereadores Elói Rhoden, Sérgio Eidt e Elise Trenhago. Colocada em votação a Emenda obteve o voto de aprovação dos Vereadores Elói Wink, Mauro Bamberg, Cleni Wiggers Nilsí Sehn e Flávio Wendling, e o voto contrário a aprovação dos Vereadores Elise Trenhago, Elói Rhoden e Sérgio Eidt, ficando assim a Emenda aprovada com 5 votos favoráveis e 3 votos contra. Seguindo o Presidente colocou em única discussão o Projeto de Lei nº 034/2015 que Autoriza a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$68.000,00 (Sessenta e oito mil reais), alterando a Lei Orçamentária nº 1.202/2014, e contém outras providências, com a Emenda Modificativa nº02/2015 já inserida, onde o Projeto obteve aprovação unânime. Continuando o Presidente da Mesa colocou em única discussão o Projeto de Emenda Aditiva nº03/2015 que altera o teor do artigo 2º do Projeto de Lei nº 035/2015. Houve a manifestação Favorável do Vereador Elói Wink e posto em votação a emenda foi aprovada por unanimidade. Em ato contínuo o Presidente colocou em única discussão o Projeto de Lei nº 035/2015 que Autoriza a permissão de uso a título precário de bens imóveis para o Grêmio Esportivo Tunense de Tunápolis e contém outras providências com a Emenda Aditiva nº 03/2015 já inserida. Manifestou-se favoravelmente o Vereador Sérgio, e em única votação o Projeto foi aprovado por unanimidade. Dando continuidade, o Presidente colocou em primeira e única discussão o Projeto de Lei nº 036/2015 que Autoriza o procedimento de credenciamento de instituições hospitalares

94

para realização de serviços de plantão médico para os municípios de Tunápolis e contém outras providências. Não houve manifestações e posto em única votação o Projeto foi aprovado por unanimidade. Na sequência foi posto em primeira e única discussão o Projeto de Lei nº 037/2015 que Altera a Lei 901/2008 e alterações posteriores que Dispõe sobre a concessão do direito real de uso de bens imóveis da Municipalidade como incentivo ao desenvolvimento sócio-econômico do Município. Para a discussão deste Projeto, houve a inscrição do Sr. Donato Lauschner antes da Sessão conforme prevê o regimento Interno da Casa no Artigo 192. O Presidente convidou-o a usar a Tribuna para proferir suas palavras. Após a manifestação do Sr. Donato, não houve mais manifestações e em única votação, o Projeto obteve aprovação unânime. Na sequência foi deliberado em única discussão e votação o Projeto de Lei Complementar nº 05/2015 de 11 de dezembro de 2015. Dá nova redação ao Anexo V – Letra F, alterando a Lei Complementar nº 025/2010 e alterações posteriores, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração de Pessoal da Administração Pública do Município, de Tunápolis, Estado de Santa Catarina e dá Outras Providências. Teceram comentários favoráveis ao Projeto os Vereadores Elise Trenhago, Sérgio Eidt, Flávio Wendling, Cleni Wiggers e Elói Wink, e em única votação o Projeto também obteve aprovação unânime. Na sequência o Presidente anunciou que a partir daquele momento se daria a realização da eleição da nova

Mesa Diretora para o ano de 2016. Disse que conforme prevê o Regimento interno desta casa, a votação será realizada por chamada dos nomes em ordem alfabética, sendo feita a chamada pelo Presidente. A Secretária irá distribuir as cédulas para votação na seguinte ordem: 1º votação para Presidente, cada um fará a votação conforme chamada e colocará a cédula na urna, tendo todos votado, será recolhida a urna e feito o escrutínio do respectivo cargo. Depois será distribuída a cédula para votação de Vice-Presidente e assim sucessivamente até compor todos os membros da Mesa. O Presidente convocou o Vice-Presidente e a 1ª Secretária para ajudar no escrutínio dos votos. Para Presidente recebeu oito votos o Vereador Elói Wink, sendo um voto anulado. Para Vice-Presidente o Vereador Mauro recebeu nove votos. Para 1ª Secretária recebeu nove votos a Vereadora Elise. E para Vice Secretário recebeu oito votos o Vereador Gilberto e um voto o Vereador Flávio. Encerada a votação e o escrutínio dos votos, o atual Presidente anunciou a nova Mesa e proclamou os eleitos empossados para o exercício de 2016, ficando a mesa Diretora eleita da seguinte forma: Presidente, Elói Wink. Vice-Presidente, Mauro Luiz Bamberg. 1ª Secretária, Elise Gretzler Trenhago e Vice- Secretário Gilberto Lunkes. Seguindo o Presidente convocou a Comissão de Justiça e Redação de Leis para que ainda na mesma noite, se reúna extraordinariamente, objetivando analisar a Redação Final dos Projetos de Lei nº 033, 034, 035, 036 e 037/2015, bem como a redação final do Projeto de Lei Complementar nº 05/2015. E ainda, convocou a

95

Mesa Diretora para que proceda a redação Final do Projeto de Resolução nº 019/2015. Também convocou o Plenário para que logo após a reunião da Comissão se reúna extraordinariamente para análise das mesmas, bem como, para a deliberação da Ata desta Sessão Ordinária. Prosseguindo declarou que na folha da Tribuna Livre não houve inscrições. Que na folha da Palavra Livre também não houve inscrições e declarou ainda que a Indicação será encaminhada. Que fica na Mesa o Projeto de Lei Complementar nº 06/2015. Comunicou que a Câmara estará em recesso a partir do dia 23 de Dezembro até o dia 02 de Fevereiro de 2016. Lembrou ainda, que a Comissão de Recesso fica composta pela atual Mesa diretora até o dia 31 de Dezembro, e de 01 de Janeiro até dia 02 de Fevereiro estará a cargo da Nova Mesa diretora eleita nesta noite. Finalizando, convidou o público presente para aguardar e participar da Sessão Extraordinária que será realizada logo após a reunião da Comissão de Justiça. E, sem mais a tratar declarou por encerrada esta Sessão Ordinária, da qual foi lavrada esta Ata que após lida, discutida e aprovada será devidamente assinada.

Tunápolis-SC, Sala das Sessões, em 21 de Dezembro de 2015.

GILBERTO LUNKES

Presidente

ELÓI WINK

Vice-Presidente

CLENI DIAS WIGGERS NILSI SEHN

1ª Secretária 2ª Secretária

96

## EDITAL DE CREDENCIAMENTO 01/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS

### EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO DE SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS DE PROTEÇÃO SOCIAL Nº 01/2015

"Objetivando o chamamento público para credenciamento de instituições sem fins lucrativos para prestação de serviços socioassistenciais de proteção social especial de alta complexidade no acolhimento institucional de crianças e adolescentes até 18 anos incompletos, na modalidade de abrigo institucional ou Casa lar, mediante pagamento mensal pelos serviços prestados, visando o atendimento em regime de abrigo a crianças e adolescentes que se encontram em situação de risco pessoal e social, pertencentes ao Município de Tunápolis, encaminhadas pelo Fundo Municipal da Infância e Adolescência e por meio da Justiça da Infância e Juventude da Comarca de Itapiranga, Estado de Santa Catarina".

O MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº. 78.486.198/0001-52, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. ENOÍ SCHERER, torna público, para conhecimento dos interessados que, a partir do dia 29 de dezembro de 2015, estão abertas as inscrições para Credenciamento dos Serviços socioassistenciais, a prestadores de serviços, pessoas jurídicas, privada ou pública, lucrativa ou não, para a execução/fornecimento dos serviços socioassistenciais - de proteção social especial de alta complexidade no acolhimento institucional de crianças e adolescentes até 18 anos incompletos, na modalidade de abrigo institucional ou Casa lar, com obediência a Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1.993, com as respectivas alterações posteriores. Maiores informações encontram-se à disposição dos interessados no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h às 17h, no Centro Administrativo Municipal, na Rua João Castilho, 111, centro, na cidade de Tunápolis.

#### 1 - OBJETO

1.1 - O presente Chamamento Público tem como Objetivo o credenciamento de pessoas jurídicas, privadas ou públicas, lucrativas ou não, para a execução/fornecimento dos serviços socioassistenciais - de proteção social especial de alta complexidade no acolhimento institucional de crianças e adolescentes até 18 anos incompletos, na modalidade de abrigo institucional ou Casa lar, em unidades residenciais, para atender a questões específicas do MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, mencionados no presente edital e demais normas técnicas pertinentes aos serviços, com os valores constantes na tabela (Anexo I).

1.2 - A Pessoa Jurídica credenciada deverá considerar que os usuários dos serviços serão encaminhados pelo Fundo Municipal de Infância e Adolescência Promoção Social e Conselho Tutelar do Município, por meio da Justiça da Infância e Juventude da Comarca de Itapiranga, e terão livre escolha na procura das mesmas, sendo vedado a este Órgão Público o direcionamento para esta ou àquela empresa.

#### 2 - DO CREDENCIAMENTO

2.1 - Os interessados que desejarem efetuar o credenciamento deverão obrigatoriamente apresentar os seguintes documentos, em original ou por cópia autenticada em tabelionato ou, por servidor municipal.

2.2 - O credenciamento, para pessoas jurídicas, consistirá basicamente na apresentação dos seguintes documentos:

a) - Registro comercial, no caso de empresa individual.

b) - Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrada, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de

sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.

c) - Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhadas de prova, indicando a diretoria em exercício.

d) - Cartão do CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda - CNPJ-MF), conforme Instrução Normativa da SRF nº. 200, de 13 de setembro de 2002. Será feita consulta on-line.

e) - Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do credenciante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual, (alvará de localização e/ou DIC documento de identificação de Contribuinte).

f) - Prova de regularidade para com a Fazenda Federal do domicílio ou sede do credenciante, na forma da Lei;

g) - Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei. OBS: - Caso a credenciante já tiver a negativa "conjunta" da Receita Federal e (INSS), a mesma servirá para as letras "f" e "g".

h) - Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do credenciante.

i) - Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do credenciante.

j) - Atestado de pleno e regular funcionamento junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - COMDICA - e no Conselho Municipal da Assistência Social - CMAS - há mais de dois anos, comprovando efetiva atuação na referida área.

k) - Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

l) - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas do credenciante.

m) - Declaração da credenciante, de que não pesa contra si, declaração de inidoneidade, de acordo com o modelo constante no Anexo II e sob as penalidades cabíveis, a superveniência de fato impeditivo para contratar com o Poder Público, conforme prescreve o § 2º, Art. 32, da Lei 8.666/93.

n) - Declaração da credenciante de cumprimento ao artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal (conforme modelo do Anexo III), assinada por representante(s) legal(is) da empresa.

o) - Declaração de que se propõe a executar/fornecer os serviços socioassistenciais - de proteção social especial de alta complexidade no acolhimento institucional de crianças e adolescentes até 18 anos incompletos, na modalidade de abrigo institucional ou Casa lar, bem como, a capacidade máxima de atendimento mensal, concordando com os valores constantes no Anexo I, (conforme modelo do Anexo IV),

p) - Não poderá exercer atividade, por credenciamento, o servidor público de provimento efetivo ou em exercício de cargo em comissão ou função gratificada, ou que estiver em exercício de mandato eletivo ou com registro oficial de candidatura para qualquer desses cargos;

q) - O credenciado que venha a se enquadrar nas situações previstas no item anterior, terá suspensa a respectiva atividade, enquanto estiver impedido;

2.3 - As informações relativas à habilitação são de inteira responsabilidade do credenciante, que responderá cível e criminalmente por estas.

2.4 - Os documentos expedidos pela INTERNET poderão ser apresentados em forma original ou, cópia reprográfica sem autenticação. Entretanto, estarão sujeitas as verificações de sua autenticidade através de consulta realizada pela Comissão de Licitações. Os demais documentos deverão ser cópias atualizadas e autenticadas por tabelião ou, por Servidor Público do Município de Tunápolis.

2.5 - Todos os documentos apresentados deverão ser correspondentes unicamente à matriz ou à filial da empresa que ora se habilita para este certame licitatório. Os documentos devem ser em nome de uma única empresa (razão social).

2.6 - A documentação será apresentada em via original ou cópia autenticada, devendo constar no Envelope:

a) - Nome ou razão social;

b) - Número do presente Edital;

c) - Edital de Chamamento Público para Credenciamento de serviços socioassistenciais de proteção social;

2.7 - O credenciamento se caracteriza como relação contratual de prestação de serviços.

### 3 - DOS USUÁRIOS DOS SERVIÇOS:

3.1 - Os usuários dos serviços são as pessoas residentes no Município de Tunápolis, devidamente autorizados pelo Fundo Municipal de Infância e Adolescência de Tunápolis.

3.2 - Os usuários dos serviços deverão atender as diretrizes estabelecidas nos Anexos do presente Edital.

### 4 - DO PRAZO E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO:

4.1 - A prestação do serviço dar-se-á de acordo com a solicitação expedida pela Secretaria Municipal de Assistência Social/Fundo Municipal de Assistência Social, conforme a necessidade dos usuários.

4.2 - Os serviços serão executados por cota inicial, formada de 03 (três) vagas para atendimento inicial e contínuo, acrescida por unidade, cada vez que se fizerem necessárias a disponibilização de novas vagas.

### 5 - FORMA DE PAGAMENTO:

5.1 - Os pagamentos somente serão realizados mediante:

a) - Apresentação das autorizações para execução/fornecimento dos serviços socioassistenciais - de proteção social especial de alta complexidade no acolhimento institucional de crianças e adolescentes até 18 anos incompletos, na modalidade de abrigo institucional ou Casa lar, emitidas pelo Fundo Municipal de Infância e Adolescência do Município de Tunápolis.

b) - Os valores serão postos à disposição da CREDENCIADA, junto à instituição financeira na qual mantenha conta corrente, mensalmente, até o décimo (10º) dia útil do mês subsequente àquele em que os serviços forem prestados.

c) - Os valores a serem pagos, somente serão liberados mediante a apresentação do Recibo personalizado, Fatura e/ou Nota Fiscal, que deverá ser apresentado ao Fundo Municipal de Infância e Adolescência do Município de Tunápolis, até o segundo (2º) dia útil, que deverá



estar em conformidade com os serviços realizados e devidamente comprovados, e estarão sujeitos às retenções previdenciárias e tributárias, devendo ser apresentado ainda os seguintes documentos relativos ao mês imediatamente anterior:

1. - As certidões negativas de débito do FGTS e INSS, vigentes a época da emissão do Recibo, Fatura e/ou Notas Fiscais e/ou no ato do pagamento da despesa.
2. - Relação dos usuários atendidos ao longo do mês;
- d) - Os valores a serem pagos serão sempre os fixados nos termos do Anexo I do presente Edital;

#### 6 - VIGÊNCIA:

6.1 - O presente objetivo é a celebração de contrato, para realização dos serviços citados, tendo sua vigência a partir da assinatura do contrato de credenciamento, e tendo como prazo final o dia 31.12.2016.

6.2 - O presente credenciamento encontra-se aberto até 30 de dezembro de 2016, e poderá ser realizada por qualquer interessado, pessoa jurídica, que preencha as condições mínimas exigidas no presente edital;

#### 7 - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Para contratação do objeto desta licitação os recursos previstos correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias do Fundo Municipal de Infância e Adolescência para o exercício de 2016: 2.031 – Manutenção dos Centros de Atendimento à Crianças e Adolescentes - Modalidade de Aplicação - 3.3.90 - Aplicações Diretas

#### 8 - DA ASSINATURA DO TERMO DE CREDENCIAMENTO

Após o credenciamento a Administração, no prazo de até 05 (cinco) dias, convocará a(s) pessoa credenciada para assinar o termo de credenciamento.

#### 9 - DAS OBRIGAÇÕES DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS CREDENCIADOS.

9.1 - Atender os usuários com dignidade e respeito e de modo universal e igualitário, mantendo-se a qualidade na prestação de serviços.

9.2 – Estar registrada e apresentar atestado de pleno e regular funcionamento junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - COMDICA - e no Conselho Municipal da Assistência Social - CMAS - há mais de dois anos, comprovando efetiva atuação na referida área.

9.3 – Cumprir a instruções descritas no presente Edital e seus anexos.

9.4 - A CREDENCIADA não poderá, sob qualquer hipótese, cobrar diferenças de valores aos beneficiários pelo atendimento, bem como, que este assine fatura ou guia de atendimento em branco.

9.5 - Responsabilizar-se pelos salários, encargos sociais, previdenciários, taxas, impostos e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre seu pessoal necessário à execução do serviço;

9.6 - São ainda obrigações dos prestadores de serviços ao Município de Tunápolis:

9.6.1 - Informar ao Fundo Municipal de Infância e Adolescência de Tunápolis, eventual alteração de sua razão social, de seu controle acionário ou de mudança de sua diretora ou de seu estatuto, enviando cópia autenticada da certidão da Junta comercial ou do cartório de registro civil das pessoas jurídicas.

9.6.2 - Cumprir, dentro dos prazos estabelecidos as obrigações assumidas por força deste edital.

9.6.3 - Manter, durante todo o contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no credenciamento.

9.6.4 - Dispor de instalações adequadas e confortáveis para os usuários.

#### 10 - DO PESSOAL DO CREDENCIAMENTO

10.1 - A responsabilidade exclusiva e integral por qualquer direito de qualquer ordem do prestador do serviço credenciado, para execução de todos os procedimentos, inclusive encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, ou mesmo fiscais e comerciais resultante de vínculo de toda a espécie, é do credenciado, em nenhuma hipótese, poderão ser transferidos para a entidade pública credenciante.

#### 11 - DAS PENALIDADES E SANÇÕES

11.1 - Pelo descumprimento total ou parcial das condições contratuais, a Prefeitura Municipal de Tunápolis poderá aplicar à contratada as seguintes penalidades, além da responsabilização civil e penal cabíveis, sem prejuízo do disposto no art. 49, da Lei 8.666/93 e alterações:

- a) - Advertência;
- b) - Multa;
- c) - Suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração;
- d) - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que tiver aplicado a penalidade.

11.2 - Ficam estabelecidos os seguintes percentuais de multa:

- a) - 10 % (dez por cento) sobre o valor da nota de empenho ou do contrato, em caso de recusa injustificada da interessada em assinar o contrato;
- b) - 0,3 % (três décimos por cento) por dia, até o 30º (trigésimo) dia de atraso sobre o valor dos serviços não realizados;

c) - 20% (vinte por cento) quando o atraso for superior a 30 (trinta) dias, com o conseqüente cancelamento da nota de empenho ou documento correspondente;

## 12 - DOS RECURSOS

12.1 - As ocorrências havidas durante o credenciamento serão registradas em atas que será assinada pelos membros da Comissão Permanente de Licitações e pelos demais presentes.

12.2 - Das decisões da Comissão Permanente de Licitações caberá recursos nos termos do art. 109, § 6º da Lei 8.666/93.

12.3 - Quaisquer recursos relativos a este credenciamento poderão ser interpostos no prazo legal acima mencionado, dirigido ao Presidente da Comissão Permanente de Licitações, devidamente protocolizados no setor de compras do Município, aos cuidados da Comissão Permanente de Licitações.

12.4 - As decisões da Comissão Permanente de Licitações serão publicadas no átrio da Prefeitura Municipal de Tunápolis (Mural Público);

12.5 - Interpostos os recursos, dele será dada ciência aos demais interessados/credenciados, mediante publicação no local acima descrito, bem como via fax-simile, onde poderão impugná-lo no prazo de 02 (dois) dias úteis.

## 13 - DISPOSIÇÕES FINAIS:

13.1 - Em nenhuma hipótese será concedido prazo diverso do fixado neste Edital, para o credenciamento.

13.2 - O(A) credenciado(a) que se recusar a executar os serviços ora credenciados, sofrerá as penalidades previstas no Art. 87, II, da Lei nº. 8.666/93 e alterações, ficando sujeita, ainda ao descredenciamento.

13.3 - Pelo atraso injustificado na realização dos serviços socioassistenciais, será cobrada multa na razão de R\$ 100,00 (cem reais), por dia de atraso, sem prejuízo da sujeição de descredenciamento.

13.4 - Será concedido o prazo de 5 (cinco) dias úteis para apresentação de defesa prévia.

13.5 - Ao Prefeito fica assegurado o direito de preservando interesse do Município, revogar ou anular a presente edital de chamamento público, justificando a razão de tal ato, dando ciência aos partícipes.

13.6 - A(o) credenciada(o) deverá comunicar formalmente a Secretaria Municipal de Assistência Social, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, a eventual impossibilidade temporária de prestar os serviços constantes do objeto deste edital, mediante plena justificativa técnica.

13.7 - Em caso de atraso na entrega da relação dos pacientes atendidos no mês por parte da(o) credenciada(o), ficará o pagamento da fatura correspondente, retardado proporcionalmente.

13.8 - A remuneração recebida pela(o) credenciada(o) não gerará direito adquirido ou ato jurídico perfeito, não havendo nenhum vínculo da natureza trabalhista ou previdenciária;

13.9 - Fazem parte integrante deste Edital:

- Anexo I - Tabela de Valores dos serviços.
- Anexo II - Modelo de Declaração de Idoneidade.
- Anexo III - Modelo de Declaração (cumprimento ao artigo 7º. inciso XXXIII da CF/88).
- Anexo IV - Declaração de que concorda na prestação dos serviços.
- Anexo V - Termo de compromisso de disponibilidade de recursos humanos e materiais.
- Anexo VI - Termo de compromisso de desimpedimento.
- Anexo VII - Minuta Termo de Credenciamento.

13.10 - O processo licitatório, os termos do contrato e o Edital de Chamamento Público, contendo todas as informações encontram-se à disposição dos interessados de segunda a sexta-feira, das 07h30min às 11h30min, e das 13h às 17h30min, através do telefone (49) 36321122 ou fax 336321134, ou pessoalmente (Rua João Castilho, 111, Tunápolis- SC) junto ao Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura de Tunápolis.

Tunápolis, 29 de dezembro de 2015.

Enoi Scherer  
Prefeito Municipal

## ANEXO I

### TABELA DE VALORES

### SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS



ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE MESES	VALOR UNITÁRIO
1	Serviços socioassistenciais de proteção social especial de alta complexidade no acolhimento institucional de crianças e adolescentes até 18 anos incompletos, na modalidade de abrigo institucional ou Casa lar, mediante pagamento mensal pelos serviços prestados para 03 (três) vagas, visando o atendimento em regime de abrigo a crianças e adolescentes que se encontram em situação de risco pessoal e social, pertencentes ao Município de Tunápolis, encaminhadas pelo Fundo Municipal de Infância e Adolescência e Conselho Tutelar do Município, por meio da Justiça da Infância e Juventude da Comarca de Itapiranga, Estado de Santa Catarina.	12	6.600,00

## ANEXO II

## MODELO

À Comissão de Licitações  
Declaração de Idoneidade

## DECLARAÇÃO

(Razão Social da Credenciante), através de seu Diretor ou Responsável Legal, declara, sob as penas da lei, que não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública.

Por ser expressão de verdade, firmamos o presente.

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2015.

Assinatura

## ANEXO III

## MODELO

À Comissão de Licitações  
Declaração (cumprimento ao artigo 7º. inciso XXXIII da CF).

## DECLARAÇÃO

A empresa (ou pessoa jurídica) .....declara, para os fins de direito e sob as penas da lei, na qualidade de credenciante do procedimento licitatório sob a modalidade de Edital de Credenciamento Público para serviços socioassistenciais de proteção social, em cumprimento ao inciso XXXIII, do artigo 7º. da Constituição Federal de que não possuímos em nosso quadro funcional pessoas menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e, de menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos.

Por ser expressão da verdade, firmamos o presente.

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2015.

Assinatura

## ANEXO IV

## MODELO

À Comissão de Licitações  
Declaração de que concorda na prestação dos serviços

## DECLARAÇÃO

A empresa (ou pessoa física) ..... , inscrita no CNPJ/CPF sob o nº ....., declara que concorda em executar/fornecer os serviços socioassistenciais de proteção social, com os valores constantes na tabela de valores anexa ao edital de Credenciamento Público para serviços socioassistenciais de proteção social e que atenderemos a demanda exigida pelo Fundo Municipal de Infância e Adolescência do Município.

..... de ..... de 2015.

Assinatura

## ANEXO V

## MODELO

À Comissão de Licitações

Termo de compromisso de disponibilidade de recursos humanos e materiais

## TERMO DE COMPROMISSO

## DE DISPONIBILIDADE DE RECURSOS HUMANOS E MATERIAIS

A proponente declara que possui os recursos humanos, material e equipamentos necessários à execução/fornecimento dos serviços socio-assistenciais - de proteção social especial de alta complexidade no acolhimento institucional de crianças e adolescentes até 18 anos incompletos, na modalidade de abrigo institucional ou Casa lar, e que estão à disposição para efetuar todos esses trabalhos para o Município de Tunápolis/SC.

..... de ..... de 2015.

Assinatura

## ANEXO VI

## MODELO

À Comissão de Licitações

Termo de compromisso de desimpedimento

## TERMO DE COMPROMISSO DE DESIMPEDIMENTO

Declaramos, para os fins previstos, que esta proponente não incorre em qualquer dos impedimentos abaixo descritos:

- Não foi declarada inidônea por ato do Poder Público;
- Não se encontra sob processo de falência ou concordata;
- Não está impedida de transacionar com a Administração Pública;
- Não foi apenada com rescisão de contrato que por deficiência dos serviços prestados, quer por outro motivo igualmente grave, no transcorrer dos últimos 05 (cinco) anos;
- Não possui débitos com a Administração Municipal;
- Não possui qualquer nota desabonadora no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF.

Por ser verdade, firmamos o presente, nos termos e sob as penas da Lei.

..... de ..... de 2015

Assinatura

## ANEXO VII

## TERMO DE CREDENCIAMENTO nº ...../20 .

"REFERENTE AO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2015, PARA CREDENCIAMENTO DE SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS DE PROTEÇÃO SOCIAL".

"Objetivando o Chamamento Público para Credenciamento de pessoa jurídica, privadas ou públicas, lucrativas ou não, para a execução/fornecimento dos serviços socioassistenciais - de proteção social especial de alta complexidade no acolhimento institucional de crianças e adolescentes até 18 anos incompletos, na modalidade de abrigo institucional ou Casa lar, que celebram o Município de Tunápolis e ..... , nos termos e condições a seguir"

Pelo presente instrumento, de um lado, o Município de Tunápolis, pessoa jurídica de direito público interno, com centro administrativo na Rua João Castilho, 111, inscrito no CNPJ sob nº. 78.486.198/0001-52, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, doravante denominado simplesmente de CREDENCIANTE e, de outro, ....., (qualificação) inscrita no CNPJ/CPF sob nº ..... , estabelecida na Rua ..... em ..., neste ato representada pelo(a) Sr.(a) ..... , portador(a) da Carteira de Identidade com RG nº ... e CPF nº ..... , residente e domiciliado na Rua ..... em..., doravante denominada simplesmente CREDENCIADA, acordam celebrar o presente Contrato, mediante as seguintes cláusulas e condições:

## CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

A CREDENCIADA compromete-se a prestar os serviços na execução/fornecimento dos serviços socioassistenciais - de proteção social especial de alta complexidade no acolhimento institucional de crianças e adolescentes até 18 anos incompletos, na modalidade de abrigo institucional ou Casa lar, mencionados no presente edital e demais normas técnicas pertinentes aos serviços, com os valores constantes no quadro abaixo.

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE MESES	VALOR UNITÁRIO
1	Serviços socioassistenciais de proteção social especial de alta complexidade no acolhimento institucional de crianças e adolescentes até 18 anos incompletos, na modalidade de abrigo institucional ou Casa lar, mediante pagamento mensal pelos serviços prestados para 03 (três) vagas, visando o atendimento em regime de abrigo a crianças e adolescentes que se encontram em situação de risco pessoal e social, pertencentes ao Município de Tunápolis, encaminhadas pelo Fundo Municipal de Infância e Adolescência e Conselho Tutelar do Município, por meio da Justiça da Infância e Juventude da Comarca de Itapiranga, Estado de Santa Catarina.	12	6.600,00

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

A CREDENCIADA, responderá pela solidez, segurança e perfeição dos serviços executados, sendo ainda responsável por quaisquer danos pessoais ou materiais, inclusive contra terceiros, ocorridos durante a execução dos serviços ou deles decorrentes.

A CREDENCIADA durante a vigência do presente contrato, obriga-se a manter todas as condições da habilitação e qualificação exigidas no Edital de Credenciamento Público.

#### CLAUSULA TERCEIRA - DO EQUIPAMENTO E MÃO-DE-OBRA

- a) - Caberá a CREDENCIADA o fornecimento de todos os equipamentos e mão-de-obra, necessários à plena execução dos serviços indicados na cláusula primeira deste termo.
- b) - Correrão por sua inteira conta e risco, as despesas de toda a mão-de-obra, instrumento, equipamento necessários, e, igualmente se responsabiliza por encargos sociais decorrentes de contrato de trabalho de seus empregados, bem como do que vier a firmar com terceiros, nos termos da legislação trabalhista, civil, previdenciária ou penal em vigor, bem como indenizações por danos causados à CREDENCIANTE e ou a terceiros.
- c) - Suportará, também, encargos decorrentes de manutenção e conservação dos equipamentos utilizados na execução dos serviços.

#### CLÁUSULA QUARTA - VIGÊNCIA

O presente pacto tendo sua vigência a partir da assinatura do presente instrumento, e tendo como prazo final o dia 31.12.2016.

#### CLÁUSULA QUINTA - FORMA DE PAGAMENTO

Os pagamentos somente serão realizados mediante:

- a) - Apresentação das autorizações para realização de serviços na execução/fornecimento dos serviços Socioassistenciais, emitidas pelo Fundo Municipal de Infância e Adolescência do Município de Tunápolis;
- b) - Os valores serão postos à disposição da CREDENCIADA, junto à instituição financeira na qual mantenha conta corrente, mensalmente, até o décimo (10º) dia útil do mês subsequente àquele em que os serviços forem prestados.
- c) - Os valores a serem pagos, somente serão liberados mediante a apresentação de Recibo personalizado, Fatura e/ou Nota Fiscal, que deverá ser apresentado ao Fundo Municipal de Infância e Adolescência do Município de Tunápolis, até o segundo (2º) dia útil, que deverá estar em conformidade com os serviços realizados e devidamente comprovados, e estarão sujeitos às retenções previdenciárias e tributárias, devendo ser apresentado ainda os seguintes documentos relativos ao mês imediatamente anterior:
1. - As certidões negativas de débito do FGTS e INSS, vigentes a época da emissão da Fatura e/ou Notas Fiscais e/ou no ato do pagamento da despesa.
  2. - Relação dos menores atendidos no mês;
  3. - Comprovação do pagamento do INSS e FGTS do mês anterior a competência;
  4. - Cópia da SEFIP com Relação de Empregados.

d) - Os valores a serem pagos serão sempre os fixados em preço público a ser definido pelo Poder Público na forma da Lei, sendo que qualquer alteração do preço deve ser comunicada à CREDENCIADA, para manifestar o seu interesse na continuidade ou não do credenciamento;

Parágrafo Único - Uma vez comunicada a CREDENCIADA sobre qualquer alteração, INCLUSIVE QUANTO AO PREÇO PÚBLICO FIXADO e, permanecendo ciente quanto à vigência do pacto, este permanecerá em vigor e com a alteração sofrida.

#### CLÁUSULA SEXTA - FISCALIZAÇÃO.

A CREDENCIANTE através do Conselho Tutelar do Município exercerá ampla fiscalização sobre os serviços executados e em execução pela CREDENCIADA, podendo rejeitá-los quando estiverem fora das especificações, devendo ser refeito sem ônus à CREDENCIANTE.

A CREDENCIANTE reserva-se o direito de fiscalizar, a qualquer tempo, o local de trabalho da CREDENCIADA, bem como seus equipamentos de trabalho, devendo esta fornecer todas as informações necessárias a CREDENCIANTE, bem como permitir a fiscalização em seu estabelecimento e equipamentos, quando esta julgar pertinente.

#### CLAUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES.

O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas ou o cumprimento em desacordo com o pactuado acarretará, à CREDENCIADA, as penalidades previstas no Artigo 87, da Lei nº. 8.666/93 e alterações, conforme a gravidade da infração e independentemente da

incidência de multa e sem prejuízo de descredenciamento.

#### CLÁUSULA OITAVA - DAS SANÇÕES

Pelo descumprimento total ou parcial das condições contratuais, a Prefeitura Municipal de Tunápolis, poderá aplicar à contratada as seguintes penalidades, além da responsabilização civil e penal cabíveis, sem prejuízo do disposto no art. 49, da Lei 8.666/93 e alterações:

- a) - Advertência;
- b) - Multa;
- c) - Suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração;
- d) - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que tiver aplicado a penalidade.

#### CLÁUSULA NONA - DA APLICAÇÃO DAS PENALIDADES E MULTAS.

No caso de incidência de uma das situações previstas neste instrumento, o CREDENCIANTE notificará a CREDENCIADA, para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento desta, justificar, por escrito, os motivos do inadimplemento.

Ficam estabelecidos os seguintes percentuais de multa:

- a) - 10 % (dez por cento) sobre o valor da nota de empenho ou do contrato, em caso de recusa injustificada da interessada em assinar o contrato;
- b) - 0,3 % (três décimos por cento) por dia, até o 30º (trigésimo) dia de atraso sobre o valor dos serviços não realizados;
- c) - 20% (vinte por cento) quando o atraso for superior a 30 (trinta) dias, com o consequente cancelamento da nota de empenho ou documento correspondente;

A CREDENCIANTE, no uso das prerrogativas que lhe confere o inciso IV, do artigo 58 e artigo 87, inciso II, da Lei focada, aplicará multa:

- a) - Pela recusa em executar os serviços ora contratados, sofrerá as penalidades previstas no Art. 87, II, da Lei nº. 8.666/93 e alterações.
- b) - Pelo atraso injustificado na realização dos serviços socioassistenciais, será cobrada multa na razão de R\$ 100,00 (cem reais), por dia de atraso, sem prejuízo da sujeição de descredenciamento.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - RESCISÃO CONTRATUAL

O presente Termo de Credenciamento poderá ser rescindido:

- a) - Mediante acordo expresso, e firmado pelas partes, após um aviso premonitório, também expresso, feito com antecedência de 15 (quinze) dias pelo interessado.
- b) - Unilateralmente pela CREDENCIANTE, em qualquer tempo, independente de interpelação ou procedimento judicial ou extrajudicial, caso a CREDENCIADA:
  - 1. - Ceda ou transfira, no todo ou em parte, o objeto deste contrato ou delegue a outrem as incumbências e/ou as obrigações nele consignadas, sem prévia e expressa autorização da CREDENCIANTE.
  - 2. - Venha a agir com dolo, culpa, simulação ou em fraude na execução dos serviços contratados.
  - 3. - Quando pela reiteração de impugnação dos serviços ficar evidenciada a incapacidade da credenciada para dar execução satisfatória ao contrato.
  - 4. - Venha a falir, entrar em concordata, liquidação ou dissolução.
  - 5. - Quando ocorrerem razões de interesse do serviço público e/ou na ocorrência de qualquer das disposições elencadas na Lei nº. 8.666/93 e alterações.

Parágrafo Único - Havendo rescisão contratual, a CREDENCIANTE pagará à CREDENCIADA, o numerário equivalente aos serviços efetivamente realizados, e aprovados pela Secretaria da Saúde/Fundo Municipal de Saúde, no valor avençado.

#### CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

As despesas decorrentes da execução dos serviços ora contratados serão atendidos pela dotação orçamentária da Secretaria de Assistência Social/Fundo Municipal de Assistência Social para o exercício de 2016: 2.031 – manutenção da Assistência à Criança e ao Adolescente - Modalidade de Aplicação - 3.3.90 - Aplicações Diretas:

#### CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA - CASOS OMISSOS.

Qualquer litígio judicial oriunda da aplicação do presente termo será dirimido com base na legislação específica, especialmente no EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO e na Lei 8.666/93 e posteriores alterações.

A CREDENCIADA não poderá, sob qualquer hipótese, cobrar diferenças de valores aos beneficiários pelo atendimento, bem como, que este assine fatura ou guia de atendimento em branco.

#### CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA - DO FORO.

As partes elegem o Foro da comarca de Itapiranga para dirimirem quaisquer dúvidas oriundas deste ajuste, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acertados, firmam este instrumento em duas (02) vias de igual teor e forma, obrigando-se pelos termos do mesmo,

por si e seus sucessores.

Tunápolis, ..... de ..... de 2015.

MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS CREDENCIANTE CNPJ/MF N.º 78.486.198/0001-52	..... CREDENCIADA CNPJ/MF Nº
..... TESTEMUNHA CPF N.º	..... TESTEMUNHA CPF N.º

## EDITAL DE CREDENCIAMENTO 01/2015 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE CREDENCIAMENTO N. 001/2015

O Município de Tunápolis - SC, através do Fundo Municipal de Saúde torna público para ciência dos interessados que iniciará, a partir da publicação deste, o processo de credenciamento de Instituições Hospitalares para realização de Serviços de Plantão Médico para os municípios de Tunápolis, para efeitos do artigo 25, caput, da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, Lei Municipal nº 1245/2015 e Decreto Municipal Nº 1741/2015, de 23 de dezembro de 2015, cujo procedimento obedecerá às seguintes condições regulamentares:

### 1. DO OBJETO

1.1 - O objeto do presente edital é o de credenciar Instituições Hospitalares para realização de Serviços de Plantão Médico para os municípios de Tunápolis, da seguinte forma:

PROGRAMA DE TRABALHO		ELEMENTO DE DESPESA			
ÍTEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	PREVISÃO DE CUSTOS	
				Unitário	Global
1	Plantão médico em estabelecimento próprio do proponente, colocando à disposição no mínimo um médico para atendimento da população em geral do Município de Tunápolis/SC, em caráter de urgência ou emergência, que vier a se deslocar até o estabelecimento da contratada, com horário de atendimento de segunda à sexta-feira, fora do horário normal de expediente da Unidade de Saúde do Município de Tunápolis/SC.	HORAS	3500	55,00	192.500,00
2	Plantão médico em estabelecimento próprio do proponente, colocando à disposição no mínimo um médico para atendimento da população em geral do Município de Tunápolis/SC, em caráter de urgência ou emergência, que vier a se deslocar até o estabelecimento da contratada, com horário de atendimento em feriados, sábados e domingos fora do horário normal de expediente da Unidade de Saúde do Município de Tunápolis/SC.	HORAS	2800	75,00	210.000,00
TOTAL					402.500,00

### 2. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1. Para participar deste certame é necessário conhecer todas as condições estipuladas no presente Edital e apresentar os documentos exigidos, conforme especificado no item 4.

2.2. Não serão admitidas:

2.2.1. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

2.2.2. Os interessados que por qualquer motivo, estejam declarados inidôneos ou punidos com suspensão do direito de licitar ou contratar

com a Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, Estadual ou Municipal, desde que o ato tenha sido publicado no Diário Oficial da União, do Estado ou do Município, pelo Órgão que o praticou; e

2.2.3. Os interessados inadimplentes com as obrigações assumidas junto ao Município.

2.3. Independentemente de declaração expressa, a manifestação do interesse da Empresa em participar do presente credenciamento, implicará na submissão às normas vigentes e todas as condições estipuladas neste Edital e seus anexos.

### 3. DO PEDIDO DE CREDENCIAMENTO

3.1. O credenciamento permanecerá aberto durante todo o prazo e nos termos estabelecidos no item 10, para as pessoas jurídicas habilitadas, observado os critérios de interesse público, e as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.

3.2. A habilitação ocorrerá após apresentação dos documentos exigidos no item 4, observadas as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.

3.3. Após a análise da documentação e estando esta em conformidade com os requisitos estipulados neste Edital, o Fundo Municipal de Saúde fornecerá à pessoa jurídica Certificado de Credenciamento. Em caso de indeferimento do pedido, o interessado poderá interpor recurso à Comissão de Credenciamento, no Setor de Compras do Município, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a partir do indeferimento.

3.4. Os documentos da habilitação deverão ser apresentados em envelope fechado em que conste:

Município de Tunápolis  
Fundo Municipal de Saúde  
AVISO DE CREDENCIAMENTO N.001/2015  
ENVELOPE N . 01 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO  
(Razão Social ou nome do Licitante)

3.5. Os documentos da habilitação poderão ser remetidos via postal, com Aviso de Recebimento (AR), ou ainda entregues diretamente na Prefeitura Municipal Tunápolis- SC., sito na Rua João Castilho, 111, no setor de compras e licitação, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h às 17h, de segunda a sexta-feira, podendo credenciar-se a partir do dia 30/12/2015.

3.5.1. Os documentos da habilitação não poderão ser remetidos via fax-simile.

3.6. O interessado em se credenciar deverá apresentar a Solicitação de Credenciamento conforme modelo identificado como ANEXO I a este edital, devendo neste identificar para quais os itens quer se credenciar.

### 4. DA HABILITAÇÃO - DOCUMENTOS EXIGIDOS

4.1. Para participarem do processo de credenciamento, deverão os proponentes interessados apresentar em envelope lacrado, os documentos a seguir relacionados:

#### 4.1.1 - HABILITAÇÃO JURÍDICA:

a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, com todas as suas alterações, devidamente registrado e acompanhado, no caso de sociedades por ações, dos documentos de eleição de seus atuais administradores;

b) Registro comercial, no caso de empresa individual;

c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova de diretoria em exercício e respectivas alterações contratuais.

#### 4.1.2 - REGULARIDADE FISCAL:

a) Prova da inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

b) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal mediante Certidão Conjunta de Quitação de Tributos e Contribuições Federais e à Dívida Ativa da União, fornecida pela Procuradoria da Fazenda Nacional / Receita Federal do Brasil;

c) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual;

d) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede do proponente, ou outra equivalente, na forma da Lei;

e) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS);

f) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

g) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

#### 4.1.3 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO – FINANCEIRA:



a) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.

#### 4.1.4 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

a) Apresentação da Licença Sanitária Estadual ou Municipal.

4.1.5 – Declaração da empresa proponente, sob as penas da Lei, que atende ao inciso V, do artigo 27, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que se refere ao inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal, de que não possui em seu quadro de empregados, trabalhadores menores de dezoito anos realizando trabalhos noturnos, perigosos e insalubres, e de menores de dezesseis anos trabalhando em qualquer tipo de função, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos.

Obs.: Os documentos de habilitação preliminar poderão ser apresentados em via original ou cópia autenticada por qualquer processo, sendo por tabelião de notas ou por servidor do Município de Tunápolis - SC., ou por publicação em Órgão de Imprensa Oficial.

A Comissão de Licitações farão consulta ao serviço de verificação de autenticidade das certidões emitidas pela INTERNET, ficando a licitante dispensada de autenticá-las.

Caso a validade não conste nas certidões, estas serão consideradas válidas por um período de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de sua emissão.

#### 5. DO PREÇO, DO PAGAMENTO E DO REAJUSTE

5.1. O Fundo Municipal da Saúde se dispõe a pagar os valores constantes no item 1.1 por hora de serviço de plantão de acordo com o Decreto Municipal Nº 1741/2015, de 23 de dezembro de 2015.

5.2. O Município, através do Fundo Municipal de Saúde, efetuará o pagamento mensalmente, até o dia 05 (cinco) do mês subsequente ao da prestação de serviço. O pagamento será efetuado mediante o recebimento da nota fiscal e do relatório dos serviços prestados.

5.3. É expressamente vedada à cobrança de qualquer sobretaxa à tabela adotada, em qualquer hipótese, do paciente ou do Município, quando do pagamento dos serviços prestados pelo credenciado.

#### 6. CRITÉRIOS PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1. O atendimento aos usuários far-se-á pelo sistema de livre escolha dos credenciados nos termos e condições previstas neste edital.

6.2. A(s) credenciada(s) se compromete(m) a prestar a contento, nos termos e condições de sua(s) proposta(s), deste edital e do instrumento contratual firmado, os serviços propostos, aos usuários.

6.3. É expressamente vedada, em qualquer circunstância, por parte da credenciada, a retenção e/ou exigência de apresentação de quaisquer documentos adicionais aos que estão elencados no item anterior; aposição de assinatura em guia e/ou documento em branco ou de garantia de qualquer espécie.

6.4. Ao usuário é reservado o direito de denunciar a qualquer tempo e meio, eventual irregularidade verificada no atendimento, faturamento e/ou prestação dos serviços, cabendo ao Fundo Municipal da Saúde a devida apuração, e, se for o caso, a imediata penalização e/ou descredenciamento do contratado, no teor da Lei e deste instrumento editalício.

6.5. A prestação dos serviços é exclusiva da credenciada, vedada sua transferência à empresas alheias à relação contratual.

6.6. O credenciamento configurará uma relação contratual de prestação de serviços, cuja vigência deste instrumento externa uma necessidade transitória do Fundo Municipal de Saúde.

#### 7. DAS OBRIGAÇÕES DAS PESSOAS JURÍDICAS CREDENCIADAS

7.1. A pessoa jurídica credenciada deverá realizar os serviços de Plantão Médico para os quais se credenciou sem cobrança de qualquer valor ao paciente.

7.2. A credenciada deverá prestar os serviços em estabelecimento devidamente licenciado pela vigilância sanitária, diretamente ao paciente.

7.3. Deverá a pessoa jurídica contratada permitir o acompanhamento e a fiscalização de suas dependências pela Secretaria Municipal de Saúde ou da comissão designada para tal;

7.4. Deverá de imediato, quando solicitada, apresentar documentos, prontuários ou demais informações necessárias ao acompanhamento da execução do contrato.

7.5. Comunicar a Secretaria Municipal de Saúde a ocorrência de qualquer irregularidade de que tenha conhecimento.

7.6. Responsabilizar-se por todos os impostos, taxas, seguros e tudo que, em virtude da lei ou regulamento, recaia ou venha a recair sobre



os serviços, bem como por obrigações trabalhistas, previdenciárias, de acidentes e quaisquer outros decorrentes da relação empregatícia entre a contratada e seu pessoal, bem como pelos danos/prejuízos eventualmente causados aos usuários e/ou terceiros.

7.7. O credenciado obriga-se a manter, durante toda a execução, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Termo por não cumprimento do mesmo.

7.8. O credenciado deverá cumprir o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999.

7.9. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidas em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis e as recomendações exigidas pela boa técnica dos serviços contratados.

7.10. Na execução das atividades objeto deste Edital, assegurar aos beneficiários, os mesmos padrões técnicos de conforto material e de horários dispensados aos demais pacientes.

## 8. DAS OBRIGAÇÕES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

8.1. A Secretaria Municipal de Saúde deverá realizar a avaliação e regulação dos serviços prestados pelas pessoas jurídicas credenciadas.

8.2. Arcar com as despesas decorrentes da prestação dos serviços.

8.3. Implantar de forma adequada à supervisão permanente dos serviços de modo a obter um resultado correto e eficaz.

8.4. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Credenciada, assegurando ao usuário a boa prestação dos serviços.

8.5. Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela Credenciada, inclusive quanto à continuidade da prestação dos serviços que, ressalvados os casos de força maior, justificados e aceitos pela contratante, não deixe ser interrompido.

8.6. Acompanhar e fiscalizar o andamento dos serviços. O Fundo Municipal de Saúde reserva-se o direito de fiscalizar, de forma permanente, a prestação dos serviços pelos credenciados, podendo ser descredenciado, em casos de má prestação, verificada em processo administrativo específico com garantia do contraditório e da ampla defesa.

## 9. DA ASSINATURA DO TERMO DE CREDENCIAMENTO

9.1. As obrigações decorrentes da execução dos serviços a serem firmados entre o Fundo e a Credenciada, serão formalizadas através de Termo de Credenciamento, observando-se as condições estabelecidas neste edital, seus anexos e na legislação vigente;

9.2 - O Termo de Credenciamento deverá ser assinado, no máximo, dentro de 3 (três) dias após a convocação.

## 10. DA VIGÊNCIA DO CREDENCIAMENTO

10.1. O presente Edital entra em vigor dia 01/01/2016 e vigorará até o dia 31/12/2016 podendo qualquer pessoa jurídica do ramo, durante esse prazo, e desde que cumpra os requisitos previstos neste instrumento, solicitar seu credenciamento. O prazo de vigência deste instrumento poderá ser prorrogado, de acordo com o que dispõe o artigo 57, inciso II, Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, a critério do Fundo Municipal de Saúde.

## 11. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS, FINANCEIROS E ADMINISTRATIVOS

11.1 - Nas despesas decorrentes deste edital serão empregados recursos orçamentários a seguir relacionados:

Unidade Orçamentária / Projeto / Atividade	Elemento de Despesa/Fonte
Órgão 10, Unidade 01 – Fundo Municipal de Saúde	3.3.90.00.00.00.00.0102
Projeto/Atividade 2.030 – Manutenção das Atividades do Programa Saúde da Família - Recursos próprios e vinculados	3.3.90.00.00.00.00.0104

11.2 – Os recursos financeiros serão próprios, dos Convênios SUS, PAB Fixo, e próprios do credenciante.

11.3 - Os recursos administrativos serão regidos conforme a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

## 12. DO DESCREDENCIAMENTO

12.1. O credenciado que descumprir, injustificadamente, as condições estabelecidas, para os atendimentos constantes neste Edital, ensejará, após devidamente comprovadas pelo Fundo Municipal da Saúde, e dependendo da gravidade e/ou dano/prejuízo acarretado aos pacientes, concedido o direito à ampla defesa e contraditório, a sua imediata exclusão (do rol de credenciados) e descredenciamento, sem prejuízo de aplicação cumulativa das demais sanções administrativas e civis previstas neste edital e na lei aplicáveis in casu.

### 13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, garantida a prévia defesa em processo regular, poderá o MUNICÍPIO DE TUNAPOLIS/FUNDO, aplicar à contratada as seguintes sanções, conforme o caso, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

- a) Advertência;
- b) Multa administrativa de 10 % (dez por cento) sobre o valor da contratação;
- c) Rescisão Contratual;
- d) Suspensão temporária para licitar e contratar com o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS;
- e) Declaração de inidoneidade.

- A advertência será aplicada nos casos de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo ao MUNICÍPIO DE TUNAPOLIS/ FUNDO.

- À CONTRATADA sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento), pelo atraso na prestação de serviços ou prestação de serviços que não atendam as especificações do objeto licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, corridos, uma vez comunicada oficialmente, sem prejuízo de outras cominações cabíveis.

- A penalidade de suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o MUNICÍPIO DE TUNAPOLIS/FMS, pelo prazo de até 02 (dois) anos, poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos ao MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS.

- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o licitante ressarcir o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS/FMS pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

- A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

- a) Pelo não cumprimento dos prazos e condições estabelecidas neste edital
- b) À licitante que tenha praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos deste edital.

### 14. ESCLARECIMENTOS

14.1. O Aviso de credenciamento e seus Anexos estarão à disposição dos interessados, sendo que quaisquer informações e esclarecimentos adicionais relativos a este procedimento deverão ser solicitados durante horário comercial, sendo das 07h30min às 11h30min e das 13h às 17h, pelo telefone (49) 3632-1122, ou ainda pelo e-mail: [compras@tunapolis.sc.gov.br](mailto:compras@tunapolis.sc.gov.br).

14.2. A CPL terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para responder ao questionamento.

14.3. Se a solução dada ao questionamento motivar alterações no presente Edital de Chamamento, as Empresas participantes serão imediatamente informadas.

### 15. REVOGAÇÃO OU ANULAÇÃO DO CHAMAMENTO PÚBLICO

15.1. O presente Aviso de Credenciamento poderá ser revogado por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ou anulada por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, conforme dispõe o artigo 49 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

### 16. DA IMPUGNAÇÃO AO CHAMAMENTO

16.1. Qualquer cidadão ou Empresa poderá impugnar o presente Edital de Chamamento por eventuais irregularidades, devendo protocolar seu pedido conforme disposto no artigo 41 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

### 17. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1. À Comissão de Licitações, além do recebimento e exame da documentação e das propostas, caberá o julgamento e obediência às disposições aqui estabelecidas, bem como dirimir sobre dúvidas ou omissões.

17.2. Nenhuma indenização será devida aos participantes pela elaboração e/ou apresentação de documentação relativa ao presente Aviso de Credenciamento.

17.3. Qualquer recurso ou contestação somente poderá ser manifestado por intermédio do representante legal da Empresa interessada ou por Procurador legalmente habilitado.

17.4. O proponente credenciado terá o prazo de 03 (três) dias úteis para assinatura do Termo de Credenciamento, conforme minuta identificada como ANEXO II a este edital, fazendo dele parte integrante deste para todos os fins e efeitos.

17.5 - Integram este Edital, fazendo dele parte integrante para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – Modelo da Solicitação de Credenciamento

ANEXO II – Minuta do Termo de Credenciamento

Tunápolis – SC., 29 de dezembro de 2015.

Bruno José Heberle

Gestor do Fundo Municipal de Saúde

## ANEXO I

### MODELO DE SOLICITAÇÃO DE CREDENCIAMENTO

AO MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EDITAL DE CHAMAMENTO PARA CREDENCIAMENTO Nº 001/2015

A empresa ....., CNPJ nº ....., com sede e foro na ..... (rua,etc) da cidade de ....., Estado de ....., por seu representante legal, Sr ....., portado do CPF nº ....., ..... (cargo/função), residente e domiciliado ....., que a esta subscreve, vem solicitar seu credenciamento para prestação de serviços a seguir relacionados:

PROGRAMA DE TRABALHO		ELEMENTO DE DESPESA			
ÍTEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	PREVISÃO DE CUSTOS	
				Unitário	Global
1	Plantão médico em estabelecimento próprio do proponente, colocando à disposição no mínimo um médico para atendimento da população em geral do Município de Tunápolis/SC, em caráter de urgência ou emergência, que vier a se deslocar até o estabelecimento da contratada, com horário de atendimento de segunda à sexta-feira, fora do horário normal de expediente da Unidade de Saúde do Município de Tunápolis/SC.	HORAS	3500	55,00	192.500,00
2	Plantão médico em estabelecimento próprio do proponente, colocando à disposição no mínimo um médico para atendimento da população em geral do Município de Tunápolis/SC, em caráter de urgência ou emergência, que vier a se deslocar até o estabelecimento da contratada, com horário de atendimento em feriados, sábados e domingos fora do horário normal de expediente da Unidade de Saúde do Município de Tunápolis/SC.	HORAS	2800	75,00	210.000,00
TOTAL					402.500,00

Concordamos em nos submeter a todas às disposições constantes do Edital de chamamento para Credenciamento de Instituições Hospitalares para realização de Serviços de Plantão Médico para os munícipes de Tunápolis.

Atenciosamente

Representante legal

## ANEXO II

### MINUTA DE TERMO DE CREDENCIAMENTO

Pelo presente instrumento de contrato em regime de execução parcelada, o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Albino Frantz, Centro, na cidade de Tunápolis - SC, com CNPJ sob nº 82.821.208/0001-36, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, neste ato representado pelo seu Gestor Sr. BRUNO JOSÉ HEBERLE, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade e Município de Tunápolis – SC., portador do CNPJ nº 12.273.240/0001-49, doravante denominado de CREDENCIANTE, e de outro lado, a empresa ....., com sede na Rua ....., nesta cidade de ..... inscrito no CNPJ/MF sob nº ....., neste ato representado por ....., brasileiro, ....., residente e domiciliado na cidade e Município de ....., inscrito no CPF/MF sob nº ....., RG nº ....., e doravante denominado CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Termo de Credenciamento de Instituições Hospitalares para realização de Serviços de Plantão Médico para os munícipes de Tunápolis, em decorrência do Aviso de Credenciamento nº 001/2015 e de conformidade com o que preceitua a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada, Lei Municipal nº 1245/2015 e Decreto

1741/2015 de 23 de dezembro de 2015, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS DOCUMENTOS** - Fazem parte do presente termo, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo antes nominado, inclusive a proposta da CONTRATADA.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO** - O presente Contrato tem por objeto credenciar Instituições Hospitalares para realização de Serviços de Plantão Médico para os municípios de Tunápolis.

PROGRAMA DE TRABALHO		ELEMENTO DE DESPESA	
ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT. Unitário	PREVISÃO DE CUSTOS Global

**CLÁUSULA TERCEIRA – CRITÉRIOS PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

O atendimento aos usuários far-se-á pelo sistema de livre escolha dos credenciados, nos termos e condições previstas neste termo. A(s) credenciada(s) se compromete(m) a prestar a contento, nos termos e condições de sua(s) proposta(s), deste edital e do instrumento contratual firmado, os serviços propostos, aos usuários. É expressamente vedada, em qualquer circunstância, por parte da credenciada, a retenção e/ou exigência de apresentação de quaisquer documentos adicionais aos que estão elencados no item anterior, aposição de assinatura em guia e/ou documento em branco ou de garantia de qualquer espécie. Ao usuário é reservado o direito de denunciar a qualquer tempo e meio, eventual irregularidade verificada no atendimento, faturamento e/ou prestação dos serviços, cabendo ao Fundo Municipal da Saúde a devida apuração, e, se for o caso, a imediata penalização e/ou descredenciamento do contratado, no teor da Lei. O credenciamento configurará uma relação contratual de prestação de serviços, cuja vigência deste instrumento externa uma necessidade transitória do Fundo Municipal de Saúde.

**CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO, DO PAGAMENTO E DO REAJUSTE**

O Município, através do FMS, efetuará o pagamento até o dia 05 (cinco) do mês subsequente ao da prestação de serviço. O pagamento será efetuado mediante o recebimento da nota fiscal e do relatório dos serviços prestados. É expressamente vedada à cobrança em qualquer hipótese de qualquer sobretaxa à tabela adotada quando do pagamento dos serviços prestados pelo credenciado. Facultar-se-á ao Município/FMS a concessão de revisão de preços dos serviços credenciados.

**CLÁUSULA QUINTA – DO EVENTUAL ATRASO DO MUNICÍPIO/FMS** - Na eventualidade do Município - FMS, não cumprir com os pagamentos contratados, remunerará os atrasos a título de encargos mora, aplicando-se as mesmas penalidades impostas aos devedores do município em atraso, inclusive os mesmos critérios.

**CLÁUSULA SEXTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS** – As despesas decorrentes do presente termo, correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

Unidade Orçamentária / Projeto / Atividade	Elemento de Despesa/Fonte
Órgão 10, Unidade 01 – Fundo Municipal de Saúde	3.3.90.00.00.00.00.0102
Projeto/Atividade 2.030 – Manutenção das Atividades do Programa Saúde da Família - Recursos próprios e vinculados	3.3.90.00.00.00.00.0104

**CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PESSOAS JURÍDICAS CREDENCIADAS**

A pessoa jurídica credenciada deverá realizar Serviços de Plantão Médico para os municípios de Tunápolis para os quais se credenciou sem cobrança de qualquer valor ao usuário encaminhado pela Secretaria da Saúde. A credenciada deverá prestar os serviços em estabelecimento devidamente licenciado pela vigilância sanitária, diretamente ao paciente. Deverá a pessoa jurídica contratada permitir o acompanhamento e a fiscalização de suas dependências pela Secretaria Municipal de Saúde ou da comissão designada para tal. Deverá de imediato, quando solicitada, apresentar documentos, prontuários ou demais informações necessárias ao acompanhamento da execução do contrato. Comunicar a Secretaria Municipal de Saúde a ocorrência de qualquer irregularidade de que tenha conhecimento. Responsabilizar-se por todos os impostos, taxas, seguros e tudo que, em virtude da lei ou regulamento, recaia ou venha a recair sobre os serviços, bem como por obrigações trabalhistas, previdenciárias, de acidentes e quaisquer outros decorrentes da relação empregatícia entre a contratada e seu pessoal, bem como pelos danos/prejuízos eventualmente causados aos usuários e/ou terceiros. O credenciado obriga-se a manter, durante toda a execução, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no credenciamento, sob pena de rescisão do Termo por não cumprimento do mesmo. O credenciado deverá cumprir o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidas em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis e as recomendações exigidas pela boa técnica dos serviços contratados. Na execução das atividades objeto deste termo, assegurar aos beneficiários, os mesmos padrões técnicos de conforto material e de horários dispensados aos demais usuários (pacientes).

**CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

A Secretaria Municipal de Saúde deverá realizar a avaliação e regulação dos serviços prestados pelas pessoas jurídicas credenciadas. Arcar com as despesas decorrentes da prestação dos serviços. Implantar de forma adequada à supervisão permanente dos serviços de modo a obter um resultado correto e eficaz. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Credenciada, assegurando ao usuário a boa prestação dos serviços. Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela Credenciada, inclusive quanto à continuidade da prestação dos serviços que, ressalvados os casos de força maior, justificados e aceitos pela contratante, não deixe ser

interrompido. Acompanhar e fiscalizar o andamento dos serviços. O Fundo Municipal de Saúde reserva-se o direito de fiscalizar, de forma permanente, a prestação dos serviços pelos credenciados, podendo ser descredenciado, em casos de má prestação, verificada em processo administrativo específico com garantia do contraditório e da ampla defesa.

#### CLÁUSULA NONA - DO DESCRENCIAMENTO

O credenciado que descumprir, injustificadamente, as condições estabelecidas para o atendimento constantes neste termo, ensejará, após devidamente comprovadas pelo Fundo Municipal da Saúde, e dependendo da gravidade e/ou dano/prejuízo acarretado aos usuários, concedido o direito à ampla defesa e contraditório, a sua imediata exclusão (do rol de credenciados) e descredenciamento, sem prejuízo de aplicação cumulativa das demais sanções administrativas e civis previstas neste edital e na lei aplicáveis in casu.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, garantida a prévia defesa em processo regular, poderá o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS/FMS, aplicar à contratada as seguintes sanções, conforme o caso, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

- a) Advertência;
- b) Multa administrativa de 10 % (dez por cento) sobre o valor da contratação;
- c) Rescisão Contratual;
- d) Suspensão temporária para licitar e contratar com o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS/FMS;
- e) Declaração de inidoneidade.

- A advertência será aplicada nos casos de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo ao MUNICÍPIO DE TUNAPOLIS/FMS.

- À CONTRATADA sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento), pelo atraso na prestação de serviços ou prestação de serviços que não atendam as especificações do objeto licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, corridos, uma vez comunicada oficialmente, sem prejuízo de outras cominações cabíveis.

- A penalidade de suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o MUNICÍPIO DE TUNAPOLIS/FMS pelo prazo de até 02 (dois) anos, poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos ao MUNICÍPIO DE TUNAPOLIS/FMS.

- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o licitante ressarcir o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS/FMS pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

- a) Pelo não cumprimento dos prazos e condições estabelecidas neste contrato.
- b) À licitante que tenha praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos deste contrato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA DO CREDENCIAMENTO

O presente termo entra em vigor na data de 01/01/2016 e vigorará até dia 31/12/2016, podendo ser prorrogado, de acordo com o que dispõe o artigo 57, inciso II, Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, a critério da Secretaria Municipal de Saúde.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO - Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Termo, com renúncia expressa aos demais, sem prejuízo do inciso X do artigo 29 da Constituição Federal, com a redação introduzida pela Emenda Constitucional nº 19/98.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, em 03 (três) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Tunápolis - SC.,

Bruno José Heberle  
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

TESTEMUNHAS:

Nome: \_\_\_\_\_ Nome: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_

Assessoria Jurídica

### **EDITAL DE CREDENCIAMENTO 02/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS

#### EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2015

Edital de Chamada Pública para Entidades Privadas, Filantrópicas e/ou Sem Fins Lucrativos, Prestadoras de Serviços de Assistência à Saúde, interessadas em participar, de forma complementar, do Sistema Único de Saúde.

#### 1-PREÂMBULO



- Considerando o a Lei nº 8.080/90 em seu artigo 24 que trata da necessidade de contratar, de forma complementar, serviços de assistência à saúde;
- Considerando o interesse em dispor de uma rede de serviços de saúde mais ampla;
- Considerando a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos;
- Considerando a Portaria MS/GM nº. 1.034, de 05 de maio de 2010, que prevê a complementaridade na contratação de instituições privadas para a prestação de serviços de saúde, conforme seus artigos 3º e 6º;
- Considerando o Manual de Normas Técnicas para Serviços de Reabilitação em Deficiência Mental e ou Autismo do Ministério da Saúde;
- Considerando a deliberação 180/CIB/2015;

O Município de Tunápolis, através do Fundo Municipal de Saúde, CNPJ 78.486.198/0001-52, através da Comissão Permanente de Licitações, torna público o Edital de Chamada Pública, visando à seleção e possível contratação de Unidades Prestadoras de Serviços de Assistência à Saúde, na área ambulatorial, para atender a demanda no Município Tunápolis de pacientes do SUS no procedimento 03.01.07.007-5 – Atendimento/Acompanhamento de Paciente em Reabilitação do Desenvolvimento Neuropsicomotor, da Tabela Unificada de Procedimentos SUS do Ministério da Saúde, em conformidade com a Portaria MS/GM nº. 1.635, de 12 de setembro de 2002 e Portaria MS/SAS nº. 728, de 10 de outubro de 2002.

## 2-OBJETO

O presente Chamamento Público tem por objetivo a contratação de Instituição, prestadora de serviço de Atendimento/Acompanhamento de Paciente em Reabilitação do Desenvolvimento Neuropsicomotor.

Código procedimento	Número de procedimentos	Valor unitário	Valor total
03.01.07.007-5	540	15,26	8.240,40

## 3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

Os interessados, em participar da presente Chamada Publica, devem estar com o Estabelecimento localizado na área de abrangência do Município de Tunápolis e estar com o Cadastro de Estabelecimento Nacional de Saúde (CNES) atualizado.

## 4. DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO

- Ofício de solicitação formal da entidade interessada listando todos os documentos entregues;
- Declaração emitida pela entidade que está de acordo com as normas e tabelas de valores definidas pelo SUS e que realizará todos os procedimentos a que se propõe;
- Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ;
- Contrato Social ou Estatuto Social, devidamente registrado e alterações posteriores;
- Dados pessoais do signatário (responsável legal) da instituição, o qual assinará o contrato (nome completo, cargo, logradouro, estado civil, profissão, RG e CPF);
- Declaração individual ou coletiva com as respectivas assinaturas dos sócios e diretores que não são servidores públicos da Secretaria Municipal da Saúde de Tunápolis (Lei n.º 8.666/93), e também que não ocupam Cargo ou Função de Chefia ou Assessoramento, em qualquer nível da área pública de saúde nos âmbitos municipais, estaduais ou federal (Lei n.º 8080/90);
- Curriculum Vitae resumido do Responsável Técnico (sendo obrigatoriamente funcionário da unidade), com cópia dos seguintes documentos: diploma de graduação, certificado de especialidade (devidamente reconhecido pelo Conselho Regional de Classe) e Carteira de Identidade Profissional (emitida pelo Conselho Regional de Classe). Caso não conste na Carteira de Identidade Profissional, anexar também cópia do RG - Carteira de Identidade e do CPF;
- Relação nominal dos profissionais que compõem a equipe técnica do prestador, informando nome, CPF, carga horária semanal, cargo, função e número de inscrição no respectivo Conselho Profissional competente;
- Dados de identificação bancária da entidade (relacionar o número da Agência e Conta Corrente);
- Certificado de Filantropia para entidades filantrópicas sem fins lucrativos (somente se for o caso);
- Certidão negativa de débito para com o Sistema de Seguridade Social - INSS;
- Certidão negativa de débito para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;
- Certidão negativa de débito com a Fazenda Pública Federal, Estadual e Municipal ou Prova de regularidade fiscal perante a Procuradoria da Fazenda Nacional, referente à Dívida Ativa da União;
- Alvará de licença de localização e funcionamento, expedido pela Prefeitura Municipal;
- Alvará sanitário expedido pela Vigilância Sanitária da SES ou órgão municipal de vigilância sanitária;
- Inscrição da entidade no respectivo conselho de classe e também o certificado de regularidade funcional do estabelecimento junto ao conselho regional de classe do qual o responsável técnico faz parte;
- Declaração emitida pela entidade atestando que atende ao inciso XXXIII, art. 7º da Constituição Federal (proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de quatorze anos, salvo na condição de aprendiz);
- Relação com a quantidade e especificação dos equipamentos técnicos disponíveis relacionados diretamente aos serviços contratados;
- Cópia dos contratos dos serviços terceirizados relacionados diretamente aos serviços contratados;
- Declaração com indicação do percentual da capacidade instalada que esta destinada aos atendimentos particulares e aos convênios privados (discriminar convênios) e percentual disponível para o SUS;
- Horário de atendimento da entidade aos usuários do SUS;
- Caso o interessado esteja isento de algum documento exigido neste edital deve apresentar declaração do órgão expedidor informando sua isenção.

## 5- DA ANÁLISE DOS DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO DOS INTERESSADOS

Os documentos citados no item anterior poderão ser apresentados em fotocópia autenticada em cartório ou em fotocópia, à vista dos originais, autenticada por funcionário do setor contratos e licitações;

A análise dos documentos de habilitação será realizada pela Comissão permanente de Licitações que promoverá a habilitação dos interessados. Serão considerados habilitados e credenciados os interessados que cumprirem todas as exigências deste edital, sendo inabilitados e não credenciados aqueles que não cumprirem.

A SMS publicará em Diário Oficial do Município ou órgão equivalente, a relação das unidades habilitadas para eventual celebração de contrato.

As entidades que não atenderem os requisitos exigidos, constantes na presente Chamada Pública, serão consideradas inabilitadas e não poderão ser contratualizadas com o SUS.

A SMS poderá celebrar contrato de prestação de serviços visando a complementariedade dos serviços, conforme Constituição Federal e Lei 8.080/90, mediante inexigibilidade de licitação ("caput" do artigo 25 da Lei nº. 8.666/93) considerada a inviabilidade de competição de preço, conforme item 03 deste edital, dando preferência às entidades filantrópicas e às sem fins lucrativos.

A inexigibilidade de licitação será obrigatoriamente comunicada à autoridade superior, para ratificação, nos termos do artigo 26, da Lei nº. 8.666/93.

Tunápolis, SC, aos 29 de dezembro de 2015.

ENOÍ SCHERER

BRUNO JOSÉ HEBERLE

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Saúde e Bem Estar Social

### **EXTRATO EDITAL 150/2015**

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 150/2015

Edital de Pregão Presencial nº 118/2015

O Município de Tunápolis, torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Pregão Presencial, pelo seu julgamento menor preço global para a contratação de Agência de Publicidade para a divulgação de artes, jingles e spots em rádios e jornais da região, elencados pela CCO da 12ª EFACITUS.

Entrega das propostas até às 9h30min do dia 12/01/2016

Informações do Edital, no Setor de Compras do

Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22.

Email: [compras@tunapolis.sc.gov.br](mailto:compras@tunapolis.sc.gov.br).

Tunápolis,SC., 28 de dezembro de 2015.

Enoi Scherer

Prefeito Municipal



# Turvo

## PREFEITURA

### DECRETO 69/2015

DECRETO Nº 069/15, de 28 de Dezembro de 2015.

SUPLEMENTA DOTAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO CARLESSI, Prefeito Municipal de Turvo/SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no art. 5º da Lei nº 2.222/14 (Lei Orçamentária Anual), de 12/12/2014.

DECRETA

Art. 1º. Fica suplementado o crédito orçamentário no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Turvo no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), assim classificados:

06.01 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

12.361.0035.2.011 – MANUT. E FUNCIONAMENTO DO TRANSPORTE ESCOLAR

3.3.90.00.00.00.00.0058 (0043) – Aplicações Diretas ..... R\$ 40.000,00

Art. 2º. A execução do disposto no art. 1º correrá à conta do excesso de arrecadação da Fonte 0058 recurso do Salário Educação no valor de R\$ 40.000,00.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo - SC, 28 de dezembro de 2015.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.

### PREGAO PRESENCIAL PMT 70/2015

Aviso de Licitação

Processo de Licitação nº 70/2015 - Pregão Presencial nº 70/2015

Objeto: Fornecimento de Material de Limpeza e Higiene, Gás de Cozinha e Gêneros Alimentícios para rede Municipal de Educação.

Entrega dos envelopes: até as 07h45min do dia 14/01/2016

Abertura da Sessão: á partir das 08:00 horas do dia 14/01/2016

Informações e cópia do edital: Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Turvo, sito a Rua Nereu Ramos, 588 – Centro – Turvo/SC, no horário das 07:30 as 11:30 e das 13:30 as 17:00 horas em dias úteis. Fone (48) 3525-8100, fax (48) 3525-0186.

Turvo – SC – 28 de dezembro de 2015.

Nestor Reco

Pregoeiro

# Urussanga

## PREFEITURA

### EXTRATO TERMO ADITIVO CONTRATO N. 59/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Extrato do ADT Contrato: 59/2014

Data de assinatura: 28/12/2015

Processo de Licitação: 01/2014

Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA

Contratado: EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA - EPAGRI

CNPJ/CPF: 83.052.191/0001-62

Objeto: prestação de serviço de assistência técnica e extensão rural

Vigência prorrogada até 31/12/2016

Valor Global R\$ 39.522,72

### EXTRATO TERMO ADITIVO CONTRATO N. 88/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Extrato do ADT Contrato: 88/2015

Data de assinatura: 22/12/2015

Processo de Licitação: 01/2015

Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA

Contratado: EMPRESA AUTO VIAÇÃO SÃO JOSÉ

CNPJ/CPF: 86.529.831/0001-70

Objeto: prestação de serviço de transporte escolar municipal e intermunicipal para o ano letivo de 2016.

Vigência prorrogada até 31/12/2016

Valor global estimado R\$ 259.022,34

# Vargem Bonita

## PREFEITURA

### DECRETO N.088/2015

DECRETO N.º 088/2015, de 22 de dezembro de 2015  
DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VARGEM BONITA

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI, Prefeita de Vargem Bonita – SC, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 6º da Lei Municipal n.º 1028/2014 de 02 de dezembro de 2014:

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica o Setor de Contabilidade, autorizado a abrir crédito suplementar a seguinte dotação orçamentária do Fundo Municipal de Saúde:

ÓRGÃO 09 – SECRETARIA DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL  
UNIDADE 02 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
PROJETO ATIVIDADE 2.030 – Manutenção das Atividades de Atenção Básica de Saúde  
Modalidade 33900.00.00.01.0067.0071 – Aplicações Diretas ..... R\$ 747,55

Parágrafo Único - Os recursos orçamentários para fazer face ao presente crédito adicional suplementar correrão à conta do provável excesso de arrecadação na Fonte de Recursos 00.01.67.0071 – Transferências do SUS/Estado, Incentivo a Atenção Básica, de acordo com o § 3º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64 ..... R\$ 747,55

Art. 2º - Fica o Setor de Contabilidade, autorizado a abrir crédito suplementar a seguinte dotação orçamentária do Fundo Municipal de Saúde:

ÓRGÃO 09 – SECRETARIA DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL  
UNIDADE 02 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
PROJETO ATIVIDADE 2.030 – Manutenção das Atividades de Atenção Básica de Saúde  
Modalidade 31900.00.00.01.0067.0072 – Aplicações Diretas ..... R\$ 4.000,00

Parágrafo Único - Os recursos orçamentários para fazer face ao presente crédito adicional suplementar correrão à conta do provável excesso de arrecadação na Fonte de Recursos 00.01.0067.0072 – NASF Estado, de acordo com o § 3º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64 ..... R\$ 4.000,00

Art. 3º - Fica o Setor de Contabilidade, autorizado a abrir crédito suplementar a seguinte dotação orçamentária do Fundo Municipal de Saúde:

ÓRGÃO 09 – SECRETARIA DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL  
UNIDADE 02 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
PROJETO ATIVIDADE 2.030 – Manutenção das Atividades de Atenção Básica de Saúde  
Modalidade 33900.00.00.01.0067.0070 – Aplicações Diretas ..... R\$ 3.697,54

Parágrafo Único - Os recursos orçamentários para fazer face ao presente crédito adicional suplementar correrão à conta do provável excesso de arrecadação na Fonte de Recursos 00.01.67.0070 – Farmácia Básica - Estado, Cofinanciamento, de acordo com o §

3º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64 .....  
..... R\$ 3.697,54

Art. 4º - Fica o Setor de Contabilidade, autorizado a abrir crédito suplementar a seguinte dotação orçamentária do Fundo Municipal de Saúde:

ÓRGÃO 09 – SECRETARIA DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL  
UNIDADE 02 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
PROJETO ATIVIDADE 2.030 – Manutenção das Atividades de Atenção Básica de Saúde  
Modalidade 31900.00.00.01.0038.0012 – Aplicações Diretas ..... R\$ 12.846,00

Parágrafo Único - Os recursos orçamentários para fazer face ao presente crédito adicional suplementar correrão à conta do provável excesso de arrecadação na Fonte de Recursos 00.01.38.0012 – Transferências do SUS/União - PACS, de acordo com o § 3º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64 ..... R\$ 12.846,00

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Vargem Bonita, em 22 de dezembro de 2015.  
MELANIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI  
Prefeita Municipal

Registrado e publicado em 28/12/2015

SUÉLEN FAVRETTO  
Secretária de Administração e Finanças

# Videira

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 12.633/15

DECRETO Nº 12.633/15, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2015

Nomeia os Membros dos Conselhos Curador e Deliberativo da Fundação Municipal de Esportes.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX da Lei Orgânica do Município e conforme disposição na Lei nº 001/93 e alterações,

#### DECRETA

Art. 1º Ficam nomeados, como integrantes do Conselho Curador da Fundação Municipal de Esportes, os seguintes membros:

I – Representante da Secretaria Municipal de Finanças: EDVANS PASQUAL

II – Representante da Secretaria Municipal de Administração - Presidente: DIONISIO ROBASKEWICZ NETO

III – Representante da Câmara Municipal de Vereadores: SCHEILA ADRIANA SAVIAN

Art. 2º Ficam nomeados, como integrantes do Conselho Deliberativo da Fundação Municipal de Esportes, os seguintes membros:

I - Superintendente da Fundação Municipal de Esportes - Presidente: HELY DE FREITAS E SILVA

II – Representante da Secretaria Municipal de Educação – Secretário Executivo: PAULA GARBOSA STEY

III – Representante de Associações Esportivas do Município, devidamente constituídas: ONÉVIO BETTONI (Presidente da Associação Videirense de Tênis de Mesa - AVTM)

IV – Representante do Conselho Regional de Educação Física de Santa Catarina – CREF/SC: DIRCEU LUIZ CENDRON

V – Representante da Universidade do Oeste de Santa Catarina – Campus de Videira, vinculado ao curso de Educação Física: JAISON BORDIGNON

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 22 de dezembro de 2015.

WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 22 dias do mês de dezembro de 2015.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS  
Secretária de Administração

### DECRETO Nº 12.637/15

DECRETO Nº 12.637/15, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2015.

Retifica o Decreto nº 10.457/13, nos termos da Recomendação expedida pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, nos autos APE-13/00378775, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Videira, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica e, a vista do que consta do Processo Administrativo de Revisão INPREVID nº 040/2015,

#### DECRETA:

Art. 1º O art. 2º do Decreto nº 10.457/13 fica retificado nos seguintes termos:

“Art. 2º Fica autorizado o pagamento dos proventos de aposentadoria por invalidez, em caráter proporcional, que corresponderá a 63,01% (sessenta e três vírgula zero um por cento) de sua última remuneração-de-contribuição, observada a metodologia de cálculo prevista no art. 6º-A da Emenda Constitucional nº 041/2003, inserida pela Emenda Constitucional nº 70/2012, perfazendo a importância de R\$843,34 (oitocentos e quarenta e três reais e trinta e quatro centavos), que serão mensalmente pagos pelo INPREVID.

Art. 2º As demais disposições constantes do Decreto nº 10.457/13, ficam mantidas em todos seus efeitos.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei 2070/08 e do Decreto nº 9098/09, retroagindo seus efeitos a partir de 01/06/2013, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 23 de dezembro de 2015.

WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 23 dias do mês de dezembro de 2015.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS  
Secretária de Administração

### EXTRATO DE CONVÊNIO Nº 012/2015

Extrato do Convênio nº 012/2015

CONCEDENTE: Município de Videira

CNPJ: 83.039.842./0001-84

CONVENIENTE: Fundação Universidade do Oeste de Santa Catarina - FUNOESC

CNPJ: 84.592.369/0001-20

OBJETO: Proporcionar estágio curricular obrigatório aos alunos efetivamente matriculados nos cursos oferecidos pela UNOESC-Campus de Videira, indicados pela mesma e aceitos pela Concedente do estágio, nas dependências das suas unidades de serviço. PREVISÃO LEGAL: Lei Federal nº 11.788 de 25 de setembro de 2008.

VIGÊNCIA: O presente convênio tem prazo de 05 (cinco) anos a contar da publicação do extrato do mesmo no Diário Oficial dos Municípios, podendo ser modificado mediante prévio entendimento entre as partes convenientes, a renúncia do convênio poderá ocorrer a qualquer tempo, desde que precedida de comunicação

formal, em prazo nunca inferior a 60 (sessenta) dias.  
Videira, 28 de dezembro de 2015.

WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

ARISTIDES CIMADON  
UNOESC- Universidade do Oeste de Santa Catarina

## OFÍCIO N º 2740

Ofício n º 2740

Videira, 28 de dezembro de 2015.

Ref. Licitação – Pregão Presencial nº 175/2015-PMV

### NOTIFICAÇÃO

Prezados Senhores,

Tendo em vista a Autorização de Fornecimento nº 3861/2015, referente ao processo licitatório em epígrafe, recebida pela empresa SLS Comércio de Equipamentos de Informática Ltda. - ME em 17/11/2015, e, ainda, considerando-se o disposto no item 4.1 do Contrato de Fornecimento nº 238/2015, segundo o qual "Os itens deverão ser entregues em até 10 (dez) dias após o recebimento da Autorização de Fornecimento, emitida pelo Departamento de Compras", vimos por meio desta NOTIFICAR Vossas Senhorias para que forneçam as cadeiras de acordo com a especificação do Edital e do Contrato, no prazo de 10 (dez) dias úteis contados do recebimento desta, sob pena de serem aplicadas as sanções legais cabíveis.

Solicitamos ato seguinte ao recebimento, seja enviado retorno com data e assinatura pelo responsável da empresa.

Sem mais para o momento.

Atenciosamente,

ADRIANA BAUERNFEIND
Assessora de Licitações

Recebido em  
\_\_\_\_/\_\_\_\_/2015.

Assinatura e carimbo (nome legível)

DESTINATÁRIO:  
SLS COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA. - ME  
Rua Padre Biagio Simonetti, nº 171, sala 02, Centro  
CEP: 89.580-000 – Fraiburgo/SC  
Fone: (49) 3246-1237  
E-mail: sls\_solucoes@hotmail.com

## PORTARIA Nº 0910/15

PORTARIA nº 0910/15

Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 221 e seguintes da Lei Complementar nº 129/12 e, à vista do que consta no Processo Administrativo nº 20415/2015,

### RESOLVE

Conceder Licença Prêmio de 01 (um) mês à servidora CAROLINA CERBATO, Agente Administrativo II, de 07 de janeiro de 2016 até

07 de fevereiro de 2016, referente ao quinquênio de 05 de julho de 2009 até 04 de julho de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 07 de janeiro de 2016.

Videira, 18 de dezembro de 2015.

WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 18 dias do mês de dezembro de 2015.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS  
Secretária de Administração

## PORTARIA Nº 0923/15

PORTARIA nº 0923/15

Designa Fiscais de Obras decorrente de Contratos Administrativos

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX da Lei Orgânica do Município e em conformidade com o art. 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

### RESOLVE

Art. 1º Designar NADIR BIZZOTTO, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 061.067.029-85, nomeado no cargo de provimento em comissão de ASSESSOR DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA, matrícula nº 15.050, para acompanhamento e fiscalização das obras decorrentes do contrato administrativo nº CT 269/2015, Tomada de Preços nº 20/2015-PMV, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR CONCLUSÃO DA AMPLIAÇÃO E REFORMA NO C.E.ME.I. (CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL) DIONÍSIO ROBASKEWICZ, de acordo com os Projetos, Memorial Descritivo e Quantitativo (ANEXOS ao PAL).

Art. 2º. Designar MAIZE CARLA CARLESSO DAIÇÃO, brasileira, solteira, inscrito no CPF sob o nº 074.783.299-42, nomeada no cargo efetivo de ENGENHEIRA CIVIL, matrícula nº 15.603, para acompanhamento e fiscalização da obra decorrente do contrato administrativo nº CT 270/2015, Processo Licitatório Tomada de Preços nº 20/2015-PMV, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR REFORMA GERAL E AMPLIAÇÃO DO C.E.ME.I. (CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL) GIOVANA LOCATELLI, nesta cidade de Videira, de acordo com os Projetos, Memorial Descritivo e Quantitativo (ANEXOS ao PAL).

Art. 3º Incumbe aos fiscais acima designados acompanhar e fiscalizar a execução das obras acima referidas, anotando as ocorrências relevantes e documentando eventuais equívocos a serem corrigidos, transmitindo-as às autoridades competentes, às quais competirá adotar as providências adequadas.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogando-se as disposições em contrário.

Videira, 22 de dezembro de 2015.

WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 22 dias do mês de dezembro de 2015.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS  
Secretária de Administração

**PORTARIA Nº 0924/15**

PORTARIA nº 0924/15  
Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 221 da Lei Complementar nº 130/12 e, à vista do que consta no Processo Administrativo nº 21.872/2015;

**RESOLVE**

Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses a servidora MARLI NAVA STECHINSKI, Professora, a partir de 18 de abril de 2016 até 18 de julho de 2016, referente ao quinquênio de 1º de fevereiro de 1999 até 31 de janeiro de 2004.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 18 de abril de 2016.

Videira, 23 de dezembro de 2015.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 23 dias do mês de dezembro de 2015.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS  
Secretária de Administração

**PORTARIA Nº 0925/15**

PORTARIA nº 0925/15  
Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 221 da Lei Complementar nº 130/12 e, à vista do que consta no Processo Administrativo nº 21.873/2015;

**RESOLVE**

Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses a servidora MARLI NAVA STECHINSKI, Professora, a partir de 19 de setembro de 2016 até 19 de dezembro de 2016, referente ao quinquênio de 1º de fevereiro de 2004 até 31 de janeiro de 2009.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 19 de setembro de 2016.

Videira, 23 de dezembro de 2015.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 23 dias do mês de dezembro de 2015.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS  
Secretária de Administração

**PORTARIA Nº 0926/15**

PORTARIA nº 0926/15  
Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 221 da Lei Complementar nº 130/12 e, à vista do que consta no Processo Administrativo nº 21.827/2015;

**RESOLVE**

Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses a servidora MONICA HAGEMEIER, Professora, a partir de 18 de abril de 2016 até 18 de julho de 2016, referente ao quinquênio de 20 de fevereiro de 1.999 até 19 de fevereiro de 2.004.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 18 de abril de 2016.

Videira, 23 de dezembro de 2015.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 23 dias do mês de dezembro de 2015.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS  
Secretária de Administração

**PORTARIA Nº 0927/15**

PORTARIA nº 0927/15  
Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 221 da Lei Complementar nº 130/12 e, à vista do que consta no Processo Administrativo nº 21.828/2015;

**RESOLVE**

Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses a servidora MONICA HAGEMEIER, Professora, a partir de 19 de setembro de 2016 até 19 de dezembro de 2016, referente ao quinquênio de 20 de fevereiro de 2004 até 19 de fevereiro de 2.009.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 19 de setembro de 2016.

Videira, 23 de dezembro de 2015.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 23 dias do mês de dezembro de 2015.



LUCIANE MARIA DOS SANTOS  
Secretária de Administração

**PORTARIA Nº 0928/15**

PORTARIA nº 0928/15

Designa Fiscal de Obra decorrente de Contrato Administrativo

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX da Lei Orgânica do Município e em conformidade com o art. 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

**RESOLVE**

Art. 1º Designar RAQUEL BRUSCHI, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 021.413.429-62, nomeado no cargo de provimento em comissão de DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE ENGENHEIRA, matrícula nº 11.673, para acompanhamento e fiscalização da obra decorrente do contrato administrativo nº CT 271/2015, Tomada de Preços nº 26/2015-PMV, cujo objeto é a contratação de empresa para realizar reforma geral no almoxarifado e depósito de armazenagem de alimentos da Secretaria de Educação de acordo com memorial e projeto anexo.

Art. 2º Incumbe ao fiscal acima designado acompanhar e fiscalizar a execução da obra acima referida, anotando as ocorrências relevantes e documentando eventuais equívocos a serem corrigidos, transmitindo-as às autoridades competentes, às quais competirá adotar as providências adequadas.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 23 de dezembro de 2015.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 23 dias do mês de dezembro de 2015.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS  
Secretária de Administração

**TERMO ADITIVO Nº 186/2015**

Termo Aditivo nº 186/2015

Contrato/Ata nº: CT nº 13/2015

Processo: PR nº 165/2014-PMV

Contratado: MARCOS PAULO ARCARI 085.487.689-83.

Objeto: Retificar o Termo de Aditamento nº 165/2015, no tocante aos valores mensal e total atribuídos aos serviços a serem prestados, equivocadamente lançados.

Valor: R\$ 29.919,96.

Data: 28/12/2015.



# Vitor Meireles

## PREFEITURA

### Decreto n.º 063/2015

DECRETO n.º 063/2015

Suplementa Dotações Orçamentárias por provável excesso de arrecadação e Estabelece Outras Providências.

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e fundamentos legais estabelecidos pela Lei Municipal nº 0900, de 18/11/2014.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam suplementadas as seguintes dotações orçamentárias, pelo provável excesso de arrecadação:

0601 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

12.361.010.2022 – Manutenção do Ensino Fundamental

31000000.00 – Pessoal e Encargos Sociais

31900000.00 – Aplicações Diretas

0.1.0100 – Educação 25% .....

R\$ 110.000,00

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Vitor Meireles (SC), 24 de dezembro de 2015.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

### Lei Complementar nº 089/2015

LEI COMPLEMENTAR Nº 089 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2015.

DISPÕE SOBRE O SISTEMA DE CONTROLE INTERNO, CRIA A CONTROLADORIA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Vitor Meireles, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º - O Sistema de Controle Interno é o conjunto de ações de todos os agentes públicos para que se cumpram, na Administração Pública, os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e também a legitimidade, economicidade, transparência e objetivo público.

Parágrafo Único. O Sistema de Controle Interno abrange a administração direta, indireta e alcança os permissionários e concessionários de serviços públicos, bem como, os beneficiários de subvenções, contribuições, auxílios e incentivos econômicos e fiscais.

Art. 2º Fica instituída a Controladoria, órgão central do Sistema de Controle Interno da Administração Pública do Município, com a função de orientar, fiscalizar e controlar as contas públicas, avaliar os atos de administração e gestão dos administradores municipais, sempre zelando pelos princípios elencados no artigo 1º desta Lei.

Art. 3º A Controladoria terá atuação no Poder Legislativo, no Poder Executivo, autarquias, fundações, empresas de economia mista, empresas públicas, fundos, concessionários, permissionários, aplicação de subvenções e no cumprimento das obrigações dos beneficiários de incentivos econômicos e fiscais.

Art. 4º A Controladoria é exercida por:

a) Controlador Interno – servidor concursado, responsável pela direção e operacionalização do sistema;

Parágrafo Único. No caso de afastamento definitivo do Controlador Interno junto à Administração Pública Municipal, o Chefe do Executivo poderá nomear um servidor efetivo e estável, que deverá ter elevado conhecimento em Administração Pública e no mínimo formação de nível superior dentro da área compatível exigida para o Cargo, designado com função de confiança, e será responsável pela direção e operacionalização do sistema, para atuar como Controlador Interno até a realização de Concurso Público.

Art. 5º A Controladoria atuará de forma integrada e formal, atendendo obrigatoriamente as disposições abaixo mencionadas, além de outras que poderão ser mencionadas em Regimento Interno.

§1º O Controlador Interno terá função deliberativa e normativa, cabendo-lhe especialmente:

I - deliberar sobre todos os processos oriundos da Unidade Operacional;

II - deliberar sobre qualquer fato que tiver conhecimento ou denúncia que lhe for formalizada;

III - expedir atos numerados contendo instruções sobre rotinas, procedimentos e responsabilidades funcionais para a Administração Pública, limitado hierarquicamente ao seu Regimento Interno, aos Atos do Poder Executivo e Atos do Poder Legislativo;

IV - tomar providências imediatas quanto a solicitações do Prefeito Municipal, da Câmara de Vereadores, do Tribunal de Contas e do Ministério Público;

V – apresentar o Relatório de Controle Interno sobre gestão fiscal e outros decorrentes de leis ou resoluções do Tribunal de Contas;

§ 2º O Controlador Interno terá as funções de orientar, fiscalizar, controlar e analisar as ações da administração, as denúncias protocoladas, bem como, todo e qualquer trabalho realizado, independentemente da conclusão, formalizado com:

I - número de protocolo sequencial;

II - síntese do objeto;

III - descrição do objeto;

IV- conclusão;

V- data do início e conclusão dos trabalhos.

§ 3º Sem prejuízo do disposto no parágrafo anterior, o Controlador Interno expedirá relatório de controle interno sobre gestão fiscal e quanto ao seguinte:

Pessoal – admissão/contratação, exoneração/demissão, aumentos diferenciados, concessão de gratificações, frequência, diárias e outros atos de gestão de pessoal;

Receita – instituição, arrecadação, renúncia por ação ou omissão;

a) Dívida Ativa – lançamento, cancelamento, cobrança administrativa, encaminhamento e cobrança judicial e comparação do saldo com a receita arrecadada;

b) Despesa – equilíbrio em relação a receita arrecadada, cumprimento dos princípios previstos no artigo 1º desta Lei, empenho

- liquidação – pagamento, despesas de caráter continuado e de expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental;
- c) Licitações e Contratos – despesas não incluídas nos processos licitatórios, os processos licitatórios e os contratos;
- d) Obras – de acompanhamento, paralisadas, cronogramas físico-financeiros, projetos – responsabilidade técnica, formalidades de recebimento, caução e liberação;
- e) Análise Patrimonial:
  1. Ativo Financeiro – comprometimento, recursos vinculados, controle bancário e responsáveis.
  2. Passivo Financeiro – confronto com o Ativo Financeiro, despesas vinculadas e depósitos de terceiros.
  3. Ativo Permanente – controle dos bens.
  4. Passivo Permanente – controle da Dívida Fundada, documentação legal, inscrição, amortização e saldo comparado com a receita arrecadada.
  5. Patrimônio Líquido – análise com observância dos possíveis efeitos do sistema de compensação;
- f) Relatórios Especiais:
  1. Custo individualizado da frota;

§ 4º Nenhum processo permanecerá com o Controlador Interno por mais de trinta dias sem deliberação, admitido o encaminhamento para diligências por igual período.

§ 5º O Sistema de Protocolo indicará o posicionamento de cada processo levado ao Controlador Interno.

§ 6º O Controlador Interno deverá elaborar o Plano Anual de Atividades do Controle Interno – PAACI, para o ano seguinte, sendo encaminhado para o Prefeito até dez (10) de dezembro do ano corrente, e homologado por Decreto do Executivo.

§ 7º Até o prazo de 25 de fevereiro do ano subsequente, o Controle Interno deverá elaborar e divulgar o Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna – RAIINT.

§ 8º O PAACI e o RAIINT serão elaborados conforme exigido e de acordo com a Instrução Normativa Nº 07/2006-CGU, da Controladoria Geral da União, e também observadas as normas municipais.

Art. 6º O Controlador Interno poderá requerer ao Prefeito a colaboração técnica existente no serviço público ou a contratação de terceiros, sendo que o indeferimento deverá ser justificado.

Parágrafo Único. Não atendido o requerimento de que trata o caput, no prazo de quinze dias, ou ainda, não sendo aceita a justificativa do indeferimento, o Controlador Interno comunicará a Câmara de Vereadores e ao Tribunal de Contas.

Art. 7º O Controlador Interno, quando necessário para o desempenho de suas funções, caberá solicitar a quem de direito, esclarecimentos ou providências e quando não atendidas de forma suficiente ou não sanada a restrição, dará ciência ao Prefeito ou ao Presidente da Câmara, conforme o caso, para conhecimento e providências necessárias.

§ 1º Na falta de providências do Prefeito ou do Presidente da Câmara, ou ainda, não sanada a restrição, caberá ao Controlador Interno comunicar ao Tribunal de Contas do Estado e, se for o caso, ao Ministério Público, sob pena de responsabilidade solidária.

§ 2º O agente público que, por ação ou omissão, causar embaraço, constrangimento ou obstáculo à atuação do Controlador Interno no desempenho de suas funções institucionais será responsabilizado administrativa, civil e criminalmente.

§ 3º As infrações funcionais aos princípios do artigo 1º, serão apuradas e penalizadas na forma prevista no Estatuto dos Servidores

Municipais.

§ 4º O agente público terá direito ao contraditório junto ao Controlador Interno.

Art. 8º. Esta Lei entra em vigor a partir do próximo exercício.

Art. 9º. Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Lei Complementar n 12/2003 e Lei Complementar n. 021/2006.

Vitor Meireles, 28 de dezembro de 2015.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

## LEI Nº 0948

LEI N. 0948, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2015.

DENOMINA DE ALCIDES ROBERTO MENEGHELLI, O MIRANTE DO MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES, ESTADO DE SANTA CATARINA.

O Prefeito Municipal de Vitor Meireles, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica denominado de ALCIDES ROBERTO MENEGHELLI, o Mirante situado na margem esquerda da Rodovia SC-340, (Rodovia Pedro Fossa), à 3.250 metros da sede do Município de Vitor Meireles, Bairro Palmitos, cidade de Vitor Meireles, Comarca de presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina, formado de parte do lote de terras n. 2.373 e 2.371, contendo a área de 2.817,48 m² (dois mil, oitocentos e dezessete metros e quarenta e oito decímetros quadrados), confrontando ao NORTE, com terras de Francisco Mondini, em 57,14 metros; ao SUL, com a margem esquerda da Rodovia SC-340, Rodovia Pedro Fossa, em 57,94 metros; ao LESTE, com terras de Claudia Mondini e Cintia Mondini (matrícula 7.335-L.2-RG), em 51,49 metros e ao OESTE, com terras de Francisco Mondini, em 50 metros; sem benfeitoria. A ser destacado do terreno rural, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Presidente Getúlio/SC, no livro 2-RG, matrícula nº 8.213.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Vitor Meireles, 28 de dezembro de 2015.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 255/2015**

PORTARIANº 255/2015

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve EXONERAR:

de acordo com o Artigo 32, da Lei Complementar Municipal nº 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: MARIA DE LURDES LANZMASTER

Cargo: PROFESSOR NIVEL III

Do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, na Secretaria de Educação, nomeada pela Portaria nº 015/91, de 01 de fevereiro de 1991, tomando posse no cargo dia 01 de fevereiro de 1991, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, exonerada por aposentadoria, a partir de 17 de dezembro de 2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 17 de dezembro de 2015, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 23 DE DEZEMBRO DE 2015.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, \_\_/\_\_/\_\_\_\_

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

**PORTARIA Nº 273/2015**

PORTARIANº 273/2015

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve CONCEDER:

de acordo com o Artigo 76, da Lei Complementar Municipal nº 007/2003, de 13 de maio de 2003, férias aos servidores abaixo relacionados, conforme cronograma estipulado:

Nome Funcionário	Período Aquisitivo			Período Concedido		
Alexandre Lunelli	01/12/2014	a	30/11/2015	04/01/2016	a	02/02/2016
Alvaristo Garcia da Silva	03/09/2014	a	02/09/2015	04/01/2016	a	02/02/2016
Ariel Cristiano Claudino	01/12/2014	a	30/11/2015	04/01/2016	a	02/02/2016
Aurelio Bittelbrunn	01/12/2014	a	30/11/2015	04/01/2016	a	02/02/2016
Belmiro Frazão	01/12/2014	a	30/11/2015	04/01/2016	a	02/02/2016
Claudir Tilha	01/12/2014	a	30/11/2015	04/01/2016	a	02/02/2016
Cleiton Alexandre Tose	01/12/2014	a	30/11/2015	04/01/2016	a	02/02/2016
Francisco Ferreira	01/12/2014	a	30/11/2015	04/01/2016	a	02/02/2016

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 28 DE DEZEMBRO DE 2015.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, \_\_/\_\_/\_\_\_\_

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

**PORTARIA Nº 274/2015**

PORTARIANº 274/2015

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve CONCEDER:

de acordo com o Artigo 76, da Lei Complementar Municipal nº 007/2003, de 13 de maio de 2003, férias aos servidores abaixo relacionados, conforme cronograma estipulado:

Nome Funcionário	Período Aquisitivo			Período Concedido		
Jevison Barbosa	01/12/2014	a	30/11/2015	04/01/2016	a	02/02/2016
João Batista Mazoti	01/12/2014	a	30/11/2015	11/01/2016	a	30/01/2016
José Cachoeira	01/12/2014	a	30/11/2015	04/01/2016	a	02/02/2016
Lindolf Lutke	10/05/2014	a	09/05/2015	04/01/2016	a	02/02/2016
Marcio da Silveira	01/12/2014	a	30/11/2015	21/12/2015	a	19/01/2016
Marcio Lunelli	06/10/2014	a	05/10/2015	04/01/2016	a	02/02/2016
Onadir Nardi	01/12/2014	a	30/11/2015	04/01/2016	a	02/02/2016
Othvin Steuck	01/12/2014	a	30/11/2015	04/01/2016	a	02/02/2016

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 28 DE DEZEMBRO DE 2015.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, \_\_/\_\_/\_\_\_\_

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

**PORTARIA Nº 275/2015**

PORTARIANº 275/2015

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve CONCEDER:

de acordo com o Artigo 76, da Lei Complementar Municipal nº 007/2003, de 13 de maio de 2003, férias aos servidores abaixo relacionados, conforme cronograma estipulado:

Nome Funcionário	Período Aquisitivo			Período Concedido		
Rogério Howe	01/12/2014	a	30/11/2015	28/12/2015	a	16/01/2016
Rudinei Koehler	01/12/2014	a	30/11/2015	04/01/2016	a	02/02/2016
Teilor Petersen	01/12/2014	a	30/11/2015	04/01/2016	a	02/02/2016
Vanderlei da Rocha	04/03/2015	a	30/11/2015	04/01/2016	a	26/01/2016
Valdemar da Cruz	01/03/2014	a	28/02/2015	11/01/2016	a	30/01/2016

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 28 DE DEZEMBRO DE 2015.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, \_\_/\_\_/\_\_\_\_

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

**PORTARIA Nº 276/2015**

PORTARIANº. 276/2015

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve INDENIZAR:

de acordo com o Artigo 76, da Lei Complementar Municipal nº. 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: ROGERIO HOWE

Cargo: OPERADOR DE MÁQUINAS

Do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, na Secretaria de Obras e Serviços Públicos, 10 (dez) dias de férias, referentes ao período aquisitivo de 01/12/2014 a 30/11/2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 28 de dezembro de 2015, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 28 DE DEZEMBRO DE 2015.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº. 055/11.

**PORTARIA Nº 277/2015**

PORTARIANº. 277/2015

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve INDENIZAR:

de acordo com o Artigo 76, da Lei Complementar Municipal nº. 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: VALDEMAR DA CRUZ

Cargo: AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO

Do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, na Secretaria de Obras e Serviços Públicos, 10 (dez) dias de férias, referentes ao período aquisitivo de 01/03/2014 a 28/02/2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 04 de janeiro de 2016, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 28 DE DEZEMBRO DE 2015.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº. 055/11.

# Xavantina

## PREFEITURA

### **CANCELAMENTO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 05/2015 FMS, MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2015 FMS**

CANCELAMENTO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 05/2015 FMS, MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2015 FMS

O Município de Xavantina, através do Fundo Municipal de Saúde, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 267, Centro, Xavantina, SC, através do seu Gestor, Sr. Osmar Dervanoski, TORNA PÚBLICO, que por meio deste CANCELA o PROCESSO LICITATÓRIO Nº 05/2015 FMS, MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2015 FMS, com base na ata do PE 03/2015 FMS, pois conforme a mesma, o referido Processo Licitatório foi FRACASSADO.

Xavantina/SC, em 28 de dezembro de 2015.

OSMAR DERVANOSKI,

Gestor do Fundo Municipal de Saúde.

### **CONTRATO Nº 091/2015 PMXV**

Contratante: MUNICÍPIO DE XAVANTINA.

Contratada: GAMBATTO VEÍCULOS LTDA.

Contrato nº: 091/2015 PMXV.

Objeto: OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO DE MICRO E/OU PEQUENA EMPRESA OBJETIVANDO A AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO HATCH NOVO PARA O MUNICÍPIO DE XAVANTINA/SC.

Data da Assinatura: 30/12/2015.

Vigência: 29/12/2018.

Valor do Contrato: R\$ 39.900,00 (trinta e nove mil e novecentos reais).

### **EXTRATO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 03/2015 PMXV**

MUNICÍPIO DE XAVANTINA

EXTRATO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 03/2015 PMXV

O Prefeito Municipal de Xavantina/SC, torna público que ratificou o ato do Senhor Valmor de Souza, Assessor Jurídico deste Município, que declarou dispensável a licitação, nos termos do CAPUT do Artigo 24 da Lei Federal 8.666/93 e posteriores alterações, objetivando a Contratação de Empresa objetivando a aquisição de um veículo hatch Novo para o Município de Xavantina, de conformidade com a lei 8.666/93 e suas alterações supervenientes às licitações públicas, em favor da empresa: GAMBATTO VEÍCULOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 76.863.877/0001-78, no valor de R\$ 39.900,00 (trinta e nove mil e novecentos reais).

Xavantina/SC, em 28 de dezembro de 2015.

MAURO JUNES POLETO,

Prefeito Municipal.

# Xaxim

## PREFEITURA

### **AVISO DE DISPENSA 061/2015**

Aviso de Dispensa de Licitação

O Município de Xaxim através de seu Prefeito comunica a presente dispensa, a saber:

Dispensa de licitação n. 061/2015

Processo licitatório n. 208/2015

Homologação: 22/12/2015

Fornecedor: Shopping do Real Comércio de Utilidades Domésticas

CNPJ: 13.161.133/0001-91

Contratante: Município de Xaxim

Objeto: Aquisição de materiais para decoração natalina, junto a Praça Central Frei Bruno.

Vigência: 31/12/2015

Fundamento: art. 24, inciso II da Lei 8.666/93.

Xaxim – SC, 28 de dezembro de 2015.

Idacir Antônio Orso

Prefeito



# Consórcios

## CIGA

### **PEDIDO DE EXONERAÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO DE GERENTE DE TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO**

Pedido de Exoneração de Cargo em Comissão

Aos cuidados do Sr. Gilsoni Lunardi Albino, Diretor Executivo do CIGA

Eu, Rodrigo Valceli Raimundo, empregado do CIGA de matrícula nº 7, venho solicitar meu desligamento do cargo em comissão de Gerente de Tecnologia da Informação, nomeado pela Portaria nº 04/2014 e o retorno integral ao cargo de Analista de Sistemas conferido pela Portaria nº 05/2012. Tendo em vista a percepção de triênio concedida pela Portaria nº 09/2015, solicito também que o reajuste da faixa 55 para a faixa 56 da tabela remuneratória do cargo de Analista de Sistemas seja aplicado a partir da data de retorno ao cargo anterior.

Agradeço a oportunidade e a confiança de poder ter exercido por este período o cargo de gerência e deixo registrado que o motivo para o presente pedido é fruto de reflexão pessoal sobre minhas próprias habilidades, limitações, objetivos e percepção de carreira.

Ante o exposto, fico no aguardo para que a transição se dê na data que for conveniente ao Consórcio.

Atenciosamente,

Rodrigo Valceli Raimundo

Florianópolis, 16 de dezembro de 2015

### **PORTARIA Nº 14/2015, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2015**

Portaria nº 14/2015, de 28 de dezembro de 2015

Decreta Ponto Facultativo e dispõe sobre o cronograma de publicações do DOM/SC para o ano de 2016.

O Diretor Executivo do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA), considerando o disposto no art. 26, I, do Contrato do Consórcio e no art. 38 do Regimento Interno,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Transferir:

I – o feriado, relativo à comemoração da emancipação política do município de Florianópolis, do dia 23 de março de 2016 (quarta-feira) para o dia 22 de abril de 2016 (sexta-feira); e

II – o feriado, relativo às comemorações do Dia do Servidor Público, do dia 28 de outubro de 2016 (sexta-feira) para o dia 27 de maio de 2016 (sexta-feira).

Art. 2º Fica decretado ponto facultativo de serviços no âmbito do CIGA nos dias 08 e 09 de fevereiro em função das festividades do Carnaval; no dia 25 de março, em decorrência da Sexta-feira da Paixão de Cristo; no dia 22 de abril, em virtude do feriado nacional de Tiradentes; no dia 27 de maio em virtude da data de Corpus Christi; e no dia 14 de novembro devido ao feriado nacional da Proclamação da República.

Art. 3º As edições do Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina serão veiculadas de segunda a sexta-feira, exceto nos dias listados a seguir:

I – 1º de janeiro, Confraternização Universal, feriado nacional;

II – 08 de fevereiro, Carnaval, ponto facultativo;

III – 09 de fevereiro, Carnaval, ponto facultativo;

IV – 25 de março, Sexta-feira da Paixão de Cristo, ponto facultativo;

V – 21 de abril, Tiradentes, feriado nacional;

VI – 22 de abril, ponto facultativo devido ao feriado nacional de Tiradentes;

VII – 26 de maio, Corpus Christi, feriado nacional;

VIII – 27 de maio, ponto facultativo devido ao feriado nacional de Corpus Christi;

IX – 07 de setembro, Dia da Independência do Brasil, feriado nacional;

X – 12 de outubro, Dia de Nossa Senhora Aparecida, feriado nacional;

XI – 02 de novembro, Dia de Finados, feriado nacional;

XII – 14 de novembro, ponto facultativo devido ao feriado nacional da proclamação da República;

XIII – 15 de novembro, Proclamação da República, feriado nacional.

Art. 4º Os atos para publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina devem ser cadastrados até às 08h00min da data de publicação.

Parágrafo único. Exceto os atos da edição do DOM/SC do dia 30 de dezembro de 2016 que deverão ser cadastrados até às 23h00min do dia 29 de dezembro de 2016.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor da data de sua publicação.

Florianópolis, 28 de dezembro de 2015.  
GILSONI LUNARDI ALBINO  
Diretor Executivo do CIGA

**PORTARIA Nº 15/2015, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2015**

Portaria nº 15/2015, de 28 de dezembro de 2015

Exonera a pedido - cargo em comissão de Gerente de Tecnologias da Informação do CIGA;  
Concede a pedido - retorno ao cargo de Analista de Sistemas.

O Diretor Executivo do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) no uso de suas atribuições legais,  
Resolve:

Art. 1º Exonerar a pedido, o Sr. Rodrigo Valceli Raimundo, CPF nº 052.543.269-80, do cargo em comissão de Gerente de Tecnologias da Informação do CIGA, a partir do dia 1º de janeiro de 2016;

Art. 2º Conceder a pedido o retorno ao cargo de Analista de Sistemas do Sr. Rodrigo Valceli Raimundo, CPF nº 052.543.269-80, a partir do dia 1º de janeiro de 2016;

Art. 3º A partir do dia 1º de janeiro de 2016, a referência salarial do Sr. Rodrigo Valceli Raimundo será a 56, tendo em vista a concessão do triênio pela Portaria nº 09/2015;

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor no dia 1º de janeiro de 2016, devendo ser publicada no órgão oficial como condição de validade do ato.

Florianópolis, 28 de dezembro de 2015.  
GILSONI LUNARDI ALBINO  
Diretor Executivo do CIGA

**PORTARIA Nº 16/2015, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2015**

Portaria nº 16/2015, de 28 de dezembro de 2015

Concede a pedido – redução de carga horária do Contador.

O Diretor Executivo do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) no uso de suas atribuições legais,  
Resolve:

Art. 1º Conceder a pedido, ao Sr. Douglas Rego das Neves, CPF nº 069.331.259-98, a redução da jornada de trabalho semanal para 30 (trinta) horas, no período de 1º de janeiro de 2016 a 1º de abril de 2016;

Art. 2º A remuneração será reduzida proporcionalmente a partir do dia 1º de janeiro de 2016 até o dia 1º de abril de 2016, tendo em vista a redução da carga horária semanal de 40 (quarenta) horas para 30 (trinta) horas, conforme previsão no parágrafo único do art. 62 do Regimento Interno; a partir do dia 1º de janeiro de 2016;

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor no dia 1º de janeiro de 2016, devendo ser publicada no órgão oficial como condição de validade do ato.

Florianópolis, 28 de dezembro de 2015.  
GILSONI LUNARDI ALBINO  
Diretor Executivo do CIGA

---

**CIS NORDESTE**

---

**TERMO DE ADJUDICAÇÃO PE Nº 6/2015**

Termo de Adjudicação

Pregão Eletrônico nº 006/2015-CISNORDESTE/SC

Registro de Preços Nº 006/2015-CISNORDESTE/SC

Processo Administrativo nº 035/2015-CISNORDESTE/SC

Após analisado o resultado do Pregão Eletrônico nº 006/2015-CISNORDESTE/SC, referente ao Processo Administrativo nº 035/2015-CISNORDESTE/SC, não tendo havido recursos no prazo legal, a pregoeira, Sra. Deisi Adriane Schaefer Hilgenstieler, ADJUDICA os lotes objeto do certame aos licitantes vencedores, conforme indicado no quadro Resultado da Adjudicação.

Resultado da Adjudicação

A G KIENEN & CIA LTDA - CNPJ: 82.225.947/0001-65					
Nº Item	Descrição	Unid.	Qtde.	Valor Unit.	Total Item
34	BENZILPENICILINA 600.000UI + DILUENTE	Ampola	16.010,00	2,99	47.869,90
67	CLARITROMICINA 500MG	Comprimidos Bir	47.500,00	3,60	171.000,00
214	OMEPRAZOL MAGNESIO 20MG	Comprimidos Bir	3.610,00	8,35	30.143,50
236	PROPATILNITRATO 10MG	Comprimidos Bir	563.600,00	0,37	208.701,08
237	PROPILOTIOURACIL 100 MG	Comprimidos Bir	20.360,00	0,55	11.198,00
279	ÁCIDO TRANEXÂMICO 250MG , AM-POLA COM 5 ML	Ampola	1.320,00	1,80	2.376,00

A G KIENEN & CIA LTDA - CNPJ: 82.225.947/0001-65					
Nº Item	Descrição	Unid.	Qtde.	Valor Unit.	Total Item
283	ALBUMINA HUMANA 20% (50ML)	F/A	1.100,00	135,00	148.500,00
304	BASILIXIMAB 20MG/5ML	Frasco/Ampola	120,00	6.998,00	839.760,00
312	BROMOPRIDA 4MG/ML GOTAS FRASCO 20 ML	Frasco/Ampola	2.520,00	0,88	2.217,60
403	FENITOÍNA SÓDICA 50 MG/ML AMPOLA 5 ML	Ampola	14.700,00	2,30	33.810,00
491	NEOSTIGMINA 0,5MG/1ML	Ampola	3.200,00	0,75	2.400,00
495	NITROPRUSSIATO DE SÓDIO 50MG/ML (AMPOLA 1ML)	Ampola	1.240,00	6,80	8.432,00
548	SULFAMETOXAZOL + TRIMETOPRIMA 400/80MG EV 5ML	Ampola	7.100,00	1,39	9.869,00
559	TERBUTALINA (SULFATO) 0,5 MG/ML AMPOLA 1 ML	Ampola	4.550,00	1,39	6.324,50
Total do Fornecedor:					1.522.601,58

ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA - CNPJ: 00.802.002/0001-02					
Nº Item	Descrição	Unid.	Qtde.	Valor Unit.	Total Item
6	ACIDO ACETIL SALISÍLICO 100MG	Comprimidos Bir	6.458.020,00	0,02	116.244,36
8	ÁCIDO FOLÍNICO 15 MG (FOLINATO DE CÁLCIO)	Comprimidos Bir	11.700,00	1,34	15.678,00
31	ATENOLOL 50 MG	Comprimidos Bir	4.210.320,00	0,03	122.099,28
47	CARBAMAZEPINA 400MG	Comprimidos Bir	110.100,00	0,10	10.899,90
52	CARVEDILOL 12,5MG	Comprimidos Bir	306.000,00	0,12	36.720,00
53	CARVEDILOL 25MG	Comprimidos Bir	155.500,00	0,24	37.320,00
54	CARVEDILOL 3,125MG	Comprimidos Bir	118.000,00	0,09	10.620,00
55	CARVEDILOL 6,25MG	Comprimidos Bir	1.785.400,00	0,10	178.540,00
71	CLOMIPRAMINA (CLORIDRATO) 75MG, COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO LENTA	Comprimidos Bir	17.000,00	1,10	18.700,00
72	CLONAZEPAM 2MG	Comprimidos Bir	656.903,00	0,04	25.619,22
73	CLONAZEPAN 0,5MG	Comprimidos Bir	110.000,00	0,04	4.290,00
83	DELTAMETRINA 0,2 MG/ML FRASCO 100 ML	Frasco/Ampola	7.220,00	1,02	7.364,40
92	DIOSMINA 450MG + HESPERIDINA 50MG	Comprimidos Bir	1.826.650,00	0,25	451.182,55
98	DOXAZOSINA (MESILATO) 2MG	Comprimidos Bir	344.450,00	0,10	32.722,75
127	GLICAZIDA 30MG (COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO CONTROLADA)	Comprimidos Bir	2.024.000,00	0,18	358.248,00
136	HIDROCORTISONA 1% CREME 30 G	Bisnagas	4.025,00	5,40	21.735,00
149	ISOSSORBIDA (DINITRATO) SUBLINGUAL 5MG	Comprimidos Bir	116.500,00	0,43	50.095,00
180	METILDOPA 250 MG	Comprimidos Bir	1.283.800,00	0,10	121.961,00
181	METILDOPA 500 MG	Comprimidos Bir	153.100,00	0,16	24.878,75
182	METOCLOPRAMIDA 10MG	Comprimidos Bir	237.000,00	0,05	11.067,90
194	MORFINA (SULFATO) 30 MG	Comprimidos Bir	8.700,00	2,45	21.315,00
242	RISPERIDONA 1MG	Comprimidos Bir	174.300,00	0,08	13.944,00
256	SULFAMETOXAZOL 200MG/5ML + TRIMETOPRIMA 40MG/5ML SUSPENSÃO ORAL 50 ML	Frasco/Ampola	9.600,00	0,82	7.872,00
281	ÁGUA DESTILADA AMPOLA PLÁSTICA 20ML	Ampola	15.200,00	0,28	4.186,08
290	AMICACINA (SULFATO) 50MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL, AMPOLA COM 2 ML	Ampola	250,00	0,75	187,50
308	BICARBONATO DE SÓDIO 8,4% - AMPOLA 10 ML	Ampola	1.590,00	0,60	954,00
351	CLORETO DE POTÁSSIO 19,1% AMPOLA 10 ML	Ampola	7.625,00	0,22	1.677,50
355	CLORPROMAZINA 5MG SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 5 ML	Ampola	1.550,00	0,47	728,50
370	DEXAMETASONA (FOSFATO DISSÓCIDICO) 2MG/ML INJETÁVEL AMPOLA 1 ML	Ampola	14.200,00	0,76	10.790,58

ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA - CNPJ: 00.802.002/0001-02					
Nº Item	Descrição	Unid.	Qtde.	Valor Unit.	Total Item
404	FENOBARBITAL 200 MG/ML AMPOLA 1 ML	Ampola	2.130,00	1,50	3.195,00
425	GLUCONATO DE CÁLCIO 10% 100MG/ML AMPOLA 10 ML	Ampola	3.410,00	1,35	4.603,50
450	LIDOCAÍNA (S/ VASOCONSTRITOR) 2% FRASCO 20 ML	Frasco/Ampola	6.150,00	1,87	11.500,50
455	LOSARTAN 25MG	Comprimidos Bir	123.000,00	0,11	13.812,90
456	MANITOL 20% SISTEMA FECHADO SOLUÇÃO INJETÁVEL 250 ML	Frasco/Ampola	3.235,00	4,15	13.425,25
459	MEPIVACAÍNA 2% + EPINEFRINA 1:100.000 SOL INJETAVEL 1,8ML	Ampola	11.500,00	1,67	19.167,05
467	METILERGOMETRINA, MALEATO 0,2 MG/ML AMPOLA 1 ML	Ampola	200,00	1,50	300,00
487	MORFINA (SULFATO) 10MG/ML SOLUÇÃO ORAL	Frasco/Ampola	690,00	4,50	3.105,00
497	OCITOCINA 5UI/ML AMPOLA 1 ML	Ampola	200,00	1,40	280,00
Total do Fornecedor:					1.787.030,47

ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME - CNPJ: 13.568.558/0001-10					
Nº Item	Descrição	Unid.	Qtde.	Valor Unit.	Total Item
199	NIMESULIDE 100MG	Comprimidos Bir	2.158.200,00	0,05	112.658,04
Total do Fornecedor:					112.658,04

ANGAI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP - CNPJ: 04.217.590/0001-60					
Nº Item	Descrição	Unid.	Qtde.	Valor Unit.	Total Item
12	ALBENDAZOL 400MG, BLISTER COM 1 CP	Comprimidos Bir	48.070,00	0,70	33.649,00
19	AMIODARONA (CLORIDRATO) 200MG	Comprimidos Bir	250.100,00	0,23	57.523,00
66	CITALOPRAM 20MG	Comprimidos Bir	150.200,00	0,14	20.277,00
138	HIDRÓXIDO DE ALUMÍNIO E DE MAGNÉSIO 200MG	Comprimidos Bir	14.000,00	0,10	1.400,00
148	ISOSSORBIDA (DINITRATO) 10MG	Comprimidos Bir	341.570,00	0,09	32.107,58
163	LEVOTIROXINA SODICA 100MCG	Comprimidos Bir	1.449.370,00	0,08	118.848,34
164	LEVOTIROXINA SODICA 25MCG	Comprimidos Bir	1.987.270,00	0,08	166.930,68
226	PERMETRINA 10MG/ML LOÇÃO 60 ML	Frasco/Ampola	20.350,00	0,98	19.943,00
235	PROPAFENONA (CLORIDRATO) 300MG	Comprimidos Bir	20.660,00	0,80	16.424,70
267	TRAMADOL (CLORIDRATO) 50MG	Comprimidos Bir	162.200,00	0,09	14.273,60
293	AMPICILINA 1G + SULBACTAM 0,5G	F/A	1.200,00	13,95	16.740,00
357	COLCHICINA 0,5MG	Comprimidos Bir	10.120,00	0,20	1.973,40
380	DIMENIDRATO + PIRIDOXINA + GLICOSE + FRUTOSE, 3MG+5M-G+100MG/ML AMPOLA 10 ML	Ampola	17.750,00	2,45	43.487,50
Total do Fornecedor:					543.577,80

BIOMIG MATERIAIS MEDICO-HOSPITALARES LTDA - CNPJ: 22.355.622/0001-75					
Nº Item	Descrição	Unid.	Qtde.	Valor Unit.	Total Item
361	COMPLEXO PROTROMBÍNICO 500 UI (20ML)	F/A	30,00	940,00	28.200,00
Total do Fornecedor:					28.200,00

CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - CNPJ: 03.652.030/0001-70					
Nº Item	Descrição	Unid.	Qtde.	Valor Unit.	Total Item
15	ALOPURINOL 100MG	Comprimidos Bir	327.500,00	0,04	13.755,00
16	ALOPURINOL 300MG	Comprimidos Bir	277.600,00	0,12	33.034,40
63	CILOSTAZOL 100MG	Comprimidos Bir	176.900,00	0,39	68.991,00
100	DOXICICLINA (CLORIDRATO) 100MG	Comprimidos Bir	38.800,00	0,09	3.608,40
113	ESTROGÊNIO CONJUGADOS 0,625MG	Drágeas	99.646,00	0,37	36.370,79
139	HIDRÓXIDO DE ALUMÍNIO E DE MAGNÉSIO 35,6+37MG SUSPENSÃO ORAL 100 ML	Frascos	17.570,00	1,65	28.990,50
145	IPRATRÓPIO (BROMETO) 0,25MG/ML SOLUÇÃO INALANTE 20 ML	Frascos	6.280,00	0,58	3.642,40
168	LOPERAMIDA 2MG BLISTER 4 CP	Comprimidos Bir	9.500,00	0,09	855,00

CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - CNPJ: 03.652.030/0001-70					
Nº Item	Descrição	Unid.	Qtde.	Valor Unit.	Total Item
230	POLIVITAMINICO COMPOSTO DE VITAMINAS E MINERIAS DE A A Z RETINOL (COMO PALMITATO) (VIT. A) 2664 UI COLECALCIFEROL (VIT. D) 400 UI 200 ACETATO DE TOCOFEROL (VIT. E) 10,00 UI 100 ÁCIDO ASCÓR-BICO (VIT. C) 70,00 MG TIAMINA (COMO MONONITRATO) (VIT. B1) 3,00 MG RIBOFLAVINA (VIT. B2) 3,40 MG NICOTINAMIDA 17,00 MG CLORIDRATO DE PIRIDOXINA (VIT. B6) 4,00 MG ÁCIDO FÓLICO 0,60 MG CIANOCOBALAMINA (VIT. B12) 2,20 MCG FERRO (COMO FUMARATO FERROSO) 30,00 MG ZINCO (COMO ÓXIDO DE ZINCO) 15,00 MG CÁLCIO (COMO CARBONATO DE CÁLCIO) 125,00 MG	Comprimido/Caps	323.800,00	0,14	45.332,00
247	SECNIDAZOL 1000 MG	Comprimidos Bir	1.700,00	0,44	748,00
255	SULFADIAZINA DE PRATA 10MG/G PASTA	Bisnagas	12.000,00	3,05	36.600,00
360	COMPLEXO COLOIDAL DE SACARATO DE HIDRÓXIDO DE FERRO III 2500 MG* ÁGUA BIDESTILADA Q.S.P. 5 ML * EQUIVALENTE A 100 MG DE FERRO (III) – NORIPURUM EV AMPOLA 5 ML	Ampola	750,00	18,00	13.500,00
493	NISTATINA + ÓXIDO DE ZINCO	Bisnagas	3.900,00	4,50	17.550,00
539	SORO FISIOLÓGICO (CLORETO DE SÓDIO 0,9%) FRASCO 250ML SISTEMA FECHADO	Frasco/Ampola	92.800,00	2,10	194.787,20
Total do Fornecedor:					497.764,69

CIAMED - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. - CNPJ: 05.782.733/0001-49					
Nº Item	Descrição	Unid.	Qtde.	Valor Unit.	Total Item
9	ÁCIDO VALPRÓICO 250MG	Comprimido/Caps	289.500,00	0,18	50.662,50
11	ÁCIDO VALPRÓICO 500MG, FRASCO COM 50 CAPSULAS	Capsulas HBS	838.849,00	0,50	418.585,65
25	AMOXICILINA 500MG + CLAVULANATO DE POTÁSSIO 125MG	Comprimidos Bir	163.550,00	0,79	129.940,48
49	CARBONATO DE CÁLCIO 1250MG (EQUIVALENTE A 500MG DE CA++)	Comprimidos Bir	67.000,00	0,11	7.370,00
81	COLAGENASE 0,6 UI + CLORANFENICOL 0,01 G POMADA 30 G	Bisnagas	3.860,00	7,12	27.483,20
200	NIMESULIDE 50MG SOLUÇÃO ORAL 15 ML	Frascos	4.400,00	0,86	3.784,00
205	NORETISTERONA 0,35MG BLISTER 35 CP	Comprimidos Bir	208.930,00	0,17	34.473,45
260	TEOFILINA 100MG	Comprimidos Bir	132.200,00	0,37	48.914,00
261	TEOFILINA 200 MG	Comprimidos Bir	24.200,00	0,59	14.278,00
268	TRAZODONA 50MG	Comprimidos Bir	800,00	0,85	680,00
508	PANCREATINA 25.000 U	Cápsula	120,00	1,73	207,60
Total do Fornecedor:					736.378,88

COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA - CNPJ: 67.729.178/0004-91					
Nº Item	Descrição	Unid.	Qtde.	Valor Unit.	Total Item
29	ATENOLOL 100MG	Comprimidos Bir	105.000,00	0,04	3.780,00
33	AZITROMICINA 500MG, BLISTER COM 3 CP	Comprimidos Bir	246.475,00	0,34	83.308,55
183	METOCLOPRAMIDA 4MG/ML GOTAS SOLUÇÃO ORAL 10 ML	Frasco/Ampola	20.744,00	0,49	10.123,07
314	BUPIVACAÍNA + GLICOSE 0,5% (AMPOLA 4ML)	Ampola	1.400,00	2,50	3.498,60
344	CLINDAMICINA 150MG/ML (4ML)	Ampola	7.000,00	4,36	30.520,00
376	DIAZEPAN 10MG/2ML INJETÁVEL AMPOLA 2 ML	Ampola	9.200,00	0,54	4.922,00

## COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA - CNPJ: 67.729.178/0004-91

Nº Item	Descrição	Unid.	Qtde.	Valor Unit.	Total Item
405	FENTANILA (SAL CITRATO) 0,05MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 10 ML	Ampola	31.255,00	2,00	62.353,73
451	LIDOCAÍNA + EPINEFRINA 2% (20MG/ML) FRASCO 20 ML	Frasco/Ampola	4.080,00	3,23	13.178,40
452	LIDOCAÍNA 2% + EPINEFRINA 1:100.000 TUBETE 1,8 ML	Ampola	6.650,00	1,20	7.980,00
480	MIDAZOLAM 15 MG INJETÁVEL 3 ML	Ampola	12.350,00	1,06	13.091,00
496	NOREPINEFRINA 8MG/4ML (4MG DE NOREPINEFRINA BASE)	Ampola	17.900,00	4,00	71.600,00
521	PROPOFOL 10MG/ML (20ML) EMULSÃO INJETÁVEL	Ampola	5.200,00	4,90	25.474,80
541	SORO GLICOSADO (GLICOSE 5%) FRASCO 250ML SISTEMA FECHADO	Frasco/Ampola	14.600,00	2,20	32.118,54
Total do Fornecedor:					361.948,69

## CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA - CNPJ: 44.734.671/0001-51

Nº Item	Descrição	Unid.	Qtde.	Valor Unit.	Total Item
21	AMITRIPILINA (CLORIDRATO) 75MG	Comprimidos Bir	3.000,00	0,16	480,00
37	BIPERIDENO 2MG	Comprimidos Bir	696.068,00	0,17	118.331,56
77	CLORPROMAZINA 100MG	Comprimidos Bir	515.120,00	0,17	87.570,40
78	CLORPROMAZINA 25MG	Comprimidos Bir	153.100,00	0,18	27.558,00
79	CLORPROMAZINA 40MG/ML SOLUÇÃO ORAL	Frascos	885,00	4,55	4.026,75
80	CODÉINA (FOSFATO) 30MG	Comprimidos Bir	1.061.100,00	0,61	647.271,00
88	DIAZEPAN 10MG	Comprimidos Bir	348.571,00	0,03	10.457,13
89	DIAZEPAN 5MG	Comprimidos Bir	244.700,00	0,03	7.341,00
115	FENOBARBITAL 100MG	Comprimidos Bir	728.200,00	0,08	54.615,00
130	HALOPERIDOL 1MG	Comprimidos Bir	26.800,00	0,10	2.680,00
132	HALOPERIDOL 5MG	Comprimidos Bir	624.840,00	0,08	49.987,20
133	HALOPERIDOL DECANOATO 50 MG/ML AMPOLA 1 ML	Ampola	9.080,00	7,00	63.560,00
143	IMIPRAMINA (CLORIDRATO) 25MG	Comprimidos Bir	825.890,00	0,19	156.919,10
159	LEVOMEPRIMAZINA (MALEATO) 100MG	Comprimidos Bir	212.000,00	0,60	127.200,00
160	LEVOMEPRIMAZINA (MALEATO) 25MG	Comprimidos Bir	545.200,00	0,24	130.848,00
161	LEVOMEPRIMAZINA (MALEATO) 40MG/ML 20ML GOTAS	Frasco/Ampola	1.170,00	6,80	7.956,00
177	METADONA 5MG	Comprimidos Bir	131.000,00	0,35	45.850,00
216	ONDANSETRONA (CLORIDRATO) 8MG	Comprimidos Bir	9.950,00	2,00	19.900,00
233	PREDNISONA 5MG	Comprimidos Bir	535.000,00	0,07	34.775,00
234	PROMETAZINA (CLORIDRATO) 25MG	Comprimidos Bir	338.440,00	0,05	16.922,00
243	RISPERIDONA 2 MG	Comprimidos Bir	134.100,00	0,18	24.138,00
284	ALFENTANILA 0,5MG/ML, AMPOLA COM 5ML	Ampola	500,00	14,00	7.000,00
299	ATRACÚRIO (BESILATO) 10MG/ML, AMPOLA 2,5ML	Ampola	500,00	6,49	3.245,00
309	BIPERIDENO (LACTATO) 5MG/ML AMPOLA 1 ML	Ampola	360,00	1,53	550,80
315	BUPIVACAÍNA + ISOBÁRICA 0,5% (AMPOLA 4ML) COM INVÓLUCRO EXTERNO ESTÉRIL	Ampola	200,00	6,96	1.392,00
316	BUPIVACAÍNA 0,5% (20ML) COM INVÓLUCRO EXTERNO ESTÉRIL	F/A	200,00	18,46	3.692,00
317	BUPIVACAÍNA + EPINEFRINA 0,5% (20ML) COM INVÓLUCRO EXTERNO ESTÉRIL	F/A	200,00	22,58	4.516,00
327	CETOPROFENO 100MG/ML EV PÓ LIOFILO INJETÁVEL	Frasco/Ampola	70.800,00	2,80	198.240,00
328	CETOPROFENO 100MG/ML IM AMPOLA 2 ML	Ampola	20.100,00	1,50	30.150,00



CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA - CNPJ: 44.734.671/0001-51					
Nº Item	Descrição	Unid.	Qtde.	Valor Unit.	Total Item
340	CISATRACÚRIO (BESILATO) 2MG/ML (10ML)	Ampola	500,00	52,08	26.040,00
348	CLONIDINA CLORIDRATO 0,15 MG/ML AMPOLA 1 ML	Ampola	6.300,00	5,68	35.784,00
356	COLAGENASE 0,6 A 1,2 UI/G (30G)	Tubo	1.150,00	8,00	9.200,00
363	DANTROLENE 20MG	F/A	24,00	139,54	3.348,96
374	DEXTRO CETAMINA 50MG/ML (AMPOLA 2ML)	Ampola	1.000,00	10,65	10.650,00
375	DEXTRO CETAMINA 50MG/ML (FRASCO 10ML)	F/A	800,00	51,80	41.440,00
378	DIFENIDRAMINA 50MG/ML (AMPOLA 1ML)	Ampola	1.500,00	12,26	18.390,00
383	DIPROPIONATO DE BETAMETASONA 5MG + FOSFATO DISSÓDICO DE BETAMETASONA 2MG/ML AMPOLA 1 ML	Ampola	9.950,00	2,75	27.362,50
389	DROPERIDOL 2,5MG/ML (AMPOLA 1ML)	Ampola	50,00	6,74	337,00
398	ETOMIDATO 2MG/ML (AMPOLA 10ML)	Ampola	700,00	12,33	8.631,00
410	FITOMENADIONA 10MG AMPOLA 1 ML	Ampola	2.225,00	0,87	1.935,75
411	FLUCONAZOL 2MG/ML (100ML)	F/A	1.200,00	3,12	3.744,00
413	FLUMAZENIL 0,1MG/ML AMPOLA 5 ML	Ampola	425,00	26,11	11.096,75
428	HEPARINA SÓDICA 25.000 UI/5ML INJETAVEL AMPOLA 5 ML	Ampola	2.965,00	8,22	24.372,30
429	HEPARINA SÓDICA 5.000 UI/0,25ML INJETÁVEL AMPOLA 0,25 ML	Ampola	61.380,00	3,57	219.126,60
430	HIDRALAZINA 20 MG/ML AMPOLA 1 ML	Ampola	1.730,00	3,71	6.418,30
445	ISOFLURANO 240 ML, SEM VAPORIZADOR/INALADOR	Frasco/Ampola	150,00	100,00	15.000,00
448	LEVOFLOXACINA 5MG/ML (100ML)	F/A	1.100,00	6,13	6.743,00
453	LIDOCAÍNA CLORIDRATO 10% 50 ML SPRAY	Frasco/Ampola	157,00	22,00	3.454,00
460	MEPIVACAÍNA 3% SOL INJETAVEL 1,8 ML	Ampola	2.700,00	1,27	3.429,00
465	METADONA 10MG/ML (AMPOLA 1ML)	Ampola	1.000,00	2,36	2.360,00
466	METARAMINOL (BITARTARATO) 10MG/ML (AMPOLA 1ML)	Ampola	1.300,00	3,99	5.187,00
484	MORFINA (SULFATO) 1MG/ML AMPOLA 2 ML	Ampola	17.690,00	4,17	73.767,30
485	MORFINA 0,2MG/ML (1ML)	Ampola	3.200,00	3,74	11.968,00
486	MORFINA 10 MG	Comprimidos Bir	33.600,00	0,31	10.416,00
489	MUPIROCINA POMADA 20MG/G (15G)	Tubo	200,00	10,00	2.000,00
490	NALBUFINA CLORIDRATO 10MG/ML AMPOLA 1 ML	Ampola	1.000,00	7,84	7.840,00
494	NITROGLICERINA 5 MG/ML AMPOLA 5 ML	Ampola	540,00	23,03	12.436,20
507	PAMIDRONATO DISSÓDICO 90MG/10ML	F/A	500,00	40,00	20.000,00
509	PANCURÔNIO (BROMETO) 2MG/ML (2ML)	Ampola	200,00	7,59	1.518,00
518	PRILOCAÍNA 25MG/G COM LIDOCAÍNA 25 MG/GR – BISNAGA + BANDA-GEM OCLUSIVA	Bisnagas	10,00	12,34	123,40
519	PRILOCAÍNA 3% + FELIPRESSINA 0,03 UI/ML SOL INJ 1,8 ML	Ampola	7.000,00	1,00	7.000,00
520	PROMETAZINA (CLORIDRATO) 25MG/ML AMPOLA 2 ML	Ampola	10.400,00	1,00	10.400,00
530	ROCURÔNIO (BROMETO) 50MG/5ML	F/A	5.100,00	11,00	56.100,00
531	ROPIVACAÍNA 0,2% (2MG/ML) 20ML	Ampola	500,00	29,83	14.915,00
532	ROPIVACAÍNA 1% 10MG/ML (20ML)	Ampola	1.600,00	21,00	33.600,00
545	SUFENTANILA 50MCG/ML (1ML) IV	Ampola	1.200,00	15,00	18.000,00
546	SUFENTANILA 5MCG/ML (2ML)	Ampola	200,00	6,80	1.360,00



CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA - CNPJ: 44.734.671/0001-51					
Nº Item	Descrição	Unid.	Qtde.	Valor Unit.	Total Item
549	SULFATO DE BÁRIO 1G/ML (150ML) SUSPENSÃO ORAL	Frasco/Ampola	100,00	11,60	1.160,00
550	SULFATO DE EFEDRINA 50MG/1ML	Ampola	2.700,00	2,00	5.400,00
557	TEICOPLANINA 400MG	Ampola	2.000,00	36,50	73.000,00
558	TENOXICAM 20MG PÓ LIÓFILO	Ampola	16.100,00	3,85	61.985,00
564	TIOFENTAL SÓDICO 1G	Ampola	120,00	23,84	2.860,80
568	TRAMADOL (CLORIDRATO) 100MG	Comprimidos Bir	3.000,00	1,70	5.100,00
Total do Fornecedor:					2.802.171,80

D-HOSP - DISTRIBUIDORA HOSPITALAR, IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA - CNPJ: 08.076.127/0009-53					
Nº Item	Descrição	Unid.	Qtde.	Valor Unit.	Total Item
95	DIPROPIONATO DE BECLOMETASONA – AEROSOL 250UI/DOSE FRASCO 200 DOSES	Tubo	5.060,00	39,00	197.340,00
96	DIPROPIONATO DE BECLOMETASONA– AEROSOL 50UI/DOSE – USO NASAL FRASCO 200 DOSES	Tubo	460,00	19,37	8.910,20
97	DIPROPIONATO DE BECLOMETASONA– AEROSOL 50UI/DOSE – USO ORAL FRASCO 200 DOSES	Tubo	1.900,00	26,00	49.400,00
477	MICAFUNGINA SÓDICA 100MG	F/A	200,00	240,04	48.008,00
Total do Fornecedor:					303.658,20

DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA - CNPJ: 05.531.725/0001-20					
Nº Item	Descrição	Unid.	Qtde.	Valor Unit.	Total Item
10	ÁCIDO VALPRÓICO 250MG/5ML XAROPE, FRASCO COM 100 ML	Frascos	14.930,00	1,70	25.381,00
13	ALBENDAZOL 40MG/ ML SUSPENSÃO ORAL , FRASCO COM 10 ML	Frasco/Ampola	48.665,00	0,95	46.231,75
20	AMITRIPILINA (CLORIDRATO) 25MG	Comprimidos Bir	3.320.380,00	0,03	92.970,64
23	AMOXICILINA 250MG/5ML SUSPENSÃO ORAL , FRASCO 150 ML	Frasco/Ampola	26.530,00	3,30	87.549,00
24	AMOXICILINA 250MG/5ML SUSPENSÃO ORAL , FRASCO 60 ML	Frasco/Ampola	15.900,00	1,90	30.210,00
26	AMOXICILINA 500MG, BLISTER COM 7 OU 21 CAPSULAS	Cápsula	980.054,00	0,10	98.005,40
28	ANLÓDIPINO (BESILATO) 5MG	Comprimidos Bir	2.783.500,00	0,02	50.103,00
38	BROMAZEPAN 6 MG	Comprimidos Bir	108.900,00	0,05	4.900,50
43	CAPTÓPRIL 25 MG	Comprimidos Bir	5.914.980,00	0,01	59.149,80
46	CARBAMAZEPINA 200MG	Comprimidos Bir	2.369.700,00	0,06	142.182,00
51	CARBONATO DE LÍCIO 300MG	Comprimidos Bir	579.649,00	0,10	59.587,92
65	CIPROFLOXACINO (CLORIDRATO) 500MG	Comprimidos Bir	327.000,00	0,13	42.510,00
74	CLONAZEPAN 2,5MG/ML SOLUÇÃO ORAL FRASCO 20 ML	Frascos	7.930,00	1,45	11.498,50
75	CLOPIDOGREL 75MG	Comprimidos Bir	534.712,00	0,30	160.413,60
91	DIGOXINA 0,25MG	Comprimidos Bir	387.300,00	0,03	10.844,40
93	DIPIRONA SÓDICA 500MG	Comprimidos Bir	980.810,00	0,06	57.377,39
101	ENALAPRIL (MALEATO) 10MG	Comprimidos Bir	3.252.200,00	0,03	97.566,00
102	ENALAPRIL (MALEATO) 20MG	Comprimidos Bir	5.470.000,00	0,04	207.860,00
109	ESPIRONOLACTONA 100MG	Comprimidos Bir	39.800,00	0,23	9.154,00
110	ESPIRONOLACTONA 25MG	Comprimidos Bir	1.201.800,00	0,08	101.191,56
116	FENOBARBITAL 4% GOTAS SOLUÇÃO ORAL 20 ML	Frasco/Ampola	2.614,00	2,00	5.228,00
118	FENOTEROL (BROMIDRATO) 5 MG/ML 20 ML PARA NEBULIZAÇÃO	Frasco/Ampola	4.316,00	1,58	6.819,28
122	FLUOXETINA (CLORIDRATO) 20MG	Capsulas HBS	4.420.393,00	0,04	176.815,72
123	FUROSEMIDA 40MG	Comprimidos Bir	1.982.340,00	0,03	49.558,50
131	HALOPERIDOL 2MG/ML GOTAS 20 ML	Frascos	860,00	2,30	1.978,00
134	HIDROCLOROTIAZIDA 25MG	Comprimidos Bir	8.992.700,00	0,01	116.905,10
156	LEVODOPA 250MG + CARBIDOPA 25MG	Comprimidos Bir	141.620,00	0,17	23.508,92

DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA - CNPJ: 05.531.725/0001-20					
Nº Item	Descrição	Unid.	Qtde.	Valor Unit.	Total Item
162	LEVONORGESTREL 0,15MG + ETI-NILESTRADIOL 0,03MG BLISTER 21 DRAGEAS	Drágeas	384.885,00	0,02	7.697,70
167	LIDOCAINA 100MG/5G GEL 2% BIS-NAGA 30 G	Bisnagas	8.796,00	1,30	11.417,21
170	LORATADINA 1MG/ML XAROPE 100 ML	Frascos	13.700,00	1,65	22.605,00
171	LOSARTANA POTÁSSICA 50MG	Comprimidos Bir	7.615.000,00	0,03	220.835,00
179	METFORMINA (CLORIDRATO) 850MG	Comprimidos Bir	4.908.100,00	0,05	244.914,19
187	METRONIDAZOL 100MG/G COM NO MÍNIMO 10 APLICADORES CREME VAGINAL 50G	Bisnagas	13.546,00	3,30	44.701,80
188	METRONIDAZOL 250MG	Comprimidos Bir	250.250,00	0,08	19.769,75
191	MICONAZOL (NITRATO) 20 MG/GR CREME DERMATOLOGICO	Bisnagas	3.350,00	1,43	4.787,15
197	NIFEDIPINA 20MG	Comprimidos Bir	141.640,00	0,03	3.824,28
198	NIFEDIPINA 20MG (RETARD)	Comprimidos Bir	500.000,00	0,05	25.000,00
211	ÓLEO MINERAL 100% FRASCO 100 ML	Frascos	3.450,00	1,69	5.830,50
213	OMEPRAZOL 20MG	Cápsula	8.848.292,00	0,03	279.606,03
221	PALMITATO DE RETINOL (VITAMINA A) 3.000UI + COLECALCIFEROL (VITAMINA D3) 800UI SOL. ORAL 10 ML	Frasco/Ampola	400,00	2,15	860,00
224	PARACETAMOL 500MG	Comprimidos Bir	3.009.110,00	0,04	118.859,85
227	PERMETRINA 50MG/ML LOÇÃO 60 ML	Frascos	5.250,00	2,02	10.578,75
231	PREDNISOLONA (FOSFATO SODICO) 3MG/ML SUSPENSÃO 60 ML	Frasco/Ampola	26.350,00	2,00	52.700,00
232	PREDNISONA 20MG	Comprimidos Bir	566.500,00	0,10	58.916,00
239	PROPRANOLOL (CLORIDRATO) 40MG	Comprimidos Bir	2.353.300,00	0,01	23.533,00
240	RANITIDINA (CLORIDRATO) 150MG	Comprimidos Bir	248.500,00	0,06	15.407,00
249	SIMETICONA 75MG/ML FRASCO 10 ML	Frasco/Ampola	9.300,00	0,60	5.580,00
252	SINVASTATINA 40MG	Comprimidos Bir	2.118.000,00	0,11	232.980,00
257	SULFAMETOXAZOL 400MG + TRIMETOPRIMA 80MG	Comprimidos Bir	345.780,00	0,09	29.391,30
258	SULFATO FERROSO 25MG/ML SOLUÇÃO ORAL 30 ML	Frascos	11.940,00	0,60	7.152,06
263	TIAMINA (CLORIDRATO) 300MG	Comprimidos Bir	6.000,00	0,08	468,00
264	TIMOLOL (MALEATO) 0,5%, SOLUÇÃO OFTÁLMICA 5ML	Frasco/Ampola	3.142,00	0,90	2.827,80
271	VARFARINA SÓDICA 5MG	Comprimidos Bir	159.850,00	0,10	15.985,00
273	VERAPAMIL (CLORIDRATO) 80MG	Comprimidos Bir	420.050,00	0,04	16.802,00
280	ADENOSINA 6MG/ML , AMPOLA COM 2 ML	Ampola	1.800,00	7,94	14.288,40
282	AGUA DESTILADA , AMPOLA COM 10 ML	Ampola	69.000,00	0,16	10.902,00
289	AMICACINA (SULFATO) 500MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL, AMPOLA COM 2 ML	Ampola	2.800,00	1,40	3.920,00
291	AMINOFILINA 24 MG/ML, AMPOLA COM 10 ML	Ampola	5.560,00	0,79	4.365,71
295	AMPICILINA 2G + SULBACTAM 1G	F/A	15.000,00	17,00	255.000,00
300	ATROPINA (SULFATO) 0,50MG/ML, AMPOLA 1 ML	Ampola	4.850,00	1,50	7.275,00
313	BROMOPRIDA 5MG/ML AMPOLA 2 ML	Ampola	14.300,00	0,76	10.853,70
321	CEFAZOLINA SÓDICA 1G	Frasco/Ampola	10.750,00	3,80	40.850,00
322	CEFEPIME 1G	F/A	800,00	3,40	2.720,00
323	CEFEPIME 2G	F/A	2.500,00	8,00	20.000,00
324	CEFOXITINA SÓDICA 1G	F/A	300,00	6,05	1.815,00
325	CEFTAZIDIMA 1G	F/A	1.300,00	6,00	7.800,00
326	CEFTRIAXONA 1000MG/ML EV	Frasco/Ampola	33.100,00	2,69	89.035,69
338	CIPROFLOXACINO 200MG/100ML	F/A	7.070,00	1,93	13.645,10

DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA - CNPJ: 05.531.725/0001-20					
Nº Item	Descrição	Unid.	Qtde.	Valor Unit.	Total Item
352	CLORETO DE POTÁSSIO XAROPE 6% 100ML	Frasco/Ampola	600,00	1,90	1.140,00
354	CLORETO DE SÓDIO 20% AMPOLA 10 ML	Ampola	8.220,00	0,25	2.055,00
359	COMPLEXO B INJETÁVEL AMPOLA 2 ML	Ampola	27.950,00	0,67	18.631,47
371	DEXAMETASONA (FOSFATO DISSÓDICO) 4 MG/ML AMPOLA 2,5 ML	Ampola	28.750,00	0,65	18.687,50
377	DICLOFENACO SÓDICO 25MG/ML AMPOLA 3 ML	Ampola	46.600,00	0,38	17.708,00
382	DIPIRONA SÓDICA 500MG/ML INJETÁVEL AMPOLA 2 ML	Ampola	135.700,00	0,37	50.209,00
384	DOBUTAMINA (CLORIDRATO) 12,5MG/ML AMPOLA 20 ML	Ampola	960,00	11,00	10.560,00
395	ESCOPOLAMINA (BUTILBROMETO) ASSOCIADA A DIPIRONA SÓDICA (4 MG + 500MG/ML) AMPOLA 5 ML	Ampola	24.650,00	1,20	29.580,00
418	FUROSEMIDA 10MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 2 ML	Ampola	27.050,00	0,38	10.279,00
419	GABAPENTINA 300 MG	Comprimidos Bir	6.500,00	0,29	1.885,00
422	GENTAMICINA (SULFATO) 80MG/2ML (AMPOLA 2 ML)	Ampola	3.700,00	0,59	2.183,00
423	GLICOSE 25% AMPOLA 10 ML	Ampola	2.450,00	0,23	563,50
427	HALOPERIDOL 5 MG/ML AMPOLA 1 ML	Ampola	6.900,00	0,78	5.382,00
438	IMIPENEM 500MG + CILASTATINA 500MG	F/A	2.300,00	13,14	30.222,00
462	MEROPENEM IV 1G	F/A	8.000,00	17,50	140.000,00
476	METRONIDAZOL 500MG/100ML EV	F/A	4.800,00	1,90	9.120,00
481	MIDAZOLAM 1MG/ML INJETÁVEL 5 ML	Ampola	5.000,00	1,10	5.500,00
501	ONDANSETRONA (CLORIDRATO) 2MG/ML AMPOLA 2 ML	Ampola	7.260,00	0,77	5.590,20
502	ONDANSETRONA 8MG/ML AMPOLA 4 ML	Ampola	15.450,00	0,97	14.986,50
503	OXACILINA 500MG	F/A	38.600,00	3,08	118.888,00
524	RANITIDINA (CLORIDRATO) 25 MG/ML AMPOLA 2 ML	Ampola	46.200,00	0,42	19.404,00
533	SEVOFLURANO 250ML SEM VAPORIZADOR/INALADOR	Frasco/Ampola	1.250,00	287,00	358.750,00
537	SORO FISIOLÓGICO (CLORETO DE SÓDIO 0,9%) 10 ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA	Ampola	16.500,00	0,18	2.970,00
540	SORO FISIOLÓGICO (CLORETO DE SÓDIO 0,9%) FRASCO 500ML SISTEMA FECHADO	Frasco/Ampola	78.000,00	2,36	184.080,00
542	SORO GLICOSADO (GLICOSE 5%) FRASCO 500ML SISTEMA FECHADO	Frasco/Ampola	66.300,00	2,57	170.391,00
543	SORO GLICOFISIOLÓGICO (GLICOSE ASSOCIADA AO CLORETO DE SÓDIO 5% + 0,9%) FRASCO 250ML SISTEMA FECHADO	Frasco/Ampola	500,00	2,66	1.330,00
544	SORO GLICOFISIOLÓGICO (GLICOSE ASSOCIADA AO CLORETO DE SÓDIO 5% + 0,9%) FRASCO 500ML SISTEMA FECHADO	Frasco/Ampola	1.700,00	2,61	4.437,00
551	SULFATO DE MAGNÉSIO 10% INJETÁVEL 10 ML	Ampola	4.245,00	0,31	1.315,95
566	TOBRAMICINA 3MG COLIRIO 5 ML	Frascos	1.400,00	2,50	3.500,00
567	TRAMADOL 50MG/ML AMPOLA 1 ML	Ampola	48.200,00	0,68	32.776,00
Total do Fornecedor:					5.013.124,05

DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - CNPJ: 02.520.829/0001-40					
Nº Item	Descrição	Unid.	Qtde.	Valor Unit.	Total Item
36	BENZILPENICILINA G PROCAÍNA + POTÁSSICA 300.000UI + 100.000UI + DILUENTE	Frasco/Ampola	2.400,00	3,47	8.328,00
61	CETOCONAZOL 2% XAMPU FRASCO 100 ML	Frascos	1.400,00	3,48	4.871,86
104	ERITROMICINA (ESTEARATO) 50MG/ML SUSPENSÃO ORAL 60 ML	Frasco/Ampola	3.070,00	5,18	15.902,60
106	ESCOPOLAMINA (BUTILBROMETO) 10MG	Comprimidos Bir	351.520,00	0,35	122.328,96
241	RETINOL (ACETATO) 50.000UI + COLECALCIFEROL 10.000UI FRASCO 10 ML	Frasco/Ampola	12.300,00	3,76	46.248,00
245	SALBUTAMOL 100MCG AEROSOL COM 200 DOSES	Frascos	26.400,00	5,28	139.392,00
Total do Fornecedor:					337.071,42

ESTRELA PRODUTOS PARA SAUDE - EIRELI - ME - CNPJ: 21.458.610/0001-03					
Nº Item	Descrição	Unid.	Qtde.	Valor Unit.	Total Item
7	ÁCIDO FÓLICO 5MG	Comprimidos Bir	703.000,00	0,03	21.019,70
17	AMBROXOL (CLORIDRATO) 30MG/5ML XAROPE , FRASCO COM 120 ML	Frasco/Ampola	4.890,00	1,43	6.992,70
50	CARBONATO DE CÁLCIO 1500 MG (EQUIVALENTE A 600MG DE CA++ + COLECALCIFEROL 400UI)	Comprimidos Bir	295.000,00	0,17	50.120,50
76	CLORETO DE SÓDIO 0,9% SOLUÇÃO NASAL GOTAS FRASCO 30 ML	Frascos	16.600,00	0,44	7.302,34
82	COMPLEXO B POLIVITAMINICO	Comprimidos Bir	398.480,00	0,04	15.102,39
84	DEXAMETASONA 0,1% CREME 10 G	Bisnagas	53.940,00	0,53	28.582,81
90	DICLOFENACO SÓDICO 50MG	Comprimidos Bir	1.878.700,00	0,02	39.452,70
94	DIPIRONA SÓDICA 500MG/ML GOTAS FRASCO 20 ML	Frasco/Ampola	63.423,00	0,84	53.268,98
124	GARRA DO DIABO (EXTRATO SECO) 500MG COMPRIMIDO REVESTIDO DE HARPAGOPHYTUM PROCUMBES NO MINIMO DE 12 MG E MAXIMO DE 24 MG DE HARPAGOSIDEO POR COMPRIMIDO	Capsulas HBS	12.000,00	0,40	4.798,80
141	IBUPROFENO 50 MG/ML SOLUÇÃO ORAL GOTAS 30 ML	Frasco/Ampola	1.632.500,00	0,93	1.510.062,50
146	ISOFLAVONA 150MG	Comprimidos Bir	16.000,00	0,33	5.280,00
153	LACTULOSE 667MG/ML SOLUÇÃO ORAL 100 ML	Frascos	5.070,00	7,00	35.490,00
172	MAYTENOS ILICIFOLIA , 380 MG	Capsulas HBS	37.000,00	0,18	6.660,00
173	MEBENDAZOL 20MG/ML SUSPENSÃO ORAL 30 ML	Frascos	4.480,00	0,77	3.449,15
195	NEOMICINA (SULFATO) 5MG/G + BACITRACINA 250UI POMADA DERMATOLOGICA 10 G	Bisnagas	41.592,00	0,82	34.101,28
202	NISTATINA 100.000UI/ML SUSPENSÃO ORAL 50ML	Frasco/Ampola	7.554,00	2,33	17.563,05
222	PARACETAMOL 200MG/ML GOTAS SOLUCAO ORAL 10 ML	Frasco/Ampola	72.690,00	0,51	37.071,90
244	SAIS P/ REIDRATAÇÃO ORAL COM 27,9G (CLORETO DE SODIO 3,5G + CLORETO DE POTASSIO 1,5G + CITRATO DE SODIO 2,9G + GLICOSE 20G)	Envelope	41.584,00	0,39	16.217,76
246	SALBUTAMOL 2MG/5ML XAROPE 100 ML	Frascos	4.110,00	0,94	3.862,99
259	SULFATO FERROSO 40MG FE++	Comprimidos Bir	1.513.530,00	0,03	45.254,55

## ESTRELA PRODUTOS PARA SAUDE - EIRELI - ME - CNPJ: 21.458.610/0001-03

Nº Item	Descrição	Unid.	Qtde.	Valor Unit.	Total Item
274	VITAMINAS + SAIS MINERAIS SENDO, ACIDO FOLICO 500MCG, VITAMINA B1 30MG, VITAMINA B2 10MG, VITAMINA B6 10 MG, VITAMINA B12 25MCG, VITAMINA E 45UI, VITAMINA C 600MG, NICOTINAMIDA 100 MG, PANTOTENATO DE CALCIO 25MG, COBRE 3MG, ZINCO 23,9MG, ZINCO23,9MG REGISTRO NO MS COMO MEDICAMENTO	Comprimidos Bir	339.700,00	0,48	163.056,00
417	FOSFATO SÓDIO, ENEMA, FOSFATO MONOBÁSICO 16% + FOSFATO DIBÁSICO 6% FRASCO 120 ML	Frasco/Ampola	2.215,00	3,65	8.084,53
527	RIFAMICINA 10 MG/ML 20 ML SPRAY	Frasco/Ampola	250,00	2,19	547,50
Total do Fornecedor:					2.113.342,12

## EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI - EPP - CNPJ: 06.035.038/0001-86

Nº Item	Descrição	Unid.	Qtde.	Valor Unit.	Total Item
4	ACICLOVIR 400MG	Comprimidos Bir	8.300,00	1,25	10.375,00
193	MIKANIA GLOMERATA SPRENGE XAROPE E SOLUÇÃO ORAL 120 ML	Frasco/Ampola	6.900,00	2,05	14.145,00
225	PARACETAMOL 750MG	Comprimidos Bir	182.000,00	0,05	9.664,20
Total do Fornecedor:					34.184,20

## GRAMS &amp; GRAMS LTDA. - ME - CNPJ: 10.448.145/0001-03

Nº Item	Descrição	Unid.	Qtde.	Valor Unit.	Total Item
42	BUPROPIONA 150MG	Comprimidos Bir	43.800,00	0,30	13.091,82
45	CARBAMAZEPINA 2% SUSPENSÃO ORAL FRASCO COM 100 ML	Frascos	2.850,00	3,80	10.829,72
69	CLOMIPRAMINA (CLORIDRATO) 10MG	Comprimidos Bir	11.000,00	0,45	4.923,60
70	CLOMIPRAMINA (CLORIDRATO) 25MG	Comprimidos Bir	189.000,00	0,61	115.271,10
108	ESPIRAMICINA 1,5 MUI	Comprimidos Bir	51.180,00	2,63	134.690,41
112	ESTROGÊNIO CONJUGADOS 0,3MG	Comprimidos Bir	6.280,00	0,63	3.940,07
125	GENTAMICINA (SULFATO) 5MG/ML, SOLUÇÃO OFTÁLMICA 5 ML	Frasco/Ampola	4.820,00	6,66	32.123,37
144	IMIPRAMINA (PAMOATO) 75MG	Comprimidos Bir	7.500,00	1,47	11.024,25
154	LEVODOPA 100MG + BENSERAZIDA 25MG COMPRIMIDO DISPERSÍVEL	Comprimidos Bir	42.000,00	1,59	66.780,00
155	LEVODOPA 200MG + BENSERAZIDA 50MG	Comprimidos Bir	83.500,00	1,50	125.241,65
157	LEVODOPA ASSOCIADO A BENSERAZIDA 100MG + 25MG (BD)	Comprimidos Bir	368.500,00	1,06	389.983,55
158	LEVODOPA ASSOCIADO A BENSERAZIDA 100MG + 25MG (HBS)	Capsulas HBS	72.900,00	1,57	114.547,77
207	NORTRIPTILINA (CLORIDRATO) 10MG	Comprimidos Bir	7.300,00	0,62	4.507,02
209	NORTRIPTILINA (CLORIDRATO) 50MG	Comprimidos Bir	93.000,00	0,30	27.890,70
238	PROPRANOLOL (CLORIDRATO) 10MG	Comprimidos Bir	10.300,00	0,05	544,87
269	TRIAMETAZIDINA 35MG	Comprimidos Bir	10.100,00	1,61	16.308,47
275	ACETAZOLAMIDA 250MG	Comprimidos Bir	2.000,00	0,45	899,80
285	ALPRAZOLAM 0,5 MG CP	Comprimidos Bir	10.600,00	0,09	961,42
347	CLONIDINA CLORIDRATO 0,1 MG	Comprimidos Bir	6.500,00	0,17	1.104,35
415	FLUORESCINA 10 MG/ML SOLUÇÃO OFTÁLMICA FRASCO 3 ML	Frascos	90,00	9,80	881,72
436	HIPROMELOSE 0,3% SOLUÇÃO OFTÁLMICA 15 ML	Frasco/Ampola	380,00	14,00	5.320,00
444	IPRATROPIO + FENOTEROL AEROSOL 15ML	Frasco/Ampola	800,00	10,60	8.480,00
449	LEVOFLOXACINO 500MG	Comprimidos Bir	1.120,00	0,75	840,00
454	LORAZEPAM 1MG	Comprimidos Bir	3.000,00	0,56	1.665,00
512	PENTOXIFILINA 400MG	Comprimidos Bir	300,00	0,47	142,17
514	PILOCARPINA (CLORIDRATO) 2% SOLUÇÃO OFTÁLMICA 10 ML	Frascos	60,00	21,52	1.291,28



## GRAMS &amp; GRAMS LTDA. - ME - CNPJ: 10.448.145/0001-03

Nº Item	Descrição	Unid.	Qtde.	Valor Unit.	Total Item
561	TETRACAÍNA (CLORIDRATO) ASSO- CIADO COM FENILEFRINA (CLORI- DRATO) + ACIDO BÓRICO SOLUÇÃO OFTÁLMICA 10 ML	Frasco/Ampola	335,00	7,35	2.462,25
Total do Fornecedor:					1.095.746,36

## INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - CNPJ: 12.889.035/0001-02

Nº Item	Descrição	Unid.	Qtde.	Valor Unit.	Total Item
1	ACEBROFILINA 5MG/ML, XAROPE PEDIÁTRICO, FRASCO COM 120 ML	Frasco/Ampola	20.150,00	2,46	49.569,00
103	ENALAPRIL (MALEATO) 5MG	Comprimidos Bir	325.000,00	0,04	14.300,00
150	ISOSSORBIDA (MONITRATO) 40MG	Comprimidos Bir	30.200,00	0,13	4.001,50
166	LEVOTIROXINA SODICA 75MCG	Comprimidos Bir	74.000,00	0,12	8.576,60
178	METFORMINA (CLORIDRATO) 500MG	Comprimidos Bir	3.744.880,00	0,05	198.104,15
204	NORETISTERONA (ENANTATO) 50MG + ESTRADIOL (VALERATO) 5 MG/ML AMPOLA 1 ML S/ SERINGA	Ampola	3.720,00	5,06	18.823,20
208	NORTRIPTILINA (CLORIDRATO) 25MG	Comprimidos Bir	126.300,00	0,21	26.523,00
223	PARACETAMOL 500 MG + CODEÍNA 30 MG	Comprimidos Bir	2.587.900,00	0,39	996.341,50
266	TOPIRAMATO 50MG	Comprimidos Bir	2.200,00	0,11	251,90
473	METOTREXATO 2,5 MG	Comprimidos Bir	1.200,00	0,69	827,88
515	PIPERACILINA + TAZOBACTAM 4,5G	F/A	20.300,00	31,43	638.029,00
Total do Fornecedor:					1.955.347,73

## KFMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP - CNPJ: 15.068.089/0001-03

Nº Item	Descrição	Unid.	Qtde.	Valor Unit.	Total Item
39	BUDESONIDA AEROSOL NASAL 32MCG FRASCO COM 120 DOSES	Tubo	1.750,00	15,00	26.250,00
114	FENITOÍNA 100MG	Comprimidos Bir	736.500,00	0,21	154.665,00
431	HIDRALAZINA 25MG	Comprimidos Bir	9.000,00	0,25	2.241,00
432	HIDRALAZINA 50MG	Comprimidos Bir	7.000,00	0,33	2.331,00
Total do Fornecedor:					185.487,00

## LICIMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS, CORRELATOS E PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA - CNPJ: 04.071.245/0001-60

Nº Item	Descrição	Unid.	Qtde.	Valor Unit.	Total Item
35	BENZILPENICILINA BENZATINA 1200.000U.I PÓ FRASCO + DILUENTE	Frasco/Ampola	29.560,00	9,01	266.335,60
41	BUDESONIDA AEROSOL NASAL 64MCG FRASCO COM 120 DOSES	Tubo	900,00	19,97	17.973,00
119	FINASTERIDA 5MG	Comprimidos Bir	121.750,00	0,24	28.976,50
248	SERTRALINA (CLORIDRATO) 50 MG	Comprimidos Bir	369.400,00	0,13	48.022,00
278	ÁCIDO FOLÍNICO 50MG	F/A	2.500,00	12,00	30.000,00
297	ANASTROZOL 1MG	Comprimidos Bir	50.200,00	2,39	119.978,00
307	BICALUTAMIDA 50MG	Comprimidos Bir	6.000,00	2,26	13.560,00
339	CIPROTERONA (ACETATO) 50MG	Comprimidos Bir	12.000,00	1,05	12.600,00
341	CISPLATINA 50MG	F/A	600,00	20,00	12.000,00
353	CLORETO DE POTÁSSIO.. 600MG (8MEQ DE K+)	Drágeas	1.100,00	0,43	476,30
362	DACARBAZINA 200MG	F/A	300,00	64,74	19.422,00
366	DESMOPRESSINA (ACETATO) SO- LUÇÃO NASAL 0,1MG/ML (FRASCO 2,5ML)	Frasco/Ampola	50,00	83,00	4.150,00
385	DOCETAXEL 20MG	F/A	300,00	45,50	13.650,00
388	DOXORRUBICINA 50MG	F/A	800,00	99,60	79.680,00
391	EPIRUBICINA 50MG	F/A	120,00	124,50	14.940,00
420	GANCICLOVIR 500MG	Bolsa	2.500,00	78,00	195.000,00
437	IFOSFAMIDA 1000MG	F/A	1.000,00	50,00	50.000,00
447	LETROZOL 2,5MG	Comprimidos Bir	5.000,00	11,00	55.000,00
457	MEGESTROL 160MG	Comprimidos Bir	1.200,00	30,00	36.000,00
474	METOTREXATO 500MG	F/A	200,00	83,00	16.600,00
475	METOTREXATO 50MG	F/A	100,00	13,00	1.300,00
504	OXALIPLATINA 100MG	F/A	300,00	249,00	74.700,00
505	OXALIPLATINA 50MG	F/A	200,00	415,00	83.000,00

LICIMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS, CORRELATOS E PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA - CNPJ: 04.071.245/0001-60					
Nº Item	Descrição	Unid.	Qtde.	Valor Unit.	Total Item
506	PACLITAXEL. 300MG/50ML	F/A	600,00	415,00	249.000,00
516	POLUESTIRENOSSULFONATO DE CÁLCIO 900MG/G (30G)	Envelope	2.100,00	17,00	35.700,00
Total do Fornecedor:					1.478.063,40

MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA - CNPJ: 06.935.554/0001-67					
Nº Item	Descrição	Unid.	Qtde.	Valor Unit.	Total Item
3	ACICLOVIR 200MG	Comprimidos Bir	142.200,00	0,10	13.651,20
14	ALENDRONATO DE SÓDIO 70MG	Comprimidos Bir	290.730,00	0,28	81.113,67
18	AMINOFILINA 100MG	Comprimidos Bir	238.520,00	0,04	9.540,80
44	CAPTAPRIL 50MG	Comprimidos Bir	411.920,00	0,03	12.975,48
57	CASTANHA DA INDIA COMPOSTA (AESCULOUS HIPPOCASTANUM) 10 MG + POLYGONUM ACRE 10 MG + SMILAX PAPHYRACE A 40 MG + RUTINA 20 MG)	Comprimidos Bir	1,00	0,20	,20
85	DEXAMETASONA 4MG	Comprimidos Bir	26.500,00	0,10	2.623,50
86	DEXCLORFENIRAMINA (MALEATO) 0,4 MG/ML, SOLUÇÃO ORAL FRASCO 100 ML	Frasco/Ampola	62.486,00	0,81	50.613,66
87	DEXCLORFENIRAMINA (MALEATO) 2MG	Comprimidos Bir	237.200,00	0,05	11.860,00
105	ERITROMICINA (ESTOLATO) 500MG	Comprimidos Bir	36.760,00	0,50	18.380,00
107	ESCOPOLAMINA (BUTILBROMETO) 10MG + DIPIRONA SÓDICA 250MG	Comprimidos Bir	129.688,00	0,24	30.995,43
120	FLUCONAZOL 150MG BLISTER 1 CP	Comprimidos Bir	129.000,00	0,18	23.220,00
126	GLIBENCLAMIDA 5MG	Comprimidos Bir	2.063.600,00	0,02	41.272,00
135	HIDROCLOROTIAZIDA 50MG	Comprimidos Bir	111.200,00	0,03	3.324,88
140	IBUPROFENO 300MG	Comprimidos Bir	328.230,00	0,03	11.127,00
152	IVERMECTINA 6MG BLISTER 4 CP	Comprimidos Bir	15.020,00	0,29	4.340,78
169	LORATADINA 10MG	Comprimidos Bir	412.500,00	0,04	16.087,50
201	NISTATINA 25.000UI/G CREME VAGINAL 60 G COM NO MÍNIMO 10 APLICADORES	Bisnagas	6.380,00	3,80	24.244,00
203	NITROFURANTOÍNA 100MG	Comprimidos Bir	88.260,00	0,14	12.268,14
206	NORFLOXACINO 400MG BLISTER 7 CP	Comprimidos Bir	61.465,00	0,13	7.806,06
220	OXIDO ZINCO + VITAMINA A + D POMADA 45 GR	Bisnagas	7.300,00	1,99	14.527,00
381	DIMENIDRATO ASSOCIADO COM PIRIDOXINA, CLORIDRATO 50 MG + 50 MG/ML - AMPOLA 1ML	Ampola	2.200,00	1,25	2.750,00
394	ESCOPOLAMINA (BUTILBROMETO) 20 MG/ML AMPOLA 2 ML	Ampola	22.750,00	1,00	22.750,00
Total do Fornecedor:					415.471,29

MEDICINALI PRODUTOS PARA SAUDE EIRELI - ME - CNPJ: 20.918.668/0001-20					
Nº Item	Descrição	Unid.	Qtde.	Valor Unit.	Total Item
40	BUDESONIDA AEROSOL NASAL 50MCG FRASCO COM 200 DOSES	Tubo	2.025,00	29,95	60.648,75
329	CETOPROFENO COMPRIMIDO 100MG	Comprimidos Bir	1.000,00	0,58	580,00
334	CICLOPENTOLATO 1% SOLUÇÃO OFTALMOLOGICA FRASCO 5 ML	Frascos	80,00	13,05	1.044,00
345	CLOBAZAM 20MG	Comprimidos Bir	720,00	1,22	878,40
368	DESONIDA 0,5MG/G (TUBO 30G) CREME	Tubo	50,00	9,90	494,80
Total do Fornecedor:					63.645,95

PRESTOMEDI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA A SAUDE LTDA - CNPJ: 10.749.915/0001-58					
Nº Item	Descrição	Unid.	Qtde.	Valor Unit.	Total Item
189	METRONIDAZOL 400MG	Comprimidos Bir	47.208,00	0,24	11.282,71
210	NORTRIPTILINA (CLORIDRATO) 75MG	Comprimidos Bir	30.000,00	0,17	5.100,00
276	ACETILCISTEÍNA 10% 300MG/ML IV	Ampola	815,00	2,30	1.874,50
306	BENZILPENICILINA POTASSICA 5.000.000 UI + DILUENTE	Frasco/Ampola	4.250,00	9,40	39.950,00



## PRESTOMEDI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA A SAUDE LTDA - CNPJ: 10.749.915/0001-58

Nº Item	Descrição	Unid.	Qtde.	Valor Unit.	Total Item
Total do Fornecedor:					58.207,21

## PROHOSP DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - CNPJ: 04.355.394/0001-51

Nº Item	Descrição	Unid.	Qtde.	Valor Unit.	Total Item
184	METOPROLOL (SUCCINATO) 100MG (COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO CONTROLADA)	Comprimidos Bir	36.260,00	1,67	60.554,20
185	METOPROLOL (SUCCINATO) 25MG (COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO CONTROLADA)	Comprimidos Bir	135.850,00	0,51	69.283,50
186	METOPROLOL (SUCCINATO) 50MG (COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO CONTROLADA)	Comprimidos Bir	80.250,00	1,02	81.855,00
426	GOSERELINA (ACETATO) 10,8MG	Seringa Preenchida	405,00	1.026,14	415.586,70
472	METOPROLOL (TARTARATO) 1 MG/ML USO HOSPITAR AMPOLA 5 ML	Ampola	1.660,00	19,67	32.652,20
525	REMIFENTANIL (CLORIDRATO) 2MG	Ampola	600,00	46,80	28.080,00
Total do Fornecedor:					688.011,60

## PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA - CNPJ: 81.706.251/0001-98

Nº Item	Descrição	Unid.	Qtde.	Valor Unit.	Total Item
2	ACEBROFILINA XAROPE ADULTO 10MG/ML, FRASCO COM 120 ML	Frasco/Ampola	14.120,00	3,71	52.385,20
5	ACICLOVIR 50MG CREME , BISNAGA COM 10G	Bisnagas	2.230,00	1,98	4.415,40
22	AMOXICILINA + CLAVULANATO DE POTÁSSIO 50MG/ML + 12,5MG/ML PÓ P/ SUSPENSÃO ORAL. FRASCO 75 ML	Frasco/Ampola	21.650,00	8,00	173.178,35
48	CARBONATO DE CÁLCIO 1250 MG (EQUIVALENTE A 500MG DE CA++ + COLECALCIFEROL 400UI FRASCO 60 CP	Comprimidos Bir	2.547.000,00	0,20	509.145,30
59	CEFALEXINA 500MG	Comprimidos Bir	831.100,00	0,30	248.498,90
64	CINARIZINA 75MG	Comprimidos Bir	462.900,00	0,17	78.646,71
99	DOXAZOSINA (MESILATO) 4MG	Comprimidos Bir	95.900,00	0,38	36.442,00
117	FENOFIBRATO 250MG	Comprimidos Bir	20.000,00	1,60	32.000,00
142	IBUPROFENO 600MG	Comprimidos Bir	1.305.000,00	0,06	74.907,00
147	ISOSSORBIDA (MONITRATO) 20MG	Comprimidos Bir	95.500,00	0,06	5.730,00
165	LEVOTIROXINA SODICA 50MCG	Comprimidos Bir	2.511.890,00	0,09	226.070,10
190	METRONIDAZOL 40MG/ML SUSPENSÃO ORAL FRASCO 80 ML	Frasco/Ampola	5.450,00	1,50	8.154,29
192	MICONAZOL (NITRATO) 20 MG/GR CREME VAGINAL 80G, COM NO MINIMO 10 APLICADORES	Bisnagas	26.640,00	4,56	121.478,40
250	SINVASTATINA 10MG	Comprimidos Bir	231.000,00	0,07	15.939,00
251	SINVASTATINA 20MG	Comprimidos Bir	8.777.859,00	0,05	471.371,03
254	SULFADIAZINA 500MG	Comprimidos Bir	24.500,00	0,13	3.209,50
350	CLORANFENICOL 5MG + ACETATO DE RETINOL 10.000UI + AMINOÁCIDOS 25MG + METIONINA 5MG POMADA OFTÁLMICA 3,5 G	Bisnagas	840,00	8,00	6.720,00
372	DEXAMETASONA. + NEOMICINA + POLIMIXINA B SUSPENSÃO OFTÁLMICA 5ML	Frasco/Ampola	50,00	9,50	474,99
424	GLICOSE 50% AMPOLA 10 ML	Ampola	14.450,00	0,23	3.323,50
440	INSULINA HUMANA NPH 100 U/ML (10ML)	F/A	550,00	15,50	8.524,89
441	INSULINA HUMANA REGULAR 100 U/ML (10ML)	F/A	550,00	15,50	8.524,89
529	SOLUÇÃO DE RINGER COM LACTATO DE SÓDIO SISTEMA FECHADO COM 500 ML	Frasco/Ampola	6.400,00	2,74	17.536,00

PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA - CNPJ: 81.706.251/0001-98					
Nº Item	Descrição	Unid.	Qtde.	Valor Unit.	Total Item
538	SORO FISIOLÓGICO (CLORETO DE SÓDIO 0,9%) FRASCO 100ML SISTEMA FECHADO	Frasco/Ampola	165.200,00	1,80	297.343,48
556	TAMOXIFENO 20MG	Ampola	70.000,00	2,15	150.500,00
571	TROPICAMIDA 1% SOLUÇÃO OFTÁLMICA 5 ML	Frasco/Ampola	60,00	10,80	648,00
Total do Fornecedor:					2.555.166,93

S & R DISTRIBUIDORA LTDA (MATRIZ) - CNPJ: 04.889.315/0001-92					
Nº Item	Descrição	Unid.	Qtde.	Valor Unit.	Total Item
27	ANLÓDIPINO (BESILATO) 10 MG	Comprimidos Bir	167.020,00	0,05	7.933,45
30	ATENÓLOL 25MG	Comprimidos Bir	331.000,00	0,02	7.116,50
58	CEFALEXINA 250MG/5ML PÓ P/SUSPENSÃO ORAL FRASCO 100 ML	Frasco/Ampola	25.430,00	6,00	152.580,00
60	CETOCONAZOL 20MG/G CREME BISNAGA 30 G	Bisnagas	7.160,00	1,16	8.291,28
62	CETOCONAZOL 200 MG	Comprimidos Bir	65.110,00	0,08	5.469,24
68	CLINDAMICINA (CLORIDRATO) 300MG	Comprimidos Bir	33.300,00	0,85	28.468,17
111	ESTRIOL 1MG/ML CREME VAGINAL	Bisnagas	4.780,00	5,04	24.091,20
121	FLUNARIZINA (DICLORIDRATO) 10MG	Comprimidos Bir	45.500,00	0,04	1.965,60
137	HIDRÓXIDO DE ALUMÍNIO 61,5 MG/ML FRASCO 100 ML	Frasco/Ampola	3.570,00	1,64	5.865,51
151	ITRACONAZOL 100MG	Comprimidos Bir	33.000,00	0,49	16.292,10
174	MEDROXIPROGESTERONA (ACETATO) 10MG	Comprimidos Bir	38.200,00	0,68	26.124,98
196	NIFEDIPINA 10MG	Comprimidos Bir	125.200,00	0,02	3.092,44
212	OMEPRAZOL 10MG	Comprimidos Bir	1,00	0,32	,32
228	PIRIMITAMINA 25MG	Comprimidos Bir	29.900,00	0,08	2.296,32
229	PLANTAGO OVATA 3,5G PÓ EFERVESCENTE SEM AÇÚCAR	Comprimidos Bir	1,00	0,98	,98
253	SINVASTATINA 80MG	Comprimidos Bir	25.000,00	1,39	34.750,00
262	TETRACICLINA 500MG	Cápsula	36.500,00	0,13	4.745,00
270	VARFARINA SÓDICA 2,5 MG	Comprimidos Bir	251.000,00	0,31	77.810,00
272	VERAPAMIL (CLORIDRATO) 120MG	Comprimidos Bir	4.000,00	0,49	1.960,00
292	AMIODARONA (CLORIDRATO) 50MG/ML INJETÁVEL , AMPOLA COM 3 ML	Ampola	4.280,00	1,46	6.260,78
294	AMPICILINA 1G INJETÁVEL	Frasco/Ampola	2.800,00	5,03	14.095,20
298	ANFOTERICINA B 50MG/10ML	F/A	800,00	13,14	10.511,20
301	ATROPINA (SULFATO) 1% COLÍRIO 3ML	Frasco/Ampola	150,00	7,50	1.125,00
303	BACLOFENO 10 MG	Comprimidos Bir	4.000,00	0,08	316,00
305	BENZIDAMIDA 1,5MG/ML, FRASCO 150ML	Frasco/Ampola	200,00	16,20	3.240,00
310	BISACODIL 5MG	Comprimidos Bir	4.000,00	0,12	467,20
311	BLEOMICINA 15U	F/A	150,00	239,37	35.905,50
318	CALCITRIOL (VITAMINA D3) 0,25MCG	Cápsula	600,00	2,10	1.260,00
330	CETOPROFENO 50MG	Cápsula	1.500,00	0,16	243,15
335	CICLOSPORINA 100MG	Cápsula	600,00	8,45	5.070,00
336	CICLOSPORINA 25MG	Cápsula	1.200,00	2,40	2.880,00
337	CICLOSPORINA 50MG	Cápsula	1.000,00	4,98	4.980,00
346	CLOBETASOL (PROPIONATO) 0,5MG/G POMADA 30 GR	Bisnagas	230,00	3,50	805,00
367	DESMOPRESSINA. (ACETATO) 4MCG/ML (AMPOLA 1ML)	Ampola	50,00	23,58	1.179,00
369	DESTILBENOL (DIETILESTILBESTROL) 1MG	Comprimidos Bir	2.500,00	0,58	1.447,50
379	DILTIAZEM 60MG	Comprimidos Bir	4.600,00	0,10	441,60
390	EPINEFRINA (CLORIDRATO) 1 MG/ML AMPOLA 1 ML	Ampola	8.920,00	1,08	9.633,60
396	ESCOPOLAMINA (BUTILBROMETO) ASSOCIADA A DIPIRONA SÓDICA 20 ML GOTAS	Frasco/Ampola	3.740,00	3,32	12.431,76

S & R DISTRIBUIDORA LTDA (MATRIZ) - CNPJ: 04.889.315/0001-92					
Nº Item	Descrição	Unid.	Qtde.	Valor Unit.	Total Item
407	FEXOFENADINA 60MG	Comprimidos Bir	600,00	2,28	1.367,40
461	MERCAPTOPURINA 50MG	Comprimidos Bir	2.000,00	3,90	7.800,00
463	MESALAZINA 400MG	Comprimidos Bir	300,00	2,85	855,00
478	MICOFENOLATO DE SÓDIO 180MG	Cápsula	2.000,00	8,74	17.486,00
479	MICOFENOLATO DE SÓDIO 360MG	Cápsula	15.000,00	17,49	262.290,00
492	NIMODIPINO 30MG	Comprimidos Bir	10.000,00	0,08	787,00
523	PROTAMINA 50MG/5ML 1000 UI/ML (5ML)	Ampola	350,00	3,01	1.053,85
528	RIFAMPICINA 300MG	Cápsula	3.300,00	2,43	8.009,10
534	SIMETICONA 40MG	Comprimidos Bir	9.500,00	0,07	665,00
552	SUPOSITÓRIO DE GLICERINA ( GLICEROL 95%) INFANTIL CAIXA COM 12 UNIDADES	Supositório	340,00	1,00	340,00
574	VARFARINA 2,5MG	Ampola	7.000,00	0,31	2.170,00
575	VASOPRESSINA 20 U/ML (1ML)	Ampola	200,00	22,00	4.400,00
581	VITAMINA C (ACIDO ASCORBICO) 100 MG/ML 5 ML SOL INJ	Ampola	550,00	0,64	349,80
Total do Fornecedor:					828.718,73

SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - CNPJ: 09.944.371/0001-04					
Nº Item	Descrição	Unid.	Qtde.	Valor Unit.	Total Item
128	GLICAZIDA 60MG MR	Comprimidos Bir	118.000,00	0,21	24.780,00
176	MEDROXIPROGESTERONA (ACETATO)150 MG/ML AMPOLA 1 ML	Ampola	10.350,00	7,80	80.730,00
215	ONDANSETRONA (CLORIDRATO) 4MG	Comprimidos Bir	6.550,00	1,95	12.792,15
217	OXCARBAZEPINA 300MG	Comprimidos Bir	44.100,00	0,31	13.494,60
218	OXCARBAZEPINA 600MG	Comprimidos Bir	60.200,00	0,65	39.009,60
219	OXCARBAZEPINA 60MG/ML SUSPENSAO ORAL 100 ML	Frasco/Ampola	2.450,00	21,18	51.891,00
265	TIORIDAZIDA (CLORIDRATO) 50 MG	Comprimidos Bir	3.300,00	0,35	1.138,50
277	ACICLOVIR 250MG/10ML	F/A	4.000,00	27,99	111.960,00
296	ANAGRELIDA 0,5MG	Cápsula	7.000,00	21,07	147.490,00
320	CARBOPLATINA 150MG/15ML	F/A	600,00	39,90	23.940,00
342	CITARABINA 100MG	F/A	150,00	10,60	1.590,00
343	CITARABINA 500MG	F/A	1.000,00	19,00	19.000,00
365	DESLANOSÍDEO 0,4MG/ML AMPOLA 2 ML	Ampola	1.320,00	1,09	1.438,80
387	DOPAMINA (CLORIDRATO) 5 MG/ML AMPOLA 10 ML	Ampola	1.930,00	1,16	2.238,80
392	ERITROPOETINA HUMANA 4000 U/ML	F/A	1.500,00	21,90	32.850,00
397	ETILEFRINA (CLORIDRATO) 10 MG/ML AMPOLA 1 ML	Ampola	545,00	0,85	463,25
406	FENTANILA (SAL CITRATO) 0,05MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 2 ML	Ampola	11.330,00	0,79	8.950,70
409	FILGRASTIMA 300MCG/1ML	F/A	1.500,00	54,00	81.000,00
433	HIDROCORTISONA (SUCCINATO) PÓ LIOFILIZADO 100 MG P/ SOLUÇÃO INJETAVEL	Ampola	14.280,00	2,99	42.640,08
434	HIDROCORTISONA (SUCCINATO) PÓ LIOFILIZADO 500 MG P/ SOLUÇÃO INJETAVEL	Ampola	17.550,00	4,96	87.048,00
446	ISOSSORBIDA (MONITRATO) 10MG/ML AMPOLA 1 ML	Ampola	1.300,00	2,00	2.596,10
468	METILPREDNISOLONA. (ACETATO) 40MG/ML (2ML) INTRAMUSCULAR	F/A	120,00	7,65	917,76
469	METILPREDNISOLONA.. (SUCCINATO) 125MG/2ML	F/A	200,00	19,77	3.953,00
470	METILPREDNISOLONA... (SUCCINATO) 500MG/8ML	F/A	1.000,00	38,83	38.830,00
471	METOCLOPRAMIDA (CLORIDRATO) 5MG/ML SOLUÇÃO INJETAVEL 2 ML	Ampola	69.000,00	0,24	16.284,00
482	MIDAZOLAM 5 MG/ML INJETÁVEL 10 ML	Ampola	7.150,00	2,47	17.667,65

SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - CNPJ: 09.944.371/0001-04					
Nº Item	Descrição	Unid.	Qtde.	Valor Unit.	Total Item
500	OMEPRAZOL 40MG SOLUÇÃO INJE-TÁVEL	Ampola	20.390,00	3,97	81.009,47
513	PETIDINA 50MG/ML AMPOLA 2 ML	Ampola	2.550,00	1,49	3.799,50
Total do Fornecedor:					949.502,96

WAM-MED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - CNPJ: 08.725.154/0001-52					
Nº Item	Descrição	Unid.	Qtde.	Valor Unit.	Total Item
32	AZITROMICINA 40MG/ML SUSPEN-SÃO ORAL + DILUENTE, FRASCO 600 MG	Frasco/Ampola	22.775,00	2,15	48.966,25
319	CAPECITABINA 500MG	Comprimidos Bir	15.327,00	9,39	143.920,53
386	DOCETAXEL 80MG	F/A	200,00	139,50	27.900,00
421	GEMCITABINA 1000MG	F/A	600,00	159,00	95.400,00
439	IMUNOGLOBULINA. 5G	F/A	500,00	787,50	393.750,00
498	OCTREOTIDA 100MCG (0,1MG/ML)	Ampola	300,00	32,00	9.600,00
517	POLIMIXINA 500.000 UI	F/A	3.000,00	28,99	86.970,00
573	VANCOMICINA 500MG	Ampola	5.300,00	6,00	31.800,00
Total do Fornecedor:					838.306,78

Total Geral:	27.305.387,88
--------------	---------------

Joinville, 16 de Dezembro de 2015.

Deisi Adriane Schaefer Hilgenstieler  
Pregoeira

### TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PE Nº 6/2015

Termo de Homologação

Pregão Eletrônico nº 006/2015-CISNORDESTE/SC

Registro de Preços nº 006/2015-CISNORDESTE/SC

Processo Administrativo nº 035/2015-CISNORDESTE/SC

O Presidente do CISNORDESTE/SC - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO NORDESTE DE SANTA CATARINA, Sr. JOSÉ CHAVES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 10.520/02 e 8.666/93 e alterações posteriores, resolve:

1º) HOMOLOGAR o objeto da licitação acima mencionada, nos seguintes termos:

Processo Administrativo nº 035/2015-CISNORDESTE/SC

Registro de Preços nº 006/2015-CISNORDESTE/SC

Pregão Eletrônico nº 006/2015-CISNORDESTE/SC

Data da Homologação: 16/12/2015

Objeto da Licitação: Registro de Preços de Medicamentos

Vencedores por Lote

A G KIENEN & CIA LTDA - CNPJ: 82.225.947/0001-65

Nº Item	Descrição	Unid.	Qtde.	Valor Unit.	Total Item
34	BENZILPENICILINA 600.000UI + DILUENTE	Ampola	16.010,00	2,99	47.869,90
67	CLARITROMICINA 500MG	Comprimidos Bir	47.500,00	3,60	171.000,00
214	OMEPRAZOL MAGNESIO 20MG	Comprimidos Bir	3.610,00	8,35	30.143,50
236	PROPATILNITRATO 10MG	Comprimidos Bir	563.600,00	0,37	208.701,08
237	PROPILTIOURACIL 100 MG	Comprimidos Bir	20.360,00	0,55	11.198,00
279	ÁCIDO TRANEXÂMICO 250MG , AMPOLA COM 5 ML	Ampola	1.320,00	1,80	2.376,00
283	ALBUMINA HUMANA 20% (50ML)	F/A	1.100,00	135,00	148.500,00
304	BASILIXIMAB 20MG/5ML	Frasco/Ampola	120,00	6.998,00	839.760,00
312	BROMOPRIDA 4MG/ML GOTAS FRASCO 20 ML	Frasco/Ampola	2.520,00	0,88	2.217,60
403	FENITOÍNA SÓDICA 50 MG/ML AMPOLA 5 ML	Ampola	14.700,00	2,30	33.810,00
491	NEOSTIGMINA 0,5MG/1ML	Ampola	3.200,00	0,75	2.400,00
495	NITROPRUSSIATO DE SÓDIO 50MG/ML (AMPOLA 1ML)	Ampola	1.240,00	6,80	8.432,00
548	SULFAMETOXAZOL + TRIMETOPRIMA 400/80MG EV 5ML	Ampola	7.100,00	1,39	9.869,00
559	TERBUTALINA (SULFATO) 0,5 MG/ML AMPOLA 1 ML	Ampola	4.550,00	1,39	6.324,50

## ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA - CNPJ: 00.802.002/0001-02

Nº Item	Descrição	Unid.	Qtde.	Valor Unit.	Total Item
6	ACIDO ACETIL SALISÍLICO 100MG	Comprimidos Bir	6.458.020,00	0,02	116.244,36
8	ÁCIDO FOLÍNICO 15 MG (FOLINATO DE CÁLCIO)	Comprimidos Bir	11.700,00	1,34	15.678,00
31	ATENOLOL 50 MG	Comprimidos Bir	4.210.320,00	0,03	122.099,28
47	CARBAMAZEPINA 400MG	Comprimidos Bir	110.100,00	0,10	10.899,90
52	CARVEDILOL 12,5MG	Comprimidos Bir	306.000,00	0,12	36.720,00
53	CARVEDILOL 25MG	Comprimidos Bir	155.500,00	0,24	37.320,00
54	CARVEDILOL 3,125MG	Comprimidos Bir	118.000,00	0,09	10.620,00
55	CARVEDILOL 6,25MG	Comprimidos Bir	1.785.400,00	0,10	178.540,00
71	CLOMIPRAMINA (CLORIDRATO) 75MG, COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO LENTA	Comprimidos Bir	17.000,00	1,10	18.700,00
72	CLONAZEPAM 2MG	Comprimidos Bir	656.903,00	0,04	25.619,22
73	CLONAZEPAN 0,5MG	Comprimidos Bir	110.000,00	0,04	4.290,00
83	DELTAMETRINA 0,2 MG/ML FRASCO 100 ML	Frasco/Ampola	7.220,00	1,02	7.364,40
92	DIOSMINA 450MG + HESPERIDINA 50MG	Comprimidos Bir	1.826.650,00	0,25	451.182,55
98	DOXAZOSINA (MESILATO) 2MG	Comprimidos Bir	344.450,00	0,10	32.722,75
127	GLICAZIDA 30MG (COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO CONTROLADA)	Comprimidos Bir	2.024.000,00	0,18	358.248,00
136	HIDROCORTISONA 1% CREME 30 G	Bisnagas	4.025,00	5,40	21.735,00
149	ISOSSORBIDA (DINITRATO) SUBLINGUAL 5MG	Comprimidos Bir	116.500,00	0,43	50.095,00
180	METILDOPA 250 MG	Comprimidos Bir	1.283.800,00	0,10	121.961,00
181	METILDOPA 500 MG	Comprimidos Bir	153.100,00	0,16	24.878,75
182	METOCLOPRAMIDA 10MG	Comprimidos Bir	237.000,00	0,05	11.067,90
194	MORFINA (SULFATO) 30 MG	Comprimidos Bir	8.700,00	2,45	21.315,00
242	RISPERIDONA 1MG	Comprimidos Bir	174.300,00	0,08	13.944,00
256	SULFAMETOXAZOL 200MG/5ML + TRIMETO-PRIMA 40MG/5ML SUSPENSAO ORAL 50 ML	Frasco/Ampola	9.600,00	0,82	7.872,00
281	ÁGUA DESTILADA AMPOLA PLÁSTICA 20ML	Ampola	15.200,00	0,28	4.186,08
290	AMICACINA (SULFATO) 50MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL, AMPOLA COM 2 ML	Ampola	250,00	0,75	187,50
308	BICARBONATO DE SÓDIO 8,4% - AMPOLA 10 ML	Ampola	1.590,00	0,60	954,00
351	CLORETO DE POTÁSSIO 19,1% AMPOLA 10 ML	Ampola	7.625,00	0,22	1.677,50
355	CLORPROMAZINA 5MG SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 5 ML	Ampola	1.550,00	0,47	728,50
370	DEXAMETASONA (FOSFATO DISSÓDICO) 2MG/ML INJETÁVEL AMPOLA 1 ML	Ampola	14.200,00	0,76	10.790,58
404	FENOBARBITAL 200 MG/ML AMPOLA 1 ML	Ampola	2.130,00	1,50	3.195,00
425	GLUCONATO DE CÁLCIO 10% 100MG/ML AMPOLA 10 ML	Ampola	3.410,00	1,35	4.603,50
450	LIDOCAÍNA (S/ VASOCONSTRITOR) 2% FRASCO 20 ML	Frasco/Ampola	6.150,00	1,87	11.500,50
455	LOSARTAN 25MG	Comprimidos Bir	123.000,00	0,11	13.812,90
456	MANITOL 20% SISTEMA FECHADO SOLUÇÃO INJETÁVEL 250 ML	Frasco/Ampola	3.235,00	4,15	13.425,25
459	MEPIVACAÍNA 2% + EPINEFRINA 1:100.000 SOL INJETÁVEL 1,8ML	Ampola	11.500,00	1,67	19.167,05
467	METILERGOMETRINA, MALEATO 0,2 MG/ML AMPOLA 1 ML	Ampola	200,00	1,50	300,00
487	MORFINA (SULFATO) 10MG/ML SOLUÇÃO ORAL	Frasco/Ampola	690,00	4,50	3.105,00
497	OCITOCINA 5UI/ML AMPOLA 1 ML	Ampola	200,00	1,40	280,00

## ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME - CNPJ: 13.568.558/0001-10

Nº Item	Descrição	Unid.	Qtde.	Valor Unit.	Total Item
199	NIMESULIDE 100MG	Comprimidos Bir	2.158.200,00	0,05	112.658,04

## ANGAI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP - CNPJ: 04.217.590/0001-60

Nº Item	Descrição	Unid.	Qtde.	Valor Unit.	Total Item
12	ALBENDAZOL 400MG, BLISTER COM 1 CP	Comprimidos Bir	48.070,00	0,70	33.649,00
19	AMIODARONA (CLORIDRATO) 200MG	Comprimidos Bir	250.100,00	0,23	57.523,00



Nº Item	Descrição	Unid.	Qtde.	Valor Unit.	Total Item
66	CITALOPRAM 20MG	Comprimidos Bir	150.200,00	0,14	20.277,00
138	HIDRÓXIDO DE ALUMÍNIO E DE MAGNÉSIO 200MG	Comprimidos Bir	14.000,00	0,10	1.400,00
148	ISOSSORBIDA (DINITRATO) 10MG	Comprimidos Bir	341.570,00	0,09	32.107,58
163	LEVOTIROXINA SODICA 100MCG	Comprimidos Bir	1.449.370,00	0,08	118.848,34
164	LEVOTIROXINA SODICA 25MCG	Comprimidos Bir	1.987.270,00	0,08	166.930,68
226	PERMETRINA 10MG/ML LOÇÃO 60 ML	Frasco/Ampola	20.350,00	0,98	19.943,00
235	PROPAFENONA (CLORIDRATO) 300MG	Comprimidos Bir	20.660,00	0,80	16.424,70
267	TRAMADOL (CLORIDRATO) 50MG	Comprimidos Bir	162.200,00	0,09	14.273,60
293	AMPICILINA 1G + SULBACTAM 0,5G	F/A	1.200,00	13,95	16.740,00
357	COLCHICINA 0,5MG	Comprimidos Bir	10.120,00	0,20	1.973,40
380	DIMENIDRATO + PIRIDOXINA + GLICOSE + FRUTOSE, 3MG+5MG+100MG/ML AMPOLA 10 ML	Ampola	17.750,00	2,45	43.487,50

## BIOMIG MATERIAIS MEDICO-HOSPITALARES LTDA - CNPJ: 22.355.622/0001-75

Nº Item	Descrição	Unid.	Qtde.	Valor Unit.	Total Item
361	COMPLEXO PROTROMBÍNICO 500 UI (20ML)	F/A	30,00	940,00	28.200,00

## CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - CNPJ: 03.652.030/0001-70

Nº Item	Descrição	Unid.	Qtde.	Valor Unit.	Total Item
15	ALOPURINOL 100MG	Comprimidos Bir	327.500,00	0,04	13.755,00
16	ALOPURINOL 300MG	Comprimidos Bir	277.600,00	0,12	33.034,40
63	CILOSTAZOL 100MG	Comprimidos Bir	176.900,00	0,39	68.991,00
100	DOXICICLINA (CLORIDRATO) 100MG	Comprimidos Bir	38.800,00	0,09	3.608,40
113	ESTROGÊNIOS CONJUGADOS 0,625MG	Drágeas	99.646,00	0,37	36.370,79
139	HIDRÓXIDO DE ALUMÍNIO E DE MAGNÉSIO 35,6+37MG SUSPENSÃO ORAL 100 ML	Frascos	17.570,00	1,65	28.990,50
145	IPRATRÓPIO (BROMETO) 0,25MG/ML SOLUÇÃO INALANTE 20 ML	Frascos	6.280,00	0,58	3.642,40
168	LOPERAMIDA 2MG BLISTER 4 CP	Comprimidos Bir	9.500,00	0,09	855,00
230	POLIVITAMÍNICO COMPOSTO DE VITAMINAS E MINERIAS DE A A Z RETINOL (COMO PALMITATO) (VIT. A) 2664 UI COLECALCIFEROL (VIT. D) 400 UI 200 ACETATO DE TOCOFEROL (VIT. E) 10,00 UI 100 ÁCIDO ASCÓRBICO (VIT. C) 70,00 MG TIAMINA (COMO MONONITRATO) (VIT. B1) 3,00 MG RIBOFLAVINA (VIT. B2) 3,40 MG NICOTINAMIDA 17,00 MG CLORIDRATO DE PIRIDOXINA (VIT. B6) 4,00 MG ÁCIDO FÓLICO 0,60 MG CIANOCOBALAMINA (VIT. B12) 2,20 MCG FERRO (COMO FUMARATO FERROSO) 30,00 MG ZINCO (COMO ÓXIDO DE ZINCO) 15,00 MG CÁLCIO (COMO CARBONATO DE CÁLCIO) 125,00 MG	Comprimido/Caps	323.800,00	0,14	45.332,00
247	SECNIDAZOL 1000 MG	Comprimidos Bir	1.700,00	0,44	748,00
255	SULFADIAZINA DE PRATA 10MG/G PASTA	Bisnagas	12.000,00	3,05	36.600,00
360	COMPLEXO COLOIDAL DE SACARATO DE HIDRÓXIDO DE FERRO III 2500 MG* ÁGUA BIDESTILADA Q.S.P. 5 ML * EQUIVALENTE A 100 MG DE FERRO (III) – NORIPURUM EV AMPOLA 5 ML	Ampola	750,00	18,00	13.500,00
493	NISTATINA + ÓXIDO DE ZINCO	Bisnagas	3.900,00	4,50	17.550,00
539	SORO FISIOLÓGICO (CLORETO DE SÓDIO 0,9%) FRASCO 250ML SISTEMA FECHADO	Frasco/Ampola	92.800,00	2,10	194.787,20

## CIAMED - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. - CNPJ: 05.782.733/0001-49

Nº Item	Descrição	Unid.	Qtde.	Valor Unit.	Total Item
9	ÁCIDO VALPRÓICO 250MG	Comprimido/Caps	289.500,00	0,18	50.662,50
11	ÁCIDO VALPRÓICO 500MG, FRASCO COM 50 CAPSULAS	Capsulas HBS	838.849,00	0,50	418.585,65
25	AMOXICILINA 500MG + CLAVULANATO DE POTÁSSIO 125MG	Comprimidos Bir	163.550,00	0,79	129.940,48

Nº Item	Descrição	Unid.	Qtde.	Valor Unit.	Total Item
49	CARBONATO DE CÁLCIO 1250MG (EQUIVALENTE A 500MG DE CA++)	Comprimidos Bir	67.000,00	0,11	7.370,00
81	COLAGENASE 0,6 UI + CLORANFENICOL 0,01 G POMADA 30 G	Bisnagas	3.860,00	7,12	27.483,20
200	NIMESULIDE 50MG SOLUÇÃO ORAL 15 ML	Frascos	4.400,00	0,86	3.784,00
205	NORETISTERONA 0,35MG BLISTER 35 CP	Comprimidos Bir	208.930,00	0,17	34.473,45
260	TEOFILINA 100MG	Comprimidos Bir	132.200,00	0,37	48.914,00
261	TEOFILINA 200 MG	Comprimidos Bir	24.200,00	0,59	14.278,00
268	TRAZODONA 50MG	Comprimidos Bir	800,00	0,85	680,00
508	PANCREATINA 25.000 U	Cápsula	120,00	1,73	207,60

## COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA - CNPJ: 67.729.178/0004-91

Nº Item	Descrição	Unid.	Qtde.	Valor Unit.	Total Item
29	ATENOLOL 100MG	Comprimidos Bir	105.000,00	0,04	3.780,00
33	AZITROMICINA 500MG, BLISTER COM 3 CP	Comprimidos Bir	246.475,00	0,34	83.308,55
183	METOCLOPRAMIDA 4MG/ML GOTAS SOLUÇÃO ORAL 10 ML	Frasco/Ampola	20.744,00	0,49	10.123,07
314	BUPIVACAÍNA + GLICOSE 0,5% (AMPOLA 4ML)	Ampola	1.400,00	2,50	3.498,60
344	CLINDAMICINA 150MG/ML (4ML)	Ampola	7.000,00	4,36	30.520,00
376	DIAZEPAN 10MG/2ML INJETÁVEL AMPOLA 2 ML	Ampola	9.200,00	0,54	4.922,00
405	FENTANILA (SAL CITRATO) 0,05MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 10 ML	Ampola	31.255,00	2,00	62.353,73
451	LIDOCAÍNA + EPINEFRINA 2% (20MG/ML) FRASCO 20 ML	Frasco/Ampola	4.080,00	3,23	13.178,40
452	LIDOCAÍNA 2% + EPINEFRINA 1:100.000 TUBETE 1,8 ML	Ampola	6.650,00	1,20	7.980,00
480	MIDAZOLAM 15 MG INJETÁVEL 3 ML	Ampola	12.350,00	1,06	13.091,00
496	NOREPINEFRINA 8MG/4ML (4MG DE NOREPINEFRINA BASE)	Ampola	17.900,00	4,00	71.600,00
521	PROPOFOL 10MG/ML (20ML) EMULSÃO INJETÁVEL	Ampola	5.200,00	4,90	25.474,80
541	SORO GLICOSADO (GLICOSE 5%) FRASCO 250ML SISTEMA FECHADO	Frasco/Ampola	14.600,00	2,20	32.118,54

## CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA - CNPJ: 44.734.671/0001-51

Nº Item	Descrição	Unid.	Qtde.	Valor Unit.	Total Item
21	AMITRIPILINA (CLORIDRATO) 75MG	Comprimidos Bir	3.000,00	0,16	480,00
37	BIPERIDENO 2MG	Comprimidos Bir	696.068,00	0,17	118.331,56
77	CLORPROMAZINA 100MG	Comprimidos Bir	515.120,00	0,17	87.570,40
78	CLORPROMAZINA 25MG	Comprimidos Bir	153.100,00	0,18	27.558,00
79	CLORPROMAZINA 40MG/ML SOLUÇÃO ORAL	Frascos	885,00	4,55	4.026,75
80	CODEÍNA (FOSFATO) 30MG	Comprimidos Bir	1.061.100,00	0,61	647.271,00
88	DIAZEPAN 10MG	Comprimidos Bir	348.571,00	0,03	10.457,13
89	DIAZEPAN 5MG	Comprimidos Bir	244.700,00	0,03	7.341,00
115	FENOBARBITAL 100MG	Comprimidos Bir	728.200,00	0,08	54.615,00
130	HALOPERIDOL 1MG	Comprimidos Bir	26.800,00	0,10	2.680,00
132	HALOPERIDOL 5MG	Comprimidos Bir	624.840,00	0,08	49.987,20
133	HALOPERIDOL DECANOATO 50 MG/ML AMPOLA 1 ML	Ampola	9.080,00	7,00	63.560,00
143	IMIPRAMINA (CLORIDRATO) 25MG	Comprimidos Bir	825.890,00	0,19	156.919,10
159	LEVOMEPROMAZINA (MALEATO) 100MG	Comprimidos Bir	212.000,00	0,60	127.200,00
160	LEVOMEPROMAZINA (MALEATO) 25MG	Comprimidos Bir	545.200,00	0,24	130.848,00
161	LEVOMEPROMAZINA (MALEATO) 40MG/ML 20ML GOTAS	Frasco/Ampola	1.170,00	6,80	7.956,00
177	METADONA 5MG	Comprimidos Bir	131.000,00	0,35	45.850,00
216	ONDANSETRONA (CLORIDRATO) 8MG	Comprimidos Bir	9.950,00	2,00	19.900,00
233	PREDNISONA 5MG	Comprimidos Bir	535.000,00	0,07	34.775,00
234	PROMETAZINA (CLORIDRATO) 25MG	Comprimidos Bir	338.440,00	0,05	16.922,00
243	RISPERIDONA 2 MG	Comprimidos Bir	134.100,00	0,18	24.138,00
284	ALFENTANILA 0,5MG/ML, AMPOLA COM 5ML	Ampola	500,00	14,00	7.000,00
299	ATACÚRIO (BESILATO) 10MG/ML, AMPOLA 2,5ML	Ampola	500,00	6,49	3.245,00



Nº Item	Descrição	Unid.	Qtde.	Valor Unit.	Total Item
309	BIPERIDENO (LACTATO) 5MG/ML AMPOLA 1 ML	Ampola	360,00	1,53	550,80
315	BUPIVACAÍNA + ISOBÁRICA 0,5% (AMPOLA 4ML) COM INVÓLUCRO EXTERNO ESTÉRIL	Ampola	200,00	6,96	1.392,00
316	BUPIVACAÍNA 0,5% (20ML) COM INVÓLUCRO EXTERNO ESTÉRIL	F/A	200,00	18,46	3.692,00
317	BUPIVACAÍNA + EPINEFRINA 0,5% (20ML) COM INVÓLUCRO EXTERNO ESTÉRIL	F/A	200,00	22,58	4.516,00
327	CETOPROFENO 100MG/ML EV PÓ LIOFILO INJETAVEL	Frasco/Ampola	70.800,00	2,80	198.240,00
328	CETOPROFENO 100MG/ML IM AMPOLA 2 ML	Ampola	20.100,00	1,50	30.150,00
340	CISATRACÚRIO (BESILATO) 2MG/ML (10ML)	Ampola	500,00	52,08	26.040,00
348	CLONIDINA CLORIDRATO 0,15 MG/ML AMPOLA 1 ML	Ampola	6.300,00	5,68	35.784,00
356	COLAGENASE 0,6 A 1,2 UI/G (30G)	Tubo	1.150,00	8,00	9.200,00
363	DANTROLENE 20MG	F/A	24,00	139,54	3.348,96
374	DEXTROCETAMINA 50MG/ML (AMPOLA 2ML)	Ampola	1.000,00	10,65	10.650,00
375	DEXTROCETAMINA 50MG/ML (FRASCO 10ML)	F/A	800,00	51,80	41.440,00
378	DIFENIDRAMINA 50MG/ML (AMPOLA 1ML)	Ampola	1.500,00	12,26	18.390,00
383	DIPROPIONATO DE BETAMETASONA 5MG + FOSFATO DISSÓDICO DE BETAMETASONA 2MG/ML AMPOLA 1 ML	Ampola	9.950,00	2,75	27.362,50
389	DROPERIDOL 2,5MG/ML (AMPOLA 1ML)	Ampola	50,00	6,74	337,00
398	ETOMIDATO 2MG/ML (AMPOLA 10ML)	Ampola	700,00	12,33	8.631,00
410	FITOMENADIONA 10MG AMPOLA 1 ML	Ampola	2.225,00	0,87	1.935,75
411	FLUCONAZOL 2MG/ML (100ML)	F/A	1.200,00	3,12	3.744,00
413	FLUMAZENIL 0,1MG/ML AMPOLA 5 ML	Ampola	425,00	26,11	11.096,75
428	HEPARINA SÓDICA 25.000 UI/5ML INJETAVEL AMPOLA 5 ML	Ampola	2.965,00	8,22	24.372,30
429	HEPARINA SÓDICA 5.000 UI/0,25ML INJETÁVEL AMPOLA 0,25 ML	Ampola	61.380,00	3,57	219.126,60
430	HIDRALAZINA 20 MG/ML AMPOLA 1 ML	Ampola	1.730,00	3,71	6.418,30
445	ISOFLURANO 240 ML, SEM VAPORIZADOR/INALADOR	Frasco/Ampola	150,00	100,00	15.000,00
448	LEVOFLOXACINA 5MG/ML (100ML)	F/A	1.100,00	6,13	6.743,00
453	LIDOCAÍNA CLORIDRATO 10% 50 ML SPRAY	Frasco/Ampola	157,00	22,00	3.454,00
460	MEPIVACAÍNA 3% SOL INJETAVEL 1,8 ML	Ampola	2.700,00	1,27	3.429,00
465	METADONA 10MG/ML (AMPOLA 1ML)	Ampola	1.000,00	2,36	2.360,00
466	METARAMINOL (BITARTARATO) 10MG/ML (AMPOLA 1ML)	Ampola	1.300,00	3,99	5.187,00
484	MORFINA (SULFATO) 1MG/ML AMPOLA 2 ML	Ampola	17.690,00	4,17	73.767,30
485	MORFINA 0,2MG/ML (1ML)	Ampola	3.200,00	3,74	11.968,00
486	MORFINA 10 MG	Comprimidos Bir	33.600,00	0,31	10.416,00
489	MUPIROCINA POMADA 20MG/G (15G)	Tubo	200,00	10,00	2.000,00
490	NALBUFINA CLORIDRATO 10MG/ML AMPOLA 1 ML	Ampola	1.000,00	7,84	7.840,00
494	NITROGLICERINA 5 MG/ML AMPOLA 5 ML	Ampola	540,00	23,03	12.436,20
507	PAMIDRONATO DISSÓDICO 90MG/10ML	F/A	500,00	40,00	20.000,00
509	PANCURÔNIO (BROMETO) 2MG/ML (2ML)	Ampola	200,00	7,59	1.518,00
518	PRILOCAÍNA 25MG/G COM LIDOCAÍNA 25 MG/GR – BISNAGA + BANDAGEM OCLUSIVA	Bisnagas	10,00	12,34	123,40
519	PRILOCAÍNA 3% + FELIPRESSINA 0,03 UI/ML SOL INJ 1,8 ML	Ampola	7.000,00	1,00	7.000,00
520	PROMETAZINA (CLORIDRATO) 25MG/ML AMPOLA 2 ML	Ampola	10.400,00	1,00	10.400,00
530	ROCURÔNIO (BROMETO) 50MG/5ML	F/A	5.100,00	11,00	56.100,00
531	ROPIVACAÍNA 0,2% (2MG/ML) 20ML	Ampola	500,00	29,83	14.915,00
532	ROPIVACAÍNA 1% 10MG/ML (20ML)	Ampola	1.600,00	21,00	33.600,00
545	SUFENTANILA 50MCG/ML (1ML) IV	Ampola	1.200,00	15,00	18.000,00
546	SUFENTANILA 5MCG/ML (2ML)	Ampola	200,00	6,80	1.360,00
549	SULFATO DE BÁRIO 1G/ML (150ML) SUSPENSÃO ORAL	Frasco/Ampola	100,00	11,60	1.160,00
550	SULFATO DE EFEDRINA 50MG/1ML	Ampola	2.700,00	2,00	5.400,00

Nº Item	Descrição	Unid.	Qtde.	Valor Unit.	Total Item
557	TEICOPLANINA 400MG	Ampola	2.000,00	36,50	73.000,00
558	TENOXICAM 20MG PÓ LIÓFILO	Ampola	16.100,00	3,85	61.985,00
564	TIOPENTAL SÓDICO 1G	Ampola	120,00	23,84	2.860,80
568	TRAMADOL (CLORIDRATO) 100MG	Comprimidos Bir	3.000,00	1,70	5.100,00

## D-HOSP - DISTRIBUIDORA HOSPITALAR, IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA - CNPJ: 08.076.127/0009-53

Nº Item	Descrição	Unid.	Qtde.	Valor Unit.	Total Item
95	DIPROPIONATO DE BECLOMETASONA – AE-ROSSOL 250UI/DOSE FRASCO 200 DOSES	Tubo	5.060,00	39,00	197.340,00
96	DIPROPIONATO DE BECLOMETASONA– AE-ROSSOL 50UI/DOSE – USO NASAL FRASCO 200 DOSES	Tubo	460,00	19,37	8.910,20
97	DIPROPIONATO DE BECLOMETASONA– AE-ROSSOL 50UI/DOSE – USO ORAL FRASCO 200 DOSES	Tubo	1.900,00	26,00	49.400,00
477	MICAFUNGINA SÓDICA 100MG	F/A	200,00	240,04	48.008,00

## DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA - CNPJ: 05.531.725/0001-20

Nº Item	Descrição	Unid.	Qtde.	Valor Unit.	Total Item
10	ÁCIDO VALPRÓICO 250MG/5ML XAROPE, FRASCO COM 100 ML	Frascos	14.930,00	1,70	25.381,00
13	ALBENDAZOL 40MG/ ML SUSPENSÃO ORAL , FRASCO COM 10 ML	Frasco/Ampola	48.665,00	0,95	46.231,75
20	AMITRIPILINA (CLORIDRATO) 25MG	Comprimidos Bir	3.320.380,00	0,03	92.970,64
23	AMOXICILINA 250MG/5ML SUSPENSÃO ORAL , FRASCO 150 ML	Frasco/Ampola	26.530,00	3,30	87.549,00
24	AMOXICILINA 250MG/5ML SUSPENSÃO ORAL , FRASCO 60 ML	Frasco/Ampola	15.900,00	1,90	30.210,00
26	AMOXICILINA 500MG, BLISTER COM 7 OU 21 CAPSULAS	Cápsula	980.054,00	0,10	98.005,40
28	ANLIDIPINO (BESILATO) 5MG	Comprimidos Bir	2.783.500,00	0,02	50.103,00
38	BROMAZEPAN 6 MG	Comprimidos Bir	108.900,00	0,05	4.900,50
43	CAPTOPRIL 25 MG	Comprimidos Bir	5.914.980,00	0,01	59.149,80
46	CARBAMAZEPINA 200MG	Comprimidos Bir	2.369.700,00	0,06	142.182,00
51	CARBONATO DE LÍCIO 300MG	Comprimidos Bir	579.649,00	0,10	59.587,92
65	CIPROFLOXACINO (CLORIDRATO) 500MG	Comprimidos Bir	327.000,00	0,13	42.510,00
74	CLONAZEPAN 2,5MG/ML SOLUÇÃO ORAL FRASCO 20 ML	Frascos	7.930,00	1,45	11.498,50
75	CLOPIDOGREL 75MG	Comprimidos Bir	534.712,00	0,30	160.413,60
91	DIGOXINA 0,25MG	Comprimidos Bir	387.300,00	0,03	10.844,40
93	DIPIRONA SÓDICA 500MG	Comprimidos Bir	980.810,00	0,06	57.377,39
101	ENALAPRIL (MALEATO) 10MG	Comprimidos Bir	3.252.200,00	0,03	97.566,00
102	ENALAPRIL (MALEATO) 20MG	Comprimidos Bir	5.470.000,00	0,04	207.860,00
109	ESPIRONOLACTONA 100MG	Comprimidos Bir	39.800,00	0,23	9.154,00
110	ESPIRONOLACTONA 25MG	Comprimidos Bir	1.201.800,00	0,08	101.191,56
116	FENOBARBITAL 4% GOTAS SOLUÇÃO ORAL 20 ML	Frasco/Ampola	2.614,00	2,00	5.228,00
118	FENOTEROL (BROMIDRATO) 5 MG/ML 20 ML PARA NEBULIZACAO	Frasco/Ampola	4.316,00	1,58	6.819,28
122	FLUOXETINA (CLORIDRATO) 20MG	Capsulas HBS	4.420.393,00	0,04	176.815,72
123	FUROSEMIDA 40MG	Comprimidos Bir	1.982.340,00	0,03	49.558,50
131	HALOPERIDOL 2MG/ML GOTAS 20 ML	Frascos	860,00	2,30	1.978,00
134	HIDROCLOROTIAZIDA 25MG	Comprimidos Bir	8.992.700,00	0,01	116.905,10
156	LEVODOPA 250MG + CARBIDOPA 25MG	Comprimidos Bir	141.620,00	0,17	23.508,92
162	LEVONORGESTREL 0,15MG + ETINILESTRADIOL 0,03MG BLISTER 21 DRAGEAS	Drágeas	384.885,00	0,02	7.697,70
167	LIDOCAINA 100MG/5G GEL 2% BISNAGA 30 G	Bisnagas	8.796,00	1,30	11.417,21
170	LORATADINA 1MG/ML XAROPE 100 ML	Frascos	13.700,00	1,65	22.605,00
171	LOSARTANA POTÁSSICA 50MG	Comprimidos Bir	7.615.000,00	0,03	220.835,00
179	METFORMINA (CLORIDRATO) 850MG	Comprimidos Bir	4.908.100,00	0,05	244.914,19
187	METRONIDAZOL 100MG/G COM NO MÍNIMO 10 APLICADORES CREME VAGINAL 50G	Bisnagas	13.546,00	3,30	44.701,80
188	METRONIDAZOL 250MG	Comprimidos Bir	250.250,00	0,08	19.769,75

Nº Item	Descrição	Unid.	Qtde.	Valor Unit.	Total Item
191	MICONAZOL (NITRATO) 20 MG/GR CREME DERMATOLOGICO	Bisnagas	3.350,00	1,43	4.787,15
197	NIFEDIPINA 20MG	Comprimidos Bir	141.640,00	0,03	3.824,28
198	NIFEDIPINA 20MG (RETARD)	Comprimidos Bir	500.000,00	0,05	25.000,00
211	ÓLEO MINERAL 100% FRASCO 100 ML	Frascos	3.450,00	1,69	5.830,50
213	OMEPRAZOL 20MG	Cápsula	8.848.292,00	0,03	279.606,03
221	PALMITATO DE RETINOL (VITAMINA A) 3.000UI + COLECALCIFEROL (VITAMINA D3) 800UI SOL. ORAL 10 ML	Frasco/Ampola	400,00	2,15	860,00
224	PARACETAMOL 500MG	Comprimidos Bir	3.009.110,00	0,04	118.859,85
227	PERMETRINA 50MG/ML LOÇÃO 60 ML	Frascos	5.250,00	2,02	10.578,75
231	PREDNISOLONA (FOSFATO SODICO) 3MG/ML SUSPENSÃO 60 ML	Frasco/Ampola	26.350,00	2,00	52.700,00
232	PREDNISONA 20MG	Comprimidos Bir	566.500,00	0,10	58.916,00
239	PROPRANOLOL (CLORIDRATO) 40MG	Comprimidos Bir	2.353.300,00	0,01	23.533,00
240	RANITIDINA (CLORIDRATO) 150MG	Comprimidos Bir	248.500,00	0,06	15.407,00
249	SIMETICONA 75MG/ML FRASCO 10 ML	Frasco/Ampola	9.300,00	0,60	5.580,00
252	SINVASTATINA 40MG	Comprimidos Bir	2.118.000,00	0,11	232.980,00
257	SULFAMETOXAZOL 400MG + TRIMETOPRIMA 80MG	Comprimidos Bir	345.780,00	0,09	29.391,30
258	SULFATO FERROSO 25MG/ML SOLUÇÃO ORAL 30 ML	Frascos	11.940,00	0,60	7.152,06
263	TIAMINA (CLORIDRATO) 300MG	Comprimidos Bir	6.000,00	0,08	468,00
264	TIMOLOL (MALEATO) 0,5%, SOLUÇÃO OFTÁLMICA 5ML	Frasco/Ampola	3.142,00	0,90	2.827,80
271	VARFARINA SÓDICA 5MG	Comprimidos Bir	159.850,00	0,10	15.985,00
273	VERAPAMIL (CLORIDRATO) 80MG	Comprimidos Bir	420.050,00	0,04	16.802,00
280	ADENOSINA 6MG/ML , AMPOLA COM 2 ML	Ampola	1.800,00	7,94	14.288,40
282	AGUA DESTILADA , AMPOLA COM 10 ML	Ampola	69.000,00	0,16	10.902,00
289	AMICACINA (SULFATO) 500MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL, AMPOLA COM 2 ML	Ampola	2.800,00	1,40	3.920,00
291	AMINOFILINA 24 MG/ML, AMPOLA COM 10 ML	Ampola	5.560,00	0,79	4.365,71
295	AMPICILINA 2G + SULBACTAM 1G	F/A	15.000,00	17,00	255.000,00
300	ATROPINA (SULFATO) 0,50MG/ML, AMPOLA 1 ML	Ampola	4.850,00	1,50	7.275,00
313	BROMOPRIDA 5MG/ML AMPOLA 2 ML	Ampola	14.300,00	0,76	10.853,70
321	CEFAZOLINA SÓDICA 1G	Frasco/Ampola	10.750,00	3,80	40.850,00
322	CEFEPIME 1G	F/A	800,00	3,40	2.720,00
323	CEFEPIME 2G	F/A	2.500,00	8,00	20.000,00
324	CEFOXITINA SÓDICA 1G	F/A	300,00	6,05	1.815,00
325	CEFTAZIDIMA 1G	F/A	1.300,00	6,00	7.800,00
326	CEFTRIAXONA 1000MG/ML EV	Frasco/Ampola	33.100,00	2,69	89.035,69
338	CIPROFLOXACINO 200MG/100ML	F/A	7.070,00	1,93	13.645,10
352	CLORETO DE POTÁSSIO XAROPE 6% 100ML	Frasco/Ampola	600,00	1,90	1.140,00
354	CLORETO DE SÓDIO 20% AMPOLA 10 ML	Ampola	8.220,00	0,25	2.055,00
359	COMPLEXO B INJETÁVEL AMPOLA 2 ML	Ampola	27.950,00	0,67	18.631,47
371	DEXAMETASONA (FOSFATO DISSÓDICO) 4 MG/ML AMPOLA 2,5 ML	Ampola	28.750,00	0,65	18.687,50
377	DICLOFENACO SÓDICO 25MG/ML AMPOLA 3 ML	Ampola	46.600,00	0,38	17.708,00
382	DIPIRONA SÓDICA 500MG/ML INJETÁVEL AMPOLA 2 ML	Ampola	135.700,00	0,37	50.209,00
384	DOBUTAMINA (CLORIDRATO) 12,5MG/ML AMPOLA 20 ML	Ampola	960,00	11,00	10.560,00
395	ESCOPOLAMINA (BUTILBROMETO) ASSOCIADA A DIPIRONA SODICA (4 MG + 500MG/ML) AMPOLA 5 ML	Ampola	24.650,00	1,20	29.580,00
418	FUROSEMIDA 10MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 2 ML	Ampola	27.050,00	0,38	10.279,00
419	GABAPENTINA 300 MG	Comprimidos Bir	6.500,00	0,29	1.885,00
422	GENTAMICINA (SULFATO) 80MG/2ML (AMPOLA 2 ML)	Ampola	3.700,00	0,59	2.183,00
423	GLICOSE 25% AMPOLA 10 ML	Ampola	2.450,00	0,23	563,50

Nº Item	Descrição	Unid.	Qtde.	Valor Unit.	Total Item
427	HALOPERIDOL 5 MG/ML AMPOLA 1 ML	Ampola	6.900,00	0,78	5.382,00
438	IMIPENEM 500MG + CILASTATINA 500MG	F/A	2.300,00	13,14	30.222,00
462	MEROPENEM IV 1G	F/A	8.000,00	17,50	140.000,00
476	METRONIDAZOL 500MG/100ML EV	F/A	4.800,00	1,90	9.120,00
481	MIDAZOLAM 1MG/ML INJETÁVEL 5 ML	Ampola	5.000,00	1,10	5.500,00
501	ONDANSETRONA (CLORIDRATO) 2MG/ML AMPOLA 2 ML	Ampola	7.260,00	0,77	5.590,20
502	ONDANSETRONA 8MG/ML AMPOLA 4 ML	Ampola	15.450,00	0,97	14.986,50
503	OXACILINA 500MG	F/A	38.600,00	3,08	118.888,00
524	RANITIDINA ( CLORIDRATO) 25 MG/ML AMPOLA 2 ML	Ampola	46.200,00	0,42	19.404,00
533	SEVOFLURANO 250ML SEM VAPORIZADOR/ INALADOR	Frasco/Ampola	1.250,00	287,00	358.750,00
537	SORO FISIOLÓGICO (CLORETO DE SÓDIO 0,9%) 10 ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA	Ampola	16.500,00	0,18	2.970,00
540	SORO FISIOLÓGICO (CLORETO DE SÓDIO 0,9%) FRASCO 500ML SISTEMA FECHADO	Frasco/Ampola	78.000,00	2,36	184.080,00
542	SORO GLICOSADO (GLICOSE 5%) FRASCO 500ML SISTEMA FECHADO	Frasco/Ampola	66.300,00	2,57	170.391,00
543	SORO GLICOFISIOLÓGICO (GLICOSE ASSO-CIADA AO CLORETO DE SÓDIO 5% + 0,9%) FRASCO 250ML SISTEMA FECHADO	Frasco/Ampola	500,00	2,66	1.330,00
544	SORO GLICOFISIOLÓGICO (GLICOSE ASSO-CIADA AO CLORETO DE SÓDIO 5% + 0,9%) FRASCO 500ML SISTEMA FECHADO	Frasco/Ampola	1.700,00	2,61	4.437,00
551	SULFATO DE MAGNÉSIO 10% INJETÁVEL 10 ML	Ampola	4.245,00	0,31	1.315,95
566	TOBRAMICINA 3MG COLIRIO 5 ML	Frascos	1.400,00	2,50	3.500,00
567	TRAMADOL 50MG/ML AMPOLA 1 ML	Ampola	48.200,00	0,68	32.776,00

## DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - CNPJ: 02.520.829/0001-40

Nº Item	Descrição	Unid.	Qtde.	Valor Unit.	Total Item
36	BENZILPENICILINA G PROCAÍNA + POTÁSSICA 300.000UI + 100.000UI + DILUENTE	Frasco/Ampola	2.400,00	3,47	8.328,00
61	CETOCONAZOL 2% XAMPU FRASCO 100 ML	Frascos	1.400,00	3,48	4.871,86
104	ERITROMICINA (ESTEARATO) 50MG/ML SUSPENSÃO ORAL 60 ML	Frasco/Ampola	3.070,00	5,18	15.902,60
106	ESCOPOLAMINA (BUTILBROMETO) 10MG	Comprimidos Bir	351.520,00	0,35	122.328,96
241	RETINOL (ACETATO) 50.000UI + COLECALCIFEROL 10.000UI FRASCO 10 ML	Frasco/Ampola	12.300,00	3,76	46.248,00
245	SALBUTAMOL 100MCG AEROSOL COM 200 DOSES	Frascos	26.400,00	5,28	139.392,00

## ESTRELA PRODUTOS PARA SAUDE - EIRELI - ME - CNPJ: 21.458.610/0001-03

Nº Item	Descrição	Unid.	Qtde.	Valor Unit.	Total Item
7	ÁCIDO FÓLICO 5MG	Comprimidos Bir	703.000,00	0,03	21.019,70
17	AMBROXOL (CLORIDRATO) 30MG/5ML XAROPE , FRASCO COM 120 ML	Frasco/Ampola	4.890,00	1,43	6.992,70
50	CARBONATO DE CÁLCIO 1500 MG (EQUIVALENTE A 600MG DE CA++ + COLECALCIFEROL 400UI)	Comprimidos Bir	295.000,00	0,17	50.120,50
76	CLORETO DE SÓDIO 0,9% SOLUÇÃO NASAL GOTAS FRASCO 30 ML	Frascos	16.600,00	0,44	7.302,34
82	COMPLEXO B POLIVITAMINICO	Comprimidos Bir	398.480,00	0,04	15.102,39
84	DEXAMETASONA 0,1% CREME 10 G	Bisnagas	53.940,00	0,53	28.582,81
90	DICLOFENACO SÓDICO 50MG	Comprimidos Bir	1.878.700,00	0,02	39.452,70
94	DIPIRONA SÓDICA 500MG/ML GOTAS FRASCO 20 ML	Frasco/Ampola	63.423,00	0,84	53.268,98
124	GARRA DO DIABO (EXTRATO SECO) 500MG COMPRIMIDO REVESTIDO DE HARPAGOPHYTUM PROCUMBENS NO MINIMO DE 12 MG E MAXIMO DE 24 MG DE HARPAGOSIDE POR COMPRIMIDO	Capsulas HBS	12.000,00	0,40	4.798,80
141	IBUPROFENO 50 MG/ML SOLUÇÃO ORAL GOTAS 30 ML	Frasco/Ampola	1.632.500,00	0,93	1.510.062,50

Nº Item	Descrição	Unid.	Qtde.	Valor Unit.	Total Item
146	ISOFLAVONA 150MG	Comprimidos Bir	16.000,00	0,33	5.280,00
153	LACTULOSE 667MG/ML SOLUÇÃO ORAL 100 ML	Frascos	5.070,00	7,00	35.490,00
172	MAYTENOS ILICIFOLIA , 380 MG	Capsulas HBS	37.000,00	0,18	6.660,00
173	MEBENDAZOL 20MG/ML SUSPENSÃO ORAL 30 ML	Frascos	4.480,00	0,77	3.449,15
195	NEOMICINA (SULFATO) 5MG/G + BACITRACINA 250UI POMADA DERMATOLOGICA 10 G	Bisnagas	41.592,00	0,82	34.101,28
202	NISTATINA 100.000UI/ML SUSPENSÃO ORAL 50ML	Frasco/Ampola	7.554,00	2,33	17.563,05
222	PARACETAMOL 200MG/ML GOTAS SOLUCAO ORAL 10 ML	Frasco/Ampola	72.690,00	0,51	37.071,90
244	SAIS P/ REIDRATAÇÃO ORAL COM 27,9G (CLORETO DE SODIO 3,5G + CLORETO DE POTASSIO 1,5G + CITRATO DE SODIO 2,9G + GLICOSE 20G)	Envelope	41.584,00	0,39	16.217,76
246	SALBUTAMOL 2MG/5ML XAROPE 100 ML	Frascos	4.110,00	0,94	3.862,99
259	SULFATO FERROSO 40MG FE++	Comprimidos Bir	1.513.530,00	0,03	45.254,55
274	VITAMINAS + SAIS MINERAIS SENDO, ACIDO FOLICO 500MCG, VITAMINA B1 30MG, VITAMINA B2 10MG, VITAMINA B6 10 MG, VITAMINA B12 25MCG, VITAMINA E 45UI, VITAMINA C 600MG, NICOTINAMIDA 100 MG, PANTOTENATO DE CALCIO 25MG, COBRE 3MG, ZINCO 23,9MG, ZINCO23,9MG REGISTRO NO MS COMO MEDICAMENTO	Comprimidos Bir	339.700,00	0,48	163.056,00
417	FOSFATO SÓDIO, ENEMA, FOSFATO MONOBÁSICO 16% + FOSFATO DIBÁSICO 6% FRASCO 120 ML	Frasco/Ampola	2.215,00	3,65	8.084,53
527	RIFAMICINA 10 MG/ML 20 ML SPRAY	Frasco/Ampola	250,00	2,19	547,50

## EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI - EPP - CNPJ: 06.035.038/0001-86

Nº Item	Descrição	Unid.	Qtde.	Valor Unit.	Total Item
4	ACICLOVIR 400MG	Comprimidos Bir	8.300,00	1,25	10.375,00
193	MIKANIA GLOMERATA SPRENGE XAROPE E SOLUÇÃO ORAL 120 ML	Frasco/Ampola	6.900,00	2,05	14.145,00
225	PARACETAMOL 750MG	Comprimidos Bir	182.000,00	0,05	9.664,20

## GRAMS &amp; GRAMS LTDA. - ME - CNPJ: 10.448.145/0001-03

Nº Item	Descrição	Unid.	Qtde.	Valor Unit.	Total Item
42	BUPROPIONA 150MG	Comprimidos Bir	43.800,00	0,30	13.091,82
45	CARBAMAZEPINA 2% SUSPENSÃO ORAL FRASCO COM 100 ML	Frascos	2.850,00	3,80	10.829,72
69	CLOMIPRAMINA (CLORIDRATO) 10MG	Comprimidos Bir	11.000,00	0,45	4.923,60
70	CLOMIPRAMINA (CLORIDRATO) 25MG	Comprimidos Bir	189.000,00	0,61	115.271,10
108	ESPIRAMICINA 1,5 MUI	Comprimidos Bir	51.180,00	2,63	134.690,41
112	ESTROGÊNIO CONJUGADOS 0,3MG	Comprimidos Bir	6.280,00	0,63	3.940,07
125	GENTAMICINA (SULFATO) 5MG/ML, SOLUÇÃO OFTÁLMICA 5 ML	Frasco/Ampola	4.820,00	6,66	32.123,37
144	IMIPRAMINA (PAMOATO) 75MG	Comprimidos Bir	7.500,00	1,47	11.024,25
154	LEVODOPA 100MG + BENSERAZIDA 25MG COMPRIMIDO DISPERSÍVEL	Comprimidos Bir	42.000,00	1,59	66.780,00
155	LEVODOPA 200MG + BENSERAZIDA 50MG	Comprimidos Bir	83.500,00	1,50	125.241,65
157	LEVODOPA ASSOCIADO A BENSERAZIDA 100MG + 25MG (BD)	Comprimidos Bir	368.500,00	1,06	389.983,55
158	LEVODOPA ASSOCIADO A BENSERAZIDA 100MG + 25MG (HBS)	Capsulas HBS	72.900,00	1,57	114.547,77
207	NORTRIPTILINA (CLORIDRATO) 10MG	Comprimidos Bir	7.300,00	0,62	4.507,02
209	NORTRIPTILINA (CLORIDRATO) 50MG	Comprimidos Bir	93.000,00	0,30	27.890,70
238	PROPRANOLOL (CLORIDRATO) 10MG	Comprimidos Bir	10.300,00	0,05	544,87
269	TRIAMETAZIDINA 35MG	Comprimidos Bir	10.100,00	1,61	16.308,47
275	ACETAZOLAMIDA 250MG	Comprimidos Bir	2.000,00	0,45	899,80
285	ALPRAZOLAM 0,5 MG CP	Comprimidos Bir	10.600,00	0,09	961,42



Nº Item	Descrição	Unid.	Qtde.	Valor Unit.	Total Item
347	CLONIDINA CLORIDRATO 0,1 MG	Comprimidos Bir	6.500,00	0,17	1.104,35
415	FLUORESCINA 10 MG/ML SOLUÇÃO OF-TALMICA FRASCO 3 ML	Frascos	90,00	9,80	881,72
436	HIPROMELOSE 0,3% SOLUÇÃO OFTÁLMICA 15 ML	Frasco/Ampola	380,00	14,00	5.320,00
444	IPRATROPIO + FENOTEROL AEROSOL 15ML	Frasco/Ampola	800,00	10,60	8.480,00
449	LEVOFLOXACINO 500MG	Comprimidos Bir	1.120,00	0,75	840,00
454	LORAZEPAM 1MG	Comprimidos Bir	3.000,00	0,56	1.665,00
512	PENTOXIFILINA 400MG	Comprimidos Bir	300,00	0,47	142,17
514	PILOCARPINA (CLORIDRATO) 2% SOLUÇÃO OFTÁLMICA 10 ML	Frascos	60,00	21,52	1.291,28
561	TETRACAINA (CLORIDRATO) ASSOCIADO COM FENILEFRINA (CLORIDRATO) + ACIDO BÓRICO SOLUÇÃO OFTÁLMICA 10 ML	Frasco/Ampola	335,00	7,35	2.462,25

**INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - CNPJ: 12.889.035/0001-02**

Nº Item	Descrição	Unid.	Qtde.	Valor Unit.	Total Item
1	ACEBROFILINA 5MG/ML, XAROPE PEDIÁ-TRICO, FRASCO COM 120 ML	Frasco/Ampola	20.150,00	2,46	49.569,00
103	ENALAPRIL (MALEATO) 5MG	Comprimidos Bir	325.000,00	0,04	14.300,00
150	ISOSSORBIDA (MONITRATO) 40MG	Comprimidos Bir	30.200,00	0,13	4.001,50
166	LEVOTIROXINA SODICA 75MCG	Comprimidos Bir	74.000,00	0,12	8.576,60
178	METFORMINA (CLORIDRATO) 500MG	Comprimidos Bir	3.744.880,00	0,05	198.104,15
204	NORETISTERONA (ENANTATO) 50MG + ESTRADIOL (VALERATO) 5 MG/ML AMPOLA 1 ML S/ SERINGA	Ampola	3.720,00	5,06	18.823,20
208	NORTRIPTILINA (CLORIDRATO) 25MG	Comprimidos Bir	126.300,00	0,21	26.523,00
223	PARACETAMOL 500 MG + CODEÍNA 30 MG	Comprimidos Bir	2.587.900,00	0,39	996.341,50
266	TOPIRAMATO 50MG	Comprimidos Bir	2.200,00	0,11	251,90
473	METOTREXATO 2,5 MG	Comprimidos Bir	1.200,00	0,69	827,88
515	PIPERACILINA + TAZOBACTAM 4,5G	F/A	20.300,00	31,43	638.029,00

**KFMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP - CNPJ: 15.068.089/0001-03**

Nº Item	Descrição	Unid.	Qtde.	Valor Unit.	Total Item
39	BUDESONIDA AEROSOL NASAL 32MCG FRASCO COM 120 DOSES	Tubo	1.750,00	15,00	26.250,00
114	FENITOÍNA 100MG	Comprimidos Bir	736.500,00	0,21	154.665,00
431	HIDRALAZINA 25MG	Comprimidos Bir	9.000,00	0,25	2.241,00
432	HIDRALAZINA 50MG	Comprimidos Bir	7.000,00	0,33	2.331,00

**LICIMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS, CORRELATOS E PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA - CNPJ: 04.071.245/0001-60**

Nº Item	Descrição	Unid.	Qtde.	Valor Unit.	Total Item
35	BENZILPENICILINA BENZATINA 1200.000U.I PÓ FRASCO + DILUENTE	Frasco/Ampola	29.560,00	9,01	266.335,60
41	BUDESONIDA AEROSOL NASAL 64MCG FRASCO COM 120 DOSES	Tubo	900,00	19,97	17.973,00
119	FINASTERIDA 5MG	Comprimidos Bir	121.750,00	0,24	28.976,50
248	SERTRALINA (CLORIDRATO) 50 MG	Comprimidos Bir	369.400,00	0,13	48.022,00
278	ÁCIDO FOLÍNICO 50MG	F/A	2.500,00	12,00	30.000,00
297	ANASTROZOL 1MG	Comprimidos Bir	50.200,00	2,39	119.978,00
307	BICALUTAMIDA 50MG	Comprimidos Bir	6.000,00	2,26	13.560,00
339	CIPROTERONA (ACETATO) 50MG	Comprimidos Bir	12.000,00	1,05	12.600,00
341	CISPLATINA 50MG	F/A	600,00	20,00	12.000,00
353	CLORETO DE POTÁSSIO.. 600MG (8MEQ DE K+)	Drágeas	1.100,00	0,43	476,30
362	DACARBAZINA 200MG	F/A	300,00	64,74	19.422,00
366	DESMOPRESSINA (ACETATO) SOLUÇÃO NASAL 0,1MG/ML (FRASCO 2,5ML)	Frasco/Ampola	50,00	83,00	4.150,00
385	DOCETAXEL 20MG	F/A	300,00	45,50	13.650,00
388	DOXORRUBICINA 50MG	F/A	800,00	99,60	79.680,00
391	EPIRUBICINA 50MG	F/A	120,00	124,50	14.940,00
420	GANCICLOVIR 500MG	Bolsa	2.500,00	78,00	195.000,00
437	IFOSFAMIDA 1000MG	F/A	1.000,00	50,00	50.000,00
447	LETROZOL 2,5MG	Comprimidos Bir	5.000,00	11,00	55.000,00

Nº Item	Descrição	Unid.	Qtde.	Valor Unit.	Total Item
457	MEGESTROL 160MG	Comprimidos Bir	1.200,00	30,00	36.000,00
474	METOTREXATO 500MG	F/A	200,00	83,00	16.600,00
475	METOTREXATO 50MG	F/A	100,00	13,00	1.300,00
504	OXALIPLATINA 100MG	F/A	300,00	249,00	74.700,00
505	OXALIPLATINA 50MG	F/A	200,00	415,00	83.000,00
506	PACLITAXEL. 300MG/50ML	F/A	600,00	415,00	249.000,00
516	POLIESTIRENOSSULFONATO DE CÁLCIO 900MG/G (30G)	Envelope	2.100,00	17,00	35.700,00

## MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA - CNPJ: 06.935.554/0001-67

Nº Item	Descrição	Unid.	Qtde.	Valor Unit.	Total Item
3	ACICLOVIR 200MG	Comprimidos Bir	142.200,00	0,10	13.651,20
14	ALENDRONATO DE SÓDIO 70MG	Comprimidos Bir	290.730,00	0,28	81.113,67
18	AMINOFILINA 100MG	Comprimidos Bir	238.520,00	0,04	9.540,80
44	CAPTOPRIL 50MG	Comprimidos Bir	411.920,00	0,03	12.975,48
57	CASTANHA DA INDIA COMPOSTA (AESCU-LOUS HIPPOCASTANUM) 10 MG + POLYGO-NUM ACRE 10 MG + SMILAX PAPHYRACE A 40 MG + RUTINA 20 MG)	Comprimidos Bir	1,00	0,20	,20
85	DEXAMETASONA 4MG	Comprimidos Bir	26.500,00	0,10	2.623,50
86	DEXCLORFENIRAMINA (MALEATO) 0,4 MG/ML, SOLUÇÃO ORAL FRASCO 100 ML	Frasco/Ampola	62.486,00	0,81	50.613,66
87	DEXCLORFENIRAMINA (MALEATO) 2MG	Comprimidos Bir	237.200,00	0,05	11.860,00
105	ERITROMICINA (ESTOLATO) 500MG	Comprimidos Bir	36.760,00	0,50	18.380,00
107	ESCOPOLAMINA (BUTILBROMETO) 10MG + DIPIRONA SÓDICA 250MG	Comprimidos Bir	129.688,00	0,24	30.995,43
120	FLUCONAZOL 150MG BLISTER 1 CP	Comprimidos Bir	129.000,00	0,18	23.220,00
126	GLIBENCLAMIDA 5MG	Comprimidos Bir	2.063.600,00	0,02	41.272,00
135	HIDROCLOROTIAZIDA 50MG	Comprimidos Bir	111.200,00	0,03	3.324,88
140	IBUPROFENO 300MG	Comprimidos Bir	328.230,00	0,03	11.127,00
152	IVERMECTINA 6MG BLISTER 4 CP	Comprimidos Bir	15.020,00	0,29	4.340,78
169	LORATADINA 10MG	Comprimidos Bir	412.500,00	0,04	16.087,50
201	NISTATINA 25.000UI/G CREME VAGINAL 60 G COM NO MÍNIMO 10 APLICADORES	Bisnagas	6.380,00	3,80	24.244,00
203	NITROFURANTOÍNA 100MG	Comprimidos Bir	88.260,00	0,14	12.268,14
206	NORFLOXACINO 400MG BLISTER 7 CP	Comprimidos Bir	61.465,00	0,13	7.806,06
220	OXIDO ZINCO + VITAMINA A + D POMADA 45 GR	Bisnagas	7.300,00	1,99	14.527,00
381	DIMENIDRATO ASSOCIADO COM PIRIDOXINA, CLORIDRATO 50 MG + 50 MG/ML - AMPOLA 1ML	Ampola	2.200,00	1,25	2.750,00
394	ESCOPOLAMINA (BUTILBROMETO) 20 MG/ML AMPOLA 2 ML	Ampola	22.750,00	1,00	22.750,00

## MEDICINALI PRODUTOS PARA SAUDE EIRELI - ME - CNPJ: 20.918.668/0001-20

Nº Item	Descrição	Unid.	Qtde.	Valor Unit.	Total Item
40	BUDESONIDA AEROSOL NASAL 50MCG FRASCO COM 200 DOSES	Tubo	2.025,00	29,95	60.648,75
329	CETOPROFENO COMPRIMIDO 100MG	Comprimidos Bir	1.000,00	0,58	580,00
334	CICLOPENTOLATO 1% SOLUÇÃO OFTALMOLOGICA FRASCO 5 ML	Frascos	80,00	13,05	1.044,00
345	CLOBAZAM 20MG	Comprimidos Bir	720,00	1,22	878,40
368	DESONIDA 0,5MG/G (TUBO 30G) CREME	Tubo	50,00	9,90	494,80

## PRESTOMEDI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA A SAUDE LTDA - CNPJ: 10.749.915/0001-58

Nº Item	Descrição	Unid.	Qtde.	Valor Unit.	Total Item
189	METRONIDAZOL 400MG	Comprimidos Bir	47.208,00	0,24	11.282,71
210	NORTRIPTILINA (CLORIDRATO) 75MG	Comprimidos Bir	30.000,00	0,17	5.100,00
276	ACETILCISTEÍNA 10% 300MG/ML IV	Ampola	815,00	2,30	1.874,50
306	BENZILPENICILINA POTASSICA 5.000.000 UI + DILUENTE	Frasco/Ampola	4.250,00	9,40	39.950,00

## PROHOSP DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - CNPJ: 04.355.394/0001-51



Nº Item	Descrição	Unid.	Qtde.	Valor Unit.	Total Item
184	METOPROLOL (SUCCINATO) 100MG (COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO CONTROLADA)	Comprimidos Bir	36.260,00	1,67	60.554,20
185	METOPROLOL (SUCCINATO) 25MG (COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO CONTROLADA)	Comprimidos Bir	135.850,00	0,51	69.283,50
186	METOPROLOL (SUCCINATO) 50MG (COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO CONTROLADA)	Comprimidos Bir	80.250,00	1,02	81.855,00
426	GOSERELINA (ACETATO) 10,8MG	Seringa Preenchida	405,00	1.026,14	415.586,70
472	METOPROLOL (TARTARATO) 1 MG/ML USO HOSPITAL AMPOLA 5 ML	Ampola	1.660,00	19,67	32.652,20
525	REMIFENTANIL (CLORIDRATO) 2MG	Ampola	600,00	46,80	28.080,00

## PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA - CNPJ: 81.706.251/0001-98

Nº Item	Descrição	Unid.	Qtde.	Valor Unit.	Total Item
2	ACEBROFILINA XAROPE ADULTO 10MG/ML, FRASCO COM 120 ML	Frasco/Ampola	14.120,00	3,71	52.385,20
5	ACICLOVIR 50MG CREME , BISNAGA COM 10G	Bisnagas	2.230,00	1,98	4.415,40
22	AMOXICILINA + CLAVULANATO DE POTÁSSIO 50MG/ML + 12,5MG/ML PÓ P/ SUSPENSÃO ORAL. FRASCO 75 ML	Frasco/Ampola	21.650,00	8,00	173.178,35
48	CARBONATO DE CÁLCIO 1250 MG (EQUIVALENTE A 500MG DE CA++ + COLECALCIFEROL 400UI FRASCO 60 CP	Comprimidos Bir	2.547.000,00	0,20	509.145,30
59	CEFALEXINA 500MG	Comprimidos Bir	831.100,00	0,30	248.498,90
64	CINARIZINA 75MG	Comprimidos Bir	462.900,00	0,17	78.646,71
99	DOXAZOSINA (MESILATO) 4MG	Comprimidos Bir	95.900,00	0,38	36.442,00
117	FENOFIBRATO 250MG	Comprimidos Bir	20.000,00	1,60	32.000,00
142	IBUPROFENO 600MG	Comprimidos Bir	1.305.000,00	0,06	74.907,00
147	ISOSSORBIDA (MONITRATO) 20MG	Comprimidos Bir	95.500,00	0,06	5.730,00
165	LEVOTIROXINA SODICA 50MCG	Comprimidos Bir	2.511.890,00	0,09	226.070,10
190	METRONIDAZOL 40MG/ML SUSPENSÃO ORAL FRASCO 80 ML	Frasco/Ampola	5.450,00	1,50	8.154,29
192	MICONAZOL (NITRATO) 20 MG/GR CREME VAGINAL 80G, COM NO MINIMO 10 APLICADORES	Bisnagas	26.640,00	4,56	121.478,40
250	SINVASTATINA 10MG	Comprimidos Bir	231.000,00	0,07	15.939,00
251	SINVASTATINA 20MG	Comprimidos Bir	8.777.859,00	0,05	471.371,03
254	SULFADIAZINA 500MG	Comprimidos Bir	24.500,00	0,13	3.209,50
350	CLORANFENICOL 5MG + ACETATO DE RETINOL 10.000UI + AMINOÁCIDOS 25MG + METIONINA 5MG POMADA OFTÁLMICA 3,5 G	Bisnagas	840,00	8,00	6.720,00
372	DEXAMETASONA. + NEOMICINA + POLIMIXINA B SUSPENSÃO OFTÁLMICA 5ML	Frasco/Ampola	50,00	9,50	474,99
424	GLICOSE 50% AMPOLA 10 ML	Ampola	14.450,00	0,23	3.323,50
440	INSULINA HUMANA NPH 100 U/ML (10ML)	F/A	550,00	15,50	8.524,89
441	INSULINA HUMANA REGULAR 100 U/ML (10ML)	F/A	550,00	15,50	8.524,89
529	SOLUÇÃO DE RINGER COM LACTATO DE SÓDIO SISTEMA FECHADO COM 500 ML	Frasco/Ampola	6.400,00	2,74	17.536,00
538	SORO FISIOLÓGICO (CLORETO DE SÓDIO 0,9%) FRASCO 100ML SISTEMA FECHADO	Frasco/Ampola	165.200,00	1,80	297.343,48
556	TAMOXIFENO 20MG	Ampola	70.000,00	2,15	150.500,00
571	TROPICAMIDA 1% SOLUÇÃO OFTÁLMICA 5 ML	Frasco/Ampola	60,00	10,80	648,00

## S &amp; R DISTRIBUIDORA LTDA (MATRIZ) - CNPJ: 04.889.315/0001-92

Nº Item	Descrição	Unid.	Qtde.	Valor Unit.	Total Item
27	ANLODIPINO (BESILATO) 10 MG	Comprimidos Bir	167.020,00	0,05	7.933,45
30	ATENOLOL 25MG	Comprimidos Bir	331.000,00	0,02	7.116,50
58	CEFALEXINA 250MG/5ML PÓ P/SUSPENSÃO ORAL FRASCO 100 ML	Frasco/Ampola	25.430,00	6,00	152.580,00
60	CETOCONAZOL 20MG/G CREME BISNAGA 30 G	Bisnagas	7.160,00	1,16	8.291,28

Nº Item	Descrição	Unid.	Qtde.	Valor Unit.	Total Item
62	CETOCONAZOL 200 MG	Comprimidos Bir	65.110,00	0,08	5.469,24
68	CLINDAMICINA (CLORIDRATO) 300MG	Comprimidos Bir	33.300,00	0,85	28.468,17
111	ESTRIOL 1MG/ML CREME VAGINAL	Bisnagas	4.780,00	5,04	24.091,20
121	FLUNARIZINA (DICLORIDRATO) 10MG	Comprimidos Bir	45.500,00	0,04	1.965,60
137	HIDRÓXIDO DE ALUMÍNIO 61,5 MG/ML FRASCO 100 ML	Frasco/Ampola	3.570,00	1,64	5.865,51
151	ITRACONAZOL 100MG	Comprimidos Bir	33.000,00	0,49	16.292,10
174	MEDROXIPROGESTERONA (ACETATO) 10MG	Comprimidos Bir	38.200,00	0,68	26.124,98
196	NIFEDIPINA 10MG	Comprimidos Bir	125.200,00	0,02	3.092,44
212	OMEPRAZOL 10MG	Comprimidos Bir	1,00	0,32	,32
228	PIRIMITAMINA 25MG	Comprimidos Bir	29.900,00	0,08	2.296,32
229	PLANTAGO OVATA 3,5G PÓ EFERVESCENTE SEM AÇUCAR	Comprimidos Bir	1,00	0,98	,98
253	SINVASTATINA 80MG	Comprimidos Bir	25.000,00	1,39	34.750,00
262	TETRACICLINA 500MG	Cápsula	36.500,00	0,13	4.745,00
270	VARFARINA SÓDICA 2,5 MG	Comprimidos Bir	251.000,00	0,31	77.810,00
272	VERAPAMIL (CLORIDRATO) 120MG	Comprimidos Bir	4.000,00	0,49	1.960,00
292	AMIODARONA (CLORIDRATO) 50MG/ML INJETÁVEL , AMPOLA COM 3 ML	Ampola	4.280,00	1,46	6.260,78
294	AMPICILINA 1G INJETÁVEL	Frasco/Ampola	2.800,00	5,03	14.095,20
298	ANFOTERICINA B 50MG/10ML	F/A	800,00	13,14	10.511,20
301	ATROPINA (SULFATO) 1% COLÍRIO 3ML	Frasco/Ampola	150,00	7,50	1.125,00
303	BACLOFENO 10 MG	Comprimidos Bir	4.000,00	0,08	316,00
305	BENZIDAMIDA 1,5MG/ML, FRASCO 150ML	Frasco/Ampola	200,00	16,20	3.240,00
310	BISACODIL 5MG	Comprimidos Bir	4.000,00	0,12	467,20
311	BLEOMICINA 15U	F/A	150,00	239,37	35.905,50
318	CALCITRIOL (VITAMINA D3) 0,25MCG	Cápsula	600,00	2,10	1.260,00
330	CETOPROFENOO 50MG	Cápsula	1.500,00	0,16	243,15
335	CICLOSPORINA 100MG	Cápsula	600,00	8,45	5.070,00
336	CICLOSPORINA 25MG	Cápsula	1.200,00	2,40	2.880,00
337	CICLOSPORINA 50MG	Cápsula	1.000,00	4,98	4.980,00
346	CLOBETASOL (PROPIONATO) 0,5MG/G POMADA 30 GR	Bisnagas	230,00	3,50	805,00
367	DESMOPRESSINA. (ACETATO) 4MCG/ML (AMPOLA 1ML)	Ampola	50,00	23,58	1.179,00
369	DESTILBENOL (DIETILESTILBESTROL) 1MG	Comprimidos Bir	2.500,00	0,58	1.447,50
379	DILTIAZEM 60MG	Comprimidos Bir	4.600,00	0,10	441,60
390	EPINEFRINA (CLORIDRATO) 1 MG/ML AMPOLA 1 ML	Ampola	8.920,00	1,08	9.633,60
396	ESCOPOLAMINA (BUTILBROMETO) ASSOCIADA A DIPIRONA SODICA 20 ML GOTAS	Frasco/Ampola	3.740,00	3,32	12.431,76
407	FEXOFENADINA 60MG	Comprimidos Bir	600,00	2,28	1.367,40
461	MERCAPTOPURINA 50MG	Comprimidos Bir	2.000,00	3,90	7.800,00
463	MESALAZINA 400MG	Comprimidos Bir	300,00	2,85	855,00
478	MICOFENOLATO DE SÓDIO 180MG	Cápsula	2.000,00	8,74	17.486,00
479	MICOFENOLATO DE SÓDIO 360MG	Cápsula	15.000,00	17,49	262.290,00
492	NIMODIPINO 30MG	Comprimidos Bir	10.000,00	0,08	787,00
523	PROTAMINA 50MG/5ML 1000 UI/ML (5ML)	Ampola	350,00	3,01	1.053,85
528	RIFAMPICINA 300MG	Cápsula	3.300,00	2,43	8.009,10
534	SIMETICONA 40MG	Comprimidos Bir	9.500,00	0,07	665,00
552	SUPositório DE GLICERINA ( GLICEROL 95%) INFANTIL CAIXA COM 12 UNIDADES	Supositório	340,00	1,00	340,00
574	VARFARINA 2,5MG	Ampola	7.000,00	0,31	2.170,00
575	VASOPRESSINA 20 U/ML (1ML)	Ampola	200,00	22,00	4.400,00
581	VITAMINA C (ACIDO ASCORBICO) 100 MG/ML 5 ML SOL INJ	Ampola	550,00	0,64	349,80

SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - CNPJ: 09.944.371/0001-04

Nº Item	Descrição	Unid.	Qtde.	Valor Unit.	Total Item
128	GLICAZIDA 60MG MR	Comprimidos Bir	118.000,00	0,21	24.780,00
176	MEDROXIPROGESTERONA (ACETATO)150 MG/ML AMPOLA 1 ML	Ampola	10.350,00	7,80	80.730,00
215	ONDANSETRONA (CLORIDRATO) 4MG	Comprimidos Bir	6.550,00	1,95	12.792,15

Nº Item	Descrição	Unid.	Qtde.	Valor Unit.	Total Item
217	OXCARBAZEPINA 300MG	Comprimidos Bir	44.100,00	0,31	13.494,60
218	OXCARBAZEPINA 600MG	Comprimidos Bir	60.200,00	0,65	39.009,60
219	OXCARBAZEPINA 60MG/ML SUSPENSAO ORAL 100 ML	Frasco/Ampola	2.450,00	21,18	51.891,00
265	TIORIDAZIDA (CLORIDRATO) 50 MG	Comprimidos Bir	3.300,00	0,35	1.138,50
277	ACICLOVIR 250MG/10ML	F/A	4.000,00	27,99	111.960,00
296	ANAGRELIDA 0,5MG	Cápsula	7.000,00	21,07	147.490,00
320	CARBOPLATINA 150MG/15ML	F/A	600,00	39,90	23.940,00
342	CITARABINA 100MG	F/A	150,00	10,60	1.590,00
343	CITARABINA 500MG	F/A	1.000,00	19,00	19.000,00
365	DESLANOSÍDEO 0,4MG/ML AMPOLA 2 ML	Ampola	1.320,00	1,09	1.438,80
387	DOPAMINA (CLORIDRATO) 5 MG/ML AMPOLA 10 ML	Ampola	1.930,00	1,16	2.238,80
392	ERITROPOETINA HUMANA 4000 U/ML	F/A	1.500,00	21,90	32.850,00
397	ETILEFRINA (CLORIDRATO) 10 MG/ML AMPOLA 1 ML	Ampola	545,00	0,85	463,25
406	FENTANILA (SAL CITRATO) 0,05MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA 2 ML	Ampola	11.330,00	0,79	8.950,70
409	FILGRASTIMA 300MCG/1ML	F/A	1.500,00	54,00	81.000,00
433	HIDROCORTISONA (SUCCINATO) PÓ LIOFILIZADO 100 MG P/ SOLUÇÃO INJETAVEL	Ampola	14.280,00	2,99	42.640,08
434	HIDROCORTISONA (SUCCINATO) PÓ LIOFILIZADO 500 MG P/ SOLUÇÃO INJETAVEL	Ampola	17.550,00	4,96	87.048,00
446	ISOSSORBIDA (MONITRATO) 10MG/ML AMPOLA 1 ML	Ampola	1.300,00	2,00	2.596,10
468	METILPREDNISOLONA. (ACETATO) 40MG/ML (2ML) INTRAMUSCULAR	F/A	120,00	7,65	917,76
469	METILPREDNISOLONA.. (SUCCINATO) 125MG/2ML	F/A	200,00	19,77	3.953,00
470	METILPREDNISOLONA... (SUCCINATO) 500MG/8ML	F/A	1.000,00	38,83	38.830,00
471	METOCLOPRAMIDA (CLORIDRATO) 5MG/ML SOLUÇÃO INJETAVEL 2 ML	Ampola	69.000,00	0,24	16.284,00
482	MIDAZOLAM 5 MG/ML INJETÁVEL 10 ML	Ampola	7.150,00	2,47	17.667,65
500	OMEPRAZOL 40MG SOLUÇÃO INJETÁVEL	Ampola	20.390,00	3,97	81.009,47
513	PETIDINA 50MG/ML AMPOLA 2 ML	Ampola	2.550,00	1,49	3.799,50

WAM-MED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - CNPJ: 08.725.154/0001-52

Nº Item	Descrição	Unid.	Qtde.	Valor Unit.	Total Item
32	AZITROMICINA 40MG/ML SUSPENSÃO ORAL + DILUENTE, FRASCO 600 MG	Frasco/Ampola	22.775,00	2,15	48.966,25
319	CAPECITABINA 500MG	Comprimidos Bir	15.327,00	9,39	143.920,53
386	DOCETAXEL 80MG	F/A	200,00	139,50	27.900,00
421	GEMCITABINA 1000MG	F/A	600,00	159,00	95.400,00
439	IMUNOGLOBULINA. 5G	F/A	500,00	787,50	393.750,00
498	OCTREOTIDA 100MCG (0,1MG/ML)	Ampola	300,00	32,00	9.600,00
517	POLIMIXINA 500.000 UI	F/A	3.000,00	28,99	86.970,00
573	VANCOMICINA 500MG	Ampola	5.300,00	6,00	31.800,00

Total Geral:	27.305.387,88
--------------	---------------

2º) Ficam os adjudicatários convocados para assinatura e envio das Atas de Registro de Preços, no prazo estabelecido no Edital.

Joinville, 16 de Dezembro de 2015.

JOSÉ CHAVES

Presidente

CISNORDESTE/SC

**CIS/AMURC****CONTRATO DE RATEIO 01/2016**

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE REGIÃO DO CONTESTADO – CISAMURC

CONTRATO DE RATEIO Nº 01/2016

CONTRATANTE: Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Contestado CISAMURC. CONTRATADO: MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO OBJETO: constitui o objeto do presente contrato de rateio o estabelecimento de ações de saúde conjuntas entre os integrantes da CISAMURC, que possibilitem a otimização das ações e serviços de saúde que lhes correspondam, através do orçamento aprovado pela Assembléia Geral dos Consorciados em 27 de novembro de 2015. VALOR: R\$ 80.581,97 (oitenta mil quinhentos e oitenta e um reais e noventa e sete centavos), podendo ser parcelada em 12 vezes. Vigência: 1º de janeiro de 2016 até 31 de dezembro de 2016. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei 11.107 de 2005.

**CONTRATO DE RATEIO 02/2016\_PAPANDUVA**

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO CONTESTADO – CISAMURC

CONTRATO DE RATEIO Nº 02/2016

CONTRATANTE: Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Contestado CISAMURC. CONTRATADO: MUNICÍPIO DE PAPANDUVA OBJETO: constitui o objeto do presente contrato de rateio o estabelecimento de ações de saúde conjuntas entre os integrantes da CISAMURC, que possibilitem a otimização das ações e serviços de saúde que lhes correspondam, através do orçamento aprovado pela Assembléia Geral dos Consorciados em 27 de novembro de 2015. VALOR: R\$ 43.414,28 (quarenta e três mil quatrocentos e quatorze reais e vinte e oito centavos), podendo ser parcelada em 12 vezes. Vigência: 1º de janeiro de 2016 até 31 de dezembro de 2016. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei 11.107 de 2005.

**CONTRATO DE RATEIO 03/2016\_MAFRA**

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO CONTESTADO – CISAMURC

CONTRATO DE RATEIO Nº 03/2016

CONTRATANTE: Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Contestado CISAMURC. CONTRATADO: MUNICÍPIO DE MAFRA. OBJETO: constitui o objeto do presente contrato de rateio o estabelecimento de ações de saúde conjuntas entre os integrantes da CISAMURC, que possibilitem a otimização das ações e serviços de saúde que lhes correspondam, através do orçamento aprovado pela Assembléia Geral dos Consorciados em 27 de novembro de 2015. VALOR: R\$ 127.780,25 (cento e vinte e sete mil setecentos e oitenta reais e vinte e cinco centavos), podendo ser parcelada em 12 vezes. Vigência: 1º de janeiro de 2016 até 31 de dezembro de 2016. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei 11.107 de 2005.

**CONTRATO DE RATEIO 04/2016\_TRES BARRAS**

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO CONTESTADO – CISAMURC

CONTRATO DE RATEIO Nº 04/2016

CONTRATANTE: Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Contestado CISAMURC. CONTRATADO: MUNICÍPIO DE TRES BARRAS. OBJETO: constitui o objeto do presente contrato de rateio o estabelecimento de ações de saúde conjuntas entre os integrantes da CISAMURC, que possibilitem a otimização das ações e serviços

de saúde que lhes correspondam, através do orçamento aprovado pela Assembléia Geral dos Consorciados em 27 de novembro de 2015). VALOR: R\$ 43.765,42 (quarenta e tres mil setecentos e sessenta e cinco reais e quarenta e dois centavos), podendo ser parcelada em 12 vezes. Vigência: 1º de janeiro de 2016 até 31 de dezembro de 2016. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei 11.107 de 2005.

**CONTRATO DE RATEIO 05/2016\_IRINEOPOLIS**

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO CONTESTADO – CISAMURC

CONTRATO DE RATEIO Nº 05/2016

CONTRATANTE: Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Contestado CISAMURC. CONTRATADO: MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS; OBJETO: constitui o objeto do presente contrato de rateio o estabelecimento de ações de saúde conjuntas entre os integrantes da CISAMURC, que possibilitem a otimização das ações e serviços de saúde que lhes correspondam, através do orçamento aprovado pela Assembléia Geral dos Consorciados em 27 de novembro de 2015. VALOR: R\$ 25.386,02 (vinte e cinco mil trezentos e oitenta e seis reais e dois centavos), podendo ser parcelada em 12 vezes. Vigência: 1º de janeiro de 2016 até 31 de dezembro de 2016. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei 11.107 de 2005.

**CONTRATO DE RATEIO 06/2016\_CANOINHAS**

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO CONTESTADO – CISAMURC

CONTRATO DE RATEIO Nº 06/2016

CONTRATANTE: Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Contestado CISAMURC. CONTRATADO: MUNICÍPIO DE CANOINHAS OBJETO: constitui o objeto do presente contrato de rateio o estabelecimento de ações de saúde conjuntas entre os integrantes da CISAMURC, que possibilitem a otimização das ações e serviços de saúde que lhes correspondam, através do orçamento aprovado pela Assembléia Geral dos Consorciados em 27 de novembro de 2015. VALOR: R\$ 125.181,35 (cento e vinte e cinco mil cento e oitenta e um reais e trinta e cinco centavos), podendo ser parcelada em 12 vezes. Vigência: 1º de janeiro de 2016 até 31 de dezembro de 2016. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei 11.107 de 2005.

**CONTRATO DE RATEIO 07/2016\_MAJOR VIEIRA**

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO CONTESTADO – CISAMURC

CONTRATO DE RATEIO Nº 07/2016

CONTRATANTE: Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Contestado CISAMURC. CONTRATADO: MUNICÍPIO DE MAJOR VIEIRA OBJETO: constitui o objeto do presente contrato de rateio o estabelecimento de ações de saúde conjuntas entre os integrantes da CISAMURC, que possibilitem a otimização das ações e serviços de saúde que lhes correspondam, através do orçamento aprovado pela Assembléia Geral dos Consorciados em 27 de novembro de 2015. VALOR: R\$ 18.247,72 (dezoito mil duzentos e quarenta e sete reais e setenta e dois centavos), podendo ser parcelada em 12 vezes. VIGÊNCIA: 1º de janeiro de 2016 até 31 de dezembro de 2016. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei 11.107 de 2005.



**CONTRATO DE RATEIO 08/2016\_MONTE CASTELO**  
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO CONTESTADO – CISAMURC

CONTRATO DE RATEIO Nº 08/2016

CONTRATANTE: Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Contestado CISAMURC. CONTRATADO: MUNICÍPIO DE MONTE CASTELO OBJETO: constitui o objeto do presente contrato de rateio o estabelecimento de ações de saúde conjuntas entre os integrantes da CISAMURC, que possibilitem a otimização das ações e serviços de saúde que lhes correspondam, através do orçamento aprovado pela Assembleia Geral dos Consorciados em 27 de novembro de 2015. VALOR: R\$ 19.578,36 (dezenove mil quinhentos e setenta e oito reais e trinta e seis centavos), podendo ser parcelada em 12 vezes. VIGÊNCIA: 1º de janeiro de 2016 até 31 de dezembro de 2016. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei 11.107 de 2005.

**CONTRATO DE RATEIO 09/2016\_ BELA VISTA DO TOLDO**

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO CONTESTADO – CISAMURC

CONTRATO DE RATEIO Nº 09/2016

CONTRATANTE: Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Contestado CISAMURC. CONTRATADO: MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO. OBJETO: constitui o objeto do presente contrato

de rateio o estabelecimento de ações de saúde conjuntas entre os integrantes da CISAMURC, que possibilitem a otimização das ações e serviços de saúde que lhes correspondam, através do orçamento aprovado pela Assembleia Geral dos Consorciados em 27 de novembro de 2015. VALOR: R\$ 14.433,70 (quatorze mil quatrocentos e trinta e três reais e setenta centavos), podendo ser parcelada em 12 vezes. VIGÊNCIA: 1º de janeiro de 2016 até 31 de dezembro de 2016. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei 11.107 de 2005.

**CONTRATO DE RATEIO 10/2016\_TIMBO GRANDE**

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO CONTESTADO – CISAMURC

CONTRATO DE RATEIO Nº 10/2016

CONTRATANTE: Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Contestado CISAMURC. CONTRATADO: MUNICÍPIO DE TIMBÓ GRANDE. OBJETO: constitui o objeto do presente contrato de rateio o estabelecimento de ações de saúde conjuntas entre os integrantes da CISAMURC, que possibilitem a otimização das ações e serviços de saúde que lhes correspondam, através do orçamento aprovado pela Assembleia Geral dos Consorciados em 27 de novembro de 2015. VALOR: R\$ 17.630,92 (dezesete mil seiscentos e trinta reais e noventa e dois centavos), podendo ser parcelada em 12 vezes. VIGÊNCIA: 1º de janeiro de 2016 até 31 de dezembro de 2016. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei 11.107 de 2005.

---

**CIS/AMUREL**

---

**AVISO DE EDITAL DE CREDENCIAMENTO 2016**

AVISO DE EDITAL DE CREDENCIAMENTO

O CISAMUREL - Consórcio Intermunicipal de Saúde da AMUREL, através do presente, na intenção de ampliar a base de credenciados para o ano de 2016, torna público que o Edital de Credenciamento 001/2009 encontra-se em vigor, para o credenciamento de prestadores de serviços especializados na área da saúde para atender os pacientes do Sistema Único de Saúde dos Municípios Consorciados, na forma e valores constantes da Tabela de Procedimentos do SUS, instituída pela Portaria GM/MS nº. 321, de 08/02/2007 e publicada pela GM/MS nº. 2.848 de 06/11/2007, suas atualizações posteriores, e demais deliberações da Assembleia Geral. Da mesma forma, continuam também em vigor, os Editais 002/2009, 001/2012 e 02/2015. Os interessados deverão entregar a documentação exigida nos Editais a partir desta data, nos prazos e na forma nele definidas. A íntegra dos Editais poderá ser retirada na sede do Consórcio sito à Rua Rio Branco, nº. 67, sala B, bairro Vila Moema, Tubarão (SC), ou pelo site da Amurel: [www.amurel.org.br/cisamurel/download](http://www.amurel.org.br/cisamurel/download). Outras informações poderão ser obtidas na sede da entidade no endereço acima ou pelo telefone: 48-3626 5711.

Tubarão (SC), 28 de dezembro de 2015.

JORGE LEONARDO NESI

Presidente do CIS

---

**CPIMMOC**

---

**ALTERAÇÃO ATA ASSEMBLEIA EXTRAORDINÁRIA 02 DE DEZEMBRO 2015**

ATA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA 02 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2015

Às 9:00 horas do dia dez dias de dezembro de dois mil e quinze, tendo como local o auditório da Associação dos Municípios do Meio Oeste Catarinense – AMMOC, sito à rua Roberto Trompowsky, 68, 2º andar na cidade de Joaçaba, Estado de Santa Catarina, reuniram-se os Prefeitos dos Municípios integrantes do Consórcio Público Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado em Assembleia Geral Extraordinária, convocada através do Edital de Convocação nº 02 de 03 de Dezembro de 2015. Presentes: Novelli Sganzerla – Prefeito de Água Doce; Walter Kucher Junior - Prefeito de Erval Velho; Nelson Guindani – Prefeito de Herval d Oeste; Rafael Laske – Prefeito de Joaçaba; Hilário Chiamolera - Prefeito de Lacerdópolis; Moises Diersmann – Prefeito de Luzerna; Vitor Faccin – Prefeito de Ouro; Euclides Cruz - Prefeito de Tangará; Mauro Dresch - Prefeito de Treze Tílias e o Vice-Prefeito de Capinzal- Wilson Luiz Farias. Verificado o quórum e havendo número legal de Prefeitos presentes, o senhor Vitor Faccin, Prefeito de Ouro e Presidente do CPIMMOC, saudou a todos e declarou aberta a assembleia. Ato contínuo convidou Andreia Fleck Silva, para secretariar a reunião e passou para a ordem do dia. 1 - Convênio com o

MDA/PROINF/CAIXA ECONÔMICA. - Inicialmente o Presidente comunicou a assinatura do convênio para aquisição dos treze veículos que acontecerá através de licitação prevista para janeiro/2016. 2 - Foi encaminhado aos municípios consorciados minuta de Lei que Institui o Serviço de Inspeção Municipal SISBI/SUASA, nos municípios pertencentes ao Consórcio, para encaminhamento as Câmaras de Vereadores para aprovação. 3 - quadro de cargos e salários do CPIMMOC. Em consonância com o que dispõe o inciso X, § 2º da Cláusula décima segunda do Protocolo de Intenções com CPIMMOC, o Presidente apresentou à Assembleia Geral a proposta de criação do quadro de cargos e salários do CPIMMOC. Após ampla discussão, o quadro de cargos e salários foi aprovado por unanimidade de votos. 4 – Contratação de pessoal. O plenário também autorizou a contratação imediata dos seguintes cargos em Comissão: (Gerente de Meio Ambiente/30h, Assessor Jurídico/20h Área Ambiental; Assessor Técnico/40h). A contratação dos demais cargos em Comissão será feita de acordo com a necessidade, mediante autorização da Diretoria Os cargos técnicos e auxiliares deverão ser preenchidos por meio de processo seletivo, de acordo com a necessidade e mediante autorização da Diretoria foram aprovados por unanimidade. O quadro de Pessoal, com respectivas atribuições e vencimentos integra a presente ata na forma de anexo. 5 – Proposta de alteração do Estatuto. A apreciação da proposta de alteração estatutária foi transferida para a primeira reunião em 2016, o qual será encaminhado pelo endereço eletrônico dos senhores prefeitos. Integrará a proposta de alteração estatutária, o quadro de cargos e salários antes aprovado. 6 - Eleição do CPIMMOC para o exercício de 2016. O Presidente suspendeu a reunião por dez minutos para apresentação das chapas que desejarem concorrer para os cargos da Diretoria e Conselho Administrativo e Conselho Fiscal para o próximo exercício. Reaberta a assembléia foi registrada apenas uma chapa, que passou a denominar-se de chapa única com a seguinte composição: Presidente: Vitor João Faccin – Prefeito de Ouro, brasileiro, casado, professor, portador da CI nº 1.514.201, inscrito no CPF sob nº 520.064.509-30, residente à rua sete de abril, nº 3303, parque jardim ouro, no município de Ouro; Vice-Presidente: Euclides Cruz brasileiro casado, Técnico Agrícola portador da CI nº 1.880.336, inscrição no CPF sob nº 560.161.669-87, residente à rua Rademar Barros nº 179 aptº 02 centro, no município de Tangará; Conselho Administrativo: Titulares: 1º Andevir Isganzerlla, brasileiro, casado, professor, portador da CI nº 1.888.707, inscrito no CPF sob nº 564.375.609-91, residente à rua Dona Linda Santos 4º andar, no município de Capinzal; 2º Walter Kucher Junior, brasileiro, casado, Administrador, portador da CI nº 2.418.443, inscrito no CPF sob nº 824.490.409-78, residente à avenida XV de novembro, no município de Erval Velho; 3º Melânia Apª Roman Meneguini, Suplentes: brasileira, casada, Empresária, portadora da CI nº 1.517.445, inscrito no CPF sob nº 710.974.499-04, residente à Avenida XV de novembro, no município de Vargem Bonita; 1º Hilário Chiamolera, brasileiro, casado, Bacharelado em Direito, portadora da CI nº 743.513, inscrito no CPF sob nº 250.360.179-00, residente à rua Da Liberdade nº 15, no município de Lacerdópolis; 2º Gisa Apª Giacomini, brasileira, casada, Empresária, portadora da CI nº 3.153.949, inscrito no CPF sob nº 868.104.649-72, residente à rua Almirante Tamandaré, no município de Catanduvas; 3º Mauro Dresch, brasileiro, casado, Administrador, portador da CI nº 1.074.960, inscrito no CPF sob nº 460.440.609-00, residente à rua Dos Imigrantes cond. Austria residencial, no município de Treze Tílias; – Conselho Fiscal – Titulares: 1º Moisés Diersmann, brasileiro, casado, Professor, portador da CI nº 3.427.769, inscrito no CPF sob nº 024.651.199-07, residente à rua Limeira nº 123, no município de Luzerna; 2º Rafael Laske, brasileiro, casado, Administrador, portador da CI nº 1.706.263, inscrito no CPF sob nº 001.150.729-26, residente à rua Almirante Barroso nº 439, no município de Joaçaba; 3º Novelli Sganzerla, brasileiro, casado, Dentista, portador da CI nº 2.632.418, inscrito no CPF sob nº 160.789.509-01, residente à rua Juselino Mendes, 198, no município de Água Doce Suplentes: 1º Ari Ferrari, brasileiro, casado, Médico Veterinário, portador da CI nº 549.064, inscrito no CPF sob nº 345.200.409-06, residente à Localidade Linha Triangulo, no município de Ibicaré; 2º Nelson Guindani, brasileiro, casado, Tecnólogo em Meio Ambiente, portador da CI nº 1.511.562, inscrito no CPF sob nº 501.589.459-72, residente à rua Nereu Ramos nº 388 6º andar, no município de Herval d Oeste. Em vista da inscrição de apenas uma chapa, a eleição aconteceu por aclamação, sendo eleita por unanimidade. 6 - posse da nova diretoria. O Plenário definiu que a posse da nova diretoria se dará de forma automática, mediante assinatura do termo de posse, a partir do primeiro dia útil do mês de janeiro de 2016, com duração até o dia 31 de dezembro de 2016. Nada mais havendo a tratar esgotada a pauta, o Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a assembleia geral extraordinária. Para constar, eu Andreia Fleck da Silva, lavrei a presente ata que vai pelo Presidente assinada.

Presidente: \_\_\_\_\_ Vitor João Faccin

Joaçaba, 10 de Dezembro de 2015

#### ANEXO 1

dos empregos públicos

Nº de vagas	Denominação do emprego/Carga Horária	Vencimento Inicial
1	Assistente Administrativo/40	R\$ 2.533,90
1	Auxiliar de Serviços Gerais /40	R\$ 950,00
5	Analista em Meio Ambiente	R\$ 3.500,00
1	Médico Veterinário/30	R\$ 3.500,00

#### DO EMPREGO PÚBLICO DE LIVRE NOMEAÇÃO

Nº de vagas	Denominação do emprego/Carga Horária	Vencimento
1	Diretor Executivo/40	R\$ 5.500,00
1	Gerente de Meio Ambiente/30h	R\$ 4.720,00
1	Gerente SUASA/30h	R\$ 4.720,00
1	Assessor Jurídico/20h Área Ambiental	R\$ 4.720,00
1	Assessor Técnico/40h	R\$ 2.758,00

#### ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS E REQUISITOS

##### DIRETORIA EXECUTIVA

- I – Receber e expedir documentos e correspondências do Consórcio, mantendo em ordem toda a documentação administrativa e financeira do Consórcio Público Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado, bem assim zelando e responsabilizando-se pelo seu controle, organização e arquivo;
- II – Executar a gestão administrativa e financeira do Consórcio Público Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado, dentro dos limites do orçamento aprovado pela Assembleia Geral, observada a legislação em vigor, em especial as normas da administração pública;
- III – Elaborar e analisar projetos sob a ótica da viabilidade econômica, financeira e dos impactos, a fim de subsidiar processo decisório;
- IV – Acompanhar e avaliar projetos;
- V – Avaliar a execução e os resultados alcançados pelos programas e ações implementados;
- VI – elaborar relatórios de acompanhamento dos projetos/convênios para os órgãos superiores;
- VII – movimentar em conjunto com o Presidente do Consórcio Público Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado ou com quem este delegar as contas bancárias e os recursos financeiros do Consórcio;
- VIII – providenciar e solucionar todas as diligências solicitadas pelos órgãos colegiados do Consórcio, Presidência e Tribunal de Contas do Estado;
- VIX – realizar as atividades de relações públicas do Consórcio Público Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado, constituindo o elo de ligação do Consórcio com a sociedade civil e os meios de comunicação, segundo diretrizes e supervisão do Presidente;
- X – Contratar, punir, dispensar ou exonerar empregados, bem como praticar todos os atos relativos a gestão dos recursos humanos, após autorização do Conselho de Administração;
- XI – Contratar, após prévia aprovação do Conselho de Administração, pessoal por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público nos termos previsto neste instrumento e no Estatuto;
- XII – Apresentar os assuntos relacionados à Estrutura Administrativa e Recursos Humanos a serem submetidos à aprovação do Conselho de Administração;
- XIII – Promover todos os atos administrativos e operacionais necessários para o desenvolvimento das atividades do Consórcio;
- XIV – Instaurar sindicâncias e processos disciplinares nos termos do Estatuto;
- XV – Constituir comissão de licitações do Consórcio nos termos do Estatuto;
- XVI – Providenciar as convocações, agendas e locais para as reuniões da Assembleia Geral, Conselho de Administração e Conselho Fiscal;
- XVII – Participar, sem direito a voto, das reuniões da Administração Geral e do Conselho de Administração, e coordenar a lavratura das atas, os quais deverão conter o registro cronológico de todas as reuniões realizadas com indicação da data, local e hora, pauta, nome e cargo dos presentes, e todas as deliberações adotadas em cada reunião;
- XVIII – Elaborar os processos de licitação para contratação de bens, materiais ou prestadores de serviços e a celebração de convênios de credenciamento com entidades;
- XIX – Propor melhorias nas rotinas administrativas do Consórcio ao Conselho de Administração, visando à contínua redução de custos, aumento da eficácia das ações consorciais no atingimento de suas metas e objetivos e ao emprego racional dos recursos disponíveis;
- XX – Requisitar à Presidência seu substituto em caso de impedimento ou ausência para responder pelo expediente e pelas atividades do Consórcio Público Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado;
- XXI – Propor ao Conselho de Administração a requisição de servidores públicos para servir ao Consórcio Público Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado;
- XXII – Expedir certidões, declarações, passar recibos, receber citações e intimações, bem como dar adequado tratamento a todos os demais documentos a serem expedidos ou recebidos relativos a matéria administrativa do Consórcio Público Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado;
- XXIII – Publicar as atas das reuniões da Assembleia Geral e do Conselho de Administração;

Requisitos Mínimos: formação Superior

#### ASSESSOR JURÍDICO

- I. Atender, no âmbito da Diretoria de Meio Ambiente, aos processos e consultas que lhe forem submetidos;
- II. Emitir pareceres e interpretações de textos legais relacionados à Diretoria de Meio Ambiente e aos órgãos ambientais municipais;
- III. Promover a elaboração dos instrumentos relativos a contratos, convênios, ajustamentos de condutas, acordos de compensação ambiental, ajustes e acordos;
- IV. Revisar, atualizar e consolidar a legislação ambiental dos municípios integrantes do CPIMMOC;
- V. Observar as normas ambientais federais e estaduais que possam ter implicações na legislação ambiental local, à medida que forem sendo expedidas, e providenciar na adaptação desta;
- VI. Participar de reuniões coletivas convocadas pela Diretoria de Meio Ambiente ou Presidente do CPIMMOC;
- VII. Presidir, sempre que possível, aos inquéritos administrativos relacionados à Diretoria de Meio Ambiente e aos órgãos ambientais municipais;
- VIII. Exercer outras atividades compatíveis com a função, de conformidade com a disposição legal ou regulamentar, ou para as quais sejam expressamente designados; relatar parecer coletivo, em questões jurídicas de magna importância, quando para tal tiver sido sorteado;
- IX. Representar a Diretoria de Meio Ambiente ou o Órgão Ambiental Municipal, quando investido do necessário mandato;
- X. Examinar, sob aspecto jurídico, todos os atos praticados pela Diretoria de Meio Ambiente e órgãos Ambientais Municipais em relação as questões restritas a atuação destes;
- XI. Desenvolver outras atividades de natureza jurídica ambiental, especificamente de interesse do Consórcio, através da anuência, aprovação ou solicitação da Diretoria de Meio Ambiente.

Requisitos Mínimos: formação Superior e registro no regular na Ordem dos Advogados do Brasil.

#### GERENTE DE MEIO AMBIENTE



- I. Planejar, dirigir, orientar, coordenar, executar ou fazer executar as atividades de licenciamento, fiscalização, controle, monitoramento e gestão da qualidade ambiental no âmbito dos órgãos ambientais municipais do CPIMMOC.
- II. Elaborar o Plano Anual de Atividades Ambientais, em conjunto com a totalidade dos órgãos ambientais municipais do CPIMMOC
- III. Controlar o cumprimento dos termos contratuais, quando executados por serviços contratados;
- IV. Elaborar e executar o planejamento ambiental, organizacional e estratégico afetos à execução das políticas municipais de meio ambiente formuladas no âmbito dos Municípios integrantes da CPIMMOC, em especial as que se relacionem com as atividades de regulação, controle, fiscalização, licenciamento e auditoria ambiental;
- V. Pesquisar dados e proceder a estudos comparativos, bem como manter banco de dados específicos, relativos ao setor de trabalho;
- VI. Analisar atos e fatos técnicos e administrativos, apresentando soluções e alternativas;
- VII. Propor a edição de normas e atos de natureza técnica ou administrativa pertinentes a sua responsabilidade;
- VIII. Acompanhar o desenvolvimento da técnica de planejamento administrativo e financeiro, a fim de promover o seu aperfeiçoamento;
- IX. Desenvolver projetos, objetivando racionalizar e informatizar as rotinas e os procedimentos;
- X. Elaborar diretrizes para a organização e modernização das estruturas e procedimentos administrativos;
- XI. Participar da elaboração e execução de contratos e convênios;
- XII. Participar da tomada de decisão em processos de planejamento ou organização nos assuntos de sua área de atuação;
- XIII. Elaborar o plano anual de divulgação das atividades ambientais do CPIMMOC, conforme as atribuições regimentais pertinentes ou que lhe forem atribuídas.
- XIV. Promover o intercâmbio e garantir a formação continuada dos técnicos sob sua direção;
- XV. Participar ativamente dos encontros, seminários, congressos, cursos de formação e atividades afins, que possam contribuir com o fortalecimento institucional do Consórcio, na sua área de atuação;
- XVI. Representar o Consórcio nas questões relacionadas ao Meio Ambiente.

Requisitos Mínimos: formação superior na área do meio ambiente ou curso afim e registro no respectivo Conselho Profissional.

#### GERENTE DO SISBI/SUASA

- XVII. Planejar, dirigir, orientar, coordenar, executar ou fazer executar as atividades , fiscalização, controle, monitoramento e gestão da qualidade no âmbito dos órgãos municipais do CPIMMOC.
- XVIII. Elaborar o Plano Anual de Atividades em conjunto com a totalidade dos órgãos municipais do CPIMMOC
- XIX. Controlar o cumprimento dos termos contratuais, quando executados por serviços contratados;
- XX. Elaborar e executar o planejamento do sistema unificado de atenção à Sanidade Agropecuária, organizacional e estratégico afetos à execução das políticas municipais de formuladas no âmbito dos Municípios integrantes da CPIMMOC, em especial as que se relacionem com as atividades de regulação, controle, fiscalização;
- XXI. Pesquisar dados e proceder a estudos comparativos, bem como manter banco de dados específicos, relativos ao setor de trabalho;
- XXII. Analisar atos e fatos técnicos e administrativos, apresentando soluções e alternativas;
- XXIII. Propor a edição de normas e atos de natureza técnica ou administrativa pertinentes a sua responsabilidade;
- XXIV. Acompanhar o desenvolvimento da técnica de planejamento administrativo e financeiro, a fim de promover o seu aperfeiçoamento;
- XXV. Desenvolver projetos, objetivando racionalizar e informatizar as rotinas e os procedimentos;
- XXVI. Elaborar diretrizes para a organização e modernização das estruturas e procedimentos administrativos;
- XXVII. Participar da elaboração e execução de contratos e convênios;
- XXVIII. Participar da tomada de decisão em processos de planejamento ou organização nos assuntos de sua área de atuação;
- XXIX. Elaborar o plano anual de divulgação das atividades SISBI/SUASA/POA do CPIMMOC, conforme as atribuições regimentais pertinentes ou que lhe forem atribuídas.
- XXX. Promover o intercâmbio e garantir a formação continuada dos técnicos sob sua direção;
- XXXI. Participar ativamente dos encontros, seminários, congressos, cursos de formação e atividades afins, que possam contribuir com o fortalecimento institucional do Consórcio, na sua área de atuação;
- XXXII. Representar o Consórcio nas questões relacionadas a área.

Requisitos Mínimos: formação superior na área Veterinária ou curso afim e registro no respectivo Conselho Profissional.

#### ANALISTA EM MEIO AMBIENTE

- I. Executar as atividades de licenciamento, fiscalização, controle, monitoramento e gestão da qualidade ambiental dando suporte técnico aos Órgãos Ambientais Municipais do CPIMMOC.
- II. Supervisionar e promover estudos, programas e medidas de controle de exploração e uso racional dos recursos naturais e da degradação ambiental nos Municípios;
- III. Assessorar Município e empreendedores na elaboração e execução de estudos, projetos, programas e ações normatizadas ou exigidas pela legislação específica, quando solicitado;
- IV. Zelar pela observância dos cronogramas estabelecidos para estudos, pesquisas, projetos, obras e serviços sob sua coordenação;
- V. Elaborar relatórios sobre o andamento dos trabalhos, bem como sugerir medidas para corrigir eventuais ocorrências no descumprimento das disposições legais e contratuais;
- VI. Dirigir, orientar e coordenar as atividades relacionadas com a conservação de amostras representativas dos ecossistemas e o manejo da vida silvestre, com vistas à manutenção da biodiversidade;
- VII. Fazer cumprir as Políticas Municipais de Meio Ambiente no âmbito de suas competências;

Requisitos Mínimos: Formação Superior e registro regular no respectivo Conselho Profissional

#### MÉDICO VETERINÁRIO

I- Planejamento direção, coordenação, execução e controle da assistência técnico-sanitária aos animais, no âmbito do Consórcio na manutenção do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária – SISB/SUASA e POA.

II- Inspeção e fiscalização sob os pontos de vista higiênico, sanitário e tecnológico dos produtos de origem animal e dos matadouros, matadouros-frigoríficos, charqueadas, fábricas de conserva de carne e de pescado, fábricas de produtos gordurosos que empreguem como matéria prima produto de origem animal, no todo ou em parte, usinas, fábricas e postos de laticínios entrepostos de carne, leite, peixe, ovos, mel, cera e demais derivados do reino animal, assim como inspeção e fiscalização dos estabelecimentos comerciais que armazenem ou comercializem os produtos citados nesta alínea, atendendo as exigências do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária – SUASA

III- Outras atribuições inerentes a profissão para a implantação e manutenção do SUASA

Requisitos Mínimos: Formação Superior e registro regular no respectivo Conselho Profissional

**ASSESSOR TÉCNICO**

I- Assessorar o superior imediato no desempenho de suas funções, auxiliando na execução de suas tarefas administrativas e em reuniões, marcando e cancelando compromissos.

II- Acompanhar a execução de tarefas a serem operacionalizadas em outras áreas para garantir o resultado esperado.

III- Organizar eventos, viagens, diligências e prestar serviços como organização de agenda pessoal, quando solicitado.

IV- Emitir informações, analisar dados, controlar e analisar processos, operar máquinas e equipamentos com vistas a assegurar o eficiente funcionamento da área de atuação;

V- Efetuar protocolos, arquivamentos e organização de processos sob demanda;

VI- Prestar atendimento ao público, através de informações, e fazendo encaminhamentos;

VII- Supervisionar ações, monitorando resultados;

VIII- Realizar atividades de rotina sob sua responsabilidade;

IX- Capacitar estagiários no desempenho de suas funções;

X- Ministrar palestras, minicursos ou oficinas em relação aos processos, fiscalização, licenciamento e Educação Ambiental, quando solicitado.

Requisitos Mínimos: Formação técnica na área de meio ambiente

**ASSISTENTE ADMINISTRATIVO**

Utilizar os materiais e equipamentos necessários à execução do trabalho administrativo do setor; utilizar as aplicações de informática na elaboração de documentos e no registro de informações; aplicar as técnicas de registro e expedição de correspondências; identificar os diferentes tipos de documentos e o circuito de documentação; utilizar as técnicas de arquivo de correspondências oficiais e documentos diversos; aplicar as competências lingüísticas na comunicação e no processamento de texto em língua portuguesa manter organizado o local de trabalho; verificar mensagens eletrônicas recebidas e efetuar os encaminhamentos necessários; organizar e atualizar arquivo de documentos e correspondências; arquivar correspondências e documentos diversos;; efetuar, receber e filtrar ligações telefônicas; receber, protocolar, triar, registrar e encaminhar documentos e correspondências; desenvolver outras atividades de acordo com as especificidades do setor de lotação.

Requisito Mínimo: Ensino Médio, cursando Ensino Superior

**AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS**

I- Realizar atividades de limpeza e higiene das instalações do Consórcio, serviços de copa, cozinha e bar;

II- Verificar a existência de material de limpeza e outros itens relacionados com seu trabalho, comunicando ao superior imediato a necessidade de reposição quando for o caso;

III. Executar outras atribuições afins

Requisito mínimo: Ensino Fundamental

**RESOLUÇÃO 006 DE DEZEMBRO 2015 DE NOMEAÇÃO PESSOAL**

RESOLUÇÃO Nº 06/2015, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2015

VITOR JOÃO FACCIN, Presidente do Consórcio Público Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado – CPIMMOC, no uso das atribuições que lhe confere o inciso X, § 1º da cláusula décima terceira do Protocolo de Intenções de criação do Consórcio, e de acordo com a decisão da Assembleia geral extraordinária realizada no dia 10 de dezembro de 2015,

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear o senhor ELTON MAGRINELLI, no cargo de Gerente de Meio Ambiente Consórcio Público Meio Oeste do Contestado – CPIMMOC.

Parágrafo único. A posse no cargo se efetivará mediante assinatura do Termo de Posse.

Art. 2º Delegar ao Gerente de Meio Ambiente as seguintes atribuições:

I - Planejar, dirigir, orientar, coordenar, executar ou fazer executar as atividades de licenciamento, fiscalização, controle, monitoramento e gestão da qualidade ambiental no âmbito dos órgãos ambientais municipais do CPIMMOC;

II - Elaborar o Plano Anual de Atividades Ambientais, em conjunto com a totalidade dos órgãos ambientais municipais do CPIMMOC;

III - Controlar o cumprimento dos termos contratuais, quando executados por serviços contratados;

IV - Elaborar e executar o planejamento ambiental, organizacional e estratégico afetos à execução das políticas municipais de meio ambiente formuladas no âmbito dos Municípios integrantes da CPIMMOC, em especial as que se relacionem com as atividades de regulação,

controle, fiscalização, licenciamento e auditoria ambiental;

V - Pesquisar dados e proceder a estudos comparativos, bem como manter banco de dados específicos, relativos ao setor de trabalho;

VI - Analisar atos e fatos técnicos e administrativos, apresentando soluções e alternativas;

VII - Propor a edição de normas e atos de natureza técnica ou administrativa pertinentes a sua responsabilidade;

VIII - Acompanhar o desenvolvimento da técnica de planejamento administrativo e financeiro, a fim de promover o seu aperfeiçoamento;

IX - Desenvolver projetos, objetivando racionalizar e informatizar as rotinas e os procedimentos;

X - Elaborar diretrizes para a organização e modernização das estruturas e procedimentos administrativos;

XI - Participar da elaboração e execução de contratos e convênios;

XII - Participar da tomada de decisão em processos de planejamento ou organização nos assuntos de sua área de atuação;

XIII - Promover o intercâmbio e garantir a formação continuada dos técnicos sob sua direção;

XIV - Participar ativamente dos encontros, seminários, congressos, cursos de formação e atividades afins, que possam contribuir com o fortalecimento institucional do Consórcio, na sua área de atuação;

XV - Elaborar o plano anual de divulgação das atividades ambientais do CPIMMOC, conforme as atribuições regimentais pertinentes ou que lhe forem atribuídas;

XVI - Representar o Consórcio nas questões relacionadas ao Meio Ambiente.

Art. 3º O cargo de Gerente de Meio Ambiente é de provimento em comissão, com vencimento de R\$ 4.720,00 (quatro mil, setecentos e vinte reais), mensal, e carga horária de 30h (trinta horas) semanais.

Art. 4º As despesas decorrentes desta Resolução correrão por conta das dotações orçamentárias do CPIMMOC.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba, 29 de dezembro de 2015.

VITOR JOÃO FACCIN

Presidente

Marize Coletti

Diretora Executiva

## **RESOLUÇÃO 07 DE DEZEMBRO 2015 NOMEAÇÃO PESSOAL**

RESOLUÇÃO Nº 07/2015, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2015

VITOR JOÃO FACCIN, Presidente do Consórcio Público Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado – CPIMMOC, no uso das atribuições que lhe confere o inciso X, § 1º da cláusula décima terceira do Protocolo de Intenções de criação do Consórcio, e de acordo com a decisão da Assembleia geral extraordinária realizada no dia 10 de dezembro de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o senhor PAULO CEZAR DA CUNHA TAVARES, no cargo de Assessor Jurídico em Meio Ambiente, no Consórcio Público Meio Oeste do Contestado – CPIMMOC.

Parágrafo único. A posse no cargo se efetivará mediante assinatura do Termo de Posse.

Art. 2º Delegar ao Assessor Jurídico as seguintes atribuições:

I. Atender, no âmbito da Diretoria de Meio Ambiente, aos processos e consultas que lhe forem submetidos;

II. Emitir pareceres e interpretações de textos legais relacionados à Diretoria de Meio Ambiente e aos órgãos ambientais municipais;

III. Promover a elaboração dos instrumentos relativos a contratos, convênios, ajustamentos de condutas, acordos de compensação ambiental, ajustes e acordos;

IV. Revisar, atualizar e consolidar a legislação ambiental dos municípios integrantes do CPIMMOC;

V. Observar as normas ambientais federais e estaduais que possam ter implicações na legislação ambiental local, à medida que forem sendo expedidas, e providenciar na adaptação desta;

VI. Participar de reuniões coletivas convocadas pela Diretoria de Meio Ambiente ou Presidente do CPIMMOC,

- VII. Presidir, sempre que possível, aos inquéritos administrativos relacionados à Diretoria de Meio Ambiente e aos órgãos ambientais municipais;
- VIII. Exercer outras atividades compatíveis com a função, de conformidade com a disposição legal ou regulamentar, ou para as quais sejam expressamente designados; relatar parecer coletivo, em questões jurídicas de magna importância, quando para tal tiver sido sorteado;
- IX. Representar a Diretoria de Meio Ambiente ou o Órgão Ambiental Municipal, quando investido do necessário mandato;
- X. Examinar, sob aspecto jurídico, todos os atos praticados pela Diretoria de Meio Ambiente e órgãos Ambientais Municipais em relação as questões restritas a atuação destes;
- XI. Desenvolver outras atividades de natureza jurídica ambiental, especificamente de interesse do Consórcio, através da anuência, aprovação ou solicitação da Diretoria de Meio Ambiente.

Art. 3º O cargo de Assessor Jurídico de Meio Ambiente é de provimento em comissão, com vencimento de R\$ 4.720,00 (quatro mil, setecentos e vinte reais), mensal, e carga horária de 20h (vinte horas) semanais.

Art. 4º As despesas decorrentes desta Resolução correrão por conta das dotações orçamentárias do CPIMMOC.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba, 29 de dezembro de 2015.

VITOR JOÃO FACCIN

Presidente

Marize Coletti  
Diretora Executiva

## **RESOLUÇÃO 08 DE DEZEMBRO DE 2015 NOMEAÇÃO PESSOAL**

RESOLUÇÃO Nº 08/2015, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2015

VITOR JOÃO FACCIN, Presidente do Consórcio Público Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado – CPIMMOC, no uso das atribuições que lhe confere o inciso X, § 1º da cláusula décima terceira do Protocolo de Intenções de criação do Consórcio, e de acordo com a decisão da Assembleia geral extraordinária realizada no dia 10 de dezembro de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o senhor RUDINEI SILVEIRA DE MORAES no cargo de Assessor Técnico em Meio Ambiente, no Consórcio Público Meio Oeste do Contestado – CPIMMOC.

Parágrafo único. A posse no cargo se efetivará mediante assinatura do Termo de Posse.

Art. 2º Delegar ao Assessor Técnico as seguintes atribuições:

- I- Assessorar o superior imediato no desempenho de suas funções, auxiliando na execução de suas tarefas administrativas e em reuniões, marcando e cancelando compromissos.
  - II- Acompanhar a execução de tarefas a serem operacionalizadas em outras áreas para garantir o resultado esperado.
  - III- Organizar eventos, viagens, diligências e prestar serviços como organização de agenda pessoal, quando solicitado.
  - IV- Emitir informações, analisar dados, controlar e analisar processos, operar máquinas e equipamentos com vistas a assegurar o eficiente funcionamento da área de atuação;
  - V- Efetuar protocolos, arquivamentos e organização de processos sob demanda;
  - VI- Prestar atendimento ao público, através de informações, e fazendo encaminhamentos;
  - VII- Supervisionar ações, monitorando resultados;
  - VIII- Realizar atividades de rotina sob sua responsabilidade;
  - IX- Capacitar estagiários no desempenho de suas funções;
- Ministrar palestras, minicursos ou oficinas em relação aos processos, fiscalização, licenciamento e Educação Ambiental, quando solicitado.

Art. 3º O cargo de Assessor Técnico de Meio Ambiente é de provimento em comissão, com vencimento de R\$ 2.758,00 (dois mil, setecentos e cinquenta e oito reais), mensal, e carga horária de 40h (quarenta horas) semanais.

Art. 4º As despesas decorrentes desta Resolução correrão por conta das dotações orçamentárias do CPIMMOC.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba, 29 de dezembro de 2015.

VITOR JOÃO FACCIN

Presidente

Marize Coletti  
Diretora Executiva

**CIASS****ATA DE 21122015\_ORC2016**

ATA da Assembleia Geral Ordinária CIASS – CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE DE TURVO E MUNICIPIOS LIMÍTROFES

Edital de Convocação de Assembleia Geral Ordinária

Data: 21 de Dezembro de 2015.

Horas: 08:30 horas

Local: Sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Turvo

Rua: Nereu Ramos, 588 – Centro - Turvo

O Presidente do CIASS – CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE DE TURVO E MUNICIPIOS LIMÍTROFES Ronaldo Carlessi conforme artigo 25 do protocolo de intenções submeteu a assembleia geral ordinária composta pelos prefeitos dos municípios seguintes: Prefeito de Turvo Senhor Ronaldo Carlessi, Prefeito de Meleiro, Senhor Jonnei Zanette, Prefeito de Morro Grande, Senhor Valdionir Rocha, Prefeito de Timbé do Sul, Senhor Eclair Alves Coelho, Prefeito de Jacinto Machado, Senhor Antonio Joao Faveri, Prefeito de Ermo, Senhor Aldoir Cadourin apresentou o orçamento anual para 2016 do CIASS no valor de 633.000,00, assim discriminado:

A Receita será arrecadada, proporcionalmente conforme a população estimada no ano de 2014 pelo IBGE, com o seguinte desdobramento:

Rubricas	RECEITAS CORRENTES	Repasse Mensal	População estimada	% População por Município	R\$ Orçado
1.7	Transferências Correntes				633.000,00
1.7.2.3.37.1	Turvo	16.250,00	12.452	30,71%	195.000,00
1.7.2.3.37.2	Jacinto Machado	14.000,00	10.642	26,24%	168.000,00
1.7.2.3.37.3	Ermo	2.500,00	2.079	5,12%	30.000,00
1.7.2.3.37.4	Timbé do Sul	7.000,00	5.385	13,27%	84.000,00
1.7.2.3.37.5	Meleiro	9.250,00	7.076	17,45%	111.000,00
1.7.2.3.37.6	Morro Grande	3.750,00	2.925	7,21%	45.000,00
	Total	52.750,00	40.559	100%	633.000,00

A Despesa será realizada por órgãos, funções, sub-funções, programas, projetos, atividades e natureza da despesa, distribuídos da seguinte maneira:

**I - DESPESA POR ÓRGÃO**

Manutenção e Funcionamento do CIASS de Turvo e Municípios Limítrofes R\$ 633.000,00

TOTAL R\$ 633.000,00

**II - DESPESA POR FUNÇÃO/SUB-FUNÇÃO**

08 – Assistência Social

243 – Assistência a Criança e ao Adolescente ..... R\$ 633.000,00

TOTAL R\$ 633.000,00

**III - DESPESA POR CATEGORIA ECONÔMICA**

DESPESAS CORRENTES R\$ 453.000,00

Pessoal e Encargos Sociais R\$ 220.000,00

Outras Despesas Correntes R\$ 233.000,00

DESPESAS DE CAPITAL R\$ 180.000,00

Investimentos R\$ 180.000,00

TOTAL ..... R\$ 633.000,00

A assembleia aprovou o orçamento apresentado por unanimidade. Sendo assim, não tendo mais nada a ser discutido, deu-se a reunião por encerrada.

Participaram desta assembleia:

Prefeito de Turvo Senhor Ronaldo Carlessi, Prefeito de Meleiro, Senhor Jonnei Zanette, Prefeito de Morro Grande, Senhor Valdionir Rocha, Prefeito de Timbé do Sul, Senhor Eclair Alves Coelho, Prefeito de Jacinto Machado, Senhor Antonio Joao Faveri, Prefeito de Ermo, Senhor Aldoir Cadourin.

**RESOLUÇÃO 013/2015**

CIASS – CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE DE TURVO E MUNICIPIOS LIMÍTROFES

Resolução nº13/2015 de 21 de Dezembro de 2015

Estima a Receita e fixa as Despesas do CIASS – CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E SAUDE DE TURVO E MUNICIPIOS LIMÍTROFES para o exercício de 2016.

O Conselho de Administração do CIASS – Consorcio Intermunicipal de Assistência Social e Saúde de Turvo e Municípios Limítrofes, aprovou, ad referendum da Assembleia Geral, conforme ata da Reunião Ordinária de 21 de Dezembro de 2015, e eu, Presidente do CIASS de Turvo e Municípios Limítrofes, no uso das atribuições que me confere o art. 25 do Estatuto/Contrato do Consórcio, publico o Orçamento Anual do CIASS de Turvo e Municípios Limítrofes para o exercício de 2016, em atendimento ao disposto no art. 21 22 do Estatuto/Contrato do Consórcio.

Art. 1º Fica aprovado, ad referendum da Assembleia Geral, o Orçamento Anual do CIASS de Turvo e Municípios Limítrofes para o exercício de 2016, estimando a Receita e fixando a Despesa em R\$ 633.000,00 (Seiscentos e trinta e três mil reais).

Art. 2º A Receita será arrecadada, proporcionalmente conforme a população estimada no ano de 2014 pelo IBGE, com o seguinte desdobramento:

Rubricas	RECEITAS CORRENTES	Repasse Mensal	População estimada	% População por Município	R\$ Orçado
1.7	Transferências Correntes				633.000,00
1.7.2.3.37.1	Turvo	16.250,00	12.452	30,71%	195.000,00
1.7.2.3.37.2	Jacinto Machado	14.000,00	10.642	26,24%	168.000,00
1.7.2.3.37.3	Ermo	2.500,00	2.079	5,12%	30.000,00
1.7.2.3.37.4	Timbé do Sul	7.000,00	5.385	13,27%	84.000,00
1.7.2.3.37.5	Meleiro	9.250,00	7.076	17,45%	111.000,00
1.7.2.3.37.6	Morro Grande	3.750,00	2.925	7,21%	45.000,00
	Total	52.750,00	40.559	100%	633.000,00

Art. 3º A Despesa será realizada por órgãos, funções, sub-funções, programas, projetos, atividades e natureza da despesa, distribuídos da seguinte maneira:

**I - DESPESA POR ÓRGÃO**

Manutenção e Funcionamento do CIASS de Turvo e Municípios Limítrofes R\$ 633.000,00

TOTAL R\$ 633.000,00

**II - DESPESA POR FUNÇÃO/SUB-FUNÇÃO**

08 – Assistência Social

243 – Assistência a Criança e ao Adolescente ..... R\$ 633.000,00

TOTAL R\$ 633.000,00

**III - DESPESA POR CATEGORIA ECONÔMICA**

DESPESAS CORRENTES R\$ 453.000,00

Pessoal e Encargos Sociais R\$ 220.000,00

Outras Despesas Correntes R\$ 233.000,00

DESPESAS DE CAPITAL R\$ 180.000,00

Investimentos R\$ 180.000,00

TOTAL R\$ 633.000,00

Art. 4º O Presidente do CIASS de Turvo e Municípios Limítrofes fica autorizado a abrir créditos adicionais suplementares, por conta do excesso de arrecadação, superávit financeiro ou convênios firmados com entidades públicas ou privadas.

Art. 5º O Presidente do CIASS de Turvo e Municípios Limítrofes fica autorizado a remanejar dotações de um grupo de natureza de despesa para outro, dentro da mesma categoria de programação.

Art. 6º Esta Resolução entrará em vigor em 01 de Janeiro de 2016.

Art. 7º Esta Resolução deve ser publicada no órgão oficial como condição de validade do ato.

Turvo-SC, 21 de Dezembro de 2015.

Ronaldo Carlessi

Prefeito de Turvo

Presidente do CIASS de Turvo e Municípios Limítrofes